II SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Terça-feira, 13 de Janeiro de 2009 Número 8

ÍNDICE

PARTE C

Presidência do Conselho de Ministros

Instituto Nacional de Estatística, I. P.:

Deliberação n.º 53/2009:

Deliberação n.º 7 de 2008 do Conselho Superior de Estatística relativa aos planos da actividade estatística das autoridades estatísticas para 2009 1167

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública

Despacho n.º 802/2009:

Descongelamento excepcional de uma vaga no quadro do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros — Conselheiro Técnico 1167

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Secretaria-Geral:

Aviso n.º 1078/2009:

Taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a efectuar a partir de 1 de Dezembro de 2008 1168

Despacho (extracto) n.º 803/2009:

Autorização da renovação da comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão de Política de Coesão Económica e Social e Política Social da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, da assessora principal Maria Rita Brito. 1168

Despacho (extracto) n.º 804/2009:

Autorização da renovação da comissão de serviços no cargo de chefe de divisão da Direcção de Serviços dos Assuntos Jurídicos 1168

Despacho (extracto) n.º 805/2009:

Promove definitivamente Ana Augusta Teixeira Baptista na carreira de assistente administrativa. 1168

Despacho (extracto) n.º 806/2009:

Nomeação, para a categoria de técnico superior de 1.ª classe, da técnica superior de 2.ª classe Adriana Ribeiro 1168

Despacho (extracto) n.º 807/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da técnica superior de 2.ª classe Julita Gonçalves 1169

Despacho (extracto) n.º 808/2009:

Nomeação, para a categoria de técnico superior de 1.ª classe, do técnico superior de 2.ª classe Eduardo Quá 1169

Despacho (extracto) n.º 809/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da técnica superior de 2.ª classe Maria Eunice Morgado 1169

Despacho (extracto) n.º 810/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da técnica superior de 2.ª classe Maria Manuela Correia 1169

Despacho (extracto) n.º 811/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da técnica superior de 2.ª classe Rufina Garcia 1169

Despacho (extracto) n.º 812/2009:

Nomeação para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe, da Técnico Superior de 2 .ª Classe 1169

Despacho (extracto) n.º 813/2009:

Nomeação para a categria de técnico superior de 1.ª classe, da técnica superior de 2.ª classe, Sandra Saraiva 1169

Despacho (extracto) n.º 814/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior de 1.º classe o técnico superior de 2.ª classe, Paulo Machado 1169

Despacho (extracto) n.º 815/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior de 1.ª classe, da técnica superior de 2.ª classe, Patrícia Ferreira 1169

Despacho (extracto) n.º 816/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior de 1.ª classe, da técnica superior de 2.ª classe, Ana Lúcia Brigeiro 1169

Despacho (extracto) n.º 817/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior de 1.ª classe, do técnico superior de 2.ª classe, Rui Sande 1169

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.:

Despacho (extracto) n.º 818/2009:

Nomeada definitivamente em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso — Sónia Carnoto Pacheco 1169

Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação

Despacho n.º 819/2009:

Nomeia o licenciado Armindo Cameira Bôto coordenador do ensino português na República da África do Sul/Namíbia 1170

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete do Ministro:

Portaria n.º 41/2009:

Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo 1170

Secretaria-Geral:

Despacho n.º 820/2009:

Nomeação em comissão de serviço, para o exercício do cargo de direcção intermédia de 1.º grau (directora de serviços), da Direcção de Serviços de Informática, da licenciada Regina das Neves Lopes 1170

Despacho (extracto) n.º 821/2009:

Nomeação de Maria Manuela Preto Garcia, em consultor jurídico principal, precedendo concurso interno de acesso geral 1171

Despacho n.º 822/2009:

Nomeação, em regime de comissão de serviço, para o exercício do cargo de direcção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Documentação e Biblioteca, da licenciada Maria João Vasques Pedro Nunes 1171

Despacho n.º 823/2009:

Nomeação, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de direcção intermédia do 1.º grau (directora de serviços) da Direcção de Serviços de Arquivos e Documentação a licenciada Maria Margarida Correia Branco 1171

Despacho (extracto) n.º 824/2009:

Mudança de nível de Maria João da Costa Afonso de Miranda Fernandes 1171

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Despacho (extracto) n.º 825/2009:

Promoção de Elisa Matilde de Mira Godinho Monteiro Gomes, à categoria de técnico superior principal, da carreira técnica superior de arquivo, precedendo concurso interno de acesso limitado 1172

Despacho (extracto) n.º 826/2009:

Promoção à categoria de reverificador, da carreira técnica superior aduaneira, precedendo concurso de acesso 1172

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público:

Despacho (extracto) n.º 827/2009:

Transferência da licenciada Judite da Silva Ribeiro Forte, assessora principal do mapa de pessoal da Direcção-Geral das Autarquias Locais para o mapa de pessoal da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público 1172

Direcção-Geral dos Impostos:

Aviso (extracto) n.º 1079/2009:

Subdelegação de competências do director de finanças adjunto de Lisboa Jesuíno Alberto Madeira dos Santos Alcântara Martins 1172

Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos:

Aviso (extracto) n.º 1080/2009:

Transferência para o mapa de pessoal da DGCI 1173

Aviso (extracto) n.º 1081/2009:

Prorrogação da requisição do especialista de informática José Joaquim Mendes Alves 1173

Aviso (extracto) n.º 1082/2009:

Integração no mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos 1173

Aviso (extracto) n.º 1083/2009:

Transferência para o mapa de pessoal da DGCI 1173

Aviso (extracto) n.º 1084/2009:

Transferência para o mapa de pessoal da DGCI 1173

Aviso (extracto) n.º 1085/2009:

Transferência para a DGCI do motorista José Magalhães Gomes 1173

Aviso (extracto) n.º 1086/2009:

Nomeação na categoria de assessor jurista 1173

Aviso (extracto) n.º 1087/2009:

Nomeação na categoria de técnico economista assessor 1173

Aviso (extracto) n.º 1088/2009:

Nomeação na categoria de técnico superior de 1.ª classe 1174

Aviso (extracto) n.º 1089/2009:

Nomeação na categoria de técnico de superior de 1.ª classe 1174

Aviso (extracto) n.º 1090/2009:

Nomeação na categoria de jurista assessor principal 1174

Aviso (extracto) n.º 1091/2009:

Nomeação na categoria de técnico de administração tributária assessor 1174

Aviso (extracto) n.º 1092/2009:

Nomeação na categoria de técnico profissional principal 1175

Aviso (extracto) n.º 1093/2009:

Transferência para o mapa de pessoal da DGCI 1175

Aviso (extracto) n.º 1094/2009:

Transferência para o mapa de pessoal da DGCI 1175

Aviso (extracto) n.º 1095/2009:

Transferência para o mapa de pessoal da DGCI 1176

Aviso (extracto) n.º 1096/2009:

Mudança para o nível 2 do grau 4 de TAT da funcionária Luísa Maria V. Leal Neves. 1176

Aviso (extracto) n.º 1097/2009:

Nomeação em regime de substituição em cargos de chefia tributária. 1176

Aviso (extracto) n.º 1098/2009:

Nomeação em regime de substituição em cargos de chefia tributária. 1176

Aviso (extracto) n.º 1099/2009:

Nomeação em regime de substituição em cargos de chefia tributária. 1176

Aviso (extracto) n.º 1100/2009:

Nomeação em regime de substituição em cargo de chefia tributária 1176

Aviso (extracto) n.º 1101/2009:

Nomeações em regime de substituição em cargos de chefia tributária 1176

Aviso (extracto) n.º 1102/2009:

Execução do acórdão do TCA do Sul, no âmbito do processo n.º 807/01 da TAC de Lisboa — Carlos Alberto da Silva Martins 1176

Declaração de rectificação n.º 54/2009:

Rectifica a data da extinção do Serviço de Finanças de Gondomar 3. 1176

Declaração de rectificação n.º 55/2009:

Rectifica o aviso (extracto) n.º 29768/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 243, de 17 de Dezembro de 2008, a p. 50428, referente a Rui Dinis de Melo Martins. . . 1176

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros:

Aviso n.º 1103/2009:

Designação de dois coordenadores de equipa de projectos para a Área de Justiça e Fluxos Financeiros da DGITA. 1176

Despacho n.º 828/2009:

Colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, da técnica de informática de grau 2, nível 1, de Cristina Alexandra Vidigal Monteiro 1177

Direcção-Geral do Orçamento:

Despacho (extracto) n.º 829/2009:

Transferência do licenciado João Paulo Barata Catarino Tavares para o mapa de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento. 1177

Despacho (extracto) n.º 830/2009:

Nomeação em comissão de serviço extraordinária, precedendo aprovação em concurso interno de ingresso, dos licenciados Vítor Manuel Marques, Hugo Alexandre Lopes Laibaças e Joaquim Fernando Ribeiro Muxagata, na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento 1177

Despacho (extracto) n.º 831/2009:

Foram celebrados contratos individuais de trabalho por tempo indeterminado, com 14 licenciados, para exercerem funções na categoria de técnicos superiores de orçamento e conta da área económica, da carreira técnica superior de orçamento e conta, do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento. 1177

Declaração de rectificação n.º 56/2009:

Rectifica o despacho (extracto) n.º 30 951/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 233, de 2 de Dezembro de 2008, a pp. 48 660 e 48 661 1177

Instituto Nacional de Administração, I. P.:

Despacho n.º 832/2009:

Passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração de Eduardo Jorge Kuei Lam Chan 1178

Despacho n.º 833/2009:

Transferência para o mapa de pessoal do INA, I. P., de Rosa Maria de Oliveira Pereira Baptista Maia. 1178

Despacho n.º 834/2009:

Transferência para o mapa de pessoal do INA, I. P., do assessor principal Fernando Manuel Cardoso Vaz de Medeiros 1178

Despacho n.º 835/2009:

Transferência para o mapa de pessoal do INA, I. P., do assessor principal Júlio Gabriel Casanova Nabais 1178

Despacho n.º 836/2009:

Nomeação de Margarida Maria Lucas Quintela Martins, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe do mapa de pessoal do INA, I. P. 1178

Serviços Sociais da Administração Pública:

Despacho n.º 837/2009:

Nomeação de Helena Fernandes do Val Lourenço, precedendo concurso, técnica profissional principal. 1178

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde

Despacho n.º 838/2009:

Autorização para a enfermeira-directora do conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., mestre Maria Margarida Leitão Filipe exercer docência na Universidade Católica Portuguesa. 1178

Portaria n.º 42/2009:

Autorização para o conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., iniciar procedimento de concurso público para aquisição de serviços de fraccionamento de plasma humano português, e consequente produção e distribuição aos hospitais de medicamentos derivados do plasma humano 1178

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 839/2009:

Ratificação e Implementação do STANAG 4513 LAND 1179

Despacho n.º 840/2009:

Ratificação do STANAG 4367 LAND 1179

Despacho n.º 841/2009:

Ratificação e implementação do STANAG 2234 SNLC 1179

Despacho n.º 842/2009:

Ratificação e implementação do STANAG 2235 MED 1179

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional:

Despacho (extracto) n.º 843/2009:

Reconversão profissional referente a Maria Manuela Silva dos Reis 1179

Estado-Maior-General das Forças Armadas:

Despacho (extracto) n.º 844/2009:

Nomeação, precedendo concurso, na categoria de técnica especialista principal da carreira de informações do QPC/EMGFA 1179

Despacho (extracto) n.º 845/2009:

Nomeação, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional especialista, da mesma carreira e quadro do QPC/EMGFA 1179

Despacho (extracto) n.º 846/2009:

Nomeação precedendo de concurso à categoria de técnico profissional especialista principal da mesma carreira e quadro do QPC/EMGFA 1179

Marinha:

Aviso (extracto) n.º 1104/2009:

Reclassificação de Maria Helena Santos Martins 1180

Despacho (extracto) n.º 847/2009:

Exoneração do operário especializado Pedro Miguel Veloso Quaresma 1180

Despacho (extracto) n.º 848/2009:

Exoneração do operário Bruno Miguel Vieira Silva 1180

Despacho n.º 849/2009:

Promoção ao posto de segundo-marinheiro, em regime de contrato da classe de mergulhadores, o 9333905, primeiro grumete U RC Pedro Rafael Moreira Peres. 1180

Despacho n.º 850/2009:

Promoção por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de mergulhadores, o 172380, sargento-ajudante US Vítor Guilherme Alves Dias. 1180

Despacho n.º 851/2009:

Promoção de vários militares ao posto de primeiro-marinheiro, em regime de contrato, da classe de condutores mecânicos de automóveis 1180

Despacho n.º 852/2009:

Promoção por antiguidade ao posto de cabo da classe de condutores de máquinas de vários militares. 1180

Despacho n.º 853/2009:

Promoção ao posto de segundo-marinheiro, em regime de contrato da classe de electromecânicos, de vários militares 1180

Despacho n.º 854/2009:

Promoção por diuturnidade, ao posto de primeiro-sargento da classe de condutores mecânicos de automóveis, o 157786, segundo-sargento V Luís Filipe da Luz Pereira 1180

Exército:

Despacho (extracto) n.º 855/2009:

Transferência do assistente administrativo especialista Filipe Pedro da Silva Machado Almeida do quadro pessoal do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social para o QPCE. 1181

Despacho (extracto) n.º 856/2009:

Transferência da assistente administrativa principal Ester Maria Pereira da Silva Afonso do quadro de pessoal do Centro de Histocompatibilidade do Sul para o QPCE 1181

Despacho (extracto) n.º 857/2009:

Transferência do assistente administrativo especialista Manuel Machado do quadro pessoal do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social para o QPCE. 1181

Despacho (extracto) n.º 858/2009:

Transferência da assistente administrativa principal Carla Marina Ferreira Filipe do quadro pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais para o QPCE. 1181

Despacho (extracto) n.º 859/2009:

Transferência da assistente administrativa especialista Maria Hermínia Fernanda Figueiredo Lima Ornelas do quadro pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o QPCE 1181

Força Aérea:

Despacho n.º 860/2009:

Delegação de competências no comandante da Base do Lumiar 1181

Despacho n.º 861/2009:

Subdelegação de competências no comandante da Base do Lumiar. 1181

Despacho n.º 862/2009:

Delegação de competências no director de Saúde. 1181

Despacho n.º 863/2009:

Subdelegação de competências no director da Direcção de Saúde 1182

Despacho (extracto) n.º 864/2009:

Reinício de funções, por tempo indeterminado, da auxiliar de acção médica Carla Rute Garcia Bastos Faria no QGPCFA 1182

Ministério da Administração Interna

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna:

Despacho n.º 865/2009:

Aprova o Plano de Videovigilância do Centro Histórico da Cidade de Coimbra 1182

Secretaria-Geral:

Despacho n.º 866/2009:

Transferência de Sónia Patrícia Rendas Santos Lindeza, para a secretaria-geral do MAI . . . 1182

Despacho n.º 867/2009:

Transferência de Susana Vicente Portugal Martins de Figueiredo do INETI, I.P, para a Secretaria-Geral do MAI. 1182

Despacho n.º 868/2009:

Transferência de Ana Paula Munell Ribeiro do INETI, I.P, para a Secretaria-Geral do MAI 1182

Despacho n.º 869/2009:

Nomeação de Anabela de Oliveira Simões Martins na categoria de técnico superior principal do mapa de pessoal do ex-Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações 1183

Despacho n.º 870/2009:

Rui Miguel Henriques dos Santos Brás e Nuno Miguel Gonçalves Gomes — nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico superior principal do mapa de pessoal do ex-Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações 1183

Despacho n.º 871/2009:

Transferência para igual categoria do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna de José António Cardoso Cristóvão, técnico de informática do grau 1, nível 3 1183

Despacho n.º 872/2009:

Nomeação de Osvaldo Nunes dos Santos na categoria de assessor principal da carreira de engenharia, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Viação 1183

Despacho (extracto) n.º 873/2009:

Autorização de passagem à situação de mobilidade especial por opção voluntária da assistente administrativa especialista — Alice Fernanda Basílio de Almeida Costa Leal. 1183

Despacho (extracto) n.º 874/2009:

Nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de 1.ª classe, José Miguel Barbosa Menezes de Sequeira e Fátima Santos Tavares Justino, técnicos superiores de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal da ANSR 1183

Despacho n.º 875/2009:

Técnicos superiores principais da carreira técnica superior, do mapa de pessoal da ANSR, nomeados, precedendo concurso, na categoria de assessor, do mesmo mapa de pessoal. . . . 1183

Despacho n.º 876/2009:

Isabel Maria Coelho Monteiro, assistente administrativa principal, transferida para igual categoria do mapa único do MAI 1183

Despacho (extracto) n.º 877/2009:

Técnicos superiores de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal da ANSR, nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico superior principal, do mesmo mapa de pessoal 1183

Autoridade Nacional de Protecção Civil:

Despacho n.º 878/2009:

Reclassificação profissional de Francisco José Baptista Marujo na carreira técnica superior 1183

Despacho n.º 879/2009:

Reclassificação profissional de Carlos José Carrasco Graça na carreira técnica superior . . . 1183

Despacho n.º 880/2009:

Reclassificação profissional de Maria Rosalina Cardoso Galhofas na carreira técnica superior 1184

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana:

Aviso n.º 1105/2009:

Alteração do aviso n.º 20262/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 137 de 17 de Julho de 2008 — constituição do júri do curso externo de ingresso para admissão ao CFGuardas 2008-2009 1184

Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos:

Despacho n.º 881/2009:

Transferência da Técnica Superior de 1.ª classe, Sandra Marina Gomes Faria Lacerda para o mapa de pessoal do ex-Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações. 1184

Declaração de rectificação n.º 57/2009:

Rectifica o despacho (extracto) n.º 29526/2008, publicado *Diário da República,* 2.ª série, n.º 223, de 17 de Novembro de 2008 1184

Governo Civil do Distrito de Portalegre:

Despacho n.º 882/2009:

Exoneração e nomeação 1184

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Despacho (extracto) n.º 883/2009:

Transferência para o quadro de pessoal do SEF de Maria Manuela Ferreira Silva Gonçalves 1184

Despacho (extracto) n.º 884/2009:

Transferência para o quadro de pessoal do SEF de Maria Clara do Ó Lemos de Carvalho . . 1184

Despacho (extracto) n.º 885/2009:

Transferência para o quadro de pessoal do SEF de Maria Isabel Vieira de Andrade 1184

Despacho (extracto) n.º 886/2009:

Transferência para o quadro de pessoal do SEF de Beatriz Soares Simões Chaves 1185

Despacho (extracto) n.º 887/2009:

Transferência para o quadro de pessoal do SEF de Sandra Cristina Martins 1185

Despacho (extracto) n.º 888/2009:

Transferência para o quadro de pessoal do SEF de Maria Idalina Marques Maio Conceição Rodrigues. 1185

Despacho (extracto) n.º 889/2009:

Transferência para o quadro de pessoal do SEF de Maria Isabel Neves Correia Calado Glória Cabaço 1185

Ministério da Justiça

Secretaria-Geral:

Despacho (extracto) n.º 890/2009:

Despacho de transferência da técnica superior assessora principal, Maria Margarida Romero Ferreira Baltazar, para o mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça 1185

Centro de Estudos Judiciários:

Despacho (extracto) n.º 891/2009:

Nomeação de coordenador em comissão de serviço 1185

Despacho (extracto) n.º 892/2009:

Nomeação por transferência de Susana Cristina Moncheira Bento Mendes. 1185

Despacho (extracto) n.º 893/2009:

Nomeação por transferência de Emília Ramos 1185

Direcção-Geral da Administração da Justiça:

Despacho (extracto) n.º 894/2009:

Nomeação como secretário de inspecção do COJ de Licínio Teixeira 1185

Despacho (extracto) n.º 895/2009:

Permuta de Cidália de Jesus Pires com Elsa Serra 1186

Despacho (extracto) n.º 896/2009:

Transferência da telefonista Rosa Ferreira 1186

Despacho (extracto) n.º 897/2009:

Permuta de Eduardo de Paiva com António Vasconcelos 1186

Direcção-Geral da Política de Justiça:

Despacho (extracto) n.º 898/2009:

Licenciada Teresa Paula Amaral Cintrão Neves — nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal. 1186

Despacho (extracto) n.º 899/2009:

Sónia Maria Pedro Dagot, Solange de Barros Correia Lopes Simões e Cidalisa Russiano de Oliveira — nomeadas, precedendo concurso, Técnicas Profissionais Principais 1186

Direcção-Geral de Reinserção Social:

Despacho (extracto) n.º 900/2009:

Nomeação, em comissão de serviço, como director de serviços de Recursos Humanos, do licenciado Fernando Augusto Gomes da Assunção. 1186

Despacho (extracto) n.º 901/2009:

Reconheço o direito ao provimento na categoria de assessora da carreira técnica superior de reinserção social da licenciada Maria Gabriela Luís Ramos Tomás 1186

Despacho (extracto) n.º 902/2009:

Autoriza o pedido de passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração da funcionária Ana Teresa Marques da Silva 1187

Despacho (extracto) n.º 903/2009:

Nomeia, em comissão de serviço, director de serviços da Área Tutelar Educativa o licenciado João Henrique d'Oliveira Cóias 1187

Despacho (extracto) n.º 904/2009:

Por meu despacho de 21/11/2008, nomeei em comissão de serviço, director do Centro Educativo do Mondego, o licenciado Jorge Humberto de Jesus e Oliveira. 1187

Despacho (extracto) n.º 905/2009:

Autoriza a transferência da licenciada Jacinta Lúcia Catarino Lopes. 1188

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais:

Despacho (extracto) n.º 906/2009:

Reinício de funções, por tempo indeterminado, de Maria de Fátima Gomes Costa 1188

Despacho (extracto) n.º 907/2009:

Transferência de José António Santos Costa Rodrigues 1188

Despacho (extracto) n.º 908/2009:

Pena disciplinar aplicada a Emanuel Fernandes Ramos 1188

Despacho (extracto) n.º 909/2009:

Pena disciplinar aplicada a Aires Manuel Lopes Ornelas 1188

Despacho (extracto) n.º 910/2009:

Opção pelo provimento automático, no quadro da DGSP, da licenciada Edi Vieira da Luz Gomes 1188

Declaração de rectificação n.º 58/2009:

Rectificação de delegação de competências 1189

Declaração de rectificação n.º 59/2009:

Rectificação do despacho (extracto) n.º 24972/2008 1189

Despacho (extracto) n.º 911/2009:

Regresso de licença sem vencimento de longa duração de Antónia Soares Monteiro Fafe . . 1189

Despacho (extracto) n.º 912/2009:

Progressão para a categoria de assistente graduado de Teresa Maria Mendes Bailão Simões Eliseu. 1189

Directoria Nacional da Polícia Judiciária:

Despacho (extracto) n.º 913/2009:

Regresso de licença sem vencimento do coordenador de investigação criminal licenciado Nuno Ricardo da Costa Maurício em 1 de Dezembro de 2008. 1189

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça:

Aviso (extracto) n.º 1106/2009:

Nomeação, na sequência do concurso externo aberto pelo Aviso n.º 26306/2007, dos licenciados Alexandre Nuno dos Santos Antunes Capucha, Helder Luís Matoso Pires, Maria João Braga e Castro, Maria Manuel Martins Batalha e Miguel José de Sá Paes 1189

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.:

Deliberação n.º 54/2009:

Nomeação da licenciada Alexandra Neto Anciães na categoria de técnico superior de 2.ª classe 1189

Deliberação n.º 55/2009:

Exoneração do assistente graduado de medicina legal licenciado José Ramon Gonzalez Gonzalez 1189

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.:

Despacho (extracto) n.º 914/2009:

Promoção *online* de actos de registo comercial — alargamento a novos actos de registo . . . 1189

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.:

Aviso (extracto) n.º 1107/2009:

Nomeação de José António Dias Gomes Pimenta e João Paulo Amaral de Athayde e Mello na categoria de técnico de informática de grau 2 1190

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades:

Despacho n.º 915/2009:

Construção da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) de Resíduos Sólidos e Urbanos (RSU) de Coimbra 1190

Secretaria-Geral:

Despacho n.º 916/2009:

Nomeação da licenciada Maria da Conceição Grave Ribeiro, para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional 1199

Despacho n.º 917/2009:

Criação da Divisão de Aprovisionamento e Património, adiante designada por DAP 1199

Agência Portuguesa do Ambiente:

Despacho (extracto) n.º 918/2009:

Nomeação da arquitecta Ana Cristina Corado Ferreira Russo Teixeira no cargo de chefe de divisão 1199

Administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P.:

Despacho n.º 919/2009:

Aprova a lista de preços dos serviços prestados pela administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P. 1199

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro:

Despacho n.º 920/2009:

Nomeação definitiva na categoria de técnico superior de 1.ª classe 1200

Despacho n.º 921/2009:

Nomeação definitiva na categoria de técnico superior de 1.ª classe 1201

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo:

Despacho (extracto) n.º 922/2009:

Lista de pessoal dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), extintos pelo Decreto-Lei n.º 201/2008, de 9 de Outubro, colocado em sistema de mobilidade especial, por opção voluntária 1201

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano:

Despacho n.º 923/2009:

Terceira adenda ao contrato n.º 1/2001 relativo à requalificação da frente da ribeira entre a Ponte de D. Luís e o Cais da Estiva — Porto 1201

Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território:

Despacho n.º 924/2009:

Reclassificação profissional de Filipe Duarte Barros Vitorino, Fernando Jorge Salvado Alves, Francisco Manuel Celorico de Oliveira e Cristina Isabel Mendes Canheto 1202

Despacho n.º 925/2009:

Nomeação como inspector superior principal de Pedro Manuel Marques Lourenço 1202

Instituto da Água, I. P.:

Despacho n.º 926/2009:

Alteração das unidades flexíveis do departamento de serviços gerais e do departamento de obras, protecção e segurança do Instituto da Água, I. P. 1202

Despacho n.º 927/2009:

Nomeação definitiva da técnica superior estagiária Elsa Maria Simões Gordo na categoria de técnico superior de 2.ª classe 1203

Ministério da Economia e da Inovação

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo:

Despacho n.º 928/2009:

Atribuição de utilidade turística a título prévio ao Hotel das Termas de S. Vicente 1203

Despacho n.º 929/2009:

Prorrogação do prazo de validade da utilidade turística atribuída a título prévio ao Douro River Hotel 1203

Secretaria-Geral:

Despacho (extracto) n.º 930/2009:

Nomeação da licenciada Maria da Graça Correia Simões de Sousa 1204

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica:

Despacho n.º 931/2009:

Nomeação após procedimento concursal no cargo de inspector-chefe da Delegação de Santarém da ASAE 1204

Despacho n.º 932/2009:

Conversão automática em exercício de funções por tempo indeterminado de Filomena da Silva Costa Henriques 1204

Despacho n.º 933/2009:

Conversão automática de funções por tempo indeterminado de José Vasco Oliveira 1204

Despacho n.º 934/2009:

Alteração da circunscrição territorial da Direcção Regional do Alentejo da ASAE 1204

Despacho n.º 935/2009:

Nomeação após procedimento concursal de Inspector Chefe da Divisão SEGAL 1204

Direcção-Geral das Actividades Económicas:

Aviso n.º 1108/2009:

Nomeação da licenciada Teresa de Barros 1205

Aviso n.º 1109/2009:

Nomeação da licenciada Ana Maria Vinhas 1205

Direcção-Geral de Energia e Geologia:

Despacho n.º 936/2009:

Nomeação do licenciado Manuel António Faustino Gonzaga da Câmara e Sousa 1205

Direcção Regional da Economia do Norte:

Despacho n.º 937/2009:

Promoção automática por classificação de excelente do licenciado Joaquim Coimbra Soares da Silva 1205

Direcção Regional da Economia do Centro:

Despacho (extracto) n.º 938/2009:

Nomeação, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional especialista principal 1205

Despacho n.º 939/2009:

Nomeação, precedendo concurso, na categoria de assessor do licenciado Paulo Jorge Dias da Silva 1205

Despacho (extracto) n.º 940/2009:

Nomeação, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional especialista de Maria de Fátima Costa de Oliveira 1205

Despacho (extracto) n.º 941/2009:

Nomeação, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal de Regina Maria Almeida Serra 1205

Despacho n.º 942/2009:

Nomeação em comissão de serviço do licenciado Adelino José Lopes de Sousa no cargo de director de serviços da Energia 1205

Despacho n.º 943/2009:

Nomeação em comissão de serviço do licenciado Carlos dos Santos Perpétua no cargo de chefe de divisão de Administração Industrial 1206

Despacho n.º 944/2009:

Nomeação em comissão de serviço do licenciado José Maria Rodrigues Taboada, no cargo de Chefe de Divisão dos Combustíveis 1206

Despacho n.º 945/2009:

Nomeação, em comissão de serviço, do licenciado Artur Lopes Gomes, no cargo de director de serviços da Qualidade 1207

Despacho n.º 946/2009:

Nomeação, em comissão de serviço, da licenciada Helena Maria Fernandes Neves Rodrigues, no cargo de chefe de divisão da Qualificação 1207

Despacho n.º 947/2009:

Nomeação em comissão de serviço da licenciada Maria Lúcia Leitão Jorge Marques de Almeida Monteiro no cargo de directora dos Serviços do Comércio e dos Serviços e Turismo 1208

Despacho (extracto) n.º 948/2009:

Reclassificação para a categoria de técnico superior de 2.ª classe 1208

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo:

Aviso n.º 1110/2009:

Nomeação de Vasco Manuel Duarte Canudo 1208

Despacho n.º 949/2009:

Nomeação de diversos funcionários na categoria de técnico superior principal 1208

Despacho n.º 950/2009:

Nomeação de funcionários para a categoria de técnico profissional principal 1209

Despacho n.º 951/2009:

Nomeação de funcionários para a categoria de técnico profissional especialista 1209

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 952/2009:

Nomeia o licenciado Luís Miguel Ferreira Mendes Braga para o cargo de chefe de gabinete 1209

Despacho normativo n.º 2/2009:

Delegação de funções do IFAP no âmbito do SNIRA e ajudas directas 1209

Secretaria-Geral:

Despacho n.º 953/2009:

Nomeação do licenciado Pedro Alexandre dos Santos Simão para o cargo de director de serviços de Gestão e Inovação. 1210

Despacho (extracto) n.º 954/2009:

Nomeação de dois auxiliares técnicos e um telefonista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, em comissão de serviço extraordinária, para o exercício de funções correspondentes à carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal 1211

Despacho (extracto) n.º 955/2009:

Nomeação de Olga Figueiredo Baltazar 1211

Declaração de rectificação n.º 60/2009:

Rectifica o despacho n.º 32419/2008, referente a Anabela de Sousa Isidoro 1211

Declaração de rectificação n.º 61/2009:

Rectificação do despacho n.º 32 420/2008, referente a Maria de Fátima Patrocínio Aguiar 1211

Autoridade Florestal Nacional:

Despacho n.º 956/2009:

Promoção de funcionários que obtiveram no ano de 2006 a avaliação de desempenho de «*Excelente*» 1211

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura:

Despacho (extracto) n.º 957/2009:

Nomeação da chefe de divisão de Recursos Internos 1211

Despacho (extracto) n.º 958/2009:

Reinício de funções por tempo indeterminado de Maria Laura Gonçalves Pires, ao abrigo do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro 1212

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte:

Despacho n.º 959/2009:

Provimento automático 1212

Despacho n.º 960/2009:

Transferência do assessor principal António Manuel Sousa Ribeiro Graça 1212

Despacho n.º 961/2009:

Transferência de pessoal 1212

Despacho n.º 962/2009:

Colocação em situação de mobilidade especial, do assessor principal da carreira de Engenheiro, António Fernando da Cruz Oliveira 1212

Despacho n.º 963/2009:

Colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, do técnico prof. esp. principal Maria das Neves de Jesus Pedro 1212

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro:

Despacho (extracto) n.º 964/2009:

Reclassificação profissional de José Manuel Ribeiro Sequeira Salgueiro, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro 1213

Despacho (extracto) n.º 965/2009:

Reclassificação profissional de Carlos Alberto Alves Baptista, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro 1213

Despacho (extracto) n.º 966/2009:

Reclassificação profissional de José Lopes Maria Capelo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro 1213

Despacho (extracto) n.º 967/2009:

Reclassificação profissional de Maria Teresa Duran Abreu, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro 1213

Despacho (extracto) n.º 968/2009:

Nomeação mediante concurso interno de ingresso da telefonista Ana Maria Fernandes Boavida 1213

Despacho (extracto) n.º 969/2009:

Reclassificação profissional ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, de Luís António dos Santos Temprilho 1213

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo:

Despacho (extracto) n.º 970/2009:

Nomeação em regime de substituição 1214

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve:

Despacho n.º 971/2009:

Alterações de posicionamento remuneratório de funcionários 1214

Despacho n.º 972/2009:

Alterações de posicionamento remuneratório de funcionários 1214

Despacho (extracto) n.º 973/2009:

Promoção automática ao abrigo do artigo 15.º, n.º 3, alínea *b*), da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março. 1214

Despacho (extracto) n.º 974/2009:

Nomeação em regime de substituição do técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior Carlos Manuel das Dores Palma 1214

Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas:

Despacho (extracto) n.º 975/2009:

Reclassificações de funcionários na carreira de inspector superior: um na categoria de inspector superior principal, oito na categoria de inspector principal e uma na categoria de inspector. 1215

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.:

Despacho n.º 976/2009:

Publica a lista de situação de mobilidade especial 1215

Despacho n.º 977/2009:

Nomeação na categoria de investigador auxiliar, da carreira de investigação 1215

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.:

Aviso n.º 1111/2009:

Taxas de Certificação, a cobrar em 2009, pela Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa 1216

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações:

Despacho n.º 978/2009:

Declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à execução da obra da IC 17 CRIL — sublanço Buraca/Pontinha — adenda 2 1216

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.:

Despacho n.º 979/2009:

Concessão de licença de trabalho aéreo à empresa EMA — Empresa e Meios Aéreos, S. A. 1218

Regulamento n.º 13/2009:

Aprova o Regulamento de Funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. 1218

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.:

Deliberação (extracto) n.º 56/2009:

Nomeação do júri para as provas públicas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica da investigadora principal Doutora Teresa Barbosa Eira Leitão de Lobo Ferreira 1219

Deliberação (extracto) n.º 57/2009:

Requisição da operadora de reprografia Maria Soares Carreira Martins Machado 1220

Deliberação (extracto) n.º 58/2009:

Prorrogação da requisição do investigador auxiliar José Nuno dos Reis Pedroso de Lima . . . 1220

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 980/2009:

Nomeação da licenciada Leonor Cristina Cortês Rodrigues Lemos Araújo para o cargo de vogal da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa 1220

Secretaria-Geral:

Despacho (extracto) n.º 981/2009:

Nomeação, após concurso, do licenciado Luís Manuel Padinha Rosado na categoria de assessor jurídico principal do mapa de pessoal da Secretaria-Geral 1220

Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho:

Despacho n.º 982/2009:

Nomeação na categoria de chefe de secção, de Lucinda das Neves Ferraz Pereira da Cunha, após concurso interno de acesso limitado 1220

Despacho n.º 983/2009:

Nomeação na categoria de assessor dos licenciados João Manuel Ramos Jorge e Pedro Jorge de Jesus Bogalho 1220

Despacho n.º 984/2009:

Nomeação na categoria de técnica superior de 1.ª classe, da licenciada Maria Isabel Martins Canas, após concurso interno de acesso geral 1221

Despacho n.º 985/2009:

Nomeação na categoria de técnicos superiores principais após concurso interno de acesso limitado 1221

Gabinete de Estratégia e Planeamento:

Despacho n.º 986/2009:

Nomeação de Rosália Maria Assis Preto da Silveira, como assessora principal, na sequência de concurso 1221

Despacho n.º 987/2009:

Nomeação de Antónia Maria Simão da Silva e Serpa, Eduarda Maria Pereira Gonçalves Correia Saraiva, Katia Tatiana Ferreira Blanco da Cruz Silva e de Cristina Maria Borges Saraiva como assessoras, na sequência de concurso 1221

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.:

Despacho (extracto) n.º 988/2009:

Despacho de provimento 1221

Despacho (extracto) n.º 989/2009:

Nomeações do conselho directivo 1222

Despacho (extracto) n.º 990/2009:

Despacho nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro 1222

Despacho (extracto) n.º 991/2009:

Despacho nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro 1222

Despacho (extracto) n.º 992/2009:

Despacho de substituição nos termos do n.º 3 do artigo 41.º do CPA 1222

Instituto da Segurança Social, I. P.:

Alvará n.º 1/2009:

Alvará de abertura e funcionamento do estabelecimento Academia dos Pequenitos — ATL, Centro de Estudos e Organização de Eventos, L.da 1222

Despacho n.º 993/2009:

Delegação e subdelegação de competências 1222

Despacho (extracto) n.º 994/2009:

Nomeação nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro Estagiário da carreira de Inspector Superior 1224

Despacho (extracto) n.º 995/2009:

Nomeação definitiva de Inácio Augusto Carneiro 1224

Despacho (extracto) n.º 996/2009:

Nomeação definitiva de Rosalina Maria Castanho Borges 1224

Despacho (extracto) n.º 997/2009:

Promoção, por mérito excepcional, de Paulo Gumercindo Santos Alves 1224

Despacho (extracto) n.º 998/2009:

Nomeação definitiva na carreira de inspector superior 1224

Despacho (extracto) n.º 999/2009:

Nomeação definitiva de Pedro Miguel Gomes 1225

Despacho (extracto) n.º 1000/2009:

Nomeação definitiva de Maria Helena Pereira Dias Martins Ferreira 1225

Despacho (extracto) n.º 1001/2009:

Nomeação definitiva de Maria Alexandra Fernandes Dionísio 1225

Despacho (extracto) n.º 1002/2009:

Nomeação definitiva 1225

Ministério da Saúde

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.:

Aviso n.º 1112/2009:

Lista de classificação final do concurso interno de ingresso para provimento de 46 lugares de Enfermeiro, da Carreira de Enfermagem 1225

Aviso n.º 1113/2009:

Lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para provimento de cinco lugares de enfermeiro especialista para a área de reabilitação da carreira de enfermagem . . 1232

Aviso n.º 1114/2009:

Lista de classificação final do concurso interno geral de âmbito sub-regional para preenchimento de 20 lugares de assistente da carreira médica de clínica geral 1232

Declaração de rectificação n.º 62/2009:

Transferência de pessoal de enfermagem para ARS Norte, I. P./SRS Braga — enfermeira graduada Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro 1235

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.:

Deliberação n.º 59/2009:

Passagem ao regime de mobilidade especial de Irene Dias Ferreira Antunes. 1235

Deliberação (extracto) n.º 60/2009:

Mobilidade interna da enfermeira graduada Cristina Maria Antunes Agostinho 1235

Deliberação (extracto) n.º 61/2009:

Autoriza a transferência de Edite da Conceição Capucho Lopes do DGRS. 1235

Deliberação (extracto) n.º 62/2009:

Licença sem vencimento de longa duração de Vera Filipa Garcia Barrento Mateus 1235

Deliberação (extracto) n.º 63/2009:

Autorização de acumulação de funções docentes da enfermeira graduada Maria Idalina Vieira Monteiro Costa Redinha 1235

Deliberação (extracto) n.º 64/2009:

Autoriza a acumulação de funções ao enfermeiro Joaquim Filipe Silva Carreira no período de 1 de Agosto a 26 de Dezembro de 2008 1235

Despacho (extracto) n.º 1003/2009:

Nomeação de Ana Isabel Simões Amaro na categoria de técnico superior de 2.ª classe do regime geral. 1236

Despacho (extracto) n.º 1004/2009:

Transferência do AAP João António Branco Mendes 1236

Despacho (extracto) n.º 1005/2009:

Autorizada a transferência da enfermeira graduada Maria da Conceição Antunes Martins . . 1236

Deliberação (extracto) n.º 65/2009:

Transferência da auxiliar de apoio e vigilância Licínia Maria Malo Ribeiro Tomás do quadro de pessoal do Hospital Cândido de Figueiredo, Tondela, para o quadro de pessoal do Centro de Saúde de Viseu 3. 1236

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.:

Deliberação n.º 66/2009:

Nomeados assistentes administrativos especialistas do quadro de pessoal da ARSLVT, I. P., através de concurso interno de acesso limitado, Adélia Maria Rosa Martins Salgado, entre outros. 1236

Deliberação (extracto) n.º 67/2009:

Nomeados na sequência de concurso interno de acesso limitado assistentes administrativos principais, do quadro de pessoal desta ARS, Patrícia da Silva Saldanha Ferreira, entre outros. 1236

Despacho (extracto) n.º 1006/2009:

Autorizada a reclassificação do assistente administrativo principal José Carlos Marques Ramos como técnico de informática, nível 1, com efeitos à data do despacho, para o Centro de Saúde de Benfica 1236

Despacho (extracto) n.º 1007/2009:

Nomeada na categoria de técnica principal de análises clínicas Irene Maria Vintém Rodrigues a prover na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, precedendo concurso. 1236

Despacho (extracto) n.º 1008/2009:

Autorizada a acumulação de funções da enfermeira graduada Filipa Silveira Machado de Soveral Rodrigues do quadro da Maternidade Dr. Alfredo da Costa em regime de dezanove horas semanais para o Centro de Saúde de Santo Condestável. 1236

Despacho (extracto) n.º 1009/2009:

Por despacho da Ministra da Saúde de 31 de Outubro de 2008, foi autorizada a exoneração a seu pedido do cargo de delegada de saúde regional de Lisboa e Vale do Tejo a chefe de serviços da carreira médica de saúde pública a licenciada Vera Maria Caferra Pereira Machado Gaspar, com efeitos a 31 de Outubro de 2008. 1237

Despacho (extracto) n.º 1010/2009:

Por despacho da Ministério da Saúde de 31 de Outubro de 2008, foi autorizada a nomeação da assistente graduada da carreira médica de saúde pública licenciada Maria Manuela Geraldes Lucas para o cargo de delegada de saúde regional de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a 1 de Novembro de 2008 1237

Despacho (extracto) n.º 1011/2009:

Autoriza a exoneração a seu pedido do cargo de delegado de saúde regional-adjunto de Lisboa e Vale do Tejo o chefe de serviços da carreira médica de saúde pública licenciado José Joaquim Monteiro Júnior, com efeitos a 1 de Novembro de 2008 1237

Despacho n.º 1012/2009:

Nomeação na categoria de técnico principal, área de terapia ocupacional, da carreira de TDT, de Maria do Céu Silva Vieira Jorge e Pedro Jorge Bargão Rodrigues para o Centro de Saúde de Torres Novas. 1237

Despacho n.º 1013/2009:

Nomeações na categoria de assistente administrativo especialista para o Centro de Saúde de Benavente 1237

Despacho n.º 1014/2009:

Nomeação de João Carlos Neves da Glória Teixeira na categoria de técnico de 1.ª classe, carreira de TDT, área de fisioterapia, para o C. S. de Ourém, após concurso interno de acesso circunscrito 1237

Despacho n.º 1015/2009:

Nomeação na categoria de assistente administrativo especialista de Idalina Clara Simão de Oliveira Martins e Norvinda Nogueira Pinhão, para o Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha 1237

Aviso n.º 1115/2009:

Concurso interno de acesso misto para provimento de cinco lugares de técnico especialista de 1.ª classe da carreira TDT — área de saúde ambiental. 1237

Deliberação n.º 68/2009:

Transferência da assistente administrativa Iolanda Maria Marques Caseiro Negreiros Cruz 1240

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.:

Despacho (extracto) n.º 1016/2009:

Mobilidade interna — Judite da Soledade Gonçalves Ramos dos Reis — auxiliar de apoio e vigilância 1240

Despacho (extracto) n.º 1017/2009:

Maria Emília Cantigas Ramos, auxiliar de apoio e vigilância — mobilidade interna 1240

Centro Hospitalar das Caldas da Rainha:

Deliberação (extracto) n.º 69/2009:

Nomeação de Paulo Jorge Rodrigues Marques Pereira na categoria de técnico especialista. . . 1240

Deliberação (extracto) n.º 70/2009:

Nomeação do assistente hospitalar de cardiologia Dr. Manuel Carvalho Rodrigues 1240

Deliberação (extracto) n.º 71/2009:

Colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, de António Serafim Reis Sousa 1240

Centro Hospitalar de Cascais:

Aviso n.º 1116/2009:

Delegação de competências. 1240

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra:

Aviso (extracto) n.º 1117/2009:

Lista de pessoal que passou à mobilidade especial por opção voluntária 1242

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa:

Deliberação (extracto) n.º 72/2009:

Colocação em mobilidade especial voluntária de Dília da Costa Cabral 1242

Despacho (extracto) n.º 1018/2009:

Autorizado o regime de trabalho de semana de quatro dias à assistente hospitalar de psiquiatria Lucília Eduarda Abrantes Bravo 1242

Centro Hospitalar de Torres Vedras:

Aviso n.º 1118/2009:

Lista de classificação final do concurso para enfermeiro especialista de reabilitação 1242

Aviso n.º 1119/2009:

Lista de classificação final do concurso para enfermeiro especialista em saúde infantil e pediátrica 1242

Aviso n.º 1120/2009:

Lista de classificação final do concurso para enfermeiro especialista em saúde mental e psiquiátrica 1243

Hospitais Civis de Lisboa:

Aviso (extracto) n.º 1121/2009:

Concurso interno geral de provimento para assistente de anestesiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa 1243

Aviso n.º 1122/2009:

Pedido de exoneração da função pública da assistente de ginecologia/obstetrícia Ana Paula Marques Maia Casqueiro. 1244

Deliberação (extracto) n.º 73/2009:

Cessação do regime de dedicação exclusiva de quarenta e duas horas semanais do assistente de anestesiologia Eduardo Manuel Torres Dias Ferreira. 1244

Deliberação (extracto) n.º 74/2009:

Passagem à situação de mobilidade especial voluntária de Maria Alice Jesus Pedro da Costa 1244

Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco:

Deliberação (extracto) n.º 75/2009:

Exoneração do assistente graduado de oftalmologia António Manuel Santos de Melo 1244

Hospital de Cândido de Figueiredo:

Deliberação (extracto) n.º 76/2009:

Nomeação definitiva, na sequência de concurso, de auxiliares de acção médica principais . 1244

Hospital Distrital de Águeda:

Aviso n.º 1123/2009:

Autoriza Maria Lucinda Amaral Lopes Ferreira a regressar ao serviço após licença sem vencimento 1244

Aviso n.º 1124/2009:

Licença sem vencimento da enfermeira graduada Sílvia Cristina de Oliveira Barrocas 1244

Aviso n.º 1125/2009:

Concurso interno geral de ingresso de dois lugares de assistente administrativo. 1244

Hospital Distrital do Montijo:

Deliberação (extracto) n.º 77/2009:

Maria Odete Lucas — promoção a técnica superior principal 1245

Hospital Distrital de São João da Madeira:

Despacho (extracto) n.º 1019/2009:

Nomeação de Ana Margarida Loureiro de Almeida como enfermeira especialista em Enfermagem na Comunidade, após concurso interno geral de acesso. 1246

Hospital do Litoral Alentejano:

Despacho n.º 1020/2009:

Requisição da enfermeira Maria Teresa Filipe Rodrigues. 1246

Declaração de rectificação n.º 63/2009:

Rectificação do aviso n.º 28638/2008 1246

Hospital de Magalhães Lemos:

Deliberação n.º 78/2009:

Nomeação de operário qualificado principal — carpinteiro 1246

Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo:

Aviso n.º 1126/2009:

Concurso institucional interno geral para provimento de um lugar de chefe de serviço de medicina interna da carreira médica hospitalar 1246

Hospital de São Marcos:

Aviso n.º 1127/2009:

Concurso interno geral para provimento na categoria de chefe de serviço de otorrinolaringologia da carreira médica hospitalar 1247

Deliberação n.º 79/2009:

Nomeação de Maria do Rosário Chumbo Domingos e Amaro e do Rui Nuno Machado Guimarães, na categoria de assistente de anestesiologia da carreira médica hospitalar 1248

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.:

Aviso n.º 1128/2009:

Autorização para comercializar por grosso, importar, exportar e trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados concedida à sociedade Francisco João de Sousa & Filho, L.da, a partir das suas instalações sitas na Rua da Piçarra, 13, em Monforte 1248

Aviso n.º 1129/2009:

Autorização para comercializar por grosso, importar, exportar e trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados concedida à sociedade SOFARIMEX — Indústria Química e Farmacêutica, S. A., a partir das suas instalações sitas na Avenida das Indústrias, em Agualva-Cacém 1248

Aviso n.º 1130/2009:

Autorização para trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados concedida à sociedade Rangel, Distribuição e Logística, S. A., a partir das suas instalações sitas na Rua dos Tractores, no Montijo 1248

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P.:

Despacho n.º 1021/2009:

Nomeação do director do Centro de Saúde Pública doutor Gonçalves Ferreira 1248

Ministério da Educação

Gabinete do Secretário de Estado da Educação:

Despacho n.º 1022/2009:

Nomeação do licenciado Nelson José Fonseca Matias para presidir à comissão permanente do programa TEIP2 1249

Secretaria-Geral:

Despacho (extracto) n.º 1023/2009:

Reclassificação e transferência de Maria Teresa Sacramento Nobre Silva Rosa 1249

Despacho (extracto) n.º 1024/2009:

Reclassificação da telefonista Anabela Lopes Dias Cubal para assistente administrativa da carreira de assistente administrativo 1249

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação:

Despacho n.º 1025/2009:

Classificação profissional 1249

Despacho (extracto) n.º 1026/2009:

Regresso ao serviço de Maria Henriqueta Campos 1253

Despacho (extracto) n.º 1027/2009:

Regresso ao serviço de Deolinda da Costa e Silva 1253

Despacho (extracto) n.º 1028/2009:

Reclassificação profissional de Arlete Gonçalves Pires Gomes 1253

Despacho (extracto) n.º 1029/2009:

Reclassificação profissional de Dora Cristina Sequeira Feijão Caiola 1253

Despacho (extracto) n.º 1030/2009:
Reclassificação profissional de Maria José Simões Pereira 1253
Despacho (extracto) n.º 1031/2009:
Reclassificação profissional de Idalina Faria da Silva Pinheiro 1253
Despacho n.º 1032/2009:
Publicação da classificação profissional 1253
Despacho n.º 1033/2009:
Classificação profissional 1253
Despacho n.º 1034/2009:
Publicação da classificação profissional 1254
Despacho n.º 1035/2009:
Publicação da classificação profissional 1254
Despacho n.º 1036/2009:
Publicação da classificação profissional 1254
Despacho n.º 1037/2009#|dip|#:
Publicação da classificação profissional 1254
Despacho n.º 1038/2009:
Classificação profissional 1254
Despacho n.º 1039/2009:
Publicação da classificação profissional 1255
Despacho n.º 1040/2009:
Publicação da classificação profissional 1255
Despacho n.º 1041/2009:
Publicação da classificação profissional 1255
Despacho n.º 1042/2009:
Publicação da classificação profissional 1255
Despacho n.º 1043/2009:
Publicação da classificação profissional 1255
Despacho n.º 1044/2009:
Publicação da classificação profissional 1255
Despacho n.º 1045/2009:
Publicação da classificação profissional 1256
Despacho n.º 1046/2009:
Publicação da classificação profissional 1256
Despacho n.º 1047/2009:
Publicação da classificação profissional 1256
Despacho n.º 1048/2009:
Classificação profissional de Luísa Maria Trindade Coelho Guardado 1256
Despacho n.º 1049/2009:
Classificação profissional de Luís Veríssimo Cardoso Alves 1256
Despacho n.º 1050/2009:
Classificação profissional 1256
Despacho n.º 1051/2009:
Classificação profissional 1257
Despacho (extracto) n.º 1052/2009:
Nomeação, precedendo concurso, na categoria de chefe de serviços de administração escolar dos quadros distritais de vinculação do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do Ministério da Educação 1257
Despacho n.º 1053/2009:
Classificação profissional 1261

Despacho n.º 1054/2009:
Publicação da classificação profissional 1262
Despacho n.º 1055/2009:
Publicação da classificação profissional 1262
Despacho n.º 1056/2009:
Publicação da classificação profissional 1263
Despacho n.º 1057/2009:
Classificação profissional 1263
Despacho n.º 1058/2009:
Classificação profissional 1266
Despacho n.º 1059/2009:
Publicação da classificação profissional 1266
Despacho (extracto) n.º 1060/2009:
Classificação profissional 1267
Despacho n.º 1061/2009:
Classificação profissional 1267
Declaração de rectificação n.º 64/2009:
Publicação da classificação profissional 1267
Declaração de rectificação n.º 65/2009:
Publicação de classificação profissional 1267
Declaração de rectificação n.º 66/2009:
Publicação da classificação profissional 1267
Declaração de rectificação n.º 67/2009:
Publicação da classificação profissional 1268
Declaração de rectificação n.º 68/2009:
Publicação da classificação profissional 1268
Declaração de rectificação n.º 69/2009:
Publicação da classificação profissional 1268
Declaração de rectificação n.º 70/2009:
Publicação da classificação profissional 1268
Declaração de rectificação n.º 71/2009:
Publicação da classificação profissional 1268
Declaração de rectificação n.º 72/2009:
Publicação da classificação profissional 1268

Direcção Regional de Educação do Norte:

Aviso n.º 1131/2009:
Lista de antiguidade de pessoal docente do ano lectivo 2007-2008 1269
Aviso n.º 1132/2009:
Equiparação a bolseiro — ano lectivo de 2008-2009 1269
Aviso n.º 1133/2009:
Nomeação de professores titulares 1269
Despacho n.º 1062/2009:
Rescisão de contrato 1269
Aviso n.º 1134/2009:
Listas de antiguidade do pessoal docente 1269
Aviso n.º 1135/2009:
Docentes nomeados para a categoria de professor titular, com efeitos a 1 de Setembro de 2008 1269
Despacho n.º 1063/2009:
Nomeação para professor titular — concurso extraordinário 1269

Louvor n.º 12/2009:

Louvor ao professor Manuel Pedro Mendes Folhadela e Costa 1269

Despacho n.º 1064/2009:

Nomeação de docentes do quadro de nomeação definitiva para a categoria de professor titular 1270

Aviso n.º 1136/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente 1270

Despacho (extracto) n.º 1065/2009:

Nomeação de professores titulares 1270

Aviso n.º 1137/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2008. 1270

Despacho n.º 1066/2009:

Nomeação de docentes para a categoria de professor titular. 1270

Aviso n.º 1138/2009:

Concurso para provimento do lugar de director do Agrupamento de Escolas de Gil Vicente 1270

Aviso n.º 1139/2009:

Denúncia de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado 1271

Aviso n.º 1140/2009:

Nomeação de professores titulares — concurso extraordinário 1271

Declaração de rectificação n.º 73/2009:

Rectifica o aviso n.º 25 355/2008 1271

Aviso n.º 1141/2009:

Licença sem vencimento de 90 dias 1272

Aviso n.º 1142/2009:

Listas de antiguidade do pessoal docente 1272

Declaração de rectificação n.º 74/2009:

Nomeação dos professores titulares 1272

Aviso n.º 1143/2009:

Nomeação de professores titulares 1272

Despacho n.º 1067/2009:

Homologação dos contratos administrativos de serviço docente, relativos ao ano escolar de 2008-2009, dos professores colocados nas escolas do Agrupamento de Escolas de Mogadouro 1272

Aviso n.º 1144/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente 2007-2008 1273

Aviso n.º 1145/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos deste Agrupamento de Escolas, referente a 31 de Agosto de 2008 1273

Despacho n.º 1068/2009:

Homologação dos contratos administrativos de serviço docente, para o ano lectivo de 2007-2008 1273

Aviso n.º 1146/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente 1273

Declaração n.º 2/2009:

Anulação do Despacho n.º 26241/2008. 1273

Aviso (extracto) n.º 1147/2009:

Lista de antiguidade reportada a 31 de Agosto de 2008 do pessoal docente da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso 1273

Despacho n.º 1069/2009:

Nomeação para a categoria de professor titular 1273

Aviso n.º 1148/2009:

Rescisão de contrato administrativo de provimento 1273

Aviso n.º 1149/2009:

Rescisão de Contrato Individual de Trabalho 1273

Aviso n.º 1150/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente 1274

Despacho n.º 1070/2009:

Nomeação da chefe de serviços de Administração Escolar em regime de substituição 1274

Aviso n.º 1151/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente 1274

Louvor n.º 13/2009:

Louvor de competências 1274

Louvor n.º 14/2009:

Louvor de competências 1274

Despacho n.º 1071/2009:

Nomeação de professor titular extraordinário 1274

Direcção Regional de Educação do Centro:

Declaração de rectificação n.º 75/2009:

Rectificação do despacho n.º 32 333/2008, inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008 1274

Despacho n.º 1072/2009:

Homologação de contratos de professores — 2008-2009 1274

Aviso n.º 1152/2009:

Lista de antiguidade referente a 31 de Agosto de 2008 1274

Aviso n.º 1153/2009:

Homologação e cabimentação dos contratos administrativos de provimento e a termo resolutivo certo de docentes, efectuados no período entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro de 2007 1275

Despacho n.º 1073/2009:

Nomeação na categoria de professor titular 1275

Aviso (extracto) n.º 1154/2009:

Homologação de contratos administrativos de provimento de serviço docente 1275

Despacho n.º 1074/2009:

Nomeação da chefe de serviços de Administração Escolar em regime de substituição 1275

Aviso n.º 1155/2009:

Publica a lista de antiguidade 2008 do pessoal docente 1275

Aviso n.º 1156/2009:

Homologação de contratos de pessoal docente de 2008-2009 1275

Aviso n.º 1157/2009:

Publicação da lista de antiguidade de pessoal não docente 1275

Aviso n.º 1158/2009:

Afixação a lista de antiguidade do pessoal docente 1276

Aviso n.º 1159/2009:

Homologação de contratos 2008-2009 1276

Aviso n.º 1160/2009:

Homologação de contratos do ano lectivo 2008-2009 1276

Aviso (extracto) n.º 1161/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente relativa ao ano escolar de 2007-2008 — Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha 1276

Despacho (extracto) n.º 1075/2009:

Nomeação de Professores Titulares 1276

Despacho (extracto) n.º 1076/2009:

Rescisão de contrato administrativo de provimento da Professora Marta Gonçalves da Costa — Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha 1277

Despacho (extracto) n.º 1077/2009:

Rescisão de contrato de trabalho por tempo indeterminado do auxiliar de acção educativa Luís Eduardo Couto Casimiro — Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha 1277

Despacho (extracto) n.º 1078/2009:

Homologação de contratos administrativos de serviço docente referente ao ano lectivo de 2007-2008 — Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha 1277

Declaração de rectificação n.º 76/2009:

Rectificação — Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha 1277

Aviso n.º 1162/2009:

Homologação de contratos do pessoal docente — ano lectivo de 2008-2009 1277

Aviso n.º 1163/2009:

Lista de antiguidade de pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2008. 1277

Despacho n.º 1079/2009:

Nomeação em regime de comissão de serviço para a categoria de professor titular, para o ano lectivo 2007-2008 de acordo com o ponto 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio 1277

Despacho n.º 1080/2009:

Nomeação de chefe de serviços de administração escolar, por urgente conveniência de serviço 1278

Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo:

Aviso (extracto) n.º 1164/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente 1278

Despacho (extracto) n.º 1081/2009:

Nomeação da professora titular Luísa Marcelo. 1278

Declaração de rectificação n.º 77/2009:

Rectificação do aviso publicado no *Diário da República,* n.º 97, 2.ª série, de 20 de Maio de 2008 1278

Aviso n.º 1165/2009:

Lista de antiguidade de pessoal docente 1278

Aviso (extracto) n.º 1166/2009:

Lista de antiguidade de docentes referente a 31 de Agosto de 2008. 1278

Aviso n.º 1167/2009:

Abertura de concurso a director da escola. 1278

Despacho (extracto) n.º 1082/2009:

Homologação de contratos de docentes relativos ao ano 2006-2007 1279

Despacho (extracto) n.º 1083/2009:

Homologação de contratos de docentes referente ao ano lectivo de 2006-2007. 1279

Despacho (extracto) n.º 1084/2009:

Nomeação em lugar de professor titular 1279

Despacho (extracto) n.º 1085/2009:

Nomeação em lugar de professor titular 1279

Despacho n.º 1086/2009:

Homologação dos contratos do pessoal docente referente a 2008-2009. 1279

Despacho n.º 1087/2009:

Homologação de contratos do pessoal docente. 1280

Aviso n.º 1168/2009:

Aviso de homologação de contratos individuais de trabalho por tempo indeterminado. 1280

Aviso n.º 1169/2009:

Abertura de concurso para provimento do lugar de director do Agrupamento de Escolas de Damião de Góis. 1280

Aviso (extracto) n.º 1170/2009:

Listas de antiguidade reportadas a 31 de Agosto de 2008. 1280

Aviso n.º 1171/2009:

Homologação C. I. T. (PND) 1281

Despacho n.º 1088/2009:

Transferências dos docentes do quadro de nomeação definitiva — ano lectivo de 2006-2007 1281

Despacho n.º 1089/2009:

Nomeação de chefe de serviços. 1281

Despacho (extracto) n.º 1090/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento Vertical de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho. 1281

Despacho n.º 1091/2009:

Licença sem vencimento de longa duração 1281

Despacho (extracto) n.º 1092/2009:

Delegação de competências. 1281

Aviso n.º 1172/2009:

Anulação do aviso (extracto) n.º 3719/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 32, de 14 de Fevereiro de 2008 1281

Despacho (extracto) n.º 1093/2009:

Nomeação da assistente de administração escolar principal para o cargo de chefe de serviços de Administração Escolar em regime de substituição 1282

Aviso (extracto) n.º 1173/2009:

Publicação do contrato administrativo para o grupo 290, celebrado e homologado para o ano lectivo de 2008-2009 1282

Aviso (extracto) n.º 1174/2009:

Contrato administrativo de serviço docente 1282

Aviso n.º 1175/2009:

Homologação de contratos administrativos de provimento de serviço docente do ano de 2008-2009 1282

Aviso n.º 1176/2009:

Lista de antiguidade do pessoal docente 1282

Despacho n.º 1094/2009:

Delegação de competências. 1282

Despacho n.º 1095/2009:

Rectificação da lista de titulares já publicada 1282

Despacho n.º 1096/2009:

Contratos homologados. 1283

Aviso n.º 1177/2009:

Alteração de escalão e índice remuneratório. 1283

Louvor n.º 15/2009:

Louvor a Maria João C. Gomes. 1283

Louvor n.º 16/2009:

Louvor a Maria Manuela Cabrita 1283

Despacho n.º 1097/2009:

Homologação de contratos de pessoal docente 1283

Despacho (extracto) n.º 1098/2009:

Nomeação da chefe de Serviços dos Administração Escolar 1284

Despacho (extracto) n.º 1099/2009:

Homologação de contratos de serviço docente 1284

Direcção Regional de Educação do Alentejo:

Despacho n.º 1100/2009:

Determina a renovação da designação para chefiar a Equipa de Apoio à Modernização e Desenvolvimento Educativo 1284

Despacho n.º 1101/2009:

Exonerada a seu pedido do respectivo quadro 1284

Despacho n.º 1102/2009:

Nomeação em regime de substituição 1284

Despacho n.º 1103/2009:

Delegação de competências. 1285

Aviso n.º 1178/2009:

Nomeação de professores titulares 1285

Despacho n.º 1104/2009:

Exoneração da docente do 1.º ciclo Maria Filomena Bairrão Prates da categoria de professora titular, cuja nomeação foi publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 117, de 19 de Junho de 2008, devido ter sido destituída do concurso de professores titulares 1286

Aviso n.º 1179/2009:

Nomeação definitiva para a categoria de professor titular 1286

Aviso n.º 1180/2009:

Afixação de lista de antiguidade do pessoal docente, com referência a 31 de Agosto de 2008 1286

Despacho (extracto) n.º 1105/2009:

Despacho da presidente do conselho executivo 1286

Despacho (extracto) n.º 1106/2009:

Despacho da presidente do conselho executivo 1286

Despacho (extracto) n.º 1107/2009:

Delegação de competências. 1286

Despacho (extracto) n.º 1108/2009:

Delegação de competências. 1286

Direcção Regional de Educação do Algarve:

Despacho n.º 1109/2009:

Homologação de contratos de pessoal docente 1286

Despacho n.º 1110/2009:

Homologação de contratos de pessoal docente ao abrigo do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro e do Decreto-Lei n.º 35/2007, de 22 de Junho, referentes ao ano escolar de 2007--2008 1286

Inspecção-Geral da Educação:

Anúncio n.º 204/2009:

Citação dos contra-interessados no processo sob o n.º 494/08.6BELSB, que se encontra pendente na 3.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, em que são autora Maria Helena Martins de Brito Rodrigues Gião e autoridade demandada Ministério da Educação. 1287

Despacho n.º 1111/2009:

Nomeação da licenciada Nídia Maria Guimarães Carvalho d' Ascenção Rocha na categoria de inspectora superior da carreira técnica superior de inspecção da educação 1288

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Secretaria-Geral:

Declaração de rectificação n.º 78/2009:

Rectificação do despacho normativo n.º 58/2008 — Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco 1288

Direcção-Geral do Ensino Superior:

Despacho n.º 1112/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Automação, Robótica e Controlo Industrial na Fundação Minerva — Cultura, Ensino e Investigação Científica, entidade instituidora da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, para ser ministrado nessa Universidade. 1290

Despacho n.º 1113/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Contabilidade e Empreendedorismo Organizacional na MAIÊUTICA — Cooperativa de Ensino Superior, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior da Maia, para funcionar nesse instituto 1291

Despacho n.º 1114/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Gestão de Turismo no ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, Lda., entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto 1292

Despacho n.º 1115/2009:

Regista o curso de especialização tecnológica em técnicas de gerontologia no Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., entidade instituidora da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Nordeste, para funcionar nesse Instituto 1293

Despacho n.º 1116/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos no ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto. 1294

Despacho n.º 1117/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Desenvolvimento de Produtos Multimédia 1296

Despacho n.º 1118/2009:

Regista o Curso de Especialização Tecnológica em Técnicas e Gestão de Turismo na Universidade de Aveiro 1297

Despacho n.º 1119/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Tecnologia Alimentar no Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., entidade instituidora do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Mirandela, para funcionar nesse Instituto 1298

Despacho n.º 1120/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Gestão Comercial na MAIÊUTICA — Cooperativa de Ensino Superior, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior da Maia, para funcionar nesse instituto 1299

Despacho n.º 1121/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Banca e Seguros no ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto. 1301

Despacho n.º 1122/2009:

Regista o Curso de Especialização Tecnológica em Desenvolvimento de Produtos Multimédia no ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto. 1302

Despacho n.º 1123/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Gerontologia no Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., entidade instituidora da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo (Viseu), para funcionar nesse Instituto 1303

Despacho n.º 1124/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Gestão da Qualidade e do Ambiente no ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto 1304

Despacho n.º 1125/2009:

Regista o curso de especialização tecnológica em Qualidade Alimentar no Instituto Politécnico de Leiria. 1305

Despacho n.º 1126/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Restauração 1307

Despacho n.º 1127/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Animação em Turismo de Natureza e Aventura no Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C. R. L., entidade instituidora da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Nordeste, para funcionar nesse Instituto; 1308

Despacho n.º 1128/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Gestão de Animação Turística na FEDRAVE — Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro, entidade instituidora

do ISCIA — Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, para funcionar nesse Instituto 1309

Despacho n.º 1129/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Aplicações Informáticas de Gestão na FEDRAVE — Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro, entidade instituidora do ISCIA — Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, para funcionar nesse Instituto 1310

Despacho n.º 1130/2009:

Regista o curso de especialização tecnológica em desenvolvimento de produtos multimédia no ITA — Instituto de Tecnologias Avançadas para a Formação, Lda., entidade instituidora do Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa (Porto), para ser ministrado nesse Instituto 1312

Despacho n.º 1131/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Construção Civil e Obras Públicas na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo do Instituto Politécnico de Viana do Castelo 1312

Despacho n.º 1132/2009:

Regista o curso de especialização tecnológica em Gestão da Qualidade na Universidade dos Açores 1314

Despacho n.º 1133/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Informática na Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Mirandela do Instituto Politécnico de Bragança 1315

Despacho n.º 1134/2009:

Regista o curso de especialização tecnológica em Técnicas e Gestão Hoteleira no Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Viseu, para funcionar nesse Instituto. 1316

Despacho n.º 1135/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Desenvolvimento de Produtos Multimédia no Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C. R. L., entidade instituidora da Escola Superior Jean Piaget de Arcozelo, para funcionar nesse Instituto 1317

Despacho n.º 1136/2009:

Regista o curso de Especialização Tecnológica em Instalações Eléctricas, Manutenção e Automação na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, do Instituto Politécnico de Setúbal 1319

Instituto de Investigação Científica Tropical:

Despacho (extracto) n.º 1137/2009:

Reclassificação da telefonista Isabel Maria Ramos Jerónimo Palos, para a categoria de assistente administrativo 1320

Despacho (extracto) n.º 1138/2009:

Reclassificação da auxiliar administrativa, Susana Cristina Nunes Correia Ventura, para a categoria de assistente administrativo 1320

Instituto de Meteorologia, I. P.:

Despacho (extracto) n.º 1139/2009:

Nomeação de funcionário 1320

Ministério da Cultura

Direcção-Geral das Artes:

Despacho (extracto) n.º 1140/2009:

Nomeação do licenciadoo Eduardo Manuel Zagalo Coimbra Arêde na categoria de técnico superior principal. 1320

Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas:

Despacho (extracto) n.º 1141/2009:

Nomeação definitiva de Célia Maria Martins Mexia Heitor, precedendo concurso, na categoria de técnico superior principal 1320

Despacho (extracto) n.º 1142/2009:

Nomeação definitiva de Filipe Armando Valente Ferreira, precedendo concurso, na categoria de assessor 1320

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais:

Despacho n.º 1143/2009:

Delegação de competências. 1320

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.:

Despacho (extracto) n.º 1144/2009:

Substituição do director do IGESPAR, I. P., nos dias 23 e 24 de Outubro de 2008 1321

Despacho (extracto) n.º 1145/2009:

Nomeação de Maria José Travassos de Almeida de Jesus Bento, António Gil Ramos Nunes e Carlos Alberto da Costa Henriques Barradas 1321

Despacho (extracto) n.º 1146/2009:

Transferência de Fernanda Maria dos Santos Coelho Steiger Garção 1321

Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.:

Despacho (extracto) n.º 1147/2009:

Nomeação em comissão de serviço extraordinária como técnica superior de 1.ª classe no quadro de pessoal do ex-Instituto Português de Museus, com vista a reclassificação, de Maria Carmen Soares Lopes 1321

Despacho (extracto) n.º 1148/2009:

Nomeação definitiva da estagiária da carreira técnica superior Maria Alexandra Lynce Costa Pais Freitas no quadro de pessoal do ex-IPM 1321

Despacho (extracto) n.º 1149/2009:

Promoção independentemente de concurso da técnica superior principal Ana Sofia Soares Caldeira Patrão 1321

Despacho (extracto) n.º 1150/2009:

Promoção independentemente de concurso do vigilante recepcionista Humberto Filipe Simões Rendeiro 1321

Despacho (extracto) n.º 1151/2009:

Promoção independentemente de concurso da técnica profissional principal Maria Guilhermina de Jesus Costa Santos 1321

Despacho (extracto) n.º 1152/2009:

Promoção independentemente de concurso da vigilante-recepcionista de 2.ª classe Maria Filomena Ramalho Borges de Mira. 1321

Despacho (extracto) n.º 1153/2009:

Promoção independente de concurso do técnico superior de 2.ª classe Albino Flávio Cabral Bessa Vaz Vieira 1321

Despacho (extracto) n.º 1154/2009:

Promoção, independentemente de concurso, do vigilante-recepcionista Paulo Jorge Bento Alves 1321

Despacho (extracto) n.º 1155/2009:

Promoção independente de concurso da conservadora de 1.ª classe Dina Maria Serra Caetano Dimas. 1321

PARTE D

Tribunal Constitucional

Declaração de rectificação n.º 79/2009:

Rectifica o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 445/2008, de 23 de Setembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 250, de 29 de Dezembro de 2008 1322

Tribunal de Contas

Despacho (extracto) n.º 1156/2009:

Promoção a assessor principal de biblioteca e documentação de Cristina Maria Gonçalves Neves da Silva Cardoso. 1322

Despacho (extracto) n.º 1157/2009:

Nomeação de três assessores principais da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas (sede) 1322

Aviso (extracto) n.º 1181/2009:

Renovação da comissão de serviço de dirigente 1322

Tribunal da Relação de Guimarães

Despacho n.º 1158/2009:

Informatização de jurisprudência 1322

2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Albufeira

Anúncio n.º 205/2009:

Insolvência de Carlos Manuel Reis Carvalho, NIF 135623596, referente aos autos de insolvência n.º 2474/08.2TBABF 1322

2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante

Anúncio n.º 206/2009:

Sentença — processo n.º 1755/08.0TBAMT 1323

2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Anadia

Anúncio n.º 207/2009:

Declaração de insolvência no processo n.º 1226/08.4TBAND 1324

3.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Aveiro

Anúncio n.º 208/2009:

Prestação de contas (liquidatário) — processo n.º 12127-D/1993 1324

2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Braga

Anúncio n.º 209/2009:

Por sentença proferida em 5 de Dezembro de 2008, às 14 horas e 30 minutos, foi declarada insolvente EDIBRUZENDE — Sociedade de Construção, L.da, no processo de insolvência n.º 7782/08.0TBBRG 1324

2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Coimbra

Anúncio n.º 210/2009:

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) n.º 3298/08.2TJCBR 1325

3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Coimbra

Anúncio n.º 211/2009:

Sentença de insolvência nos autos n.º 1147/08.0TJCBR 1325

3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Fafe

Anúncio n.º 212/2009:

Declaração em estado de insolvência da firma NITÓQUI — Exportação e Importação, L.da, com sede na Avenida de São Jorge, 691, Fafe, no processo n.º 2252/08.9TBFAF 1326

3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Guimarães

Anúncio n.º 213/2009:

Insolvência n.º 3538/08.8TBGMR — Publicidade do encerramento do processo 1326

4.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Guimarães

Anúncio n.º 214/2009:

Insolvência (apresentação) n.º 4641/08.0TBGMR 1326

1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa

Anúncio n.º 215/2009:

Publicidade da sentença de declaração de insolvência proferida no processo n.º 1452/08.6TYLSB 1327

3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa

Anúncio n.º 216/2009:

Sentença de insolvência — processo n.º 724/07.1TYLSB 1328

Anúncio n.º 217/2009:

Publicidade de sentença de insolvência. Processo n.º 1471/08.2TYLSB. Insolvente: TECNI-CELULAR — Telecomunicações, Informática e Serviços, Sociedade Unipessoal, L.da 1328

4.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa

Anúncio n.º 218/2009:

Sentença de declaração de insolvência — processo n.º 758/08.9TYLSB. 1328

1.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Matosinhos

Anúncio n.º 219/2009:

Declaração de encerramento no processo de insolvência n.º 7560/07.3TBMTS 1329

3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ovar

Anúncio n.º 220/2009:

Prestação de contas n.º 1547/07.3TBOVR-B 1329

3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira

Anúncio n.º 221/2009:

Declaração de insolvência — insolvência de pessoa colectiva n.º 1607/08.3TBPFR 1329

3.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Paredes

Anúncio n.º 222/2009:

Declaração de insolvência no processo n.º 3747/08.0TBPRD 1330

Tribunal da Comarca de Penacova

Anúncio n.º 223/2009:

Encerramento de insolvência — processo n.º 773/06.7TBPCV 1330

4.º Juízo do Tribunal da Comarca de Penafiel

Anúncio n.º 224/2009:

Declaração de insolvência — processo n.º 2592/08.7TBPNF 1330

Tribunal da Comarca de Penamacor

Anúncio n.º 225/2009:

Convocação da assembleia de credores a que alude o artigo 156.º do CIRE — processo n.º 78/08-9TBPNC — insolvência de pessoa colectiva (requerida) 1331

1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal

Anúncio n.º 226/2009:

Declaração de insolvência e citação de credores e demais interessados nos autos de insolvência de pessoa colectiva (requerida) n.º 1274/07.1TBPBL. 1331

2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima

Anúncio n.º 227/2009:

Citação de credores na prestação de contas da falência de Abreu & Irmão, L.da — processo n.º 20/04.6TBPTL-J. 1332

1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Portalegre

Anúncio n.º 228/2009:

Rectifica o anúncio da insolvência n.º 517/08.9TBPTG. 1332

2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós

Anúncio n.º 229/2009:

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) n.º 1601/07.1TBPMS 1332

Anúncio n.º 230/2009:

Insolvência de pessoa singular (requerida) — n.º 874/08.7TBPMS 1332

Anúncio n.º 231/2009:

Prestação de contas (liquidatário) — n.º 874/08.7TBPMS-B 1332

4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira

Anúncio n.º 232/2009:

Publicidade da prestação de contas nos autos de insolvência n.º 518/08.7TBVFR-C em que é insolvente ELECTRO 31 — Instalações Eléctricas, L.da 1333

2.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Santo Tirso

Anúncio n.º 233/2009:

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) n.º 3046/08.7TBSTS do 2.º Juízo Cível de Santo Tirso. 1333

1.º Juízo Cível do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Seixal

Anúncio n.º 234/2009:

Sentença de declaração de insolvência de pessoa singular n.º 3826/08.3TBSXL. 1333

1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Valongo

Anúncio n.º 235/2009:

Insolvência n.º 4593/08.6TBVLG. 1334

4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo

Anúncio n.º 236/2009:

Declaração de insolvência — processo n.º 3570/08.1TBVCT 1334

4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Famalicão

Anúncio n.º 237/2009:

Sentença de declaração de insolvência proferida nos autos de insolvência n.º 3772/08.0TJVNF 1335

1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia

Anúncio n.º 238/2009:

Sentença e notificação de interessados nos autos de insolvência n.º 794/08.5TYVNG — insolvência de pessoa colectiva (apresentação) 1335

2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia

Anúncio n.º 239/2009:

Processo n.º 431/06.2TYVNG — insolvência de pessoa colectiva (apresentação) 1336

3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia

Anúncio (extracto) n.º 240/2009:

Sentença de insolvência (carácter pleno) — processo n.º 753/08.8TYVNG 1336

Anúncio n.º 241/2009:

Sentença de insolvência — processo n.º 500/07.1TYVNG 1336

Anúncio n.º 242/2009:

Aprovação do plano de insolvência de FAPOBOL — Fábrica Portuense de Borracha, S. A., número de identificação fiscal 500109222, processo n.º 96/08.7TYVNG 1337

3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vila Real

Anúncio n.º 243/2009:

Declaração de insolvência de Carla Cristina Mourão Martins — processo de insolvência de pessoa singular (apresentação) n.º 1894/08.7TBVRL. 1337

1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vila Verde

Anúncio n.º 244/2009:

Declaração de insolvência — processo n.º 1283/08.3TBVVD — AFIAVERDE — Afiamentos e Rectificações, L.da 1337

4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Viseu

Anúncio n.º 245/2009:

Processo n.º 3294/08.0TBVIS — insolvência. 1338

Tribunal da Comarca de Vouzela

Anúncio n.º 246/2009:

Insolvência n.º 258/08.7 TBVZL. 1339

Anúncio n.º 247/2009:

Insolvência n.º 253/07.3 TBVZL. 1339

Ministério Público

Despacho (extracto) n.º 1159/2009:

Nomeação, precedendo concurso, na categoria de chefe de secção de Maria Beatriz Barbosa Ferreira 1340

Despacho (extracto) n.º 1160/2009:

Reclassificação profissional, Vítor Manuel Palmeiro Mendonça 1340

Despacho (extracto) n.º 1161/2009:

Transferência da técnica superior de 1.ª classe Antónia Correia Xarouco Soares 1340

Despacho (extracto) n.º 1162/2009:

Transferência da técnica superior de 1.ª classe Maria Armanda Pereira Marques 1340

Despacho (extracto) n.º 1163/2009:

Reclassificação profissional do técnico superior de 2.ª classe licenciado Fernando Henriques dos Santos Ramos 1340

Despacho (extracto) n.º 1164/2009:

Nomeação, precedendo concurso, como assessora principal da licenciada Maria Celeste Mendes Rodrigues. 1340

Parecer n.º 62/2007:

Reclassificação profissional para a carreira técnica superior, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, de funcionários da justiça que exercem cargos dirigentes em unidades orgânicas da Direcção-Geral da Administração da Justiça e que adquiriram habilitações académicas adequadas. 1341

Deliberação (extracto) n.º 80/2009:

Regresso ao serviço após licença sem vencimento de longa duração do procurador da República licenciado José Carlos Vilaça Fernandes 1349

PARTE E

ERC — Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Despacho n.º 1165/2009:

Subdelegação de competências 1349

Instituto de Seguros de Portugal

Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 17/2008-R:

Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 17/2008-R — altera a Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro 1349

Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 18/2008-R:

Norma Regulamentar 18/2008-R — Regula o reporte de informação para efeitos de supervisão pelas Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões. 1351

Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 19/2008-R:

Norma regulamentar n.º 19/2008-R — altera a norma regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio. 1354

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Deliberação n.º 81/2009:

Criação do curso de especialização em Gestão 1354

Despacho n.º 1166/2009:

Delegação de competências — Prof. Doutor Juan Mozzicafreddo. 1355

Ordem dos Advogados

Edital n.º 37/2009:

Torna público o levantamento de suspensão na Ordem dos Advogados do Dr. Nuno Alves Pimenta 1355

Ordem dos Médicos

Regulamento n.º 14/2009:

Aprova o Código Deontológico da Ordem dos Médicos 1355

Ordem dos Médicos Dentistas

Regulamento n.º 15/2009:

Alteração do Regulamento de Inscrição na Ordem dos Médicos Dentistas 1369

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Regulamento da CMVM n.º 6/2008:

Regulamento da CMVM n.º 6/2008 — entidades gestoras de mercados, sistemas e serviços (alteração ao Regulamento da CMVM n.º 4/2007). 1371

Escola Superior de Enfermagem de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 1167/2009:

Nomeação definitiva na categoria de técnica superior de 2.ª classe de Ana Cristina Raimundo dos Santos Marques, na sequência de reclassificação profissional. 1372

Escola Superior de Enfermagem do Porto

Despacho (extracto) n.º 1168/2009:

Equiparação a bolseiro no País a vários docentes. 1372

Despacho (extracto) n.º 1169/2009:

Nomeação da técnica superior (estagiária) Carla Guedes Oliveira Leitão Borges 1372

Despacho (extracto) n.º 1170/2009:

Nomeação do técnico superior de 2.ª classe de biblioteca e documentação Luís Alexandre de Sousa Oliveira 1372

Despacho (extracto) n.º 1171/2009:

Nomeação do técnico profissional de 1.ª classe de secretariado Otília Maria Almeida Barbosa 1372

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Despacho (extracto) n.º 1172/2009:

Delegação de competências. 1373

Universidade Aberta

Despacho (extracto) n.º 1173/2009:

Nomeação do júri das provas públicas para a obtenção do grau de doutor, ramo de Estudos Portugueses, especialidade Língua Portuguesa — Comunicação e Tecnologias, requeridas pela mestre Helena Bárbara de Sousa Montes Rodrigues Marques Dias 1373

Despacho (extracto) n.º 1174/2009:

Nomeação do júri das provas públicas para a obtenção do grau de doutor, ramo de Literatura — Estudos Portugueses, especialidade Literatura Portuguesa, requeridas pelo mestre Gabriel Rui de Oliveira e Silva 1373

Despacho (extracto) n.º 1175/2009:

Nomeação do júri das provas públicas para a obtenção do grau de doutor, ramo de Ciências da Educação, especialidade Pedagogia e Educação Intercultural, requeridas pela mestra Ana Maria da Conceição Maduro Soares de Oliveira. 1373

Despacho (extracto) n.º 1176/2009:

Pena de demissão da assistente administrativa especialista do quadro de pessoal não docente Maria de Lurdes Dominguez Moreira Fernandes 1373

Despacho (extracto) n.º 1177/2009:

Mobilidade especial, por opção voluntária, da assistente administrativa principal do quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta, Maria Amélia Lopes Fernandes Dias. 1373

Despacho (extracto) n.º 1178/2009:

Cessação do exercício de serviço docente, em regime de acumulação, com efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2008 do Doutor Carlos Tavares Ribeiro 1374

Universidade dos Açores

Despacho (extracto) n.º 1179/2009:

Reclassificação de Laudalina Rosa Ponte Medeiros Esteireiro como técnica superior de biblioteca e documentação de 2.ª classe 1374

Despacho (extracto) n.º 1180/2009:

Reclassificação de Delfina Furtado Mota como técnica superior de biblioteca e documentação de 2.ª classe 1374

Despacho (extracto) n.º 1181/2009:

Reclassificação de António Manuel Almeida Duarte como técnico superior de 2.ª classe. . . 1374

Despacho (extracto) n.º 1182/2009:

Despacho de Reclassificação de João Carlos Madruga da Silva Santos como Especialista de Informática, grau 1, nível 1 1374

Despacho (extracto) n.º 1183/2009:

Reclassificação de Maria da Graça Carreiro Pinheiro Cavaco como técnica superior de 2.ª classe 1374

Despacho (extracto) n.º 1184/2009:

Despacho de Reclassificação de Sandra Paula Ribeiro da Rosa como Assistente Administrativo. 1374

Despacho (extracto) n.º 1185/2009:

Reclassificação de Andreia Isabel Ribeiro da Rosa Pereira como técnico superior de 2.ª classe 1374

Despacho (extracto) n.º 1186/2009:

Despacho de Reclassificação de Isabel do Rosário Pacheco Feleja como Técnico de Informática, Grau 1, Nível 1 1374

Universidade do Algarve

Contrato (extracto) n.º 6/2009:

Celebração de contrato com o mestre Rui Miguel F. Cintra 1374

Contrato (extracto) n.º 7/2009:

Autoriza o contrato como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Educação da mestre Joana de Carvalho F. Lessa. 1375

Contrato (extracto) n.º 8/2009:

Contrato como professor auxiliar com exclusividade do Doutor António Jorge Peres Matias — FE. 1375

Contrato (extracto) n.º 9/2009:

Renovação de contrato como assistente convidado com exclusividade do mestre Emílio José da Conceição Ferreira Rebelo — FE. 1375

Contrato (extracto) n.º 10/2009:

Renovação do contrato do licenciado António Carlos Camilo de Lacerda. 1375

Contrato (extracto) n.º 11/2009:

Contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio, acumulação 20 %, da mestre Paula Sofia Coelho Paiva — ESE 1375

Contrato (extracto) n.º 12/2009:

Contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio, acumulação 50 %, da licenciada Maria de Los Llanos Garcia Medina — ESGHT. 1375

Despacho (extracto) n.º 1187/2009:

Licença sem vencimento da Doutora Ana Isabel Candeias Dias Soares. 1375

Despacho (extracto) n.º 1188/2009:

Exoneração da técnica profissional de 2.ª classe Cristina Isabel Coelho Serra Apolónia. . . . 1375

Universidade de Aveiro

Despacho (extracto) n.º 1189/2009:

Nomeação definitiva da Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo como professora auxiliar 1375

Despacho (extracto) n.º 1190/2009:

Rescisão do contrato administrativo de provimento da mestre Elsa Maria de Oliveira Pinheiro de Melo 1375

Despacho (extracto) n.º 1191/2009:

Contrato administrativo de provimento do mestre Rui Miguel Ferreira Roda como professor auxiliar convidado a tempo parcial, 50% 1375

Despacho (extracto) n.º 1192/2009:

Contratos administrativos de provimento de pessoal docente. 1375

Despacho (extracto) n.º 1193/2009:

Nomeação definitiva do Doutor Jorge Augusto Fernandes Ferreira como professor auxiliar 1376

Despacho (extracto) n.º 1194/2009:

Nomeação definitiva da Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum como professora auxiliar. 1376

Despacho (extracto) n.º 1195/2009:

Contratos administrativos de provimento do mestre José Luís Sá e da licenciada Ana Paula Mendes 1376

Edital n.º 38/2009:

Concurso documental para preenchimento de um lugar de professor associado do grupo/subgrupo 6 — Química do quadro de professores da Universidade de Aveiro 1376

Despacho (extracto) n.º 1196/2009:

Contrato individual de trabalho da licenciada Marta Susana Matos Oliveira. 1378

Despacho (extracto) n.º 1197/2009:

Contratos administrativos de provimento de pessoal docente. 1378

Contrato (extracto) n.º 13/2009:

Renovação do contrato de Fernando Costa e Silva 1378

Contrato (extracto) n.º 14/2009:

Renovação de contratos de Fernando Miguel Costa e Lígia Abrunheiro 1378

Universidade da Beira Interior

Despacho (extracto) n.º 1198/2009:

Nomeação definitiva do Doutor Luís Manuel Duarte Gomes Patrício, professor auxiliar, na mesma categoria 1378

Despacho (extracto) n.º 1199/2009:

Nomeada definitivamente na categoria de professora auxiliar Anabela Antunes Almeida. . . 1379

Despacho (extracto) n.º 1200/2009:

Doutora Maria Eugénia Neto Ferrão da Silva Barbosa, professora auxiliar, nomeada definitivamente na mesma categoria 1379

Despacho (extracto) n.º 1201/2009:

Nomeia Maria de Fátima Amaro Antunes e Maria Lucinda Santos Vide Matias definitivamente na categoria de operária qualificada principal da carreira de costureira, após concurso interno de acesso limitado 1379

Despacho (extracto) n.º 1202/2009:

Reclassificação do licenciado Carlos José Miraldes da Costa como técnico superior de 2.ª classe 1379

Despacho (extracto) n.º 1203/2009:

Nomeação definitiva de duas técnicas profissionais principais de BD, após concurso interno de acesso limitado 1379

Despacho (extracto) n.º 1204/2009:

Reclassificação da licenciada Marta Manuela Santos Matias como técnica superior de 2.ª classe 1379

Despacho (extracto) n.º 1205/2009:

Nomeação de oito técnicos profissionais principais, após concurso interno de acesso limitado 1379

Despacho (extracto) n.º 1206/2009:

Nomeação de cinco técnicos profissionais especialistas, após concurso interno de acesso limitado 1379

Despacho (extracto) n.º 1207/2009:

Nomeação definitiva na mesma categoria do Doutor Paulo Eduardo Maia de Carvalho, professor auxiliar 1380

Despacho (extracto) n.º 1208/2009:

Nomeação do Doutor Paulo Jorge Lopes de Moura, professor auxiliar, definitivamente na mesma categoria 1380

Despacho (extracto) n.º 1209/2009:

Nomeia Amélia Maria de Jesus Pombo Santos Marques técnica profissional principal de museografia 1380

Despacho (extracto) n.º 1210/2009:

Nomeação da Doutora Maria João Leitão Simões Areias Pereira, professora auxiliar, definitivamente na mesma categoria 1380

Despacho (extracto) n.º 1211/2009:

Nomeação das licenciadas Maria Fernanda Branco Leirião Miranda Saraiva e Sandra Marques Pinto como técnicas superiores de 1.ª classe de BD 1380

Despacho (extracto) n.º 1212/2009:

Nomeação de Júlio Manuel Sant'Ana Pina Bicho como técnico especialista principal 1380

Despacho (extracto) n.º 1213/2009:

Nomeia técnicos profissionais principais Filipe António Fazendeiro Santarém e Luís Miguel Couto Gonçalves 1380

Despacho (extracto) n.º 1214/2009:

Nomeação da Doutora Helena Maria Batista Alves, professora auxiliar, definitivamente na mesma categoria 1380

Universidade de Coimbra

Declaração de rectificação n.º 80/2009:

Rectificação do despacho 32068/2008, onde se lê «da Estrutura Central» deve ler-se «da Faculdade de Letras» 1381

Declaração de rectificação n.º 81/2009:

Rectificação do despacho 32063/2008, onde se lê «da Estrutura Central» deve ler-se «da Faculdade de Letras» 1381

Despacho (extracto) n.º 1215/2009:

Promoção da licenciada Susete Maria Lopes Araújo como assessora principal da Faculdade de Letras 1381

Despacho (extracto) n.º 1216/2009:

Contratação da licenciada Sónia Pereira Casaleiro, como técnica Superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Faculdade de Direito 1381

Despacho (extracto) n.º 1217/2009:

Contratação do licenciado Luís Filipe Baptista Martins, como técnico superior, em regime de contrato individual de trabalho da Faculdade de Farmácia 1381

Despacho (extracto) n.º 1218/2009:

Contratação de Carla Sofia Simões Fernandes como técnica administrativa em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1381

Despacho (extracto) n.º 1219/2009:

Contratação da licenciada Sara Isabel Duarte Neto da Costa, como técnica superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1381

Despacho (extracto) n.º 1220/2009:

Contratação do licenciado Nuno Miguel Almeida Pinto como técnico superior, em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1381

Despacho (extracto) n.º 1221/2009:

Contratação de Olga Maria Pedrosa Ralha Terreiros como técnica administrativa em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da estrutura central 1381

Despacho (extracto) n.º 1222/2009:

Contratação da licenciada Ana Catarina Almeida Machado como técnica superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da estrutura central 1382

Despacho (extracto) n.º 1223/2009:

Contratação do licenciado Filipe Rafael Pereira da Rocha como Técnico Superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1382

Despacho (extracto) n.º 1224/2009:

Contratação da Licenciada Ana Maria de Resende Tropa Xavier de Basto Goulão Machado como Técnica Superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central. 1382

Despacho (extracto) n.º 1225/2009:

Contratação de António Pedro Ferreira Martins como técnico administrativo em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da estrutura central. 1382

Despacho (extracto) n.º 1226/2009:

Contratação da licenciada Márcia Andreia Canas Rodrigues como técnica superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1382

Despacho (extracto) n.º 1227/2009:

Contratação da licenciada Cecília da Conceição Santa Machado como técnica superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Faculdade de Farmácia 1382

Despacho (extracto) n.º 1228/2009:

Contratação da licenciada Isabel Carvalho Seco, como técnica superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Faculdade de Farmácia 1382

Despacho (extracto) n.º 1229/2009:

Contratação da licenciada Sílvia Antunes Moreno Nolan como técnica superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da estrutura central 1382

Despacho (extracto) n.º 1230/2009:

Contratação de Elisabete Rodrigues Cardoso como técnica em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1382

Despacho (extracto) n.º 1231/2009:

Contratação do licenciado Leonardo dos Santos Vicente como técnico superior, em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1383

Despacho (extracto) n.º 1232/2009:

Contratação do licenciado Filipe Miguel Félix Duque Ferreira Noro como técnico superior, em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1383

Despacho (extracto) n.º 1233/2009:

Contratação da licenciada Sónia Marlene de Jesus Filipe como técnica superior, em regime de contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, da Estrutura Central 1383

Despacho (extracto) n.º 1234/2009:

Contratação da licenciada Mariana de Almeida Correia como técnica superior, em regime de contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, da Estrutura Central 1383

Despacho (extracto) n.º 1235/2009:

Renovação do contrato da assistente convidada Maria Cristina Santos Monteiro Januário da Faculdade de Psicologia 1383

Despacho (extracto) n.º 1236/2009:

Contratação do licenciado José Manuel Cardoso da Costa como professor catedrático convidado em acumulação com a pensão de aposentação da Faculdade de Direito. 1383

Despacho (extracto) n.º 1237/2009:

Nomeação definitiva da Prof.ª Doutora Maria do Rosário de Carvalho Nunes Manteigas e Moura Pinheiro, da Faculdade de Psicologia 1383

Despacho (extracto) n.º 1238/2009:

Contratação da licenciada Ana Lúcia Pereira Saraiva como técnica superior em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central 1383

Universidade de Évora

Despacho n.º 1239/2009:

Nomeação, em regime de substituição, da licenciada Amália Maria Esteves de Sousa Fangueiro para o cargo de chefe da Divisão de Recursos Físicos e Financeiros dos Serviços Administrativos 1383

Aviso n.º 1182/2009:

Constituição do júri das provas de doutoramento em Matemática requeridas por Luís Miguel Zorro Bandeira 1384

Despacho (extracto) n.º 1240/2009:

Concede licença sabática ao Doutor João Álvares de Oliveira Bernardo 1384

Despacho (extracto) n.º 1241/2009:

Concede licença sabática ao Doutor José Filipe Moreira Rocha da Silva 1384

Despacho (extracto) n.º 1242/2009:

Interrupção de licença sabática da Doutora Esmeralda de Jesus Ratinho Lopes Arranhado Ramalho. 1384

Despacho (extracto) n.º 1243/2009:

Prorrogação do contrato da assistente Lúcia Maria do Rio Nogueira Pinto 1384

Despacho (extracto) n.º 1244/2009:

Contrato administrativo de provimento da mestre Maria do Rosário Conceição Mira de Carvalho como professora auxiliar convidada a 50 % 1384

Despacho (extracto) n.º 1245/2009:

Nomeação definitiva do Doutor Fernando Manuel Salvado Capela e Silva como professor auxiliar. 1384

Despacho (extracto) n.º 1246/2009:

Revogada a licença sabática do Doutor António Manuel de Oliveira Coelho Murilhas. 1385

Despacho (extracto) n.º 1247/2009:

Prorrogação de contrato do assistente Fernando Paulo de Sousa e Sá Correia Marques 1385

Despacho (extracto) n.º 1248/2009:

Doutor Jost Heintzenberg admitido como professor catedrático convidado a título gracioso 1385

Despacho (extracto) n.º 1249/2009:

Prorrogação do contrato da assistente Patrícia Andreia da Silva Filipe 1385

Despacho (extracto) n.º 1250/2009:

Concedida licença sabática ao Doutor Pedro Damião de Sousa Henriques 1385

Despacho (extracto) n.º 1251/2009:

Nomeação definitiva como professor auxiliar do Doutor José António Paulo Mirão. 1385

Despacho (extracto) n.º 1252/2009:

Nomeação definitiva do Doutor Paulo de Jesus Infante dos Santos como professor auxiliar 1385

Despacho (extracto) n.º 1253/2009:

Concedida licença sabática ao Doutor Luís Manuel Pais da Silva Dias 1386

Despacho (extracto) n.º 1254/2009:

Contratação dos Doutores Vicenta Maria Elisa Buforn Peiró, Adrian Bejane e João Alexandre Medina Corte-Real como professores catedráticos convidados a título gracioso 1386

Despacho (extracto) n.º 1255/2009:

Nomeação definitiva da doutora Maria João Pires de Bastos Cabrita, como professora auxiliar 1386

Despacho (extracto) n.º 1256/2009:

Nomeação definitiva, do doutor José Fernando Borges, como professor auxiliar 1386

Despacho (extracto) n.º 1257/2009:

Nomeação definitiva do doutor Alfred Stadler, como professor auxiliar 1386

Despacho (extracto) n.º 1258/2009:

Contratos administrativos de provimento de vários docentes convidados 1387

Despacho (extracto) n.º 1259/2009:

Contrato administrativo de provimento da mestre Ana da Fonseca Ataíde Castel-Branco Tamen como professora auxiliar convidada 1387

Despacho (extracto) n.º 1260/2009:

Contrato administrativo de provimento de Maria do Céu Guerra de Oliveira e Silva como professora auxiliar convidada 1387

Despacho (extracto) n.º 1261/2009:

Contrato administrativo de provimento da Doutora Marta Sequeira Carneiro como professora auxiliar convidada 1387

Despacho (extracto) n.º 1262/2009:

Celebração de contrato administrativo de provimento com o licenciado Etienne Marie Joseph Lamaison como professor auxiliar convidado. 1387

Despacho (extracto) n.º 1263/2009:

Contrato administrativo de provimento do Doutor Miguel Rocha de Sousa como professor auxiliar. 1387

Despacho (extracto) n.º 1264/2009:

Contrato administrativo de provimento do licenciado Jarrett Mark Butler como assistente convidado a 40% 1387

Despacho (extracto) n.º 1265/2009:

Contrato administrativo de provimento do Doutor António Álvaro Borges Abel como professor auxiliar. 1387

Declaração de rectificação n.º 82/2009:

Rectificação referente a Maria Dulce Alfaiate Caldeira 1387

Declaração de rectificação n.º 83/2009:

Rectificação do despacho referente à mestre Maria Helena Godinho Vieira Monteiro 1387

Declaração de rectificação n.º 84/2009:

Rectifica o despacho referente ao licenciado Claus Nymark 1388

Universidade de Lisboa

Aviso n.º 1183/2009:

Abertura de concurso de chefe da Divisão de Obras e Manutenção da Reitoria da Universidade de Lisboa 1388

Despacho (extracto) n.º 1266/2009:

Celebração de dois contratos individuais de trabalho entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e Cátia Miguel e Carla Jorge 1388

Despacho n.º 1267/2009:

Publicação da nomeação como técnico superior assessor, precedida de concurso, da funcionária Maria José Clarinha da Reitoria da Universidade de Lisboa 1388

Despacho (extracto) n.º 1268/2009:

Celebração de contrato individual de trabalho entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e Pedro Marujo do Canto 1389

Despacho (extracto) n.º 1269/2009:

Celebração de contrato individual de trabalho entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e Isabel Fornelos 1389

Despacho (extracto) n.º 1270/2009:

Nomeação como técnico profissional de 1.ª classe, precedida de concurso, da funcionária Maria Leonor Dias da Reitoria da Universidade de Lisboa 1389

Despacho (extracto) n.º 1271/2009:

Celebração de Contrato Individual de Trabalho entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e Rui Teigão 1389

Despacho (extracto) n.º 1272/2009:

Celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com Cláudio Manuel Ribeiro Pina Fernandes 1389

Despacho (extracto) n.º 1273/2009:

Nomeadas definitivamente, na sequência de reclassificação profissional, Ana Cristina Mesquita Queirós, Fernanda Maria Mendes Lopes Ferreira, Maria Júlia da Silva Marques Barata Duarte, Filomena Maria Dias Marçal Ramos, Sandra Cristina do Espírito Santo Correia Marques e Tânia Ribeiro Pinto da Cruz Lampreia Correia. 1389

Despacho (extracto) n.º 1274/2009:
Renovação do contrato entre esta Faculdade e o licenciado Ricardo João Andrade Amaro . . . 1389
Despacho (extracto) n.º 1275/2009:
Nomeação de Maria João Lopes de Almeida Silva Antunes, como técnica profissional de 1.ª classe (BD) . . . 1389
Despacho (extracto) n.º 1276/2009:
Natividade de Fátima Fernandes nomeada chefe de secção . . . 1389
Despacho (extracto) n.º 1277/2009:
João Pedro Correia Peso Vaz Valente nomeado técnico profissional principal (BD) . . . 1389
Despacho (extracto) n.º 1278/2009:
Nomeação de Raquel Gomes Delgado como técnica profissional principal (BD) . . . 1389
Despacho (extracto) n.º 1279/2009:
Nomeação de Isabel Margarida Faria Camacho Silva Castro como assistente administrativa especialista. . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1280/2009:
Nomeação de Dália Cristina de Barros Marinho como chefe de secção. . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1281/2009:
Nomeação de Isaura Pereira Frade de Almeida Figueiredo como chefe de secção . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1282/2009:
Nomeação de Henrique Manuel Jerónimo Cunha como chefe de secção. . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1283/2009:
Nomeação de Alice de Nossa Senhora Martins Fernandes como chefe de secção . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1284/2009:
Nomeação da licenciada Maria José Venâncio Cardoso e Silva Abreu como técnica superior principal. . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1285/2009:
Nomeação de Joaquim Morais Ramos Serrano como técnico de informática do grau 2, nível II . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1286/2009:
Nomeação de Pedro Miguel Simões Teixeira como técnico de informática do grau 1, nível II . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1287/2009:
Nomeação de Sandra Cristina Almeida Umbelino Rodrigues Ferreira como assistente administrativa especialista. . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1288/2009:
Licenciado Rui Manuel Godinho Pina nomeado especialista de informática, grau 1, nível III 1390
Despacho (extracto) n.º 1289/2009:
Nomeação de Carlos Alberto Serrano Rolo como assistente administrativo especialista. . . . 1390
Despacho (extracto) n.º 1290/2009:
Contrato individual de trabalho por tempo indeterminado de Pedro Augusto Viana Ramos 1391
Despacho (extracto) n.º 1291/2009:
Nomeação como técnicos superiores de 1.ª classe de Sónia Barroso, Cristina Lopes, Carla Catalão e Ricardo Cunha. . . . 1391
Despacho (extracto) n.º 1292/2009:
Nomeação de Rui Manuel Vieira da Fonseca como coordenador na Área de Desenvolvimento. . . . 1391
Despacho (extracto) n.º 1293/2009:
Nomeação como coordenador da carreira técnico profissional -Área de Biblioteca — Lucília das Dores Gonçalves Mateus . . . 1391
Despacho (extracto) n.º 1294/2009:
Nomeação da assistente administrativa principal Ana Silva. . . . 1391
Despacho (extracto) n.º 1295/2009:
Nomeação da assistente administrativa principal Helena Matos . . . 1391

Despacho (extracto) n.º 1296/2009:
Contratação da técnica superior, grau 1, nível 1, Cristina Monteiro 1391
Despacho (extracto) n.º 1297/2009:
Contratação da auxiliar grau 2, nivel 2, Ana Ferreira 1391
Declaração de rectificação n.º 85/2009:
Rectificação da nomeação do técnico de informática José Seabra 1391
Declaração de rectificação n.º 86/2009:
Rectificação da nomeação do técnico especialista João Gonçalves 1391
Despacho (extracto) n.º 1298/2009:
Licenciada Elza Maria Rocha Vilarinho — nomeada definitivamente técnica superior de 2.ª classe 1391

Universidade da Madeira

Aviso (extracto) n.º 1184/2009:
Contrato por tempo indeterminado — bacharel Susana Maria Fonseca Sequeira 1392
Aviso (extracto) n.º 1185/2009:
Contrato por tempo indeterminado da licenciada Elvira Maria Gonçalves Sousa Freitas . . . 1392
Aviso (extracto) n.º 1186/2009:
Reclassificação de Elis Susana da Silva Fernandes Ferraz 1392
Aviso (extracto) n.º 1187/2009:
Contrato de trabalho por tempo indeterminado da licenciada Teresa Maria Moura Portugal Norton Dias 1392

Universidade do Minho

Despacho (extracto) n.º 1299/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores João Manuel Maia e Ana Maria Almeida e do licenciado Nuno Araújo 1392
Despacho (extracto) n.º 1300/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Luís Augusto Correia e José Bernardo Brilha 1392
Despacho (extracto) n.º 1301/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Nélson Lima 1392
Despacho (extracto) n.º 1302/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Luís Augusto Rocha 1392
Despacho (extracto) n.º 1303/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor João Saraiva 1392
Despacho (extracto) n.º 1304/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Paulo Lourenço, João Maia e Maria Manuela Palmeirim e do licenciado António Macedo 1392
Despacho (extracto) n.º 1305/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Goran Putnik e Rui Reis 1392
Despacho (extracto) n.º 1306/2009:
Equiparação a bolseiro da licenciada Susana Nunes 1393
Despacho (extracto) n.º 1307/2009:
Equiparação a bolseiro da Doutora Bárbara Figueiredo 1393
Despacho (extracto) n.º 1308/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores João Formosinho e Júlia Oliveira 1393
Despacho (extracto) n.º 1309/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Luís Augusto Correia 1393
Despacho (extracto) n.º 1310/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Rui Luís Reis, Pedro Arezes, Luís Santos, Rui Ramos, Maria Conceição Paiva e José Machado 1393
Despacho (extracto) n.º 1311/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Rui Reis e Pedro Palhares 1393

Despacho (extracto) n.º 1312/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Zhang Yulin e Salvatore Cosentino 1393
Despacho (extracto) n.º 1313/2009:
Equiparação a bolseiro da Doutora Beatriz Araújo 1393
Despacho (extracto) n.º 1314/2009:
Anulada a dispensa de serviço docente (sabática) da Doutora Paula Alexandra Benesch . . . 1393
Despacho (extracto) n.º 1315/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Lúcia Maria Rodrigues, Maria do Céu Pinto e Pedro Manuel Palhares 1393
Despacho (extracto) n.º 1316/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Júlio César Viana 1393
Despacho (extracto) n.º 1317/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Manuel José Mota 1393
Despacho (extracto) n.º 1318/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Paulo José Lourenço 1393
Despacho (extracto) n.º 1319/2009:
Equiparação a bolseiro dos Doutores José Teixeira, Artur Cavaco Paulo (2), Goran Putnik, Luís Barbosa, Luís Rocha e Nuno Neves 1393
Despacho (extracto) n.º 1320/2009:
Equiparação a bolseiro da Doutora Maria Assunção Fernandes 1394
Despacho (extracto) n.º 1321/2009:
Equiparação a bolseiro da licenciada Maria Salomé Osório 1394
Despacho (extracto) n.º 1322/2009:
Equiparação a bolseiro da Doutora Lúcia Maria Rodrigues 1394
Despacho (extracto) n.º 1323/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Fernando Arménio Fontes 1394
Despacho (extracto) n.º 1324/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor João Alexandre Saraiva 1394
Despacho (extracto) n.º 1325/2009:
Equiparação a bolseiro da Doutora Laurinda Ferreira Leite 1394
Despacho (extracto) n.º 1326/2009:
Equiparações a bolseiro do Doutor Nelson Manuel Lima 1394
Despacho (extracto) n.º 1327/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor António Gomes Correia 1394
Despacho (extracto) n.º 1328/2009:
Equiparação a bolseiro da Doutora Maria Assunção Fernandes 1394
Despacho (extracto) n.º 1329/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Manuel José Pereira 1394
Despacho (extracto) n.º 1330/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Paulo Barbosa Lourenço 1394
Despacho (extracto) n.º 1331/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Leandro Almeida, Paulo Lourenço, Artur Cavaco Paulo, João Maia e do Licenciado António Santarém (2) 1394
Despacho (extracto) n.º 1332/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores Filipe Mena e Maria Assunção Fernandes 1394
Despacho (extracto) n.º 1333/2009:
Equiparação a bolseiro do doutor Rui Luís Reis 1394
Despacho (extracto) n.º 1334/2009:
Equiparações a bolseiro dos Doutores José Vaz, Maria José Medeiros, João Alpuim, José Machado e João Mano 1394
Despacho (extracto) n.º 1335/2009:
Equiparação a bolseiro do Doutor Filipe Artur Mena 1395

Despacho (extracto) n.º 1336/2009:

Equiparações a bolseiro dos Doutores Goran Putnik, Rui Reis e Nuno Sousa. 1395

Despacho (extracto) n.º 1337/2009:

Equiparação a bolseiro do Doutor Paulo Lourenço. 1395

Despacho (extracto) n.º 1338/2009:

Equiparação a bolseiro da doutora Ana Maria Almeida e da licenciada Maria Joana Girante 1395

Despacho (extracto) n.º 1339/2009:

Equiparações a bolseiro dos Doutores Paulo Lourenço e Rui Reis 1395

Despacho (extracto) n.º 1340/2009:

Equiparação a bolseiro do Doutor Nelson Lima 1395

Despacho (extracto) n.º 1341/2009:

Equiparação a bolseiro do Doutor José Manuel Meijome 1395

Despacho (extracto) n.º 1342/2009:

Equiparação a bolseiro do Doutor Manuel Gomes Mota 1395

Despacho (extracto) n.º 1343/2009:

Equiparação a bolseiro da Doutora Ana Paula Faria. 1395

Despacho (extracto) n.º 1344/2009:

Equiparações a bolseiro dos Doutores Nelson Lima e José Meijome. 1395

Despacho (extracto) n.º 1345/2009:

Equiparações a bolseiro dos Doutores Maria do Céu Pinto e José Meijome 1395

Despacho (extracto) n.º 1346/2009:

Equiparações a bolseiro das Doutoras Bárbara Figueiredo e Cristina Matos 1395

Despacho (extracto) n.º 1347/2009:

Equiparações a bolseiro dos Doutores Maria Beatriz Pereira, Goran Putnik, José Meijome e José Alves 1395

Edital n.º 39/2009:

Abertura de concurso documental para provimento de dois lugares de professor catedrático no grupo disciplinar de Gestão, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. . 1395

Declaração de rectificação n.º 87/2009:

Rectificação parcial do texto do edital n.º 1267/2008 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, a p. n.º 50578 1397

Declaração de rectificação n.º 88/2009:

Rectificação parcial do texto do edital n.º 1268/2008 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, a pp. n.os 50579 e 50580 1397

Declaração de rectificação n.º 89/2009:

Rectifica parcialmente o texto do edital n.º 1270/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, a p. 50582 1397

Declaração de rectificação n.º 90/2009:

Rectificação parcial do texto do edital n.º 1269/2008 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, a p. n.º 50580 1397

Declaração de rectificação n.º 91/2009:

Rectificação parcial do texto do edital n.º 1273/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, pp. 50585 e 50587 1397

Despacho n.º 1348/2009:

Designação do júri do concurso para provimento de um lugar de Investigador-Coordenador do grupo disciplinar de Química Orgânica da Escola de Ciências da Universidade do Minho. . 1397

Edital n.º 40/2009:

Subdelegação na presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Prof.ª Doutora Maria Eduarda Bicudo Azeredo Keating, da presidência dos júris de provas para a obtenção do título de agregado, de provas de doutoramento e de equivalência a doutoramento, no Instituto de Letras e Ciências Humanas 1398

Declaração de rectificação n.º 92/2009:

Rectificação parcial do texto do Edital n.º 1289/2008 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008, p. 50921 1398

Aviso (extracto) n.º 1188/2009:

Exoneração de funcionário 1398

Universidade Nova de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 1349/2009:

Nomeação da Dr.ª Patrícia da Natividade Antunes Paiva 1398

Despacho (extracto) n.º 1350/2009:

Alteração do mapa de pessoal docente do Instituto de Tecnologia Química e Biológica 1398

Edital n.º 41/2009:

Abertura de concurso para provimento de um lugar de professor Associado no grupo de disciplinas de Ciência e Tecnologia da Programação, da Secção de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade 1398

Despacho (extracto) n.º 1351/2009:

Celebração de contrato, como assistente convidada, com a mestre Ana Filipa Silva de Castro Henriques. 1399

Despacho (extracto) n.º 1352/2009:

Equiparação a bolseiro de vários docentes 1400

Aviso (extracto) n.º 1189/2009:

Celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com a licenciada Dora Maria Andrade Soares 1400

Despacho (extracto) n.º 1353/2009:

Nomeação na categoria de técnico superior principal respeitante a Maria Odete Fernandes . 1400

Despacho (extracto) n.º 1354/2009:

Nomeação na categoria de técnico superior principal respeitante a Rui Manuel Geraldes Costa 1400

Despacho (extracto) n.º 1355/2009:

Nomeação na categoria de técnico superior de 1.ª classe de biblioteca e documentação de José Manuel Cordeiro Afonso Leonardo. 1400

Despacho n.º 1356/2009:

Nomeação do funcionário Henrique José Vaz de Campas Nunes como técnico profissional especialista principal, precedendo concurso 1400

Universidade do Porto

Despacho (extracto) n.º 1357/2009:

Autoriza a nomeação definitiva como professora associada de Ana Maria Rodrigues de Sousa Faria de Mendonça 1400

Despacho (extracto) n.º 1358/2009:

Autoriza a nomeação provisória, por cinco anos, de João Francisco Cordeiro de Oliveira Barros 1400

Despacho n.º 1359/2009:

Delegação de competências nos directores de departamento 1400

Despacho (extracto) n.º 1360/2009:

Nomeação definitiva do Doutor José António Ramalheira Corujo Vaz, professor auxiliar, na mesma categoria 1400

Despacho (extracto) n.º 1361/2009:

Nomeação definitiva da Doutora Lúcia Gualdina Marques de Almeida da Silva Matos, professora auxiliar, na mesma categoria. 1401

Despacho (extracto) n.º 1362/2009:

Equiparação a bolseiro do Doutor Júlio Manuel Garganta da Silva 1401

Despacho (extracto) n.º 1363/2009:

Equiparação a bolseiro do Doutor Rui Manuel Proença de Campos Garcia. 1401

Despacho (extracto) n.º 1364/2009:

Contratação do engenheiro Fernando ABS da Cruz Souza Pinto, como professor catedrático convidado, sem vencimento 1401

Despacho (extracto) n.º 1365/2009:

Celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com a licenciada Maria Fernanda Saraiva da Silva. 1401

Despacho (extracto) n.º 1366/2009:

Contrato como professora auxiliar da Doutora Ester Maria dos Reis Gomes da Silva. 1401

Despacho (extracto) n.º 1367/2009:

Contrato como Leitora da licenciada Catherine Joan Shaw Evangelista 1401

Despacho (extracto) n.º 1368/2009:

Equiparação a bolseiro da Doutora Belinda Mary Harper Sousa Maia. 1401

Despacho (extracto) n.º 1369/2009:

Contratação de Maria João dos Santos Marques como técnica administrativa. 1401

Despacho (extracto) n.º 1370/2009:

Equiparação a bolseiro do Doutor Luís Medina 1401

Despacho (extracto) n.º 1371/2009:

Concessão de equiparação a bolseiro sem vencimento ao mestre Rui Manuel Marcelino Brandão Leal 1402

Despacho n.º 1372/2009:

Termo de aceitação como técnica profissional principal de Maria da Conceição Martins do Rio Ribeiro 1402

Despacho n.º 1373/2009:

Termo de aceitação como técnica superior principal de Carla Alexandrina Martins Oliveira da Silva 1402

Despacho n.º 1374/2009:

Termo de aceitação como técnica superior principal de Alice de Jesus Rodrigues de Freitas 1402

Universidade Técnica de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 1375/2009:

Mudança de nível do especialista de informática João Paulo Macedo de Camões. 1402

Despacho n.º 1376/2009:

Nomeação do licenciado José Jerónimo Fernandes Marques na categoria de assessor principal. 1402

Despacho (extracto) n.º 1377/2009:

Nomeação de assessora principal 1402

Despacho (extracto) n.º 1378/2009:

Nomeação de Assessora 1402

Despacho (extracto) n.º 1379/2009:

Mobilidade especial voluntária 1402

Despacho (extracto) n.º 1380/2009:

Nomeação do professor catedrático João Carlos Moura Bordado 1403

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Despacho (extracto) n.º 1381/2009:

Autoriza o contrato administrativo de provimento como professora auxiliar da Doutora Capitolina Patrícia António, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2008. 1403

Despacho (extracto) n.º 1382/2009:

Provimento na categoria de assessor principal do engenheiro Rui Jorge Santos, com efeitos a partir de 6 de Janeiro de 2008. 1403

Despacho (extracto) n.º 1383/2009:

Rescisão de contrato administrativo de provimento como Assistente Convidado do Doutor Manuel Falcão Santos, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2009 1403

Despacho (extracto) n.º 1384/2009:

Reclassificação profissional como técnica superior de 2.ª classe da Dr.ª Cristina Santos, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1403

Despacho (extracto) n.º 1385/2009:

Reclassificação profissional como assistente administrativa de Teresa Maria Santos, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1403

Despacho (extracto) n.º 1386/2009:

Reclassificação profissional como técnica superior de 2.ª classe da Dr.ª Maria José Mota, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1403

Despacho (extracto) n.º 1387/2009:

Reclassificação profissional como técnica superior de 2.ª classe da Dr.ª Helena Ferreira, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1403

Despacho (extracto) n.º 1388/2009:

Reclassificação profissional como técnica superior de 2.ª classe da Dr.ª Maria Ermelinda Ribeiro, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1403

Despacho (extracto) n.º 1389/2009:

Reclassificação profissional como técnico profissional de 2.ª classe de Eduardo Montes, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1403

Despacho (extracto) n.º 1390/2009:

Reclassificação profissional como assistente administrativa de Isabel Maria Ledo, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1403

Despacho (extracto) n.º 1391/2009:

Reclassificação profissional como técnica superior de 2.ª classe da Dr.ª Fernanda Moreira, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1403

Despacho (extracto) n.º 1392/2009:

Reclassificação profissional como assistente administrativo de Paulo Ricardo Ventura, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Despacho (extracto) n.º 1393/2009:

Reclassificação profissional como técnica de 2.ª classe da engenheira Maria da Conceição Rodrigues, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Despacho (extracto) n.º 1394/2009:

Reclassificação profissional como técnica superior de 2.ª classe de Paula Cristina Dias, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Despacho (extracto) n.º 1395/2009:

Reclassificação profissional como técnico de informática-adjunto de Ricardo Miguel Martins, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Despacho (extracto) n.º 1396/2009:

Reclassificação profissional como técnico de informática-adjunto de Abel José Coelho, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Despacho (extracto) n.º 1397/2009:

Reclassificação profissional como auxiliar técnica de Maria Leonor Magalhães, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Despacho (extracto) n.º 1398/2009:

Reclassificação profissional como auxiliar técnica de Maria da Conceição Linares, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Despacho (extracto) n.º 1399/2009:

Reclassificação profissional como auxiliar técnica de Fernanda Maria Magalhães, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Despacho (extracto) n.º 1400/2009:

Reclassificação profissional como auxiliar técnica de Carolina Gomes Nascimento, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 1404

Instituto Politécnico de Bragança

Despacho n.º 1401/2009:

Nomeação de Maria Teresa Pires Esteves, precedendo concurso, como chefe de secção do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Bragança 1404

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Despacho (extracto) n.º 1402/2009:

Nomeação definitiva na categoria de professor-adjunto do Master João Manuel Nunes Ventura 1404

Despacho (extracto) n.º 1403/2009:

Nomeação definitiva na categoria de professor-adjunto do licenciado José Augusto Domingues Alvito 1405

Despacho (extracto) n.º 1404/2009:

Nomeação definitiva na categoria de professor-adjunto da licenciada Maria do Céu Martins do Vale Ferrão Monteiro 1405

Instituto Politécnico de Coimbra

Despacho (extracto) n.º 1405/2009:

Nomeação de Fernando Jorge Morgado Félix, técnico profissional especialista principal nos Serviços Centrais/Presidência deste Instituto 1405

Despacho (extracto) n.º 1406/2009:

Nomeação da licenciada Fátima Isabel Marreca Correia de Oliveira como assessora principal — área de organização e planeamento, nos Serviços de Acção Social deste Instituto . . . 1405

Despacho (extracto) n.º 1407/2009:

Prorrogação de contrato do mestre Hugo Sérgio Sousa Costa na categoria de assistente do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, deste Instituto 1405

Instituto Politécnico de Leiria

Deliberação n.º 82/2009:

Delegação de competências do conselho administrativo do Instituto Politécnico de Leiria no período entre 29 e 31 de Dezembro de 2008 1405

Despacho n.º 1408/2009:

Revogação do Regulamento de Acumulação de Funções do Instituto Politécnico de Leiria . . . 1405

Despacho n.º 1409/2009:

Nomeação do subdirector da ESAD.CR 1405

Instituto Politécnico de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 1410/2009:

Nomeação em comissão de serviço de Maria Feliciana Marques Gomes Cardoso como chefe de divisão 1406

Despacho (extracto) n.º 1411/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Ana Isabel Pereira e Silva Marques, como equiparada a professora-adjunta 1406

Despacho (extracto) n.º 1412/2009:

Equiparação a bolseiro da professora-adjunta Cristina Isabel Capello Brito da Cruz 1406

Instituto Politécnico do Porto

Despacho (extracto) n.º 1413/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Micaela da Silva Marques Moura com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008 1406

Despacho (extracto) n.º 1414/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Paula de Fátima Peres Teixeira de Almeida com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008 1406

Despacho (extracto) n.º 1415/2009:

Reclassificação profissional de Patrícia Alexandra Pereira Alves da Silva 1406

Despacho (extracto) n.º 1416/2009:

Reclassificação profissional de Marco António da Rocha Ascenção 1406

Despacho (extracto) n.º 1417/2009:

Nomeação em comissão de serviço extraordinária de Jorge Manuel Gouveia Almeida 1407

Despacho (extracto) n.º 1418/2009:

Celebração de contrato administrativo de provimento com José Manuel Santos Leite 1407

Despacho (extracto) n.º 1419/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Sandrina Francisca Teixeira com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008 1407

Despacho (extracto) n.º 1420/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Pedro Manuel da Costa Liberato . 1407

Despacho (extracto) n.º 1421/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Sandra Patrícia Marques Ribeiro com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008 1407

Despacho (extracto) n.º 1422/2009:

Nomeação em comissão de serviço extraordinária de Artur António Carvalho Teixeira de Oliveira 1407

Despacho (extracto) n.º 1423/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Susana Adelina Moreira Carvalho Bastos Soares. 1407

Despacho (extracto) n.º 1424/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Rosa Engrácia Duarte e Silva com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008 1407

Despacho (extracto) n.º 1425/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Sónia Marisa da Silva Rodrigues 1407

Despacho (extracto) n.º 1426/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Octávio José Patrício Fernandes Inácio em regime de tempo parcial, 20% 1407

Despacho (extracto) n.º 1427/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de Sebastião Domingues Oliveira . . . 1407

Despacho (extracto) n.º 1428/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento de José Pedro Barbosa da Cunha Mendonça Guedes 1407

Despacho (extracto) n.º 1429/2009:

Nomeação de Alexandre Gonçalves dos Santos de Santiago Sottomayor como professor-adjunto 1407

Despacho (extracto) n.º 1430/2009:

Nomeação de João Francisco Machado Gomes da Silva como professor-adjunto. 1407

Despacho (extracto) n.º 1431/2009:

Nomeação de Armando José Vilaça de Campos como professor-adjunto 1407

Despacho (extracto) n.º 1432/2009:

Renovação do contrato de Maria da Luz do Vale Garcia como equiparada a professora-adjunta a partir de 1 de Dezembro de 2008 1408

Despacho (extracto) n.º 1433/2009:

Nomeação de Paula Maria Sá Oliveira Escudeiro como professor-adjunto, a partir da data da posse 1408

Despacho (extracto) n.º 1434/2009:

Renovação do contrato de Frederico Lázaro Jacob como encarregado de trabalhos 1408

Despacho (extracto) n.º 1435/2009:

Renovação do contrato de Sónia Alexandra Madureira Nóbrega Pizarro Bernardino como equiparada a professora-adjunta 1408

Despacho (extracto) n.º 1436/2009:

Renovação do contrato de Maria Arnaldina Dias Moreira, do Instituto Superior de Engenharia. 1408

Despacho (extracto) n.º 1437/2009:

Renovação do contrato de António José Almeida de Sousa Ribeiro, do Instituto Superior de Engenharia. 1408

Despacho (extracto) n.º 1438/2009:

Renovação do contrato de Anabela Maria de Azevedo Oliveira Lopes como equiparado a assistente, a partir de 2008/11/21 1408

Despacho (extracto) n.º 1439/2009:

Renovação do contrato de António Nuno Matias de Melo e Castro como equiparado a assistente, a partir de 2008/12/02 1408

Edital n.º 42/2009:

Concurso documental para provimento de uma vaga de professor-adjunto do quadro da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na área científica de Estudos

Portugueses, especialidade de Linguística Descritiva Portuguesa/Sintaxe e Morfologia do Português e de Língua Gestual Portuguesa 1408

Edital n.º 43/2009:

Concurso de provas públicas para provimento de uma vaga de professor-adjunto do quadro da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto na área científica de Linguística, grupo de disciplinas de Linguística Diacrónica/História da Língua 1409

Edital n.º 44/2009:

Concurso documental para provimento de uma vaga de professor-adjunto do quadro da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na área científica de Psicologia, na especialidade de Psicologia Clínica, Social e Comunitária 1410

Instituto Politécnico de Santarém

Despacho (extracto) n.º 1440/2009:

Autoriza a renovação do CAP de Maria Margarida da Costa Ferreira Correia de Oliveira, docente da ESAS, deste Instituto 1411

Despacho (extracto) n.º 1441/2009:

Renovação do CAP de Irene Filipa d'Almeida Ferreira Pó Rosário Marneca, encarregada de trabalhos da ESGS, deste Instituto 1411

Despacho (extracto) n.º 1442/2009:

Renovação do CAP de Carlos Eduardo de Jesus Almeida, docente da ESGS, deste Instituto 1411

Instituto Politécnico de Setúbal

Despacho (extracto) n.º 1443/2009:

Contrato administrativo de provimento como técnico superior de 1.ª classe para a Escola Superior de Saúde 1411

Despacho (extracto) n.º 1444/2009:

Contrato administrativo de provimento com assistente administrativo principal para a Escola Superior de Saúde 1411

Despacho (extracto) n.º 1445/2009:

Contrato administrativo de provimento como técnico superior de 1.ª classe para a Escola Superior de Saúde 1411

Despacho (extracto) n.º 1446/2009:

Contrato administrativo de provimento como assistente administrativo principal para a Escola Superior de Saúde 1411

Despacho (extracto) n.º 1447/2009:

Nomeação definitiva como técnico profissional principal — Escola Superior de Tecnologia 1411

Despacho (extracto) n.º 1448/2009:

Nomeação definitiva como técnico profissional principal — Escola Superior de Tecnologia 1411

Despacho (extracto) n.º 1449/2009:

Nomeação definitiva como técnico profissional principal — Escola Superior de Tecnologia 1412

Despacho (extracto) n.º 1450/2009:

Renovação de comissão de serviço extraordinária — António Freitas — Escola Superior de Saúde 1412

Despacho (extracto) n.º 1451/2009:

Renovação de CAP — Rita Fernandes — Escola Superior de Saúde 1412

Despacho (extracto) n.º 1452/2009:

Renovação de CAP — Telma Pereira — Escola Superior de Saúde 1412

Despacho (extracto) n.º 1453/2009:

Rescisão de contrato — Isabel Ribeiro — Escola Superior de Saúde 1412

Regulamento n.º 16/2009:

Regulamento do Processo de Reconhecimento e Validação de Competências 1412

Despacho (extracto) n.º 1454/2009:

Nomeação de Ana Sofia Aguiar Carvalho Batista como assistente administrativa principal 1413

Despacho (extracto) n.º 1455/2009:

Nomeação de Susana Maria Gomes Ferrão de Melo como assistente administrativa principal 1413

Instituto Politécnico de Tomar

Despacho (extracto) n.º 1456/2009:

Renovação do contrato administrativo de provimento do encarregado de trabalhos Laurent Dominique Vincent Caron, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, deste Instituto. . . . 1413

Despacho (extracto) n.º 1457/2009:

Publicação de renovações de contratos administrativos de provimento de pessoal docente 1413

Despacho (extracto) n.º 1458/2009:

Publicação de renovações de contratos administrativos de provimento de pessoal docente da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, do Instituto Politécnico de Tomar. 1413

Despacho (extracto) n.º 1459/2009:

Renovações de contratos administrativos de provimento de pessoal docente da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar 1414

Despacho (extracto) n.º 1460/2009:

Publicação de renovação de contrato administrativo de provimento do equiparado a professor-adjunto António João de Carvalho da Cruz, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do Instituto Politécnico de Tomar 1414

Despacho (extracto) n.º 1461/2009:

Contrato administrativo de provimento da assistente do 1.º triénio Paula Cristina Dias Lourenço, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do Instituto Politécnico de Tomar 1414

Despacho (extracto) n.º 1462/2009:

Autorização a nomeação de pessoal 1414

Instituto Politécnico de Viseu

Despacho (extracto) n.º 1463/2009:

Nomeação de Pedro Miguel Engenheiro Silva como assistente administrativo especialista para o quadro da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viseu 1414

Despacho (extracto) n.º 1464/2009:

Publicação de nomeação provisória precedendo concurso do licenciado Paulo Barracosa Correia da Silva, para a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu. 1414

Despacho (extracto) n.º 1465/2009:

Publicação de nomeação provisória precedendo concurso da licenciada Helena Maria Paiva Esteves Martins, para a Escola Superior Agrária deste Instituto. 1414

Despacho (extracto) n.º 1466/2009:

Nomeação provisória da Dr.ª Carla Sofia Arede dos Santos, para a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu. 1414

Despacho (extracto) n.º 1467/2009:

Nomeação provisória do mestre José Manuel Moreira da Costa, para a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu. 1414

Despacho (extracto) n.º 1468/2009:

Publicação de nomeação provisória da Prof. Doutora Maria João da Cunha Silva Reis Lima para a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu. 1415

Edital n.º 45/2009:

Publicação de edital para abertura de concurso de uma vaga de professor-adjunto, para a área científica de educação visual, para o Instituto Politécnico de Viseu — Escola Superior de Educação. 1415

Edital n.º 46/2009:

Abertura de candidaturas à matrícula e inscrição aos cursos de pós- licenciatura, para a Escola Superior de Saúde, do Instituto Politécnico de Viseu 1416

Despacho (extracto) n.º 1469/2009:

Adenda ao contrato individual de trabalho com José Lapa Pessoa Paiva e Fernanda Maria Pais Silva Rodrigues Almeida 1416

Despacho (extracto) n.º 1470/2009:

Adenda ao contrato individual de trabalho com Isabel dos Santos Barata Cardoso Monteiro, Cláudia Manuela Pinto Gomes Calais Romano e Rosa de La Salete de Almeida Ferreira. . . 1416

PARTE F

Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:

Deliberação n.º 16/2009/A:

Nomeação da Comissão de Avaliação Curricular para a progressão a assistente graduado (área de Medicina Geral e Familiar), do Quadro Regional de Ilha do Pico, afecto à Unidade de Saúde de Ilha do Pico 1417

Região Autónoma da Madeira

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:

Aviso n.º 2/2009/M:

Publicação da classificação final do estágio do concurso externo de admissão ao estágio da especialidade da carreira técnica superior de saúde, ramo de nutrição 1417

Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E. P. E.

Deliberação n.º 17/2009/A:

Deliberação — Paulo José Moniz Ponte 1417

Deliberação n.º 18/2009/A:

Deliberação — João Agostinho Silva Mendonça 1417

Deliberação n.º 19/2009/A:

Deliberação — Célia Maria Arruda Machado. 1417

Deliberação n.º 20/2009/A:

Deliberação — Pedro Miguel Gonçalves Janeiro 1417

Deliberação n.º 21/2009/A:

Dr. Miguel Eduardo Marí Beltran 1417

Deliberação n.º 22/2009/A:

Deliberação — José Luís da C. de Medeiros Melo. 1417

Deliberação n.º 23/2009/A:

Autoriza a licença parental por 15 dias ao enfermeiro Carlos Alberto Neves Antão 1417

Despacho n.º 1/2009/A:

Autoriza a licença parental ao Dr. André Pereira da Silva Forjaz Sampaio 1417

Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 3/2009/M:

Nomeação na categoria de assistente graduado de medicina física e reabilitação 1418

Aviso (extracto) n.º 4/2009/M:

Nomeação na categoria de chefe de serviço de dermatologia da carreira médica hospitalar 1418

PARTE G

Centro Hospitalar do Alto Ave, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 83/2009:

Redução de horário semanal de Carlos Manuel Carvalho Santos, Chefe de Serviço de Cirurgia 1418

Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 1190/2009:

Nomeação de técnicos profissionais principais da carreira de secretário-recepcionista 1418

Aviso (extracto) n.º 1191/2009:

Nomeação de assistentes administrativos especialistas. 1418

Deliberação n.º 84/2009:

Nomeação para enfermeiro especialista, área de enfermagem de médico-curúrgico da carreira de enfermagem, dos enfermeiros Suzel Maria da Conceição Costa Poucochinho, Maria Leonor de Sousa Figueiredo Marques Luís, Liliana Manuela Fonseca Duarte Beato e Filipe Miguel Bento Beato 1418

Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 85/2009:

Nomeação de enfermeiros graduados na categoria de enfermeiros especialistas em saúde infantil e pediatria 1418

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 1192/2009:

Exoneração de José Fernando Gonçalves Ruivo. 1419

Aviso (extracto) n.º 1193/2009:

Exoneração do assistente hospitalar graduado de Oncologia Ricardo Jorge Martins da Luz . 1419

Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.

Aviso n.º 1194/2009:

Alteração da composição do júri do concurso interno geral de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 9 de Maio de 2003 1419

Deliberação n.º 86/2009:

Prorrogação da licença sem vencimento por mais um ano ao chefe de serviço de obstetrícia José Manuel Gomes Lopes Cabral 1419

Despacho (extracto) n.º 1471/2009:

Autoriza o pedido de transferência da interna da formação específica de cirurgia pediátrica Joana Filipe Santos Pereira 1419

Despacho (extracto) n.º 1472/2009:

Nomeação, precedendo concurso, de José Manuel Leite Lopes Lima e de Luís Augusto Santos Meneses Monteiro como chefes de serviço de neurologia 1419

Despacho (extracto) n.º 1473/2009:

António Dias da Silva, nomeado precedendo concurso assistente administrativo principal, escalão 1, índice 222 1419

Despacho (extracto) n.º 1474/2009:

Autorizado o pedido de transferência da Dr.ª Vânia Cristina Castro Oliveira 1419

Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 1195/2009:

Pedido de exoneração de Joaquim Alexandre Guerra Rodrigo, Chefe de Serviço 1419

Deliberação n.º 87/2009:

Nomeação da técnica principal de radiologia, Fernanda Gilberta Silva Dourado 1419

Deliberação (extracto) n.º 88/2009:

Nomeação de director de Serviço de Ortopedia, José Eduardo Seixas Osório Mesquita Montes 1419

Deliberação (extracto) n.º 89/2009:

Nomeação da directora de Serviço Ginecologia/Obstetrícia, Dr.ª Ana Aroso. 1419

Hospital de Faro, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 90/2009:

Não prorrogação de regime de horário acrescido — pessoal de enfermagem 1420

Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 91/2009:

Alteração do regime de trabalho de vinte e duas horas semanais para vinte e sete horas semanais, com início a 1 de Dezembro de 2008. 1420

Deliberação (extracto) n.º 92/2009:

Passagem do regime de tempo de dedicação exclusiva com quarenta e duas horas semanais para o regime de tempo completo, com o horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos a 1 de Novembro de 2008 — Dr. Vasco Herédia 1420

Hospital Garcia de Orta, E. P. E.

Deliberação n.º 93/2009:

Nomeação de assessoras da carreira técnica superior do regime geral 1420

Deliberação n.º 94/2009:

Nomeação de técnicas superiores principais de serviço social da carreira técnica superior do regime geral 1420

Deliberação n.º 95/2009:

Nomeação de técnico principal da carreira engenheiro técnico do regime geral 1420

Deliberação n.º 96/2009:

Nomeação de técnica superior principal do regime geral 1420

Deliberação n.º 97/2009:

Nomeação de técnico especialista principal da carreira de engenheiro técnico do regime geral José Pedro Carvalho Ferreira 1420

Despacho (extracto) n.º 1475/2009:

Exoneração de Ana Paula dos Santos Fernandes Lopes da Costa, assistente hospitalar de pediatria, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009 1420

Hospital de Nossa Senhora do Rosário, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 98/2009:

Acumulação de funções privadas — Dr. João Manuel Oliveira Neves Granadeiro 1420

Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 99/2009:

Autorização de acumulação de funções privadas da assistente graduada de radiologia Filomena Maria Parreira Lopes 1421

Deliberação (extracto) n.º 100/2009:

Autorização de acumulação de funções privadas do assistente graduado, Idílio Filipe de Mendonça Gomes 1421

Deliberação (extracto) n.º 101/2009:

Autorização de acumulação de funções privadas da assistente graduada de radiologia, Maria Isonda Pereira Pires 1421

Deliberação (extracto) n.º 102/2009:

Autorização de acumulação de funções públicas do assistente graduado de ginecologia José Luís Esteves de Sá 1421

Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E.

Despacho n.º 1476/2009:

Promoção a chefe de serviço de Medicina Interna 1421

Despacho n.º 1477/2009:

Promoção a chefe de serviço medicina interna 1421

Despacho n.º 1478/2009:

Promoção a técnica principal de anatomia patológica 1421

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 103/2009:

Nomeação como chefe de Serviço de José António da Mota Freitas 1421

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo , E. P. E.

Deliberação n.º 104/2009:

Autorizada a acumulação de funções públicas da enfermeira graduada Eugénia Suzana Ramos Tareco 1421

Deliberação n.º 105/2009:

Autorizada a acumulação de funções públicas às enfermeiras graduadas Inácia Calatroia Prazeres e Maria Antónia Pereira Gomes Silva Revez 1421

Deliberação n.º 106/2009:

Nomeação de Paula Alexandra Antunes Calado como técnica principal de radiologia 1421

Deliberação n.º 107/2009:

Nomeação de Maria Dolores Borrero Martins Morgado Loureiro da Silva como técnica principal de administração. 1422

Deliberação n.º 108/2009:

Nomeação de João Paulo da Conceição Rodrigues Anastácio como técnico especialista de radiologia. 1422

Deliberação n.º 109/2009:

Nomeação de Maria Adelaide Figueira de Carvalho e Carvalho Soares como técnica especialista de 1.ª classe de farmácia 1422

Deliberação n.º 110/2009:

Nomeação de Carla Sofia Farinha Pinheiro como técnica de 1.ª classe de dietética 1422

Deliberação n.º 111/2009:

Nomeação de Margarida Alexandra Gameiro Oliveira Lebre Fonseca como técnica principal de fisioterapia 1422

Deliberação n.º 112/2009:

Nomeação de Teresa Maria Santos Rosalina Rosa como assessora de serviço social 1422

Deliberação n.º 113/2009:

Nomeação de Filipe Coelho Florêncio como técnico de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública. 1422

Deliberação n.º 114/2009:

Nomeação de Maria Dulce Gonçalves Carrasco Palma como técnica especialista de 1.ª classe de fisioterapia 1422

Deliberação n.º 115/2009:

Nomeação de António Manuel Ataíde Carrasco, Maria Gertrudes Bracieira Barrocas Cuiça e Maria de Fátima Carvoeiro Velhinho Charraz como assistentes administrativos especialistas. 1422

Deliberação n.º 116/2009:

Nomeação de Alexandra Sofia Roxo Ferreira como técnica principal de análises clínicas e de saúde pública 1422

Deliberação n.º 117/2009:

Nomeação de Ana Cristina Colaço Nobre como assessor principal de serviço social 1422

Deliberação n.º 118/2009:

Nomeação de Maria Matilde Fonseca Vasques Veríssimo como técnica superior principal de serviço social. 1422

Deliberação n.º 119/2009:

Nomeação de Josefa Cristina Reis Coelho como técnica superior de 1.ª classe de serviço social 1423

Deliberação n.º 120/2009:

Nomeação de Luís Filipe dos Santos Rodrigues como técnico especialista de 1.ª classe de radiologia. 1423

Deliberação n.º 121/2009:

Autorizada a acumulação de funções públicas de quatro enfermeiros especialistas. 1423

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 122/2009:

Autoriza a nomeação por tempo indeterminado, por avaliação curricular, para a categoria de assistente graduada de patologia clínica, da carreira médica hospitalar, à funcionária Gema Maria Hernández Mira 1423

Deliberação (extracto) n.º 123/2009:

Autorizada a nomeação por tempo indeterminado, precedendo concurso interno condicionado para técnica de 1.ª classe de fisioterapia, a Joana Dores Mendes 1423

PARTE H

Assembleia Municipal de Armamar

Aviso n.º 1196/2009:

Discussão pública do projecto de regulamento da biblioteca municipal de Armamar 1423

Câmara Municipal de Albufeira

Aviso n.º 1197/2009:

Nomeação de Telma Filipa Pinheiro e Sousa para lugar da categoria de técnico superior estagiário — educação e intervenção comunitária 1423

Aviso n.º 1198/2009:

Nomeação de Guilhermina Carlota Bento Coelho para lugar da categoria de técnico profissional especialista — biblioteca e documentação 1423

Câmara Municipal de Alcácer do Sal

Aviso n.º 1199/2009:

Alteração parcial do PDM 1424

Câmara Municipal de Alcanena

Aviso n.º 1200/2009:

Nomeação de Horácio Neto Frade da Silva para a categoria de assessor principal, da carreira e grupo de pessoal técnico superior, com efeitos à data de 22 de Dezembro de 2008, escalão 4, índice 900 1424

Câmara Municipal de Alcobaça

Regulamento n.º 17/2009:

Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do concelho de Alcobaça 1424

Câmara Municipal de Alenquer

Edital n.º 47/2009:

Edital n.º 143/2008 referente à elaboração do plano de pormenor do núcleo de desenvolvimento turístico da Quinta da Puceteira 1424

Câmara Municipal de Aljezur

Aviso n.º 1201/2009:

Reclassificação profissional — Nomeação definitiva da técnica superior de 2.ª classe — Área de gestão de recursos humanos 1426

Câmara Municipal de Almeirim

Aviso n.º 1202/2009:

Alteração ao artigo 34.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim 1426

Câmara Municipal de Alter do Chão

Aviso n.º 1203/2009:

Projecto de Regulamento da Oficina Domiciliária 1426

Câmara Municipal de Arronches

Aviso n.º 1204/2009:

Nomeação de funcionários na sequência da realização de concursos internos de acesso limitado 1428

Câmara Municipal de Baião

Regulamento n.º 18/2009:

Projecto de Regulamento do Fundo de Solidariedade Social do Município de Baião 1428

Câmara Municipal de Benavente

Aviso n.º 1205/2009:

Nomeação de Vanda Cristina de Jesus Teixeira Rico Farto Lobato, técnica superior de 2.ª classe/médica veterinária 1430

Aviso n.º 1206/2009:

Nomeação de Hermínio Nunes da Fonseca, técnico superior assessor principal/administração pública e autárquica 1430

Aviso n.º 1207/2009:

Nomeação de António Paulo Ramos dos Reis, chefe de secção 1430

Câmara Municipal de Braga

Aviso n.º 1208/2009:

Nomeação de vários funcionários decorrentes de concursos de acesso e reclassificações profissionais. 1431

Câmara Municipal do Cadaval

Aviso n.º 1209/2009:

Reclassificação profissional de Mara Joana Miranda da Silva 1431

Aviso n.º 1210/2009:

Reclassificação de Maria Emília Lavareda dos Santos Correia 1431

Câmara Municipal de Campo Maior

Aviso n.º 1211/2009:

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado com um serralheiro civil 1431

Aviso n.º 1212/2009:

Celebração de contrato por tempo indeterminado com um operário qualificado — electricista 1431

Aviso n.º 1213/2009:

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado com um auxiliar de serviços gerais 1431

Aviso n.º 1214/2009:

Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo para um auxiliar de acção educativo e um auxiliar de serviços gerais 1431

Aviso n.º 1215/2009:

Renovação de contratos a termo resolutivo certo de um fiel de mercados e feiras e de um jardineiro 1432

Aviso n.º 1216/2009:

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado com um técnico superior de 2.ª classe — engenharia agrícola 1432

Aviso n.º 1217/2009:

Aviso de celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado com um técnico superior de desporto de 2.ª classe 1432

Aviso n.º 1218/2009:

Início para elaboração do Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Campo Maior 1432

Aviso n.º 1219/2009:

Regulamento do Conselho de Coordenação da Avaliação do Município de Campo Maior . . 1432

Câmara Municipal de Castanheira de Pêra

Aviso n.º 1220/2009:

Transferência de Aguinaldo Manuel Feitor Simões Silva e Elsa Maria da Silva Vaz. 1433

Câmara Municipal do Crato

Declaração de rectificação n.º 93/2009:

Alteração ao Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi do Crato 1434

Regulamento n.º 19/2009:

Alteração ao Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transporte em Táxi do Crato 1434

Câmara Municipal de Faro

Aviso n.º 1221/2009:

Elaboração do Plano de Urbanização da Zona Norte 1440

Câmara Municipal da Figueira da Foz

Aviso n.º 1222/2009:

Exoneração, a seu pedido, do funcionário Carlos Alberto Pereira Fernandes. 1441

Aviso n.º 1223/2009:

Integração no mapa de pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em lugar a aditar e a extinguir quando vagar, de Carlos Manuel Nogueira da Costa 1441

Aviso n.º 1224/2009:

Nomeação de candidatos aprovados em vários concursos 1441

Câmara Municipal do Funchal

Aviso n.º 1225/2009:

Plano de Pormenor da Vila Giorgi. 1441

Câmara Municipal de Grândola

Aviso n.º 1226/2009:

Contrato para planeamento para a elaboração do Plano de Pormenor da Lagoa de Melides, ADT5. 1442

Aviso n.º 1227/2009:

Plano de Pormenor da Lagoa de Melides ADT5. 1442

Câmara Municipal de Lagoa (Açores)

Regulamento n.º 20/2009:

Proposta do Regulamento Municipal de Atribuição de Computadores Portáteis 1442

Câmara Municipal de Lagos

Aviso n.º 1228/2009:

Nomeação de três técnicos de informática, grau 2, nível 1. 1443

Câmara Municipal de Lisboa

Aviso n.º 1229/2009:

Publicação do Aviso e respectivos anexos do Regulamento Municipal Urbanização de Edificação de Lisboa. 1443

Câmara Municipal de Loures

Aviso n.º 1230/2009:

Reclassificação profissional de Carla Alexandra Esteves Ferreira 1472

Aviso n.º 1231/2009:

Nomeação em comissão de serviço extraordinária de Ana Sofia Alonso Batalha 1472

Aviso n.º 1232/2009:

Nomeação como assistente administrativo principal 1472

Aviso n.º 1233/2009:

Nomeação como arquitecto de 1.ª classe. 1473

Aviso n.º 1234/2009:

Nomeação como técnico superior de gestão principal 1473

Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Aviso (extracto) n.º 1235/2009:

Reclassificação de vários funcionários como assistentes administrativos 1473

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Aviso n.º 1236/2009:

Concurso interno de acesso geral para provimento de uma vaga de operário principal/jardineiro 1473

Câmara Municipal de Oeiras

Edital n.º 48/2009:

Período de discussão pública referente ao pedido de alteração ao projecto de loteamento AUGI de Leceia — processo n.º 10/2007 1474

Câmara Municipal de Paredes

Aviso n.º 1237/2009:

Nomeação de vários funcionários para a categoria de assistente administrativo especialista do grupo de pessoal administrativo 1474

Aviso n.º 1238/2009:

Nomeação em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a categoria de nadador-salvador de Álvaro Cristiano Coelho Moreira 1474

Aviso n.º 1239/2009:

Nomeação para a categoria de técnico superior assessor (arquitecto) do grupo de pessoal técnico superior do candidato Nuno Pedro Jesus da Silva Monteiro 1474

Aviso n.º 1240/2009:

Nomeação para a categoria de assistente administrativo principal do grupo de pessoal administrativo da candidata Armandina Maria Vieira Rocha Moreira 1474

Câmara Municipal de Ponte de Sor

Aviso n.º 1241/2009:

Alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Ponte de Sor 1475

Câmara Municipal de Seia

Aviso n.º 1242/2009:

Reclassificação profissional de Alexandre Miguel Ferreira da Silva na categoria de técnico superior de 2.ª classe 1488

Câmara Municipal de Sines

Aviso n.º 1243/2009:

Concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares de técnico profissional especialista — fiscal municipal 1489

Câmara Municipal de Vagos

Aviso n.º 1244/2009:

Estrutura e organização dos serviços municipais: regulamento interno, organograma e mapa de pessoal 1490

Câmara Municipal de Vale de Cambra

Aviso (extracto) n.º 1245/2009:

Reclassificação de vários funcionários 1506

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Aviso n.º 1246/2009:

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Maria Ângela A. Lopes, Cristina Maria R. Lima e Ana Maria Sousa, com a categoria de cozinheiro principal 1506

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Regulamento n.º 21/2009:

Alteração ao Regulamento do Plano Director Municipal, nos artigos 33.º e 34.º do Subcapítulo IV — Zona de Concentração Industrial 1506

PARTE I

Câmara Municipal de Vinhais

Aviso n.º 1247/2009:

Celebração de contratos a termo resolutivo certo 1507

Junta de Freguesia de Alcabideche

Aviso n.º 1248/2009:

Nomeação de Vitorina Adelaide Pimenta Martins da Silva 1507

Junta de Freguesia de Alcôrrego

Aviso n.º 1249/2009:

Nomeação para um lugar da carreira do grupo de pessoal administrativo (coveiro) 1507

Junta de Freguesia de Benfica

Aviso n.º 1250/2009:

Contrato a termo resolutivo com Mário Fonseca e António Nave 1507

Junta de Freguesia de Caneças

Aviso n.º 1251/2009:

Reclassificação do funcionário Manuel Eduardo de Jesus da categoria de coveiro para a categoria de cantoneiro de limpeza 1507

Junta de Freguesia de Grijó

Aviso (extracto) n.º 1252/2009:

Alteração do quadro de pessoal da Junta de Freguesia de Grijó 1507

Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros

Aviso n.º 1253/2009:

Concurso para contratação de um auxiliar administrativo em regime de contrato por tempo indeterminado 1508

Junta de Freguesia de Monte Margarida

Edital n.º 49/2009:

Ordenação heráldica de brasão, bandeira e selo 1508

Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo

Regulamento n.º 22/2009:

Regulamento dos Serviços Municipalizados. 1508

AGORASYS — Distribuição de Material Informático, L.da

Anúncio n.º 248/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1999. 1517

ALIAMODA — Pronto-a-Vestir e Confecções, L.da

Anúncio n.º 249/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1998. 1517

António Rodrigues Melo, L.da

Anúncio n.º 250/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1999. 1517

Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada

Regulamento n.º 23/2009:

Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior 1517

Escola Superior de Saúde Jean Piaget — Nordeste

Regulamento n.º 24/2009:

Regulamento de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso 1520

Marisqueira Vista Tróia, L.da

Anúncio n.º 251/2009:

Aumento do capital e alteração parcial do contrato 1522

Olímpio Fonseca & Cristina, L.da

Anúncio n.º 252/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1998. 1523

Anúncio n.º 253/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1999. 1523

Restaurante Pérola do Sado, L.da

Anúncio n.º 254/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1999. 1523

SETUCASA — Materiais de Construção, L.da

Anúncio n.º 255/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1997. 1523

SETUMARINHO — Comércio de Pescado, L.da

Anúncio n.º 256/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1999. 1523

TROIALARME — Sistemas de Segurança Electrónica, L.da

Anúncio n.º 257/2009:

Cessação de funções e designação de gerente. 1523

Vaz & Leonardo, L.da

Anúncio n.º 258/2009:

Prestação de contas da sociedade no ano de 1999. 1523

VINICAN — Actividades Hoteleiras, L.da

Anúncio n.º 259/2009:

Designação de gerente. 1523

PARTE J

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Aviso n.º 1254/2009:

Abertura de procedimento concursal de selecção para o provimento no cargo de chefe da Divisão de Planeamento, Programação e Avaliação, da Direcção de Serviços de Planeamento, Orçamento e Conta, do Departamento Geral de Administração 1524

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 1255/2009:

Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau para a Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão Estratégica. 1524

Instituto Politécnico de Leiria

Aviso n.º 1256/2009:

Abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de director de serviços de Recursos Humanos 1525

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Aviso n.º 1257/2009:

Abertura de concurso para seis cargos de direcção intermédia do 1.º grau. 1526

Aviso n.º 1258/2009:

Abertura para 14 cargos de direcção intermédia do 2.º grau. 1526

PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Conselho Superior de Estatística

Deliberação n.º 53/2009

7.ª/2008 deliberação do Conselho Superior de Estatística relativa aos planos da actividade estatística das autoridades estatísticas — 2009

Considerando que no contexto da Lei 22/2008, de 13 de Maio, compete ao Conselho Superior de Estatística (CSE) "apreciar o plano e o orçamento da actividade estatística das autoridades estatísticas, bem como o respectivo relatório de execução".

Considerando que no âmbito da Lei do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e da conjugação dos artigos 3.º (número 4) e do artigo 24.º, devem ser apresentados os seguintes Planos da Actividade Estatística:

Do Instituto Nacional de Estatística e das entidades produtoras de estatísticas oficiais por delegação do INE, IP
Do Banco de Portugal
Do Serviço Regional de Estatística dos Açores
Da Direcção Regional de Estatística da Madeira

Considerando que nos termos da 3.ª/2008 Deliberação do Conselho, de 29 de Setembro, o Conselho deliberou considerar o ano de 2009 como um ano de transição para a implementação da Lei n.º 22/2008 e, decidiu que os "Planos de Actividades do Conselho Superior de Estatística e o Plano de Actividades do INE, IP e de outras Entidades Produtoras de Estatísticas Oficiais (por delegação do INE, IP) são elaborados em moldes idênticos aos do ano anterior e aprovados no Plenário do Conselho de Dezembro de 2008".

Considerando que a mesma deliberação do Conselho determina que "o Conselho, no âmbito da Secção Permanente de Coordenação Estatística, define o novo modelo de preparação e elaboração do Plano de Actividades e respectivo Relatório de Execução para o Sistema ao longo do 1.º semestre de 2009, para aprovação no plenário de Julho de 2009 e aplicação no Plano de Actividades e Relatório de Execução, relativos a 2010".

Considerando que, apesar de não se encontrar expressamente previsto na deliberação 3.ª/2008, o Banco de Portugal, o Serviço Regional de Estatística dos Açores e a Direcção Regional de Estatística da Madeira decidiram apresentar ao Conselho Superior de Estatística os seus Planos da Actividade Estatística para 2009.

Considerando que os Planos da Actividade Estatística das Autoridades Estatísticas para 2009 reflectem as orientações estratégicas para o Sistema Estatístico Nacional (SEN) definidas pelo Conselho Superior de Estatística e traduzidas nas Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional para 2008-2012 e em diversas deliberações e recomendações aprovadas pelo Conselho.

Considerando que os Planos da Actividade Estatística reflectem igualmente as linhas de orientação e os compromissos para o Sistema Estatístico Europeu, definidos no Programa Estatístico Comunitário anual, para o Sistema Europeu de Bancos Centrais e ainda preocupações no acompanhamento da aplicação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, recomendado pela Comissão Europeia.

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 3.º e na alínea *g*) do artigo 13.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, na reunião plenária de 15 de Dezembro de 2008, o Conselho Superior de Estatística, após parecer favorável da Secção Permanente de Coordenação Estatística, delibera:

a) Reconhecer o esforço colocado pelas Autoridades Estatísticas na elaboração dos seus Planos da Actividade Estatística para 2009, bem como a qualidade destes no contexto de transição ao nível da organização e funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, decorrente da publicação da Lei n.º 22/2008;

b) Congratular-se com o facto de os referidos Planos de Actividade, pela natureza dos objectivos fixados e das actividades programadas, apontarem de forma clara para a modernização do Sistema Estatístico Nacional;

c) Reconhecer que os documentos se encontram em consonância com as Linhas Estratégicas aprovadas pelo Conselho para o período 2008-2012 e com os objectivos consagrados no Plano de Actividades do Conselho Superior de Estatística para 2009;

d) Salientar o facto de os Planos para 2009 reflectirem, igualmente, em diversas áreas e níveis de intervenção, anteriores deliberações e recomendações do Plenário, Secções e Grupos de Trabalho do Conselho;

e) Emitir parecer favorável, quanto aos Planos da Actividade Estatística das Autoridades Estatísticas para 2009;

f) Recomendar ao Governo que o Plano de Actividades do INE e de outras entidades intervenientes na produção estatística oficial seja formalmente aprovado, manifestando contudo a sua preocupação pelo facto do orçamento do Instituto Nacional de Estatística, IP constante do referido Plano poder comprometer a realização de algumas das actividades planeadas, nomeadamente daquelas que visam dar resposta a compromissos comunitários;

g) Recomendar à Secção Permanente de Coordenação Estatística que, no contexto da 3.ª/2008 Deliberação do CSE, apresente ao Plenário de Julho de 2009, um modelo de Plano e um modelo de Relatório de Actividades a adoptar pelas autoridades estatísticas, respectivamente no que se refere aos exercícios de 2010 e 2009.

15 de Dezembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Alda de Caetano Carvalho*. — A Secretária, *Maria da Graça Fernandes Caeiro Bento*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 802/2009

A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional arrasta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, implicando um reforço constante da actividade das Missões Diplomáticas, gerador de necessidades de pessoal especializado que não podem ser satisfeitas através dos instrumentos de mobilidade previstos na lei, e que justificam a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando os lugares indispensáveis.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atento o disposto no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio:

Determina-se que, a título excepcional:

1 — Seja descongelada, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal especializado, a admissão para o lugar previsto no mapa anexo ao presente despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existência de cobertura orçamental.

23 de Dezembro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.*

Mapa anexo

Descongelamento excepcional para o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Grupo de pessoal	Número de lugares
Pessoal Especializado (categoria — Conselheiro Técnico)	01
Total	01

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 1078/2009

Para efeitos do artigo 3.º da Lei 4/82, de 15 de Abril, torna-se público que na cobrança de emolumentos consulares a efectuar a partir de 1 de Dezembro de 2008 serão adoptadas as taxas de câmbio seguintes:

Divisas	Taxa de conversão por € 1
Rand Sul-Africano	12,8640
Novo Kwanza (Angola)	97,2635
Florim (Antilhas Holandesas)	2,2835
Rial Saudita	4,7903
Dinar Argelino	89,8025
Peso Argentino	4,4595
Dólar Australiano	1,9285
Kuna da Croácia	7,1191
Dinar Bahrein	0,48094
Dólar dos Estados Unidos da América	1,2783
Dólar das Bermudas	1,2757
Real Brasileiro	2,7580
Lev da Bulgária	1,9558
Escudo (Cabo Verde)	110,0430
Dólar Canadiano	1,4991
Peso Chileno	855,6760
Yuan Renmimbi (China)	8,7427
Peso Colombiano	3,115,8400
Won da Coreia do Sul	1729,7526
Franco CFA (Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau e Senegal)	655,9570
Peso Cubano	1,2101
Coroa Dinamarquesa	7,4277
Libra Egípcia	7,1120
Litas Lituânia	3,4597
Lats Letónia	0,6974
Coroa da Eslováquia	30,3406
Coroa da Estónia	15,6779
Dólar USD (Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador)	1,2783
Dólar USD (Equador, Timor, Roménia, Zimbabué)	1,2783
Franco Suíço	1,4715
Birr da Etiópia	12,4700
Libra Esterlina (Reino Unido)	0,7974
Rupia das Maurícias	40,2629
Dólar da Guiana Inglesa	259,0950
Rupia da Indonésia	13858,7221
Dólar da Namíbia	12,8383
Dólar de Hong-Kong	9,9078
Forint da Hungria	261,9529
Rupia Indiana	65,3817
Real Iraniano	12795,27
Dinar Iraquiano	1500,35
Peso Filipinas	62,3144
Coroa Islandesa	305,6100
Shekel de Israel	4,9460
Colon da Costa Rica	710,7880
Yen do Japão	125,2199
Dinar Jordano	0,90415
Dinar Sérvio	85,0126
Xelim (Quénia)	105,0620
Dólar Liberiano	82,9205
Pataca (Macau)	10,2050
Kuacha do Malawi	179,2359
Dirham Marroquino	11,0435
Peso Novo Mexicano	16,0930
Metical (Moçambique)	31,0000
Naira da Nigéria	150,1244
Coroa Norueguesa	8,2515
Dólar da Nova Zelândia	2,1339
Rial de Oman	0,49116
Balboa (Panamá)	1,2757
Rupia Paquistanesa	107,7469
Guarani (Paraguai) t. c. c. ARS	4,4595
Novo Sol do Perú	3,9413
Zloty da Polónia	3,6038
Franco CFA da República Centro Africana	655,9570
Coroa Checa	25,2785
Dobra de S. Tomé e Príncipe	19190,9800
Dólar de Singapura	1,8966
Libra da Síria	61,9671
Lilangeni (Suazilândia)	12,8383
Coroa Sueca	9,9258
Bath da Tailândia	44,8155
Dólar Trinidad e Tobago	7,9349
Dinar Tunisino	1,7526
Lira Turca	1,9946
Novo Peso Uruguaio	29,9731
Hryvna da Ucrânia	7,5521
Rublo Russo	35,7464
"Bolívar Fuerte" Venezuela	2,7393
Zaire da República Democrática do Congo)	715,8200
Kuacha Zambiano	5702,38
Dinar Líbio	1,64470
Gourde do Haiti	50,2307

17 de Novembro de 2008. — O Director-Adjunto, *Veiga Domingos*.

Despacho (extracto) n.º 803/2009

Maria Rita Santos Rosa Carneiro de Brito, Assessora Principal do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal Técnico Superior — despacho do Secretário-Geral de 19 de Dezembro de 2008 autorizando a renovação da comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Política de Coesão Económica e Social e Política Social da Direcção de Serviços das Questões Económicas e Financeiras da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, com efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2009.

19 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 804/2009

Maria de Deus Almeida Ferreira — Assessora Principal do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal Técnico Superior.

Despacho do Secretário-Geral de 19 de Dezembro de 2008, autorizando a renovação da comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão do Contencioso Comunitário da Direcção de Serviços dos Assuntos Jurídicos, com efeitos a partir de 07 de Janeiro de 2009.

19 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 805/2009

Ana Augusta Teixeira Baptista — Assistente Administrativa do Quadro Único de Vinculação do Pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — carreira de assistente administrativa.

Despacho do Secretário-Geral de 19 de Dezembro de 2008, provendo-a definitivamente, na referida categoria, com efeitos a partir de 24 de Fevereiro de 2005.

22 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 806/2009

Adriana de Melo Ribeiro — Técnica Superior de 2.ª Classe, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sintra.

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-a para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 807/2009

Julita Sousa Mendonça Gonçalves — Técnica Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-a para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 808/2009

Eduardo José Gaspar da Fonseca Quá — Técnico Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-o para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 809/2009

Maria Eunice Simões Morgado, Técnica Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior — despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-a para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 810/2009

Maria Manuela Ferreira Lourenço Correia — técnica superior de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

Despacho do director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-a para a categoria de técnico superior de 1.ª classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República,* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 811/2009

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008:

Rufina Carvalho Pires Garcia — Técnica Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Despacho (extracto) n.º 812/2009

Sandra Rute de Lima Rodrigues — Técnica Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-a para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 813/2009

Sandra da Conceição Oliveira Saraiva — Técnica Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-a para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 814/2009

Paulo Alexandre Colaço Pinto Machado — Técnico Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-o para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 815/2009

Patrícia Alexandra da Palma Fereira — Técnica Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-a para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 816/2009

Ana Lúcia de Oliveira Brigeiro — Técnica Superior de 2.ª Classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior.

Despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, nomeando-a para a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo Aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 817/2009

Por despacho do Director do Departamento Geral de Administração de 23 de Dezembro de 2008, Rui Miguel da Rosa Sande — técnico superior de 2.ª classe do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal técnico superior, foi nomeado para a categoria de técnico superior de 1.ª classe do mesmo quadro, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008, na sequência de concurso interno de acesso misto, aberto pelo aviso n.º 22 082/2008, publicado no *Diário da República,* n.º 159, de 19 de Agosto de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Francisco Guerra Tavares.*

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho (extracto) n.º 818/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008:

Sónia Carnoto Pacheco, técnica superior principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa — Nomeada definitivamente, em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso, assessora da carreira técnica superior do mesmo quadro de pessoal, nos termos conjugados do artigo 4.º, n.º 1, alínea *b*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro e artigo 15.º,

n.º 3, alínea *b*) da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos reportados a 8 de Agosto de 2008, ficando posicionada no escalão 1, índice 610.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *Artur Lami.*

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 819/2009

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º e do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto, conjugados com o disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 9.º e no artigo 23.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, é nomeado em comissão de serviço como coordenador do ensino português na República da África do Sul/Namíbia o licenciado Armindo Cameira Bôto.

2 — A nomeação prevista no número anterior produz efeitos desde 1 de Novembro de 2008, data em que cessa as funções de adjunto da coordenação do ensino português na República da África do Sul/Namíbia para as quais foi nomeado, nos termos do despacho n.º 21 323/2007, de 1 de Agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 178, de 14 de Setembro de 2007.

25 de Novembro de 2008. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *António Fernandes da Silva Braga,* Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. — O Secretário de Estado Adjunto e da Educação, *Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 41/2009

Pela Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, foram transpostas para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, e 2006/70/CE da Comissão, de 1 de Agosto, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro e das actividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

Nos termos do regime comunitário em vigor e para efeitos da aplicação da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, importa estabelecer o elenco de países ou jurisdições que integram o conceito de «país terceiro equivalente».

Releva, nesta sede, o entendimento comum adoptado pelos Estados membros da União Europeia no seio do Comité sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, constituído nos termos do artigo 41.º da Directiva n.º 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças, ao abrigo do disposto na alínea 8) do artigo 2.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é aprovada a lista de países ou jurisdições a que se refere a alínea 8) do artigo 2.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho.

2.º Consideram-se como tendo regimes equivalentes ao nacional no que diz respeito aos requisitos impostos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e à respectiva supervisão os seguintes países ou jurisdições:

a) África do Sul;
b) Argentina;
c) Austrália;
d) Brasil;
e) Canadá;
f) Estados Unidos da América;
g) Hong Kong;
h) Japão;
i) México;
j) Nova Zelândia;
k) Federação da Rússia;
l) Singapura;
m) Suíça.

3.º A lista referida no artigo anterior inclui os seguintes territórios:

a) França: Mayotte, Nova Caledónia, Polinésia Francesa, São Pedro e Miquelão e Wallis e Futuna;
b) Holanda: Antilhas Neerlandesas e Aruba.

4.° A lista referida no artigo 1.º não é aplicável aos Estados membros da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que beneficiam de reconhecimento mútuo *de jure,* nos termos da Directiva n.º 2006/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

5.° A lista referida no artigo 1.º é actualizada com base na informação disponível a nível internacional, considerando os critérios definidos no seio do Comité de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, instituído nos termos do artigo 41.º da Directiva n.º 2006/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais, e à luz dos relatórios públicos de avaliação adoptados pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) e organismos regionais constituídos sob o modelo do GIAFI, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

6.° A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

17 de Dezembro de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 820/2009

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigida uma licenciatura;

Considerando que licenciada Regina das Neves Lopes, reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Directora de Serviços de Inovação e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública;

Considerando que, ponderados os resultados do concurso, face ao perfil revelado pelos candidatos confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que a candidata licenciada Regina das Neves Lopes, reúne as melhores condições para o exercício do cargo, recaindo sobre ela a sua escolha.

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º do diploma acima citado, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços de Inovação e Qualidade, a licenciada Regina das Neves Lopes, especialista de informática de grau 1, nível 3, do mapa de pessoal do Instituto de Informática.

19 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral, *José António de Mendonça Canteiro.*

Informação Pessoal

Nacionalidade: Portuguesa
Data nascimento: 26 de Abril de 1964
Habilitações Académicas

Licenciatura em Matemática Aplicada, vertente informática pela universidade Autónoma de Lisboa.

Experiência profissional:

Na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (SGMFAP)
Coordenação da Direcção de Serviços de Informática, cujas atribuições se situam, genericamente, no âmbito de:
Definir em conjunto com Secretário-Geral a Estratégia nas áreas da tecnologia dos sistemas de informação;
Planeamento de recursos humanos e financeiro que assegure o cumprimento da estratégia definida na área das tecnologias de informação;

Conceber o plano de actividades da Direcção de Serviços em forma de projectos e respectiva afectação dos recursos humanos existentes;

Definir os projectos a realizar através de prestação de serviços externa;

Definir os procedimentos que assegurem a correcta selecção dos fornecedores para os projectos de desenvolvimento externo;

Controle dos projectos e dos recursos humanos da Direcção de Serviços de modo a possibilitar em caso de necessidade a implementação de medidas correctivas que assegurem a realização do plano de actividades previamente definido;

Controle dos projectos de desenvolvimento externo;

Concepção das metodologias e modelos para todos os processos de trabalho relacionados com a Direcção de Serviços;

Coordenar a Direcção de Serviços de modo a assegurar as actividades de gestão corrente;

Participar em reuniões promovidas pela Administração Pública no âmbito das tecnologias de informação e de interesse para a Secretaria-Geral;

Acompanhar as tendências do mercado em termos de TI;

Colaborar em projectos piloto experimentais de interesse para a SG;

Apresentar projectos de forma a promover a reflexão e troca de experiências dentro da AP,

Responder a outras solicitações que lhes sejam dirigidas nas suas áreas de competência.

Despacho (extracto) n.º 821/2009

Por meu despacho de 17 de Dezembro de 2008, é nomeada a licenciada Maria Manuela Preto Garcia, consultora jurídica de 1.ª classe, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, precedendo concurso interno de acesso geral, após procedimento prévio de oferta no SigaME, com o código n.º P20083880 e obtida confirmação de declaração de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de consultor jurídico principal, do mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, a que corresponde o Escalão 1, Índice 510 do actual sistema retributivo da Função Pública, ficando exonerada da anterior categoria, com efeitos à data do despacho.

17 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral, *José António de Mendonça Canteiro.*

Despacho n.º 822/2009

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reunam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigida uma licenciatura;

Considerando que licenciada Maria João Vasques Pedro Nunes, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe de Divisão de Documentação e Biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública;

Considerando que, ponderados os resultados do concurso, face ao perfil revelado pelos candidatos confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que a candidata licenciada Maria João Vasques Pedro Nunes, reúne as melhores condições para o exercício do cargo, recaindo sobre ela a sua escolha.

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º do diploma acima citado, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Documentação e Biblioteca, a licenciada Maria João Vasques Pedro Nunes, assessora principal da carreira de biblioteca e documentação, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

19 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral, *José António de Mendonça Canteiro.*

Síntese curricular

Maria João Vasques Pedro Nunes nasceu em 4 de Novembro de 1952, possui o grau académico de licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e Pós-Graduação em Ciências da Documentação – Opção Biblioteca.

Está habilitada com o Seminário de Alta Direcção realizado pelo INA.

Detém a categoria de assessor principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Desempenhou funções na Biblioteca Nacional (1985-1990) onde desenvolveu actividades em diversas Direcções de Serviços, colaborando em diversos projectos, nomeadamente "Microfilmagem dos Jornais Portugueses do Século XIX" e Implementação da Porbase – Base Nacional de Dados Bibliográficos. No Ministério da Justiça — Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga (1990-1993) informatizou o Centro de Documentação. Na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, Direcção de Serviços de Arquivos e Documentação desde 1993, coordena presentemente as actividades da Biblioteca e participa em diversos projectos a decorrer nestes Serviços.

Frequentou cursos de formação profissional relacionados com as exigências das funções desempenhadas no seu percurso profissional, designadamente: Indexação de Documentos Digitais e Multimédia, Bibliotecas Virtuais, Fontes de Informação na Internet para Bibliotecas Governamentais, Serviços de Referencia on-line, Metadados e a sua relevância para as Bibliotecas, Workshop sobre a Implementação do SIADAP, Temas de Gestão Pública, Liderança e Gestão de Equipas, Formação Pedagógica de Formadores, Iniciação ao Microsoft Project 2000, entre outros.

Formadora em acções de formação profissional nas áreas de Biblioteca e Tecnologias da Informação e Comunicação e docente das disciplinas de "Serviços e Fontes de Informação" e "Descrição da Informação Bibliográfica" na Pós-graduação em Ciências Documentais. Participou ainda em vários seminários e grupos de trabalho.

Despacho n.º 823/2009

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reunam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigida uma licenciatura;

Considerando que a licenciada Maria Margarida Correia Branco, reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Directora de Serviços de Arquivos e Documentação da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública;

Considerando que, ponderados os resultados do concurso, face ao perfil revelado pelos candidatos confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que é a candidata que reúne as melhores condições para o exercício do cargo, recaindo sobre ela a sua escolha.

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º do diploma acima citado, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção de Serviços de Arquivos e Documentação a licenciada Maria Margarida Correia Branco, assessora principal, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral, *José António de Mendonça Canteiro.*

Despacho (extracto) n.º 824/2009

Por despacho do Secretário-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública de 17 Dezembro de 2008, e após procedimento interno de selecção para mudança de nível na carreira de informática, nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, foi autorizada a mudança de nível da técnica de informática de grau 1 nível 1, Maria João da Costa Afonso de Miranda Fernandes, para técnica de informática de grau 1, nível 2 do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, a que corresponde o escalão 1, índice 370 do actual sistema retributivo da Função Pública.

23 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral-Adjunta, em substituição, *Ana Maria Pinto Bernardo.*

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 825/2009

Pelo despacho de 23 de Dezenbro de 2008, do Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Licenciado José Manuel da Costa Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados:

Elisa Matilde de Mira Godinho Monteiro Gomes, técnica superior de 1.ª classe de arquivo, da carreira técnica superior de arquivo, — precedendo concurso interno de acesso limitado, promovida a técnica superior principal da mesma carreira, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da data do despacho.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Despacho (extracto) n.º 826/2009

Pelo despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Licenciado José Manuel da Costa Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados:

Precedendo concurso interno de acesso, promovidos a reverificador da carreira técnica superior aduaneira, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da data do citado despacho, os funcionários a seguir identificados:

Luís Manuel Narciso Correia
Fernando António da Silva Campos Pereira
António Alves Vilela
Luís Edgar Dias de Almeida
Vasco António Proença Lopes
Ana Paula da Costa Mendes da Silva
Maria Custódia de Brito Galego
António Carlos Silva
Maria Teresa Morgado Fernandes
Maria José Rodrigues Guimarães da Silva Valente
Maria Filomena Churro de Matos
José António Amorim Fernandes
Manuel António Moreira Pedroso Rodrigues Paulino

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público

Despacho (extracto) n.º 827/2009

Por despachos de 24 de Novembro e de 9 de Dezembro de 2008, respectivamente da Directora-Geral das Autarquias Locais e da Directora-Geral da Administração e do Emprego Público:

Licenciada Judite da Silva Ribeiro Forte, assessora principal do mapa de pessoal da Direcção-Geral das Autarquias Locais — transferida para idêntico posto de trabalho do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, após terem sido cumpridas as formalidades previstas nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (Oferta no sigaME — P20086078), com efeitos a partir de 9 de Dezembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Carolina Ferra.*

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 1079/2009

Subdelegação e delegação de competências

Nos termos do n.º IV do despacho n.º 14 526/2005 (2.ª série), de 7 de Abril, do director de finanças de Lisboa, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 125, de 1 de Julho de 2005, do artigo 62, n.º 2, da lei geral tributária (LGT) e do artigos 36.º e 37.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), subdelego as seguintes competências que me foram delegadas pelo n.º II, n.º 1.4, daquele despacho:

1.1 — No chefe de divisão da Justiça Administrativa, licenciado José de Castro Marques, inspector tributário principal:

a) As respeitantes à área funcional da justiça administrativa;
b) A decisão de processos de reclamação graciosa, nos termos do artigo 75.º do Código de Procedimento e do Processo Tributário (CPPT), quando o valor do processo não exceder € 100 000 e sempre que, relativamente à matéria controvertida, não tenha sido instaurado processo de inquérito por crime fiscal;
c) A fixação dos prazos de audição prévia nos termos do n.º 4 do artigo 60.º da LGT, no âmbito dos processos cuja competência fica subdelegada, bem como a prática dos actos subsequentes até à conclusão do procedimento;
d) A revisão oficiosa dos actos tributários, de conformidade com o artigo 78.º da LGT, sempre que o erro dos serviços seja apurado no âmbito de processos compreendidos na área funcional do subdelegado e o valor do procedimento não exceda € 100 000;
e) A autorização para a recolha das declarações oficiosas e dos documentos de correcção resultantes de processos de reclamação e de revisões oficiosas previstas, respectivamente nas alíneas *b*) e *d*) supra;
f) A aplicação de coimas nas situações previstas nas alíneas *b*) do artigo 52.º do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT) e no artigo 54.º do Regime Jurídico das Infracções Fiscais não Aduaneiras, bem como o arquivamento do processo de contra-ordenação, independentemente da causa de extinção, quando o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 100 000;
g) A assinatura da correspondência e expediente corrente da Divisão de Justiça Administrativa, excepto a dirigida a detentores de cargo idêntico ou superior a subdirector-geral.

1.2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 41.º do CPA as competências aqui subdelegadas são extensíveis ao Chefe de Equipa, inspector tributário nível 2, licenciado José Eduardo Pinto Barata, nas faltas, ausências e impedimentos do titular do cargo.

2.1 — Na chefe de divisão da Justiça Contenciosa, licenciada Isabel Maria de Sousa Alves, técnica economista principal:

a) As respeitantes à área funcional da justiça contenciosa;
b) A apreciação dos actos impugnados, nos termos previstos nos artigos 111.º e 112.º do CPPT, quando o valor do processo não exceder € 100 000, bem como os actos subsequentes até à entrada em juízo do processo e sempre que relativamente à matéria controvertida não tenha sido instaurado processo de inquérito por crime fiscal;
c) A revisão oficiosa dos actos tributários, de conformidade com o disposto no artigo 78.º da LGT, sempre que o erro dos serviços seja apurado no âmbito de processos compreendidos na área funcional da subdelegada e o valor do procedimento não exceda € 100 000;
d) A autorização para a recolha das declarações oficiosas e documentos de correcção resultantes dos processos administrativos e das revisões oficiosas previstas, respectivamente, nas alíneas *b*) e *c*) supra;
e) A assinatura da correspondência e expediente corrente da Divisão da Justiça Contenciosa, excepto a dirigida a detentores de cargo idêntico ou superior a subdirector-geral.

2.2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 41.º do CPA as competências aqui subdelegadas são extensíveis à chefe de equipa, inspectora tributária principal licenciada Ernestina da Conceição dos Santos Peneira Pinheiro Farias Martins, nas faltas, ausências e impedimentos da titular do cargo.

3.1 — Na chefe da divisão de Processos Criminais Fiscais, licenciada Maria João de Sousa Coelho da Silva Frazão de Brito, inspectora tributária nível 2:

a) As respeitantes à área funcional dos processos criminais fiscais;
b) A aquisição da notícia do crime, a instauração do inquérito, incluindo a respectiva comunicação ao Ministério Público e a prática dos actos necessários à efectivação das investigações nos processos criminais fiscais, nos termos do artigo 35.º, 40.º e 41.º do RGIT, quando o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 100 000;
c) A emissão de parecer fundamentado no encerramento do inquérito previsto no n.º 3 do artigo 42.º do RGIT, nos processos previstos na alínea anterior, bem como a remessa ao Ministério Público;
d) A assinatura da correspondência e expediente corrente da Divisão de Processos Criminais Fiscais, excepto a dirigida a detentores de cargo idêntico ou superior a subdirector-geral.

3.2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 41.º do CPA, as competências aqui subdelegadas são extensíveis ao chefe de equipa, inspector tribu-

tário, nível 2, licenciado António Augusto Pires Estrompa, nas faltas, ausências e impedimentos da titular do cargo.

4 — Produção de efeitos:

4.1 — Os pontos 3.1 e 3.2 do presente despacho produzem efeitos desde 20 de Fevereiro de 2008, ficando ratificados todos os actos e despachos entretanto praticados e proferidos sobre as matérias objecto da presente subdelegação.

4.2 — O ponto 1.2 do presente despacho produz efeitos desde 1 de Março de 2007, ficando ratificados todos os actos e despachos entretanto praticados e proferidos sobre as matérias objecto da presente subdelegação.

4.3 — Os restantes pontos do presente despacho produzem efeitos desde 1 de Julho de 2008, ficando ratificados todos os actos e despachos entretanto praticados e proferidos sobre as matérias objecto da presente subdelegação.

17 de Novembro de 2008. — O Director de Finanças-Adjunto de Lisboa, *Jesuíno Alberto Madeira dos Santos Alcântara Martins.*

Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

Aviso (extracto) n.º 1080/2009

Por despacho de 12.11.2008 da Sra. Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Sr. Director-Geral dos Impostos, e após anuência do Director da Faculdade por delegação de competências da Universidade do Porto, depois de cumpridas as formalidades previstas para o efeito na Lei n.º 53/2006, de 7.12, foi autorizada a transferência para o mapa de pessoal da DGCI na mesma categoria e carreira, com efeitos a 1 de Novembro, da técnica superior de 2.ª classe Maria Clara Gomes Neves Tavares, com afectação à Direcção de Finanças do Porto, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

17 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1081/2009

Por despachos de 21.11.2008 da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e após anuência do Instituto de Informática foi autorizada a prorrogação da requisição do especialista de informática, José Joaquim Mendes Alves, do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, com efeitos a 01 de Dezembro de 2008, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro.

17 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1082/2009

Por despacho de 17.12.2008 da subdirectora-geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, proferido nos termos do n.º 9 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, foi determinado o provimento no mapa de pessoal da DGCI na mesma carreira, categoria, escalão e índice, com efeitos a 1 de Julho, em lugar a criar e a extinguir quando vagar, da seguinte funcionária proveniente de serviço extinto da Administração Pública:

Nome	Categoria	Integração	
		Contigentação	Lugar
Manuela da Conceição Ribeiro Gomes	Assessora principal	DF Lisboa.	A criar.

18 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1083/2009

Por despacho de 12.11.2008 da Sra. Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Sr. Director-Geral dos Impostos, e da Vogal do Executivo do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de São Francisco Xavier, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi autorizada a transferência para o mapa de pessoal da DGCI na mesma categoria e carreira, com efeitos a 1 de Novembro, da chefe de secção Fátima Maria Marques Oliveira, com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa.

19 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1084/2009

Por despacho da Sra. Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Sr. Director-Geral dos Impostos, e do Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte, de 09.12.2008 e 10.12.2008, respectivamente, e após cumprimento das formalidades previstas para o efeito na Lei n.º 53/2006, de 7.12, foi autorizada a transferência para o mapa de pessoal da DGCI na mesma categoria e carreira, com efeitos a 09 de Dezembro, da técnica superior de 2ª classe Paula Maria Bragança Tecedeiro, com afectação à Direcção de Finanças de Braga, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro,

19 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1085/2009

Por despachos do Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P., e da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, de 11/12/2008 e de 11/11/2008, respectivamente e após cumprimento dos artigos 34.º da Lei n.º53/2006, de 7/12, José Magalhães Gomes, motorista, do quadro da Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P., foi transferido nos termos do artigo 4.º Lei n.º 53/2006 de 7/12, conjugado com o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89 de 16/10, para idêntica categoria do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afecto à Direcção de Finanças do Porto.

22 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1086/2009

Por despacho de 19/12/2008 da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, são nomeados, após aprovação em concurso interno de acesso limitado para a categoria de assessor jurista da carreira de investigadores tributários, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os seguintes candidatos, com efeitos à data do despacho:

Abílio Manuel Pinto Rodrigues Almeida Morgado
João Sérgio Teles Menezes Correia Leitão

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1087/2009

Por despacho de 19/12/2008 da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, são nomeados, após aprovação em concurso para a categoria de técnico economista assessor da carreira técnica economista, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os seguintes candidatos, com efeitos à data do despacho:

Maria Manuela Valente.
Maria Lurdes Jesus Amâncio.
José Augusto Godinho Martins.
Horácio Faustino Lemos.
Daciana Bela Gomes Silva Leite.
Maria Judite Silveira Gamboa.
Maria Helena Santos Marcos Diogo.
Luís Manuel António Oliveira Araújo.

Ana Maria Correia Calhau.
Maria Apolinária Matos Escarduça.
Ana Maria Silva Santos.
Olinda Maria Sousa Pereira Carmo.
Maria Rosário Coelho Silva Moura Veloso Veiga.
Isabel Maria Sousa Alves.
Maria Amparo Sousa Martins.
Manuel José Nóvoas Pinho Gonçalves.
Luísa Maria Soares Xavier.
Laurentina Jesus Ribeiro.
Pedro Viçoso Ferreira.
Maria Francelina Fortuna.
Helena Maria Costa Ferreira Guerra.
Francisca Maria Leal Guiomar Palmeira.
Alfredo Carlos Monteiro Santos.
Maria Isabel Magalhães Serpa Pinto Sampaio.
Maria Orlanda Macedo Sousa.
Maria Cavaco Francisco Viegas.
Maria Graça Baldrico Cardeira.
Maria Isabel Marques Cabete.
Maria Adelaide Fernandes Freitas Martins Alves.
Luís Manuel Seixas Barandas Fonseca.
Ana Teresa da Silva Oliveira Pinto.
Maria Manuel Caeiro Mira.
José Manuel Silva Dias.
Maria Rosário Petrucci Sousa Carvalho.
Maria Assunção Caseirito Oliveira.
Palmira Maria Conceição Gomes.
António Manuel Pereira Cruzeiro.
Fernanda Maria Carvalho Seabra.
César João Soares Ramos.
Zulmira Silva José.
Maria Cristina Vasconcelos Abreu Flor Morais Costa Pinto.
Fernando Carlos Soares Cruz Gariso.
José Luís Sá Mata.
Maria Conceição Silva Fonseca Reis.
Maria Margarida Alves Ferreira Canhota.
Maria Fernanda Sousa Fernandes Pessoa.
Manuel José Rodrigues Cunha Pereira.
Joaquina Jesus Fidelis Cordeiro Rita.
Rosa Maria Cruz Trindade.
Maria Alice Rodrigues.
Maria Carmo Santos Baptista.
Rosa Maria Gonçalves Tomé Rodrigues Resende.
João Alberto Vilela Carrega.
Maria Francisca Machado Magalhães Costa Silva.
Maria Fernanda Martins Morais.
José Carlos Pereira Silva.
Maria Graça Santos Pires.
António Manuel Cruz Pinhal.
Maria Antónia Fonseca Mota.
Maria Glória Fernandes Nunes Rogado.
Deonilde Neves Correia Borges Carvalho.
Maria Cristina Paixão Estorninho.
Maria Fátima Cruz Simões Mestre Serafim.
Maria Conceição Neves Lucas.
Álvaro António Lopes Fernandes.
Marília Fátima Silva Santarém.
Fernando Almeida Lima.
Maria Teresa Costa Santos.
Anabela Santos Clemente.
Maria Manuela Silva Rodrigues Rosado Gouveia.
José Manuel Carvalho Simões.
Cristina Maria Sousa Pratas Santos Cabau.
Joaquim Ribeiro Sousa Catarino.
Joaquim Luís Matos Policarpo Gomes.
Maria Odília Justino Oliveira Marques.
Alcina Maria Duarte Costa Machado.
Custódio Alberto Pereira Carneiro Silva.
António Carlos Romão Gaspar.
Maria Josefa Brito Teixeira Sousa.
Pedro Roquette Alvares.
Vasco Manuel Nóbrega Costa.
Maria Conceição Santos Ribeiro Seiça.
José Maria Raimundo Raposo.
Maria Lurdes Lourenço Silva Pina.
Maria Fernanda Simões Rocha Marta.
Luís Filipe Ladeira Llorente.
Amália Jacinta Sobral.
José Moreira Coelho Rocha.
Antonino Armando Conceição Pinto de Carvalho.
Lídia Fernandes Almeida.
José Nuno Silva Filipe.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1088/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008 da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, é nomeada após aprovação em concurso interno de acesso limitado, para a categoria de técnica superior de 1.ª classe da área de instalações do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, com efeitos à data do referido despacho, a funcionária Ana Soares Mendes Mendonça.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1089/2009

Por despacho de 17/12/2008 da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, são nomeados, após aprovação em concurso interno de acesso limitado para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da área de gestão de recursos humanos, organização e documentação, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os seguintes candidatos, com efeitos à data do despacho:

Dina Maria Sandar Fernandes.
Maria Carmo Santos Alves.
Luís Miguel Barroso Sousa.
Delfina Maria Livreiro Viçoso Freire.
Carla Maria C. Rodrigues Martins.
Maria Cristina da Silva Diógenes Moreira Silva.
Albertino Marques Dias.
Maria Amélia Ramos da Silva Ramos.
Arlindo Jorge Ferreira.
Maria José Carvalho de Melo e Castro.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1090/2009

Por despacho de 18/12/2008 da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, são nomeados, após aprovação em concurso, para a categoria de técnico jurista assessor principal, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os seguintes candidatos, com efeitos à data do despacho:

José António da Costa Alves.
Fátima Maria Tavares Calvário.
Rui António Correia de Sousa Girão.
Maria do Rosário dos Santos Mendes.
Carlos Pereira Martins Dias.
João Júlio Janela Batista da Silva.
Maria João Monteiro da Mota.
Carlos Alberto Miranda Ferreira.
Hugo Moreiras Marques Lourenço.
Serafim Rodrigues Pereira.
Manuel Albino Cardoso Maricato.
Lúcia Maria Inácio Abrantes.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1091/2009

Por despacho de 18/12/2008 da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, são nomeados, após aprovação em concurso para a categoria de técnico de administração tributária assessor (grau 6) do grupo de pessoal de administração tributária, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os seguintes candidatos, com efeitos à data do despacho.

1.º — Óscar David Frias de Almeida
2.º — Fernando Vieira Marques
3.º — Norberto Jorge Coelho da Costa
4.º — Manuel Silvares Sequeira Pinheiro
5.º — Rafael Amílcar Nobre de Melo Lopes de Azevedo

6.º — Maria Manuela Neves de Melo Bento Ribeiro
7.º — Ana Maria Nunes Gomes Lopes
8.º — António Francisco Verdelho
9.º — Rui Filomeno Cascalheira de Castro Fernandes
10.º — Reinaldo José Vaz Pinto
11.º — Maria Carolina Martins Rodrigues
12.º — Luísa Maria Gonçalves Dinis Correia
13.º — José Elmiro Macedo Leal
14.º — Ana Isabel Pais Pacheco Valente
15.º — Lúcia Maria Oliveira Luz Ribeiro Santos
16.º — Helena Maria Guedes Sanches
17.º — Luís Lemos de Almeida
18.º — Adélia Maria dos Santos Curto Teixeira
19.º — Luís Manuel Domingues Amado Mateus
20.º — Armando Faria Menezes
21.º — Maria Otília Nobre

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1092/2009

Por despacho de 22/12/2008 da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, são nomeados, após aprovação em concurso interno de acesso limitado para a categoria de técnico profissional principal da área de apoio técnico de utilização de equipamento informático, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os seguintes candidatos, com efeitos à data do despacho:

Luísa Maria Marques Fernandes
Vera Mónica Silva Amaral Afonso
Daniela Cristina Rebelo Vale
Mário Rui S. M. Soares Afonso
Hélder Martinho Azeredo Queirós
Maria Cecília p. F. Louro Belém
Neusa Valeria Barreto Lousada
Gina Maria T. Marques Martins
Teresa Maria C. R. C. Gomes Costa
Anabela Grácio V. Duarte Ramos
Maria Catarina Castro Garcia
Ana Rosa C. Sousa Simão
Sandra Odete M. F. A. Vitória Antunes
João Filipe Afonso Belo
Angelina Carvalho Moreira
Sónia Maria S. Santos Rodrigues
Solange Eunice Nélson Machado
Maria Lurdes N. Costa Esteves
Fernando António M. P. Santos Moreira
Maria Conceição Sousa Peixoto
Marta Isabel Lopes Pereira
Magda Henriques Luís Freitas
Hélder Celestino Castro Silva
Carla Luísa M. Soares Rodrigues
Filomena Maria P. R. C. Matos Bota
Ana Isabel T. R. Rosa Ferreira
Patrícia Alexandra Dias d'Almeida
Luís Miguel Moreira Carvalho
Ricardo Santos Vidigal Lucas
Natália Meireles Carvalho
Deolinda Maria A. Canelo Ribeiro
Sandra Maria S. Belo Zeferino
Maria Inácia P. Fortes Martins Vieira
Cândida Cristina
Rute Elisabete M. P. Mateus Costa Araújo
Cristina Maria G. Castro Torrado
Fernando Aníbal Freire Marcelino
Célia Maria Silva Guerreiro
Isabel Helena M. Santos Monteiro
Maria Céu V. M. Oliveira Guilherme
Carla Sofia A. M. Rosa Luís
Emanuel Natalino Delgado Monteiro
Maria Virgínia A. Gomes Gonçalves
Maria Alexandra Geraldes Bessa
José António Lopes Tavares
Ana Paula Mesquita Pinheiro
Paula Margarida V. Mota Oliveira
Maria José Teixeira Coelho
Sandra Maria M. Almeida Santo
Dalida Cruz Forinho
Vânia Cláudia M. Ferreira Santos
Cristina Sofia Silva Felisberto
Maria Joana Cardosa Soria
Paula Maria Santos Costa
Felisbela Almeida Fontes Esteves
Mário Fernando Silva Conceição
Cláudia Maria G. N. Fernandes Barros Caixas
Paula Maria S. Morais Dias
Celeste Mateus Filipe Frade
Luís Miguel Cardoso Silveiro
Leonor Filomena A. M. Barroso Rodrigues
Maria José M. Cosme Cândido
Fernanda Cristina Amaral Lopes
Eduardo Matela S. Rosário Luís
Maria Teresa M. D. Domingues Calafate
Mónica Conceição C. C. Reis Costa
Conceição Matos Martinho
Nuno Miguel Pombo Monteiro
João Paulo H. Ferreira Lima
Paula Alexandra Pinto Teixeira
Duarte Filipe Xavier Perre
Nélia Marisa Dias Domingues
Ana Isabel Moscas Cândido Soares
Paulo Pedro Pereira Oliveira
Ana Paula S. L. M. Brito Silva
Carla Luz M. B. Simão Sardinha
António Manuel Marques Pinheiro
Mário Manuel D. F. Pimentel Santos
Alexandra Isabel Santos
Dora Monteiro Sousa Schniering
Sílvia Maria Pereira Monteiro Teixeira
Otília Fátima M. Ferreira Correia
Francisco José Maurício Bonacho
Ana Mafalda S. Nogueira Salvado
Helena Isabel Pires Janeiro Fé
Lara Panao Bagorro Sequeira
Luís Jorge Matias Colaço
Maria Teresa António Messias
Adolfo João Pinto Magalhães
Verónica Maisa C. Santos Domingues

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1093/2009

Por despacho de 12 de Novembro de 2008 da Sra. Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Sr. Director-Geral dos Impostos, e após anuência do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi autorizada a transferência para o mapa de pessoal da DGCI na mesma categoria e carreira, com efeitos a 1 de Novembro, da técnica superior de 1.ª classe Carla Maria de Bastos Borrões, com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa.

9 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1094/2009

Por despacho da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do Secretário-Geral Adjunto do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, de 9 de Dezembro de 2008 e 5 de Dezembro de 2008, respectivamente, e após cumprimento das formalidades previstas para o efeito na Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi autorizada a transferência para o mapa de pessoal da DGCI na mesma categoria e carreira, com efeitos a 9 de Dezembro, da técnica superior de 1.ª classe Maria João Ferreira Oliveira Perna Goulart, com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

19 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1095/2009

Por despacho de 9 de Dezembro de 2008 da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e após anuência do Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Educação, depois de cumpridas as formalidades previstas para o efeito na Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi autorizada a transferência para o mapa de pessoal da DGCI na mesma categoria e carreira, com efeitos a 09 de Dezembro, da técnica superior de 1.ª classe Anabela Machado Correia Sanches da Silva, com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

19 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1096/2009

Por despacho de 22 de Dezembro de 2008 da subdirectora-geral Joana Santos, proferido no uso de competências delegadas pelo director-geral dos Impostos, a técnica de administração tributária, Luísa Maria Vieira Leal Neves é aditada à lista dos funcionários que mudam para o nível 2 da categoria de técnico de administração tributária, do grau 4 do GAT, ao abrigo do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, com efeitos a 8 de Fevereiro de 2007, no âmbito do processo de reconstituição da carreira, por execução do acórdão proferido pela 1.ª Secção do Tribunal Central Administrativo do Sul, de 21 de Setembro de 2006, no processo n.º 12 785/03.

22 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1097/2009

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos, de 18.12.08, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de finanças de Lisboa 3, por vacatura do lugar, a técnica de administração tributária, nível 2, Maria Olívia dos Prazeres Martins Marques, com efeitos a 12.12.08.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 1098/2009

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos, de 18.12.08, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de adjunto de chefe de finanças, Nuno Miguel Martins Pires, no S.F. de Benavente, por vacatura do lugar, com efeitos a 02.12.08, cessando na mesma data o regime de substituição no cargo de adjunto de chefe de finanças, o funcionário Manuel Máximo de Carvalho.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 1099/2009

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos, de 18.12.08, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e da alínea *a*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de finanças**,** Manuel Gonçalves Alves, no S.F. de Valença, por impedimento do titular do lugar, no período de 18.06.08 a 31.12.08, Maria de Lurdes Jesus Ferreira, no S.F. de Vouzela, por impedimento do titular do cargo, no período de 01.08.08 a 31.12.08.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 1100/2009

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos, de 18.12.08, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, no cargo de adjuntos de chefes de finanças, António da Fonseca Marques, no S.F. de Águeda, por vacatura do lugar, com efeitos 01.09.08, António José Gradiz Cardoso, no S.F. de Vila Nova de Famalicão 2 (Secção de Cobrança), por impedimento do titular do cargo, com efeitos a 01.09.08, Celso da Silva Garcia, no S.F. de Viseu 2, por vacatura do lugar, com efeitos 01.09.08, José da Costa Gonçalves, no S.F. de Barcelos, por vacatura do lugar, com efeitos a 09.10.08, Lídia Maria Alves Pimenta Amaral, no S.F. de Barcelos, por vacatura do lugar, com efeitos a 09.10.08, Lino Ferreira Cunha Dias, no S.F. de Vila do Conde, por vacatura do lugar, com efeitos a 02.12.08, Luísa Maria da Luz Marques Santos, no S.F. Nazaré, por vacatura do lugar, com efeitos a 01.09.08, Maria do Céu Fernandes Madeira Gomes, no S.F. de Vila Real de Santo António, por vacatura do lugar, com efeitos a 01.09.08, Abel Augusto Rodrigues Alves, no S.F. de Valença, por impedimento do titular do cargo, no período de 18.06.08 a 31.12.08 e António José Alves dos Santos Seabra, no S.F. de Tábua, por vacatura do lugar, com efeitos a 01.12.08.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1101/2009

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos, de 18.12.08, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, no cargo de adjuntos de chefes de finanças, Adalberto Morais Bettencourt, no S.F. de Ponta Delgada, por vacatura do lugar, com efeitos a 16.11.08, Germano António Santos Patronilho, no S.F. de Benavente, por vacatura do lugar, com efeitos a 02.12.08.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Aviso (extracto) n.º 1102/2009

Em sede de execução do Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul (Proc. 807/01) e por despacho de 13.11.2008 do Director-Geral dos Impostos, foi determinada, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19.11, a reclassificação do funcionário Carlos Alberto da Silva Martins para categoria de técnico jurista assessor com efeitos à data do despacho, lugar a acrescer à actual dotação da carreira de técnico jurista e a extinguir quando vagar.

29 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Declaração de rectificação n.º 54/2009

Por despacho de 12/12/2008 do Director Geral dos Impostos é rectificado o despacho de 27/10/2008, publicado no Aviso (extracto) n.º 2877/2008 (2.ª série) no D.R. n.º 218 de 10 de Novembro, a.p. 46104, fixando a data de 31 de Dezembro de 2008 para a extinção do Serviço de Finanças de Gondomar 3

16 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Declaração de rectificação n.º 55/2009

Por ter saído com inexactidão o Aviso (extracto) n.º 29768/2008 a.p. 50428, publicado em D.R. II Série n.º 243 de 17 de Dezembro de 2008 rectifica-se:

onde se lê: "foi autorizada a transferência …, do técnico superior de 2ª classe Rui Dinis de Melo Martins, com afectação à Direcção de Finanças de Aveiro."

deve ler-se: "foi autorizada a transferência …, do técnico de 2ª classe Rui Dinis de Melo Martins, com afectação à Direcção de Finanças de Aveiro."

19 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 1103/2009

Por despacho do Director-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, de 5 de Dezembro de 2008:

Lic. Francisco Marques Carapau, especialista de informática do grau 2, nível 1 do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros — designado Coordenador de

equipa de Projecto de Gestão Financeira dos Processos Executivos desta Direcção-Geral, devendo ser abonado nos termos do artigo 11.º do Dec. Regulamentar n.º 24/2007, de 29 de Março, com a redacção dada pela Declaração de Rectificação n.º 45/2007, publicada no D.R. n.º 101, 1.ª série, de 25 de Maio de 2007, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

Lic. Pedro Miguel da Costa Nunes Portugal, especialista de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros — designado Coordenador de equipa de Projecto de Gestão Processual dos Sistemas de Execuções Fiscais, devendo ser abonado nos termos do artigo 11. º do Dec. Regulamentar n.º 24/2007, de 29 de Março, com a redacção dada pela Declaração de Rectificação n.º 45/2007, publicada no D.R. n.º 101, 1.ª série, de 25 de Maio de 2007, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Luís Pinto*.

Despacho n.º 828/2009

No decurso do Processo de Reestruturação da Administração Central do Estado, o Decreto Regulamentar n.º 24/2007, de 29 de Março, definiu as normas referentes à organização dos serviços da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros;

Considerando a reestruturação em curso, bem como a definição da nova estrutura nuclear dos serviços, a fixação das unidades orgânicas flexíveis e das equipas multidisciplinares e respectivas competências que foram realizadas em momento oportuno;

Considerando que o n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, permite que no decurso do processo de reestruturação de serviços, os funcionários optem voluntariamente pela sua colocação em situação de mobilidade de especial.

Considerando que uma funcionária solicitou a respectiva colocação em situação de mobilidade especial, ao abrigo do n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, a qual foi autorizada por meu Despacho de 17 de Dezembro de 2008.

Nestes termos, autorizo a colocação em situação de mobilidade especial, da seguinte funcionária:

Nome da funcionária: Cristina Alexandra Vidigal Monteiro
Natureza do Vínculo: Nomeação Definitiva
Carreira de Técnico de Informática
Categoria — Técnico Informática de grau 2, nível 1
Escalão (1), índice (470) desde 25/02/2004

17 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Luís Pinto.*

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 829/2009

Por meu despacho, proferido no uso de competência delegada, de 9 de Dezembro de 2008, e despacho do Director-Geral do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública de 19 de Dezembro de 2008, e após a emissão de declaração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial no âmbito do sigaME, de 28 de Novembro de 2008, foi o licenciado João Paulo Barata Catarino Tavares, especialista de informática do grau 3, nível 2, da carreira de especialista de informática, do mapa de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, transferido para o mapa de pessoal desta Direcção-Geral com a categoria de especialista de informática do grau 3, nível 2, da carreira de especialista de informática, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2008, inclusive, considerando-se nesta data exonerado do respectivo lugar de origem. (Não carece de fiscalização prévia do T.C.)

19 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Marta Abreu.*

Despacho (extracto) n.º 830/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008, proferido no uso de competência delegada, nomeio, precedendo aprovação em concurso interno de ingresso, os licenciados Vítor Manuel Marques, Hugo Alexandre Lopes Laibaças e Joaquim Fernando Ribeiro Muxagata, em comissão de serviço extraordinária para frequência de estágio tendo em vista o ingresso na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, pelo período de seis meses. Conforme estabelecido no mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, ficam os mesmos posicionados no escalão 1, índice 400.

O presente despacho produz efeitos a 30 de Dezembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

19 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Marta Abreu.*

Despacho (extracto) n.º 831/2009

Mediante aprovação no processo de selecção externo visando o ingresso de catorze técnicos superiores de orçamento e conta da área económica, da carreira técnica superior de orçamento e conta, do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, torna-se público que se procedeu, ao abrigo do disposto no n.º 2, alínea *b*), do artigo 117.º, da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, à celebração dos contratos individuais de trabalho, com efeitos a 30 de Dezembro de 2008, com os seguintes licenciados:

Nome	Modalidade de vinculação	Carreira	Categoria	Escalão/ índice
Martim Gonçalves Santos de Assunção. . .	Contrato individual de trabalho por tempo indeterminado.	Técnica superior de orçamento e conta.	Técnico superior de orçamento e conta estagiário.	1/370
Gonçalo Nuno de Noronha Bastos Cruzeiro.				
João Luís Monteiro Miguel				
Tiago José Azevedo Gomes				
Sílvia Ferreira Pinto				
Guilherme Luís Sampaio Rebelo.				
Alberto Manuel de Paiva Sacadura Fonseca.				
Marta Sofia Verdasca de Andrade				
Andrea Rita da Costa Oliveira				
Samuel Bruno dos Prazeres Borralho . . .				
Nélia Cristina Bernardes Cordeiro.				
Jorge Daniel Faria da Silva				
Luís Miguel da Cruz Moreira				
Marta Sofia Duarte Louro				

22 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, no uso de competência delegada, *Marta Abreu.*

Declaração de rectificação n.º 56/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 233, de 2 de Dezembro de 2008, páginas n.os 48660 e 48661, o Despacho (extracto) n.º 30951/2008, novamente se publica o seguinte:

Onde se lê: "Hugo Rodrigues Serralheiro Henriques"
Deve ler-se " Hugo Rodrigo Serralheiro Henriques".

19 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, no uso de competência delegada, *Marta Abreu.*

Instituto Nacional de Administração, I. P.

Despacho n.º 832/2009

Por Deliberação do Conselho Directivo de 14 de Novembro de 2008:

Concedida licença sem vencimento, a partir de 31 de Dezembro de 2008, nos termos dos artigos 78.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março na redacção dada pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, a Eduardo Jorge Kuei Lam Chan, técnico profissional especialista do mapa de pessoal do INA, I. P., deliberação a que não se opôs SS. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública.

10 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Correia de Campos.*

Despacho n.º 833/2009

Por força da deliberação 10/CD/2008, de 22 de Dezembro de 2008, Rosa Maria de Oliveira Pereira Baptista Mais, técnica superior principal, da carreira de técnico superior jurista do mapa do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural foi nomeada, por transferência, com igual categoria e escalão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro para o mapa de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., com efeitos a partir da mesma data.

A transferência foi precedida de procedimento de selecção para reinício de funções de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado no sigaME em 25-11-2008, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º e artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Correia de Campos.*

Despacho n.º 834/2009

Por força da deliberação 11/CD/2008, de 29 de Dezembro de 2008, Fernando Vaz de Medeiros, técnico superior principal, da carreira de técnico superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Emprego e Administração Pública nomeado, por transferência, com igual categoria e escalão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro para o mapa de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I.P., com efeitos a partir da mesma data.

A transferência foi precedida de procedimento de selecção para reinício de funções de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado no sigaME em 24-11-2008,com o número de oferta P20087460, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º e artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Rui Afonso Lucas.*

Despacho n.º 835/2009

Por força da deliberação 12/CD/2008, de 29 de Dezembro de 2008, Júlio Gabriel Casanova Nabais, técnico superior principal, da carreira de técnico superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Emprego e Administração Pública nomeado, por transferência, com igual categoria e escalão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro para o mapa de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., com efeitos a partir da mesma data.

A transferência foi precedida de procedimento de selecção para reinício de funções de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado no sigaME em 24-11-2008, com o número de oferta P20087459, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º e artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Rui Afonso Lucas.*

Despacho n.º 836/2009

Por Deliberação do Conselho Directivo de 30 de Dezembro de 2008:

Margarida Maria Lucas Quintela Martins, técnica superior de 2ª classe, do Mapa de pessoal do INA, I.P., provida, na sequência de concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnica superior de 1ª classe, 1.º escalão, do mesmo Mapa com efeitos a partir da data da presente deliberação, considerando-se a mesma exonerada, a partir dessa data, do lugar que vinha ocupando.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Rui Afonso Lucas.*

Serviços Sociais da Administração Pública

Despacho n.º 837/2009

Por meu despacho de 30 do corrente, Helena Fernandes do Val Lourenço, Técnica Profissional de 1.ª Classe, do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública, nomeada, precedendo concurso, Técnica Profissional Principal, do mesmo mapa, após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, ficando posicionados no Escalão 2, Índice 249.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Humberto Jorge Alves Meirinhos.*

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 838/2009

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 3 do artigo 20.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, aplicável por força do artigo 13.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, autoriza-se a enfermeira-directora do conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., mestre Maria Margarida Leitão Filipe a exercer docência na Universidade Católica Portuguesa, observando os limites temporais estabelecidos no despacho conjunto n.º 41/ME/90 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 73, de 28 de Março de 1990, e na alínea *f*) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

22 de Dezembro de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.* — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge.*

Portaria n.º 42/2009

O Ministério da Saúde encontra-se empenhado em atingir níveis óptimos de eficiência na utilização dos recursos disponíveis para a realização das suas atribuições.

Neste contexto, é urgente e importante o fraccionamento do plasma fresco congelado português, o qual permitirá ao País a obtenção de ganhos fundamentais na independência nacional de hemoderivados, dado que Portugal importa 100 % das suas necessidades.

Por outro lado, a escassez da matéria-prima a nível mundial faz com que os hemoderivados tenham tendência para serem insuficientes e aumentarem de preço.

Para o fraccionamento do plasma humano português, será necessário um trabalho prévio de certificação e autorização dos centros de colheita. A obtenção dos certificados do plasma português e do produto acabado será da responsabilidade do fraccionador que também terá de realizar alguns investimentos, para que a produção de derivados do plasma português seja efectuada com equipamento dedicado.

Este trabalho prévio ao fraccionamento pode demorar 6 a 12 meses e não é compatível com um contrato de um ano com o prestador de serviços.

Neste contexto, vai-se proceder à abertura de concurso público para aquisição de serviços de fraccionamento de plasma humano congelado, para os próximos três anos, tornando-se exigível, para esse efeito, e atentos os montantes envolvidos, a aprovação da presente portaria de repartição de encargos.

Nestes termos, e em conformidade com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, o seguinte:

1 — Fica autorizado o conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., a iniciar procedimento de concurso público para aquisição de serviços de fraccionamento de plasma humano português, e consequente produção e distribuição aos hospitais de medicamentos derivados do plasma humano, dos quais se destacam os seguintes produtos:

a) Albumina humana;
b) Factor VIII;
c) Imunoglobulina humana normal.

2 — A contratação dos serviços referidos no número anterior pode implicar uma despesa até ao montante máximo de € 24 000 000, a que acresce o IVA à taxa legal, não podendo, em cada ano, exceder as seguintes importâncias:

2009 — € 6 000 000, acrescido de IVA à taxa legal;

2010 — € 8 000 000, acrescido de IVA à taxa legal;
2011 — € 10 000 000, acrescido de IVA à taxa legal.

3 — As importâncias fixadas para cada ano poderão ser acrescidas dos saldos que se apurarem na execução orçamental dos anos anteriores.
4 — Os encargos financeiros decorrentes da presente portaria são suportados pelo Instituto Português do Sangue, I. P.

19 de Dezembro de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.* — Pela Ministra da Saúde, *Francisco Ventura Ramos,* Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 839/2009

Considerando que a normalização se constitui como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;
Atentos o contributo trazido pela normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais;
Tendo presentes os compromissos a que o País se encontra vinculado em matéria de normalização no quadro da OTAN:
Determino que:
Portugal ratifique o STANAG 4513 LAND (Ed.01) «Incapacitation and Suppression», com implementação na Marinha e no Exército, na data de ratificação nacional.

18 de Junho de 2008. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira.*

Despacho n.º 840/2009

Considerando que a normalização se constitui como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;
Atento o contributo trazido pela normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais;
Tendo presentes os compromissos a que o País se encontra vinculado em matéria de normalização no quadro da OTAN:
Determino que Portugal ratifique o STANAG 4367 LAND (Ed.02) «Thermodynamic Interior Ballistic Model with Global Parameters».

18 de Junho de 2008. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira.*

Despacho n.º 841/2009

Considerando que a normalização se constitui como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;
Atento o contributo trazido pela normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais;
Tendo presentes os compromissos a que o País se encontra vinculado em matéria de normalização, no quadro da OTAN:
Determino que Portugal ratifique o STANAG 2234 SNLC (Ed.02) «Allied Joint Host Nation Support (HNS) Doctrine and Procedures — AJP-4.5(A)», com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea, na data de ratificação nacional.

18 de Junho de 2008. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira.*

Despacho n.º 842/2009

Considerando que a normalização se constitui como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;
Atento o contributo trazido pela normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais;
Tendo presentes os compromissos a que o País se encontra vinculado em matéria de normalização, no quadro da OTAN:
Determino que Portugal ratifique o STANAG 2235 MED (ED.01) — PRE & POST-DEPLOYMENT HEALTH ASSESSMENTS, com implementação pelos ramos conforme seguidamente indicado:

Na Marinha, na data de ratificação nacional;
No Exército, na data de ratificação nacional;

18 de Junho de 2008. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira.*

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho (extracto) n.º 843/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Director-Geral de Política de Defesa Nacional:

Maria Manuela Silva dos Reis, Auxiliar Administrativa de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional — transita por reconversão profissional, para a categoria de Assistente Administrativa da Carreira de Assistente Administrativo, para o escalão 1, índice 199, com efeitos a partir da data do despacho, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.
(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Paulo Vizeu Pinheiro*.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Secretaria Central

Despacho (extracto) n.º 844/2009

Por despacho de 30 de Dezembro de 2008 do Tenente-General Adjunto do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, para o Planeamento e as Operações:

Técnica Especialista Anabela Oliveira dos Santos Matos, da carreira de Informações do quadro de pessoal Civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas, é nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, à categoria de Técnica Especialista Principal, da mesma carreira e quadro, sendo exonerada do lugar que vem ocupando com efeitos reportados à data do despacho, passando a vencer pelo 2.º escalão, índice 560.
(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Secretaria, *Manuel dos Reis Jagundo,* tenente-coronel.

Despacho (extracto) n.º 845/2009

Por despacho de trinta de Dezembro de dois mil e oito do Tenente-General Adjunto do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, para o Planeamento e as Operações:

Técnico Profissional Principal Vasco Augusto Fernandes, da carreira de Informações do quadro de pessoal Civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas, é nomeado, precedendo concurso interno de acesso limitado, à categoria de Técnico Profissional Especialista, da mesma carreira e quadro, sendo exonerado do lugar que vem ocupando com efeitos reportados à data do despacho, passando a vencer pelo 4.º escalão, índice 316. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

30 de Dezembro de 2008. — O Chefe de Serviços, *Manuel dos Reis Jagundo*, tenente-coronel.

Despacho (extracto) n.º 846/2009

Por despacho de 30 de Dezembro de 2008 do Tenente-General Adjunto do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, para o Planeamento e as Operações:

Técnica Profissional Especialista Maria Emília Vieira Félix, da carreira de Informações do quadro de pessoal Civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas, é nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, à categoria de Técnico Profissional Especialista Principal, da mesma carreira e quadro, sendo exonerada do lugar que vem ocupando com efeitos reportados à data do despacho, passando a vencer pelo

5.º escalão, índice 360. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

30 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Secretaria, *Manuel dos Reis Jagundo,* tenente-coronel.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Aviso (extracto) n.º 1104/2009

Faz-se pública a relação nominativa do pessoal nomeado do Arsenal do Alfeite (reclassificações de pessoal auxiliar), elaborada nos termos da alínea *a*) do n.º 4.º, da Portaria n.º 1227/91, de 31 Dezembro, aprovada por meu despacho de 23/12/2008, para vigorar a partir de 23 de Dezembro de 2008.

Maria Helena Santos Martins, servente oficinal do nível 2 é reclassificada na categoria de escriturário-dactilógrafo do nível 1. Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Victor M. Gonçalves de Brito.*

Despacho (extracto) n.º 847/2009

Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008, Pedro Miguel Veloso Quaresma, operário especializado do nível 1, é exonerado a seu pedido com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2009.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas

30 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Victor M. Gonçalves de Brito.*

Despacho (extracto) n.º 848/2009

Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008, Bruno Miguel Vieira Silva, operário do nível 3, é exonerado a seu pedido com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2009.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas

30 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Victor M. Gonçalves de Brito.*

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Sargentos e Praças

Despacho n.º 849/2009

Por despacho de 15 de Dezembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo ao posto de segundo-marinheiro em regime de contrato (RC) da classe de mergulhadores, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 305.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 3 de Julho de 2008, o 9333905, primeiro-grumete U RC Pedro Rafael Moreira Peres.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9330006, segundo-marinheiro U RC José Alberto do Vale Sousa.

15 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz,* capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 850/2009

Por despacho de 15 de Dezembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de mergulhadores, nos termos da alínea *b*) do artigo 262.º e do n.º 4 do artigo 165.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), o 172380, sargento-ajudante US Vítor Guilherme Alves Dias (no quadro), a contar de 30 de Novembro de 2008, data a partir da qual reúne condições especiais de promoção, lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR. Vaga existente no quadro, resultante da passagem à situação de reserva, o 400481, sargento-mor US Alberto dos Santos Sequeira, em 31 de Outubro de 2008.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 148380, sargento-chefe US Francisco José Coelho dos Santos Jones.

15 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 851/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo ao posto de primeiro-marinheiro em regime de contrato (RC) da classe de condutores mecânicos de automóveis, nos termos do n.º 6 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 29 de Julho de 2008, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, nos termos do n.º 2 do artigo 282.º do EMFAR, os seguintes militares:

9309304, segundo-marinheiro V RC Luís Filipe Baptista Domingues;
9326704, segundo-marinheiro V RC Marco Miguel Marques Alves;
9316804, segundo-marinheiro V RC Tiago Filipe do Curral Reduto;
9353203, segundo-marinheiro V RC Bruno Eduardo Mendes Rodrigues;
9339403, segundo-marinheiro V RC Ricardo Alexandre Catanho Ruas.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9323702, primeiro-marinheiro V RC Ana Teresa dos Santos Rodrigues, pela ordem indicada.

17 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz,* capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 852/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo por antiguidade, ao posto de cabo da classe de condutores de máquinas, nos termos do artigo 286.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), o 9311500, primeiro-marinheiro CM Cristiano Fernandes Coutinho, o 9305499, primeiro-marinheiro CM Pedro Miguel Alves Mateus das Neves (no quadro), a contar de 30 de Setembro de 2008, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, preenchendo as vagas ocorridas nesta data, resultantes, da passagem à situação de reserva, o 158777, cabo CM José Manuel Pires Batista e 403281, cabo CM José Gil Dias.

Ficam colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9304000, cabo CM Nuno Miguel Bento Gonçalves, pela ordem indicada.

17 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz,* capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 853/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo ao posto de segundo-marinheiro em regime de contrato (RC) da classe de electromecânicos, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 25 de Outubro de 2008, os seguintes militares:

9339006, primeiro-grumete EM RC Luís Pedro de Paiva Canelas;
9333606, primeiro-grumete EM RC Matthieu Duval Viana;
9334106, primeiro-grumete EM RC Udo Aléxis Coutinho de Sá;
9334706, primeiro-grumete EM RC Celso Santos da Silva;
9333406, primeiro-grumete EM RC Francisco Manuel Cruz Sena;
9340306, primeiro-grumete EM RC Pedro Dias Raimundo;
9332506, primeiro-grumete EM RC Neuza Margarete de Amorim Parente;
9331706, primeiro-grumete EM RC Cláudia Alexandra Aguiar Costa.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9324006, segundo-marinheiro EM RC Tiago Filipe Policarpo Requeixa, pela ordem indicada.

17 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz,* capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 854/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo por diuturnidade, ao posto de primeiro-sargento da classe de condutores mecânicos de automóveis, nos termos da alínea *d*) do artigo 262.º do Estatuto dos Mi-

litares das Forças Armadas (Decreto-Lei 197-A/2003, de 30 de Agosto), o 157786, segundo-sargento V Luís Filipe da Luz Pereira (no quadro), a contar de 1 de Outubro de 2007, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 133785, primeiro-sargento V Paulo Jorge Gomes Pereira e à direita do 9322993, primeiro-sargento V Carla Joana Lopes dos Santos.

18 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz,* capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 855/2009

Por despacho de 21 de Julho de 2008 do tenente-general ajudante-general do Exército Português, proferido no uso de competências delegadas:

Filipe Pedro da Silva Machado Almeida, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, foi transferido para o lugar da mesma categoria e carreira do quadro de pessoal Civil do Exército, por aplicação do disposto no artigo n.º 4 da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, ficando colocado no Hospital Militar de Belém.

Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 3, índice 295. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

29 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Carlos Manuel Mira Martins,* TCOR TM.

Despacho (extracto) n.º 856/2009

Por despacho de 11 de Dezembro de 2008 do tenente-general ajudante-general do Exército Português, proferido no uso de competências delegadas:

Ester Maria Pereira da Silva Afonso, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Centro de Histocompatibilidade do Sul, foi transferida para o lugar da mesma categoria e carreira do quadro de pessoal Civil do Exército, por aplicação do disposto no artigo n.º 4 da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, ficando colocada na Inspecção-Geral do Exército.

Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 2, índice 233. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

29 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Carlos Manuel Mira Martins,* TCOR TM.

Despacho (extracto) n.º 857/2009

Por despacho de 21 de Julho de 2008, do Tenente General Ajudante General do Exército Português, proferido no uso de competências delegadas:

Manuel Machado, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, foi transferido para o lugar da mesma categoria e carreira do quadro de pessoal Civil do Exército, por aplicação do disposto no artigo n.º 4, da Lei 53/2006 de 07de Dezembro, ficando colocado no Hospital Militar de Belém.

Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 3, índice 295. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

29 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Carlos Manuel Mira Martins,* TCOR TM.

Despacho (extracto) n.º 858/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Tenente General Ajudante General do Exército Português, proferido no uso de competências delegadas:

Carla Marina Ferreira Filipe, Assistente Administrativo principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, foi transferida para o lugar da mesma categoria e carreira do quadro de pessoal Civil do Exército, por aplicação do disposto no artigo n.º 4, da Lei 53/2006 de 07 de Dezembro, ficando colocada na Direcção de Administração de Recursos Humanos.

Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 2, índice 233. (Isento de fiscalização prévia do TC).

29 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Carlos Manuel Mira Martins,* TCOR TM.

Despacho (extracto) n.º 859/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Tenente General Ajudante General do Exército Português, proferido no uso de competências delegadas:

Maria Hermínia Fernanda Figueiredo Lima Ornelas, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi transferida para o lugar da mesma categoria e carreira do quadro de pessoal Civil do Exército, por aplicação do disposto no artigo n.º 4, da Lei 53/2006 de 07 de Dezembro, ficando colocada no Instituto Militar Pupilos do Exército.

Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 2, índice 280. (Isento de fiscalização prévia do TC).

29 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Carlos Manuel Mira Martins,* TCOR TM.

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Despacho n.º 860/2009

Delegação de competências no comandante da Base do Lumiar

Considerando o Despacho n.º 4/2008, de 17 de Janeiro, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o artigo 7.º do mesmo diploma, o artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 264/89, de 18 de Agosto, delego, sem faculdade de subdelegação, no Comandante da Base do Lumiar, Coronel Técnico de Material Aéreo, 041966-E João Manuel Salvador Oliveira, a competência para autorizar a prestação de trabalho extraordinário e em dia de descanso semanal, descanso complementar e feriado.

28 de Novembro de 2008. — O Comandante, *Victor Manuel Lourenço Morato,* tenente-general.

Despacho n.º 861/2009

Subdelegação de competências no comandante da Base do Lumiar

Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1 do Despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea n.º 18/2007, de 22 de Janeiro, subdelego no Comandante da Base do Lumiar, Coronel Técnico de Material Aéreo 041966-E João Manuel Salvador Oliveira, a competência para autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, até ao montante de € 100 000 (cem mil euros).

28 de Novembro de 2008. — O Comandante, *Victor Manuel Lourenço Morato,* tenente-general.

Despacho n.º 862/2009

Delegação de competências no director de Saúde

1 — Considerando o Despacho n.º 4/2008, de 17 de Janeiro, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o artigo 7.º do mesmo diploma, o artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 264/89, de 18 de Agosto, delego, sem faculdade de subdelegação, no Director da Direcção de Saúde, Major-General Médico 057383-D Bento António Lencastre de Albu-

querque Charrua, a competência para autorizar a prestação de trabalho extraordinário e em dia de descanso semanal, descanso complementar e feriado.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 4 de Novembro de 2008, sendo ratificados todos os actos entretanto praticados pelo Director da Direcção de Saúde que se incluam no âmbito da presente delegação de competências e que tenham sido praticados em data anterior à respectiva publicação.

28 de Novembro de 2008. — O Comandante, *Victor Manuel Lourenço Morato,* tenente-general.

Despacho n.º 863/2009

Subdelegação de competências no director da Direcção de Saúde

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1 do Despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea n.º 18/2007, de 22 de Janeiro, subdelego no Major-General Médico Bento António Lencastre de Albuquerque Charrua, a competência para autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, até ao montante de € 100 000 (cem mil euros).

2 — Igualmente ao abrigo da mesma disposição legal, subdelego ainda no órgão designado no número anterior, pelo montante aí indicado, a competência relativa à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados que me foi subdelegada pela alínea *c*) do n.º 1 do Despacho n.º 18/2007, de 22 de Janeiro de 2007, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

3 — Ao abrigo da autorização conferida pela subalínea (14), alínea *a*) do n.º 1 do Despacho n.º 111/2007, de 12 de Novembro, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, subdelego no Director da Direcção de Saúde, Major-General Médico 057383-D Bento António Lencastre de Albuquerque Charrua, a competência para homologar pareceres da Junta de Saúde da Força Aérea que não impliquem mudança de situação de oficiais generais.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 4 de Novembro de 2008, sendo ratificados todos os actos entretanto praticados pelo Director da Direcção de Saúde que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências e que tenham sido praticados em data anterior à respectiva publicação.

28 de Novembro de 2008. — O Comandante, *Victor Manuel Lourenço Morato,* tenente-general.

Direcção de Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 864/2009

Por despacho do Major-General Director de Pessoal da Força Aérea, por subdelegação de competências, de 15 de Dezembro de 2008, a auxiliar de acção médica Carla Rute Garcia Bastos Faria, em situação de mobilidade especial, afecta à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, foi seleccionada para reinício de funções, por tempo indeterminado, no Quadro Geral do Pessoal Civil da Força Aérea, nos termos dos artigos 34.º e 41.º, da Lei n.º 53/2006 de 07 de Dezembro, com efeitos a 29 de Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *Manuel José Pereira Martins.*

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

Despacho n.º 865/2009

1 — Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, aprovo o Plano de Videovigilância do Cento Histórico da Cidade de Coimbra, que poderá ser de imediato executado e no mais curto prazo activado, em todas as componentes autorizadas pelo presente despacho.

2 — O Plano é aprovado nos termos propostos pela Câmara Municipal de Coimbra e pela Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, com redução de âmbito e as demais alterações decorrentes do parecer n.º 47/2008, da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

3 — O sistema a instalar, abrangendo as 12 câmaras indicadas no anexo n.º 1 do parecer citado, procederá unicamente à captação de imagens das 20 às 8 horas, sem prejuízo do funcionamento permanente do sistema e da normal gestão e uso da informação obtida.

4 — Devem ser estritamente cumpridas as regras de segurança decorrentes do estatuído no artigo 15.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, incluindo a implementação de sistema de controlo de acesso às imagens gravadas e monitorização das acções de utilização.

5 — Serão garantidos, de forma eficaz e devidamente publicitada, recorrendo a soluções que possibilitem ampla visibilidade:

a) O direito de informação, dando pleno cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Lei n.º 1/2005, de 10 Janeiro;

b) O direito de acesso, tal como se mostra definido no artigo 10.º, n.º 1, da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro.

6 — O prazo a que se refere o n.º 5 do artigo 5.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, é de um ano e produz efeitos a partir da data de activação do sistema.

7 — Além do que decorre do presente despacho, podem, *ope legis,* ser instaladas, por parceria entre a PSP e a Câmara Municipal de Coimbra, câmaras de videovigilância unicamente com vista à salvaguarda da segurança de pessoas e bens na circulação rodoviária e à melhoria das condições de prevenção e repressão de infracções de trânsito nos termos conjugados dos artigos 13.º e 14.º da Lei n.º 1/2005, na redacção vigente.

19 de Dezembro de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel dos Santos de Magalhães.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 866/2009

Por despacho de 22 de Dezembro de 2008 do Director Nacional de Recursos de Protecção Civil e meu despacho de 22 de Dezembro de 2008:

Sónia Patrícia Rendas Santos Lindeza, Assistente Administrativa Principal, do quadro de pessoal da ex-Delegação Distrital de Protecção Civil de Setúbal, transferida para igual categoria do mapa de único de pessoal do Ministério da Administração Interna, com efeitos a 15 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20086743, publicitado em 30/10/2008.

22 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio.*

Despacho n.º 867/2009

Por despacho de 19 de Dezembro de 2008 da vice-presidente do conselho directivo do INETI, I. P., e meu despacho de 22 de Dezembro de 2008:

Susana Vicente Portugal Martins de Figueiredo, técnica superior de 2.ª classe, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., transferida para igual categoria do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, com efeitos a 22 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20087817.

22 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio.*

Despacho n.º 868/2009

Por despacho de 19 de Dezembro de 2008 da Vice-Presidente do Conselho Directivo do INETI, I.P. e meu despacho de 22 de Dezembro de 2008:

Ana Paula Munell Ribeiro, técnica-profissional especialista principal, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P., transferida para igual categoria do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, com efeitos a 22 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20086742.

22 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio.*

Despacho n.º 869/2009

Por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008:

Anabela de Oliveira Simões Martins, Técnica de 1.ª Classe da carreira Técnica, do mapa de pessoal do ex-Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações, nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de Técnico Principal, da carreira Técnica, do mesmo mapa de pessoal.

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *José Revez.*

Despacho n.º 870/2009

Por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008:

Rui Miguel Henriques dos Santos Brás e Nuno Miguel Gonçalves Gomes, Técnicos Superiores de 1.ª Classe, nomeados, precedendo concurso, na categoria de Técnico Superior Principal, da carreira de Técnico Superior, do mapa de pessoal do ex-Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento n.º P20081764, publicitado em 13/03/2008.

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *José Revez.*

Despacho n.º 871/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008 da Vice-Presidente do Conselho Directivo do INETI, I.P. e meu despacho de 26 de Dezembro de 2008:

José António Cardoso Cristóvão, Técnico de Informática Grau 1 Nível 3, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P., transferido para igual categoria do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, com efeitos a 26 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20087062.

26 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio.*

Despacho n.º 872/2009

Por meu despacho de 26 de Dezembro de 2008:

Osvaldo Nunes dos Santos, Assessor da Carreira de Engenharia, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Viação, nomeado, com efeitos a 01 de Junho de 2008, independentemente de concurso e ao abrigo da alínea *b*), do n.º 3, da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, na categoria de Assessor Principal.

26 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho (extracto) n.º 873/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, nos termos do n.º 5 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro e da alínea *b*) do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças n.º 27266-A/2008, de 17 de Outubro, foi autorizado o pedido de passagem à situação de mobilidade especial por opção voluntária da seguinte funcionária do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Viação:

Nome: Alice Fernanda Basílio de Almeida Costa Leal.
Vínculo: Nomeação definitiva.
Carreira: Assistente Administrativo.
Categoria: Assistente Administrativa Especialista.
Escalão: 3, Índice: 295.

29 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio.*

Despacho (extracto) n.º 874/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, José Miguel Barbosa Menezes de Sequeira e Fátima Santos Tavares Justino, Técnicos Superiores de 2.ª classe da carreira Técnica Superior, do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, nomeados, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de Técnicos Superiores de 1.ª classe, da carreira Técnica Superior, do mesmo mapa de pessoal.

30 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma.*

Despacho n.º 875/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Lídia Maria Garcia Rodrigues Praça, Ana Paula Morgado de Abreu e Maria Margarida Jerónimo Janeiro Dias Curto, Técnicas Superiores Principais da carreira Técnica Superior, do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, nomeadas, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de Assessor, da carreira Técnica Superior, do mesmo mapa de pessoal.

30 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma.*

Despacho n.º 876/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do vogal executivo do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa e meu despacho de 30 de Dezembro de 2008:

Isabel Maria Coelho Monteiro, assistente administrativa principal, do quadro de pessoal do Hospital de São José, transferida para igual categoria da carreira de assistente administrativo do mapa único do Ministério da Administração Interna, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20086743, publicitado em 30/10/2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma.*

Despacho (extracto) n.º 877/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do presidente da autoridade nacional de segurança rodoviária, Anabela Resende Arraiolos e Silva, Maria Helena de Magalhães Lima Mascarenhas de Almeida Azevedo Ribeiro Clemente, Ricardo Araújo Fonseca, Paula Cristina Duarte Pereira Delgado, Maria Eduarda Soares Lopes da Costa, Maria João Antunes Mendes Miranda e Maria Inês Lopes da Silva Antunes Machado d`Oliveira, técnicos superiores de 1.ª classe da carreira Técnica Superior, do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, nomeados, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de Técnicos Superiores Principais, da carreira Técnica Superior, do mesmo mapa de pessoal.

30 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma.*

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho n.º 878/2009

1 — Por meu Despacho de 29 de Dezembro de 2008, foi autorizada, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, a reclassificação do assistente administrativo principal do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros, Francisco José Baptista Marujo, na carreira e categoria de técnico superior de 2.ª classe, posicionado no escalão 1, índice 400, do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros.

2 — Foram cumpridos os procedimentos estabelecidos no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro

O presente despacho produz efeitos a 1 de Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Arnaldo Cruz.*

Despacho n.º 879/2009

1 — Por meu Despacho de 17 de Dezembro de 2008, foi autorizada, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, a reclassificação do Técnico Profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Protecção Civil, Carlos José Carrasco Graça, na carreira e categoria de

técnico superior de 2.ª classe, posicionado no escalão 1, índice 400, do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros.

2 — Foram, cumpridos os procedimentos estabelecidos no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro

O presente despacho produz efeitos a 15 de Novembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Arnaldo Cruz.*

Despacho n.º 880/2009

1 — Por meu Despacho de 17 de Dezembro de 2008, foi autorizada, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, a reclassificação da assistente administrativa principal do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros, Maria Rosalina Cardoso Galhofas, na carreira e categoria de técnica superior de 2.ª classe, posicionado no escalão 1, índice 400, do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros.

2 — Foram, cumpridos os procedimentos estabelecidos no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro

O presente despacho produz efeitos a 15 de Novembro de 2008.

17 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Arnaldo Cruz.*

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Chefia do Serviço de Pessoal

Aviso n.º 1105/2009

Alteração ao Aviso n.º 20262/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 137, de 17 de Julho — Faz-se público que, nos termos do despacho de 05 de Dezembro de 2008, do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Júri do concurso externo de ingresso para admissão ao curso de Formação de Guardas da GNR — 2008/2009, passa a ter a seguinte constituição:

Presidente — Tenente-General Mário Augusto Mourato Cabrita, 2.º Comandante-Geral.

Vogais efectivos:

Major de Cavalaria Ilídio Augusto Vitorino Canas (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos).

Capitão CBM João Fernando Afonso Sousa Cerqueira.

Capitão de Infantaria Ricardo Alexandre Vaz Alves.

Médico civil Vítor Manuel Lopes Fernandes.

Vogais suplentes:

Sargento-Mor Honorífico Músico João Fortunato Panta Nunes.

Sargento-Chefe de Infantaria Manuel João Branco.

Médico civil António José de Oliveira Agostinho

Os vogais suplentes substituem os vogais efectivos nas suas faltas e impedimentos.

16 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Estado-Maior, em substituição, *Fernando dos Santos Afonso,* COR INF.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos

Despacho n.º 881/2009

Por despacho de 6 de Outubro de 2008 da Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna e meu despacho de 6 de Outubro de 2008:

Sandra Marina Gomes Faria Lacerda, técnica superior de 1.ª classe, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, transferida para igual categoria da carreira de Técnico Superior do mapa de pessoal do ex-Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações, com efeitos a 6 de Outubro de 2008.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20087732.

22 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *José Revez.*

Declaração de rectificação n.º 57/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho (extracto) n.º 29526/2008, inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 223, de 17 de Novembro de 2008, rectifica-se que onde se lê "…na categoria de técnico superior de 1ª classe, da carreira técnica superior de regime geral, escalão 3, índice 500, com efeitos a 1 de Abril de 2007." deve ler-se "…em lugar criado e a extinguir quando vagar, na categoria de técnico superior de 1ª classe, da carreira técnica superior de regime geral, escalão 3, índice 500, com efeitos a 1 de Abril de 2007."

4 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *José Revez.*

Governo Civil do Distrito de Portalegre

Despacho n.º 882/2009

Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto e bem assim do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, e ao abrigo da delegação de competências objecto da alínea *b*) do n.º 1 do despacho n.º 13 731/MEAI/2007:

António Francisco Correia Realinho, exonerado, a seu pedido, do lugar de Secretário do meu Gabinete de Apoio Pessoal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Licenciada Isabel Maria Pereira Afonso, nomeada Secretária do meu Gabinete de Apoio Pessoal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, com a remuneração fixada pelo n.º 4 da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

29 de Dezembro de 2008. — O Governador Civil, *Jaime Estorninho.*

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 883/2009

Por despachos de 24 de Novembro e de 17 de Dezembro de 2008, respectivamente, do reitor da Universidade do Minho e do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Maria Manuela Ferreira Silva Gonçalves, técnica profissional de 2.ª classe, do quadro de pessoal da Universidade do Minho — transferida, nos termos do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização, na categoria de especialista adjunto nível 3, escalão 2, índice 249, com efeitos reportados a 17 de Dezembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 884/2009

Por despachos de 21-11-2008 e 15-12-2008, respectivamente, do Vice-Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Maria Clara do Ó Lemos de Carvalho, Técnica Superior Principal, do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo — Sub-Região de Saúde de Setúbal — transferida, nos termos do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização, na categoria de especialista superior de nível 4, escalão 1, índice 510, com efeitos a 15.12.2008.

(Isento de fiscalização prévia do T. C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho.*

Despacho (extracto) n.º 885/2009

Por despachos de 10-12-2008 e 19-12-2008, respectivamente, de SS. Ex.ª o Secretário Regional do Plano e Finanças da Madeira e do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Maria Isabel Vieira de Andrade, assistente administrativa especialista, do quadro de pessoal da Direcção Regional do Orçamento e Contabilida-

de — Secretaria Regional do Plano e Finanças da Madeira — transferida, nos termos do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização, na categoria de especialista adjunto nível 2, escalão 2, índice 290, com efeitos a 19.12.2008. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 886/2009

Por despachos de 3 de Dezembro de 2008 e 19 de Dezembro de 2008, respectivamente, da subdirectora-geral dos Serviços Prisionais e do director nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Beatriz Soares Simões Chaves, assistente administrativa, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — transferida, nos termos do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na carreira de apoio à investigação e fiscalização, na categoria de especialista adjunto nível 3, escalão 1, índice 238, com efeitos a 19 de Dezembro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

30 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho.*

Despacho (extracto) n.º 887/2009

Por despachos de 16-12-2008 e 22-12-2008, respectivamente, do Conselho de Administração do Hospital Amato Lusitano e do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Sandra Cristina Martins**,** assistente administrativa, do quadro de pessoal do Hospital Amato Lusitano — transferida, nos termos do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização, na categoria de especialista adjunto nível 3, escalão 1, índice 238, com efeitos a 22.12.2008. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho.*

Despacho (extracto) n.º 888/2009

Por despachos de 19 de Dezembro de 2008 e 22 de Dezembro de 2008, respectivamente, da vice-presidente do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação e do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Maria Idalina Marques Maio Conceição Rodrigues, chefe de repartição, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação — transferida, nos termos do disposto do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização, na categoria de especialista superior de nível 5, escalão 4, índice 510, com efeitos a 22 de Dezembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão, e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho.*

Despacho (extracto) n.º 889/2009

Por despachos de 22.12.2008 e 30.12.2008, respectivamente, do Director Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Maria Isabel Neves Correia Calado Glória Cabaço, Assistente Administrativa Especialista do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste — transferida, nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12., para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização na categoria de Especialista-adjunta de nível 2, posicionada no escalão 2 índice 290, com efeitos a 30.12.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 890/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008:

Cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (Lei da mobilidade), designadamente, através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, P20085247/SIGAME, no qual não resultou o preenchimento da vaga, Maria Margarida Romero Ferreira Baltazar, Técnica Superior Assessora Principal, posicionada no escalão 4, índice 900, do mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado — transferida, obtida a anuência do serviço de origem, para o mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, com efeitos a 15 de Dezembro de 2008, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez.*

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 891/2009

Por despacho de 23.12.2008, da Directora do Centro de Estudos Judiciários, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público:

Licenciado Manuel Frederico Pacheco Ferreira, Procurador-adjunto — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, Coordenador do Departamento de Formação, ao abrigo dos n.º s. 5 e 6 do artigo 2.º dos Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pela Portaria n.º 965/2008, de 29 de Agosto, com efeitos à data do referido despacho.

(Não carece da fiscalização prévia do T.C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 892/2009

Por meu despacho de 29.12.2008, no exercício de competência delegada, obtida a anuência do Administrador do Arsenal do Alfeite:

Susana Cristina Moncheira Bento Mendes, empregada administrativa do nível 1, do quadro de pessoal do Arsenal do Alfeite — transferida para o lugar de assistente administrativa, escalão 5, índice 238, do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008, considerando-se exonerada do lugar de origem a partir daquela data.

(Não carece da fiscalização prévia do T. C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 893/2009

Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008, no exercício de competência delegada, obtida a anuência do Subinspector-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território:

Emília de Jesus Custóias Ramos, auxiliar administrativa, escalão 7, índice 199, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território — transferida para idêntico lugar, escalão e índice, do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008, considerando-se exonerada do lugar de origem a partir daquela data.

(Não carece da fiscalização prévia do T.C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 894/2009

Por despacho da Directora-Geral, de 13.11.08, foi nomeado Secretário de Inspecção do Conselho dos Oficiais de Justiça, o Escrivão de Direito, Licínio Manuel Santos Teixeira, ao abrigo do disposto no artigo n.º 122.º

do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Dec. Lei 343/99, de 26 de Agosto, com efeitos a 04.12.08. (Não carece de fiscalização previa do Tribunal de Contas)

9 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 895/2009

Por meu despacho de 15 de Dezembro de 2008, por delegação:

Cidália de Jesus Pires, Escrivã Auxiliar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa.
Elsa Cristina Barreiros Serra Escrivã Auxiliar do Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

Aceitação: dois dias
Não carece de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.

16 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 896/2009

Por meu despacho de 17 de Dezembro de 2008, por delegação da Directora-Geral (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 159 de 20 de Agosto de 2007):

Rosa Maria Sousa Guedes Ferreira, Telefonista do quadro do Tribunal de Comarca de Seia, posicionada no escalão 3, índice 151, transferida na mesma categoria para a Secretaria-Geral do Tribunal de Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Almada, mantendo o mesmo escalão e índice.

18 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 897/2009

Por meu despacho de 18 de Dezembro de 2008, por delegação da Directora-Geral (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 159 de 20082007):

Eduardo António Oliveira de Paiva, escrivão-adjunto do Tribunal de Comarca de Santo Tirso — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Famalicão;
António José Amorim de Magalhães e Vasconcelos, escrivão-adjunto do Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Famalicão — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Santo Tirso.

Aceitação: 2 dias
Não carece de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.

22 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Direcção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extracto) n.º 898/2009

Por meu despacho, em substituição da Directora-Geral da Política de Justiça, de 26 de Dezembro de 2008:

Licenciada Teresa Paula Amaral Cintrão Neves — nomeada, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, Técnica Superior Principal, área funcional de planeamento do Centro de Documentação e Informação, do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

26 de Dezembro de 2008. — A Directora, em substituição da Directora-Geral da Política de Justiça, *Maria João Morgado Costa.*

Despacho (extracto) n.º 899/2009

Por meu despacho, em substituição da Directora-Geral da Política de Justiça, de 26 de Dezembro de 2008:

Sónia Maria Pedro Dagot, Solange de Barros Correia Lopes Simões e Cidalisa Russiano de Oliveira — nomeadas, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, técnicas profissionais principais, área funcional das estatísticas da Justiça, do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — A Directora (em substituição da Directora-Geral da Política de Justiça), *Maria João Morgado Costa.*

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 900/2009

Por meu despacho de 2008.11.07.

Lic. Fernando Augusto Gomes da Assunção, consultor jurídico principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director de Serviços de Recursos Humanos, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo. 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Fernando Augusto Gomes Assunção
Estado civil — casado
Data de Nascimento — 17 de Setembro de 1960
Profissão — Funcionário Público

Habilitações Literárias

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (1987)

Percurso Profissional

Técnico superior na Direcção de Serviços de Recursos Humanos do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, de Janeiro de 1994 a Abril de 1998.
Consultor jurídico na Direcção de Serviços Jurídicos da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Trabalho e Segurança Social, entre Maio de 1998 e Janeiro de 2000.
Director do Departamento de Recursos Humanos do ex-Instituto de Reinserção Social, de Fevereiro de 2000 a Abril de 2007.
Director de Serviços de Recursos Humanos da Direcção-Geral de Reinserção Social, em substituição, de Maio de 2007 à actualidade.
Diversa formação profissional no âmbito do regime jurídico da função pública, designadamente FORGEP, SIADAP, Concursos, Liderança e Gestão de Pessoas, Formação de Formadores, DELGEP, etc.
Monitorização de diversas acções de formação no âmbito do regime jurídico da função pública e SIADAP, participação em diversos grupos de trabalho em representação da Instituição e participação em diversos júris de concurso de pessoal, como presidente e vogal efectivos.

Despacho (extracto) n.º 901/2009

Por meu despacho de 2008.11.07:

Licenciada Maria Gabriela Luís Ramos Tomás, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — reconhecido o direito ao provimento na categoria de assessora da carreira técnica superior de reinserção social (escalão 1; índice 610), com efeitos a partir de 01.02.2007, precedendo confirmação da Secretária-Geral, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo.30.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado.*

Despacho (extracto) n.º 902/2009

Por meu despacho de 2008.10.22:

Ana Teresa Marques da Silva, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — autorizado o pedido de passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 18.11.2008.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado.*

Despacho (extracto) n.º 903/2009

Por meu despacho de 2008.11.20.

Licenciado João Henrique d'Oliveira Cóias, técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director de Serviços da Área Tutelar Educativa, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo. 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado.*

ANEXO

Nota Curricular Académica e Profissional

Dados pessoais

João Henriques d'Oliveira Cóias
Estado Civil: Casado
Data de nascimento: 01 de Setembro de 1960
Profissão: Funcionário Público

Habilitações Literárias e Profissionais

Licenciatura em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, concluída em 1985, área de psicoterapia e aconselhamento.

Pós-graduação em psicoterapia, ministrado pela Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva, de 1985 a 1987.

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, ministrado pelo INA — Instituto Nacional de Administração, de 8 de Janeiro a 30 de Março de 2007

Curso de formação "Intensive Spring Practicum"- sobre técnicas de reeducação, no "Pittsburgh International Children and Families Institute", nos Estados Unidos da América, de 12 de Maio a 5 de Julho de 1997.

Percurso profissional

Director da Direcção de Serviços da Área Tutelar Educativa, em regime de substituição, de 1 de Maio de 2007 até ao presente.

Director do Departamento de Coordenação dos Serviços de Execução das Medidas Tutelares de Internamento, de 1 de Outubro de 2006 a 30 de Abril de 2007.

Director Regional do Norte, de 1 de Outubro de 2001 a 5 de Novembro de 2002.

Director do Colégio de Vila Fernando / Centro Educativo de Vila Fernando, em Elvas, de Julho de 1997 a Setembro de 2001 e de 6 de Novembro de 2002 a 30 de Setembro de 2006.

Coordenador da Equipa do Colégio Navarro de Paiva, de 15 de Dezembro de 1995 a 8 de Julho de 1997, tendo acumulado as funções de coordenador da Equipa do Colégio da Infanta de Outubro de 1996 a Julho de 1997.

Técnico de Educação e Técnico Superior de Reinserção Social, desde 28 de Dezembro, de 1988 respectivamente na Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores e no Instituto de Reinserção Social, desempenhando funções no Instituto Navarro de Paiva.

Professor de Psicologia, da cadeira de Psicologia do Curso Superior de Enfermagem Francisco Gentil, desde o ano lectivo de 1988/89 até ao ano lectivo de 1996/97.

Artigos publicados na área da justiça juvenil:

Programa de Controlo de Comportamentos numa Perspectiva Cognitivo-Comportamental, Aplicada em Meio Institucional; Revista "Infância e Juventude", 87.1, Revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Ministério da Justiça.

A Criança em Risco Psicossocial; Revista "Infância e Juventude"; 91.1, Revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Ministério da Justiça.

Aspectos Psicossociais da Delinquência Infantil e Juvenil; Revista "Infância e Juventude", 92.2, Revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Ministério da Justiça.

Dificuldades de Aprendizagem e Baixo Desempenho Escolar; Revista "Infância e Juventude", 92.3, Revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Ministério da Justiça

O Internamento de Menores: Uma Medida Educativa e Terapêutica. Um modelo de intervenção Institucional; in "Os Jovens e a Justiça", J. Cóias & Col. Ed., APPORT, 1995.

Sexualidade e Família. Um Programa de Intervenção em Meio Institucional; in "OS JOVENS E A JUSTIÇA", J. Cóias & Col. Ed., APPORT, 1995.

A Componente de Animação Sócio-Cultural na Acção Educativa em Internato: Uma Experiência no Colégio Navarro de Paiva. Revista "Infância e Juventude", 95.3, Revista do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça.

A Terapia de Grupo em Meio Institucional: Treino de Aptidões de Lidar, Utilizando Técnicas de Auto-Controlo, Auto-Instrução e Resolução de Problemas. Revista "Temas Penitenciários, Série II, 1998; Revista da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

O Modelo de Intervenção Educativo e Terapêutico do Colégio de Vila Fernando. Os Camping Terapêuticos como um Desafio à Mudança, Revista "Infância e Juventude", 92.3, Revista do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça.

O Programa de Re-ED de Vila Fernando: A Avaliação e a Manutenção e Desenvolvimento do Programa são o Grande Desafio do Ano 2000; Conferência Mundial sobre Reestruturação dos Serviços para Crianças: "Por uma Mudança Sustentável", organizada pela Pressley Ridge Schools.

Princípios de Intervenção Educativa em Meio Residencial: A Vida em Instituição como uma Oportunidade de Mudança, Revista "Infância e Juventude", 01.2, Revista do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça.

A institucionalização como uma oportunidade de aprendizagem — "Em Comunicação", n.º 8/4.º trimestre, Dezembro de 2004; Revista do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça.

Despacho (extracto) n.º 904/2009

Por meu despacho de 2008.11.21:

Lic. Jorge Humberto de Jesus e Oliveira, inspector superior principal da carreira de inspecção, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director do Centro Educativo do Mondego desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo. 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC).

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado.*

ANEXO

Nota Curricular Académica e Profissional

Dados pessoais:

Jorge Humberto de Jesus e Oliveira
Estado Civil: Casado
Data de nascimento: 16 de Novembro de 1961
Profissão: Funcionário Público
Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa em 1985.

Curso de extensão universitária — pós graduação — em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

Curso FORGEP do INA.

Percurso profissional:

Iniciou funções na Administração Pública em Jan.1987 como bolseiro no Departamento de Protecção e Segurança Radiológica do LNETI.

Em Out.1988, precedendo concurso público, ingressou na Inspecção-Geral de Saúde, desenvolvendo trabalho no âmbito das funções da IGS, nomeadamente a instrução de processos de auditoria, averiguações, inquérito e disciplinares, bem como inspecções ordinárias e intervenções temáticas e a elaboração de informações, pareceres e propostas. Detém desde 2003 a categoria de Inspector Superior Principal.

Desempenhou funções de Maio.95 a Dez.98 como assessor no Gabinete para os Assuntos Legislativos do Território de Macau, requisitado ao Ministério da Saúde.

As funções compreendiam a elaboração de estudos de natureza técnico-jurídica e de anteprojectos de diplomas legais, com acompanhamento dos trabalhos preparatórios do processo legislativo. Ocupou-se sobretudo de assuntos de direito administrativo e direito público, nomeadamente infracções contra a economia e saúde pública, processo tributário, expropriações por utilidade pública, regime jurídico das empreitadas de obras públicas, aquisições de bens e serviços e as matérias do regime jurídico aplicável aos trabalhadores da Administração Pública. Integrou o grupo interdisciplinar encarregue de ultimar o projecto do Código do Processo Tributário.

Em Jan.99 iniciou funções, como Director do Centro Educativo do Mondego, na Guarda, do Instituto de Reinserção Social, Ministério da Justiça, cargo que, após nomeação em comissão de serviço, precedendo concurso, exerce até ao presente. Exerceu ainda funções como Director do Centro Educativo dos Olivais, em Coimbra, do Instituto de Reinserção Social, em regime de substituição, de Abr. a Dez. de 2000.

Em Abr.2001, foi nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Vice-Presidente do mesmo Instituto de Reinserção Social, foi membro do Conselho de Gestão do IRS de Abr.2001 a Nov. 2002 e responsável, no âmbito das competências delegadas, pelo funcionamento da Divisão de Formação (DF), Divisão de Documentação e Informação Científica e Técnica (DICT), Divisão de Prevenção, Programas e Equipamentos (DPE) e Divisão de Apoio Jurídico, Auditoria e Inspecção (DAJAI). De Jul. a Nov.2002 supervisionou o Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP), que compreende a Divisão de Gestão e Administração Financeira (DIGAF) e a Divisão de Gestão e Administração do Património (DIGAP), e a unidade funcional de Infra-estruturas e Obras. Foi ainda nomeado em Out.2001, pelo SEJ, substituto do Presidente do IRS

Nomeado, em Jul. de 2001, pelo Secretário de Estado da Justiça (SEJ), representante nacional do programa de iniciativa e financiamento comunitário Hippokrates, para projectos públicos e privados na área da prevenção criminal, em curso até Dez.2002.

Outros elementos relevantes:

Publicou na Revista da Associação dos Advogados de Macau, em número dedicado a matérias de direito do ambiente e urbanismo, um artigo sobre "Direito de propriedade e jus aedificandi", Revista da Associação dos Advogados de Macau, ano I, n.º 3, 1996.

Vogal do Conselho Jurisdicional da Associação de Patinagem de Lisboa durante o biénio 1993-1995.

Como formando, frequentou e participou em acções de formação, cursos, conferências e iniciativas similares, sobre as seguintes matérias: estrutura jurídica da empresa, bases da actividade financeira nos serviços de saúde, gestão orçamental pública, gestão por projectos, estatuto disciplinar, direito da saúde e bioética, responsabilidade dos profissionais de saúde, contabilidade para pessoal inspectivo, gestão por objectivos, Administração Pública, os direitos e os deveres dos trabalhadores, gestão pública e reforma da contabilidade pública, auditoria estatal, estrutura e funcionamento das instituições comunitárias e aspectos fundamentais do direito comunitário, auditorias de gestão em hospitais, Código do Procedimento Administrativo de Macau e a reforma e codificação do Procedimento Administrativo na RP da China, contencioso administrativo e formação estratégica para dirigentes bem como outras matérias relevantes para a área de intervenção da reinserção social.

Como formador do Instituto Politécnico de Macau (IPM), orientou cursos de formação organizados em colaboração com os SAFP, Serviços de Administração e Função Pública, para pessoal dirigente, chefias e técnicos superiores sobre os seguintes temas: sistema de organização administrativa; princípios fundamentais e regras do procedimento administrativo; regime jurídico da função pública, direitos e deveres dos trabalhadores e Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração.

A convite do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tem leccionado desde 2001 nos cursos de pós-graduação em Protecção de Menores sobre o sistema de execução de medidas tutelares em contexto institucional.

Sobre a mesma matéria, participou em cursos ou acções de formação de outras entidades, como a Universidade da Beira Interior, Faculdade Direito da Universidade do Porto e Centro de Estudos Judiciários.

Foi membro de júri como presidente, vogal efectivo e vogal suplente de diversos concursos de recrutamento de pessoal dirigente, técnico superior e pessoal técnico-profissional.

Despacho (extracto) n.º 905/2009

Por meu despacho de 2008.12.17:

Licenciada Jacinta Lúcia Catarino Lopes, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — transferida para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social, para a mesma categoria, escalão e índice, ficando exonerada do lugar de origem, com efeitos a 2008.12.01.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado.*

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 906/2009

Por meu despacho de 30 de Setembro de 2008, no uso de competência delegada, foi autorizado à auxiliar administrativa, Maria de Fátima Gomes Costa o reinício de funções por tempo indeterminado na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, em lugar vago, com afectação ao Estabelecimento Prisional de Porto, precedendo procedimento de selecção de pessoal, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 2 de Junho de 2008. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Despacho (extracto) n.º 907/2009

Por meu despacho de 13 de Abril 2007, no uso de competência delegada, foi José António Santos Costa Rodrigues, técnico superior de 1.ª classe de reinserção social, da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro do Instituto de Reinserção Social, transferido para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reeducação, com efeitos a 22 de Janeiro de 2007, ficando exonerado do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Despacho (extracto) n.º 908/2009

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública Central e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que por despacho do Ministro da Justiça, de 1 de Agosto de 2008, foi aplicada a pena disciplinar de demissão ao guarda de nomeação definitiva Emanuel Fernandes Ramos, da qual foi notificado em 18 de Agosto de 2008.

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Despacho (extracto) n.º 909/2009

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública Central e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que por despacho do Ministro da Justiça, de 1 de Agosto de 2008, foi aplicada a pena disciplinar de demissão ao guarda de nomeação definitiva Aires Manuel Lopes Ornelas, da qual foi notificado em 27 de Agosto de 2008.

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Despacho (extracto) n.º 910/2009

Considerando que a assessora principal da carreira técnica superior, Edi Vieira da Luz Gomes do quadro de pessoal do extinto Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional, optou pelo provimento automático no quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, por despacho de 2 de Setembro de 2008, da Directora-Geral dos Serviços Prisionais foi o mesmo autorizado, em lugar a criar e a extinguir quando vagar, nos termos dos n.º 9 e 13 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 9 do artigo 12.º do mesmo diploma, alterado pelo artigo 2.º da Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, com efeitos a 28 de Agosto de 2008.

15 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Declaração de rectificação n.º 58/2009

Por ter havido inexactidão no Despacho n.º 15464/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 107, de 4 de Junho de 2008, a página 24837, onde se lê "4 — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, autorizo a subdelegação das competências referidas na alínea *d*) do n.º 1.2, na alínea *d*) do n.º 1.3 no que respeita à emissão de meios de pagamento e movimentação de contas bancárias, e alínea *e*) do mesmo número relativamente à autorização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 12 500, e, ainda, nas alíneas *j*) e *l*) do mesmo n.º 1.3.", deve ler-se, "4 — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, autorizo a subdelegação das competências referidas na alínea *d*) do n.º 1.2, na alínea *d*) do n.º 1.3 no que respeita à emissão de meios de pagamento e movimentação de contas bancárias, e alínea *e*) do mesmo número relativamente à autorização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 12 500, e, ainda, nas alíneas *j*) e *m*) do mesmo n.º 1.3."

3 de Julho de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Declaração de rectificação n.º 59/2009

Por ter havido inexactidão no Despacho (extracto) n.º 24972/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 194, de 07 de Outubro de 2008, a página 41377, onde se lê "... Maria Paula Gomes de Abreu Quadros ..." deve ler-se "... Maria Paula Quadros Gomes de Abreu ...".

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 911/2009

Por despacho da Directora-Geral, de 26 de Agosto de 2008, foi autorizado, ao abrigo do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração de Antónia Soares Monteiro Fafe, enfermeira graduada, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos a 20 de Outubro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Despacho (extracto) n.º 912/2009

Por despacho da Directora-Geral, de 07 de Agosto de 2008, foi autorizada a progressão para a categoria de assistente graduado de Teresa Maria Mendes Bailão Simões Eliseu, assistente hospitalar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, após homologação da acta da comissão de avaliação curricular, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 913/2009

Por despacho de 2008.11.27 do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo:

Licenciado Nuno Ricardo da Costa Maurício, coordenador de investigação criminal de escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária, na situação de licença sem vencimento por um ano — autorizado o regresso ao serviço em 01.12.2008. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa.*

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Direcção de Serviços de Administração, Gestão e Informática

Aviso (extracto) n.º 1106/2009

Por despacho de 30 de Dezembro de 2008, do Inspector-Geral dos Serviços de Justiça são nomeados na categoria de inspector da carreira de inspecção superior, do mapa de pessoal da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça, os candidatos abaixo mencionados aprovados no concurso externo de ingresso para admissão a estágio, conforme Aviso n.º 26306/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Dezembro.

Candidatos sem vínculo à função pública:

Helder Luís Matoso Pires (*a*);
Maria João Braga e Castro (*a*);
Maria Manuel Correia Martins Batalha (*a*);
Miguel José de Sá Pães (*a*).

É nomeado em comissão de serviço, em período experimental o candidato com vínculo à função pública:

Alexandre Nuno dos Santos Antunes Capucha (*b*).

As referidas nomeações têm efeitos imediatos, por urgente conveniência de serviço.

(Isento de visto do Tribunal de Contas).

(*a*) Dispensados de estágio ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 101/2001, de 29 de Março, mantido transitoriamente em vigor pelo artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 78/2007, de 30 de Julho.

(*b*) Ficando autorizado a optar pelo vencimento de origem, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

30 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Elda Morais.*

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Deliberação n.º 54/2009

Por deliberação do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. em sessão de 16 de Dezembro de 2008:

Licenciada Alexandra Neto Anciães — nomeada na categoria de técnico superior de 2ª classe do quadro único de pessoal do INML, I.P. para exercer funções na Delegação do Sul, precedendo concurso externo de ingresso e aprovação no respectivo estágio com efeitos à data do presente despacho, por conveniência de serviço. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira.*

Deliberação n.º 55/2009

José Ramón Gonzalez Gonzalez, assistente graduado de medicina legal do quadro de pessoal do INML, I.P. a exercer funções no Gabinete Médico-Legal de Chaves, exonerado, a seu pedido, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas).

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira.*

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 914/2009

Promoção *online* de actos de registo comercial — Alargamento a novos actos de registo

A Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de Dezembro veio regular a promoção de actos de registo comercial *online,* tendo sido proferido nesta matéria o despacho n.º 14871/2007, de 06 de Julho.

Estão agora reunidas as condições técnico informáticas que permitem o alargamento da promoção *online* a outros actos de registo comercial, para além dos previstos na referida Portaria e despacho.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de Dezembro, determino que, a partir do dia 22 de Dezembro de

2008, possam ser promovidos por via electrónica, os seguintes actos de registo comercial:

Dissolução.
Dissolução com nomeação de liquidatários.
Dissolução com encerramento da liquidação.
Encerramento da liquidação.
Requerimento inicial para extinção imediata.

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *António Luís Pereira Figueiredo*.

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.

Departamento de Administração Geral

Aviso (extracto) n.º 1107/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 26 de Dezembro de 2008:

José António Dias Gomes Pimenta e João Paulo Amaral de Athayde e Mello, técnicos de informática de grau 1, nível 2 do quadro de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça — nomeados definitivamente, com efeitos à data do despacho, precedendo concurso, na categoria de técnico de informática de grau 2, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — A Directora, *Susana Matias*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 915/2009

Para os devidos efeitos se declara que o mapa de expropriações anexo ao despacho n.º 30245/2008, de 3 de Novembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 228, de 24 de Novembro de 2008, não contém, por lapso, as áreas totais das parcelas 2 e 13, pelo que se procede, em anexo, à republicação do mapa devidamente rectificado.

De igual modo se rectifica o nome da empresa beneficiária da expropriação, uma vez que o mesmo se encontra incorrectamente redigido no respectivo mapa. Assim, onde se lê «EUSUC» deve ler-se «ERSUC».

18 de Dezembro de 2008. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

ERSUC — Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra (TMB)

Mapa de expropriações

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
2	Carlos Cortesão Gomes de Matos Inocência Oliveira Carneirinha de Matos Beco da Fonte, 1 — Costa de Rios Frios 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	805		836	Norte: Delfim Lopes Sul: Caminho Nascente: José da Costa Seco Poente: Junta de Freguesia de Vil de Matos	4 419
13	Evaristo de Paiva Coelho Idalina Nogueira Rua da Espadaneira, 12 — Rios Frios 3025-944 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	816		Omisso	Norte: José Marques Sul: Manuel Ribeiro Júnior Nascente: Caminho Poente: Laurindo Simões	1 233
15	Maria da Cunha Coutinho Rua dos Castanheiros, 8 — Mourelos 3025-624 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	819		Omisso	Norte: Manuel Madeira da Cunha Sul: Laurindo Simões Nascente: José Marques Poente: Manuel Madeira da Cunha	253
16	Maria Carnim Marques Pereira Dionísio Pereira Lains Rua de Mourelos, 23 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	817		Omisso	Norte: Manuel Madeira Cunha Sul: Bernardo Soares Nascente: Caminho Poente: Joaquim Gaspar Coutinho	327
17	Maria Carnim Marques Pereira Dionísio Pereira Lains Rua de Mourelos, 23 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	820		Omisso	Norte: Abel Carnim Simões Sul: Joaquim Gaspar Coutinho Nascente: Caminho Poente: Caminho	1 306
18	Leopoldina Carnim Costa Rua da Costa, 12 — Vendas de Santana 3025-590 Coimbra Maria de Lurdes da Costa Simões Armando José Ferreira Rodrigues dos Santos Rua da Costa, 12 — Vendas de Santana 3025-590 Coimbra Carlos Humberto da Costa Simões Laurinda de Jesus Oliveira Martins Simões Rua da Costa, 12 — Vendas de Santana 3025-590 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	821		Omisso	Norte: Joaquim Gaspar Coutinho Sul: José Marques Nascente:Caminho Poente: Caminho	1 339

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
19	Maria da Cunha Coutinho Rua dos Castanheiros, 8 — Mourelos 3025-598 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	822		Omisso	Norte: António Neves dos Santos Sul: Abel Carnim Simões Nascente: Caminho Poente: Caminho	2 556
23	Albertino Cortesão Seco Maria Simões Coelho Rua do Isqueiro, n.º 5 Rios Frios 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	824		Omisso	Norte: Hermínio Moreira da Cruz Sul: Mário Alves Soares Nascente: José Morais Poente: António da Costa Rato	879
24	Hermínio Moreira da Cruz Laura Simões Coelho Rua de Coimbra, 51 — Rios Frios 302-608 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	825		Omisso	Norte: Manuel dos Santos Passarada Sul: Albertino Cortesão Seco Nascente: José Morais Poente: António da Costa Rato	911
26	José Filipe de Oliveira, Herd. Vil de Matos 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	829		Omisso	Norte: Manuel Gomes Sul: José da Cunha Coelho Nascente: Eurico Delgado Marques Poente: Caminho	462
28	José António Moreira da Cruz Elza Maria Barrico dos Santos Cruz Beco n.º 1 — Mourelos — Vil de Matos 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	831		Omisso	Norte: Américo Simões Manadas Sul: Manuel Gomes Nascente: Albino Paiva Miranda Poente: Caminho	952
29	José António Moreira da Cruz Elza Maria Barrico dos Santos Cruz Beco n.º 1 — Mourelos — Vil de Matos 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	832		Omisso	Norte: Maximiano Simões Manadas Sul: José Moreira da Cruz Nascente: Albino Paiva Miranda Poente: Caminho	612
30	José António Moreira da Cruz Elza Maria Barrico dos Santos Cruz Beco n.º 1 — Mourelos — Vil de Matos 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	833		868	Norte: Junta de Freguesia de Vil de Matos Sul: Albino Paiva Miranda Nascente: Américo Simões Manadas Poente: Caminho	640
34	Maria Helena Gomes Carnim António Carnim da Costa Rato Rua de Coimbra, 83, Rios Frios, Vil de Matos 3025-944 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	836		Omisso	Norte: António Carnim Sul: António Carnim Nascente: António Manadas Neves Poente: Caminho	608
38	Alcinda Maria Dias Carnim Pedro Miguel Nogueira Coelho Rua da Espadaneira, 12 — Rios Frios 3025-944 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	840 1/2 841		245	Norte: Caminho Sul: António Carnim Nascente: Joaquim Marques/António Silvestre Poente: António Ramos Carvalho/Francisco Marques	1 360
42	Maria Mercedes Marques Silvestre Rua do Chafariz, 11 — Souselas 3020-849 Souselas	Coimbra Vil de Matos	844		Omisso	Norte: Caminho Sul: Eurico Delgado Marques Nascente: Sílvio Silvestre Poente: Manuel Madeira Cunha	2 178
43	Silvino Marques Silvestre Pisão da Mata — Figueira de Lorvão 3360 Penacova	Coimbra Vil de Matos	845		Omisso	Norte: Caminho Sul: Eurico Delgado Miranda Nascente: Fausto Morais Ferreira e Outros Poente: Albino Paiva Miranda	2 131
44	Maria de Fátima da Costa Morais Coelho José Manuel Pinho Alves Coelho Residentes nos Estados Unidos América	Coimbra Vil de Matos	846		Omisso	Norte: Caminho Sul: Maria da Assunção Ferreira Nascente: Armindo Simões Morais Poente: Sílvio Silvestre	1 204
46	José Neves Mendes Melo Carminda Simões Nogueira Rua da Costa, n.º 2, Costa de Rios Frios 3025-622 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	854		Omisso	Norte: Caminho Sul: Maria da Assunção Ferreira Nascente: Joaquim da Costa Seco Poente: Armindo Semião Morais	

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
47	Candida das Neves e Melo Rua de Coimbra, 111 — Rios Frios 3025-608 Coimbra Glória das Neves Seco da Cruz António Moreira Matos Cruz Rua de Coimbra, 111 — Rios Frios 3025-608 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	855		Omisso	Norte:Caminho Sul: Maria da Assunção Ferreira Nascente: Bernardo Soares Poente: José Neves Mendes Melo	1 228
48	Evaristo de Paiva Coelho Idalina Nogueira Rua da Espadaneira, 12 — Rios Frios 3025-944 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	856		Omisso	Norte: Caminho Sul: Maria da Assunção Ferreira Nascente: António Costa Seco Poente: Joaquim da Costa Seco	718
52	António Coelho Casal da Murteira — Vil de Matos 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	852		447	Norte: Manuel Paiva Neves Sul: José Morais e Outro Nascente: António da Costa Rato Poente: Manuel dos Santos Passarada	3 069
56	Herd. Luis Coelho Rios Frios	Coimbra Vil de Matos	858		Omisso	Norte: Caminho Sul: António da Costa Rato Nascente: António Coelho Júnior e Outro Poente: António Neves dos Santos	594
59	Alcides Santos Simões Maria Adelaide Madeira Simões Rua Principal, 38 — Grada — Barcouço 3050-102 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	862		Omisso	Norte: Caminho Sul: Ladislau Morais Santos Nascente: Manuel Jesus Costa Poente: António Coelho Junior	699
62	Gracinda Marques Monteiro Grada — Barcouço 3050 Mealhada Célia Monteiro dos Santos Abreu José Manuel Abreu da Conceição Vale de Açores — Mortágua Ana Isabel Monteiro dos Santos Morais Av. 25 de Abril, n.º 10, 1.º Esq., Pontinha Odivelas	Coimbra Vil de Matos	860		Omisso	Norte: Joaquim Sacramento Sul: Júlio dos Santos Aguiar Nascente: Fausto Ferreira Moaris Poente: Luis Coelho	507
63	Marília Calhôa Morais Rua da Fonte, 52 — Barcouço 3050 Mealhada José Luis Calhôa Ferreira Morais Maria de Lurdes Garcia Martins Rua da Fonte, 52 — Barcouço 3050 Mealhada Alda Maria Calhôa Ferreira Morais Lindo Antonino Almeida Lindo Lendiosa 3050 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	865		Omisso	Norte: Caminho Sul: Armindo Semião Morais e Outro Nascente: Caminho Poente: Joaquim Sacramento	4 942
66	Belarmino da Costa Ferreira Dulcínia Cerveira Amália Agante Rua do Valverde, 2 — Fornos 3020-204 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	867		Omisso	Norte: Serafim Lopes Sul: Serafim Lopes Nascente: Fausto Ferreira Morais Poente: Armindo Semião Morais	484
67	Marília Calhôa Morais Rua da Fonte, 52 — Barcouço 3050 Mealhada José Luis Calhôa Ferreira Morais Maria de Lurdes Garcia Martins Rua da Fonte, 52 — Barcouço 3050 Mealhada Alda Maria Calhôa Ferreira Morais Lindo Antonino Almeida Lindo Lendiosa 3050 Mealhada Maria de Fátima da Costa Morais Coelho José Manuel Pinho Alves Coelho Residentes nos Estados Unidos América	Coimbra Vil de Matos	870		Omisso	Norte: Armindo Semião Moaris Sul: Maria Simões da Silva Nascente: Fausto Ferreira Morais Poente: Joaquim Sacramento	2 443

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
71	Nelson Filipe Miranda Neves EN 1 — Santa Luzia 3050-106 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	875		672	Norte: João Maria Cadima e Outro Sul: Edumundo Martins Neto Nascente: Edmundo Martins Neto Poente: José Morais	3 620
72	Severino Neves Neto Maria Alice Trindade Fachada Rua da Sobreira, s/n — Adões 3050-071 Barcouço Rogério Santos Neto Ausente em França Maria Adélia Santos Neto Ausente em França Maria Eugénia Santos Neto António Manuel Carvalho Leite Rua Principal, s/n — Adões 3050-071 Barcouço	Coimbra Vil de Matos	876		226	Norte: José Simões Morais e Outro Sul:Manuel Leite Nascente: Manuel Leite Poente: José Morais	2 311
79	Alcinda de Jesus Oliveira Silva Francisco Santos Silva Travessa Alto da Carriça, 9 — Zouparria do Monte 3020 Coimbra José Dinis de Oliveira Isabel Carvalheiro Caldeira Torre de Vilela 3025 Coimbra António Dinis de Oliveira Maria Isilda dos Santos Batista Rua do Calço, 34 — Cioga do Monte 3025-147 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	883		Omisso	Norte: Virgílio Dinis Sul: Fausto Ferreira Morais Nascente: Caminho e Lusitano S. Carneiro Poente: Lusitano Simões Carneiro	2 209
86	Marília Calhôa Morais Rua da Fonte, 52 — Barcouço 3050 Mealhada José Luis Calhôa Ferreira Morais Maria de Lurdes Garcia Martins Rua da Fonte, 52 — Barcouço 3050 Mealhada Alda Maria Calhôa Ferreira Morais Lindo Antonino Almeida Lindo Lendiosa 3050 Mealhada Maria de Fátima da Costa Morais Coelho José Manuel Pinho Alves Coelho Residentes nos Estados Unidos América	Coimbra Vil de Matos	886		Omisso	Norte: António Dinis e Outro Sul: Lusitano Simões Carneiro Nascente: Caminho Poente: Lusitano Simões Carneiro e Outro	4 717
89	Mabília da Costa Ferreira Aguiar Brasfemes 3020 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	934		Omisso	Norte: Fausto Ferreira Morais Sul: Policarpo dos Santos Damião Nascente: António Santos Ferreira Júnior Poente: Caminho	777
98	Glória Simões 6 Allée du Tyrol — Temo C 51100 Rénes — France	Coimbra Vil de Matos	944		Omisso	Norte: Elísio dos Santos Sul: António dos Santos Ferreira Nascente: António dos Santos Ferreira Poente: Álvaro das Neves Cunha	1 000
101A	Idalina Coelho Santos Rua de Mourelos, 31, Vendas de Santana 3025 — Vil de Matos Adilia Maria Santos Rodrigues Adérito dos Santos Melo Rua de Santarém, 33 — Barcouço 3050 Mealhada Paula Cristina dos Santos Rodrigues Rua de Coimbra, 20 — Rios Frios — Vil de Matos 3025-608 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	927		Omisso	Norte: António dos Santos Sul: António dos Santos Ferreira Júnior Nascente: Caminho Poente: António dos Santos Ferreira Júnior	808

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
103	Idalina Coelho Santos Rua de Mourelos, 31, Vendas de Santana 3025 — Vil de Matos Adília Maria Santos Rodrigues Adérito dos Santos Melo Rua de Santarém, 33 — Barcouço 3050 Mealhada Paula Cristina dos Santos Rodrigues Rua de Coimbra, 20 — Rios Frios — Vil de Matos 3025-608 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	1213		Omisso	Norte: João Simões Sul: Vala Nascente: Luis Alves Santos Ferreira Poente: António Correia Nogueira	210
107	David Alves Santos Ferreira Ilda da Cunha Coutinho Rua dos Castanheiros, n.º 10, Mourelos 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	952		1020	Norte: Manuel Paiva Neves Sul: Caminho Nascente: Dinis Carnim de Melo Poente: João Simões	1 499
109	António Santos Melo Maria Celene Neves Miranda Melo Rua Nossa Senhora dos Milagres, 26, Quinta do Cabeço 3025-187 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	954		2057	Norte: Orlando de Sousa Sul: Caminho Nascente: Joaquim Martins Neves Poente:Dinis Carnim de Melo	2 748
111	Joaquim Ramos Paiva Maria das Neves Batista Rua Nossa Senhora dos Milagres 50, Quinta das Travessas 3025-187 Coimbra Paulo Manuel Paiva Rodrigues Isabel Maria Marques Abreu Rua das Hortas, 2 — Brasfemes 3020-549 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	917		1585	Norte: Joaquim Paiva Neves Sul: Anacleto Nogueira Nascente: José Martins Poente: Caminho	2 570
112	Edite dos Santos Simões Rua Principal, 38 — Grada — Barcouço 3050-102 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	957		Omisso	Norte: Joaquim Martins Neves Sul: Joaquim Carnim Melo Nascente: Arménio Carneiro Morais Poente:	280
113	Hermínio Neves Morais Rosa Maria Simões Carneiro Morais Rua dos Depósitos, s/n — Santa Luzia 3050-106 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	956		Omisso	Norte: Joaquim Maria Paiva Neves Sul: Luis Alves Santos Ferreira Nascente: Joaquim Maria Paiva Neves Poente: José Simões	411
114	Hermínio Neves Morais Rosa Maria Simões Carneiro Morais Rua dos Depósitos, s/n — Santa Luzia 3050-106 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	921		Omisso	Norte: Joaquim Maria Paiva Neves Sul: Joaquim Martins Neves Nascente: Joaquim Martins Neves Poente: José Simões	294
115	Edite dos Santos Simões Rua Principal, 38 — Grada — Barcouço 3050-102 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	922		Omisso	Norte: Joaquim Pereira Neves Sul: Joaquim Martins Neves Nascente: Arménio Carneiro Morais Poente: Joaquim Martins Neves	256
118	Alcides Santos Simões Maria Adelaide Madeira Simões Rua Principal, 38 — Grada — Barcouço 3050-102 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	924		Omisso	Norte: Artur Paiva Sul: Orlando de Sousa e Outro Nascente: Joaquim Martins Neves Poente: Caminho	217
119	Maria da Graça Morais Calhôa Rua Principal, 82, Sargento-Mor, Souselas 3020 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	923		Omisso	Norte: Joaquim Martins Neves Sul: José Simões Nascente: Joaquim Martins Neves Poente: Caminho	185
120	Joaquim Martins Neves Maria da Graça Rodrigues Ferreira de Jesus Travessa dos Olivais, 14, Adões, Trouxemil 3020-071 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	920		Omisso	Norte: Joaquim Maria Paiva Neves e Outros Sul: Joaquim Carnim de Melo e Outro Nascente: Joaquim Maria Paiva Neves e Outros Poente: Caminho	2 628

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
122	José Neves Mendes Melo Carminda Simões Nogueira Rua da Costa, n.º 2, Costa de Rios Frios 3025-622 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	918		1630	Norte: Caminho Sul: Joaquim Martins Neves Nascente: Joaquim M. Paiva Neves Poente: Álvaro Neves da Cunha	284
124	Madalena Lopes da Silva António Dias Gomes Pardal Rua Dr. Ângelo Ferreira Dinis, 2 3025-609 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	915		Omisso	Norte: Arménio Carneiro Morais Sul: Joaquim Paiva Neves e Outro Nascente: Joaquim dos Santos Neto Poente: Caminho	272
125	José Paiva Figueiredo Rodrigues Maria Saudade Morais dos Santos Rua Principal, s/n — Adões 3050-071 Barcouço	Coimbra Vil de Matos	913		1227	Norte: Arménio Carneiro Morais Sul: Joaquim Paiva Neves Nascente: Manuel Simões Manadas Poente: António Dias Gomes Pardal	1 320
126	Hermínio Neves Morais Rosa Maria Simões Carneiro Morais Rua dos Depósitos, s/n — Santa Luzia 3050-106 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	916		Omisso	Norte: António Dias Gomes Pardal Sul: António Dias Gomes Pardal Nascente: Joaquim Santos Neto Poente: Caminho	290
127	Madalena Lopes da Silva António Dias Gomes Pardal Rua Dr. Ângelo Ferreira Dinis, 2 3025-609 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	912		Omisso	Norte: Manuel Paiva Neves Sul: Joaquim dos Santos Neto Nascente: José da Silva Leitão Poente: Caminho	669
129	Joaquim Duarte Paiva Maria Alice da Costa Miranda Rua Nova, s/n.º — Adões — Barcouço 3050-071 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	910		Omisso	Norte: Arménio Carneiro Morais Sul: Manuel Paiva Neves Nascente: Manuel Simões Manadas Poente: Caminho	653
130	Rogério Neves Morais Rua da Fonte, Quinta Branca, Barcouço 3050- Mealhada	Coimbra Vil de Matos	909		Omisso	Norte: Ramiro da Costa Simões Sul: Joaquim Paiva Figueiredo Nascente: José da Silva Leitão Poente: Caminho	517
131	Mário Rui Santos Simões Rua do Picoto — Outeiro do Botão 3020-524 Botão	Coimbra Vil de Matos	908		175	Norte: António Neves dos Santos e Outros Sul: Arménio Carneiro Morais Nascente: Manuel Simões Manadas Poente: Caminho	2 117
133	Carlos Carnim de Aguiar Rua dos Castanheiros, 17 — Mourelos 3025-624 Vil de Matos Silvina Costa Aguiar António José Dias Carnim Rua dos Castanheiros, 17 — Mourelos 3025-624 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	906		1591	Norte: Afonso da Costa Caton Sul: António Neves dos Santos Nascente: Afonso da Costa Caton Poente: Caminho	376
137	Maria da Cunha Coutinho Rua dos Castanheiros, 8 — Mourelos 3025-624 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	896		Omisso	Norte: Joaquim Carnim de Melo Sul: Manuel Paiva Neves e Outro Nascente: Manuel Paiva Neves Poente: Caminho	548
138	António Santos Melo Maria Celene Neves Miranda Melo Rua Nossa Senhora dos Milagres, 26, Quinta do Cabeço 3025-187 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	895		2055	Norte: Virgílio Dinis Sul: Dinis Carnim de Melo Nascente: Dinis Carnim de Melo Poente: Caminho	531
142	Alcinda Maria Dias Carnim Pedro Miguel Nogueira Coelho Rua da Espadaneira, 12 — Rios Frios 3025-944 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	891		Omisso	Norte: António Ramos de Carvalho Sul: Caminho Nascente: Frankelim da Costa Ferreira Poente: Caminho	287
145	Alcinda Maria Dias Carnim Pedro Miguel Nogueira Coelho Rua da Espadaneira, 12 — Rios Frios 3025-944 Coimbra	888 889			1203	Norte: António Ramos Carvalho/José Costa Rato Sul: Francisco Marques Nascente: Frankelim Costa Ferreira Poente: Caminho	2 148

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
148	David Martins dos Reis Maria Odete Neves Martins dos Reis Rua da Sobreira, s/n, Adões, Barcouço 3050-071 Mealhada Joaquim Martinho dos Reis Ausente em França Isabel dos Reis Carnim Ausente em França Joaquim dos Reis Carnim Travessa da Igreija, n.º 1 — Antuzede Maria Virgínia dos Reis Carnim José António Nunes Carnim Rua da Capela, n.º 5 — Antuzede 3020-058 — Coimbra	Coimbra Vil de Matos	978		Omisso	Norte: Caminho Sul: António Ramos de Carvalho Nascente: Maria da Silva Poente: Laurindo Lopes Serrano	825
151	Maria Alice Ferreira Carneiro Abel Fernandes Vieira Grada — Barcouço 3050-102 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	1009		Omisso	Norte: António Carnim Santos Neves Sul: Vala Nascente: Américo Santos Casimiro Poente: José Carlos Leitão	1 230
153	Arménio Lopes Marques Maria Isabel Costa Simões Rua da Aroiça, n.º 24 — Trouxemil 3020- Coimbra Alfredo Dias Sousa Maria Mercês Dias Lopes Rua das Almas, n.º 33 —Trouxemil 3020 Coimbra Horácio Simões Sousa Trouxemil 3020 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	1006		Omisso	Norte: Herd. António Simões Calhôa Sul: Caminho Nascente: Francisco dos Reis Poente: Serventia	1 375
154	Joaquim dos Reis Maria Preciosa Gomes Marques Rua do Isqueiro, n.º 1 — Rios Frios 3025 Vil de Matos Manuel dos Reis Rua de Coimbra, 116 — Rios Frios 3025-608 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	970		Omisso	Norte: Augusto Gomes Pardal Sul: Serventia Nascente: José Coelho Poente: Guimar de Jesus Carnim	1 082
155	Evaristo de Paiva Coelho Idalina Nogueira Rua da Espadaneira, 12 — Rios Frios 3025-944 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	972		1438	Norte: Augusto Gomes Pardal Sul: Serventia Nascente: Abel Carnim Simões Poente: José dos Reis	1 024
156	Leopoldina Carnim Costa Rua da Costa, 12 — Vendas de Santana 3025-590 Coimbra Maria de Lurdes da Costa Simões Armando José Ferreira Rodrigues dos Santos Rua da Costa, 12 — Vendas de Santana 3025-590 Coimbra Carlos Humberto da Costa Simões Laurinda de Jesus Oliveira Martins Simões Rua da Costa, 12 — Vendas de Santana 3025-590 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	973		Omisso	Norte: Augusto Gomes Pardal Sul: Serventia Nascente: José Marques Poente: José Coelho	312
157	Maria Carnim Marques Pereira Dionísio Pereira Lains Rua de Mourelos, 23 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	974		Omisso	Norte: Augusto Gomes Pardal Sul: António Simões Calhôa, Herd. Nascente: Joaquim Gaspar Coutinho Poente: Abel Carnim Simões	292
158	Maria da Cunha Coutinho Rua dos Castanheiros, 8 — Mourelos 3025-624 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	975		Omisso	Norte: Augusto Gomes Pardal Sul: António Simões Calhôa, Herd. Nascente: Manuel Madeira Cunha Poente: José Marques	726

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
161	Joaquim dos Reis Maria Preciosa Gomes Marques Rua do Isqueiro, n.º 1 — Rios Frios 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	987		Omisso	Norte: Maria da Silva Sul: Caminho Nascente: Maria da Silva Poente: Francisco dos Reis	2 231
163	José Rodrigues Adões	Coimbra Vil de Matos	985		Omisso	Norte: José dos Santos Sul: Luis Coelho Nascente: Luis Coelho Poente: Maria da Silva	1 553
165	António Dias Gomes Pardal Madalena Lopes da Silva Rua Dr. Ângelo Ferreira Dinis, 2, Rios Frios 3025-609 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	965		Omisso	Norte: Carlos Lopes Marques Sul: José Rodrigues Nascente: Francisco Ramos Santos Poente: José Lopes Branco	1 634
166	José Lopes Branco Preciosa Dias Gomes Pardal Rua Dr. Ângelo Ferreira Dinis, 1, Rios Frios 3025-609 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	963		Omisso	Norte: Alípio dos Santos Gilberto Sul: Manuel Simões Manadas e Outro Nascente: Carlos Lopes Marques Poente: Manuel Paiva Neves	1 181
167	Carlos Alberto Costa Marques Virginia Aurora Marques Castillo Av. 25 de Abril n.º 84 2.º Dt.º Trás 3050-334 Mealhada	Coimbra Vil de Matos	964		Omisso	Norte: José Costa Veiga Sul: António Dias Gomes Pardal Nascente: Francisco Ramos Santos Poente: Manuel Paiva Neves	1 231
170A	Manuel José da Costa Dianteiro 3030 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	899		Omisso	Norte: Dinis Carnim de Melo Sul: Alipio dos Santos Gilberto Nascente: Limite Concelho Mealhada Poente: Joaquim Carnim de Melo	661
171	Preciosa Manadas das Neves Vil de Matos 3025 Vil de Matos	Coimbra Vil de Matos	898		Omisso	Norte: Joaquim Carnim de Melo Sul: Manuel José da Costa Nascente: Limite do Concelho da Mealhada Poente: Joaquim Carnim de Melo	457
172	António Santos Melo Maria Celene Neves Miranda Melo Rua Nossa Senhora dos Milagres, 26 — Quinta do Cabeço 3025-187 Coimbra	Coimbra Vil de Matos	897		2056	Norte: Francisco Abrantes Sul: Dinis Carnim de Melo Nascente: Limite Concelho Mealhada Poente: Virgílio Dinis	679
176	Maria do Carmo Pereira Sousa Delfim da Silva Andrade Rua do Meínho, 12 — Sargento-Mor 3020-832 Coimbra Maria Pereira Sousa Carlos Alberto Rodrigues da Costa Beco do Meínho, s/n — Sargento-Mor 3020-832 Coimbra	Mealhada Barcouço	9043		Omisso	Norte: José Jacinto Maria Sul: Serafim Abrantes Nascente: Serafim Abrantes Poente: Caminho e Extremo do Concelho	1 565
177	José Jacinto Maria Francelina da Conceição Neves Rua do Lavadouro, 9 e 10 — Zouparria 3020 Souselas	Mealhada Barcouço	9044		Omisso	Norte: Manuel Maria Neves Sul: Maria Madeira Nascente: Maria Diniz e Outro Poente: Caminho e Extremo do Concelho	1 583
179	Alberto dos Santos Madeira Maria do Carmo de Jesus Rodrigues Bairro do Calvário, 35 — Souselas 3020 Coimbra	Mealhada Barcouço	9048		Omisso	Norte: Frankelim Costa Ferreira Sul: Manuel Paiva Neves Nascente: José de Sousa Poente: Caminho e Extremo do Concelho	1 654
180	Ilda Gonçalves de Carvalho Rua dos Mouros, s/n — Marmeleira 3020-799 Souselas	Mealhada Barcouço	9123		Omisso	Norte: Francisco da Costa Ferreira Sul: Álvaro Santos Madeira Nascente: Joaquim Rodrigues Carnim Poente: António Ramos e Limite do Concelho	8 235

N.º da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da parcela (m^2)
		Concelho/ freguesia	N.º matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
			Rústica	Urbana			
181	José Martins Conceição Ausente França	Mealhada Barcouço	9062		Omisso	Norte: António de Jesus Rodrigues Sul: Alberto Santos Madeira Nascente: Artur Simões Morais Poente: Ilda Carvalho	673
182	António de Jesus Rodrigues Maria Odete Pereira Simões Rua 6 de Julho, s/n — Adões 3050-071 Mealhada	Mealhada Barcouço	9061		Omisso	Norte: José Simões Sul: Manuel Pedro Severino Nascente: Artur Simões Morais Poente: Caminho	478
183	Hélder José Costa Marques Sónia Fernanda de Oliveira Viegas Rua do Centro Cultural, n.º 28 S. Martinho do Pinheiro 3020-813 Souselas	Mealhada Barcouço	9056		Omisso	Norte: Fausto de Jesus Rodrigues Sul: José Martins da Conceição Nascente: Álvaro Borges Carvalho Poente: Ilda da Conceição	440
184	Fausto Santos Rodrigues Preciosa Simões Neto Rua Principal, s/n — Adões — Barcouço 3050 Mealhada	Mealhada Barcouço	9055		Omisso	Norte: Jorge Manuel Nogueira Fernandes Sul: Hélder José Costa Marques Nascente: Álvaro Borges Carvalho Poente: Ilda da Conceição	1 037
185	Jorge Manuel Nogueira Fernandes Graça Maria Simões Lopes Fernandes Largo da Capela, s/n — Cavaleiros 3050-100 Barcouço	Mealhada Barcouço	9053		Omisso	Norte: Álvaro Borges Carvalho Sul: Francisco Cunha Nascente: Álvaro Borges Carvalho Poente: Frankelim da Costa Ferreira	326
186	Guilhermina Morais Calhôa Rua do Lameirão, 31 — Sargento-Mor 3020-832 Coimbra Maria de Lurdes Morais da Costa Ferreira Marques Carlos Manuel dos Santos Marques Rua do Lagar, 36 — Sargento-Mor 3020-832 Coimbra Helena Maria Morais da Costa Ferreira Rua do Lameirão, 31 — Sargento-Mor 3020-832 Coimbra	Mealhada Barcouço	9124		Omisso	Norte: Manuel Paiva Sul: Frankelim Costa Ferreira Nascente: Luis Coelho Poente: António Ramos e Limite do Concelho	5 601
188	Júlio Cavaco, herdeiros Souselas 3020 Coimbra	Mealhada Barcouço	9126		Omisso	Norte: António Lopes Serrano Sul: Francisco da Costa Pereira Nascente: Manuel Paiva Neves Poente: Francisco Marques e Limite do Concelho	240
189	Avelino da Conceição Morais Rua Principal, 28 — Adões — Trouxemil 3020 Coimbra	Mealhada Barcouço	9127		Omisso	Norte: Caminho Sul: Júlio Cavaco Nascente: José Simões Paiva Poente: José da Costa Rato e Limite do Concelho	1 226
190	Joaquim Martins Neves Maria da Graça Rodrigues Ferreira de Jesus Travessa dos Olivais, 14, Adões, Trouxemil 3020-071 Coimbra Faustino Martins Paiva Travessa dos Olivais — Adões — Trouxemil 3020-071 Coimbra Lucilia de Almeida Paiva Manuel Rodrigues Mendes Travessa dos Olivais, 16 — Adões — Trouxemil 3020-071 Coimbra	Mealhada Barcouço	9128		Omisso	Norte: Caminho Sul: Júlio Cavaco Nascente: José Maria Pereira dos Santos Poente: António Lopes Serrano	1 250
191	José Maria Pereira dos Santos Sargento-Mor 3020 Coimbra	Mealhada Barcouço	9129		Omisso	Norte: Manuel da Conceição Neves Sul: Manuel Paiva Neves Nascente: Caminho Poente: José Simões Paiva	2 628

Secretaria-Geral

Despacho n.º 916/2009

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências, designadamente, no âmbito da área de Aprovisionamento e Património, para cuja prossecução foi criada a Divisão de Aprovisionamento e Património (DAP);

Considerando a necessidade de assegurar a coordenação das atribuições daquela unidade orgânica;

Considerando que a licenciada Maria da Conceição Grave Ribeiro, técnica superior principal, do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento e Património da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos n.º s 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Maria da Conceição Grave Ribeiro, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento e Património da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2009.

18 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes.*

Nota curricular

Nome: Maria da Conceição Grave Ribeiro

Categoria: Técnica Superior Principal

Licenciou-se em Direito pela Universidade autónoma de Lisboa (UAL) em 1996, tendo concluído o estágio de advocacia em 1998.

Frequenta o mestrado de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e fez pós graduações em Políticas Administrativas — na vertente administrativa — da Faculdade de Direito de Lisboa, 1998; em Ciências Administrativas da Faculdade de Direito de Lisboa, 1999; em Políticas de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos no Instituto Sócrates (UAL), 2001; em Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, no Instituto Sócrates homologado e financiado pelo IDICT, 2002 e em Administração e Políticas Publicas do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Possui ainda diversos cursos de formação nos domínios de recursos humanos e aquisição de bens e serviços.

Funções Desempenhadas

Desde Abril de 2008, jurista da Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP);

2007-2008 — Directora de Serviços de Informação, Gestão e Administração em regime de substituição do DPP

Desde 25 de Setembro de 2006 no Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) do MAOTDR onde, foi responsável pela preparação e elaboração dos projectos de diplomas legais decorrentes da reestruturação e fusão que o Departamento foi objecto por força do PRACE, tendo acompanhado e apoiado a direcção em todo o processo de fusão e reestruturação do DPP; e presta assessoria jurídica à Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração em matérias ligadas à gestão orçamental, financeira e patrimonial e administração de recursos humanos.

Entre Maio de 2004 e Setembro de 2006 enquanto Técnica Superior de 1.ª classe pertenceu ao quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional onde assegurou o apoio técnico-jurídico, designadamente, através da emissão de pareceres e informações no que dizia respeito à prossecução da missão da DGDR, enquanto organismo responsável pela elaboração e execução da política de desenvolvimento regional, pela coordenação e acompanhamento da execução das intervenções nos fundos comunitários, bem como pela gestão nacional do FEDER e do Fundo de Coesão e no que respeita aos mercados públicos e gestão dos recursos humanos.

De Fevereiro de 2003 a Maio de 2004 desempenhou as funções de consultora jurídica do Conselho Directivo prestando apoio jurídico particularmente à Divisão Administrativa e Financeira da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa nas áreas da gestão dos recursos humanos e da contratação pública.

De Junho de 1996 a Janeiro de 2003 desempenhou funções de consultora jurídica em diversos serviços do Exército, onde prestou apoio jurídico no âmbito do direito administrativo e do trabalho e prestou assessoria em todos os domínios, em especial na gestão dos recursos humanos e contratação pública.

Despacho n.º 917/2009

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/2007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis,

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

É criada, na dependência da Direcção de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial, a Divisão de Aprovisionamento e Património, adiante designada por DAP, à qual compete, nomeadamente:

a) Assegurar a gestão do património e do aprovisionamento dos bens necessários ao funcionamento da SG, dos gabinetes dos membros do Governo e dos serviços, comissões e grupos de trabalho a que a SG presta apoio, nomeadamente: gerir, conservar, remodelar e manter as instalações e equipamento relativos a edifícios do Estado afectos à SG;

b) Proceder a estudos e à elaboração de normas de utilização dos referidos edifícios;

c) Assegurar as funções técnicas e administrativas inerentes à planificação de obras de reparação, remodelação e conservação dos citados edifícios;

d) Promover os procedimentos necessários à aquisição de serviços de segurança, limpeza e outros, necessários ao normal funcionamento daqueles edifícios, bem como a respectiva gestão;

e) Propor e instruir os processos de aquisição, manutenção, substituição, alienação e abate dos veículos e proceder à recolha de informação e dados estatísticos com vista à racionalização da gestão do parque automóvel daqueles serviços.

18 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes.*

Agência Portuguesa do Ambiente

Despacho (extracto) n.º 918/2009

Por despacho do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, de 9 de Dezembro de 2008, e nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi nomeada em regime de substituição, a Técnica Superior Principal do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, arquitecta Ana Cristina Corado Ferreira Russo Teixeira, para o cargo de Chefe de Divisão do Gabinete de Avaliação de Impacte Ambiental, da Agência Portuguesa do Ambiente, estando cumprindo o disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de Novembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — A Directora de Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Fernanda Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo.*

Administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P.

Despacho n.º 919/2009

Considerando que:

A edificação da capacidade financeira da ARH do Centro, I.P. tem por motivação central contribuir para a protecção, ou recuperação, do bom

estado de qualidade das águas, nela integrando a defesa e valorização dos recursos hídricos nas suas múltiplas vertentes;

O princípio de que os custos dos serviços devem ser, tendencialmente, suportados pelos respectivos utilizadores, sendo esse um dos aspectos basilares das orientações conducentes à racionalização da administração, permitindo melhorar a sua eficácia;

Este princípio tem como corolário a melhoria objectiva da prestação desses serviços e o aumento efectivo do grau de satisfação por parte dos utentes que aos mesmos recorrem.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas *g*) e *h*) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, e de acordo com as competências que me são atribuídas pela conjugação do artigo 25.º A com o artigo 21.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações e redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril) e na sequência da superior aprovação por parte do SS. Ex.ª o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, conferida por seu despacho com data de 20 de Novembro de 2008, no exercício das competências que lhe estão cometidas pela alínea *b*) do n.º 2 do artigo 41.º e atendendo ao disposto no n.º 7 dessa mesma norma da Lei Quadro os Institutos Públicos, determino:

1. A entrada em vigor, no dia seguinte à data da publicação do presente despacho na 2.ª Série do *Diário da República,* da tabela dos serviços prestados pela Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P., concretizada pela lista de preços anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

2. Os valores definidos na tabela referida no número anterior serão actualizados anualmente, de acordo com o índice correspondente à taxa de inflação do ano anterior, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística I.P.

19 de Dezembro de 2008. — A Presidente, *Teresa Fidélis*.

Lista de preços

Tabela I

Averbamentos, Certidões, Certificação de Documentos e Reproduções

a) Averbamentos em processos administrativos — € 10,00

b) Emissão de certidões e certificação de documentos integrantes de processo administrativo:

1. Por cada certidão até 10 laudas ou páginas — € 150,00
2. Por cada lauda ou página além de 10 — € 10,00

Por cada página:

1 — Certificação de fotocópia ou reprodução de documento em formato A4 — € 1,00
2 — Certificação de fotocópia ou reprodução de documento em formato A3 — € 2,00

c) Reprodução de peças desenhadas com certificação de fotocópia:

1 — Formato A4, a preto e branco — € 1,00
2 — Formato A4, a cores — € 1,50
3 — Formato A3, a preto e branco — € 2,00
4 — Formato A3, a cores — € 3,00
5 — Formato superior a A3, a preto e branco — € 25,00
6 — Formato superior a A3, a cores — € 50,00

d) Reprodução simples de documentos integrados em processos administrativos — aplicação do Despacho 8617/2002 (DR 99, 2.ª série, 29 de Abril)

e) Reprodução simples de documentos não integrados em processos administrativos:

1. Por cada página em formato A4:
1.1 A preto e branco — € 0,40
1.2 A cores — € 0,60
2. Por cada página em formato A3
2.1 A preto e branco — € 0,50
2.2 A cores — € 1,00
3. Em formatos superiores a A3 (por m^2)
3.1 A preto e branco — € 20,00
3.2 A cores — € 30,00

Tabela II

Processamento de Dados

Processamento de dados hidrológicos, qualidade da água ou outros, com eventual representação gráfica, cartográfica ou geo-referenciada:

a) Valor mínimo, fornecimento em meio digital (1 ex.) — € 50,00

b) Por cada hora adicional de afectação de recursos humanos e técnicos — € 50,00

c) Adicional por fornecimento em papel — (*ver Tabela I*)

Tabela III

Apreciações Técnicas

a) Avaliação, análise ou orientação técnica sobre a utilização de recursos hídricos — € 100,00 — € 2500,00*

* valor determinado em função do número de utilizações e ou do grau de complexidade da tipologia de infra-estrutura em domínios como sejam compatibilização e integração de usos, ordenamento do território, protecção ambiental, análise económica e social, segurança, controlo e monitorização, emergência.

Tabela IV

Estudos e serviços especializados, incluindo medições e peritagens

a) Valor mínimo — € 200,00

b) Por cada hora de afectação de meios humanos e técnicos acresce — € 50,00

*Os valores podem acrescer aos indicados em outras tabelas obrigando, nesse caso, a orçamento prévio aceite pelo requerente do serviço.

Tabela V

Serviços prestados pelo laboratório

a) O valor correspondente à execução de análises físico-químicas e biológicas em águas, efluentes ou sedimentos será definido em lista de preços própria* — _

b) Recolha de amostra, ao qual acrescerá 0,37 €/km sempre que implique a deslocação de técnicos para fora da localidade onde está sediado o Laboratório — € 50,00 - € 100,00

c) Parecer Técnico — € 50,00

*o custo por análise não será superior ao praticado pelo laboratório de referência da Agência Portuguesa do Ambiente

Processos de Concurso

Preço de aquisição de caderno de encargos e restantes peças concursais, a definir caso a caso.

Publicações, materiais audiovisuais e outros elementos de comunicação — Preços a fixar, específicos da edição.

Os valores constantes na presente lista de preços estão isentos de IVA, conforme o n.º 2 do artigo 2.º do CIVA, à excepção dos montantes a receber pela realização de análises laboratoriais.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 920/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Prof. Doutor Alfredo Marques, foi autorizada a nomeação definitiva de Manuel António Teles Grilo Rodrigues de Carvalho, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na categoria de técnico superior de 1.ª classe do mesmo quadro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, ficando posicionado no escalão 1, ín-

dice 460, com efeitos a 29 de Junho de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Isabel Azevedo.*

Despacho n.º 921/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008 do Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Prof. Doutor Alfredo Marques, foi autorizada a nomeação definitiva de Maria Alexandra Cardadeiro Fernandes Grego Martinho, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na categoria de técnica superior de 1.ª classe do mesmo quadro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, ficando posicionada no escalão 1, índice 460, com efeitos a 29 de Junho de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Isabel Azevedo.*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 922/2009

O Decreto-Lei n.º 201/2008, de 9 de Outubro, determina a extinção dos gabinetes de apoio técnico (GAT), sendo que aos funcionários afectos aqueles gabinetes será aplicado o disposto na Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro.

Neste contexto, tendo requerido a sua colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, conforme estatui o n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e tendo o requerimento obtido a minha anuência, proferida por delegação de competências, é colocado em situação de mobilidade especial, por opção voluntária o funcionários constante da seguinte lista, a qual produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República,* conforme expressa o artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

15 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso.*

Lista de Pessoal dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), extintos pelo Decreto-Lei n.º 201/2008, de 9 de Outubro, colocado em Sistema de Mobilidade Especial, por opção voluntária

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalão/ índice	Despacho proferido por/em
Luís Fernando Dias Caraças	Nomeação	Técnica Superior	Técnico Superior Principal	2/560	Vice-Presidente, António Viana Afonso, em 16/10/2008.
Maria do Rosário Bastos Roldão Batista Bezerra.	Nomeação	Técnica Profissional. . .	Desenhadora Especialista Principal.	2/326	Vice-Presidente, António Viana Afonso, em 16/10/2008.
Vasco Manuel Goudão Câmara Pestana.	Nomeação	Técnica Superior	Assessor Principal	2/770	Vice-Presidente, António Viana Afonso, em 27/11/2008.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Despacho n.º 923/2009

Para os devidos efeitos, determino a publicação do texto da 3.ª Adenda ao contrato n.º 1/2001 relativo à requalificação da frente da ribeira, entre a Ponte de D. Luís e o Cais da Estiva — Porto, anexo ao presente despacho.

29 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, em substituição, *Manuel Pinheiro.*

ANEXO

Contrato-Programa

Requalificação da Frente da Ribeira entre a Ponte de D. Luís e o Cais da Estiva — Porto

Contrato n.º 1/2001

Processo n.º NOR-003/M1/01

Medida 1 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro

Terceira Adenda

Em 9 de Dezembro de 2008, entre o Estado representado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR NOR), e o Município do Porto, é outorgada, de acordo com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro e no Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro, a presente adenda ao contrato-programa de cooperação técnica e financeira, celebrado entre as partes em 23 de Julho de 2001, integrado no contexto do Programa Polis, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, e alterado pelas adendas outorgadas em 11 de Dezembro de 2001 e em 10 de Fevereiro de 2003.

Nestes termos é celebrada a presente adenda que decorre da necessidade de estabelecer uma nova reprogramação financeira do contrato, nos termos informação n.º 052/2008, de 19 de Novembro de 2008 do Gabinete Coordenador do Programa Polis, que consubstancia o fundamento para a outorga da presente adenda ao contrato inicial, a qual foi autorizada por despacho de S. Ex.ª o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de 2 de Dezembro 2008.

Assim as partes acordam alterar o contrato inicial nos termos das cláusulas que se seguem:

Clausula 1.ª

A cláusula 1.ª do contrato-programa n.º 01/2001 passa a ter a seguinte redacção:

Constitui objecto do presente contrato a Requalificação da Frente da Ribeira, entre a Ponte de D. Luís e o Cais da Estiva — Porto, cujo investimento elegível ascende a 4 338 127 €.

Clausula 2.ª

A cláusula 2.ª do contrato-programa n.º 01/2001 passa a ter a seguinte redacção:

O presente contrato produz efeitos até 2008, prazo ao qual corresponde a conclusão do projecto.

Clausula 3.ª

O número 1 da cláusula 4.ª do contrato-programa n.º 01/2001 passa a ter a seguinte redacção:

1 — A participação financeira do Estado, dotação do PIDDAC da DGOTDU, contempla os encargos do Município do Porto com a execução das acções previstas no contrato, até ao montante de 3 253 595€, a que corresponde uma participação financeira de 75 % face ao investimento global previsto na cláusula 1.ª, assim distribuída:

Ano de 2001 — € 1 870 492
Ano de 2003 — € 935 246
Ano de 2008 — € 447 857

9 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, em substituição, *Manuel Pinheiro.* — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, *Carlos Lage.* — O Presidente da Câmara Municipal do Porto, *Rui Rio.*

Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 924/2009

Por despacho do Inspector — Geral do Ambiente, de 22 de Dezembro de 2008, proferido nos termos do n.º 3 do artigos 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro:

Filipe Duarte Barros Vitorino, Técnico Superior de 2.ª Classe, posicionada no escalão 1, índice 400 — nomeado por reclassificação profissional na categoria de Inspector, da carreira de Inspector Superior do mapa de pessoal da Inspecção — Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, escalão 1, índice 500,

Fernando Jorge Salvado Alves, Técnico Superior de 2.ª Classe, posicionada no escalão 1, índice 400 — nomeado por reclassificação profissional na categoria de Inspector, da carreira de Inspector Superior do mapa de pessoal da Inspecção — Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, escalão 1, índice 500,

Francisco Manuel Celorico de Oliveira, Técnico Superior de 1.ª Classe, posicionada no escalão 1, índice 460 — nomeado por reclassificação profissional na categoria de Inspector, da carreira de Inspector Superior do mapa de pessoal da Inspecção — Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, escalão 1, índice 500,

Cristina Isabel Mendes Canheto, Técnico Superior Principal, posicionada no escalão 1, índice 510 — nomeada por reclassificação profissional na categoria de Inspector Principal, da carreira de Inspector Superior do mapa de pessoal da Inspecção — Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, escalão 1, índice 560,

Estas nomeações produzem efeito à data do despacho.

22 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Maria Veríssimo.*

Despacho n.º 925/2009

Por despacho do Inspector- Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território de 22 de Dezembro de 2008.

Pedro Manuel Marques Lourenço, Inspector Superior do mapa de pessoal da Inspecção — Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, nomeado, precedendo concurso, Inspector Superior Principal do mesmo mapa de pessoal, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho e n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos à data do despacho.

Esta nomeação tem cabimento orçamental confirmado por parte da 4.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento de 26 de Novembro de 2008.

23 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Maria Veríssimo*.

Instituto da Água, I. P.

Despacho n.º 926/2009

Alteração das Unidades Flexíveis do Departamento de Serviços Gerais e do Departamento de Obras, Protecção e Segurança do Instituto da Água, I.P.

O Decreto-Lei n.º 135/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna do Instituto da Água, I. P. (INAG, I P.) A Portaria n.º 529/2007, de 30 de Abril, rectificada no *Diário da República,* 1.ª Série, n.º 123, de 28 de Junho de 2007, estabeleceu a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas flexíveis. O Despacho n.º 17303/2007, de 6 de Agosto, criou as unidades orgânicas flexíveis.

Ao abrigo do n.º 2, do artigo 5.º e do n.º 2, do artigo 33.º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, conjugado com o n.º 2, do artigo 1.º, da Portaria n.º 529/2007, de 30 de Abril, tendo em conta as atribuições, os objectivos superiormente fixados, as competências e as actividades, determina-se o seguinte:

1 — Os n.os 1 e 5 do Despacho n.º 17303/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 150, de 06 de Agosto, rectificado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 180, de 18 de Setembro de 2007, passam a ter a seguinte redacção:

«1) No Departamento de Serviços Gerais:

i) À Divisão de Administração Geral são atribuídas as seguintes competências:

a) Garantir a elaboração e controlo dos orçamentos de Funcionamento e Investimento, assegurando a correcta afectação dos recursos financeiros às actividades desenvolvidas pelo INAG, I. P.;
b) Promover e assegurar todos os procedimentos inerentes à liquidação das despesas e à eficaz cobrança das receitas;
c) Analisar os processos de despesa quanto ao cumprimento da legalidade e prestar informação de cabimento;
d) Elaborar documentos demonstrativos da execução orçamental para apoio à decisão;
e) Preparar a conta de gerência e submetê-la à aprovação do conselho directivo;
f) Garantir a elaboração e acompanhamento das candidaturas aos fundos comunitários;
g) Organizar e manter actualizado o inventário e cadastro dos bens sob responsabilidade do Instituto;
h) Assegurar a aquisição e o fornecimento dos bens em armazém e a gestão do parque automóvel;
i) Garantir a manutenção e conservação das instalações e do equipamento;
j) Garantir a preparação dos planos anuais e plurianuais de actividades fazendo a sua avaliação através de um acompanhamento da execução.

ii) . . . . . .
iii). . . . . .
iv) à Direcção do Departamento de Serviços Gerais são atribuídas as seguintes competências:

a) Assegurar, sistematizar e instruir todos os processos administrativos de pessoal;
b) Assegurar os procedimentos relativos ao cumprimento da assiduidade e garantir o processamento dos abonos e descontos dos funcionários;
c) Organizar e manter actualizado o processo individual, e manter actualizados os sistemas de informação de gestão de pessoal;
d) Prestar as informações necessárias a uma adequada gestão e racionalização dos recursos humanos;
e) Apoiar e dinamizar o processo de avaliação de desempenho (SIADAP);
f) Proceder periodicamente ao levantamento das necessidades de formação em estreita articulação com os respectivos departamentos, elaborar o plano de formação e proceder à sua avaliação anual;
g) Elaborar propostas de candidatura para garantir a obtenção de financiamentos para a formação profissional;
h) Assegurar o expediente do instituto e a adequada circulação de documentos pelos serviços;
i) Proceder à adequada gestão do pessoal auxiliar.

2) . . . . . .
3) . . . . . .
4) . . . . . .
5) No Departamento de Obras, Protecção e Segurança:

i) À Divisão de Protecção Costeira são atribuídas as seguintes competências:

a) Implementar o acompanhamento geotécnico especializado, mediante a realização de ensaios laboratoriais e prospecção geológica e geotécnica da execução das obras de infra-estruturas hidráulicas de fins múltiplos;
b) Promover e coordenar as intervenções de âmbito nacional, bem como daquelas cuja área de incidência ultrapasse os limites de uma região hidrográfica, nas áreas de protecção costeira, equacionando a manutenção de estruturas de defesa existentes, nomeadamente esporões, defesas aderentes e quebra-mares, que asseguram a manutenção da linha de costa e de novas estruturas;
c) Promover e coordenar as intervenções de âmbito nacional, bem como daquelas cuja área de incidência ultrapasse os limites de uma região hidrográfica, equacionando a implementação da alimentação artificial de troços do litoral por forma a assegurar a existência de plataformas arenosas adequadas à regeneração de cordões dunares e à valorização e protecção de zonas costeiras;
d) Promover e coordenar as intervenções de âmbito nacional, bem como daquelas cuja área de incidência ultrapasse os limites de uma região hidrográfica, equacionando a consolidação de arribas, de forma a assegurar a estabilização adequada de troços erosionados do litoral;

e) Apoiar tecnicamente as ARH na observação sistemática do comportamento estrutural de arribas do litoral;

f) Apoiar tecnicamente as ARH na protecção e valorização das zonas costeiras, ajudando a promover a sua requalificação, especialmente quando associadas a situações de risco ou de requalificação de ecossistemas litorais;

g) Promover acções conducentes à transposição de sedimentos, em articulação com as ARH e com as autoridades marítimas e portuárias;

h) Implementar o acompanhamento geotécnico especializado, mediante a realização de ensaios laboratoriais e prospecção geológica e geotécnica da execução das obras de protecção costeira.

ii) À Divisão de Segurança de Barragens são atribuídas as seguintes competências:

a) Exercer as funções de Autoridade de Segurança de Barragens, atribuídas ao INAG, I. P. nos termos previstos no Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) e nos restantes normativos de segurança;

b) Analisar e aprovar projectos de barragens, incluindo os de alteração;

c) Analisar e aprovar planos de observação e de primeiro enchimento de barragens e normas de exploração de albufeiras;

d) Efectuar visitas de inspecção às barragens;

e) Proceder ao lançamento de programas específicos para a avaliação de segurança das barragens;

f) Enquadrar as ARH no processo de fiscalização para aplicação do RSB;

g) Desenvolver e manter actualizada a base de dados de segurança de barragens;

h) Providenciar a formação técnica na área de segurança de barragens mediante a organização de cursos anuais de exploração e segurança;

i) Colaborar com os competentes serviços de protecção civil no acompanhamento e execução dos planos de emergência resultantes da rotura de barragens;

j) Assegurar a implementação da Convenção de Albufeira, no quadro da CADC, apoiando tecnicamente o funcionamento de grupos de trabalho de segurança de infra-estruturas hidráulicas;

l) Garantir o regular funcionamento da Comissão Nacional Portuguesa de Grandes Barragens;

m) Promover e avaliar os projectos de infra-estruturas de hidráulica fluvial de âmbito nacional ou cuja área de implantação ultrapasse os limites de uma região hidrográfica;

n) Estabelecer critérios e procedimentos normativos a adoptar para regularização de caudais ao longo das linhas de água em situações normais e extremas, através das necessárias infra-estruturas, bem como a modelação hidrológica e hidráulica adaptada às situações hidrológicas extremas (*).

(*) Esta competência manter-se-á no Projecto de Controle de Cheias da Região de Lisboa (PCCRL) até a sua extinção.

iii) À Direcção do Departamento de Obras, Protecção e Segurança são atribuídas as seguintes competências:

a) Promover, avaliar e executar os projectos de empreendimentos de fins múltiplos de âmbito nacional, bem como aqueles cuja área de incidência ultrapasse os limites de uma região hidrográfica;

b) Proceder à gestão e manutenção directa dos empreendimentos de fins múltiplos a cargo do INAG, I. P.;

c) Propor o modelo a adoptar para o financiamento e gestão das infra-estruturas hidráulicas inventariadas que pode ser directa ou delegada, nos termos da Lei da Água;

d) Manter actualizado o cadastro e o arquivo geral de cartografia hidráulica dos empreendimentos de fins múltiplos executados pelo Instituto;

e) Instruir os processos de declaração de utilidade pública e acompanhar, em articulação com as ARH, as expropriações para a realização das obras de infra-estruturas hidráulicas de âmbito nacional a cargo do Instituto;

f) Assegurar a gestão dos recursos humanos e patrimoniais dos serviços localizados no Norte, Centro, Sul e no Centro de Estudos de Geotecnia de Santo André».

O presente despacho produz efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Orlando Borges*.

Despacho n.º 927/2009

Nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, procede-se à nomeação definitiva de Elsa Maria Simões Gordo, com a categoria de Técnico Superior Estagiário, na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, da carreira Técnico Superior do Quadro da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais.

O presente Despacho produz efeitos a 29 Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — Por delegação do Presidente, o Vice-Presidente, *José J. Rocha Afonso*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 928/2009

Atento o pedido de atribuição de utilidade turística a título prévio ao Hotel das Termas de S. Vicente, de 4 estrelas, sito no concelho de Penafiel, de que é requerente a sociedade Hotel do Monte — Actividades Hoteleiras, L.da, e;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do Turismo de Portugal, I.P., que considera estarem reunidas as condições para a atribuição de utilidade turística a título prévio ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, atribuir a utilidade turística a título prévio ao Hotel das termas de S. Vicente;

2 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do citado decreto-lei, fixar o prazo de validade da utilidade turística em 2 (dois) anos, contados da data da publicação deste despacho no *Diário da República*;

3 — Nos termos do artigo 8.º do mesmo diploma legal, determinar que a utilidade turística fica dependente do cumprimento dos seguintes condicionamentos:

a) O empreendimento deverá satisfazer as exigências legais para a classificação prevista de hotel com a categoria de 4 estrelas;

b) O empreendimento deverá abrir ao público antes do termo do prazo de validade desta utilidade turística prévia;

c) A confirmação da utilidade turística deverá ser requerida no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da abertura ao público do empreendimento, isto é, da data da emissão do alvará de autorização de utilização para fins turísticos, ou de outro título válido equivalente, e dentro do prazo de validade desta utilidade turística prévia;

d) A Requerente deverá promover a realização de uma auditoria de qualidade de serviço por entidade independente, cujo relatório deve acompanhar o pedido de confirmação da utilidade turística. Caso disponha de um sistema de gestão de qualidade implementado no empreendimento, o relatório de auditoria pode ser substituído pela descrição detalhada do referido sistema, evidenciando nomeadamente a política de qualidade, prosseguida, a monitorização e medição da satisfação do cliente e o tratamento das reclamações, a frequência e metodologia das auditorias internas e o envolvimento da gestão de topo;

e) A requerente deverá comunicar ao Turismo de Portugal, I.P., quaisquer alterações que pretenda introduzir no projecto aprovado, para efeitos de verificação da manutenção da utilidade turística agora atribuída, sem prejuízo de outros pareceres ou autorizações legalmente devidos por aquele organismo.

21 de Novembro de 2008. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade.*

301084033

Despacho n.º 929/2009

Atento o pedido de prorrogação do prazo de validade da utilidade turística a título prévio ao Douro River Hotel (anteriormente denominado «Hotel Varais do Douro»), sito no lugar de Varais, no concelho de Lamego, de que é requerente a Sociedade Varais do Douro — Hotelaria, L.da, e;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do presidente do conselho directivo do Turismo de Portugal, I. P., que considera estarem reunidas as condições para a prorrogação do prazo de validade da utilidade turística a título prévio ao empreendimento, determino:

Prorrogar o prazo de validade da utilidade turística a título prévio ao Douro River Hotel, por mais 12 meses.

A utilidade turística é válida até 27 de Novembro de 2009, devendo o estabelecimento abrir ao público antes do termo do prazo de validade da utilidade turística prévia.

21 de Novembro de 2008. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade.*

301081352

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 930/2009

Por despachos do Ministro da Economia e da Inovação de 18 de Dezembro de 2008, e da Vice-Presidente do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., de 19 seguinte:

Autorizada a transferência da técnica especialista principal, posicionada no escalão 3, índice 590, Maria da Graça Correia Simões de Sousa, do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, para o Mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, nos termos do artigo 4.º da Lei 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008, considerando-se exonerada do lugar de origem a partir da mesma data.

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro tendo a publicitação na Bolsa de Emprego Público ocorrido em 24 de Novembro de 2008.

(Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas)

22 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Vicente Martins.*

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 931/2009

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço e pelo período de três anos, após procedimento concursal, para o cargo de Inspector-Chefe da Delegação de Santarém da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a licenciada Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra

A escolha, efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da legislação supra mencionada, recaiu na Técnica Superior, Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra por apresentar elevada motivação, espírito de liderança, capacidade de decisão e de iniciativa e ainda pelos conhecimentos demonstrados no domínio das matérias das diversas áreas de actuação e competência da ASAE.

A presente nomeação produz efeitos a 21 de Novembro de 2008.

14 de Novembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 932/2009

Filomena da Silva Costa Henriques, técnica profissional especialista principal da carreira técnica profissional, afecta ao quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, a exercer funções a título transitório, foi determinada a sua conversão automática em exercício de funções por tempo indeterminado, com a mesma categoria, em lugar criado nos mapas de pessoal da ASAE, nos termos das disposições conjugadas no n.º 9 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e n.º 7 alínea *b*) do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 28 Fevereiro, com efeitos a 1 de Dezembro.

17 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes.*

Despacho n.º 933/2009

José Vasco Silva Oliveira, técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, afecto ao quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, a exercer funções a título transitório, foi determinada a sua conversão automática em exercício de funções por tempo indeterminado, com a mesma categoria, em lugar criado nos mapas de pessoal da ASAE, nos termos das disposições conjugadas no n.º 9 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e n.º 7 alínea *b*) do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 28 Fevereiro, com efeitos a 1 de Dezembro.

17 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes.*

Despacho n.º 934/2009

O programa do XVII Governo Constitucional, preconiza a instituição de um modelo coerente para a administração desconcentrada do Estado, em torno das cinco regiões-plano, de modo a aumentar a qualidade e eficácia das políticas de ambiente, ordenamento e desenvolvimento territorial. Simultaneamente, estabelece que se deverá proceder à adaptação territorial dos serviços desconcentrados dos vários ministérios, de forma a adoptarem delimitações territoriais geográficas comuns, igualmente sob o princípio das cinco regiões-plano, tendo em vista garantir uma matriz espacial coerente a partir das NUTS.

Por outro lado, de acordo com a alínea *a*) do ponto 8 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril, que aprovou as orientações gerais e especiais para a reestruturação dos ministérios no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), «os serviços desconcentrados da administração central ao nível regional devem conformar a sua circunscrição territorial às NUTS II do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de Agosto».

Ora, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), dispõe de unidades orgânicas desconcentradas de âmbito regional ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais (NUTS), designadas por Direcções Regionais, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de Julho.

Mostra-se, assim, necessário proceder a ajustamentos das mesmas de acordo com as orientações referidas, nomeadamente procedendo à transição da Delegação de Santarém para a Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Nestes termos:

1 — É alterado o anexo ao despacho n.º 20 143/2007, publicado no *Diário República*, 2.ª série, de 4 de Setembro, que aprova a estrutura flexível da ASAE, passando a Delegação de Santarém prevista no ponto 19, parágrafo II, a integrar a Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

2 — O presente despacho produz efeitos a dia 1 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes.*

Despacho n.º 935/2009

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço e pelo período de três anos, após procedimento concursal, para o cargo de Inspector-Chefe da Divisão de Fiscalização e Investigação (SEGAL) da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, o licenciado Fernando Alberto Maximino da Silva.

A escolha, efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da legislação supra mencionada, recaiu no Inspector Fernando Alberto Maximino da Silva por revelar larga experiência profissional nas diversas áreas de actuação e competências da Divisão de Fiscalização e Investigação (SEGAL) para além da elevada motivação, capacidade de decisão e de liderança.

Demonstrou ainda, possuir sólidos conhecimentos e domínio das matérias concernentes à área funcional posta a concurso.

A nomeação produz efeitos a 15 Dezembro de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

Síntese Curricular

Nome: Fernando Alberto Maximino da Silva.

Data de nascimento: 29 de Maio de 1956.

Naturalidade: S. Sebastião da Pedreira — Lisboa.

Habilitações académicas: Licenciatura em Direito.

Experiência profissional:

1980 a 1982 — Agente fiscal provisório da Direcção -Geral de Fiscalização Económica com funções no Serviço Especial de Fiscalização em Lisboa;

1982 a 1989 — Agente fiscal de 2.ª classe da Direcção -Geral de Fiscalização Económica com funções no Serviço Especial de Fiscalização (até 1986) e depois na Delegação Distrital de Setúbal;

1989 a 1997 — Agente fiscal de 1.ª classe da Direcção -Geral de Inspecção Económica com funções na Delegação Distrital de Setúbal;

1997 a 2000 — Sub -inspector da Inspecção Geral das Actividades Económicas, com funções de coordenação do sector de instrução da Delegação Distrital de Setúbal;

2000 a 2005 — Técnico superior de 2.ª classe da carreira de Jurista da Direcção -Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar com responsabilidades na análise, planeamento, organização e coordenação do sector de instrução processual;

2006 a 2008 — Inspector da carreira de inspecção superior da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica nomeado chefe de equipa multidisciplinar na Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

A partir de 14 de Julho de 2008 — Inspector Chefe da Divisão de Fiscalização e Investigação SEGAL da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, em regime de substituição.

Louvores:

Do Director -Geral de Inspecção Económica,

Do Secretário de Estado do Comércio Interno.

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Aviso n.º 1108/2009

Teresa Queiroz de Barros, assessora principal, escalão 1, índice 710, do mapa de pessoal do Turismo de Portugal, I.P. nomeada na sequência de transferência para o mapa de pessoal da Direcção-Geral das Actividades Económicas do Ministério da Economia e da Inovação, com a mesma categoria, escalão e índice, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008.

Foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de publicitação de procedimento na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta n.º P20084201.

17 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Mário Lobo.*

Aviso n.º 1109/2009

Ana Maria Vidigal Vinhas, técnica superior de 1.ª classe, escalão 2, índice 475, do mapa de pessoal do Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, I.P nomeada na sequência de transferência para o mapa de pessoal da Direcção-Geral das Actividades Económicas do Ministério da Economia e da Inovação, com a mesma categoria, escalão e índice, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008.

Foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de publicitação de procedimento na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta n.º P20086891.

17 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Mário Lobo.*

Direcção-Geral de Energia e Geologia

Despacho n.º 936/2009

Considerando que o licenciado Manuel António Faustino Gonzaga da Câmara e Sousa especialista de informática grau 2 do quadro de pessoal do extinto Instituto Geológico e Mineiro do ex-Ministério da Economia, afecto à Direcção-Geral de Energia e Geologia, reúne as condições legais para acesso à categoria de especialista de informática grau 3, nível 1 da carreira de especialista de informática e requereu, ao abrigo das disposições contidas no artigo 29.º e nos n.os 2 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a respectiva nomeação para a categoria de especialista de informática grau 3, nível 1 da carreira de especialista de informática do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Energia e Geologia.

Nomeio, nos termos das disposições contidas no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o licenciado Manuel António Faustino Gonzaga da Câmara e Sousa, na categoria de especialista de informática grau 3, nível 1, da carreira de especialista de informática do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Energia e Geologia.

11 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *José Perdigoto.*

Direcção Regional da Economia do Norte

Despacho n.º 937/2009

Considerando que na avaliação do desempenho relativa aos anos de 2006 e de 2007, foi atribuído ao assessor Joaquim Coimbra Soares da Silva a notação de *Excelente*, que por força do disposto nas alíneas *a*) e *b*), do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, confere aos funcionários o direito de redução de um ano no tempo de serviço para efeitos de promoção nas carreiras verticais e o direito à promoção na respectiva carreira, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Tendo em conta que o funcionário preenche os requisitos de tempo e avaliação necessários para a promoção na respectiva carreira, nomeio, ao abrigo da alínea *b*), n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, assessor principal da carreira técnica superior, em reconhecimento da excelência, e independentemente de concurso em lugar de dotação global do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Norte, constante do mapa I, anexo à Portaria n.º 443/99, de 18 de Junho, alterado pela Portaria n.º 103/2000, de 24 de Fevereiro.

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura.*

Direcção Regional da Economia do Centro

Despacho (extracto) n.º 938/2009

Por meu despacho de 2008-12-17, Maria Margarida Freitas Ramos Silva Machado, Filomena Maria Martins da Silva, Graça Maria de Almeida Simões Carrito, Valdemar Esteves Bernardes, Aurora Celeste Carvalho Ribeiro Coelho Trigo, Maria Rosa da Cunha Cabete Vergueiro Carvalho, Simão Antunes Freire Pereira e Licínio António da Silva Antunes, técnicos profissionais especialistas do quadro de pessoal desta Direcção Regional, são nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos profissionais especialistas principais, da carreira técnica profissional, do mesmo quadro (escalão 1, índice 316 e escalão 2 índice 326), considerando-se exonerados dos lugares anteriores a partir da data de aceitação nos novos lugares.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Santos Pinto.*

Despacho n.º 939/2009

Por meu despacho de 2008-12-17, Paulo Jorge Dias da Silva, técnico superior principal do quadro de pessoal desta Direcção Regional, é nomeado definitivamente, precedendo concurso, assessor, da carreira técnica superior, do mesmo quadro (escalão 1, índice 610), considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da data de aceitação no novo lugar.

(Isento de fiscalização prévia do T. C.)

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Santos Pinto.*

Despacho (extracto) n.º 940/2009

Por meu despacho de 2008-12-17, Maria de Fátima Costa de Oliveira, técnica profissional principal do quadro de pessoal desta Direcção Regional, é nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional especialista, da carreira técnica profissional, do mesmo quadro (escalão 1, índice 269), considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da data de aceitação no novo lugar.

(Isento de fiscalização prévia do T. C.)

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Santos Pinto.*

Despacho (extracto) n.º 941/2009

Por meu despacho de 2008-12-17, Regina Maria Almeida Serra, técnica profissional de 1.ª Classe do quadro de pessoal desta Direcção Regional, é nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional principal, da carreira técnica profissional, do mesmo quadro (escalão 1, índice 238), considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da data de aceitação no novo lugar.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Santos Pinto*.

Despacho n.º 942/2009

De acordo com a fundamentação apresentada na proposta de nomeação formulada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, previsto na Portaria n.º 536/2007 de 30 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Director de Serviços da Energia, o licenciado Adelino José Lopes de Sousa, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Centro, do Ministério da Economia e da Inovação.

O júri entendeu como relevante, ao nível da avaliação curricular, salientar a adequação das suas habilitações académicas face à área de actuação do concurso, aliada à experiência profissional quer na área técnica quer no desempenho de funções de dirigente, bem como a qualidade da formação profissional.

Na entrevista profissional de selecção foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais e grande motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um elevado sentido crítico nas situações apresentadas.

Ao nível da expressividade, fez a sua exposição com objectividade e muito boa clareza e fluência verbais.

De realçar o nível muito elevado de conhecimentos e a qualidade da experiência que detém, bem como o conhecimento da organização, que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

O presente despacho entra em vigor em 01 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Pinto.*

ANEXO

Nota curricular

Adelino José Lopes de Sousa — (Eng.)
Data de Nascimento: 21 de Março de 1950
Licenciatura: Engenharia Electrotécnica
Escola: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)
Ano de conclusão: 1974
Classificação final: 13 valores
1 — Carreira profissional:

74-12-28 — Início de carreira como Engenheiro de Terceira Classe
88-07-21 — Nomeado Chefe de Divisão de Energia Eléctrica
De 93-08-06 até ao presente Director de Serviços de Energia da Direcção Regional da Economia
De 99-04-30 até 26 de Junho de 2007 substituto do Director Regional da Economia.

2 — Frequência de cursos mais relevantes:

Curso Organização Estrutural de Serviços (DGAP)
A Avaliação na Administração Pública
Direito e Energia "Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Curso de Alta Direcção — INA

3 — Participação em missões ao exterior:

Missão da DGE, que em 1990 visitou: França, Espanha e Inglaterra, estudando os respectivos sistemas eléctricos

4 — Trabalhos publicados:

Infra-estruturas Eléctricas em Planos de Ordenamento do Território.

Despacho n.º 943/2009

De acordo com a fundamentação apresentada na proposta de nomeação formulada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, previsto na Portaria n.º 536/2007 de 30 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão de Administração Industrial, o licenciado Carlos dos Santos Perpétua, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Centro, do Ministério da Economia e da Inovação.

O júri entendeu como relevante, ao nível da avaliação curricular, salientar a adequação das suas habilitações académicas face à área de actuação do concurso, aliada à experiência profissional, quer na área técnica, quer no desempenho de funções de dirigente, bem como a qualidade da formação profissional.

Na entrevista profissional de selecção foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais e grande motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um bom sentido crítico nas situações apresentadas.

Ao nível da expressividade, fez a sua exposição com objectividade e boa clareza e fluência verbais.

De realçar o nível muito elevado de conhecimentos e a qualidade da experiência que detém, bem como o conhecimento da organização que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

O presente despacho entra em vigor em 01 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Pinto.*

ANEXO

Nota curricular

Carlos dos Santos Perpétua — (ENG.)

Natural de Castelo Viegas, concelho de Coimbra, nascido a 17 de Agosto de 1950, casado, residente na Estrada da Portela, n.º 87, Pereiros — Coimbra

Licenciado em Engenharia Electrotécnica, Correntes Fracas — Ramo Telecomunicações — pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra — FCTUC, em 1975.

Assistente no Departamento de Engenharia Electrotécnica da FCTUC da Universidade de Coimbra desde 75/12/11 até 86/04/30, tendo nesta data ingressado no Quadro de Efectivos Interdepartamental — QEI, na situação de disponibilidade, até 88/04/11.

Nomeado Coordenador do Núcleo de Utilização Racional de Energia em 89/04/06 da Direcção de Serviços Regional de Coimbra da Direcção-Geral de Energia, onde exercia funções como Técnico Superior desde 88/04/12.

Nomeado, em 93.08.06, Chefe de Divisão da Direcção de Serviços da Indústria da actual Direcção Regional da Economia do Centro, tendo, até agora, desempenhado as tarefas inerentes a esta chefia e frequentado, entre outros cursos, o Seminário de Alta Direcção, ministrado pelo Instituto Nacional de Administração, destinado aos titulares de cargos de direcção intermédia da Administração Pública.

Convidado como Assistente e depois como Professor pelo Instituto Superior de Engenharia de Coimbra para leccionar, em regime de acumulação, no Departamento de Engenharia Electrotécnica cadeiras deste curso, desde o ano lectivo de 89/90 ao ano lectivo de 1999/2000.

Assessor Principal do quadro desta Direcção Regional desde 99.08.06

Despacho n.º 944/2009

De acordo com a fundamentação apresentada na proposta de nomeação formulada pelo júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, previsto na Portaria n.º 536/2007 de 30 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão dos Combustíveis, o licenciado José Maria Rodrigues Taboada, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Centro, do Ministério da Economia e da Inovação.

O júri entendeu como relevante, ao nível da avaliação curricular, salientar a adequação das suas habilitações académicas face à área de actuação do concurso, aliada à experiência profissional, quer na área técnica, quer no desempenho de funções de dirigente, bem como a qualidade da formação profissional.

Na entrevista profissional de selecção foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais e grande motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um bom sentido crítico nas situações apresentadas.

Ao nível da expressividade, fez a sua exposição com objectividade e boa clareza e fluência verbais.

De realçar o nível muito elevado de conhecimentos e a qualidade da experiência que detém, bem como o conhecimento da organização que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

O presente despacho entra em vigor em 01 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Pinto.*

Nota curricular

José Maria Rodrigues Taboada — (Eng.)
Endereço — Rua Alexandre Herculano, 46, 2.º, 3000 Coimbra;
Data de nascimento — 29 de Abril de 1952;
Nacionalidade — Portuguesa;
Estado Civil — Casado;
Naturalidade — Póvoa de Varzim;
Bilhete de Identidade n.º 7198790, emitido em 97.07.14, por Arquivo de Identificação de Coimbra;
Habilitações literárias — Licenciatura em Engenharia Electrotécnica;
Categoria — Assessor Principal, do quadro de pessoal da Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia;
Função — Chefe de Divisão, desde 6 de Agosto de 1993, na Direcção Regional da Economia do Centro.

Experiência Profissional

Professor do ensino secundário desde 1 de Outubro de 1975 a 9 de Abril de 1985, tendo feito estágio pedagógico nos anos lectivos de 1980/81 e 1981/2;

No dia 10 de Abril de 1985 fui nomeado, precedendo concurso com prova escrita, a Técnico Superior de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral de Energia, e colocado na então Direcção de Serviços Regional do Porto.

Em 1993.08.06 fui nomeado em comissão de serviço Chefe de Divisão da Energia:

Frequência de vários cursos de formação inerentes à função nomeadamente de Informática, Administração Pública, Directiva de Baixa Tensão, transposta pelo Decreto-Lei n.º 117/88, de 12 de Abril.

Participação em grupos de trabalho e reuniões para a implementação do sistema informático e legislação do sector dos combustíveis

Colaboração com a ex-DGE na elaboração dos manuais de procedimentos para o reconhecimento da Entidades Conservadoras de Elevadores (ECE) e das Associações Inspectoras de Elevadores (AIE);

Participação em auditorias a novas empresas para reconhecimento como entidades conservadoras (ECE) de elevadores e novas Associações Inspectoras de Elevadores,

Formador sobre o "Licenciamento de Elevadores" e de "Instalações de Postos de Abastecimento de Combustíveis" aberta a funcionários de diversos municípios da região de Coimbra (CEFA) e de Leiria (AMAE), e ainda a funcionários da ex-Inspecção Geral das Actividades Económicas (IGAE),

A partir de 2005

Frequência no Seminário de Alta Direcção, realizado entre 14 e 18 de Março de 2005.

Frequência nos cursos "Concretização de Objectivos Profissionais e Pessoais" e "A Norma NP EN ISSO 9001:2000".

Despacho n.º 945/2009

De acordo com a fundamentação apresentada na proposta de nomeação formulada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, previsto na Portaria n.º 536/2007 de 30 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Director de Serviços da Qualidade, o licenciado Artur Lopes Gomes, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Centro, do Ministério da Economia e da Inovação.

O júri entendeu como relevante, ao nível da avaliação curricular, salientar a adequação das suas habilitações académicas face à área de actuação do concurso, aliada à experiência profissional quer na área técnica quer no desempenho de funções de dirigente, bem como a qualidade da formação profissional.

Na entrevista profissional de selecção foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais e grande motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um elevado sentido crítico nas situações apresentadas.

Ao nível da expressividade, fez a sua exposição com objectividade e muito boa clareza e fluência verbais.

De realçar o nível muito elevado de conhecimentos e a qualidade da experiência que detém, bem como o conhecimento da organização, que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

O presente despacho entra em vigor em 01 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Pinto.*

ANEXO

Nota curricular

Engenheiro Artur Lopes Gomes.

1 — Identificação

Nascido em 19 de Março de 1949, natural de Amial, Penacova.

Bacharel em Engenharia de Electricidade e Máquinas pelo ISEC de Coimbra (1975) e licenciado em Engenharia Mecânica pela FCT da Universidade de Coimbra (1984).

2. — Carreira e experiência profissional

Iniciou a sua carreira como docente no ensino oficial (1975-1977) e foi quadro técnico na Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos — CPFE (1977-1987), onde foi responsável pelo gabinete de projecto e oficinas de manutenção industrial;

Ingressou na Delegação Regional do Centro do MIE (1986), como técnico superior de 2.ª classe, tendo sido promovido a técnico superior de 1.ª classe, no mesmo quadro em 1991.

Nomeado em 1991, Chefe de Divisão de Metrologia, da Delegação Regional do MIE, em Coimbra e reconduzido em 1994, como Chefe de Divisão da Certificação, funções que exerceu até 2000. Foi responsável pelo planeamento, acompanhamento e coordenação das actividades inerentes às respectivas áreas, nomeadamente de, verificação metrológica de instrumentos de medição, de licenciamento de equipamentos sob pressão e cisternas rodoviárias para o transporte de mercadorias perigosas por estrada, fiscalização de produtos e outras

Nomeado em 2000, Director de Serviços da Qualidade, sendo responsável pela aplicação da legislação nos termos das competências e atribuições estabelecidas para o serviço e pelos diplomas regulamentares das actividades. Colabora regularmente com os serviços centrais, na elaboração de propostas legislativas e regulamentadoras associadas às funções de natureza executiva desempenhadas pelo serviço e tem contribuído, na respectiva área geográfica, na adopção de medidas visando apoiar a melhoria do desempenho das actividades económicas, no domínio dos produtos e da qualidade, bem como a salvaguarda de pessoas e bens.

3 — Formação e outras actividades

Ao longo da sua carreira participou em diversos seminários, estágios e acções de formação, nomeadamente de metrologia no PTB, 1987; Organização e gestão da Qualidade — APQ, 1989; curso auditores da qualidade — CEQUAL, 1992; implementação de sistemas de qualidade em laboratórios — RELACRE, 1993; frequência do curso de engenharia da qualidade — CEQUAL, 1997/1998; focalização no cliente — APQ, 2003; liderança e comunicação — APQ, 2004; alta direcção em Administração Pública — INA, 2005;

Participou e apresentou temas em jornadas internas do ministério e seminários; colaborou com artigos em revistas da especialidade e é responsável pelos sistemas de gestão da qualidade, do laboratório regional de metrologia acreditado pelo IPAC, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 e da DRE, certificada pela APCER, segundo a norma NP EN ISO 9001:2000; teve nomeações várias para, comissões, júris e grupos de trabalho diversos.

Despacho n.º 946/2009

De acordo com a fundamentação apresentada na proposta de nomeação formulada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, previsto na Portaria n.º 536/2007 de 30 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão da Qualificação, a licenciada Helena Maria Fernandes Neves Rodrigues, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Centro, do Ministério da Economia e da Inovação.

O júri entendeu como relevante, ao nível da avaliação curricular, salientar a adequação das suas habilitações académicas face à área de actuação do concurso, aliada à experiência profissional, quer na área técnica, quer no desempenho de funções de dirigente, bem como a qualidade da formação profissional.

Na entrevista profissional de selecção foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais e grande motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um bom sentido crítico nas situações apresentadas.

Ao nível da expressividade, fez a sua exposição com objectividade e boa clareza e fluência verbais.

De realçar o nível muito elevado de conhecimentos e a qualidade da experiência que detém, bem como o conhecimento da organização que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

O presente despacho entra em vigor em 01 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Pinto.*

ANEXO

Nota curricular

Engenheira Helena Maria Fernandes Neves Rodrigues

I — Identificação

Helena Maria Fernandes Neves Rodrigues
Contribuinte n.º 171922603
Estado civil: Casada
Naturalidade: Funchal
Residência: Urbanização Quinta do Varela, Lote 120, 3020-594 Coimbra

II — Habilitações literárias

Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

III — Experiência profissional / funções desempenhadas

1988 a 1991 — Desempenho de funções no sector privado nas áreas de Controlo de Qualidade, Projecto e Construção de Geradores de Vapor e Equipamentos Térmicos;

1991 — Ingresso na função pública como técnica superior do quadro da Direcção Regional do Ministério da Indústria e Energia — Coimbra (actual Direcção Regional de Economia do Centro);

1991 a 1997- Desempenho de funções na Direcção de Serviços da Indústria na área funcional de Administração Industrial;

Após 1997 — Desempenho de funções na Direcção de Serviços da Qualidade, Divisão de Qualificação;

2004 — Nomeada Chefe de Divisão de Qualificação;

2006 — Nomeada Assessora do quadro de pessoal da DRE Centro.

IV — Formação profissional relevante

Seminário de Alta Direcção ministrado pelo Instituto Nacional de Administração (INA) — Março de 2005.

Despacho n.º 947/2009

De acordo com a fundamentação apresentada na proposta de nomeação formulada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, previsto na Portaria n.º 536/2007 de 30 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Directora de Serviços do Comércio e dos Serviços e Turismo, a licenciada Maria Lúcia Leitão Jorge Marques de Almeida Monteiro, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Centro, do Ministério da Economia e da Inovação.

O júri entendeu como relevante, ao nível da avaliação curricular, salientar a adequação das suas habilitações académicas face à área de actuação do concurso, aliada à experiência profissional quer na área técnica quer no desempenho de funções de dirigente, bem como a qualidade da formação profissional.

Na entrevista profissional de selecção foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais e grande motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um elevado sentido crítico nas situações apresentadas.

Ao nível da expressividade, fez a sua exposição com objectividade e muito boa clareza e fluência verbais.

De realçar o nível muito elevado de conhecimentos e a qualidade da experiência que detém, bem como o conhecimento da organização, que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

O presente despacho entra em vigor em 01 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Pinto.*

ANEXO

Nota curricular

Maria Lúcia Leitão Jorge Marques de Almeida Monteiro, Dr.ª
Naturalidade: Coimbra
Data de nascimento: 25 de Junho de 1959
Habilitações Académicas:

Licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (1982), com média final de 14 valores.

Curso extracurricular de Fiscalidade da Faculdade de Economia de Coimbra (1982).

Pós Graduação em "Gestão Turística de Sítios"- INP, com média final de 17 valores.

Experiência profissional:

Economista dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, de Abril de 1984 a Fevereiro de 1993. Durante esse período exerceu as funções de Chefe de Divisão de Maio de 1984 a Fevereiro de 1993, sendo responsável pela coordenação e direcção das áreas financeira, contabilidade, tesouraria, bilheteiras e património.

De Março de 1993 a Novembro de 2007, assumiu funções de Administração e Direcção de uma unidade hoteleira em Coimbra. Foi responsável pelo acompanhamento do projecto de investimento, pela concepção, implantação, marketing, gestão financeira e operacional da mencionada unidade hoteleira.

Em Setembro de 1998, assume funções na Delegação Regional do Centro do Ministério da Economia, mais tarde Direcção Regional da Economia do Centro, tendo colaborado na implementação do Núcleo de Comércio e Turismo. Foi nomeada coordenadora desta área em Dezembro de 1999 e assumiu as funções de Directora de Serviços do Turismo, em Junho de 2004, funções que tem exercido até à presente data, sendo de destacar as seguintes: foi Coordenadora do Gabinete do Investidor do POE; foi membro do grupo de trabalho que teve como missão, na DRE-Centro, a operacionalização da legislação relativa ao licenciamento dos estabelecimentos comerciais de dimensão relevante; é responsável pelo acompanhamento dos processos de licenciamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural; presta apoio ao investidor, acerca do licenciamento do projectos na área do turismo e seu enquadramento nos sistemas de incentivo em vigor; apoia a Estrutura de Apoio Técnico da Componente Desconcentrada da Economia, no âmbito do Plano Operacional Regional; efectua acções de divulgação e sensibilização dos promotores ou potenciais investidores na área do turismo em espaço rural; etc.

Outras Actividades Relevantes:

Efectua acções de formação, nomeadamente na área do turismo;

É formadora convidada da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra, desde 1999.

Participou em diversos seminários e congressos, nas áreas do turismo e comércio.

Despacho (extracto) n.º 948/2009

Por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008, Suzete Cristina Cardoso de Campos Cardoso, Maria de Fátima Costa de Oliveira, Maria Leonor Santos Taborda de Oliveira e Filomena Maria Martins da Silva, técnicas profissionais do quadro de pessoal desta Direcção Regional, transitam por reclassificação profissional, ao abrigo dos artigos 7.º e 10.º do Decreto-Lei 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

Foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 41.º da Lei 53/2006, de 7 de Dezembro.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Justino Santos Pinto*.

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 1110/2009

Vasco Manuel Duarte Canudo, assistente de administração escolar especialista, escalão 4, índice 316, do quadro de pessoal da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos Maria Alberta Meneres — nomeado na sequência de transferência para o mapa de pessoal da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, do Ministério da Economia e da Inovação, com a categoria de assistente administrativo especialista, posicionado no mesmo escalão e índice, com efeitos a 10 de Novembro de 2008. Foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 53//2006 de 7 de Dezembro, através de publicitação de procedimento na Bolsa de Emprego Público, no dia 17 de Junho de 2008.

18 de Dezembro de 2008. — A Directora Regional, *Elisabete Velez.*

Despacho n.º 949/2009

São nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico superior principal do quadro da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 3.ª Delegação da DGO e considerando-se exonerados dos lugares anteriores com efeitos a partir da data do despacho, após aceitação da nova categoria, os seguintes funcionários: Bernardino Máximo Gomes, Ana Paula Tavares da Silva Lourenço, Ana Paula Viegas de Freitas Raimundo Santana, Maria da Graça Freire da Silva Lopes, Victor Alexandre da Silva Roios, técnicos superiores de primeira do quadro da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo e Ana Mafalda Teixeira Costa, referente ao lugar a prover para funcionário que não pertença àquele quadro, ficando todos posicionados no escalão 1 índice 510. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

19 de Dezembro de 2008. — A Directora Regional, *Elisabete Velez.*

Despacho n.º 950/2009

São nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal, do quadro da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 3ª Delegação da DGO e considerando-se exonerados dos lugares anteriores com efeitos a partir da data do despacho, após aceitação da nova categoria, os seguintes funcionários: Maria Alice Lopes Alves Gomes, ficando posicionada no escalão 4 índice 274, Maria Isabel Carvalho dos Santos e Carla Vanessa Peleira Fernandes Rebelo, ficando posicionadas no escalão 1 índice 238, técnicas profissionais de 1ª classe do quadro da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo. (Isento de fiscalização prévia do T.C.).

23 de Dezembro de 2008. — A Directora Regional, *Elisabete Velez.*

Despacho n.º 951/2009

São nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional especialista, do quadro da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 3ª Delegação da DGO e considerando-se exonerados dos lugares anteriores com efeitos a partir da data do despacho, após aceitação da nova categoria, os seguintes funcionários: Rui Jorge Almeida de Sá e Celeste Maria Rosa Vitorino, técnicos profissionais principais do quadro da Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, ficando posicionados no escalão 1 índice 269. (Isento de fiscalização prévia do T.C.).

23 de Dezembro de 2008. — A Directora Regional, *Elisabete Velez.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 952/2009

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para o cargo de chefe do meu Gabinete o licenciado Luís Miguel Ferreira Mendes Braga.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 12 de Dezembro de 2008.

22 de Dezembro de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva.*

Despacho normativo n.º 2/2009

O Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, que estabelece as regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores, prevê, nos artigos 22.º e 26.º, em conjugação com o artigo 1.º, que os agricultores apresentem anualmente os pedidos de apoios financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA). Também o Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER), determina a anualidade nos pagamentos agro-ambientais, os quais se configuram, igualmente, como apoios directos.

Por outro lado, o mesmo Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, prevê, no n.º 2 do seu artigo 18.º, que, para efeitos de pagamento dos prémios para os ovinos e caprinos e para a carne de bovino, o sistema integrado de gestão e controlo deve conter um sistema de identificação e de registo de animais nos termos do Regulamento (CE) n.º 1760/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Julho, que estabelece um sistema de identificação e registo de bovinos, e do Regulamento (CE) n.º 21/2004, do Conselho, de 17 de Dezembro de 2003, que estabelece um sistema de identificação e registo de ovinos e caprinos. Já anteriormente, através do Regulamento (CE), n.º 820/97, do Conselho, de 21 de Abril, e dos Regulamentos (CE) n.os 2628/97, 2629/97 e 2630/97, da Comissão, de 29 de Dezembro, e do Regulamento (CE) n.º 494/98, da Comissão, de 27 de Fevereiro, havia sido estabelecido um sistema de identificação e registo de animais, regulamentos que foram adaptados ao quadro legislativo nacional, tendo sido aprovado, pelo Decreto-Lei n.º 338/99, de 24 de Agosto, o Regulamento de Identificação, Registo e Circulação de Animais, na sequência do qual foi criado, ainda que apenas para a espécie bovina, o Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos, abreviadamente designado por SNIRB, a que recentemente sucedeu o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), criado pelo Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de Julho, o qual abrange já outras espécies pecuárias.

Quer a função de recepção dos pedidos de ajuda quer a recolha de informação destinada a ser comunicada ao SNIRA estão associadas não apenas a um conjunto de tarefas destinadas à divulgação, aconselhamento e apoio técnico à actividade agrícola e pecuária como também ao preenchimento de formulários e operações administrativas de recolha, carregamento no sistema e arquivo da informação. Todas estas tarefas podem ser executadas com vantagem, tanto para a administração como para o agricultor, em instalações geograficamente próximas das populações agrícolas e da localização física das explorações pecuárias, de modo a evitar, concretamente no âmbito da identificação e do registo animal, que a distância do local da prática do acto dificulte ao agricultor o cumprimento das suas obrigações.

Umas e outras integram as funções que o IFAP está incumbido de realizar, enquanto organismo pagador. Contudo este tem a faculdade de, no exercício dessas funções, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, e do Regulamento (CE) n.º 885/2006, da Comissão, de 21 de Junho, as delegar — com excepção do pagamento das ajudas comunitárias — noutras entidades, devendo, porém, assegurar-se que essas entidades dispõem de sistemas eficazes que garantam o cumprimento das suas responsabilidades de modo adequado, exercendo sobre as mesmas uma supervisão e um acompanhamento que permitam confirmar que as tarefas são desempenhadas de modo rigoroso e em conformidade com os normativos comunitários.

Complementarmente, o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 87/2007, de 29 de Março, habilita o IFAP a estabelecer relações de colaboração com entidades públicas e privadas para a prossecução das suas atribuições.

Para esse efeito, entendeu-se ser necessário fixar um conjunto de regras bem como os procedimentos inerentes ao reconhecimento das entidades que, pela sua natureza estatutária, especial vocação e maior proximidade com os respectivos destinatários, revelem possuir as melhores condições para, em fase posterior e por delegação de tarefas, consubstanciada em protocolo, serem incumbidas de realizar as operações essenciais à função de recepção dos pedidos de ajudas e à função inerente às tarefas de recolha, arquivamento e carregamento da informação nas bases de dados que constituem o SNIRA, bem como à divulgação, aconselhamento e apoio técnico à actividade agrícola e pecuária.

Nestes termos, para execução do disposto no n.º 2 do artigo 18.º e dos artigos 22.º e 26.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, e de acordo com as alíneas *a*) e *c*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 87/2007, de 29 de Março, determina-se o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

Para efeitos de execução, no continente, das operações inerentes à recepção dos pedidos de ajuda dos apoios directos da política agrícola comum que estejam incluídos no sistema integrado de gestão e controlo, bem como para as operações de recolha e arquivamento da informação relativa ao registo de movimentação de animais a reportar ao SNIRA, e ainda para promoção das acções de divulgação, acompanhamento, aconselhamento e apoio técnico à actividade agrícola e pecuária, o Instituto de Financiamento à Agricultura e Pescas I. P., poderá estabelecer protocolos com entidades que sejam reconhecidas para o exercício daquelas tarefas, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 2.º

Organismo competente para o reconhecimento

Compete ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., adiante designado por IFAP, o reconhecimento das entidades a que se refere o artigo anterior.

Artigo 3.º

Processo de reconhecimento

1 — Para efeitos do presente despacho, podem ser reconhecidas as seguintes entidades:

a) Cooperativas agrícolas, suas uniões, federações ou confederações, constituídas ao abrigo do Código Cooperativo;

b) Outras pessoas colectivas de carácter associativo e as organizações de cooperativas agrícolas criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 335/99, de 20 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2001, de 30 de Janeiro, e do Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, com a última redacção do Decreto-Lei n.º 76-A/2006;

c) Outras pessoas colectivas de carácter associativo, constituídas ao abrigo do artigo 167.º do Código Civil, desde que preencham os restantes requisitos de reconhecimento, previstos no presente despacho;

2 — As entidades referidas no número anterior devem ainda, cumulativamente:

a) Possuir representatividade de âmbito nacional, regional ou municipal;
b) Possuir uma actividade estatutária na área do apoio técnico agrícola e pecuário;
c) Demonstrar uma estrutura técnica e organizativa adequada à realização das tarefas a desenvolver.

3 — Excepcional e fundamentadamente podem ser reconhecidas outras pessoas colectivas de carácter associativo que já tenham demonstrado perante o IFAP a competência e a capacidade adequadas ao exercício das tarefas referidas no artigo 1.º

Artigo 4.º

Formalização do reconhecimento

1 — O pedido de reconhecimento é efectuado, mediante requerimento apresentado pelas entidades candidatas ao reconhecimento, dirigido ao IFAP e instruído com a documentação necessária à demonstração do preenchimento dos requisitos referidos no artigo anterior.
2 — Para efeitos de avaliação das candidaturas e proposta de decisão de reconhecimento é designada pelo Conselho Directivo do IFAP, uma comissão, constituída por representantes dos departamentos com competência no âmbito das funções referidas no artigo 1.º

Artigo 5.º

Delegação de funções e supervisão das funções delegadas

1 — Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, e do Regulamento (CE) n.º 885/2006, da Comissão, de 21 de Junho, as funções a delegar são as relacionadas com a execução das tarefas inerentes à recepção dos pedidos de ajuda dos apoios directos atribuídos no âmbito da política agrícola comum incluídos no sistema integrado de gestão e controlo e com a execução das tarefas de recolha e carregamento no sistema da informação a integrar nas bases de dados que constituem o SNIRA, bem como as funções de divulgação, acompanhamento e apoio técnico à actividade agrícola e pecuária.
2 — O IFAP assegura que as entidades reconhecidas dispõem de sistemas eficazes que garantam o cumprimento das suas responsabilidades de modo adequado, exercendo sobre as mesmas uma supervisão e um acompanhamento que permitam confirmar a execução das tarefas em conformidade com as regras nacionais e comunitárias.

Artigo 6.º

Protocolos

Após o reconhecimento são celebrados protocolos entre as entidades reconhecidas e o IFAP, destinados à definição concreta das tarefas a realizar.

Artigo 7.º

Obrigações das entidades reconhecidas

As entidades reconhecidas devem respeitar, entre outras especialmente previstas, as seguintes obrigações gerais:

a) Assegurar os meios humanos, técnicos e administrativos adequados e qualificados para a realização das tarefas essenciais à divulgação, ao aconselhamento, ao apoio técnico à actividade agrícola e pecuária, ao preenchimento de formulários dos pedidos de ajudas, à recolha e carregamento da informação nas bases de dados que constituem o SNIRA;
b) Garantir o acesso a todos os agricultores e a todos os detentores de animais, em tempo útil, à realização das tarefas referidas na alínea anterior;
c) Cumprir e fazer cumprir o dever de sigilo;
d) Cumprir e fazer cumprir o exercício das funções com as necessárias garantias de imparcialidade;
e) Disponibilizar toda a informação relevante no âmbito das funções delegadas, sempre que solicitado pelo IFAP;
f) Elaborar anualmente um relatório de actividades, de acordo com modelo a divulgar pelo IFAP.

Artigo 8.º

Direitos das entidades reconhecidas

As entidades reconhecidas gozam do direito de acesso à informação considerada relevante para a realização das tarefas essenciais à divulgação, ao apoio técnico e ao preenchimento de formulários dos pedidos de ajudas, bem como à manutenção da operacionalidade, da actualização e da gestão administrativa das bases de dados informatizadas que constituem o SNIRA, nomeadamente os manuais e as normas de procedimentos utilizados pelo IFAP no âmbito dos processos relativos às tarefas a executar

Artigo 9.º

Validade do reconhecimento

O reconhecimento das entidades para os efeitos previstos no presente despacho é válido por dois anos, findos os quais as mesmas são sujeitas a uma reavaliação dos critérios de reconhecimento.

Artigo 10.º

Recomendações e retirada do reconhecimento

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior e do especialmente previsto nos protocolos a celebrar, o IFAP pode suspender ou retirar, total ou parcialmente, o reconhecimento às entidades reconhecidas sempre que se verifique o incumprimento das normas definidas no presente despacho ou das cláusulas dos protocolos a celebrar ou, ainda, das recomendações por si formuladas no âmbito das funções referidas no artigo 1.º

Artigo 11.º

Comissões de acompanhamento

1 — São criadas duas comissões de acompanhamento, compostas por representantes do IFAP, que a elas preside, podendo cada uma delas integrar, de acordo com a natureza das funções delegadas, representantes do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), da Direcção-Geral de Veterinária (DGV), da Autoridade de Gestão do PRODER e das entidades que vierem a ser reconhecidas, com o objectivo de acompanhar a execução das funções a delegar, nomeadamente avaliar as dificuldades técnicas e ou logísticas detectadas e propor a adopção de medidas tendentes a ultrapassar as dificuldades, de modo a habilitar o IFAP à tomada de decisões de acordo com as competências legalmente definidas.
2 — As comissões de acompanhamento funcionam de acordo com um regimento por elas aprovado, sob proposta do IFAP.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

22 de Dezembro de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 953/2009

Considerando que o licenciado em Organização e Gestão de Empresas, Pedro Alexandre dos Santos Simão, especialista de informática do grau 3, nível 1, do mapa de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa, demonstrou possuir, em sede do procedimento concursal realizado, conhecimentos, formação e experiência profissional relevantes nas áreas da gestão financeira e da inovação dos serviços, designadamente no que se refere ao recurso às novas tecnologias, aliados ao comprovado exercício de cargos de direcção nessas mesmas áreas específicas;

Nomeio, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e dos n.os 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o licenciado Pedro Alexandre dos Santos Simão para o cargo de director de serviços de Gestão e Inovação, cargo de direcção intermédia do 1.º grau, da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

31 de Outubro de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Dangues Tomás.*

ANEXO

Identificação — Pedro Alexandre dos Santos Simão.
Habilitações literárias:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas com média final de 15 valores, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), no ano de 1991.

Conclusão da parte lectiva do Mestrado em Gestão de Sistemas de Informação, ministrado pelo INDEG/ISCTE, no ano lectivo de 1996/97.

Situação profissional — director de serviços de Gestão e Inovação (em substituição) da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Actividade profissional:

Julho 2008 — director de serviços de Gestão e Inovação (em substituição) da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Director financeiro na CIVIGAL, S. A.

Adjunto do reitor da Universidade de Lisboa.

Director executivo-adjunto do Instituto Superior Técnico.

Chefe de divisão do Gabinete de Informática dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa.

Coordenador da área de informática da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa.

Coordenador do Núcleo de Estudos dos Serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa (SASUTL).

Coordenador do Sector de Informática dos Serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa (SASUTL).

Coordenador da Equipa de Gestão da Ricome no Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério da Educação (DepGef-ME).

Colaborou na implementação da Rede de Informação e Formação do Programa DISLOGO de ensino à distância.

Integrou a comissão técnica encarregada de desenvolver uma rede de dados nacional, que interligasse todas as estruturas centrais e regionais do Ministério da Educação (RICOME).

Responsável pelo projecto de informatização da área financeira do GEP-ME.

Responsável pelo projecto de criação de uma base de dados georreferenciada do sistema educativo português.

Despacho (extracto) n.º 954/2009

Por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008:

Luísa Maria Ribeiro dos Santos Guilherme e João Marques Noivo, auxiliares técnicos e Anabela dos Santos Martins Esteves Barros Martins, telefonista, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas — nomeados, em comissão de serviço extraordinária, para o exercício das funções correspondentes à carreira de assistente administrativo, do mesmo mapa de pessoal, pelo período de seis meses, com efeitos a partir da data do presente despacho, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na sequência de procedimento adequado publicitado no sigaMe, com o código de oferta P20081423.

26 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Dangues Tomás*.

Despacho (extracto) n.º 955/2009

Por meu despacho de 26 de Dezembro de 2008:

Olga Figueiredo Baltazar, assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas — nomeada, precedendo concurso interno de acesso misto, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do mesmo mapa de pessoal.

29 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Dangues Tomás*.

Declaração de rectificação n.º 60/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho (extracto) n.º 32419/2008, *Diário da República* 2.ª série, n.º 245 de 19 de Dezembro de 2008, relativo à nomeação da funcionária Anabela de Sousa Isidoro, rectifica-se que onde se lê "Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional" deve ler-se "Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas"

26 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Maria Neves Monteiro Dangues Tomás*.

Declaração de rectificação n.º 61/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho (extracto) n.º 32420/2008, *Diário da República* 2.ª série, n.º 245 de 19 de Dezembro de 2008, relativo ao reinicio de funções por tempo indeterminado da funcionária Maria Fátima Patrocínio Aguiar, rectifica-se que onde se lê:

"Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional" deve ler-se: "Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas"

26 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Luísa Dangues Tomás*.

Autoridade Florestal Nacional

Direcção de Unidade de Recursos Administrativos, Financeiros e Informacionais

Despacho n.º 956/2009

Por meu despacho de 21 de Novembro de 2008 e de acordo com o previsto na alínea *b*) do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004 de 12 de Março, a atribuição de "Excelente" concede o direito do trabalhador, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer último ano do período de tempo necessário à promoção na respectiva carreira.

Acontece assim que os funcionários que se passam a indicar, obtiveram na avaliação do desempenho de 2006, a classificação de "Excelente", reunido ainda o requisito de tempo previsto no preceito acima indicado:

Nome	Categoria actual	Escalão/índice	Nova categoria	Escalão/índice
Rogério Paulo Rodrigues Rodrigues	Téc.Sup. Principal Eng.º	1/510	Assessor carreira Eng.º	1/610
Rui Pedro Sobral A. Pereira Ferreira	Téc.Sup. 1.ª classe Eng.º	2/475	Téc.Sup. Principal Eng.º	1/510
Nuno João Botelho Ataide Amaral	Téc.Sup. l.ª classe Eng.º	2/475	Téc Sup. Principal Eng.º	1/510
Alcina Maria da Ressureição Duarte	Téc. Sup. 2.ª classe Eng.º	1/400	Téc. Sup. 1.ª classe Eng.º	1/460
Maria Rosa Saraiva e Prata	Téc.Sup 1.ª classe Eng.º	2/475	Téc.Sup. Principal Eng.º	1/510
Henrique José Morais Fernandes Reis	Téc.Superior 1.ª classe	2/475	Téc.Sup. Princ.Eng.º	1/510

Assim de acordo com o previsto na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, são promovidos com efeitos reportados a 01 de Julho de 2007 os funcionários acima referidos, do quadro de pessoal da ex-DGF e os funcionários que transitaram das ex- Direcções Regionais de Agricultura por força da aplicação do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 80/2004 de 10 de Abril.

21 de Novembro de 2008. — O Vice-Presidente, *Luís Duarte.*

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 957/2009

Para os efeitos previstos na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 37.º e do n.º 4 do artigo 118.º, ambos da Lei n.º 12 -A/2008 e dos n.os 8, 9, e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e aceitando os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal homologada por Despacho do Director-Geral das Pescas e Aquicultura de 17 de Setembro de 2008, foi nomeada para o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Internos, a licenciada Maria Cristina Marques Rosa Magina, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, por Despacho do Director-Geral das Pescas e Aquicultura de 22 de Dezembro de 2008.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

23 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda da Luz Guia.*

Curriculum vitae

Maria Cristina Marques Rosa Magina
Nascida a 21 de Julho de 1958

Licenciada em Biologia, com especialização final em Dinâmica de Populações, pela Universidade Clássica de Lisboa, Faculdade de Ciências, concluído em 1983, com média final de 16 valores.

Percurso Profissional:

Assessora Principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

Desde Março de 2005 desempenha funções de assessoria técnica como Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas.

Entre 2002 e 2005, foi Chefe de Divisão de Recursos Internos e chefe de Divisão da Divisão de Gestão e Conservação de Recursos da Direcção-Geral das Pescas e da Aquicultura. Nestas funções destaca-se a realização de estudos no âmbito do licenciamento das actividades de pesca, na sua vertente de regulação do acesso à pesca, o estabelecimento de critérios e análise de pedidos de licenças de pesca e o acompanhamento dos dossiers comunitários relativos à gestão de recursos, incluindo a aplicação de medidas de técnicas de conservação, o estabelecimento de TACs e quotas e planos de recuperação.

Entre 1999 e 2001, exerceu funções no Gabinete do Secretário de Estado das Pescas como Adjunta.

De 1997 a 1999, foi Chefe de Divisão de Gestão e Conservação de Recursos da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura. Destaca-se a colaboração em estudos sectoriais, a participação nas Comissões Interministeriais que elaboraram regulamentação das reservas marinhas e o acompanhamento dos dossiers comunitários relativos a medidas de gestão de recursos.

Entre 1993 e 1997, foi Coordenadora da Área Funcional de "Políticas Comuns" do Gabinete de Assuntos Europeus do Ministério do Mar (GAE). Destaca-se a elaboração do relatório de Portugal sobre "Aspectos económicos da gestão das pescas" (1992-94) apresentado à OCDE e o acompanhamento de dossiers comunitários relativos à segurança marítima, incluindo a prevenção da poluição e medidas de gestão de itinerários e protecção de zonas sensíveis.

De 1991 a 1993 desempenhou o cargo de Chefe de Divisão de Exploração do quadro do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas (GEPP), tendo elaborado estudos vários sobre a informação contida no Banco Nacional de Dados da Pesca e efectuado o tratamento estatístico dos dados dos desembarques da frota nacional,

Entre 1986 e 1990 exerceu funções de Técnica Superior do quadro do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas (GEPP).

Frequentou várias acções de formação de curta duração na área das bases de dados, inglês, avaliação de projectos e avaliação de desempenho.

Integrou vários grupos de trabalho sobre gestão de vários recursos, revisão da legislação relativa às pescas e denominações comerciais.

Participou, a nível comunitário, como membro da delegação portuguesa, em reuniões do Grupo de Política Interna da Pesca, do Comité de Gestão e reuniões bilaterais, para discussão de assuntos relativos à revisão da política comum de pesca, gestão e conservação dos recursos e controlo das actividades de pesca.

Despacho (extracto) n.º 958/2009

Para os efeitos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 37.º e do n.º 4 do artigo 118.º, ambos da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho de 15 de Dezembro de 2008 do Director-Geral das Pescas e Aquicultura, é autorizado o reinício de funções por tempo indeterminado, de Maria Laura Gonçalves Pires, na categoria de Assistente Administrativo Principal, da carreira de Assistente Administrativo, em lugar vago no Mapa de Pessoal desta Direcção-Geral, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 29 de Dezembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda Luz Guia.*

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho n.º 959/2009

Por despacho do signatário de 16-12-2008, e por opção da interessada, foi autorizado o provimento automático, nos termos do n.º 9.º do artigo 12.º, aplicável remissivamente por força do n.º 13 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 11/2008 de 20 de Fevereiro, da Técnica Superior Principal da carreira de Técnico Superior, Ermezinda Sara Pêra Lopes Simões, oriunda do extinto Instituto Nacional de Investigação Agrária, a exercer funções a título transitório, nesta Direcção Regional de Agriculturas e Pescas do Norte, passando a ocupar por tempo indeterminado e com efeitos a 16-12-2008, o posto de trabalho existente no actual mapa de pessoal desta Direcção Regional, com a natureza do vínculo, na carreira, categoria, escalão e índice que detinha no serviço de origem.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *António Joaquim Vieira Ramalho.*

Despacho n.º 960/2009

Por despacho do signatário de 22-12-2008, e após anuência do Sr. Presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P., foi autorizada a transferência do Assessor Principal da Carreira de Engenheiro, do Quadro daquele Instituto, António Manuel de Sousa Ribeiro Graça, para o Mapa de Pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro, na mesma carreira e categoria, escalão 1, índice 710, cumpridas as disposições legais constantes do artigo 34.º da mesma lei.

O presente despacho produz efeitos a 22-12-2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *António Joaquim Vieira Ramalho.*

Despacho n.º 961/2009

Por despacho do signatário de 22-12-2008, e após anuência da Senhora Subdirectora Geral das Pescas e Aquicultura foi autorizada a transferência dos Técnicos de Verificação dos Produtos das Pesca de 2.ª Classe, Adelino Brito Soares e Américo Faria Gomes, do Mapa de Pessoal daquela Direcção-Geral, para o Mapa de Pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro, na mesma carreira e categoria, escalão 3, índice 244, cumpridas as disposições legais constantes do artigo 34.º da mesma Lei.

O presente despacho produz efeitos a 22-12-2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *António Joaquim Vieira Ramalho.*

Despacho n.º 962/2009

Por despacho do signatário de 23 de Dezembro de 2008, e por opção do interessado, foi autorizada a colocação em situação de mobilidade especial, do assessor principal da carreira de Engenheiro, António Fernando da Cruz Oliveira, nos termos do n.º 13.º do artigo 12.º, aplicável remissivamente por força do n.º 13.º do artigo 13.º, da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 2.º da Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro e artigo 12.º da Portaria n.º 1499-A/2007, de 21 de Novembro, por ter decorrido um ano após a extinção do serviço de origem (DRATM).

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalão	Índice
António Fernando da Cruz Oliveira.	Nomeação Definitiva	Engenheiro	Assessor Principal	2	770

O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos do n.º 2, do artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

26 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *António Joaquim Vieira Ramalho.*

Despacho n.º 963/2009

Por Despacho de 29/12/2008, do Sr. Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte, foi colocada em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, a funcionária infra indicada, por preencher os requisitos constantes da alínea *b*) do Despacho n.º 27266-A/2008, de

Sua Ex.ª o Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 207, de 24 de Outubro de 2008, com efeitos no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalão	Índice
Maria das Neves de Jesus Pedro . . .	Nomeação definitiva	Técnico Profissional.	Técnico Prof. Esp. Principal. . .	1.º	316

29 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *António Joaquim Vieira Ramalho.*

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extracto) n.º 964/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008, cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, n.º P20086715, não tendo sido apresentada qualquer candidatura e obtido o parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nomeio o licenciado José Manuel Ribeiro Sequeira Salgueiro, técnico de 2.ª classe da carreira de Técnico de Administração, no âmbito de processo de reclassificação profissional, nos termos dos artigos 4.º, 6.º, 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de Técnico Superior, escalão 1, índice 400, em lugar vago do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, sendo dispensado do exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do referido diploma legal.

Nos termos previstos pelo n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Despacho (extracto) n.º 965/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008, cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, n.º P20087149, não tendo sido apresentada qualquer candidatura e obtido o parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nomeio Carlos Alberto Alves Baptista, técnico profissional de 1.ª classe da carreira de Agente Técnico Agrícola, no âmbito de processo de reclassificação profissional, nos termos dos artigos 4.º, 6.º, 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de técnico de 2.ª classe da carreira de Engenheiro Técnico Agrário, escalão 1, índice 295, em lugar vago do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, sendo dispensado do exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do referido diploma legal.

Nos termos previstos pelo n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Despacho (extracto) n.º 966/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008, cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, n.º P20085813, não tendo este sido totalmente preenchido e obtido o parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nomeio José Lopes Maria Capelo, fiel de armazém da carreira de Fiel de Armazém, no âmbito de processo de reclassificação profissional, nos termos dos artigos 4.º, 6.º, 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de assistente administrativo da carreira de Assistente Administrativo, escalão 1, índice 199, em lugar vago do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, sendo dispensado do exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do referido diploma legal.

Nos termos previstos pelo n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Despacho (extracto) n.º 967/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008, cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, n.º P20086718, não tendo sido apresentada qualquer candidatura e obtido o parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nomeio a licenciada Maria Teresa Duran Abreu, técnica de 1.ª classe da carreira de Técnico, no âmbito de processo de reclassificação profissional, nos termos dos artigos 4.º, 6.º, 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de Técnico Superior, escalão 1, índice 400, em lugar vago do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, sendo dispensada do exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do referido diploma legal.

Nos termos previstos pelo n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira.*

Despacho (extracto) n.º 968/2009

Por meu despacho, de 29 de Dezembro de 2008, Ana Maria Fernandes Boavida, auxiliar de limpeza, do mapa de pessoal desta Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, é nomeada definitivamente, precedendo concurso interno de ingresso e obtida a confirmação de declaração de cabimento orçamental da 3.º Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, em cumprimento do disposto no n.º 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, na categoria de telefonista, da carreira de telefonista, ficando posicionada no escalão 1, índice 133, com efeitos a partir da data do referido despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — O Director Regional-Adjunto, *António José Nunes Ramos.*

Despacho (extracto) n.º 969/2009

Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008, cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, n.º P20086725, não tendo sido apresentada qualquer candidatura e obtido o parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nomeio o licenciado Luís António dos Santos Temprilho, técnico profissional de 1.ª classe da carreira de Técnico Profissional, no âmbito de processo de reclassificação profissional, nos termos dos artigos 4.º, 6.º, 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de Técnico Superior, escalão 1, índice 400, em lugar vago do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, sendo dispensado do exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do referido diploma legal.

Nos termos previstos pelo n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, os efeitos da nomeação reportam-se à data

do despacho de nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — O Director Regional-Adjunto, *António José Nunes Ramos.*

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 970/2009

Por despacho do Director Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, datado de 10 de Setembro de 2008, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o Técnico Especialista da carreira de Engenheiro Técnico Agrário da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, João Júlio Meireles Xavier, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Delegado Regional de Beja.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Julho de 2008.

10 de Setembro de 2008. — O Director Regional, *João Filipe Chaveiro Libório.*

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho n.º 971/2009

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, tornam-se públicas as alterações de posicionamento remuneratório relativas aos seguintes funcionários:

Cecília Maria Domingos Evaristo — fica posicionada no escalão 3, índice 218 da categoria de Auxiliar Técnico, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008;

Maria Madalena Correia da Silva Pereira — fica posicionada no escalão 5, índice 170, da categoria de Auxiliar de Limpeza, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008;

Ângela António Gaspar Fernandes Viegas — fica posicionada no escalão 3, índice 218, da categoria de Auxiliar Técnico, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008.

Fundamentação da alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária

Atendendo ao volume de trabalho em algumas áreas, ao nível de exigência do mesmo e aos resultados alcançados, foi considerado importante recorrer a este mecanismo gestionário para reconhecer o esforço e o empenhamento de alguns trabalhadores, dentro do limite das disponibilidades orçamentais existentes.

Parecer do Conselho Coordenador da Avaliação

Auxiliar Técnico Cecília Maria Domingos Evaristo — é parecer da comissão que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo à qualidade e capacidade de concretização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2007, destacando-se o seu envolvimento nas sucessivas auditorias ocorridas em 2007 na unidade orgânica a que pertence.

Auxiliar de Limpeza Maria Madalena correia da Silva Pereira — é parecer da comissão que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo ao empenho demonstrado na realização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2007, destacando-se o esforço dedicado às acções de manutenção e melhoria, quer na Delegação de Portimão, quer nos Núcleos de Aljezur e Silves.

Auxiliar Técnico Ângela António Gaspar Fernandes Viegas — é parecer da comissão que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo ao empenho, dedicação e elevado profissionalismo demonstrados na realização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2007, destacando-se pela forma como contribuiu para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela unidade orgânica a que pertence.

2 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues.*

Despacho n.º 972/2009

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, tornam-se públicas as alterações de posicionamento remuneratório relativas aos seguintes funcionários:

Cecília Maria Domingos Evaristo — fica posicionada no escalão 3, índice 218 da categoria de Auxiliar Técnico, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008;

Maria Madalena Correia da Silva Pereira — fica posicionada no escalão 5, índice 170, da categoria de Auxiliar de Limpeza, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008;

Ângela António Gaspar Fernandes Viegas — fica posicionada no escalão 3, índice 218, da categoria de Auxiliar Técnico, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008.

Fundamentação da alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária

Atendendo ao volume de trabalho em algumas áreas, ao nível de exigência do mesmo e aos resultados alcançados, foi considerado importante recorrer a este mecanismo gestionário para reconhecer o esforço e o empenhamento de alguns trabalhadores, dentro do limite das disponibilidades orçamentais existentes.

Parecer do Conselho Coordenador da Avaliação

Auxiliar Técnico Cecília Maria Domingos Evaristo — é parecer da comissão que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo à qualidade e capacidade de concretização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2007, destacando-se o seu envolvimento nas sucessivas auditorias ocorridas em 2007 na unidade orgânica a que pertence.

Auxiliar de Limpeza Maria Madalena correia da Silva Pereira — é parecer da comissão que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo ao empenho demonstrado na realização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2007, destacando-se o esforço dedicado às acções de manutenção e melhoria, quer na Delegação de Portimão, quer nos Núcleos de Aljezur e Silves.

Auxiliar Técnico Ângela António Gaspar Fernandes Viegas — é parecer da comissão que a funcionária é merecedora da alteração do seu posicionamento remuneratório, atendendo ao empenho, dedicação e elevado profissionalismo demonstrados na realização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2007, destacando-se pela forma como contribuiu para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela unidade orgânica a que pertence.

2 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues.*

Despacho (extracto) n.º 973/2009

Por despacho de 09 de Dezembro de 2008, do Director Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, são promovidos automaticamente ao abrigo do disposto no artigo 15.º, n.º 3, alínea *b*), da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, pelo facto de terem obtido a classificação de Excelente na avaliação de desempenho referente ao ano de 2007 e por à data de 31 de Dezembro já ter decorrido o último ano do período de tempo necessário à promoção:

António Pedro de Menezes Cunha, técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário desta Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, promovido a técnico principal da mesma carreira;

Luís Filipe de Carvalho Grade, técnica principal da carreira de engenheiro técnico agrário desta Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, promovido a técnico especialista da mesma carreira.

(Isento de fiscalização prévia do tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues.*

Despacho (extracto) n.º 974/2009

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado por despacho de 06 de Outubro de 2008 do Director Regional, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau para a Divisão de Cooperação e Valorização de Recursos desta Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, o técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior, Carlos Manuel das Dores Palma.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem como suporte o respectivo currículo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 01 de Outubro de 2008. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues.*

Síntese curricular

Nome: Carlos Manuel das Dores Palma;
Naturalidade: Almodôvar;
Data de Nascimento: 18 de Outubro de 1961;
Categoria: Técnico Superior de 1.ª Classe da Carreira de Técnico Superior.
Formação académica: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas em 1986, na Universidade Técnica de Lisboa.
Formação profissional relevante: curso de Alta Direcção em Administração Pública em 2006, promovido pelo INA.
Formação profissional complementar:

Acção de Formação em 1999, "Liderança e Coordenação de Equipas" promovida pelo Instituto Nacional de Estatística, com a duração de 14 horas;
Participação na Jornada de Cooperativismo Algarve-Andaluzia em 2000 no âmbito do INTERREG II, com a duração de 1 dia;
Participação nas II Jornadas Técnicas Transnacional — Cortiça-Vinho, organizado pela DRAALG em 2004 com a duração de 1 dia;
Seminário do Projecto Andalg-Citrus em 2004-Iniciativa Comunitária INTERREG II A Espanha Portugal, com a duração de 2 dias;
Curso de formação em 2004, sobre Tecnologias de Informação para Gestão de Recursos Naturais, promovido pela DRAALG, com a duração de 30 horas;
Curso de formação em 2004, sobre Planeamento e Gestão de Recursos Naturais, promovido pela DRAALG, com a duração de 30 horas;
Seminário sobre Tecnologias de Informação em Gestão Florestal Sustentável no Algarve, em 2005, organizado pela DRAALG com a duração de 1 dia;
Participação no 2.º Seminário, SIG Global Apoio à Decisão, 2007, promovido pela DRAPALG com a duração de 1 dia;
Participação no Seminário, Estratégias para o Desenvolvimento Rural 2007-2013, promovido pela AIEA — Comité Algarve, com a duração de 1 dia.

Experiência profissional:

De 1986 a 1997 desempenhou funções Pedagógicas ligadas à área da Contabilidade, Gestão e Administração;
De Setembro de 1997 a Agosto 1998 exerceu funções de controlo em cerca de 20 projectos PAMAF na DRAALG;
Após Agosto de 1998 já na Direcção de Serviços de Planeamento continuou a exercer funções controlo continuando a acompanhar vários Projectos — Cabra Algarvia/Centro de Citricultura-FAO-Tristeza dos Citrinos /Adega Cooperativa de Lagos;
Realizou com a UCAGARB estudos sobre a Adega Cooperativa de Lagos e sobre o sector vitivinícola no Algarve;
Desenvolveu funções financeiras no projecto FAO-Tristeza dos Citrinos em colaboração com a UCAGARB assessorando o Auditor Interno da DRAPALG;
Em 1999 esteve, conjuntamente com o INE, envolvido no processo de selecção de pessoal para agentes do RGA;
Participou no Recenseamento Geral da Agricultura de 1999;
De 24 de Novembro de 2000 até ao final de 2001 foi integrado pelo Despacho interno n.º 31/2000 num grupo de trabalho de apoio à introdução do Euro, junto de funcionários, agricultores e cooperativas de agricultores;
Participou activamente em várias operações estatísticas — Horticultura/Fruticultura 2002, Floricultura 2002, Estruturas 2003, como coordenador de inquéritos nos Concelhos de Lagoa, Albufeira e Silves;
Participou activamente no SIMA-Sistema de Informação de Mercados Agrícolas no fornecimento de informação de preços do mercado da produção e do mercado abastecedor;
Em finais de 2006 desenvolveu parte da actividade no âmbito dos projectos AGRIS, com responsabilidade em 30 projectos;
Colaborou activamente na informação estatística de caracterização sócio-económica dos sítios do Algarve (Monchique/Caldeirão/Barrocal);
Em 2007 esteve envolvido na elaboração de indicadores que serviram de base para a Estratégia Regional do PDR 2007-2013 e dos planos de fileira.

Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas

Despacho (extracto) n.º 975/2009

Por despacho do Inspector-Geral da Agricultura e Pescas, de 26 de Dezembro de 2008, proferido ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º, e dos n.ºs 1, alínea *b*) e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e depois de obtido o parecer favorável, previsto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 7.º do citado diploma, procedeu-se às reclassificações profissionais dos seguintes funcionários:
Assessor principal, do mapa de pessoal da Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas, João Nunes Pires, reclassificado para a carreira de inspector superior, na categoria de inspector superior principal, 1.ª posição remuneratória, índice 780, do mesmo mapa de pessoal;
Técnicos superiores principais, do mapa de pessoal da Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas, António Manuel Carvalho Pegado Pereira, António Manuel Martins dos Reis, Elisabete Frade Luís Silva, Eunice Maria de Jesus Alves Reis, Paula Maria Alves Lopes, Paulo Sérgio Assunção Abreu, Rita Isabel Coelho da Cruz Martins e Zélia do Carmo de Faria Santos Martins Grilo, reclassificados para a carreira de inspector superior, na categoria de inspector principal, 1.ª posição remuneratória, índice 560, do mesmo mapa de pessoal;
Técnica superior de 1.ª classe, do mapa de pessoal da Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas, Helena Maria Barbosa Miranda, reclassificada para a carreira de inspector superior, na categoria de inspector, 1.ª posição remuneratória, índice 500, do mesmo mapa de pessoal.
As presentes reclassificações estão isentas de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

26 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *João Correia de Oliveira.*

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

Despacho n.º 976/2009

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 11.º e n.º 12 do artigo 32.º, ambos da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, autorizo e aprovo a seguinte lista nominativa do pessoal a colocar em mobilidade especial, por opção voluntária.
Nos termos e para os efeitos dos artigos 13.º e 51.º da Portaria n.º 1499-A/2007, de 21 de Novembro, a presente lista nominativa é enviada à Entidade Gestora da Mobilidade e à Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

23 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá.*

Lista nominativa do pessoal do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P., em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, em conformidade com o n.º 4 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 19.º, conjugados com o n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11/2008 de 20 de Fevereiro.

Nome	Vínculo	Grupo de pessoal	Carreira/categoria	Escalão	Índice
Maria Clotilde Barradas Cassola de Sousa Galvão Teles.	Nomeação	Técnico superior	Técnico superior/técnico superior principal	4	650

Despacho n.º 977/2009

Maria da Conceição de Lemos Viana Boavida, assistente de investigação de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da ex-DGPC, nomeada investigadora auxiliar do mesmo quadro, nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, com a redacção dada pelo artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, com efeitos a 16-10-2006.

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá.*

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Aviso n.º 1111/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de Maio, torna-se público que, no ano de 2009, os valores da Taxa de Certificação a cobrar no acto de certificação pela Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa, são os constantes do quadro seguinte:

Recipientes/capacidade	VQPRD (1)	Vinho Regional (2)	Aguardente Vínica (3)
Igual ou inferior a 0,25 l	0,0075 €/unidade	0,0050 €/unidade	0,0320 €/unidade
Superior a 0,25 l e igual ou inferior a 0,5 l	0,0150 €/unidade	0,0100 €/unidade	
Superior a 0,5 l e igual ou inferior a 1 l	0,0300 €/unidade	0,0200 €/unidade	
Superior a 1 l e inferior a 2 l	0,0450 €/unidade	0,0300 €/unidade	
Igual ou superior a 2 l	0,0300 €/litro (ou fracção)	0,0200 €/litro (ou fracção)	

(1): Alenquer, Arruda, Bucelas, Carcavelos, Colares, Encostas d'Aire, Óbidos e Torres Vedras;
(2): Estremadura (incluindo Licoroso Estremadura);
(3): Lourinhã.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Afonso Correia.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

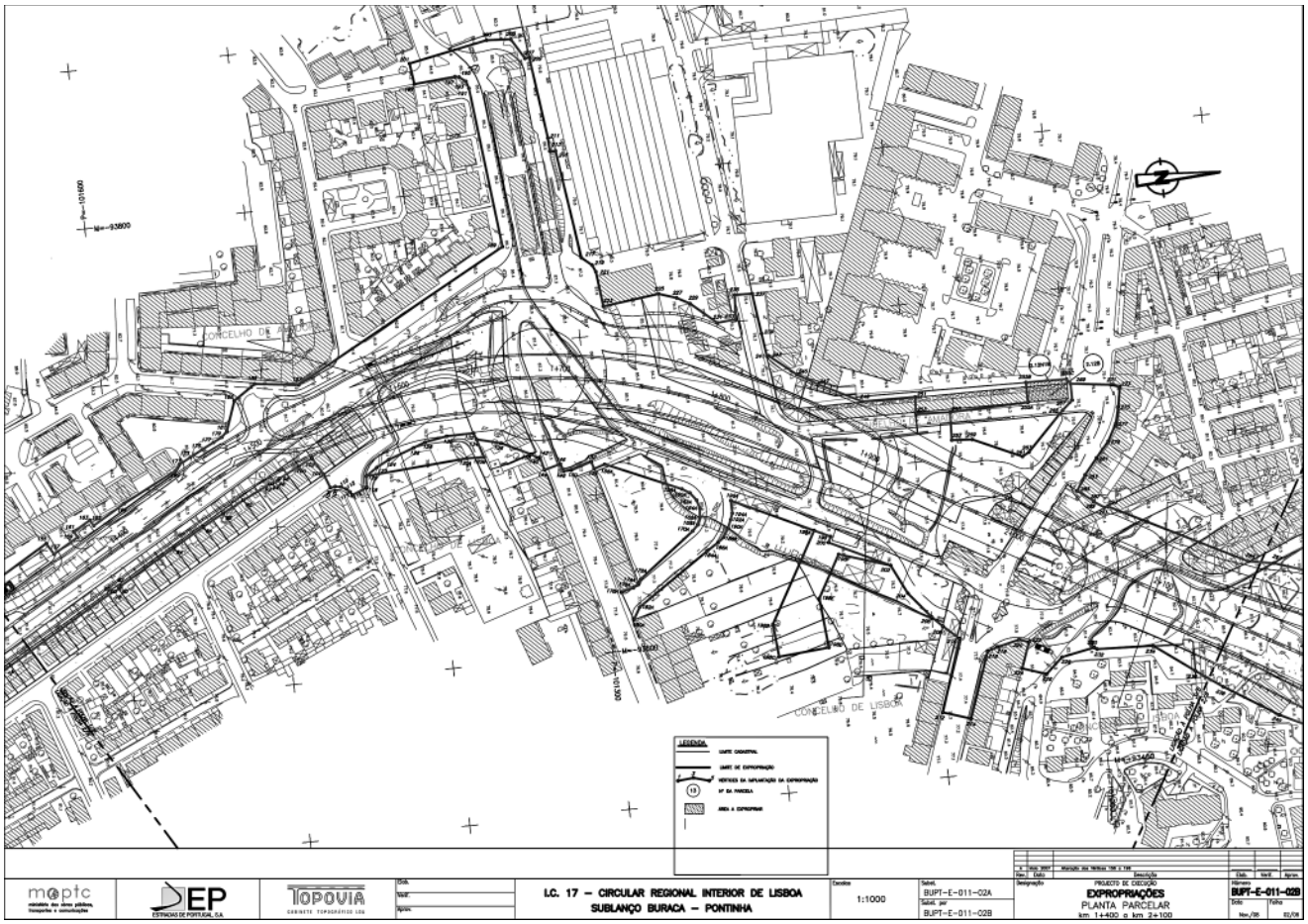
Despacho n.º 978/2009

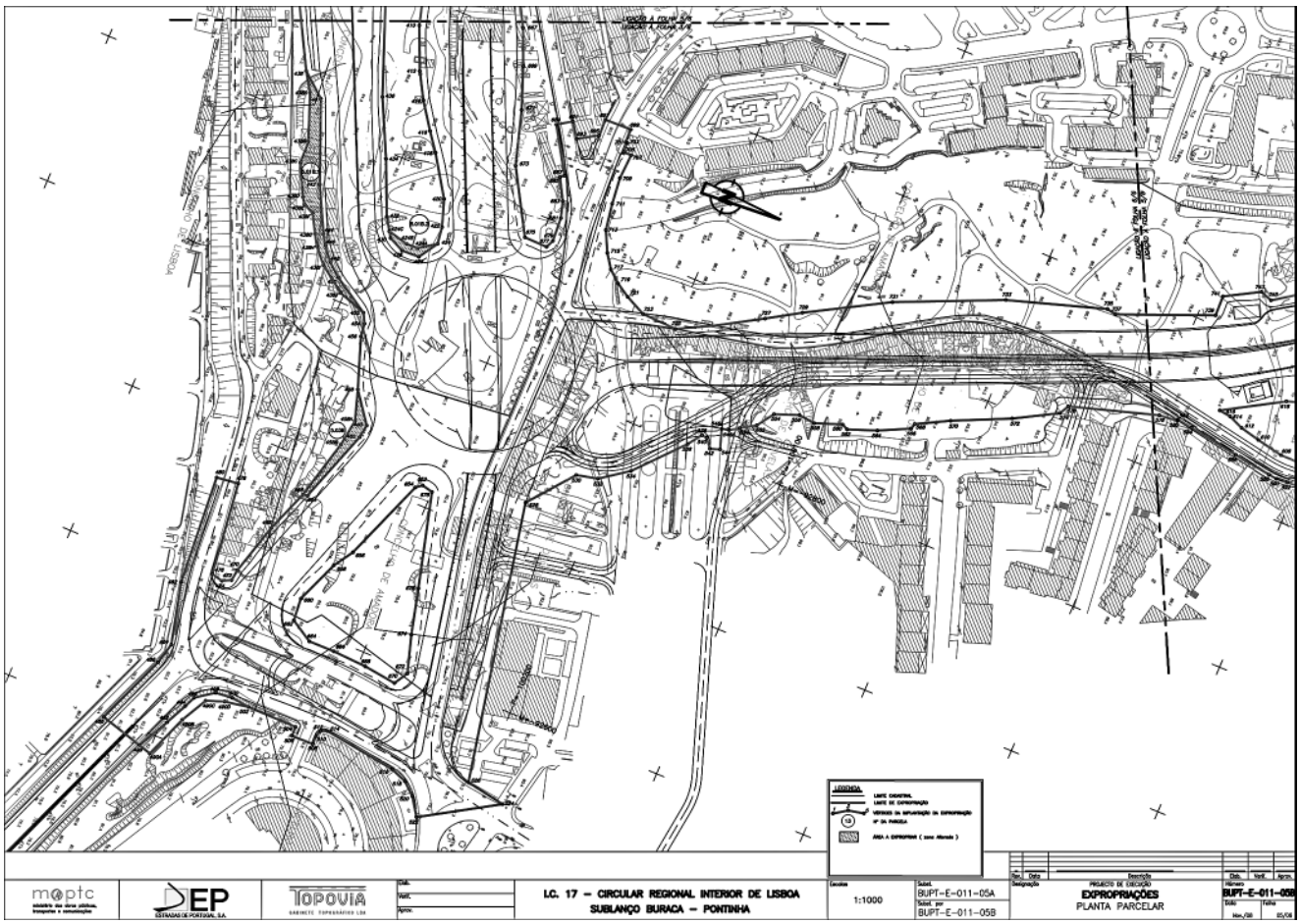
Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atenta a resolução do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, S. A., de 26 de Novembro de 2008, que aprovou as plantas parcelares e os mapas de expropriações das parcelas de terreno necessárias à execução da obra da IC 17 CRIL — sublanço Buraca/Pontinha — adenda 2, tendo agora o seu início previsto no prazo de seis meses, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho, de SS. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, n.º 26 680/2007 (2.ª série), de 10 de Outubro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 224, de 21 de Novembro de 2007, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, atendendo ao interesse público subjacente à célere e eficaz execução da obra projectada, a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra da IC 17 CRIL — sublanço Buraca/Pontinha — adenda 2, identificados no mapa de expropriações e na planta parcelar em anexo, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial, e dos direitos e ónus que sobre eles incidem, bem como os nomes dos respectivos titulares.

Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela EP — Estradas de Portugal, S. A.

19 de Dezembro de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos.*

Número da parcela	Nomes e moradas dos expropriados	Matriz/freguesia		Descrição predial	Confrontações da parcela	Áreas e quantidades (metros quadrados)
		Rústica	Urbana			
2.12B	Proprietário: Isidoro Ferreira Pinto Correia, Av. Conde de Valbom, n.º 94, 3º, 1050 Lisboa. Inquilinos: António Luís Garcia Ferreira, Rua Pedro Nunes, n.º 4, Amora, Seixal, 2845-124 Amora. Gastão de Jesus Gonçalves Moreira, Rua das Fontainhas, n.º 4, Venda Nova, 2700 Amadora. Edilson de Lima Gregório, Rua das Fontainhas, n.º 5, Venda Nova, 2700 Amadora.		Falagueira Venda Nova 2397/48/49	2.694-86-B 9	Norte: Sul: Nascente: Poente:	246
2.12N1B	Proprietário: Câmara Municipal da Amadora, Avenida Movimento das Forças Armadas, 2700 Amadora.		Omisso	Omisso	Norte: Av. Elias Garcia Sul: Câmara Municipal da Amadora Nascente: Isidoro F. Pinto Correia Poente: Arruamento público Norte: Alves Ribeiro Lda	74
5.01B.1	Proprietário: Alves Ribeiro Lda, Rua Sanches Osório, n.º 3, 3º, Lisboa.	Falagueira Venda Nova 25-D		5.337-78 vº-B 18	Sul: Alves Ribeiro Lda Nascente: Alves Ribeiro Lda Poente: Alves Ribeiro Lda Norte: Alves Ribeiro Lda	1 041
5.01B.2	Proprietário: Alves Ribeiro Lda, Rua Sanches Osório, n.º 3, 3º, Lisboa.	Falagueira Venda Nova 25-D		5.337-78 vº-B 18	Sul: Alves Ribeiro Lda Nascente: Alves Ribeiro Lda Poente: Alves Ribeiro Lda Norte: Antero da Silva Faia e Outros	131
5.03B	Proprietário: Antero da Silva Faia e Outros Rua D. Carlos de Mascarenhas, n.º 42, r/c, Esq, 1070 Lisboa.	Falagueira Venda Nova 26-D		Falagueira Venda Nova 385	Sul: Antero da Silva Faia e Outros Nascente: Antero da Silva Faia e Outros Poente: Antero da Silva Faia e Outros	374


LEGENDA
LIMITE CADASTRAL
LIMITE DE EXPROPRIAÇÃO
VÉRTICES DA IMPLANTAÇÃO DA EXPROPRIAÇÃO
Nº DA PARCELA
ÁREA A EXPROPRIAR
CONCELHO DE LISBOA
m@ptc
ministério das obras públicas, transportes e comunicações
EP
ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.
TOPOVIA
GABINETE TOPOGRÁFICO LDA
Desenhado
Visado
Aprov.
LC. 17 – CIRCULAR REGIONAL INTERIOR DE LISBOA
SUBLANÇO BURACA – PONTINHA
Escalas
1:1000
Subst.
BUPT-E-011-02A
Subst. por
BUPT-E-011-02B
Rev.
Data
Descrição
Designação
PROJECTO DE EXECUÇÃO
EXPROPRIAÇÕES
PLANTA PARCELAR
km 1+400 a km 2+100
Desh.
Verif.
Aprov.
Número
BUPT-E-011-02B
Folha
Nov./08
01/04


LEGENDA
LIMITE CADASTRAL
LIMITE DE EXPROPRIAÇÃO
VÉRTICES DA IMPLANTAÇÃO DA EXPROPRIAÇÃO
Nº DA PARCELA
ÁREA A EXPROPRIAR (zona Alameda)
m@ptc
ministério das obras públicas, transportes e comunicações
EP
ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.
TOPOVIA
GABINETE TOPOGRÁFICO LDA
Desenhado
Visado
Aprov.
LC. 17 – CIRCULAR REGIONAL INTERIOR DE LISBOA
SUBLANÇO BURACA – PONTINHA
Escalas
1:1000
Subst.
BUPT-E-011-05A
Subst. por
BUPT-E-011-05B
Rev.
Data
Descrição
Designação
PROJECTO DE EXECUÇÃO
EXPROPRIAÇÕES
PLANTA PARCELAR
Desh.
Verif.
Aprov.
Número
BUPT-E-011-05B
Folha
Nov./08
02/04

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Despacho n.º 979/2009

A Sociedade EMA — Empresa de Meios Aéreos, S. A., com sede em Lisboa, na Rua Casal Ribeiro n.º 14-3.º, freguesia de São Jorge de Arroios requereu a concessão de uma licença para o exercício da actividade de trabalho aéreo.

Tendo a referida sociedade cumprido todos os requisitos exigíveis para o efeito, determino, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 19/82, de 28 de Janeiro conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 172/93 e no uso das competências delegadas pelo Conselho Directivo do INAC, I.P, conforme subalínea iii) da alínea *d*) do n.º 2.2, do Despacho n.º 9090/2008, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 60, de 26 de Março de 2008, o seguinte:

1 — À sociedade EMA — Empresa de Meios Aéreos, S.A é concedida uma licença para o exercício da actividade de trabalho aéreo, nos seguintes termos:

Quanto ao tipo de exploração: — as modalidades constantes do Certificado de Operador de Trabalho Aéreo;

Quanto ao equipamento: — quatro aeronaves de peso máximo à descolagem não superior a 2 250kg;

Quanto ao prazo: — a presente licença tem a validade de dez anos.

2 — Pela concessão da presente licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido na Parte I da tabela anexa à Portaria n.º 606/91, de 4 de Julho.

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís A. Fonseca de Almeida.*

Regulamento n.º 13/2009

Regulamento de Funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), prevê que os serviços da Administração Indirecta do Estado elaborem um regulamento de funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 58.º

Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 357.º da Lei n.º Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, foi ouvida a Comissão de Trabalhadores do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Assim, em reunião de 19.12.2008, o Conselho Coordenador da Avaliação aprovou o Regulamento de Funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento define as regras de funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação do Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. (INAC, I.P), em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 58.º da Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de Dezembro.

2 — As deliberações proferidas pelo Conselho Coordenador da Avaliação aplicam-se a todos os trabalhadores que exercem funções públicas no INAC, I.P., nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ainda nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

3 — Os trabalhadores requisitados, cedidos ou destacados são avaliados no organismo onde tenham mantido mais de seis meses de contacto funcional com um avaliador.

CAPÍTULO II

Competência, composição e funções

Artigo 2.º

Composição

1 — O Conselho Coordenador de Avaliação (CCA) é composto pelos titulares dos seguintes cargos:

a) Presidente do Conselho Directivo, que preside;
b) Vogal do Conselho Directivo com competências na gestão de recursos humanos;
c) Director da Direcção de Gestão de Recursos;
d) Director do Gabinete de Estudos e Controlo de Gestão;
e) Director do Gabinete Jurídico;
f) Director da Direcção de Segurança Operacional.

2 — O CCA restrito, a que se refere o n.º 7 do artigo 58.º da Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de Dezembro tem a seguinte composição:

a) Presidente do Conselho Directivo, que preside;
b) Vogal do Conselho Directivo com competências na gestão de recursos humanos;
c) Director da Direcção de Gestão de Recursos.

4 — Não é permitida a representação de qualquer dos membros.

Artigo 3.º

Competências do CCA

1 — O CCA é um órgão colegial de apoio ao processo de avaliação dos recursos humanos afectos ao INAC, I.P.

2 — Compete, nomeadamente, ao CCA:

a) Estabelecer as directrizes para uma aplicação objectiva e harmonizada do SIADAP 2 e do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão referido no artigo 8.º da Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de Dezembro;
b) Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objectivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objectivos;
c) Estabelecer o número de objectivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores do serviço ou, quando se justifique, por unidade orgânica ou carreira;
d) Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 2 e do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as avaliações de Desempenho relevante e Desempenho inadequado, bem como proceder ao reconhecimento do Desempenho excelente;
e) Emitir parecer sobre os pedidos de apreciação das propostas de avaliação dos dirigentes intermédios avaliados;
f) Propor a designação de entre os seus membros de um avaliador nos casos em que o superior hierárquico imediato do avaliado seja o dirigente máximo do serviço ou noutros casos excepcionais previstos na Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de Dezembro;
g) Preparar o relatório anual de avaliação de desempenho, que integra o relatório de actividades do INAC, I. P;
h) Exercer as demais competências que por lei ou regulamento lhe são cometidas.

3 — O CCA, por despacho do seu Presidente, pode solicitar a assessoria de elementos externos, que podem estar presentes nas reuniões, não tendo, contudo, direito de voto.

Artigo 4.º

Competências do presidente do CCA

1 — Compete ao Presidente do CCA, designadamente:

a) Nomear um secretário e um substituto;
b) Representar o CCA;
c) Convocar e dirigir as reuniões, ordinárias e extraordinárias do CCA;
d) Garantir o cumprimento da legalidade e dos demais deveres da Administração Pública;
e) Assegurar a elaboração das actas das reuniões pelo secretário;
f) Assegurar a preparação do relatório anual da avaliação do desempenho;
g) Agendar as reuniões ordinárias do CCA;
h) Suspender quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, desde que devidamente fundamentadas, a incluir na respectiva acta.

2 — Compete ao Presidente do CCA convocar as reuniões, por meio idóneo e com a antecedência mínima de cinco dias úteis, constando da convocatória a respectiva ordem de trabalhos.

Artigo 5.º

Secretário do CCA

1 — O CCA é secretariado por um trabalhador nomeado, pelo período de um ano, pelo Presidente da CCA.

2 — Cabe ao secretário executar os procedimentos técnico-administrativos relacionados com o CCA, designadamente:

a) Secretariar as reuniões e elaborar as respectivas actas;

b) Organizar o expediente e arquivo do CCA;
c) Apoiar o Presidente do CCA na preparação na ordem de trabalhos.

3 — Compete ao secretário do CCA, antes da reunião ordinária para proceder à análise das propostas de avaliação e à sua harmonização, solicitar elementos, recolhê-los e elaborar uma listagem de todas as avaliações de Desempenhos relevantes e Desempenhos inadequados, e das restantes avaliações atribuídas, contendo também a categoria profissional, a antiguidade na carreira e o respectivo grupo profissional de cada avaliado, não devendo, todavia, conter qualquer menção nominativa.

CAPÍTULO III

Funcionamento

Artigo 6.º

Reuniões

1 — O CCA reúne ordinariamente na segunda quinzena de Janeiro de cada ano civil para proceder à análise das propostas de avaliação e à sua harmonização de forma a assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação de desempenhos, transmitindo, se for necessário novas orientações aos avaliadores e iniciar o processo conducente à validação dos Desempenhos relevantes e Desempenhos inadequados e do reconhecimento dos Desempenhos excelentes.
2 — O CCA reúne extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Presidente do CCA ou, sempre que pelo menos um terço dos membros lho solicitem por escrito, indicando o assunto que desejam ver tratado.
3 — As reuniões do CCA não são públicas.

Artigo 7.º

Deliberações

1 — Todos os assuntos constantes da ordem de trabalhos são objecto de deliberação.
2 — O CCA delibera validamente quando esteja presente a maioria dos seus membros.
3 — As deliberações são aprovadas por votação nominal e por maioria relativa de votos dos membros presentes.
4 — Nas reuniões ordinárias, dois terços dos membros do CCA podem reconhecer urgência sobre deliberação respeitante a outros assuntos, não previstos na ordem de trabalhos.
5 — Em caso de empate, o Presidente do CCA tem voto de qualidade, salvo nas situações de voto secreto, em que se procede a nova votação, adiando para a reunião seguinte caso o empate subsista.
6 — As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades de pessoas são tomadas por votação secreta.
7 — É proibida a abstenção nas votações.

Artigo 8.º

Validação das propostas de avaliação

1 — A harmonização e validação das propostas de avaliação com menções de Desempenho relevante e das avaliações finais de Desempenho excelente far-se-á de acordo com a aplicação das respectivas percentagens máximas previstas no n.º 5 do artigo 37.º e n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de Dezembro, respectivamente no caso de dirigentes intermédios ou trabalhadores.
2 — Compete ao Presidente do INAC, I. P., em exclusividade, a atribuição das percentagens máximas previstas no n.º 5 do artigo 37.º e no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de Dezembro.
3 — Sempre que o CCA não valide uma proposta de avaliação, devolve o processo ao avaliador acompanhado da fundamentação da não validação, para que aquele, no prazo que lhe for determinado, reformule a proposta de avaliação.
4 — No caso de o avaliador decidir manter proposta anteriormente formulada deve apresentar fundamentação adequada perante o CCA.
5 — No caso de o CCA não acolher a proposta referida no número anterior, estabelece a proposta final de avaliação, que transmite ao avaliador para que este dê conhecimento ao avaliado e remeta, por via hierárquica, para homologação.

Artigo 9.º

Colaboração de avaliadores e avaliados

1 — Os avaliadores sem assento no CCA devem apresentar, com a antecedência mínima de 48 horas, a fundamentação das propostas de avaliação com menções de Desempenho de relevante e Desempenho inadequado de sua responsabilidade, através do superior hierárquico superior imediato que seja membro do CCA ou através do Presidente do CCA, caso o superior hierárquico não seja membro do conselho.
2 — O CCA pode solicitar, por escrito, aos avaliadores e avaliados os elementos de informação que considerar convenientes para o seu melhor esclarecimento.
3 — No decurso das reuniões, o CCA pode também solicitar a presença individual de qualquer avaliador ou avaliado para prestar declarações ou qualquer tipo de informações necessárias à fundamentação das deliberações que lhe respeitam.
4 — O CCA pode também convocar todos os avaliadores para reuniões preparatórias das deliberações que visem o estabelecimento de orientações gerais em matéria de fixação de objectivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objectivos, bem como o estabelecimento do número de objectivos e de competências a que irá subordinar a avaliação de desempenho.

Artigo 10.º

Acta da reunião

1 — De cada reunião será lavrada acta, que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido.
2 — As actas são lavradas pelo secretário e submetidas à aprovação de todos os membros do CCA, sendo assinadas, após a aprovação por todos os presentes.
3 — Os membros do conselho podem fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o fundamentem.
4 — As actas das reuniões em que se procede à avaliação das propostas de avaliação final integram, ainda, em anexo a declaração formal do reconhecimento de Desempenho Excelente, prevista no n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de Dezembro.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 11.º

Disposições finais e transitórias

1 — Sem prejuízo das regras de publicidade legalmente aplicáveis, os membros do CCA ficam sujeitos ao dever de sigilo previsto no n.º 3 do artigo 44.º da Lei n.º 66 -B/2007 de 28 de Dezembro.
2 — Ficam igualmente sujeitos ao dever de sigilo o secretário do CCA e todos avaliadores cuja colaboração seja sido solicitada nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 9.º deste Regulamento.

Artigo 12.º

Omissões

A tudo o que não estiver previsto no presente regulamento aplicam-se as disposições legais e regulamentares em vigor relativas ao Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP 1, 2 e 3) e, subsidiariamente as normas relativas ao funcionamento dos órgãos colegiais constantes no Código de Procedimento Administrativo, bem como no disposto nos diplomas que regem a estrutura orgânica do INAC, I. P.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

Aprovado em reunião do Conselho Coordenador da Avaliação de 19 de Dezembro de 2008.

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís António Fonseca de Almeida.*

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Deliberação (extracto) n.º 56/2009

Para os devidos efeitos, se publica que o júri para as provas públicas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica da investigadora principal, Doutora Teresa Barbosa Eira Leitão de Lobo

Ferreira nomeado por deliberação do Conselho Directivo de 2008-12-11, tem a seguinte composição:

Presidente: Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.;
Vogais: Professor catedrático Francisco Carlos da Graça Nunes Correia, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;
Professor catedrático Manuel Jesus Carrera Ramirez, Universidade Politécnica da Catalunha;
Professor catedrático Manuel Augusto Marques da Silva, Universidade de Aveiro;
Investigador-coordenador Rui Manuel Branco Pereira Correia, Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
Investigadora-coordenadora Maria Rafaela de Saldanha Gonçalves Matos, Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
Professor Catedrático João José Lopo Mendonça, especialista na área científica da candidata.

12 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

Deliberação (extracto) n.º 57/2009

Por deliberação do Conselho Directivo do LNEC, I. P., de 2008-12-16:

Maria Soares Carreira Martins Machado, operadora de reprografia, na situação de mobilidade especial, adstrita à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde — nomeada em regime de requisição, escalão 5, índice 184, da carreira de operadora de reprografia, para exercer funções neste Laboratório Nacional, com efeitos a 2008-12-29, na sequência da oferta no SigaMe com o código P20087395.

18 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais.*

Deliberação (extracto) n.º 58/2009

Por deliberação do Conselho Directivo do LNEC, I. P., de 2008-12-17:

José Nuno dos Reis Pedroso de Lima, investigador auxiliar, do mapa de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., a exercer funções, em regime de requisição, neste Laboratório Nacional — autorizada a prorrogação da requisição do referido funcionário, com efeitos a partir de 2009-01-01 e até final do projecto em que se encontra inserido.

22 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 980/2009

Com a entrada em vigor dos estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, cessam as comissões de serviços de todos os titulares de cargos dirigentes ou equiparados que exerçam funções na SCML.

A licenciada Leonor Cristina Cortês Rodrigues Lemos Araújo é possuidora de currículo demonstrativo de aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das funções que tem vindo a desempenhar como vogal da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Tendo em atenção os resultados que obteve no exercício dessas funções, nomeadamente na tarefa de renovação em curso naquela instituição, entende-se que deve manter-se no exercício daquele cargo.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 2.º e nos n.os 1 e 2 do artigo 13.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, ouvido o respectivo provedor:

1 — É nomeada, para exercer o cargo de vogal da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a licenciada Leonor Cristina Cortês Rodrigues Lemos Araújo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2009.

31 de Dezembro de 2008. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques,* Secretário de Estado da Segurança Social.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Leonor Cristina Cortês Rodrigues Lemos Araújo
Data de nascimento: 25 de Fevereiro de 1968
Naturalidade: Lisboa

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da UAL, concluída em Julho de 1992.
Pós-Graduação em Regulação Pública — Direito Público da Economia, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluída em Julho de 2003.

Actividade profissional:

Chefe de Gabinete do Provedor e da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, desde Agosto de 2005.
Directora do Departamento de Legislação, Regulação e Conflitos, do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, de Maio de 2002 a Agosto de 2005.
Assessora do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes, de Março de 2001 a Abril de 2002.
Assessora do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, de Maio de 2000 a Março de 2001.
Inspectora da Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, de Outubro de 1997 a Abril de 2000.
Exerceu funções no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, de Outubro de 1995 a Julho de 1997.
Advogada, de Abril de 1993 a Outubro de 1995.
Exerceu funções na Divisão de Documentação e Informação da Procuradoria-Geral da República, de Março de 1989 a Abril de 1993.

Publicação — «Conselho da Europa e desporto», in Revista Sub Júdice, dedicada ao tema Direito do Desporto, Janeiro/Março, 1994.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 981/2009

Por meu despacho de 2008-12-19, proferido no uso de competência delegada, nomeado definitivamente, após concurso, Assessor Jurídico Principal, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, com efeitos reportados à data do despacho, o seguinte funcionário:

Luís Manuel Padinha Rosado — exonerado do lugar de origem a partir da data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

22 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Jorge Gouveia*.

Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Despacho n.º 982/2009

Nos termos dos Decretos-Lei n.º s 248/85, de 15 de Julho, n.º 204/98, de 11 de Julho e 404-A/98, 18 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, é nomeada definitivamente, na categoria de chefe de secção, ficando posicionada no escalão 2, índice 350 do NSR, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida confirmação de cabimento orçamental da 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, a assistente administrativa especialista, do mesmo quadro

Lucinda das Neves Ferraz Pereira da Cunha

A nomeação produz efeitos a partir da data do despacho, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, ficando a funcionária exonerada do lugar de origem a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

Despacho n.º 983/2009

Nos termos dos Decretos-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, n.º 204/98, de 11 de Julho e n.º 404-A/98, 18 de Dezembro, o último alterado e republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, são nomeados definitivamente na categoria de assessor, ficando posicionados no escalão 1,

índice 610 do NSR, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida confirmação de cabimento orçamental da 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, os técnicos superiores principais do mesmo quadro:

João Manuel Ramos Jorge
Pedro Jorge de Jesus Bogalho

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, ficando os funcionários exonerados do lugar de origem a partir da mesma data.
(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes.*

Despacho n.º 984/2009

Nos termos dos Decretos-Lei n.os 248/85, de 15 de Julho, 204/98, de 11 de Julho e 404-A/98, 18 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Maria Isabel Martins Canas é nomeada definitivamente na categoria de técnico superior de 1.ª classe, ficando posicionada no escalão 1, índice 460 do NSR, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, precedendo concurso interno de acesso geral, na sequência da oferta de emprego P-20085881 e obtida confirmação de cabimento orçamental da 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, a técnica superior de 2.ª classe, ficando a mesma exonerada do lugar de origem.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

Despacho n.º 985/2009

Nos termos dos Decretos-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, n.º 204/98, de 11 de Julho e n.º 404-A/98, 18 de Dezembro, o último alterado e republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, na qualidade de dirigente responsável pela coordenação do processo de fusão do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., nomeado por despacho conjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e da Ministra da Educação, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 26 de Setembro de 2007 são nomeados definitivamente na categoria de técnicos superiores principais, ficando posicionados no escalão 1, índice 510 do NSR, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do referido Instituto, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida confirmação de cabimento orçamental da 5.ª e 6.ª Delegações da Direcção-Geral do Orçamento, os técnicos superiores de 1.ª classe do mesmo quadro:

António Bob Moura Santos
Carla Cristina Florêncio da Rocha Rodrigues
Anabela Marques Fernandes Solano
Sandra Cristina Nunes Lameira
Teresa Paula da Silva Dias Gaspar
Catarina Maria de Almeida Curado de Sousa
Maria Teresa Lopes Rento de Moura e Oliveira
Paulo Jorge Pereira Rodrigues de Almeida
Susana Clara Cambêdo Duarte Luís
Cristina Maria Paulo do Nascimento Milagre
Ana Cristina Tomé Pais Cabral
Pedro Luís da Costa Barros Correia dos Santos
Maria Luísa Vasques Mendes dos Anjos
Ana Rita de Vilhena Costa
Tânia Denise Aires Ferreira
Ângela Maria Carrasco Pacheco Pires
Pedro Moreno da Fonseca
Ana Maria Boeyen Suspiro
Maria Margarida Marques Ferreira da Costa Pereira
Maria da Conceição da Fonseca Vieira
Filomena Maria Chaves Heitor
Helena Isabel Alfarroba Rosado Zegre

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, ficando os funcionários exonerados do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

26 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes.*

Gabinete de Estratégia e Planeamento

Despacho n.º 986/2009

Rosália Maria Assis Preto da Silveira, Assessora do quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, nomeada definitivamente, na sequência de concurso, Assessora Principal do respectivo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.
(Não carece de fiscalização prévia do T.C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

Despacho n.º 987/2009

Por meu despacho de 29 de Dezembro, Antónia Maria Simão da Silva e Serpa, Eduarda Maria Pereira Gonçalves Correia Saraiva, Katia Tatiana Ferreira Blanco da Cruz Silva e Cristina Maria Borges Saraiva, técnicas superiores principais do quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nomeadas definitivamente na sequência de concurso, assessoras do mesmo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea *a*), do n.º 2 do artigo 128.º do Código de Procedimento Administrativo.
(Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares.*

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

Despacho (extracto) n.º 988/2009

Por despacho do Conselho Directivo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. de 12 de Dezembro de 2008:
Alexandra Cristina Viegas da Costa, Nuno Miguel da Silva Pedro e Paulo José de Freitas Figueiredo Martins Lameira, trabalhadores do mapa específico do IGFSE, I.P, anexo ao Despacho 23119/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro de 2000, alterado pelo Despacho n.º 24704/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, da carreira de assessoria/auditoria, após concurso de promoção, posicionados no nível 8 — A, da mesma carreira e mapa, com efeitos à data do despacho de provimento.
Ana Cristina dos Santos Mateus da Silva Revêz, trabalhadora do mapa específico do IGFSE, I.P, anexo ao Despacho 23119/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro de 2000, alterado pelo Despacho n.º 24704/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, da carreira técnica, após concurso de promoção, posicionada no nível 6 — A, da carreira de assessoria/auditoria, do mesmo mapa, com efeitos à data do despacho de provimento.
António Manuel Baptista Ribeiro, trabalhador do mapa específico do IGFSE, I.P, anexo ao Despacho 23119/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro de 2000, alterado pelo Despacho n.º 24704/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, da carreira técnica, após concurso de promoção, posicionado no nível 7 — A, da carreira de assessoria/auditoria, do mesmo mapa, com efeitos à data do despacho de provimento.
Lília Craveiro Melo, Sérgio André da Silva Nobre e Ana Cristina Ramos Moreira, trabalhadores do mapa específico do IGFSE, I.P, anexo ao Despacho 23119/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro de 2000, alterado pelo Despacho n.º 24704/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, da carreira técnica, após concurso de promoção, posicionados no nível 8 — A, da mesma carreira e mapa, com efeitos à data do despacho de provimento.
Cristina Maria Rouxinol Seixas de Távora, trabalhadora do mapa específico do IGFSE, I.P, anexo ao Despacho 23119/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro de 2000, alterado pelo Despacho n.º 24704/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, da carreira técnica, após concurso de promoção, posicionada no nível 6 — A, da mesma carreira e mapa, com efeitos à data do despacho de provimento.
João Carlos Barata Fernandes e Teresa Filomena dos Santos da Conceição Parreira, trabalhadores do mapa específico do IGFSE, I.P, anexo ao Despacho 23119/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro de 2000, alterado pelo Despacho n.º

24704/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, da carreira técnica, após concurso de promoção, posicionados no nível 6 — A, da mesma carreira e mapa, com efeitos à data do despacho de provimento.

Maria de Fátima Mendes da Silva, trabalhadora do mapa específico do IGFSE, I.P, anexo ao Despacho 23119/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro de 2000, alterado pelo Despacho n.º 24704/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, da carreira técnica administrativa, após concurso de promoção, posicionada no nível 5 — A, da mesma carreira e mapa, com efeitos à data do despacho de provimento.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Luís Valadas da Silva.*

Despacho (extracto) n.º 989/2009

Por despacho do Conselho Directivo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P., de 12 de Dezembro de 2008:

Paula Maria Pinto Pereira Dantas, inspectora superior do mapa de pessoal do IGFSE, I.P., aprovado pela Portaria n.º 384/2004, de 16 de Abril, nomeada mediante concurso, na categoria de inspector superior principal, do mesmo mapa, ficando exonerada do lugar que ocupa.

Mário João Gouveia Dias Campina e Ângela Maria de Sousa Cardoso Nunes, inspectores principais do mapa de pessoal do IGFSE, I.P., aprovado pela Portaria n.º 384/2004, de 16 de Abril, nomeados mediante concurso, na categoria de inspector superior, do mesmo mapa, ficando exonerados dos lugares que ocupam.

Rui Jorge Pedro da Silveira Cecílio, assessor do mapa de pessoal do IGFSE, I.P., aprovado pela Portaria n.º 384/2004, de 16 de Abril, nomeado mediante concurso, na categoria de assessor principal, do mesmo mapa, ficando exonerado do lugar que ocupa.

A estas nomeações é atribuída eficácia retroactiva com efeitos reportados à data da nomeação, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Luís Valadas da Silva.*

Despacho (extracto) n.º 990/2009

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., na sequência de processo de selecção, foi celebrado contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, com Lina Gregório Rafael, a partir de 21 de Julho de 2008, tendo ficado posicionada no nível 4, escalão C, da tabela salarial relativa à carreira Técnica do pessoal vinculado ao mapa específico deste Instituto. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Luís Valadas da Silva.*

Despacho (extracto) n.º 991/2009

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P., na sequência de processo de selecção, foram celebrados contratos individuais de trabalho, por tempo indeterminado, a partir de 1 de Agosto de 2008, com Mónica Alexandra Ramos Lopes, tendo ficado posicionada no nível 4 escalão C, e com André Filipe Sobreira Garrido e Rita Susana da Silva Ganhão, tendo ficado posicionados no nível 3, escalão B da tabela salarial, respectivamente, da carreira Técnica e da carreira Técnico-administrativa, do pessoal vinculado ao mapa especifico deste Instituto. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Luís Valadas da Silva.*

Despacho (extracto) n.º 992/2009

Considerando que estarei ausente do IGFSE, I.P. nos próximos dias 22, 23 e 26 de Dezembro, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 25.º e no n.º 4 do artigo 25-A, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que consta do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, conjugado com o preceituado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 212/2007, de 29 de Maio, e no uso da faculdade conferida no n.º V da deliberação n.º 1443/2005, publicada na 2.ª série do *Diário da República* n.º 215, de 09-11-2005, alterada pelas Deliberações n.º s 680/2006, 891/2007 e 1821/2008, publicadas, respectivamente, na 2.ª série do *Diário da República* n.º 102, de 26-05-2006, n.º 101, de 25-05-2007 e n.º 130, de 08-07-2008, designo para me substituir, nos termos do n.º 3 do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, a vogal do conselho directivo licenciada Rosa Maria Simões da Silva, com mandato para, em minha representação, vincular o IGFSE pela sua assinatura durante o período em referência.

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Luís Valadas da Silva.*

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra

Alvará n.º 1/2009

Para os devidos efeitos se faz saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, aplicável por força do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de Março, é emitido o presente Alvará de funcionamento do estabelecimento

Denominado Academia dos Pequenitos — ATL, Centro de Estudos, Diversão e Organização de Eventos, Lda

Sito na Rua Rancho das Cantarinhas, n.º 38, loja rés-do-chão esquerdo, Fracção "T"

Freguesia de Buarcos

Concelho de Figueira da Foz

Distrito de Coimbra

Propriedade de Academia dos Pequenitos — ATL, Centro de Estudos, Diversão e Organização de Eventos, Lda.

A actividade e a respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividade: Centro de Actividades de Tempos Livres

Lotação máxima: 25 utentes

25 de Novembro de 2008. — O Director, *Mário Manuel Guedes Teixeira Ruivo.*

301058519

Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real

Despacho n.º 993/2009

Delegação e subdelegação de competências do director de Segurança Social do Centro Distrital de Vila Real do Instituto da Segurança Social, I. P., licenciado Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos.

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 28.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I.P., aprovados pela Portaria n.º 638/2007, de 30 de Maio, e dos que me foram delegados pelo Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, I.P., através da deliberação n.º 2310/2008, de 30 de Julho, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto, na leitura dada pela Rectificação n.º 2345/2008, de 29 de Setembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 208, de 27 de Outubro, delego ou subdelego, sem prejuízo dos poderes de avocação, com a faculdade de poderem subdelegar:

1 — Na Directora da Unidade de Identificação, Qualificação e Contribuições, licenciada Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Competências Genéricas:

1.1.1 — Assinar correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da Unidade, com excepção da que for dirigida aos gabinetes de Ministérios, Secretarias de Estado, Direcções-Gerais, Institutos Públicos, Governos Civis e Câmaras Municipais;

1.1.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

1.1.3 — Autorizar o gozo de férias anteriores à aprovação do plano anual e o gozo de férias interpoladas;

1.1.4 — Autorizar a mobilidade do pessoal no âmbito da área de intervenção da Unidade;

1.1.5 — Despachar os pedidos de justificação de faltas ou ausências dos colaboradores sob a sua dependência;

1.1.6 — Autorizar as deslocações em serviço pelo desempenho de funções ao pessoal afecto à Unidade;

1.1.7 — Autorizar a comparência do pessoal da Unidade perante os Tribunais ou outras entidades oficiais, quando devidamente requisitados;

1.1.8 — Autorizar a realização e o pagamento das despesas inerentes as deslocações, designadamente as ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte a que haja lugar, nos termos da legislação aplicável;

1.2 — Competências específicas em matéria de segurança social, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Directivo:

1.2. 1 — Decidir sobre os processos de inscrição de pessoas singulares e de pessoas colectivas ou equiparadas no sistema público da segurança social, para efeitos de enquadramento nos regimes de segurança social, vinculação e relação contributiva dos beneficiários e contribuintes da segurança social;

1.2.2 — Decidir sobre os processos de anulação de enquadramento e vinculação de pessoas singulares e colectivas;

1.2.3 — Decidir quanto ao enquadramento no sistema de segurança social e à base de incidência contributiva dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas;

1.2.4 — Decidir sobre os pedidos de isenção, cessação, dispensa ou redução do pagamento de contribuições para o regime de trabalhadores independentes e decidir sobre os processos de seguro social voluntário;

1.2.5 — Decidir sobre as bases de incidência e taxas contributivas a aplicar em matéria de regimes de segurança social;

1.2.6 — Decidir sobre processos de incentivos ao emprego e quaisquer outros com reflexo na isenção ou redução de taxas contributivas ou dispensa do pagamento de contribuições à segurança social, bem como sobre processos de situações de pré-reforma ou similares;

1.2.7 — Tratar toda a informação no âmbito das relações internacionais, assegurando, a esse nível, a organização do processo de verificação de direitos e as acções necessárias ao processamento de benefícios, bem como garantir o fornecimento de dados às entidades competentes;

1.2.8 — Decidir os processos de trabalhadores no estrangeiro e emissão de formulários no âmbito da aplicação dos regulamentos comunitários e de acordos e convenções internacionais;

1.2.9 — Autorizar a passagem de declarações ou certidões relativas à carreira contributiva de beneficiários, bem como emitir outras declarações respeitantes a beneficiários e contribuintes, nos termos legais aplicáveis;

1.2.10 — Prestar, com observância dos condicionalismos e limites legais, informação relativa aos elementos de identificação e carreira contributiva de beneficiários e contribuintes;

1.2.11 — Assegurar a gestão das remunerações e promover as acções necessárias à validação e registo de tempos de trabalho e das remunerações declaradas, bem como adoptar os procedimentos para correcção das mesmas, sempre que detectadas anomalias;

1.2.12 — Detectar períodos de sobreposição de remunerações ou destas com equivalências ou quaisquer outras anomalias e decidir a sua regularização;

1.2.13 — Validar o regime de remunerações e demais dados e elementos constantes das declarações de remunerações designadamente no que respeita a equivalência e bonificações do tempo de serviço;

1.2.14 — Autorizar a validação de períodos de prestação de serviço militar;

1.2.15 — Promover, instruir e decidir os procedimentos administrativos para pagamento retroactivos de contribuições prescritas e de bonificações, contagem de tempo e acréscimo às contributivas dos beneficiários, nos termos legais aplicáveis;

1.2.16 — Apreciar as reclamações apresentadas em matéria de períodos de sobreposição de remunerações, remunerações omitidas e quaisquer outras anomalias, e decidir sobre a elaboração oficiosa das respectivas declarações de remunerações e regularização oficiosa das anomalias detectadas;

1.2.17 — Decidir sobre requerimentos de equivalência à entrada de contribuições;

1.2.18 — Promover as acções necessárias à actualização dos históricos de beneficiários;

1.2.19 — Decidir sobre a anulação de períodos contributivos indevidos nos vários regimes de segurança social;

1.2.20 — Decidir os pedidos de restituição e de reembolso de contribuições e quotizações indevidamente pagas;

1.2.21 — Autorizar a transferência de valores entre instituições ou regimes.

1.2.22 — Requerer, sempre que o contribuinte apresente uma situação contributiva devedora e sejam identificados bens em seu nome, a constituição de hipotecas legais a fim de garantir a cobrança coerciva das dívidas à segurança social e praticar os actos prévios e acessórios indispensáveis a essa constituição, à excepção das que se inserem no âmbito do processo executivo fiscal;

1.2.23 — Elaborar e assegurar o acompanhamento dos acordos de pagamento prestacional de dívida à segurança social, celebrados no âmbito dos processo extraordinários de regularização, promovendo a sua rescisão em caso de incumprimento, relativamente aos contribuintes cuja sede se situe na área de intervenção do respectivo centro distrital;

1.2.24 — Decidir as reclamações dos contribuintes, incluindo as deduzidas em processo executivo, emitindo os respectivos extractos de dívida;

1.2.25 — Participar ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. as dívidas liquidadas que não tenham sido objecto de regularização voluntária, através do envio da respectiva certidão de dívida, para efeitos de cobrança coerciva;

1.2.26 — Reclamar os créditos da segurança social em sede de quaisquer processos jurídicos, nomeadamente, processos de falência e insolvência, de execução e de natureza civil e laboral e requerer, na qualidade de credor, a declaração de insolvência;

1.2.27 — Elaborar as participações das infracções de natureza contra-ordenacional de beneficiários e contribuintes, bem como das situações que, no mesmo âmbito, indiciem ilícitos criminais, designadamente crimes contra a segurança social;

1.2.28 — Assinar certidões, incluindo as de dívida, para fundamentar a sua exigência legal, bem como emitir outras declarações respeitantes aos contribuintes, nos termos legais aplicáveis;

1.2.29 — Assinar as declarações de situação contributiva perante a segurança social, requeridas nos termos da legislação aplicável.

2 — Na Directora da Unidade de Desenvolvimento Social, licenciada Carla Paula Fernandes Alves, a competência para a prática dos seguintes actos:

2.1 — Competências Genéricas:

2.1.1 — Assinar correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da Unidade, com excepção da que for dirigida aos gabinetes de Ministérios, Secretarias de Estado, Direcções-Gerais, Institutos Públicos, Governos Civis e Câmaras Municipais;

2.1.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

2.1.3 — Autorizar férias anteriores à aprovação do plano anual e o gozo de férias interpoladas;

2.1.4 — Autorizar a mobilidade do pessoal no âmbito da área de intervenção da Unidade;

2.1.5 — Despachar os pedidos de justificação de faltas ou ausências dos colaboradores sob a sua dependência;

2.1.6 — Autorizar as deslocações em serviço pelo desempenho de funções ao pessoal afecto à Unidade;

2.1.7 — Autorizar a comparência do pessoal da Unidade perante os Tribunais ou outras entidades oficiais, quando devidamente requisitados;

2.1.8 — Autorizar a realização e o pagamento das despesas inerentes as deslocações, designadamente as ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte a que haja lugar, nos termos da legislação aplicável;

2.2 — Competências específicas em matéria de segurança social, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Directivo:

2.2.1 — Proceder à organização dos processos de licenciamento das actividades de apoio social, propor a concessão de licenças de funcionamento e autorizações provisórias de funcionamento e ainda acompanhar o funcionamento de estabelecimentos com fins lucrativos;

2.2.2 — Emitir declarações comprovativas da situação e natureza jurídica das IPSS, do respectivo registo e da concessão de licenciamento aos estabelecimentos privados de apoio social sedeados na área geográfica do Centro Distrital;

2.2.3 — Representar o Centro Distrital na negociação de acordos de cooperação com IPSS ou equiparadas, desde que autorizados pelo Director de Segurança Social;

2.2.4 — Desenvolver as acções necessárias ao exercício da acção tutelar do Instituto da Segurança Social, I.P., no acompanhamento do cumprimento das regras da cooperação;

2.2.5 — Colaborar nas acções inspectivas e fiscalizadores do cumprimento dos direitos e obrigações das IPSS e de outras entidades privadas que exerçam apoio social;

2.2.6 — Instruir e dar parecer sobre os processos de registo das IPSS;

2.2.7 — Proceder ao estudo e levantamento de necessidades de criação de equipamentos sociais;

2.2.8 — Instruir os processos de reclamação efectuados no livro vermelho das IPSS;

2.2.9 — Autorizar o pagamento de apoios complementares aos beneficiários de rendimento social de inserção até ao limite máximo de € 750,00, referentes a um único processamento, e até € 350,00 mensais;

2.2.10 — Autorizar o pagamento de alojamento e rendas de casa para pessoas e famílias em situações de desalojamento e de emergência social, até ao limite máximo de € 450,00;

2.2.11 — Conceder subsídios eventuais de precariedade económica até ao montante de € 450 referentes a um único processamento e de € 250 mensais, durante o limite máximo de um ano, quando de carácter regular;

2.2.12 — Atribuir subsídios de acolhimento, apoio social, integração e de viagem a nacionais deslocados em Portugal, em situação de carência e acumulação de factores de desvantagem, até ao montante de € 450,00;

2.2.13 — Conceder subsídios mensais até ao montante de € 125 a cidadãos portadores de deficiência, candidatos a asilo, desalojados e outras situações que se lhes possam equiparar, cujo prazo é limitado à atribuição de pensões dos regimes de segurança social ou à sua integração sócio-profissional;

2.2.14 — Atribuir subsídios para aquisição de ajudas técnicas até ao limite máximo de € 750;

2.2.15 — Proceder ao estudo, análise e selecção dos processos de famílias de acolhimento para pessoas idosas e adultas com deficiência;

2.2.16 — Despachar os pedidos de admissão ou de colocação de idosos ou pessoas adultas com deficiência, nas famílias de acolhimento;

2.2.17 — Celebrar contratos com as famílias de acolhimento para idosos e adultos com deficiência e autorizar o pagamento dos montantes relativos à prestação de serviços e manutenção do acolhimento de acordo com a legislação em vigor;

2.2.18 — Autorizar o pagamento dos apoios previstos no âmbito da promoção e protecção das crianças e jovens em risco, até ao montante de € 450 referentes a um único processamento e de € 250 mensais, quando de carácter regular;

2.2.19 — Proceder ao estudo, análise e selecção dos processos de famílias de acolhimento de crianças e jovens;

2.2.20 — Celebrar contratos com amas e famílias de acolhimento para crianças e jovens e autorizar o pagamento dos montantes relativos à retribuição, prestação de serviços, manutenção do acolhimento e despesas extraordinárias;

2.2.21 — Autorizar o pagamento de subsídios de retribuição, de alimentação e de manutenção às amas, de acordo com a legislação em vigor;

2.2.22 — Despachar os pedidos de admissão ou de colocação de crianças em amas e em famílias de acolhimento para crianças e jovens;

2.2.23 — Instruir, organizar e decidir sobre os processos de candidatos a adoptantes, bem como efectuar o acompanhamento de crianças e de famílias em fase de integração;

2.2.24 — Decidir sobre a confiança administrativa de entrega de menor a candidato à adopção ou à continuação da permanência a seu cargo;

2.2.25 — Desenvolver as acções necessárias ao exercício das competências legais em matéria de apoio a menores em risco, de adopção e de apoio aos tribunais, nos processos tutelar cível e de promoção e protecção;

2.2.26 — Autorizar os actos necessários aos cuidados de saúde, viagens e permanências dos utentes fora dos estabelecimentos ou de famílias de acolhimento, bem como as despesas inerentes e o respectivo pagamento, até ao montante de € 450,00, por cliente;

2.2.27 — Designar os representantes do Instituto da Segurança Social, I.P. nos Núcleos Locais de Inserção (NLI) bem como noutras estruturas locais de acção social;

2.2.28 — Autorizar o pagamento de despesas aprovadas superiormente em Orçamento/ Programa;

2.2.29 — Designar os representantes do Instituto da Segurança Social, I.P. na Equipa de Coordenação Local da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;

2.2.30 — Promover a criação e dinamizar projectos de incidência comunitária, em articulação com outros serviços e entidades, bem como integrar os Conselhos Locais de Acção Social e rede social;

2.2.31 — Designar os colaboradores da Unidade para representação do serviço em comissões e grupos de trabalho, ao nível municipal ou inframunicipal, cujo âmbito seja de acção social;

2.2.32 — Visar o pagamento de despesas através dos planos de tesouraria, no âmbito de projectos e programas nacionais;

2.2.33 — Emitir declarações para efeitos de isenção de pagamento das taxas moderadoras pelos utentes do serviço nacional de saúde;

2.2.34 — Praticar os actos necessários à resolução dos problemas relacionados com pessoas colocadas pelos tribunais à responsabilidade do Centro Distrital;

2.2.35 — Emitir declarações respeitantes às matérias integradas na Unidade de Desenvolvimento Social.

O presente despacho é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os actos praticados pelo delegado no âmbito das matérias nela abrangidos, nos termos do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo.

22 de Dezembro de 2008. — O Director de Segurança Social, *Rui Jorge C. G. dos Santos.*

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 994/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008, da Directora da Unidade de Desenvolvimento Organizacional e de Competências, proferido no uso de competências subdelegadas através do despacho de 20065/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145 de 29 de Julho de 2008, nomeados em comissão de serviço extraordinária, com efeitos reportados à data do despacho, Estagiários da carreira de Inspector Superior, do quadro de pessoal das carreiras de inspecção do ISS, I. P.; nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro:

Maria Madalena Sousa Bravo Adro;
Cidália Lurdes Cordeiro Gonçalves Cortes;
Elsa Maria Martinho Sobreda Cunha Ferreira;
Susel Maria Agostinho Gaspar;
Inês Silva Ferreira Branquinho;
Cristina Carmo Dias Silva;
António Manuel Meliço Monteiro Antunes;
José Manuel Dias Cunha.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço.*

Despacho (extracto) n.º 995/2009

Por despacho de 19 de Dezembro de 2008, da Directora da Unidade de Desenvolvimento Organizacional e de Competências, proferido no uso de competências subdelegadas através do despacho de 20065/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série — n.º 145 de 29 de Julho de 2008, Inácio Augusto Carneiro, Assistente Administrativo Principal do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, nomeado definitivamente, com efeitos reportados à data do despacho, na categoria de Tesoureiro da carreira de tesoureiro nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro. (Não carece fiscalização prévia do T.C.)

22 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço.*

Despacho (extracto) n.º 996/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, da Directora da Unidade de Desenvolvimento Organizacional e de Competências, proferido no uso de competências subdelegadas através do despacho de 20065/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série — n.º 145 de 29 de Julho de 2008, Rosalina Maria Castanho Borges, Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada definitivamente, na categoria/carreira de Auxiliar Administrativo, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro. (Não carece fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço.*

Despacho (extracto) n.º 997/2009

Por despacho de 29 de Novembro de 2008 do Vogal do Conselho Directivo Directivo, Paulo Gumercindo Santos Alves, do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, promovido por mérito excepcional, na categoria de Técnico Superior Principal da carreira Técnica Superior, independentemente de concurso, nos termos do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004 de 22 de Março, com efeitos reportados a 01 de Agosto de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço.*

Despacho (extracto) n.º 998/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, da Directora da Unidade de Desenvolvimento Organizacional e de Competências, proferido no uso de competências subdelegadas através do despacho de 20065/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série — n.º 145 de 29 de Julho de 2008 providos definitivamente, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro, com efeitos reportados à data do despacho, na carreira de Inspector Superior do quadro de pessoal das carreiras de inspecção do Instituto da Segurança Social, IP.:

Na categoria de inspector

Ana Paula Leal Flamino
Eduardo Rui Santos Madeira Lourenço Faria

Francisco Carlos Barbosa Fonte
José Epifânio Martins Graça
José Pereira Nunes
Luís Armando Santos Ferreira Pinto
Raul Monteiro Silva

Na categoria de inspector principal

Isabel Maria Lóio Fernandes Candeias Pinto
Maria Adelaide Alegre Donário Miranda
Maria Margareth Ponces Correia

Na categoria de inspector superior

Agostinho Boalhosa de Freitas

Na categoria de inspector superior principal

Maria Virgínia Silva Micaelo

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

Despacho (extracto) n.º 999/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, da Directora da Unidade de Desenvolvimento Organizacional e de Competências, proferido no uso de competências subdelegadas através do despacho de 20065/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série — n.º 145 de 29 de Julho de 2008, Pedro Miguel Gomes, Motorista de Ligeiros do quadro de pessoal do ex-Centr o Regional de Segurança Social do Norte, nomeado definitivamente, na categoria de Assistente Administrativo da carreira Administrativa, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro. (Não carece fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço.*

Despacho (extracto) n.º 1000/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, da Directora da Unidade de Desenvolvimento Organizacional e de Competências, proferido no uso de competências subdelegadas através do despacho de 20065/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série — n.º 145 de 29 de Julho de 2008, Maria Helena Pereira Dias Martins Ferreira, Assistente Administrativo Principal do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, nomeada definitivamente, na categoria de Técnico Superior de 2.ª classe da carreira Técnica Superior, com efeitos reportados à data do despacho, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro. (Não carece fiscalização prévia do T.C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço.*

Despacho (extracto) n.º 1001/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, da Directora da Unidade de Desenvolvimento Organizacional e de Competências, proferido no uso de competências subdelegadas através do despacho de 20065/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série — n.º 145 de 29 de Julho de 2008, Maria Alexandra Fernandes Dionísio, Ajudante de Acção Sócio-Educativa de Ensino Especial do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, nomeada definitivamente, na categoria de Técnico Superior de 2.ª classe, da carreira Técnica Superior, com efeitos reportados à data do despacho, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro. (Não carece fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço.*

Despacho (extracto) n.º 1002/2009

Por despachos de 23 de Dezembro de 2008, da Directora da Unidade de Desenvolvimento Organizacional e de Competências, proferidos no uso de competências subdelegadas através do despacho de 20065/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 145 de 29 de Julho de 2008, providos definitivamente na categoria/carreira de Tesoureiro, do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro:

Adélia Jesus Costa
José Castro Neves Ribeiro
Lídia Maria Capeto Matos Sousa Mendes
Maria Arlete Almeida Santos Vaz Silva
Maria Conceição Pinho Baptista Vieira
Maria Graça Marinho Teixeira
Maria João Costa Morais
Maria Purificação Fernandes Borges

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Sub-Região de Saúde de Braga

Aviso n.º 1112/2009

Lista de classificação final do concurso interno de ingresso para provimento de quarenta e seis lugares de Enfermeiro, da Carreira de Enfermagem, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 122, de 26 de Junho de 2008. – Devidamente homologada em 23/12/2008 pelo Coordenador desta Sub-Região de Saúde, após confirmação de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças, faz-se pública, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, a lista de classificação final do concurso interno geral de ingresso para enfermeiro:

Nome	Nota
Centro de Saúde Barcelos	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Maria Céu Ferreira Macedo	14,1
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5

Nome	Nota
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Sandra Rita Pereira Fernandes	12,135
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Barcelinhos	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Maria Céu Ferreira Macedo	14,1
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Sandra Rita Pereira Fernandes	12,135
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Cabeceiras	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55

Nome	Nota
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Celorico	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Fafe	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875

Nome	Nota
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Gabriela Cármen Almeida Miguelote Castro	15,36
Sandra Marisa Monteiro Alves	15,06
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Anabela da Cruz Baía	12,815
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Miquelina Rosa Rodrigues Meireles	11,51
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Guimarães	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Gabriela Cármen Almeida Miguelote Castro	15,36
Sandra Marisa Monteiro Alves	15,06

Nome	Nota
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Sónia Helena Monteiro Alves	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Maria Céu Ferreira Macedo	14,1
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Marco Filipe Esperança Duarte	13,435
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Anabela da Cruz Baía	12,815
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Luzia Margarida da Silva Teixeira Gonçalves	12,565
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Anabela Aguiar Rodrigues	12,275
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Miquelina Rosa Rodrigues Meireles	11,51
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055

Centro de Saúde Póvoa Lanhoso

Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Maria Céu Ferreira Macedo	14,1
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Marco Filipe Esperança Duarte	13,435
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Aurora Isabel Fernandes Freitas	12,285
Anabela Aguiar Rodrigues	12,275
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Miquelina Rosa Rodrigues Meireles	11,51
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055

Centro de Saúde Taipas

Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Gabriela Cármen Almeida Miguelote Castro	15,36
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Sónia Helena Monteiro Alves	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775

Nome	Nota
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Maria Céu Ferreira Macedo	14,1
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Marco Filipe Esperança Duarte	13,435
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Anabela da Cruz Baía	12,815
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Luzia Margarida da Silva Teixeira Gonçalves	12,565
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Anabela Aguiar Rodrigues	12,275
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Miquelina Rosa Rodrigues Meireles	11,51
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Terras de Bouro	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Vieira do Minho	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4

Nome	Nota
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Famalicão I	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Maria Céu Ferreira Macedo	14,1
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Marco Filipe Esperança Duarte	13,435
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Anabela da Cruz Baía	12,815
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Anabela Aguiar Rodrigues	12,275
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Miquelina Rosa Rodrigues Meireles	11,51
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Famalicão II	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Gabriela Cármen Almeida Miguelote Castro	15,36
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Maria Céu Ferreira Macedo	14,1
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Marco Filipe Esperança Duarte	13,435
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Anabela da Cruz Baía	12,815
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56

Nome	Nota
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Anabela Aguiar Rodrigues	12,275
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Miquelina Rosa Rodrigues Meireles	11,51
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Vila Verde	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Gabriela Cármen Almeida Miguelote Castro	15,36
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Sónia Helena Monteiro Alves	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Maria Céu Ferreira Macedo	14,1
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Sofia de Faria Oliveira	13,5
Marco Filipe Esperança Duarte	13,435
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Anabela Aguiar Rodrigues	12,275
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055
Centro de Saúde Vizela	
Ondina Maria Ferreira Pinto	16,2
Cristina Maria da Costa Morgado	16,025
Alexandra Cristina Pinheiro Marques	15,875
Joana Cristina da Rocha Calisto Rodrigues Couto	15,63
Ana Margarida Fernandes Pires	15,585
Maria Celeste da Mota Oliveira	15,53
Anabela Granjo Rodrigues	15,435
Gabriela Cármen Almeida Miguelote Castro	15,36
Ricarda Manuela Barbosa Faria Pereira	15,025
Natália Maria Gonçalves Machado	14,985
Lúcia Alves Pereira	14,95
Noémia Cristina Pereira Joaquim Monteiro	14,925
Sónia Isabel Gomes Martins	14,875
Maria Celeste Lopes da Silva	14,775
Carla Sílvia Pereira Negrões	14,75
Armando Jacinto Pires Seco	14,6
Sara Alexandra Alves Machado	14,485
Lourdes de Piedade Fonte Ribeiro	14,335
Eunice Cristina Ribeiro Lopes	14,32
Maria Elisabete Antunes de Freitas	14,235
Maria do Rosário Jacinto Tavares de Oliveira	14,125
Florbela da Conceição Peixoto	14,075
Sandra Maria Romeu Malhão Borges	14,06
Angélica da Conceição Moreira Magalhães	14,01
Cristina Joana Lopes Coutinho	13,975
Carla Isabel Oliveira Dias	13,93
Paula Cristina Martins Meireles	13,85
Susana Maria Leite Ferreira	13,8
Marco Filipe Esperança Duarte	13,435
Maria de Fátima Leite Baptista	13,4
Joana Rita de Morais Bandeira	13,325
Maria José Vilaça da Silva	13,14
Luísa Manuela Araújo Rodrigues	13,125
Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro	13,1
Vítor Manuel Barreira Esteves	13,015
Ana Cristina Dias da Silva	12,96
Paula Fernanda Baptista Xavier	12,925
Elizabeth Ramos Pires de Melo	12,875
Alice da Conceição Dias Lemos	12,84
Anabela da Cruz Baía	12,815
Susana Margarida Pereira Oliveira Silva	12,81
Elisabete Fernandes Carvalho	12,78
Luzia Margarida da Silva Teixeira Gonçalves	12,565
Anabela Vaz Alves Monteiro	12,56
Aureliana Judite Gonçalves Vaz	12,54
Fernanda Marisa de Oliveira Silva	12,5
Sérgio Manuel da Silva Cardoso	12,465
Ilda Maria de Barros Fernandes	12,45
Marta Luís Pimentel e Silva	12,325
Anabela Aguiar Rodrigues	12,275
Maria de Lurdes Cardoso Faria	12,255
Ricardo Jorge Sousa Pereira	12,25
Susana Margarida Vieira Pinto Ribeiro	11,74

Nome	Nota
Miquelina Rosa Rodrigues Meireles	11,51
Ana Isabel Felgueiras da Cunha Pereira	10,915
Eulália Sofia Rodrigues Luís	10,61
Elisabete Ponte Medeiros	10,565
Diana Solange Dias Correia da Silva	10,51
Fernanda Maria Lopes Portilho	10,425
Luís Miguel Marques Ribeiro	10,4
Fátima Maria Roca	10,25
Ana Raquel Oliveira Lopes	10,215
Maria Lúcia Gonçalves Faria	10,135
Ana Rita Fernandes da Costa Carvalho	9,75
Diana Carla Alves Rio	9,65
Mário Jorge Gonçalves Pereira	9,55
Ana Sofia Dinis Dias	8,215
Cláudia Sofia dos Santos Vieira	8,19
Sónia Paula Loureiro Pereira Cardoso	7,075
Ana Raquel Lemos Miranda	7,065
Célia Maria Martins de Almeida Leão	5,055

Nos termos do nº 1 do artigo 39 do DL 437/91 de 8 de Novembro, os candidatos dispõem de 10 dias úteis após a publicação da presente lista, para se assim o entenderem, interpor recurso para o Ministro da Saúde, devendo o mesmo, de acordo com o nº 6 da Circular Normativa nº 2 de 05/03/2002 do DMRS, ser entregue na Secretaria-geral da SRS de Braga, sito na Rua da Escola de Enfermagem, 4700–352 Braga.

23 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *José Agostinho Dias de Castro e Freitas*.

Aviso n.º 1113/2009

Lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para provimento de cinco lugares de enfermeiro especialista, para a área de reabilitação, da carreira de enfermagem, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 123, de 27 de Junho de 2008. Devidamente homologada em 23 de Dezembro de 2008 pelo Coordenador desta Sub-Região de Saúde, após confirmação de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças, faz-se pública, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para enfermeiro especialista (área de reabilitação):

Nome	Nota
Centro de Saúde de Barcelinhos	
Jorge Manuel Gonçalves Barros	16,870
Sérgio David Bessa Vilaça	13,805
Patrícia Isabel Mota Carvalho	13,645
Maria Soledade Ferreira Matos Araújo Melo	13,460
Isabel Fernanda Silva Pereira	13,445
Lucilia Margarida Barreira Teixeira	13,283
Sofia Maria Neco da Palme Santos	13,230
Cláudia Manuela Pereira Barreiro	13,208
Maria Emilia Oliveira Simões	13,010
Maria Dulce Martins Parente	12,920
Maria Carmo Arantes Soares	12,135
Clara Maria Araújo Leite	12,085
José Manuel Dias Araújo	11,760
Helena Cristina Gomes Silva Gonçalves	11,635
Sandrina Alves Sousa	11,595
Raquel Maria Pires Silva	11,535
Glória Maria Andrade Couto	11,468
Eunice Salomé Alves Sobral Sousa	10,930
Liliana Georgete Sousa Oliveira	10,120
Centro de Saúde de Braga II	
Jorge Manuel Gonçalves Barros	16,870
Sérgio David Bessa Vilaça	13,805
Patrícia Isabel Mota Carvalho	13,645
Maria Soledade Ferreira Matos Araújo Melo	13,460
Isabel Fernanda Silva Pereira	13,445
Lucilia Margarida Barreira Teixeira	13,283
Sofia Maria Neco da Palme Santos	13,230
Cláudia Manuela Pereira Barreiro	13,208
Maria Emília Oliveira Simões	13,010
Maria Dulce Martins Parente	12,920
Maria Carmo Arantes Soares	12,135
Clara Maria Araújo Leite	12,085
José Manuel Dias Araújo	11,760
Helena Cristina Gomes Silva Gonçalves	11,635
Sandrina Alves Sousa	11,595
Raquel Maria Pires Silva	11,535
Glória Maria Andrade Couto	11,468
Eunice Salomé Alves Sobral Sousa	10,930
Liliana Georgete Sousa Oliveira	10,120
Centro de Saúde de Famalicão II	
Jorge Manuel Gonçalves Barros	16,870
Sérgio David Bessa Vilaça	13,805
Patrícia Isabel Mota Carvalho	13,645
Maria Soledade Ferreira Matos Araújo Melo	13,460
Isabel Fernanda Silva Pereira	13,445
Lucilia Margarida Barreira Teixeira	13,283
Sofia Maria Neco da Palme Santos	13,230
Cláudia Manuela Pereira Barreiro	13,208
Maria Emília Oliveira Simões	13,010
Maria Dulce Martins Parente	12,920
Maria Carmo Arantes Soares	12,135
Clara Maria Araújo Leite	12,085
José Manuel Dias Araújo	11,760
Helena Cristina Gomes Silva Gonçalves	11,635
Sandrina Alves Sousa	11,595
Raquel Maria Pires Silva	11,535
Glória Maria Andrade Couto	11,468
Eunice Salomé Alves Sobral Sousa	10,930
Liliana Georgete Sousa Oliveira	10,120
Centro de Saúde de Vizela	
Jorge Manuel Gonçalves Barros	16,870
Sérgio David Bessa Vilaça	13,805
Patrícia Isabel Mota Carvalho	13,645
Maria Soledade Ferreira Matos Araújo Melo	13,460
Isabel Fernanda Silva Pereira	13,445
Lucilia Margarida Barreira Teixeira	13,283
Sofia Maria Neco da Palme Santos	13,230
Cláudia Manuela Pereira Barreiro	13,208
Maria Emília Oliveira Simões	13,010
Sérgio Manuel Bessa Magalhães	12,270
Maria Carmo Arantes Soares	12,135
Clara Maria Araújo Leite	12,085
José Manuel Dias Araújo	11,760
Helena Cristina Gomes Silva Gonçalves	11,635
Sandrina Alves Sousa	11,595
Raquel Maria Pires Silva	11,535
Glória Maria Andrade Couto	11,468
Eunice Salomé Alves Sobral Sousa	10,930
Liliana Georgete Sousa Oliveira	10,120

Nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do DL 437/91 de 8 de Novembro, os candidatos dispõem de 10 dias úteis após a publicação da presente lista, para se assim o entenderem, interpor recurso para o Ministro da Saúde, devendo o mesmo, de acordo com o n.º 6 da Circular Normativa n.º 2 de 05/03/2002 do DMRS, ser entregue na Secretaria-geral da SRS de Braga, sito na Rua da Escola de Enfermagem, 4700–352 Braga.

23 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *José Agostinho Dias de Castro e Freitas.*

Aviso n.º 1114/2009

De harmonia com o n.º 71 do Regulamento dos Concursos de Habilitação ao Grau de Consultor e de Provimento nas categorias de Assistente e de Chefe de Serviço da Carreira Médica de Clínica Geral, aprovado pela Portaria n.º 47/98 de 30 de Janeiro, e após confirmação de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças, torna-se pública a lista de classificação final do concurso interno geral de âmbito sub-regional para preenchimento de 20 lugares de Assistente da Carreira Médica de Clínica Geral, aberto por Aviso n.º 15188/2008, publicado na 2.ª série do DR, n.º 95, de 16

de Maio, dos mapas de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde de Braga, de harmonia com o n.º 8 do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, anteriores quadros de pessoal aprovados pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, publicada no DR, 1.ª Série-B, n.º 302 (6.º suplemento), de 31 de Dezembro de 1996, homologada por despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Coordenador desta Sub-Região de Saúde:

Lista de classificação final

Candidatos aprovados	Notas
Centro de Saúde de Amares	
Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveir	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Mara Beatriz Lima Mello Souza	13,35
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03
Centro de Saúde de Barcelinhos	
Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Ana Cristina Martins Fernandes Loureiro	16,82
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Maria Alexandra Pérez Villar Barros	15,40
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Teresa Luísa Pinheiro Lomelino Velosa	13,87
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Mara Beatriz Lima Mello Souza	13,35
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Januário Lima	12,72
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Eliseo Manuel Álvarez Martínez	12,27
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03
Centro de Saúde de Barcelos	
Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Ana Cristina Martins Fernandes Loureiro	16,82
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Maria Alexandra Pérez Villar Barros	15,40
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Teresa Luísa Pinheiro Lomelino Velosa	13,87
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Mara Beatriz Lima Mello Souza	13,35
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Januário Lima	12,72
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Eliseo Manuel Álvarez Martínez	12,27
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03
Centro de Saúde de Braga I	
Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Maria Margarida Monteiro Marques Ribeiro	16,98
Ana Cristina Martins Fernandes Loureiro	16,82
Ana Margarida Carmo Grohmann	16,78
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Maria Alexandra Pérez Villar Barros	15,40
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Maria José Alves Antunes Saraiva Menezes	15,09
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Teresa Luísa Pinheiro Lomelino Velosa	13,87
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Mara Beatriz Lima Mello Souza	13,35
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Januário Lima	12,72
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Eliseo Manuel Álvarez Martínez	12,27
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03
Centro de Saúde de Braga II	
Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Maria Margarida Monteiro Marques Ribeiro	16,98
Ana Cristina Martins Fernandes Loureiro	16,82
Ana Margarida Carmo Grohmann	16,78
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Maria Alexandra Pérez Villar Barros	15,40
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Maria José Alves Antunes Saraiva Menezes	15,09
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Teresa Luísa Pinheiro Lomelino Velosa	13,87
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Mara Beatriz Lima Mello Souza	13,35
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90

Candidatos aprovados	Notas
Januário Lima	12,72
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Eliseo Manuel Álvarez Martínez	12,27
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03

Centro de Saúde de Braga III

Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Maria Margarida Monteiro Marques Ribeiro	16,98
Ana Cristina Martins Fernandes Loureiro	16,82
Ana Margarida Carmo Grohmann	16,78
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Maria Alexandra Pérez Villar Barros	15,40
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Maria José Alves Antunes Saraiva Menezes	15,09
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Teresa Luísa Pinheiro Lomelino Velosa	13,87
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Mara Beatriz Lima Mello Souza	13,35
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Januário Lima	12,72
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Eliseo Manuel Álvarez Martínez	12,27
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03

Centro de Saúde de Cabeceiras de Basto

Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03

Centro de Saúde de Celorico

Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03

Centro de Saúde de Póvoa de Lanhoso

Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Maria Alexandra Pérez Villar Barros	15,40
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Mara Beatriz Lima Mello Souza	13,35
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03

Centro de Saúde de Terras de Bouro

Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03

Centro de Saúde de Famalicão I

Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Maria Alexandra Pérez Villar Barros	15,40
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Mónica Cecília Fortuna Correia	13,90
Teresa Luísa Pinheiro Lomelino Velosa	13,87
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19

Candidatos aprovados	Notas
Fernando Silva Dinis	12,90
Januário Lima	12,72
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03
Centro de Saúde de Famalicão II	
Ana Maria Correia Oliveira Gomes	17,06
Maria Teresa Reis Nunes	16,46
Samuel David Pedreira Currás	16,38
Susana Azevedo Pereira	15,94
Maria Aránzazu Souto López	15,64
Susana Silva Gomes Oliveira	15,48
Maria Alexandra Pérez Villar Barros	15,40
Raquel Méndez Teijeiro	15,16
Helena Maria Silva Ferreira Oliveira	14,94
Tânia Vanessa Leite Costa Barreira	14,72
Mário Rui Portilha Antunes Cunha	14,48
Isabel Maria Castro Campos Pereira	14,25
Cláudia Maria Ferreira Melo	14,23
José Rui Seabra Caetano	14,20
Jorge Fernandez Devesa	14,10
Mónica Cecília Fortuna Correia	13,90
Teresa Luísa Pinheiro Lomelino Velosa	13,87
Alberto Jesus Guerra Diaz	13,78
Maria Cármen Tarrio Romero	13,73
Helena Maria Correia Albuquerque Saraiva	13,19
Fernando Silva Dinis	12,90
Januário Lima	12,72
Ana Maria Dores Monteiro Marcolino Aleixo Palma	12,56
Hermitério Moreno Santos Neto	12,41
Nuno Filipe Mendes Almeida Costa Oliveira	12,03

Candidatos Não Aprovados:

Não há.

Nos termos do n.º 72 do mesmo Regulamento de Concursos, os candidatos dispõem de 10 dias úteis, após a data de publicação da presente lista para, se assim o entenderem, interpor recurso para a Ministra da Saúde, devendo o mesmo, de acordo com o n.º 72.1, do citado Regulamento e ainda do n.º 6 da Circular Normativa n.º 2, de 5 de Março de 2002, do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde, actual Secretaria Geral, ser entregue na Secretaria Geral destes Serviços de Âmbito Sub-Regional, sita na Rua da Escola de Enfermagem — 4700-352 Braga.

23 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *José Agostinho Dias de Castro e Freitas*.

Declaração de rectificação n.º 62/2009

Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República* n.º 229, 2.ª Série, de 25.11.2008, despacho (extracto) n.º 30423/2008, onde se lê «Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro, com a categoria de Enfermeiro» deve ler-se «Ana Sofia Carvalho Martins Ribeiro, com a categoria de Enfermeiro Graduado».

29 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *José Agostinho Dias de Castro e Freitas.*

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Deliberação n.º 59/2009

Por deliberação do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 3.10.08 e nos termos do n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi autorizada a passagem à situação de mobilidade especial, da funcionária do quadro do Centro de Saúde de Gouveia cuja lista nominativa se anexa:

Nome	Carreira	Categoria	Vínculo	Escalão	Índice
Irene Dias Ferreira Antunes	Administrativa	Assistente administrativa especialista.	Nomeação definitiva	2	280

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel.*

Sub-Região de Saúde de Leiria

Deliberação (extracto) n.º 60/2009

Por deliberação de 2008-10-29 do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., foi autorizada a mobilidade interna da Enfermeira Graduada — Cristina Maria Antunes Agostinho — do mapa de pessoal do Centro de Saúde de Castanheira de Pêra para o mapa de pessoal do Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos.

24 de Novembro de 2008. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira.*

Deliberação (extracto) n.º 61/2009

Por deliberação de 3 de Outubro de 2008 do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Edite da Conceição Capucho Lopes, Auxiliar de Serviços Gerais, afecta ao Ministério da Justiça, Direcção-Geral de Reinserção Social, autorizada a transferência por tempo indeterminado, com início no dia 17 de Novembro de 2008, para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Sub-Região de Saúde de Leiria — Centro de Saúde de Alcobaça, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

19 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira.*

Deliberação (extracto) n.º 62/2009

Por deliberação do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 10 de Dezembro de 2008, autorizada a licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do artigo 78.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, à Assistente Administrativa pertencente ao quadro de pessoal do Centro de Saúde de Peniche, Vera Filipa Garcia Barrento Mateus, com efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira.*

Deliberação (extracto) n.º 63/2009

Por deliberação de 2008-12-10 do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., autorizada a acumulação de funções docentes no Instituto Politécnico de Leiria — Escola Superior de Saúde em Leiria, à Enfermeira Graduada — Maria Idalina Vieira Monteiro Costa Redinha, para o período compreendido entre 22 de Setembro de 2008 e 22 de Setembro de 2009.

29 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira.*

Deliberação (extracto) n.º 64/2009

Por deliberação de 2008-11-24 do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., foi autorizada a acumulação de funções privadas na Eurodial — Centro de Nefrologia e Diálise de Leiria — Extensão de Óbidos — ao Enfermeiro Joaquim Filipe Silva Carreira, no período compreendido entre 1 de Agosto e 26 de Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira.*

Despacho (extracto) n.º 1003/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008, do Coordenador Sub-Regional de Saúde de Leiria, no uso da competência subdelegada, foi nomeada, com efeitos a 1 de Novembro de 2008, precedendo concurso, para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, carreira Técnica Superior do Regime Geral, área de Contabilidade, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Dec. Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Dec. Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. — Sub-Região de Saúde de Leiria — Serviços de Âmbito Sub-Regional, Ana Isabel Simões Amaro.

19 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira.*

Despacho (extracto) n.º 1004/2009

Por despacho de 15 de Dezembro 2008 do Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde, no uso da competência subdelegada, autorizada a transferência por tempo indeterminado de João António Branco Mendes, Assistente Administrativo Principal, afecto ao Ministério da Saúde, quadro de pessoal do Centro de Saúde de Gavião/Unidade de Saúde de Portalegre, para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Sub-Região de Saúde de Leiria — Centro de Saúde de Bombarral, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com início no dia 31 de Dezembro de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira.*

Despacho (extracto) n.º 1005/2009

Por despacho de 2008-11-28 do Director Coordenador da Área de Recursos Humanos da Administração Central do Sistema de Saúde, proferido por subdelegação, autorizada a transferência da Enfermeira Graduada — Maria da Conceição Antunes Martins, do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro — Sub-Região de Saúde de Leiria — Centro de Saúde de Peniche, com efeitos a 2008-12-31.

29 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira.*

Sub-Região de Saúde de Viseu

Deliberação (extracto) n.º 65/2009

Por deliberação do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 29 de Dezembro de 2008:

Licínia Maria Malo Ribeiro Tomás, auxiliar de apoio e vigilância do quadro de pessoal do Hospital Cândido de Figueiredo de Tondela — autorizada a transferência para o quadro de pessoal do Centro de Saúde de Viseu n.º 3, da Subregião de Saúde de Viseu, a partir de 1 de Janeiro de 2009.

30 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *José Carlos Coelho Ferreira de Almeida.*

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Deliberação n.º 66/2009

Por deliberação do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 18 de Dezembro de 2008, são nomeados na sequência de concurso interno de acesso limitado para a categoria de assistente administrativo especialista, a prover no quadro de pessoal desta ARS, os funcionários a seguir indicados:

Adélia Maria Rosa Martins Salgado
Albertina Marques de Oliveira Duarte
Ana Maria Costa de Castro Rodrigues
António José Vieira Libório
Camila Monteiro Bernardo Alexandre
Carla Fernanda Ferreira Santiago
Elisabete Dores Godinho Falardo
Emilia Mendes de Faria
Eulália da Silva Louseiro Casquilho da Paz
Fátima Augusta Vivas
Isabel Maria Sanches Nabeiro de Santana Cosmelli
Isabel Maria Varatojo Pereira da Silva
João Alberto Correia Lopes
Lúcia Lopes Rodrigues Lopes
Maria Alice de Paiva Almeida
Maria Arcilia Macedo Pinto
Maria Clara Teixeira da Cruz Fradique
Maria da Luz Caldas Saraiva Moreira Gomes
Maria de Fátima de Mira Pinto
Maria de Jesus Pereira Oliveira de Sousa
Maria Helena Ramos Escarigo
Maria José Florindo Cavaco
Maria Teresa Fragoso Roque Correia
Natália Dias Breda Presume Gonçalves
Ricardo Jorge Pereira dos Santos

A presente nomeação produz efeitos reportados à data da nomeação nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos.*

Deliberação (extracto) n.º 67/2009

Por deliberação do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo I.P., de 18 de Dezembro de 2008, são nomeados na sequência de concurso interno de acesso limitado para a categoria de Assistente Administrativo Principal, a prover no quadro de pessoal desta ARS, os funcionários a seguir indicados:

Patrícia da Silva Saldanha Ferreira
Bruno Sérgio Santiago Maia de Veneza Nobre
Mónica Isabel Carneiro Martins
Maria Gorete Pereira Ribeiro
Sandra Cristina Pereira Aguas Amado
David Alberto Dias Alves
Cristina Alexandra de Melo Ferreira de Sousa Jardim
Luísa Fernanda da Encarnação Barreiros Peneda

A presente nomeação produz efeitos reportados à data da nomeação nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos.*

Despacho (extracto) n.º 1006/2009

Por despacho da Vogal do Conselho Directivo de 14-10-2008, ratificado pelo Conselho Directivo em 23-10-2008, foi, ao abrigo do n.º 1 do artigo 3.º e artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, após parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, nos termos previstos na alínea *c*) do artigo 7.º do mesmo diploma, autorizada a reclassificação de José Carlos Marques Ramos, assistente administrativo principal do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., para técnico de informático, grau 1 (nível 1) do mesmo quadro de pessoal, Centro de Saúde de Benfica, com efeitos à data do despacho.

4 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Portugal.*

Despacho (extracto) n.º 1007/2009

Por deliberação do Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 27 de Novembro de 2008:

Irene Maria Vintém Rodrigues, nomeada na categoria de técnica principal da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica — área de análises clínicas e saúde pública, precedendo concurso interno de acesso limitado, a prover na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P, nos termos do artigo 63 do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro e do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

15 de Dezembro de 2008 — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Portugal.*

Despacho (extracto) n.º 1008/2009

Por despacho da Enfermeira Directora da Maternidade Dr. Alfredo da Costa e despacho do Presidente do Conselho Directivo da Adminis-

tração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 13/11/2008 e 12/12/2008, respectivamente, autorizada a acumulação de funções, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º, artigos 29.º e 30.º do Dec.-Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, a Filipa Silveira Machado de Soveral Rodrigues, enfermeira graduada do quadro de pessoal da Maternidade Dr. Alfredo da Costa, em regime de 19 horas semanais, com o Centro de Saúde de Santo Condestável, pelo período de um ano.

18 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui de Portugal.*

Despacho (extracto) n.º 1009/2009

Por despacho da Ministra da Saúde de 31 de Outubro de 2008, foi, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei 336/93, de 29 de Setembro, exonerada a seu pedido do cargo de Delegada de Saúde Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a 31 de Outubro de 2008, a Chefe de Serviço da Carreira Médica de Saúde Pública, licenciada Vera Maria Caferra Pereira Machado Gaspar.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Portugal.*

Despacho (extracto) n.º 1010/2009

Por despacho da Ministra da Saúde de 31 de Outubro de 2008, foi, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei 336/93, de 29 de Setembro, nomeada para o cargo de Delegada de Saúde Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a 1 de Novembro de 2008, a Assistente Graduada da Carreira Médica de Saúde Pública, licenciada Maria Manuela Geraldes Lucas.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Portugal*.

Despacho (extracto) n.º 1011/2009

Por despacho da Ministra da Saúde de 31 de Outubro de 2008, foi, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei 336/93, de 29 de Setembro, exonerado a seu pedido do cargo de Delegado de Saúde Regional Adjunto de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a 1 de Novembro de 2008, o Chefe de Serviço da Carreira Médica de Saúde Pública, licenciado José Joaquim Monteiro Júnior.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Portugal.*

Sub-Região de Saúde de Santarém

Despacho n.º 1012/2009

Por meu despacho de 23/12/2008, no uso de subdelegação de competências:

Autorizada a nomeação na categoria de técnico principal, área de terapia ocupacional, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, para o Centro de Saúde de Torres Novas, após concurso interno de acesso circunscrito, dos funcionários abaixo indicados:

Centro de Saúde de Torres Novas

Maria do Céu Silva Vieira Jorge
Pedro Jorge Bargão Rodrigues

26 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços de Administração Geral, *Carlos Manuel Marques Ferreira.*

Despacho n.º 1013/2009

Por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008, no uso de subdelegação de competências:

Autorizada a nomeação na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, para o Centro de Saúde de Benavente, após concurso interno de acesso limitado, das funcionárias abaixo indicadas:

Centro de Saúde de Benavente:

Ana Maria Ferreira Vasco Rodrigues.
Lourdes Madalena Mesquita Isidro dos Santos Serra Carrapito.
Margarida Perpétua Pereira Castanheiro Ganhão.
Maria Cecília Ferreira da Paz Bernardes Cardoso.
Maria de Lurdes Viana Côdea de Oliveira Carvalho.
Maria dos Anjos Cruz Ferreira Filipe.
Maria Teresa da Silva do Souto Barreiros Dias de Almeida.
Rosa Maria de Almeida Rodrigues Chula Calado.

26 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços de Administração Geral, *Carlos Manuel Marques Ferreira.*

Despacho n.º 1014/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008, no uso da subdelegação de competências:

Autorizada a nomeação na categoria de técnico de 1.ª classe da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica — área de fisioterapia, após concurso interno de acesso circunscrito, do candidato abaixo indicado:

Centro de Saúde de Ourém:

João Carlos Neves da Glória Teixeira.

26 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços de Administração Geral, *Carlos Manuel Marques Ferreira.*

Despacho n.º 1015/2009

Por meu despacho de 26/12/2008, no uso de subdelegação de competências:

Autorizada a nomeação na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, para o Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha, após concurso interno de acesso limitado, das funcionárias abaixo indicadas:

Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha

Idalina Clara Simão de Oliveira Martins
Norvinda Nogueira Pinhão

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços de Administração Geral, *Carlos Manuel Marques Ferreira*.

Sub-Região de Saúde de Setúbal

Aviso n.º 1115/2009

1 — Nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, faz-se público que por despacho da Chefe de Divisão de Apoio Técnico em substituição do Coordenador da Sub-Região de Saúde de Setúbal, de 2007-12-22, proferido por competência delegada, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso misto para provimento de 5 lugares de técnico especialista de 1.ª classe da carreira TDT — área de saúde ambiental, nos quadros de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Setúbal, Centros de Saúde do Bonfim e Cova da Piedade, aprovados pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro.

1.1 — Nos termos do disposto nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro e dando cumprimento à Circular Informativa n.º 26 de 3/8/2007 da Secretaria Geral do Ministério da Saúde, foi aberto o procedimento, previsto no artigo 26.º da Portaria n.º 1499-A/2007, de 21 de Novembro, com o código P20087461, tendo em vista a selecção de pessoal em situação de mobilidade especial para reinício de funções. Não foi recebida nenhuma candidatura de funcionários ou agentes nesta situação.

1.2 — Conforme previsto na alínea *c*) do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, é fixada a seguinte quota:

Centro de Saúde do Bonfim — um lugar a ser preenchido por funcionário pertencente ao Centro de Saúde e outro por funcionário de outros serviços da Administração Pública;

Centro de Saúde da Cova da Piedade — dois lugares a serem preenchidos por funcionários pertencentes ao Centro de Saúde e outro por funcionários de outros serviços da Administração Pública.

2 — Prazo de Validade — O concurso é válido para o provimento dos lugares referidos, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — O presente concurso rege-se pelas normas dos Decreto-Lei n.º s 335/93, de 29-9, 564/99, de 21-12, Portaria n.º 721/2000, de 5-9 e do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31/1.

4 — Conteúdo funcional — O referido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5 — Vencimento, local e condições de trabalho:

5.1 — O vencimento é o constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.2 — Os locais de trabalho são: Centro de Saúde do Bonfim (2 lugares) e Centro de Saúde da Cova da Piedade (3 lugares);

5.3 — As condições de trabalho são as genericamente vigentes para os funcionários públicos.

6 — Requisitos especiais de admissão — podem candidatar-se, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 15.º, conjugado com o disposto

no n.º 5 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 564/99 de 21-12, os funcionários de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública com a categoria técnico especialista, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica — área de saúde ambiental com, pelo menos 3 anos de antiguidade na categoria e avaliação de desempenho não inferior a satisfaz.

7 — Método de selecção — Nos termos previstos no n.º 4 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21-12, o método de selecção a utilizar, será a avaliação curricular e provas públicas de discussão de uma monografia elaborada para o efeito. De acordo com o previsto no artigo 58.º do mesmo Decreto-Lei, a prova pública de discussão de monografia terá a duração máxima de 90 minutos, incluindo até 30 minutos iniciais destinados ao candidato para fundamentação da mesma.

- A classificação final resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF= (DM + AC)/2$$

em que:

CF — Classificação final;
DM — Discussão da monografia;
AC — Avaliação curricular.

Discussão da monografia

Na prova pública de discussão de monografia será utilizada a ficha indicada no anexo v da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro e serão avaliados os seguintes factores:

a) Trabalho escrito, no qual se inclui a apresentação, o conteúdo científico, a forma (cumprimento das regras) e a clareza;
b) Defesa oral do conteúdo do trabalho escrito, no qual se incluem a pertinência do tema, os fundamentos teóricos, as metodologias utilizadas e os resultados e conclusões;
c) Forma de apresentação oral, onde se considera a utilização dos suportes de comunicação, a sequência e a coerência na apresentação, a criatividade e o controlo do tempo;
d) Capacidade de argumentação, que inclui a pertinência, o rigor e a clareza das respostas.

Cada um dos factores é classificado por cada um dos elementos do Júri, numa escala de 1 a 5 pontos, e a respectiva média aritmética constitui a pontuação do factor.

A fundamentação prevista no n.º 7 do artigo 5.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, será a seguinte:

a) Apreciação do trabalho escrito:

Na apreciação do trabalho escrito, a classificação será atribuída da seguinte forma:

5,0 pontos ao trabalho que represente uma contribuição pessoal de extraordinária relevância e originalidade, no âmbito da Saúde Ambiental e cuja apresentação, conteúdo científico, forma e clareza sejam de excelente qualidade;
4,0 pontos ao trabalho que represente uma contribuição pessoal muito relevante e originalidade, no âmbito da Saúde Ambiental e cuja apresentação, conteúdo científico, forma e clareza sejam de muita qualidade;
3,0 pontos ao trabalho que represente uma contribuição pessoal de suficiente relevância e originalidade, no âmbito da Saúde Ambiental e cuja apresentação, conteúdo científico, forma e clareza sejam de qualidade;
2,0 pontos ao trabalho que represente uma contribuição pessoal de alguma relevância e originalidade, no âmbito da Saúde Ambiental e cuja apresentação, conteúdo científico, forma e clareza sejam de alguma qualidade;

b) Apresentação oral do conteúdo:

Na apreciação da defesa oral do conteúdo do trabalho, a classificação será atribuída da seguinte forma: — 5,0 pontos ao candidato que justifique rigorosamente a pertinência do tema apresentado, as bases teóricas e as metodologias utilizadas e a relevância dos resultados e conclusões;

4,0 pontos ao candidato que justifique muito bem a pertinência do tema apresentado, as bases teóricas e as metodologias utilizadas e a relevância dos resultados e conclusões;
3,0 pontos ao candidato que justifique bem a pertinência do tema apresentado, as bases teóricas e as metodologias utilizadas e a relevância dos resultados e conclusões;
2,0 pontos ao candidato que justifique razoavelmente a pertinência do tema apresentado, as bases teóricas e as metodologias utilizadas e a relevância dos resultados e conclusões;
1,0 ponto ao candidato que tenha dificuldade em justificar a pertinência do tema apresentado, as bases teóricas e as metodologias utilizadas e a relevância dos resultados e conclusões.

c) Forma de apresentação oral:

Na apreciação da forma de apresentação oral, a classificação será atribuída da seguinte forma:

5,0 pontos ao candidato que utilize de forma excelente as novas tecnologias ou outros suportes de comunicação, tais como slides/acetatos, com criatividade, uma linguagem oral e gestual adequada de forma excelente ao conteúdo, uma excelente sequência e coerência na apresentação, e elevado rigor na gestão no tempo disponível;
4,0 pontos ao candidato que utilize de forma muito boa as novas tecnologias ou outros suportes de comunicação, tais como slides/acetatos, com criatividade, uma linguagem oral e gestual muito bem adequada ao conteúdo, com muito boa sequência e coerência na apresentação, e muito rigor na gestão do tempo disponível;
3,0 pontos ao candidato que utilize de forma correcta as novas tecnologias ou outros suportes de comunicação, tais como slides/acetatos, com criatividade, uma linguagem oral e gestual bem adequada ao conteúdo, uma correcta sequência e coerência na apresentação, e rigor na gestão do tempo disponível;
2,0 pontos ao candidato que utilize de forma razoável as novas tecnologias ou outros suportes de comunicação, tais como slides/acetatos, com razoável criatividade, uma linguagem oral e gestual adequada ao conteúdo, uma razoável sequência e coerência na apresentação, e algum rigor na gestão do tempo disponível;
1,0 ponto ao candidato que utilize de forma deficiente as novas tecnologias ou outros suportes de comunicação, tais como slides/acetatos, com pouca criatividade, uma linguagem oral e gestual pouco adequada ao conteúdo, uma deficiente sequência e coerência na apresentação, e pouco rigor na gestão do tempo disponível.

O tempo disponibilizado a cada candidato será de trinta minutos.

d) Capacidade de argumentação:

Na apreciação da capacidade de argumentação, a classificação será atribuída da seguinte forma:

5,0 pontos ao candidato que demonstre excelente adequação das respostas às questões formuladas pelo júri, que demonstre excelente rigor no conteúdo das respostas e que demonstre excelente clareza nas mesmas;
4,0 pontos ao candidato que demonstre muito boa adequação das respostas às questões formuladas pelo júri, que demonstre muito rigor no conteúdo das respostas e que demonstre muita clareza nas mesmas;
3,0 pontos ao candidato que demonstre boa adequação das respostas às questões formuladas pelo júri, que demonstre (algum) rigor no conteúdo das respostas e que demonstre (alguma) clareza nas mesmas;
2,0 pontos ao candidato que demonstre alguma adequação das respostas às questões formuladas pelo júri, que demonstre algum rigor no conteúdo das respostas e que demonstre alguma clareza nas mesmas;
1,0 ponto ao candidato que demonstre pouca adequação das respostas às questões formuladas pelo júri, que demonstre pouco rigor no conteúdo das respostas e que demonstre pouca clareza nas mesmas.

Avaliação curricular

A avaliação curricular, e de acordo com o exposto no n.º 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, é ponderada de acordo com os elementos previstos no anexo III, resultando a sua classificação final da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC= (HA+NC+3FP+3EP+2AR)/10$$

em que:

AC — Avaliação curricular;
HA — Habilitações académicas de base;
NC — Nota final do curso de formação profissional;
FP — Formação profissional complementar;
EP — Experiência profissional;
AR — Actividades relevantes.

Os elementos de ponderação previstos no anexo III são os indicados a seguir:

Habilitações académicas de base — HA;
Inferior ao 11.º ano — 13 valores;
11.º ano ou seu equivalente legal — 14 valores;
12.º ano ou seu equivalente legal — 15 valores;
Grau de Bacharel — 16 valores;
Grau de Bacharel na área respectiva — 17 valores;

Grau de Licenciado — 18 valores;
Grau de Licenciado na área profissional, ou diploma de estudos superiores especializados em Ensino e Administração — DESE em EA — 19 valores;
Grau de Mestre ou de Doutor — 20 valores;
Nota final do curso de formação profissional — NC.

Será atribuída a nota do diploma do curso. Quando não estiver expressa, será atribuída a nota mais baixa de entre os candidatos admitidos a concurso.

Formação profissional complementar — FP

Será atribuída aos candidatos a nota mínima de 10 pontos. Por cada uma das acções de formação detidas acresce a pontuação indicada até ao máximo de 20 pontos. A formação só é considerada se promovida por Instituições Públicas ou Acreditadas. A pontuação tem em conta que seis horas <> um dia = módulo.
Assim:

Curso Complementar de Ensino e Administração (CEA), quando não for equivalente a Diploma de Estudos Superiores especializados DESE)- 2 pontos;
Cursos / acções formativas de âmbito profissional com avaliação — 0,2 pontos/módulo;
Cursos / acções formativas de âmbito profissional sem avaliação — 0,1 pontos/módulo;
Cursos / acções formativas de âmbito geral com avaliação — 0,1 pontos/módulo;
Cursos / acções formativas de âmbito geral sem avaliação — 0,05 pontos/módulo;
Estágios de natureza profissional — 0,2 pontos;
Participação em jornadas, congressos, seminários e outros eventos da mesma natureza, de carácter profissional — 0,1 pontos/cada;

Experiência profissional — EP:

Serão atribuídos 20 pontos ao candidato que apresentar maior número de anos completos de exercício da profissão. Aos restantes candidatos determina-se a proporcionalidade através de uma regra de três simples.

Actividades relevantes — AR:

Será atribuída aos candidatos a nota mínima de 10 pontos. Por cada uma das actividades relevantes detidas acresce a pontuação indicada, até ao máximo de 20 pontos.
Assim:

Actividades de investigação:

Participação em projectos de investigação relacionados com a área profissional — 2 pontos/projecto;
Participação em grupos de trabalho de natureza técnico/cientifica — 0,5 pontos/grupo;
Apresentação de posters (único autor) — 0,2 pontos/cada;
Apresentação de posters (co-autor) — 0,1 pontos/cada;
Comunicações em jornadas e actividades afins (único autor) — 1 ponto/cada;
Comunicações em jornadas e actividades afins (co-autor) — 0,5 pontos/cada;
Moderação de mesas ou painéis — 0,5 pontos/cada;
Trabalhos publicados (único autor) — 2 pontos/cada;
Trabalhos publicados (co-autor) — 1 ponto/cada.

Actividades de ensino/formação:

Leccionação total de disciplina — 1 ponto/cada;
Leccionação parcial de disciplina — 0,5 pontos/cada;
Monitor de Estágio — 0,5 pontos/ano;
Formador em cursos promovidos por instituições públicas ou acreditadas (pontuar de acordo com a seguinte correspondência: 6 horas <> 1dia = módulo) — 0,5 pontos/módulo.

Actividades de administração/gestão:

Exercício efectivo de funções de direcção — 1,5 pontos/ano;
Exercício efectivo de funções de coordenação — 1 ponto/ano;
Exercício efectivo de funções de sub-coordenação — 0,5 pontos/ano;
Organização de acções de formação ou eventos de natureza profissional e ou cientifica — 0,5 pontos/cada;
Participação em grupos de missão, representação em associações profissionais ou organizações sindicais, membros do júri de concursos, representação institucional, grupos de trabalho de natureza profissional (pontuação que não pode no total exceder os 2 pontos) — 0,5 pontos/cada;
Participação em núcleos concelhios de saúde (pontuação que não pode no total exceder os 1,5 pontos) — 0,5 pontos/cada.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.
9 — Em caso de empate será aplicado o disposto no artigo n.º 59 do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.
10 — Formalização da candidatura — a admissão a concurso deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Coordenador da Sub-Região de Saúde de Setúbal, remetido pelo correio ou entregue no Serviço de Recepção desta Sub-Região, sito na Rua José Pereira Martins, n.º 25 — 5.º andar, 2900-438 Setúbal, das 9.30h às 12.15h e das 14.30h às 17h, até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste aviso.
10.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, residência, código postal e telefone, número e data do Bilhete de Identidade e serviço de identificação que o emitiu), número de contribuinte e situação militar, se for caso disso;
b) Pedido de admissão ao concurso com a indicação do *Diário da República,* número, série e data em que foi publicado o aviso;
c) Habilitações literárias e profissionais;
d) Outros dados relevantes que os candidatos entendam ser susceptíveis de contribuir para apreciação do seu mérito;
e) Enumeração e identificação dos documentos que acompanham o requerimento.

10.2 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Três exemplares do currículo profissional detalhado, devidamente actualizados assinados e datados, do qual deverá constar, de uma forma expressa e inequívoca a experiência profissional do candidato e a formação profissional, que deverá ser comprovada;
b) Documento, comprovativo das habilitações académicas;
c) Declaração emitida pelo respectivo serviço, que comprove a categoria de que o candidato é titular, a natureza do vínculo à função pública, o tempo de serviço contado na categoria, na carreira e na função pública;
d) Fotocópia do bilhete de identidade;
e) Certificado do Registo Criminal;
f) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou serviço cívico;
g) Certificado, emitido pelos competentes serviços públicos de saúde, comprovativo que possui a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata, bem como a prova de cumpriu as leis de vacinação obrigatória;
h) Comprovativo da formação complementar, bem como de todas as situações invocadas pelos candidatos, susceptíveis de influírem na avaliação, sob pena de não serem consideradas, nos termos do disposto no n.º 7, artigo 49.º, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

10.3 — A declaração referida na alínea *c*) do ponto 10.2., relativa aos funcionários da Sub-Região de Saúde de Setúbal, será oficiosamente entregue ao júri pela Divisão de Gestão de Recursos Humanos — Serviço de Gestão da Carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica.
10.4 — Nos termos previstos no n.º 2, do artigo 49.º, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *e*), *f*) e *g*) do ponto 10.2., devendo os candidatos declarar tal facto, sob compromisso de honra, no próprio requerimento.
11 — A relação dos candidatos admitidos será afixada no átrio do 6.º andar desta Sub-Região de Saúde de Setúbal, sita na Rua José Pereira Martins, n.º 25 — 5.º andar, 2900-438 Setúbal e Centro de Saúde. A lista de classificação final do concurso será notificada aos candidatos nos termos previstos no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.
12 — Composição do júri:

Presidente — Cândida Maria Pité Madeira — Assessora Superior da Carreira Técnica Superior de Saúde Área de Engenharia Sanitária, dos Serviços de Âmbito Sub-Regional;
1.º Vogal Efectivo — Joaquim Gonçalves Moreira, Técnico Especialista de 1.ª classe da Área de Saúde Ambiental, do Centro de Saúde de Santa Maria da Feira;
2.º Vogal Efectivo — Fernando Almeida Fontes — Técnico Especialista de 1.ª classe da Área de Saúde Ambiental, Centro de Saúde de Arouca;

1.ª Vogal Suplente — Maria Elisa Dores Marques Duarte — Assessora da Carreira Técnica Superior de Saúde Área de Engenharia Sanitária, dos Serviços de Âmbito Sub-Regional;

2.º Vogal Suplente — José Manuel Ramos Cerdeira — Técnico Especialista de 1.ª classe da Área de Saúde Ambiental, Centro de Saúde de Aveiro.

A 1.º Vogal Efectivo substitui a Presidente, nas suas faltas ou impedimentos.

14 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: "Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na formação profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Arlete da Fonseca Mendes*.

Deliberação n.º 68/2009

Por deliberação de 03 de Dezembro de 2008, do Vice-Presidente residente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., foi autorizada a transferência da assistente administrativa, Iolanda Maria Marques Caseiro Negreiros Cruz, do quadro de pessoal do Hospital Nossa Senhora do Rosário, E.P.E., para o quadro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Setúbal, Centro de Saúde da Moita, com efeitos reportados a 26/10/2008.

17 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Arlete da Fonseca Mendes.*

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Sub-Região de Saúde de Beja

Despacho (extracto) n.º 1016/2009

Por despacho de 22 de Dezembro de 2008 do Sr. Coordenador Sub-Regional:

Judite da Soledade Gonçalves Ramos dos Reis — Auxiliar de Apoio e Vigilância, do quadro de pessoal dos Serviços de Âmbito Sub-Regional, da Sub-Região de Saúde de Beja, autorizada a mobilidade interna para o quadro de pessoal do Centro de Saúde de Beja da Sub-Região de Saúde de Beja.

(Isento de fiscalização prévia do T. C.)

22 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *João José da Silva de Pina Manique.*

Despacho (extracto) n.º 1017/2009

Por despacho de 22 de Dezembro de 2008 do Sr. Coordenador Sub-Regional:

Maria Emília Cantigas Ramos — Auxiliar de Apoio e Vigilância, do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Aljustrel, da Sub-Região de Saúde de Beja, autorizada a mobilidade interna para o quadro de pessoal da Sede da Sub-Região de Saúde de Beja. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

22 de Dezembro de 2008. — O Coordenador, *João José da Silva de Pina Manique.*

Centro Hospitalar das Caldas da Rainha

Deliberação (extracto) n.º 69/2009

Por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar de 18 de Dezembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do TC)

Paulo Jorge Rodrigues Marques Pereira — nomeado, precedendo concurso, Técnico Especialista, área de Radiologia, da carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, escalão 1, índice 175, do quadro de pessoal deste Centro Hospitalar, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir da data da aceitação do novo lugar.

29 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria do Rosário Silva Sabino.*

Deliberação (extracto) n.º 70/2009

Por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar de 22 de Dezembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

Manuel de Carvalho Rodrigues — nomeado, precedendo concurso, Assistente Hospitalar de Cardiologia, em regime de trabalho de tempo completo, 35 horas semanais, escalão 1, índice 120, da carreira Médica Hospitalar do quadro de pessoal deste Centro Hospitalar.

29 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria do Rosário Silva Sabino.*

Deliberação (extracto) n.º 71/2009

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11.º e artigo 19.º ambos da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção conferida pelo Despacho n.º 27266-A/2008 de 17 Outubro, o Conselho de Administração deste Centro Hospitalar por sua deliberação de 18 de Dezembro de 2008, autorizou a colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, do seguinte colaborador:

Nome — António Serafim Reis de Sousa
Natureza do vínculo — Nomeação definitiva
Serviço a que pertence — Centro Hospitalar das Caldas da Rainha
Carreira — Pessoal Auxiliar
Categoria — Motorista de Pesados
Escalão 6 — Índice 218, desde 01 de Janeiro de 2004
(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

30 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria do Rosário Silva Sabino.*

Centro Hospitalar de Cascais

Aviso n.º 1116/2009

Delegação de competências

No uso da faculdade conferida pelo Despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde n.º 10.724/2008, de 01 de Abril, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 72 de 11 de Abril de 2008 e nos termos dos n.º s 3 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, e de harmonia com o disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Cascais, adiante designado por Hospital, na reunião de 21 de Novembro de 2008, delibera delegar em cada um dos seus membros Executivos e Não Executivos, e para as áreas e ou serviços da sua responsabilidade, a prática dos actos necessários ao exercício de poderes de decisão pertencentes ao Conselho de Administração.

1 — Distribuir pelo Presidente do Conselho de Administração e seus Vogais a coordenação das áreas de gestão do Centro Hospitalar de Cascais, de acordo com o abaixo indicado:

1.1 — Ao Presidente do Conselho de Administração, Dr. Jorge Abreu Simões, a responsabilidade por todas as áreas e serviços do hospital, bem como, preparação da transmissão do estabelecimento hospitalar para o regime de gestão empresarial em regime Parceria Público Privado.

1.2 — Ao Vogal Executivo, Dr. Carlos Alberto Coelho Gil, a responsabilidade e a coordenação dos órgãos de apoio técnico, das áreas dos serviços financeiros, pessoal, aprovisionamento, farmácia, formação, dos sectores de informação para a gestão e contencioso, dos serviços de gestão de doentes, hoteleiros e de instalações e equipamentos.

2 — No Vogal Executivo, Dr. Carlos Alberto Coelho Gil, fica delegada a competência para prática dos seguintes actos:

2.1 — Aprovar as listas de antiguidade dos funcionários e decidir das respectivas reclamações.

2.2 — Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas sobre as reclamações apresentadas pelos utentes.

2.3 — Autorizar a abertura dos concursos de pessoal aprovados, designar o júri com excepção do pessoal médico e de enfermagem e fixar o prazo de validade dos mesmos.

2.4 — Justificar ou injustificar faltas, conceder licenças por período superior a 30 dias, com excepção da licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e da licença ilimitada, bem como autorizar o regresso à actividade.

2.5 — Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício e o respectivo processamento.

2.6 — Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei.

2.7 — Nomear, promover e exonerar pessoal, determinar a conversão da nomeação provisória em definitiva, bem como autorizar destacamentos, requisições, transferências, permutas e comissões de serviço extraordinárias.

2.8 — Confirmar as condições legais da progressão dos funcionários e agentes e autorizar os abonos daí decorrentes, em especial decidir pedidos de reclassificação e de reconversão profissional.

2.9 — Celebrar, prorrogar, renovar e rescindir contratos de pessoal, praticando os actos resultantes da caducidade ou revogação dos mesmos.

2.10 — Autorizar o exercício de funções a tempo parcial, nos termos legais.

2.11 — Solicitar as verificações domiciliárias de doença e mandar submeter os funcionários e agentes a junta médica, nos termos dos artigos 36.º, 37.º, 39.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e legislação complementar.

2.12 — Qualificar como acidentes em serviço os sofridos por funcionário ou agente e autorizar o processamento das respectivas despesas, até aos limites legais.

2.13 — Reconhecer como acidentes de trabalho os sofridos por trabalhadores em regime de direito privado e autorizar o processamento das correspondentes despesas, nos termos da legislação aplicável.

2.14 — Aprovar as listas de antiguidade do pessoal e decidir das respectivas reclamações.

2.15 — Distribuir o pessoal pelos serviços do Hospital, com excepção do pessoal médico, de enfermagem e auxiliar de acção médica.

2.16 — Decidir dos pedidos de concessão do estatuto de trabalhador estudante, após informação do órgão técnico respectivo.

2.17 — Autorizar os funcionários ou agentes a comparecer em juízo, quando requisitados nos termos da lei de processo.

2.18 — Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no processo individual dos funcionários e agentes, bem como a restituição de documentos aos interessados.

2.19 — Autorizar a destruição de documentos de concursos ou outros, nos termos da legislação em vigor.

2.20 — Solicitar aos órgãos centrais informações e pareceres.

2.21 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos do Decreto-Lei n.º 259/98 de 18 de Agosto, para além dos limites fixados nos n.os 1 e 2 do respectivo artigo 27.º, com observância do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do mesmo diploma, e nos termos do Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de Março.

2.22 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal e complementar de pessoal dirigente e de chefia, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98 de 18 de Agosto.

2.23 — Autorizar a acumulação de funções ou cargos públicos.

2.24 — Assinar a correspondência e expediente necessários à execução das decisões proferidas nos processos, bem como autorizar publicações na imprensa diária e no *Diário da República*.

2.25 — Autorizar despesas com obras e aquisições de bens e serviços e a celebração de contrato escrito, até ao montante de € 500.000, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2.26 — Aprovar a constituição das comissões/júris dos concursos para aquisição de bens ou produtos de consumo, com prévia audiência dos serviços utilizadores e delegar a competência para a realização da audiência prévia.

2.27 — Adjudicar os concursos e consultas para aquisição de bens de consumo e prestação de serviços, no rigoroso cumprimento do estipulado na legislação em vigor.

2.28 — Tomar as providências necessárias à conservação do património, designadamente autorizar todas as despesas com obras de construção, beneficiação, ampliação ou remodelação das instalações, assim como as despesas de simples conservação, manutenção, reparação e beneficiações das instalações e equipamentos.

2.29 — Escolher o tipo de procedimento a adoptar nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, quando o montante estimado da despesa não exceder € 125.000.

2.30 — Conceder adiantamentos a empreiteiros e fornecedores de bens e serviços, desde que observados os condicionalismos previstos nos n.º s 1, 2 e 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

2.31 — Praticar todos os actos subsequentes à autorização da despesa, quando esta seja da competência do membro do Governo ou do conselho de administração.

2.32 — Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar.

2.33 — O disposto nos pontos 2.26 a 2.33 aplica-se nos termos das correspondentes e adequadas normas constantes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

3 — Fica, ainda, delegada nos membros executivos a competência para, no âmbito das respectivas áreas e serviços, praticarem os seguintes actos:

3.1 — Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual, bem como as respectivas alterações.

3.2 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários, em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional.

3.3 — Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço.

3.4 — Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não.

4. — Na Vogal Não Executiva, Dr.ª Dalila Maria Andrade Góis, Directora Clínica, fica delegada a competência para a prática dos seguintes actos:

4.1 — Aprovar a constituição das equipas do serviço de urgência e respectivas alterações, desde que destas não resultem acréscimos de despesas;

4.2 — Autorizar a realização de estágios e visitas de estudo no Centro Hospitalar de Cascais, no âmbito dos serviços de acção médica;

4.3 — Autorizar a disponibilização de dados clínicos à entidade competente que os solicitar no âmbito de processo judicial;

4.4 — Autorizar médicos pertencentes ao Centro Hospitalar de Cascais a integrar júris de concursos noutras instituições;

4.5 — Autorizar, relativamente ao pessoal das carreiras médicas, e técnica superior de saúde e técnicos de diagnostico e terapêutica, a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional e desde que não resultem encargos directos para o Centro Hospitalar de Cascais;

4.6 — Autorizar, relativamente ao pessoal das carreiras médicas, técnica superior de saúde e técnicos de diagnóstico e terapêutica, a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, desde que não resultem encargos para o Centro Hospitalar de Cascais;

4.7 — Autorizar, relativamente aos médicos internos no internato complementar, comissões gratuitas de serviço, nos termos previstos na secção IV da Portaria n.º 695/95, de 30 de Junho, até 30 dias por ano;

4.8 — Homologar as classificações de serviço do pessoal da carreira técnica superior de saúde e técnicos de diagnóstico e terapêutica;

4.9 — Autorizar o gozo e acumulação de férias, bem como aprovar o respectivo plano anual e suas alterações no que diz respeito ao pessoal das carreiras médica, técnica superior de saúde e técnicos de diagnóstico e terapêutica, devidamente informados pelo serviço de pessoal;

4.10 — Autorizar a disponibilização de dados clínicos à entidade competente que os solicitou no âmbito do processo judicial;

4.11 — Autorizar a concessão dos direitos previstos nos n.º s 8, 9 e 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;

4.12 — Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, fica a Directora Clínica autorizada a subdelegar as competências atribuídas em todos os níveis de pessoal dirigente ou de chefia, bem como nos seus adjuntos.

5 — Na Vogal Não Executiva,Enf.ª Maria Lídia Lopes Alves Dias, Enfermeira Directora, fica delegada a competência para a prática dos seguintes actos:

5.1 — Autorizar a realização de estágios e visitas de estudo no Centro Hospitalar de Cascais a enfermeiros em formação, cujas escolas o solicitem;

5.2 — Proceder à afectação e mobilidade interna do pessoal de enfermagem e do pessoal auxiliar de acção médica adstrito à Direcção de Enfermagem;

5.3 — Homologar as avaliações de desempenho dos enfermeiros;

5.4 — Autorizar enfermeiros pertencentes ao Centro Hospitalar de Cascais a integrar júris de concurso noutras instituições;

5.5 — Autorizar, relativamente ao pessoal de enfermagem a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em

território nacional e desde que não resultem encargos directos para o Centro Hospitalar de Cascais;

5.6 — Autorizar, relativamente ao pessoal de enfermagem a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram for a do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, desde que não resultem encargos para o Centro Hospitalar de Cascais;

5.7 — Autorizar o gozo e acumulação de férias, bem como aprovar o respectivo plano anual e suas alterações no que diz respeito ao pessoal de enfermagem e auxiliar de acção médica devidamente informados pelo serviço de pessoal;

5.8 — Aprovar os horários mensais do pessoal de enfermagem e auxiliar de acção médica.

5.9 — Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, fica a Enfermeira Directora autorizada a subdelegar as competências atribuídas nas suas adjuntas.

6 — As delegações das competências referidas nos n.os 2 e 3, não prejudicam a necessidade de informação do membro executivo ou não executivo, relativamente às áreas ou serviços sob sua responsabilidade ou matérias sujeitas ao parecer das direcções técnicas.

7 — Os membros executivos do conselho de administração, ficam autorizados a subdelegar todas ou parte das competências que por este despacho lhe são delegadas.

8 — Este despacho produz efeitos desde 01 de Fevereiro de 2008, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados e subdelegados, tenham sido praticados pelos referidos dirigentes.

21 de Novembro de 2008. — O Vogal Executivo, *Carlos A. Coelho Gil.*

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra

Aviso (extracto) n.º 1117/2009

Nos termos do n.º4 do artigo 11.º e do n.º1 do artigo 19.º, conjugado com o n.º1 do artigo 38.º, ambos da Lei 53/2006 de 7 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei 11/2008 de 20 de Fevereiro, o Conselho de Administração deste Centro Hospitalar por sua deliberação de 28 de Novembro de 2008, autorizou e aprovou a seguinte lista nominativa do pessoal a colocar em mobilidade especial, por opção voluntária.

Assim, e nos termos do disposto do artigo 13.º e 51.º da Portaria n.º1499-A/2007, de 21 de Novembro, a presente lista nominativa é enviada à Entidade Gestora da Mobilidade e à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Almeida.*

Lista nominativa do pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra, em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, em conformidade com o n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro e elaborada nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma

Nome	Vínculo	Grupo de Pessoal	Carreira/categoria	Escalão	Índice
Sandra Marisa Martins Carrito	Nomeação	Serviços Gerais	Acção médica/auxiliar de acção médica principal	1	181

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Deliberação (extracto) n.º 72/2009

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, de 27-11-2008, no uso de competência delegada, autorizada a colocação na situação de mobilidade especial voluntária, de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11/2008 de 20 de Fevereiro, da funcionária a seguir mencionada:

Dília da Costa Cabral
Vínculo — Nomeação definitiva
Carreira — Pessoal administrativo
Categoria — Assistente Administrativa Especialista
Escalão 1, Indice 269

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

23 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Isabel Paixão.*

Despacho (extracto) n.º 1018/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, foi autorizado o regime de trabalho, semana de quatro dias, à Assistente Hospitalar de Psiquiatra deste Centro Hospitalar, Lucília Eduarda Abrantes Bravo, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei 325/99 de 18 de Agosto, com efeitos a 1 de Novembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

29 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Isabel Paixão.*

Centro Hospitalar de Torres Vedras

Aviso n.º 1118/2009

Para os devidos e legais efeitos e conhecimento dos interessados, publica-se a lista de classificação final, homologada por deliberação do Conselho de administração deste Centro Hospitalar em 23-12-2008 e, após confirmação do cabimento pela Direcção-Geral do Orçamento, referente ao concurso interno geral de acesso para Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Reabilitação do quadro de pessoal do Hospital Dr. José Mª. Antunes Júnior, integrado no Centro Hospitalar de Torres Vedras, aberto por aviso publicado no D.R., 2.ª série, n.º 60, de 26 de Março de 2008:

1.º — Adélia Maria Casaleiro Alves — 18,50 valores;
2.º — Maria Goreti Gomes Rainho — 16,70 valores.

Do despacho da homologação cabe recurso a interpor no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no D.R., nos termos do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 08-11, o qual deverá ser entregue no Serviço de Recursos Humanos do Centro Hospitalar de Torres Vedras.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus.*

Aviso n.º 1119/2009

Para os devidos e legais efeitos e conhecimento dos interessados, publica-se a lista de classificação final, homologada por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar em 23-12-2008 e, após confirmação do cabimento pela Direcção-Geral do Orçamento, referente ao concurso interno geral de acesso para Enfermeiro Especialista em Saúde Infantil e Pediátrica do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Torres Vedras, integrado no Centro Hospitalar de Torres Vedras, aberto por aviso publicado no D.R., 2.ª série, n.º 59, de 25 de Março de 2008:

1.º — Fernanda Maria Sarreira Tomás Onofre Fonseca de Jesus — 20 valores;
2.º — Maria da Conceição Tavares Alves — 18,40 valores;
3.º — Olga Cristina Proença Rodrigues Seabra — 16,90 valores;
4.º — Tânia Isabel Martins Fontaínhas Teixeira — 11,05 valores.

Do despacho da homologação cabe recurso a interpor no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no D.R., nos termos do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 08-11, o qual deverá ser entregue no Serviço de Recursos Humanos do Centro Hospitalar de Torres Vedras.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus.*

Aviso n.º 1120/2009

Para os devidos e legais efeitos e conhecimento dos interessados, publica-se a lista de classificação final, homologada por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar em 23-12-2008 e, após confirmação do cabimento pela Direcção-Geral do Orçamento, referente ao concurso interno geral de acesso para Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica do quadro de pessoal do Hospital Dr. José M.ª Antunes Júnior, integrado no Centro Hospitalar de Torres Vedras, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 57, de 20 de Março de 2008:

1.º Albano Jorge Caseiro Ramos — 18,900 valores.
2.º Maria Jacinta Olivença Vizinha — 16,233 valores.
3.º Marta Isabel Marreiros Patrocínio e Costa — 15,858 valores.
4.º Lídia Susana Mendes Moutinho — 15,208 valores.
5.º Nuno Jorge Rodrigues Esperanço 15,100 valores.
6.º Olívia Maria de Jesus Pacheco Lourenço — 14,925 valores.

Do despacho da homologação cabe recurso a interpor no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no D.R., nos termos do artigo. 39.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 08-11, o qual deverá ser entregue no Serviço de Recursos Humanos do Centro Hospitalar de Torres Vedras.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus.*

Hospitais Civis de Lisboa

Maternidade do Dr. Alfredo da Costa

Aviso (extracto) n.º 1121/2009

Concurso institucional interno geral de provimento para assistente de anestesiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa

1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 06 de Março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho, e do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do Conselho de Administração da Maternidade Dr. Alfredo da Costa de 25 de Novembro de 2008 e acordo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis contados a partir da publicação deste aviso no *Diário da República,* concurso institucional interno geral para o provimento de três vagas de assistente de Anestesiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal desta Maternidade, aprovado pela Portaria n.º 296/97 de 06 de Maio.

2 — Prazo de validade: — o concurso é valido para as vagas postas a concurso caducando com o preenchimento das mesmas.

3 — Tipo de Concurso — o concurso é institucional interno geral, aberto aos médicos possuidores dos requisitos de admissão e já vinculados à função publica, independentemente dos serviços ou organismos a que pertençam.

4 — Requisitos de admissão:

4.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez fisica e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória;

4.2 — Requisitos especiais:

a) Possuir o grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou a sua equiparação, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 06 de Março;
b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos;
c) Estar vinculado à função pública.

5 — Local de Trabalho: Maternidade Dr. Alfredo da Costa, Rua Viriato, 1069-089 Lisboa, ou em outras instituições com as quais esta Maternidade tenha, ou venha a ter, acordos ou protocolos de colaboração.

6 — Apresentação das candidaturas:

6.1 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Conselho de Administração da Maternidade Dr. Alfredo da Costa, Rua Viriato, 1069-089 Lisboa, e entregue na Secção de Pessoal desta Maternidade durante as horas normais de expediente até ao último dia do prazo fixado neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste aviso.

6.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, número fiscal, morada e telefone);
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço de saúde a que o candidato se encontra vinculado;
c) Referência ao número, data e série do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;
d) Identificação dos documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua caracterização sumária;
e) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7 — Regime de Trabalho — o constante do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 06 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/99 de 15 de Outubro, podendo o mesmo ser desenvolvido em horários desfasados, de acordo com as disposições legais em vigor, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90.

8 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados de:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente na área profissional a que respeita o concurso ou da equiparação a esse grau;
b) Documento comprovativo de vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares de *curriculum vitae.*

8.1 — O documento referido na alínea *c*) do n.º 8 pode ser substituído por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a esse requisito.

9 — A não apresentação no prazo de candidatura dos documentos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 8 implica a exclusão da lista de candidatos.

9.1 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo, a não admissão ao concurso.

10 — As falsas declarações apresentadas pelos candidatos nos requerimentos ou nos curricula são puníveis nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar.

11 — Método de selecção — o método de selecção utilizado no concurso será o de avaliação curricular, conforme o disposto na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

12 — A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada no *placard* do Serviço de Pessoal, existente no átrio principal desta Maternidade, sendo os candidatos notificados da afixação por ofício registado com aviso de recepção, acompanhado de cópia da lista.

12.1 — A lista de classificação final, após homologação, será publicada no *Diário da República*.

13 — Igualdade entre homens e mulheres — em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — Nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros 97/2002 de 18-05 está assegurada a cabimentação orçamental deste concurso.

15 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente —Dr. José Manuel Costa Martins — Assistente Graduado de Anestesiologia do quadro de pessoal da Maternidade Dr. Alfredo da Costa

Vogais efectivos:

1.º Dr.ª Graça Maria Rodrigues Garcia Simão Catalão — Assistente Graduada de Anestesiologia do quadro de pessoal da Maternidade Dr. Alfredo da Costa
2.º Dr.ª Maria do Rosário Pereira Caldeira Marques — Assistente Graduada de Anestesiologia do quadro de pessoal da Maternidade Dr. Alfredo da Costa

Vogais suplentes:

1.º Dr.ª Maria Idalina Ribeiro Pinto M. Rodrigues — Assistente de Anestesiologia do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Norte (Hospital de Santa Maria)

2.º Dr.ª Maria Alexandra Silva Valente A. Resende — Assistente de Anestesiologia do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Norte (Hospital de Santa Maria)

15.1 — O Presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Branco*.

Aviso n.º 1122/2009

Ana Paula Marques Maia Casqueiro, Assistente de Ginecologia/Obstetrícia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal da Maternidade Dr. Alfredo da Costa, exonerada da Função Pública a seu pedido com efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2009, nos termos da al. *d*) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Branco*.

Deliberação (extracto) n.º 73/2009

Por deliberação do conselho de administração da Maternidade Dr. Alfredo da Costa de 09-12-2008, proferida por competência própria:

Nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90 de 06 de Março, deliberado fazer cessar a prática do regime de exclusividade de 42 horas semanais ao Assistente de Anestesiologia do quadro de pessoal desta Maternidade, Eduardo Manuel Torres Dias Ferreira, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Margarida Moura Theias*.

Deliberação (extracto) n.º 74/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Maternidade Dr. Alfredo da Costa de 16-12-2008, proferida por competência própria:

Autorizada a passagem à situação de mobilidade especial por opção voluntária, nos termos do Despacho n.º 27 266-A/2008 de 24 de Outubro em conjugação com o artigo 19.º da Lei 53/2006 de 07 de Dezembro a Maria Alice Jesus Pedro da Costa, Assistente de Dador, escalão 8 — índice 280 do NSR do quadro de pessoal desta Maternidade, com produção de efeitos a partir do dia seguinte ao da publicação da presente deliberação.

30 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Margarida Moura Theias*.

Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco

Deliberação (extracto) n.º 75/2009

Por deliberação de 18/12/2008 do Conselho de Administração deste Hospital:

António Manuel Santos de Melo, assistente graduado de oftalmologia — Exonerado, a seu pedido, com efeitos a 01 de Janeiro de 2009. (Isento de fiscalização prévia do TC)

22 de Dezembro de 2008. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *Carlos Alberto Fernandes Canaveira*.

Hospital de Cândido de Figueiredo

Deliberação (extracto) n.º 76/2009

Em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, se publica que, por deliberação de 23 de Dezembro de 2008, do Conselho de Administração deste Hospital, Isabel Maria Silva Matos, Maria Eduarda Antunes Coimbra da Costa, Carma Manuela Gonçalves Marques, Maria Liseta Teles de Andrade Ferreira, Isabel Maria Saraiva Cardoso, Sónia Isabel Amaro Ferreira Fernandes, Alice Rosa Simões Maneira Dias, Maria da Conceição dos Santos Figueira Almeida, Maria de Lurdes Pinheiro Lima Pomar, Noémia Marques de Figueiredo Antunes, Fernando Simões Abreu, Fernanda de Almeida Peixoto Conceição, António José da Silva Santos e Cristina Maria Gomes de Oliveira, Auxiliares de Acção Médica do quadro de pessoal deste Hospital, nomeados definitivamente, na sequência de concurso interno de acesso limitado, Auxiliares de Acção Médica Principais do respectivo quadro, com efeitos a partir da data de deliberação, de 23 de Dezembro de 2008, nos termos da alínea *a*), n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Cílio Pereira Correia.*

Hospital Distrital de Águeda

Aviso n.º 1123/2009

Por despacho do Conselho de Administração de 17/12/2008:

Maria Lucinda Amaral Lopes Ferreira, enfermeira graduada, de licença sem vencimento desde 3 de Dezembro de 2008, autorizada a regressar ao serviço a partir de 12 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José António de Sousa Alves.*

Aviso n.º 1124/2009

Por despacho do Conselho de Administração de 18/12/2008:

Sílvia Cristina de Oliveira Barrocas, enfermeira graduada — autorizada licença sem vencimento, com a duração de 90 dias, a iniciar a 2 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José António de Sousa Alves*.

Aviso n.º 1125/2009

Concurso interno geral de ingresso para provimento de dois lugares de assistente administrativo

1 — Por despacho Director Coordenador da área de recursos humanos da Administração Central do Sistema de Saúde de 20/11/2008, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso, concurso interno de ingresso para provimento de dois lugares na categoria de Assistente Administrativo da carreira de Assistente Administrativo do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela portaria n.º 1/98 de 5 de Janeiro e alterado pela portaria 506/99 de 16 de Julho.

2 — Prazo de validade — O presente concurso esgota-se com o preenchimento dos lugares postos a concurso.

3 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis -248/85 de 15 de Julho, 427/89 de 7 de Dezembro, 353/93, de 29 de Setembro, 204/98 de 11 de Julho, Lei 44/99 de 11 de Junho, 442/91 de 15 Novembro com a redacção dada pelo Decreto-Lei 6/96 de 31 de Janeiro e do despacho 13381/99 de 1 de Julho do Director Geral da Administração Pública.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional é o constante no Decreto Regulamentar n.º 20/85 de 1 de Abril.

5 — Vencimento, local e condições de trabalho — a remuneração é a correspondente ao estabelecido na Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, para a categoria de assistente administrativo, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Local de trabalho — Hospital Distrital de Águeda, Rua da Misericórdia, 3750-130 Águeda.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei 204/98 de 11 de Julho.

7.2 — Requisitos especiais:

a) Ser funcionário ou agente, nos termos dos n.os 1 e 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho;

b) Podem candidatar-se os funcionários de quaisquer serviços ou organismos da Administração Pública que reúnam os requisitos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho e do Decreto-Lei 101/2003 de 23 de Maio e tenham o 11.º ano de escolaridade de acordo com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei 44/99 de 11 de Junho.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção são:

a) Prova de conhecimentos:

1) Gerais (valorizada de 0 a 20 valores);
2) Específicos (valorizada de 0 a 20 valores);

b) Avaliação curricular (valorizada de 0 a 20 valores);
c) Entrevista profissional de selecção (valorizada de 0 a 20 valores).

8.1 — As provas de conhecimento gerais e específicos são eliminatórias por si só, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação

inferior a 9.5 valores, serão escritas com duração de uma hora cada e a sua elaboração terá por base conhecimentos ao nível da escolaridade obrigatória, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática e os programas aprovados pelo despacho 13381/99 de 1 de Julho, sendo permitida a consulta da legislação em suporte papel conforme o anexo ao presente aviso.

8.2 — Entrevista profissional de selecção — avalia numa relação interpessoal de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8.2.1 — Na entrevista profissional de selecção serão ponderados os seguintes parâmetros:

a) Motivação para o desenvolvimento da actividade administrativa;
b) Iniciativa e criatividade importantes num contexto de mudança e no quadro da moderna gestão das organizações;
c) Sentido e capacidade de organização;
d) Orientação para as novas tecnologias da informação;
e) Capacidade de comunicação;
f) Capacidade de análise e espírito crítico.

8.2.2 — Aos parâmetros inerentes à entrevista profissional de selecção serão pontuados numa escala de 0 a 20 valores, sendo o resultado final obtido pelo somatório das pontuações resultantes da média aritmética dos valores dados por cada elemento do Júri.

8.3 — De acordo com a alínea *g*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei 204/98 de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema e classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre solicitadas.

8.4 — A classificação final será obtida mediante a aplicação da fórmula seguinte:

$$CF = \frac{3\,AC + 1.5\,PCG + 1.5\,PCE + 4EPS}{10}$$

em que:

CF = classificação final;
PCG = prova de conhecimentos gerais;
PCE = prova de conhecimentos específicos;
EPS = Entrevista Profissional de selecção.

8.4.1 — A classificação da avaliação curricular será obtida mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{4\,EP + 3\,FP + 3\,HL}{10}$$

em que:

AC = avaliação curricular;
EP = experiência profissional de selecção;
FP = formação profissional;
HL = Habilitações literárias.

9 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Águeda, entregue no Serviço de Recursos Humanos deste Hospital, sito na Rua da Misericórdia, 3750-130 Águeda, dentro das horas normais de expediente (9 às 13 e 14 às 16 horas) e até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso ou remetido pelo correio em carta registada com aviso de recepção, para a mesma morada, considerando-se neste último caso apresentado dentro do prazo fixado no n.º 1 deste aviso.

9.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, residência, código postal e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número de contribuinte e situação militar se for caso disso;
b) Pedido de admissão ao concurso, com a indicação do *Diário da República,* número, série e data em que foi publicado o aviso;
c) Habilitações literárias.

9.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Certificado autêntico ou autenticado das habilitações literárias;
b) Declaração actualizada, passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;
c) Fotocópia do bilhete de identidade;
d) Três exemplares do *curriculum vitae.*

9.3 — Nos termos do artigo 31 do Decreto-Lei 204/98 de 11 de Julho a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais não é exigida, bastando a declaração dos candidatos sob compromisso de honra no próprio requerimento.

10 — A lista de candidatos, bem como a lista de classificação final do concurso, serão afixadas no placard do Serviço de Recursos Humanos deste Hospital.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Composição do Júri — o Júri será composto pelos profissionais do Hospital Distrital de Águeda a seguir indicados:

Presidente — Maria Edite da Rocha Silva Matos — Chefe de Repartição.
Vogais efectivos:

Maria do Céu da Silva Teixeira Neves dos Santos, Chefe de Secção.
Maria Rosária Balreira Correia Bastos, Chefe de Secção.

Vogais suplentes:

Maria Margarida Ribeiro da Silva, Assistente Administrativa Especialista.
Maria Armanda da Silva Ferreira de Castro, Assistente Administrativa Especialista.

13 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas sua faltas ou impedimentos.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José António de Sousa Alves*.

ANEXO

Em cumprimento do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, indica-se a legislação necessária para a realização das provas de conhecimentos:

Constituição da República Portuguesa;
Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 11/93 de 15 de Janeiro;
Decreto-Lei 53/98 de 11 de Março;
Decreto-Lei 68/2000 de 26 de Abril;
Decreto-Lei 223/2004 de 3 de Dezembro
Decreto-Lei 276-A/2007 de 31 de Julho;
Lei de Bases da Saúde — Lei n.º 48/90 de 24 de Agosto;
Lei 27/2008 de 8 de Novembro
Decreto-Lei n.º 427/89 de 17 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 407/91 de 17 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 106/98 de 24 de Abril;
Decreto-Lei n.º 218/98 de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 259/98 de 18 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março;
Lei 66-B/2007 de 28 de Dezembro:
Portaria 1633/2007 de 31 de Dezembro;
Decreto-Lei 6/96 de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei 24/84 de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89 de 16 de Outubro;
Decreto-Lei 404-A/98 de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho;
Leis n.º s 99/2003, 9/2006 e 35/2004 de 27 de Agosto, de 20 de Março e 29 de Julho;
Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro
Decreto-Lei n.º 173/2003 de 1 de Agosto;
Decreto-Lei 201/2007 de 24 de Maio;
Decreto-Lei 79/2008 de 8 de Maio;
Portaria 1637/2207 de 31 de Dezembro;
Portaria 219/2006 de 7 de Março;
Despacho n.º 18459/2006 de 12 de Setembro;
Lei 8/90 de 20 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 155/92 de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decretos — Leis n.os 113/95 de 25 de Maio, 275-A/93 de 9 de Agosto, 190/96 de 9 de Outubro;
Lei n.º 191/99 de 5 de Junho;
Portaria 898/2000 de 28 de Setembro;
Decreto-Lei 247/2000 de 8 de Maio.

Hospital Distrital do Montijo

Deliberação (extracto) n.º 77/2009

Por deliberação do Conselho de Administração deste Hospital de 06/11/08:

Maria Odete Carreira Brás Lucas, Técnica Superior de 1.ª classe do quadro de pessoal deste Hospital, promovida na categoria de Técnica Su-

perior Principal da carreira técnica superior, com efeitos a 01.01.2008, por aplicação da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei 10/2004 de 22/3. Para o efeito foi dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18/5, pela Direcção-Geral do Orçamento.

10 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho de Administração, *Izabel Pinto Monteiro.*

Hospital Distrital de São João da Madeira

Despacho (extracto) n.º 1019/2009

Por despacho do Conselho de Administração deste Hospital, de 17 de Dezembro de 2008 — Ana Margarida Loureiro de Almeida, enfermeira graduada do quadro de pessoal deste Hospital, nomeada enfermeira especialista em Enfermagem na Comunidade, após concurso interno geral de acesso.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Manuel Sousa Matias.*

Hospital do Litoral Alentejano

Despacho n.º 1020/2009

Por despacho do Director Coordenador da Área de Recursos Humanos da Administração Central do Sistema de Saúde, IP, em 30/10/2008, foi autorizada a requisição da Enfermeira Maria Teresa Filipe Alves de Oliveira Rodrigues — pertencente ao quadro de pessoal do Centro de Saúde de São João, para o Hospital do Litoral Alentejano, com efeitos a partir de 01/12/2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho de Administração, *Adelaide Belo.*

Declaração de rectificação n.º 63/2009

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 28638/2008, publicado no D.R. n.º 232, 2.ª Série, de 2 de Dezembro de 2008, rectifica-se onde se lê «1.º Vogal Efectivo — Dr. Henrique Manuel Barrelas Rita, Assistente de Medicina Interna do Hospital do Litoral Alentejano» deve ler-se «1.º Vogal Efectivo — Dr. Henrique José Barrelas Rita, Assistente de Medicina Interna do Hospital do Litoral Alentejano.»

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho de Administração, *Adelaide Belo.*

Hospital de Magalhães Lemos

Deliberação n.º 78/2009

Por deliberação do Conselho de Administração, de 19 de Dezembro de 2008:

Justino Jorge Matos Pinto, operário qualificado — nomeado definitivamente precedendo concurso, operário qualificado principal, do quadro de pessoal deste Hospital. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva, *Margarida Madalena Martins França.*

Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo

Aviso n.º 1126/2009

Concurso institucional interno geral para provimento de um lugar de Chefe de Serviço de Medicina Interna da carreira médica hospitalar

1 — Nos termos dos artigo 15.º, 23.º Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/99, de 15 de Outubro, e do Regulamento dos Concursos de Habilitação ao grau de Consultor e de Provimento na categoria de Chefe de Serviço da carreira médica hospitalar, aprovada pela portaria n.º 177/97, de 11 de Março, faz-se publico que, na sequência do plano aprovado por deliberação do Conselho Directivo da ARS Norte, de 22 de Agosto de 2008, por deliberação do Conselho de Administração deste Hospital de 18 de Dezembro de 2008, se encontra aberto concurso interno geral para provimento de um lugar vago de chefe de serviço de Medicina Interna da carreira médica hospitalar, existente no quadro de pessoal deste Hospital, aprovado por Portaria 749/87, de 1 de Setembro.

2 — Especificação de exigências particulares — Mais de um ano de experiência em cuidados continuados e mais de cinco anos de experiência na área de diabetes.

3 — A abertura do concurso foi precedida dos necessários procedimentos, em cumprimento do disposto no artigo 34.º da Lei 53/2006, de 7 de Dezembro tendo sido criada a oferta de emprego com o código P20087553, tendo em vista a selecção de pessoal em mobilidade especial para reinicio de funções, não tendo sido encontrados dados na pesquisa de opositores obrigatórios efectuada pela Entidade Gestora da Mobilidade.

4 — O concurso é institucional interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos de admissão e já vinculados à função pública e visa exclusivamente o preenchimento do lugar posto a concurso.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade Portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir robustez física e o perfil psíquico necessário ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais:

a) Estar habilitado com o grau de consultor na área profissional de Medicina Interna;

b) Ter categoria de assistente graduado há, pelo menos, três anos, ou beneficiar do alargamento da área de recrutamento previsto no n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho.

6 — Local de trabalho — o local de trabalho será no Hospital Nossa Senhora da Conceição de Valongo, bem como noutras Instituições com as quais o Hospital venha a ter acordos ou protocolos de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

7 — Regime de trabalho — o horário correspondente ao regime de trabalho que for atribuído, poderá ser desenvolvido em horários desfasados, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, designadamente o Despacho Ministerial n.º 19/90, de 22 de Agosto.

8 — Apresentação das candidaturas:

8.1 — O prazo para apresentação de candidatura é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

8.2 — As candidatura deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição de Valongo — Rua da Misericórdia 4440-563 Valongo, entregue no Serviço de Pessoal, pessoalmente ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado no ponto 7.1.

8.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, data de nascimento, residência, telefone, número e data do Bilhete de Identidade e serviço que o emitiu);

b) Categoria Profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja vinculado;

c) Referencia ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem anunciado;

d) Indicação dos documentos que instruam o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;

e) Endereço para onde poderá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

9 — Os requerimentos deverão ser acompanhados por:

a) Documento comprovativo da posse do grau de consultor na área de Medicina Interna;

b) Documento comprovativo da posse da categoria de assistente graduado há, pelo menos, três anos ou documento comprovativo da obtenção do grau de consultor, através do reconhecimento da suficiência curricular, ao abrigo e nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 114/92, de 4 de Junho;

c) Sete exemplares do *Curriculum vitae.*

9.1 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 9 implica a não admissão ao concurso.

9.2 — Os exemplares do *curriculum vitae,* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura.

10 — O método de selecção a utilizar é uma prova pública, que consiste na discussão do *curriculum vitae,* do candidato, sendo obrigatoriamente considerados os factores, e respectiva valorização, constantes dos n.os 59 e 60 do regulamento dos Concursos.

11 — A lista de candidatos admitidos ou excluídos e será afixada no expositor do Serviço de Recursos Humanos, sendo os candidatos notificados da afixação, por ofício registado, com aviso de recepção, acompanhado de copia da lista.

11.1 — A lista de classificação final será publicada no *Diário da República,* 2.ª série.

12 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria Manuela Silva Malho, chefe de serviço de Medicina Interna do quadro de pessoal do Hospital Francisco Zagalo;

Vogais efectivos:

Dr António João Trigo Araújo Faria, chefe de serviço de Medicina Interna do quadro de pessoal do Centro Hospitalar Vila Real — Peso da Régua, E. P. E.;

Dr.ª Ana Maria Gonçalves Soares, chefe de serviço de Medicina Interna do Centro Hospitalar Tâmega-Sousa, E. P.;

Dr. Joaquim Monteiro da Silva, chefe de serviço de Medicina Interna do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim — Vila do Conde, E. P. E.;

Dr. José Fernando Silva Pinto, chefe de serviço de Medicina Interna do quadro de pessoal do Instituto Português de Oncologia — Francisco Gentil — Porto;

Vogais suplentes:

Dr. Manuel Joaquim Rocha Moreira, chefe de serviço de Medicina Interna do quadro de pessoal do Centro Hospitalar do Alto Minho, E. P. E.;

Dr.ª Isabel Maria de Castro Valério de Jesus, chefe de serviço de Medicina Interna do Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim — Vila do Conde, E. P. E.

14 — O 1.º Vogal efectivo substituirá o presidente em caso de falta ou impedimento.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Luís Costa Catarino.*

Hospital de São Marcos

Aviso n.º 1127/2009

Concurso interno geral para provimento na categoria de chefe de serviço de otorrinolaringologia da carreira médica hospitalar

Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto Entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na formação profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento do concurso de provimento na categoria de chefe de serviço da carreira médica hospitalar aprovado pela Portaria n.º 177/97, de 11 de Março, faz-se público que, por deliberação do Conselho de administração deste Hospital de 16 de Dezembro de 2008, e de acordo com a deliberação do Conselho Directivo de Administração da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., de 22 de Agosto de 2008, que aprovou o plano anual de concursos internos da carreira médica hospitalar ano 2008, nos termos do despacho n.º 1284/2001 da Ministra da Saúde, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 2001, se encontra aberto concurso interno geral para provimento de dois lugares vagos na categoria de chefe de serviço de otorrinolaringologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal deste Hospital aprovado pela Portaria n.º 408/98, de 14 de Julho.

2 — A abertura do presente concurso foi precedida dos necessários procedimentos, em cumprimento do disposto no artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, tendo sido criada a oferta com o código P20087349, tendo em vista a selecção de pessoal em mobilidade especial para reinicio de funções, não tendo sido encontrados dados na pesquisa de opositores obrigatórios efectuada pela Entidade Gestora da Mobilidade.

3 — Tipo de concurso:

3.1 — O concurso é interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública.

4 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento das vagas enunciadas, esgotando-se com o seu preenchimento.

5 — Local de trabalho — será no Hospital de São Marcos-Braga, podendo também vir a prestar serviço em outras instituições com os quais este Hospital tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

6 — O regime de trabalho será desenvolvido em horário desfasado, nos termos das disposições legais em vigor nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 193 de 22 de Agosto de 1990.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais:

a) Possuir o grau de consultor na área profissional a que respeita o concurso;

b) Ter a categoria de assistente graduado na área profissional a que respeita o concurso há pelo menos três anos, ou beneficiar do alargamento da área de recrutamento previsto no n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho.

8 — Exigência particular técnico-profissional dos lugares a prover:

Um lugar com experiência na área oncológica da especialidade e outro com experiência em exames electrofisiológicos de diagnóstico em ORL.

9 — Apresentação das candidaturas:

9.1 — Prazo — o prazo para apresentação das candidaturas é de 20 dias úteis a contar data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

9.2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento em papel de formato A4 dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de São Marcos — Braga, entregue pessoalmente na Secção de Pessoal, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para o Hospital de São Marcos, Apartado 2242, 4701-965 Braga.

9.3 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu) residência, código postal e telefone, se o houver;

b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja vinculado;

c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;

d) Indicação dos documentos que instruem o requerimento bem como a sua sumária caracterização;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito;

f) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

10 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, dos seguintes documentos, sob pena de exclusão;

a) Documento comprovativo do grau de consultor na área profissional a que respeita o concurso;

b) Documento comprovativo da posse da categoria de assistente graduado na respectiva área profissional há pelo menos três anos ou documento comprovativo da obtenção do grau de consultor, através da suficiência curricular, ao abrigo do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 114/92, de 4 de Junho;

c) Documento comprovativo da posse em uma das exigências particulares técnico profissionais descritas no n.º 8 do presente aviso de abertura;

d) Sete exemplares do *curriculum vitae*.

10.1 — A não apresentação, no prazo da candidatura, dos documentos exigidos nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 10 do presente aviso implica a não admissão ao concurso.

10.2 — Os exemplares do *curriculum vitae,* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão ao concurso.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos são punidas nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar.

12 — O método de selecção dos candidatos é uma prova pública que consiste na discussão do currículo do candidato, conforme o disposto na secção VI da Portaria n.º 177/97, de 11 de Março.

13 — A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada no quadro junto à Secção de Pessoal deste Hospital, bem como a lista de classificação final, após homologação.

14 — A constituição do Júri é a seguinte (todos da área funcional de otorrinolaringologia):

Presidente — Dr. Tiago da Costa Godinho, chefe e director de serviço do Hospital de São Marcos.

Vogais efectivos:

Dr. Agostinho Martins Pereira da Silva, chefe de serviço do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P.E.;

Dr. Valter Ferreira Marques Baptista, chefe de serviço do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E. P. E.;

Dr. Francisco Flaviano Gomes, chefe de serviço do Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E.;

Dr.ª Cecília Almeida e Sousa, chefe de serviço do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.

Vogais suplentes:

Dr. Manuel Rodrigues e Rodrigues, chefe de serviço da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E.;

Dr. Alcides Tavares de Lima, chefe de serviço do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E..

14.1 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

18 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Lino Mesquita Machado.*

Deliberação n.º 79/2009

Por deliberação do conselho de administração de 10 de Dezembro de 2008:

Maria do Rosário Chumbo Domingos e Amaro e Rui Nuno Machado Guimarães, assistentes eventuais de anestesiologia deste Hospital — nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente de anestesiologia, escalão 1, índice 120, da carreira médica hospitalar, do quadro de pessoal deste Hospital, no regime de trabalho de dedicação exclusiva de 42 horas semanais, ficando exonerados do lugar que ocupam, com efeitos à data da posse no novo lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Lino Mesquita Machado.*

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Aviso n.º 1128/2009

Por despacho de 26-11-2008, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a sociedade Francisco João de Sousa & Filho, Lda. com sede e instalações na Rua da Piçarra, n.º 13, em Monforte, 7450-228 Santo Aleixo, a comercializar por grosso, importar, exportar e trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, a partir das suas instalações sitas na morada supra mencionada, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

28 de Novembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Hélder Mota Filipe.*

Aviso n.º 1129/2009

Por despacho de 26-11-2008, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a sociedade SOFARIMEX — Indústria Química e Farmacêutica, S. A., com sede e instalações na Avenida das Indústrias, Alto do Colaride, Agualva, 2735-213 Cacém, a fabricar, comercializar por grosso, importar, exportar e trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, a partir das suas instalações sitas na morada supra mencionada, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

28 de Novembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Hélder Mota Filipe.*

Aviso n.º 1130/2009

Por despacho de 02-12-2008, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a Sociedade Rangel, Distribuição e Logística, S. A., com sede na Rua da Serra, n.º 654, Folgosa, 4425-389 Maia, para o trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, a partir das suas instalações sitas na Rua dos Tractores, n.º 647, Jardia, Alto do Estanqueiro, Casal dos Vicentes, 2870-607 Montijo, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

4 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Hélder Mota Filipe.*

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P.

Despacho n.º 1021/2009

Considerando que a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 271/2007, de 26 de Julho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA,I. P.), e da Portaria n.º 812/2007, de 27 de Julho, que aprovou os respectivos Estatutos, a Delegação deste Instituto no Porto deu origem ao Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira, sendo actualmente um dos seus Serviços Desconcentrados no Porto;

Considerando que no decorrer da reestruturação do INSA, I. P. o titular do cargo dirigente da ex-Delegação se manteve em funções;

Considerando que o mesmo cargo ficou recentemente vago;

Considerando que ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 21.º, e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde e, dos n.º s 3 e 4 do artigo 19.º e do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, fui nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de presidente do conselho directivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., nos termos do despacho n.º 26 338/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série — n.º 249, de 29 de Dezembro de 2006;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 7 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente, licenciatura e seis anos de experiência profissional na carreira técnica superior, com o perfil, experiência, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11.º e 12.º do mesmo diploma, devendo, aqueles que não sejam possuidores da formação específica prevista naqueles dispositivos legais e na Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, frequentar o correspondente curso nos dois primeiros anos de exercício de funções;

Considerando que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27.º do diploma supra referido, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Considerando que o licenciado Carlos Jorge da Cunha Pinto, Chefe de Serviço da Carreira Médica de Saúde Pública do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Paredes e Rebordosa., reúne todas as condições para o exercício das funções, sendo detentor do perfil, da experiência, dos conhecimentos e da formação adequados, como sobressai da súmula curricular em anexo ao presente despacho, porquanto é licenciado em medicina, com mais de 6 (seis) anos de experiência profissional relevante;

Nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º, 12.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o Chefe de Serviço do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Paredes Rebordosa, Carlos Jorge da Cunha Pinto para, em regime de substituição e com efeitos a 31 de Dezembro de 2008, exercer o cargo de Direcção Intermédia de 1.º grau, assegurando as competências do Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira, Serviço Desconcentrado do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. no Porto.

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Pereira Miguel.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Despacho n.º 1022/2009

O programa TEIP2 desenvolve-se a partir do ano lectivo 2008-2009 e deverá materializar-se na apresentação e desenvolvimento de projectos plurianuais. Esta segunda geração TEIP visa: a consecução de objectivos centrais com vista a melhorar a qualidade das aprendizagens, traduzida no sucesso educativo dos alunos e no combate ao abandono escolar e às saídas precoces do sistema educativo; a criação de condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida activa; a progressiva coordenação da acção dos parceiros educativos — incluindo o tecido institucional público, empresas e a sociedade civil — com a acção da escola e das instituições de formação presentes em áreas geográficas problemáticas e a disponibilização por parte da escola dos recursos culturais e educativos necessários ao desenvolvimento integrado da educação, da qualificação, do reconhecimento e certificação de competências e da animação cultural.

Assim, torna-se necessário proceder à nomeação de um especialista de reconhecido mérito que presidirá à comissão de coordenação permanente, no âmbito da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, com o objectivo central de dotar o Governo de instrumentos de apoio à definição das opções de actuação estratégica para o desenvolvimento de políticas, e que terá como competências:

a) Apoiar a formulação dos projectos, no que toca à identificação das necessidades, definição de objectivos e metas;

b) Analisar e seleccionar as escolas candidatas ao programa em função do respectivo projecto;

c) Negociar e elaborar os termos dos contratos-programa a outorgar com as escolas e acompanhar a sua execução;

d) Acompanhar a formulação e apresentação, por parte das escolas, de candidaturas ao financiamento pelo POPH;

e) Acompanhar e monitorizar a execução dos projectos de escola aprovados, apoiando a elaboração dos relatórios semestrais dos projectos;

f) Proceder à avaliação do programa, produzindo um relatório anual que contenha recomendações para a sua melhoria.

g) Propor acções de formação que possam vir a ser incluídas no plano de formação anual das escolas ou nos programas de formação do ME, das DRE, da DGIDC ou da DGRHE.

A concretização desta iniciativa é uma tarefa complexa, sobretudo porque requer a recolha e análise de abundante informação, recomendando, por isso, que da parte do Ministério da Educação sejam asseguradas condições para garantir a plena operacionalização dos trabalhos desta comissão permanente e o cumprimento eficaz da missão de que foi incumbida.

Assim e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do despacho normativo n.º 55/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 23 de Outubro de 2008, determino:

1 — A nomeação do licenciado Nelson José Fonseca Matias para presidir à comissão permanente do programa TEIP2, tendo em conta a sua experiência e perfil profissional.

2 — Cabe aos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, incluindo os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino não superior e respectivos agrupamentos que integram os TEIP, no âmbito das suas competências, o dever de colaborar com a comissão presidida pelo licenciado Nelson Matias, fornecendo todos os elementos por ela solicitados no âmbito da sua missão.

3 — Deve a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular assegurar o apoio técnico à comissão.

4 — Devem as direcções regionais de educação, bem como as escolas e agrupamentos de escolas disponibilizar à referida equipa técnica todos os elementos informativos e documentos disponíveis que lhes forem solicitados, bem como apoiar a eventual recolha de informação que se mostre necessária junto dos professores e alunos.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 24 de Outubro de 2008.

16 de Dezembro de 2008. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos.*

Secretaria-Geral

Direcção de Serviços de Administração Geral

Despacho (extracto) n.º 1023/2009

Por despacho de 2008.11.12, do Secretário-Geral:

Maria Teresa Sacramento Nobre Silva Rosa — assistente de administração escolar principal do Quadro Distrital de Vinculação de Beja — reclassificada e simultaneamente transferida nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, como técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro único do pessoal dos serviços centrais, periféricos e tutelados do Ministério da Educação, ficando posicionada no escalão 1, índice 400, após ter sido dado cumprimento às formalidades dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, tendo-se verificado a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial.

Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.

18 de Novembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.*

Despacho (extracto) n.º 1024/2009

Por despacho de 16 de Dezembro de 2008 do secretário-geral-adjunto, por delegação:

Anabela Lopes Dias Cubal — telefonista do quadro único do pessoal dos serviços centrais, periféricos e tutelados do Ministério da Educação, reclassificada na categoria de assistente administrativa da carreira de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, do mesmo quadro, nos termos do disposto na alínea *e*) dos artigo 4.º e dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data do despacho.

Foi dado cumprimento ao estipulado no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

17 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.*

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Despacho n.º 1025/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino público a seguir indicados, que acederam à profissionalização em serviço ao abrigo do Despacho n.º 7718/2007 (2.ª Série), de 15 de Março, publicado no *DR*, n.º 81, de 26 de Abril de 2007.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Adelia Maria Paredes Marinho	610	16.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Adelina Manuela Brites Gouveia Martins	530	16.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Aldira Paula Cibrão Ribeiro	530	13.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Alexandra Manuela Novais Almeida dos Santos Martins	430	16.0	Universidade de Aveiro.
Alice Maria de Jesus Carreira Rosário Oliveira E Costa	430	14.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Ana Carina Marques Romero Gonzalez	600	16.0	Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Ana Cristina Sant'Ana Pina Bicho Patrício	550	14.5	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Ana Filipa Godinho Ferreira Garcia	600	16.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Ana Luísa Lúcio Santos Alves	200	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva	430	15.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Ana Patrícia dos Santos Neves da Costa Ângelo	550	15.5	Universidade de Aveiro.
Ana Paula Feijó Barreira	430	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Ana Paula Martins Dias Valente	600	13.5	Universidade do Minho.
Angela Cristina Alves Viegas	550	15.5	Universidade do Minho.
António Ferreira da Silva	530	16.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
António Joaquim Pinto de Sousa Teixeira	600	16.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Antonio Jorge Cruz dos Santos	530	14.0	Escola Superior de Educação de Santarém.
António Manuel Caldeira Silva Ricarte	550	15.0	Escola Superior de Educação de Leiria.
Armando José Correia Gomes	530	15.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Armando Jose Pereira de Carvalho	540	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ausenda Maria dos Santos Soares Clariano	430	15.0	Universidade de Évora.
Carla Cristina de Carvalho Soares	600	16.0	Universidade de Aveiro.
Carla Cristina Dias Rodrigues	530	14.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Carla Maria da Cunha Souto Laranjeira Correia	200	15.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Carla Maria Silva Rebelo	600	16.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Carla Marina de Oliveira Moreira Fernandes	530	15.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Carla Sofia Barros Pereira	200	15.0	Universidade de Évora.
Carla Susana Cardoso Freitas Ferreira	430	15.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Carlos Alberto Martinho Nunes	550	14.0	Escola Superior de Educação de Castelo Branco.
Carlos António Tomás Ferreira	430	15.0	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Carlos Manuel Antunes da Conceição Tomás	600	15.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Carlos Manuel Silva Pereira	550	15.0	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Carlos Miguel Aflalo Alves Carraca	540	14.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Carlos Miguel Pinto Martins	600	15.0	Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Carmen Helena Sant'Ana Duarte Ferreira	600	15.0	Universidade Técnica de Lisboa — Faculdade de Motricidade Humana.
Carmen Maria Cordeiro Augusto	600	16.0	Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Catarina Cardoso Costinha	530	14.0	Universidade de Aveiro.
Cátia Marisa Martins Meco	600	16.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Cecília Cristina Martins Pais do Vale	530	14.0	Escola Superior de Educação de Leiria.
Célia Maria Carvalho da Rocha Rução	200	13.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Cidália Maria Sousa da Silva Neves	600	15.5	Escola Superior de Educação de Santarém.
Cláudia Cristiana Rocha Oliveira	600	14.0	Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Claudia Maria Gomes dos Santos	530	14.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Cláudia Sofia Santos Correia Teixeira	550	15.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Cristina Maria de Matos e Sousa Ferreira Casaca Dinis	200	15.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Cristina Maria Gouveia Santos	600	16.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Cristina Maria Oliveira Barbosa	430	16.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Cristina Rodrigues Ribeiro	530	14.0	Universidade de Aveiro.
Cristina Sofia Barros Fernandes Pinto	430	14.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Dalila Inês Brites Antunes Ribeiro	600	15.1	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Diana Isabel Silva Dias Gameiro	600	13.0	Escola Superior de Educação de Leiria.
Domingos Fernando da Costa Oliveira	540	11.0	Universidade do Minho.
Domingos José da Silva Gomes	550	12.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Eduardo Nuno Barbosa Bernardino	200	14.5	Universidade do Minho.
Elisa Maria Dias Gaspar	430	16.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Elsa Cristina Cardoso Pereira	430	15.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Elsa Maria Garcia Afonso	200	13.5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Elza Maria Lopes Seixas	610	14.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Emanuel de Matos Moreira	600	14.5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Eunice Maria de Brito Miranda Maciel	430	15.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Eva Maria Alves Ramos	200	15.0	Universidade de Aveiro.
Fátima de Almeida Nunes Cardoso	610	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Fátima Maria da Silva Caniço	560	15.0	Escola Superior de Educação de Santarém.
Felismina Maria Casimiro Coelho Roque	200	14.0	Universidade de Évora.
Fernanda Maria Ferreira Barbosa	430	14.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Fernanda Maria Sampaio Pereira Rios dos Santos	600	16.0	Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Fernanda Paula Ramos Marques Coelho	200	16.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Fernando Paulo da Silva Fuzeta	550	14.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Filipa Alexandra Boído da Costa	430	16.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Filomena Maria Alves Machado	410	16.5	Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Filomena Maria dos Santos Cunha	430	15.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Florbela Nepomuceno Lucas	430	15.0	Universidade de Évora.
Frederico de Oliveira de Magalhães Queiroz	430	14.5	Universidade do Minho.
Gabriela Rola França	600	13.5	Universidade do Minho.
Gonçalo de Jesus Badalo Roxo	550	13.5	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Guilherme José Maio da Silva	600	16.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Helder Fernando Cardoso de Sousa Magalhães	610	14.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Helena Isabel Fernandes Piedade Diogo Claro	600	16.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Helena Isabel Sampaio da Conceição	530	11.5	Universidade do Minho.
Helena Sofia Malheiro da Silveira da Silva	530	16.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Henrique Jorge de Almeida Carvalho	550	13.5	Escola Superior de Educação de Viseu.
Idalina Maria Gomes da Silva	550	16.0	Universidade de Aveiro.
Ildefonso Alexandre Ribeiro Godinho	550	15.0	Escola Superior de Educação de Beja.
Inês de Jesus Vilhena Fonseca Santos	600	16.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Inês Nunes Carneiro Marques Quadrado	600	14.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Isabel Cristina da Silva Moreira	430	15.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Isabel Maria Castro da Silva	430	14.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Isabel Maria Oliveira Duarte	530	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Isabel Maria Simões Pimenta	530	15.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Isabel Regina Ferreira Alves Leite	430	14.5	Universidade de Aveiro.
Janette Correia Fernandes	530	15.0	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
João Carlos de Noronha Xavier Simões	550	14.0	Universidade de Aveiro.
João Fernando Rodrigues Domingos	540	15.0	Escola Superior de Educação de Coimbra.
João José Cavalheiro Pinheiro	430	12.5	Escola Superior de Educação de Portalegre.
João Manuel Bexiga de Almeida	430	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
João Miguel Garcia de Almeida	540	14.3	Escola Superior de Educação de Leiria.
João Reinaldo Abrunhosa Marçal	430	16.5	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Joaquim Eduardo Rodrigues Pereira de Albuquerque	600	14.5	Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Joel Filipe Duarte Casteleira	550	15.5	Escola Superior de Educação de Castelo Branco.
Joel Firmino Romão Louro	200	15.0	Escola Superior de Educação de Santarém.
Jorge Manuel Duarte de Sousa Ribeiro	530	15.5	Universidade de Aveiro.
José António Mateus Pereira Vilhena	560	12.0	Universidade do Minho.
José António Teixeira Borges Pereira da Silva	430	15.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
José Feliciano Belem Reis	550	14.0	Universidade de Évora.
Jose George Ribeiro Barbosa de Freitas Batista	430	14.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
José Joaquim Pinto Coelho Elvas Lopo	400	15.5	Escola Superior de Educação do Porto.
José Luís Monteiro Pinto Ferreira	430	16.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
José Manuel Gonçalves dos Santos	560	13.0	Universidade do Minho.
José Manuel Rodrigues Ribeiro de Carvalho	550	15.0	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
José Manuel Silva Vaz	540	14.5	Escola Superior de Educação de Castelo Branco.
José Paulo Valente Afonso	540	15.0	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Juan Manuel Aires Marques	540	15.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Júlia Cristina da Silva Oliveira Moura de Carvalho	540	14.5	Universidade do Minho.
Leonor Cardoso Matos dos Santos Pinto	200	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Levi Henrique Eirô Ferreira Leandro	540	13.0	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Liliana Isabel Carvalho Ruivo	550	14.5	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Lúcia Maria Nunes de Matos	430	16.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Luís Carlos de Abreu	540	17.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Luis Casimiro Henrique Brito	600	16.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Luís Fernando Bernardo Conduto	550	15.0	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Luís Filipe Ferreira Fernandes	550	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Luís Manuel dos Santos Silva	530	14.0	Universidade de Aveiro.
Luis Miguel Fernandes Rocha dos Santos	540	15.0	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Luísa Cristina da Costa Aleixo Monteiro Baptista	600	16.5	Universidade de Aveiro.
Manuel António Ferreira Nunes	430	14.5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Manuel Maria Beninger Simões Correia	530	12.0	Universidade do Minho.
Manuel Teixeira Pássaro	540	14.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Marco Paulo Costa Pereira	550	15.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Margarida Catarina Antónia Jorge	550	14.5	Escola Superior de Educação de Santarém.
Maria Adelaide da Silva Gonçalves	350	14.0	Universidade de Aveiro.
Maria Alzira Falcão dos Santos Faustino	430	13.5	Escola Superior de Educação de Castelo Branco.
Maria Armanda da Silva Reis	550	12.5	Universidade do Minho.
Maria Custódia do Carmo	430	14.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria de Jesus Rosa da Palma	430	14.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria de Lurdes Alves Dias	430	15.0	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Maria de Lurdes do Amaral Basilio Costa	600	14.0	Escola Superior de Educação de Viseu.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Maria do Ceu Correia Pires	430	15.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Maria do Céu Gomes Martins Gomes	200	13.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Maria Elisabete Fernandes de Sousa Pinto	200	16.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Maria Elisabete Rosado Martingo	600	17.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria Emília Freitas de Matos	600	13.5	Escola Superior de Educação da Guarda.
Maria Ercilia Pimenta dos Santos Martins	600	15.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria Fernanda Freixo Neno Páscoa	530	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Maria Fernanda Sanches Gonçalves	430	13.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Maria Irene Tavares Coutinho Lanhoso da Costa Mesquita	550	11.5	Universidade do Minho.
Maria João de Lacerda Nave Alegre	550	16.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Maria José Esteves Sampaio	550	12.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Maria José Nunes Simões Carvalho	550	14.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Maria José Ribeiro Mena	430	12.5	Escola Superior de Educação da Guarda.
Maria Laurinda Gonçalves Lopes Silva	530	15.5	Universidade do Minho.
Maria Leonor da Cova Loução Vieira Lau	430	14.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria Luísa de Araújo Dantas	200	15.5	Universidade de Évora.
Maria Lurdes Ferreira da Silva	600	15.0	Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria Manuela Farizio Pina	200	13.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Maria Manuela Ferreira da Costa	530	13.5	Universidade de Aveiro.
Maria Manuela Pereira Ribeiro	200	15.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Maria Manuela Pinto da Costa Martins	600	13.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Maria Margarida da Cunha Guimarães Santoalha Torres Martins.	550	12.5	Universidade do Minho.
Maria Regina Morgado Esteves	430	14.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Maria Sofia Lopes Jorge Conde e Silva	600	15.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria Teresa Barros Duarte Almeida	600	15.0	Universidade do Minho.
Mariana Paula Silva Sequeira Alves	600	16.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Mário Alexandre Almeida Duarte Salgueiro	540	13.5	Escola Superior de Educação de Santarém.
Mário Rui Gomes da Costa	200	13.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Marta Leonor Almeida Santos	600	14.5	Universidade de Aveiro.
Marta Maria Coelho de Pinho Valente	600	16.0	Escola Superior de Educação da Guarda.
Matilde Cristina Loureiro Martins Pinto	200	15.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Matilde Isabel Lopes Jardim Anjos	600	14.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Miguel Francisco Santos Rodrigues	550	14.0	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Miguel Melo da Cunha Gonçalves dos Santos Freitas	600	16.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Nelson Miguel Mendes Frazão Vicente	540	13.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Nina Maria Costa Nunes de Sousa	530	16.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Nuno Filipe da Costa Capela E Reis	530	13.0	Universidade do Minho.
Nuno Jorge Candeias Agostinho	540	15.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Nuno José de Almeida Albano	550	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Nuno Leonel Simões Ramalho	540	15.0	Universidade de Évora.
Odete Cristina Coelho Dias Soares	530	14.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Olivia Maria Martins Valente	350	14.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Orlando Manuel Sampaio Vilas Boas	540	13.0	Universidade do Minho.
Oscar Manuel Correia Baptista	540	12.2	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Paulo Alexandre Anjo dos Santos	600	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Paulo Alexandre Ferro Leão	550	15.0	Universidade de Évora.
Paulo António da Silva Morais	540	14.5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Paulo António Maias de Carvalho	600	14.0	Universidade do Minho.
Paulo Jorge Lourenço Várzea Tavares	610	15.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Paulo Miguel Pereira Marques	550	14.0	Escola Superior de Educação de Santarém.
Pedro Miguel Alegria Lobo Pereira de Sousa	600	16.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Raquel Sousa Ventura Silva	600	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Renato Paulo dos Santos Gonçalves	200	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ricardo Miguel de Lopes Carvalho	530	15.5	Escola Superior de Educação de Viseu.
Rosa Adelaide Leitão Silva Abrantes Diogo	550	14.0	Escola Superior de Educação da Guarda.
Rosvita Santana Carrasco Neves	600	16.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Rui Alexandre Ferreira de Oliveira Bombico	550	15.0	Universidade de Évora.
Rui Filipe Ribeiro Barroca Prior	550	14.0	Escola Superior de Educação de Castelo Branco.
Rui Luís Dordio Martins	550	12.5	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Rui Manuel da Silva Alcobia	540	15.5	Escola Superior de Educação de Santarém.
Sandra Manuela Andrade Gil Cascão	540	14.0	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Sandra Rodrigues Soares	430	14.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Sebastião Martins da Costa	430	13.5	Universidade do Minho.
Sérgio Castro Vieira	530	15.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Sérgio Paulo Cerqueira da Silva	550	14.0	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Simone Oliveira de Brito	430	13.5	Universidade do Minho.
Susana Cristina da Silva Medeiros	540	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Susana de Fátima Gonçalves Vieira da Cunha	200	15.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Susana Gonçalves Martins	600	15.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Susana Nazaré Pinto Contreiras Nunes Soares Cardeira	430	15.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro.
Telma Maria de Sousa Santos Fernandes	530	15.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Teresa do Rosário Maio Alexandre Olhero	600	15.5	Escola Superior de Educação de Santarém.
Teresa Maria Rodrigues Ganhão Pereira	550	15.0	Escola Superior de Educação de Santarém.
Valentim Lopes Vieira	540	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Vitor Francisco da Rocha Lourenço	610	13.0	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Vítor Manuel dos Santos Polónia	530	15.0	Escola Superior de Educação do Porto.

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho (extracto) n.º 1026/2009

Por meu despacho de 11 de Novembro 2008, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Maria Henriqueta Campos, cozinheira do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito de Lisboa — autorizado, o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1027/2009

Por meu despacho de 11 de Novembro 2008, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Deolinda da Costa e Silva, auxiliar de acção educativa do quadro de vinculação de pessoal não docente do distrito de Braga — autorizado, o regresso ao serviço da situação de licença sem vencimento de longa duração.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1028/2009

Por meu despacho de 14 de Novembro de 2008, proferido no uso de competência subdelegada, foi Arlete Gonçalves Pires Gomes, Auxiliar de Acção Educativa do quadro distrital de vinculação da Porto, nomeada definitivamente no mesmo quadro de vinculação de pessoal não docente dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008, na categoria de Assistente de Administração Escolar, da carreira de Assistente de Administração Escolar ao abrigo do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, vencendo pelo índice 199 do escalão 1. Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

3 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1029/2009

Por meu despacho de 24 de Novembro de 2008, proferido no uso de competência subdelegada, foi Dora Cristina Sequeira Feijão Caiola, Roupeira do quadro da Direcção-Geral de Reinserção Social, nomeada definitivamente no quadro Distrital de Vinculação do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, de Portalegre, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2008, na categoria de Auxiliar de Acção Educativa, nível 1, da carreira de Auxiliar de Acção Educativa ao abrigo do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, vencendo pelo índice 142 do escalão 1. Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

12 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1030/2009

Por meu despacho de 25 de Novembro de 2008, proferido no uso de competência subdelegada, foi Maria José Simões Pereira, Auxiliar de Acção Educativa do quadro distrital de vinculação da Viseu, nomeada definitivamente no mesmo quadro de vinculação de pessoal não docente dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2008, na categoria de Assistente de Administração Escolar, da carreira de Assistente de Administração Escolar ao abrigo do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, vencendo pelo índice 199 do escalão 1. Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

12 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1031/2009

Por meu despacho de 13 de Agosto de 2008, proferido no uso de competência subdelegada, foi Idalina Faria da Silva Pinheiro, Auxiliar de Acção Médica do quadro do Hospital do Espírito Santo de Évora, nomeada em comissão de serviço extraordinária, no quadro Distrital de Vinculação do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, de Évora, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008, na categoria de Auxiliar de Acção Educativa, nível 1, da carreira de Auxiliar de Acção Educativa ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, vencendo pelo índice 160 do escalão 3. Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

19 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves.*

Despacho n.º 1032/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular *Gladys da Cruz do Nascimento* que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Universidade de Aveiro

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
19 — Economia	Gladys da Cruz do Nascimento	14

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho n.º 1033/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso

das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular *António Carlos Gonçalves Coelho* que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Universidade do Minho

3.º Ciclo do Ensino Básico/ Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
5.º — 17	António Carlos Gonçalves Coelho.	11

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1034/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino público *Carla Alexandra Rodrigues Coutinho* que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2004-2005, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

Escola Superior de Educação de Setúbal

3.º Ciclo do Ensino Básico/ Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
39 — Informática	Carla Alexandra Rodrigues Coutinho	14,5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1035/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular *Carla Irene Albuquerque Sequeira* que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Universidade do Minho

2.º Ciclo do Ensino Básico

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
01 — 1.º	Carla Irene Albuquerque Sequeira	14

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1036/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular *Paula Cristina de Jesus Nunes Frade* que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Escola Superior de Educação de Lisboa

2.º Ciclo do Ensino Básico

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
01	Paula Cristina de Jesus Nunes Frade	13.7

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1037/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular *Catarina Maria Barbosa Baptista Janeiro da Costa* que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Escola Superior de Educação de Coimbra

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
8.ºB — 21	Catarina Maria Barbosa Baptista Janeiro da Costa	14.5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1038/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular *Manuel António Coelho do Carmo* que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Escola Superior de Educação de Lisboa

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
11	Manuel António Coelho de Jesus.	14

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1039/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14 do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular *Ana Maria Reis Mendes Fernandes*, que concluíram com aproveitamento, no biénio de 2002/2004, a profissionalização em serviço.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004.

Universidade de Évora

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional (valores)
17	Ana Maria Reis Mendes Fernandes Correia	15.5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1040/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular Edite Rosa Sebastião da Rocha Rodrigues que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2001/2002, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2002.

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
10.º B-24	Edite Rosa Sebastião da Rocha Rodrigues	14.5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1041/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular João Carlos Salgueiro de Jesus que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Escola Superior de Educação de Viseu

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
5.º-17	João Carlos Salgueiro de Jesus	12.5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1042/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor de EMRC José Carlos Mendes Mateus que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2004-2005, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

Universidade Católica Portuguesa

Faculdade de Teologia do Porto

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
10 — EMRC	José Carlos Mendes Mateus.	13

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho n.º 1043/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular Vasco Nuno Ferreira Rebelo da Silva que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2001/2002, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2002.

Universidade de Aveiro

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
10.ºA-23	Vasco Nuno Ferreira Rebelo da Silva	13.5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1044/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular *Mário Manuel Neto Viana* que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2004-2005, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

Escola Superior de Educação de Lisboa

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
39 — Informática	Mário Manuel Neto Viana	15

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1045/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor de EMRC Manuela Martins dos Santos que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 1992/1993, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 1993.

Escola de Formação Teológica de Leigos

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
10 — EMRC	Manuela Martins dos Santos	16

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1046/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular Maria do Rosário Penedos Cardoso Peres Franco Frazão que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2004-2005, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

Escola Superior de Educação de Lisboa

2.º Ciclo do Ensino Básico

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
1.º — 01	Maria do Rosário Penedos Cardoso Peres Franco Frazão.	13

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1047/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular Maria Armanda Gomes Nunes Romeiro que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2004-2005, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

Escola Superior de Educação de Lisboa

2.º Ciclo do Ensino Básico

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
1.º — 01	Maria Armanda Gomes Nunes Romeiro	14

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1048/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, à professora Luísa Maria Trindade Coelho Guardado que concluiu o curso de Qualificação em Ciências da Educação, encontrando-se ao abrigo do disposto no n.º 1 do Despacho conjunto n.º 74/SEAE/SEE/2002, de 27 de Dezembro de 2001, publicado no Diário da República n.º 22, 2.ª Série, de 26 de Janeiro de 2002, produzindo efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006, nos termos do n.º 3 do mesmo Despacho.

A docente está dispensada da realização do 2.º ano da profissionalização ao abrigo do n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

Universidade Aberta

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário	Classificação profissional — Valores
Grupo de recrutamento:	
300 — Português	
Luísa Maria Trindade Coelho Guardado	13

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1049/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular Luís Veríssimo Cardoso Alves que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Escola Superior de Educação de Lisboa

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino secundário	Classificação profissional — Valores
Grupo de docência:	
15 — 4.ºA	
Luís Veríssimo Cardoso Alves	14,5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1050/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular Luís Carlos Domingues Almeida que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2004-2005, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Escola Superior de Educação de Lisboa

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
3.º-14	Luís Carlos Domingues Almeida	14

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1051/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular João Pedro Gonçalves Coelho que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Universidade do Minho

3.º Ciclo do Ensino Básico/ Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
39 — Informática	João Pedro Gonçalves Coelho . . .	11

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho (extracto) n.º 1052/2009

Por meu despacho, de 23.12.2008, os funcionários, abaixo indicados, dos quadros distritais de vinculação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do Ministério da Educação, foram nomeados, definitivamente, precedendo concurso, chefes de serviços de administração escolar dos mesmos quadros, com efeitos à data do despacho.

Quadro Distrital de Vinculação de Aveiro

Maria Armanda Valente São José Brito Peres
Ângelo José Cadilhe Figueiredo
Maria Elisabete Resende Vagos
Maria Amélia Mendes Costa
Joaquim Mendes Oliveira Pinto
Jesus Tavares Silva
Glória Maria Silva Araújo
António Manuel Costa Almeida
Maria Graça Tavares Amador
Maria Margarida Rodrigues Moreira Nunes Freitas
Maria Esmeralda Oliveira Silva Bastos
Alice Anjos Silva Ferreira
Maria Georgina Pinto Figueiredo
Maria Céu Leitão Ribeiro Conde Caleiro
Luís Dias Domingues
Maria Isabel Lopes Dias Estrela
Vítor Manuel Pereira Pascoal
Maria Preciosa Moreira Sá
Clarinda Rodrigues Silva Santiago
Maria Manuela Carvalho Mouta
Maria Sílvia Gonçalves Soares
Evangelista José Maranhão
Maria Isabel Cardoso Gomes
Lisete Manuela Santos Vieira
Maria Natércia Silveira Basílio Magalhães
Olga Maria Moreira Matos Tavares Silva
Manuel Alberto Damas Cunha
Maria Isabel Domingues Almeida Loureiro Grangeia Seabra
Natália Maria Silva Junceiro
José Joaquim Baptista Pereira
Ana Paula Alves Marques
Maria Susete Lemos Matos Carvalho Reis
Maria Antonieta Prata Martins
Maria Lurdes Silva
Maria Natália Rocha Silva Malheiro
Luísa Maria Abrantes Mieiro Figueiredo
Amílcar Cordeiro Jesus Varino
Domingas Purificação Pinho Esteves Pereira
Maria Graça Marques Ferreira Pais
Júlio Pinho Correia
Maria Luísa Gonçalves Figueiredo Duarte
Georgina Pereira Silva Oliveira
Cidália Maria Pinheiro Oliveira Lourenço
Aurora Arminda Morado Sousa Neves Rodrigues
Maria Cecília Gonçalves Eiras
António Justino Bigote Pinto

Quadro Distrital de Vinculação de Beja

Maria Joana Estevens Romba Guerreiro
José Inácio Rosa Damas
Maria Jesus Vidinha Vieira Silva Dionísio
Idalina Maria Santos Ângelo Rodrigues
Maria Piedade Gonçalves
Hortelinda Maria Guinapo Leandro Monteiro Bretoldo
Maria Amália Leonor Constantino Vitoriano Colaço
Maria João Conceição Santos Brás
Manuel Romão Almada Calhau
Maria Manuela Neves Costa Cabaça
Maria Dulce Dinis Costa
Maria Madalena Lança Marques
Augusto Venâncio Rosário
Maria Eugénia Reis Lourenço
Maria José Neca Moreno Seita
Fernanda Maria José
Matilde Fátima Rosindo Lésico
Ana Maria Raposo Barradas
Maria Fátima Seleiro Mestre
Fernando Venâncio Paulino
Maria Rosário Rosa Chaveiro Ramires Batista
Flávia Maria Pereira Penas
Francisco José Valente Vasques

Quadro Distrital de Vinculação de Braga

Manuel António Teixeira Oliveira Santos
José Francisco Jesus Leite
Rosalino Azevedo Soares
Beatriz Branca Matos Vale Santos
José Carlos Almeida Vieira
Carla Maria Silva Vilariça
Helena Angelina Gonçalves Pereira
Carlos Miguel Cunha Sousa
Manuel Costa Fonseca
Maria Natividade Pires Sousa Freitas Silva
Luísa Gameiro Simões Anjos Cabral
Maria Natália Silva Ferreira Serra
Ana Luísa Capela Gomes Dias Silva
Maria Fernanda Silva Araújo
Maria Conceição Barbosa Pedrosa
Angelina Vidal Sousa Carvalho
António Alberto Henriques Correia
Manuela Adelaide Cruz Pinto Simões Marques Castilho
Pedro Manuel Martins Costa Cunha
Ludovina Rodrigues Oliveira Mesquita
Ermelinda Fernandes Freitas
Ana Oliveira Silva Miranda Pires
Carlos Fontes Bárbara
Maria Cidália Galvão Claro Ferreira
Maria Fátima Castro Fernandes
José Augusto Martins Marinho
Maria Conceição Fernandes Ferreira Costa
Fernanda Manuela Alves Leite
Maria Conceição Costa Freitas Mendes Pacheco
Maria Rosa Marques Charrua
Maria Silvina Gonçalves Cunha
Maria Isabel Oliveira Saleiro Miranda
Maria Fátima Teixeira Gonçalves Ramada Maia
Fernanda Maria Cerqueira Lemos Bastos
Manuel Hipólito Torres
Ivete Maria Bastos Matos
José Manuel Dias Gonçalves Maia
Edite Maria Castro Ferreira Leite
Maria Aurora Leite Fernandes
Maria Alice Carvalho Ribeiro
Mariana Conceição Ferreira Araújo Andrade
Josefina Piedade Fernandes Vaz Nogueira
Emílio Vale Gomes Enes
Maria Hermínia Leitão Gonçalves
Rosa Antunes Ribeiro Sousa
Rosa Maria Costa Martins
Firmino Areias Carneiro
Estela Maria Mendo Pereira
Maria Celeste Mota Ferreira

Maria Carmo Apresentação Alves Pereira Fernandes
José Manuel Sousa Mota
Maria Dores Sousa Santos
Olindina Coelho Pereira Santos
Maria Alice Rodrigues Gonçalves
Manuela Sameiro Macedo Faria Silva
Olímpia Maria Janela Araújo Meneses
Maria Teresa Martins Teixeira Morgadinho Ferrão
Maria Manuela Rodrigues Ferreira Pinto
Maria Manuela Araújo Caldas Cardoso Silva
Maria Helena Silva Ribeiro
Maria Alzira Fernandes Correia Pereira
Maria Albina Pereira Vale Silva
Maria Raquel Pires Portela
Maria Esperança Soares Silva Gomes Araújo
Paula Gabriela Carvalho Alves Pereira

Quadro Distrital de Vinculação de Bragança

Regina Maria Moura Ramos
Maria Céu Cunha Campos Duque Dias
José Joaquim Mendes
Maria Rita Fernandes Galvão Vaz
Henrique Baltazar Alves

Quadro Distrital de Vinculação de Castelo Branco

Vítor António Bispo
Maria Cecília Nascimento Nobre
Maria Dores Santos Ladeira Filipe Figueira
Maria Salete Boavida Ramos Gil
Isabel Maria Antunes Pires Mateus Fortunato
Alzira Guerra Correia
Maria Conceição Barbudo Silva Trindade Santos
Maria Conceição Valente Urbano Primo
João Jesus Mendes Carrolo
Zélia Maria Anselmo Torres Neves
Joaquim Pereira Alves
Célia Maria Pereira Hipólito Nave
Maria Conceição Faísca Ferreira Tavares
Liliana Maria Jorge Santos Fazendeiro
Armandina Prazeres Soares Mateus
Maria Fátima Mendes Oliveira Filipe Conceição Caetano

Quadro Distrital de Vinculação de Coimbra

Maria Lurdes Matos Silva Carvalho
Aida Brinca Dias Costa Santos
José Fernandes Miranda Cruz
Otília Maria Macedo
Victor Manuel Pereira Ferreira
Regina Maria Santos Costa Santiago
Maria Lurdes Marques Correia Lopes
Filomena Maria Lopes Ramos Abreu Maia
Artur Rodrigues Fernandes
Gracinda Marques Santos Inácio
Maria Filomena Costa Almeida Fernandes Costa
Maria Isabel Brito Rodrigues Ferreira
João Carlos Fonseca
Fernando Manuel Gomes Pereira
Ana Luísa Santos Coelho
Rui Oliveira Monteiro
Mário Oliveira Cardoso Margato
Maria Helena Santos Rebelo Ferreira Pratas
Maria Luz Simões Nogueira Seco
Maria Céu Mendes Morais Cordeiro França
Maria Lurdes Furtado Ataíde
Maria Fátima Costa Ramos
Manuel José Caetano Menezes
Maria José Costa Gonçalves
Maria Regina Marques Carvalho Fernandes
Maria Carmo Pocinho Mendes Freire
Luísa Maria Alves Minas Matias
Maria Margarida Costa Ferreira
Anabela Correia Oliveira
Maria Céu Coimbra Oliveira
Esmeralda Simões Pombo Albuquerque
Alcino José Rodrigues
Maria Beatriz Pereira Barreiros

Quadro Distrital de Vinculação de Évora

Maria Rosário Nunes Gato Romão
Maria Emília Sousa Quintas Alves Ferreira
Maria Benedita Moreira Silva Gatinho
Maria Amélia Martins Baltazar
Maria Clotilde Quinta Capitão Serrano
Guilhermina Rosa Sepanas Pereira Martins Madruga
Maria Luísa Lança Agostinho Mendes
Jovita Maria Ernestina Guerra Gomes Faria
Brites Maria Fragoso Barradas
Maria Fernanda Nico Vidigal Sapata
Manuel António Galhano Pires

Quadro Distrital de Vinculação de Faro

Zélia Maria Machado Viegas
Maria José Marrachinho Gonçalves
Cidália Carmo Cruz Gago
Hortense Jesus Gonçalves Pereira
Margarida Monteiro Costa Cruz
Maria Ângela Valagão Nobre Costa
Teresinha Maria Santos Pires Dias
Maria Graça Cruz Santos Custódio
Ana Maria Oliveira Costa Pereira Bengala
Maria Lurdes Cabrita Guerreiro Matias
Edite Correia Neto
Silvina Conceição Sousa Martins
Custódio Manuel Lopes Sousa
Eugénia Glória Soares Coelho
Maria Rosário Santos Cabrita Martins Cabrita
Gilda Conceição Viegas Farrobinha Dourado Brazão
Maria Fernanda Rosa Conceição
Juvenália Maria Viegas Santos
Maria Rosa Vitorino Pereira Dias
Rui José Costa Parreira
Maria Fátima Gomes Pereira Lourenço
Nídia Maria Nascimento David Martins
Ana Teresa Santos Figueiredo Cataludo Victor
José Pedro Sola Ruivinho
Isabel Maria Costa Dias Gaspar
Suzel Maria Conceição Martins Pimenta
Almerinda Freire Mesquita Alves
Vanda Maria Arez Silva Barradas Espinha
Alina Fátima Marques Mariani Maló
Maria Fátima Santos Maximiano Fava Santos
Maria José Dias Tinoco Almeida Batista
Maria Conceição Pires Soares Tavares Pinto
Maria Valentina Guerreiro Camacho Pereira Marques
Maria Matilde Morais Oliveira Brito
Amália Maria Martins Guia Silva
Maria Graça Massano Direito Fonseca
Paula Maria Galamba Sepúlveda Garcez
Filomena Manuela Reis
Maria Conceição Ventura Fernandes Casimiro
Maria Santos Bento Sousa Costa Pereira
Antónia Mendes Viegas Pereira
Maria Odete Cabrita Vieira Henrique
Isabel Maria Elias Oliveira Cardoso
Maria Lurdes Correia Entrudo
Maria Rosa Silva Bonifácio

Quadro Distrital de Vinculação da Guarda

Graça Maria Frota Bento Simões
Maria Cândida Martins Videira Santos
Nelson António Rafael Crespo
José Carlos Saraiva Santos
Maria Augusta Santos Máximo Gaspar
Dulce Helena Mendes Tapada
Teresa Jesus Ervedal Guerra
Manuel Moreira Dias
Maria Lurdes Diniz Aparício Alves
Maria Eufémia Lopes Andrez Rodrigues
Maria Lurdes Nunes Regalo Gonçalves
Olga Maria Ferreira Fragoso Fonseca Coelho
Maria Irene Conceição Mendes Pereira
António Augusto Martins Reinas
Maria Júlia Monteiro
Maria Helena Cardoso Costa Pereira

Quadro Distrital de Vinculação de Leiria

Maria Isabel Romeiro Mendes
Maria Lurdes Fortunato Custódio Coutinho
Isabel Maria Verga Simão Filipe
Maria Margarida Fadigas Leão Sousa
Maria Luísa Sabino Alves Costa Marques
Maria Natália Cardoso Nunes Neves Rodrigues
Maria Palmira Santos Olivença David
Leonel Martins Santos
Alice Maria Dias Silva Vieira
Maria Serafina Gomes Bettencourt Coelho
Maria Emília Flor Ferreira
Maria Júlia Silva Pereira Gaspar
Susete Maria Caetano Carreira Silva
Leonor Conceição Costa Albino Marques Simões
Georgina Jesus Rigueiras Silva Lourenço
Maria Albina Jesus Mestre Simões
Maria Visitação Bernardina Barros Lopes
Maria Eugénia Ferreira Angélico Costa Espada
Maria Purificação Pereira Ribeiro Sousa
Maria Fernanda Nazária Romão Leão
Maria Elisa Tomé Pereira Alfaiate
Rosa Maria Nunes Gonçalves David
Maria Fernanda Gomes Faria Silva
Maria Isaura Jesus Leiras
Guilhermina Maria Silva David
Alice Alves António Nunes
Maria Lisete Neto Fonseca
Jorge Alfredo Carvalho David
Celeste Maria Filipe Moreira Oliveira Henriques
Arlindo Fernandes Margarido Bispo
Maria Cidália Agostinho Faustino Castelhano

Quadro Distrital de Vinculação de Lisboa

Maria Teresa Rodrigues Santos
Maria José Sousa Ligeiro
Maria Helena Batista Serôdio
José Carlos Soares Melo
Ana Maria Polónio Santos Santos Neves
Maria Manuela Conceição Santos Silva
Maria Isabel Rodrigues Borges Pargana
Suzete Filomena Roncon Maia
Eulália Maria Mendes Martins Rodrigues
Maria Gabriela Oliveira Figueiredo Mártires
Maria Aldina Bastos Ferreira
Maria Conceição Henriques Santos Ramos Martins
José Manuel Costa Fernandes
Maria Julieta Alves Silva Nunes
Manuela Jesus Ferreira
Maria Hermínia Ferreira Ventura Carvalho Santos
Ana Maria Jesus Pereira Quirino
Maria Sacramento Caetano Guerreiro Macau Raimundo
Maria Luz Silva Santos
Maria Rosário Martins Alves
Filipa Eugénia Santos Morgado
Maria Fernanda Bom Sucesso Nunes Santos Costa
Maria Conceição Miguel Falcão
Natália João Santos Silva Rodrigues
Maria Jesus Cardoso Deus Cirne
Maria José Cardoso Gonçalves Santos
Cidalina Correia Martins Dias
Elsa Maria Franco Carvalho
Maria Dalila Luz Santos Cadima Abreu
Maria Lurdes Costa Duarte Machado
Maria Emília Piedade Antunes Varela
Francisco Xavier Gomes Cordeiro
Angelina Maria Oliveira Dias
Josefina Martins Pires
Maria José Nascimento Matias Sequeira
Mariana Conceição Carocinho Coelho Pereira
Ana Cristina Almeida Sousa Veloso
Maria Celeste Lopes Ferreira Pereira
Delmira Casanova Matos Batista Martinho
Isabel Fonseca Pires
Conceição Mendes Santos Raposo
Maria Luz Caria Sardinha Gerald Fonseca
Maria Carmo Calhandro Leitão
Maria Armanda Lopes Antunes Feiteira
Maria Zilda Prates Catarino
Elisabete Santos Costa
Maria José Mascarenhas Correia Laurêncio
Cidália Saudade Polónio Santos Almeida Correia
Maria Graça Santos Gomes Neves
Ana Rosário Brito Romão Ramos Sanches
Maria Cesaltina Brito Costa Alexandrino
Isabel Purificação Guilhoto Maldonado
Maria Fernanda Santos Pereira Fonseca
Marília Conceição Laranjeira Cavadas Cavalheiro
Laura Augusta Silva Teixeira
Teresa Salvado Moura Nabais
Maria Gabriela Cardinal Albuquerque Elisiário
Elsa Maria Pimpão Morgado Ressurreição
Maria Conceição Ribeiro Nascimento Rodrigues
Vitália Maria Pinheiro Cabrita
Paula Cristina Nunes Pinto Mendes Santos Silva
Maria Rosário Patrício Lopes Carreira
Natália Conceição Domingos
Maria Eunice Fernandes Oliveira Lima Santos
Ana Maria Padinha Aguiar Madeira
Maria Manuela Anjos Palmeiro Andrade Proença Silva
Maria Conceição Gomes Ferreira Nobre
Alexandrina Silvéria Messias Varandas Rodrigues
Maria Fernanda Nunes Silva Arnaldo
Elisabete Calção Rodrigues Barroso
Manuel Fernando Brum Penas Colaço
Maria Belmira Oliveira Santos Flores
Maria Gonçalves Pires Santos
Maria Dulcínia Vieira Sanches Silva
Maria Delmina Alves Escaleira Carvalho
José Manuel Aveiro Góis
Maria Carmo Nunes Varandas
Maria Gorete Nogueira Gabriel
Filomena Maria Melo Pinto
Ana Paula Godinho Matias
João Francisco Gonçalves
Maria Vitória Batista Alves
Maria Felícia Lapão Zorrinho
Maria Bárbara Santos Teixeira Torres
Anabela Figueiredo Silva Ardisson Nunes
Maria Idalina Cunha Andrade Vitória
Custódio Aguiar Costa Leite
Maria Lurdes Costa Silva Martins
Cidália Maria Furtado Costa Martins
Maria Virgínia Araújo Gomes Madureira Soares
António Maria Santos
Maria Conceição Silva Santos Prudêncio
Teresa Jesus Pereira Gouveia
Rute Maria Matos Graça Gonçalves
Irene Conceição Silva
Maria Rosa Gomes Abreu Antunes
João Manuel Morais Pais Amaral
Maria Hortense Baltazar Santos Martins
Maria Filomena Teixeira Roque
Maria Céu Guerra Gomes
Maria Luísa Oliveira Mestre Trindade Ferreira
Conceição Clara Francisco
Amélia Jesus Perre Neto
Ana Paula Pinto Albano
Maria Teresa Santiago Bárbara Simão
Isabel Maria Gomes
Maria Conceição Marques Leite Carvalho Pinho Leitão
Élia Maria Carvalho Amaral Guerreiro
Maria Fátima Santos Duarte Fernandes
Maria Lurdes Silva Gonçalves Ribeiro
Maria Albertina Dias Pimenta
Maria Inês Lopes Cardoso Ribeiro
Maria Manuela Figueiredo Correia Carvalho Ramos Pereira
Maria Inês Mariano Omar Pereira
Arabela Vieira Coelho Silva Ferreira
Elisabete Cristina Teodoro Lopes
Maria Luísa Caetano Moura Cabarrão
Maria Luz Albuquerque Almeida Ramos
Jorge Manuel Carvalho Almeida Costa
Ana Paula Rodrigues Lopes Martins
Maria Isabel Henriques Silva Gonçalves Prata
Laura Marques Gomes Teixeira

Quadro Distrital de Vinculação de Portalegre

João Manuel Conceição Salvador
Palmira Miguens Louro Bengala Pereira Mamão

Maria Jesus Couteiro Monteiro Lourenço Churro
Bernardete Lurdes Góis Cândido Cabeças
Joaquim Luz Bento Caldeira
Vicência Antónia Conceição Lola Simões
António Domingos Almeida Conceição
Maria Jesus Barum Branca Monho
Antónia Conceição Alegria Cordeiro
Margarida Ana Fontes Manta Geraldes
Teodora Maria Mau-Homem Dimas Serra
Maria Manuela Alves Afonso
Maria Tereza Simões Cruz
Beatriz Rosa Terrinca Encarnação

Quadro Distrital de Vinculação do Porto

Jerónimo Castro Moreira Neves
Maria Lurdes Costa Bastos Fernandes Sousa
Isabel Maria Manso Lopes Serôdio
Palmira Martins Fernandes Rompante Ferreira
Maria Fernanda Abreu Pinheiro Fragoso
Elisabete Fátima Magalhães Ferreira Silva
José Manuel Sousa Magalhães
Maria Lucínia Reis Faria Cruz Barbosa
Maria Irene Borges Fonseca Costa
Maria Emília Moreira Carvalho Madureira Silva
Rosa Maria Carvalho Silva Barros Machado
Maria Idalina Santos Castro
José Luís Silva Henriques
Maria Manuela Oliveira Fonseca Silva
Aníbal José Ribeiro Leal
Maria Fernanda Nogueira Ferreira
Moisés Àlvaro Figueiredo Martins
Maria Adriana Gomes Pereira Magalhães Cardoso
Maria Madalena Martins Alves Silva Ferreira Casanova
Maria Isaura Pacheco Neto Lima
Maria Cândida Alves Ferreira Festa
Joaquim Fernando Dias Pereira
Conceição Guedes Barbosa
Maria Império Sousa Martins Almeida Loureiro
José Ferreira Pinto Lopes
Glória Mendes Rodrigues Silva Duarte
Maria Fátima Figueiredo Catarino
Maria Cornélia Galego João
Maria Fernanda Barros Rocha Neves
Maria Conceição Ramos Silva Carneiro Paiva
José Alberto Correia
Maria Emília Sousa Regal
Ana Maria Pedrosa Carmo
Lucinda Santos Henriques Marques
Ana Céu Silva Martins
Maria Céu Teixeira Bastos Pinto
Maria Goretti Coelho Vieira Mota Martins
Maria Otília Dá Mesquita Melo Santos Brito Martins
Maria Ribeiro Souto Castro Maia
Laurindo Augusto Nogueira Cunha
Carminda Jesus Oliveira Pinto Fernandes
Cecília Conceição Silva Pereira
Carmen Fátima Baptista Sousa
Carlos Carvalho Ramos Bandeira
Maria Gomes Oliveira
Laurentina Assunção Telo Sousa
Maria Fátima Carvalho Silva Freitas
Maria João Ferreira Monteiro Azevedo
Rosalina Augusta Nascimento Rasteiro
Amorosa Maria Fernandes Conceição Tavares
Maria Cândida Moreira Monteiro Marcos Teixeira
Maria Júlia Portugal Silva
Maria Conceição Viana Silva
Maria Manuela Jesus Pereira Gonçalves Silva
Maria Fátima Moreira Costa Salgado
Maria Carmo Silva Martins Santos
Virgínia Branca Camelo Cardoso Catarino
António Fernando Clemente Maia
João Vieira Pereira Pessoa
Ana Maria Ferreira Soares Pinto Costa
Maria Estela Magalhães Couto
Floriano Gamboa Rodrigues
António Luís Loureiro Gomes Cruz
Manuel Gonçalves Dias
Maria São José Mesquita Santos Lima Almeida
Maria Clarinda Oliveira Loureiro Cruz Silva
Maria Teresa Leão Seabra Torres
Rui Manuel Freixo
Maria Fernanda Nunes Alves Ferreira
Generosa Maria Cunha Gonçalves Ribeiro
Ana Maria Henriques Oliveira Vigário
Maria Bernardete Sousa Silva Ferreira Peixoto
Emília Costa Dias Ramos
Alzira Maria Silvério Petinga Paiva
Manuel Santos Loureiro
Olívia Amélia Sousa Ramos Oliveira Figueiredo Pinto
Margarida Maria Silva Ferreira Rodrigues Osório Castro
Maria José Carmo Silva
Maria José Lima Alves Teixeira Lencastre
Maria Delfina Oliveira Silva
Georgina Maria Pia Castro
Maria Albertina Carneiro Moreira Neto
Maria Aires Capelo Monte Perdigão
Maria Carmo Martins Lago Cerqueira Pereira
Delmina Maria Afonso Gomes
Julieta Anjos Afonso Almeida Silva
Vítor Pedro Ramos Rangel
Carmen Fernanda Ferreira Guedes
Maria Lurdes Oliveira Gomes Costa Teixeira Meneses
Luís Saraiva Teixeira Melo
Maria Fátima Almeida Sousa Ferreira
Joaquim Eduardo Pires Gomes
Maria José Silva Gonçalves
Maria Luísa Reis Santos Azevedo
Maria Fátima Ferreira Carvalho Filipe Monteiro
Maria Eduarda Silveira Neto Camelo Moreira
Marília Clarisse Gaspar Guimarães
Vítor Manuel Duarte Ferreira
António Augusto Ventura
Maria Rosário Carriço Costa Pereira Santos
Maria Fátima Pereira Costa
José Alberto Ribeiro Gouveia
Maria José Ribeiro Evaristo
Maria Fátima Pereira Barbosa Pinto
Maria Lurdes Costa Afonso
Maria Silvina Mendes Ribeiro Barros Pereira
Maria Armanda Alves Maio Dinis
Maria Carmen Silva Machado Carneiro Dias
Maria Olinda Costa Guimarães
Maria Estrela Mateus Silva
Maria Emília Gomes Almeida Carneiro
Maria José Sousa Carneiro
Cesário Martins Santos
António Dias Costa Couto
Deolinda Maria Valeixo Lopes Anjo Cunha Areias
Glória Augusta Magina Tavares Martins Teixeira

Quadro Distrital de Vinculação de Santarém

Jacinta Jesus Pereira Silva
Carlos Alberto Marinho Estrela
Maria João Rito Silva Lourencinho
Maria Filipa Carrapiço Oliveira Nunes França
João Florêncio Silva Toucinho
Preciosa Oliveira Reis Gomes
Maria Luís Jacinta Silva
Maria Adelaide Guia Maia Chão
Maria Célia Leal Gaudêncio Sengo Cordeiro
António Luís Pereira Courela
Maria Fátima Libório Brás Marques Almeida
Maria Emerenciana Pombas Catrola
Laura Alves Vieira Miranda
Maria Ângela Rafael Henriques Pereira
Maria Teresa Frias Gonçalves
Manuel Gomes Monteiro Dias Malhado
Olga Maria José Silva Neves Fonseca
Maria Helena Silva Nunes
Filomena Maria Nogueira Oliveira Nunes Carvalho
Maria João Cabeça Filipe Sobral
Leotina Maria Lurdes Isabel Diogo
Maria Cândida Honório António Soeiro Alves
Maria Leonor Loureiro Francisco Coelho
Rosária Rosa Neves Nunes Gameiro
Ana Conceição Santos Silva

Carlos Manuel Pires Martins
José Domingues
Isabel Maria Esteves Santos Silva
António Rui Ferreira Santos
Maria Olinda Matias Malhado Dias
Rosa Maria Matos Rocha
Marília Silva Ferreira
Ana Antónia Carapeta Ramos Maia
Sara Maria Frade Varanda Jesus
Graciete Antunes Simões Lucas Ferreira
Fernando Manuel Graça Vitorino
Dorinda Graças Neves Maia
Maria Teresa Gomes Oliveira
Maria Helena Aguiar Pacheco Viegas
Maria Graça Paramos Merino
Cecília Noémia Silva Branco Pinheiro
Maria Rosário Reis Gonçalves Silva
Maria Natália Lopes Estevão
Maria Susete Elias Rodrigues Bacalhau
Isabel Maria Lopes Mendes Graça
Maria Irene Santos Leonardo Querido
Maria João Ferreira Mourão Cartaxo

Quadro Distrital de Vinculação de Setúbal

Ana Maria Rosa Marques Teodoro
Fernanda Isabel Neves Pacheco Silva
Lídia Purificação Saragoça Avó Ramalho Teigão
Virgília Maria Cardoso Jones Bento
Olinda Maria Costa Alves Barros
Marília Rodrigues Santos Ferreira Carvalho
Maria Lídia Pereira Amorim Silva
Josefa Santos Batista Maia
Maria Fernanda Guerreiro Romero Góis
Maria Ana Nisa Motaco Marques Gomes
Domingas São José Estevens Carrasco
Maria Joana Lopes Granadeiro Ferreira Rosário
António Manuel Amador Paz
Maria Manuela Cabrita Pontes
Romilda Jorge Vitorino Silva Aguiar
Ana Bela Monteiro Russo Marques Gouveia
Anabela Pereira Encarnação Sertório
Lídia Maria Mendonça Souto Loureiro
Laura Úrsula Machuco Carrasco Soares Godinho
Fernanda Maria Ferreira Santos Ribeiro
Maria Assunção Conceição Ruas
Filomena Zina Rocha Barata
Álvaro Duque Portela
Maria Isolete Amaro Duarte Pisco Pedrosa
Carolina Lúcia Cavaco Reis
Carolina Maria Neves Alves Fornelos
Aldina Maria Ferreira Melo
Maria Clemência Paraíso Bencatel
Maria Manuela Malhão Soares Alves Paiva
Maria Conceição Mosca Vieira
Maria Glicínia Teixeira Batista Gonçalves Santos
Maria Alexandra Mendes Frade Felisberto
Vanda Alexandra Marques Berenguer Alves
Domingas Maria Barreto Marceliano
Maria José Gouveia Telo
Deolinda Maria Cruz Gaspar Silva Machado
Carlos Alberto Ferreira Marques
Célia Maria Stichini Marques Santos Ramos
Maria Luísa Marcelino Fragoso Ribeiro
Isabel Maria Preto Lourenço Silva
Isilda Maria Pacheco Silva
Maria Adelaide Coelho Tondela Sousa
Anabela Gil Mestre Fernandes Santos
José António Martins
Maria Conceição Pereira Soares Cabanas Alves
Antonieta Pereira Vaz
Maria Dores Ferreira Batista
Maria Alice Sequeira Rodrigues
Isabel Maria Costa Domingos Gameiro Alves
Maria Eugénia Fonseca Portugal Graça Moreira
Jorge Ribeiro Sequeira
Jorge Manuel Marques Silva
Maria Fátima Lopes Santos
Clara Rosa Casaca Cabacinha Manso
Maria Conceição Matos Sabugueiro
Elisabete Céu Silva Martins Varandas
Maria José Silva Mendes
Helena Maria Aranda Clara
Maria Helene Aristides Tavares Nunes Costa Carvalho
Carlos José Gonçalves Piçarra

Quadro Distrital de Vinculação de Viana do Castelo

Luís Morais Jácome Viana
António Lopes Ribeiro
Adolfo Taborda Ferreira Lourdes
Maria Cecília Gonçalves Araújo Fernandes
Elisabete Maria Leite Monteiro
Maria Fernanda Matos Moreira Silva
Maria Fátima Barros Alves Costa
Maria Fátima Gonçalves Corujeira Marinho
Maria Fátima Lopes Codeço Cruz
Maria Carminda Pereira Sousa Ferreira
Maria Fernanda Pereira Gonçalves
Maria Júlia Malheiro Gonçalves Martins
Maria Goretti Vieira Marques Soares
Maria Fátima Barreiro Dominguez Alves
Vítor Manuel Ribeiro Faria

Quadro Distrital de Vinculação de Vila Real

Paula Cristina Alves Guedes Rocha
Georgina Maria Cardoso Alcoforado Santos
Almerinda Silva Ribeiro Rodrigues Vicente
Manuela Isilda Alves Melo Guimarães Fernandes
Gaspar Ferreira Fernandes
Domingos Manuel Pereira Fraga
Olga Maria Teixeira Pessoa
Maria Isabel Pinto Fernandes Borges
Artur António Almeida Costa
Fernanda Santos Correia Leite
Maria Umbelina Oliveira Teixeira Dias Cabral
Audete Anjos Pereira Brito Carolino

Quadro Distrital de Vinculação de Viseu

Maria Alcida Gonçalves
Maria Armanda Ferreira Lopes
Maria Teresa Chaves Brás Ribeiro Vieira
Elsa Maria Silvestre Almeida Costa
Filomena Ferreira Gonçalves Campos Silva
Maria Anjos Jesus Antunes Seabra
Maria Armanda Figueiredo Morgado
Horácio Nascimento Sobral Almeida
Maria Cidália Santos Cunha Fonseca Amaral
Maria Carmo Lopes Ferreira Soares
Maria Lurdes Marques Saraiva
Maria Conceição Pina Candeias Barata
Elza Esteves Ferrão
José Augusto Morais Sousa
José Loureiro Correia Silva
Júlia Maria Rodrigues Nery Monteiro
Maria Manuela Teixeira Albuquerque
Maria Margarida Oliveira Silva Sá
Maria Elisabete Pimentel Marques Teixeira
Isabel Maria Prata Oliveira
Inocência Maria Andrade
José Paulo Pacheco Figueiredo
António José Mendes Marques

23 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.

Despacho n.º 1053/2009

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Junho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular Ana Cristina Campos e Matos Pinto que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensada do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 278/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Universidade do Minho

2.º Ciclo do Ensino Básico

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
4.º — 04	Ana Cristina Campos e Matos Pinto	14

26 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Despacho n.º 1054/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14 do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino particular Alexandra Caladinho Chagas Narra, que concluíram com aproveitamento, no biénio de 2002/2004, a profissionalização em serviço.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004.

Universidade de Lisboa

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

3.º Ciclo do Ensino Básico/Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional (Valores)
9.º-22	Alexandra Caladinho Chagas Narra	14

26 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho n.º 1055/2009

Em cumprimento do disposto no nº 3 do art.º 14 do Decreto-Lei nº 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino particular, cooperativo e profissional a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento no ano lectivo de 2007/2008 o 1º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2º ano, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 43º do Decreto-Lei nº 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

Nome	Grupo de Recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior Profissional
Armindo Jorge da Costa Lopes Dias da Cunha	430	13,5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Carla Isabel da Silva Dionísio Soares	550	13,5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Carla Maria da Silva Oliveira	510	13,0	Universidade do Minho.
Cristina Eduarda da Silva Nogueira.	430	14,5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
David Alexandre Ribeiro Pereira da Silva	550	13,5	Universidade do Minho.
Emilia Maria Rodrigues Clemente Sole	330	16,0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Esmeralda Pacheco Queirós Teixeira Barbosa.	560	16,5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Isabel Alexandra Soares Pereira dos Santos	520	14,0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Isabel Cristina Ramos Conde Guedes	330	12,0	Escola Superior de Educação de Leiria.
Jaime Branco Martinho	430	14,0	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Joana Corredeira Pires	520	15,5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Joana Montez Coelho Ferreira	600	13,5	Escola Superior de Educação de Leiria.
João Manuel Ferreira Pinto Brás	510	15,5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Jorge Duarte Sottomaior Braga Baptista	540	15,5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
José Augusto Petronilho Melicias	500	14,0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
José Miguel Taxa Araújo de Oliveira Lopes	600	15,0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Júlia Luísa Vareta de Matos Ponce Dentinho	500	14,0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Lídia Maria Lucas Fernandes.	600	15,5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Lourenço Maria Martinha de Castro Pereira Coutinho	600	15,5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Luísa Raquel Guerra Figueira Peralta	600	14,0	Universidade de Aveiro.
Manuel Valdemar Rodrigues de Barros	550	14,5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Márcia Raquel Pereira Teixeira da Mota Moreira . . .	500	14,5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Maria Augusta Salgado Guimarães da Silva	330	13,0	Universidade do Minho.
Maria de Fátima Ferreira da Silva	330	15,5	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Maria de Fátima Simões Saraiva da Silva	200	14,5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Maria do Rosário Calvino Charrua	600	16,0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Maria Isabel e Silva Vinhas Pereira Petronilho Melicias	500	14,6	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Maria João Brás Carvalho	300	15,0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Natacha Sofia Coutinho Sequeira dos Santos	430	14,0	Escola Superior de Educação de Leiria.
Nuno Filipe Oliveira Nunes.	430	14,5	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Paula Cristina de Alferes Saraiva Azevedo Matos Tinoco.	600	16,5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Paulo José Vaz Domingues	550	15,0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Paulo Manuel Monforte Lourenço.	300	14,0	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Pedro Alexandre Oliveira Borges Pinto Cadeia.	530	13,0	Universidade do Minho.
Pedro Ricardo da Silva Veloso.	540	12,5	Universidade do Minho.
Sandra Maria Leal Gomes Mourato.	530	15,0	Escola Superior de Educação do Porto.
Teresa Maria Ricardo Figueira.	330	15,5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Vítor Manuel Marques Manso	500	14,5	Escola Superior de Educação de Lisboa.

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho n.º 1056/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14 do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino público a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2007-2008, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

Nome	Grupo de Recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior Profissional
Ana Isabel Machado Martins Ribeiro Ferreira	550	15.5	Escola Superior de Educação de Beja
Ana Paula da Costa Gargalo Marques	550	15.0	Escola Superior de Educação de Santarém
Anabela do Carmo Paiva dos Santos	290	12.5	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia
Carla Sofia Rodrigues Costa Gonçalves	550	14.5	Escola Superior de Educação do Porto
Catarina de Jesus Martins Dias	550	14.0	Escola Superior de Educação de Portalegre
Claudia da Conceição Patrício Alexandre	510	15.5	Universidade do Algarve — ESE de Faro
Ivone Sofia Pinto de Lima	290	13.5	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia
José Fernando Seabra Rasoilo	550	15.5	Escola Superior de Educação de Santarém
Kátia Rodrigues Teixeira Coelho	550	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa
Lília Patrícia Diniz Petro Guerreiro	290	12.0	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia
Maria Cecília Cabanelas Gautier	550	15.0	Escola Superior de Educação do Porto
Maria da Adoração Peixoto Alves	550	14.0	Escola Superior de Educação de Portalegre
Nancy Monteiro Rafael	550	13.6	Escola Superior de Educação de Lisboa
Paulo Cristiano Almendra de Sousa	290	14.3	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia
Raul António Fernandes Macedo	550	14.5	Escola Superior de Educação do Porto
Ricardo Miguel dos Anjos Fontes	550	13.5	Universidade de Évora
Ricardo Serafim de Oliveira Pinto	290	13.5	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia
Sandra Isabel Rodrigues Brás Ramos Martinho	550	14.1	Escola Superior de Educação de Santarém

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho n.º 1057/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino público a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2007-2008, o 2.º ano da profissionalização em serviço.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Adelaide da Purificação Morais Pinto	550	13.5	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Águeda Augusta Fortes Piedade Ramos	550	14.8	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Albino José Teixeira Pinto	290	14.0	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Alzira Roque Afonso Martins	550	14.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Ana Cristina Mota Teodoro	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ana de Jesus Martins Ribeiro	550	12.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Ana Isabel Quintas Romão	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ana Luísa de Almeida Domingues	550	15.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Ana Maria de Oliveira Gomes	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ana Raquel Marques dos Santos	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Anabela da Silva Cordeiro	550	15.0	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Anabela de Matos Morgado	550	14.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Ângelo Miguel Pereira Dias	550	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
António Alexandre Cotta Veloso Godinho	550	12.5	Escola Superior de Educação de Portalegre.
António Araújo da Silva	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
António Jorge Ferreira da Costa	550	15.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Antonio Jose Amaro Baptista	550	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
António José Ferreira Videira	550	15.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
António Manuel da Sílva Lázaro	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
António Manuel da Silva Mendonça	200	14.3	Escola Superior de Educação de Leiria.
António Manuel Rocha Dias	550	13.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
António Marcos Ribeiro Martins	550	15.8	Escola Superior de Educação do Porto.
Bruno Filipe Azevedo Costa	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Bruno Miguel Henrique Gonçalves	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Carla Alexandra Pedro Cabral	550	14.8	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Carla Alexandra Souta Barreiros	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Carla Fernanda Soares de Bessa Esteves	550	15.5	Escola Superior de Educação do Porto.
Carla Isabel Novais Gomes	550	14.3	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Carla Maria Santos Oliveira	550	16.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Carla Susana Coito de Jesus	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Carla Susana Fontinha Vieira	550	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Carla Susana Moreira da Silva	550	15.3	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Carlos Filipe Rodrigues Acabado dos Santos	550	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Carlos Manuel dos Santos Almeida	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Carlos Miguel Brandão Ferreira	550	13.8	Escola Superior de Educação de Setúbal.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Cármen Sofia Jesus Azedo	550	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Catarina Pestana Trindade	550	13.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Cecília Maria Gonçalves	550	15.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Célia Cristina Silva Cação	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Celso Leandro Lopes Fernandes Soares	550	14.5	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Clara Sofia Vale da Rocha Fernandes	550	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Cláudia Isabel Sousa Ferreira	550	15.5	Escola Superior de Educação de Beja.
Cristina Lopes Teixeira	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Cristina Maria Cortiço Goulão	550	13.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Cristina Maria Lourenço Ferreira Noversa	550	14.8	Escola Superior de Educação de Beja.
Cristóvão Alves de Oliveira	550	15.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Daniel Azevedo Pimenta	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Daniela Sofia Machado dos Santos	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Daniela Sofia Martins da Silva Rocha	550	14.3	Escola Superior de Educação de Beja.
Eduardo Jorge Fernandes Silveira Roque	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Eliana Isabel Rodrigues dos Santos Baptista	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Elisabete Almeida Gomes Rei	550	14.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Elsa de Fátima Figueira Martins de Brito	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Elsa Maria Branco Ambrósio	290	14.3	Instituto Superior de Teologia de Évora.
Emília Sandra de Araújo Marques Campos	290	12.8	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Eurico Manuel Lisboa Caetano	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Eva Mara dos Anjos Castro	550	14.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Fernando Barreiro Soares	550	16.8	Escola Superior de Educação do Porto.
Fernando Hugo Teixeira Bruxela	550	13.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Fernando Manuel Ferreira Miranda	550	14.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Filipe Ferreira Rocha	550	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Filipe Jorge Oliveira Antunes	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Filipe Jorge Vaz Barros Paiva	550	14.3	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Florbela Pinto Edral	550	13.8	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Gil Oliveira da Costa	550	16.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Gonçalo André Lopes Tojo	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Gonçalo Eusébio Miller Oliveira Mendes	550	15.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Helena Isabel Gabirro Eusébio	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Helena Maria Teixeira da Cunha Sousa	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Hugo Daniel Tomás dos Mártires	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Inácio José Vieira Amaro	550	14.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Iolanda de Lurdes Caeiro Baixinho	550	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Ismael Pereira Quartas	550	14.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Ivo João Prates de Jesus Mariano	550	13.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Joana Alexandra Correia Gomes	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Joana Maria Alves Marques	290	15.1	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Joana Patrícia Teixeira de Sousa	550	15.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
João Carlos Pereira Simões	550	15.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
João Manuel Nunes Piedade	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
João Manuel Pena Afonso de Abrunhosa	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
João Manuel Soares Santos	550	14.0	Escola Superior de Educação de Leiria.
João Miguel Pinto de Sá	550	16.5	Escola Superior de Educação do Porto.
João Pedro Alves Rodrigues Costa	550	15.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Joaquim Cerdeira Simão	550	15.5	Escola Superior de Educação de Beja.
Jorge Alexandre Freire Veiga Cardoso	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Jorge Fernando Ribeiro Teixeira	290	15.3	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Jorge Filipe Almeida de Sousa Custódio	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Jorge Manuel Cunha Santiago Alves	290	13.8	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Jose Casimiro Cardoso Sampaio	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
José Manuel Ferreira Múrias	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Júlio Dinis Rocha Militão	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Liliana Cristina Pimentel Leal	550	16.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Lino Pedro de Sousa Barbosa	290	13.8	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Lisete Sofia da Veiga Pires	550	13.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ludovina Maria de Jesus Carapinha	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Luís Miguel Bandeira Carradas	550	17.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Luís Miguel dos Santos Subtil	290	16.3	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Luís Miguel Marques Frias	550	14.6	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Madalena Soares de Pinho	550	14.0	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Mafalda Sofia Castro Antunes	550	15.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Manuel António Oliveira Teixeira	550	16.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Manuela de Jesus Mendes da Silva	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Mara Isabel Oliveira da Silva	240	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Marco António Simões Ventura Antunes	550	14.8	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Marco Aurélio do Carmo Pacheco	550	15.8	Universidade do Algarve — ESE de Faro.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Maria Adalgisa da Cruz Pereira Rodrigues da Cruz Dias	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Maria Albertina Santos Rodrigues	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Maria Alice Martins da Lomba	230	13.8	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Maria Armanda de Carvalho Branco Perdigão Marquez	550	14.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Maria de Fátima da Cunha Rodrigues	550	16.3	Escola Superior de Educação do Porto.
Maria de Fátima Loureiro da Silva	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Maria Guiomar do Nascimento Palma	550	15.3	Escola Superior de Educação de Beja.
Maria Isabel Carreira Anastácio Junqueira	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Maria José Vieira da Cunha	550	14.0	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Mário Jorge Costa Candeias	550	15.5	Escola Superior de Educação de Beja.
Mário Miguel Marques Tavares	550	16.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Marisa Alexandra Martins Mariz	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Marisa da Silva Gonçalves Ferreira	290	14.3	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Marta Susana da Conceição Caseirito	550	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Maurine Caeiro Serrano	550	14.3	Universidade de Évora.
Miguel Angelo Martins Gonçalves	550	14.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Miguel Ferreira Fernandes	550	16.3	Escola Superior de Educação de Leiria.
Miguel Ferreira Gaspar	550	16.0	Universidade de Évora.
Miguel Pedro Cardoso de Madureira	550	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Miguel Pedro Eiriz Gonçalves	550	13.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Mónica Cristina Esteves Reis Batalha	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Mónica da Cruz Faria Vieira	550	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Nair Sobral dos Santos	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Natacha Andreia Vieira Marcelino Cabral	550	13.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Norberto Correia Costa	550	15.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Nuno Filipe Miranda Rosendo Canelas	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Nuno José da Silva Trindade Duarte	550	16.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Nuno Miguel Ascenção Ramalho	550	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Nuno Miguel Henriques Coutinho	550	15.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Nuno Miguel Pinto Guedes	550	15.8	Escola Superior de Educação de Beja.
Nuno Ricardo Freire de Oliveira	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Nuno Sérgio Infante de Passos Sousa	550	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Odília Maria da Costa Taveira	210	13.3	Universidade de Aveiro.
Oscar Antonio Leal dos Santos	550	14.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Paula Alexandra Pinheiro Barros	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Paula Cristina de Araújo Martins Salvador	550	14.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Paula Cristina Ferreira dos Santos dos Anjos	550	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Paula Cristina Pais Martinho	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Paulo Alexandre Marques de Oliveira Serafim	550	15.3	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Paulo António Lopes Pereira	290	13.3	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Paulo César Basto Cardoso	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Paulo Jorge Martins Amoroso	550	14.0	Escola Superior de Educação de Beja.
Pedro Alexandre Ramos Cardoso	550	15.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Pedro Jorge de Lemos E Figueiredo Ferreira	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Pedro José Pereira Francisco	550	14.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Pedro Manuel Fernandes de Matos Gonçalves	550	15.3	Escola Superior de Educação do Porto.
Pedro Miguel da Fonseca Sobral	550	13.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Pedro Miguel Nicolau Gonçalves Martins	550	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Pedro Nuno Margarido Matias	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ricardo Antunes Santos da Silva	550	16.5	Escola Superior de Educação de Leiria.
Ricardo dos Santos Farinha	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ricardo Jorge Araújo Mateus de Almeida	550	16.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ricardo Sérgio Campos Lopes	550	16.0	Escola Superior de Educação do Porto.
Rita Pais E Silva dos Santos Guimarães	550	14.5	Escola Superior de Educação de Beja.
Romeu Clemente Gonçalves da Silva	550	15.3	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Rosa da Conceição Carmo Trindade	550	14.5	Universidade de Évora.
Rui Alexandre Pereira Pinheiro da Cruz	550	15.3	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Rui André Ribeiro Amaro E Calatré	550	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Rui Filipe Carvalho Morete de Castro	550	13.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Rui Filipe Gomes Sá Carneiro	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Rui Filipe Ribeiro Picas de Carvalho	550	15.8	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Rui Manuel Borges Ribeiro	290	15.3	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Rui Manuel Pinto Reis	550	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Rui Pedro Carvalho de Queirós	550	15.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Rui Ricardo Piteira Rebocho	550	15.0	Universidade de Évora.
Rute Isabel de Oliveira Mota Cardoso	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Samuel Alexandre Varandas Rodrigues	550	13.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sandra Cristina Cerdeira Soares Mateus Muralha	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sandra Isabel Matos Teófilo	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sandra Maria Miranda Fernandes	550	15.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Sandra Maria Rodrigues Gonçalves	550	14.8	Escola Superior de Educação de Portalegre.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Sandra Marina dos Santos Póvoa	290	14.2	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Sandra Sofia Galrinho Martins Barra Ludovino	550	13.2	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sergio Armando Pinto de Oliveira	550	16.3	Escola Superior de Educação do Porto.
Sérgio Luís Fonseca Severino	550	14.8	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Sérgio Manuel de Carvalho Gonçalves	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sérgio Matias Galvão	550	14.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Sílvia de Fátima João da Silva	550	13.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sílvia Filipa Martins Palhares Pinto	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sílvia Raquel Prieto E Menezes	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sofia Isabel Matias Barroso de Almeida	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sofia Margarida Fernandes de Araújo	550	16.8	Escola Superior de Educação do Porto.
Sónia Cristina da Silva Azevedo	200	14.3	Escola Superior de Educação do Porto.
Sónia Cristina Miranda Paixão	550	14.5	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Sónia Cristina Monteiro Carapau	550	14.3	Escola Superior de Educação de Beja.
Susana Carina Silva Ventura	550	15.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Susana Filipa Raposo Ferreira	550	14.8	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Tânia Cristina Martins da Silva Nunes	550	14.4	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Teresa Maria de Carvalho Alves Faria	550	14.8	Escola Superior de Educação de Leiria.
Teresa Paula Antunes Fernandes	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Tiago Couto Salgado Ferra de Sousa	550	15.3	Escola Superior de Educação de Portalegre.
Tiago Gouveia Luis	550	14.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Vanda Cristina Martins dos Santos Estevens	550	12.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Vania Patricia Pires Ramos Janela	550	14.0	Escola Superior de Educação de Setúbal.
Vasco Miguel Fontainhas Travassos	550	16.5	Escola Superior de Educação de Beja.
Vera Lúcia Aguiar Almeida	550	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Vítor José Almeida Santos	550	14.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Vítor José da Silva Ribeiro	550	15.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Vítor Manuel Fernandes Moelas	550	14.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Vítor Manuel Teixeira da Silva	290	13.8	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Zita Herminia de Jesus Luis	550	15.5	Escola Superior de Educação de Lisboa.

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho n.º 1058/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14 do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores da Casa Pia a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento no ano lectivo de 2007-2008 o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2.º ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Ana Margarida Vicente de Sousa Valadares	500	15.5	Escola Superior de Educação de Santarém.
Maria Raquel Rodrigues Pinto Ascensão	430	14.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria Teresa Eiró de Araújo Lozano	500	14.0	Escola Superior de Educação de Lisboa.

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho n.º 1059/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino particular, cooperativo e profissional a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2007-2008, o 2.º ano da profissionalização em serviço.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Ana Mafalda Peixe Risques Pereira	520	15.2	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Ângela Sofia da Cunha Menezes	600	15.3	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Celso Miguel Gomes Ameixa	600	15.3	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Helder de Jesus Esteves Domingues	540	13.3	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Hugo Pedro Bessa Almeida	550	15.3	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Hugo Rafael Cardoso Pestana	300	17.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Joana Maria Campos Rodrigues Machado Sampaio	430	14.5	Universidade do Minho.
Jorge Humberto Igrejas da Silva Almeida	550	15.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
José Alberto Machado Lima	550	14.0	Universidade do Minho.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação	Instituição de ensino superior profissional
Luís Manuel Rodrigues Valente	230	13.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Manuel José Simões Uterelo	530	15.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Maria Adelaide Russo Sales Mateus	430	13.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Maria João Lourenço Tavares	600	14.0	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Nuno Miguel Brito Patrício	240	15.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
Petros Rekas	560	15.0	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Ricardo Manuel Caniceiro Aires Rodrigues	620	16.0	Escola Superior de Educação de Coimbra.
Rui Manuel Miranda de Araújo Gonçalves	560	15.5	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.
Sandra Filipa Xavier de Freitas Carvalho	600	15.5	Universidade do Minho.
Sandra Maria Rodriges da Silva Patrício	220	11.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Sara Antunes Prata Dias da Costa	240	15.8	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Susana Munhoz Frade Pica	240	15.3	Escola Superior de Educação de Lisboa.
Tânia Maia de Brito	600	15.5	Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho (extracto) n.º 1060/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14 do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino público a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2006-2007, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação profissional	Instituição de ensino superior
Ângela Cláudia Ferreira Soares	290	14,0	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Graça Maria Marques Afonso	290	12,5	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
José Fernando Duarte Mendes	290	15,0	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.
Marta Alexandra de Vasconcelos Baptista Marques	290	14,5	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Despacho n.º 1061/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino público a seguir indicado, que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2006-2007, o 2.º ano da profissionalização em serviço.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação profissional	Instituição de ensino superior
João Carlos Cardoso Amaral	290	13,3	Universidade Católica Portuguesa — Faculdade de Teologia.

30 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Declaração de rectificação n.º 64/2009

Por ter sido publicada incorrectamente na Rectificação n.º 2335/2008, inserta no *Diário da República* n.º 207, de 24 de Outubro de 2008, a data de publicação da classificação profissional da docente Maria Leonor Braz Costa Lopes Teixeira, rectifica-se:

Onde se lê: "a classificação profissional publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 2008, relativa à profissionalização em serviço realizada no biénio 1995-1997"

Deve ler-se "a classificação profissional publicada no *Diário da República, 2.ª série, n.º 8, de 10 de Janeiro de 1998*, relativa à profissionalização em serviço realizada no biénio 1995-1997"

22 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Declaração de rectificação n.º 65/2009

Por terem sido publicados com inexactidão dados relativos à classificação profissional atribuída ao docente Bruno Fernando Pereira Gil, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publicada no *Diário da República,* n.º 213, 2.ª série, de 03 de Novembro de 2008, rectifica-se que onde se lê:

"Classificação profissional: 14, 5"

deve ler-se:

"Classificação profissional: 15"

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais.*

Declaração de rectificação n.º 66/2009

Por terem sido publicados com inexactidão dados relativos à classificação profissional atribuída à docente Ana Raquel Morais Chaves Fernandes nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 214, 2.ª série, de 04 de Novembro de 2008 (Despacho n.º 28262/2008), rectifica-se que onde se lê:

"Instituição de Ensino Superior: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro"

deve ler-se:

"Instituição de Ensino Superior: Escola Superior de Educação do Porto"

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Declaração de rectificação n.º 67/2009

Por terem sido publicados com inexactidão dados relativos à classificação profissional atribuída à docente Luís Alexandre Albuquerque Roque nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 216, 2.ª série, de 06 de Novembro de 2008, rectifica-se:

Onde se lê:

"Instituição de Ensino Superior: Universidade do Porto — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação"

Deve ler-se:

"Instituição de Ensino Superior: Universidade de Lisboa — Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação"

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Declaração de rectificação n.º 68/2009

Por ter adquirido nova habilitação académica, e de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 432/77, de 15 de Outubro, rectifica-se a classificação profissional da docente Maria Isabel Marques Pombeiro, realizada no biénio 1984/1986 e publicada no *Diário da República* n.º 32, 2.ª série, de 7 de Fevereiro de 1987, pelo que onde se lê:

		Classificação profissional
5.º grupo — 17	Maria Isabel Marques Pombeiro	14

deve ler-se:

		Classificação profissional
5.º grupo — 17	Maria Isabel Marques Pombeiro	14,5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Declaração de rectificação n.º 69/2009

Por ter adquirido nova habilitação académica, e de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 432/77, de 15 de Outubro, rectifica-se a classificação profissional da docente Maria da Conceição Broa Domingos, realizada no biénio de 1999/2000 e publicada no *Diário da República* n.º 153, 2.ª série, de 7 de Maio de 2000, pelo que rectifica-se, onde se lê:

Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
5.º grupo	Maria da Conceição Broa Domingos. . .	14.3

deve ler-se

Ensino Secundário

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
5.º grupo	Maria da Conceição Broa Domingos. . .	14.5

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Declaração de rectificação n.º 70/2009

Por ter adquirido nova habilitação académica, e de acordo com o Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 432/77, de 15 de Outubro, rectifica-se a classificação profissional da docente Juliana Isabel Aleixo Candeias, realizada no biénio 1987/1989 e publicada no *Diário da República,* n.º 64, 2.ª Série, de 17 de Março de 1990, pelo que:

Rectifica-se:

Onde se lê:

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
5.º grupo — 17	Juliana Isabel Aleixo Candeias	13.4

Deve ler-se

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
5.º grupo — 17	Juliana Isabel Aleixo Candeias	14.4

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Declaração de rectificação n.º 71/2009

Por ter adquirido nova habilitação académica, e de acordo com o Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 432/77, de 15 de Outubro, rectifica-se a classificação profissional da docente Maria Margarida Palma da Silva Cuba, realizada no biénio de 1990/1992 e publicada no *Diário da República* n.º 1, 2.ª série, de 2 de Janeiro de 1993, pelo que, rectifica-se, onde se lê:

Ensino Preparatório

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
5.º grupo	Maria Margarida Palma da Silva Cuba . . .	14.5

deve ler-se

Ensino Preparatório

Grupo de docência	Nome	Classificação profissional
5.º grupo	Maria Margarida Palma da Silva Cuba . . .	14.7

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Declaração de rectificação n.º 72/2009

Por ter adquirido nova habilitação académica, e de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 432/77, de 15 de Outubro, rectifica-se a classificação profissional da docente Antónia Amélia Matoso Albardeiro**,** realizada no ano lectivo de 1989/1990 e publicada no *Diário da República,* n.º 28, 2.ª série, de 3 de Fevereiro de 1992, pelo que:

Rectifica-se:

Onde se lê:

Grupo de docência	Nome	Classificação Profissional
5.º grupo — 17	Antónia Amélia Matoso Albardeiro.	13.5

Deve ler-se

Grupo de Docência	Nome	Classificação Profissional
5.º grupo — 17	Antónia Amélia Matoso Albardeiro.	14.8

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Sarmento Morais*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária Abel Salazar

Aviso n.º 1131/2009

Para cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada, para consulta, nos Serviços Administrativos e na sala de Professores desta Escola, a lista de antiguidade do Pessoal Docente reportada a 31 de Agosto de 2008.

O prazo para reclamação é de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso.

30 de Setembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Graça Fernandes P. S. Guimarães*.

Agrupamento Vertical de Escola André Soares

Aviso n.º 1132/2009

Por despacho da Senhora Subdirectora-Geral da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, de 21 de Julho de 2008, prorrogou a equiparação a bolseiro com vencimento à Professora do Quadro de Zona Pedagógica, Rute Marina Roberto Santos, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 03 de Agosto, para o ano escolar de 2008/2009.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Graça Martins Pereira Moura.*

Agrupamento Vertical de Escolas de Avintes

Aviso n.º 1133/2009

Maria Fernanda Barbosa da Silva Costa, presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas de Avintes, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do despacho n.º 24 941/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 200/2007 de 22 de Maio, foram nomeados na categoria de Professor Titular do Agrupamento Vertical de Escolas de Avintes, com efeitos a partir de 17 de Novembro de 2008, os docentes a seguir indicados:

Grupo	Nome	Departamento
300	Manuel Marinheiro Torres	Línguas.
200	Laura Anjos Cavaco de Amorim Carote Castro Moreira.	Ciências S. e Humanas.
210	Maria da Conceição Resende de Casais Meira.	Línguas.

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Fernanda Barbosa da Silva Costa.*

Agrupamento de Escolas Bernardino Machado

Despacho n.º 1062/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo, no uso das competências delegadas no ponto 1.6 do Despacho n.º 24941/2006, de 23 de Outubro, da Directora Regional de Educação do Norte, publicado no D.R. 2.ª Série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, foi autorizada, a seu pedido a rescisão de contrato administrativo de provimento da professora Maria de Fátima Faria Machado — Grupo 550 a partir de 11 de Dezembro de 2008.

11 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Alfredo da Conceição Gonçalves de Lima*.

Agrupamento de Escolas Braga Oeste

Aviso n.º 1134/2009

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixado no placard da sala de professores da Escola Básica 2,3 de Cabreiros — Sede do Agrupamento de Escolas Braga Oeste, a lista de antiguidade do Pessoal Docente, reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no D.R. para reclamação nos termos do n.º 1 do artigo 96 do citado diploma.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Elvira Rosa Barbosa Camarinha*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Calendário

Aviso n.º 1135/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas de Calendário, no uso das competências que lhe foram delegadas pela Directora Regional de Educação do Norte, através do Despacho n.º 24 941/2006 — Delegação de Competências, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, é publicada, com efeitos a 1 de Setembro de 2008, de acordo com o Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, e Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho, a lista dos docentes nomeados para a categoria de Professor Titular, no âmbito do Concurso Extraordinário para a Categoria de Professor Titular:

Grupo	Nome	Departamento
910	Joaquim Manuel Campos Ferreira da Silva	Expressões

19 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Manuela Barbosa da Silva Cruz.*

201158935

Agrupamento Vertical de Escolas da Correlhã

Despacho n.º 1063/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Correlhã, no uso das competências que lhe foram delegadas, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 despacho n.º 10969/2008, da Directora Regional da Educação do Norte, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2008, foi nomeada em Concurso Extraordinário a docente de nomeação definitiva para a categoria de Professor Titular, de acordo com o Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio e Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho.

Grupo	Nome	Departamento
300	Maria das Dores Araújo de Melo Ramos Matos.	Línguas.

23 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Manuela Sequeiros Alves de Araújo.*

Escola Secundária D. Afonso Sanches

Louvor n.º 12/2009

A Comissão Administrativa Provisória, em sua reunião ordinária de 11 de Novembro de 2008 e o Conselho Geral Transitório, em sua reunião de 13 de Novembro de 2008, deliberaram, por unanimidade, tornar público um voto de louvor ao Professor Manuel Pedro Mendes Folhadela e Costa, desta forma manifestando o seu reconhecimento pelo desempenho da sua actividade profissional ao longo de 32 anos que, por sua vontade, aqui veio terminar.

O Professor Pedro Folhadela deixa marcas em todos os membros da comunidade educativa pelo seu afectuoso empenho em fomentar um são

e harmonioso ambiente de trabalho e relações interpessoais baseadas no companheirismo e na alegria de viver.

Gerações e gerações de alunos dele guardam uma grata lembrança pelo seu contributo para a formação integral da sua personalidade e desenvolvimento emocional.

Como Presidente da Assembleia a sua acção distinguiu-se pela promoção incansável do consenso e da coesão tendo em vista os fins últimos da Escola.

Por tudo isto, a Comissão Administrativa Provisória deseja deixar o registo do seu apreço e da sua gratidão.

13 de Novembro de 2008. — A Presidente da Comissão Administrativa Provisória, *Maria Helena dos Santos Jerónimo.*

Escola Secundária com 3.º Ciclo D. Maria II

Despacho n.º 1064/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo e no uso das suas competências delegadas na alínea *a*) do n.º 1 do despacho n.º 10969/2008, publicado no *Diário da República,* n.º 74, de 15 de Abril, procede-se à nomeação definitiva para a categoria de professor titular do quadro da Escola Secundária c/3.º ciclo D. Maria II, na sequência do concurso Extraordinário a que se refere o artigo 30.º de Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho, e conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a partir de 14 de Novembro de 2008, conforme lista anexa.

Grupo	Índice	Nome	Departamento
330	340	Maria Armanda do Couto Pedreira de Almeida Sousa Pinto	Línguas.
300	340	Maria Manuela Bettencourt Sardinha	Línguas.
430	340	Manuel Alberto Figueiredo de Faria	Ciências Sociais e Humanas.
500	340	Maria Bárbara de Sá Costa Reis Carvalho Araújo	Matemáticas e Ciências Experimentais.
510	340	Maria de Nazaré dos Anjos Ferreira	Matemáticas e Ciências Experimentais.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Vasco Cunha Ferreira Grilo.*

Agrupamento de Escolas de Darque

Aviso n.º 1136/2009

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard da sala dos professores da Escola EB 2,3 Carteado Mena a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento com referência a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias, a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República,* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Luís Miguel Sottomaior Braga Baptista.*

Agrupamento Vertical Dr. Augusto César Pires de Lima

Despacho (extracto) n.º 1065/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical Dr. Augusto César Pires de Lima, no uso das competências delegadas pela Directora Regional de Educação do Norte pelo despacho n.º 10 969/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2008, e de acordo com a alínea *a*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, foram nomeados na categoria de professor titular deste Agrupamento de Escolas, com efeitos a 14 de Novembro de 2008, os seguintes docentes de nomeação definitiva:

Nome	Grupo de docência	Departamento
Elvira Maria Vieira Rio Fernandes	220	Departamento de Línguas
Maria Albina Gonçalves da Silva Castro	220	Departamento de Línguas
Albina Maria da Costa Ribeiro	240	Departamento de Expressões
Carlos Alberto Pinto Tavares da Rocha	260	Departamento de Expressões
Maria Isabel da Costa Fraga Pereira Marante Pinto	240	Departamento de Expressões

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Carlos Alberto Pinto Tavares da Rocha.*

Escola Secundária Dr. Júlio Martins

Aviso n.º 1137/2009

Nos termos do disposto no artigo. 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31/03/99, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de Antiguidade do pessoal docente deste Estabelecimento de ensino reportada a 31.08.2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do artigo. 96.º do citado diploma.

28 de Outubro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Francisco António Chaves de Melo*.

Agrupamento de Escolas Fernando Távora

Despacho n.º 1066/2009

Nomeação de docentes de nomeação definitiva para a categoria de professor titular do quadro do Agrupamento de Escolas Fernando Távora, Fermentões, Guimarães, de acordo com o Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

Grupo de recrutamento	Nome	Departamento
110	Maria Filomena Cabanelas Mesquita Andrade Lobo Pinheiro.	1.º Ciclo do Ensino Básico.
110	Rosa Maria Vieira Silva	1.º Ciclo do Ensino Básico.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Armindo Pinto Pinheiro.*

Agrupamento de Escolas de Gil Vicente

Aviso n.º 1138/2009

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e no artigo 5.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, torna-se público que se encontra aberto um concurso para provimento do lugar de director do Agrupamento de Escolas Gil Vicente, pelo prazo de 20 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão são os estipulados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, e no artigo 2.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho.

2 — A formalização da candidatura é efectuada através da apresentação de um requerimento de candidatura a concurso, em modelo próprio, disponibilizado na página electrónica (http://www.eb23-urgezes.rcts.pt) e nos serviços administrativos da escola.

3 — Do requerimento deverão constar os seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, contendo todas as informações consideradas pertinentes, e acompanhado de prova documental;

b) Projecto de Intervenção relativo ao agrupamento que contemple a identificação de problemas, a definição de objectivos/estratégias e uma programação das actividades a realizar no mandato.

Todos os documentos devem ser entregues nos serviços administrativos da escola sede ou remetidos por correio registado com aviso de recepção, ao cuidado do Presidente do Conselho Geral Transitório, para a Avenida da Igreja, Urgezes, 4810-502, Guimarães.

4 — O método de selecção é o estipulado no artigo 5.º do Regulamento para a Eleição do Director do Agrupamento Gil Vicente, disponível na página electrónica da escola e nos serviços administrativos.

5 — Enquadramento legal — Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, e Código do Procedimento Administrativo.

6 — Resultado do concurso — As listas dos candidatos admitidos e excluídos serão afixadas na escola sede no prazo de 10 dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas e divulgadas no mesmo dia na página electrónica da escola, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Geral Transitório, *Domingos de Oliveira Salvador.*

Agrupamento de Escolas de Lamaçães

Aviso n.º 1139/2009

Por Despacho do Presidente do Conselho Executivo, no uso de competências delegadas na alínea *f*) do n.º 1 do Despacho n.º 10969/2008, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 74 de 2008/04/15, foi autorizada a denúncia do Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado da Auxiliar de Acção Educativa, Albertina Natália Barbosa de Magalhães Torres, a seu pedido com efeitos a 2008/05/13.

24 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Luís Dantas Leite.*

Aviso n.º 1140/2009

Por Despacho do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Lamaçães, no uso de competências delegadas pelo Despacho n.º 24941/2006 da Direcção Regional de Educação do Norte publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 233, de 5 de Dezembro com efeitos a 1/09/2006, foram nomeados após concurso extraordinário interno de acesso limitado nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, de 24 de Junho, os seguintes docentes, para a categoria de professor titular deste Agrupamento, com efeitos a 1 de Setembro de 2007.

Nome do docente	Departamento	Índice
Maria Augusta Rodrigues Alves Baptista.	1.º Ciclo do Ensino Básico.	340
Aida Augusta França Macedo Pereira	Línguas.	340
Cristina Maria da Silva Rebelo Fernandes.	Línguas.	340
Maria do Carmo Sequeira Passos Brochado Pedras.	Línguas.	340
Albertina Pereira	Ciências Sociais e Humanas.	340
Maria do Carmo Sampaio dos Santos Palha.	Ciências Sociais e Humanas.	340
Viriato António Lima da Cruz Carneiro.	Ciências Sociais e Humanas.	340
Beatriz Maria Pimenta de Azevedo Campos.	Matemáticas Ciências Experimentais.	340
Fernando Ferreira Coelho	Matemáticas Ciências Experimentais.	340
João Osvaldo Rodrigues	Expressões	340

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Luís Dantas Leite.*

Declaração de rectificação n.º 73/2009

Por ter saído com inexactidão, procede-se à rectificação do aviso n.º 25 355/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 204, de 21 de Outubro de 2008, pelo que:

Onde se lê:

Nome do docente	Departamento	Índice
Júlio Gomes de Almeida	1.º Ciclo do Ensino Básico.	299
Maria Narcisa da Silva Lopes	Ciências Sociais e Humanas	340
Idália Rosilda da Cruz Monteiro Vilela Fontes	Ciências Sociais e Humanas	299
Olga Maria Sá pinto Basto.	Matemática e Ciências Experimentais.	299
Fernanda Maria de Matos Bernardo	Matemática e Ciências Experimentais.	340
Maria Manuela da Cunha Guimarães Rodrigues.	Matemática e Ciências Experimentais.	299
Maria Alexandra Morais Ribeiro	Matemática e Ciências Experimentais.	299
Maria Filomena Meleiro da Silva	Matemática e Ciências Experimentais.	299
Ana Maria Gonçalves Carvalho Magalhães	Matemática e Ciências Experimentais.	299
Helena Maria Ferraz Alves Fernandes Brito	Matemática e Ciências Experimentais.	299
Arnaldo Manuel Afonso Sanches.	Matemática e Ciências Experimentais.	299
Emília Maria de Freitas Dias Pereira.	Matemática e Ciências Experimentais.	340
João Luís Dantas Leite.	Matemática e Ciências Experimentais.	340
José Manuel Gonçalves Rei.	Matemática e Ciências Experimentais.	340
Luísa Maria Ribeiro da Rocha Peixoto Campos	Matemática e Ciências Experimentais.	340
Manuel Gonçalves Barbosa	Matemática e Ciências Experimentais.	340
Manuela de Fátima Azevedo Gonçalves Ribeiro.	Matemática e Ciências Experimentais.	340
Maria Amélia Viana Ribeiro	Matemática e Ciências Experimentais.	340
Rita Gomes de Castro e Silva Aguiar	Matemática e Ciências Experimentais.	340

Deve ler-se:

Nome do docente	Departamento	Índice
Júlio Gomes de Almeida	1.º Ciclo do Ensino Básico.	245
Maria Narcisa da Silva Lopes	Ciências Sociais e Humanas	299
Idália Rosilda da Cruz Monteiro Vilela Fontes	Ciências Sociais e Humanas	245
Olga Maria Sá Pinto Basto.	Matemática e Ciências Experimentais.	245
Fernanda Maria de Matos Bernardo	Expressões	299
Maria Manuela da Cunha Guimarães Rodrigues.	Expressões	299
Maria Alexandra Morais Ribeiro	Expressões	299
Maria Filomena Meleiro da Silva	Expressões	299
Ana Maria Gonçalves Carvalho Magalhães	Expressões	299

Nome do docente	Departamento	Índice
Helena Maria Ferraz Alves Fernandes Brito	Expressões	299
Arnaldo Manuel Afonso Sanches	Expressões	340
Emília Maria de Freitas Dias Pereira	Expressões	340
João Luís Dantas Leite	Expressões	340
José Manuel Gonçalves Rei	Expressões	340
Luísa Maria Ribeiro da Rocha Peixoto Campos	Expressões	340
Manuel Gonçalves Barbosa	Expressões	340
Manuela de Fátima Azevedo Gonçalves Ribeiro	Expressões	340
Maria Amélia Viana Ribeiro	Expressões	340
Rita Gomes de Castro e Silva Aguiar	Expressões	340

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Luís Dantas Leite.*

Agrupamento de Escolas Lousada Oeste

Aviso n.º 1141/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Lousada Oeste, no uso das competências delegadas por despacho n.º 10969/2008, de 7 de Abril, da Directora Regional de Educação do Norte, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 74 de 15 de Abril de 2008, foi autorizada, a licença sem vencimento por 90 dias à docente do Quadro de Zona Pedagógica do grupo 100, Célia Ribeiro Bernardino Lopes nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março, com efeitos a partir de 3 de Novembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Luísa Maria Oliveira Lopes.*

Agrupamento Vertical das Escolas de Macedo de Cavaleiros

Aviso n.º 1142/2009

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º Do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos faz-se público que se encontra afixada na Escola EB 2,3/S de Macedo de Cavaleiros, as listas de antiguidade do Pessoal Docente deste Agrupamento Vertical. Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamar, nos termos do n.º 1 do artigo.65.º deste Decreto-Lei.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Paulo Duarte da Silva Dias.*

Declaração de rectificação n.º 74/2009

Rectificação do despacho n.º 31909/2008, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 241 de 15 de Dezembro de 2008, p. 50042.

Onde se lê:

Nome	Departamento	Cód. Dep.
Ângela José Morais	1.º Ciclo do Ensino Básico	110

deve ler-se:

Nome	Departamento	Cód. Dep.
Ângelo José Morais	1.º Ciclo do Ensino Básico	110

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Paulo Duarte da Silva Dias.*

Agrupamento Vertical de Escolas de Marco de Canaveses

Aviso n.º 1143/2009

António Manuel Pinto Ribeiro, presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas de Marco de Canaveses, no uso das competências delegadas no despacho n.º 10969/2008, Publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 15 de abril de 2008, e de acordo com a alínea *b*) do artigo 22.º do Dec-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a 1 de Setembro de 2008, nomeio na categoria de professor titular deste Agrupamento de Escolas os docentes de nomeação definitiva:

Nome	Código Grupo
Alberto Tavares Morais Soares	200
Jorge António Pereira Pinto	200
Maria da Conceição Moutinho Melado Marques	110
Maria Natália de Meireles Coelho Duarte	110

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Manuel Pinto Ribeiro.*

Agrupamento de Escolas de Mogadouro

Despacho n.º 1067/2009

Silvano António Cancela, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, no uso de competências delegadas pela Directora Regional de Educação do Norte no ponto 1.2 do despacho n.º 24 941/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008, faz saber que foram homologados os contratos administrativos de serviço docente, relativos ao ano escolar 2008/2009, dos professores a seguir indicados, que exercem funções em Escolas deste Agrupamento.

Agrupamento de Escolas de Mogadouro	Grupo/Código
Escola EB 2, 3/S de Mogadouro (código 403684)	
António Augusto Vila Araújo	230 — Matemática e Ciências Naturais
Nuno Miguel Soares Lopes Pereira	260 — Educação Física
Alexandra Fernandes Teiga	290 — E.M.R.Católica
Teresa Alexandra da Costa Santos Gonçalves	330 — Inglês
Elisa Patrícia Batista Pedro	500 — Matemática
Mafalda Maria Ramalho Mendes Viçoso Ferreira	510 — Física e Química
Eduarda Amélia Falcão Conde	510 — Física e Química
Bruno Manuel Martins Gonçalves	520 — Biologia e Geologia
Bela Maria Rodrigues Gonçalves	550 — Informática
Anabela Fernandes Paulo	550 — Informática
Bruno Márcio Rosália Couto Almeida Rodrigues	560 — Ciências Agro-Pecuárias
Maria Rosália Ruas Ferreira Lopes	600 — Artes Visuais
Escola EB1/JI de Mogadouro (código 233146)	
Teresa Cristina Alves Freixo	110 — 1.º Ciclo

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Silvano António Cancela.*

Agrupamento Vertical de Escolas de Moimenta da Beira

Aviso n.º 1144/2009

Em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, articulado com o disposto no artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, e circular n.º 30/98, de 3 de Novembro, da DGRHE, dá-se conhecimento que se encontra afixada no *placard* na sala de pessoal docente do edifício sede da Escola EB 2, 3/S de Moimenta da Beira, a lista de antiguidade do pessoal docente, deste Agrupamento de Escolas, reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias, a contar da data da publicação deste aviso, para reclamar nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do referido Decreto-Lei n.º 100/99.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Alcides José de Sousa Sarmento.*

Agrupamento de Escolas de Montelongo

Aviso n.º 1145/2009

Para cumprimento do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que a lista de antiguidade do pessoal docente do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos deste Agrupamento de Escolas, referente a 31 de Agosto de 2008, encontra-se afixada no *placard* da Escola Sede.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso na *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

19 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Manuel Fernandes Cunha.*

Despacho n.º 1068/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas de Montelongo, no uso das competências que lhe foram delegadas através do despacho n.º 24941/2006, de 23 de Outubro, da Directora Regional de Educação do Norte, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, com efeitos a 1 de Setembro de 2007, foram homologados os contratos administrativos de serviço docente para o ano lectivo de 2007-2008 dos seguintes professores:

Nome	Grupo	Início de funções
José Maria Martins Fernandes	290	01/09/2007
Margarida Raquel Rajão Machado	520	01/09/2007
Paula Fernanda Chaves dos Santos Fidalgo	530	01/09/2007
Nuno Miguel Ferreira Domingues	520	01/09/2007
Paula de Fátima Aveiro Batista Veras	250	01/09/2007
Tânia Raquel Espincho de Matos Oliveira	510	12/09/2007
Edmundo José de Oliveira Silva	620	12/09/2007
Alexandra Carina Pereira Freitas	220	12/09/2007
Miguel Alexandre Araújo de Freitas	550	12/09/2007
Maria de Fátima da Silveira Ferreira Santos	420	12/09/2007
Sílvia Susana Machado Batista	550	12/09/2007
Magda Georgina dos Santos Mendes de Carvalho	110	02/11/2007

2 de Julho de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Manuel Fernandes da Cunha.*

Agrupamento Vertical de Escolas Oeste da Colina

Aviso n.º 1146/2009

Avisam-se todos os elementos do Pessoal Docente deste Estabelecimento de Ensino, que de acordo com o n.º 1 do artigo 132.º do ECD e do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31/03, que se encontram afixadas as listas de antiguidade, referente a ano de 2007.

Os interessados dispõem de 30 dias, para reclamação de acordo com o n.º 1 do artigo 96.º, do citado decreto-lei.

Dispõem também de 30 dias para o recurso conforme artigo 97.º do Dec-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro (Código Procedimento Administrativo)

7 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Virgílio Rego da Silva*.

Declaração n.º 2/2009

Dá-se sem efeito o Despacho n.º 26241/2008, por ter sido publicado incorrectamente no *Diário da República,* 2.ª Série n.º 203 de 20 de Outubro de 2008.

30 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Virgílio Rego da Silva.*

Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso

Aviso (extracto) n.º 1147/2009

Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, conjugado com o artigo 95.º do Decreto-Lei 100/99 de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada para consulta, no placard da Sala dos Professores a Lista de Antiguidade do Pessoal Docente desta Escola, reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os Professores dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso, para apresentarem reclamação ao dirigente máximo do Serviço.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Manuel Ramos Magalhães.*

Agrupamento Vertical de Escolas Ramalho Ortigão

Despacho n.º 1069/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas Ramalho Ortigão, no uso de competências delegadas pela Senhora Directora Regional de Educação do Norte pelo despacho n.º 24941/2006, publicado no *Diário da República,* 2.º série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, procede-se à publicação de docentes de nomeação definitiva para a Categoria de Professor Titular, de acordo com o Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho e Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a 1 de Setembro de 2007:

Grupo	Nome	Departamento
110	Maria Amélia Alves Fonseca Dias Martins	Expressões.
110	Maria Augusta de Campos Pereira Nabais	1.º Ciclo do Ens.Básico.
210	Ana Guilhermina Almeida Amaro Pinto	Línguas.

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *António de Sousa Salgueiro Barros.*

Agrupamento de Escolas de Ribeira do Neiva

Aviso n.º 1148/2009

Estêvão de Jesus Rodrigues da Silva, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Ribeira do Neiva, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do Despacho n.º 24941/2006 da DREN, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, autoriza a rescisão do Contrato Administrativo de Provimento da docente, Maria João Ferreira dos Santos Niz Casanova, do grupo 100, com efeitos desde 25 de Novembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Estêvão de Jesus Rodrigues da Silva.*

Aviso n.º 1149/2009

Estêvão de Jesus Rodrigues da Silva, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Ribeira do Neiva, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do Despacho n.º 24941/2006 da DREN, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, autoriza o pedido de rescisão do Contrato Individual de Trabalho do Auxiliar de Acção Educativa, João Carlos Leitão de Carvalho, a partir de 2 de Novembro de 2008:

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Estêvão de Jesus Rodrigues da Silva*.

Agrupamento de Escolas Sá Couto

Aviso n.º 1150/2009

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta, na sala de Pessoal Docente, a lista de antiguidade do Pessoal Docente deste Agrupamento de Escolas reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

29 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Noémia dos Santos Guedes Brogueira.*

Escola Secundária c/ 3.º Ciclo do Ensino Básico de Santa Maria da Feira

Despacho n.º 1070/2009

Lucinda Maria Mendes Ferreira, Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária c/ 3.º CEB de Santa Maria da Feira, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 184/2004, artigo 26.º, nomeia a Assistente de Administração Escolar, Maria Manuela Paiva de Pinho, Chefe de Serviços de Administração Escolar em regime de substituição, com efeitos a 2 de Dezembro de 2008.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Lucinda Maria Mendes Ferreira*.

Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria

Aviso n.º 1151/2009

Nos termos do n.º 3 do artigo 95 do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março torna-se público que foi afixado para consulta, no placard da sala dos professores e no placard dos serviços administrativos, na sede do agrupamento, EB 2,3 de Tadim, a Lista de Antiguidade do Pessoal docente deste Agrupamento, com referência a 31 de Agosto de 2008.

Os Docentes dispõem de 30 dias (30) a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República,* para reclamação ao dirigente máximo destes serviços.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *José António Pereira Gomes.*

Agrupamento Vertical de Escolas da Trofa

Louvor n.º 13/2009

No momento em que passa à aposentação, considero ser meu dever, dar público testemunho da forma extremamente competente, disponível e empenhada, com que o Professor do Quadro de Escola: Manuel Antunes Ribeiro desempenhou as tarefas que lhe foram atribuídas nomeadamente as de Assessor do Conselho Executivo.

É, por tais motivos, e pelo seu contributo inestimável ao serviço da missão e imagem do Agrupamento Vertical de Escolas da Trofa, merecedor de público louvor, que lhe concedo, conforme reconhecimento do Conselho Executivo.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Paulino Rodrigues Macedo*.

Louvor n.º 14/2009

No momento em que passa à aposentação, considero ser meu dever, dar público testemunho da forma extremamente competente, disponível e empenhada, com que o Professor do Quadro de Escola: Dr. António da Costa Azevedo desempenhou as tarefas que lhe foram atribuídas nomeadamente as de Assessor do Conselho Executivo.

É, por tais motivos, e pelo seu contributo inestimável ao serviço da missão e imagem do Agrupamento Vertical de Escolas da Trofa, merecedor de público louvor, que lhe concedo, conforme reconhecimento do Conselho Executivo.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Paulino Rodrigues Macedo.*

Agrupamento de Escolas Vale d'Este — Barcelos

Despacho n.º 1071/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Vale D´ Este, no uso de competências delegadas pelo despacho n.º 10969/2008, publicado no *Diário da República* 2.ª Série n.º 74, de 15 de Abril de 2008, e de acordo com o n.º 24 do Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho, nomeia para a Categoria de Professor Titular do Quadro deste Agrupamento o docente abaixo indicado com efeitos a 15 de Novembro de 2008.

Grupo	Nome	Departamento
110	Lídia de Araújo Faria Ferreira.	1.º Ciclo do Ensino Básico

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Fernando Alberto Simões Martins.*

Direcção Regional de Educação do Centro

Declaração de rectificação n.º 75/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* n.º 244, 2.ª série de 18 de Dezembro de 2008, o despacho n.º 32333/2008, rectifica-se que, onde se lê: "Maria Leónia Redondo de Matos Redondo" deve ler-se "Maria Leónia Redondo de Matos Ramos"

18 de Dezembro de 2008. — A Directora Regional, *Engrácia de Castro*.

Escola Secundário com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Adolfo Portela

Despacho n.º 1072/2009

Por despacho do presidente do conselho executivo, no uso das competências que lhe foram delegadas através do despacho n.º 23189/2006, do director regional de Educação do Centro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 219, de 14 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos referentes ao ano lectivo de 2008/2009, dos professores não efectivos para a Escola Secundária com 3.º ciclo de Adolfo Portela, abaixo indicados:

Nome	Grupo
Inês Margarida Carvalho Ramos de Campos.	410
Renato Jorge do Amaral Sereno Rodrigues dos Santos . . .	410
Sandra Maria Campos Duarte Soares Caetano	430
Filipa Isabel Marques de Sá Pereira.	510
Paulo Jorge Figueiredo de Almeida	520
Ana Goreti Alves dos Santos	550
Filipe Emanuel da Natividade e Sousa	550
Joaquim Pedro Ferreira da Rocha	620
Rosa Helena Pereira Alves.	620

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Henrique da Cunha Coelho.*

Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve

Aviso n.º 1152/2009

Nos termos do disposto no artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, conjugado com o artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala dos professores desta Escola, a lista de antiguidade do pessoal docente, com referência a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso, para reclamação ao dirigente máximo do serviço ao abrigo do artigo 96.º do referido Decreto-Lei.

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Carina Duarte Dias Fernandes Franco.*

Agrupamento de Escolas António Sena Faria de Vasconcelos

Aviso n.º 1153/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo no uso das suas competências delegadas através do despacho n.º 10 975/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74 de 15 de Abril de 2008, foram homologados e cabimentados os contratos administrativos de provimento e a termo resolutivo certo, efectuados no período entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro de 2007, dos Docentes abaixo indicados:

Nome	Grupo de Docência	Tipo de Contrato	Inicio de Funções	Términus
Helena Susana Pires Alves	230	C.A.P.	01-09-2007	31-08-2008
Beatriz Falcão da Cruz Rodrigues Lourenço	230	C.A.P.	12-09-2007	31-08-2008
Carlos Alberto Martinho Nunes	550	C.A.P.	12-09-2007	31-08-2008
Paula Cristina Gonçalves Brito	300	C.A.P.	24-09-2007	31-08-2008
Sandra Catarina Cosme Castanha	240	C.A.P.	01-10-2007	31-08-2008
Ana Teresa Carrola Gomes	500	C.A.P.	12-10-2007	31-08-2008
Cristina Maria Saraiva Cunha Brito	330	C.A.P.	19-11-2007	28-12-2007
Filipe Manuel Trindade dos Santos	Técnicas Especiais	C.T.T.R.C	29-09-2007	29-08-2008

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Graça Vilela Ventura.*

Agrupamento de Escolas de Arazede

Despacho n.º 1073/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Arazede e no uso de competências delegadas pelo despachon.º 10 975/2008, publicadas no *Diário da República* n.º 74, 2.ª série de 15 de Abril de 2008 foi provida a docente de nomeação definitiva Filomena Maria Albuquerque Ribeiro de Almeida, na categoria de Professor Titular do Quadro deste Agrupamento, de acordo com as alíneas *a*) e *b*) do artigo 2 e do artigo 22 do Decreto-Lei n.º 200/2007, de Maio, com efeitos a 1 de Setembro de 2007.

30 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Maria Soares Rebelo Geraldes de Sousa.*

Agrupamento de Escolas de Arganil

Aviso (extracto) n.º 1154/2009

Sandra Isabel Loureiro Alves Marques, presidente do conselho executivo do Agrupamento de Escolas de Arganil, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do Despacho n.º 10975/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2008, homologou os contratos administrativos de serviço docente referentes ao ano lectivo de 2007-2008 dos professores contratados abaixo indicados:

Nome	Grupo
Marta Isabel dos Santos Vieira	100
Manuel António Silva Filipe	230
Joana Catarina Costa Carvalho	230
Anabela Fidalgo Gomes	230
Maria Teresa Brás Henriques Rodrigues	230
Ezequiel João Gomes Lopes	240
António Manuel Marques	240
Sandra Isabel Fortunato Santos	240
Ana Paula de Jesus Henriques	250
Ana Cristina Falcão Castanheira Roma	350
Alexandra Isabel Marques Martins	520
José Manuel Cordeiro Simões	530
Pedro Joel Costa Sousa	550
José Luís Ramos Morgado	620

19 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Sandra Isabel Loureiro Alves Marques.*

Escola Secundária/3.º CEB de Campos Melo

Despacho n.º 1074/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Campos Melo, nomeio a Assistente Administração Escolar Principal Maria Dulce Oliveira Cruz Marques, Chefe dos Serviços de Administração Escolar, em regime de substituição, com efeitos a 1 de Dezembro de 2008.

2 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Isabel Maria Marques de Almeida Lopes Fael.*

Agrupamento de Escolas de Castro Daire

Aviso n.º 1155/2009

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores desta escola a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2008.

Da referida lista cabe reclamação a interpor ao presidente do Conselho Executivo no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* nos termos do artigo 96.º do referido Decreto-Lei.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Luís Fernandes Ferreira*.

Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo

Aviso n.º 1156/2009

Por despacho da presidente do Conselho Executivo, no uso das competências que lhe foram delegadas através do despacho n.º 10975/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2008, homologou os Contratos administrativos de serviço docente, referente ao ano lectivo de 2008-2009, dos docentes abaixo mencionados:

Maria Alexandra Pires de Figueiredo Varela — Grupo 290;
Isabel Duarte Jesus — Grupo 320;
Telma Rita Frazão Gonçalves — Grupo 400;
Alexandra Paula Nozes Mendes Loução Filipe Rodrigues — Grupo 420;
Emília Cristina Correia Rodrigues Reimão Queiroga — Grupo 420;
Susana Maria Cavaco Jerónimo — Grupo 500;
Sílvia Margarida de Lima Martins — Grupo 520;
Paula Sofia Torres Nave Tourais — Grupo 600;
Eduardo Miguel Carvalho Saraiva Gonçalves — Grupo 600;
Diana Isabel Silva Dias Gameiro — Grupo 600.

30 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Cristina Maria de Oliveira Domingues Fonseca de Freitas*.

Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo

Aviso n.º 1157/2009

Nos termos do disposto no artigo 95.º, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Faz público que se encontra afixada na sede deste Agrupamento de Escolas, com referência a 31 Dezembro de 2008. Para efeitos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma, os interessados dispõem de 30

dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

23 de Dezembro de 2008 — O Presidente do Conselho Executivo, *Fausto Jorge Rodrigues Luís.*

Escola Secundária de Nuno Álvares

Aviso n.º 1158/2009

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola, a lista de antiguidade do pessoal docente em serviço neste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Agosto de 2008.

Da referida lista, cabe reclamação a interpor à Presidente do Conselho Executivo no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, no *Diário da República,* conforme n.º 1 do artigo 96.º do referido Decreto-Lei.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Margarida Henriques de Sousa Baptista.*

Agrupamento de Escolas de São João de Loure

Aviso n.º 1159/2009

Maria Celeste Alves Vidal de Lemos, Presidente da Comissão Provisória do Agrupamento de Escolas de S. João de Loure, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do Despacho n.º 10 975/2008 publicado no DR 2.ª série de 15 de Abril de 2008, homologou os contratos administrativos de serviço docente referente o ano lectivo 2008/2009 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 20/2006 de 31 de Janeiro:

Grupo — Nome

290 — Maria da Graça Matias Gadelho
240 — Vitor Pedro Charrinho Zacarias
420 — Rosalinda de Gouveia Rodrigues
230 — Paula Cristina de Bastos Martinho
300 — Maria Adelaide Nabais Chorão
100 — Raquel Adriana Matos Oliveira
330 — Cláudia Susana Tavares Rodrigues
330 — Alexandre Martins Duarte Cavalheiro
530 — António José Seco Filipe
520 — Ludovina Correia da Silva
500 — Telma Teles Serrano de Matos Pinto
530 — Sandra Marina Almeida Marques Portela
230 — Sofia do Carmo Amoedo Domingues de Sousa Afonso

30 de Dezembro de 2008. — A Presidente da Comissão Provisória, *Maria Celeste Alves Vidal de Lemos*.

Aviso n.º 1160/2009

Maria Celeste Alves Vidal de Lemos, Presidente da Comissão Provisória do Agrupamento de Escolas de S. João de Loure, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas através do Despacho n.º 10 975/2008 publicado no DR 2.ª série de 15 de Abril de 2008, homologou os contratos de serviço docente no ano lectivo 2008/2009, ao abrigo da Lei 35/2007 de 15 de Fevereiro:

999 — Ana Sofia Midões Nunes
620 — Márcia Alexandra Borges da Silva
420 — Maria Isabel Cavaleiro Rama
220 — Agostinha Fonseca Baltazar Murça
550 — Rui Óscar Cardoso Pereira
520 — Betina da Silva Lopes
320 — Maria Teresa Morais de Carvalho
400 — Jaime Rocha Soares
999 — Nik Emmanuel Amaral Fecha
400 — Cristina Maria Silva Figueiredo
330 — Andreia Alexandra Pinto Monteiro

30 de Dezembro de 2008. — A Presidente da Comissão Provisória, *Maria Celeste Alves Vidal de Lemos*.

Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha

Aviso (extracto) n.º 1161/2009

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do ECD, faz-se público que se encontra afixada no placard existente na sala do pessoal docente desta sede de Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento de Escolas, com referência a 31 de Agosto de 2008.

Os docente dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo.

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Cândida Marques Brito.*

Despacho (extracto) n.º 1075/2009

Por Despacho da Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada através da Alínea *a*) do despacho n.º 10975/2008, de 15 de Abril de 2008, da Directora Regional de Educação do Centro, publicado no *Diário da República* 2.ª Série, n.º 10975/2008 de 14 de Abril de 2008 e de acordo com os números 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, foram nomeados professores titulares deste Agrupamento de Escolas, com efeitos desde 01 de Setembro de 2007, os professores abaixo indicados:

Nome	Departamento
Maria da Cruz Ventura Duarte Gavinhos	Departamento da Educação.Pré-Escolar.
Isabel Maria Figueira de Oliveira Santareno	
Elsa Maria Matos Pinheiro	
Joaquim Luís Gouveia	
Maria Fernanda dos Santos Salgueiro	
António Manuel Mendes de Melo	
José Saraiva Gavinhos	
Agostino Duarte Craveiro	Departamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
Maria Adélia Conceição dos Santos Simões	
José Joaquim Serôdio Venâncio	
Maria do Carmo Alves de Brito Marcelino	
Fernanda Magalhães Soares Ramalho	
Ana Paula Barreto das Neves Lopes Teixeira	
Maria Isabel de Paiva Gonçalves Coelho	Departamento de Matemática e Ciências Experimentais.
Maria de Jesus Madeira Barata	
Isaura Machado dos Reis	
Anabela Maria dos Santos Niza	Departamento de Ciências Sociais e Humanas.
Maria de Fátima Jorge Almeida Salvado	
Berta Maria Bispo dos Reis Proença	Departamento de Línguas.
Maria Cândida Marques Brito	
João José Robalo Figueira Fernandes	
Manuel Abelho Cunha	
Maria Leonor Ramos Neves Rodrigues	
Maria Estrela Duarte Gonçalves Martinho	
Maria da Graça Pereira Martins	Departamento de Expressões.

Nome	Departamento
Olívia Rosário Rodrigues Mendes	
Maria Manuela Monteiro dos Santos	
António Caria Malta	
Carlos Manuel Francisco	

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Cândida Marques Brito.*

Despacho (extracto) n.º 1076/2009

Por Despacho da Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada através da alínea *f*) do despacho n.º 10975/2008, de 15 de Abril de 2008, da Directora Regional de Educação do Centro, publicado no *Diário da República* 2.ª Série, n.º 74 de 15 de Abril de 2008, foi autorizada a rescisão do Contrato Administrativo de Provimento de Trabalho Docente da professora Marta Gonçalves da Costa, com efeitos a partir de 02/02/2007.

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Cândida Marques Brito.*

Despacho (extracto) n.º 1077/2009

Por Despacho da Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada através do n.º 1.6 do despacho n.º 23 189/2006, de 14 de Novembro de 2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 229, foi autorizada a rescisão de contrato de trabalho por tempo indeterminado, a seu pedido, do Auxiliar de Acção Educativa Luís Eduardo Couto Casimiro, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Cândida Marques Brito.*

Despacho (extracto) n.º 1078/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada através da alínea *b*) do Despacho n.º 10975/2008 der 15 de Abril de 2008, da Directora Regional de Educação do Centro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74 de 15 de Abril de 2008, foram homologados os contratos referentes ao ano lectivo 2007-2008 dos docentes contratados abaixo indicados:

Grupo	Nome
500	António José dos Santos Figueiredo Vaz
230	Lídia Maria Isidro Salvado Almeida
400	Maria João Beira Machadinha
350	Sónia Margarida Feijó Pinto
290	Sandra Isabel Santos Fortuna

30 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Cândida Marques Brito.*

Declaração de rectificação n.º 76/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no despacho (extracto) n.º 7494/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 52 de 13 de Março de 2008, relativo à homologação de contratos administrativos de serviço docente referente ao ano lectivo 2006-2007, rectifica-se que onde se lê «Sónia Fernando Monteiro Madeira» deve ler-se «José Fernando Monteiro Madeira».

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Cândida Marques Brito.*

Agrupamento de Escolas Silva Gaio

Aviso n.º 1162/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Executivo, no uso de competências delegadas de acordo com o n.º 1 do Despacho n.º 10975/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série de 15 de Abril de 2008, foram homologados os contratos referentes ao ano lectivo de 2008/2009, dos docentes contratados a termo certo abaixo indicados:

Nome	Data de Início	Código/Grupo
Amílcar Bruno Robalo Furtado.	10-10-2008	Técnicas Especiais
Ana Teresa Garcia Ferreira	12-11-2008	1.º Ciclo — 110
Áurea Martins Ribeiro	24-10-2008	Inglês- 330
Carol Janet Pinã Geraldes.	15-10-2008	Técnicas Especiais
Clara Matias Barreira	25-09-2008	1.º Ciclo — 110
Cláudia Margarida Marques Santos Diogo.	12-09-2008	Ed.Pré-Escolar — 100
Deolinda Rosa da Silva Moreira.	20-10-2008	Mat. e Ciênc.- 230
Dulce Leitão Montezuma de Carvalho.	03-10-2008	Filosofia — 410
Filipa de Sousa e Silva	06-11-2008	Técnicas Especiais
Helena Magda Rodrigues Beato.	11-09-2008	1.º Ciclo — 110
Joana Patrícia Cabral Bernardo.	05-11-2008	Técnicas Especiais
Márcia Isabel dos Santos Seabra.	12-09-2008	Matemática — 500
Maria do Carmo Pereira Aleixo Bernardino.	31-10-2008	Geografia — 420
Maria Manuela Gomes Pina	01-09-2008	Ensino Especial
Patrícia Elaine Alípio e Silva.	12-09-2008	Informática — 550
Paula Cristina Ribeiro Soares	12-11-2008	Técnicas Especiais
Paulo Alberto Esteves de Carvalho.	10-11-2008	Ed.Física — 260
Sandra Cristina Duarte Simões Nogueira.	14-10-2008	Técnicas Especiais

16 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Berta Matos.*

Agrupamento de Escolas Terras do Xisto

Aviso n.º 1163/2009

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o artigo 132.º do ECD, torna-se público que se encontra afixada na sala dos professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento de Escolas, reportada a 31 de Agosto de 2008.

Nos termos do artigo 96.º Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, da referida lista cabe reclamação, a apresentar pelo interessado ao dirigente máximo do serviço, no prazo de 30 dias contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Benjamim Jorge Neves Luciano.*

Despacho n.º 1079/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas "Terras do Xisto", no uso das competências que lhe foram delegadas na alínea *a*), ponto 1 do despacho n.º 10975/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2008, procedeu-se à nomeação em regime de comissão de Serviço para a Categoria de Professor Titular, para o ano lectivo 2007-2008 de acordo com o ponto 4 do artigo. 24 do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a 1 de Setembro de 2007, os docentes abaixo indicados:

Nome do docente	Departamento
César Lopes Duarte	Departamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Nome do docente	Departamento
Maria Joaquina Brito Horta	Departamento de Matemática e Ciências Experimentais.
Paulo Jorge Gomes Batista	Departamento de Línguas.
Carlos Manuel Pires Silva	Departamento de Expressões.
Álvaro Maurício Borges Alves Mesquita.	Departamento de Ciências Sociais e Humanas.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Benjamim Jorge Neves Luciano.*

Agrupamento de Escolas Verde Horizonte — Mação

Despacho n.º 1080/2009

Por despacho da presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte — Mação, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de Julho, nomeia a assistente de administração escolar especialista, Leotina Maria de Lurdes Isabel Diogo, para exercer as funções de chefe de serviços de administração escolar, em regime de substituição.

A presente nomeação tem urgente conveniência de serviço, por motivo de aposentação da anterior titular do cargo, com efeitos retroactivos a 1 de Outubro de 2008.

Para o exercício das suas funções, é-lhe aplicável o estatuído nos artigos 26.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de Julho.

8 de Outubro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Helena Aparício Antunes.*

Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

Agrupamento Vertical Almeida Garrett

Aviso (extracto) n.º 1164/2009

Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, 31 de Março faz-se público que se encontra afixada, na sala de professores deste Agrupamento, a lista de antiguidade do pessoal docente com referência a 31 de Agosto de 2008.

Para efeitos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma, os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Malta Coelho.*

Despacho (extracto) n.º 1081/2009

Por despacho , do Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada no nº 1.1 do Despacho nº 23731/2006, publicado no *Diário da República,* 2ª série, nº 224, de 21 de Novembro.

Procede-se à nomeação para a categoria de professor titular do quadro do Agrupamento Vertical Almeida Garrett de acordo com o Decreto-Lei nº 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a 03/09/2007 dos professores abaixo indicados:

Grupo	Nome	Departamento
520	Maria Luísa das Neves Marcelo	Matemáticas e Ciências Experimentais

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Carlos Malta Coelho.*

Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro

Declaração de rectificação n.º 77/2009

Rectifica-se o despacho n.º 14 026/2008, de 30 de Abril, publicado no *Diário da República,* n.º 97, 2.ª série, de 20 de Maio de 2008, p. 22 573, onde se lê «grupo 110», no nome Maria de Fátima Loureiro Peralta Cordeiro, deve ler-se «grupo 500», no nome Maria de Fátima Loureiro Peralta Cordeiro.

23 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Teresa Maria Silva Cabeça Vicente Rodrigues.*

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Bocage

Aviso n.º 1165/2009

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

12 de Dezembro de 2008. — A Presidente da Comissão Provisória, *Maria José Cabrita Sousa Miguel.*

Escola Secundária de Cidadela

Aviso (extracto) n.º 1166/2009

Em conformidade com o estipulado no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, faz-se público que se encontra afixada na Sala de Professores a lista de Antiguidade do Pessoal Docente, reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias, a contar da data da publicação deste aviso, para apresentarem reclamação ao dirigente do serviço, nos termos do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99.

29 de Setembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Paula Natal.*

Aviso n.º 1167/2009

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e no artigo 5.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, torna-se público que se encontra aberto um concurso para provimento do lugar de Director da Escola Secundária da Cidadela, pelo prazo de 20 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão são os estipulados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, e no artigo 2.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho.

2 — A formalização da candidatura é efectuada através da apresentação de um requerimento de candidatura a concurso, em modelo próprio, disponibilizado na página electrónica da Escola Secundária da Cidadela (www.esec-cidadela.rcts.pt) e nos Serviços Administrativos da Escola.

3 — Do requerimento deverão constar os seguintes documentos:

a. Curriculum Vitae detalhado, contendo todas as informações consideradas pertinentes e acompanhado de prova documental;

b. Projecto de Intervenção relativo à Escola que contemple a identificação de problemas, a definição de objectivos/estratégias e uma programação das actividades a realizar no mandato.

Todos os documentos devem ser entregues nos Serviços Administrativos da Escola Secundária da Cidadela ou remetidos por correio registado com aviso de recepção, ao cuidado da Presidente do Conselho Geral Transitório, para Rua Dr. Fernando M. F. Batista Viegas, n.º 1, 1-A, 2750-503 Cascais.

4 — Os métodos de selecção são os seguintes:

a. Análise do *curriculum vitae,* visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de director e o seu mérito;

b. Análise do Projecto de Intervenção na Escola, visando apreciar a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas;

c. Entrevista profissional, visando apreciar numa relação interpessoal objectiva e sistemática, as capacidades com o perfil das exigências do cargo a que se candidata;

5 — Enquadramento legal — Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho e Código do Procedimento Administrativo.

6 — Resultado do concurso — As listas dos candidatos admitidos e excluídos serão afixadas em local próprio da Escola, no prazo de 10 dias úteis, após a data limite de apresentação das candidaturas e divulgadas no mesmo dia na página electrónica da Escola, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

16 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Isabel Mariana Salgueiro Barcelos de Jesus Guerreiro.*

Despacho (extracto) n.º 1082/2009

Por despacho de 7 de Janeiro de 2008, da presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada no ponto 1.2 do Despacho n.º 23731/2006 de 21 de Novembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 21 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos administrativos referentes ao ano lectivo 2006-2007 dos professores abaixo mencionados:

Nome	Grupo
Ana Margarida Lopes Pinto	290
Maria do Céu dos Santos Antunes	550
Rui Miguel Mesquita dos Santos	600

2 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Paula Cabrita Natal de Brito Boto.*

Despacho (extracto) n.º 1083/2009

Por despacho de 18 de Janeiro de 2007, da presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada no ponto 1.2 do Despacho n.º 23731/2006 de 21 de Novembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 21 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos administrativos referentes ao ano lectivo de 2006-2007 dos professores abaixo mencionados:

Nome	Grupo
Adília Maria Marques Batista Melo	330
Ana Isabel Carvalho Cardina Gonçalves	510
Ana Victória das Neves Sousa e Silva Baptista	400
António José Pinheiro Prata	600
Catarina de Oliveira Baltazar	550
Cláudia Alexandra Cardoso Barata Pacheco	530
Elisabete Trigueiro Morais	320
Helena de Jesus Fadista Vacas de Brito Pestana	320
João Pedro Santos Ramos	420
Liliana Marisa da Cunha Mendes	500
Luís Filipe Cardoso Martins da Assunção	620
Maria Isabel Trovão de Almeida Santos	320
Nuno Miguel de Paiva Pinto	400
Patrícia Joana Van Der Heever Borges Rodrigues	620
Rute Isabel Carvalho Amadeu	510
Susana Maria Creio Amaro	400

2 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Paula Cabrita Natal de Brito Boto.*

Despacho (extracto) n.º 1084/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária da Cidadela, no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 23731/2006 publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 224, de 21 de Novembro, foram nomeados professores titulares de acordo com o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho e do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a partir de 17 de Novembro de 2008, os professores de nomeação definitiva abaixo indicados:

Departamento	Nome	Índice
Línguas	Alda Maria da Cruz Duarte	340
Matemática e Ciências Experimentais.	Maria da Conceição Salgado Moreira Rato Duarte Santa.	340
Expressões	Maria Teresa Silvano Correia da Veiga.	340

29 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Paula Natal.*

Despacho (extracto) n.º 1085/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária da Cidadela, no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 23 731/2006 publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 224 de 21 de Novembro, foram nomeados professores titulares de acordo com o Decreto-Lei n.º 200/2007 de 22 de Maio com efeitos a 1 de Setembro de 2007, os professores de nomeação definitiva abaixo indicados:

Departamento	Nome	Índice
Línguas	Ana Mafalda Freire Salema Pinto Basto.	340
	Fátima Leonarda Rodrigues Pires Barbosa Vicente de Sousa.	340
	Margarida Maria Aires Monteiro de Sousa Marques.	340
	Maria Helena dos Anjos Silva	340
	Teresa Isabel Pestana Brandão da Silva Oliveira.	245
	Maria de Fátima Trindade Pião Celestino Vaz.	299
	Maria Alexandra Rodrigues Ferreira A. Osório Bernardo.	299
Ciências Sociais e Humanas.	Isabel Nel de Oliveira	340
	Maria de Fátima dos Santos Couto Soares Tavares.	340
	Paulino Rodrigues Spínola	340
	Ana Filomena Magalhães de Abreu de Lima.	299
	Maria Irene Santos David	299
Matemática e Ciências Experimentais.	Carlos Alberto Madeira Borges	340
	Maria Amália Puga Lobo	340
	Maria Leonor Fonseca Cabral	340
	Maria Paula Reis de Lima Duarte	340
	Ana Paula Cabrita Natal de Brito Boto.	245
	Maria Isabel Peixoto Pereira Xavier Dias.	245
	Isabel Maria Arqueiro Ferreira Ribeiro.	299
	Manuela Alves Moreira do Amaral	299
	Olívia Catarina Costa Broa das Dores Costa.	299
Expressões	José Manuel Correia de Reinaldo	340
	Luís Manuel Tolda Martins	340
	Henrique Pedro Brandão Travassos Valdez.	245
	Luís Manuel da Silva Barbosa	299
	Maria de Fátima Leal Valadeiro	299

29 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Paula Natal.*

Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde

Despacho n.º 1086/2009

Carla Isabel Morgado Félix Ferro Rodrigues, presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde, faz saber que, no uso das competências delegadas no n.º 1.2 do Despacho n.º 23731/2006, publicado no *Diário da República* n.º 224, 2.ª série, de 21 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos referentes ao ano lectivo de 2008-2009, dos docentes contratados abaixo mencionadas:

Nome	Grupo
Cacilda Maria Hipólito Carvalho Castanheira	290
Ana Rita Fragoso Pacheco Soares	520
Gisela Filipa Ferreira Laureano Fialho	290
Maria Conceição Duque Silva Maurício	210

Nome	Grupo
Carla Sofia Conde Rodrigues Fonseca	620
Susana Angélica Nunes Galvão	220
Nuno Gonçalo Costa Carreira	500
João Sá Nogueira Almeida	260
Vítor Rafael Picado Vieira	230
Carla Manuela Gomes Nunes	210
Sónia Isabel Cardona Maio	110
Liliana Cristina Nogueira Monteiro	500
Gisela Maria Pais Serrano Alves	330
Cláudia Sofia Santos Pinheiro Silva	110
Pedro Alexandre Neto Durães Franco	250
Albina Sofia Brandão Seara Mora Leitão Rodrigues	620
Marta Isabel Pereira Nunes	300
Marta Sofia Santos Dias	230
Ana Cristina Capote Ribeiro	110
Carla Isabel Neto Fernandes Pinto Ângelo	230
Maria Isabel Portinha Conceição Paiva	100
Dora Cristina Fialho Bandeiras	230
Elisabete Maria Loureiro Correia	100
Maria Madalena Leitão Fernandes Policarpo	110

23 de Dezembro de 2008. — A Presidente da Comissão Administrativa Provisória, *Carla Isabel Morgado Félix Ferro Rodrigues.*

Despacho n.º 1087/2009

Carla Isabel Morgado Félix Ferro Rodrigues, Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde, faz saber que, no uso das competências delegadas no n.º 1.2 do Despacho n.º 23731/2006, publicado no *Diário da República* n.º 224, 2.ª Série, de 21 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo e incerto (Decreto-Lei 20/2006 e Decreto-Lei 35/2007, de 15 de Fevereiro), referentes ao ano lectivo de 2007-2008, das docentes contratadas abaixo mencionadas:

Nome	Início de Funções	Fim de Contrato
Cidália Maria Santos Paulo	06.10.2008	31.07.2009
Inês Fátima Fernandes Machado	07.10.2008	31.07.2009
Carla Maria Oliveira Ruas	06.10.2008	31.07.2009
Cristina Maria Carneiro Sá	03.10.2008	31.07.2009

23 de Dezembro de 2008. — A Presidente da Comissão Administrativa Provisória, *Carla Isabel Morgado Félix Ferro Rodrigues.*

Agrupamento de Escolas de Damião de Góis

Aviso n.º 1168/2009

Por despacho da presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada no n.º 1.2 do Despacho n.º 23 731/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 224, de 21 de Novembro de 2006, com efeitos a 1 de Setembro de 2008, foram homologados os contratos individuais de trabalho por tempo indeterminado dos seguintes funcionários:

Nome	Categoria	Indice
Paula Susana Marques Bernardo	Auxiliar A. Educativa	142
Nazaré Amaral Rodrigues	Auxiliar A. Educativa	142
Carlos Alberto Dinis Pereira dos Santos.	Auxiliar A. Educativa	142

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente Conselho Executivo, *Maria Teresa Silvestre Manita Pedro.*

Aviso n.º 1169/2009

Nos termos do disposto do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e no artigo 5.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para o provimento do lugar de Director do Agrupamento de Escolas de Damião de Góis, em Lisboa, pelo prazo de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e na Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho:

1.1 — Docentes dos quadros de nomeação definitiva do ensino público ou professores profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo com, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício das funções de administração e gestão escolar.

1.2 — Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão — os docentes que preencham uma das seguintes condições:

a) Sejam detentores, com aproveitamento, de um curso de formação especializada em administração escolar ou administração educacional;

b) Sejam possuidores do grau de mestre ou de doutor nas áreas referidas na alínea anterior;

c) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos seguintes cargos:

Director, subdirector ou adjunto de director, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril;

Presidente, vice-presidente, director ou adjunto de director, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por ratificação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril;

Director executivo e adjunto de director executivo, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio;

Membro de conselho directivo, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de Outubro;

d) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como director ou director pedagógico de estabelecimento do ensino particular e cooperativo.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, em modelo próprio disponibilizado na página electrónica do agrupamento (http://www.eb23-damiao-gois.rcts.pt/) e nos Serviços Administrativos, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Damião de Góis — Lisboa, podendo ser entregue pessoalmente na secretaria da escola sede do Agrupamento, Escola EB 2,3 Damião de Góis, Rua Cassiano Branco, 1950-057 Lisboa, entre as 9h 30 minutos e as 16h, ou remetido pelo correio registado com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae* com respectiva prova documental dos elementos constantes, com excepção daqueles que se encontrem arquivados no respectivo processo individual e este se encontre no agrupamento de escolas onde decorre o procedimento;

b) Projecto de intervenção com identificação de problemas, definição de objectivos e estratégias e programação das actividades a realizar no mandato.

3.1 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

4 — O método de selecção é o estipulado no número 3 do artigo 7.º da Portaria 604/2008, de 9 de Julho, e o estipulado no Regulamento para Procedimento Concursal de Eleição do Director do Agrupamento de Escolas de Damião de Góis, disponível na página electrónica do agrupamento e nos serviços administrativos.

29 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Elisabete Cristina dos Santos Brás Silva Barata Dias.*

Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira

Aviso (extracto) n.º 1170/2009

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placar na sala dos professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, reportada a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação no *Diário da República* deste aviso para reclamação da lista ao dirigente máximo.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Albino Frazão Correia.*

Agrupamento Vertical de Escolas Educor

Aviso n.º 1171/2009

Por Despacho n.º 17674/2008, publicado no DR n.º 125 — 2.ª Série de 1 de Julho de 2008, foram celebrados em 01/09/2008 os Contratos Individuais de Trabalho, previsto no n.º 2 do artigo 44 do Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de Julho, conjugado com os n.º s 2 e 3 do artigo 7.º da lei 23/2004 de 22 de Junho dos seguintes funcionários:

Nome	Categoria
Paula Maria Coelho Teixeira Cardoso Soares Carlota	Assistente Técnico (Funções de Assistente de Administração Escolar)
Maria de Fátima Pereira Pinto	Assistente Técnico (Funções de Assistente de Administração Escolar)
Joaquim António Vinhas Peneireiro	Auxiliar de Acção Educativa

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria de Fátima Elvas Bento.*

Agrupamento de Escolas do Concelho de Ferreira do Zêzere

Despacho n.º 1088/2009

Por despacho do presidente do conselho executivo, no uso da competência delegada no n.º 1.1 do despacho n.º 23 731/2006, publicado no *Diário da República*, 2.º série, n.º 224, de 21 de Novembro de 2006, com efeitos a 1 de Setembro de 2006, foram transferidos, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 13.º e da alínea *a*) do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 64.º e do artigo 65.º do ECD, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139 — A/90, de 28 de Abril, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, os professores do quadro de nomeação definitiva abaixo indicados:

Nome	Do grupo	Do QE	Código	Para QE	Código
João Ricardo S. Almeida Canteiro Capão	620	ES/3 Pinhel	403623	EB2,3/S Ferreira do Zêzere	346251
Ana Sofia Cartaxo	500	EB2,3 Alcanede	340078	EB2,3/S Ferreira do Zêzere	346251
Ana Catarina dos Reis Marques Leite	300	EB2,3/S Mação	310372	EB2,3/S Ferreira do Zêzere	346251
Maria Madalena Barrela Contente Vaz	110	EB1 Outeiros	261117	EB1 de Ferreira do Zêzere	222173
Rui Daniel da Costa Cunha	410	ES/3 Vendas Novas	404639	EB 2,3/S Ferreira do Zêzere	346251
Idalina Maria de Jesus Atalaia Martins	110	EB1 Casal Novo	213998	EB1 de Águas Belas	286187
Jorge Manuel da Silva Duarte Gonçalves	110	EB1 Cancelas	210961	EB1 de Ferreira do Zêzere	222173
Custódia Nunes Lopes	110	EB1 Vialonga n.º 2	251914	EB1 de Outeiros	261117

23 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Isabel Saúde Ferreira da Silva.*

Escola Secundária de Fonseca Benevides

Despacho n.º 1089/2009

Por despacho da senhora Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Fonseca Benevides, nomeio a Assistente de Administração Escolar Especialista Ana Paula Matos dos Santos, Chefe dos Serviços de Administração Escolar, em regime de substituição, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2008.

1 de Abril de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Laura Maria Ribeiro dos Santos Morgado.*

Agrupamento Vertical de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Despacho (extracto) n.º 1090/2009

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do DL 15/2007, de 19 de Janeiro, torna-se público que se encontra afixada na sala de pessoal docente da Escola Básica 2,3/S Mestre Martins Correia (escola sede) para consulta, a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento de Escolas, referente a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Jorge Manuel Correia Saldanha Mendes.*

Escola Secundária/3 Ibn Mucana

Despacho n.º 1091/2009

Por despacho da Senhora Subdirectora-Geral dos Recursos Humanos da Educação, de 27 de Gosto de 2008, autorizou a licença sem vencimento de longa duração, à Professora do Quadro de Zona Pedagógica 23, Maria Raquel Freira da Silva Mercier Marques, do grupo 510, nos termos do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, conjugado com o artigo 107.º do Estatuto da Carreira Docente, com efeitos a 01 de Setembro de 2008.

20 de Novembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Teresa de Matos Lopes.*

Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja

Despacho (extracto) n.º 1092/2009

O Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja, pertencente Direcção Regional de Educação de Lisboa, no uso de competências delegadas pelo Despacho n.º 13862/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 96, de 19 de Maio de 2008, de acordo com o artigo 24.º, ponto 4, do Decreto-Lei 200/2007 de 22 de Maio delega na Vice-Presidente Teresa Maria Nunes Silva Marques a avaliação dos docentes do 1.º Ciclo.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Fernanda Mendes Barreiro.*

Escola Secundária da Moita

Aviso n.º 1172/2009

Proceda-se à anulação do aviso (extracto) n.º 3719/2008, publicado no D.R. 2.ª série n.º 32, de 14 de Fevereiro de 2008:

«Por despacho de 10/01/2008 do Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e no uso das Competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 23731/2006, publicado no *Diário da*

República, 2.ª série, n.º 224, de 21 de Novembro de 2006, foi autorizada a transferência, nos termos da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, da Assistente de Administração Escolar Rosa da Felicidade Dantas Alves Rocha do QDV de Setúbal para o Quadro Distrital de Vinculação do Porto.»

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Isabel Roma Teixeira.*

Agrupamento de Escolas da Nazaré

Despacho (extracto) n.º 1093/2009

Jorge Augusto Sousa, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas da Nazaré, nomeia nos termos do ponto 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de Julho conjugado com o artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, para o cargo de Chefe de Serviços de Administração Escolar, em regime de substituição, a Assistente de Administração Escolar Principal, Célia Maria Robalo Vidinha.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Jorge Augusto Sousa*.

Agrupamento de Escolas de Pataias

Aviso (extracto) n.º 1173/2009

Por despacho de 31 de Dezembro de 2008, da presidente do Conselho Executivo, no uso das competências delegadas no n.º 1.2 do Despacho n.º 23731/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 224 de 21 de Novembro, publica-se o contrato administrativo de serviço docente, celebrado ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 407/89, n.º 6 do artigo 38.º, artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 20/2006, n.º s 2 e 4 do artigo 33.º do E.C.D e da Portaria n.º 367/98, homologado e referente ao ano lectivo de 2008-2009, do docente abaixo mencionado:

Grupo de recrutamento	Nome
290	Catarina Alexandra da Cruz Bagagem.

31 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Rute Salomé Gonçalves Marques Cordeiro Fernandes.*

Aviso (extracto) n.º 1174/2009

Por despacho de 31 de Dezembro de 2008, da Presidente do Conselho Executivo, no uso das competências delegadas no n.º 1.2 do Despacho n.º 23731/2006, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 224 de 21 de Novembro, publica-se o contrato administrativo de serviço docente, celebrado ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 407/89, n.º 6 do artigo 38.º, artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 20/2006, n.os 2 e 4 do artigo 33.º do E.C.D e da Portaria n.º 367/98, homologado e referente ao ano lectivo 2008/2009, do docente abaixo mencionado:

Grupo de recrutamento	Nome
290	Catarina Alexandra da Cruz Bagagem.

31 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Rute Salomé Gonçalves Marques Cordeiro Fernandes*.

Agrupamento de Escolas de Pinhal de Frades

Aviso n.º 1175/2009

Aurora de Jesus Costa Lourenço Tavares, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Pinhal de Frades, faz saber que, no uso das suas competências delegadas no Despacho n.º 23 731//2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 224, de 21 de Novembro de 2006, homologou os contratos administrativos de provimento referentes ao ano lectivo 2008/2009 dos professores abaixo mencionados:

Raquel Augusta de Oliveira Martins Pintado — 100 — Educ. de Infância.
Andrea Cláudia Rodrigues Pereira Bento — 110 — 1.º Ciclo.
Andreia Isabel Luzio Jorge — 110 — 1.º Ciclo.
Inês Geraldes Lopo — 110 — 1.º Ciclo.
Isabel Cristina N. Cachola Gonçalves — 110 — 1.º Ciclo.
Susana Marisa Miranda Pereira — 110 — 1.º Ciclo.
Sónia Marina Mendes Felício — 110 — 1.º Ciclo.
Teresa Paula Costa da Rocha — 110 — 1.º Ciclo.
Elsa Alexandra Alves Fernandes — 200 — Port. Est. Sociais/História.
Ana Marisa Mendes P. Coelho de Carvalho — 220 — Português/Inglês.
Cláudia Natacha Pereira Teodoro — 260 — Educação Física.
Maria de Jesus Daniel Martins — 260 — Educação Física.
Orlanda Ferraz da Costa — 290 — Educ. Moral Rel. Católica.
Carla Maria Ferreira da S. Chamorra Moura — 400 — História.
Ana Maria Almeida de Jesus Boneco — 500 — Matemática.
Cláudia Maria Martins Fernandes — 520 — Biologia/ Geologia.
Beatriz Cardoso Ferreira Brandão — 520 — Biologia/Geologia.
Octávio Manuel Lopes Nunes — 530 — Ed. Tecnológica.
Vanessa Antunes Lopes Amado — 610 — Música.
Cristina Lopes Gamito Gomes — 620 — Educação Física.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Aurora Jesus Costa Lourenço Tavares.*

Escola Secundária Poeta Joaquim Serra

Aviso n.º 1176/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada no n.º 1.2 do Despacho n.º 23.731/2006, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 224, de 21 de Novembro, com efeitos a 01 de Setembro de 2008, foram homologados os contratos Individuais de Trabalho por Tempo Indeterminado dos seguintes funcionários:

Nome	Categoria	Índice
Cláudia Sofia Lopes Duque Cruz Graça	Auxiliar A. Educativa	142
Hermenegilda de Abreu Melim Pereira	Auxiliar A. Educativa	142

4 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Mário Jorge Silva.*

Agrupamento de Escolas Póvoa de D. Martinho

Despacho n.º 1094/2009

No âmbito das competências que me foram atribuídas e, ao abrigo do ponto 4 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2008 de 10 de Janeiro delego, sem possibilidade de subdelegação, nas vice-presidentes do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Póvoa de D. Martinho, Lúcia Margarida dos Santos Martins Pires e Maria José Parrança Lino, a competência para avaliar o desempenho dos docentes, no âmbito do mesmo Agrupamento, abrangendo todas as fases do processo de avaliação. O despacho produz efeitos à data do início do período de Avaliação do Desempenho Docente, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data, no âmbito dos poderes delegados.

30 de Outubro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Teresa Maria Amaral V. M. Diogo*.

Escola Secundária Prof. Herculano de Carvalho

Despacho n.º 1095/2009

Por despacho de 18 de Junho de 2008 do Presidente do C. Executivo da Escola Secundária Professor Herculano de Carvalho, e de acordo com o artigo 23 do Dec. Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio são providos os docentes de Nomeação definitiva para a categoria de Professor Titular do Quadro da Escola Secundária Professor Herculano de Carvalho a partir de 1 de Setembro de 2007.

Departamento de Línguas

Nome	Grupo
Isabel Augusta Carrilho Corceiro Nicolau	300
Eva Maria Bettencourt da Rosa	320
Ana Cristina de Freitas Melim	330
Ana Maria Soares Nunes da Silva Carvalhão	330
Maria Amélia Marin Diniz	330
Maria José Limão Marcos de Abrunhosa Vieira de Abreu	330
Maria Luísa de Matos Coelho	330

Ciências Sociais e Humanas

Nome	Grupo
Alexandrina M.ª Tavares Ribeiro dos Santos Monteiro Forte	400
Maria de Fátima do Paço Moura dos Santos Duarte Pina	400
Maria Helena de Barros Ferreira Martins Barata	400
Maria de Fátima Correia Garcia Nora	410
Maria Paula Sintra Brito Cesário Filipe	410
Ana Maria Correia Fernandes	430
António Manuel Guedes Ferreira	430
Augusta Maria Louro Monteiro	430
Luís Maurício de Sande e Castro Wemans	430
Maria da Graça Simões Pinheiro da Silva	430
Maria de Fátima de Brito Alves Gomes	430

Matemáticas e Ciências Experimentais

Nome	Grupo
Maria Amália de Sousa Ramalho Pinto	500
Maria do Carmo Monteiro Teixeira Cordeiro Pereira	500
Maria do Rosário Paulino Branco Ribeiro Almeida	500
Maria João de Brito Marques Estaca	500
Teresa Maria Pissarra Dias Machado	500
Maria José da Costa Pacheco Gondar Marques dos Santos	510
Maria Regina Morato dos Santos	510
Maria Teresa Vieira de Jesus de Campos Almeida	510
Ermelinda Maria da Silva Gomes Ribeiro	520
Maria Antonieta Morgado Vaz Afonso	520
Maria da Glória da Silva Alves	520
Maria da Graça de Almeida Ribeiro	520
Maria Isabel Fernandes de Carvalho Ribeiro	520
António José Coelho Henriques	530
António Manuel de Jesus Batista	530
Hélder António Monteiro Pinto	540
João José Leitão Agostinho	540
José Manuel Rodriguez Soalleiro	540

Expressões

Nome	Grupo
José Fontan Forte da Silva	530
Rui Agostinho Veloso Gonçalves Ralha	620
Carlos Alberto Dias Dinis	620

18 de Junho de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Manuel Guedes Ferreira.*

Despacho n.º 1096/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do Director Executivo da Escola Secundária Professor Herculano de Carvalho, no uso de competências delegadas no Despacho 23731/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série n.º 224 de 21 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos referentes ao Ano Lectivo de 2008/2009.

Grupo	Nome
290	Ana Lúcia Martins Mourato
320	Brígida da Rocha Gandarinho
320	Maria Cristina Lobo Xabregas Jales Guimarães
330	Hélio Artur Virgínia Gonçalves
330	Sandra Raquel dos Santos Pereira Marta
400	Alexandra Caetano Abrantes
400	Helena Maria Gonçalves Pereira Ribeiro
420	Marta Alexandra da Fonseca Cordeiro
430	Maria de Fátima Rodrigues Palma
510	Barbara Sofia Pereira Barreto Vieira
520	Nuno Filipe da Silva Ferreira
550	Alda Maria Albino Pais Vicente Vagarinho
620	Marta Isabel Santos Paiva Ferraz da Conceição

29 de Dezembro de 2008. — O Director Executivo, *António Manuel Guedes Ferreira.*

Agrupamento Vertical de Escolas Quinta Nova da Telha

Aviso n.º 1177/2009

Nos termos de artigo 48.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o Conselho Coordenador da Avaliação após analisar e ponderar sobre a alteração do posicionamento remuneratório da Assistente Administração escolar especialista, Isabel Maria Pinto Afonso de Castro e Freitas, tendo como fundamento o trabalho de mérito desenvolvido pela funcionária, tanto no âmbito do seu desempenho administrativo, como nas relações interpessoais com a comunidade educativa, os membros do conselho deliberaram votar favoravelmente a alteração de escalão e índice remuneratório de 4-316 para 5-337.

A deliberação foi votada por unanimidade pelos membros do Conselho Coordenador de Avaliação.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *António José Baptista Pereira.*

Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro

Louvor n.º 15/2009

O Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro Padre Alberto Neto na sua reunião do dia vinte e cinco de Junho de dois mil e oito louva a docente Maria João Xavier Esteves C.P. Gomes pelo trabalho exemplar com que se dedicou às tarefas que lhe foram confiadas como coordenadora dos Directores de Turma.

19 de Novembro de 2008. — O Presidente da Comissão Administrativa Provisória, *João Carlos Martins Simões.*

Louvor n.º 16/2009

O Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro Padre Alberto Neto na sua reunião do 25 de Junho de 2008 louva a docente Maria Manuela Silva Galvão Cabrita pelo trabalho exemplar com que se dedicou às tarefas que lhe foram confiadas como coordenadora dos Directores de Turma.

19 de Novembro de 2008. — O Presidente da Comissão Administrativa Provisória, *João Carlos Martins Simões.*

Agrupamento de Escolas Santa Iria — Tomar

Despacho n.º 1097/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do presidente do conselho executivo do Agrupamento de Escolas Santa Iria, Tomar, foram homologados os contratos dos professores não efectivos das escolas e grupos abaixo indicados, referentes ao ano escolar de 2008/2009, conforme Despacho n.º 23731/2006 da delegação de competências, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 21 de Novembro (os referidos

contratos não estão sujeitos a fiscalização prévia, conforme deliberação do Tribunal de Contas):

Grupo	Nome	Escola/Código
100	Marlene Maria Vila Ramos	JI Carvalhos Figueiredo 608105.
110	Licínia Raquel dos Santos Gomes	EB 1 Cabeças/209739.
200	Rodolfo Martins Epifânio F. Aparício.	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.
200	Ana Cristina Gonçalves Pereira Arinto.	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.
230	Andreia Moniz Vital.	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.
230	Sónia Margarida Duarte da Silva	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.
510	Teresa Margarida Oliveira N. Ribeiro.	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.
520	Patrícia Alexandra Aires Marques Pedro.	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.
550	Raquel Helena Santos Sousa	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.
610	João Henrique Pires Duarte	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.
620	Inês Fonseca Ré	EB 2,3 Santa Iria — Tomar/343031.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Paulo Jorge Encarnação Silva Bacelar de Macedo.*

Agrupamento de Escolas Terras de Larus

Despacho (extracto) n.º 1098/2009

Joaquim Manuel Fernandes Teodoro, Presidente da Comissão Provisória do Agrupamento de Escolas Terras de Larus, na Cruz de Pau, Seixal, nomeio com efeitos ao dia 9 de Outubro de 2008, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, para o cargo de Chefe de Serviços de Administração Escolar, em regime de substituição, a assistente de administração escolar especialista, Maria Lídia Pereira de Amorim Silva, por delegação de competências que me é conferida pelo despacho n.º 13862/2008, do Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, de 29 de Abril.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Comissão Provisória, *J. M. Fernandes Teodoro.*

Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro

Despacho (extracto) n.º 1099/2009

Maria da Conceição Pereira Batista Gregório, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro no uso das competências delegada pelo despacho n.º 23731/2006, de acordo com as alíneas *a*) e *b*) do artigo 2 e os n.os 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, autorizou a homologação dos contratos referentes ao ano lectivo 2006-2007 dos docentes contratados a baixos discriminados:

Nome	Grupo	Data de homologação
Alexandra Isabel Casimiro Timóteo	110	03-11-2006
Ana Isabel dos Santos Custódio.	500	03-11-2006
Ana Lúcia Figueiredo Leite Teixeira	500	01-10-2006
Bruno Miguel dos Santos Paulos	110	01-10-2006
Carlos Alberto de Pina Rodrigues	240	01-02-2007
Cláudia Sofia Ribeiro Freitas.	110	03-12-2006
Eliana Teresa Mata Antunes Botelho	110	01-10-2006
Franciso Diogo Mendes Raposo	110	01-10-2006
Mónica Marisa Serafim Saraiva.	110	03-12-2006
Romeu José Ferreira de Almeida	110	03-12-2006
Sónia Cristina Estêvão Costa	350	01-10-2006
Tatiana Dias Crispim	110	03-12-2006
Viviana Gomes de Matos Louro	260	01-10-2006

30 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Conceição Gregório.*

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Despacho n.º 1100/2009

O Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, aprovou a orgânica do Ministério da Educação, tendo o Decreto Regulamentar n.º 31/2007, de 29 de Março, definido a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de educação, tendo a Portaria n.º 365/2007, de 30 de Março, e a Portaria n.º 387/2007, de 30 de Março, fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, bem como a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares da Direcção Regional de Educação do Alentejo.

Assim, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 5.º e n.º 1 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2007, de 29 de Março, do artigo 2.º da Portaria n.º 387/2007, de 30 de Março, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto foi constituída a Equipa de Apoio à Modernização e Desenvolvimento Educativo, na dependência hierárquica e funcional do Director Regional de Educação do Alentejo, à qual foram cometidas as competências constantes do despacho n.º 17 517/2007, publicado em 08/08/07.

1 — Mantendo-se as circunstâncias, bem como os fundamentos que determinaram a constituição da Equipa e tendo em conta os resultados da avaliação e respectivo desempenho, determino, nos temos previstos no n.º 3 do referido despacho, a manutenção da Equipa de Apoio à Modernização e Desenvolvimento Educativo, na dependência directa do Director Regional de Educação do Alentejo.

2 — Nos termos das disposições legais mencionadas no preâmbulo, determino a renovação da designação, para chefiar a Equipa de Apoio à Modernização e Desenvolvimento Educativo, da licenciada Elsa Rute Fernandes Teigão, técnica superior da carreira técnica superior do Quadro Único do Ministério da Educação, com o estatuto remuneratório equiparado a director de serviços, incluindo o direito ao abono das despesas de representação.

3 — O período de duração da presente renovação é de um ano, prorrogável por iguais períodos, com fundamento na avaliação dos resultados obtidos no respectivo exercício e na avaliação de desempenho.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de Junho de 2008.

12 de Julho de 2008. — O Director Regional, *José Lopes Cortes Verdasca.*

Despacho n.º 1101/2009

Por meu despacho de 20/11/2008, foi a Psicóloga, Maria João Moreira da Conceição Ferro, do Quadro de Vinculação do Alentejo, com afectação à Escola Secundária com 3.º ciclo de Alcácer do Sal, exonerada a seu pedido do respectivo quadro, com efeitos a 1 de Dezembro de 2008, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 12-A/2008, de 07/12.

21 de Novembro de 2008. — O Director Regional-Adjunto, *Carlos António Couraça Calhau*.

Despacho n.º 1102/2009

A Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, prevê no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes possam ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura do lugar.

Com a reestruturação orgânica das Direcções Regionais de Educação, efectuada através do Decreto Regulamentar n.º 31/2007, de 29 de Março, regulamentada no caso concreto da Direcção Regional de Educação do Alentejo pela Portaria n.º 365/2007, de 30 de Março, e pela Portaria n.º 367/2007, de 30 de Março, foi criada a Divisão de Planeamento Escolar e Prospectiva.

A esta Divisão corresponde um cargo de direcção intermédia de 2.º grau, o qual se encontra vago.

Atenta a importância desta estrutura orgânica no normal funcionamento interno da DREAle, importa proceder, com urgência, à nomeação de um titular para o desempenho do cargo de chefe de Divisão de Planeamento Escolar e Prospectiva.

De acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a nomeação em regime de substituição deve observar todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

O Mestre José António Gazimba Simão, Assessor Principal do Quadro Único do Ministério da Educação, preenche os requisitos legais referidos no n.º 1 do artigo 20.º da supracitada lei, sendo detentor de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo

de chefe de Divisão de Planeamento Escolar e Prospectiva, conforme síntese curricular em anexo.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o Mestre José António Gazimba Simão, Assessor Principal do Quadro Único do Ministério da Educação, para o cargo de chefe de Divisão de Planeamento Escolar e Prospectiva, em regime de substituição, com efeitos a partir de 27 de Novembro de 2008.

18 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *José Lopes Cortes Verdasca.*

Síntese Curricular

Elementos de Identificação:

Nome: José António Gazimba Simão
Data de nascimento: 30/12/1956
Bilhete de Identidade n.º 5067959

Habilitações académicas:

Licenciado em Sociologia
Mestre em Ecologia Humana

Habilitações profissionais:

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública — INA;
Formador Certificado pelo Conselho Cientifico/ Pedagógico de Formação Contínua;

Experiência Profissional:

Membro da Equipa Distrital de Évora da Direcção-Geral de Educação de Adultos;
Professor Provisório do Ensino Básico e Secundário;
Professor Convidado da Escola de Enfermagem S. João de Deus — Évora;
Assistente Convidado da Escola Superior de Educação de Portalegre;
Chefe de Divisão de Equipamentos Educativos da Direcção Regional de Educação do Alentejo;
Chefe de Projecto de Informação e Apoio do Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo — PROALENTEJO;
Coordenador do Projecto Alentejo Digital;
Coordenador do Gabinete de Informação e Planeamento Escolar da Direcção Regional de Educação do Alentejo;
Responsável pelo acompanhamento pelo «Programa de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar» no âmbito da Direcção Regional de Educação do Alentejo;

Outras actividades:

Fundador e Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Universidade de Évora;
Fundador e Director da Revista Universitária «Semente»;
Coordenador do Projecto «Museu de Aldeia de Vera Cruz»;
Fundador da Associação «Forum Alentejo»;

Seminários e acções de formação:

Representante do Ministério da Educação no Seminário Internacional em Gestão Escolar realizado em Toulouse no âmbito da CEE;
Participou e apresentou comunicações em variados seminários sobre Educação e Desenvolvimento Regional.

Agrupamento n.º 3 de Beja

Despacho n.º 1103/2009

Nos termos do disposto no artigo 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro, e ainda tendo em atenção o determinado na secção I, do Despacho n.º 7465/2008, do senhor Secretário de Estado da Educação, de 21 de Fevereiro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 52, de 13 de Março de 2008, delego, sem possibilidade de subdelegação, nos membros do Conselho Executivo, Cláudia Margarida Bento Amaral, a Maria de Fátima Esperança Venes e a Maria Laura do Rosário Chora Cruz, a competência para avaliar o desempenho dos docentes no âmbito Conselho Executivo, abrangendo todas as fases do processo de avaliação e de acordo com o número e identificação dos docentes a avaliar e a publicitar internamente nos locais de estilo do Agrupamento de Escolas n.º 3 de Beja, com sede na Escola Básica Integrada de Santiago Maior de Beja.

O presente despacho produz efeitos à data do início do período de avaliação do desempenho docente, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes ora delegados.

1 de Setembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria José Duarte Mesquita Barroca.*

Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Borba

Aviso n.º 1178/2009

Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Borba, da Direcção Regional de Educação do Alentejo, do Ministério da Educação, faz saber que no uso das competências que lhe foram delegadas através do despacho nº 22696/2006 DR nº 215 de 08/11/2006, e com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007, nomeia para a categoria de professor titular do quadro desta Escola os docentes de nomeação definitiva:

Nome	Grupo	Departamento
Maria da Conceição Barriga P. Paixão	100	Departamento da Educação Pré-Escolar.
Joaquim José Rosado Rebelo	110	Departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico.
Angélica de Fátima Narciso	110	Departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico.
Maria Luísa Gazimba Godinho de Sá	110	Departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico.
José Manuel Roque	110	Departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico.
Manuel Fernando Dordio Cabral	110	Departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico.
Maria Adelaide Balsinha Cochicho	110	Departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico.
Francisca da Conceição C. Afonso Pires	110	Departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico.
Lurdes da Natividade Anjos Matos	910	Departamento de Expressões.
Joaquim António Fitas	240	Departamento de Expressões.
Maria da Conceição M. Compõete Mendes	600	Departamento de Expressões
Francisco Luís Fanico Cardoso	200	Departamento Ciências Sociais e Humanas.
Feliciana Jerónima S. Grilo Trindade Deus	220	Departamento de Línguas.
Maria Teresa Santos Mata Martins Dias	220	Departamento de Línguas.
Maria José Godinho Monteiro G. Isabelinho	220	Departamento de Línguas.
Júlio Andrade Santos Silva	230	Departamento Matemática e C. Experimentais.
Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar	230	Departamento Matemática e C. Experimentais.
Francisco António Rodrigues Martins	230	Departamento Matemática e C. Experimentais.
Maria do Céu dos Santos Guimarães Rosa	520	Departamento Matemática e C. Experimentais.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar.*

Agrupamento Vertical de Gavião

Despacho n.º 1104/2009

Exonero, a docente do 1.º Ciclo Maria Filomena Bairrão Prates da categoria de Professora Titular, cuja nomeação foi publicada no *Diário da República,* n.º 117, 2.ª série de 19 de Junho de 2008, devido ter sido destituída do Concurso de Professores Titulares.

31 de Julho de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Laureano Durão Heitor.*

Agrupamento Vertical de Escolas de Grândola

Aviso n.º 1179/2009

Por despacho da presidente da Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento Vertical de Escolas de Grândola, no uso das competências delegadas no Despacho n.º 22 696/2006, foram homologados os docentes de nomeação definitiva para a categoria de professor titular do Agrupamento de acordo com a Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio.

Grupo de recrutamento	Índice	Nome	Departamento
110	340	Maria José Martins Real	1.º Ciclo Ensino Básico.
110	340	Maria Guiomar Neves Durão	1.º Ciclo Ensino Básico.
110	340	Maria Teresa Caetano Palma Dias Nunes	1.º Ciclo Ensino Básico.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Mariana Pereira Galhoz Trindade Falcão.*

Agrupamento Vertical de Escolas de Montemor-o-Novo

Aviso n.º 1180/2009

Comunica-se a todos os interessados que a lista de antiguidade do pessoal a que se refere o n.º 1 do artigo 132.º do ECD se encontra afixada no placard da sede do Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo, para consulta, com referência a 31 de Agosto de 2008.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

16 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Idalina de Fátima Paulo Bento.*

Agrupamento Vertical de Redondo

Despacho (extracto) n.º 1105/2009

Nos termos do Despacho n.º 7465/2008, de 21 de Fevereiro de 2008, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 12 do Decreto Regulamentar 2/2008 de 10 de Janeiro, delego, sem possibilidades de subdelegação, no docente Luís Filipe Barrancos Caeiro Carmelo Aires, a competência para a prática dos actos referentes aos seguintes parâmetros classificativos:

a) Preparação e organização das actividades lectivas;
b) Realização das actividades lectivas;
c) Relação pedagógica com os alunos;
d) Processo de avaliação das aprendizagens dos alunos, de acordo com o n.º e identificação dos docentes a avaliar e a publicar internamente nos locais de estilo de Agrupamento Vertical de Redondo.

O Coordenador de Departamento das Expressões — Augusto Joaquim Machadinho Alabaça

17 de Outubro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Paula Carriço Leão Jeremias.*

Despacho (extracto) n.º 1106/2009

Nos termos do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, nomeio em regime de substituição para o exercício de funções de chefe de serviços de Administração Escolar a assistente de administração escolar especialista Adelina Rosa Pereira Pinheiro, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Dezembro de 2008, por um período indeterminado.

26 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Paula Leão Jeremias*.

Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 1107/2009

Nos termos dos números 1 e 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, Maria Manuel Carvalho Aleixo, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Viana do Alentejo nomeia, em Comissão de Serviço, sem ocupação de lugar, para o exercício transitório de funções de Professor Titular no Departamento de Educação Pré-Escolar, no ano lectivo 2008/2009, com efeitos a partir de 20 de Novembro de 2008, a educadora Dulce Maria do Nascimento Gomes Chanfana.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Manuel Carvalho Aleixo*.

Despacho (extracto) n.º 1108/2009

Nos termos dos números 1 e 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, Maria Manuel Carvalho Aleixo, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Viana do Alentejo nomeia, em Comissão de Serviço, sem ocupação de lugar, para o exercício transitório de funções de Professor Titular no Departamento de Línguas, no ano lectivo 2008/2009, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2008, a docente Dora Maria Nunes Gago.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Manuel Carvalho Aleixo.*

Direcção Regional de Educação do Algarve

Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Alberto Iria

Despacho n.º 1109/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas Dr Alberto Iria em 06 de Novembro de 2008 e no uso das competências delegadas no despacho n.º 23 106/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 218, de 13 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos de Oferta de Escola, celebrados ao abrigo do Decreto-Lei 23/2004 de 22 de Junho, referente ao ano de 2007-2008, relativos aos professores abaixo mencionados:

Nome	Grupo
Sergio Paulo Ramalho Marques	110
Sandra Isabel Guinhot Pina Gonçalves	300
Nuno Ricardo Franco Vieira	550
Carla Isabel Martins	550

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Alberto Florêncio Barros.*

Agrupamento Vertical de Escolas de Monte Gordo

Despacho n.º 1110/2009

Por despacho da Senhora Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escolas, no uso da competência que lhe foi delegada no n.º 1.2 do Despacho n.º 23106/2006, do Exmo Senhor Director Regional de Educação do Algarve, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série- n.º 218, de 13 de Novembro, homologou os contratos administrativos de serviço docente, nos termos previstos no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, e no artigo 9.º do Decreto-Lei

n.º 35/2007,de 15 de Fevereiro, referentes ao ano escolar 2007/08, dos docentes a seguir indicados:

Grupo	Nome	Código Escola
110	Rute Andreia Passão Bandeiras	234140
110	Marina Toscano Consolado	234140
200	Maria Manuela Pereira Ribeiro	344783
230	Jaime Manuel de Ascensão da Cruz	344783
230	Maria da Piedade Serrano dos Reis	344783
230	Maria João Lopes Travancas	344783
240	Ana Isabel Pereira Marques	344783
240	Vera Lúcia Dias Campos	344783
240	Raquel Rei Almendra	344783
250	Ana Isabel Carapinha Gonçalves da Rosa	344783
300	Maria Inês Falcão Porto Martins	344783
300	Carla Sofia Martins dos Santos	344783
330	Cidália da Conceição Gomes Mendes	344783
330	Sandra Vieira Vasconcelos	344783
350	Élia Maria Madeira dos Santos Gonçalves	344783
500	Liliana Ribeiro Barbosa	344783
530	João Filipe Paula Dias Abreu Freire	344783
550	Daniel Filipe Viegas Coelho	344783
550	Maria Felícia Tavares Marques Santos	344783
550	Maria Cristina Oliveira Ribeiros	344783
Téc.Especiais	Ana Cristina Horta Corvo Dias Pego	344783
Téc.Especiais	Cláudia da Rocha Dias	344783
Téc.Especiais	Daniela Ribas Foitinho	344783
Téc.Especiais	Luís Filipe Martins Cabrita	344783
Téc.Especiais	Maria Leonor Soares Faustino	344783

30 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Adelaide Pereira Rosa.*

Inspecção-Geral da Educação

Anúncio n.º 204/2009

Nos termos do artigo 82.º, n.º 1 do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, cito os Contra-Interessados, abaixo indicados, para no prazo de 15 dias a contar da publicação deste anúncio, se constituírem como contra-interessados no processo sob o número 494/08.6BELSB, que se encontra pendente na 3.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, em que são Autora Maria Helena Martins de Brito Rodrigues Gião e Autoridade Demandada Ministério da Educação, cujo objecto do pedido consiste em ser declarada a nulidade do acto administrativo de exclusão da Autora do concurso interno de admissão a Estágio para ingresso na Carreira Técnica Superior de Inspecção da Educação no âmbito do concurso aberto pelo Aviso n.º 10.915-A (2.ª Série) publicado no Suplemento do D.R. n.º 156/99, de 7 de Julho, ou em alternativa, anulado o mesmo acto e ser anulado o concurso:

Abel José T. Pereira de Eça, residente na Rua Padre António Vieira, 91 — 6.º Dt.º — 4700-412 Braga;

Acácio José Azevedo de Brito, residente na Rua Eng.º João Teixeira da Silva, 20 — 3.º Dt.º — 4700-376 Braga;

Adão da Silva Lima, residente em Lugar da Igreja — Deão — 4905--254 Viana do Castelo;

Adelino Cardoso de Almeida, residente na Rua das Flores, 2 B — Rio de Loba — 3500-806 Viseu;

Alberto Tavares da Silva Roque, residente na Rua Professor Augusto Risca, 126 — Pilar do Paraíso — 4405 Vila Nova de Gaia;

Alexandra Mónica Lima V. Correia, residente na Rua Quinta da Comenda, 25 — 4.º Dt.º — 4445 Águas Santas;

Alexandra Sofia Ferreira B. Machado, residente na Urb. da Boavista, Bloco 1 — 61 — 4.º F — Mazedo — 4950 Monção;

Alfredo Duarte Faria Magalhães, residente na Praça Londrina, C 5 — 5.º Dt.º — 4810-045 Guimarães;

Alzira Maria de Brito Nobre Mendes, residente na Rua de Luanda, 2 — R/C Esq.º — Quinta da Lomba — 2830 Santo André;

Ana Isabel Lourenço Muralha Godinho, residente na Rua Diogo de Silves, 50 B — 1400-107 Lisboa;

Anabela de Fátima Tavares Grilo, residente no Bairro do Granito, Rua Francisco José, 8 — 1.º — 7000-715 Évora;

António Joaquim da Silva Osório, residente na Rua Dr. José C. Lacerda, Lte.10 — Entrada C — 4.º Esq. — 5000-440 Vila Real;

António Júlio Pires da Rocha, residente na Rua Miguel Torga, Lte. 67 — 3.º — 5370 Mirandela;

António Luís Fonseca de Oliveira, residente na Praceta Francisco Borges, 55 — R/C Esq. — 4200-310 Porto;

Antonio Maria Romeiro Carvalho, residente na Praceta Teixeira Gomes, 7 — 3.º Esq. Casal de S. Brás — 2700-801 Amadora;

António Norberto Rodrigues Patrício, residente na Rua do Sobreiro, 101 — 1.º Dt.º — Senhora da Hora — 4460-430 Matosinhos;

António Paixão Pires, Residente na Rua Dr. Antero Marques, 9 — Bairro do Pinheiro — 6300-828 Guarda;

António Rui Dias Barata, residente na Praceta Barahona Fernandes, Lte. B — 6 B — 1.ª Cave — 2670-525 Loures;

António Tomás Graça Martins Madureira, residente na Estrada do Lumiar, 13 — Bloco7 — 1.º Dt.º — 1600-161 Lisboa;

Artur José dos Santos Magalhães, residente na Rua Fernandes Martins, 6 — 3.º Esq. — 3030-300 Coimbra;

Augusto Patrício Lima Rocha, residente no Lugar da Gândara — 4905--253 Deão;

Bercina Maria Ramos da Costa Pereira, residente na Trav. D. Afonso Henriques, 27 — 4580 Paredes;

Cândida de Jesus Lopes e Loureiro, residente na Av. Afonso de Albuquerque, 135 — S. João da Caparica — 2825-450 Costa da Caparica;

Carlos Alberto Pereira Correia, residente na Av. Ressano Garcia, 38 — 5.º Esq. — 1070-237 Lisboa;

Carlos António Heitor Rodrigues, residente na Urb. Martinhos, 58 — Apartado 65 — 6270 Seia;

Carlos Filipe Gomes Carrajola Mendonça, residente em Estação dos Correios — Quarteira — Apartado 355, — 8125-904 Quarteira;

Carlos Jorge Gomes Barranha L. Cunha, residente na Av. D. Pedro V, 12 — 5.º Esq. — 2900-546 Setúbal;

Carlos Manuel Romão Silva, residente na rua Cidade de Setúbal, 77 — 3.º Esq. — 2870 Montijo;

Cristina Isabel Caniceiro de Lemos, residente na Rua de Saragoça, 61 — 1.º — 3000-380 Coimbra;

Delfim da Costa Correia, residente na Rua Sousa Carvalho, 11 -2.º E — 4465-269 S. Mamede de Infesta;

Domingos Alberto Macedo da Silva Bento, residente em Loteamento do Monte da Pinheira — Ponte de Sor — Apartado 125 — 7400-909 Ponte de Sor;

Fernando Alberto Pinto Fernandes, residente na Rua José Galvão, 3 — 1.º Dt.º — 2745-031 Queluz;

Fernando Correia da Silva, residente na Rua Ladislau Patrício, 6 — 8.º Dt.º — 1600 Lisboa;

Fernando José da Costa Ribeiro, residente na Av. Bombeiros Voluntários, 13 — 5.º Esq.º — 1495 Algés;

Fernando José Esteves Rego, residente na Rua Daniel Rodrigues, 205 — 1.º C — 3030-257 Coimbra;

Fernando Manuel Guerreiro Coelho, residente na Av. General Humberto Delgado, Lte. 4 — Zona B — 7520 Sines;

Fernando Manuel Marques Gonçalves, residente na Urb. Est. Do Arneiro, Lte. 2 — R/C Dt.º — Arneiro — 2775 Carcavelos;

Fernando Nuno Pimentel Vasconcelos, residente na Rua Gago Coutinho, 123 — 5.º N — 3030 Coimbra;

Filomena Maria Lemos R. Catarrunas, residente na Rua Heróis da Grande Guerra, 34 — 3.º Dt.º — 2695-552 S. João da Talha;

Graça Maria Marques Loureiro Fernandes, residente em Bairro do Pinhal, Bloco B-2, n.º 10 — R/C — 7500 Vila Nova de St.º André;

Helder Lopo Guerreiro, residente em Cabeça Velhinho, Lte. 29 — 2950--309 Palmela;

Helena Maria Raimundo Monteiro Calado, residente na Rua 15, n.º 1 — 1800-326 Lisboa;

Hilário Fernandes Coutinho de Sousa, residente na Rua Luis Barroso, Edifício Álvares Cabral, 1.º F — 4760 Vila Nova de Famalicão;

João António Pereira da Silva, residente em Lugar de Castro, Lte. 3 — Tenões — 4700 Braga;

João Carlos Correia Ribeiro Ramalho, residente na Av. das Túlipas, 40 — 1.º ESq. — Miraflores — 1495-159 Algés;

João Fernando Ferrão Filipe, residente na Rua Dr. José Maria Bragança Ribeiro, 9 — Mouriz — 4580-132 Paredes;

João Manuel Caetano Serôdio, residente na Urb. da Bela Vista, Lte. 14 — 1.º Esq.º — St.ª Clara — 3040-243 Coimbra;

João Manuel Pires Martins Nunes, residente na Praceta Oliveira Feijão, 2 — 4.º Esq. — 2800 Almada;

João Manuel Sampaio, residente na Estrada de Marmelais de Cima, 6.ª — 3.º Esq. — 2300 Tomar;

João Maria Morais Monteiro, residente na Rua Professor Gil Teixeira Lopes, 84 — 4.º Esq. — 5370 Mirandela;

João Paulo Leal Araújo Alves, residente na Rua Conde de Pinhel, 19 — 2.º — 5150 Vila Nova de Foz Côa;

João Pedro da Silva Gomes, residente na Rua da Milharada, Lte. 10 — 2.º C — 2745-822 Massamá;

Joaquim Manuel Ideias Mendes, residente na Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais, 5370 Mirandela;

Joaquim Monteiro Brigas, residente em Apartado 1041 — Guarda — 6301-908 Guarda;
Jorge Bernardino Sarmento Morais, residente na Rua Guilherme Coração, 31 — 1.º Esq. — 2810-081 Feijó;
Jorge dos Santos Ferreira, residente na Av. Vítor Galho, 81-1.º, Dt.º — 2430-202 Marinha Grande;
Jorge Manuel Aguiar Moreira Mesquita, residente na Rua de S. Mamede, 628 — Serzedo — 4405-508 Vila Nova de Gaia;
Jorge Manuel da Silva Sena, residente na Rua Fundadores do Colégio -Guia — 3100-863 Pombal;
Jorge Manuel Nunes Coelho, residente na estrada da Baixa de Palmela, 152 — 2900 Setúbal;
Jorge Manuel Ramalho de Oliveira, residente na Rua S. João Bosco, 120 Hab.31. — 4100-450 Porto;
José Filipe Duarte da Silva, residente na Rua dos Juncais, 22 — Fontanelas — 2705-628 S. João das Lampas
José João Ribeiro de Azevedo, residente na Rua da Moscalva — Serra das Alhadas — 3080 Figueira da Foz;
José Joaquim Ribeiro da Costa, residente em Rondulha — Estrada da Arruda-2600 Vila Franca de Xira;
José Manuel de Carvalho Ramos, residente na Av. Dr. Porfírio da Silva, 270-2.º-Esq. 4710 Braga;
José Manuel Sevivas Martins, residente na Praceta Ferreira de Castro, 17-1.º Esq. -Águas Santas, 4425-082 Maia;
José Maria Preto, residente na Av. de Espanha, 87 — 5200 Mogadouro;
José Matias Guardado Rodrigues Silva, residente no Largo Casal Galego Lte.P3- R/C AP 280 — 3100-904 Pombal;
José Miguel Silva Rodrigues Bastos, residente na Rua Nicolau Chanterene, 392-Cave-3000-292 Coimbra;
Judite Correia Mendes Leitão Eiras Simões, residente na Rua Luís Falcão Sommer, 86-2.º-Dt.º 2330 Entroncamento;
Julieta Maria Macedo Pires Devesa e Brito, residente na Quinta do Ribeiro, Lt.25 — Frossos-4700 Braga,
Luís Alberto Santos Nunes Capelo, residente na Av. Dr. António Rodrigues Manito, 101-5.º Esq.º — 2900-068 Setúbal;
Luís Manuel Fernandes, residente na Urb. das Calçadas, 49-4.º A — Caixa Postal 1624 — Arcozelo — 4750 Barcelos;
Luísa Maria Ascensão Araújo Amaral, residente na Rua Bernardo Santareno, 17 -5.º-Esq.- 2795-036 Linda-a-Velha
Luísa Maria de Carvalho Teixeira, residente na Rua D. José C.A. de Lacerda, B 10- Entrada A-4.º-Esq.º — 5000- Vila Real;
Manuel Dias Baptista, residente em Loteamento da Mina — Bairro de St.ª Catarina — 5470 Montalegre;
Manuel Gomes Espadanal, residente na rua Tristão Vaz, 13-4.º Esq -1400-350 Lisboa;
Manuel José Branco da Silva, residente na Rua do Barqueiro n.º 14 — 2430-609 Vieira de Leiria;
Margarida Celeste Marques Pereira, residente na Trav. Júlio Dinis n.º 3-4420 Valbom;
Maria Adelaide de Azevedo P. P. Costa, residente no Largo Professor Fernando Fonseca, n.º 4-6.º-Esq.F — 2795-080 Linda-a-Velha;
Maria Antónia Monteiro Bento, residente na Rua Gonçalo Cristóvão, 356-5.º Esq. — 4000—266 Porto;
Maria Carlos de Moura Oliveira, residente na Rua 1.º de Maio 541 — 4440-892 Avintes;
Maria Celeste de Sousa Mota Carvalho, residente na Rua Dr. Ferreira Alves, 39 — Francelos — Gulpilhares — 4405-635 Vila Nova de Gaia;
Maria Cristina de Jesus Rocha Coimbra, residente na Rua Amadeu do Vale, 78 — Cacia — 3800 Aveiro;
Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa, residente na Courela Caneira, 17-3.º Dt.º — 2815-768 Sobreda da Caparica;
Maria do Carmo Parreira Gago da Silva, residente na Avenida D. João II, 48-5.º A 2910-549 Setúbal;
Maria Filomena Lopes Bernardino Biscaia Nunes Aldeias, residente na Rua Projectada à Av. Melvin Jones, Lte.2.ª — 2775-025 Parede;
Maria Filomena Sena Vidal, residente em Edificio das Lameiras, 150 — 4760 Vila Nova de Famalicão;
Maria Helena Morgado Clemente Ribeiro, residente na Rua Gago Coutinho, 1-2.º-Esq. — 2615 Alverca do Ribatejo;
Maria Isabel Dos Santos Resgate Gomes, residente na Praceta Maria Machado, 1-1.º B — Cacilhas — 2800-602 Almada;
Maria João Mendes Crisóstomo Cipriano Pereira, residente na Rua Francisco Pereira de Sousa, 9 — R/C — 1500-287 Lisboa;
Maria João Plantier Santos Cohen, residente na Rua de S. Gabriel, 12 — Alto do Lagoal — 2780-465 Oeiras;
Maria Joaquina Sargaço Garcia, residente na Rua Cidade de Leiria, 1 — 5.º Esq. Frente — 2855 Corroios;
Maria José Alves de Sá, residente na Av. Dr. Bernardo Máximo Albuquerque, 9 — R/C Esq. 3850 Albergaria-a-Velha
Maria José Pombo Silva Dias Arada Leitão, residente na Rua José Régio, 21 — 3.º Dt.º — 4445 Aguas Santas;
Maria Licínia Fernandes Dos Santos, residente na Rua 13 de Maio, Bloco D.6 — 1.º Dt.º — Bairro António Sérgio — 3020 Coimbra;
Maria Madalena Ribeiro Carrito, residente na Rua Bernardino Machado, Lte.42-3.ºEsq. 3030 Coimbra;
Maria Madalena Saraiva de Sousa Lima Moreira, residente na Rua S. João Bosco, 305- 1.º-Dt.º — 4100-451 Porto;
Moisés Ferreira Anes, residente na Rua das Sardinheiras, 17 — Várzea de Sintra — 2710 Sintra;
Paulo Jorge de Oliveira E Cruz, residente na Rua dos Cravos Vermelhos, 135 — 1.º Esq.- 2870 Montijo;
Paulo Jorge Guerra Rodrigues Valada, residente na Rua Afonso de Albuquerque, 55 — 2600-406 Alhandra;
Paulo Sérgio Correia, residente em Bairro do Vale Chorido, Lte. 45 -5300 Bragança;
Pedro Luís Magalhães Teixeira Pinto, residente na Av. Fernando Namora, 92-1.º-E- Charneca da Caparica — 2825 Monte da Caparica;
Pedro Manuel Pires Gerardo, residente na Rua Ferreira de Castro, Lte. 36/37 — C.ª Dt.ª — Bairro de Santa Apolónia — 3020 Coimbra;
Rogério de Oliveira Pinto, residente na Rua Central, 298 — Paramos — 4500-510 Espinho;
Rosa Maria Cruz Pinto Almeida Vilhena, residente na Rua Oliveira Monteiro, 591 — 4050-591 Porto;
Rui Dos Anjos Domingues Velho, residente na Urb. das Camélias, Lte.19- 2.º Esq. — 6270 Seia;
Rui Manuel Clementino Quadrado, residente na Urb. Vale da Amoreira, Edif. Paço Real — R/C F — 8000 Faro;
Silvano António Cancela, residente na Rua de S. Sebastião, 27 — 5200 Mogadouro;
Sollange Lopes de Oliveira, residente na Rua da Liberdade, 30 — Mourisca do Vouga — 3750 Águeda;
Teresa Maria Azedo Pimentel Guerra, residente na Rua de Cascais, Viv. Azevedo — 378 — 2645-037 Alcabideche;
Ulisses Quevedo Lourenço Dos Santos, residente na Rua José Afonso, 14 — Lt.40 — 1.º A — 2625 Póvoa de Santa Iria;
Virgílio Manuel Dos Sanches Alves, residente na Praceta Ivone Silva, 3 — 4.º Dt.º — Bons Dias — 2675 Odivelas;
Virgínia Maria Leão Garcia, residente em Monte Rego — Sta. Cristina do Couto — 4780 Sto. Tirso;
Vítor Manuel Marques Farinha, residente na rua José Relvas, 30 — 2.º Esq. — 1900-283 Lisboa;
Vítor Manuel Ventura Cardoso Rosa, residente na Rua do Zambeze, 214 — 1.º Esq. — Porto.

12 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Azevedo.*

Despacho n.º 1111/2009

Considerando que a licenciada Nídia Maria Guimarães Carvalho d' Ascenção Rocha, inspectora da carreira técnica superior de inspecção da educação do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Educação, tendo deixado de exercer funções dirigentes no cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Condições de Trabalho do Pessoal Docente da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, reúne as condições necessárias para acesso à categoria de inspectora superior e requereu o acesso ao respectivo lugar.

Considerando o disposto no artigo 29.º e nos n.os 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Nídia Maria Guimarães Carvalho d'Ascenção Rocha na categoria de inspectora superior da carreira técnica superior de inspecção da educação, com efeitos a 13 de Outubro de 2008.

22 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Azevedo.*

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Secretaria-Geral

Declaração de rectificação n.º 78/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho Normativo n.º 58/2008, inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 216, de 6 de Novembro de 2008, rectifica-se que:

Onde se lê no n.º 1 do artigo 10.º:

«1 — (…): *a*) Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional (CEDER); *b*) Outras que venham a ser criadas para apoio à prossecução dos objectivos do Instituto»,

deve ler-se:

«1 — (…):

a) Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional (CEDER);
b) Outras que venham a ser criadas para apoio à prossecução dos objectivos do Instituto.».

Onde se lê no artigo 35.º:

«1 — (…):
a) (…);
b) (…);
c) (…);
d) (…);
e) (…);
f) (…).

1 — (…):

a) (…);
b) (…);
c) (…);
d) (…);
e) (…);
f) (…);
g) (…).

2 — (…).»,

deve ler-se:

«1 — (…):

a) (…);
b) (…);
c) (…);
d) (…);
e) (…);
f) (…).

2 — (…):

a) (…);
b) (…);
c) (…);
d) (…);
e) (…);
f) (…);
g) (…).

3 — (…).».

Onde se lê no artigo 55.º:

«1 — (…).
2 — (…):

i) (…);
ii) (…);
iii) (…).;
iv) (…).

1 — (…).
2 — (…).
3 — (…).
4 — (…).
5 — (…).
6 — (…).»

deve ler-se:

«1 — (…).
2 — (…):

i) (…);
ii) (…);
iii) (…).;
iv) (…).

3 — (…).
4 — (…).
5 — (…).
6 — (…).
7 — (…).
8 — (…).

Onde se lê no artigo 62.º:

«Às Unidades Técnico -Científicas, nos domínios que lhe são próprios e sem prejuízo da articulação com os órgãos de gestão da Escola, compete, designadamente:

a) Propor políticas a prosseguir no âmbito da formação, da investigação e da prestação de serviços à comunidade:
a) Elaborar um regulamento próprio que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos seus membros;
b) Propor a criação, extinção e reestruturação de cursos no seu âmbito de formação;
c) Propor a contratação de docentes nos domínios que lhe são próprios, de acordo com as necessidades da Escola;
d) Assegurar a avaliação e execução das actividades necessárias ao desenvolvimento e implementação dos cursos, bem como de outras actividades e programas de formação sob a sua responsabilidade;
e) Propor, no âmbito do Conselho Técnico -Científico, critérios de distribuição do serviço docente;
f) Dar parecer sobre dispensas de serviço docente;
g) Exercer outras funções que lhe venham a ser atribuídas pelos estatutos das Escolas.

2 — Os membros das Unidades Técnico -Científicas não podem pronunciar -se sobre assuntos referentes:

a) A actos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua;
b) A concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para serem opositores.»,

deve ler-se:

«1- Às Unidades Técnico -Científicas, nos domínios que lhe são próprios e sem prejuízo da articulação com os órgãos de gestão da Escola, compete, designadamente:

a) Propor políticas a prosseguir no âmbito da formação, da investigação e da prestação de serviços à comunidade:
b) Elaborar um regulamento próprio que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos seus membros;
c) Propor a criação, extinção e reestruturação de cursos no seu âmbito de formação;
d) Propor a contratação de docentes nos domínios que lhe são próprios, de acordo com as necessidades da Escola;
e) Assegurar a avaliação e execução das actividades necessárias ao desenvolvimento e implementação dos cursos, bem como de outras actividades e programas de formação sob a sua responsabilidade;
f) Propor, no âmbito do Conselho Técnico -Científico, critérios de distribuição do serviço docente;
g) Dar parecer sobre dispensas de serviço docente;
h) Exercer outras funções que lhe venham a ser atribuídas pelos estatutos das Escolas.

2 — (…)»;

Onde se lê no artigo 77.º «1 — (…): *a*) Pelo Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, no caso dos funcionários e agentes públicos; *b*) Pelo Código do Trabalho e pela lei do regime jurídico do contrato de trabalho da Administração Pública, no caso do pessoal sujeito a contrato individual de trabalho.», deve ler-se:

«1 — (…):

a) Pelo Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, no caso dos funcionários e agentes públicos;
b) Pelo Código do Trabalho e pela lei do regime jurídico do contrato de trabalho da Administração Pública, no caso do pessoal sujeito a contrato individual de trabalho.».

onde se lê no n.º 4 do artigo 90.º «(...) *prazo previsto no artigo 20.º* (...)» deve ler-se «(...) *prazo previsto no n.º 5 do artigo 20.º*(...)».

22 de Dezembro de 2008. — O Secretário-Geral, *António Raul da Costa Torres Capaz Coelho.*

Direcção-Geral do Ensino Superior

Despacho n.º 1112/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Automação, Robótica e Controlo Industrial, proposto a 29 de Fevereiro de 2008 pela Fundação Minerva — Cultura, Ensino e Investigação Científica, entidade instituidora da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, para ser ministrado nessa Universidade, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 30 de Junho de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

30 de Setembro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:

Fundação Minerva — Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Automação, Robótica e Controlo Industrial.

3 — Área de formação em que se insere:

523 — Electrónica e Automação.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O Técnico Especialista em Automação, Robótica e Controlo Industrial é o profissional que, de forma autónoma ou integrado numa equipa, concebe, programa, planeia e coordena as actividades de produção, equipamentos e pessoas, recorrendo a sistemas de fabrico assistido por computador, tendo em vista a optimização da quantidade e qualidade da produção.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Instalar, programar e colocar em funcionamento equipamentos e sistemas de automação, instrumentação, robótica e controlo industrial;

Efectuar a gestão da manutenção de equipamentos e sistemas de automação, instrumentação, robótica e controlo industrial;

Colaborar no planeamento, coordenação e controlo da produção;

Dar formação a outros colaboradores da empresa, nomeadamente aos utilizadores dos equipamentos, aos técnicos de electrónica e aos técnicos de manutenção;

Preencher documentação técnica e elaborar relatórios técnicos relativos à actividade desenvolvida.

6 — Plano de Formação:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Higiene e Segurança	Higiene e Segurança no Trabalho	40	22	1,5	
	Organização e Gestão	Gestão de Projectos	40	22	1,5	
	Organização e Gestão	Organização e Gestão da Manutenção	40	22	1,5	
	Línguas e Comunicação	Inglês	74	40	2,5	
	Línguas e Comunicação	Técnicas de Expressão Oral e Escrita	40	22	1,5	
	Organização e Gestão	Introdução à Economia e Gestão	40	22	1,5	
Tecnológica	Electrónica e Automação	Algoritmia e Programação	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Electrónica Industrial	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Máquinas Eléctricas	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Hidráulica e Pneumática	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Sistemas Digitais	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Automação Industrial	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Electricidade e Circuitos Eléctricos	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Controlo Industrial	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Introdução ao CIM	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Robótica	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Microcontroladores	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Instrumentação Medidas	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Domótica	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Projecto — Análise Técnico-económica	82	48	3	
	Electrónica e Automação	Projecto — Implementação e Optimização	190	112	8	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	400	400	15	
	Total		2012	1334	75	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previsto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Para o ingresso no CET é necessário ser titular de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente. Caso não sejam cumpridos estes requisitos o candidato terá de realizar parte ou a totalidade do seguinte conjunto de unidades de formação: Aplicações Informáticas; Matemática; Português; Física; Formação Cívica; Filosofia.

8 — Número de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 15;
Na inscrição em simultâneo no curso — 30.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Informática	Aplicações Informáticas	82	48	3	
	Matemática	Matemática	82	48	3	
	Línguas	Português	82	48	3	
	Física	Física	82	48	3	
	Formação Geral	Formação Cívica	82	48	3	
	Formação Geral	Filosofia	82	48	3	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1113/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sociocultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências;

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º;

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Contabilidade e Empreendedorismo Organizacional, proposto a 15 de Fevereiro de 2007 pela Direcção da Maiêutica — Cooperativa de Ensino Superior, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior da Maia, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2007-2008, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 28 de Julho de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1 — Instituição de formação: Maiêutica — Instituto Superior da Maia.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica: Contabilidade e Empreendedorismo Organizacional.

3 — Área de formação em que se insere: 344 — Contabilidade e fiscalidade.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico de contabilidade e empreendedorismo organizacional é o profissional que de forma autónoma ou integrado numa equipa, prepara, executa, analisa e avalia a informação contabilística, financeira e fiscal, de acordo com os normativos vigentes. Simultaneamente, tem capacidade para manusear ferramentas informáticas e outras tecnologias de apoio contabilístico, e o conhecimento das mais modernas técnicas e práticas administrativas.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Intervir na execução de todo o processo documental, fiscal e contabilístico de criação de empresas;

Preparar, organizar e participar na análise da informação financeira, orçamental, analítica e fiscal;

Cooperar com o chefe de contabilidade e ou Técnico Oficial de Contas na classificação, registo e conferência de documentos;

Utilizar eficazmente sistemas informáticos de informação financeira e ou contabilística;

Planificar e colaborar na execução da contabilidade de gestão;

Aplicar técnicas e métodos de organização nos vários domínios institucionais;

Participar periodicamente na preparação de análises da situação económica e financeira da empresa;

Cumprir as responsabilidades profissionais de acordo com a ética e deontologia profissional.

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e literatura materna	Comunicar em Língua Portuguesa	75	63	3	
	Economia	Cultura Económica e Social	50	45	2	
	Ciências sociais e do comportamento	Comportamento Humano nas Organizações	50	45	2	
Tecnológica	Contabilidade e fiscalidade	Contabilidade financeira	250	183	10	
		Contabilidade analítica e de gestão	200	131	8	
		Finanças empresariais	150	109	6	
		Projecto Profissional — simulação empresarial.	175	120	7	
	Gestão e administração	Gestão organizacional e técnicas administrativas.	150	109	6	
		Empreendedorismo organizacional	150	109	6	

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
	Direito	Direito empresarial, comercial e fiscal	125	86	5	
	Filosofia e ética	Ética e deontologia profissional	25	20	1	
Em Contexto de Trabalho	Contabilidade e fiscalidade	Estágio	600	600	24	
	Total		2000	1620	80	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006: Português; Inglês; Matemática; Organização Política de Portugal e da União Europeia; Informática.

8 — Número de formandos:

Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 75;
Na inscrição em simultâneo no curso — 150.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e Literatura Materna	Português	75	54	3	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês	75	54	3	
	Matemática	Matemática	75	54	3	
	Ciência Política e Cidadania	Organização Política de Portugal e da União Europeia.	75	54	3	
Tecnológica	Ciências Informáticas	Informática	75	54	3	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 1114/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Gestão de Turismo, proposto a 27 de Maio de 2008 pelo ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, Lda., entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2009/2010, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 22 de Setembro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1. Instituição de formação: Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém.

2. Denominação do curso de especialização tecnológica: Gestão de Turismo.

3. Área de formação em que se insere: 812 — Turismo e Lazer.

4. Perfil profissional que visa preparar:

O Técnico Especialista de Gestão de Turismo é o profissional qualificado para o desempenho de funções técnicas especializadas nos domínios do *Marketing* Turístico, das Operações de Agência de Viagens (incluindo os transportes turísticos) e dos Eventos e Incentivos em empresas do sector, desenvolvendo, promovendo e comercializando serviços e produtos turísticos diversificados.

5. Referencial de competências a adquirir:

Realizar estudos de prospecção, analisar segmentos de mercado de empresas turísticas e definir públicos-alvo;

Definir, implementar e avaliar o plano de marketing da empresa;

Colaborar na elaboração, implementação e orçamentação do plano de vendas de uma empresa;

Conceber produtos e serviços turísticos e promover a sua venda junto de clientes individuais e de organizações;

Proceder às diligências necessárias de forma a assegurar toda a documentação relativa a serviços turísticos solicitados e procurar solucionar problemas e reclamações dos clientes;

Definir metodologias, organizar e controlar a realização de eventos, conferências, programas de animação e programas especiais para grupos;

Conceber e promover programas especiais de incentivos para organizações ("*packages*" e à medida);

Proceder à organização administrativa da empresa, planeando e organizando as suas actividades;

Identificar, recolher, tratar, armazenar e veicular informação no seio da empresa.

6 — Plano de Formação

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e Literatura Moderna	Linguagem e Comunicação	74	60	3	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês aplicado ao turismo	63	45	2,5	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras	2.ª Língua Estrangeira	63	45	2,5	
Tecnológica	Turismo e Lazer	Turismo e as suas tipologias	50	35	2	
	Gestão e Administração	Introdução à Gestão de Organizações turísticas	75	50	3	
	Direito	Legislação Aplicada ao Turismo	75	50	3	
	Turismo e Lazer	Itinerários Turísticos	175	125	7	
	Marketing e Publicidade	Marketing, Publicidade e Relações Públicas	75	50	3	
	Turismo e Lazer	Técnicas de Operadores Turísticos e Sistemas de Reserva	175	125	7	
	Matemática e Estatística	Análise e Tratamento de dados	75	60	3	
	Hotelaria e Restauração	Hotelaria e Restauração	175	125	7	
	Turismo e Lazer	Organização de Eventos e Animação Turística	75	50	3	
	Segurança e Higiene do Trabalho	Introdução à Saúde, Segurança e Higiene do Trabalho. Sistemas de Segurança Alimentar	100	75	4	
	Turismo e Lazer	Projecto de Concepção	150	125	6	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	600	24	
		Total	2000	1620	80	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7. As condições de acesso são as constantes do n.º 1 do artigo 7.º, exceptuando os candidatos com as habilitações previstas na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma legal.

8. Número de formandos:

N.º máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 20

Na inscrição em simultâneo no curso — 40

Despacho n.º 1115/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Gerontologia proposto em 5 de Maio de 2008, pelo Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., entidade instituidora da Escola Superior de Educação Jean Piaget/Nordeste, para ser ministrado nessa Escola, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 7 de Outubro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1 — Instituição de formação:

Instituto Piaget — Escola Superior de Educação Jean Piaget/Nordeste

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Técnicas de Gerontologia

3 — Área de formação em que se insere:

762 — Trabalho Social e Orientação

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico especialista de gerontologia é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, actua e intervém em centros de dia, lares ou residências de terceira idade, redes e sistemas de apoio domiciliário criados como resposta para a realidade do envelhecimento demográfico da nossa população.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Colaborar na gestão de centros de dia, lares ou residências de terceira idade, redes e sistemas de apoio domiciliário;

Saber organizar espaços, construir um sistema administrativo e fazer planeamento;
Gerir o tempo, recursos humanos e também os recursos materiais e financeiros;
Saber prestar acompanhamento e cuidados psicossociais a idosos;
Ter conhecimentos sobre o desenvolvimento do ser humano ao longo do ciclo vital, com ênfase na etapa da velhice;
Ter conhecimentos sobre aspectos que facilitam um envelhecimento bem sucedido;
Conceber e aplicar programas de estimulação cognitiva e desenvolvimento do Eu;
Saber dar apoio psicossocial.

6 — Plano de Formação

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Ciências Sociais e do Comportamento.	Comportamento Humano nas Organizações	50	45	2	
	Língua e Literatura Materna	Comunicar em Língua Portuguesa	75	63	3	
	Economia	Cultura Económica e Social	50	45	2	
Tecnológica	Direito	Direito Aplicado à Segurança Social	150	109	6	
	Segurança e Higiene no Trabalho.	Higiene e Segurança em Instituições de Apoio a Idosos.	75	70	3	
	Gestão e Administração	Organização e Aplicação de Técnicas de Gestão de Recursos Humanos.	200	120	8	
	Desporto	Organização e Gestão de Actividades Físicas na Velhice.	125	86	5	
	Enfermagem	Cuidados Continuados e Paliativos	125	86	5	
	Ciências Sociais e do Comportamento.	Técnicas e Estratégias de Atendimento	75	70	3	
	Trabalho Social e Orientação	Animação Social e Estratégias de Intervenção para um Envelhecimento Bem Sucedido.	125	86	5	
	Trabalho Social e Orientação	Desenvolvimento Humano e Velhice	175	120	7	
	Saúde	Dor, Sofrimento e Situações Clínicas da Velhice	175	120	7	
Em Contexto de Trabalho	Trabalho Social e Orientação	Estágio Curricular	600	600	24	
	Total		2000	1620	80	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Português; Inglês; Matemática; Informática; Organização Política de Portugal e da União Europeia;

8 — Número de formandos:

N.º máximo de formandos
Em cada admissão de novos formandos — 21
Na inscrição em simultâneo no curso — 42

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e Literatura Materna	Português	75	54	3	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras.	Inglês	75	54	3	
	Matemática	Matemática	75	54	3	
	Informática	Informática	75	54	3	
	Ciência Política e Cidadania	Organização Política de Portugal e da União Europeia.	75	54	3	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1116/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos, proposto a 27 de Maio de 2008 pelo ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2009/2010, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 24 de Setembro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação: Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica: Gestão de Redes e Sistemas Informáticos.

3 — Área de formação em que se insere: 481 — Ciências Informáticas.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O Técnico Especialista em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos é o profissional que efectua, de forma autónoma ou sob orientação, a instalação e manutenção de redes e sistemas informáticos de apoio às diferentes áreas de gestão da organização, podendo assegurar a gestão e o funcionamento dos equipamentos informáticos e respectivas redes de comunicações**.**

5 — Referencial de competências a adquirir:

Planear e projectar redes de comunicação, de acordo com as necessidades da organização e reflectindo preocupações com a ergonomia e com a segurança;

Instalar e configurar redes de comunicação, ao nível da infra-estrutura de cablagem, do sistema operativo, do equipamento e dos serviços, utilizando os procedimentos adequados, com vista a assegurar o correcto funcionamento das mesmas;

Gerir e manter redes de comunicação, sistemas, serviços e servidores, de forma segura, eficiente e fiável, com o objectivo de optimizar o funcionamento dos mesmos;

Participar no projecto de um ambiente de trabalho seguro para redes empresariais;

Planear, instalar, configurar, administrar e dar suporte a um sistema de bases de dados estruturadas;

Instalar, configurar e administrar plataformas de correio electrónico (e-mail) e serviços *Web*.

6 — Plano de Formação:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e Literatura Materna	Língua Portuguesa	65	50	2	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras.	Inglês	65	50	3	
	Matemática e Estatística	Matemática	70	50	3	
Tecnológica	Informática	História da informática	30	25	1	
	Informática	Arquitectura de *hardware*	30	25	1	
	Informática	Montagem de *hardware*	30	25	1	
	Informática	Detecção de avarias	35	25	1	
	Ciências Informáticas	*Hardware* e redes de computadores	80	70	3	
	Ciências Informáticas	Redes de Computadores (avançado)	85	70	3	
	Ciências Informáticas	Avaliação das necessidades de rede numa organização.	40	25	1	
	Ciências Informáticas	Instalação e configuração de redes locais	70	50	2	
	Ciências Informáticas	Arquitectura cliente-servidor	35	25	1	
	Ciências Informáticas	Serviços de rede	50	35	2	
	Ciências Informáticas	Servidor de dados	50	25	2	
	Ciências Informáticas	Configuração avançada de sistemas operativos servidores.	50	25	2	
	Ciências Informáticas	Políticas de segurança	55	35	2	
	Ciências Informáticas	Servidor de correio electrónico	30	25	1	
	Ciências Informáticas	Configuração de serviços num servidor linux	50	35	2	
	Ciências Informáticas	Introdução aos sistemas operativos	40	25	1	
	Ciências Informáticas	Sistema operativo cliente (plataforma proprietária).	35	25	1	
	Ciências Informáticas	Sistema operativo servidor (plataforma proprietária).	35	25	2	
	Ciências Informáticas	Sistemas operativo servidor *open source*	45	25	2	
	Ciências Informáticas	Sistemas operativos *open source*	35	25	2	
	Ciências Informáticas	Gestão e manipulação avançada de aplicações de processamento de texto.	35	25	1	
	Ciências Informáticas	Gestão e manipulação avançada de aplicações informáticas em folha de cálculo.	40	25	1	
	Ciências Informáticas	Primeiros conceitos de programação e algoritmia e estruturas de controlo nu programa informático.	40	25	1	
	Ciências Informáticas	Programação estruturada e tipos de dados	35	25	2	
	Ciências Informáticas	Programação orientada a objectos — introdução.	35	25	2	
	Ciências Informáticas	Estrutura de dados estatística, composta e dinâmica.	40	25	2	

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
	Ciências Informáticas.	Análise de sistemas e estruturação de bases de dados.	40	25	2	
	Ciências Informáticas.	Criação de estrutura de base de dados em SQL	40	25	2	
	Ciências Informáticas.	Programação em SQL	40	25	2	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	600	24	
		Total	2065	1620	80	

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — As condições de acesso são as constantes do n.º 1 do artigo 7.º, exceptuando os candidatos com as habilitações previstas na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma legal.
8 — Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 20;
Na inscrição em simultâneo no curso — 40.

Despacho n.º 1117/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Desenvolvimento de Produtos Multimédia, aprovado em 22 de Fevereiro de 2007, pelo conselho científico da Escola Superior de Gestão de Santarém do Instituto Politécnico de Santarém, ministrado nessa Escola, com início no ano lectivo 2007-2008, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 7 de Fevereiro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1 — Instituição de formação:
Instituto Politécnico de Santarém — Escola Superior de Gestão de Santarém
2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:
Desenvolvimento de Produtos Multimédia
3 — Área de formação em que se insere:
481 — Ciências Informáticas
4 — Perfil profissional que visa preparar:
O técnico de desenvolvimento de produtos multimédia é o profissional que, de forma autónoma ou integrado numa equipa, concebe, planeia e desenvolve soluções de informação e de comunicação recorrendo a tecnologias multimédia.
5 — Referencial de competências a adquirir:
Proceder à concepção técnica e ao planeamento de projectos de sistemas e produtos multimédia com vista ao desenvolvimento de soluções de informação e comunicação;
Aplicar as ferramentas e tecnologias *standard* de desenvolvimento de componentes multimédia;
Conceber e executar ecrãs em 2D e 3D utilizando ferramentas informáticas;
Digitalizar e tratar sons, imagens e vídeos utilizando programas específicos;
Programar aplicações multimédia utilizando ferramentas de autor;
Integrar componentes multimédia previamente concebidos;
Desenvolver aplicações multimédia para a Internet;
Enunciar e aplicar os aspectos legais das publicações electrónicas, incluindo jurisdição, direito de cópia, patentes e marcas registadas;
Descrever e aplicar as estratégias e os objectos de *marketing* digital.
6 — Plano de Formação.

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Ciências Sociais e Humanas . . .	Inglês Técnico	54	40	2	
	Ciências Sociais e Humanas . . .	Sociologia do Ciberespaço.	39	28	1,5	
	Ciências Jurídicas.	Direito Informático	52	36	2	
	Marketing.	Empreendedorismo na Web	39	28	1,5	
Tecnológica	Marketing.	Web Marketing.	88	52	3,5	
	Informática.	Tecnologias Web	102	60	4	
	Informática.	Edição Gráfica	139	80	5,5	
	Informática.	Programação no Cliente.	137	76	5,5	
	Informática.	Tecnologias de Apresentação. . . .	111	60	4,5	
	Informática.	Edição de Áudio e Vídeo	89	52	3,5	
	Informática.	Base de Dados	102	60	4	
	Informática.	Web Design	152	80	6	
	Informática.	Programação no Servidor.	137	76	5,5	
	Informática.	Autoria Multimédia	148	76	6	
	Informática.	Projecto de Web Design.	125	76	5	

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Em Contexto de Trabalho . . .		Estágio	400	400	16	
		Total	1 914	1 280	76	

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/2006:
Português; Inglês; Matemática; Economia; Informática
8 — Número de formandos:

Número máximo de formandos	
Em cada admissão de novos formandos	25
Na inscrição em simultâneo no curso	50

9 — Plano de formação adicional

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Línguas.	Português	100	70	4	
	Línguas.	Inglês	100	70	4	
	Matemática.	Matemática.	130	70	5	
	Economia	Economia	100	60	4	
Tecnológica	Informática.	Informática.	100	80	4	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 1118/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sociocultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.
Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.
Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º
Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;
Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;
Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:
Determino:
1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas e Gestão de Turismo, aprovado a 7 de Outubro de 2007 pela Reitora da Universidade de Aveiro, ministrado nessa Universidade, com início no ano lectivo de 2008-2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.
2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 9 de Outubro de 2008.
3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

Instituição de formação — Universidade de Aveiro
Denominação do curso de especialização tecnológica — Técnicas e Gestão de Turismo.
Área de formação em que se insere — 812 — Turismo e Lazer.
Perfil profissional que visa preparar:
O técnico de turismo é o profissional qualificado para o desempenho de funções técnicas e de chefia especializadas nos domínios da promoção turística, das operações de agências de viagens (incluindo os transportes turísticos) e dos congressos e incentivos em empresas e organismos do sector, estando habilitado a desenvolver, promover e comercializar serviços e produtos turísticos diversificados, recorrendo a métodos e a técnicas inovadoras de *marketing* de promoção e de vendas.
Referencial de competências a adquirir:
Definir e implementar a política de promoção da empresa, relativa a produtos e serviços, preços, distribuição, promoção, publicidade e venda;
Conceber produtos e serviços turísticos para venda;
Coordenar e executar os serviços de promoção e venda de produtos e serviços turísticos em agências de viagens e empresas de transporte turístico;
Definir e implementar metodologias de organização de eventos especiais, como congressos, seminários, exposições, feiras, mostras e outros;
Conceber, promover e executar a venda de programas especiais de incentivos.
6 — Plano de Formação

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Ciências Sociais e do Comportamento.	Técnicas de Expressão Oral e Escrita	108	60	4	

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
	Matemática e Estatística	Métodos Quantitativos	108	69	4	
Tecnológica	Humanidades	Inglês Técnico	108	60	4	
	Humanidades	2.ª Língua Estrangeira (Francês ou Alemão)	108	60	4	
	Humanidades	História de Arte	81	45	3	
	Humanidades	Geografia do Turismo	108	60	4	
	Ciências Empresariais	Gestão das Organizações	81	45	3	
	Ciências Empresariais	Marketing de Serviços	108	60	4	
	Ciências Empresariais	Higiene e Segurança no Trabalho	54	30	2	
	Ciências Empresariais	Prática Profissional de Operações Turísticas	351	161	13	
	Ciências Empresariais	Animação e Itinerários Turísticos	162	90	6	
	Ciências Empresariais	Legislação do Turismo	54	30	2	
	Ciências Empresariais	Sistemas de Informação Contabilística e Financeira	54	30	2	
	Informática	Gestão e Divulgação de Conteúdos On-Line	135	60	5	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	540	540	20	
	Total		2160	1400	80	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previsto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Português; Matemática; Inglês; Geografia; Filosofia; Tecnologias da Informação e Comunicação

Número de formandos:

N.º máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 23.

Na inscrição em simultâneo no curso — 36.

Plano de formação adicional

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Humanidades	Português	135	70	5	
	Matemática e Estatística	Matemática	135	70	5	
	Humanidades	Inglês	135	70	5	
	Humanidades	Geografia	135	70	5	
	Humanidades	Filosofia	135	70	5	
Tecnológica	Informática	Tecnologias de Informação e Comunicação	135	70	5	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1119/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Tecnologia Alimentar, proposto em 5 de Maio de 2008, pelo Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., entidade instituidora do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Mirandela, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 24 de Setembro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:

Instituto Piaget — Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Mirandela.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Tecnologia Alimentar.

3 — Área de formação em que se insere:

541 — Indústrias Alimentares.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico especialista de controlo do processo produtivo alimentar é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, garante o controlo da produção e a implementação de normas de sistemas de qualidade, segurança alimentar e industrial, fazendo a ligação entre a produção e as exigências ao nível da qualidade e segurança dos produtos alimentares.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Analisar as características dos produtos e materiais, através da realização de ensaios, testes ou análises;
Planear, acompanhar e controlar a produção;
Aplicar balanços mássicos e energéticos a peças de equipamento e processos;
Intervir na gestão da manutenção do equipamento;
Operar com autoclaves, pasteurizadores, congeladores, secadores, evaporadores e centrífugas;
Implementar regras de higiene e segurança industrial e alimentar;
Colaborar na concepção e desenvolvimento de novos produtos e processos;
Executar o controlo estatístico do processo;
Colaborar no processo de certificação da empresa;
Elaborar e analisar os relatórios técnicos de controlo de qualidade.

6 — Plano de Formação:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Matemática	Matemática Básica	75	62	3	
	Desenvolvimento Pessoal	Técnicas de Comunicação	37	26	1,5	
	Informática na Óptica do Utilizador	Tecnologias de Informação e Comunicação	37	26	1,5	
	Segurança e Higiene no Trabalho	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)	37	26	1,5	
Tecnológica	Indústrias Alimentares	Laboratórios integrados em vinhos e outras bebidas alcoólicas.	238	185	9,5	
	Indústrias Alimentares	Laboratórios integrados em lacticínios	238	185	9,5	
	Indústrias Alimentares	Laboratórios integrados em transformação de carnes e pescado.	238	185	9,5	
	Tecnologia dos processos Químicos	Condução e Manutenção de Equipamentos	50	40	2	
	Indústrias Alimentares	Projecto de Tecnologia	200	195	8	
Em Contexto de Trabalho	Indústrias Alimentares	Estágio Curricular	600	600	24	
	Total		1 750	1 530	70	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Matemática; Química; Biologia

8 — Número de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 25;
Na inscrição em simultâneo no curso — 50.

9 — Plano de formação adicional

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Matemática	Matemática	150	100	6	
	Química	Química	150	100	6	
	Biologia e Bioquímica	Biologia	150	100	6	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1120/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sociocultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências;

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º;

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Gestão Comercial, proposto a 15 de Fevereiro de 2007 pela Direcção da Maiêutica — Cooperativa de Ensino Superior, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior da Maia, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2007-2008, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 28 de Julho de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação: Maiêutica — Instituto Superior da Maia.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica: Gestão Comercial.

3 — Área de formação em que se insere: 345 — Gestão e Administração.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico de gestão comercial é o profissional que, de forma autónoma ou integrado numa equipa, dominando as técnicas adequadas e as melhores práticas, planifica, organiza, coordena e controla as diferentes actividades comerciais de uma empresa.

Desenvolver acções comerciais empreendedoras, com carácter inovador, criativo e dinâmico;

Desenvolver estudos de mercado. Estudar os produtos e ou serviços da empresa, caracterizar o tipo de clientes e recolher informação sobre a concorrência e o mercado em geral, de forma a responder adequadamente às necessidades, satisfação e fidelização dos clientes, recorrendo a diversas fontes de informação;

Analisar tendências e perspectivas de evolução da procura;

Conceber uma política de sortido adequada às necessidades da procura baseada nas informações de mercado;

Organizar e gerir a força de vendas: definir objectivos, estrutura e dimensão da força de vendas. Gerir questões de recrutamento e selecção, formação, motivação, planeamento e controlo;

Conceber a gestão, organização e animação do ponto de venda;

Aplicar as novas tecnologias às actividades de gestão comercial. Desenvolver uma estratégia de comércio electrónico e acompanhar os seus resultados;

Proceder ao controlo das operações, detecção de desvios decorrentes da actividade e sua correcção, se necessário.

5 — Referencial de competências a adquirir:

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Inglês	Inglês Técnico	98	90	3,5	
	Português	Expressão Oral e Escrita	70	60	2,5	
Tecnológica	Matemática	Estatística Aplicada	70	60	2,5	
	Informática	Comércio Electrónico	70	50	2,5	
		Tecnologias da Informação e Comunicação	70	60	2,5	
	Direito	Direito dos Mercados	98	90	3,5	
	Economia	Economia	98	90	3,5	
	Gestão	Organização e Gestão	70	60	2,5	
		Relações Interpessoais nas Organizações	70	60	2,5	
		Marketing	140	100	5	
		Gestão Comercial	84	60	3	
		Comunicação de Marketing	84	60	3	
		Técnicas de Negociação e Venda	84	60	3	
		Estudos de Mercado	56	50	2	
		Gestão da Força de Vendas	56	50	2	
Em Contexto de Trabalho	Gestão e administração	Estágio	532	532	19	
	Total		1750	1532	62,5	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006: Português; Inglês; Matemática; Organização Política de Portugal e da União Europeia; Informática.

8 — Número de formandos:

Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 41;
Na inscrição em simultâneo no curso — 82.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e Literatura Materna	Português	75	54	3	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês	75	54	3	
	Matemática	Matemática	75	54	3	
	Ciência Política e Cidadania	Organização Política de Portugal e da União Europeia.	75	54	3	

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Tecnológica	Ciências Informáticas	Informática	75	54	3	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 1121/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Banca e Seguros, proposto a 27 de Maio de 2008 pelo ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2009/2010, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 24 de Setembro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1 — Instituição de formação: Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica: Banca e Seguros.

3 — Área de formação em que se insere: 343 — Finanças, Banca e Seguros.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O Técnico Especialista em Banca e Seguros é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, acompanha e desenvolve a carteira de clientes da instituição, intervindo na área comercial através da promoção dos produtos de forma a captar novos clientes e fidelizar e acompanhar, de forma personalizada, os clientes actuais.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Pesquisar, recolher, tratar e analisar informação relevante para o desempenho da sua actividade, nomeadamente sobre os produtos disponibilizados pela sua empresa e pelas empresas concorrentes e sobre a evolução dos mercados a nível nacional e internacional;

Colaborar activamente na gestão económica e financeira da empresa;

Intervir na área comercial, nomeadamente na gestão comercial e ou na acção directa das vendas, através da promoção de produtos, utilizando os melhores canais de comunicação e distribuição;

Participar na gestão da carteira de clientes;

Apoiar as decisões de definição de estratégias e produtos a adoptar pela instituição bancária ou pela empresa de seguros, dando informações sobre a aderência dos clientes aos vários produtos/serviços, sugerindo alterações aos produtos/serviços existentes ou propondo novos produtos/serviços.

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Língua inglesa aplicada às práticas administrativas.	35	25	1	
	Línguas e Literaturas estrangeiras	Língua inglesa aplicada à banca e seguros	70	50	3	
	Língua e literatura materna	Técnicas de comunicação	35	25	2	
	Segurança no trabalho	Segurança e saúde no trabalho	60	50	2	
Tecnológica	Matemática e estatística	Complementos de estatística	70	50	2	
	Direito	Direito das instituições financeiras	60	50	2	
	Economia	Economia europeia	60	50	1	
	Contabilidade e Fiscalidade	Fiscalidade de instituições financeiras	65	45	2	
	Informática	Informática de gestão	60	50	2	
	Marketing e Publicidade	Marketing e produtos financeiros	65	50	2	
	Finanças, Banca e Seguros	Moeda e instituições financeiras	65	50	3	
	Finanças, Banca e Seguros	Teoria de seguros	60	50	2	
	Gestão e Administração	Análise financeira	70	50	2	
	Finanças, Banca e Seguros	Cálculo financeiro — princípios	35	25	1	
	Finanças, Banca e Seguros	Cálculo actuarial	75	50	4	
	Gestão e Administração	Controlo de gestão	35	25	1	
	Finanças, Banca e Seguros	Finanças empresariais	70	50	2	
	Gestão e Administração	Gestão da tesouraria	65	50	2	
	Finanças, Banca e Seguros	Mercados Financeiros	75	50	4	
	Finanças, Banca e Seguros	Operações bancárias	70	50	4	

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
	Finanças, Banca e Seguros	Gestão bancária	45	25	3	
	Finanças, Banca e Seguros	Operações e gestão de seguros — gestão do risco.	75	50	4	
	Finanças, Banca e Seguros	Operações e gestão de seguros — mercado	40	25	3	
	Finanças, Banca e Seguros	Planos e fundos de pensões	40	25	2	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	600	24	
		Total	2000	1620	80	

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — As condições de acesso são as constantes do n.º 1 do artigo 7.º, exceptuando os candidatos com as habilitações previstas na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma legal.
8 — Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 20;
Na inscrição em simultâneo no curso — 40.

Despacho n.º 1122/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Desenvolvimento de Produtos Multimédia, proposto a 27 de Maio de 2008 pelo ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, Lda., entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo de 2009-2010, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 24 de Setembro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação — Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica — Desenvolvimento de Produtos Multimédia.

3 — Área de formação em que se insere — 481 — Ciências Informáticas.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico especialista em Desenvolvimento de Produtos Multimédia é o profissional que, de forma autónoma ou integrado numa equipa, concebe, planeia e desenvolve soluções de informação e comunicação recorrendo a tecnologia multimédia.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Proceder à concepção técnica e ao planeamento de projectos de sistemas e produtos multimédia com vista ao desenvolvimento de soluções de informação e comunicação;

Aplicar as ferramentas e tecnologias *standard* de desenvolvimento de componentes multimédia;

Conceber e executar ecrãs em 2D e 3D utilizando ferramentas informáticas;

Digitalizar e tratar sons, imagens e vídeos utilizando programas específicos;

Programar aplicações multimédia utilizando ferramentas de autor;

Integrar componentes multimédia previamente concebidos;

Desenvolver aplicações multimédia para a Internet;

Enunciar e aplicar os aspectos legais das publicações electrónicas, incluindo jurisdição, direito de cópia, patentes e marcas registadas;

Descrever e aplicar as estratégias e os objectivos de *marketing* digital;

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e Literatura Materna	Linguagem e Comunicação	65	50	2	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês Técnico	65	50	3	
	Matemática	Matemática	70	50	3	
Tecnológica	Ciências Informáticas	Introdução às Redes Computadores	100	70	4	
	Ciências Empresariais	Gestão de projectos	75	50	3	
	Ciências Informáticas	Gestão e Manipulação avançada de Aplicações de Processamento de texto.	35	25	1	
	Ciências Informáticas	Gestão e Manipulação avançada de Aplicações em Folha de cálculo.	35	25	1	
	Ciências Informáticas	Conceitos de Programação e Algoritmia	50	25	2	
	Ciências Informáticas	Programação Estruturada e Tipos de dados	50	25	2	
	Ciências Informáticas	Programação Orientada a Objectos	75	50	3	
	Ciências Informáticas	Análise de sistemas e estruturação de bases de dados.	50	25	2	

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
	Ciências Informáticas	Criação de uma estrutura de base de dados em SQL.	45	25	2	
	Ciências Informáticas	Programação em SQL	45	25	2	
	Ciências Informáticas	Desenvolvimento Web	100	75	4	
	Audiovisuais e Produção dos Media	Técnicas de Design e Comunicação	70	50	3	
	Audiovisuais e Produção dos Media	Elementos Multimédia	200	150	6	
	Audiovisuais e Produção dos Media	Ferramentas Multimédia	200	150	6	
	Audiovisuais e Produção dos Media	Projecto de Concepção	135	100	7	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	600	24	
	Total		2065	1620	80	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — As condições de acesso são as constantes do n.º 1 do artigo 7.º, exceptuando os candidatos com as habilitações previstas na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma legal.

8 — Número de formandos:

N.º máximo de formandos

Em cada admissão de novos formandos — 20.
Na inscrição em simultâneo no curso — 40.

Despacho n.º 1123/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Gerontologia, proposto em 5 de Maio de 2008, pelo Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., entidade instituidora da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo (Viseu), para ser ministrado nessa Escola, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 3 de Setembro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:

Instituto Piaget — Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo (Viseu).

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Técnicas de Gerontologia.

3 — Área de formação em que se insere:

762 — Trabalho Social e Orientação.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico especialista de gerontologia é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, actua e intervém em centros de dia, lares ou residências de terceira idade, redes e sistemas de apoio domiciliário criados como resposta para a realidade do envelhecimento demográfico da nossa população.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Colaborar na gestão de centros de dia, lares ou residências de terceira idade, redes e sistemas de apoio domiciliário;
Saber organizar espaços, construir um sistema administrativo e fazer planeamento;
Gerir o tempo, recursos humanos e também os recursos materiais e financeiros;
Saber prestar acompanhamento e cuidados psicossociais a idosos;
Ter conhecimentos sobre o desenvolvimento do ser humano ao longo do ciclo vital, com ênfase na etapa da velhice;
Ter conhecimentos sobre aspectos que facilitam um envelhecimento bem sucedido;
Conceber e aplicar programas de estimulação cognitiva e desenvolvimento do Eu;
Saber dar apoio psicossocial.

6 — Plano de Formação

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Ciências Sociais e do Comportamento	Comportamento Humano nas Organizações	50	45	2	
	Língua e Literatura Materna	Comunicar em Língua Portuguesa	75	63	3	
	Economia	Cultura Económica e Social	50	45	2	
Tecnológica	Direito	Direito Aplicado à Segurança Social	150	109	6	
	Segurança e Higiene no Trabalho	Higiene e Segurança em Instituições de Apoio a Idosos.	75	70	3	

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
	Gestão e Administração	Organização e Aplicação de Técnicas de Gestão de Recursos Humanos.	200	120	8	
	Desporto	Organização e Gestão de Actividades Físicas na Velhice.	125	86	5	
	Enfermagem	Cuidados Continuados e Paliativos	125	86	5	
	Ciências Sociais e do Comportamento	Técnicas e Estratégias de Atendimento	75	70	3	
	Trabalho Social e Orientação	Animação Social e Estratégias de Intervenção para um Envelhecimento Bem Sucedido.	125	86	5	
	Trabalho Social e Orientação	Desenvolvimento Humano e Velhice	175	120	7	
	Saúde	Dor, Sofrimento e Situações da Velhice	175	120	7	
Em Contexto de Trabalho	Trabalho Social e Orientação	Estágio Curricular	600	600	24	
	Total		2 000	1 620	80	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Português; Inglês; Matemática; Informática; Organização Política de Portugal e da União Europeia.

8 — Número de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 25;
Na inscrição em simultâneo no curso — 50.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e Literatura Materna	Português	75	54	3	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês	75	54	3	
	Matemática	Matemática	75	54	3	
	Ciências Informáticas	Informática	75	54	3	
	Ciência Política e Cidadania	Organização Política de Portugal e da União Europeia.	75	54	3	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1124/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Gestão da Qualidade e do Ambiente, proposto a 27 de Maio de 2008 pelo ISLA — Santarém — Ensino e Cultura, L.da, entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2009/2010, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 24 de Setembro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1 — Instituição de formação: Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica: Técnicas de Gestão da Qualidade e do Ambiente.

3 — Área de formação em que se insere: 347 — Enquadramento na organização/empresa.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O Técnico Especialista em Gestão da Qualidade e do Ambiente é o profissional que gere, dinamiza e promove a melhoria contínua dos sistemas da Qualidade e Ambiente, de uma organização, com o objectivo de adequar os mesmos aos requisitos dos clientes e outras partes interessadas e, de manter a sua adequabilidade e actualização face aos referenciais aplicáveis.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Apoiar a Gestão de Topo no controlo dos aspectos que respeitam à Qualidade e Ambiente na organização;

Participar, em conjunto com a Gestão de Topo, na definição da política e objectivos da Qualidade e Ambiente e na identificação dos processos e dos recursos necessários à implementação do Sistema de Gestão tendo em conta a política e os objectivos definidos;

Apoiar a Gestão de Topo de modo a assegurar um efectivo Planeamento da Qualidade e coordenar a operacionalização do Planeamento efectuado;

Gerir Programas de Auditorias e actuar como Auditor Interno;

Apoiar a Gestão de Recursos Humanos, nomeadamente ao nível da identificação das necessidades de formação relacionadas com a Qualidade e Ambiente e avaliação da eficácia das mesmas, de competências necessárias para o recrutamento e selecção de colaboradores para o desempenho de funções que afectem a qualidade do produto/serviço;

Participar na selecção, aprovação e avaliação de fornecedores;

Controlar os dispositivos de monitorização e medição;

Coordenar a documentação, registos e a análise dos dados do Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente;

Dinamizar a comunicação interna e externa nos aspectos relevantes do Sistema de Gestão;

Gerir os fluxos de informação relativos à Qualidade e Ambiente;

Participar na revisão e avaliação dos custos da qualidade;

Participar no tratamento de não conformidades e desenvolver programas de acções correctivas e preventivas;

Conduzir e desenvolver o processo de Melhoria Contínua;

Identificar e avaliar aspectos técnicos e ambientais das operações nas instalações, nomeadamente os relacionados com tecnologias, recursos, resíduos e materiais perigosos.

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e Literatura Materna	Língua Portuguesa	35	25	1	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês	35	25	2	
	Ciências Sociais e do Comportamento	Comportamento Humano nas Organizações	30	25	1	
	Gestão e Administração	Introdução à Gestão das Organizações	30	25	1	
	Matemática e Estatística	Matemática e Estatística	70	50	3	
Tecnológica	Gestão e Administração	Princípios de gestão estratégica	32	25	1	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Sistema de gestão da qualidade	60	50	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Sistema de acreditação de laboratórios	37	25	2	
	Gestão e Administração	Gestão de processos e implementação de indicadores	40	25	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Gestão e motivação para a qualidade	32	25	2	
	Gestão e Administração	Integração de sistemas de gestão	65	50	1	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Gestão de ciclos de realização do produto	62	50	1	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Dispositivos de medição e calibração	35	25	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Sistemas de gestão ambiental	65	50	2	
	Direito	Legislação ambiental	33	25	2	
	Tecnologia de Protecção do ambiente	Tecnologias aplicadas ao ambiente	68	50	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Ferramentas da qualidade	70	50	2	
	Matemática e estatística	Métodos estatísticos: SPC — controlo estatístico do processo.	62	50	2	
	Matemática e estatística	Métodos estatísticos: SPC avançado	68	50	2	
	Ciências Sociais e do Comportamento	Comunicação e comportamento em auditorias.	33	25	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Técnicas e instrumentos em auditorias	65	50	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Auditorias da qualidade	40	25	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Auditorias ambientais	37	25	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Ciclo de avaliação da satisfação do cliente	33	25	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Melhoria da qualidade	43	25	2	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Projecto sobre referenciais e legislação aplicáveis em sistemas de gestão da qualidade e do ambiente.	75	50	3	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Projecto em auditorias a sistemas de gestão da qualidade e do ambiente.	75	50	4	
	Enquadramento na Organização/Empresa	Projecto em processos de monitorização e medição.	70	45	4	
Em Contexto de Trabalho.		Estágio	600	600	24	
		Total	2000	1620	80	

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — As condições de acesso são as constantes do n.º 1 do artigo 7.º, exceptuando os candidatos com as habilitações previstas na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma legal.

8 — Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 20;

Na inscrição em simultâneo no curso — 40.

Despacho n.º 1125/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Qualidade Alimentar, aprovado pelo Despacho n.º 80/2007, 18 de Junho, do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2007-2008, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação — Instituto Politécnico de Leiria.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica — Qualidade Alimentar.

3 — Área de formação em que se insere — 541 — Indústrias Alimentares.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico especialista em qualidade alimentar é o profissional que, de forma autónoma ou integrado em equipa, procede à definição de conjuntos coerentes de metodologias e ferramentas da qualidade, estandardizando a sua utilização; implementa e mantém um sistema de qualidade e intervém activamente na implementação das normas de qualidade e segurança alimentar.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Conceber um sistema de qualidade, respondendo aos requisitos de uma norma NP EN ISO 9001, NP EN ISO 45001 e NP EN ISO 14001;

Implementar e aplicar a metodologia do sistema HACCP;

Implementar e aplicar as regras básicas de higiene e segurança industrial e alimentar;

Realizar determinações analíticas de parâmetros de controlo de qualidade nas áreas alimentares;

Realizar determinações na linha de produção;

Gerir um laboratório de qualidade;

Organizar e realizar testes sensoriais;

Colaborar em projectos de investigação e desenvolvimento de produtos;

Elaborar e analisar relatórios técnicos de controlo de qualidade;

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Humanidades	Inglês	68	40	2.5	
	Humanidades	Técnicas de Comunicação Oral e Escrita	68	40	2.5	
	Ciências Empresariais	Organização de Empresas Industriais	81	49	3	
Tecnológica	Ciências Físicas	Química	68	40	2.5	
	Ciências da Vida	Microbiologia	68	40	2.5	
	Industrias Transformadoras	Métodos Instrumentais de Análise	135	70	5	
	Serviços de Segurança	Higiene Alimentar	68	40	2.5	
	Industrias Transformadoras	Segurança Alimentar I	68	40	2.5	
	Industrias Transformadoras	Segurança Alimentar II	162	100	6	
	Ciências Empresariais	Gestão da Qualidade	68	40	2.5	
	Protecção do Ambiente	Gestão do Ambiente	68	40	2.5	
	Industrias Transformadoras	Controlo de Qualidade Alimentar I	243	120	9	
	Industrias Transformadoras	Controlo de Qualidade Alimentar II	243	120	9	
	Industrias Transformadoras	Projecto	216	81	8	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	540	20	
	Total		2224	1400	80	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previsto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Titulares de curso profissional de nível 3 da área da Microbiologia, Análises Laboratoriais ou de áreas afins ao curso proposto. Alunos provenientes do ensino secundário com formação numa das seguintes disciplinas: Matemática, Física, Química ou Biologia, Princípios Básicos de Gestão, Desenvolvimento Económico e Social.

8 — Número de formandos:

N.º máximo de formandos

Em cada admissão de novos formandos — 48.

Na inscrição em simultâneo no curso — 96.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica/Tecnológica.	Humanidades	Cultura e Língua Portuguesa	135	75	5	
	Humanidades	Cultura e Língua Inglesa	135	75	5	
	Ciências Sociais e do Comportamento.	Cidadania e Desenvolvimento Pessoal	135	75	5	
	Ciências Sociais e do Comportamento.	Comunicação e Relacionamento Interpessoal	135	75	5	
	Ciências Sociais e do Comportamento.	Introdução à Sociologia das Organizações	135	75	5	

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
	Informática	Competências Básicas em Tecnologias de Informação e Comunicação.	135	75	5	
	Matemática e Estatística	Complementos de Matemática	135	75	5	
	Ciências Físicas	Introdução à Geografia	135	75	5	
	Humanidades	História Contemporânea	135	75	5	
	Ciências Sociais e do Comportamento.	Introdução à Psicologia	135	75	5	
	Ciências Empresariais	Princípios Básicos de Gestão	135	75	5	
	Ciências Sociais e do Comportamento.	Desenvolvimento Económico e Social	135	75	5	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1126/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Restauração, aprovado pelo Despacho n.º 80/2006, 16 de Agosto, do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2006-2007, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2007.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:
Instituto Politécnico de Leiria
2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:
Técnicas de Restauração
3 — Área de formação em que se insere:
811 — Hotelaria e Restauração
4 — Perfil profissional que visa preparar:

O Técnico de Práticas de Restauração é o profissional que, de forma autónoma ou integrado em equipa, planifica, dirige e executa o serviço de alimentação e bebidas à mesa e ao balcão de um estabelecimento de restauração ou similar; colabora na estruturação de ementas; e, coordena os serviços de alimentação e bebidas de acordo com as regras de funcionamento de cada área, aplicando as normas de Higiene e Segurança no Trabalho.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Definir e/ ou participar na definição dos objectivos gerais do serviço de alimentação e bebidas, quanto ao público-alvo a atingir, ao tipo de gastronomia a praticar e aos produtos e bebidas a servir;

Planear e gerir os diferentes serviços do restaurante, sala/cozinha/catering;

Gerir os recursos materiais e humanos relativos à sala/cozinha/catering de acordo com as políticas definidas;

Definir e aplicar critérios de selecção de produtos e fornecedores;

Participar, em colaboração com os responsáveis do serviço de cozinha e sala, na elaboração da carta de restaurante, carta de vinhos e dos menus e serviços especiais, bem como os preços a praticar;

Gerir stocks, incluindo a conferencia, registo e controlo de qualidade nas entradas e saídas dos produtos, utilizando ferramentas informáticas;

Promover uma política de qualidade, analisando e gerindo reclamações, incentivando a melhoria contínua;

Aplicar os princípios de nutrição, higiene e segurança alimentar aplicando as normas de Higiene e Segurança no Trabalho.

6 — Plano de Formação

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Cidadania e Sociedade	Relações Interpessoais	94	50	3	
	Línguas e Comunicação	Técnicas de Comunicação	41	30	1,5	
	Ciências Básicas.	Língua Inglesa Aplicada	95	70	3,5	
Tecnológica	Tecnologias	Microbiologia Alimentar	95	60	3,5	
	Tecnologias	Gestão da Restauração	81	40	3	
	Tecnologias	Higiene e Segurança Alimentar	121	80	4,5	
	Tecnologias	Nutrição e Dietética	81	40	3	
	Tecnologias	Conservação de Alimentos.	81	40	3	
	Tecnologias	Gestão de Alimentos e Bebidas	135	90	5	
	Tecnologias	Catering	95	60	3,5	
	Tecnologias	Economato	95	60	3,5	
	Tecnologias	Técnicas de Cozinha	243	180	9	
	Tecnologias	Técnicas de Restaurante e Bar	243	180	9	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	810	525	30	
		Total	2 310	1 505	85	

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previsto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Alunos portadores de um curso de nível III numa das seguintes áreas: Hotelaria, e Restauração, bem como em outras áreas afins ao curso ao qual se pretendem candidatar. Alunos admitidos de acordo com as alíneas *a*) e *b*) do ponto 1 do artigo 7.º, do mencionado Decreto-Lei, que tenham obtido aprovação a uma disciplina específica de uma das seguintes áreas: Química; Hotelaria; Línguas e Restauração.

8 — Número de formandos:

Número máximo de formandos	
Em cada admissão de novos formandos	48
Na inscrição em simultâneo no curso	96

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica/Tecnológica	Línguas e Comunicação	Cultura e Língua Portuguesa	135	75	5	
	Línguas e Comunicação	Cultura e Língua Inglesa	135	75	5	
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Desenvolvimento Pessoal	135	75	5	
	Cidadania e Sociedade	Comunicação e Relacionamento Interpessoal.	135	75	5	
	Cidadania e Sociedade	Introdução à Sociologia da Organizações.	135	75	5	
	Ciências Básicas	Competências Básicas em Tecnologias de Informação e Comunicação.	135	75	5	
	Ciências Básicas	Complementos de Matemática	135	75	5	
	Ciências Básicas	Introdução à Geografia	135	75	5	
	Ciências Básicas	História Contemporânea	135	75	5	
	Ciências Básicas	Introdução à Psicologia	135	75	5	
	Organização e Gestão	Princípios Básicos de Gestão	135	75	5	
	Organização e Gestão	Desenvolvimento Económico e Social	135	75	5	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1127/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Animação em Turismo de Natureza e Aventura, proposto em 5 de Maio de 2008, pelo Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., entidade instituidora da Escola Superior de Educação Jean Piaget/Nordeste, para ser ministrado nessa Escola, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 7 de Outubro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:

Instituto Piaget — Escola Superior de Educação Jean Piaget/Nordeste.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Animação em Turismo de Natureza e Aventura

3 — Área de formação em que se insere:

812 — Turismo e Lazer

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico de animação em turismo de natureza e aventura é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, procede ao planeamento, organização e execução, de um conjunto integrado de actividades lúdico-educativas que, valorizando o contacto com a natureza, associam a destreza, o desafio ou a experimentação em novas situações e contextos.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Colaborar, de forma pró-activa, na elaboração de planos estratégicos de *marketing* operacional que integrem diferentes produtos ou soluções, orientados para diferentes segmentos de mercado;

Elaborar um programa de actividades de animação, em função das características do público-alvo, definindo os objectivos a atingir, bem como prevendo os recursos físicos e financeiros a afectar;

Identificar e descrever as características mais marcantes do património cultural das regiões ou sítios em que se desenvolvem as actividades de turismo de descoberta e aventura;

Dominar diversas técnicas e modalidades de desporto e de turismo de aventura, de modo a assegurar uma adequada orientação dos participantes;

Comunicar, de forma clara, rigorosa e apelativa, em língua portuguesa, inglesa e numa terceira opcional;

Respeitar e fazer cumprir as regras básicas de saúde, segurança e higiene, prevenindo os riscos de acidente e garantindo a preservação dos ecossistemas.

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total (3)	Contacto (4)	(5)	
Geral e Científica	Língua Estrangeira	Língua Estrangeira A I(Inglês)	93	76	4	
	Informática na Óptica do Utilizador.	Tecnologias de Informação e Comunicação.	102	77	4	
Tecnológica	Ciência Sociais e do Comportamento.	Comunicação e Relações Interpessoais.	66	48	2	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras.	Língua Estrangeira BI	95	78	4	
	Turismo e Lazer	Introdução ao Turismo	84	60	3	
	Turismo e Lazer	Territórios de Turismo de Aventura.	131	90	5	
	Desporto	Animação e Multiactividades de Aventura.	139	100	6	
	História e Arqueologia	Cultura Portuguesa	70	60	3	
	Línguas e Literaturas Estrangeiras.	Língua Estrangeira AII	90	78	4	
	Desporto	Animação e Desportos Aquáticos	119	84	5	
	Turismo e Lazer	Metodologia e Prática de Animação Turística.	101	64	4	
	Ciências Físicas	Cartografia e Sistemas de Navegação.	86	60	3	
	História e Arqueologia	Património Natural e Cultural	86	60	3	
	Gestão e Administração	Projecto	138	85	6	
Em Contexto de Trabalho	Turismo e Lazer	Estágio Curricular	600	600	24	
	Total		2000	1620	80	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Português; Economia; Psicologia; Geografia.

8 — Número de formandos:

Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 16;
Na inscrição em simultâneo no curso — 32.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total (3)	Contacto (4)	(5)	
Geral e Científica/Tecnológica	Língua e Literatura Materna.	Português	150	120	5	
	Economia	Economia	150	120	5	
	Psicologia	Psicologia	150	120	5	
	Ciências Físicas	Geografia	150	120	5	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 1128/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Gestão de Animação Turística, proposto em 03 de Maio de 2007, pela FEDRAVE — Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro, entidade instituidora do ISCIA — Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 08 de Outubro de 2007.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:

FEDRAVE — ISCIA.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Gestão de Animação Turística.

3 — Área de formação em que se insere:

812 — Turismo e Lazer

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico de animação turística é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, tem capacidade para planear e executar programas de animação adequados ao entretenimento e lazer de turistas.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Identificar e ou participar na identificação das actividades de animação em função da concorrência, dos segmentos de mercado, da época do ano e dos recursos disponíveis;

Planear as actividades de animação em função da especificidade e das necessidades de cada segmento de mercado, nomeadamente a idade, o nível sócio-económico e cultural e a nacionalidade;

Programar as actividades de rotina e os eventos especiais em função dos recursos disponíveis;

Organizar as actividades de animação, elaborando mapas de actividades e estruturando a equipa de animadores;

Orientar e coordenar as actividades de animação;

Divulgar as iniciativas e actividades de animação a nível interno e externo.

6 — Plano de Formação

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)
			Total (3)	Contacto (4)	
Geral e Científica	Línguas, Cultura e Comunicação	Inglês	50	42	2
	Línguas, Cultura e Comunicação	Expressão oral e escrita	50	42	2
	Organização e Gestão	Métodos Quantitativos	50	42	2
Tecnológica	Gestão e Organização	Introdução à Gestão	30	28	1,2
	Gestão e Organização	Contabilidade Geral	36	34	1,4
	Gestão e Organização	Marketing e Vendas	80	76	3,2
	Ciências Básicas e Tecnologia	Segurança no Trabalho	66	62	2,6
	Ciências Básicas e Tecnologia	Animação Turística	81	77	3,2
	Ciências Básicas e Tecnologia	Prática Profissional de Operações Turísticas	150	146	6
	Ciências Básicas e Tecnologia	Itinerários Turísticos	67	63	2,8
	Ciências Básicas e Tecnologia	Legislação do Turismo	80	76	3,2
	Línguas, Cultura e Comunicação	História da Arte	80	76	3,2
	Línguas, Cultura e Comunicação	2.ª Língua Estrangeira (Francês ou Alemão)	80	76	3,2
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	600	24
	Total		1500	1440	60

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previsto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Princípios Gerais de Turismo; Introdução à Informática; Geografia do Turismo

8 — Número de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 15;
Na inscrição em simultâneo no curso — 30.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Turismo e lazer	Princípios gerais de turismo	125	70	5	
	Informática	Introdução à informática	125	70	5	
	Língua, Cultura e Comunicação	Geografia do Turismo	125	70	5	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1129/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Aplicações Informáticas de Gestão, proposto em 03 de Maio de 2007, pela FEDRAVE — Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro, entidade instituidora do ISCIA — Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 2 de Novembro de 2007.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

28 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:

FEDRAVE — ISCIA

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Aplicações Informáticas de Gestão

3 — Área de formação em que se insere:

481 — Ciências Informáticas

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico de aplicações informáticas de gestão é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, implementa tecnologias informáticas no mundo empresarial, nomeadamente ao nível da contabilidade, fiscalidade e gestão, utilizando técnicas de manipulação de aplicações de gestão, tais como instalação, manutenção e utilização.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Utilizar técnicas de manipulação de aplicações de gestão: instalação, manutenção e utilização;

Analisar, criticar e seleccionar aplicações de gestão em função de necessidades específicas;

Perspectivar o enquadramento dos sistemas de informação nas organizações e as novas técnicas de trabalho.

6 — Plano de Formação

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)
			Total (3)	Contacto (4)	
Geral e Científica	Línguas, Cultura e Comunicação	Português	60	44	2
	Línguas, Cultura e Comunicação	Inglês Técnico	50	35	1,5
	Cidadania e Sociedade	Sociologia das Organizações	100	74	3
Tecnológica	Organização e Gestão	Cálculo Financeiro	100	83	4
	Organização e Gestão	Contabilidade e Gestão	400	250	14
	Organização e Gestão	Marketing	100	83	4
	Ciências Básicas e Tecnologias	Tecnologias de Informação	110	90	4,5
	Ciências Básicas e Tecnologias	Aplicações de Gestão	300	210	10
	Ciências Básicas e Tecnologias	Bases de Dados	80	70	3
	Ciências Básicas e Tecnologias	Sistemas Distribuídos	100	81	4
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	600	30
	Total		2000	1620	80

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Cultura e Língua Portuguesa; Cultura e Língua Inglesa; Matemática; Contabilidade; Organização e Gestão Empresarial; Informática

8 — Número de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 15;

Na inscrição em simultâneo no curso — 30.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)
			Total (3)	Contacto (4)	
Geral e Científica e Tecnológica	Línguas, Cultura e Comunicação	Cultura e Língua Portuguesa	70	50	3
	Línguas, Cultura e Comunicação	Cultura e Língua Inglesa	60	40	2
	Ciências Básicas	Matemática	70	50	3
	Ciências Básicas	Contabilidade	60	40	2
	Ciências Básicas	Organização e Gestão Empresarial	80	50	3
	Ciências Básicas	Informática	60	40	2

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 1130/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Desenvolvimento de Produtos Multimédia, proposto a 22 de Fevereiro de 2008 pelo ITA — Instituto de Tecnologias Avançadas para a Formação, Lda., entidade instituidora do Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa (Porto), para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2009/2010, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 30 de Setembro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

29 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1 — Instituição de formação:

ITA — Instituto Superior de Tecnologias Avançadas do Porto.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Desenvolvimento de Produtos Multimédia.

3 — Área de formação em que se insere:

213 — Audiovisuais e Produção dos Média.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico especialista em Desenvolvimento de Produtos Multimédia é o profissional que, de forma autónoma ou integrado numa equipa, concebe, planeia e desenvolve soluções de informação e comunicação recorrendo a tecnologia multimédia.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Proceder à concepção técnica e ao planeamento de projectos de sistemas e produtos multimédia com vista ao desenvolvimento de soluções de informação e comunicação;

Aplicar as ferramentas e tecnologias *standard* de desenvolvimento de componentes multimédia;

Conceber e executar ecrãs em 2D e 3D utilizando ferramentas informáticas;

Digitalizar e tratar sons, imagens e vídeos utilizando programas específicos;

Programar aplicações multimédia utilizando ferramentas de autor;

Integrar componentes multimédia previamente concebidos;

Desenvolver aplicações multimédia para a Internet;

Enunciar e aplicar os aspectos legais das publicações electrónicas, incluindo jurisdição, direito de cópia, patentes e marcas registadas;

Descrever e aplicar as estratégias e os objectivos de *marketing* digital;

6 — Plano de Formação:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e científica	Língua e literatura materna	Língua Portuguesa	75	50	3	
	Línguas e literaturas estrangeiras	Língua Inglesa	75	50	3	
	Matemática	Matemática	75	50	3	
Tecnológica	Áudio-visuais e Produção dos Media	Metodologia do Projecto	50	25	2	
	Áudio-visuais e Produção dos Media	Desenho Técnico	50	25	2	
	Áudio-visuais e Produção dos Media	Ferramentas Gráficas	200	125	8	
	Ciências Informáticas	Algoritmos	75	50	3	
	Áudio-visuais e Produção dos Media	Animação Multimédia	75	50	3	
	Ciências Informáticas	Programação Multimédia	75	50	3	
	Áudio-visuais e Produção dos Media	Computação Gráfica	175	125	7	
	Áudio-visuais e Produção dos Media	Técnicas de Design	75	50	3	
	Áudio-visuais e Produção dos Media	Tratamento Digital de Som e Vídeo	150	100	6	
	Áudio-visuais e Produção dos Media	Ferramentas de Autor Multimédia	200	125	8	
	Áudio-visuais e Produção dos Media	Projecto Multimédia	200	125	8	
Em Contexto de Trabalho	Áudio-visuais e Produção dos Media	Estágio	566	566	20	
	Total		2116	1566	82	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o European Credit Transfer and Accumulation System (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — As condições de acesso são as constantes do n.º 1 do artigo 7.º, exceptuando os candidatos com as habilitações previstas na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma legal.

8 — Número de formandos:

N.º máximo de formandos

Em cada admissão de novos formandos — 15
Na inscrição em simultâneo no curso — 20

Despacho n.º 1131/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Construção Civil e Obras Públicas, aprovado em 14 de Maio de 2007, pelo conselho científico da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, ministrado nessa Escola, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 7 de Setembro de 2007.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

29 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:

Instituto Politécnico de Viana do Castelo — Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Construção Civil e Obras Públicas.

3 — Área de formação em que se insere:

582 — Construção Civil e Engenharia Civil.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico de construção civil e obras públicas é o profissional que, de forma autónoma ou integrado numa equipa, deve assumir responsabilidades de planeamento e coordenação de trabalhos no sector da construção civil e obras públicas, assim como o controlo da qualidade dos materiais e dos processos produtivos.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Planear e programar a realização de obras em estaleiros;
Elaborar planos de trabalho e planos de execução;
Participar na elaboração de cadernos de encargos;
Coordenar o controlo de qualidade dos materiais dos processos construtivos;
Coordenar e fiscalizar a execução de obras de construção civil e obras públicas;
Participar na organização e na implementação de planos de segurança e saúde no trabalho (PSS);
Elaborar autos de mediação;
Avaliar custos, elaborar orçamentos e revisão de preços;
Participar na direcção de obras.

6 — Plano de Formação

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Matemática	Matemática Básica	62	52	2,5	
	Comunicação	Técnicas de Comunicação	48	26	2	Técnicas de Comunicação Oral e Escrita + Comunicação e Relações interpessoais de CSC1.
	TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação.	48	26	2	Folha de Cálculo + Base de Dados de CSC1.
	Segurança	Saúde, Higiene e segurança no Trabalho (SHST).	24	13	1	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST) de CSC1.
	Gestão	Organização nas Empresas.	24	13	1	
Tecnológica	Tecnologias	Práticas de Preparação de Obra	128	100	5	
	Tecnologias	Processos e Técnicas de Construção.	125	100	5	
	Tecnologias	Desenho Técnico da Construção	125	100	5	
	Tecnologias	Infra estruturas Prediais	102	75	4	
	Tecnologias	Materiais de Construção Correntes	75	40	3	
	Tecnologias	Implantação e Planeamento de Obras e Estaleiros.	102	80	4	
	Tecnologias	Infra estruturas Urbanas	100	75	4	
	Tecnologias	Fundações e Estruturas	75	40	3	
	Tecnologias	Planeamento e Controlo da Qualidade	102	70	4	
	Tecnologias	Legislação de Obras e Empreitadas	100	50	4	
Em Contexto de Trabalho	Tecnologias	Estágio em Empresa.	540	540	21,5	
	Total		1780	1400	71	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previsto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Matemática; Física; Geometria Descritiva.

8 — Número de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 20;

Na inscrição em simultâneo no curso — 50.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de Trabalho (Horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Matemática	Matemática	150	100	6	
	Física	Física	150	100	6	
	Matemática	Geometria Descritiva	150	100	6	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1132/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Gestão da Qualidade, aprovado a 15 de Novembro de 2006 pela Universidade dos Açores, ministrado nessa Universidade, com início no ano lectivo 2007-2008, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 16 de Julho de 2007.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

29 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação — Universidade dos Açores.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica — Gestão da Qualidade.

3 — Área de formação em que se insere — 347 — Enquadramento na Organização/Empresa.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico de gestão da qualidade é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, concebe, implementa e dinamiza um sistema de qualidade, procede à definição de metodologias e ferramentas de qualidade, standardizando a sua utilização.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Conceber um sistema de qualidade respondendo aos requisitos de uma norma;
Implementar um sistema de qualidade;
Conceber e realizar planos de inspecção e ensaio;
Elaborar e redigir manuais de qualidade, de procedimentos e de instruções de trabalho, verificando continuamente a sua aplicação;
Gerir um laboratório de metrologia;
Preparar e realizar auditorias de qualidade;
Analisar, seleccionar, sintetizar e manter actualizada informação de cariz técnico para a direcção.

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Línguas e Comunicação	Português e Técnicas de comunicação	56	42	2	
	Línguas e Comunicação	Inglês Técnico	42	32	1,5	
	Matemática	Matemática	56	42	2	
Tecnológica	Tecnológicas	Controlo Estatístico do Processo	56	42	2	
	Tecnológicas	Informática	56	42	2	
	Tecnológicas	Gestão da Qualidade	140	105	5	
	Tecnológicas	Gestão Laboratorial	84	63	3	
	Tecnológicas	Auditorias da Qualidade	56	42	2	
	Tecnológicas	Qualidade nos Serviços	56	42	2	
	Tecnológicas	Marketing	56	42	2	
	Tecnológicas	Gestão Industrial	56	42	2	
	Tecnológicas	Novas Ferramentas da Qualidade	84	63	3	
	Tecnológicas	Gestão Ambiental	84	63	3	
	Tecnológicas	Introdução à Gestão	56	42	2	
	Tecnológicas	Higiene e Segurança Industrial	84	63	3	
Em Contexto de Trabalho	Formação em Contexto de Trabalho	Formação em Contexto de Trabalho	600	600	23,5	
	Total		1622	1367	60	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Português, Inglês e Matemática.

8 — Número de formandos:

N.º máximo de formandos

Em cada admissão de novos formandos — 25
Na inscrição em simultâneo no curso — 50

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Línguas e Comunicação	Português	224	112	8	
	Línguas e Comunicação	Inglês	168	84	6	
	Matemática	Matemática	224	112	8	

Notas:
Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 1133/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º.

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1. É registado o Curso de Especialização Tecnológica em Informática, a 12 de Fevereiro de 2007, pelo Conselho Científico da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela do Instituto Politécnico de Bragança, ministrado nessa Escola, com início no ano lectivo 2007/2008, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2. O presente Despacho produz efeitos a partir de 10 de Outubro de 2007.

3. Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação em Diário da República.

30 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1. Instituição de formação: Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Mirandela

2. Denominação do curso de especialização tecnológica: Informática

3. Área de formação em que se insere: 481 – Ciências Informáticas

4. Perfil profissional que visa preparar: O Técnico Especialista em Informática é o profissional que, de forma autónoma ou integrado numa equipa, utiliza de forma adequada as Tecnologias de Informação e Comunicação, auxilia as organizações na gestão e manutenção das infra-estruturas tecnológicas, gere a rede de dados das PME's e desenvolve aplicativos de software.

5. Referencial de competências a adquirir:

Usar e aplicar conceitos e práticas actuais das Tecnologias de Informação e Comunicação;

Identificar, descrever, instalar e manter os diversos componentes de *hardware* de um sistema informático;

Implementar, configurar e manter pequenas redes de computadores, adequadas ao suporte de aplicações distribuídas, de âmbito local;

Proceder à construção de pequenas aplicações informáticas;

Conceber e manusear uma base de dados;

Instalar, configurar, administrar e dar suporte a um sistema de bases de dados estruturadas;

Identificar o *hardware* e *software* necessários à comunicação em rede;

Instalar, configurar e realizar suporte em plataforma cliente-servidor em ambientes de rede e isoladas.

6. Plano de Formação:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Línguas	Português	45	40	1,5	
	Línguas	Inglês	45	40	1,5	
	Gestão	Comportamento Organizacional	60	50	2	
Tecnológica	Matemática	Métodos Quantitativos	70	60	2,5	
	Informática	Informática	70	60	2,5	
	Informática	Arquitectura de Computadores	70	60	2,5	
	Informática	Algoritmia	120	100	4,5	
	Informática	Programação	100	80	3,5	
	Informática	Desenvolvimento Web	100	80	3,5	
	Informática	Bases de Dados	120	100	4,5	

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
	Informática	Redes de Computadores	120	100	4,5	
	Informática	Administração de Sistemas e Serviços	100	80	3,5	
Em Contexto de Trabalho	Informática	Estágio	600	600	23,5	
Total			1620	1450	60	

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea d) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7. Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previsto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006: Língua e Cultura Portuguesa; Matemática Elementar; História Moderna e Contemporânea; Desenvolvimento Económico e Social; Técnicas de Organização Empresarial; Tecnologias de Informação e Comunicação.

8. Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos – 25
Na inscrição em simultâneo no curso - 50

9. Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Tecnológica	Línguas e Comunicação	Língua e Cultura Portuguesa	135	40	5	
	Matemática	Matemática Elementar	135	40	5	
	Línguas e Comunicação	História Moderna e Contemporânea	135	40	5	
	Gestão	Desenvolvimento Económico e Social	135	40	5	
	Gestão	Técnicas de Organização Empresarial	135	40	5	
	Informática	Tecnologias de Informação e Comunicação	135	40	5	

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea d) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1134/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas e Gestão Hoteleira, proposto em 5 de Maio de 2008, pelo Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C.R.L., entidade instituidora do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Viseu, para ser ministrado nesse Instituto, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 6 de Outubro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

4 de Novembro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação — Instituto Piaget — Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Viseu.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica — Técnicas e Gestão Hoteleira.

3 — Área de formação em que se insere — 811 — Hotelaria e Restauração.

4 — Perfil profissional que visa preparar — o assistente de direcção de hotel é o profissional que, de forma autónoma ou integrado em equipa, está qualificado para a chefia dos sectores de Alimentos e bebidas, de alojamento de vendas de empresas hoteleiras, de restauração e similares, estando habilitado a planificar, programar, coordenar, organizar, executar, controlar e avaliar as actividades desenvolvidas nestes sectores, com recurso a métodos e a técnicas inovadoras de gestão integrada.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Planificar, programar, coordenar e controlar os serviços de aprovisionamento, de cozinha, de pastelaria, de restaurante, bar, cafetaria, cave do dia, *room service* e de banquetes de estabelecimentos de restauração, integrados ou não em unidades hoteleiras;

Planificar, programar, coordenar e controlar as actividades de recepção/portaria, de andares/limpezas e de lavandaria/roupa de estabelecimentos hoteleiros;

Definir e implementar a política de *marketing* e vendas da empresa.

6 — Plano de formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total (3)	Contacto (4)	(5)	
Geral e Científica	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês	110	87	4	
	Língua e Literatura Materna	Expressão Oral e Escrita	40	30	2	
	Ciências Sociais e do Comportamento.	Relações Interpessoais	40	30	2	
Tecnológica	Línguas e Literaturas Estrangeiras	2.ª Língua Estrangeira	110	90	4	
	Segurança e Higiene no Trabalho	Segurança no Trabalho	50	30	2	
	Hotelaria e Restauração	Empreendimentos Turísticos	50	30	2	
	Turismo e Lazer	Introdução ao Turismo	50	30	2	
	Hotelaria e Restauração	Prática Profissional de Alojamento	175	150	7	
	Gestão e Administração	Introdução à Gestão	130	90	5	
	Hotelaria e Restauração	Gestão de Alimentos e Bebidas	175	150	7	
	Contabilidade e Fiscalidade	Contabilidade	150	120	6	
	Hotelaria e Restauração	Manutenção de Equipamentos e Sistemas.	50	30	2	
	Direito	Legislação	45	30	2	
	Marketing e Publicidade	Marketing e Vendas	70	60	3	
	Gestão e Administração	Cálculo Financeiro	80	60	3	
Em Contexto de Trabalho	Hotelaria e Restauração	Estágio Curricular	400	400	16	
		Total	1 725	1 417	69	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previsto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006 — Inglês; Expressão Oral e Escrita; Relações Interpessoais; Matemática; Informática; Introdução à Economia; Introdução à Contabilidade.

8 — Número de formandos — número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 24;
Na inscrição em simultâneo no curso — 48.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total (3)	Contacto (4)	(5)	
Geral e Científica	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês	110	90	4	
	Língua e Literatura Materna	Expressão Oral e Escrita	37	30	1,5	
Tecnológica	Ciências Sociais e do Comportamento.	Relações Interpessoais	37	30	1,5	
	Matemática	Matemática	125	75	5	
	Ciências Informáticas	Informática	125	75	5	
	Economia	Introdução à Economia	75	60	3	
	Contabilidade e Fiscalidade	Introdução à Contabilidade	75	50	3	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro

Despacho n.º 1135/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sociocultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências;

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º;

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Desenvolvimento de Produtos Multimédia, proposto em 5 de Maio de 2008, pelo Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C. R. L., entidade instituidora da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo, para ser ministrado nessa Escola, com início no ano lectivo 2008/2009, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 6 de Outubro de 2008.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

4 de Novembro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1 — Instituição de formação: Instituto Piaget — Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo.

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica: Desenvolvimento de Produtos Multimédia.

3 — Área de formação em que se insere: 481 — Ciências Informáticas.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico especialista em Desenvolvimento de Produtos Multimédia é o profissional que, de forma autónoma ou integrado numa equipa, concebe, planeia e desenvolve soluções de informação e comunicação recorrendo a tecnologia multimédia.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Proceder à concepção técnica e ao planeamento de projectos de sistemas e produtos multimédia com vista ao desenvolvimento de soluções de informação e comunicação;

Aplicar as ferramentas e tecnologias *standard* de desenvolvimento de componentes multimédia;

Conceber e executar ecrãs em 2D e 3D utilizando ferramentas informáticas;

Digitalizar e tratar sons, imagens e vídeos utilizando programas específicos;

Programar aplicações multimédia utilizando ferramentas de autor;

Integrar componentes multimédia previamente concebidos;

Desenvolver aplicações multimédia para a Internet;

Enunciar e aplicar os aspectos legais das publicações electrónicas, incluindo jurisdição, direito de cópia, patentes e marcas registadas;

Descrever e aplicar as estratégias e os objectivos de marketing digital.

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Línguas e Literaturas Estrangeiras	Inglês	67,5	45	2,5	
	Matemática	Matemática	67,5	45	2,5	
	Língua e Literatura Materna	Português	67,5	45	2,5	
Tecnológica	Ciências Informáticas	Algoritmos e Programação	108	80	4	
	Ciências Informáticas	Computação Gráfica	108	80	4	
	Segurança e Higiene no Trabalho	Ergonomia de Sistemas	54	35	2	
	Ciências Informáticas	Ferramentas de Autor Multimédia	135	100	5	
	Informática na Óptica do Utilizador	Ferramentas Informáticas	135	100	5	
	Ciências Informáticas	Metodologia de Análise e Projecto	54	35	2	
	Ciências Informáticas	Programação e Aplicações para a Web	108	80	4	
	Ciências Informáticas	Projecto Multimédia	189	140	7	
	Ciências Informáticas	Redes e Serviços Telemáticos	108	80	4	
	Ciências Informáticas	Técnicas de Design	54	35	2	
Em Contexto de Trabalho	Ciências Informáticas	Estágio Curricular	360	360	13,5	
	Total		1 615,5	1 260	60	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006: Português; Matemática; Informática; Geometria Descritiva.

8 — Número de formandos:

Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 24;
Na inscrição em simultâneo no curso — 48.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Português	Português	190	90	7	
Tecnológica	Matemática	Matemática	190	90	7	
	Informática	Informática	216	114	8	
	Matemática	Geometria Descritiva	216	114	8	

Notas:

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 1136/2009

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Instalações Eléctricas, Manutenção e Automação, aprovado a 20 de Setembro de 2006, pelo conselho científico da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do Instituto Politécnico de Setúbal, ministrado nessa Escola, com início no ano lectivo 2007-2008, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2007.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no *Diário da República*.

9 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias.*

ANEXO

1 — Instituição de formação: Instituto Politécnico de Setúbal — Escola Superior de Tecnologia de Setúbal

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica: Instalações Eléctricas, Manutenção e Automação

3 — Área de formação em que se insere: 529 — Engenharia e Técnicas Afins — Programas não classificados noutra área de formação.

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico de Instalações eléctricas, manutenção e automação é o profissional que, de forma autónoma ou integrado em equipa, projecta, especifica, mantém, fiscaliza e coloca em serviço instalações e equipamentos de energia industriais, tendo em vista a optimização da instalação eléctrica e da energia utilizada.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Ler e interpretar diagramas e especificações técnicas de engenharia electrotécnica;

Projectar e executar circuitos eléctricos de iluminação e força motriz simples;

Seleccionar e utilizar correctamente o equipamento laboratorial e oficinal diverso, de medida, ensaio e alimentação;

Utilizar os sistemas e *software* de desenho técnico;

Estabelecer sequências de automação industrial de comando e regulação de instalações eléctricas industriais;

Elaborar e estudar planos de manutenção;

Identificar e solucionar avarias;

Inspeccionar e avaliar equipamentos.

6 — Plano de Formação:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)
			Total (3)	Contacto (4)	
Geral e Científica	Ciências Sociais e do Comportamento.	Elementos Comportamento Organizacional	38	26	1,5
	Línguas e Literaturas Estrangeiras.	Inglês	27	25	1
	Gestão e Administração	Organização e Gestão de Empresas	27	25	1
	Física	Fundamentos de Electromagnetismo	27	25	1
	Matemática	Matemática I	27	25	1
Tecnológica	Electricidade e Energia	Electrotecnia	150	120	6
	Electricidade e Energia	Materiais, Equipamentos e Esquemas Eléctricos	63	60	2,5
	Engenharia e Técnicas Afins	Desenho e Tecnologia	125	120	5
	Engenharia e Técnicas Afins	Equipamentos Electromecânicos	100	90	4
	Engenharia e Técnicas Afins	Manutenção	78	75	3
	Electrónica e Automação	Automação	108	105	4
	Electricidade e Energia	Instalações Eléctricas	150	144	6
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	580	24
		Total	1520	1420	60

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Tópicos de Matemática Elementar; Física Elementar.

8 — Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos — 20;
Na inscrição em simultâneo no curso — 40.

9 — Plano de formação adicional:

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Matemática	Tópicos de Matemática Elementar	125	60	5	
	Física	Física Elementar	125	60	5	

Componentes de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Tecnológica	Informática na Óptica do Utilizador	Informática.	125	60	5	

Notas

Na coluna (3) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.
Na coluna (4) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.
Na coluna (5) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Instituto de Investigação Científica Tropical

Despacho (extracto) n.º 1137/2009

Por despacho de 26 de Dezembro de 2008 do presidente do instituto de Investigação Científica Tropical:

Isabel Maria Ramos Jerónimo Palos, telefonista do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical — reclassificada na categoria de assistente administrativa nos termos do disposto na alínea *c*) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando exonerada da categoria anterior à data do despacho.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Jorge Braga de Macedo.*

Despacho (extracto) n.º 1138/2009

Por despacho de 26 de Dezembro de 2008 do Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical:

Susana Cristina Nunes Correia Ventura, Auxiliar Administrativo do Quadro de Pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical — reclassificada na categoria de Assistente Administrativa nos termos do disposto na alínea c) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando exonerada da categoria anterior à data do despacho.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Jorge Braga de Macedo.*

Instituto de Meteorologia, I. P.

Despacho (extracto) n.º 1139/2009

Nomeação do Licenciado Alberto de Castro Nunes Monteiro na categoria de Meteorologista Assessor, carreira de Meteorologista Superior
Considerando que:

i) O funcionário do quadro de pessoal do ex-INMG, Alberto de Castro Nunes Monteiro, é detentor da categoria de Meteorologista Superior Principal, com efeitos a partir de 17 de Julho de 2001;
ii) Exerceu, ininterruptamente, funções dirigentes desde 1 de Fevereiro de 2000 até 18 de Março de 2005;
iii)Nos anos de 2004, 2005 e 2006 obteve a avaliação de desempenho de Muito Bom;
iv)A conjugação do tempo de desempenho de funções dirigentes, com as Avaliações de Desempenho preenchem os módulos de tempo exigidos para aceder à categoria de Meteorologista Assessor, nos termos do n.º 4, do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

Nos termos do disposto nos artigo 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e na sequência do Parecer prévio do Senhor Secretário-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
Determino que:
O técnico do quadro de pessoal do ex-INMG, Licenciado Alberto de Castro Nunes Monteiro, seja nomeado na categoria de Meteorologista Assessor, com efeitos a 17 de Julho de 2004.

22 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho Directivo, com competência delegada, *António Dias Baptista*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Direcção-Geral das Artes

Despacho (extracto) n.º 1140/2009

Por meu despacho de 15 de Outubro de 2008, foi o licenciado Eduardo Manuel Zagalo Coimbra Arêde, Técnico Superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do ex-Instituto das Artes, nomeado precedendo concurso, na categoria de Técnico Superior Principal, com efeitos à data de 01.05.2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

17 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *Jorge Barreto Xavier*.

Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas

Despacho (extracto) n.º 1141/2009

Por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008:

Célia Maria Martins Mexia Heitor, técnica superior de 1ª classe da carreira técnica superior de biblioteca e documentação, do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, é nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnico superior principal da mesma carreira e mapa de pessoal, ficando posicionada no escalão 1, índice 510, com produção de efeitos a partir da data do despacho.
(Não está sujeito a fiscalização prévia do tribunal de Contas).

23 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Maria Paula Nina Morão.*

Despacho (extracto) n.º 1142/2009

Por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008:

Filipe Armando Valente Ferreira, técnico superior principal da carreira técnica superior de biblioteca e documentação, do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, é nomeado, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de Assessor da mesma carreira e mapa de pessoal, ficando posicionado no escalão 1, índice 610, com produção de efeitos a partir da data do despacho.
(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

23 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Maria Paula Nina Morão.*

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Despacho n.º 1143/2009

Durante a minha ausência por motivo de férias, delego na Subdirectora-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Licenciada Catarina Sofia Castanheira Nunes, nos termos e para efeitos da legislação pertinente, nomeadamente o disposto no Código de Procedimento Administrativo, nos artigos 6.º n.º 2 e 9.º n.º 2 da Lei 2/2004,de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 33/2007 de 29 de Março, os poderes necessários ao exercício das funções de direcção do Gabinete, incluindo a competência para a prática de actos que se referem à assi-

natura de correio, contratos que haja de celebrar, pedidos de libertação de crédito, autorização para a realização de despesa, homologação de actas ou actos relativos à gestão dos recursos humanos e financeiros, no período compreendido entre 30 e 31 de Dezembro.

29 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Patrícia Salvação Barreto.*

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.

Despacho (extracto) n.º 1144/2009

Por despacho de 22 de Outubro de 2008 do Director do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.:

Encontrando-se ausente o Director do IGESPAR, I. P., no período de 23 a 24 de Outubro de 2008, ambos inclusive, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março, é designado seu substituto legal Subdirector o Professor Doutor João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro.

22 de Outubro de 2008. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho.*

Despacho (extracto) n.º 1145/2009

Por despachos de 23 de Dezembro de 2008 do director deste Instituto:

Maria José Travassos de Almeida de Jesus Bento e António Gil Ramos Nunes, técnicos superiores de 2.ª classe da carreira de arquitecto do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Coimbra do ex-Instituto Português do Património Arquitectónico — nomeados definitivamente, após concurso, técnicos superiores de 1.ª classe da mesma carreira e quadro, com efeitos à data do despacho.

Carlos Alberto da Costa Henriques Barradas, técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro electrotécnico do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Coimbra do ex-Instituto Português do Património Arquitectónico — nomeado definitivamente, após concurso, técnico superior de 1.ª classe da mesma carreira e quadro, com efeitos à data do despacho.

23 de Dezembro de 2008. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho.*

Despacho (extracto) n.º 1146/2009

Por despacho de 15 de Dezembro de 2008 do director deste Instituto, obtida a anuência do serviço de origem:

Fernanda Maria dos Santos Coelho Steiger Garção, assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos — nomeada por transferência, para lugar de idêntica categoria e carreira do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do ex-Instituto Português do Património Arquitectónico, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

29 de Dezembro de 2008. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho.*

Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.

Despacho (extracto) n.º 1147/2009

Por meu despacho de 17/12/2008:

Maria Cármen Soares Lopes professora do 6.º grupo do quadro de pessoal da Casa Pia — autorizada a alteração da situação de regime de requisição em nomeação em comissão de serviço extraordinária para o exercício de funções correspondentes à carreira técnica superior, pelo período de um ano, em lugar vago no quadro de pessoal do ex — Instituto Português de Museus, tendo em vista a reclassificação profissional no lugar de técnico superior de 1.ª classe, e efeitos a 1/9/2008.

18 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro.*

Despacho (extracto) n.º 1148/2009

Por despacho de 19/12/2008 do Director do Instituto dos Museus e da Conservação:

Maria Alexandra Lynce Costa Pais de Freitas, técnica superior estagiária da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Instituto, nomeada definitivamente após período probatório, técnico superior de 2.ª classe da mesma carreira e quadro de pessoal, no escalão 1, índice 400, com efeitos a 21/12/2008.

19 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro.*

Despacho (extracto) n.º 1149/2009

Por meu despacho de 26 de Dezembro de 2008 e nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, determino a promoção, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, da técnica superior principal Ana Sofia Soares Caldeira Patrão na categoria de assessor, carreira de técnico superior, do quadro de pessoal do ex-IPM, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro*.

Despacho (extracto) n.º 1150/2009

Por meu despacho de 26/12/2008 e nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, determino a promoção, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, do vigilante-recepcionista de 2.ª classe Humberto Filipe Simões Rendeiro na categoria de vigilante-recepcionista de 1.ª classe, carreira de vigilante-recepcionista, do quadro de pessoal do Museu Monográfico de Conímbriga, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro.*

Despacho (extracto) n.º 1151/2009

Por meu despacho de 26 de Dezembro de 2008 e nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, determino a promoção, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, da técnica profissional principal Maria Guilhermina de Jesus Costa Santos na categoria de técnico profissional especialista, carreira de técnico profissional de museografia, do quadro de pessoal do Museu de Cerâmica, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro.*

Despacho (extracto) n.º 1152/2009

Por meu despacho de 26 de Dezembro de 2008 e nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, determino a promoção, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, da vigilante-recepcionista de 2.ª classe Maria Filomena Ramalho Borges de Mira na categoria de vigilante-recepcionista de 1.ª classe, carreira de vigilante-recepcionista, do quadro de pessoal do Palácio Nacional da Ajuda, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro.*

Despacho (extracto) n.º 1153/2009

Por meu despacho de 26/12/2008 e nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, determino a promoção, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, do técnico superior de 2.ª classe Albino Flávio Cabral Bessa Vaz Vieira na categoria de técnico superior de 1.ª classe, carreira de técnico superior, do quadro de pessoal do Paço dos Duques, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro.*

Despacho (extracto) n.º 1154/2009

Por meu despacho de 26/12/2008 e nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, determino a promoção, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, do vigilante-recepcionista de 2.ª classe Paulo Jorge Bento Alves na categoria de vigilante-recepcionista de 1.ª classe, carreira de vigilante-recepcionista, do quadro de pessoal do Museu Monográfico de Conímbriga, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro.*

Despacho (extracto) n.º 1155/2009

Por meu despacho de 26/12/2008 e nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, determino a promoção, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, da conservadora de 1.ª classe Dina Maria Serra Caetano Dimas na categoria de conservador principal, carreira de conservador, do quadro de pessoal do Museu Nacional do Traje e da Moda, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Director, *Manuel Bairrão Oleiro.*

PARTE D

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Declaração de rectificação n.º 79/2009

Para os devidos efeitos se declara que o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 445/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 250, de 29 de Dezembro de 2008, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

a) Na página 51134, 2.ª linha, onde se lê "Acórdão n.º 455/2008" deve ler-se "Acórdão n.º 445/2008".
b) Na página 51144, parte D, 2.ª linha, onde se lê "Acórdão n.º 455/2008" deve ler-se "Acórdão n.º 445/2008".

6 de Janeiro de 2009. — A Assessora Principal do Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica, *Manuela Baptista Lopes.*

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Despacho (extracto) n.º 1156/2009

Por despacho do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de 26 de Dezembro de 2008:

Cristina Maria Gonçalves Neves da Silva Cardoso — promovida, à categoria de assessor principal de biblioteca e documentação, da carreira técnica superior de biblioteca e documentação, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas — sede, ficando posicionada no escalão 1, índice 710, ao abrigo do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 29.º e artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a partir de 12 de Agosto de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Márcia Vala.*

Despacho (extracto) n.º 1157/2009

Por meu despacho de 30 de Dezembro de 2008:

Nomeados, na sequência de concurso, na categoria de Assessor Principal, de nomeação definitiva, da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas (Sede), Escalão 1, Índice 710, com efeitos a 30 de Dezembro de 2008, os seguintes funcionários:

Maria Filomena Quintela de Brito Tavares Santos.
Maria Palmira Esteves Pires Ferrão.
Domingos Manuel da Silveira Santana.

30 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Márcia Vala*.

Secção Regional dos Açores

Aviso (extracto) n.º 1181/2009

Renovação da comissão de serviço de dirigente

Por despacho do conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, de 23 de Dezembro de 2008, ao abrigo do disposto no artigo 74.º, n.º 1, alínea *m*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, nos artigos 21.º e 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e na Portaria n.º 1100/99, de 21 de Dezembro, mediante proposta do conselheiro director-geral, foi renovada, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, a comissão de serviço, por três anos, do licenciado João Paulo Carvalho de Oliveira Camilo no cargo de Chefe de Divisão do Departamento de Apoio Instrumental do Serviço de Apoio Regional dos Açores do Tribunal de Contas.
Junta-se currículo do nomeado.

23 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *Fernando Flor de Lima.*

ANEXO

Nota curricular

João Paulo Carvalho de Oliveira Camilo
1 — Exerce as funções de Chefe de Divisão do Serviço de Apoio Regional dos Açores, desde 1 de Janeiro de 2006.
2 — Técnico superior principal do Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, desde 9 de Julho de 2007.
3 — Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em 1995.
4 — Técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secção Regional dos Açores, de 16 de Junho de 2003 a 8 de Julho de 2007.
5 — Técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secção Regional dos Açores, de 1 de Dezembro de 1999 a 15 de Junho de 2003.
6 — Contador-verificador adjunto de 2.ª classe do referido quadro de pessoal da Secção Regional dos Açores, de 25 de Outubro de 1999 a 30 de Novembro de 1999.
7 — Técnico Superior de 2.ª classe, em regime de contrato a termo, na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, de 2 de Junho de 1998 a 24 de Outubro de 1999.
8 — Desempenho de funções inerentes à área financeira, execução e controlo orçamental, execução de projectos de investimento no âmbito do SIRAA e apoio directo nas funções das áreas contabilística/administrativa, controlo de gestão e de recursos humanos, na Fábrica de Tabaco Micaelense, S. A., de 2 de Janeiro de 1996 a 31 de Maio de 1998.
9 — Responsável pela instalação e funcionamento do sistema integrado de gestão informática da empresa Marcolino da Costa Camilo & Filhos, L.da, de Abril a Setembro de 1995.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

Despacho n.º 1158/2009

Considerando os despachos do Secretário da Justiça n.º 7546/2004, datado de 31.03.2004 e publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 90, de 16/04 e do Secretário de Estado da Administração Judiciaria n.º 2732/2005, datado de 20.05.2005 e publicado no *Diário da República,* n.º 25, 2.ª série, de 4 de Fevereiro de 2005, este último a reconhecer a importância e a crescente expansão da produção, disponibilização e actualização de bases de dados jurídicos e a necessidade de continuação do relevante projecto de informatização da jurisprudência dos tribunais superiores, para o exercício de funções informáticas referentes ao ano de 2009 nomeio os seguintes Magistrados:

Des. António Alberto Rodrigues Ribeiro — Presidente da Comissão.
Des. António Fernando Gomes da Silva — Secção Cível.
Des. António Joaquim Teixeira Mendes — Secção Criminal
Des. Fernando Manuel Monterroso de Carvalho Gomes — Secção Criminal.

Nos termos legais, a cada um dos juízes desembargadores ora nomeados será paga, a título de contrapartida pela colaboração prestada em regime de acumulação e em prestações mensais, a quantia proporcional correspondente a 1/12 do respectivo vencimento anual, com a excepção do período de férias de um mês.

18 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *António da Silva Gonçalves*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA

Anúncio n.º 205/2009

Insolvência de pessoa singular (apresentação)
Processo n.º 2474/08.2TBABF

Insolvente: Carlos Manuel Reis Carvalho
Credor: Banco Mais, S. A. e outro(s).

No Tribunal Judicial de Albufeira, 2.º Juízo de Albufeira, no dia 02-12-2008, após as 17:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Carlos Manuel Reis Carvalho, estado civil: Desconhecido, NIF 135623596, BI 5058107, Endereço: Largo de Camões, 1 I, Rés-Do-Chão, Cerro da Piedade, 8200-062 Albufeira, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Adelino de Oliveira Ferreira Novo, Endereço: Praceta Manuel Ribeiro, n.º 15, 3780-000 Anadia

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 30-01-2009, pelas 10:00 horas, para a realização da assembleia de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

3 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Adelino Diogo Urbano da Costa*. — O Oficial de Justiça, *Maria Helena Leitão Marcos.*

301052005

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARANTE

Anúncio n.º 206/2009

Processo: 1755/08.0TBAMT
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: J. Carneiro Alves & Filhos, Lda.
Insolvente: DAAM, Móveis Para TV-Vídeo, Hi-Fi, Ld.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Amarante, 2.º Juízo de Amarante, no dia 10-12-2008, pelas 09,45 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

DAAM, Móveis Para TV-Vídeo, Hi-Fi, Ld.ª, NIF — 504758470, Endereço: Lugar do Alto do Carvalho, Telões, 4600-759 Telões, com sede na morada indicada.

São administradores da devedora:

António Augusto Moreira Duarte, estado civil: Casado,, NIF — 139599800, Endereço: Representante Legal da Firma, DAAM--Móveis P/ TV-Video, Hi-Fi, Lda, Alto do Carvalho — Telões, 4600-759 Amarante, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dra. Maria José Peres, Endereço: Praça do Bom Sucesso, 61 Bom Sucesso Trade Center, 5.º Sala 507, 4150-146 Porto

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 20-02-2009, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

10 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *João Manuel Araújo*. — O Oficial de Justiça, *Anabela Coelho Ferreira.*

301076955

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ANADIA

Anúncio n.º 207/2009

Processo: 1226/08.4TBAND
Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Ana Maria Fernandes Antunes Reis de Pinho
Credor: Banco Espírito Santo, S. A.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Anadia, 2.º Juízo de Anadia, no dia 16-12-2008, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Ana Maria Fernandes Antunes Reis de Pinho, Fisioterapeuta, estado civil: Desconhecido, NIF — 122157214, Endereço: Rua das Flores, S/n, 3780-351 Avelãs de Caminho, tendo sido fixada residência da mesma na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.ª Paula Carvalho Ferreira, com escritório em Rua Seabra de Castro, S. Gabriel Center 1.º J, Apartado 136, 3781-909 Anadia

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea *i* do artigo 36 — al. i; 39 n.º 1 e n.º 1–CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 18-02-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

17 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Rodrigo Pereira da Costa*. — O Oficial de Justiça, *Maria José Martins.*

301127263

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO

Anúncio n.º 208/2009

Processo: 12127-D/1993 — Prestação de Contas(Liquidatário)

A Dra. Isabel Carla Cardoso Vaz Vieira, Juiz de Direito do 3.º Juízo Cível deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.)

18 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Isabel Carla Cardoso Vaz Vieira.* — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro.*

301122776

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 209/2009

Processo n.º 7782/08.0TBBRG
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: EDIBRUZENDE — Sociedade de Construção Ld.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Braga, 2.º Juízo Cível, no dia 05-12-2008, às 14:30 Horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência de:

"EDIBRUZENDE — Sociedade de Construção, Ld.ª", NIF — 505610027, Endereço: Rua do Novainho, n.º 115 2.º Dt.º Frente Fracção G, Edifício Varandas do Fojo — Gualtar, 4710-048 Braga, com sede na morada indicada.

São administradores da insolvente:

António José Pinto, Endereço: Rua do Novainho, 115, 2.º Dt.º Frente, Fracção G, Edifício Varandas do Fozo — Gualtar, 4700-000 Braga

Pedro Miguel de Oliveira e Silva, Endereço: Rua do Novainho, 115, 2.º Dt.º Frente, Fracção G, Edifício Varandas do Fozo — Gualtar, 4700-000 Braga, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Adelino Ferreira Novo, Endereço: Praceta Manuel Ribeiro, n.º 15, 3780-000 Anadia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 09-02-2009, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

9 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Raquel G. C. Batista Tavares*. — O Oficial de Justiça, *Maria Gilberta C. Vieira Silva.*

301068109

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 210/2009

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)
Processo: 3298/08.2TJCBR

Requerente: Carpintaria Oliveira Sécio, L.da

Insolvente: Adega do Leite — Restauração — Sociedade Unipessoal, L.da

Convocatória de Assembleia de Credores de Apreciação do Relatório nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Adega do Leite — Restauração — Sociedade Unipessoal, Lda, NIF — 508107466, Endereço: Rua da Liberdade, 142, Adémia de Baixo, 3025-006 Coimbra

Administrador de Insolvência: Dr(a). Adelino Ferreira Novo, Endereço: Praceta Manuel Ribeiro, 15, 3780-217 Anadia

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 26-01-2009, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de Assembleia de Credores (Artigo. 156.º do CIRE), em virtude de ter sido dada sem efeito a data anterior (18.12.2008 pelas 10:00 horas).

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo. 72.º do CIRE).

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

19 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria João Areias*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Melo.*

301181996

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 211/2009

Processo: 1147/08.0TJCBR — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Marco Afonso Martins da Silva Andrade

Insolvente: Emprin. Empresa Editora de Noticias, Lda.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

Nos Juízos Cíveis de Coimbra, 3.º Juízo Cível de Coimbra, no dia 19-12-2008, pelas 12:45 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Emprin. Empresa Editora de Noticias, Lda., NIF — 506330958, Endereço: Rua Ferreira de

Castro 144, 1.º, Eiras, 3020-098 Coimbra; com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Manuel Figueiredo Rodrigues, nascido(a) em 23-11-1952, NIF 151816735, BI 2587799, Endereço: Rua Nova do Pinhal, n.º 16, Alto de São João, 3000-000 Coimbra, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Manuel Melo da Silva Cruz, Endereço: Rua do Rebolim, 116, Ribeira de Frades, 3040-857 Ribeira de Frades.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 18-02-2009, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º dp Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

19 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Leonor Gusmão.* — O Oficial de Justiça, *Luís Ferreira.*

301132877

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

Anúncio n.º 212/2009

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 2252/08.9TBFAF

Insolvente: NITOQUI — Exportação e Importação, Lda.
Credor: B.P.N. — Banco Português de Negócios, S. A., e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Fafe, 3.º Juízo de Fafe, no dia 26-12-2008, pelas 14:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

NITOQUI — Exportação e Importação, Lda., NIF 503874191, Endereço: Avenida S. Jorge, 691, Apartado 191, Fafe, 4820-120 Fafe, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

José de Barros, Avenida S. Jorge, n.º 410, Fafe, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.ª Cristina Filipe Nogueira, Endereço: Rua Engenheiro Custódio Vilas Boas, Lote A-1, Entrada 2, 2.º Esquerdo, 4740-274 Esposende.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 02-03-2009, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

26 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela Botelho Guedes*. — O Oficial de Justiça, *Eugénia Sousa.*

301157185

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 213/2009

Insolvência de pessoa colectiva (Requerida)
Processo n.º 3538/08.8TBGMR

Devedora/Insolvente: Cardoso, Fonte & Lopes, Lda, NIF — 507149696, Endereço: Rua S. Gonçalo, N.º 277, S. Paio, 4810-525 Guimarães.

Administrador de Insolvência: Dr. Armando Braga, Endereço: R Santa Catarina, 391-4.º Esq, 4000-451 Porto.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa para satisfazer as custas do processo e as restantes dívidas da massa insolvente, nos termos do disposto no artigo 230.º, n.º 1, al.d) do CIRE.

Ao Administrador de Insolvência, foi remetido o respectivo anúncio para publicação.

17 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Júlia Jácome*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Manuel Cunha Rodrigues*.

301125384

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 214/2009

Processo: 4641/08.0TBGMR
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: 3 STEPS — Comércio de Vestuário Unipessoal, Lda.
Credor: Shinil International Companhia, Ltd e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Guimarães, 4.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 27-11-2008, pelas 18:21 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: 3 Steps — Comércio de Vestuário Unipessoal, Lda., Endereço: R. dos Belos Ares, Cond. Empresarial de Fermil, Q, Vizela, 4810-221 Guimarães.

Com sede na morada indicada.

São administradores da devedora: Gualdino José da Silva Carvalho, Endereço: R. dos Belos Ares, Cond. Empresarial de Fermil, Q, Vizela, 4810-221 Guimarães; a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. João Fernandes de Sousa, Endereço: Rua de Mataduços, 121, Ap. 461, Fermentões, 4800-090 Guimarães.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 27-01-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

28 de Novembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Silva Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Rui Fernandes.*

301039192

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 215/2009

Processo: 1452/08.6TYLSB
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Radiante, Lda.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 1.º Juízo de Lisboa, no dia 22-12-2008, pelas 11.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Radiante, Lda., NIF — 506104605, Endereço: Estrada de Manique,1232, Armazém 11, Alcoitão, Cascais, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor:

Humberto Tadeu Guimarães de Oliveira Júnior, Endereço: Av. D. Afonso Henriques, Condomínio Estoril Rea L A-9 — Estoril, Cascais, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. António Manuel Munoz Balha e Melo, Endereço: Avenida Piemonte, 56, Bloco C, Fracção O, Estoril, 2765-438 Estoril.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 09-03-2009, pelas 09:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que represen-

tem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

26 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito de Turno, *Isabel Sá. — O* Oficial de Justiça, *Susana Pereira.*

301155476

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 216/2009

Processo: 724/07.1TYLSB
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Francisco José Perpétua de Matos.
Insolvente: Pires & Joaquim, Transportes, L.da

A Dr.ª Maria de Fátima Reis Silva, Juiz de Direito do 3.º juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:
No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 09-12-2008, pelas 12.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Pires & Joaquim, Transportes, L.da, número de identificação fiscal 503261335 e com sede em Largo D. Estefânia, n.º 6- A, S Jorge de Arroios, Lisboa

É administrador do devedor:

Daniel Diogo Poiares Gonçalves da Silva; com endereço em Largo D. Estefânia, n.º 6- A, S. Jorge de Arroios, Lisboa

a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).
Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.ª Paula Alexandra da Fonseca Jorge dos Santos; com endereço em Rua Manuel Marques, n.º 4, 12.º- E, 1750-171 Lisboa -

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.
Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.
Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do C. I. R. E].
Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.
Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.
O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do C. I. R. E.
É designado o dia 19 de Fevereiro de 2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (art. 42.º do C. I. R. E), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (art. 40.º e 42.º do C. I. R. E.).
Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do C. I. R. E.)
Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.
É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

10 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima dos Reis Silva.* — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego.*

301072507

Anúncio n.º 217/2009

Processo: 1471/2008.2TYLSB
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Devedor: "Tecnicelular- Terlecomunicações, Informática e Serviços, Sociedade Unipessoal, Ld.ª ";

A Dr.ª Elisabete Assunção, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:
Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados
No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 18-12-2008, pelas 12.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):
"Tecnicelular- Telecomunicações, Informática e Serviços, Sociedade Unipessoa, Ld.ª "; N. I. F. 504305336 e com sede em Edifício Álvares cabral, Rua Fonte Caspolima, 6/ 6.ª, Piso O, Quinta da Fonte, Paço de Arcos -
É administrador do devedor:
Pedro Miguel Rodrigues Simões de Almeida; com endereço em Estrada da Ribeira, Condomínio Alto dos Pinheiros, Bloco 4, 1.º Esq.º, Abuxarda, 2645-575 Alcabideche a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).
Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.
Dr.ª Maria Paula Mattamouros Resende; com endereço em Rua Carlos Testa, n.º 10, R/C Dt.º, 1050-046 Lisboa -
Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.
Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.
Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º do C. I. R. E.).
Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.
Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:
O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.
O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do C. I. R. E..
É designado o dia 04 de Março de 2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório (a efectuar nas novas instalações, sitas em Av.ª D. João II, n.º 1.08.01C- Bloco G), podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.
Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (art. 42.º do C. I. R. E.), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (art. 40.º e 42.º do C. I. R. E.).
Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do C. I. R. E.)
Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.
É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

18 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

301123918

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 218/2009

Processo: 758/08.9TYLSB
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Cantos e Angulos — Molduras, Lda

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 4.º Juízo de Lisboa, no dia 16-12-2008, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:
Cantos e Angulos — Molduras, Lda, NIF — 505402696, Endereço: R. Dr. Manuel Arriaga, 1, 2745-159 Queluz, com sede na morada indicada.
É administrador da devedora:
Maria João Ivens Ferraz Pinto de Faria Capucho Paulo, Endereço: R. Dr. Manuel Arriaga, 1, 2745-159 Queluz, a quem é fixado domicílio na morada indicada.
Para Administrador da Insolvência, é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Emanuel Freire Torres Gamelas, Endereço: Rua Beatriz Costa, 14 — R/c Dto, 2610-195 Alfragide

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação insolvência com carácter pleno (al. i), do artigo 36.º, CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2, artigo 128.º, do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º, do CIRE.

É designado o dia 11-03-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

A assembleia ora convocada poderá igualmente pronunciar-se sobre o encerramento do processo nos termos do artigo 232.º, do CIRE, caso até à data designada o sr. Administrador verificar a insuficiência da massa insolvente para satisfação das custas do processo e r4stantes dívidas da massa.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º, do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42.º, do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1, do artigo 9.º, do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatório a constituição de mandatário judicial.

17 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Ana Paula A. A. Carvalho.* — O Oficial de Justiça, *A. Barata*.

301114043

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Anúncio n.º 219/2009

Processo: 7560/07.3TBMTS
Insolvência pessoa singular (Requerida)

Requerente: Trindade & Batista, Lda.
Insolvente: Irina Odete Barroso de Sá Cachada

Encerramento de Processo

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Devedora: Irina Odete Barroso de Sá Cachada, Cabeleireiro, estado civil: Solteiro, nascido(a) em 07-01-1981, freguesia de Paranhos [Porto], nacional de Portugal, NIF — 219680027, BI — 11921003, Endereço: Travessa da Seara, n.º 169, 4.º Dt.º, Tras., 4450-270 Matosinhos

e Administrador de Insolvência:

Dr. Álvaro Manuel Botelho da Costa, Endereço: Rua José J. Gomes da Silva, 49, 7.º Dt.º, Matosinhos, 4450-171 Matosinhos

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada ao abrigo do disposto nos artigos 230.º, n.º 1, al. *d*) e 232.º, n.º 2, do CIRE, por insuficiência da massa insolvente para a satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa insolvente.

Efeitos do encerramento (artigo 233.º do CIRE):

Cessam todos os direitos resultantes da declaração da insolvência;

A devedora recupera o direito à disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios;

Cessam as atribuições do administrador da insolvência.

Ao Administrador da Insolvência, foi remetido o respectivo anúncio para publicação.

12 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Luís Barros.* — O Oficial de Justiça, *Teresa Cruz.*

301084909

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OVAR

Anúncio n.º 220/2009

Processo: 1547/07.3TBOVR-B — Prestação de Contas (Liquidatário)

Liquidatário Judicial: Rui Manuel Pereira de Almeida
Requerido: ALMAVAL — Serviços, Ferramentas e Acessórios, L.da

A Dr.ª Catarina Leandro Vasconcelos, Juiz Estagiária deste Tribunal, faz saber que são os credores e a Insolvente Almaval- Serviços, Ferramentas e Acessórios, L.da, NIPC 504 441 612, com sede no Edifício Carabolo, 254,EN 109, 3880 Válega, Ovar, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 64.º, n.º 1 do C.I.R.E.)

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE)

10 de Outubro de 2008. — A Juíza Estagiária, *Catarina Leandro Vasconcelos.* — O Oficial de Justiça, *Isabel Oliveira.*

301172989

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio n.º 221/2009

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)
Processo: 1607/08.3TBPFR

Requerente: Ministério Público
Insolvente: Confecções Jorge & Marinho Lda.

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Paços de Ferreira, 3.º Juízo, no dia 24-12-2008, às 10:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Confecções Jorge & Marinho Lda., NIF — 504125826, Endereço: Rua dos Moinhos, Ferreira, 4590-000 Paços de Ferreira, com sede na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Amadeu José Maia Monteiro de Magalhães, Endereço: Rua de Santa Rita, n.º 333, Real, 4605-359 Vila Meã.

É administradora do devedor: Rosalina Filomena Ferreira Ribeiro. Endereço: Praceta 19 de Março, n.º 49 — 3.º Esq., S. Miguel, 4800 Caldas de Vizela, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º, do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º, do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º, do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2, do artigo 25.º, do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º, do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1, do artigo 9.º, do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

29 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Berta Pacheco.* — O Oficial de Justiça, *Telmo Ferraz.*

301180286

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES

Anúncio n.º 222/2009

Processo: 3747/08.0TBPRD
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: VERCOR — Artigos, Lda.
Insolvente: V.G.A.- Construções e Instalações Especiais, Lda.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Paredes, 3.º Juízo Cível de Paredes, no dia 15-12-2008, às 12:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

V. G. A. — Construções e Instalações Especiais, Lda., NIF 503497967, Endereço: Rua Santa Marinha, 285, R/c Direito, 4585-813 Paredes, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Rui Manuel de Castro Pinto, estado civil: Casado (regime: Comunhão de adquiridos), nascido(a) em 06-11-1956natural de Portugal, concelho de Porto, freguesia de Campanhã [Porto], nacional de Portugal, NIF — 107290898, BI — 3596094, Endereço: Praça do Município, 13, 4.º Frente, 4470-202 Maia, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

António Francisco Cocco Seixas Soares, Endereço: Avenida do Visconde Barreiros, n.º 77, 5.º, Maia, 4470-151 Maia

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em __30__ dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11-02-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º dp Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

22 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria José Franco Nunes.* — O Oficial de Justiça, *Umbelina de Moura Sena.*

301142653

TRIBUNAL DA COMARCA DE PENACOVA

Anúncio n.º 223/2009

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 773/06.7TBPCV

Requerente: Manuel Fernandes
Insolvente: TRANSCARAN — Materiais de Construção, Unipessoal, L.da

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: TRANSCARAN — Materiais de Construção, Unipessoal, L.da, NIF 504427067, com sede em Parque Industrial da Espinheira, Penacova.

Administrador da insolvência: Cláudia Sousa Soares, Endereço: Rua D. Afonso Henriques. 564, 2.º Dt.º Frente, 4435-006 Rio Tinto

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por finalização do rateio final

Efeitos do encerramento:

a) Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando, designadamente a requerida o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios;

b) Cessam as atribuições da Comissão de credores e do Administrador de Insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas;

c) Os credores da Insolvência poderão exercer os seus direitos contra a requerida.

d) Os credores da massa podem reclamar da requerida os seus direitos não satisfeitos.

Foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

16 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Alexandra Dâmaso*. — O Oficial de Justiça, *Lina Ferreira.*

301141998

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAFIEL

Anúncio n.º 224/2009

Processo: 2592/08.7TBPNF
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: LAUROMIGUEL — Aluguer de Equipamentos de Construção, Lda.

Credor: Direcção-Geral dos Impostos Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados

Nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Penafiel, 4.º Juízo de Penafiel, no dia 12-12-2008, 11H56M, foi proferida sentença de declaração de insolvência do (s) devedor (es):

LAUROMIGUEL — Aluguer de Equipamentos de Construção, Lda., NIF — 506015963, Endereço: Lugar de Castro, 4560-963 Penafiel

Com sede na morada indicada.
São administradores do devedor:
Mário Manuel Moreira Mendes, estado civil: Desconhecido, Endereço: Lugar de Castro, Penafiel, 4560-963 Penafiel
a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).
Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.
Maria Margarida de Almeida Reis Silva, Endereço: Rua de Santa Catarina n.º 391, 4.º Esq., Porto, 4000-000 Porto
Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.
Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.
Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36 — CIRE)
Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.
Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:
O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.
O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.
Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).
Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

a) A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;
b) As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;
c) A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;
d) A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;
e) A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 06-02-2009, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.
É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).
Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).
Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º dp Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).
Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.
Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).
Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).
Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

12 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *António Pedro Peniche*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Vieira.*

301124899

TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAMACOR

Anúncio n.º 225/2009

Processo: 78/08.9TBPNC
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Banco BPI, Soc. Aberta
Insolvente: BEIRAGESSOS — Gessos da Beira, Lda.

Convocatória de Assembleia de Credores
Insolvente: BEIRAGESSOS — Gessos da Beira, Lda., NIF — 502729430, Endereço: Lugar de Anascer, 6090-355 Benquerença
Administrador da Insolvência: António Ramos Correia, Endereço: Rua Mateus Fernandes, 135 — 1.º B, Apartado 521, 6201-907 Covilhã

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 11-03-2009, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores a que alude o artigo 156.º do C.I.R.E.
Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.
É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).
Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea *c*) n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

11 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Raquel Bonina Bicho.* — O Oficial de Justiça, *Adelino Salvado.*

301177321

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

Anúncio n.º 226/2009

Processo: 1274/07.1TBPBL — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Casimiro Gomes Unipessoal, Lda.
Devedor: Season, Lda

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Pombal, 1.º Juízo de Pombal, no dia 05-12-2008, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Season, Lda, NIF — 507276469, Endereço: Rua Dr. José Portela Fernandes, Lt A-10, Pombal, 3100-394 Pombal, com sede na morada indicada.
São administradores da devedora — Casimiro Lopes Gomes, Endereço: Rua Manuel Gameiro, n.º 4, 3100-000 Pombal, a quem é fixado domicílio na morada indicada.
Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio — Dr.ª Paula Carvalho Ferreira, Endereço: Rua Seabra de Castro, S. Gabriel Center 1.º J, Apartado 136, 3781-909 Anadia
Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.
Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.
Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]
Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.
Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:
O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.
O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.
Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).
Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10-02-2009, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

10 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Ana Raquel da Costa Pinheiro e Silva*. — O Oficial de Justiça, *Aurora Maria M. O. M. Galvão.*

301169302

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE LIMA

Anúncio n.º 227/2009

Prestação de Contas (Liquidatário)
Processo n.º 20/04.6TBPTL-J

Liquidatário Judicial: Fernando Augusto Barbosa de Carvalho
Requerido: Abreu e Irmão, L.da

O Dr. João Augusto Martins Castanho Correia, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.)

21 de Outubro de 2008. — Juiz de Direito, *João Augusto Martins Castanho Correia*. — O Oficial de Justiça, *Guiomar Leones.*

300878643

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

Anúncio n.º 228/2009

Insolvência de pessoa colectiva (Apresentação)
Processo: 517/08.9TBPTG

Rectificação ao anúncio n.º 6386/2008, de 23 de Outubro

O/A Mm.º(.ª) Juiz de Direito Dr(a). Maria Clara da Silva Maia Figueiredo, do(a) 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Portalegre:

Faz saber que no anúncio n.º 6386/2008, publicado na 2.ª Série do *Diário da República,* de 23 de Outubro de 2008, extraído dos autos de Insolvência supra-identificados, por lapso, foram indicados como devedores António Luís Valente Azeiteiro e Azeiteiro & Galão, L.da, quando apenas foi decretada a Insolvência de Azeiteiro & Galão, L.da, NIF 504334808, com sede em Rua Joaquim José Anastácio Monteiro, 25, 7450-266 Vaiamonte, Monforte.

Pelo presente anúncio se rectifica o acima referido, no que diz respeito à identificação do devedor, em conformidade com o que supra se esclarece, mantendo-se o anterior anúncio válido quanto às restantes informações do mesmo constantes.

27 de Outubro de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria Clara da Silva Maia Figueiredo.* — A Escrivã de Direito, *Maria Madalena F. Ferreira.*

300924675

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTO DE MÓS

Anúncio n.º 229/2009

Processo: 1601/07.1TBPMS
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Manuel Vieira Januário e outro(s)...
Insolvente: Tiago & André — Com. Gado Vivo Carnes Frescas
Tiago & André — Com. Gado Vivo Carnes Frescas, NIF — 505045249, Endereço: Tojal de Cima, S. Pedro, 2480-000 Porto de Mós
António José Matos Loureiro, Endereço: Edifício Topázio — Escritório 405 Apartado 2015, 3001-601 Coimbra

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: tendo sido declarado aberto o incidente de qualificação com carácter limitado, nenhum interessado requereu o complemento da sentença — artigo 39.º, n.º 7, alínea *b*) do C.I.R.E.

Efeitos do encerramento: artigo 39.º, n.º 7 do C.I.R.E.

12 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Carla Alexandra Alves Fraga.* — O Oficial de Justiça, *Carla Patrão.*

301098769

Anúncio n.º 230/2009

Insolvência pessoa singular (Requerida)
Processo: 874/08.7TBPMS

Requerente: PRECERAM — Indústrias de Construção, S. A.
Insolvente: Maria Odete Monteiro Videira Fontes

Maria Odete Monteiro Videira Fontes, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nacional de Portugal, NIF 148360610, BI 4355952, Endereço: Rua Mestre António Almeida Grosso, n.º 7, 2440-234 Golpilheira
Jorge Fialho Faustino, Endereço: Rua da Capela, n.º 14, 2.º, 2475-109 Benedita

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: a insolvência da devedora sido declarada com carácter limitado e não tendo sido requerido o complemento de sentença — artigo 39.º, n.º 2 al. a do CIRE

Efeitos do encerramento: artigo 233.º do CIRE

23 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Bruno Miguel Pinto Lopes.* — O Oficial de Justiça, *Ana Paula Alves Crachat.*

301149799

Anúncio n.º 231/2009

Processo: 874/08.7TBPMS-B
Prestação de Contas (Liquidatário)

Requerente: PRECERAM — Indústrias de Construção, S. A.
Insolvente: Maria Odete Monteiro Videira Fontes

O Dr. Bruno Miguel Pinto Lopes, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o falida(o), notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.)

23 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Bruno Miguel Pinto Lopes.* — O Oficial de Justiça, *Ana Paula Alves Crachat.*

301149514

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio n.º 232/2009

Publicidade da Prestação de Contas nos autos de Insolvência n.º 518/08.7TBVFR-C, em que é Insolvente: ELECTRO 31 — Instalações Eléctricas, L.da

O Dr. João Severino, Juiz de Direito de Turno, faz saber que são os credores e a insolvente ELECTRO 31 — Instalações Eléctricas, L.da, NIF — 505843951, Endereço: Rua António Henriques Ribeiro, n.º 147, Caldas de S. Jorge, 4505-681 C. de S. Jorge, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

23 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito de Turno, *João Severino.* — O Oficial de Justiça, *Fernanda Maria Pereira.*

301148315

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 233/2009

Insolvência pessoa colectiva (Requerida) n.º 3046/08.7TBSTS

Requerente: António Nunes Ferreira
Insolvente: O Molete Padaria Pastelaria Cafetaria Lda

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Santo Tirso, 2.º Juízo Cível de Santo Tirso, no dia 11-12-2008, pelas 18:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

O Molete Padaria Pastelaria Cafetaria Lda, NIF — 503257346, Endereço: Rua Luis de Camões, 80, 4780-497 Santo Tirso

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Joaquim Dinis de Almeida, Endereço: Rua de Sousa Trepa, N.º 70 — 1.º Esqdo., Santo Tirso, 4780-554 Santo Tirso

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 05-02-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º dp Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Juiz (artigo 193.º do CIRE).

15 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *José Manuel Monteiro Correia*. — O Oficial de Justiça, *Paulo J. L. Rodrigues.*

301126315

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DO SEIXAL

Anúncio n.º 234/2009

Processo: 3826/08.3TBSXL
Insolvência pessoa singular (Requerida)

Requerente: Álvaro Covelo & Pinto, L.da
Requerido: Carlos Alberto Laranjeira e Silva

No Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Seixal, 1.º Juízo Cível de Seixal, no dia 28-11-2008, às 12:19 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Carlos Alberto Laranjeira e Silva, número de identificação fiscal 137735928,com domicílio na Avenida dos Metalúrgicos, n.º 87-A, r/c dto. — Arrentela — 2840-266 Seixal

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. António Machado Magalhães, Endereço: Largo Costa Pinto, 10 — 2.º Esquerdo, Almada, 2805-265 Almada

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;
As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;
A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;
A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;
A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 27-02-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.
Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).
Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).
Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.
Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).
Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

18 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Francisca Martins Preto*. — O Oficial de Justiça, *Ana Paula Santos.*

301124144

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VALONGO

Anúncio n.º 235/2009

Processo: 4593/08.6TBVLG
Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Devedor: Norberto dos Santos Moreira e outro(s).
Credor: SOREFOZ — Electrodomésticos e Equipamentos, S.A e outro(s).

No Tribunal Judicial de Valongo, 1.º Juízo de Valongo, no dia 18-11-2008,às17:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):
Norberto dos Santos Moreira, estado civil: casado, Endereço: Rua de Rainha Santa Isabel n.º 15, 4445-386 Alfena, Valongo
Maria de Fátima de Sousa Marujo, estado civil: casado, Endereço: Rua Rainha Santa Isabel n.º 15, 4445-380 Alfena, Valongo
Com domicílio na morada indicada.
Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.
Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto
Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.
Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.
Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]
Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.
Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:
O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.
O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.
Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;
As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;
A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;
A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;
A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 26-01-2009, pelas 09:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.
Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).
Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).
Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

19 de Novembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Carla Jesus Costa Fraga Torres*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Pinto.*

301007294

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

Anúncio n.º 236/2009

Processo: 3570/08.1TBVCT
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Regina Maria Enes Ferreira Videira
Insolvente: N.M.V. — Fabrico de Vestuário, Unipessoal, L.da

No Tribunal Judicial de Viana do Castelo, 4.º Juízo Cível de Viana do Castelo, no dia 26-12-2008, às14:05 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

N.M.V. — Fabrico de Vestuário, Unipessoal Lda., número de identificação fiscal 506375536, Endereço: Lugar da Madorra — Perre, Perre, 4900-000 Viana do Castelo, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:
a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).
Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Miguel Ribas, Endereço: Rua de Aveiro, 87, 4900-495 Viana do Castelo

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.
Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.
Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]
Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.
Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.
O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;
As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;
A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;
A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;
A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 03-03-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.
É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).
Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).
Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea *c*) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].
Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.
Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).
Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

29 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, de turno, *Mara Sampaio*. — O Oficial de Justiça, *Manuela Neiva.*

301173466

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Anúncio n.º 237/2009

Processo: 3772/08.0TJVNF
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Carlos José Morais da Costa
Insolvente: Nova Papilon — Comércio de Vestuário Lda.

Nos Juízos de Competência Cível de Vila Nova de Famalicão, 4.º Juízo Cível, no dia 09-12-2008, às 18 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:
Nova Papilon — Comércio de Vestuário Lda., NIF. 502 978 724, Endereço: Praça Cupertino de Miranda, Centro Comercial Bezerra, Loja 22, 4760-000 Vila Nova de Famalicão, com sede na morada indicada.
Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.
Dr. Manuel Jaime Fernandes, NIF.º 102 612 862, Endereço: Rua Visconde de Setúbal, 242, 1.º Dt.º Traseiras, 4200-498 Porto
Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.
Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.
Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]
Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.
Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:
O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 10 dias.
O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.
Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).
Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;
As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;
A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;
A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;
A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 12-02-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.
É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).
Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).
Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).
Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.
Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).
Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).
Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

10 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Vítor Vale.* — O Oficial de Justiça, *Rosa da Costa Ferreira.*

301075301

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 238/2009

Insolvência n.º 794/08.5TYVNG
Insolvência de pessoa colectiva (Apresentação)

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 1.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 11-12-2008, às 08:06 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) Armando Ferreira Vieira Sá, L.da, número de identificação fiscal 504761161, Largo Eng. António de Almeida, 30 — 4.º, Sala D 34, Porto, 4100-065 Porto, com sede na morada indicada.
Para Administrador da Insolvência foi nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Álvaro Manuel Botelho da Costa, com escritório na Rua José J. Gomes da Silva, 49 — 7.º Dt.º, 4450-171 Matosinhos.

São Administradores do Devedor:

Armando Ferreira Vieira de Sá, Praceta do Professor Egas Moniz, 164, 8.º Dto., 4000-000 Porto, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

15 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria A. M. Faustino*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Afonso.*

301114724

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 239/2009

Processo: 431/06.2TYVNG
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: BRIEL — Indústria de Electrodomésticos, S. A.

Suplente Com. Credores: Totta Crédito Especializado — Instituição Financeira de Crédito, S. A., e outro(s).

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: BRIEL — Indústria de Electrodomésticos, S. A., NIF — 500778558, Endereço: Rua Sidónio Pais, n.º 390 Lugar do Rio, Nogueira da Maia, 4474-498 Maia

Administrador de insolvência: Rui Jorge Soares Silva Castro Lima, Endereço: Rua Combatentes da Grande Guerra, 29, 1.º, 3810-087 Aveiro

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por:

Ter transitado em julgado a decisão de homologação do plano de insolvência.

Efeitos do encerramento: artigo. 230.º n.º 1 al b, 232.º n.º 2 e 233.º do CIRE.

10 de Novembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos.*

300962461

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio (extracto) n.º 240/2009

Processo n.º 753/08.8TYVNG

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 3.º Juízo, Processo 753/08.8TYVNG, no dia 26-11-2008, às 23:14 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Livrarias Peculiares, S. A., NIF — 507680111, Endereço: Av. da Boavista n.º 3265, Sala 4.1, 4100-137 Porto, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Américo Augusto Correia da Silva Areal, Residente Na Rua Pedro Homem de Melo, n.º 452-6.º Esq., 4000-000 Porto, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto, telef/fax: 222 088 682

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10-02-2009, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

28 de Novembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Sá Couto.* — O Oficial de Justiça, *Isabel Carvalho.*

301039395

Anúncio n.º 241/2009

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, Proc. 500/07.1TYVNG, 3.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 16-12-2008, 21h 06m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

MAXTE — Comércio Têxtil, L.da, número de identificação fiscal 503812536, Endereço: Com Sede Na Rua 10, lote 24-Vila do Conde, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.º Miguel Ribas, telef. 258813391, Endereço: Rua de Aveiro, 87, 4900-495 Viana do Castelo

São administradores do devedor:

António Augusto Sá Fernandes da Silva, Endereço: Rua 10-Lote 24- 4480 Vila do Conde, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

17 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Sá Couto.* — O Oficial de Justiça, *Fábia Jesus Moreno.*

301116782

Anúncio n.º 242/2009

Processo: 96/08.7TYVNG

Publicidade de Deliberação nos autos de Insolvência, Processo: 96/08.7TYVNG, em que são:

Insolvente: FAPOBOL — Fábrica Portuense de Borracha, S. A., NIF — 500109222, Endereço: Recta do Mindelo, EN 13, km 16, Mindelo, 4485-473 Vila do Conde

Administrador da Insolvência: Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto, telefone 222088682, fax 222088682, mail: rc.ai@netcabo.pt

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, por decisão da Assembleia de Credores, foi aprovado Plano de Insolvência.

17 de Dezembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Serafim Moreira.*

301110706

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL

Anúncio n.º 243/2009

Processo: 1894/08.7TBVRL
Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Carla Cristina Mourão Martins
Efectivo Com. Credores: Banco Cetelem, S. A., e outro(s).

No Tribunal Judicial de Vila Real, 3.º Juízo de Vila Real, no dia 04-11-2008, às 17:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) Carla Cristina Mourão Martins, estado civil: Divorciado, nascido(a) em 16-11-1971natural de Angola, nacional de Portugal, NIF 211756644, BI 9810254, Endereço: Rua da Fonte Romana — Aveçãozinho, Campeã, 5000-000 Vila Real, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio — Álvaro Manuel Botelho da Costa, Endereço: Rua de Recarei, 275, 1.º Dt.º, 4465-000 S. Mamede de Infesta

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º e 188.º do CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 (trinta) dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 14/01/2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

10 de Novembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Cristina Rodrigues.* — O Oficial de Justiça, *Vítor Rodrigues.*

300965937

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA VERDE

Anúncio n.º 244/2009

Processo: 1283/08.3TBVVD
Insolvência Pessoa Colectiva (Apresentação)

Devedor: AFIAVERDE — Afiamentos e Rectificações, Lda.
Credor: DISMATEC — Distribuidores de Máquinas e Tecnologia Para Madeira.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Vila Verde, 1.º Juízo de Vila Verde, no dia 04-12-2008, às 18,30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

AFIAVERDE — Afiamentos e Rectificações, Lda., NIF — 503116696, Endereço: Lugar de Real, Barbudo, 4730-000 Vila Verde, com sede na morada indicada.

É administrador da devedora: António Pereira dos Santos, com Endereço: Av. do Rio n.º 99, Cabanelas, 4730-000 Vila Verde, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio, Dr. Francisco Duarte, NIF: 200017560, com Endereço: Rua Duques de Barcelos, n.º 6, 2.º Andar, Sala 4, 4750-264,Barcelos.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea I do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 18-02-2009, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de Assembleia de Credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito, e o dia 16/01/09, pelas 14,30 horas para a tomada de posse e compromisso de honra da comissão de credores.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

4 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Alda Cristina Sá Faustino*. — O Oficial de Justiça, *Ermelinda Araújo B. Barreiro.*

301077976

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VISEU

Anúncio n.º 245/2009

Processo: 3294/08.0TBVIS
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Fernanda Figueiredo de Almeida e outro(s).
Insolvente: Cecílio & Pina, Lda.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Viseu, 4.º Juízo Cível de Viseu, no dia 20-11-2008, às 15:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Cecílio & Pina, Lda., NIF — 500059837, Endereço: Quinta da Ramalhosa, Repeses, 3500-689 Viseu com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Horácio Cecílio Rego, nascido em 05-02-1930, NIF — 122123018, BI — 1635807, Endereço: Quinta da Ramalhosa, Repeses, 3500-689 Viseu;

Maria Etelvina Ferreira Pina Rego, nascida em 26-07-1931, NIF — 139528202, BI — 2504118, Endereço: Quinta da Ramalhosa, Repeses, 3500-689 Viseu a quem é fixado provisoriamente domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Adelino Ferreira Novo, Endereço: Praceta Manuel Ribeiro, n.º 15, 3780-000 Anadia

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 02-02-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

21 de Novembro de 2008. — O Juiz de Direito, *André Alves*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Alexandre Samorinha.*

301011376

TRIBUNAL DA COMARCA DE VOUZELA

Anúncio n.º 246/2009

Processo: 258/08.7TBVZL
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Aredes Serralheiros, L.da

Presidente Com. Credores: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lafões, Crl e outro(s).

No Tribunal Judicial de Vouzela, Secção Única de Vouzela, no dia 10-12-2008, após as 17:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Aredes Serralheiros, L.da, número de identificação fiscal 502945893, Endereço: Adside, Campia, 3670-000 Vouzela, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Lino Fernandes Arede, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido(a) em 12-06-1960natural de Portugal, concelho de Vouzela, freguesia de Campia [Vouzela], nacional de Portugal, NIF — 174979444, BI — 7931666, Endereço: Adside, Campia, 3670-000 Vouzela, Jose Pedro Fernandes Arede, Serralheiro Civil, estado civil: Desconhecido, nascido(a) em 15-01-1966natural de Portugal, concelho de Vouzela, freguesia de Alcofra [Vouzela], nacional de Portugal, número de identificação fiscal 187323259, BI — 7952040, Endereço: Adside, Campia, 3670-000 Vouzela, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: — Albino José Correia Arromba da Cunha, Endereço: Rua Manuel Melo Freitas, n.º 25, 2.º Esq.º, 3800-217 Aveiro

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10-02-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

11 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Cidália Lisete Pereira da Silva*. — O Oficial de Justiça, *José António.*

301122784

Anúncio n.º 247/2009

Processo: 253/07.3TBVZL
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Manuel Marques Correia
Insolvente: SERVINEGÓCIOS, Lda

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Vouzela, Secção Única de Vouzela, no dia 08-07-2008, às 17:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

SERVINEGÓCIOS, Lda, NIF — 503367699, Endereço: Av. João de Melo, 73, 3670-000 Vouzela, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Diamantino Maia Ferreira, NIF — 103430237, BI — 1538437, Licença de condução — L — 858751-7, Endereço: Rua Comendador Correia de Oliveira, 16, 3670-231 Vouzela, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: — Dr(a). Graciela M. Coelho, Endereço: Rua Fradique Morujão, 260, 4460-000 Sr.ª da Hora.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i*) do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

A reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, foi realizada no dia 03/11/2008, às 14:00 horas e o respectivo anúncio publicado em 09/10/2008.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

15 de Dezembro de 2008. — A Juíza de Direito, *Cidália Lisete Pereira da Silva*. — O Oficial de Justiça, *José António.*

301119196

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Despacho (extracto) n.º 1159/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008:

Maria Beatriz Barbosa Ferreira, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, nomeada, após confirmação de declaração de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, 1ª Delegação, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 02 de Maio, precedendo concurso, chefe de secção do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionada no 01, índice 337. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes.*

Despacho (extracto) n.º 1160/2009

Por meu despacho de 16 de Dezembro de 2008:

Nomeio o técnico profissional especialista principal do quadro de pessoal dos serviços de apoio técnico e administrativo da Procuradoria-Geral da República, Vítor Manuel Palmeiro Mendonça, para o exercício de funções correspondentes à carreira de técnico superior, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, com vista à posterior reclassificação na categoria de técnico superior de 2.ª classe, do mesmo quadro de pessoal, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos reportados à data de 6 de Novembro de 2008.

Foram cumpridas as disposições legais constantes do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente através de procedimento de selecção para reinicio de funções por tempo indeterminado, P20085540, de 24-09-2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes.*

Despacho (extracto) n.º 1161/2009

Por meu despacho de 22 de Dezembro de 2008:

Antónia Correia Xarouco Soares, técnica superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal do ex-Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, transferida, obtida a anuência do serviço de origem, para igual categoria da carreira técnico superior do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, com efeitos a 22 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20087098, publicitado em 19-11-2008.

(Isento de visto prévio do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes.*

Despacho (extracto) n.º 1162/2009

Por meu despacho de 22 de Dezembro de 2008:

Maria Armanda Pereira Marques, técnica superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Inspecção-Geral das Pescas, transferida, obtida a anuência do serviço de origem, para igual categoria da carreira técnico superior do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, com efeitos a 22 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20087098, publicitado em 19-11-2008. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes.*

Despacho (extracto) n.º 1163/2009

Por meu despacho de 19 Dezembro de Dezembro de 2008, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça:

Nomeio o licenciado Fernando Henriques dos Santos Ramos, escrivão-adjunto, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, no âmbito de processo de reclassificação, nos termos dos artigos 4.º, 6.º, 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a carreira técnica superior, categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 2, índice 415 do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, com efeitos a partir de 23 de Dezembro de 2008.

Foram cumpridas as disposições legais constantes do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente através do procedimento de selecção para reinicio de funções por tempo indeterminado, com o código de oferta P20085874.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

30 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes.*

Despacho (extracto) n.º 1164/2009

Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008:

Licenciada Maria Celeste Mendes Rodrigues, assessora do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-

-Geral da República, nomeada definitivamente, precedendo concurso, com efeitos reportados à data do despacho, assessora principal, da mesma carreira e do mesmo quadro.

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 2 de Maio, e obtida a respectiva confirmação de cabimento, por parte da 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, e ao estipulado nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme procedimento P20085151. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

30 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes.*

Parecer n.º 62/2007

Reclassificação — Carreira Técnica Superior — Mobilidade — Habilitações Literárias — Conteúdo Funcional — Direcção-Geral da Administração da Justiça — Cargo Dirigente — Competência — Exercício de Funções — Hierarquia.

1.ª — A reclassificação e a reconversão profissionais, cujo regime é estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, constituem instrumentos de mobilidade intercarreiras que podem ser utilizados pela Administração, por sua iniciativa ou a requerimento dos interessados, com vista a uma melhor gestão dos recursos humanos;

2.ª — A reclassificação de funcionários para categoria e carreira diferentes daquelas em que estão integrados exige a verificação de uma das condições de aplicação previstas no artigo 4.º e, cumulativamente, o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 7.º do mesmo decreto-lei;

3.ª — A aquisição, após a integração na carreira de origem, das habilitações académicas ou das qualificações profissionais exigíveis para o ingresso na nova carreira permite a reclassificação do funcionário, desde que se verifique o requisito relacionado com o exercício de funções correspondentes a esta carreira e haja interesse de serviço;

4.ª — Os titulares de cargos de direcção intermédia são responsáveis pela prossecução das atribuições cometidas à respectiva unidade orgânica e, no exercício das suas competências, detêm poderes de direcção, orientação, supervisão e controlo sobre os funcionários que lhe estão afectos, o que pressupõe um domínio superior nas respectivas áreas de intervenção funcional e estabelece um «nexo de competência comum» entre ambos;

5.ª — Deste modo, o exercício de funções dirigentes em unidade em que prestam serviço funcionários dos quadros da carreira técnica superior, no âmbito do seu conteúdo funcional, permite que, observados os requisitos de tempo e de forma, se considere comprovado o exercício de funções correspondentes àquela carreira, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma legal;

6.ª — Podem ser reclassificados para a carreira técnica superior, os secretários de justiça, licenciados após a integração em carreira do grupo de oficiais de justiça, que há mais de um ano exercem cargos dirigentes em unidades orgânicas da Direcção-Geral da Administração da Justiça, cujas competências se interligam com a intervenção funcional dos funcionários da carreira técnica superior, e que manifestaram essa vontade, desde que haja interesse de serviço e seja emitido parecer favorável pela Secretaria-Geral do Ministério.

Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Excelência:

1 — Dignou-se Vossa Excelência solicitar parecer deste Conselho Consultivo acerca da aplicabilidade do regime de reclassificação profissional, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, a dois secretários de justiça, que exercem cargos dirigentes na Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), desse Ministério, e que pretendem ser integrados na carreira técnica superior.

2 — São os seguintes os contornos das situações concretas, e respectivos procedimentos, que estão na génese da presente consulta:

António Fernando Miranda Dias é secretário de justiça e licenciado em Organização e Gestão de Empresas. Desde 11 de Julho de 1994 exerce o cargo de director de serviços na (actualmente designada) Direcção de Serviços de Gestão Financeira, daquela Direcção-Geral; anteriormente, e por período de tempo superior a um ano, terá exercido funções correspondentes à carreira técnica superior na Direcção-Geral dos Serviços Judiciários (DGSJ, que antecedeu a DGAJ[1]);

Luís Fernando Borges Freitas é secretário de justiça e licenciado em Direito. Desde 7 de Abril de 1997, exerce cargos dirigentes, inicialmente, como chefe de divisão no Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico e, actualmente, como director de serviços na Direcção de Serviços da Administração Judicial, da DGAJ; anteriormente, e por um período de tempo superior a um ano, terá também exercido funções correspondentes à carreira técnica superior, na DGSJ;

Em data não indicada do ano 2000, a Direcção-Geral dos Serviços Judiciários remeteu à Secretaria-Geral do Ministério da Justiça processos para reclassificação profissional dos interessados (designação que, doravante passaremos a adoptar) para a carreira técnica superior, na categoria de assessores principais, escalão 1, invocando, para o efeito, o disposto na alínea *d*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, nos termos da qual, uma das condições que pode dar lugar ao procedimento de reclassificação profissional é a «aquisição de novas habilitações académicas e ou profissionais, desde que relevantes para as áreas de especialidade enquadráveis nas atribuições e competências dos organismos e serviços da Administração Pública»[2];

Essa pretensão foi objecto de indeferimento, por despacho de 5 de Janeiro de 2001, da Secretária-Geral, com fundamento na não observância do requisito exigido pela alínea *b*) do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma legal[3], sendo referido que «teria que haver exercício efectivo das funções correspondentes à nova carreira, o que não se verifica dado serem ambos dirigentes»;

Em 23 de Novembro de 2001, a Direcção-Geral da Administração da Justiça solicitou à Secretaria-Geral a "reponderação" do assunto, invocando que o pedido se fundamentava na alínea *d*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99 — "aquisição de novas habilitações académicas" — e não na existência de "desajustamento funcional", acrescentando que a Secretaria-Geral teria já «apreciado positivamente outros pedidos reportados à mesma alínea»;

Nessa ocasião, foi solicitado parecer à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) que considerou não ser possível a reclassificação dos interessados, quer com fundamento no "desajustamento funcional", quer com fundamento na "aquisição de novas habilitações académicas", já que, quanto ao primeiro, «as funções dirigentes desempenhadas [...] são diferenciadas das dos técnicos superiores» e, quanto ao segundo, os interessados «quando foram investidos nos cargos dirigentes eram já detentores do grau de licenciatura»[4]. Com base nesse parecer foi mantida a anterior decisão de não reclassificação; a Secretaria-Geral esclareceu, ainda, que nos outros casos, em que teria havido reclassificação, os respectivos funcionários preenchiam as exigências legais;

Inconformados com esta decisão, em 29 de Setembro de 2002, os interessados dirigiram uma queixa à Provedoria de Justiça, a qual veio a ser arquivada, por despacho do Provedor-Adjunto de Justiça[5], que concluiu: «[...] não sendo objectivamente possível, na pendência do exercício de funções dirigentes, a verificação do requisito estabelecido na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, indispensável à reclassificação profissional, e não competindo ao Provedor de Justiça pugnar pela dispensa da verificação desse requisito, na medida em que lhe está subjacente um juízo de avaliação profissional, entendo que não se justifica a intervenção deste órgão do Estado no presente processo»;

Em Março de 2005, a DGAJ voltou a solicitar à Secretaria-Geral a reapreciação da possibilidade de reclassificação dos mesmos interessados, com base nos mesmos pressupostos;

Ouvida a Auditoria Jurídica do Ministério, foi prestada informação[6] no sentido de que «[...] não é possível a verificação do requisito estabelecido na alínea *b*) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na pendência do exercício de funções dirigentes, pelo que não se poderá proceder à reclassificação profissional solicitada». Sobre esta informação foi proferido, em 5 de Agosto de 2005, despacho de concordância do competente membro do Governo;

Em 18 de Junho de 2007, foi recebido na Secretaria-Geral novo ofício da DGAJ solicitando a reapreciação dos mesmos processos de reclassificação, «nos termos e para os efeitos previstos no artigo 7.º, n.º 1, alínea *c*), daquele Decreto-Lei», remetendo a fundamentação para memorando anexo;

Efectivamente, encontra-se junto ao expediente cópia de um memorando, subscrito pelos interessados, com data de 27 de Dezembro de 2004, do qual se transcrevem as respectivas conclusões:

> «1. As habilitações académicas a que se refere a alínea *d*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, podem ter sido adquiridas antes da entrada em vigor do diploma em causa;
>
> 2. O exercício de funções a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma pode ter terminado em momento anterior à data em que se coloca a possibilidade de dispensa a que se reporta o referido artigo;
>
> 3. O exercício de funções dirigentes, na medida em que são um "plus" em relação às funções correspondentes à carreira técnica superior, podem relevar para efeitos da dispensa a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro;
>
> 4. Se se aceitar como válidas a 1.ª e 3.ª conclusões, os interessados reúnem condições para serem reclassificados podendo beneficiar da dispensa a que alude o n.º 2 do artigo 7.º».

3 — Na sequência da recepção deste novo pedido de reapreciação, a Secretária-Geral do Ministério propôs a solicitação de parecer deste corpo consultivo, o que mereceu concordância superior.

Cumpre emitir o solicitado parecer.

1 — Como nota prévia, convém realçar que este parecer é elaborado na fase final de aplicação de um regime jurídico e de um modelo organizativo da função pública, cujas bases se alicerçam, essencialmente, no Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho[7], que estabelece os princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal da função pública, e em diversos diplomas que lhe sucederam e que desenvolvem áreas específicas, designadamente, em matéria de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público, o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro[8]. No âmbito deste parecer, relevam, ainda, o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho[9], sobre estruturação de carreiras, e, fundamentalmente, o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 497/99, sobre reclassificação e reconversão profissionais, cuja aplicação aos interessados é questionada na consulta.

A breve prazo, porém, mais concretamente no dia 1 de Janeiro de 2009, data em que entrará em vigor o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas — aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro — aquele complexo normativo deixará de se aplicar, nos termos da norma revogatória contida no artigo 116.º, conjugada com o n.º 7 do artigo 118.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os novos regimes de vinculação, carreiras e de remunerações dos trabalhadores da Administração Pública.

Neste condicionalismo, passaremos a analisar as questões suscitadas à luz da legislação em vigor, sem deixarmos de dar conta das consequências que a sua revogação implicará nos procedimentos que, na referida data, se encontrem pendentes.

2 — O modelo em que se organiza e estrutura, ainda, a função pública, assenta na base de carreiras e categorias.

O ingresso dos funcionários em cada carreira faz-se, em regra, na respectiva categoria de base, à qual corresponde determinado conteúdo funcional, legalmente fixado, e que explicita o conjunto de funções e responsabilidades exigidas[10].

De acordo com os princípios consagrados no artigo 3.º do diploma que estabelece o regime geral de reestruturação das carreiras da função pública (Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho), «as funções públicas podem ser asseguradas em regime de carreira ou em regime de emprego», sendo que «o desempenho de funções públicas que correspondem a necessidades permanentes e próprias dos serviços, deve, em princípio, ser assegurado por pessoal em regime de carreira»; a carreira «estrutura-se na base da adequação às funções e desenvolve-se de acordo com as regras gerais de ingresso e acesso definidas no presente decreto-lei, sem prejuízo da existência de requisitos especiais com relação a carreiras específicas».

As noções de carreira e categoria estão definidas pelo artigo 4.º, nos seguintes termos: a carreira é «o conjunto hierarquizado de categorias às quais correspondem funções da mesma natureza a que os funcionários terão acesso de acordo com a antiguidade e o mérito evidenciado no desempenho profissional»; a categoria é «a posição que os funcionários ocupam no âmbito de uma carreira, fixada de acordo com o conteúdo e qualificação da função ou funções, referida à escala salarial da função pública».

Quanto à estrutura, o artigo 5.º prevê que as carreiras podem ser verticais, horizontais e mistas (*verticais*, quando integram categorias com o mesmo conteúdo funcional, diferenciadas em exigências, complexidade e responsabilidade; *horizontais*, quando integram categorias com o mesmo conteúdo funcional cuja mudança de categoria corresponde à maior eficiência na execução das respectivas tarefas; *mistas*, quando combinem características das carreiras verticais e das horizontais).

Noutra classificação, as carreiras podem ser de regime geral e de regime especial (artigo 8.º). As primeiras constituem a regra, sendo que a estruturação só pode seguir uma ordenação própria quando, «precedendo as adequadas acções de análise, descrição e qualificação de conteúdos funcionais, se conclua pela necessidade de um regime especial»; assim, no âmbito das carreiras de regime especial, «integra-se tão-só o pessoal a quem compete assegurar funções que, atenta a sua natureza e especificidade, devam ser prosseguidas por um agrupamento de pessoal especializado e inserido numa carreira criada para o efeito».

Por seu turno, o artigo 6.º estabelece uma classificação entre funções de concepção, de aplicação e de execução. São de concepção, «as funções de natureza científico-técnica, de investigação e estudo, concepção e adaptação de métodos científicos e técnicos, de âmbito geral ou especializado»; são de aplicação «as «funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, de âmbito especializado»; e são de execução, «as funções de natureza executiva, de aplicação técnica ou administrativa, com base no estabelecimento ou adaptação de métodos e processos enquadrados em directivas bem definidas».

De acordo com o disposto no artigo 13.º ("Tipos de quadros. Corpos de pessoal"), os efectivos de pessoal podem organizar-se em quadros privativos, departamentais e interdepartamentais[11], prevendo, no n.º 3, a existência de corpos de pessoal submetidos a estatuto específico (corpos especiais), «quando o exercício de uma função no âmbito da Administração requeira a constituição de um grande agrupamento de pessoal unido por um laço de natureza funcional submetido a um estatuto específico».

Os quadros de pessoal devem agrupar-se pela seguinte forma: pessoal dirigente; pessoal técnico superior; pessoal técnico; pessoal técnico-profissional; pessoal administrativo; pessoal operário; pessoal auxiliar; no caso de carreiras de regime especial, o agrupamento de pessoal deve fazer-se «com as necessárias adaptações» (artigo 14.º).

3 — Os mapas anexos ao diploma que estamos a analisar contêm os grupos, níveis e graus da actual estrutura das carreiras.

O Mapa I, partindo da classificação das funções em concepção, aplicação e execução, contém a caracterização genérica do conteúdo funcional correspondente aos diversos grupos de pessoal integrados em cada uma das referidas áreas e indica as respectivas exigências habilitacionais.

O grupo de pessoal técnico superior — para cuja carreira os interessados pretendem a reclassificação — insere-se na área de funções de concepção e deve estar habilitado com uma licenciatura. É a seguinte a caracterização genérica do correspondente conteúdo funcional (grau 2 e grau 1, respectivamente): «funções consultivas de natureza científico-técnica exigindo um elevado grau de qualificação, de responsabilidade, iniciativa e autonomia, assim como um domínio total da área de especialização e uma visão global da administração que permita a interligação de vários quadrantes e domínios de actividade, tendo em vista a preparação de tomada de decisão»; «funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executados com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, requerendo uma especialização e formação básica de nível de licenciatura».

O elenco das carreiras, respectivas categorias e escalões remuneratórios dos diversos grupos de pessoal consta de mapa anexo, actualizado pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro[12] (diploma que estabelece as regras sobre ingresso, acesso e progressão nas carreiras e categorias de regime geral, bem como as respectivas escalas salariais). Ao grupo de pessoal técnico superior corresponde a carreira técnica superior, que integra as categorias de assessor principal, assessor, técnico superior principal, técnico superior de 1.ª classe, técnico superior de 2.ª classe, e estagiário[13].

Nos termos do artigo 4.º deste diploma, o recrutamento para cada uma das categorias é feito de entre detentores da categoria imediatamente inferior, com determinado período de tempo nessa categoria e com classificação não inferior a *Bom*[14]; o recrutamento para a categoria de técnico principal de 2.ª classe é feito, em geral, de entre indivíduos detentores de licenciatura adequada ao conteúdo funcional do respectivo lugar, aprovados em estágio com classificação não inferior a *Bom*.

4 — Com a inserção na carreira e respectiva categoria, o funcionário obtém um determinado posicionamento na "organização", de que decorrem os direitos de exercer as funções correspondentes (e não outras) e de irreversibilidade (impossibilidade de lhe ser atribuída categoria inferior à que detiver em determinado momento)[15].

Tal não obsta, porém, à intercomunicabilidade entre carreiras, nos casos em que é permitida[16], nem, de um modo geral, à modificação da relação jurídica de emprego público, pelos modos tipificados no Decreto-Lei n.º 427/89 ou à aplicação dos instrumentos de mobilidade, cujo regime comum foi recentemente estabelecido pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro. Na mesma lógica de aproveitamento racional dos recursos humanos, podem ter ainda lugar os mecanismos de reclassificação e de reconversão profissionais, segundo o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 497/99, que passaremos a analisar[17].

III

1 — O artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 184/89, diploma que, como referimos, consagra os princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal da Administração Pública, prevê que a reclassificação e a reconversão profissionais obedeçam «ao disposto na lei, fazendo-se por iniciativa da Administração e mediante despacho do dirigente máximo dos serviços ou deliberação do respectivo órgão executivo».

Na data em que esse diploma foi aprovado, o regime de reclassificação e de reconversão profissionais estava consagrado no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, sendo caracterizadas como "instrumentos de mobilidade"[18], que apenas podiam ser utilizados por iniciativa da Administração, «quando se verifiquem situações de reorganização ou de reestruturação de serviços, e em ordem a facilitar a redistribuição de efectivos, respeitando a adequação entre o conteúdo

funcional dos postos de trabalho e as capacidades e aptidões dos funcionários e agentes».

2 — Conforme resulta do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 497/99 — que revogou o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 41/84 — na redefinição de critérios levada a cabo, visou o legislador «a reanimação das acções de reclassificação e de reconversão profissionais, na perspectiva do estímulo à mobilidade intercarreiras». Assim, ressalvando que o concurso constitui a forma normal de ingresso em lugares dos quadros da Administração Pública, entendeu que se impunha, no tocante à mobilidade intercarreiras, «o desenvolvimento dos mecanismos de reconversão e de reclassificação como instrumentos privilegiados de gestão, optimização e motivação do capital de recursos humanos» de que a Administração Pública dispõe. Nesta perspectiva, e seguindo ainda a nota preambular, «redefinem-se os critérios e alarga-se o âmbito de aplicação de tais instrumentos de gestão, introduzindo-se, concomitantemente, meios de controlo que se centram no exercício de novas funções em regime probatório e na aquisição de novos conhecimentos e competências obtidos em processo de formação sujeito a avaliação final».

As noções de reclassificação e reconversão profissionais constam do artigo 3.º do diploma, consistindo, a *reclassificação*, na «atribuição de categoria e carreira diferente daquela que o funcionário é titular, reunidos que estejam os requisitos legalmente exigidos para a nova carreira», e a *reconversão*, na «atribuição de categoria e carreira diferentes daquela que o funcionário é titular, sendo a falta de habilitações literárias ou qualificação profissional supridas pela aprovação em curso ou cursos de formação profissional».

O artigo 4.º dispõe sobre "Condições de aplicação", nos seguintes termos:

«1 — Podem dar lugar à reclassificação ou reconversão profissionais as seguintes situações:

a) A alteração das atribuições e competências dos organismos e serviços da Administração Pública;

b) A alteração de funções ou a extinção de postos de trabalho, originadas, designadamente, pela introdução de novas tecnologias e métodos ou processos de trabalho;

c) A desadaptação ou a inaptidão profissional do funcionário para o exercício das funções inerentes à carreira e categoria que detém;

d) A aquisição de novas habilitações académicas e ou profissionais, desde que relevantes para as áreas de especialidade enquadráveis nas atribuições e competências dos organismos e serviços da Administração Pública;

e) O desajustamento funcional, caracterizado pela não coincidência entre o conteúdo funcional da carreira que o funcionário é titular e as funções efectivamente exercidas;

f) Outras situações legalmente previstas.»

O n.º 1 do artigo 5.º ressalva que a reclassificação e a reconversão não podem dar origem à atribuição de cargos e categorias de chefia.

Quanto aos "Procedimentos", dispõe o artigo 6.º:

«1 — A reclassificação e a reconversão profissionais dependem de iniciativa da Administração, mediante despacho do dirigente máximo ou deliberação do órgão executivo ou ainda de requerimento fundamentado do funcionário que detenha mais de três anos na categoria e se verifique o interesse e a conveniência de serviço.

2 — A reclassificação e a reconversão profissionais são precedidas do exercício, em comissão de serviço extraordinária, das funções correspondentes à nova categoria por um período de seis meses ou pelo período legalmente fixado para o estágio de ingresso, se este for superior.

3 — Findo o período previsto no número anterior, o funcionário que para tanto revele aptidão é provido no lugar vago do quadro do serviço ou organismo onde se opere a reclassificação ou reconversão.

4 — Quando os funcionários que reunam condições não possam ser reclassificados ou reconvertidos no próprio serviço, a reclassificação ou reconversão profissionais podem ser feitas em outros serviços ou organismos, obtida a concordância do funcionário e do serviço ou organismo de origem.

5 — [...].»

O artigo 7.º, especificamente sobre "Reclassificação profissional", assume particular importância no âmbito deste parecer. É o seguinte o seu conteúdo:

«1 — São requisitos da reclassificação profissional:

a) A titularidade das habilitações literárias e das qualificações profissionais legalmente exigidas para o ingresso e ou acesso na nova carreira;

b) O exercício efectivo das funções correspondentes a nova carreira nos termos do n.º 2 do artigo anterior;

c) O parecer prévio favorável da secretaria-geral ou de departamento responsável pela gestão dos recursos humanos do ministério da tutela.

2 — O requisito previsto na alínea *b*) do número anterior pode ser dispensado quando seja comprovado com informação favorável do respectivo superior hierárquico o exercício, no mesmo serviço ou organismo, das funções correspondentes à nova carreira por período não inferior a um ano ou à duração do estágio de ingresso, se este for superior.»

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º, a reclassificação e a reconversão profissionais determinam a transição para categoria da nova carreira cujo índice, correspondente ao escalão 1, seja igual ou superior mais aproximado ao do escalão 1 da categoria de origem; nos termos do n.º 2, «quando um funcionário integrado em corpo especial for objecto de reclassificação ou reconversão para carreira de regime geral, tem direito à categoria menos elevada da nova carreira que integre remuneração base igual ou, na falta de coincidência, à remuneração base superior mais aproximada»; e, de acordo com o n.º 1 do artigo 11.º, o tempo de serviço prestado no escalão de origem releva para progressão na nova categoria quando da reclassificação ou reconversão profissionais resulte o mesmo índice remuneratório.

Por fim, e ainda em matéria de reclassificação, há a referir a disposição do artigo 15.º — com a epígrafe "Situações funcionalmente desajustadas" e inserido no capítulo sobre "Disposições Finais" — que impôs aos serviços que, no prazo de 180 dias a contar da entrada em vigor do diploma, procedessem, "obrigatoriamente", à reclassificação dos funcionários que vinham exercendo "funções correspondentes" a carreira distinta daquela em que estavam integrados, desde que, cumulativamente: exercessem essas funções há mais de um ano até ao final do referido prazo; possuíssem os requisitos habilitacionais e profissionais exigidos para o provimento na nova carreira; as funções que vinham assegurando correspondessem a necessidades permanentes do serviço; existisse disponibilidade orçamental.

3 — Diferentemente do regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 41/84, nos termos do qual a reclassificação e a reconversão profissionais constituíam instrumentos de mobilidade a usar por exclusiva iniciativa da Administração, em função da reorganização de serviços e da melhor gestão dos recursos humanos, o regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 497/99, mantendo a iniciativa da Administração, veio permitir que também os interessados solicitassem a aplicação destes mecanismos, através de requerimento fundamentado, desde que, além de um requisito de tempo de permanência na categoria e de titularidade das necessárias habilitações e qualificações, se verificasse o interesse e a conveniência do serviço.

Contudo, e conforme se escreveu no parecer deste Conselho n.º 3/2002, de 5 de Maio de 2002[19] (em que se suscitava a possibilidade de reclassificação de um militar para a carreira técnica superior):

«[...] esta faculdade do interessado não constitui um direito à reclassificação, não sendo mais do que uma mera possibilidade de iniciativa; a reclassificação não constitui um direito subjectivo do funcionário, dependendo da verificação, objectiva, da existência de interesse público e conveniência para o serviço. Os interesses que o instrumento de mobilidade salvaguarda são, assim, os interesses próprios, objectivos e públicos, da racionalização e gestão de recursos humanos, mais do que um direito ou interesse subjectivo dos funcionários.

[...]

Poder-se-á, assim, concluir, no que respeita às finalidades a cuja realização estão adstritos os referidos instrumentos de mobilidade, que está essencialmente em causa o interesse público: a reclassificação e a reconversão constituem modelos de reordenamento e gestão dos recursos humanos ao dispor da Administração, que, todavia, não poderão ser usados sem a vontade dos funcionários, e não um direito dos funcionários que estes possam impor ou fazer valer quando se verifiquem as condições de natureza subjectiva previstas.

[...]

Os instrumentos de mobilidade definidos na lei pretendem responder à realização da concordância prática entre exigências justapostas — a dinâmica da organização e os interesses públicos que podem impor recomposições funcionais ou afectações organizatórias, e os interesses próprios dos trabalhadores da função pública.

As figuras típicas da mobilidade (típicas, porque o regime relativo a cada uma deve estar, e está, definido na lei nos seus pressupostos e condições) constituem, com efeito, «uma forma indirecta de racionalização distributiva do pessoal, cujo uso pelos funcionários e agentes administrativos as sucessivas alterações legislativas vão mais ou menos constringindo. São, noutra face, um meio de gestão profissional [pelos funcionários] da sua própria carreira, em demanda de enriquecimento, aperfeiçoamento, realização profissional e outros[x] [...].»

3.1 — A exegese do diploma permite, desde já, que se delimitem alguns conceitos e critérios utilizados pelo legislador, que se mostram determinantes para as soluções reclamadas pela presente consulta.

Por um lado, foram estabelecidos, em normas distintas, as "condições de aplicação" (artigo 4.º) e os "requisitos" exigíveis, quer para a reclassificação, quer para a reconversão (artigos 7.º e 8.º, respectivamente). Trata-se, em todos os casos, de pressupostos a observar; porém, enquanto as condições constituem pressupostos algo instrumentais (alguns de natureza objectiva, relacionados com a organização dos serviços e alheios à vontade do funcionário), cuja verificação (de qualquer uma delas) permite desencadear o procedimento e a ponderação tendente à reclassificação (ou à reconversão), já os requisitos constituem pressupostos de ordem substantiva, cujo preenchimento cumulativo é exigido para que a reclassificação (ou a reconversão) possam ser decididas em sentido favorável.

No que respeita aos requisitos de reclassificação, resulta do artigo 7.º que são sempre exigidos os previstos nas alíneas *a*) e *c*) do artigo 7.º, ou seja, a titularidade de habilitações académicas e qualificações profissionais exigíveis, e o parecer favorável da Secretaria-Geral ou dos serviços do Ministério responsáveis pela gestão dos recursos humanos. Já o requisito da alínea *b*), conjugado com o n.º 2 do artigo 6.º — ou seja, a precedência de exercício efectivo das funções correspondentes à nova carreira, em comissão de serviço extraordinária, por um período de seis meses ou pelo período de estágio de ingresso, se superior — pode ser dispensado, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 7.º, se for comprovado, através de informação favorável do respectivo superior hierárquico, que o funcionário exerceu, no mesmo serviço ou organismo, funções correspondentes à nova carreira, por um período de tempo não inferior a um ano ou ao período de duração do estágio de ingresso, se superior.

Deste modo, o legislador configurou duas situações distintas no que respeita à experiência do funcionário no desempenho das funções correspondentes à nova carreira: na primeira, o funcionário não tem experiência ou não tem experiência suficiente no desempenho dessas funções, pelo que se impõe, ainda, a prestação efectiva dessas funções, em moldes que se assemelham ao estágio de ingresso na carreira; na segunda, o funcionário já tem experiência relevante no exercício dessas funções (pelo menos por um ano), o que, desde que comprovado através de informação favorável do seu superior hierárquico, é considerado suficiente para que a reclassificação tenha lugar, ficando dispensado o exercício efectivo de funções naquele regime probatório.

Esta segunda situação tem, aliás, similitude com aquela que foi prevista, em sede de disposições finais, pelo artigo 15.º do diploma, que impôs a reclassificação, no prazo máximo de 180 dias após a sua entrada em vigor, de todos os funcionários que, possuindo as necessárias habilitações e qualificações, exercessem funções correspondentes à nova carreira há pelo menos um ano (contado até ao limite daquele prazo), conquanto se verificassem também outros requisitos relacionados com as necessidades ou conveniências de serviço (corresponderem, as funções exercidas, a necessidades permanentes do serviço) e com a disponibilidade orçamental.

Nestes casos, em que a reconhecida e relevante experiência no exercício de funções correspondentes à nova carreira permite presumir a capacidade e aptidão do funcionário para o exercício das respectivas funções, torna-se inútil a sujeição a um período probatório e respectiva avaliação ou controlo; assim se compreende que o legislador, aceitando como suficiente a informação favorável do superior hierárquico, tenha consagrado a dispensa prevista no n.º 2 do artigo 7.º

Como se escreveu em acórdão do Supremo Tribunal Administrativo[20], «o que se privilegia, neste caso, é a *prática* efectiva das funções em carreira diferente daquela em que se encontre provido. Ou seja, cedendo o formal ao material e ao facto naturalístico, o factor dominante deixa de ser o estágio (que, como se sabe, é o período de aprofundamento de conhecimentos e aplicação prática do saber adquirido), para ser o seu sucedâneo directo que realize os mesmos fins: potenciação da reclassificação como instrumento de gestão em ordem a facilitar a redistribuição dos efectivos e o aproveitamento racional dos mesmos [...]».

4 — Antes de avançarmos para a aplicação destas considerações aos casos concretos a que respeita este parecer, recordamos que a legislação que temos vindo a analisar, designadamente os diplomas sobre estruturação de carreiras (Decreto-Lei n.º 248/85), e, fundamentalmente, o Decreto-Lei n.º 497/99, sobre reclassificação e reconversão profissional, estão incluídos no elenco de legislação revogada, que consta do artigo 116.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro; conforme referimos, tal revogação apenas operará, nos termos do n.º 7 do artigo 118.º da mesma lei, no dia em que entrar em vigor o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, ou seja, em 1 de Janeiro de 2009.

Vejamos, então, as alterações normativas mais relevantes que ocorrerão na matéria que é objecto deste parecer, e que resultam, essencialmente, das disposições do Capítulo II da referida Lei n.º 12-A/2008, referente a "Carreiras".

4.1 — Embora a nova lei não contenha uma definição de "carreira", segundo Paulo Veiga e Moura e Cátia Arrimar[21] deverá entender-se, como tal, «a categoria ou conjunto hierarquizado de categorias previstas em mapa de pessoal, a que correspondem diferentes funções e posições remuneratórias e que se diferenciam pela sua complexidade funcional».

A integração em carreiras abrange apenas os trabalhadores nomeados definitivamente e os contratados por tempo indeterminado, ou seja, aqueles que têm vínculo permanente (artigo 40.º); mantém-se a distinção entre carreiras gerais e carreiras especiais, sendo gerais «as carreiras cujos conteúdos funcionais caracterizam postos de trabalho de que a generalidade dos órgãos ou serviços carece para o desenvolvimento das respectivas actividades», e especiais «as carreiras cujos conteúdos funcionais caracterizam postos de trabalho de que apenas um ou alguns órgãos ou serviços carecem para o desenvolvimento das respectivas actividades». A criação de carreiras especiais está sujeita a requisitos fixados pela lei e corresponderão, *grosso modo*, e tal como referem os Autores atrás citados, aos, até aqui, designados "corpos especiais" (artigo 41.º).

Ainda no que concerne a organização, as carreiras podem ser unicategoriais ou pluricategoriais, consoante lhes corresponda apenas uma ou mais do que uma categoria; no caso de carreiras pluricategoriais exige-se que a cada uma das categorias corresponda um conteúdo funcional distinto das restantes, devendo o conteúdo das categorias superiores integrar o conteúdo das inferiores (artigo 42.º). Deste modo, foi posto fim à antiga distinção entre carreiras horizontais e verticais já que, doravante, o conteúdo funcional de cada categoria será diferenciado.

As carreiras são, ainda, classificadas em função da complexidade funcional, consoante o nível de habilitações exigido. Assim, serão de grau 1 as que exijam escolaridade obrigatória (ainda que acrescida de formação profissional adequada), serão de grau 2 as que exijam o 12.º ano de escolaridade ou curso equiparado, e serão de grau 3 as que exijam licenciatura ou grau académico superior (artigo 44.º).

Os preceitos seguintes dispõem sobre as posições remuneratórias, segundo o princípio de que a cada categoria corresponde um número variável de posições (que, no caso de categoria de carreira unicategorial, bem como no caso da categoria inferior de carreira pluricategorial, será, no mínimo, de oito posições), às quais correspondem determinados índices remuneratórios.

O artigo 49.º, inserido em secção referente a "Carreiras gerais", contém a enumeração e a caracterização destas carreiras. Como nota dominante, passarão a ser, apenas, três as carreiras gerais: *a*) Técnico-superior; *b*) Assistente técnico; *c*) Assistente operacional.

A carreira de técnico superior será uma carreira unicategorial e nela ficarão incluídos os trabalhadores integrados na anterior carreira de técnico superior, mas, também, aqueles que estavam integrados na carreira de técnico, ambas de regime geral, e, ainda, aqueles que se encontravam integrados em outras carreiras ou que, mesmo não integrados em carreiras, exercessem funções com grau de complexidade e conteúdo funcionais idênticos.

O Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho, contém a relação das carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para as novas carreiras[22] (carreira de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional), sendo que, na primeira, passam a integrar-se os trabalhadores que antes se distribuíam, em função de habilitações académicas, pelas categorias diferenciadas de técnico superior e de técnico[23].

4.2 — Sendo estas, em síntese, as mais significativas alterações em sede de estruturação e organização de carreiras, com relevância neste parecer, vejamos, agora, as alterações referentes à mobilidade, em geral, e à mobilidade entre carreiras, em especial. A esta matéria respeita o capítulo IV da mesma lei, que prevê a existência de dois instrumentos de mobilidade, ambos determinados por razões de interesse público[24]: a mobilidade externa e a mobilidade interna.

A mobilidade externa respeita aos "acordos de cedência de interesse público", através dos quais se processará a mobilidade de trabalhadores, nos dois sentidos, entre as entidades públicas a que se aplica este diploma e as entidades privadas ou públicas não abrangidas, numa lógica de "estímulo" a esse intercâmbio de pessoas e partilha de conhecimentos.

A mobilidade interna — figura que particularmente nos importa — ocorre entre os órgãos e serviços da Administração Pública, podendo os trabalhadores ser-lhe "sujeitos", «quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham» (artigo 59.º, n.º 1). Este regime de mobilidade não é, pois, ditado pelo interesse do trabalhador; embora, «em regra», dependa do acordo do trabalhador e dos órgãos e serviços de origem e destino (artigo 61.º, n.º 1), a concordância do trabalhador pode ser dispensada em condições expressamente previstas.

Nos termos do artigo 60.º, a mobilidade interna pode revestir as modalidades de mobilidade na categoria e de mobilidade intercarreiras ou categorias. Conforme sintetizam os Autores que vimos citando, na primeira modalidade, o trabalhador continua a executar o conteúdo funcional da sua categoria, embora dedicado a actividade diferente

daquela que até aí vinha exercendo; na segunda — que só pode ocorrer se o trabalhador possuir a habilitação adequada ou legalmente exigida para exercer tais funções e desde que o exercício destas não «modifique substancialmente a sua posição» — este passa a exercer funções diferentes das que correspondem ao conteúdo funcional da categoria ou carreira em que está integrado.

Terminando esta breve incursão no regime que entrará brevemente em vigor, cabe salientar que a mobilidade interna é tendencialmente temporária, estabelecendo o legislador uma duração máxima de um ano[25], findo o qual o trabalhador regressará à sua situação anterior (artigo 63.º); apenas quanto à mobilidade na categoria, o legislador prevê a possibilidade de "consolidação", definitiva, por decisão do respectivo dirigente máximo, nas seguintes condições: «*a*) independentemente de acordo do trabalhador, se não tiver sido exigido para o seu início, ou com o seu acordo, no caso contrário, quando se tenha operado na mesma actividade; *b*) com o acordo do trabalhador, quando se tenha operado em diferente actividade» (artigo 64.º).

4.3 — Decorre do exposto que não está previsto no novo regime de mobilidade intercarreiras a possibilidade de "consolidação", ou seja, a integração definitiva do trabalhador em carreira diferente daquela de que era originário (ainda que seja titular das necessárias habilitações e qualificações, se trate de uma posição superior à originária, e haja acordo do trabalhador).

Pode, pois, concluir-se, que o legislador não consagrou, ainda que com designação e com pressupostos diversos, uma figura correspondente à anterior "reclassificação profissional".

Assim, nos termos previstos no artigo 111.º da Lei n.º 12-A/2008[26], caducarão, na data em que se opera a revogação das normas do Decreto-Lei n.º 497/99, os procedimentos de reclassificação pendentes (sem decisão)[27].

IV

1 — Isto posto, retomamos a análise das questões suscitadas, à luz das normas ainda em vigor.

Recorde-se, em primeiro lugar, que os interessados se encontram a exercer cargos dirigentes, na DGAJ, e que são oriundos de carreiras especiais do grupo de pessoal oficial de justiça, com a categoria de secretários de justiça[28].

2 — De acordo com a classificação adoptada pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro[29], que estabelece o actual estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, local e regional do Estado, os interessados são titulares de cargos de direcção intermédia de 1.º grau (directores de serviços).

Os cargos dirigentes são cargos de direcção, gestão, coordenação e controlo dos respectivos serviços e organismos públicos, sendo missão dos seus titulares «garantir a prossecução das atribuições cometidas ao respectivo serviço, assegurando a optimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e promovendo a satisfação dos destinatários [...]». Na sua actuação, os titulares de cargos dirigentes devem orientar-se por «critérios de qualidade, eficácia e eficiência, simplificação de procedimentos, cooperação, comunicação eficaz e aproximação do cidadão», e devem, além do mais, «liderar, motivar e empenhar os seus funcionários [...]» — artigos 2.º, 3.º e 5.º do mesmo estatuto do pessoal dirigente.

O recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia é feito por concurso, «de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam seis ou quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, consoante se trate de cargos de direcção intermédia de 1.º ou de 2.º grau, respectivamente» (artigo 20.º, n.º 1); no entanto, os dispositivos seguintes do mesmo preceito legal permitem, em determinados casos, o alargamento do recrutamento para os cargos de direcção intermédia a não licenciados, designadamente no caso de unidades orgânicas cujas funções sejam «essencialmente asseguradas por pessoal integrado nas carreiras técnicas», ou, desde que as leis orgânicas expressamente o prevejam, no caso de recrutamento de funcionários integrados em carreiras específicas dos respectivos serviços.

Os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo de serviço, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo (artigo 21.º, n.º 8). As suas competências estão definidas no artigo 8.º deste diploma e são exercidas no âmbito da respectiva unidade orgânica.

Assim, compete ao titular de cargo de direcção intermédia de 1.º grau: definir os objectivos de actuação da unidade orgânica que dirige; orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes; garantir a coordenação das actividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; gerir "com rigor e eficiência" os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afectos à sua unidade orgânica; praticar determinados actos mencionados em anexo, designadamente autorizações em matéria de licenças, férias, frequência de cursos, justificação de faltas, etc.

3 — A Direcção-Geral de Administração da Justiça é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa, cuja primeira Lei Orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 102/2001, de 29 de Março (na sequência da extinção da DGSJ).

Recentemente, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado e, mais especificamente, da aprovação de uma nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça[30], a sua missão, atribuições e tipo de organização interna foram redefinidas pelo Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril[31].

Das atribuições da DGAJ, destacam-se: o apoio ao membro do Governo na definição da política de gestão e organização dos tribunais; assegurar os serviços de identificação criminal e de contumazes; programar e executar acções de gestão e administração relativas aos funcionários de justiça; processar vencimentos; programar e executar a formação inicial; programar as necessidades de instalação dos tribunais; colaborar com outras estruturas do Ministério em matérias como definição de sistemas de informação dos tribunais, planeamento e execução de obras, fornecimento e manutenção dos equipamentos, recolha e tratamento de elementos de informação e estatística; e, ainda, coordenar a elaboração e a execução e proceder à avaliação da gestão orçamental, financeira e contabilística dos tribunais sem autonomia administrativa.

Em quadro anexo, estão fixados os lugares de direcção, sendo quatro de direcção superior (um director-geral e três subdirectores-gerais) e seis de direcção intermédia (cinco directores de serviço e um director), prevendo, o n.º 2 do 8.º, que os lugares de direcção intermédia de 1.º e de 2.º grau possam ser providos «nos termos da lei» por oficiais de justiça que, após a obtenção da licenciatura adequada, possuam, pelo menos, seis ou quatro anos na carreira, respectivamente. Refira-se que também o Estatuto dos Funcionários de Justiça prevê a possibilidade de estes serem nomeados em comissão de serviço, «quando razões especiais de serviço o justifiquem», designadamente para serviços dependentes do Ministério da Justiça (artigo 54.º).

3.1 — A "estrutura nuclear" da DGAJ foi aprovada pela Portaria n.º 515/2007, de 30 de Abril, que prevê a existência e competências das seguintes "unidades orgânicas nucleares": Direcção de Serviços de Administração Judicial; Direcção de Serviços de Identificação Criminal; Direcção de Serviços de Gestão Financeira; Direcção de Serviços de Recursos Humanos; Direcção de Serviços de Sistemas de Informação, Infra-estruturas e Equipamentos; Centro de Formação de Funcionários de Justiça.

Importa-nos conhecer as competências das unidades orgânicas dirigidas pelos interessados.

À Direcção de Serviços de Gestão Financeira (que compreende a Divisão de Gestão Financeira e a Divisão de Gestão dos Tribunais[32]) compete, nos termos do artigo 4.º:

a) Gerir os orçamentos da responsabilidade da DGAJ;

b) Coordenar a elaboração, a execução e proceder à avaliação da gestão orçamental, financeira e contabilística dos tribunais sem autonomia administrativa;

c) Elaborar os documentos de gestão previsional e de prestação de contas;

d) Arrecadar receitas;

e) Assegurar a realização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços;

f) Colaborar com os administradores dos tribunais e os secretários de justiça na aquisição de bens e serviços;

g) Colaborar com os serviços da DGAJ, com os administradores dos tribunais e os secretários de justiça no planeamento dos seus projectos e actividades e respectiva orçamentação e no estabe-lecimento de medidas de controlo interno.»

E, nos termos do artigo 2.º, compete à Direcção de Serviços de Administração Judicial (que compreende a Divisão de Apoio Jurídico e de Cooperação Judiciária Internacional, a Divisão de Planeamento e de Organização, e a Divisão de Apoio à Gestão Documental[33]):

«*a*) Participar na concepção e execução das medidas de organização e modernização dos tribunais;

b) Monitorizar a actividade dos tribunais;

c) Acompanhar o movimento processual dos tribunais com vista, nomeadamente, à elaboração de propostas de criação e extinção de tribunais e juízos e de racionalização dos recursos humanos;

d) Prestar apoio técnico à actividade das secretarias nas matérias que não sejam da competência das restantes direcções de serviços;

e) Colaborar com a Direcção-Geral de Política de Justiça na recolha, tratamento e difusão dos elementos de informação, nomeadamente de natureza estatística, relativos aos tribunais;

f) Prestar apoio jurídico no âmbito das atribuições da DGAJ e do normal desenvolvimento das respectivas actividades;

g) Garantir o suporte técnico à organização e funcionamento dos arquivos dos tribunais;

h) Assegurar a execução do expediente relativo às cartas rogatórias e a outros actos que apresentem conexão com ordenamentos jurídicos estrangeiros, nos termos dos respectivos tratados e convenções.»

4 — Recorde-se que aos interessados, enquanto responsáveis de cada uma destas unidades orgânicas, cabe, além do mais, definir os respectivos objectivos, orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos respectivos serviços, garantir a coordenação das actividades e a qualidade técnica dos serviços prestados.

O modelo de hierarquia interna inerente à organização vertical dos serviços da Administração Pública — modelo paradigmático numa direcção--geral — caracteriza-se pela supremacia dos serviços colocados a um nível superior, e das respectivas chefias, sobre aqueles que se encontram em posição subalterna. No caso do director de serviços, tal supremacia estabelece-se, directa ou indirectamente, sobre os responsáveis e funcionários colocados nas diversas estruturas compreendidas na unidade orgânica — direcção de serviços — que dirige.

Diferentemente dos titulares de cargos de direcção superior, caracterizados como cargos públicos, que são nomeados por escolha, segundo critérios de competência técnica, aptidão e experiência, de entre indivíduos vinculados ou não à Administração Pública[34], os quais participam na definição das linhas de orientação e dos objectivos sectoriais, os titulares de cargos intermédios, recrutados por concurso de entre funcionários com determinadas qualificações, detêm, basicamente, alguma autonomia de decisão na gestão da respectiva unidade orgânica mas, colocados num patamar inferior, estão, ao mesmo tempo, subordinados aos titulares de cargos de direcção superior[35].

Ao superior hierárquico cabem, fundamentalmente, poderes de direcção, mas também de supervisão, de inspecção e disciplinares. Os poderes de direcção consistem, essencialmente, na faculdade de dar ordens e instruções em matéria de serviço e são, segundo Freitas do Amaral[36], «inerentes ao desempenho das funções de chefia»; os poderes de supervisão consistem na faculdade de revogar ou suspender actos praticados pelos subalternos; o poder de inspecção consiste na possibilidade de «fiscalizar continuamente o comportamento dos subalternos e o funcionamento dos serviços»; e o poder disciplinar, consiste, basicamente, na «faculdade de o superior punir o subalterno» pela prática de infracções de serviço, nos termos nos estatutos disciplinares[37].

A lógica da relação hierárquica assenta em que, nas competências do superior se compreendem as competências dos subalternos, pois só assim é possível aos primeiros exercerem os poderes de que dispõem, intervindo e decidindo nas diversas matérias de que estes estão incumbidos; competindo ao superior orientar os serviços e acompanhar a execução das actividades e, bem assim, avaliar a prestação dos subalternos, deverá ter um domínio superiormente qualificado sobre todas as matérias e áreas de intervenção no âmbito da respectiva unidade orgânica.

Não cabendo ao dirigente exercer funções idênticas às dos subalternos, já que lhe cabe uma missão de coordenação, gestão e controlo sobre toda a actividade exercida no âmbito dessa unidade orgânica, o exercício das suas competências abarca, contudo, numa tal perspectiva abrangente e superior, o conteúdo das diversas funções que nela são exercidas.

Segundo Paulo Otero[38], através da emanação de comandos imperativos (ordens e instruções), que constituem a "essência do poder de direcção", o superior pode «planificar, organizar, comandar e coordenar toda a actividade administrativa dos seus subordinados», pelo que, «o poder de direcção mostra-se susceptível de abranger todas as actividades dos órgãos hierarquizados, independentemente da competência destes últimos».

Face a um tão vasto poder de interferência, já que, através do poder de direcção, é conferida ao superior «uma faculdade geral de ingerência na actividade dos subalternos», o Autor considera que existe, "forçosamente", «um nexo de competência comum entre superior e subalterno» e que a hierarquia administrativa envolve, sempre, «um fenómeno de identidade de competência interna entre superior e subalterno».

V

1 — Exposto, no essencial, o enquadramento normativo das questões suscitadas, cabe agora apurar se os interessados, ambos habilitados com licenciatura, oriundos de carreira especial do grupo de pessoal oficial de justiça e a exercerem cargos dirigentes na DGAJ, podem ser reclassificados, tal como pretendem e esta direcção-geral concordará, para a carreira técnica superior.

2 — As dúvidas que se colocam respeitam, em primeiro lugar, à verificação de alguma das condições que fundamentam o pedido de reclassificação, designadamente as que estão previstas nas alíneas *d*) e *e*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99 ("aquisição de novas habilitações académicas" ou "desajustamento funcional", respectivamente).

De facto, tendo a DGAJ invocado como fundamento para o envio dos processos de reclassificação a "aquisição de novas habilitações", foi entendido (com base em parecer solicitado à DGAP) que essa condição não se mostrava verificada, visto os interessados serem já detentores de uma licenciatura na data em que foram investidos em cargos dirigentes.

Embora o legislador não defina, expressamente, os limites temporais da "superveniência" desse requisito habilitacional, resulta da *ratio* do diploma que estarão em causa as habilitações ou qualificações obtidas pelo funcionário após ter ingressado na carreira de origem.

Visando o mecanismo de reclassificação profissional a mobilidade intercarreiras e a racionalização dos recursos humanos, através da colocação dos funcionários nos lugares mais adequados às suas aptidões e aos seus saberes, mas sem que, com isso, seja posta em causa a regra do concurso, quer de ingresso, quer de acesso — «garantia institucional de um Estado de direito democrático»[39] — serão destinatários da norma da alínea *d*) do artigo 4.º os funcionários que, aquando da integração na carreira de origem, não estavam habilitados para concorrer à carreira para que deve operar a reclassificação e que adquiriram posteriormente essas habilitações, circunstância que o legislador pretende valorizar em proveito do serviço.

Assim, no pressuposto de que os interessados se licenciaram depois de ingressarem em carreira do grupo de pessoal oficial de justiça, e independentemente de serem ou não licenciados na data em que foram nomeados para cargos dirigentes, afigura-se-nos que se verifica a condição prevista na alínea *d*) do artigo 4.º, o que, só por si, permite que seja ponderada a sua reclassificação, ficando prejudicada a exigência de outra condição, designadamente a prevista na alínea *e*) ("desajustamento funcional"), que, aliás, não é invocada como fundamento do pedido.

3 — Analisemos, então, as questões suscitadas com o preenchimento dos requisitos de reclassificação, previstos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99.

Sendo pacífico que não está preenchido, nem se mostra, *in casu*, adequado, o preenchimento do requisito previsto na alínea *b*) do n.º 1, com referência ao n.º 2 do artigo 6.º (exercício efectivo de funções correspondentes à nova carreira em comissão de serviço extraordinária, por um período de seis meses ou pelo período legalmente fixado para o estágio de ingresso, se for superior), as dúvidas centram-se, antes, na possibilidade de dispensa desse requisito, nos termos permitidos pelo n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma.

Questiona-se se o exercício de funções dirigentes permite que se dê como comprovado, com base em informação favorável do respectivo superior hierárquico, «o exercício, no mesmo serviço ou organismo, das funções correspondentes à nova carreira por período não inferior a um ano ou ao tempo do estágio de ingresso, se superior», ou seja, pretende-se, essencialmente, saber se as funções dirigentes desempenhadas pelos interessados (em qualquer dos casos, por período de tempo superior ao exigido) podem considerar-se "correspondentes" às funções inerentes à carreira técnica superior.

Propendemos para que o exercício de funções dirigentes em unidades orgânicas cujas competências se interligam com o conteúdo funcional da carreira técnica superior permite que se estabeleça tal correspondência.

Retomamos, para o efeito, considerações anteriormente expostas, acerca da missão e dos poderes que cabem aos titulares de cargos de direcção, designadamente de nível intermédio. De facto, sendo-lhes cometida a direcção, coordenação, controlo e gestão da respectiva unidade orgânica e atribuído um papel de liderança do pessoal que a compõe, com acompanhamento, esclarecimento e orientação no âmbito do concreto exercício de funções, bem como fiscalização e avaliação desse desempenho, daí resulta que se lhes exige não só o domínio, como o domínio mais qualificado, dos respectivos conteúdos.

As funções exercidas pelo dirigente no âmbito da respectiva unidade orgânica abarcam, numa perspectiva superior — de instrução, orientação, supervisão e controlo — e em maior grau de complexidade e responsabilidade, as funções exercidas pelos funcionários seus subalternos.

Embora o dirigente não exerça, de forma efectiva e quotidiana, as funções normativamente fixadas como conteúdo funcional da carreira técnica superior, mas atendendo aos poderes de direcção e supervisão que caracterizam a relação de hierarquia interna estabelecida, bem como o amplo poder de ingerência que lhe está conexo, existe, tal como refere Paulo Otero, «um nexo de competência comum» ou «uma identidade de competência interna» entre o superior e o subalterno.

Recorde-se que, entre as competências exercidas no âmbito das unidades colocadas sob a direcção de um dos interessados se inclui, por exemplo, o apoio jurídico e a elaboração de pareceres, a prática de actos em processos de contencioso, a instrução de processos disciplinares, a participação na elaboração de projectos de diplomas legais ou regulamentares ou a monitorização da actividade dos tribunais, funções cuja natureza científico-técnica e cujos níveis de responsabilização e especialização exigem o desempenho por pessoal da carreira técnica superior; do mesmo modo, nas unidades colocadas sob direcção do segundo

interessado, as respectivas competências incluem, designadamente, a preparação de projectos de orçamentos e a gestão orçamental, a garantia do cumprimento de normas em matéria financeira e de realização de despesas públicas, a avaliação de desempenhos nas áreas orçamental, financeira e contabílistica, o controlo interno, etc., as quais reclamam, igualmente, o exercício de funções por pessoal da mesma carreira.

3.1 — Não se ignora que a reclassificação dos interessados, por exercerem cargos dirigentes, não se molda, porventura, às situações típicas concebidas pelo legislador e que constituirão o comum dos casos de reclassificação.

De facto, os dirigentes gozam de um estatuto próprio e exercem os respectivos cargos em comissão de serviço, com salvaguarda do lugar e da carreira de origem, sendo expectável que, finda a comissão, regressem a esse lugar, beneficiando das garantias que o artigo 28.º e seguintes da Lei n.º 2/2004 lhes confere, de acordo com o princípio de que não devem ser prejudicados em virtude do desempenho daqueles cargos[40].

Daí que possa suscitar algumas reservas a apreciação da reclassificação profissional de um funcionário que está a exercer um cargo dirigente.

Há, porém, que ter presente que a reclassificação pretendida se efectua de uma carreira do grupo de pessoal oficial de justiça (carreira de origem) para a carreira técnica superior, sem interferência formal do exercício do cargo de direcção, que, aliás, não é exercido em regime de carreira.

O artigo 28.º da Lei n.º 2/2004 dispõe que «os titulares de cargos dirigentes gozam, independentemente do seu vínculo de origem, dos direitos gerais reconhecidos aos funcionários dos serviços ou organismos onde exercem funções» e que não podem ser prejudicados na sua carreira de origem em virtude esse exercício, aludindo concretamente, no n.º 5, à ocorrência de mudança de categoria e de carreira na pendência desse exercício.

Não será forçado incluir nesse complexo de garantias, a possibilidade de o titular de cargo dirigente ser reclassificado para carreira diferente caso se verifiquem os respectivos pressupostos legais.

3.2 — Retomando a análise da disposição contida no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, que permite a dispensa do requisito de exercício efectivo de funções nos moldes previstos na alínea *b*) do n.º 1, quando haja informação favorável sobre o exercício de funções correspondentes à nova carreira durante determinado período de tempo, consideramos que cabe no espírito e na teleologia da norma o exercício de funções dirigentes em unidades orgânicas cujas competências envolvem as intervenções funcionais da nova carreira.

Numa interpretação tendente a fazer corresponder a letra ao espírito da lei, e até segundo um argumento de maioria de razão (*a fortiori*)[41], devem considerar-se abrangidos pela sua previsão os dirigentes que, há mais de um ano, exercem as respectivas funções em unidades cujas competências envolvem, em grau de maior responsabilidade, as intervenções e as áreas funcionais da nova carreira. Esta interpretação conforma-se com a teleologia das normas sobre reclassificação, ordenadas à valorização dos recursos humanos e à optimização dos serviços.

Nesse sentido, referiu-se no Parecer n.º 66/2004, de 21 de Abril de 2005[42], deste Conselho, a propósito da reclassificação automática para a categoria de técnico superior de 1.ª classe dos chefes de repartição que se encontrassem providos em cargos dirigentes (nos termos do n.º 6 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98), que o legislador havia considerado, "fundadamente", que «o exercício de cargo dirigente constituiria presunção da capacidade para o desempenho das funções de técnico superior».

Retomando as situações em análise, não faria muito sentido que um oficial de justiça, licenciado, que exercesse, há mais de um ano, funções próprias de técnico superior, no âmbito de uma das direcções de serviço dirigidas pelos interessados, pudesse ser reclassificado para a carreira técnica superior, com base nesse exercício, considerado relevante e revelador da sua capacidade e aptidão para ser integrado nesta carreira, e que idêntico juízo não fosse aplicável àqueles que, tendo o mesmo estatuto e habilitações de origem, estivessem há diversos anos a dirigir, a orientar e a controlar a actividade exercida pelo primeiro.

Na mesma linha de pensamento, cabe referir que, diferente seria a solução, se os cargos dirigentes fossem exercidos em unidades cujas competências relevassem de outras áreas funcionais (operacionais, informáticas, etc.) no âmbito das quais não fossem exercidas funções próprias da carreira técnica superior. Nessa hipótese, os interessados não exerceriam funções correspondentes àquela carreira e não poderiam beneficiar da dispensa do exercício efectivo das funções, nas condições exigidas pela alínea *b*) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99.

3.3 — Os interessados invocam que pode ser também considerado relevante, para efeitos da dispensa do requisito da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 7.º, a circunstância de terem exercido, na mesma Direcção-Geral, e por tempo superior a um ano, funções efectivas correspondentes à carreira técnica superior, o que teria acontecido antes de terem sido nomeados para cargos dirigentes, ou seja, e embora estes factos não estejam devidamente explicitados, em datas anteriores a Julho de 1994, num dos casos, e a Abril de 1997, no outro.

Porém, conforme se referiu, mesmo à luz do actual regime legal, não existe um direito subjectivo à reclassificação que se constitua na esfera jurídica dos interessados, designadamente por terem exercido funções efectivas correspondentes à nova carreira; aliás, nessa ocasião, a lei vigente não reconhecia, sequer, aos funcionários o direito a requerem a reclassificação.

Por outro lado, só fará sentido a adopção desta medida de gestão de recursos humanos relativamente a situações actuais, não se mostrando curial a utilização de um instrumento de mobilidade com base em pressupostos — designadamente, um pressuposto que indicia a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício das novas funções — que se verificaram em tempos remotos (em qualquer dos casos, há mais de dez anos, e desconhecendo-se se houve continuidade entre o exercício dessas funções e o desempenho dos cargos dirigentes).

De qualquer modo, este fundamento encontra-se prejudicado face à conclusão a que se chegou no ponto anterior.

4 — O acto de reclassificação exige a verificação cumulativa dos requisitos previstos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99. Nos casos que nos ocupam, mostra-se preenchido o requisito da alínea *a*) do n.º 1, atinente a habilitação profissional, e mostra-se admissível a dispensa do requisito da alínea *b*) do mesmo n.º 1, nos termos previstos no n.º 2; restará a observância do requisito previsto na alínea *c*), ainda do n.º 1, que se prende com a exigência de parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério.

Como se evidenciou já, a reclassificação não visa a satisfação de um interesse do funcionário, concretizado em ser provido em determinada categoria e integrado em determinada carreira, fora do procedimento normal, que é o concurso. Pretende-se, antes, fazer coincidir situações reais com os modelos desenhados pelo legislador, valorizando os funcionários e melhorando a qualidade dos serviços. Para tanto, exige-se que haja interesse e conveniência dos serviços em tais ajustamentos; tratando-se de uma medida de gestão dos recursos humanos, impõe-se que o responsável se pronuncie, através de um parecer, obrigatório, que, sendo desfavorável, é vinculativo[43].

Na emissão desse parecer, a Administração dispõe de uma manifesta margem de discricionaridade[44].

O juízo sobre a existência de interesse e conveniência de serviço quanto à reclassificação pretendida releva de uma ponderação segundo critérios de boa administração, de acordo com o princípio da prossecução do interesse público e com observância dos demais princípios a que deve obedecer toda a actividade administrativa.

Assim, a pretendida reclassificação dos interessados sempre estará condicionada ao sentido do parecer a emitir pela Secretaria-Geral do Ministério.

VI

Em face do exposto, extraem-se as seguintes conclusões:

1.ª — A reclassificação e a reconversão profissionais, cujo regime é estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, constituem instrumentos de mobilidade intercarreiras que podem ser utilizados pela Administração, por sua iniciativa ou a requerimento dos interessados, com vista a uma melhor gestão dos recursos humanos;

2.ª — A reclassificação de funcionários para categoria e carreira diferentes daquelas em que estão integrados exige a verificação de uma das condições de aplicação previstas no artigo 4.º e, cumulativamente, o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 7.º do mesmo decreto-lei;

3.ª — A aquisição, após a integração na carreira de origem, das habilitações académicas ou das qualificações profissionais exigíveis para o ingresso na nova carreira permite a reclassificação do funcionário, desde que se verifique o requisito relacionado com o exercício de funções correspondentes a esta carreira e haja interesse de serviço;

4.ª — Os titulares de cargos de direcção intermédia são responsáveis pela prossecução das atribuições cometidas à respectiva unidade orgânica e, no exercício das suas competências, detêm poderes de direcção, orientação, supervisão e controlo sobre os funcionários que lhe estão afectos, o que pressupõe um domínio superior nas respectivas áreas de intervenção funcional e estabelece um «nexo de competência comum» entre ambos;

5.ª — Deste modo, o exercício de funções dirigentes em unidade em que prestam serviço funcionários dos quadros da carreira técnica superior, no âmbito do seu conteúdo funcional, permite que, observados os requisitos de tempo e de forma, se considere comprovado o exercício de funções correspondentes àquela carreira, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma legal;

6.ª — Podem ser reclassificados para a carreira técnica superior, os secretários de justiça, licenciados após a integração em carreira do grupo de oficiais de justiça, que há mais de um ano exercem cargos dirigentes

em unidades orgânicas da Direcção-Geral da Administração da Justiça, cujas competências se interligam com a intervenção funcional dos funcionários da carreira técnica superior, e que manifestaram essa vontade, desde que haja interesse de serviço e seja emitido parecer favorável pela Secretaria-Geral do Ministério.

Este parecer foi votado na sessão do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 4 de Dezembro de 2008. — *Mário Gomes Dias — Maria de Fátima da Graça Carvalho* (relatora) — *Manuel Pereira Augusto de Matos — José Luís Paquim Pereira Coutinho — Fernando Bento — António Leones Dantas — Maria Manuela Flores Ferreira* (com voto de vencido em anexo) — *José David Pimentel Marcos — Alberto Esteves Remédio — João Manuel da Silva Miguel — Maria Helena Borges Gouveia Amaral — Maria Manuela Flores Ferreira* (votei vencida as conclusões 5.ª e 6.ª e respectiva fundamentação por, em síntese, entender que não há identidade ou sequer equivalência entre as funções de direcção e as funções técnicas. Acresce que o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, reporta-se exclusivamente à intermobilidade de carreiras e o pessoal dirigente tem estatuto próprio — ou seja, a reclassificação profissional prevista naquele diploma legal não se aplica a quem exerça funções dirigentes e em virtude do exercício dessas funções.)

1 A extinção da Direcção-Geral dos Serviços Judiciários foi prevista na Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 146/2000, de 29 de Março.

2 As outras condições (alternativas) são, conforme melhor se referirá mais adiante, no texto do parecer: a alteração das atribuições e competências dos serviços; a alteração de funções ou a extinção de postos de trabalho; a desadaptação ou inaptidão profissionais para as funções de origem; o desajustamento profissional (não coincidência entre o conteúdo funcional da carreira de origem e as funções efectivamente exercidas); outras situações legalmente previstas.

3 O artigo 7.º estabelece os requisitos (cumulativos) que permitem a reclassificação, e que são (conforme se referirá mais desenvolvidamente no texto do parecer): a) a titularidade de habilitações académicas e de qualificações profissionais exigíveis à nova carreira; b) o exercício efectivo de funções correspondentes à nova carreira, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses ou pelo período de duração do respectivo estágio de ingresso, se for superior; c) o parecer favorável da Secretaria-Geral ou dos serviços do Ministério responsáveis pela gestão de recursos humanos. O requisito da alínea b) pode ser dispensado, caso se comprove, através de informação favorável do superior hierárquico, que o interessado exerceu funções correspondentes à nova carreira, no mesmo serviço ou organismo, por período de tempo não inferior a um ano ou à duração do respectivo estágio de ingresso, se for superior.

4 Cf. ofício n.º 6980, de 28 de Agosto de 2002, da DGAP.

5 Por ofício de 25 de Novembro de 2003, Proc. R – 3022/02 (A4).

6 Informação elaborada no processo n.º 180/2005/AJ.

7 Alterado pela Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro; pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio; pelo Decreto-Lei n.º 50/96, de 16 de Maio; pela Lei n.º 10/2004, de 22 de Março; pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho; e pela Lei n.º 57/2004, de 4 de Março.

8 Alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro; pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto; pelos Decretos-Leis n.º 175/95, de 21 de Julho; n.º 102/96, de 31 de Julho; n.º 218/98, de 17 de Junho; pelas Leis n.º 23/2004, de 22 de Junho; n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro; e n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

9 Alterado pelos Decretos-Leis n.º 317/86, de 25 de Setembro; n.º 265/88, de 28 de Julho; n.º 2/93, de 8 de Janeiro; n.º 275/95, de 25 de Outubro; n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro; n.º 141/2001, de 18 de Dezembro; e pela Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

10 Cfr. Ana Fernanda Neves, Relação Jurídica de Emprego Público, Coimbra Editora, 1999, página 132.

Sobre o tema, cfr. ainda, entre outros, Paulo Veiga e Moura, Função Pública, Coimbra Editora, 2001, página 59 e seguintes; João Alfaia, Conceitos Fundamentais do Regime Jurídico do Funcionalismo Público, Almedina, Coimbra, 1985, volume I, página 47 e seguintes.

Cfr., também, entre outros, os pareceres deste Conselho, n.º 331/2000, de 17 de Maio de 2000, publicado no *Diário da República*, II Série, de 20 de Março de 2003; n.º 66/2004, de 21 de Abril de 2004, publicado no Diário da República, II Série, de 8 de Agosto de 2005; e n.º 68/2006, de 19 de Outubro de 2006.

11 Os quadros privativos respeitam a uma especialização no âmbito das atribuições de uma unidade orgânica; os quadros departamentais respeitam à especialização de funções no âmbito de um departamento governamental; por fim, os quadros interdepartamentais respeitam a uma necessidade de especialização ou formação comum a funções exercidas qualquer que seja o departamento governamental.

12 Alterado pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro; pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho; pelos Decretos-Leis n.º 141/2001, de 24 de Abril; n.º 149/2002, de 21 de Maio; n.º 54/2003, de 28 de Março; e n.º 57/2004, de 19 de Março.

13 O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, fixou as regras sobre estágio para ingresso nas carreiras técnica superior e técnica. A admissão no estágio é precedida de concurso de ingresso; o estágio tem carácter probatório e a duração mínima de um ano; a frequência por não vinculados à Administração Pública é feita em regime de contrato além do quadro; no final os estagiários aprovados são ordenados de acordo com a classificação obtida, que, sendo igual ou superior a Bom, determina a ordem pela qual serão providos, definitivamente, nos lugares vagos da categoria de técnico superior de 2.ª classe (no caso da carreira técnica superior).

14 Para a categoria de técnico superior principal de 1.ª classe podem ser também recrutados técnicos especialistas principais com curso superior que não confira grau de licenciatura, previamente habilitados com formação adequada.

15 Cfr. Ana Fernanda Neves, obra e local citados.

16 Está prevista, no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, a intercomunicabilidade vertical, ou seja, a possibilidade de serem opositores ao concurso de acesso, sob determinado condicionalismo, funcionários integrados em diferentes grupos de pessoal, dentro da mesma área funcional; a intercomunicabilidade horizontal está prevista a propósito da permuta entre funcionários pertencentes a quadros de pessoal de serviços diferentes e consiste na mudança para carreira diferente, mas com identidade de requisitos habilitacionais e identidade ou afinidade de conteúdo funcional (artigo 5.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 53/2006).

17 Sobre as modificações da relação jurídica de emprego, em geral, cfr. Paulo Veiga e Moura, obra citada, página 399 e seguintes.

18 Os restantes instrumentos de mobilidade (profissional e territorial) previstos no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 41/84, através dos quais se visava «optimizar o aproveitamento dos efectivos e o apoio à política de descentralização e desenvolvimento regional», eram: o concurso, a permuta, a transferência, o destacamento, a requisição, a deslocação, a rotação, a afectação colectiva e a constituição de excedentes. O artigo 20.º deste diploma (tal como vários outros) foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 427/89, que passou a prever, como modos de "modificação da relação jurídica de emprego", a nomeação em substituição e a comissão de serviço extraordinária, a transferência e a permuta, a requisição e o destacamento. O artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 41/84, sobre reclassificação e reconversão profissionais, manteve-se, porém, em vigor e só foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 497/99, segundo uma opção legislativa de tratamento autónomo desses dois instrumentos de mobilidade.

O actual regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da administração Pública, com vista ao seu «aproveitamento racional», foi estabelecido pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, que revogou diversos preceitos de legislação anterior, designadamente do Decreto-Lei n.º 427/89. O novo sistema assenta na distinção entre "mobilidade geral" e "mobilidade especial", sendo instrumentos da primeira a transferência, a permuta, a requisição, a afectação específica, a cedência especial e, da segunda, a reafectação e o reinicio de funções de pessoal em situação de mobilidade geral.

Sobre a manutenção destas figuras após a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, cfr. Paulo Veiga e Moura e Cátia Arrimar, Os Novos Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores da Administração Pública, Coimbra Editora, 2008, página 132.

19 Publicado no *Diário da República*, II Série, de 22 de Agosto de 2002.

x Cfr. Ana Fernanda Neves, Relação Jurídica de Emprego Público, Coimbra, 1999, pag. 134, nota (412). «Os instrumentos de mobilidade ou de modificação da relação jurídica de emprego de natureza transitória são realidade diversa do jus variandi e, obviamente, das modificações definitivas»: a transferência e a permuta.

20 Acórdão n.º 0972/05, de 2 de Fevereiro de 2006. Acerca da dispensa de período probatório e de qualquer forma de avaliação específica para o exercício das funções da nova carreira, no âmbito da previsão do artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, cfr. ainda, entre outros, os acórdãos do mesmo Supremo Tribunal n.º 00390/02, de 28 de Fevereiro de 2008; n.º 01142/06, de 12 de Abril de 2007; e n.º 1033/05, de 2 de Fevereiro de 2006, disponíveis no sítio da Internet http.www.dgsi.pt.jsta.

21 Obra citada, Coimbra Editora, 2008, página 8.

22 O Mapa VII, anexo, identifica algumas carreiras e categorias que subsistem por impossibilidade de se efectuar a transição dos respectivos trabalhadores para as carreiras gerais.

23 Tal unificação ter-se-á ficado a dever, segundo referem os Autores e obra citados na nota 24 (página 184), à adaptação aos novos níveis habilitacionais decorrentes do "processo de Bolonha".

24 Cfr., mesmos Autores, mesma obra, página 131.

25 Como excepção, prevê o legislador que, estando em causa um órgão ou serviço que não possa constituir relações jurídicas de emprego

público por tempo indeterminado, a duração do período de mobilidade é indeterminada (artigo 63.º, n.º 1).

26 O n.º 1 do artigo 111.º dispõe: «Caducam os procedimentos em curso tendentes à prática de actos de administração e gestão de pessoal que, face ao disposto na presente lei, tenham desaparecido da ordem jurídica».

27 Nesse sentido, cfr. os Autores citados nas notas anteriores (mesma obra, página 206).

28 O Estatuto dos Funcionários de Justiça foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.º 175/2000, de 9 de Agosto; n.º 96/2002, de 12 de Abril; n.º 169/2003, de 1 de Agosto; e pela Lei n.º 42/2005, de 29 de Agosto.

29 Alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

30 Pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Abril.

31 O Decreto-Lei n.º 124/2007 revogou o Decreto-Lei n.º 102/2001, à excepção dos artigos 34.º, 35.º, 36.º, 41.º, 47.º, e 48.º.

32 Conforme despacho n.º 12339/2007, da Directora-Geral, publicado no *Diário da República*, II Série, de 20 de Junho de 2007. À primeira destas estruturas orgânicas compete, designadamente, preparar projectos de orçamento, elaborar a conta de gerência, assegurar o processamento e contabilização de receitas e despesas, garantir o cumprimento de normas financeiras em matéria de despesas públicas, medir o desempenho económico e financeiro, tudo com referência aos serviços da DGAJ; à segunda compete colaborar com os tribunais em áreas similares.

33 Ibidem. Às referidas estruturas orgânicas compete, além do mais: à primeira, elaborar pareceres jurídicos, colaborar na elaboração de diplomas legais e regulamentares, praticar actos processuais de contencioso administrativo, instruir processos de natureza disciplinar, assegurar a execução do expediente relativo a cartas rogatórias e outros actos, sempre que a DJAJ seja autoridade nacional; à segunda, participar na concepção e execução de medidas de organização e modernização dos tribunais, monitorizar a sua actividade dos tribunais, acompanhar o movimento processual (com vista, por exemplo, a propor a criação ou a extinção de tribunais e juízos e a racionalizar os recursos humanos), prestar apoio técnico às secretarias judiciais; à terceira, garantir o suporte técnico à organização dos arquivos dos tribunais.

34 No caso das secretarias-gerais e serviços equiparados, o recrutamento é feito de entre assessores principais da carreira técnica superior, de titulares de categorias de topo de outras carreiras da Administração Pública que exijam licenciatura ou de titulares de curso específico de alta direcção (artigo 18.º, n.º 2, da Lei n.º 2/2004).

35 Segundo Ana Fernanda Neves (obra citada, página 218) estes dirigentes podem ainda ser considerados como "trabalhadores públicos com funções específicas".

36 Curso de Direito Administrativo, 3.ª edição, 2007, Almedina, Coimbra, volume I, página 815 e seguintes.

37 Quanto ao poder de substituição, consistindo na faculdade de o superior praticar actos cuja competência esteja, primariamente, cometida a subalterno, os Autores consideram, de um modo geral, que só existirá se e quando a lei o disser.

38 Conceito e Fundamento da Hierarquia Administrativa, Coimbra Editora, 1992, página 109 e seguintes.

39 Cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª edição, Coimbra Editora, 2007, volume I, página 61.

40 Cfr. sobre o tema, os pareceres deste Conselho n.º 331/2000, de 17 de Maio de 2001, publicado no *Diário da República*, II Série, de 20 de Março de 2003; e n.º 66/2004, de 21 de Abril de 2005, publicado no *Diário da República*, II Série, de 8 de Agosto de 2005 (entre outros).

41 Cfr. sobre o tema, e entre outros, o parecer deste Conselho n.º 70/99, de 27 de Janeiro de 2000, publicado no *Diário da República*, II Série, de 18 de Maio de 2000; e Baptista Machado, Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador, 13.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 2002, páginas 186 e 187.

42 Cfr. nota 11.

43 Sobre a natureza destes pareceres, cfr. acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 0563/04, de 23 de Fevereiro de 2005.

44 Sobre o poder discricionário da Administração, cfr., entre outros, Freitas do Amaral, obra citada, II volume, página 73 e seguintes.

Este parecer foi homologado por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 10 de Dezembro de 2008.

Está conforme.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes.*

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extracto) n.º 80/2009

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 17 de Setembro de 2008, é autorizado o regresso ao serviço após licença sem vencimento de longa duração ao Procurador da República, Lic. José Carlos Vilaça Fernandes e colocado no Círculo Judicial de Vila Nova de Famalicão, sendo destacado, por conveniência de serviço, para o Círculo Judicial de Guimarães, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

29 de Dezembro de 2008. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes.*

PARTE E

ERC — ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Despacho n.º 1165/2009

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 1 do artigo 27.º dos Estatutos da ERC — Entidade Reguladora para a Comunicação Social, publicados em anexo à Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, e nos termos da delegação de competências aprovada pela deliberação n.º 3340/2008 do Conselho Regulador da ERC, publicada no *Diário da República,* 2.ª serie, de 19 de Dezembro de 2008, subdelego na Coordenadora da Unidade de Registos da ERC, licenciada Ana Cristina da Cunha e Silva de Oliveira Costa de Calheiros Velozo, as competências que me foram delegadas, previstas na alínea *g*) do n.º 3 do artigo 24.º dos Estatutos da ERC, relativas à prática dos actos de registo enunciados na lei.

A subdelegação produz efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2008, ficando ratificados todos os actos praticados desde aquela data pela subdelegada.

23 de Dezembro de 2008. — O Director Executivo, *Nuno Maria Herculano de Carvalho Pinheiro Torres.*

INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 17/2008-R

Altera a Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro

A Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro, regulamentou o Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, que estabeleceu o novo regime jurídico do acesso e do exercício da actividade de mediação de seguros e de resseguros.

Após o período de implementação do novo regime, o Instituto de Seguros de Portugal desenvolveu e aprofundou os mecanismos e acções de supervisão contínua, cujos custos se afigura essencial repartir de forma equitativa pelo universo dos mediadores de seguros e de resseguros abrangidos por estes serviços.

As taxas por serviços de supervisão são estabelecidas com base no princípio da proporcionalidade, de acordo com critérios objectivos e transparentes.

O reconhecimento de que alguns dos serviços sujeitos a taxas unitárias, se subsumem, total ou parcialmente, aos serviços de supervisão contínua, justifica a respectiva revogação ou redução.

Torna-se também necessária a revisão da informação transmitida pelas empresas de seguros relativamente às remunerações pagas pela prestação de serviços de mediação, em ordem a obter um quadro de mais abrangente e preciso de informação como contributo para a verificação do adequado cumprimento da obrigação de pagamento das taxas agora fixadas.

Introduzem-se, ainda, algumas alterações pontuais tendentes a aumentar a eficácia da supervisão ou a melhor ajustar a regulamentação às especificidades técnicas da actividade.

Assim, o Instituto de Seguros de Portugal, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 12.º, da alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 19.º, do n.º 8 do artigo 20.º, da alínea *b*) do artigo 35.º, da alínea *j*) do artigo 37.º e do n.º 3 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 359/2007, de 2 de Novembro, e no n.º 3 do artigo 4.º do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, emite a seguinte Norma Regulamentar:

Artigo 1.º

Alteração à Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro

Os artigos 11.º, 13.º, 13.º-A, 17.º, 22.º-A, 30.º, 40.º e 42.º e o Anexo VI da Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro, alterada pelas Normas Regulamentares n.º 8/2007-R, de 31 de Maio, n.º 13/2007-R, de 26 de Julho, e n.º 19/2007, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 11.º

[...]

. . . . . .

Demonstração da adequação da estrutura da empresa à elaboração atempada dos documentos contabilísticos necessários ao exercício dos poderes de supervisão pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Artigo 13.º

[...]

1 — . . . . . .

Possuir contabilidade organizada e uma estrutura que lhe permita dispor, nos prazos legais, de todos os documentos contabilísticos e de prestação de contas, necessários ao exercício dos poderes de supervisão pelo Instituto de Seguros de Portugal.

2 — . . . . . .

3 — . . . . . .

Artigo 13.º-A

[...]

1 — . . . . . .

No ano do início de actividade, a € 16 803;

Nos anos subsequentes ao do início da actividade, a € 16 803 ou, se superior, ao valor correspondente a 4 % sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor de seguros pelos tomadores de seguros para serem entregues às empresas de seguros, e pelas empresas de seguros para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente ao de subscrição ou de renovação da garantia bancária ou do seguro-caução.

2 — Dos fundos referidos na alínea *b*) do número anterior excluem-se aqueles relativamente aos quais ao corretor de seguros foram outorgados, pela empresa de seguros, poderes para o recebimento em seu nome.

3 — . . . . . .

Artigo 17.º

[...]

1 — Para o reconhecimento dos cursos referidos nos n.os 1, 2, 4 e 5 do artigo anterior, devem as entidades promotoras apresentar, através do portal ISPnet, ao Instituto de Seguros de Portugal o plano de cada tipo de curso que pretendam ver reconhecido, que inclua:

. . . . . .

2 — . . . . . .

Artigo 22.º-A

[...]

. . . . . .

Apresentar anualmente, até 28 de Fevereiro, ao Instituto de Seguros de Portugal, um relatório relativo aos cursos realizados no ano anterior, que inclua, nomeadamente, por cada curso, o número de formandos aprovados, reprovados e desistentes, bem como a indicação dos formadores que neles intervieram e número de horas ministradas por cada um, devendo esta informação, no mesmo prazo, ser comunicada de forma discriminada através do portal ISPnet;

. . . . . .

Artigo 30.º

[...]

1 — Para efeitos do disposto na alínea *b*) do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, a carteira de seguros do corretor deve cumprir os seguintes requisitos de dispersão:

. . . . . .

Existência de, no mínimo, seis empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5 % do total das remunerações auferidas pela sua carteira, salvo se, no caso concreto, se verificar uma dispersão maior.

2 — Em casos devidamente fundamentados, o Instituto de Seguros de Portugal pode aceitar rácios de concentração superiores aos previstos no número anterior se:

A remuneração do corretor resultar de seguros de modalidades do ramo «Vida» ou de ramos «Não vida» em que o grau de concentração do mercado nessas modalidades ou ramos não permita o respectivo cumprimento;

Resultarem directamente de aquisições ou fusões de empresas de seguros em que estejam colocados contratos de seguros integrantes da carteira de seguros do corretor, desde que a situação seja meramente conjuntural;

Decorrerem de um peso significativo de um tomador de seguro na carteira de clientes do corretor, desde que a situação seja meramente conjuntural.

3 — Os requisitos de dispersão são aferidos anualmente, sendo considerado o conjunto das remunerações dos três exercícios económicos precedentes.

Artigo 40.º

[...]

1 — Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea *j*) do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, a empresa de seguros deve transmitir ao Instituto de Seguros de Portugal, através do portal ISPnet, até 15 dias após a realização da assembleia geral anual para a aprovação de contas, o mais tardar até 15 de Abril, ainda que o relatório e contas não se encontrem aprovados:

Relativamente ao conjunto de mediadores de seguros ligados pessoas singulares que lhe prestem serviços, o total de remunerações colocadas à sua disposição, discriminadas por ramo "Vida", fundos de pensões e conjunto dos ramos "Não vida", e pelas categorias de mediadores mencionadas nas subalíneas *i*) e *ii*) da alínea *a*) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho;

Relativamente a cada mediador de seguros ligado pessoa colectiva que lhe preste serviços, o total de remunerações colocadas à sua disposição, discriminadas por ramo «Vida», fundos de pensões e conjunto dos ramos «Não vida»;

[Anterior alínea b).]

2 — . . . . . .

Artigo 42.º

[...]

1 — . . . . . .

2 — O pagamento das taxas previstas nos n.os 1 e 2 do anexo VI à presente Norma Regulamentar é efectuado nos meses de Maio e Junho do ano a que respeitem, após emissão do documento único de cobrança que identifica o valor e as formas de pagamento.

3 — Na falta de pagamento das taxas nos prazos estabelecidos no número anterior, o devedor incorre em juros de mora nos termos do artigo 44.º da Lei Geral Tributária, estando o crédito sujeito a cobrança

coerciva a realizar pelo processo de execução fiscal, regulado pelo Código de Procedimento e de Processo Tributário.

4 — O pagamento das taxas previstas no n.º 5 do anexo VI à presente Norma Regulamentar é efectuado no prazo de 10 dias após emissão do documento único de cobrança que identifica o valor e as formas de pagamento, documento este emitido na sequência do requerimento do acto gerador da taxa.

ANEXO VI

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, são devidas anualmente ao Instituto de Seguros de Portugal pelos mediadores de seguros ou de resseguros residentes ou cuja sede social se situe em Portugal, em contrapartida dos serviços de supervisão contínua prestados, as seguintes taxas:

Mediador de seguros, ligado pessoa singular: € 20;
Mediador de seguros, ligado pessoa colectiva: € 80;
Agente de seguros, pessoa singular: € 50;
Agente de seguros, pessoa colectiva: € 200;
Corretor de seguros, pessoa singular: € 200;
Corretor de seguros, pessoa colectiva: € 400;
Mediador de resseguros, pessoa singular: € 200;
Mediador de resseguros, pessoa colectiva: € 400.

2 — Independentemente da categoria em que o mediador de seguros ou de resseguros se inscreva, a taxa prevista no número anterior passa a ser calculada em função do total da remuneração resultante dessa actividade referente ao exercício económico precedente, sendo graduada em função dos seguintes intervalos:

Remuneração igual ou superior a € 1 000 000 e inferior a € 3 000 000: € 1500;
Remuneração igual ou superior a € 3 000 000 e inferior a € 5 000 000: € 2500;
Remuneração igual ou superior a € 5 000 000 e inferior a € 10 000 000: € 3500;
Remuneração igual ou superior a € 10 000 000: € 5000.

3 — O mediador de seguros ou de resseguros está isento do pagamento da taxa devida nos termos dos números anteriores no ano em que é inscrito no registo junto do Instituto de Seguros de Portugal.

4 — O corretor de seguros registado simultaneamente como mediador de resseguros está sujeito ao pagamento de uma taxa de supervisão única correspondente à de maior valor.

5 — *(Anterior proémio do anexo VI):*

. . . . . .
(Revogado.)
. . . . . .
(Revogado.)
(Revogado.)
Notificação para o exercício da actividade de mediação de seguros em regime de livre prestação de serviços noutro Estado membro: € 100;
Notificação para o exercício da actividade de mediação de seguros em regime de estabelecimento noutro Estado membro: € 100;
Emissão de certificado de registo de mediador de seguros a pedido: € 25.
. . . . . .
(Revogado.)»

Artigo 2.º

Regime transitório

1 — Nos anos de 2008 e 2009 os corretores ficam dispensados do cumprimento do critério de dispersão previsto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 30.º

2 — Até 1 de Janeiro de 2010, os requisitos de dispersão são aferidos com base nas remunerações do exercício económico precedente.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a presente Norma Regulamentar entra em vigor no dia imediato ao da respectiva publicação.

2 — O disposto no n.º 3 do artigo 30.º entra em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

23 de Dezembro de 2008. — O Conselho Directivo: *Fernando Nogueira,* presidente — *Rodrigo Lucena,* vogal.

Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 18/2008-R

Reporte de informação para efeitos de supervisão Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões

A presente Norma Regulamentar visa actualizar e consolidar num único normativo as disposições relativas ao processo de reporte de informação ao Instituto de Seguros de Portugal para efeitos de supervisão da actividade das sociedades gestoras de fundos de pensões e dos fundos de pensões por elas geridos.

Com efeito, importa adequar o reporte de informação quer às crescentes exigências do processo de supervisão, quer às alterações legais ocorridas desde a publicação do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, nomeadamente as decorrentes do Decreto-Lei n.º 145/2006, de 31 de Julho, relativo à supervisão complementar de entidades do sector financeiro pertencentes a um conglomerado financeiro.

Sem prejuízo do Instituto de Seguros de Portugal poder solicitar às sociedades gestoras de fundos de pensões, sempre que considere adequado, informação adicional necessária ao exercício das funções de supervisão que lhe estão atribuídas, julga-se conveniente proceder à actualização da frequência e dos prazos de reporte regular e pontual de alguns elementos, de forma a possibilitar um acompanhamento mais tempestivo da situação financeira e de solvência dessas empresas e dos fundos de pensões por elas geridos, reflectindo de igual modo as boas práticas que os operadores têm vindo a incorporar nos seus sistemas de gestão e de reporte interno.

O Instituto de Seguros de Portugal, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º e da alínea *b)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 180/2007, de 9 de Maio e n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, emite a seguinte Norma Regulamentar:

CAPÍTULO I

Objecto e âmbito

Artigo 1.º

Objecto

A presente Norma Regulamentar tem por objecto definir o conjunto de relatórios e elementos de índole financeira e estatística que as sociedades gestoras de fundos de pensões devem remeter ao Instituto de Seguros de Portugal para efeitos do exercício das competências de supervisão que lhe estão legalmente cometidas.

Artigo 2.º

Âmbito

A presente Norma Regulamentar aplica-se às sociedades gestoras de fundos de pensões autorizadas a gerir fundos de pensões nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Reporte regular

Artigo 3.º

Elementos financeiros e estatísticos

Para efeitos de reporte ao Instituto de Seguros de Portugal, os elementos de índole financeira e estatística são segmentados em sete módulos de acordo com a seguinte estrutura:

a) Contas das sociedades gestoras de fundos de pensões (Contas SGFP.xls);

b) Solvência das sociedades gestoras de fundos de pensões:

i) Margem de solvência das sociedades gestoras de fundos de pensões (Solvência SGFP.xls);

ii) Responsabilidades das sociedades gestoras de fundos de pensões decorrentes de planos de pensões relativos aos seus trabalhadores (RPensões SGFP.xls);

c) Contas dos fundos de pensões:

i) Balancete dos fundos de pensões (FBalancete.xls);

ii) Balancete parcial das adesões a fundos de pensões abertos (FBalancete Parcial Abertos.xls);

iii) Receitas e despesas previsionais nos fundos de pensões fechados (FBalancete Previsional Fechados.xls);

d) Investimentos dos fundos de pensões (Investimentos FP.xls);
e) Responsabilidades dos fundos de pensões (FResponsabilidades. xls);
f) Análise técnica dos fundos de pensões:

i) Dados dos fundos de pensões geridos (FPensões1.xls);
ii) Dados individuais dos fundos de pensões (FPensões2.xls);

g) Análise estatística dos fundos de pensões: Valores provisórios dos montantes dos fundos pensões geridos pelas sociedades gestoras de fundos de pensões (Valores Provisórios SGFP.xls).

Artigo 4.º

Relatórios para efeitos de supervisão

1 — As sociedades gestoras de fundos de pensões devem enviar ao Instituto de Seguros de Portugal os seguintes relatórios:

a) Relatório e contas da sociedade gestora de fundos de pensões que abrange:

i) Balanço e demonstração de resultados;
ii) Anexo ao balanço e à demonstração de resultados;
iii) Relatório de gestão;
iv) Parecer do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único;
v) Documento de certificação legal de contas emitido pelo Revisor Oficial de Contas (ROC);

b) Relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da sociedade gestora de fundos de pensões;
c) Relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial da sociedade gestora de fundos de pensões;
d) Relatório e contas de cada fundo de pensões;
e) Relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial de cada fundo de pensões;
f) Relatório do actuário responsável dos planos de pensões de benefício definido ou mistos financiados através de fundos de pensões.

2 — O relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial da sociedade gestora de fundos de pensões, previsto na alínea *c)* do n.º 1, a que se refere o artigo 21.º da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio, deve conter a certificação dos documentos de prestação de contas da sociedade gestora, nomeadamente os referidos nas alíneas *a)* e *b)* do artigo 3.º e nas subalíneas *i)* a *iii)* da alínea *a)* do n.º 1.
3 — O relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial de cada fundo de pensões, previsto na alínea *e)* do n.º 1, a que se refere o artigo 55.º da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio, deve conter a certificação da documentação de encerramento do exercício relativa aos fundos de pensões, nomeadamente os elementos referidos nas alíneas *c)* a *f)* do artigo 3.º e na alínea *d)* do n.º 1.
4 — O relatório do actuário responsável dos planos de pensões de benefício definido ou mistos financiados através de fundos de pensões, previsto na alínea *f)* do n.º 1, a que se refere a Secção IV do Capítulo VII da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio, deve conter, nomeadamente, a certificação actuarial dos elementos referidos na alínea *e)* do artigo 3.º

Artigo 5.º

Informação complementar

1 — Conjuntamente com a informação referida na alínea *d)* do artigo 3.º, deve ser remetida ao Instituto de Seguros de Portugal uma descrição pormenorizada da metodologia de avaliação dos instrumentos financeiros que não sejam transaccionados em mercados de elevada liquidez e transparência, sempre que tal informação ainda não tenha sido prestada em relação a qualquer um dos instrumentos em causa.
2 — Conjuntamente com a informação referida na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 4.º, deve ser remetida ao Instituto de Seguros de Portugal a acta ou extracto da acta da assembleia-geral que deliberou sobre as contas anuais e a aplicação de resultados.

Artigo 6.º

Informação adicional em situações de incumprimento

1 — A sociedade gestora de fundos de pensões que apresente uma margem de solvência ou um fundo de garantia insuficientes deve submeter à aprovação do Instituto de Seguros de Portugal, conjuntamente com a informação referida na alínea *b)* do artigo 3.º, e nos termos do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, na redacção actual, um plano de financiamento a curto prazo, com vista ao restabelecimento da sua situação financeira, fundado num adequado plano de actividades, e que inclui contas previsionais.
2 — A sociedade gestora de fundos de pensões, nos casos em que verifique não terem sido cumpridas as regras de diversificação e dispersão prudenciais estabelecidas no normativo em vigor, relativamente aos activos que compõem o património dos fundos de pensões sob gestão, deve, conjuntamente com a informação referida na alínea *d)* do artigo 3.º, informar as situações em que foi dado posteriormente cumprimento àquelas regras, descrevendo a respectiva forma de regularização, e indicar, nos restantes casos, as medidas que já implementaram ou que se propõem implementar para regularizar a situação.

CAPÍTULO III

Reporte pontual

SECÇÃO I

Elementos relativos aos investimentos

Artigo 7.º

Operações com derivados

1 — As sociedades gestoras de fundos de pensões devem ter disponível para consulta e, quando solicitado, para reporte ao Instituto de Seguros de Portugal, informação sobre as posições em aberto em contratos com derivados e a relação dos activos e/ou responsabilidades que justificam a sua existência, quer no âmbito da sua carteira de investimentos, quer nas dos fundos de pensões por si geridos.
2 — As sociedades gestoras de fundos de pensões devem enviar ao Instituto de Seguros de Portugal informação relativa às operações efectuadas no âmbito da gestão dos fundos de pensões com o objectivo de cobertura do risco referente à garantia do custo de futuras aquisições de instrumentos financeiros, com adequada fundamentação baseada nas responsabilidades assumidas pelo fundo.

Artigo 8.º

Avaliação de terrenos e edifícios

Sempre que seja efectuada uma avaliação a um terreno ou edifício detido pela sociedade gestora de fundos de pensões ou por um fundo de pensões por si gerido, aquela empresa deve enviar ao Instituto de Seguros de Portugal o respectivo relatório de avaliação.

Artigo 9.º

Contribuições em valores mobiliários ou imobiliários

Sempre que se verifiquem contribuições em valores mobiliários ou imobiliários para os fundos de pensões por si geridos as sociedades gestoras de fundos de pensões devem reportar ao Instituto de Seguros de Portugal os seguintes elementos:

a) Discriminação dos títulos transmitidos, referenciando a sua natureza, as datas de avaliação e entrega, as quantidades, os valores unitários da transmissão e os critérios de avaliação utilizados;
b) Indicação, relativamente a cada uma das contribuições, do montante global dos títulos de dívida e juros transmitidos;
c) Discriminação dos valores imobiliários transmitidos, indicando a data e o valor da avaliação, efectuada nos termos do normativo em vigor, que serviu de suporte à definição do valor de transmissão.

Artigo 10.º

Desvios em relação à política de investimento

As sociedades gestoras de fundos de pensões devem comunicar ao Instituto de Seguros de Portugal os desvios materialmente relevantes em relação às políticas de investimento adoptadas no âmbito dos fundos de pensões por si geridos, conjuntamente com as justificações dos mesmos e com as medidas que se propõem implementar para a resolução das situações detectadas e para a prevenção de futuras ocorrências.

SECÇÃO II

Elementos para monitorização das garantias financeiras

Artigo 11.º

Contas e margem de solvência

As sociedades gestoras de fundos de pensões devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e, quando solicitado, para reporte ao Instituto de Seguros de Portugal, o balanço e a demonstração de resultados trimestrais bem como o respectivo apuramento da situação da margem de solvência.

Artigo 12.º

Risco de insuficiência

A sociedade gestora de fundos de pensões que se encontre em risco de ficar numa situação financeira insuficiente, tal como definida no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, deve informar o Instituto de Seguros de Portugal desse facto, remetendo para o efeito a informação referida na subalínea *i)* da alínea *b)* do artigo 3.º, e submeter à sua apreciação, no prazo que lhe vier a ser fixado, um plano de reequilíbrio da situação financeira fundado num adequado plano de actividades, e que inclui contas previsionais.

CAPÍTULO IV

Modo e prazos de envio

Artigo 13.º

Modo de envio

1 — O processo de disponibilização e envio dos elementos financeiros e estatísticos previstos no artigo 3.º é efectuado através da utilização do Portal ISPnet residente em www.isp.pt.

2 — Os relatórios para efeitos de supervisão estabelecidos no artigo 4.º, bem como os elementos definidos nos artigos 5.º e 6.º e os elementos de reporte pontual previstos no Capítulo III devem ser remetidos para o *email* supervisao@isp.pt.

Artigo 14.º

Prazos de envio

Os elementos previstos na presente Norma Regulamentar devem ser enviados ao Instituto de Seguros de Portugal pelas sociedades gestoras de fundos de pensões nos prazos indicados no Anexo I à presente Norma Regulamentar.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 15.º

Disposições revogatórias

São revogados:

a) O Capítulo III da Norma Regulamentar n.º 169/1992, de 3 de Dezembro, quando a entidade gestora seja uma sociedade gestora de fundos de pensões;

b) O n.º 14.4 da Norma Regulamentar n.º 8/2002-R, de 7 de Maio;

c) O n.º 9 do artigo 7.º da Norma Regulamentar n.º 21/2002-R, de 28 de Novembro, na parte aplicável ao reporte ao Instituto de Seguros de Portugal;

d) A Norma Regulamentar n.º 22/2003-R, de 26 de Dezembro;

e) O n.º 6 do artigo 7.º e o n.º 6 do artigo 8.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de Junho, este último quando a entidade gestora seja uma sociedade gestora de fundos de pensões.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

1 — A presente Norma Regulamentar entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

2 — As disposições relativas ao relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da sociedade gestora de fundos de pensões aplicam-se a partir do momento em que esta matéria se encontre expressamente regulada.

23 de Dezembro de 2008.— O Conselho Directivo: *Fernando Nogueira*, presidente — *Rodrigo Lucena,* vogal.

ANEXO I

Reporte regular

Elementos financeiros e estatísticos	Prazo limite de envio
Contas e outros elementos contabilísticos das sociedades gestoras de fundos de pensões:	
Alínea *a)* do artigo 3.º	15 dias após a realização da assembleia geral anual para a aprovação de contas, o mais tardar até 15 de Abril, ainda que o relatório e contas não se encontrem aprovados
Alínea *a)* do artigo 3.º, com referência ao 1.º semestre	20 de Julho
Solvência das sociedades gestoras de fundos de pensões:	
Alínea *b)* do artigo 3.º	15 dias após a realização da assembleia geral anual para a aprovação de contas, o mais tardar até 15 de Abril, ainda que o relatório e contas não se encontrem aprovados
Subalínea *i)* da alínea *b)* do artigo 3.º, com referência ao 1.º semestre	20 de Julho
Contas dos fundos de pensões:	
Subalínea *i)* da alínea *c)* do artigo 3.º	20 dias após o final de cada trimestre
Subalíneas *ii)* e *iii)* da alínea *c)* do artigo 3.º	15 de Abril
Investimentos dos fundos de pensões:	
Alínea *d)* do artigo 3.º	20 dias após o final de cada trimestre
Responsabilidades dos fundos de pensões:	
Alínea *e)* do artigo 3.º	Final de Fevereiro
Análise técnica dos fundos de pensões:	
Alínea *f)* do artigo 3.º.	15 de Abril
Análise estatística dos fundos de pensões:	
Alínea *g)* do artigo 3.º	10 de Janeiro

Relatórios para efeitos de supervisão	Prazo limite de envio
Alíneas *a)*, *b)* e *c)* do n.º 1 do artigo 4.º	15 dias após a realização da assembleia geral anual para a aprovação de contas, o mais tardar até 15 de Abril, ainda que o relatório e contas não se encontrem aprovados
Alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 4.º	15 de Abril
Alínea *f)* do n.º 1 do artigo 4.º	Final de Fevereiro

Reporte pontual

Elementos de reporte	Prazo limite de envio
Operações com derivados (n.º 1 do Artigo 7.º)	5 dias úteis após a solicitação de envio

Elementos de reporte	Prazo limite de envio
Operações com derivados (n.º 2 do Artigo 7.º)	Imediatamente após a realização da operação
Relatório de avaliação de terrenos e edifícios (Artigo 8.º)	5 dias úteis após a disponibilização do relatório pelo perito
Contribuições em valores mobiliários e imobiliários (Artigo 9.º)	5 dias úteis após a entrega da contribuição
Desvios em relação à política de investimento (Artigo 10.º)	3 dias úteis após o reporte interno por escrito
Contas e Margem de Solvência em base trimestral (Artigo 11.º)	3 dias úteis após a solicitação de envio
Risco de insuficiência (Artigo 12.º)	Imediatamente após a detecção da situação

Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 19/2008-R

Alteração da norma regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio

A presente Norma Regulamentar tem por objecto efectuar ajustamentos pontuais na Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio, decorrentes dos desenvolvimentos internacionais relevantes em matéria de solvência e das recentes alterações promovidas nas Normas Internacionais de Contabilidade.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 180/2007, de 9 de Maio e n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro, e do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, o Instituto de Seguros de Portugal emite a seguinte Norma Regulamentar:

Artigo 1.º

Alteração da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio

1 — A aplicação da excepção prevista na parte final do n.º 1 do artigo 17.º da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio, é diferida para o exercício de 2009.

2 — É revogada a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 18.º da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Norma Regulamentar entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

23 de Dezembro de 2008. — O Conselho Directivo: *Fernando Nogueira,* presidente — *Rodrigo Lucena,* vogal.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Deliberação n.º 81/2009

Sob proposta do conselho científico e nos termos do artigo 24.º dos Estatutos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, o Senado, na reunião de 10 de Outubro de 2007, aprovou a criação da especialização em Gestão, com o plano de estudos em anexo.

1.º

Coordenação

O curso terá um coordenador nomeado pelo presidente da Unidade de Ensino de Gestão e pelo presidente do Departamento de Ciências de Gestão.

2.º

Condições de acesso

Podem candidatar-se ao curso:

a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;

b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um primeiro ciclo de estudo organizado segundo o processo de Bolonha;

c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado;

d) Detentores de um curriculum escolar, científico ou profissional reconhecido como atestando capacidade para realização do curso.

3.º

Diploma

Pela frequência com aproveitamento das unidades curriculares que constituem o plano de estudos do curso, no total de 30 créditos, é atribuído um Diploma de Especialização (2.º ciclo) em Gestão, com indicação da média final.

12 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Luís Antero Reto*

ANEXO

Estrutura curricular do curso de Especialização em Gestão

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Direito	Dir	3	
Gestão Geral	GG	6	
Finanças	Fin	3	
Contabilidade	Con	3	
Economia	Econ	3	
Tecnologia, Produção e Operações	TPO	3	
Recursos Humanos	RH	3	
Marketing	MKT	3	
Estatística e Análise de Dados	EAD	3	
Total		30	

Plano de estudos do curso de Especialização em Gestão

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Introdução à Gestão	GG	Outro	75	TP =15	3	
Estratégia de Empresa	GG	Outro	75	TP =15	3	
Finanças	Fin	Outro	75	TP =15	3	
Contabilidade Financeira	Con	Outro	75	TP =15	3	
Direito Comercial	Dir	Outro	75	TP =15	3	
Estatística	EAD	Outro	75	TP =15	3	
Marketing de Empresa	MKT	Outro	75	TP =15	3	
Recursos Humanos	RH	Outro	75	TP =15	3	
Economia de Empresa	Eco	Outro	75	TP =15	3	
Gestão de Operações	TPO	Outro	75	TP =15	3	

Despacho n.º 1166/2009

1 — Nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e dos artigos 19.º, 20.º, 36.º e 109.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos), delego no titular do cargo a seguir assinalado o exercício da competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e execução de empreitadas de obras públicas, cujo valor global não ultrapasse o montante de € 5 000,00 (cinco mil euros).

2 — É abrangido pelo presente Despacho o seguinte cargo:

Coordenador dos cursos de Formação Específica para Alta Direcção em Administração Pública — Juan Mozzicafreddo.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Junho de 2008, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto proferidos pelo mencionado titular, no âmbito dos poderes agora delegados.

17 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

ORDEM DOS ADVOGADOS

Edital n.º 37/2009

Dando cumprimento ao disposto no n.º 1, do artigo 58.º do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, Regulamento n.º 232/2007, de 4 de Setembro, torna-se público que, por despacho do Bastonário da Ordem dos Advogados de 18 de Dezembro de 2008, foi levantada a suspensão da inscrição, com efeitos a partir do dia 17 de Dezembro de 2008, do Senhor Dr. Nuno Alves Pimenta, portador de Cédula Profissional n.º 2097P, tendo sido nesta data efectuados todos os averbamentos e comunicações.

18 de Dezembro de 2008. — O Bastonário, *António Marinho e Pinto.*

ORDEM DOS MÉDICOS

Regulamento n.º 14/2009

Preâmbulo

Um Código Deontológico destinado a médicos é um conjunto de normas de comportamento, cuja prática não só é recomendável como deve servir de orientação nos diferentes aspectos da relação humana que se estabelece no decurso do exercício profissional.

Nele se contêm sempre dois tipos de normas: um primeiro, que diz respeito aos princípios éticos fundamentais, que são imutáveis nos tempos e nos lugares, encontrando-se fora e acima de conceitos ideológicos ou políticos; são exemplos bem marcantes o respeito pela vida humana e pela sua dignidade essencial, o dever da não discriminação, a protecção dos diminuídos e dos mais fracos, o dever de segredo médico, o dever de solidariedade e o dever de entreajuda e respeito entre profissionais, bem como o de contribuir para o progresso da medicina. São igualmente exemplos as normas que resultem directamente da aplicação de princípios éticos fundamentais como o princípio da beneficência, da não maleficência, da autonomia e da justiça.

Existe um segundo tipo de normas, que se podem designar parcialmente por acidentais, que, embora úteis e mesmo necessárias, podem variar no tempo e no lugar. Entre elas encontramos como exemplos a publicidade médica e os honorários, as relações com as administrações públicas, o exercício da Medicina em instituições de saúde ou as relações técnicas com outros profissionais. São normas que derivam dos usos e costumes, bem como da cultura própria das comunidades onde se originam.

Além destes dois tipos de normas podem existir novos factos que o progresso das ciências obriga a tomar em consideração sob um ponto de vista ético. A intervenção genética, de que o modelo mais falado foi a clonagem; os novos conceitos de avaliação da morte; e o desenvolvimento das possibilidades e das técnicas de transplantação são, entre outros, novos problemas que é necessário introduzir num Código Deontológico.

Igualmente alguns princípios, como o da defesa intransigente da vida, que é imprescindível manter, devem ser abordados à luz da reflexão ética e científica, atento o facto incontornável de não haver uma posição unânime sobre o momento do seu início. Assume assim, nesta matéria, uma importância particular a reflexão ética do médico à luz das suas convicções, dos conhecimentos científicos mais actuais e dos valores em presença.

Em todas as circunstâncias, as condutas que o Código postula estão condicionadas pela informação científica disponível, pelas recomendações da Ordem e pelo princípio ético geral da prudência, sem prejuízo do direito à objecção de consciência, inclusive em relação à legislação em vigor.

Um Código Deontológico é, afinal, tal como a Ética Médica que lhe dá origem, algo em permanente evolução, actualização e adaptação à realidade. Por outro lado, inscrevendo-se os códigos deontológicos profissionais no acervo jurídico de uma determinada sociedade, e retirando a sua força vinculativa da auto-regulação outorgada à organização que o adoptou, integram-se no quadro legislativo geral.

Sem prejuízo de os tribunais, por aplicação da Lei, poderem tornar ineficazes as decisões disciplinares que resultam da sua aplicação, não pode o Código Deontológico deixar de reflectir a Ética Médica e só esta.

Se aos médicos e só a estes compete adaptar e alterar o seu Código Deontológico, estão os médicos vinculados a dar testemunho de princípios éticos universais que estruturam e tornam significante a sua cultura e a sua existência como profissão.

No texto normativo que se apresenta a seguir quiseram manter-se bem claras as regras deontológicas fundamentais; procuraram actualizar-se aspectos relacionados com os conhecimentos actuais da ciência médica; tenta-se uma maior simplificação, aliviando o texto de referências exaustivas de regras que estão consagradas na legislação.

Assim, em cumprimento do estabelecido na alínea *a*) do artigo 6.º e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *b*) do artigo 57.º, da alínea *j*) do artigo 64.º, com observância do artigo 80.º, todos do Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 282/77, de 5 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 326/87, de 01 de Setembro, e 217/94, de 20 de Agosto foi aprovado o seguinte Código Deontológico:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

(Deontologia Médica)

A Deontologia Médica é o conjunto de regras de natureza ética que, com carácter de permanência e a necessária adequação histórica na sua formulação, o médico deve observar e em que se deve inspirar no exercício da sua actividade profissional, traduzindo assim a evolução do pensamento médico ao longo da história e tem a sua primeira formulação no código hipocrático.

Artigo 2.º

(Âmbito)

1 — As disposições reguladoras da Deontologia Médica são aplicáveis a todos os médicos no exercício da sua profissão, independentemente do regime em que esta seja exercida.

2 — O disposto no número anterior não é prejudicado pelo facto de, num caso concreto, em face da legislação em vigor, não ser possível a sua aplicação ou sancionada a sua violação.

3 — Nas circunstâncias do número anterior, as disposições deste Código mantêm-se com carácter indicativo ético, podendo ser alegadas designadamente para efeito de objecção de consciência.

Artigo 3.º

(Independência dos médicos)

1 — O médico, no exercício da sua profissão, é técnica e deontologicamente independente e responsável pelos seus actos.

2 — Em caso algum o médico pode ser subordinado à orientação técnica e deontológica de estranhos à profissão médica no exercício das funções clínicas.

3 — O disposto no número anterior não contraria a existência de hierarquias técnicas institucionais, legal ou contratualmente estabelecidas, não podendo, contudo, em nenhum caso, um médico ser constrangido a praticar actos médicos contra sua vontade, sem prejuízo do disposto no artigo 7.º e 41.º, número 1.

Artigo 4.º

(Competência exclusiva da Ordem dos Médicos)

1 — O reconhecimento da responsabilidade dos médicos emergente de infracções à Deontologia Médica é uma competência disciplinar exclusiva da Ordem.

2 — Quando as violações à Deontologia Médica se verifiquem em relação a médicos que exerçam a sua profissão vinculados a entidades públicas, cooperativas sociais ou privadas devem estas entidades limitar-se a comunicar à Ordem as presumíveis infracções.

3 — Se a factualidade das infracções deontológicas e técnicas preencher também os pressupostos de uma infracção disciplinar incluída na competência legal daquelas entidades, as respectivas competências devem ser exercidas separadamente.

CAPÍTULO II

Deveres dos médicos

Artigo 5.º

(Princípio geral)

1 — O médico deve exercer a sua profissão com o maior respeito pelo direito à protecção da saúde das pessoas e da comunidade.

2 — O médico não deve considerar o exercício da Medicina como uma actividade orientada para fins lucrativos, sem prejuízo do seu direito a uma justa remuneração.

3 — São condenáveis todas as práticas não justificadas pelo interesse do doente ou que pressuponham ou criem falsas necessidades de consumo.

4 — O médico, no exercício da sua profissão, deve igualmente, e na medida que tal não conflitue com o interesse do seu doente, proteger a sociedade, garantindo um exercício consciente, procurando a maior eficácia e eficiência na gestão rigorosa dos recursos existentes.

5 — São ainda deveres dos médicos todos aqueles referidos no Estatuto da Ordem dos Médicos, nomeadamente no seu artigo 13.º

Artigo 6.º

(Proibição de discriminação)

O médico deve prestar a sua actividade profissional sem qualquer forma de discriminação.

Artigo 7.º

(Situação de urgência)

O médico deve, em qualquer lugar ou circunstância, prestar tratamento de urgência a pessoas que se encontrem em perigo imediato, independentemente da sua função específica ou da sua formação especializada.

Artigo 8.º

(Greve de médicos)

1 — Os médicos são titulares do direito constitucional e legalmente regulamentado de fazer greve.

2 — O exercício de tal direito não pode, contudo, violar os princípios de Deontologia Médica, devendo os médicos assegurar os cuidados inadiáveis aos doentes.

3 — Devem ser sempre garantidos os serviços mínimos, que, caso não se obtenha outra definição, se entende como os disponibilizados aos domingos e feriados.

Artigo 9.º

(Actualização e preparação científica)

O médico deve cuidar da permanente actualização da sua cultura científica e da sua preparação técnica, sendo dever ético fundamental o exercício profissional diligente e tecnicamente adequado às regras da arte médica *(leges artis)*.

Artigo 10.º

(Dignidade)

Em todas as circunstâncias deve o médico ter comportamento público e profissional adequado à dignidade da sua profissão, sem prejuízo dos seus direitos de cidadania e liberdade individual.

CAPÍTULO III

Publicidade

Artigo 11.º

(Princípio geral)

Atenta a necessidade de credibilidade e de correspondência com o n.º 3 do artigo 5.º, na divulgação da sua actividade o médico deve abster-se de propaganda e de autopromoção.

Artigo 12.º

(Proibições)

1 — É proibida ao médico toda a espécie de publicidade que não seja meramente informativa das condições de atendimento ao público e da sua competência profissional, cujo título esteja reconhecido pela Ordem.

2 — É especialmente vedado aos médicos:

a) Promover, fomentar ou autorizar notícias referentes a medicamentos, métodos de diagnóstico ou de terapêutica, a resultados dos cuidados que haja ministrado no exercício da sua profissão, casos clínicos ou outras questões profissionais a si confiadas, ou de que tenha conhecimento, com intuitos propagandísticos próprios ou de estabelecimento em que trabalhe;

b) Promover ou de qualquer forma incentivar a divulgação de agradecimentos públicos, qualquer que seja o meio de comunicação utilizado, relativos à sua qualidade profissional ou ao resultado dos cuidados de saúde que haja ministrado.

3 — É particularmente grave a divulgação de informação susceptível de ser considerada como garantia de resultados ou que possa ser considerada publicidade enganosa.

Artigo 13.º

(Permissões)

São admitidas as seguintes formas de publicidade:

a) A afixação de tabuletas no exterior dos consultórios;

b) A utilização de cartões-de-visita, papel timbrado e de receitas;

c) A publicação de anúncios em jornais ou revistas de carácter geral e listas telefónicas, bem como na internet e noutros meios de natureza análoga, em conformidade com o disposto no artigo 16.º

Artigo 14.º

(Tabuletas)

As tabuletas afixadas no exterior dos consultórios, residência ou locais de actividade do médico, apenas poderão conter:

a) Nome ou nome clínico;

b) Designação da qualidade de médico, da especialidade ou competência cuja menção seja autorizada pela Ordem;

c) Título profissional em conformidade com o artigo 18.º;

d) Local, número de telefone, fax, correio electrónico e horário de exercício profissional.

Artigo 15.º

(Receitas médicas)

1 — Encontram-se abrangidos pelo número *b*) do artigo 13.º e são válidos como receitas médicas:

a) Impressos em uso nas unidades constituintes do Serviço Nacional de Saúde ou noutras entidades prestadoras de cuidados de saúde, desde que não violem as disposições deontológicas;

b) Impressos legalmente obrigatórios para grupos particulares de fármacos ou produtos de uso médico;

c) Folhas de papel ou outro material que suporte a escrita de dimensão igual ou inferior a A4 onde constem o nome, a morada e o número de inscrição na Ordem.

d) Poderão ser válidas como receitas, formas desmaterializadas, nomeadamente as que resultem de transmissão electrónica, desde que garantam a confidencialidade e mediante prévia aprovação pela Ordem.

2 — As receitas médicas poderão conter as menções constantes no artigo 14.º

3 — Não são válidas como receitas as emitidas em papel timbrado de entidades comerciais, bem como as que contenham menções publicitárias ou informação promocional não referida no artigo 14.º

Artigo 16.º

(Publicação de anúncios)

A publicação de anúncios em jornais ou revistas de carácter geral, listas telefónicas gerais e classificadas, bem como a divulgação de informações na internet, tem de revestir forma discreta e prudente, com respeito pelo disposto nos artigos 12.º e 14.º

Artigo 17.º

(Designação de especialidades)

É permitido complementar a designação da especialidade, subespecialidade ou competência, para os efeitos dos artigos 14.º, 15.º e 16.º,

por expressões mais correntes e perceptíveis pelos doentes, mediante autorização prévia da Ordem.

Artigo 18.º

(Títulos profissionais e académicos)

1 — Para os efeitos dos artigos 14.º, 15.º e 16.º, não é permitido aos médicos a utilização em receitas, tabuletas, cartões-de-visita, ou em quaisquer impressos utilizados e destinados à actividade clínica e acessíveis aos doentes, outros títulos para além dos adiante designados que ficam expressamente permitidos:

a) Médico — A todos os licenciados em Medicina inscritos na Ordem;
b) Interno do Internato Médico de... — A todos os médicos que frequentam o Internato da respectiva especialidade;
c) Médico Especialista (eventualmente seguido da indicação da especialidade, subespecialidade ou competência reconhecida pela Ordem) — A todos os médicos inscritos nos quadros dos Colégios de Especialidade da Ordem e que possuam reconhecimento da subespecialidade ou competência mencionada.
d) Graus de Carreira Médica — A todos os médicos especialistas que os tenham obtido;
e) Categorias, Graus e Títulos Académicos — A todos os médicos cuja categoria, grau ou título seja reconhecido por uma Universidade portuguesa e que exerçam ou tenham exercido de forma sustentada a docência da disciplina correspondente à actividade clínica divulgada.

2 — É particularmente vedado aos médicos utilizar na prática clínica quaisquer títulos ou designações derivados de provas, concursos ou formação nacional ou internacional que não correspondam à área específica de especialização clínica e que não tenham obtido a prévia concordância da Ordem.

Artigo 19.º

(Publicitação de estudos, investigações ou descobertas científicas)

1 — A publicitação de estudos, investigações ou descobertas científicas deve ser feita através de revistas ou de outras publicações de carácter estritamente técnico-científico, sendo vedada a sua publicitação noutros meios de comunicação social com fins de autopromoção.
2 — É obrigatória a menção de eventuais interesses em presença.

Artigo 20.º

(Colaboração com os meios de comunicação social)

1 — Sem prejuízo das normas respeitantes ao segredo profissional, o médico poderá divulgar informação de carácter clínico relevante para o público, que deve ser feita de forma cientificamente correcta, facilmente perceptível, contextualizada com as indicações clínicas, resultados obtidos e alternativas.
2 — O médico não deve fomentar notícias referentes à sua pessoa que possam, de alguma forma, consubstanciar publicidade à sua actividade profissional.

Artigo 21.º

(Sociedades comerciais)

As sociedades comerciais que utilizam na sua denominação social o nome de um médico inscrito na Ordem consideram-se englobadas nas disposições deste Código, devendo os médicos que nelas possuam participações sociais zelar pelo cumprimento destes princípios.

CAPÍTULO IV

Consultórios médicos

Artigo 22.º

(Consultório médico)

1 — O consultório médico é o local de trabalho onde o médico exerce, de um modo autónomo, actividade profissional liberal.
2 — É dever do médico comunicar à Ordem, no prazo de sessenta dias a contar do início da actividade, a localização do seu consultório.
3 — O médico tem obrigação de comunicar à Ordem a actividade que pretende realizar no seu consultório quando ela exceda o estrito âmbito da consulta e envolva qualquer espécie de tratamento cirúrgico ou endoscópico, sob anestesia geral ou intervenção de risco equivalente.
4 — É vedado o exercício dos actos médicos referidos no número anterior sem que os órgãos próprios da Ordem dos Médicos procedam à vistoria do consultório e à emissão de parecer favorável.

Artigo 23.º

(Instalações e meios técnicos)

1 — O consultório médico deve ter instalações e meios técnicos adequados ao exercício da profissão.
2 — Não devem ser realizadas actividades em condições que possam comprometer a qualidade dos actos médicos e o respectivo segredo.

Artigo 24.º

(Localização)

O consultório médico não deve situar-se no interior de instalações de entidades não médicas das áreas dos cuidados de saúde, nomeadamente as que prossigam fins comerciais.

Artigo 25.º

(Condições funcionais do consultório)

O consultório médico deve ter condições que garantam a independência da profissão, nomeadamente:

a) Possuir porta de acesso diferente daquela pela qual se acede a qualquer entidade dedicada a outros fins, nomeadamente qualquer entidade não médica nos termos do artigo 24.º, com excepção do consultório instalado em habitação do médico, desde que o respectivo espaço tenha exclusivamente esse fim;
b) Possuir equipamento adequado ao exercício dos actos médicos propostos, sendo o médico livre na sua utilização, sem condicionantes para a realização de quaisquer actos complementares por parte de eventuais proprietários do equipamento;
c) Possuir serviços de apoio, nomeadamente salas de espera e lavabos para utilização dos doentes, sem que essa utilização seja condicionada pela frequência de qualquer entidade a que se refere o artigo 24.º;
d) Possuir sistema de marcação de consultas que não obrigue o doente à frequência de qualquer entidade a que se refere o artigo 24.º

Artigo 26.º

(Fiscalização do consultório)

1 — A Ordem pode, através dos seus órgãos próprios, proceder à vistoria do consultório para verificação das condições exigidas nos artigos 23.º a 25.º
2 — Quando, na vistoria mencionada no número anterior, se verificar que o consultório não preenche as condições para o exercício profissional, a Ordem determinará a obrigação de as reunir no prazo de noventa dias ou, no caso de desconformidade grave ou continuada, o seu encerramento.

Artigo 27.º

(Prescrições médicas)

As prescrições fornecidas pelo médico deverão ser elaboradas de forma a poderem ser apresentadas em estabelecimento da escolha do doente.

Artigo 28.º

(Proibição de substituição)

1 — O médico, temporária ou definitivamente privado do direito de exercer a profissão por decisão judicial ou disciplinar, não pode fazer-se substituir no seu consultório durante o cumprimento da pena, salvo determinação em contrário da própria decisão.
2 — A proibição prevista no número anterior não dispensa o médico de tomar as medidas adequadas para assegurar a continuidade dos cuidados médicos aos doentes em tratamento até ao início da execução da pena, devendo comunicá-las à Ordem dos Médicos.

Artigo 29.º

(Transmissibilidade de consultório)

É vedado aos médicos que exercem a profissão em consultório adquirido por transmissão utilizar o nome ou designação do médico anterior em qualquer acto da sua actividade profissional, inclusive na identificação do próprio consultório.

Artigo 30.º

(Consultórios detidos por sociedades)

Os consultórios detidos por sociedades consideram-se abrangidos pelo estabelecido neste Código, respondendo o seu director clínico pelo cumprimento das suas disposições, independentemente das responsabilidades individuais que caibam a cada médico.

TÍTULO II

O médico ao serviço do doente

CAPÍTULO I

Qualidade dos cuidados médicos

Artigo 31.º

(Princípio geral)

O médico que aceite o encargo ou tenha o dever de atender um doente obriga-se à prestação dos melhores cuidados ao seu alcance, agindo sempre com correcção e delicadeza, no exclusivo intuito de promover ou restituir a saúde, conservar a vida e a sua qualidade, suavizar os sofrimentos, nomeadamente nos doentes sem esperança de cura ou em fase terminal, no pleno respeito pela dignidade do ser humano.

Artigo 32.º

(Isenção e liberdade profissionais)

1 — O médico só deve tomar decisões ditadas pela ciência e pela sua consciência.

2 — O médico tem liberdade de escolha de meios de diagnóstico e terapêutica, devendo, porém, abster-se de prescrever desnecessariamente exames ou tratamentos onerosos ou de realizar actos médicos supérfluos.

Artigo 33.º

(Condições de exercício)

1 — O médico deve exercer a sua profissão em condições que não prejudiquem a qualidade dos seus serviços e a especificidade da sua acção, não aceitando situações de interferência externa que lhe cerceiem a liberdade de fazer juízos clínicos e éticos e de actuar em conformidade com as *leges artis.*

2 — O médico tem o dever de comunicar à Ordem todas as tentativas de condicionar a liberdade do seu exercício ou de imposição de condições que prejudiquem os doentes.

Artigo 34.º

(Responsabilidade)

1 — O médico é responsável pelos seus actos e pelos praticados por profissionais sob a sua orientação, desde que estes não se afastem das suas instruções, nem excedam os limites da sua competência.

2 — Nas equipas multidisciplinares, a responsabilidade de cada médico deve ser apreciada individualmente.

Artigo 35.º

(Tratamentos vedados ou condicionados)

1 — O médico deve abster-se de quaisquer actos que não estejam de acordo com as *leges artis.*

2 — Exceptuam-se os actos não reconhecidos pelas *leges artis,* mas sobre os quais se disponha de dados promissores, em situações em que não haja alternativa, desde que com consentimento do doente ou do seu representante legal, no caso daquele o não poder fazer, e ainda os actos que se integram em protocolos de investigação, cumpridas as regras que condicionam a experimentação em e com pessoas humanas.

Artigo 36.º

(Respeito por qualificações e competências)

1 — O médico não deve ultrapassar os limites das suas qualificações e competências.

2 — As especialidades, subespecialidades, competências e formações reconhecidas pela Ordem devem ser tidas em conta.

3 — Quando lhe pareça indicado, deve pedir a colaboração de outro médico ou indicar ao doente um colega que julgue mais qualificado.

4 — Quando delegar competências noutros profissionais de saúde, médicos ou não médicos devidamente habilitados, é dever do médico não ultrapassar nesta delegação as competências destes profissionais, sendo também responsável pelos actos delegados nos termos do artigo 34.º

5 — Excepto em situações de emergência em que não possa recorrer em tempo útil a colega competente, o médico não pode, em caso algum, praticar actos médicos para os quais reconheça não ser capaz ou não possuir a competência técnica e capacidade física e mentais exigíveis.

6 — Não é permitida a delegação de actos médicos quando se transfira para não médicos as competências de estabelecimento do diagnóstico, prescrição ou gestão clínica autónoma de doentes.

Artigo 37.º

(Objecção de consciência)

1 — O médico tem o direito de recusar a prática de acto da sua profissão quando tal prática entre em conflito com a sua consciência, ofendendo os seus princípios éticos, morais, religiosos, filosóficos ou humanitários.

2 — O exercício da objecção de consciência deverá ser comunicado à Ordem, em documento registado, sem prejuízo de dever ser imediatamente comunicada ao doente ou a quem no seu lugar prestar o consentimento.

3 — A objecção de consciência não pode ser invocada em situação urgente e que implique perigo de vida ou grave dano para a saúde e se não houver outro médico disponível a quem o doente possa recorrer, nos termos do número 1 do artigo 41.º

Artigo 38°

(Objecção técnica)

A recusa de subordinação a ordens técnicas oriundas de hierarquias institucionais, legal ou contratualmente estabelecidas, ou a normas de orientação adoptadas institucionalmente, só pode ser usada quando o médico se sentir constrangido a praticar ou deixar de praticar actos médicos, contra a sua opinião técnica, devendo, nesse caso, justificar-se de forma clara e por escrito.

Artigo 39.º

(Dever de respeito)

1 — O médico deve sempre respeitar a pessoa do doente.

2 — A idade, o sexo, as convicções do doente, bem como a natureza da doença são elementos que devem ser tidos em consideração no exame clínico e tratamento do doente.

3 — A situação de vulnerabilidade que caracteriza a pessoa doente, bem como a dependência física e emocional que se pode estabelecer entre esta e o seu médico, torna o assédio sexual uma falta particularmente grave quando praticada pelo médico.

4 — O médico tem o direito de exigir condições para a prática médica que permitam o cumprimento deste artigo.

Artigo 40.º

(Livre escolha pelo doente)

1 — O doente tem o direito de escolher livremente o seu médico, nisso residindo um princípio fundamental da relação entre o doente e o médico, que este deve respeitar e defender.

2 — O médico assistente deve respeitar o direito do doente a mudar de médico, devendo mesmo antecipar-se, por dignidade profissional, à menor suspeita de que tal vontade exista.

Artigo 41.º

(Direito de recusa de assistência)

1 — O médico pode recusar-se a prestar assistência a um doente, excepto quando este se encontrar em perigo iminente de vida ou não existir outro médico de qualificação equivalente a quem o doente possa recorrer.

2 — O médico pode recusar-se a continuar a prestar assistência a um doente, quando se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Não haja prejuízo para o doente, nomeadamente por lhe ser possível assegurar assistência por médico de qualificação equivalente;

b) Tenha fornecido os esclarecimentos necessários para a regular continuidade do tratamento;

c) Tenha advertido o doente ou a família com a antecedência necessária a assegurar a substituição.

3 — A incapacidade para controlar a doença não justifica o abandono do doente.

Artigo 42.º

(Direito de recusa de acto ou exame)

O médico pode recusar qualquer acto ou exame cuja indicação clínica lhe pareça mal fundamentada.

Artigo 43.º

(Referenciação)

1 — O médico, ao referenciar o doente ou ao ajudá-lo na escolha de outro médico, nomeadamente especialista, deve guiar-se apenas pelo seu conhecimento profissional e pelo interesse daquele.

2 — Nos termos do número anterior, o médico pode livremente recomendar ao doente quaisquer estabelecimentos ou entidades prestadoras de cuidados de Saúde, seja qual for a sua natureza e independentemente do sector ou organização em que funcionalmente aqueles se integrem, sem prejuízo do disposto no artigo 24.º

3 — É considerada violação ética grave a partilha de honorários (dicotomia), traduzida na percepção de vantagens financeiras, patrimoniais ou outras, pela referenciação do doente.

Artigo 44.º

(Esclarecimento do médico ao doente)

1 — O doente tem o direito a receber e o médico o dever de prestar o esclarecimento sobre o diagnóstico, a terapêutica e o prognóstico da sua doença.

2 — O esclarecimento deve ser prestado previamente e incidir sobre os aspectos relevantes de actos e práticas, dos seus objectivos e consequências funcionais, permitindo que o doente possa consentir em consciência.

3 — O esclarecimento deve ser prestado pelo médico com palavras adequadas, em termos compreensíveis, adaptados a cada doente, realçando o que tem importância ou o que, sendo menos importante, preocupa o doente.

4 — O esclarecimento deve ter em conta o estado emocional do doente, a sua capacidade de compreensão e o seu nível cultural.

5 — O esclarecimento deve ser feito, sempre que possível, em função dos dados probabilísticos e dando ao doente as informações necessárias para que possa ter uma visão clara da situação clínica e optar com decisão consciente.

Artigo 45.º

(Consentimento do doente)

1 — Só é válido o consentimento do doente se este tiver capacidade de decidir livremente, se estiver na posse da informação relevante e se for dado na ausência de coacções físicas ou morais.

2 — Sempre que possível, entre o esclarecimento e o consentimento deverá existir intervalo de tempo que permita ao doente reflectir e aconselhar-se.

3 — O médico deve aceitar e pode sugerir que o doente procure outra opinião médica, particularmente se a decisão envolver grandes riscos ou graves consequências.

Artigo 46.º

(Doentes incapazes de dar o consentimento)

1 — No caso de menores ou de doentes com alterações cognitivas que os torne incapazes, temporária ou definitivamente, de dar o seu consentimento, este deve ser solicitado ao seu representante legal, se possível.

2 — Se houver uma directiva escrita pelo doente exprimindo a sua vontade, o médico deve tê-la em conta quando aplicável à situação em causa.

3 — A opinião dos menores deve ser tomada em consideração, de acordo com a sua maturidade, mas o médico não fica desobrigado de pedir o consentimento aos representantes legais daqueles.

4 — A actuação dos médicos deve ter sempre como finalidade a defesa dos melhores interesses dos doentes, com especial cuidado relativamente aos doentes incapazes de comunicarem a sua opinião, entendendo-se como melhor interesse do doente a decisão que este tomaria de forma livre e esclarecida caso o pudesse fazer.

5 — Os representantes legais ou os familiares podem ajudar a esclarecer o que os doentes quereriam para eles próprios se pudessem manifestar a sua vontade.

6 — Quando se considerar que as decisões dos representantes legais ou dos familiares são contrárias aos melhores interesses do doente, os médicos devem requerer o suprimento judicial de consentimento para salvaguardar os interesses e defender o doente.

Artigo 47.º

(Consentimento implícito)

O médico deve presumir o consentimento dos doentes nos seguintes casos:

a) Em situações de urgência, quando não for possível obter o consentimento do doente e desde que não haja qualquer indicação segura de que o doente recusaria a intervenção se tivesse a possibilidade de manifestar a sua vontade;

b) Quando só puder ser obtido com adiamento que implique perigo para a vida ou perigo grave para a saúde;

c) Quando tiver sido dado para certa intervenção ou tratamento, tendo vindo a realizar-se outro diferente, por se ter revelado imposto como meio para evitar perigo para a vida ou perigo grave para a saúde, na impossibilidade de obter outro consentimento.

Artigo 48.º

(Formas de consentimento)

1 — O consentimento pode assumir a forma oral ou escrita.

2 — O consentimento escrito e ou testemunhado é exigível em casos expressamente determinados pela lei ou regulamento deontológico.

3 — No caso de menores ou incapazes, o consentimento será dado pelos pais ou representantes legais, mas o médico não fica dispensado de tentar obter a concordância do doente, nos termos do número 3 e 6 do artigo 46.º e do artigo 52.º

Artigo 49°

(Recusa de exames e tratamentos)

1 — Se o doente, a família ou o representante legal, esgotadas todas as formas de esclarecimento adequadas, recusarem os exames ou tratamentos indicados pelo médico, pode este recusar-se a assisti-lo nos termos do artigo 41.º, sem prejuízo do disposto na parte final do n.º 6 do artigo 46.º

2 — Em caso de perigo de vida de doente com capacidade para decidir, a recusa de tratamento imediato que a situação imponha só pode ser feita pelo próprio doente, expressamente e sem quaisquer coacções.

Artigo 50.º

(Revelação de diagnóstico e prognóstico)

1 — O diagnóstico e o prognóstico devem, por regra, ser sempre revelados ao doente, em respeito pela sua dignidade e autonomia.

2 — A revelação exige prudência e delicadeza, devendo ser efectuada em toda a extensão e no ritmo requerido pelo doente, ponderados os eventuais danos que esta lhe possa causar.

3 — A revelação não pode ser imposta ao doente, pelo que não deve ser feita se este não a desejar.

4 — O diagnóstico e prognóstico só podem ser dados a conhecer a terceiros, nomeadamente familiares, com o consentimento expresso do doente, a menos que este seja menor ou cognitivamente incompetente, sem prejuízo do disposto no artigo 89.º deste Código.

Artigo 51.º

(Respeito pelas crenças e interesses do doente)

1 — O médico deve respeitar as opções religiosas, filosóficas ou ideológicas e os interesses legítimos do doente.

2 — Todo o doente tem o direito a receber ou a recusar conforto moral e espiritual, nomeadamente o auxílio de um membro qualificado da sua própria religião.

3 — Se o doente ou, na incapacidade deste, os seus familiares ou representantes legais quiserem chamar um ministro ou outro membro de qualquer culto, um notário ou outra entidade legalmente competente, o médico tem o dever de o possibilitar no momento que considere mais oportuno.

Artigo 52.º

(Menores, idosos e deficientes)

O médico deve usar de particular solicitude e cuidado para com o menor, o idoso ou o deficiente, especialmente quando verificar que os seus familiares ou outros responsáveis não são suficientemente capazes ou cuidadosos para tratar da sua saúde ou assegurar o seu bem-estar.

Artigo 53.º

(Protecção de diminuídos e incapazes)

Sempre que o médico, chamado a tratar um menor, um idoso, um deficiente ou um incapaz, verifique que estes são vítimas de sevícias, maus-tratos ou assédio, deve tomar providências adequadas para os proteger, nomeadamente alertando as autoridades competentes.

Artigo 54.º

(Acompanhante do doente e limitação de visitas)

1 — O médico respeitará o desejo do doente de fazer-se acompanhar por alguém da sua confiança, excepto quando tal possa interferir com o normal desenvolvimento do acto médico.

2 — O médico pode limitar o horário e a duração das visitas de terceiros aos doentes sob sua responsabilidade, se entender necessário à saúde do doente ou à defesa dos direitos de terceiros, tendo em vista o normal funcionamento dos serviços.

CAPÍTULO II

O início da vida

Artigo 55.º

(Princípio geral)

O médico deve guardar respeito pela vida humana desde o momento do seu início.

Artigo 56.º

(Interrupção da gravidez)

O disposto no artigo anterior não impede a adopção de terapêutica que constitua o único meio capaz de preservar a vida da grávida ou resultar de terapêutica imprescindível instituída a fim de salvaguardar a sua vida.

CAPÍTULO III

O fim da vida

Artigo 57.º

(Princípio geral)

1 — O médico deve respeitar a dignidade do doente no momento do fim da vida.

2 — Ao médico é vedada a ajuda ao suicídio, a eutanásia e a distanásia.

Artigo 58.º

(Cuidados paliativos)

1 — Nas situações de doenças avançadas e progressivas cujos tratamentos não permitem reverter a sua evolução natural, o médico deve dirigir a sua acção para o bem-estar dos doentes, evitando utilizar meios fúteis de diagnóstico e terapêutica que podem, por si próprios, induzir mais sofrimento, sem que daí advenha qualquer benefício.

2 — Os cuidados paliativos, com o objectivo de minimizar o sofrimento e melhorar, tanto quanto possível, a qualidade de vida dos doentes, constituem o padrão do tratamento nestas situações e a forma mais condizente com a dignidade do ser humano.

Artigo 59.º

(Morte)

1 — O uso de meios de suporte artificial de funções vitais deve ser interrompido após o diagnóstico de morte do tronco cerebral, com excepção das situações em que se proceda à colheita de órgãos para transplante.

2 — Este diagnóstico e correspondente declaração devem ser verificados, processados e assumidos de acordo com os critérios definidos pela Ordem.

3 — O uso de meios extraordinários de manutenção de vida deve ser interrompido nos casos irrecuperáveis de prognóstico seguramente fatal e próximo, quando da continuação de tais terapêuticas não resulte benefício para o doente.

4 — O uso de meios extraordinários de manutenção da vida não deve ser iniciado ou continuado contra a vontade do doente.

5 — Não se consideram meios extraordinários de manutenção da vida, mesmo que administrados por via artificial, a hidratação e a alimentação; nem a administração por meios simples de pequenos débitos de oxigénio suplementar.

CAPÍTULO IV

Transplante de órgãos e tecidos humanos

Artigo 60.º

(Colheita de órgãos ou tecidos humanos em pessoa viva)

1 — A remoção de órgão ou tecidos a transplantar colhidos do corpo de pessoa viva não é admitida se envolver necessariamente uma diminuição grave e permanente da integridade física do dador ou quando o fizer incorrer numa probabilidade elevada de riscos graves.

2 — A remoção de órgãos ou tecidos insubstituíveis e importantes na economia do organismo, mas não indispensáveis à sua sobrevivência, apenas será permitida após esclarecimentos detalhados ao dador e ao receptor dos riscos envolvidos e consequências a curto, médio e longo prazo.

3 — Salvo em situação de urgência, o esclarecimento ao dador e ao receptor, desde que sejam cognitivamente competentes e juridicamente capazes, de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 50.º, deve ser facultado ao longo de todo o período das diversas consultas preparatórias, valorizando o risco do procedimento e as suas consequências imediatas e futuras.

4 — Além do esclarecimento referido no número anterior, é aconselhável que o dador seja também esclarecido por médicos que não intervenham no tratamento do receptor.

5 — A dádiva de órgãos ou tecidos de menores com capacidade de entendimento e com manifestação de vontade, bem como de maiores incapazes por razões de anomalias psíquicas, apenas é admissível através de prévio suprimento judicial do consentimento.

6 — É interdito ao médico participar na colheita ou transplantação de órgãos ou tecidos humanos objecto de comercialização.

Artigo 61.º

(Colheita de órgãos ou tecidos em cadáveres humanos)

1 — A colheita de órgãos ou tecidos em cadáver só pode efectuar-se após o preenchimento de todas as regras científicas e normas legais estabelecidas.

2 — No caso previsto no número anterior, a verificação da morte não deve ser feita por médicos que integrem a equipa de transplante.

3 — Nos casos em que se preveja a colheita de órgãos para transplante é permitida a manutenção de meios artificiais de suporte de vida após o diagnóstico de morte do tronco cerebral.

CAPÍTULO V

Procriação medicamente assistida

Artigo 62.º

(Princípio geral)

É lícito o recurso a técnicas de procriação medicamente assistida, como forma de tratamento da esterilidade. Estas técnicas deverão ser utilizadas como auxiliares da concretização de um projecto parental, o que implica a consideração não só do desejo dos candidatos a pais, mas sobretudo dos interesses do futuro ser humano que vier a ser concebido através da procriação medicamente assistida.

Artigo 63.º

(Casos em que o médico pode realizar procriação medicamente assistida)

1 — O médico só pode realizar a procriação medicamente assistida mediante diagnóstico de infertilidade ou excepcionalmente e por ponderadas razões estritamente médicas, decorrentes da prevenção da transmissão de doenças graves de origem genética ou outra.

2 — O médico só deverá propor a técnica de procriação medicamente assistida que se afigure mais adequada quando outros tratamentos não tenham sido bem sucedidos, não ofereçam perspectivas de êxito ou não se mostrem convenientes segundo o conhecimento médico.

3 — A execução das técnicas de procriação medicamente assistida deve ter sempre como referência ética que a fecundação de ovócitos não deve conduzir sistematicamente à ocorrência de embriões supranumerários, caso em que deve estar disponível a possibilidade de criopreservação para ulterior transferência.

4 — A execução de técnicas de procriação medicamente assistida deve procurar reduzir a incidência de gravidez múltipla.

5 — A maternidade de substituição só pode ser ponderada em situações da maior excepcionalidade.

6 — É aceitável o recurso a doação de gâmetas em casos específicos e a regulamentar.

Artigo 64.º

(Casos em que o médico não pode realizar procriação medicamente assistida)

1 — O médico não pode realizar a procriação medicamente assistida com qualquer dos objectivos seguintes:

a) Criar seres humanos geneticamente idênticos.

b) Criar embriões humanos para investigação.

c) Criar embriões com o fim de melhorar características, promover a escolha do sexo ou para originar híbridos ou quimeras.

2 — O médico não pode, no âmbito de um processo de procriação medicamente assistida, fazer a aplicação de diagnóstico genético pré-implantação em doenças multifactoriais em que o valor preditor do teste genético seja muito baixo.

3 — Exceptuam-se os casos em que haja elevado risco de doença genética grave e de mau prognóstico, para a qual não seja possível a detecção por diagnóstico pré-natal ou diagnóstico genético pré-implantação.

Artigo 65.º

(Esclarecimento do médico e consentimento dos doentes)

1 — O esclarecimento do médico aos doentes será feito nos termos do artigo 44.º, com as adaptações para a procriação medicamente assistida.

2 — O consentimento dos doentes deverá ser feito, por escrito, nos termos dos artigos 45.º, 46.º e 48.º, com as adaptações para a procriação medicamente assistida.

CAPÍTULO VI

Esterilização

Artigo 66.º

(Laqueação tubária e vasectomia)

1 — Os métodos de esterilização irreversível, laqueação tubária e vasectomia só são passíveis de ser permitidos a pedido do próprio e com o seu expresso e explícito consentimento pleno, após esclarecimentos detalhados sobre os riscos e sobre a irreversibilidade destes métodos.

2 — Excepto em situações urgentes com risco de vida, é desejável a existência de um período de reflexão entre esta prestação de esclarecimentos e a tomada final da decisão.

3 — É expressamente vedada aos médicos a prática de métodos de esterilização irreversíveis por solicitação do Estado ou outras partes terceiras, ou de qualquer outra forma sem consentimento plenamente livre e informado do doente, prestado nos termos do n.º 1 deste artigo.

4 — Em casos de menores ou incapazes, os métodos de esterilização irreversíveis só devem ser executados após pedido devidamente fundamentado no sentido de evitar graves riscos para a sua vida ou saúde dos seus filhos hipotéticos e, sempre, mediante prévio consentimento judicial.

CAPÍTULO VII

Intervenções no genoma humano

Artigo 67.º

(Testes genéticos)

A realização de testes genotípicos de diagnóstico pré-sintomático de doenças genéticas e de testes de susceptibilidade deve apenas ter lugar para fins médicos ou de investigação médica, visando o bem do indivíduo em que forem realizados, não podendo nunca servir propósitos de que decorra discriminação do indivíduo.

Artigo 68.º

(Terapêutica génica)

Qualquer intervenção sobre o genoma humano visando a sua modificação pode apenas ter lugar para fins médicos e, designadamente, terapêutica génica, estando excluída qualquer alteração em células germinais de que resulte modificação genética da descendência.

CAPÍTULO VIII

Transexualidade e disforia de género

Artigo 69.º

(Princípio geral)

É proibida a cirurgia para transição do género em pessoas morfologicamente normais, salvo nos casos clínicos adequadamente diagnosticados como transexualismo ou disforia do género.

Artigo 70.º

(Condições)

O doente sujeito a terapêutica cirúrgica deve ser de maior idade, civil e cognitivamente capaz.

Artigo 71.º

(Avaliação e acompanhamento)

1 — A avaliação pré-cirúrgica dos casos de transexualismo ou disforia de género e seu acompanhamento deve ter carácter multidisciplinar, sendo realizada por três médicos especialistas, um em Cirurgia Plástica, Reconstrutiva e Estética, um em Endocrinologia e um em Psiquiatria, com reconhecida experiência na matéria.

2 — O médico deve:

a) Acompanhar o doente antes da intervenção cirúrgica, num período não inferior a dois anos;

b) Estudar o doente com a finalidade de lhe poder ser diagnosticado transexualismo ou disforia de género;

c) Assegurar-se de que o doente está isento de distúrbios mentais permanentes.

Artigo 72.º

(Esclarecimento do médico e consentimento do doente)

1 — O esclarecimento do médico deve ser dado nos termos do artigo 44.º, devendo realçar-se que a cirurgia não garante a satisfação sexual, mas visa sobretudo contribuir para o equilíbrio psicológico do doente.

2 — O consentimento do doente, escrito e testemunhado, deve ser dado nos termos do artigo 45.º

CAPÍTULO IX

Os médicos e os indivíduos privados de liberdade

Artigo 73.º

(Princípio geral)

1 — O médico que preste, ainda que ocasionalmente, cuidados clínicos em instituições em que o doente esteja, por força da lei, privado da sua liberdade, tem o dever de respeitar sempre o interesse do doente e a integridade da sua pessoa, de acordo com os preceitos deontológicos.

2 — Sempre que possível, o médico deve impedir ou denunciar à Ordem qualquer acto lesivo da saúde física ou psíquica dos presos ou detidos, nomeadamente daqueles por cuja saúde é responsável.

Artigo 74.º

(Tortura)

1 — O médico não deve em circunstância alguma praticar, colaborar, consentir ou estar presente em actos de violência, tortura, ou quaisquer outras actuações cruéis, desumanas ou degradantes, seja qual for o crime cometido ou imputado ao preso ou detido e nomeadamente em estado de sítio, de guerra ou de conflito civil.

2 — O médico deve recusar ceder instalações, instrumentos ou fármacos, bem como recusar fornecer os seus conhecimentos científicos para permitir a prática da tortura.

3 — O médico deve denunciar junto da Ordem os actos referidos nos números anteriores.

Artigo 75.º

(Proibição de meios coercivos)

1 — O médico não pode impor coercivamente aos presos ou detidos, capazes de exercer a sua autonomia, exames médicos, tratamentos ou alimentação.

2 — Em caso de perigo para a vida ou grave perigo para a saúde de presos ou detidos, a recusa pelo doente dos actos referidos no n.º 1 deste artigo, deverá ser confirmada por médico estranho à instituição.

CAPÍTULO X

Experimentação humana

Artigo 76.º

(Princípios gerais)

A experimentação humana de novas técnicas ou ensaios clínicos de medicamentos só pode ser posta em prática em estreita observância dos seguintes princípios:

a) O bem do indivíduo deve prevalecer sobre os interesses da ciência e da comunidade;

b) O respeito pela integridade física e psíquica do indivíduo envolvido deve ser escrupulosamente reconhecido;

c) Os resultados obtidos na experimentação animal devem permitir concluir que os riscos para o indivíduo a submeter ao ensaio são pro-

porcionais aos benefícios que para esse indivíduo se apresentam como previsíveis;

d) A realização da experimentação deve ser feita por médico cientificamente qualificado e com o objectivo de beneficiar o indivíduo ou outros que possam vir a beneficiar do ensaio realizado;

e) O médico que participe em qualquer experimentação tem o dever de comunicar à Ordem dos Médicos todos os conflitos de interesse que possam ser invocados, nomeadamente relacionamento actual ou passado com empresas produtoras de produtos farmacêuticos ou dispositivos médicos;

f) A investigação de novos fármacos deve sempre ser feita por comparação com terapêuticas eficazes conhecidas, só se aceitando a realização de experimentação contra placebo em casos excepcionais em que haja um largo consenso científico sobre a sua necessidade e com autorização da Ordem dos Médicos;

g) A todas as pessoas envolvidas na investigação deve ser assegurada a continuação de terapêutica eficaz após o fim da investigação.

Artigo 77.º

(Experimentação em indivíduo saudável)

A experimentação em indivíduos saudáveis deve revestir-se de especiais cuidados, evitando-se qualquer risco previsível para a sua integridade física e psíquica, e exigir um consentimento informado escrito.

Artigo 78.º

(Experimentação em casos especiais)

1 — Em caso de doentes incuráveis no estado actual dos conhecimentos médicos, inclusive na fase terminal da doença, o ensaio de novas terapêuticas médico-cirúrgicas deve apresentar razoáveis probabilidades de se revelar útil e ter em conta particularmente o bem-estar físico e moral do doente, sem lhe impor sofrimento, desconforto ou encargos desnecessários ou desproporcionados em face dos benefícios esperados.

2 — A experimentação em menores e incapazes é eticamente admissível, desde que directamente ditada pelo interesse dos mesmos.

3 — A experimentação em mulheres grávidas só é eticamente admissível quando não possa ser realizada noutras circunstâncias e tenha interesse directo para a mãe ou para o filho e desde que dela não possa resultar grave prejuízo para a saúde ou para a vida do outro.

4 — É proibida a experimentação em indivíduos privados de liberdade.

Artigo 79.º

(Ensaio de novos medicamentos)

O ensaio de novos medicamentos, especialmente com utilização do método da dupla ocultação, não pode privar deliberadamente o doente de tratamento reconhecidamente eficaz, cuja omissão faça correr riscos desproporcionados.

Artigo 80.º

(Garantias éticas)

Qualquer investigação de diagnóstico ou de terapêutica, médica ou cirúrgica, deve revestir-se de garantias éticas, apoiadas nas comissões de ética das instituições de saúde onde se realiza a investigação, e apreciadas, sempre que tal se justifique, pelo Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas da Ordem, como instância de recurso.

Artigo 81.º

(Esclarecimento do médico ao doente)

O esclarecimento por parte do médico investigador deve ser dado nos termos do artigo 44.º, com adaptações, e ainda com menção dos riscos, consequências e benefícios previsíveis, bem como dos métodos e objectivos prosseguidos.

Artigo 82.º

(Consentimento)

O consentimento deve ser dado nos termos do artigo 45.º e seguintes, com adaptações, e ainda:

a) Deve ser feito por escrito, de forma clara e em termos compreensíveis, devendo o médico disponibilizar-se para qualquer esclarecimento adicional que o doente entender necessário;

b) Deve salvaguardar a interrupção da experimentação a qualquer momento, sem qualquer contrapartida por parte do sujeito daquela e sem perda de direitos do doente a ser tratado da melhor forma.

Artigo 83.º

(Confidencialidade)

Todos aqueles que participem em experimentações ou, por qualquer modo, tiverem conhecimento da sua realização estão obrigados a não revelar quaisquer dados a que tenham acesso, excepto quando a manutenção do segredo ponha em risco a saúde do doente.

Artigo 84.º

(Independência do médico)

1 — O médico responsável pela experimentação ou ensaio deve ter total independência relativamente a qualquer entidade com interesse comercial na promoção de tratamentos ou técnicas.

2 — O médico responsável deve assegurar-se do rigor científico do ensaio e obter a garantia da publicação do universo dos resultados.

CAPÍTULO XI

Segredo médico

Artigo 85.º

(Princípio geral)

O segredo médico é condição essencial ao relacionamento médico-doente, assenta no interesse moral, social, profissional e ético, que pressupõe e permite uma base de verdade e de mútua confiança.

Artigo 86.º

(Âmbito do segredo médico)

1 — O segredo médico impõe-se em todas as circunstâncias dado que resulta de um direito inalienável de todos os doentes.

2 — O segredo abrange todos os factos que tenham chegado ao conhecimento do médico no exercício da sua profissão ou por causa dela e compreende especialmente:

a) Os factos revelados directamente pela pessoa, por outrem a seu pedido ou por terceiro com quem tenha contactado durante a prestação de cuidados ou por causa dela;

b) Os factos apercebidos pelo médico, provenientes ou não da observação clínica do doente ou de terceiros;

c) Os factos resultantes do conhecimento dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica referentes ao doente;

d) Os factos comunicados por outro médico ou profissional de saúde, obrigado, quanto aos mesmos, a segredo.

3 — A obrigação de segredo médico existe, quer o serviço solicitado tenha ou não sido prestado e quer seja ou não remunerado.

4 — O segredo médico mantém-se após a morte do doente.

É expressamente proibido ao médico enviar doentes para fins de diagnóstico ou terapêutica a qualquer entidade não vinculada ao segredo médico.

Artigo 87.º

(Segredo médico em unidades de saúde públicas, sociais, cooperativas ou privadas)

1 — Os médicos que trabalhem em unidades de saúde estão obrigados, singular e colectivamente, a guardar segredo médico quanto às informações que constem do processo individual do doente.

2 — Compete aos médicos referidos no número anterior a identificação dos elementos dos respectivos processos clínicos que, não estando abrangidos pelo segredo médico, podem ser comunicados a entidades, mesmo hierárquicas, que os hajam solicitado.

3 — O médico é responsável por vedar às administrações das unidades de saúde, públicas ou privadas, bem como a quaisquer superiores hierárquicos não médicos, o conhecimento de elementos clínicos que se integrem no âmbito do segredo médico.

4 — Qualquer litígio suscitado entre médicos e as entidades não-médicas referidas nos dois números anteriores, em que seja invocado segredo médico, é decidido, no plano ético, pelo Presidente da Ordem.

5 — A guarda, o arquivo e a superintendência nos processos clínicos dos doentes, organizados pelas unidades de saúde, competem sempre aos médicos referidos nos dois primeiros números, quando se encontrem nos competentes serviços ou, fora deste caso, ao médico ou médicos que exercem funções de direcção clínica.

Artigo 88.º

(Escusa do segredo médico)

Excluem o dever de segredo médico:

a) O consentimento do doente ou, em caso de impedimento, do seu representante legal, quando a revelação não prejudique terceiras pessoas com interesse na manutenção do segredo médico;

b) O que for absolutamente necessário à defesa da dignidade, da honra e dos legítimos interesses do médico ou do doente, não podendo em qualquer destes casos o médico revelar mais do que o necessário, nem o podendo fazer sem prévia autorização do Presidente da Ordem;

c) O que revele um nascimento ou um óbito;

d) As doenças de declaração obrigatória.

Artigo 89.º

(Precauções que não violam o segredo médico)

1 — A obrigação do segredo médico não impede que o médico tome as precauções necessárias, promova ou participe em medidas de defesa da saúde, indispensáveis à salvaguarda da vida e saúde de pessoas que possam contactar com o doente, nomeadamente dos membros da família e outros conviventes.

2 — Sendo a preservação da vida o valor fundamental, deverá o médico, em circunstância em que um doente tenha um comportamento que traga um risco real e significativo para a vida de outra pessoa, tentar persuadi-lo a modificar este comportamento, nomeadamente declarando que irá revelar a sua situação às pessoas interessadas. Se o doente não modificar o seu comportamento, apesar de advertido, o médico deve informar as pessoas em risco, caso as conheça, após comunicar ao doente que o vai fazer.

Artigo 90.º

(Manutenção do segredo médico em cobrança de honorários)

Na cobrança judicial ou extrajudicial de honorários, o médico não pode quebrar o segredo médico a que está vinculado, salvo o disposto no artigo 88.º, *a*) e *b*) deste Código.

Artigo 91.º

(Intimação judicial)

1 — O médico que nessa qualidade seja devidamente intimado como testemunha ou perito, deverá comparecer no tribunal, mas não poderá prestar declarações ou produzir depoimento sobre matéria de segredo médico, a não ser com o consentimento do doente, do seu representante legal se houver incapacidade para consentir, ou do Presidente da Ordem.

2 — Quando um médico alegue segredo médico para não prestar esclarecimentos pedidos por entidade pública, deve solicitar à Ordem declaração que ateste a natureza inviolável do segredo no pedido em causa.

Artigo 92.º

(Dados médicos informatizados)

1 — Os ficheiros automatizados, as bases e bancos de dados médicos, contendo informações extraídas de histórias clínicas sujeitas a segredo médico, devem ser equipados com sistemas, e utilizados com procedimentos de segurança, que impeçam a consulta, alteração ou destruição de dados por pessoa não autorizada a fazê-lo e que permitam detectar desvios de informação.

2 — Os ficheiros automatizados, as bases e bancos de dados médicos são da responsabilidade de um médico.

3 — Os responsáveis pelos ficheiros automatizados, as bases e bancos de dados médicos, bem como as pessoas que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais nele registados, ficam obrigados a segredo médico, mesmo após o termo de funções.

4 — Os ficheiros automatizados, as bases e bancos de dados médicos não podem estar conectados com outro tipo de redes informáticas, a menos que possam garantir-se as condições de segurança referidas no número 1.

Artigo 93.º

(Médicos com responsabilidades directivas)

Os médicos com cargos de direcção em organismos prestadores de cuidados de saúde são responsáveis pela adequação às normas deontológicas dos serviços sob sua tutela, devendo nomeadamente:

a) Estabelecer o controlo necessário para que não seja vulnerável a intimidade e a confidencialidade dos doentes, sob a sua responsabilidade;

b) Tratar as informações a serem transmitidas aos meios de comunicação de um modo adequado e após obtenção do consentimento do doente ou do seu representante legal;

c) Exigir dos seus colaboradores médicos e não-médicos, e ainda dos estudantes das diversas áreas de saúde, a preservação da intimidade e da confidencialidade das informações clínicas, sujeitas a segredo médico.

CAPÍTULO XII

Telemedicina

Artigo 94.º

(Relação médico-doente)

1 — A telemedicina deve respeitar a relação médico-doente, mantendo a confiança mútua, a independência de opinião do médico, a autonomia do doente e a confidencialidade.

2 — Quando o doente pede uma consulta de orientação, por telemedicina, esta não deve substituir a relação médico-doente, e só será dada quando o médico tiver uma ideia clara e justificável da situação clínica.

3 — O médico que usa os meios da telemedicina e não observa presencialmente o doente, deve avaliar cuidadosamente a informação recebida, só podendo dar opiniões, recomendações ou tomar decisões médicas, se a qualidade da informação recebida for suficiente e relevante.

4 — Na utilização da telemedicina em situações de urgência, pode a opinião do médico teleconsultado ser baseada numa informação incompleta, mas nesta situação excepcional o médico assistente é responsável pela decisão a tomar.

Artigo 95.º

(Responsabilidade do médico)

1 — O médico tem liberdade e completa independência de decidir se utiliza ou recusa a telemedicina.

2 — O médico que pede a opinião de um colega é responsável pelo tratamento e pelas decisões e recomendações por ele dadas ao doente.

3 — O médico tele-consultado não é obrigado a emitir opinião se não tem conhecimentos ou suficiente informação do doente para emitir um parecer fundamentado, mas, caso a emita, é responsável por ela.

4 — Quanto aos colaboradores não médicos participantes na transmissão ou recepção de dados, o médico deve assegurar-se que a formação e a competência destes profissionais seja adequada, de modo a poder garantir uma utilização apropriada da telemedicina e a salvaguarda do segredo médico.

5 — O médico praticante da telemedicina esclarece o doente e obtém o consentimento, nos termos dos artigos 44.º a 48.º deste Código.

6 — O médico deve assegurar a aplicação das medidas de segurança estabelecidas para proteger a confidencialidade do doente.

Artigo 96.º

(Segurança)

1 — O médico só deve utilizar a telemedicina depois de se certificar que a equipa encarregada da sua realização garante um nível de qualidade suficientemente alto, que funcione de forma adequada e que cumpra com as normas estipuladas.

2 — O médico deve dispor de sistemas de suporte e utilizar controlos de qualidade e procedimentos de avaliação para vigiar a precisão e a qualidade da informação recebida e transmitida.

3 — O médico só deve utilizar a telemedicina depois de se certificar que o sistema utilizado e os seus utilizadores garantem o segredo médico, nomeadamente através da encriptação de nomes e outros dados identificadores.

Artigo 97.º

(História clínica)

1 — O médico que utilize a telemedicina deve registar na ficha clínica os métodos de identificação do doente, as informações pretendidas e as recebidas.

2 — O médico teleconsultado deve registar em ficha clínica as opiniões que emitiu e também a informação em que se baseou.

3 — Os métodos informatizados de arquivamento e transmissão dos dados do doente só devem ser utilizados quando se tenham tomado medidas suficientes para proteger a confidencialidade e a segurança da informação registada ou permutada.

CAPÍTULO XIII

Atestados médicos

Artigo 98.º

(Atestados médicos)

1 — Por solicitação livre, e sem qualquer coacção, do interessado ou seu legal representante, o médico tem o dever de atestar os estados de saúde ou doença que verificou durante a prestação do acto médico e os tenha registado.

2 — Os atestados médicos, certificados, relatórios ou declarações são documentos particulares, assinados pelo seu autor de forma reconhecível e só são emitidos a pedido do interessado, ou do seu representante legal, deles devendo constar a menção desse pedido.

3 — Os atestados de doença, além da correcta identificação do interessado, devem afirmar, sendo verdade, a existência de doença, a data do seu início, os impedimentos resultantes e o tempo provável de incapacidade que determine; não devem especificar o diagnóstico de que o doente sofre, salvo por solicitação expressa do doente, devendo o médico, nesse caso, fazer constar esse condicionalismo.

4 — Para prorrogação do prazo de incapacidade referido no número anterior, deve proceder-se à emissão de novo atestado médico.

5 — O médico não estando impedido de realizar actos médicos sobre si próprio ou familiares directos, igualmente não está impedido de atestar as suas observações e respectivas consequências.

6 — Dado o carácter pericial que a sociedade indevidamente atribui ao atestado médico, é recomendável evitar a sua emissão em situações em que possa ser alegado conflito de interesses.

Artigo 99.º

(Proibição de atestado de complacência)

1 — O médico não pode emitir atestados de complacência ou relatórios tendenciosos sobre o estado de saúde ou doença de qualquer pessoa mesmo que esta lho solicite.

2 — Todos os factos atestados, bem como as razões subjacentes às declarações produzidas, devem constar de um registo na posse do médico ou da instituição prestadora.

CAPÍTULO XIV

Processos clínicos

Artigo 100.º

(Processo clínico, ficha clínica e exames complementares)

1 — O médico, seja qual for o enquadramento da sua acção profissional, deve registar cuidadosamente os resultados que considere relevantes das observações clínicas dos doentes a seu cargo, conservando-os ao abrigo de qualquer indiscrição, de acordo com as normas do segredo médico.

2 — A ficha clínica é o registo dos dados clínicos do doente e tem como finalidade a memória futura e a comunicação entre os profissionais que tratam ou virão a tratar o doente. Deve, por isso, ser suficientemente clara e detalhada para cumprir a sua finalidade.

3 — O médico é o detentor da propriedade intelectual dos registos que elabora, sem prejuízo dos legítimos interesses dos doentes e da instituição à qual eventualmente preste os serviços clínicos a que correspondem tais registos.

4 — O doente tem direito a conhecer a informação registada no seu processo clínico, a qual lhe será transmitida, se requerida, pelo próprio médico assistente ou, no caso de instituição de saúde, por médico designado pelo doente para este efeito.

5 — Os exames complementares de diagnóstico e terapêutica deverão ser-lhe facultados quando este os solicite, aceitando-se no entanto que o material a fornecer seja constituído por cópias correspondentes aos elementos constantes do processo clínico.

Artigo 101.º

(Comunicações)

Sempre que o interesse do doente o exija, o médico deve comunicar, sem demora, a qualquer outro médico assistente, os elementos do processo clínico necessários à continuidade dos cuidados.

Artigo 102.º

(Publicações)

O médico pode servir-se do processo clínico para as suas publicações, mas deve proceder de modo a que não seja possível a identificação dos doentes, a menos que autorizado a tal pelos próprios doentes.

Artigo 103.º

(Destino dos processos clínicos em caso de transmissão de consultório)

1 — Quando o médico cesse a sua actividade profissional, os seus processos clínicos devem ser transmitidos ao médico que lhe suceda, salvaguardada a vontade dos doentes interessados em que a informação relevante seja transmitida a outro médico por si determinado.

2 — Na falta de médico que lhe suceda, deve o facto ser comunicado à Ordem, por quem receber o espólio do consultório ou pelos médicos que tenham conhecimento da situação, a qual determinará o destino a dar-lhes.

CAPÍTULO XV

Honorários

Artigo 104.º

(Princípio geral)

A prestação de cuidados médicos aos doentes, não constituindo uma actividade comercial, deve ser todavia compensada de modo a permitir a digna subsistência do médico, o que, no exercício clínico liberal, é garantido pelo recebimento dos respectivos honorários.

Artigo 105.º

(Fixação e cobrança de honorários)

1 — Na fixação de honorários deve o médico proceder com justo critério, atendendo à importância do serviço prestado, ao tempo habitualmente despendido, à sua diferenciação técnica, ao valor dos equipamentos utilizados, aos gastos em material, à capacidade económica do doente e aos usos e costumes da região.

2 — O médico deve expor, no seu local de exercício, o preçário indicativo dos actos médicos que pratica.

3 — A conta de honorários deve ser apresentada em papel ou suporte informático, enumerando e quantificando o valor dos serviços prestados, assinada pelo médico.

4 — O médico tem a liberdade de, sempre que o entender, prestar gratuitamente os seus cuidados.

5 — O disposto no presente artigo não se aplica ao médico que pratica os seus serviços profissionais em empresa prestadora de cuidados médicos, a qual apresenta directamente a conta de honorários.

Artigo 106.º

(Dever de gratuitidade)

1 — O médico deve tratar gratuitamente todos os colegas e os familiares que vivem a seu cargo, podendo todavia fazerse abonar dos gastos originados pelos actos médicos. Tal dever prolonga-se, quando adequado, em caso de morte do colega.

2 — O médico fica isento do dever de gratuitidade se existir entidade que cubra os custos da assistência prestada.

Artigo 107.º

(Chamadas ao domicílio)

O médico chamado ao domicílio do doente, tendo comparecido atempadamente, goza do direito a honorários mesmo que, por motivo alheio à sua vontade, não chegue a prestar assistência médica.

Artigo 108.º

(Intervenções cirúrgicas e em equipa)

1 — O cirurgião tem o direito a escolher os ajudantes e o anestesista.

2 — Nas intervenções cirúrgicas e em equipa, cada um dos médicos intervenientes deve procurar uma relação médico-doente personalizada e humana e cuidar de não ser apenas um mero executante de um acto técnico.

3 — Um médico pode recusar trabalhar numa equipa se, fundamentadamente, não tem confiança nas capacidades de outro elemento dessa equipa, ou se alguém dentro dela não mantém a necessária comunicação e cordialidade de relações.

4 — A presença do médico assistente numa intervenção cirúrgica, quando solicitada pelo doente ou pelos seus representantes, dá direito a honorários próprios que podem ser apresentados por nota colectiva e discriminada do cirurgião ou, de preferência, por nota autónoma.

5 — Na prestação de serviços médicos por equipa médica ou multiprofissional, os honorários podem ser reclamados por cada um dos intervenientes ou por nota colectiva e discriminada.

Artigo 109.º

(Comparticipações vedadas)

1 — O médico não pode praticar a dicotomia, assim como a sua oferta ou a sua exigência, nomeadamente o recebimento de quaisquer comissões ou gratificações por serviços prestados por outros, tais como,

análises, radiografias, aplicações de fisioterapia, consultas ou operações, bem como pelo encaminhamento de doentes para quaisquer outros prestadores de cuidados de saúde;

2 — É todavia autorizada a partilha de honorários entre médicos, se corresponderem a efectivos serviços prestados a doentes, quer no âmbito da medicina de grupo, quer no âmbito de trabalho em equipa e nos termos do número 5 artigo anterior.

TÍTULO III

O médico ao serviço da comunidade

CAPÍTULO I

Responsabilidades do médico perante a comunidade

Artigo 110.º

(Princípio geral)

1 — Seja qual for o seu estatuto profissional, o médico deve, com pleno respeito pelos preceitos deontológicos, colaborar e apoiar as entidades prestadoras de cuidados de saúde, oficiais ou não.

2 — Pode porém cessar a sua acção em caso de grave violação dos direitos, liberdades e garantias individuais das pessoas que lhe estão confiadas, ou em caso de grave violação da dignidade, liberdade e independência da sua acção profissional.

3 — Pode também recusar-se a prestar essa colaboração usando o direito à objecção de consciência.

Artigo 111.º

(Responsabilidade)

1 — O médico deve ter em consideração as suas responsabilidades sociais no exercício do seu direito à independência na orientação dos cuidados e na escolha da terapêutica, assumindo uma atitude responsável perante os custos globais da saúde.

2 — O médico deve prestar os melhores cuidados possíveis no condicionalismo financeiro existente, mas não pode, em função deste, realizar ou prescrever o que considere deletério para o doente.

3 — Em caso algum pode o médico prescrever terapêuticas ou solicitar exames complementares de diagnóstico que não visem o interesse directo do doente a seu cargo.

4 — É indevida qualquer forma de prescrição que vise o interesse financeiro do próprio médico ou de terceiros.

5 — O médico tem obrigação de conhecer os custos das terapêuticas que prescreve, devendo optar pelos menos onerosos, desde que esta atitude não prejudique os interesses do doente.

Artigo 112.º

(Colaboração)

Sem prejuízo do segredo profissional, o médico deve colaborar com os serviços de segurança social e equiparados, passando a documentação necessária para que o doente possa reclamar os direitos que lhe cabem.

Artigo 113.º

(Saúde pública)

No exercício da sua profissão, deve o médico cooperar para a defesa da saúde pública, competindo-lhe designadamente:

a) Participar prontamente às respectivas autoridades de saúde os casos de doenças contagiosas de declaração obrigatória e os casos de doenças contagiosas graves ou de fácil difusão;

b) Prestar os seus serviços profissionais em caso de epidemia, sem abandonar os seus doentes, pondo-se à disposição das autoridades de saúde;

c) Prestar os seus serviços profissionais em caso de catástrofe, oferecendo os seus serviços às autoridades e actuando em coordenação com elas;

d) Cooperar com as autoridades na execução de medidas destinadas a evitar o uso ilícito de drogas;

e) Prestar informações, no que seja do seu conhecimento, à autoridade de saúde, sobre os factos e circunstâncias que possam respeitar à saúde pública e responder a qualquer inquérito quando por elas solicitado;

f) Obedecer às determinações das autoridades de saúde, sem prejuízo do cumprimento das normas deontológicas;

g) Desencadear os mecanismos adequados de ajuda a colegas vítimas de doença física ou psíquica quando estes não o reconheçam.

Artigo 114.º

(Declaração, verificação e certificado de óbito)

1 — A declaração de óbito deve ser confirmada pelo certificado de óbito, emitido gratuitamente pelo médico que o verifique, em suporte oficialmente aprovado.

2 — No certificado de óbito de pessoa a que o médico tenha prestado assistência médica, este deve indicar a doença causadora da morte, se dela tiver conhecimento. Para este efeito, considerar-se-á como assistente o médico que tenha preceituado ou dirigido o tratamento da doença até à morte, ou que tenha visitado ou dado consulta extra-hospitalar ao doente dentro da semana que tiver precedido o óbito. Exclui-se desta obrigação o médico que tenha prestado assistência trabalhando em instituições oficiais de saúde, as quais devem fornecer ao médico assistente ou à autoridade de saúde as informações necessárias.

3 — Havendo indícios de morte violenta ou se o médico ignorar a causa da morte, este deve comunicar imediatamente o facto às autoridades competentes, a fim de estas promoverem as diligências necessárias à averiguação da causa da morte e das circunstâncias em que esta tenha ocorrido.

4 — O médico deve participar à autoridade competente todos os casos de falecimento do indivíduo a quem não tenha prestado assistência médica nos termos do número 2 e cujo óbito tenha verificado.

5 — O médico deve participar à autoridade de saúde local os casos de óbito por doenças contagiosas consideradas graves ou de fácil difusão.

6 — O médico deve indicar no certificado de óbito a necessidade de inumação fora do prazo legal, nomeadamente de inumação urgente, em caso de epidemia ou doença contagiosa que assim o exija, ou de qualquer outra circunstância que interesse à saúde pública, devendo preceituar, em caso de ausência da respectiva autoridade de saúde, as condições de isolamento, transporte e inumação do cadáver.

Artigo 115.º

(Dever de isenção no exercício de actividade pública)

O médico que presta serviço em estabelecimento oficial de saúde não deve exercer essas funções em proveito da sua clínica particular ou de qualquer instituição de cuidados de saúde.

Artigo 116.º

(Dever de prevenir a Ordem)

É dever imperioso do médico comunicar à Ordem, de forma rigorosa, objectiva e confidencial, as atitudes fraudulentas ou de incompetência no exercício da Medicina de que tenha conhecimento, aceitando depor nos processos que, em consequência, venham a ser instaurados.

Artigo 117.º

(Prescrições)

1 — As prescrições de terapêuticas e de exames de diagnóstico devem obedecer, salvo disposição legal em contrário, aos seguintes requisitos mínimos:

a) Devem ser claras, redigidas de forma legível, conterem informação que permita o contacto imediato do médico em caso de dúvida e devem apresentar de forma inequívoca o nome e o número da cédula profissional do médico prescritor;

b) Ser redigidas em língua portuguesa, manuscritas a tinta com letra bem legível ou impressas de forma bem perceptível, sem abreviaturas não consagradas e devidamente datadas e validadas com assinatura manuscrita idêntica à registada na Ordem.

2 — As doses prescritas serão expressas de harmonia com o sistema decimal, devendo as doses menos habituais serem convenientemente assinaladas, designadamente através da simultânea menção por extenso e por algarismos, por sublinhado ou por qualquer outra forma julgada adequada.

3 — Sempre que haja necessidade de usar um fármaco prolongadamente, pode o médico calcular e prescrever o total de doses para o tempo a decorrer até à consulta seguinte.

4 — As receitas devem ser acompanhadas de instruções claras sobre a dose, o horário de administração e a finalidade dos fármacos prescritos.

5 — Os relatórios médicos, nomeadamente os referentes a exames especializados, devem ser redigidos com clareza e respeitar o estabelecido nas alíneas *a*) e *b*) do número 1 deste artigo.

CAPÍTULO II

O médico perito

Artigo 118.º

(Médico perito)

1 — O médico encarregado de funções de carácter pericial nos tribunais, como perito de parte ou como perito assessor do juiz, nas juntas médicas, como médico de companhias de seguros e como médico do trabalho, em serviços biométricos, ou em qualquer outra função pericial equiparável, deve submeter-se aos preceitos deste Código, nomeadamente em matéria de segredo profissional, não podendo aceitar que ponham em causa esses preceitos.

2 — Todo o médico tem o dever de prestar colaboração como perito quando para tal for solicitado ou indicado pela Ordem.

Artigo 119.º

(Independência)

O médico encarregado de funções periciais deve assumir uma atitude de total independência em face da entidade que o tiver mandatado e das pessoas que tiver de examinar, recusando-se a examinar quaisquer pessoas com quem tenha relações susceptíveis de influir na liberdade dos seus juízos, designadamente as mencionadas nos números 1 e 2 do artigo 120.º

Artigo 120.º

(Incompatibilidades)

1 — As funções de médico assistente e médico perito são incompatíveis, não devendo ser exercidas pela mesma pessoa.

2 — É vedado ao médico exercer funções periciais em casos em que estejam envolvidas pessoas a quem esteja ligado por casamento ou união de facto, parentesco ou afinidade.

3 — Estas incompatibilidades podem ser ultrapassadas por disposição expressa da lei ou por ordem da autoridade legítima para o efeito, devendo neste caso serem declaradas previamente à perícia, e devendo este facto ficar assinalado no relatório da perícia ou em documento equivalente.

4 — Não são consideradas perícias para efeitos do presente artigo a emissão de declarações ou atestados de doença ou saúde, bem como quaisquer declarações que resultem do normal exercício médico.

Artigo 121.º

(Limites)

1 — O médico encarregado de função pericial deve circunscrever a sua actuação à função que lhe tiver sido confiada.

2 — Se no decurso de exame descobrir afecção insuspeitada, um possível erro de diagnóstico ou um sintoma importante e útil à condução do tratamento que possa não ter sido tomado em consideração pelo médico assistente, deve comunicá-lo a este, pela via que considere mais adequada.

Artigo 122.º

(Deveres)

Antes de intervir, o médico perito deve certificar-se de que a pessoa a examinar tem conhecimento da sua qualidade, da missão de que está encarregado e da sua obrigação de comunicar à entidade mandante os resultados da mesma.

Artigo 123.º

(Consulta de processo clínico)

O médico perito só pode consultar o processo clínico do examinando após dar conhecimento a este e ao seu médico assistente, esclarecendo clara e inequivocamente a qualidade em que intervém.

Artigo 124.º

(Actuação)

1 — O médico perito deve utilizar sempre e só os meios de exame estritamente necessários à sua missão e não prejudiciais ao examinando, abstendo-se de realizar a perícia sempre que este se recuse formalmente a deixar-se examinar.

2 — Em exame pericial, o médico não pode utilizar métodos ou substâncias farmacodinâmicas que tenham como efeito privar o examinando da faculdade de livre determinação.

3 — O relatório final não deve incluir elementos alheios às questões postas pela entidade requerente.

Artigo 125.º

(Perícias colegiais)

1 — A perícia pode ser realizada por mais de um médico, em moldes colegiais ou interdisciplinares.

2 — Cada médico membro de uma perícia colegial está sujeito ao preceituado neste Código, individual e colectivamente.

3 — O médico, em perícias colegiais que integrem não médicos, deve assegurar uma clara separação de funções e preservar os princípios da ética médica, nomeadamente os expressos neste Código, restringindo o acesso a elementos clínicos e outros sujeitos a segredo médico apenas aos médicos.

4 — Caso não seja possível assegurar a separação de funções e respeito dos princípios da ética médica referidos no número anterior, os médicos devem recusar integrar estas perícias colegiais.

5 — A recusa mencionada no número anterior pode ser ultrapassada por disposição expressa da lei ou por ordem da autoridade legítima para o efeito, devendo neste caso ser expressa previamente à perícia, e devendo este facto ficar assinalado no relatório da perícia ou documento equivalente, nos termos do número 2 do artigo 3.º

6 — Se verificarem divergências entre os membros da perícia colegial quanto aos meios do exame, às conclusões ou a qualquer outro aspecto relevante para a perícia, este facto deve ficar registado no relatório da perícia ou em documento equivalente.

Artigo 126.º

(Proibição)

O médico perito não pode aproveitar-se dessa situação como forma directa ou indirecta de publicidade pessoal.

TÍTULO IV

Relações entre médicos

Artigo 127.º

(Princípio geral)

Todos os médicos têm direito a serem tratados com respeito e consideração pelos seus colegas, sem discriminação ou perseguição, nomeadamente com base no sexo, origens raciais ou nacionais, ou em opiniões políticas, ideológicas ou religiosas.

Artigo 128.º

(Solidariedade entre médicos)

1 — A solidariedade entre médicos constitui dever fundamental do médico e deve ser exercida com respeito mútuo e, bem assim, tendo em atenção os interesses dos doentes.

2 — O médico não deve fazer declarações desprimorosas ou falsas sobre a competência de um colega, as possibilidades dos tratamentos por este prescritos, os seus comportamentos ou outras características, e por essa forma tentar afectar a livre escolha do médico pelo doente ou a escolha de um empregador.

3 — O médico não deve fazer afirmações ou declarações públicas contra colegas.

4 — Não constitui falta ao dever de solidariedade, mas sim um dever ético, o facto de um médico comunicar à Ordem, de forma objectiva e com a devida discrição, as infracções dos seus colegas contra as regras da técnica e ética médicas.

Artigo 129.º

(Conflitos ou diferenças de opinião)

1 — Um médico não deve criticar, perante o doente ou terceiros, a decisão de outro médico relativamente a um doente.

2 — Se um médico considera que o diagnóstico, tratamento ou qualquer decisão técnica de um colega é incorrecta, tem a obrigação de lhe dar a conhecer directamente a sua opinião e discutir com ele o assunto.

3 — Os conflitos ou as diferenças de opinião relativos à conduta entre médicos que não possam ser resolvidos devem ser comunicados à Ordem dos Médicos.

4 — Os deveres consagrados neste artigo subordinam-se sempre às necessidades de salvaguardar a vida e a integridade física do doente.

Artigo 130.º

(Dever de auxílio)

1 — Em benefício dos seus doentes, os médicos têm o dever de partilhar os seus conhecimentos científicos, sem qualquer reserva.

2 — Se um médico pede auxílio para o tratamento de um doente, os colegas devem sempre prestá-lo.

Artigo 131.º

(Pedido de segunda opinião)

1 — O médico deve encorajar o doente a pedir uma segunda opinião caso o entenda útil ou se aperceba de que é essa a vontade do doente.

2 — Neste caso, o médico deve fornecer todos os elementos relevantes que possam ser utilizados por outros médicos.

Artigo 132.º

(Interferência com médico assistente)

1 — O médico não deverá interferir na assistência que esteja a ser prestada por outro colega a um doente.

2 — Não se considera haver interferência nas situações de urgência ou de consulta livre por parte do doente a outro médico; todavia este tem a obrigação de advertir o paciente do prejuízo de existir uma assistência médica múltipla, não consensual.

3 — Sempre que um médico tiver, ocasionalmente, acesso a informação clínica de que discorde de forma relevante e que tenha potenciais consequências para o doente, não se considera haver interferência constituindo um dever ético comunicar a sua opinião ao médico assistente do doente.

Artigo 133.º

(Médico suspenso ou dispensado)

1 — Nenhum médico pode ser arbitrária e injustamente suspenso ou dispensado das suas funções em organismo público ou privado e, consequentemente, desligado do respectivo serviço. Tal situação deve ser por si comunicada imediatamente à Ordem.

2 — O médico candidato a substituir colega suspenso ou dispensado deve requerer à Ordem autorização para celebrar o contrato definitivo para o lugar que vagou.

3 — Considera-se aprovado o pedido de autorização que não for respondido no prazo de noventa dias.

4 — O médico substituto pode celebrar, entretanto, um contrato provisório, cuja cópia deverá remeter à Ordem, onde fique expressa a condição de o ocupar até obter a autorização a que se referem os números 2 e 3 deste artigo.

Artigo 134.º

(Médico incapacitado)

1 — Se um médico se tornar incapaz de tratar os seus doentes, por doença ou qualquer outra razão, é dever dos colegas tomarem as medidas necessárias para que de tal circunstância não advenha perigo ou dano para os doentes.

2 — Inicialmente devem os colegas discutir a situação com o médico incapaz e oferecer a sua ajuda para a resolver.

3 — Se estas medidas não resultarem, deve ser informada a Ordem, designadamente para efeitos do artigo 12.º do Estatuto da Ordem dos Médicos.

Artigo 135.º

(Exercício em equipa)

1 — O exercício da medicina em equipa, seja ela integrada por médicos das mesmas ou diferentes especialidades, subespecialidades ou competências, não prejudica a responsabilidade técnica própria da qualificação, nem a responsabilidade deontológica, de cada médico.

2 — A hierarquia na equipa assistencial deve ser respeitada, mas não pode constituir instrumento de domínio ou exaltação pessoal.

3 — O médico que detiver a direcção da equipa deverá aceitar a decisão de abstenção de actuar quando invocada por algum dos seus elementos que opuser uma objecção científica fundamentada ou de consciência.

4 — O médico que detiver a direcção da equipa providenciará para que exista um ambiente de exigência ética e de tolerância que proporcione a diversidade de opiniões profissionais, podendo, contudo, definir padrões técnicos de actuação, sem prejuízo do disposto no número anterior.

Artigo 136.º

(Médico como superior hierárquico ou formador)

1 — O médico como superior hierárquico ou formador, sem prejuízo das suas obrigações de controlo do trabalho dos médicos seus subordinados ou seus formandos, deve actuar perante condutas incorrectas que estes tenham no âmbito do procedimento médico para com o doente, na orientação do diagnóstico e da terapêutica, nas relações com os familiares dos doentes ou com quaisquer profissionais de Saúde. Assim fica obrigado a:

a) Chamar prontamente esse seu subordinado e confrontá-lo discretamente com o erro cometido ou as dúvidas que possui e o possam levar a concluir tal, em ordem a corrigir os erros;

b) Proceder à correcção pronta desse erro, nas situações que ponham em risco a vida do doente ou a saúde do doente, e entrar em contacto com o subordinado responsável, tão rapidamente quanto possível, para o informar da situação ocorrida.

2 — Os deveres de respeito e de igualdade devem também ser assumidos pelo superior hierárquico ou formador para com o formando.

Artigo 137.º

(Publicações ou comunicações)

1 — Nas publicações ou outras comunicações, o médico não deve anunciar qualquer resultado como sendo seu mérito exclusivo se o trabalho for desenvolvido por uma equipa, com a utilização dos conhecimentos de outros especialistas.

2 — É vedado ao médico ser autor ou co-autor de artigo ou comunicação para o qual não tenha contribuído directamente ou com o qual não concorde.

SECÇÃO I

Exames e terapêuticas especializados

Artigo 138.º

(Dever de recomendação)

1 — Quando o doente necessitar de exame ou terapêutica especializados que o médico assistente considere ultrapassarem a sua competência deverá este, com o acordo do doente e com a celeridade possível, sugerir-lhe o colega que julgue competente para o caso, devendo pôr este ao corrente dos dados úteis.

2 — A fim de assegurar a continuidade dos cuidados médicos, o médico consultor deve reenviar, logo que possível, o doente ao médico assistente, remetendo, também, os resultados e as conclusões do seu exame.

Artigo 139.º

(Dever de informar o médico assistente)

Se o doente consultou por sua iniciativa um outro médico, deve este, sempre que o considere útil ao doente ou este expressamente o solicite, fornecer ao médico assistente, por escrito, as conclusões do seu exame.

Artigo 140.º

(Princípio geral)

1 — O médico assistente que envie um doente a um hospital deve transmitir aos respectivos serviços médicos os elementos necessários à continuidade dos cuidados clínicos.

2 — Os médicos responsáveis pelo doente no decurso do seu internamento hospitalar devem prestar ao médico assistente todas as informações úteis acerca do respectivo caso clínico, através de relatório escrito.

TÍTULO V

Relações dos médicos com terceiros

CAPÍTULO I

Relações com estabelecimentos de cuidados médicos

Artigo 141.º

(Regras gerais)

1 — O exercício da Medicina em qualquer organização, instituição ou entidade pública, cooperativa, social ou privada, deve ser objecto de contrato.

2 — O estatuto profissional do médico nas organizações, instituições ou entidades previstas no número anterior não pode sobrepor-se às normas da deontologia profissional, nem aos deveres que para ele resultam da relação médico doente.

Artigo 142.º

(Liberdade de escolha dos meios de diagnóstico e tratamento)

1 — A liberdade de escolha pelo médico dos meios de diagnóstico e tratamento não pode ser limitada por disposição estatutária, contratual ou regulamentar, ou por imposição da entidade de prestação de cuidados médicos.

2 — O disposto no número anterior não impede o controlo médico hierarquizado do acto médico, o qual deve realizar-se sempre no interesse do doente.

3 — O disposto anteriormente não obsta à existência de orientações, normas e protocolos respeitantes à utilização de meios complementares de diagnóstico e tratamento, desde de que aprovados por uma Direcção Clínica, após ampla discussão e consenso com os médicos abrangidos.

Artigo 143.º

(Estruturas médicas)

1 — Na regulamentação de uma entidade prestadora de cuidados médicos rejeita-se qualquer cláusula que, para apreciação de litígios de ordem deontológica entre médicos, reconheça competência a não médicos.

2 — O estatuto, contrato ou documento regulador das relações entre médicos e instituições, deve prever que o médico manterá supremacia hierárquica técnica sobre o pessoal colaborador em tudo o que respeite à assistência médica.

Artigo 144.º

(Utilização de instalações ou material alheio)

O médico que utilize instalações ou material alheio, para os quais não haja taxa de utilização paga por utente ou por terceiro, pode pagar ao titular uma contrapartida.

CAPÍTULO II

Relações com outros profissionais de saúde

Artigo 145.º

(Princípio geral)

O médico, nas suas relações com os outros profissionais de saúde, deve respeitar a sua independência e dignidade.

Artigo 146.º

(Dever de cooperação)

1 — O médico, nas relações com os seus colaboradores não médicos, deve observar uma conduta de perfeita cooperação, de mútuo respeito e confiança, incutindo nos seus doentes idênticas atitudes.

2 — O médico deve assumir a responsabilidade dos actos praticados pelos seus auxiliares desde que ajam no exacto cumprimento das suas directivas, nos termos do artigo 34.º

Artigo 147.º

(Relações com outros profissionais de saúde)

1 — A profissão médica deve ser sinérgica com todas as profissões da área da saúde na procura dos melhores resultados para o doente, pelo que é recomendável a relação franca e leal, respeitando os limites de actuação de cada uma.

2 — É vedado ao médico delegar actos médicos noutros profissionais de saúde, sem prévio conhecimento e autorização da Ordem dos Médicos, salvaguardando situações de risco iminente de vida, nomeadamente, no caso dos farmacêuticos, a escolha de fármaco ou a alteração da receita médica.

3 — Sem cercear o direito de esclarecimento, é proibido ao médico exercer influência sobre os doentes para privilegiar determinadas farmácias, clínicas, hospitais ou outros intervenientes na prestação de cuidados de saúde.

4 — Deve o médico, sempre que tome conhecimento de factos que denunciem improbidade ou incompetência de profissionais de saúde, comunicá-los à Ordem ou entidade similar respectiva.

Artigo 148.º

(Actos proibidos)

1 — É proibida a venda pelo médico de medicamentos ou outros artigos ou produtos médicos aos seus doentes.

2 — Para além do fornecimento gratuito de amostras com fins científicos ou de solidariedade, exceptuam-se os casos de socorros urgentes e ainda os produtos de contraste ou outros medicamentos necessários à execução de exames radiológicos, laboratoriais ou outros.

Artigo 149.º

(Incompatibilidade)

1 — É proibido o exercício cumulativo das profissões de médico e de farmacêutico, ainda que por interposta pessoa ou entidade.

2 — É proibido o exercício cumulativo das profissões de médico e de enfermeiro.

Artigo 150.º

(Respeito pela competência)

O médico não deve incumbir quaisquer profissionais de saúde de serviços ou tarefas que excedam os limites da sua competência.

Artigo 151.º

(Colaboradores dos médicos)

O médico não deve permitir que os seus colaboradores não-médicos prestem aos doentes serviços da sua competência que não tenha prescrito.

Artigo 152.º

(Encobrimento do exercício ilegal da Medicina)

1 — O médico não pode encobrir, ainda que indirectamente, qualquer forma de exercício ilegal da Medicina.

2 — No quadro das relações profissionais com os seus colaboradores não-médicos, deve o médico abster-se de iniciativas que possam levar estes a exercerem ilegalmente a Medicina.

CAPÍTULO III

Relações com a indústria farmacêutica ou outras

Artigo 153.º

(Princípios gerais)

1 — O médico não pode solicitar ou aceitar ofertas de qualquer natureza por parte da indústria farmacêutica ou outros fornecedores de material clínico, salvo nos casos especificados no artigo 154.º

2 — É considerado particularmente grave do ponto de vista ético qualquer forma de retribuição como contrapartida da prescrição.

3 — Nas apresentações científicas, na actividade docente e na comunicação de resultados de investigação deve o médico revelar os seus interesses e outras relações com a indústria farmacêutica e outros fornecedores de dispositivos médicos.

Artigo 154.º

(Excepções)

1 — Exceptuam-se as ofertas, por parte da indústria farmacêutica ou outros fornecedores de material clínico, que tenham valor intrínseco insignificante ou as de livros de referência ou qualquer outra informação ou material com fins especificamente formativos, desde que estejam relacionadas directamente com a prestação de cuidados médicos ou envolvam benefício directo para os doentes.

2 — Exceptuam-se ainda as ofertas, por parte da indústria farmacêutica ou outros fornecedores de material clínico:

a) De bolsas de estudo ou prémios científicos atribuídos publicamente por um júri independente de reconhecida idoneidade;

b) De fundos que possibilitem a participação dos médicos em estágios, congressos ou outras reuniões científicas, que contribuam para o aperfeiçoamento profissional dos médicos, desde que acreditados pela Ordem, e mediante a apresentação de comprovativo documental idóneo da participação no evento;

c) De fundos que possibilitem a organização por parte dos médicos de congressos, simpósios e outras acções de formação científica que contribuam reconhecidamente para o aperfeiçoamento profissional dos médicos, desde que acreditados pela Ordem.

3 — Para os efeitos previstos nas alíneas *b*) e *c*) do número anterior, a Ordem é a única entidade que procede à avaliação da idoneidade científica dos eventos.

4 — A apreciação da idoneidade científica dos eventos é definida em Regulamento próprio.

TÍTULO VI

Responsabilidade disciplinar

Artigo 155.º

(Infracções cometidas pelo médico)

1 — A infracção dos deveres constantes do Estatuto da Ordem ou das normas do Código Deontológico constitui o infractor em responsabilidade disciplinar, sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 2.º

2 — O exercício da jurisdição disciplinar da Ordem, as informações, o procedimento e as sanções disciplinares, bem como os respectivos efeitos, regem-se pelo Estatuto Disciplinar dos Médicos.

TÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 156.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões relativas a este Código são esclarecidas pelo Conselho Nacional Executivo da Ordem, ouvido o Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas.

Artigo 157.º

(Revogação e entrada em vigor)

1 — É revogado o Código Deontológico aprovado pelo Plenário dos Conselhos Regionais de 23 de Fevereiro de 1985, publicado na Revista da Ordem dos Médicos número 3/85, bem como todas as normas deontológicas que conflituem com as do presente Código, nomeadamente o Regulamento Geral sobre Publicidade, Divulgação e Expressão de Actividade Médica e o Regulamento de Conduta entre Médicos.

2 — O presente Código Deontológico entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação no *Diário da República*.

26 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Pedro Manuel Mendes Henriques Nunes.*

ORDEM DOS MÉDICOS DENTISTAS

Regulamento n.º 15/2009

Regulamento de Inscrição da Ordem dos Médicos Dentistas

Regulamento interno

Em cumprimento do disposto no artigo 44.º da Lei n.º 44/03, de 22 de Agosto, faz-se público o texto integral do Regulamento de Inscrição da Ordem dos Médicos Dentistas, pessoa colectiva de direito público n.º 502840579, criada pela Lei n.º 110/91, de 29 de Agosto, da qual fazem parte os respectivos Estatutos e alterada pela Lei n.º 82/98, de 10 de Dezembro e com a segunda alteração introduzida pela Lei n.º 44/03, de 22 de Agosto e rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 14/03, de 11 de Outubro, com sede na Av. Dr. Antunes Guimarães, n.º 463, no Porto, alterado e aprovado pelo Conselho Directivo em reunião de 18 de Outubro de 2008.

18 de Outubro de 2008. — O Bastonário, *Orlando Monteiro da Silva.*

1.º

Inscrição e exercício da medicina dentária

1- Para o exercício da medicina dentária é obrigatória a inscrição na Ordem dos Médicos Dentistas (OMD).

2- Só pode inscrever-se na OMD o licenciado em Medicina Dentária por estabelecimento de ensino superior, português ou estrangeiro, desde que, neste último caso, tenha obtido equivalência do curso reconhecida pela OMD, bem como aquele que, sendo licenciado por outra escola, obtenha a referida equivalência, de acordo com as disposições legais em vigor, e igualmente reconhecida pela OMD.

3- A inscrição na OMD de médicos dentistas estrangeiros, licenciados no estrangeiro, está condicionada às necessidades de cobertura sanitária do País em médicos dentistas, ressalvadas as disposições de direito comunitário e demais acordos internacionais em vigor.

2.º

Data de inscrição

1- É considerada como data da inscrição, a da deliberação tomada pelo Conselho Directivo nos termos deste regulamento.

2- A data de inscrição é a única relevante para efeitos de exercício legítimo da actividade profissional.

3.º

Requerimento de inscrição

1- A inscrição é requerida pelo interessado ao Conselho Directivo mediante o preenchimento de impresso de inscrição e entrega da documentação inerente.

2- O requerimento será entregue, pessoalmente ou pelo correio, em qualquer das instalações da OMD, independentemente do local de residência do requerente.

3- Pode ser recusado o recebimento do requerimento quando se mostre indevidamente preenchido o impresso, ou se evidencie a falta de qualquer dos documentos necessários.

4.º

Diligências instrutórias do processo de inscrição

1- A secretaria da OMD deverá proceder à verificação da documentação exigida ao requerente, remetendo o processo, quando devidamente instruído, para o Conselho Directivo.

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior e ainda que o requerimento seja recebido, a Ordem pode sempre solicitar ao requerente qualquer documento em falta ou a certificação da autenticidade dos documentos juntos.

3- A Ordem poderá realizar e requerer todas as diligências que entenda necessárias e adequadas à comprovação da veracidade dos factos relatados nos documentos.

5.º

Impresso de Inscrição

1- É obrigatório o preenchimento de um impresso para inscrição na OMD.

2- O preenchimento do impresso é da exclusiva responsabilidade do requerente, que afiançará a veracidade dos factos nele relatados.

3- O impresso servirá também como registo do profissional e das informações a ele atinentes.

4- Do impresso deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes informações:

a) Nome completo;
b) Sexo;
c) Estado civil;
d) Naturalidade e filiação;
e) Número de bilhete de identidade ou de outro documento de identificação;
f) Número de identificação fiscal;
g) Data da licenciatura e estabelecimento de ensino frequentado;
h) Nome profissional pretendido, com duas hipóteses alternativas à primeira;
i) Residência;
j) Domicílio profissional;
l) Morada escolhida para efeitos de comunicações e notificações por parte da Ordem;
m) Identificação do(s) consultório(s) ou clínica(s) onde exercerá a actividade, com referência ao número de profissionais que aí exercem e identificação do director clínico, caso disponha já de tais informações.

6.º

Nome profissional

1- Na indicação do nome profissional, não poderá o interessado usar nome igual ou confundível com o de outro médico dentista já inscrito.

2- Havendo igualdade ou confusão de nomes, deverá o interessado ser notificado para proceder à sua alteração.

3- Caso se verifique que, por lapso ou por qualquer outro motivo, foram registados nomes profissionais idênticos ou confundíveis, aplicar-se-á a regra da prioridade do registo, devendo o médico dentista cujo registo é mais recente ser notificado para que proceda à sua modificação.

4- O médico dentista visado dispõe do prazo máximo de oito dias para apresentar requerimento com novo nome profissional que pretenda ver registado, sob pena de ser este definido pelo conselho directivo.

7.º

Documentos a apresentar por nacionais

1- O requerimento de inscrição apresentado por nacionais, licenciados em Portugal, deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Bilhete de identidade ou fotocópia simples;
b) Certidão narrativa de licenciatura ou fotocopia autenticada;
c) Certificado de registo criminal emitido há menos de três meses;
d) Cartão de contribuinte ou fotocópia simples;
e) Duas fotografias.

2- O requerimento de inscrição apresentado por nacionais, licenciados em países pertencentes à União Europeia, deve ser acompanhado, para além dos documentos elencados no n.º 1, de um atestado comprovativo de que o interessado possui diploma ou título exigido para a prestação de actividade profissional no país de origem, de acordo com as Directivas n.º s 78/686 e 78/687/UE, ou de que possui diploma com denominação diversa daquelas referidas nestes textos mas em conformidade com as normas das citadas directivas, com as alterações introduzidas pela Directiva 2001/19/CE.

3- No caso de o interessado estar já inscrito na organização profissional do país onde obteve a licenciatura, deve ainda apresentar um certificado emitido pela mesma, comprovativo da respectiva inscrição, da idoneidade moral e profissional, de que se encontra em condições legais de exercer a profissão sem restrições e da não existência de qualquer processo disciplinar.

4- O requerimento de inscrição apresentado por nacionais, licenciados em países extracomunitários, deve ser acompanhado, para além dos documentos elencados no n.º 1, de um certificado de equivalência do diploma ou certificado de licenciatura, emitido por estabelecimento de ensino superior público português.

5- Caso o licenciado em país extracomunitário tenha já exercido a sua actividade profissional no país onde obteve a licenciatura, deverá juntar ainda um certificado emitido pela respectiva organização profissional comprovativo da respectiva inscrição, de que se encontra em condições legais de exercer a profissão sem restrições, da não existência de qualquer processo disciplinar e da sua idoneidade moral e profissional.

6- Os documentos atrás referidos deverão ser acompanhados de tradução para português feita por notário ou autenticada por funcionário diplomático ou consular, quando tal se mostrar necessário.

8.º

Documentos a apresentar por nacionais de outros Estados Membros da UE

1- O requerimento de inscrição apresentado por nacionais de países da UE, licenciados em Portugal, deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Documento oficial de identificação, com indicação da nacionalidade ou fotocópia simples;
b) Certidão narrativa de licenciatura ou fotocópia autenticada;
c) Certificados de registo criminal ou documentos equivalentes, emitidos pelo país de origem e pelo país de licenciatura há menos de 3 meses;
d) Cartão de contribuinte ou fotocópia simples e
e) Duas fotografias.

2- O requerimento de inscrição apresentado por nacionais de países da UE, licenciados em países da UE, deve ser acompanhado, para além dos documentos elencados no n.º 1, dos seguintes documentos:

a) Atestado comprovativo de que o interessado possui diploma ou título exigido para a prestação de actividade profissional no país de origem, de acordo com as Directivas n.os 78/686 e 78/687/UE, ou de que possui diploma com denominação diversa daquelas referidas nestes textos mas em conformidade com as normas das citadas directivas, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 2001/19/CE;
b) No caso de o interessado estar já inscrito na organização profissional do país de origem ou do país de licenciatura, certificado emitido pela mesma, comprovativo da respectiva inscrição, da idoneidade moral e profissional, de que se encontra em condições legais de exercer a profissão sem restrições e da não existência de qualquer processo disciplinar.

3- O requerimento de inscrição apresentado por nacionais de países da UE, licenciados em países extracomunitários, deve ser acompanhado, para além dos elencados no n.º 1 do presente artigo, dos seguintes documentos:

a) Certificado e processo completo de equivalência emitido por estabelecimento de ensino superior público português;
b) No caso de o interessado estar já inscrito na organização profissional do país de origem ou do país onde obteve a licenciatura, certificado emitido pela mesma, comprovativo da respectiva inscrição, de que se encontra em condições legais de exercer a profissão sem restrições e da não existência de qualquer processo disciplinar.

4- Caso o diploma extracomunitário tenha sido reconhecido por um Estado-Membro da UE, o Conselho Directivo procederá à avaliação desse diploma e da formação e ou experiência profissional adquiridas nesse Estado de forma a apurar se são equivalentes aos reconhecidos em Portugal.

5- Para tanto, deve o interessado apresentar os seguintes documentos, para além dos indicados no n.º 1 e no n.º 4, al. *b*) deste artigo:

a) Documento de reconhecimento pelo Estado-Membro;
b) Documentos comprovativos do exercício profissional realizado nesse Estado-Membro;
c) Documentos respeitantes à formação complementar/contínua obtida nesse Estado-Membro.

6- Os documentos atrás referidos deverão ser acompanhados de tradução para português feita por notário ou autenticada por funcionário diplomático ou consular, quando tal se mostrar necessário.

9.º

Documentos a apresentar por nacionais de países extracomunitários

1- O requerimento de inscrição apresentado por nacionais de países extracomunitários, licenciados em Portugal, deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Documento oficial de identificação, com indicação da nacionalidade ou fotocópia simples;
b) Certidão narrativa de licenciatura ou fotocópia autenticada;
c) Certificado de registo criminal, do país de origem e de Portugal, ou documento equivalente, que não tenha sido emitido há mais de 3 meses;
d) Domicílio fiscal em Portugal;
e) Visto de entrada em território português, válido e adequado à inscrição na Ordem dos Médicos Dentistas, ou autorização de residência em Portugal e
f) Duas fotografias.

2- O requerimento de inscrição apresentado por nacionais de países extracomunitários, licenciados em qualquer um dos outros países da UE ou em países extracomunitários, deve ser acompanhado, para além dos documentos elencados no número anterior, dos seguintes documentos:

a) Certificado e processo completo de equivalência do título de formação emitido por estabelecimento de ensino superior público português;
b) No caso de o interessado ter já efectuado a sua inscrição na organização profissional do país onde exerce a sua actividade, certificado emitido pela mesma, comprovativo da idoneidade moral e profissional e da não existência de qualquer processo disciplinar.

3- Os documentos atrás referidos deverão ser acompanhados de tradução para português feita por notário ou autenticada por funcionário diplomático ou consular, quando tal se mostrar necessário.

10.º

Jóia de Inscrição

1- A inscrição na OMD obriga ao pagamento de uma jóia, cujo montante é fixado por deliberação do Conselho Directivo, nos termos estatutários.

2- Tal obrigação impende igualmente sobre a reinscrição na OMD, subsequente ao cancelamento da inscrição.

11.º

Inscrição definitiva

1- O Conselho Directivo, depois de ter verificado que o requerimento para a inscrição está devidamente documentado e que nada obsta à inscrição, delibera a inscrição definitiva, que será registada.

2- A cédula profissional, devidamente preenchida, será entregue ao requerente.

12.º

Inscrição provisória

1- Existindo indícios, julgados suficientes pelo Conselho Directivo, de exercício ilegal da profissão, sem que haja ainda uma decisão judicial nesse sentido, será a inscrição admitida a título provisório até que aquela seja proferida.

2- Sendo proferida decisão absolutória, será a inscrição convertida em definitiva; sendo proferida decisão condenatória, será a inscrição recusada nos cinco anos posteriores ao trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

3- Decorrido este prazo, pode o médico dentista requerer de novo a sua inscrição.

4- A recusa de inscrição e a inscrição a título provisório devem ser fundamentadas e notificadas ao requerente, podendo este recorrer de tais deliberações.

13.º

Cédula Profissional

1- A cédula profissional, emitida pelo Conselho Directivo, constitui prova da inscrição.

2- A cédula profissional do Médico Dentista tem uma validade genérica de cinco anos.

3- Sem prejuízo do número anterior, dependendo de deliberação fundamentada do Conselho Directivo, em casos particulares, poderá ser atribuída uma validade por período diferente do estipulado no número um do presente artigo.

4- Cada cédula contém na sua frente de forma visível a inscrição do prazo de validade aplicável.

5- A OMD renovará o prazo de validade da cédula profissional entregue, para emissão da nova cédula revalidada, salvo quando expressas circunstâncias impeditivas impossibilitem a renovação da inscrição do requerente.

6- No caso de perda, extravio ou inutilização da cédula, o interessado deverá requerer a sua reemissão, entregando uma fotografia. Se o Conselho Directivo considerar justificado o pedido, emitirá nova cédula, facto que será averbado à inscrição preexistente.

7- Pela emissão da cédula ou pela sua reemissão, ficará o interessado obrigado a pagar os emolumentos fixados nos termos estatutários.

8- Em caso de reinscrição, haverá lugar à emissão de uma nova cédula.

9- O cancelamento ou a suspensão da inscrição obrigam à restituição da respectiva cédula.

14.º

Quotas

1- A inscrição do médico dentista na OMD obriga ao pagamento de quotas, cujos valores são fixados pelo Conselho Directivo, nos termos estatutários.

2- Ficarão isentos do pagamento de quotas os médicos dentistas recém-licenciados, pelo período de seis meses após a data de licenciatura.

3- Usufruirão ainda da isenção de quotas os médicos dentistas com licença de maternidade ou paternidade, pelo período de duração da respectiva licença.

4- A isenção de quotas deve ser requerida ao Conselho Directivo, no prazo de 30 dias após a verificação do facto justificativo daquela isenção, fazendo-se acompanhar de comprovativo do motivo invocado.

5- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores pode o Conselho Directivo apreciar e decidir casuisticamente os pedidos fundamentados e sem embargo das causas objectivas, previstas anteriormente, desde que acompanhados de prova documental de suporte.

6- A isenção de quotas apenas produz efeitos após deliberação correspondente do Conselho Directivo, e sempre para o futuro, ressalvados os casos em que o Conselho Directivo decida atribuir eficácia retroactiva nos termos gerais do procedimento administrativo.

15.º

Averbamentos à Inscrição

1- Serão averbados à inscrição:

a) A sua anulação, com indicação do facto que o motivar;

b) A sua suspensão, com igual indicação;

c) Qualquer pena disciplinar, depois do trânsito em julgado da respectiva decisão;

d) O levantamento da suspensão, com indicação do facto que o motivar;

e) Os cargos que o interessado exercer ou tiver exercido na OMD;

f) As alterações de domicílio profissional e quaisquer outros factos relevantes.

2- Os averbamentos serão feitos pela secretaria da OMD.

3- As alterações ao domicílio profissional e quaisquer outros factos que possam influir na inscrição devem ser comunicados pelo interessado ao Conselho Directivo no prazo de 30 dias.

4- As certidões de inscrição não conterão os averbamentos das penas disciplinares, salvo quando requeridas na íntegra pelo interessado ou expressamente ordenadas na íntegra pelo Conselho Directivo ou pelo Conselho Deontológico e de Disciplina.

16.º

Suspensão da Inscrição

1- Será suspensa a inscrição:

a) Mediante requerimento do interessado, dirigido ao Conselho Directivo, quando pretenda interromper temporariamente o exercício da Medicina Dentária;

b) Aos que hajam sido punidos com pena de suspensão, ou aos que haja sido aplicada a suspensão preventiva;

c) Aos que persistirem no não pagamento de quotas, por deliberação do Conselho Directivo.

2- O requerimento a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 deve ser fundamentado e acompanhado da respectiva cédula profissional.

3- A suspensão da inscrição impossibilita o exercício da profissão pelo médico dentista e desonera-o do pagamento de quotas durante o período da sua duração.

4- O período de suspensão requerido nos termos da al. *a*) do n.º 1 não poderá ser inferior a seis meses, salvo justificação especial apresentada pelo requerente e aprovada pelo Conselho Directivo.

5 — Os efeitos da deliberação de suspensão de inscrição apenas podem ser invocados após a sua notificação ao associado pelo Conselho Directivo, valendo sempre para o futuro, ressalvados os casos em que o Conselho Directivo decida atribuir eficácia retroactiva nos termos gerais do procedimento administrativo.

17.º

Levantamento da Suspensão

A suspensão da inscrição será levantada:

a) A da alínea *a*) do artigo anterior, a requerimento do interessado, que pretende regressar ao exercício profissional;

b) A da alínea *b*) do artigo anterior, quando terminar a suspensão;

c) A da alínea *c*) do artigo anterior, quando o interessado pagar as quotas que forem devidas.

18.º

Anulação da Inscrição

Será anulada a inscrição:

a) Aos médicos dentistas que hajam sido punidos com pena de expulsão;

b) Aos que solicitarem a anulação, por terem deixado voluntariamente de exercer a actividade profissional.

19.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte imediato à sua publicação.

COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Regulamento da CMVM n.º 6/2008

Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços (Alteração ao Regulamento da CMVM n.º 4/2007)

O presente Regulamento surge no âmbito do desenvolvimento do conteúdo e das especificações técnicas a que deve obedecer o reporte de informação financeira à CMVM por parte das entidades gestoras de mercados, sistemas e serviços.

Com o intuito de estruturar o reporte da informação financeira por parte das entidades gestoras, de forma harmonizada, permitindo uma maior facilidade e celeridade de envio, o presente Regulamento altera o Regulamento da CMVM n.º 4/2007, remetendo para Instrução da CMVM a concretização das especificações técnicas a que este deve obedecer.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 10.º, no n.º 3 do artigo 26.º, no n.º 5 do artigo 32.º, no n.º 4 do artigo 40.º e no artigo 44.º,

todos do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro e no n.º 1 do artigo 369.º do Código dos Valores Mobiliários, ouvidos a Interbolsa — Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S. A., a Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., o OMIP — Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), Sociedade Gestora de Mercado Regulamentado, S. A., a OMIClear — Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S. A., o OPEX — SGSNM, S. A., a Direcção do Pexsettle e a MTS Portugal — Sociedade Gestora do Mercado Especial de Dívida Pública, SGMR, S. A., o Conselho Directivo da CMVM aprovou o seguinte Regulamento:

Artigo 1.º

Alterações ao Regulamento da CMVM n.º 4/2007

Os artigos 10.º e 11.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2007 passam a ter a seguinte redacção:

"Artigo 10.º

[...]

1 — . . . . . .

a) Na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 11.º relativamente aos primeiro e terceiro trimestres de cada exercício, de acordo com o Anexo II da Instrução da CMVM n.º 5/2008 — Informação Estatística sobre as Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços;

b) . . . . . .

c) . . . . . .

2 — . . . . . .

Artigo 11.º

[...]

1 — . . . . . .

a) Até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeita, a informação mensal elaborada de acordo com as normas definidas em Instrução da CMVM, bem como desagregação mais analítica das rubricas da demonstração dos resultados quando expressamente solicitado pela CMVM;

b) . . . . . .

c) . . . . . .

d) . . . . . .

e) Até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeita, a informação mensal sobre os fundos de garantia referidos no ponto *v*) da alínea *b*) do artigo 12.º nos termos definidos em Instrução da CMVM;

f) . . . . . .

g) . . . . . .

2 — . . . . . .

a) . . . . . .

b) . . . . . .

c) . . . . . .

d) . . . . . .

e) . . . . . .

3 — . . . . . .

a) . . . . . .

b) . . . . . .

4 — . . . . . "

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

11 de Setembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Tavares*. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Amadeu Ferreira*.

301188687

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA

Despacho (extracto) n.º 1167/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 da Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi autorizada a nomeação definitiva da Assistente Administrativa Principal Ana Cristina Raimundo dos Santos Marques, na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe da carreira Técnica Superior, do quadro de pessoal desta Escola, precedendo reclassificação profissional, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a 09 de Dezembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

30 de Dezembro de 2008. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Helena Matos Silva.*

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO

Despacho (extracto) n.º 1168/2009

Por meu Despacho de 27 de Setembro de 2007, rectificado por Despacho de 28 de Dezembro de 2007, concedo, ao abrigo do n.º 1.º do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto e no uso da delegação de competências, constante da alínea g, do ponto 1 do Despacho n.º 15 631/2005, publicado no *Diário da República,* n.º 137, 2.ª série a 19 de Julho de 2005, a equiparação a bolseiro no país, com dispensa total do exercício de funções, aos docentes e nos períodos a seguir indicados:

No período de 15 de Setembro de 2008 a 16 de Fevereiro de 2009:

Ana Leonor Alves Ribeiro, Professora Coordenadora;
Ana Paula Prata Amaro de Sousa, Professora Adjunta:
Carla Maria Cerqueira Silva, Assistente de 2.º Triénio:
Elizabete Maria das Neves Borges, Professora Adjunta;
Ernesto Jorge Almeida Morais, Professor Adjunto;
Fernando José Ribeiro Teixeira, Professor Adjunto;
Isabel Maria Conceição Lopes Ribeiro, Professora Adjunta;
Maria Cândida Morato Pires Koch, Professora Adjunta;
Maria José da Silva Peixoto de Oliveira Cardoso, Professora Coordenadora;
Maria Nilza Guimarães Nogueira de Caldevilla, Professora Adjunta;
Maria Olga de Castro e Silva, Professora Coordenadora;
Teresa Cristina Tato Marinho Tomé Ribeiro Malheiro Sarmento, Professora Adjunta.

No período de 16 de Fevereiro de 2009 a 31 de Julho de 2009:

Ana Isabel Soares de Pinho Vilar, Assistente de 2.º Triénio;
Maria José Lumini Landeiro, Professora Adjunta;
Sandra Sílvia Silva Monteiro Santos Cruz, Professora Adjunta.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo José Parente Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1169/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem do Porto:

Carla Guedes de Oliveira Leitão Borges, técnica profissional de 2.ª classe, do quadro de pessoal desta Escola — nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso interno de ingresso, na categoria de técnica superior (estagiária), do quadro de pessoal desta Escola, escalão 1, índice 321, com produção de efeitos a partir de 23 de Dezembro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo José Parente Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1170/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem do Porto:

Luís Alexandre de Sousa Oliveira, técnico profissional especialista principal de biblioteca e documentação, do quadro de pessoal desta Escola, nomeado em comissão de serviço, precedendo concurso interno de ingresso, na categoria de técnico superior de 2.ª, da carreira de técnico superior de biblioteca e documentação, do quadro de pessoal desta Escola, escalão 1, índice 400, com produção de efeitos a partir de 23 de Dezembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo José Parente Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1171/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008, do Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem do Porto:

Otília Maria Almeida Barbosa, técnica profissional de 2.ª classe, do quadro de pessoal desta Escola, nomeada, precedendo concurso interno

de ingresso, na categoria de técnica profissional de 1.ª classe, do quadro de pessoal desta Escola, escalão 2, índice 228, com produção de efeitos a partir de 23 de Dezembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo José Parente Gonçalves.*

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

Despacho (extracto) n.º 1172/2009

Por despacho da Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 13 de Novembro de 2008:

Nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea *e*) dos Estatutos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), homologados pelo Despacho Normativo n.º 33/99, de 30.06, e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delegada no Doutor Carlos Fernando Santiago Neto Brandão, professor-coordenador e Presidente do conselho científico da ESHTE, a presidência do júri no concurso de provas públicas para recrutamento de um professor-coordenador para a área científica de História e Cultura, aberto pelo edital n.º 18/2005, publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 4, de 6 de Janeiro, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 23.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

(Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas)

13 de Novembro de 2008. — A Administradora da ESHTE, *Cristina Maria Santos.*

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 1173/2009

Tendo a mestre Helena Bárbara de Sousa Montes Rodrigues Marques Dias requerido provas de obtenção do grau de doutor, no Ramo de Estudos Portugueses, Especialidade Língua Portuguesa — Comunicação e Tecnologias, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de Fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente — Doutor Carlos António Alves dos Reis, Reitor da Universidade Aberta;

Vogais:

Doutor Nuno Manuel Carvalho Ferreira Guimarães, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Doutora Isabel Maria Caetano Leiria, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Doutora Hanna Krystyna Jakubowicz Batoréo, Professora Auxiliar com Agregação da Universidade Aberta (orientadora);

Doutor José Manuel Emiliano Bidarra de Almeida, Professor Auxiliar da Universidade Aberta (co-orientador);

Doutora Isabel Maria dos Santos Falé, Professora Auxiliar da Universidade Aberta;

Doutor Victor José Crespo Cardoso, Professor Auxiliar da Universidade Aberta;

23 de Dezembro de 2008. — A Pró-Reitora, *Carla Maria Bispo Padrel de Oliveira.*

Despacho (extracto) n.º 1174/2009

Tendo o mestre Gabriel Rui de Oliveira e Silva requerido provas de obtenção do grau de doutor, no Ramo de Literatura — Estudos Portugueses, Especialidade: Literatura Portuguesa nos termos do artigo 12. º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de Fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente — Doutor Carlos António Alves dos Reis, Reitor da Universidade Aberta;

Vogais:

Doutor Helmut Siepman, Professor Catedrático, Universidade de Aachen e Universidade de Colónia;

Doutor Carlos António Alves dos Reis, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Doutor António Marques Bessa, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (co-orientador);

Doutor António Cândido Valeriano Cabrita Franco, Professor Auxiliar com Agregação Departamento de Linguísticas e Literaturas da Universidade de Évora;

Doutor Rui Joaquim de Azevedo Teixeira, Professor Auxiliar com Agregação da Universidade Aberta (orientador);

Doutor Dionísio Dagoberto Meneses Vila Maior, Professor Auxiliar da Universidade Aberta.

23 de Dezembro de 2008. — A Pró-Reitora, *Carla Maria Bispo Padrel de Oliveira.*

Despacho (extracto) n.º 1175/2009

Tendo a mestre Ana Maria da Conceição Maduro Soares de Oliveira requerido provas de obtenção do grau de doutor, no Ramo de Ciências da Educação, Especialidade: Pedagogia e Educação Intercultural; nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de Fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente — Doutor João Luís Serrão da Cunha Cardoso, Presidente do conselho científico por delegação de competências;

Vogais:

Doutora Maria Isabel Gomes Barca Oliveira, Professora Associada, do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho;

Doutora Mariana Gaio Alves, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutora Maria Manuela Costa Malheiro Dias Aurélio Ferreira, Professora Associada do Departamento de Ciências de Educação da Universidade Aberta (orientadora);

Doutora Maria Ivone Clemente Gaspar, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Aberta;

Doutora Maria Luísa Lebres Aires, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências de Educação da Universidade Aberta;

23 de Dezembro de 2008. — A Pró-Reitora, *Carla Maria Bispo Padrel de Oliveira.*

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 1176/2009

Por despacho reitoral de 16 de Dezembro de 2008, foi à assistente administrativa especialista do quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta, Maria de Lurdes Dominguez Moreira Fernandes — aplicada a pena de Demissão, prevista na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 11.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, na sequência do processo disciplinar que lhe foi instaurado pelo Despacho n.º 208/R/2008. A referida pena produz efeitos, a partir de 20 de Dezembro de 2008. (Isento de Visto do Tribunal de Contas)

22 de Dezembro de 2008. — O Coordenador do Sector de Administração Financeira e Patrimonial, por delegação de competências, *Rui Manuel da Silva Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1177/2009

Por despacho de 12 de Dezembro de 2008 do reitor da Universidade Aberta, nos termos das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro e Despacho n.º 27 266 — A/2008, de 17 de Outubro do Ministro de Estado e das Finanças, faz-se publicar a lista nominativa do pessoal não docente do quadro desta Universidade, a colocar em situação de mobilidade especial, por opção voluntária:

Nome: Maria Amélia Lopes Fernandes Dias.
Vínculo: nomeação definitiva.
Carreira: assistente administrativo.
Categoria: assistente administrativo principal.
Escalão: 1.
Índice: 222.

22 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria das Dores Castanho Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1178/2009

Por despacho de 12 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade Aberta, foi ao Doutor Carlos Tavares Ribeiro, professor associado do quadro de pessoal civil do exercito CPCE/Academia Militar, a exercer funções docentes, em regime de acumulação (4horas semanais), nesta Universidade, durante o ano lectivo de 2008-2009, no Departamento de Ciências Exactas e Tecnológicas, cessado o exercício de serviço docente, em regime de acumulação, com efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2008.

29 Dezembro de 2008. — O Administrador, *Maria das Dores Castanho Ribeiro.*

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho (extracto) n.º 1179/2009

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores de 23 de Dezembro de 2008 e conforme deliberação do Conselho Administrativo da mesma Universidade de 22 de Dezembro de 2008:

Laudalina Rosa Ponte Medeiros Esteireiro, Técnico Profissional Especialista Principal de Arquivo do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores — Foi reclassificada como Técnico Superior de Biblioteca e Documentação de 2.ª classe do mesmo quadro, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos desde 23 de Dezembro de 2008. (Isento de Fiscalização Prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia.*

Despacho (extracto) n.º 1180/2009

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores de 23 de Dezembro de 2008 e conforme deliberação do Conselho Administrativo da mesma Universidade de 22 de Dezembro de 2008:

Delfina Furtado Mota, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores — Foi reclassificada como Técnico Superior de Biblioteca e Documentação de 2.ª classe do mesmo quadro, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos desde 23 de Dezembro de 2008. (Isento de Fiscalização Prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia.*

Despacho (extracto) n.º 1181/2009

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores de 23 de Dezembro de 2008 e conforme deliberação do Conselho Administrativo da mesma Universidade de 22 de Dezembro de 2008:

António Manuel Almeida Duarte, Operário Qualificado Principal (Electricista) do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores — Foi reclassificado como Técnico Superior de 2.ª classe do mesmo quadro, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos desde 23 de Dezembro de 2008. (Isento de Fiscalização Prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia.*

Despacho (extracto) n.º 1182/2009

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores de 23 de Dezembro de 2008 e conforme deliberação do Conselho Administrativo da mesma Universidade de 22 de Dezembro de 2008:

João Carlos Madruga da Silva Santos, Técnico de Informática Grau 1 Nível 2 do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores — Foi reclassificado como Especialista de Informática, Grau 1, Nível 1 do mesmo quadro, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos desde 23 de Dezembro de 2008.

Isento de Fiscalização Prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia.*

Despacho (extracto) n.º 1183/2009

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores de 23 de Dezembro de 2008 e conforme deliberação do Conselho Administrativo da mesma Universidade de 22 de Dezembro de 2008:

Maria da Graça Carreiro Pinheiro Cavaco, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores — Foi reclassificada como Técnico Superior de 2.ª classe do mesmo quadro, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos desde 23 de Dezembro de 2008. (Isento de Fiscalização Prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia.*

Despacho (extracto) n.º 1184/2009

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores de 23 de Dezembro de 2008 e conforme deliberação do Conselho Administrativo da mesma Universidade de 22 de Dezembro de 2008:

Sandra Paula Ribeiro da Rosa, Auxiliar de Limpeza do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores — Foi reclassificada como Assistente Administrativo do mesmo quadro, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos desde 23 de Dezembro de 2008.

Isento de Fiscalização Prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia.*

Despacho (extracto) n.º 1185/2009

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores de 23 de Dezembro de 2008 e conforme deliberação do Conselho Administrativo da mesma Universidade de 22 de Dezembro de 2008:

Andreia Isabel Ribeiro da Rosa Pereira, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores — Foi reclassificada como Técnico Superior de 2.ª classe do mesmo quadro, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos desde 23 de Dezembro de 2008.

Isento de Fiscalização Prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia.*

Despacho (extracto) n.º 1186/2009

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores de 23 de Dezembro de 2008 e conforme deliberação do Conselho Administrativo da mesma Universidade de 22 de Dezembro de 2008:

Isabel do Rosário Pacheco Feleja, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal não docente da Universidade dos Açores — Foi reclassificada como Técnico de Informática, Grau 1, Nível 1 do mesmo quadro, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, por conveniência urgente de serviço, com efeitos desde 23 de Dezembro de 2008.

Isento de Fiscalização Prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia.*

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 6/2009

Por despacho de 14-08-2008, do Reitor da Universidade do Algarve:

Mestre Rui Miguel Faria Furtado Cintra — autorizado o contrato como Equiparado a Assistente do 1.º Triénio em regime de acumulação a 20 %, para a Escola Superior de Saúde de Faro da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 01-09-2008, pelo período de 6 meses, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 100.

22 de Dezembro de 2008. — A Directora dos Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

Contrato (extracto) n.º 7/2009

Por despacho de 14-08-2008, do Reitor da Universidade do Algarve:

Mestre Joana de Carvalho Folgado Lessa — autorizado o contrato como Equiparada a Assistente do 2.º Triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 15-11-2008, por 1 ano renovável por períodos bienais, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 140.

22 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

Contrato (extracto) n.º 8/2009

Por despacho de 8 de Outubro de 2008 do reitor da Universidade do Algarve:

Doutor António Jorge Peres Matias — autorizado o contrato como professor auxiliar, em regime de exclusividade, para a Faculdade de Economia, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008, pelo período de cinco anos, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 210, considerando-se exonerado do lugar de origem.

23 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

Contrato (extracto) n.º 9/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008 do reitor da Universidade do Algarve:

Mestre Emílio José da Conceição Ferreira Rebelo — autorizada a renovação do contrato como assistente convidado, em regime de exclusividade, para a Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, pelo período de 3 anos, com início em 1 de Janeiro de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

Contrato (extracto) n.º 10/2009

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 12 de Dezembro de 2008:

Licenciado António Carlos Camilo de Lacerda, autorizada a renovação do contrato como assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, na Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, pelo período de 3 anos, com início a 2 de Janeiro de 2009, a auferir a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135.

29 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

Contrato (extracto) n.º 11/2009

Por despacho de 13 de Outubro de 2008 do reitor da Universidade do Algarve:

Mestre Paula Sofia Coelho Paiva — autorizado o contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação, a 20 %, para a Escola Superior de Educação, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 13 de Outubro de 2008 e até 31 de Julho de 2009, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100.

29 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

Contrato (extracto) n.º 12/2009

Por despacho de 5 de Dezembro de 2008 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Maria de Los Llanos Garcia Medina — autorizado o contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação, a 50 %, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2008 e até 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100.

29 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

Despacho (extracto) n.º 1187/2009

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 18 de Dezembro de 2008:

Doutora Ana Isabel Candeias Dias Soares, professora auxiliar em regime de dedicação exclusiva na Universidade do Algarve, concedida autorização para gozo de licença sem vencimento por um ano, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

29 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

Despacho (extracto) n.º 1188/2009

Cristina Isabel Coelho Serra Apolónia, Técnica Profissional de 2.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal não docente da Universidade do Algarve, autorizada a seu pedido, a exoneração do respectivo quadro, com efeitos a partir de 10 de Dezembro 2008.

29 de Dezembro de 2008. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Mariana Farrusco.*

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Despacho (extracto) n.º 1189/2009

Por despacho de 01/08/2008 da Exma. Reitora da Universidade de Aveiro:

Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo — nomeada definitivamente Professora Auxiliar, além do quadro de pessoal docente da Universidade de Aveiro, por urgente conveniência de serviço, a partir do dia imediato ao do termo da nomeação anterior.

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho

O conselho científico reunido em 13/10/2008, com base nos pareceres circunstanciados e fundamentados dos Professores Doutores Artur da Rosa Pires, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro, Artur Fernando Arede Correia Cristóvão, Professor Catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sobre o relatório de actividade científica e pedagógica desenvolvido pela Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo durante o quinquénio de 2003-2008 e louvando-se na votação efectuada pelos Professores Catedráticos e Associados em exercício efectivo de funções, deliberou por maioria e por votação nominal justificada, propor a sua nomeação definitiva como Professora Auxiliar desta Universidade.

O Presidente do Conselho Científico, *Fernando Manuel Bico Marques.*

(Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

22 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Despacho (extracto) n.º 1190/2009

Por despacho de 12/11/2008 da Exma. Vice-Reitora da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências [Desp. n.º 7533/2008 (2.ª Série), D.R. n.º 52, 2.ª série, de 13/03/2008], foi concedida à Mestre Elsa Maria de Oliveira Pinheiro de Melo, a rescisão do contrato como Equiparada a Professora Adjunta, em regime de comissão de serviço extraordinário, além do quadro de pessoal docente desta Universidade, a partir de 01/09/2008. (Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Despacho (extracto) n.º 1191/2009

Por despacho de 08/11/2007 da Exma. Reitora da Universidade de Aveiro, foi o Mestre Rui Miguel Ferreira Roda, contratado como Professor Auxiliar Convidado, em regime de tempo parcial 50 %, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por urgente conveniência de serviço, por um ano, a partir de 08/11/2007, inclusive. (Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Despacho (extracto) n.º 1192/2009

Por despacho de 11/02/2008 da Exma. Reitora da Universidade de Aveiro, foram autorizados os contratos administrativos de provimento, por urgente conveniência de serviço, aos seguintes docentes:

Mestre Ana Lúcia da Encarnação Cruz — como Equiparada a Assistente do 2.º Triénio, em regime de tempo parcial 40 %, além do

quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

Licenciada Maria Emília Rodrigues Prudente — como Equiparada a Assistente do 2.º Triénio, em regime de tempo parcial 30 % e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

Licenciada Ana Luísa Oliveira Martins Gonçalves — como Equiparada a Assistente do 1.º Triénio, em regime de tempo parcial 30 %, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

Licenciada Marlene Cristina Neves Rosa — como Equiparada a Assistente do 1.º Triénio, em regime de tempo parcial 30 %, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

Licenciada Filipa Alexandra Ribeiro dos Santos Moura — como Equiparada a Assistente do 1.º Triénio, em regime de tempo parcial 20 % e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

(Não carecem de fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Despacho (extracto) n.º 1193/2009

Por despacho de 08/05/2008 da Exma. Reitora da Universidade de Aveiro:

Doutor Jorge Augusto Fernandes Ferreira — nomeado definitivamente Professor Auxiliar, além do quadro de pessoal docente da Universidade de Aveiro, por urgente conveniência de serviço, a partir do dia imediato ao do termo da nomeação anterior.

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho

O conselho científico reunido em 09/12/2008, com base nos pareceres circunstanciados e fundamentados dos Professores Doutores José Manuel Gutierres Sá da Costa, Professor Catedrático da Secção de Sistemas do Departamento de Engenharia Mecânica do Instituto Superior Técnico e Carlos Alberto Caridade Monteiro Couto, Professor Catedrático do Departamento de Electrónica Industrial da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, sobre o relatório de actividade científica e pedagógica desenvolvido pelo Doutor Jorge Augusto Fernandes Ferreira durante o quinquénio de 2003-2008 e louvando-se na votação efectuada pelos Professores Catedráticos e Associados em exercício efectivo de funções, deliberou por maioria e por votação nominal justificada, propor a sua nomeação definitiva como Professor Auxiliar desta Universidade.

O Presidente do Conselho Científico, *Fernando Manuel Bico Marques.*

(Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Despacho (extracto) n.º 1194/2009

Por despacho de 10/02/2008 da Exma. Reitora da Universidade de Aveiro:

Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum — nomeada definitivamente Professora Auxiliar, além do quadro de pessoal docente da Universidade de Aveiro, por urgente conveniência de serviço, a partir do dia imediato ao do termo da nomeação anterior.

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho

O conselho científico reunido em 27/09/2008, com base nos pareceres circunstanciados e fundamentados dos Professores Doutores Henrique Manuel Morais Diz, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro, e Maria Margarida dos Santos Proença Almeida, Professora Catedrática da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, sobre o relatório de actividade científica e pedagógica desenvolvido pela Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum durante o quinquénio de 2003-2008 e louvando-se na votação efectuada pelos Professores Catedráticos e Associados em exercício efectivo de funções, deliberou por unanimidade e por votação nominal justificada, propor a sua nomeação definitiva como Professora Auxiliar desta Universidade.

O Presidente do Conselho Científico, *Fernando Manuel Bico Marques.*

(Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Despacho (extracto) n.º 1195/2009

Por despacho de 11/02/2008 da Ex.ma Reitora da Universidade de Aveiro, foram autorizados os contratos administrativos de provimento, por urgente conveniência de serviço, aos seguintes docentes:

Mestre José Luís Esteves de Sá — como Equiparado a Professor Adjunto, em regime de tempo parcial 20% e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

Licenciada Ana Paula Coutinho Sargaço Mendes — como Equiparada a Professora Adjunta, em regime de tempo parcial 20% e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

(Não carecem de fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Edital n.º 38/2009

Ref.ª CD-Q-42-DRH/2008

A Doutora Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré, professora catedrática e Reitora da Universidade de Aveiro, no uso da competência que lhe foi conferida pelo artigo 12.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, conjugado com o artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, nos termos do disposto no artigo 37.º e nos n.º s 2 e 3 do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, faz saber que, pelo prazo de 30 dias, contados do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no D.R., se abre concurso documental para preenchimento de um lugar de Professor Associado do Grupo/Subgrupo 6 — Química

I — Requisitos gerais e especiais de admissão:

Em conformidade com o disposto nos artigos 41.º, 42.º, 43.º e nos 1 e 2 do artigo 44.º, do Estatuto da Carreira Docente Universitária (E.C.D.U.), publicado em anexo à Lei 19/80, de 16-07, poderão apresentar-se ao concurso:

a) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra Universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente Universidade;

b) Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente Universidade, desde que habilitados com o grau de doutor por uma Universidade Portuguesa, ou equivalente, e com, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;

c) Os doutores por Universidades Portuguesas, ou com habilitação equivalente, em especialidade considerada como adequada à área da disciplina ou grupo de disciplinas para que foi aberto o concurso, que contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

II — O requerimento de admissão ao concurso é instruído, sob pena de exclusão, com:

a) Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas em quaisquer das alíneas do n.º I;

b) 25 exemplares, em suporte de papel, e ainda dois exemplares em suporte digital (CD), do *curriculum vitæ* do candidato, com a indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;

c) Certificado de registo criminal;

d) Documento comprovativo de que o interessado possui a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

e) Documento comprovativo de ter cumprido as obrigações da Lei do Serviço Militar;

f) Cópia simples do Bilhete de Identidade.

III — Os documentos a que aludem as als. *c*) a *e*) do n.º II podem ser dispensados desde que os candidatos declarem no requerimento,

sob compromisso de honra, em alíneas separadas, a situação em que se encontram relativamente a cada um desses requisitos.

IV — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, termo da respectiva validade e serviço emissor, situação militar, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações literárias;

c) Categoria, grupo ou disciplina a que pertence, tempo de serviço como docente universitário e Universidade a que pertence;

d) Especialidade adequada ao grupo/subgrupo para que foi aberto o concurso;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito, ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;

f) Concurso e categoria a que se candidata, mencionando o *Diário da República*;

g) Data e assinatura.

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à Reitora da Universidade de Aveiro, podendo ser entregues pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos, sita no 1.º Piso do Edifício Central e da Reitoria, no Campus Universitário de Santiago — 3810-193 Aveiro, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, expedidas até ao termo do referido prazo.

V — Os candidatos pertencentes à Universidade de Aveiro ficam dispensados da apresentação dos documentos constantes das als. *c*) a *e*) do n.º II, e concomitantemente, do cumprimento do exarado em III, desde que esses documentos já existam nos respectivos processos individuais, devendo tal facto ser expressamente declarado.

VI — A Reitoria comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

VII — O concurso destina-se, de acordo com o estabelecido no artigo 38.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, a averiguar o mérito da obra científica dos candidatos, a sua capacidade de investigação e o valor da actividade pedagógica já desenvolvida, na observância do consagrado nos artigos 48.º e 49.º, n.º 2.

VIII — A este concurso é ainda aplicável o disposto nos artigos. 46.º a 48.º, n.º 2 do artigo 49.º e 50.º a 52.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16-7.

IX — Métodos e critérios de avaliação:

1 — Método de avaliação: Avaliação curricular.

2 — Critérios de avaliação: mérito científico e mérito pedagógico do *curriculum vitae,* do candidato, valor científico e pedagógico do relatório.

A determinação do mérito dos candidatos será feita tendo por base o conjunto de critérios e valências a seguir discriminados:

3 — Mérito absoluto

Constitui requisito necessário à admissão a concurso em sede de mérito absoluto a autoria ou co-autoria de pelo menos 30 (trinta) artigos em revistas indexadas internacionalmente, leccionação de disciplinas de Licenciatura e ou Mestrado, orientação de tese(s) de mestrado e doutoramento e coordenação de projecto(s) científico(s).

Sem prejuízo da verificação das mencionadas condições, o júri poderá ainda proceder à exclusão dos candidatos cujo curriculum global entenda não revestir nível científico ou pedagógico compatível com a categoria a que concorrem ou não se situe na área da disciplina ou grupo de disciplinas para que foi aberto o concurso.

4 — Mérito relativo

São critérios de avaliação o mérito científico (MC), o mérito pedagógico (MP) do currículo e o valor pedagógico e científico do relatório (VPCR).

4.1 — Mérito científico (MC)

4.1 — 1. Produção científica (PC)

4.1 — 1.1. Publicação de artigos em revistas e outras publicações com arbitragem científica, expressa:

i) Pelo número e natureza das publicações e

ii) Pelo reconhecimento destas na comunidade científica, traduzido na qualidade dos locais de publicação (nomeadamente, o factor de impacto) e no número de citações.

4.1 — 1.2. Publicação de livros ou capítulos de livros

4.1 — 1.3. Registo de patentes nacionais ou internacionais, dando particular relevo àquelas que estejam a ser exploradas ou em vias de exploração

4.1 — 2. Coordenação e liderança científica (CLC)

4.1 — 2.1. Coordenação e realização de projectos científicos, contemplando:

i) A qualidade e quantidade de projectos científicos, valorizando especialmente a coordenação de projectos. A avaliação da qualidade deverá atender ao financiamento obtido, ao grau de exigência do concurso e aos resultados alcançados traduzidos, designadamente, em novos conceitos, produtos, protótipos, processos, serviços e publicações. Será apreciado o grau de internacionalização das actividades e dos projectos científicos.

Esta valência deverá considerar também:

ii) A valorização económica dos resultados de investigação, medida através de contratos de desenvolvimento e de transferência de tecnologia e da criação de empresas de *spin-off;*

4.1 — 2.2. Coordenação e liderança de equipas e órgãos de gestão científica, incluindo:

i) A capacidade do candidato para constituir, organizar e liderar equipas científicas,

ii) A capacidade de gestão científica de unidades de investigação e de coordenação de órgãos de gestão científica;

4.1 — 2.3. Orientação científica, contemplando:

i) A aptidão do candidato para orientar estudantes de mestrado, doutoramento e de pós-doutoramento,

ii) A excelência científica das teses supervisionadas pelo candidato;

4.1 — 2.4. Intervenção e reconhecimento do candidato nas comunidades científica, profissional, integrando:

i) A capacidade de intervenção e reconhecimento do candidato nas comunidades científica, profissional e outras (escolas, autarquias e ONGs, entre outras), expressa, nomeadamente, através da participação em órgãos de gestão científica, organização e realização de eventos, acções de divulgação científica, colaboração na arbitragem de artigos científicos, participação em corpos editoriais de revistas científicas, participação em comissões científicas de encontros nacionais e internacionais, apresentação de palestras convidadas e participação em júris académicos e actividades de consultoria,

ii) Os prémios científicos ou tecnológicos atribuídos ao candidato por instituições acreditadas.

4.2 — Mérito pedagógico (MP)

4.2 — 1. Produção de material pedagógico, considerando-se a qualidade e quantidade do material pedagógico produzido pelo candidato, incluindo materiais de apoio à aprendizagem com base nas novas tecnologias da informação e comunicação, bem como as publicações de índole pedagógica em revistas, actas de conferências e livros.

4.2 — 2. Inovação pedagógica, incluindo a capacidade do candidato para promover:

i) Iniciativas pedagógicas, nomeadamente, propostas de novas unidades curriculares, o reforço ou a instalação de meios laboratoriais de natureza experimental e ou computacional,

ii) A criação ou reestruturação de grupos de unidades curriculares ou de planos de estudos,

iii) Iniciativas com vista à melhoria dos processos de ensino;

4.2 — 3. Coordenação pedagógica que integra as actividades de liderança de âmbito pedagógico, com evidência na capacidade de promoção e dinamização de processos de melhoria da actividade pedagógica de cursos ou outras actividades de ensino.

4.2 — 4. Actividade docente, contemplando:

i) O número, diversidade e natureza das unidades curriculares de que o candidato foi responsável,

ii) A qualidade da actividade lectiva desenvolvida, baseada, sempre que tal seja possível, em indicadores objectivos, designadamente, em recolhas alargadas da opinião dos alunos (inquéritos pedagógicos).

4.3 — Valor pedagógico e científico do relatório (VPCR)

A avaliação do valor pedagógico e científico do relatório (VPCR) deve contemplar

i) A clareza da estrutura e a qualidade de exposição do relatório;

ii) A actualidade do conteúdo e a adequação do programa;

iii) O enquadramento da disciplina e o método de funcionamento proposto;

iv) A bibliografia recomendada e a qualidade dos comentários sobre ela produzidos;

v) Outros aspectos complementares considerados relevantes.

4.4 — Método de ordenação dos candidatos

Em cada um destes critérios ou valências de avaliação, cada membro do júri deverá avaliar cada um dos candidatos aprovados em mérito absoluto, usando uma pontuação de 0 a 100. A pontuação final (PF) de cada candidato será obtida por aplicação das seguintes expressões:

$$PF = PC*0.4 + CLC*0.2 + MP*0.3 + VPCR*0.1$$

Cada membro do júri procede, então, à colocação dos candidatos por ordem decrescente das pontuações obtidas. É com a sua lista ordenada

dos candidatos que cada membro do júri participa nas votações do júri para o primeiro lugar, para o segundo lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto. As votações do júri são decididas por maioria dos votos.

X — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente — Prof.ª Doutora Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré, Reitora da Universidade de Aveiro.

Vogais:

Doutora Maria José Diogo da Silva Calhorda, Professora Catedrática da Faculdade Ciências da Universidade de Lisboa;

Doutor Adélio Alcino Sampaio Castro Machado, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

Doutor Manuel Aníbal Varejão Ribeiro da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

Doutor Alírio Egídio Rodrigues, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;

Doutora Madalena Maria de Magalhães Pinto, Professora Catedrática da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto;

Doutor Baltazar Manuel Romão de Castro, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

Doutor Pedro Gaspar Moradas Ferreira, Professor Catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto;

Doutor José Manuel Gaspar Martinho, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor José João Galhardas de Moura, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor José António Couto Teixeira, Professor Catedrático da Escola de Engenharia da Universidade do Minho;

Doutora Maria Fernanda Jesus Rego Paiva Proença, Professora Catedrática da Escola de Ciências da Universidade do Minho;

Doutora Maria João da Anunciação Franco Bebianno, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade do Algarve;

Doutor José Abrunheiro da Silva Cavaleiro, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutor Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutor António José Venâncio Ferrer Correia, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutor Armando da Costa Duarte, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutor José Joaquim Cristino Teixeira Dias, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutor José Joaquim Costa Cruz Pinto, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutor João Carlos Matias Celestino Gomes da Rocha, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutor Artur Manuel Soares da Silva, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutora Ana Maria Vieira da Silva Viana Cavaleiro, Professora Catedrática do Departamento de Química, Universidade de Aveiro;

Doutor Carlos de Pascoal Neto, Professor Catedrático do Departamento de Química, Universidade de Aveiro.

XI — Conforme exarado no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra da Igualdade, faz-se constar a seguinte menção:

"Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação".

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares do costume.

19 de Dezembro de 2008. — A Reitora, *Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré*.

Serviços Académicos e Administrativos

Despacho (extracto) n.º 1196/2009

Por despacho de 18/09/2008 da Exma. Reitora da Universidade de Aveiro, foi autorizado à Licenciada Marta Susana Matos Oliveira, o contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, como Técnica Superior de Grau 3, da carreira Técnica Superior, posicionada no nível remuneratório 1 da tabela anexa ao regulamento de contratos individuais de trabalho de pessoal não docente da Universidade de Aveiro publicado no *Diário da República* n.º 129, 2.ª série, de 6 de Julho de 2007, a partir de 03/11/2008, inclusive. (Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Despacho (extracto) n.º 1197/2009

Por despacho de 11/02/2008 da Exma. Reitora da Universidade de Aveiro, foram autorizados os contratos administrativos de provimento, por urgente conveniência de serviço, aos seguintes docentes:

Licenciada Ana Sofia Pando Micaelo Ferreira — como Equiparada a Assistente do 2.º Triénio, em regime de tempo parcial 30%, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

Licenciada Maria Clara Gomes de Sá e Silva — como Equiparada a Assistente do 2.º Triénio, em regime de tempo parcial 20% e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, de 11/02/2008 até 11/07/2008, inclusive.

(Não carecem de fiscalização prévia do T. C.)

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte.*

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Contrato (extracto) n.º 13/2009

Por despacho do Vice-reitor da Universidade de Aveiro de 19.12.2008, no uso de competência delegada:

Fernando Manuel Marques Costa e Silva — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor Adjunto, além do quadro, por urgente conveniência de serviço, em regime de dedicação exclusiva, pelo período de 2 anos, renovável por igual período, com início em 15.12.2008 e termo em 14.12.2010. (Não carece de Fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

29 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Directivo, *Fátima Pinho.*

Contrato (extracto) n.º 14/2009

Por despacho do Vice-Reitor da Universidade de Aveiro de 17.12.2008, no uso de competência delegada:

Fernando Miguel Moreira dos Santos Costa — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor-Adjunto, além do quadro, por urgente conveniência de serviço, em regime de dedicação exclusiva, pelo período de 2 anos, renovável por igual período, com início em 15.12.2008 e termo em 14.12.2010.

Lígia Raquel Lopes dos Santos Abrunheiro — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como Equiparada a Professora-Adjunta, além do quadro, por urgente conveniência de serviço, em regime de dedicação exclusiva, pelo período de 2 anos, renovável por igual período, com início em 30.12.2008 e termo em 29.12.2010.

(Não carece de Fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho Directivo, *Fátima Pinho.*

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Despacho (extracto) n.º 1198/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutor Luís Manuel Duarte Gomes Patrício, Professor Auxiliar de nomeação provisória, além do quadro de pessoal docente desta Universidade, nomeado definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 24 de Junho de 2008.

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Prof. Doutor Luís Manuel Duarte Gomes Patrício como Professor Auxiliar da UBI

O conselho científico da UBI, através da Secção Científica da Faculdade de Ciências, após o resultado da votação, por escrutínio secreto,

realizada na sua reunião de 19 de Novembro e com base nos pareceres elaborados e subscritos pelos Professores Doutores João Pinheiro da Providência e Costa e Carlos Manuel Pereira Cabrita, professores catedráticos da Universidade da Beira Interior, sobre o relatório apresentado pelo Prof. Doutor Luís Manuel Duarte Gomes Patrício, nos termos do artigo 25.º do ECDU deliberou, por maioria, propor a sua nomeação definitiva como Professor Auxiliar.

27 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Científico, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz.*

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1199/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutora Anabela Antunes Almeida, Professora Auxiliar de nomeação provisória, além do quadro de pessoal docente desta Universidade, nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2008.

Relatório final relativo à nomeação definitiva da Prof.ª Doutora Anabela Antunes Almeida, como Professora Auxiliar da UBI

O conselho científico da UBI, através da Secção Científica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, após o resultado da votação, por escrutínio secreto, realizada na sua reunião de 19 de Novembro e com base nos pareceres elaborados e subscritos pelo Professor Doutor Henrique Manuel Morais Diz, professor catedrático da Universidade de Aveiro e do Professor Doutor Mário Lino Barata Raposo, professor catedrático da Universidade da Beira Interior, sobre o relatório apresentado pela Prof.ª Doutora Anabela Antunes Almeida, nos termos do artigo 25.º do ECDU deliberou, por maioria, propor a sua nomeação definitiva como Professora Auxiliar.

27 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Científico, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz.*

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos)

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1200/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutora Maria Eugénia Neto Ferrão da Silva Barbosa, professora auxiliar de nomeação provisória, além do quadro de pessoal docente desta Universidade, nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2008.

Relatório final relativo à nomeação definitiva da Prof.ª Doutora Maria Eugénia Neto Ferrão da Silva Barbosa, como professora auxiliar da UBI.

O conselho científico da UBI, através da Secção Científica da Faculdade de Ciências, após o resultado da votação, por escrutínio secreto, realizada na sua reunião de 19 de Novembro e com base nos pareceres elaborados e subscritos pelos professores doutores José Ramos Pires Manso e Helena Maria Simões Ferreira, professores catedráticos da Universidade da Beira Interior, sobre o relatório apresentado pela Prof.ª Doutora Maria Eugénia Neto Ferrão da Silva Barbosa, nos termos do artigo 25.º do ECDU deliberou, por maioria, propor a sua nomeação definitiva como professor auxiliar.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Científico, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz.*

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1201/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beira Interior de 18 de Dezembro de 2008: Maria de Fátima Amaro Antunes e Maria Lucinda Santos Vide Matias, nomeadas definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, para a categoria de Operário Qualificado Principal, da carreira de costureira, do quadro de pessoal não docente desta Universidade, ficando exoneradas das anteriores funções, logo que assinem o termo de Aceitação.

29 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1202/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beira Interior de 22 de Dezembro de 2008:

Licenciado Carlos José Miraldes da Costa, Técnico Profissional Principal, do quadro de pessoal não docente da Universidade da Beira Interior — nomeado em Comissão de Serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe, da Carreira Técnica Superior, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, com vista à sua reclassificação na categoria supramencionada, do quadro de pessoal não docente.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2008, por se verificarem os pressupostos de retroactividade constantes da alínea ***a***) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Não carece de Visto ou Anotação do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1203/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beira Interior de 10 de Dezembro de 2008: Ana Cristina Silva Mateus e Helena Sofia Marques Farias Fortuna, nomeadas definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, para a categoria de Técnico Profissional Principal de BD, da carreira técnico profissional de BD, do quadro de pessoal não docente desta Universidade, ficando exoneradas das anteriores funções, logo que assine o termo de aceitação.

29 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1204/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beira Interior de 22 de Dezembro de 2008:

Lic.ª Marta Manuela Santos Matias, técnica profissional de 1.ª Classe de BD, do quadro de pessoal não docente da Universidade da Beira Interior — nomeada em Comissão de Serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnica superior de 2.ª classe, da Carreira Técnica Superior, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Dec.-Lei n.º 497/99, com vista à sua reclassificação na categoria supramencionada, do quadro de pessoal não docente.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2008, por se verificarem os pressupostos de retroactividade constantes da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

(Não carece de Visto ou Anotação do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1205/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beira Interior de 22 de Dezembro 2008:

Maria Clara Nunes Veríssimo Carvalho, Joaquim Manuel Ramos Varandas, Maria Celsa Rebelo Gil Alves, Luciano João Farias Rato, José Paulo Proença Guerra, Albino Ascensão Santos Alves, Luís Filipe Serra da Silva e António Manuel Coelho Morgado, nomeados definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, para a categoria de Técnico Profissional Principal (área de Laboratório e Oficinas no apoio ao ensino, na área das Ciências da Engenharia), da Carreira de Técnico Profissional, do quadro de pessoal não docente desta Universidade, ficando exonerados das anteriores funções, logo que assinem o termo de aceitação.

(Não carece de Visto ou Anotação do Tribunal de Contas).

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1206/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beirai Interior de 22 de Dezembro de 2008:

Maria Dulce Justina Fonseca Silveira Anastácio, José António Matias Machado, Eduardo Jorge Ramos de Jesus, Rui Eugénio da Silva Barata e Maria Dulce Oliveira Reis, nomeados definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, para a categoria de Técnico Profissional Especialista (área de laboratório e oficinas no apoio ao Ensino, na área das Engenharias) da carreira técnico profissional, do quadro de

pessoal não docente desta Universidade, ficando exonerados da anteriores funções, logo que assine o termo de aceitação.

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1207/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutor Paulo Eduardo Maia de Carvalho, Professor Auxiliar de nomeação provisória, além do quadro de pessoal docente desta Universidade, nomeado definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos)

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Prof. Doutor Paulo Eduardo Maia de Carvalho, como Professor Auxiliar da UBI

O conselho científico da UBI, através da Secção Científica da Faculdade de Engenharia, após o resultado da votação, por escrutínio secreto, realizada na sua reunião de 25 de Novembro e com base nos pareceres elaborados e subscritos pelos Professores Doutores Fernando Joaquim Fernandes Tavares Rocha e Eduardo Anselmo Ferreira da Silva, professores catedráticos da Universidade de Aveiro, sobre o relatório apresentado pelo Prof. Doutor Paulo Eduardo Maia de Carvalho, nos termos do artigo 25.º do ECDU deliberou, por maioria, propor a sua nomeação definitiva como Professor Auxiliar.

27 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Científico, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz.*

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1208/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutor Paulo Jorge Lopes de Moura, Professor Auxiliar de nomeação provisória, além do quadro de pessoal docente desta Universidade, nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2008.

Relatório final relativo à nomeação definitiva do Prof. Doutor Paulo Jorge Lopes de Moura, como Professor Auxiliar da UBI

O conselho científico da UBI, através da Secção Científica da Faculdade de Engenharia, após o resultado da votação, por escrutínio secreto, realizada na sua reunião de 25 de Novembro e com base nos pareceres elaborados e subscritos pelo Professor Doutor Miguel Caetano de Oliveira Filgueiras, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e do Professor Doutor Pedro João Valente Dias Guerreiro, professor catedrático da Universidade do Algarve, sobre o relatório apresentado pelo Prof. Doutor Paulo Jorge Lopes de Moura, nos termos do artigo 25.º do ECDU deliberou, por maioria, propor a sua nomeação definitiva como Professor Auxiliar.

27 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Científico, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz.*

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos)

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1209/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beira Interior de 23 de Dezembro de 2008: Amélia Maria de Jesus Pombo Santos Marques, nomeada definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, para a categoria de Técnica Profissional Principal de Museografia, da carreira técnico profissional de Museografia, do quadro de pessoal não docente desta Universidade, ficando exonerada das anteriores funções, logo que assine o termo de aceitação.

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1210/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutora Maria João Leitão Simões Areias Pereira, Professora Auxiliar de nomeação provisória, além do quadro de pessoal docente desta Universidade, nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 27 de Outubro de 2008.

Relatório final relativo à nomeação definitiva da Prof.ª Doutora Maria João Leitão Simões Areias Pereira, como Professora Auxiliar da UBI

O conselho científico da UBI, através da Secção Científica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, após o resultado da votação, por escrutínio secreto, realizada na sua reunião de 19 de Novembro e com base nos pareceres elaborados e subscritos pelo Professor Doutor José Carlos Gaspar Venâncio, professor catedrático da Universidade da Beira Interior e da Professora Doutora Maria Eduarda Barroso Gonçalves, professora catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, sobre o relatório apresentado pela Prof.ª Doutora Maria João Leitão Simões Areias Pereira, nos termos do artigo 25.º do ECDU deliberou, por maioria, propor a sua nomeação definitiva como Professora Auxiliar.

27 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Científico, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz.*

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos)

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1211/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beira Interior de 30 de Dezembro de 2008: Lic.ªs Maria Fernanda Branco Leirião Miranda Saraiva e Sandra Marques Pinto, nomeadas definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado para a categoria de Técnicas Superiores de 1.ª Classe de Biblioteca e Documentação, da Carreira Técnica Superior de BD, do quadro de pessoal não docente desta Universidade, ficando exoneradas das anteriores funções logo que assinem o Termo de Aceitação.

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1212/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beirai Interior de 23 de Dezembro de 2008: Júlio Manuel Sant'Ana Pina Bicho, nomeado definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, para a categoria de Técnico Especialista Principal, da carreira técnica, do quadro de pessoal não docente desta Universidade, ficando exonerado das anteriores funções, logo que assine o termo de aceitação.

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

Despacho (extracto) n.º 1213/2009

Por despacho do Reitor da Universidade da Beirai Interior de 18 de Dezembro de 2008: Filipe António Fazendeiro Santarém e Luís Miguel Silva João Couto Gonçalves nomeados definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, para a categoria de Técnico Profissional Principal (área de Laboratório e Oficinas no apoio ao ensino, na área das Ciências e Engenharias), da carreira técnico profissional, do quadro de pessoal não docente desta Universidade, ficando exonerados das anteriores funções, logo que assinem o termo de aceitação.

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1214/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutora Helena Maria Batista Alves, Professora Auxiliar de nomeação provisória, além do quadro de pessoal docente desta Universidade, nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 7 de Outubro de 2008.

Relatório final relativo à nomeação definitiva da Prof.ª Doutora Helena Maria Batista Alves como Professora Auxiliar da UBI

O conselho científico da UBI, através da Secção Científica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, após o resultado da votação, por

escrutínio secreto, realizada na sua reunião de 19 de Novembro e com base nos pareceres elaborados e subscritos pela Professora Doutora Minoo Farhangmehr, professora catedrática da Universidade do Minho e do Professor Doutor Mário Lino Barata Raposo, professor catedrático da Universidade da Beira Interior, sobre o relatório apresentado pela Prof.ª Doutora Helena Maria Batista Alves, nos termos do artigo 25.º do ECDU deliberou, por maioria, propor a sua nomeação definitiva como Professora Auxiliar.

27 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Científico, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz*.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos)

30 de Dezembro de 2008. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Declaração de rectificação n.º 80/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 242 de 16 de Dezembro de 2008, página 50303, Despacho n.º 32068/2008, rectifica-se que onde se lê "da Estrutura Central" deve ler-se "da Faculdade de Letras".

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins*.

Declaração de rectificação n.º 81/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* 2.ª série, n.º 242 de 16 de Dezembro de 2008, página 50303, Despacho n.º 32068/2008, rectifica-se que onde se lê "da Estrutura Central" deve ler-se "da Faculdade de Letras".

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins*.

Despacho (extracto) n.º 1215/2009

Por despacho de 18-12-2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*DR.,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciada Susete Maria Lopes Araújo, Assessora do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade, promovida a Assessora Principal, do mesmo quadro com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerada do anterior lugar com efeitos à mesma data. (Não carece de verificação do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1216/2009

Por despacho de 2 de Janeiro de 2008 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Licenciada Sónia Pereira Casaleiro, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 74, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Faculdade de Direito, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 2 de Janeiro de 2008. O processo de selecção adoptado foi oferta de emprego publicada na BEP, no "Jornal de Notícias" e no jornal "As Beiras" de 27 de Outubro de 2007.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1217/2009

Por despacho de 02/01/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Licenciado Luís Filipe Baptista Martins, contratado para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Faculdade de Farmácia, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 2 de Janeiro de 2008. O processo de selecção adoptado foi oferta de emprego publicitada na BEP, no "Jornal de Noticias" e no jornal "As Beiras" de 29 de Novembro de 2007.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1218/2009

Por despacho de 11 de Agosto de 2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Carla Sofia Simões Fernandes, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico administrativo, grau 1, nível 20, da carreira técnica administrativa, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081853, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas).

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1219/2009

Por despacho de 29/08/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Licenciada Sara Isabel Duarte Neto da Costa, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081892, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1220/2009

Por despacho de 29/08/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Licenciado Nuno Miguel Almeida Pinto, contratado para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20080621, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1221/2009

Por despacho de 29/08/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR.2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Olga Maria Pedrosa Ralha Terreiros, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnica Administrativa, grau 1, nível 20, da carreira técnica administrativa, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no DR. 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081893, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1222/2009

Por despacho de 29/08/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR.2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciada Ana Catarina Almeida Machado Costa, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no DR. 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081958, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1223/2009

Por despacho de 10 de Julho de 2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciado Filipe Rafael Pereira da Rocha, contratado para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 2, nível 80, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foi pela Direcção-Geral de Emprego e da Administração Pública emitida em declaração de inexistência de pessoal em SME com o perfil pretendido com o código DC20070103.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins*.

Despacho (extracto) n.º 1224/2009

Por despacho de 3 de Setembro de 2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Licenciada Ana Maria de Resende Tropa Xavier de Basto Goulão Machado — contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnica Superior, grau 3, nível 91, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º 20080326, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins*.

Despacho (extracto) n.º 1225/2009

Por despacho de 03/09/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR.2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

António Pedro Ferreira Martins, contratado para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Administrativo, grau 1, nível 20, da carreira técnica administrativa, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no DR. 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081826, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1226/2009

Por despacho de 29 de Agosto de 2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Licenciada Márcia Andreia Canas Rodrigues, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, Grau 1, Nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através da oferta pública sigaME n.º P20081895, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins*.

Despacho (extracto) n.º 1227/2009

Por despacho de 02/01/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR. 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciada Cecília da Conceição Santa Machado, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Faculdade de Farmácia, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no DR. 2.ª série, com efeitos a 2 de Janeiro de 2008. O processo de selecção adoptado foi oferta de emprego publicitada na BEP, no "Jornal de Notícias" e no jornal "As Beiras" de 29 de Novembro de 2007. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1228/2009

Por despacho de 02/01/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Licenciada Isabel Carvalho Seco, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, Grau 1, Nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Faculdade de Farmácia, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 02 de Janeiro de 2008. O processo de selecção adoptado foi oferta de emprego publicitada na BEP, no "Jornal de Notícias" e no jornal "As Beiras" de 29 de Novembro 2007.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1229/2009

Por despacho de 03/09/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR. 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciada Sílvia Antunes Moreno Nolan, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico Superior, Grau 1, Nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no DR. 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081865, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1230/2009

Por despacho de 21 de Maio de 2008 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (Diário da República, 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Elisabete Rodrigues Cardoso, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico, grau 1, nível 27, da carreira técnica, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no Diário da República, 2.ª série, com efeitos a 21 de Maio de 2008. O processo de selecção adoptado foi oferta de emprego publicitada na BEP, no "Jornal de Notícias" e no jornal "As Beiras" de 11 de Fevereiro de 2008.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1231/2009

Por despacho de 29/08/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciado Leonardo dos Santos Vicente, contratado para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20080643, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1232/2009

Por despacho de 29/08/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciado Filipe Miguel Félix Duque Ferreira Noro, contratado para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081939, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1233/2009

Por despacho de 29/08/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciada Sónia Marlene de Jesus Filipe, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnica Superior, grau 2, nível 80, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no DR. 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081859, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1234/2009

Por despacho de 29/08/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007):

Licenciada Mariana de Almeida Correia, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado na Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no DR. 2.ª série, com efeitos a 15 de Setembro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20081851, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1235/2009

Por despacho de 17-12-2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR. 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007). Licenciada Maria Cristina Santos Monteiro Januário Assistente Convidada em tempo integral, além do quadro da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, renovado o contrato por três anos, com início em 29-01-2008.

(Não carece de verificação do Tribunal de Contas)

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1236/2009

Por despacho de 09-12-2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR. 2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007). Licenciado José Manuel Cardoso da Costa, contratado por conveniência urgente de serviço em regime de acumulação com a pensão de aposentação a 1/3 da remuneração correspondente a Professor Catedrático Convidado além do quadro, da Faculdade de Direito desta Universidade, contrato válido para o ano lectivo de 2007-2008, com início em 1/11/2007. (Não carece de verificação do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1237/2009

Por despacho de 17-12-2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR. 2.ª série, n.º 81 de 26 de Abril de 2007). Doutora Maria do Rosário de Carvalho Nunes Manteigas e Moura Pinheiro, Professora Auxiliar de nomeação provisória, além do quadro da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação desta Universidade, nomeada definitivamente, com efeitos a 07-02-2009.

(Não carece de verificação do Tribunal de Contas)

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

Despacho (extracto) n.º 1238/2009

Por despacho de 22/10/2008 do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (DR.2.ª série, n.º 81, de 26 de Abril de 2007): Licenciada Ana Lúcia Pereira Saraiva, contratada para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, grau 1, nível 64, da carreira técnica superior, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado da Estrutura Central, nos termos da deliberação n.º 1748/2006 de 18 de Dezembro, publicada no DR. 2.ª série, com efeitos a 22 de Outubro de 2008. A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME) nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através de oferta pública sigaME n.º P20080538, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *António Gomes Martins.*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Reitoria

Despacho n.º 1239/2009

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, da licenciada Amália Maria Esteves de Sousa Fangueiro, para o cargo de Chefe da Divisão de Recursos Físicos e Financeiros dos Serviços Administrativos.

2 — A dirigente nomeada nos termos do número anterior reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos a 24 de Outubro de 2008.

Súmula curricular

Nome: Amália Maria Esteves de Sousa Fangueiro.

Habilitações académicas: licenciatura em Gestão de Empresas, pela Universidade de Évora, em Fevereiro de 1994.

Formação complementar relevante:

Frequência do curso FORGEP do INA;

Código dos Contratos Públicos (NUFOR, Agosto de 2008);

Utilização do Sistema de Gestão Documental da Universidade de Évora (NUFOR, Julho de 2008);

Conclusão da parte curricular do Mestrado em Empreendedorismo e Inovação na Universidade de Évora em Setembro de 2005;

Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias, pela Universidade de Évora, em Setembro de 1997.

Outra formação complementar:

3.º Congresso Nacional da Administração Pública: O Novo Ciclo de Desenvolvimento da Administração Pública: Abertura, Eficiência, Independência (INA, Novembro de 2005);
Seminário de Alta Direcção (INA, Outubro de 2005);
Auditoria nos Serviços Públicos (STE, Junho de 2005);
Avaliação de Desempenho (NUFOR, Dezembro 2004);
Curso de Novos Conceitos de Direcção (SCALCONSULT, Outubro 2004);
Curso de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (SCALCONSULT, Outubro de 2004);
Curso de Higiene e Segurança no Trabalho (NUFOR, Maio de 2004);
Curso de Gestão de Concursos de Pessoal (NUFOR, Outubro de 2003);
Curso de Especialização em Contabilidade e Fiscalidade (CEFAG, Dezembro de 2002);
CURSO Boas (e más) práticas na Gestão (STE, Novembro de 2002);
Curso de Excel Avançado (NUFOR, Outubro de 2002;
Curso de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (STE, Março de 2002);
Curso de Gestão do IVA (NUFOR, Dezembro de 2001);
Curso de Impacto do Euro, Sensibilização (NUFOR, Outubro de 2001);
Curso de Gestão Estratégica (UNIVERSUS, Setembro de 2001);
Curso de Fiscalidade (NUFOR, Dezembro 1999);
Curso de Inglês II (NUFOR, Dezembro de 1999);
Curso de Gestão de Aprovisionamento (NUFOR, Outubro de 1999);
Curso de Gestão de Projecto (NUFOR, Outubro de 1999);
Curso de Qualidade e Modernização na Administração Pública (NUFOR, Outubro de 1998;
Curso do Código do Procedimento Administrativo (NUFOR, Outubro de 1998).

Carreira e categoria: técnica superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal não docente da Universidade de Évora, desde Abril de 2006.
Cargos mais relevantes:

Coordenadora da Divisão de Recursos Físicos e Financeiros da Universidade de Évora desde 6 de Outubro de 2008;
Gestora da Área Departamental das Artes, a ocupar cargo equivalente ao de Secretário da Área Departamental das Artes, de 13 de Fevereiro a 5 de Outubro de 2008;
Secretário (equiparado a chefe de divisão), em regime de substituição, da Área Departamental de Artes de 12 de Setembro de 2007 a 12 de Fevereiro de 2008;
Gestora da Área Departamental de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Évora de Março de 1995 a 11 de Setembro de 2007;
Gestora do Departamento de Artes da Universidade de Évora de Maio de 2005 a 5 de Outubro de 2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Jorge Quina Ribeiro de Araújo.*

Serviços Académicos

Aviso n.º 1182/2009

Por despacho de 9-12-2008 do Reitor da Universidade de Évora:

Constituído, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Atribuição do Grau de Doutor pela Universidade de Évora, pela forma seguinte, o júri das provas de doutoramento em Matemática, requeridas por Luís Miguel Zorro Bandeira:

Presidente — Reitor da Universidade de Évora.
Vogais:

Doutor Pablo Pedregal Tercero, professor catedrático da Escuela Técnica Superior de Ingenieros Industriales da Universidad de Castilha — La Mancha (Espanha).
Doutor António Costa Ornelas Gonçalves, professor associado com agregação da Universidade de Évora.
Doutor Vladimir Alekseevitch Bushenkov, professor associado da Universidade de Évora.
Doutor Bernard Dacorogna, professor ordinário da Faculte des Sciences de Base da École Politechnique Fédérale de Lausanne (Suiça).
Doutor João Manuel Saldanha Palhoto de Matos, professor auxiliar do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
Doutor Vladimir Vladimirocich Gontcharov, professor auxiliar da Universidade de Évora.

23 de Dezembro de 2008. — A Directora, *Margarida Cabral*.

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 1240/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 08/10/2008:

Doutor João Álvares de Oliveira Bernardo, professor associado, concedida licença sabática pelo período de um ano com inicio em 1 de Fevereiro de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

Despacho (extracto) n.º 1241/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 23/01/2008:

Doutor José Filipe Moreira Rocha da Silva, professor auxiliar, concedida licença sabática pelo período de seis meses com inicio em Janeiro de 2008.

22 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

Despacho (extracto) n.º 1242/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 30/06/2008:

Doutora Esmeralda de Jesus Ratinho Lopes Arranhado Ramalho, professora auxiliar, interrompida a licença sabática publicada no DR II Serie n.º 108 de 5 de Junho de 2007, a partir de 14 de Agosto de 2008, por motivo de licença de maternidade, com reinício em 16 de Fevereiro de 2009 (semestre par do ano lectivo 2008/2009).

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

Despacho (extracto) n.º 1243/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 24 de Novembro de 2008:

Licenciada Lúcia Maria do Rio Nogueira Pinto Assistente, prorrogado o contrato até ao termo do ano escolar de 2007-2008 (31 de Agosto de 2009), com efeitos a 3 de Abril de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

Despacho (extracto) n.º 1244/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 4 de Agosto de 2008:

Foi admitida a Licenciada Petra Pizent, como leitora, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 3 de Setembro de 2008, considerando-se rescindido o contrato anterior a 2 de Setembro de 2008.

17 de Novembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

Despacho (extracto) n.º 1245/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 16 de Dezembro de 2008:

Doutor Fernando Manuel Salvado Capela e Silva, Professor Auxiliar, face à deliberação do conselho científico da Área Departamental de Ciências da Natureza e do Ambiente, na sessão de 11 de Dezembro de 2008 e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei 19/80, de 16 de Julho, é nomeado definitivamente na mesma categoria com efeitos a 12 de Dezembro de 2008.

Provimento definitivo do professor auxiliar da Universidade de Évora Fernando Manuel Salvado Capela e Silva

Relatório

Nos termos do n.º 2 do artigo 25 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, considerando o requerimento apresentado pelo candi-

dato com vista ao seu provimento definitivo, o conselho científico da Área Departamental das Ciências da Natureza e do Ambiente regista o seguinte:

1 — Foi submetido à apreciação do conselho científico da Área Departamental das Ciências da Natureza e do Ambiente o processo referente ao Provimento Definitivo como Professor Auxiliar requerido pelo Professor Doutor Fernando Manuel Salvado Capela e Silva.

2 — O relatório de Actividades apresentado pelo requerente, conforme o estabelecido no ECDU, obteve pareceres favoráveis dos Senhores Professores Catedráticos, Doutor José Antunes Afonso de Almeida, da Universidade de Évora e do Doutor José Joaquim de Almeida Grácio, da Universidade de Aveiro.

3 — Posto à votação do Conselho o provimento definitivo solicitado pelo requerente, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos membros votantes.

4 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta de 11 de Dezembro de 2008, deste conselho científico da AD/CNA.

12 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Científico da AD/CNA, *Carlos Alexandre.*

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1246/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 23/01/2008:

Doutor António Manuel de Oliveira Coelho Murilhas, professor auxiliar — revogada, de acordo com o despacho n.º 8/2008, de 23 de Janeiro de 2008, do Reitor da Universidade de Évora, a licença sabática publicada no *Diário da República,* II Serie, n.º 171, de 5 de Setembro de 2007, na página 25 748.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1247/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 12 de Dezembro de 2008:

Licenciado Fernando Paulo de Sousa e Sá Correia Marques assistente, prorrogado o contrato até ao termo do ano escolar 2008/2009 (31 de Agosto de 2009), com efeitos a 29 de Janeiro de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1248/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 26/02/2008:

Doutor Jost Heintsenberg, admitido como professor catedrático convidado, com contrato administrativo de provimento, a titulo gracioso, com efeitos a partir de 01/04/2008 pelo período de dois anos.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1249/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 9 de Dezembro de 2008:

Mestre Patrícia Andreia da Silva Filipe assistente, prorrogado o contrato por um biénio, com efeitos a 7 de Abril de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1250/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 15/10/2008:

Doutor Pedro Damião de Sousa Henriques — Professor Associado desta Universidade, concedida licença sabática, para o ano lectivo 2009/2010.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

Despacho (extracto) n.º 1251/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 16 de Dezembro de 2008:

Doutor José António Paulo Mirão, Professor Auxiliar, face à deliberação do conselho científico da Área Departamental de Ciências da Natureza e do Ambiente, na sessão de 11 de Dezembro de 2008 e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei 19/80, de 16 de Julho, é nomeado definitivamente na mesma categoria com efeitos a 12 de Dezembro de 2008.

Provimento definitivo do professor auxiliar da Universidade de Évora José António Paulo Mirão

Relatório

Nos termos do n.º 2 do artigo 25 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, considerando o requerimento apresentado pelo candidato com vista ao seu provimento definitivo, o conselho científico da Área Departamental das Ciências da Natureza e do Ambiente regista o seguinte:

1 — Foi submetido à apreciação do conselho científico da Área Departamental das Ciências da Natureza e do Ambiente o processo referente ao Provimento Definitivo como Professor Auxiliar requerido pelo Professor Doutor José António Paulo Mirão.

2 — O relatório de Actividades apresentado pelo requerente, conforme o estabelecido no ECDU, obteve pareceres favoráveis dos Senhores Professores Catedráticos, Doutora Ausenda de Cáceres Balbino, da Universidade de Évora e do Doutor Mário Rui Machado Leite, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

3 — Posto à votação do Conselho o provimento definitivo solicitado pelo requerente, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos membros votantes.

4 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta de 11 de Dezembro de 2008, deste conselho científico da AD/CNA.

12 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Científico da AD/CNA, *Carlos Alexandre*.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

Despacho (extracto) n.º 1252/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 16 de Dezembro de 2008:

Doutor Paulo de Jesus Infante dos Santos, Professor Auxiliar, face à deliberação do conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, na sessão de 26 de Novembro de 2008 e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei 19/80, de 16 de Julho, é nomeado definitivamente na mesma categoria com efeitos a 27 de Novembro de 2008.

Provimento definitivo do professor auxiliar da Universidade de Évora Doutor Paulo de Jesus Infante dos Santos

Relatório

Nos termos do n.º 2 do artigo 25 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o pedido apresentado pelo candidato, o conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, regista o seguinte:

1 — Reunido o conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, tendo em conta o Parecer n.º 3/96 da PGR publicada no DR 88 2.ª série de 03/04/2000, foi submetido à sua apreciação o processo referente ao Doutor Paulo de Jesus Infante dos Santos que requeria o seu provimento definitivo como Professor Auxiliar.

2 — O relatório de actividades apresentado pelo requerente, no respeito do que está estabelecido pelo ECDU, recebeu o parecer favorável dos Senhores Professores Carlos Alberto dos Santos Braumann da Universidade de Évora e Maria Ivette Leal de Carvalho Gomes Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

3 — Posto à votação do Conselho o provimento definitivo solicitado pela requerente, foi o mesmo aprovado.

4 — O Doutor Paulo de Jesus Infante dos Santos apresenta um curriculum que demonstra o seu valor como docente e como investigador. A actividade de investigação, que desenvolve integrado no Centro de Investigação em Matemática e Aplicações da Universidade de Évora (CIMA-UE), deu origem a mais de uma dezena de comunicações em congressos nacionais, meia dezena em congressos internacionais, seminários, publicações de dois artigos em revista internacional, outros dois em revista nacional e sete artigos em actas e conferências nacionais. A publicação internacional é modesta, e deve ser intensificada, mas apraz-nos registar o facto de ter cuidado da publicação em revistas e actas de congressos nacionais, contribuindo assim de uma forma mais directa para a formação de uma cultura cientifica nacional. Consistiu essencialmente na regência de cinco disciplinas de variados cursos de licenciatura (in-

cluindo disciplinas com muitos alunos e mais de um docente) e oito de mestrado e programas de doutoramento, quer em áreas de Matemática quer em variadas outras áreas. Algumas dessas disciplinas foram por si inauguradas na Universidade de Évora.

5 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta da sessão do conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas de 07 de Junho do ano em curso.

26 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Exactas, *Rui Manuel Vassalo Namorado Rosa*.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1253/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 12/11/2008:

Doutor Luís Manuel Pais da Silva Dias — Professor Associado desta Universidade, concedida licença sabática, para o semestre impar do ano lectivo 2009/2010.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1254/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 24/07/2007:

Doutora Vicenta Maria Elisa Buforn Peiró, admitida como professora catedrática convidada, com contrato administrativo de provimento, a título gracioso, com efeitos a partir de 01/10/2008, pelo período de cinco anos.

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 12/10/2007:

Doutor Adrian Bejan, admitido como professor catedrático convidado, com contrato administrativo de provimento, a título gracioso, com efeitos a partir de 01/10/2008, pelo período de cinco anos.

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 30/06/2008:

Doutor João Alexandre Medina Corte-Real, admitido como professor catedrático convidado, com contrato administrativo de provimento, a título gracioso, com efeitos a partir de 15/09/2008 pelo ano lectivo 2008/2009.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1255/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 12 de Dezembro de 2008:

Doutora Maria João Pires de Bastos Cabrita, Professora Auxiliar, face à deliberação do conselho científico da Área Departamental de Ciências Agrárias, na sessão de 19 de Novembro de 2008 e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei 19/80, de 16 de Julho, é nomeada definitivamente na mesma categoria com efeitos a 20 de Novembro de 2008.

Provimento definitivo da professora auxiliar da universidade de Évora doutora Maria João Bastos Cabrita

Relatório

Nos termos do n.º 2 do artigo 25 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o relatório apresentado nesse sentido pela candidata, o conselho científico da Área Departamental de Ciências Agrárias da Universidade de Évora regista o seguinte:

1 — Reunido o CC-ADCA, foi submetido à apreciação deste o processo referente à Doutora Maria João Bastos Cabrita, que requeria o seu provimento definitivo, na categoria de Professora Auxiliar.

2 — Os pareceres das Senhoras Professoras Catedráticas Arlete Mendes Faia (UTAD) e Maria Luísa Beirão da Costa (ISA/UTL), são ambos positivos, quer do ponto de vista pedagógico quer do ponto de vista da produção científica.

3 — Após troca de impressões, seguiu-se a votação do provimento definitivo na categoria, solicitado pela requerente, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

4 — Todos os elementos referidos neste relatório, constam da acta da sessão do Conselho do dia 19 de Novembro de 2008

20 de Novembro de 2008. — A Presidente do CC-ADCA, *Maria Ivone Esteves da Clara.*

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

Despacho (extracto) n.º 1256/2009

Por despacho do reitor da universidade de Évora de 16 de Dezembro de 2008:

Doutor José Fernando Borges, professor auxiliar, face à deliberação do conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, na sessão de 26 de Novembro de 2008 e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei 19/80, de 16 de Julho, é nomeado definitivamente na mesma categoria com efeitos a 27 de Novembro de 2008.

Provimento definitivo do professor auxiliar da Universidade de Évora doutor José Fernando Borges

Relatório

Nos termos do n.º 2 do artigo 25 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o pedido apresentado pelo candidato, o conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, regista o seguinte:

1 — Reunido o conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, tendo em conta o Parecer n.º 3/96 da PGR publicada no Diário da República, n.º 88, 2.ª série de 3 de Abril de 2000, foi submetido à sua apreciação o processo referente ao doutor José Fernando Borges que requeria o seu provimento definitivo como professor auxiliar.

2 — O relatório de actividades apresentado pelo requerente, no respeito do que está estabelecido pelo ECDU, recebeu o parecer favorável dos Senhores Professores Carlos Alberto Ferreira de Sousa Oliveira do Instituto Superior Técnico e Isabel Luísa Soares de Albergaria Ambar Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

3 — Posto à votação do Conselho o provimento definitivo solicitado pela requerente, foi o mesmo aprovado.

4 — O Doutor José Fernando Borges tem desenvolvido a sua actividade de docência no Departamento de Física da Universidade de Évora e a sua actividade de investigação no Centro de Geofísica de Évora da Universidade de Évora na Área da Geofísica Interna. A actividade de investigação é muito activa com a publicação de alguns artigos em revistas internacionais de arquivo ou capítulos de livros, bem como de participação em muitas conferências com apresentação de comunicações. Apresenta também grande envolvimento em actividades de gestão universitária, sendo de salientar a participação em diversos projectos de investigação, com a colaboração de organismos e entidades estrangeiras do maior relevo científico. Da investigação desenvolvida, resultaram três artigos publicados em revistas indexadas, três capítulos de livros, nove publicações em actas de conferência e diversas comunicações a conferências nacionais e internacionais. Actualmente, é co-autor de um artigo científico já submetidos outros em preparação.

5 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta da sessão do conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas de 26 de Novembro do ano em curso.

26 de Novembro de 2008. — O Presidente do conselho científico, *Rui Manuel Vassalo Namorado Rosa.*

23 de Dezembro de 2008. – Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1257/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 16 de Dezembro de 2008:

Doutor Alfred Stadler, Professor Auxiliar, face à deliberação do conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, na sessão de 26 de Novembro de 2008 e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei 19/80, de 16 de Julho, é nomeado definitivamente na mesma categoria com efeitos a 27 de Novembro de 2008.

Provimento definitivo do professor auxiliar da universidade de Évora doutor Alfred Stadler

Relatório

Nos termos do n.º 2 do artigo 25 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, tendo em conta o pedido apresentado pelo candidato, o conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, regista o seguinte:

1 — Reunido o conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas, tendo em conta o Parecer n.º 3/96 da PGR publicada no DR 88 2.ª série de 03/04/2000, foi submetido à sua apreciação o processo referente ao Doutor Alfred Stadler que requeria o seu provimento definitivo como Professor Auxiliar.

2 — O relatório de actividades apresentado pelo requerente, no respeito do que está estabelecido pelo ECDU, recebeu o parecer favorável dos Senhores Professores José Manuel Pereira Carmelo da Escola de Ciências da Universidade do Minho e Eduardo Jorge Seabra Lage Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

3 — Posto à votação do Conselho o provimento definitivo solicitado pela requerente, foi o mesmo aprovado.

4 — O Doutor Alfred Stadler tem estado envolvido em investigação competitiva de nível internacional, que incide em aspectos da física de poucos corpos, no contexto da fisiva nuclear No que respeita à componente de investigação, é membro do Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa. Mantém importantes e intensas colaborações científicas com grupos competitivos internacionais, nomeadamente com o Jefferson Lab em Newport News, Vírginia, EUA e o Instituto de Física Nuclear de Praga, Republica Checa. Tem publicado os resultados da sua investigação em revistas científicas de bom nível internacional.

5 — Todos os elementos referidos neste relatório constam da acta da sessão do conselho científico da Área Departamental de Ciências Exactas de 26 de Novembro do ano em curso.

26 de Novembro de 2008. — O Presidente do conselho científico, *Rui Manuel Vassalo Namorado Rosa.*

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1258/2009

Por despachos do Reitor da Universidade de Évora de 27 de Outubro de 2008:

Foi admitido o Licenciado Filipe Malheiro Fontes Pereira de Melo, como assistente convidado a 40%, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

Foi admitida a Licenciada Joana Guerreiro Borges Machado, como assistente convidada a 30%, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

Foi admitido o Licenciado Johannes Lothar Friedrich Krieger, como assistente convidado a 30%, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

Foi admitido o Licenciado José Manuel Amaro de Menezes, como assistente convidado a 50%, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

Foi admitido Mário Manuel Barrela da Silva Delgado, como assistente convidado a 50%, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

Foi admitido o Licenciado Nuno Manuel Ribeiro Pimentel Fernandes, como assistente convidado a 40%, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

Foi admitido o Licenciado Paul Wakabayashi, como assistente convidado a 50%, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

Foi admitida a Licenciada Susana Vilela Cristina, como assistente convidada a 60%, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, para o período de 15 de Setembro de 2008 a 7 de Fevereiro de 2009.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1259/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 1 de Fevereiro de 2008:

Foi admitida a Mestre Maria Ana da Fonseca Ataíde Castel-Branco Tamen, como professora auxiliar convidada, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, válido de 19 de Fevereiro de 2008 pelo período de um ano até 18 de Fevereiro de 2009, considerando-se rescindido o contrato anterior a 18 de Fevereiro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1260/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 23 de Setembro de 2008:

Foi admitida Maria do Céu Guerra de Oliveira e Silva, como professora auxiliar convidada, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, válido de 15 de Setembro de 2008 pelo período de um ano até 14 de Setembro de 2009, considerando-se rescindido o contrato anterior a 14 de Setembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1261/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 9 de Dezembro de 2008:

Foi admitida a Doutora Marta Sequeira Carneiro, como professora auxiliar convidada, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, válido de 15 de Setembro de 2008 pelo período de um ano até 14 de Setembro de 2009.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1262/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora, de 12 de Dezembro de 2008:

Foi admitido o Licenciado Etienne Marie Joseph Lamaison como professor auxiliar convidada, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, válido de 17 de Setembro de 2008 pelo período de um ano até 16 de Setembro de 2009, considerando-se rescindido o contrato anterior a 16 de Setembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1263/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 19 de Setembro de 2008:

Doutor Miguel Rocha de Sousa — assistente, admitido como professor auxiliar, através de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, pelo período de cinco anos, com efeitos a 19 de Julho de 2008, rescindido o contrato anterior a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1264/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 28 de Outubro de 2008:

Foi admitido o Licenciado Jarrett Mark Butler, como assistente convidado a 40 %, por conveniência urgente de serviço, através de contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, com efeitos a 15 de Setembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador da Universidade de Évora, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Despacho (extracto) n.º 1265/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Évora de 17 de Novembro de 2008:

Doutor António Álvaro Borges Abel — assistente, admitido como professor auxiliar, através de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, pelo período de cinco anos, com efeitos a 4 de Outubro de 2008, rescindido o contrato anterior a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Declaração de rectificação n.º 82/2009

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 31515/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 238, de 10 de Dezembro de 2008, na página 49579, rectifica-se que onde se lê «Foi celebrado contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com, precedendo», deve ler-se «Foi celebrado contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com Maria Dulce Alfaite Caldeira, precedendo».

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Declaração de rectificação n.º 83/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 31318/2008, inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 236 de

5 de Dezembro de 2008, rectifica-se que onde se lê «Mestre Maria Helena Vieira Monteiro» deve ler-se «Mestre Maria Helena Godinho Vieira Monteiro».

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

Declaração de rectificação n.º 84/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 32567/2008, inserto no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 246 de 22 de Dezembro de 2008, rectifica-se o despacho referente ao Licenciado Claus Nymark, onde se lê "com efeitos a 15 de Setembro de 2008, considerando-se rescindido o contrato anterior a 14 de Setembro de 2008" deve ler-se "com efeitos a 15 de Setembro de 2008".

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Rui Manuel Gonçalves Pingo.*

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Aviso n.º 1183/2009

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma politica de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação e, nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei 51/2005, 30 de Agosto, no âmbito do Oficio Circular n.º 12/GDG/2008, da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Publico, de 10 de Novembro de 2008, torna-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis após a publicação do presente aviso, devidamente autorizado por despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, de 15 de Dezembro de 2008, se encontra aberto procedimento concursal tendo em vista o provimento, em comissão de serviço do cargo de direcção intermédia de 2.º Grau — Chefe da Divisão de Obras e Manutenção, desta Reitoria.

Área de actuação do cargo a prover:

Compete ao Chefe da Divisão de Obras e Manutenção, para além das funções para o cargo constantes do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei 51/2005, 30 de Agosto, as que se inserem no âmbito das atribuições do cargo a prover, previstas no Despacho n.º 20 653/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 173, 7 de Setembro, Estrutura Orgânica da Reitoria da Universidade de Lisboa.

São requisitos de admissão, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei 51/2005, 30 de Agosto:

Competência e aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, capacidade de liderança, espírito de iniciativa, capacidade de planeamento e organização.

Posse de pelo menos 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício seja exigível uma licenciatura.

Licenciatura em Engenharia Civil.

O perfil pretendido:

Conhecimentos e experiência comprovados de acordo com a área de actuação anteriormente referida:

a) Desenvolvimento de as acções relativas ao plano da Cidade Universitária, a integrar no Plano Director Municipal de Lisboa;

b) Dar pareceres sobre os acordos a celebrar com outras entidades que possam ter intervenção sobre o território da Cidade Universitária;

c) Acompanhamento, coordenação e fiscalização o desenvolvimento das obras das instalações afectas à Universidade;

d) Assegurar o planeamento de novas intervenções nos edifícios e nos espaços da Universidade;

e) Desenvolver as acções necessárias ao lançamento e à execução de estudos, projectos e obras;

f) Preparar, em articulação com a Divisão de Planeamento e Gestão e a Divisão de Recursos Financeiros, os elementos para a orçamentação de projectos de obras e de manutenção;

g) Promover o levantamento de todas as instalações universitárias, mantendo-o sempre actualizado;

h) Propor as medidas necessárias para garantir a operacionalidade e a segurança das instalações e do seu equipamento, bem como dos espaços envolventes da Reitoria;

i) Promover e coordenar a realização do inventário dos bens imóveis da Universidade, mantendo actualizado o respectivo cadastro, em articulação com a Divisão de Recursos Financeiros;

j) Assegurar a coordenação global das actividades associadas à manutenção de equipamentos e instalações, com vista à racionalização dos recursos envolvidos;

k) Apreciar e dar parecer sobre projectos de execução relativos a obras de raiz e outras intervenções no Campus;

l) Apreciar e dar parecer sobre propostas de venda, alienação, compra ou aluguer de instalações.

O método de selecção a utilizar é:

O da avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

A selecção é feita por escolha nos termos do n.º 5 do artigo 21 da Lei 2/2004 de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei 51/2005, de 30 de Agosto, e recairá no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas com discussão curricular (com análise da síntese de visão de intervenção) e entrevista profissional de selecção, melhor corresponda ao perfil desejado para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

Nos termos do n.º 6 do artigo 21.º da Lei n. 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri pode considerar que nenhum dos candidatos reúne condições para ser nomeado.

Formalização e prazo de entrega das candidaturas:

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Júri, podendo ser entregues pessoalmente na Reitoria da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa, ou remetido pelo correio através de carta registada com aviso de recepção no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do aviso da Bolsa de Emprego Pública.

O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação, implicando a sua ausência a exclusão do presente procedimento concursal:

Curriculum Vitae detalhado, devidamente datado e assinado, indicando nomeadamente a experiência profissional, funções, actividades e responsabilidades exercidas e o tempo correspondente;

Síntese da visão de intervenção na unidade orgânica para a qual se candidata (máximo de seis páginas);

Certificado de habilitações literárias;

Certificado de formação profissional;

Outros documentos que comprovem as declarações prestadas pelo candidato;

Declaração comprovativa de vínculo à administração, com menção da categoria detida e com contagem de tempo de serviço na categoria, carreira e função pública reportada ao dia seguinte ao da publicitação do aviso na Bolsa de Emprego Público.

Júri do Procedimento concursal:

Presidente — Mestre Maria Luísa Machado Cerdeira, Administradora da Reitoria da Universidade de Lisboa

1.º Vogal — Dr. Mário de Deus, Director de Serviços Técnicos da Reitoria da Universidade de Lisboa

2.º Vogal — Dra. Ana Paula Carreira, Secretária da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

Vogal Suplente — Dr. David Xavier, Secretário da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa.*

Despacho (extracto) n.º 1266/2009

Por Despacho do Senhor Reitor de 23 de Dezembro de 2008, proferido no uso de competência própria, foi autorizada a realização de Contrato Individual de Trabalho por tempo indeterminado com Cátia Cristina Marques Miguel e Carla Filipa Vicente Jorge, precedendo concurso, ambos com início no dia 23 de Dezembro de 2008, para exercer funções de Técnico Superior, na Reitoria da Universidade de Lisboa, ao abrigo do disposto Regulamento Interno do Contrato Individual de Trabalho da Universidade de Lisboa.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*.

Despacho n.º 1267/2009

Por despacho do Senhor Reitor de 23 de Dezembro de 2008, proferido no uso de competência própria: Maria José Aguilar Cardoso Clarinha, Técnica Superior Principal (área de Âmbito Geral) — nomeada definitivamente — precedendo concurso, Técnica Superior Assessor (área de Âmbito Geral), do quadro de pessoal não docente da Reitoria da Universidade de Lisboa, com efeitos à data da homologação. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*.

Despacho (extracto) n.º 1268/2009

Por Despacho do Senhor Reitor de 23 de Dezembro de 2008, proferido no uso de competência própria, foi autorizada a realização de Contrato Individual de Trabalho por tempo indeterminado com Pedro Filipe Marujo do Canto, precedendo concurso, com início no dia 23 de Dezembro de 2008, para exercer funções de Técnico Superior, na Reitoria da Universidade de Lisboa, ao abrigo do disposto Regulamento Interno do Contrato Individual de Trabalho da Universidade de Lisboa.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira.*

Despacho (extracto) n.º 1269/2009

Por Despacho do Senhor Reitor de 23 de Dezembro de 2008, proferido no uso de competência própria, foi autorizada a realização de Contrato Individual de Trabalho por tempo indeterminado com Maria Isabel Araújo Lopes Almeida Fornelos, precedendo concurso, com início no dia 23 de Dezembro de 2008, para exercer funções de Técnico Administrativo, na Reitoria da Universidade de Lisboa, ao abrigo do disposto Regulamento Interno do Contrato Individual de Trabalho da Universidade de Lisboa.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira.*

Despacho (extracto) n.º 1270/2009

Por despacho do Senhor Reitor de 23 de Dezembro de 2008, proferido no uso de competência própria: Maria Leonor Marques Lopes Fernandes Dias, Técnica Profissional de 2.ª classe — nomeada definitivamente — precedendo concurso, Técnica Profissional de 1.ª classe, do quadro de pessoal não docente da Reitoria da Universidade de Lisboa, com efeitos à data da homologação.
(Isento de fiscalização do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*.

Despacho (extracto) n.º 1271/2009

Por Despacho do Senhor Reitor de 30 de Dezembro de 2008, proferido no uso de competência própria, foi autorizada a realização de Contrato Individual de Trabalho por tempo indeterminado com Rui Miguel Grilo Teigão, precedendo concurso, com início no dia 30 de Dezembro de 2008, para exercer funções de Técnico Superior, na Reitoria da Universidade de Lisboa, ao abrigo do disposto Regulamento Interno do Contrato Individual de Trabalho da Universidade de Lisboa.

30 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira.*

Faculdade de Ciências

Despacho (extracto) n.º 1272/2009

Por despacho do reitor da Universidade de Lisboa, de 23 de Junho de 2008:

Ao abrigo do disposto no Regulamento Interno da Universidade de Lisboa aplicável aos contratos individuais de trabalho, aprovado por deliberação da comissão coordenadora do Senado em 15 de Dezembro de 2006, Deliberação n.º 361/2007, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 28 de Fevereiro de 2007, com as alterações introduzidas pela deliberação n.º 1298/2007, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 127, de 4 de Julho de 2007, foi celebrado, na sequência de processo concursal, contrato individual de trabalho por tempo indeterminado entre a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Cláudio Manuel Ribeiro Pina Fernandes, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior, na área de Psicologia Clínica, do grau 3, nível 1, índice 86, com início de funções a 1 de Dezembro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel Guimarães.*

Despacho (extracto) n.º 1273/2009

Por despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, de 22/12/2008:

Nomeadas definitivamente, na sequência de reclassificação profissional, as Auxiliares Administrativas Ana Cristina Mesquita Queirós, Fernanda Maria Mendes Lopes Ferreira e Maria Júlia da Silva Marques Barata Duarte para a categoria de Auxiliares Técnicos, escalão1, índice 199, e Filomena Maria Dias Marçal Ramos, Sandra Cristina do Espírito Santo Correia Marques e Tânia Ribeiro Pinto da Cruz Lampreia Correia para a categoria de Assistentes Administrativos, escalão 1, índice 199, nos termos do disposto na alínea *e*) do artigo 4, n.º 2 do artigo 7 do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data do despacho de autorização, a 22/12/2008.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno Manuel Guimarães.*

Faculdade de Direito

Despacho (extracto) n.º 1274/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 20 de Novembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Renovado o contrato de prestação eventual de serviço entre esta Faculdade e o licenciado Ricardo João Andrade Amaro, por conveniência urgente de serviço, para exercer funções de monitor, por um ano, com efeitos a 02 de Novembro de 2008.
(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

16 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente*.

Despacho (extracto) n.º 1275/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 148, de 2 de Agosto de 2006:

Maria João Lopes de Almeida Silva Antunes, técnica profissional de 2.ª classe (BD) — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional de 1.ª classe (BD) do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1276/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Natividade de Fátima Fernandes, tesoureira nomeada definitivamente precedendo concurso, chefe de secção — área de Economato e Inventário do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1277/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:
João Pedro Correia Peso Vaz Valente, técnico profissional de 1.ª classe (BD) nomeado definitivamente precedendo concurso, técnico profissional principal (BD) do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data.
(Isento de fiscalização prévia do T.C.).

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1278/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Raquel Gomes Delgado, técnica profissional de 1.ª classe (BD) nomeada definitivamente precedendo concurso, técnica profissional principal (BD) do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação

de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do T. C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1279/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Isabel Margarida Faria Camacho Silva Castro, assistente administrativa principal nomeada definitivamente precedendo concurso, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do T. C.).

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1280/2009

Por despacho do presidente do conselho directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do reitor, conforme publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 148, de 2 de Agosto de 2006:

Dália Cristina de Barros Marinho, assistente administrativa especialista nomeada definitivamente precedendo concurso, chefe de secção — área Pedagógica e de Pós-Licenciatura, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1281/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República,* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Isaura Pereira Frade de Almeida Figueiredo, assistente administrativa especialista nomeada definitivamente precedendo concurso, chefe de secção — área de Pessoal do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes-Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1282/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Henrique Manuel Jerónimo Cunha, assistente administrativo especialista nomeado definitivamente precedendo concurso, chefe de secção — área de Expediente Geral do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes-Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1283/2009

Por despacho do presidente do conselho directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do reitor, conforme publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 148, de 2 de Agosto de 2006:

Alice de Nossa Senhora Martins Fernandes, assistente administrativa especialista nomeada definitivamente precedendo concurso, chefe de secção — área de contabilidade orçamento e conta, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1284/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Licenciada Maria José Venâncio Cardoso e Silva Abreu, técnica superior de 1.ª classe — área Pedagógica e de Pós-Licenciatura nomeada definitivamente precedendo concurso, técnica superior principal da mesma área, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes-Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1285/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Joaquim Morais Ramos Serrano, técnico de informática Grau 2 Nível I nomeado definitivamente precedendo concurso, técnico de informática Grau 2 Nível II do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente*.

Despacho (extracto) n.º 1286/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Pedro Miguel Simões Teixeira, técnico de informática de grau 1, nível I, nomeado definitivamente precedendo concurso, técnico de informática de grau 1, nível II, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1287/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Sandra Cristina Almeida Umbelino Rodrigues Ferreira, assistente administrativa principal nomeada definitivamente precedendo concurso, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Despacho (extracto) n.º 1288/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Licenciado Rui Manuel Godinho Pina, especialista de informática Grau 1 Nível II nomeado definitivamente precedendo concurso, especialista de informática Grau 1 Nível III do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente*.

Despacho (extracto) n.º 1289/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 22 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme publicação no *Diário da República* 2.ª Série n.º 148, de 02 de Agosto de 2006:

Carlos Alberto Serrano Rolo, assistente administrativo principal nomeado definitivamente precedendo concurso, assistente administrativo

especialista do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação de nomeação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Waldyr Menezes Barbosa Vicente.*

Faculdade de Farmácia

Despacho (extracto) n.º 1290/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, de 19 de Dezembro de 2008, proferido por delegação de competências do Reitor da Universidade de Lisboa publicado no *Diário da República,* n.º 148, 2.ª Série, de 2 de Agosto de 2006, despacho n.º 16071/2006 e ao abrigo do disposto no Regulamento Interno da Universidade de Lisboa aplicável aos Contratos Individuais de Trabalho, aprovado pela deliberação n.º 361/2007 de 28 de Fevereiro, publicada no *Diário da República* n.º 42, 2.ª Série, foi celebrado, na sequência de processo concursal, contrato individual de trabalho por tempo indeterminado entre a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e Pedro Augusto Viana Ramos, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico, grau 3, nível 2 com efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2008.

A presente contratação foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de Mobilidade Especial (SME), nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através da oferta pública sigaME n.º P20085329, tendo ficado deserta por falta de opositores/candidatos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita.*

Faculdade de Medicina

Despacho (extracto) n.º 1291/2009

Por despacho do Director da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa de 18 de Dezembro de 2008, por delegação do Reitor:

Sónia Godinho Barroso — nomeação definitiva, precedido de concurso, Técnico Superior de 1.ª Classe da Carreira Técnica Superior da Faculdade de Medicina de Lisboa com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior.

Por despacho do Director da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa de 19 de Dezembro de 2008, por delegação do Reitor:

Cristina Maria Silva Amador Lopes — nomeação definitiva, precedido de concurso, Técnico Superior de 1.ª Classe da Carreira Técnica Superior da Faculdade de Medicina de Lisboa com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior.

Carla Sofia Januário Lopes Catalão — nomeação definitiva, precedido de concurso, Técnico Superior de 1.ª Classe da Carreira Técnica Superior da Faculdade de Medicina de Lisboa com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior.

Ricardo Gil Lopes da Cunha — nomeação definitiva, precedido de concurso, Técnico Superior de 1.ª Classe da Carreira Técnica Superior da Faculdade de Medicina de Lisboa com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerado do lugar anterior.

(Não carece de verificação prévia do T. C.)

22 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *David Xavier.*

Despacho (extracto) n.º 1292/2009

Por despacho do Director da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa de 19 de Dezembro de 2008, por delegação do Reitor:

Rui Manuel Vieira da Fonseca — nomeado, por dois anos, Coordenador na Área de Desenvolvimento, nos termos do Estatuto da Carreira do Pessoal de Informática — art. 14.º do Dec-Lei n.º 97/2001 de 26 de Março, com efeitos reportados a 15 de Dezembro de 2008.

(Não carece de verificação prévia do T.C.)

22 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *David Xavier.*

Despacho (extracto) n.º 1293/2009

Por despacho do Director da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa de 10 de Dezembro de 2008, por delegação do Reitor:

Lucília das Dores Antunes Gonçalves Mateus — nomeação definitiva, precedido de concurso, Coordenador da Carreira de Técnico Profissional, Área de Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior. (Não carece de verificação prévia do T.C.)

22 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *David Xavier.*

Faculdade de Medicina Dentária

Despacho (extracto) n.º 1294/2009

Por despacho do Director desta Faculdade, de 23 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme despacho n.º 16 071/2006, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 148, de 2 de Agosto de 2006, foi nomeada definitivamente Ana Margarida Mourão da Silva, como Assistente Administrativa Principal, do quadro desta Faculdade, precedendo concurso, nos termos da Lei n.º 62/2007, de 10/9; DecretoLei n.º 404-A/98, de 18/12, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11/6 e DecretoLei n.º 427/89, de 7/12, com efeitos à data do despacho autorizador do Director., considerando-se exonerada do lugar anterior. (Não carece de visto prévio do T.C.)

26 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Dário Teixeira Vilela*.

Despacho (extracto) n.º 1295/2009

Por despacho do Director desta Faculdade, de 23 de Dezembro de 2008, proferido por delegação do Reitor, conforme despacho n.º 16 071/2006, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 148, de 2 de Agosto de 2006, foi nomeada definitivamente Helena Maria Leiria de Matos, como Assistente Administrativa Principal, do quadro desta Faculdade, precedendo concurso, nos termos da Lei n.º 62/2007, de 10/9; DecretoLei n.º 404-A/98, de 18/12, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11/6 e DecretoLei n.º 427/89, de 7/12, com efeitos à data do despacho autorizador do Director., considerando-se exonerada do lugar anterior. (Não carece de visto prévio do T.C.)

26 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Dário Teixeira Vilela*.

Despacho (extracto) n.º 1296/2009

Por despacho do Senhor Reitor, de 22 de Dezembro de 2008, foi autorizado o contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, a Cristina Pereira Monteiro, como Técnica Superior Grau 1, Nível 1, da estrutura do quadro desta Faculdade, precedendo concurso, nos termos da Lei n.º 62/2007, de 10/09 e Regulamento Interno da Universidade de Lisboa, aplicável aos Contratos Individuais de Trabalho, com início em 29/12/2008. (Não carece de visto prévio do T. C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Dário Teixeira Vilela.*

Despacho (extracto) n.º 1297/2009

Por despacho do Reitor, de 22 de Dezembro de 2008, foi autorizado o contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, a Ana Paula Almeida Pinheiro Ferreira, como auxiliar, grau 2, nível 2, da estrutura do quadro desta Faculdade, precedendo concurso, nos termos da Lei n.º 62/2007, de 10/09 e Regulamento Interno da Universidade de Lisboa, aplicável aos Contratos Individuais de Trabalho, com início a 29 de Dezembro de 2008. (Não carece de visto prévio do T.C.)

30 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Dário Teixeira Vilela.*

Declaração de rectificação n.º 85/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 32571/2008 publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 246 de 22/12/2008, a p. 50917, col. 2, rectifica-se que onde se lê «28 de Dezembro de 2008» deve-se ler «28 de Novembro de 2008».

26 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Dário Teixeira Vilela.*

Declaração de rectificação n.º 86/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 32572/2008 publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 246 de 22/12/2008, a p. 50917, col. 2, rectifica-se que onde se lê «28 de Dezembro de 2008» deve-se ler «28 de Novembro de 2008».

26 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Dário Teixeira Vilela.*

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Despacho (extracto) n.º 1298/2009

Por despacho de 30 de Dezembro de 2008 do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da

Universidade de Lisboa, proferido por delegação de competências, foi a Licenciada Elza Maria Rocha Vilarinho, Estagiária da carreira Técnica Superior da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, nomeada definitivamente Técnica Superior de 2ª classe da carreira Técnica Superior da mesma Faculdade, considerando-se exonerada do lugar anterior, com efeitos à data do termo de aceitação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

30 de Dezembro de 2008. — A Secretária, *Carminda Pequito Cardoso.*

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Aviso (extracto) n.º 1184/2009

Ao abrigo do disposto no Regulamento Interno da Universidade da Madeira aplicável aos contratos individuais de trabalho, aprovado por Despacho Reitoral n.º 45-A/R/2006 de 11 de Maio, foi celebrado, na sequência de procedimento concursal, Contrato por Tempo Indeterminado entre a Universidade da Madeira e Susana Maria Fonseca Sequeira, para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico, da carreira Técnico, na área de Secretariado e Assessoria de Direcção, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas)

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves.*

Aviso (extracto) n.º 1185/2009

Ao abrigo do disposto no Regulamento Interno da Universidade da Madeira aplicável aos contratos individuais de trabalho, aprovado por Despacho Reitoral n.º 45-A/R/2006, de 11 de Maio, foi celebrado, na sequência de procedimento concursal, Contrato por Tempo Indeterminado entre a Universidade da Madeira e Elvira Maria Gonçalves Sousa Freitas, para o exercício de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, da carreira Técnico Superior, na área de Gestão, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas)

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves.*

Aviso (extracto) n.º 1186/2009

Por despacho n.º 202/R/2008, do Reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, datado de 29 de Dezembro e nos termos do artigo 27.º do Despacho Normativo n.º 53/2008, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 202/2008, de 17 de Outubro:

Elis Susana da Silva Fernandes Ferraz — reclassificada na categoria de Técnico Superior de 2.ª classe nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19/11. Por ter sido dispensado do exercício das funções correspondentes à nova categoria, nos termos do n.º 2 do Técnico Superior de 2.ª classe do quadro de pessoal Não Docente da Universidade da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/93/M, de 25/06.

Esta nomeação produz efeitos à data do despacho, atendendo ao disposto na alínea *a*) do artigo 128.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31/01

Este provimento tem cabimento orçamental no Capítulo 04, Divisão 09, Subdivisão 01, Classificação Económica 01.01.03.

(Nos termos do disposto no artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26/08, não carece de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves.*

Aviso (extracto) n.º 1187/2009

Ao abrigo do disposto no Regulamento Interno da Universidade da Madeira aplicável aos contratos individuais de trabalho, aprovado por despacho reitoral n.º 45-A/R/2006, de 11 de Maio, foi celebrado, na sequência de procedimento concursal, contrato por tempo indeterminado entre a Universidade da Madeira e Teresa Maria Moura Portugal Norton Dias, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior, da carreira técnico superior, na área de História da Arte, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2008. (Isento de fiscalização prévia Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves.*

UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extracto) n.º 1299/2009

Por despacho 15.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor João Manuel Luís Lopes Maia, professor associado — no período de 10 a 13.09.2008.

Doutora Ana Maria Tomás de Almeida, professora associada — pelo período de 15 dias, com início em 04.10.2008.

Licenciado Nuno Miguel Faria Araújo, assistente — pelo período de 200 dias, com início em 30.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1300/2009

Por despacho 25.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Luís Augusto de Miranda Correia, professor catedrático — no período de 28.09 a 03.10.2008.

Doutor José Bernardo Rodrigues Brilha, professor associado — no período de 15 a 22.10.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1301/2009

Doutor Nélson Manuel Viana da Silva Lima, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no período de 27.09 a 04.10.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1302/2009

Por despacho de 23.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Luís Augusto Sousa Marques da Rocha, professor associado — concedida a equiparação a bolseiro no período de 05 a 08.10.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1303/2009

Por despacho de 27.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor João Alexandre Baptista Vieira Saraiva, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 28.09 a 05.10.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1304/2009

Por despacho 30.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, professor catedrático — no período de 15 a 19.10.2008.

Doutor João Manuel Luís Lopes Maia, professor associado — no período de 01 a 05.10.2008.

Doutora Maria Manuela Mestre Marques Palmeirim, professora auxiliar — pelo período de 212 dias, com início em 01.11.2008.

Licenciado António Filipe Teixeira Macedo, assistente — pelo período de 335 dias, com início em 01.10.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1305/2009

Por despacho 17.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Goran Putnik, professor associado com agregação — no período de 23 a 28.09.2008.

Doutor Rui Luís Gonçalves Reis, professor associado com agregação — no período de 21 a 26.09.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1306/2009

Por despacho de 30.06.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Licenciada Susana Maria Fialho Nunes, assistente convidada — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 90 dias, com início em 01.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1307/2009

Por despacho de 26.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutora Bárbara Fernandes Carvalho Figueiredo, professora associada — concedida a equiparação a bolseiro no período de 24 a 27.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1308/2009

Por despacho 16.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:
Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor João Manuel Formosinho Sanches Simões, professor catedrático — pelo período de 13 dias, com início em 13.09.2008.
Doutora Júlia de Fátima Domingues Basto Oliveira, professora associada — pelo período de 13 dias, com início em 11.09.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1309/2009

Por despacho 15.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Luís Augusto de Miranda Correia, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 28 dias, com início em 22.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1310/2009

Por despacho 01.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:
Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado com agregação — no período de 02 a 05.09.2008.
Doutor Pedro Miguel Ferreira Martins Arezes, professor associado — no período de 04 a 11.09.2008.
Doutor Luís Paulo Peixoto dos Santos, professor auxiliar — pelo período de 06 a 12.09.2008.
Doutor Rui António Rodrigues Ramos, professor auxiliar — no período de 12 dias, com início em 30.09.2008.
Doutora Maria Conceição Jesus Rego Paiva, professora auxiliar — no período de 02 a 05.09.2008.
Doutora José Mendes Machado, professora auxiliar — no período de 24 a 29.09.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1311/2009

Por despacho 09.09.08 do reitor da Universidade do Minho:
Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado com agregação — no período de 10 a 15.09.2008.
Doutor Pedro Manuel Baptista Palhares, professor auxiliar — no período de 10 a 12.09.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1312/2009

Por despacho 10.09.08 do reitor, da Universidade do Minho:
Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Zhang Yulin, professora auxiliar — pelo período de 243 dias, com início em 01.10.2008.

Doutor Salvatore Cosentino, professor auxiliar — pelo período de 365 dias, com início em 01.10.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1313/2009

Por despacho de 09.06.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutora Beatriz Rodrigues Araújo, professora coordenadora — concedida a equiparação a bolseiro no período de 05 a 13.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1314/2009

Por despacho de 26.11.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutora Paula Alexandra Correia Veloso da Veiga Benesch, professora auxiliar — anulada a dispensa de serviço docente (Sabática) publicada no D.R. 165 2.ª2.ª série, de 25.08.2008 pelo período de seis meses, com início em 01.04.2009

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1315/2009

Por despacho 23.07.08 do Reitor, da Universidade do Minho, concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Lúcia Maria Portela Lima Rodrigues, professora associada com agregação — pelo período de 10 dias, com início em 05.08.2008.
Doutora Maria do Céu Pinho Ferreira Pinto, professora auxiliar com agregação — pelo período de 12 dias, com início em 02.09.2008.
Doutor Pedro Manuel Baptista Palhares, professor auxiliar — no período de 25 a 31.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1316/2009

Por despacho de 21.07.08 do Reitor da Universidade do Minho:

Doutor Júlio César Machado Viana, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 22 a 24.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1317/2009

Por despacho de 01.07.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Manuel José Magalhães Gomes Mota, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 16 dias, com início em 12.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1318/2009

Por despacho de 18.07.08 do Reitor da Universidade do Minho:

Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no período de 19 a 23.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1319/2009

Por despacho 25.07.08 do Reitor, da Universidade do Minho:
Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José António Couto Teixeira, professor catedrático — no período de 23 a 28.08.2008.
Doutor Artur Manuel Cavaco Paulo, professor associado com agregação — no período de 01 a 09.09.2008.
Doutor Goran Putnik, professor associado com agregação — pelo período de 15 dias, com início em 30.07.2008.
Doutor Artur Manuel Cavaco Paulo, professor associado com agregação — no período de 10 a 16.08.2008.
Doutor Luís Manuel Dias Coelho Soares Barbosa, professor associado — no período de 17 a 20.09.2008.

Doutor Luís Augusto Sousa Marques Rocha, professor associado — no período de 11 a 16.09.2008.

Doutor Nuno João Meleiro Alves Neves, professor auxiliar — no período de 27.07 a 01.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1320/2009

Por despacho de 16.07.08 do Reitor da Universidade do Minho:

Doutora Maria Assunção Flores Fernandes, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 17 a 20.07.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1321/2009

Por despacho de 19.06.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Licenciada Maria Salomé Faria Braga Osório, leitora — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 42 dias, com início em 20.06.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1322/2009

Por despacho de 19.08.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutora Lúcia Maria Portela Lima Rodrigues, professora associada com agregação — concedida a equiparação a bolseiro no período de 20 a 26.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1323/2009

Por despacho de 30.05.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Fernando Arménio da Costa Castro e Fontes, professor associado — concedida a equiparação a bolseiro no período de 11 a 18.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1324/2009

Por despacho de 18.08.08 do Reitor da Universidade do Minho:

Doutor João Alexandre Baptista Vieira Saraiva, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 15 dias, com início em 19.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1325/2009

Por despacho de 21.08.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutora Laurinda Sousa Ferreira Leite, professora catedrática — concedida a equiparação a bolseiro no período de 22 a 28.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1326/2009

Por despacho de 02.04.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Nelson Manuel Viana da Silva Lima, professor catedrático — anulada a equiparação a bolseiro publicada no *D. R.,* 2.ª série, 107, de 04.06.08, pelo período de 121 dias, com início em 03.04.2008 e concedida para os períodos de 64 dias, com início em 03.04.08, e de 09 a13.06.08 e pelo período de 47 dias, com início em16.06.08.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1327/2009

Por despacho de 22.08.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor António Gomes Correia, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no período de 23 a 28.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1328/2009

Por despacho de 30.08.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutora Maria Assunção Flores Fernandes, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 242 dias, com início em 01.09.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1329/2009

Por despacho de 11.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Manuel José Jacinto Sarmento Pereira, professor associado com agregação — concedida a equiparação a bolseiro no período de 06 a 14.09.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1330/2009

Por despacho de 12.09.08 do Reitor da Universidade do Minho:

Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no período de 13 a 16.09.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1331/2009

Por despacho 28.07.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Leandro da Silva Almeida, professor catedrático — no período de 29 a 30.07.2008.

Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, professor catedrático — no período de 29.07 a 03.08.2008.

Doutor Artur Manuel Cavaco Paulo, professor associado com agregação — nos períodos de 10 a 13.09 e de 17 a 21.09.2008.

Doutor João Manuel Luís Lopes Maia, professor associado — no período de 28 a 30.07.2008.

Licenciado António Bernardo Mendes Seiça Providência Santarém, assistente — pelo período de 15 dias, com início em 23.07.2008.

Licenciado António Bernardo Mendes Seiça Providência Santarém, assistente — pelo período de 15 dias, com início em 16.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1332/2009

Por despacho 01.08.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Filipe Artur Pacheco Neves Carteado Mena, professor auxiliar — pelo período de 10 dias, com início em 18.08.2008.

Doutora Maria Assunção Flores Fernandes, professora auxiliar — no período de 27 a 31.08.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1333/2009

Por despacho de 5 de Agosto de 2008 do reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado com agregação — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 11 dias, com início em 6 de Agosto de 2008.

Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1334/2009

Por despacho 30 de Julho de 2008 do reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Filipe Vilela Vaz, professor associado — no período de 14 a 19 de Setembro de 2008.

Doutora Maria José Feio Mendes Silva Medeiros, professora associada — no período de 7 a 12 de Setembro de 2008.

Doutor João Pedro Santos Hall Agorreta Alpuim, professor auxiliar — no período de 8 a 14 de Setembro de 2008.

Doutor José Mendes Machado, professor auxiliar — no período de 6 a 12 de Setembro de 2008.

Doutor João Filipe Colardelle da Luz Mano, professor auxiliar — pelo período de 14 dias, com início em 1 de Agosto de 2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1335/2009

Por despacho de 13.09.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Filipe Artur Pacheco Neves Carteado Mena, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 14 a 18.09.2008.

30 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1336/2009

Por despacho 12 de Novembro de 2008 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:
Doutor Goran Putnik, professor associado com agregação — no período de 12 a 14 de Novembro de 2008.
Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado com agregação — anulada a equiparação a bolseiro publicada no *Diário da República,* n.º 213, 2.ª série de 3 de Novembro de 2008 no período de 6 a 9 de Julho de 2008, e concedida para o período de 6 a 8 de Julho de 2008.
Doutor Nuno Jorge Carvalho Sousa, professor associado — no período de 14 a 21 de Novembro de 2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1337/2009

Por despacho de 06.10.08 do Reitor, da Universidade do Minho:
Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no dia 07.10.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1338/2009

Por despacho 9 de Outubro de 2008 do reitor, da Universidade do Minho:
Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Ana Maria Tomás de Almeida, professora associada — no período de 21 a 22 de Outubro de 2008.
Licenciada Maria Joana Sacramento Girante, assistente — pelo período de 90 dias, com início em 20 de Outubro de 2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1339/2009

Por despacho 15.10.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, professor catedrático — no período de 13 a 16.12.2008.
Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado com agregação — no período de 16 a 19.10.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1340/2009

Por despacho de 21.10.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Nelson Manuel Viana da Silva Lima, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 10 dias, com início em 22.10.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1341/2009

Por despacho de 25.10.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor José Manuel González Meijome, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 26 a 27.11.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1342/2009

Por despacho de 27.10.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutor Manuel José Magalhães Gomes Mota, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no período de 03 a 05.12.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1343/2009

Por despacho de 28.10.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Doutora Ana Paula Rodrigues Pereira Faria, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 90 dias, com início em 08.11.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1344/2009

Por despacho 10.10.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Nelson Manuel Viana da Silva Lima, professor catedrático — no período de 11 a 13.10.2008.
Doutor José Manuel González Meijome, professor auxiliar — no período de 11 a 13.12.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1345/2009

Por despacho 13.10.08 do Reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria do Céu de Pinho Ferreira Pinto, professora auxiliar com agregação — pelo período de 20 dias, com início em 14.10.2008.
Doutor José Manuel González Meijome, professor auxiliar — no período de 07 a 11.11.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1346/2009

Por despacho 1 de Outubro de 2008 do reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Bárbara Fernandes Carvalho Figueiredo, professora associada — pelo período de 17 dias, com início em 30 de Julho de 2008.
Doutora Cristina Maria Soeiro Matos, professora auxiliar — no período de 6 a 10 de Novembro de 2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1347/2009

Por despacho 4 de Outubro de 2008 do reitor, da Universidade do Minho:

Concedida equiparação a bolseiro, aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria Beatriz Ferreira Leite Oliveira Pereira, professora associada com agregação — no período de 5 a 10 de Outubro de 2008.
Doutor Goran Putnik, professor associado com agregação — no período de 5 a 8 de Outubro de 2008.
Doutor José Manuel González Meijome, professor auxiliar — no período de 5 a 6 de Outubro de 2008.
Doutor José Luís Carvalho Martins Alves, professor auxiliar — pelo período de 63 dias, com início em 5 de Outubro de 2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Edital n.º 39/2009

Doutor António José Marques Guimarães Rodrigues, Professor Catedrático e Reitor da Universidade do Minho, faz saber que, pelo prazo de 30 dias úteis contados do dia imediato àquele em que o presente Edital for publicado no *Diário da República,* se abre concurso documental para provimento de dois lugares de Professor Catedrático no grupo disciplinar de Gestão, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Em conformidade com o disposto no Estatuto da Carreira Docente Universitária (E.C.D.U.) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, observar-se-ão as seguintes disposições:

I — De acordo com os requisitos gerais e especiais de admissão — em conformidade com o disposto nos artigos 40.º, 42.º, 43.º, e 44.º, n.º 1, do E.C.D.U., poderão apresentar-se ao concurso:

a) Os professores catedráticos do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade;

b) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente na categoria de professor associado ou na qualidade de professor convidado, catedrático ou associado;

c) Os professores convidados, catedráticos ou associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente Universidade que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente como professores ou professores convidados daquelas categorias.

II — A candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Sr. Reitor da Universidade do Minho e entregue, pessoalmente, na Divisão Académica, durante as horas normais de expediente (9h-12h e 14h-17h), no Edifício do Largo do Paço, ou remetida pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, para a Reitoria da Universidade do Minho, Divisão Académica, Largo do Paço, 4704-553 Braga.

1 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído, sob pena de exclusão, com:

a) Documento comprovativo do preenchimento das condições fixadas em qualquer das alíneas do n.º I;

b) 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;

c) Certidão do registo criminal

d) Atestado passado pelo delegado ou subdelegado de saúde comprovativo de que o interessado não sofre de doença contagiosa e possui a robustez física necessária para o exercício do cargo;

e) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico;

f) Cópia simples do Bilhete de Identidade.

2 — Os documentos a que aludem as alíneas *c*) a *e*) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

3 — Os candidatos devem ainda proceder às seguintes indicações:

a) Identificação completa, endereço e telefone;

b) Habilitações académicas;

c) Concurso e categoria a que se candidata, mencionando o *Diário da República* onde está publicado o presente Edital;

d) Categoria, grupo ou disciplina e Universidade a que pertence e tempo de serviço como docente universitário;

e) Especialidade adequada ao grupo para que foi aberto o concurso, com indicação do tempo de serviço efectivo como docente universitário;

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;

g) Data e assinatura.

III — 1 — A Reitoria comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou de não admissão, após o termo do prazo de candidatura, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas.

2 — Após a referida comunicação de admissão ao concurso, deverão os candidatos entregar, no prazo dos 30 dias úteis subsequentes ao da recepção do despacho de admissão, dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae,* nos termos do n.º 1 do artigo 44.º do E.C.D.U.

IV — O júri do concurso, nomeado por despacho do Vice-Reitor tem a seguinte constituição:

Presidente — Reitor da Universidade do Minho.

Vogais:

Duarte Manuel Forjaz Pacheco Trigueiros, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve;

José Paulo Esperança, professor catedrático do Departamento de Finanças e Contabilidade do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Elísio Fernando Moreira Brandão, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto;

Henrique Manuel Morais Diz, professor catedrático do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro;

João Carlos Namorado Clímaco, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Daved Benjamin Gauger Barry, professor convidado equiparado a professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Minoo Farhangemhr, professora catedrática da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho;

Manuel José da Rocha Armada, professor catedrático da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho;

V — Os critérios de avaliação e ordenação dos candidatos aprovados pelo júri, são os seguintes:

a) Para os concursos para professor catedrático serão avaliados o mérito científico e o mérito pedagógico (dois critérios).

b) Na primeira reunião do júri será analisada e discutida a admissão dos candidatos, podendo desde logo, proceder-se à exclusão daqueles cujo currículo global o júri entenda não revestir nível científico ou pedagógico compatível com a categoria a que concorrem ou não se situe na área da disciplina ou grupo de disciplinas para que foi aberto o concurso (ECDU, artigo 48.º, n.º 1). Nesse sentido, espera-se que os candidatos apresentem currículos equilibrados, com bom desempenho tanto nos aspectos científicos como pedagógicos.

c) Relativamente aos concursos para professores catedráticos foi deliberado as seguintes ponderações:

- competência científica — 65 %;
- competência pedagógica — 35 %.

No que se refere à competência científica, foi deliberado a seguinte distribuição de ponderações:

1 — Produção Científica (PC) — a avaliação deste factor deve tomar em consideração a qualidade e quantidade da produção científica (livros, capítulo de livros. artigos em revistas, comunicações em congressos) expressa pelo número e tipo de publicações e pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica (traduzida na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhes são feitas por outros autores) — 50 %.

2 — Coordenação e realização de projectos científicos (CRPC) — na avaliação deste parâmetro devem ser tomadas em linha de conta a qualidade e quantidade de projectos científicos em que participaram os candidatos, bem como os resultados obtidos, devendo ser tomadas como elemento de referência as avaliações efectuadas por entidades de reconhecida competência na matéria.

Também se deve dar relevância à coordenação e à participação em projectos científicos que contribuam para a afirmação da Escola no seu meio envolvente ou para a internacionalização do sistema científico nacional — 15 %.

3 — Constituição de equipas científicas (CEC) — deve ser tomada em consideração a capacidade para participar e organizar equipas científicas, nomeadamente através da orientação de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos — 15 %.

4 — Intervenção na comunidade científica e profissional (ICCP) — pretende-se avaliar a capacidade de intervenção na comunidade científica, expressa através da organização de eventos com impacte na comunidade científica, nacional e internacional, colaboração no corpo editorial de revistas científicas, apresentação de palestras convidadas a nível internacional, participação em júris académicos fora da instituição e actividade de consultadoria — 15 %.

5 — Dinamização da actividade científica (DAC) — Este factor tem em conta a capacidade de intervenção e dinamização da actividade científica da instituição a que pertence o candidato, nomeadamente, através da participação em órgãos de gestão científica — 5 %.

No que se refere à competência pedagógica, foi deliberada a seguinte distribuição de ponderações:

1 — Coordenação e gestão de projectos pedagógicos (CGPP) — avalia-se a capacidade para coordenar e dinamizar projectos pedagógicos ou reformar e melhorar os já existentes, bem como de realizar projectos com impacte no processo de ensino/aprendizagem — 25 %.

2 — Produção de material pedagógico (PMP) — avalia-se a qualidade e quantidade do material pedagógico produzido pelo candidato, bem como as publicações de índole pedagógica em revistas e actas de conferências nacionais e internacionais de prestígio — 50 %.

3 — Actividade lectiva (AL) — avalia-se a qualidade da actividade lectiva desenvolvida pelo candidato recorrendo, sempre que possível, a

métodos baseados em recolhas de opinião alargadas, à diversidade e ao nível de complexidade das disciplinas leccionadas — 25 %.

Os pesos associados aos critérios e factores para concursos para professores catedráticos são os indicados na tabela seguinte:

Critérios	Pesos dos critérios	Factores	Pesos dos factores
Mérito Científico (MC)	0,65	Produção Científica (PC)	0,50
		Coordenação e Realização de Projectos Científicos (CRPC)	0,15
		Constituição de Equipas Científicas (CEC)	0,15
		Intervenção na Comunidade Científica e Profissional (ICCI)	0,15
		Dinamização da Actividade Científica (DAC)	0,05
Mérito Pedagógico (MP)	0,35	Coordenação e Gestão de Projectos Pedagógicos (CGPP)	0,25
		Produção de Material Pedagógico (PMP)	0,50
		Actividade Lectiva (AL)	0,25

A pontuação final do candidato será obtida por:

$PF = MC \times (PC+CRPC+CEC+ICCI+DAC) + MP \times (CGPP+PMP+AL)$

Foi ainda deliberado que a metodologia de avaliação, quer para os concursos para professor catedrático, quer para os concursos de professor associado, é decidida pelo júri e deve ser explicitada na acta da primeira reunião. O júri poderá optar por um processo em que:

a) cada membro faz o seu exercício avaliativo, pontuando cada candidato em relação a cada factor e construindo a sua lista ordenada com a qual participa nas votações que, segundo o ECDU, conduzem à ordenação final;

b) o júri, como um todo, pontua cada candidato em relação a cada factor e constrói directamente a lista final ordenada.

VI — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar vai ser lavrado o presente Edital, que vai ser afixado no átrio do Largo do Paço, e nos Complexos Pedagógicos de Gualtar e de Azurém, e publicado no *Diário da República*.

23 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues.*

Declaração de rectificação n.º 87/2009

No Edital n.º 1267/2008 (2.º série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, na página n.º 50578;

Onde se lê «se abre concurso documental para provimento de um lugar de Professor Associado no grupo disciplinar de Metodologias (Metodologias do Ensino da Matemática), do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho» deve ler-se «se abre concurso documental para provimento de um lugar de Professor Associado no grupo disciplinar de Metodologias da Educação (Metodologias do Ensino da Matemática), do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho».

26 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues.*

Declaração de rectificação n.º 88/2009

No Edital n.º 1268/2008 (2.º série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, nas páginas n.º 50579 e n.º 50580;

Onde se lê «se abre concurso documental para provimento de um lugar de Professor Catedrático no grupo disciplinar de Metodologias (Metodologias do Ensino das Línguas Estrangeiras), do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho» deve ler-se «se abre concurso documental para provimento de um lugar de Professor Catedrático no grupo disciplinar de Metodologias da Educação (Metodologias do Ensino das Línguas Estrangeiras), do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho».

26 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues.*

Declaração de rectificação n.º 89/2009

No Edital n.º 1270/2008 (2.º série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, na página n.º 50582;

Onde se lê:

"....se abre concurso documental para provimento de um lugar de Professor Associado no grupo disciplinar de Sociologia da Educação e Administração Educacional, do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho";

deve ler-se:

"....se abre concurso documental para provimento de três lugares de Professor Associado no grupo disciplinar de Sociologia da Educação e Administração Educacional, do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho".

26 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues.*

Declaração de rectificação n.º 90/2009

No Edital n.º 1269/2008 (2.º série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, na página n.º 50580;

Onde se lê «se abre concurso documental para provimento de um lugar de Professor Associado no grupo disciplinar de Metodologias (Metodologias do Ensino da História e Ciências Sociais), do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho» deve ler-se «se abre concurso documental para provimento de um lugar de Professor Associado no grupo disciplinar de Metodologias da Educação (Metodologias do Ensino da História e Ciências Sociais), do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho».

26 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues.*

Declaração de rectificação n.º 91/2009

No Edital n.º 1273/2008 (2.º série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 244, de 18 de Dezembro de 2008, na página n.º 50585;

Onde se lê:

"....se abre concurso documental para provimento de um lugar de Professor Associado no grupo disciplinar de Psicologia, do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho";

deve ler-se:

"....se abre concurso documental para provimento de três lugares de Professor Associado no grupo disciplinar de Psicologia, do Instituto de Educação e Psicologia, da Universidade do Minho".

No mesmo Edital, na página n.º 50587; onde se lê:

"3 — Docência — Aspectos a considerar na avaliação (Excluir da avaliação deste parâmetro orientação de provas académicas não concluídas)";

Deve ler-se:

"3 — Docência — Aspectos a considerar na avaliação (Não avaliar de modo diferencial a experiência docente nos diversos ciclos de ensino)".

26 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues*.

Reitoria

Despacho n.º 1348/2009

Por despacho do Reitor da Universidade do Minho, de 23 de Dezembro de 2008:

Designados para fazerem parte do júri do concurso para provimento de um lugar de Investigador-Coordenador do grupo disciplinar de Química Orgânica da Escola de Ciências, em conformidade com o disposto nos

artigos 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril de 1999, os seguintes professores:

Presidente — Reitor da Universidade do Minho.
Vogais:

Doutora Maria Luísa Campeão Fernandes Vaz de Sá e Melo, professora catedrática da Faculdade de Farmácia, do grupo de Ciências Químicas e Físico-Químicas da Universidade de Coimbra;

Doutor Carlos José Rodrigues Crispim Romão, professor catedrático do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, do grupo de Química e Biologia, da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Artur Manuel Soares da Silva, professor catedrático do Departamento de Química, do grupo disciplinar de Química Orgânica, da Universidade de Aveiro;

Doutora Maria Fernanda Jesus Rego Paiva Proença, professora catedrática do Departamento de Química da Escola de Ciências, do grupo disciplinar de Química Orgânica, da Universidade do Minho;

Doutora Ana Maria Ferreira Oliveira Campos, professora catedrática do Departamento de Química da Escola de Ciências, do grupo disciplinar de Química Orgânica, da Universidade do Minho.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas)

23 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues.*

Edital n.º 40/2009

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no n.º 1.2, al. *n*) do despacho RT-96/2008, de 30 de Julho de 2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 159, de 19 de Agosto de 2008, subdelego na Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas, Prof. Doutora Maria Eduarda Bicudo Azeredo Keating, a presidência dos júris de provas para a obtenção do título de agregado, de provas de doutoramento e de equivalência a doutoramento, no Instituto de Letras e Ciências Humanas.

2 — As competências subdelegadas no número anterior consideram-se feitas sem prejuízo dos poderes de avocação e de superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação no *Diário da República,* considerando-se ratificados os actos entretanto praticados nas matérias agora subdelegadas.

23 de Dezembro de 2008. — O Vice-Reitor, *Acílio Silva Estanqueiro Rocha.*

Declaração de rectificação n.º 92/2009

No Edital n.º 1289/2008 (2.º série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008, na página n.º 50921;

Onde se lê:

"...Doutor José Manuel Pereira Vilaça, Professor Catedrático, do Departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade do Minho;"

deve ler-se:

"...Doutor José Manuel Pereira Vieira, Professor Catedrático, do Departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade do Minho;"

Onde se lê:

"...Doutor José Brandão Barbosa Lourenço, Professor Catedrático, do Departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade do Minho;"

Deve ler-se:

"...Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, Professor Catedrático, do Departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade do Minho;"

Onde se lê:

"...Doutor António Alves Pereira, Professor Catedrático, do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Minho;"

Deve ler-se:

"...Doutor Paulo António Alves Pereira, Professor Catedrático, do Departamento de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade do Minho."

26 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *A.Guimarães Rodrigues.*

Serviços de Acção Social

Aviso (extracto) n.º 1188/2009

Por despacho de 16 de Dezembro de 2008, foi autorizado o pedido de exoneração do funcionário do quadro destes Serviços Manuel Eurico Paula, Especialista de informática, com data efeito a 17 de Dezembro de 2008.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador para a Acção Social, *Carlos Duarte Oliveira e Silva.*

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 1349/2009

Por despacho de 22 de Dezembro de 2008, do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, foi a Dra. Patrícia da Natividade Antunes Paiva, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnico superior, de nomeação definitiva, da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, nomeada, precedendo concurso, a técnico superior de 1.ª classe, da mesma carreira, com efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior, a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

22 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Fernanda Cabanelas Antão.*

Despacho (extracto) n.º 1350/2009

Mostrando-se curial proceder à alteração do mapa de pessoal docente do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, constante do Mapa anexo à Portaria n.º 183/96, de 30 de Maio, alterado pelo Despacho n.º 5893/97, publicado no *Diário da República* n.º 186, 2.ª série, de 13 de Agosto de 1997:

Nos termos do n.º 2 do artigo 120.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), determino que:

1) O lugar de reserva global de professor catedrático constante do Despacho n.º 12299/2002, publicado no *Diário da República* n.º 124, 2.ª série, de 29 de Maio de 2002, seja afecto ao mapa de pessoal docente do Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa;

2) A publicação do mapa a que se refere a Portaria n.º 183/96, de 30 de Maio, seja a constante de:

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Docente	Docência	Docente Universitária	Professor catedrático	6
			Professor associado	4

22 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *António Manuel Bensabat Rendas.*

Edital n.º 41/2009

Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, Reitor da Universidade Nova de Lisboa, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no *Diário da República,* para provimento de 1 lugar de Professor Associado no Grupo de Disciplinas de Ciência e Tecnologia da Programação, da Secção de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade.

O presente concurso rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º a 52.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, alterado por ratificação pela Lei 19/80 de 16 de Julho.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo, os seus requerimentos instruídos com os documentos mencionados no respectivo Edital, afixado nas instalações da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, Divisão de Concursos e Provas Académicas, Campus de Campolide, 4.º Piso, 1099-085 Lisboa.

I — Os critérios gerais de avaliação de mérito científico e pedagógico dos candidatos a aplicar no presente concurso são, nos termos da Lei, "o mérito científico e pedagógico do curriculum, e o valor pedagógico e científico do relatório", densificados nos seguintes termos:

Mérito Científico do Currículo:

A avaliação deste factor deve considerar a produção científica realizada (livros, capítulos de livro, artigos em jornais científicos, conferências por convite, comunicações em conferências, patentes, e outras formas de produção científica que sejam consideradas como relevantes pelo júri), em termos da sua qualidade e quantidade, assim como o seu impacto e reconhecimento junto da comunidade científica. Deverá ser valorizado o mérito científico de candidatos cuja produção científica revele autonomia e liderança científica. O impacto e reconhecimento da produção científica dos candidatos poderão ser aferidos pela qualidade dos locais de publicação e apresentação dos seus trabalhos, e pelas referências que lhes são feitas por outros autores.

Na avaliação deste factor deverá ser considerado o reconhecimento científico nacional e internacional revelado pelo curriculum do candidato, através da análise de diversos factores, entre os quais se incluem a participação em júris de provas académicas realizadas fora da própria instituição, a participação em painéis de avaliação de projectos e centros de investigação, a participação em comissões científicas de conferências, a criação e a participação no corpo editorial de jornais científicos internacionais, a atribuição de prémios científicos, a participação em redes de investigação e o exercício de cargos de direcção de sociedades científicas e profissionais de referência nas respectivas áreas.

Deve igualmente ser valorizada a capacidade de organizar e liderar equipas científicas, assim como a actividade revelada em formação avançada (mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos).

O impacto social e económico da actividade científica desenvolvida deve ser igualmente avaliado. Deve ser dada particular atenção aos resultados alcançados no desenvolvimento de *software,* modelos e protótipos, em transferência de tecnologia e na criação de empresas de base tecnológica.

Mérito Pedagógico do Currículo:

A avaliação deste factor deve considerar a actividade pedagógica do docente tendo em atenção a capacidade de dinamizar e coordenar projectos pedagógicos, tais como o desenvolvimento de novos programas de disciplinas, a criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, a remodelação/actualização de disciplinas já existentes e a realização de projectos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.

Deve ser tida em consideração a docência de disciplinas enquadradas em diferentes tipos de ciclos de estudos — licenciatura, mestrado, programas de doutoramento, cursos de pós-graduação e escolas de Verão nacionais e internacionais.

Deve ser igualmente considerada a produção de material pedagógico produzido pelo candidato, nomeadamente livros, artigos em publicações de índole pedagógica e documentos de apoio aos alunos nas suas várias formas e suportes.

A avaliação da qualidade da actividade lectiva deverá apoiar-se, tanto quanto possível, numa análise objectiva dessa actividade. Com este objectivo o júri poderá recorrer a informação disponibilizada pelos candidatos, nomeadamente através de relatórios de avaliação pedagógica realizada pelos seus pares e do resultado de inquéritos pedagógicos.

Valor Pedagógico e Científico do Relatório:

A avaliação deste critério deverá ter em consideração:

A contextualização da disciplina na área cientifica e no plano de estudos em que se insere, assim como o grau de coerência e de adequação no curso em que se integra.

O grau de actualização e inovação dos conteúdos científicos, dos métodos de ensino e das referências bibliográficas por comparação com disciplinas curriculares análogas em instituições nacionais e internacionais de relevância. Quando aplicável, deve ser tida em atenção a contribuição para a implementação de actividades pedagógicas de carácter laboratorial.

Clareza e adequação dos objectivos gerais e específicos da disciplina bem como dos métodos de avaliação de conhecimentos e competências.

II — Em conformidade com o artigo 41.º do citado Estatuto, ao concurso acima mencionados, poderão apresentar-se:

a) Os professores associados do mesmo grupo de disciplinas de outra Universidade ou de análogo grupo de disciplinas de outra escola da mesma ou de diferente Universidade;

b) Os professores convidados do mesmo grupo ou de análogo grupo de disciplinas de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente Universidade, desde que habilitados com o grau de Doutor por uma Universidade Portuguesa, ou equivalente, e com, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;

c) Os doutores por Universidades portuguesas, ou com habilitação equivalente em especialidade considerada como adequada à área do grupo de disciplinas para que foi aberto o concurso e contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

III — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos que deverão ser instruídos com a documentação a seguir indicada:

a) Documento comprovativo do preenchimento dos requisitos exigidos em qualquer das alíneas do n.º II;

b) Trinta exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae,* do candidato, com indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas. (alínea *b*) do artigo. 42 do ECDU).

IV — Do requerimento de candidatura, deverão constar os seguintes elementos:

a) Nome completo;
b) Filiação;
c) Número e data do Bilhete de Identidade e serviço que o emitiu;
d) Data e Local de nascimento;
e) Categoria profissional;
f) Residência;
g) Telefone.

V — Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de provimento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento e sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado defina a sua situação precisa, relativamente ao conteúdo de cada uma das alíneas seguintes:

a) Nacionalidade;
b) Comprovativo dos deveres militares ou de serviço cívico;
c) Registo Criminal;
d) Comprovativo da vacinação obrigatória;
e) Comprovativo da posse de robustez física e do perfil psíquico adequados ao exercício da função;

VI — A Reitoria deverá comunicar aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho Reitoral de admissão ou não admissão ao concurso.

VII — Após a referida admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, no prazo de 30 dias úteis, subsequentes ao da recepção do despacho de admissão:

2 (dois) exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae,* nos termos do n.º 1 do artigo 44.º do ECDU;

15 (quinze) exemplares impressos ou policopiados de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina ou de uma das disciplinas do grupo a que respeita o concurso.

VIII — Terminado o prazo do concurso, o júri, constituído nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, alterado por ratificação pela Lei 19/80 de 16 de Julho, reunirá nos 30 dias imediatos ao da publicação no *Diário da República* para decidir, nos termos dos artigos 48.º a 52.º do mesmo Decreto-Lei.

IX — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nas instalações da Reitoria.

23 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *António Manuel Bensabat Rendas*.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho (extracto) n.º 1351/2009

Por despachos de 2008.12.12 e 2008.11.20, respectivamente do Reitor da Universidade Nova de Lisboa e do Director do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação

Mestre Ana Filipa Silva de Castro Henriques a exercer funções de técnica superior de 2.ª classe no Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação, em regime de requisição, ao

Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa celebrado contrato administrativo de provimento, por 1 ano, na Faculdade de Ciências Sociais Humanas e por conveniência urgente de serviço, a partir de 2008.10.24, na categoria de assistente convidada a tempo parcial 50%, em regime de acumulação (pessoal docente universitário, especialmente contratado, escalão 1 e índice 140), após a cessação do anterior contrato. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2008. — O Director, *João Sàágua.*

Despacho (extracto) n.º 1352/2009

Por meu despacho de 30 de Dezembro de 2008, proferido por delegação de competências, foi concedida Equiparação a Bolseiro no estrangeiro, aos seguintes docentes desta Faculdade:

Doutora Maria Teresa Alves Sousa de Almeida, professora associada desta Faculdade, durante o período compreendido entre 06 e 08 de Janeiro de 2009.

Doutor Manuel Pedro Ramalho Ferreira, professor associado desta Faculdade, durante o período compreendido entre 15 e 18 de Janeiro de 2009.

30 de Dezembro de 2008. — O Director, *João Sàágua*.

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Aviso (extracto) n.º 1189/2009

Por despacho de 28 de Novembro de 2008, do Senhor Director da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (proferido por delegação de competências), foi a Lic.ª Dora Maria Andrade Soares contratada, na sequência de procedimento concursal, Técnica Superior de 1.ª classe, na área de Recursos Financeiros, factor 4.60, do mapa de pessoal em regime de contrato individual de trabalho da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, com efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Luís Filipe G. Gaspar.*

Faculdade de Economia

Despacho (extracto) n.º 1353/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, Maria Odete Fernandes foi nomeada, definitivamente, precedendo concurso, técnico superior principal, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, com efeitos à data de aceitação da nomeação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1354/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, Rui Manuel Geraldes Costa foi nomeado, definitivamente, precedendo concurso, Técnico Superior Principal, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, com efeitos à data de aceitação da nomeação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 1355/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, o Licenciado José Manuel Cordeiro Afonso Leonardo foi nomeado, definitivamente, precedendo concurso, Técnico Superior de 1.ª Classe de Biblioteca e Documentação, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, com efeitos à data de aceitação da nomeação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes.*

Instituto de Tecnologia Química e Biológica

Despacho n.º 1356/2009

Por despacho de 19 de Dezembro de 2008 do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Henrique José Vaz de Campas Nunes, técnico profissional especialista da carreira técnico profissional do mapa de pessoal não docente do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, foi nomeado, técnico profissional especialista principal da mesma carreira, do mesmo mapa, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir do despacho reitoral. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

31 de Dezembro de 2008. — O Director, *José Artur Martinho Simões.*

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 1357/2009

Por despacho de 19 de Dezembro de 2008 da Vice-Reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Doutora Ana Maria Rodrigues de Sousa Faria de Mendonça, Professora Auxiliar, além do quadro, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto nomeada definitivamente como Professora Associada do Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores — área de Ciências Fundamentais e Electrotecnia da mesma Faculdade, com efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data.(Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

22 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.

Despacho (extracto) n.º 1358/2009

Por despacho de 19 de Dezembro de 2008, da Vice-Reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor João Francisco Cordeiro de Oliveira Barros, Professor Associado do Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores — área de Informática da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto nomeado provisoriamente, por cinco anos, como Professor Associado do Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores — áreas de Electrónica e Sistemas Digitais ou Energia ou Telecomunicações da mesma Faculdade, com efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data.(Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

22 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *José C. D. Marques dos Santos*.

Serviços de Acção Social

Despacho n.º 1359/2009

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo delego, durante a minha ausência no período de 29 a 31 de Dezembro de 2008, as minhas competências próprias indistintamente nos Directores de departamento destes serviços Maria de Fátima Pereira Mateus da Silva e Maria Cristina Sampaio Mota Silva.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador para a Acção Social, *João da Cruz Carvalho.*

Faculdade de Belas-Artes

Despacho (extracto) n.º 1360/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008 do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, por delegação de competências concedida pelo Reitor da Universidade do Porto, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2007, foi o Doutor José António Ramalheira Corujo Vaz Professor Auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, nomeado definitivamente, por conveniência urgente de serviço, na mesma categoria com efeitos a partir de 13 de

Novembro de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Artur de Vaz Tomé Laranjo.*

Despacho (extracto) n.º 1361/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008 do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, por delegação de competências concedida pelo Reitor da Universidade do Porto, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2007, foi a Doutora Lúcia Gualdina Marques de Almeida da Silva Matos Professora Auxiliar de nomeação provisória da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, nomeada definitivamente, por conveniência urgente de serviço, na mesma categoria com efeitos a partir de 17 de Novembro de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Artur de Vaz Tomé Laranjo.*

Faculdade de Desporto

Despacho (extracto) n.º 1362/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Desporto de 2008-12-29, por delegação do reitor da Universidade do Porto, foi ao Doutor Júlio Manuel Garganta da Silva, professor associado desta Faculdade, concedida equiparação a bolseiro de 3 a 5 de Janeiro de 2009.

29 de Dezembro de 2008. — Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Olímpio Bento.*

Despacho (extracto) n.º 1363/2009

Por despacho do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Desporto de 2008-12-29, por delegação do reitor da Universidade do Porto, foi ao Doutor Rui Manuel Proença de Campos Garcia, professor catedrático desta Faculdade, concedida equiparação a bolseiro de 8 a 15 de Janeiro de 2009.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Olímpio Bento.*

Faculdade de Engenharia

Despacho (extracto) n.º 1364/2009

Por despacho de 26 de Novembro de 2008 do Director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, no uso de competências delegadas pelo Reitor desta Universidade e publicadas no *Diário da República,* 2.ª série n.º 12, de 17 de Janeiro de 2007, foi o Doutor Fernando ABS da Cruz Souza Pinto contratado, por conveniência urgente de serviço, com Professor Catedrático Convidado, além do quadro, sem vencimento, pelo período de cinco anos, com efeitos a partir de 26 de Novembro de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15 do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei 19/80, de 16 de Julho

A Comissão Coordenadora do conselho científico da FEUP, tendo apreciado o parecer subscrito pelos Professores Catedráticos desta Faculdade Doutores António Augusto Fernandes, António Torres Marques e José António Sarsfield Pereira Cabral aprovou, por unanimidade, a contratação do Eng.º Fernando ABS da Cruz Souza Pinto como Professor Catedrático Convidado, além do quadro, sem vencimento do Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da FEUP.

25 de Novembro de 2008. — O Presidente do conselho científico, *Carlos A. V. Costa.*

31 de Dezembro de 2008. — A Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Maria Emília Santos Silva.*

Faculdade de Economia

Despacho (extracto) n.º 1365/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008 do Director da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, no exercício de delegação de competências concedida pelo Reitor da Universidade do Porto:

Foi a Licenciada Maria Fernanda Saraiva da Silva, Assistente Administrativa Principal no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto, contratada para exercer funções nesta Faculdade em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, funções correspondentes à categoria de Técnico Superior de grau 2 nível 1, posição remuneratória 65, conforme Anexos II-A e B do Regulamento de Celebração de Contratos da Universidade do Porto, aprovado pela deliberação n.º 899/2006, e publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 127 de 4 de Julho, com alterações introduzidas pela deliberação n.º 832/2007, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 97 de 21 de Maio, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, considerando-se em comissão de serviço daquele Instituto a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 2008. — A Técnica Superior Principal, *Lídia Soares.*

Faculdade de Letras

Despacho (extracto) n.º 1366/2009

Por despacho de 17 de Dezembro de 2008, do Director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por delegação, foi a Doutora Ester Maria dos Reis Gomes da Silva, Assistente, além do quadro, desta Faculdade, contratada, por conveniência urgente de serviço, como Professora Auxiliar, além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 10 de Dezembro de 2008, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

23 de Dezembro de 2008. — O Director, *Jorge Fernandes Alves.*

Despacho (extracto) n.º 1367/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008, do director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por delegação, foi a licenciada Catherine Joan Shaw Evangelista, contratada por conveniência urgente de serviço, como Leitor, além do quadro, desta Faculdade, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2008 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

29 de Dezembro de 2008. — O Director, *Jorge Fernandes Alves*.

Despacho (extracto) n.º 1368/2009

Por despacho de 16 de Dezembro de 2008, do Director da Faculdade de Letras, proferido por delegação de competências do Reitor da Universidade do Porto:

Doutora Belinda Mary Harper Sousa Maia, Professora Associada, desta Faculdade, concedida equiparação a bolseiro, fora do País, no período de 16 a 18 de Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Director, *Jorge Fernandes Alves.*

Faculdade de Medicina

Despacho (extracto) n.º 1369/2009

Por meu despacho de 25 de Novembro de 2008, proferido por delegação autorizada, a celebração do contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com Maria João dos Santos Marques, como técnico administrativa, desta Faculdade, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

23 de Dezembro de 2008. — O Director, *J. Agostinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 1370/2009

Por despacho do director da Faculdade de 3 de Dezembro de 2008, proferido por delegação de competências, foi concedida equiparação a bolseiro no País ao Doutor José Luís Medina Vieira, professor catedrático, no dia 3 de Dezembro de 2008.

23 de Dezembro de 2008. — O Secretário, *Manuel Sobral Torres.*

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Despacho (extracto) n.º 1371/2009

Por despacho de 19 de Dezembro de 2008 da Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, por delegação de competências do Reitor da Universidade do Porto:

Mestre Rui Manuel Marcelino Brandão Leal, Assistente desta Faculdade, concedida a equiparação a bolseiro sem vencimento de 1 de Janeiro a 4 de Abril de 2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços, *Manuel F. Rocha Neves.*

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Despacho n.º 1372/2009

Por despacho de 22 de Dezembro de 2008 do Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 877/2007 do Reitor da Universidade do Porto, publicado no *Diário da República,* n.º 12, 2.ª série, de 17.01.2007:

Maria da Conceição Martins do Rio Ribeiro — Técnica profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional (área de apoio ao ensino e à investigação científica), do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto — nomeada definitivamente Técnica profissional principal da carreira técnico-profissional (área de apoio ao ensino e à investigação científica), do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira.*

Despacho n.º 1373/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008 do Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 877/2007 do Reitor da Universidade do Porto, publicado no *Diário da República,* n.º 12, 2.ª série, de 17.01.2007:

Carla Alexandrina Martins Oliveira da Silva — Técnica Superior 1.ª Classe da carreira técnica superior (área de relações públicas), do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto — nomeada definitivamente Técnica Superior Principal da carreira técnica superior (área de relações públicas), do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira.*

Despacho n.º 1374/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008 do Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 877/2007 do Reitor da Universidade do Porto, publicado no *Diário da República,* n.º 12, 2.ª série, de 17.01.2007:

Alice de Jesus Rodrigues de Freitas — Técnica Superior 1.ª Classe da carreira técnica superior (área de biblioteca e documentação), do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto — nomeada definitivamente Técnica Superior Principal da carreira técnica superior (área de biblioteca e documentação), do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira.*

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Serviços de Acção Social

Despacho (extracto) n.º 1375/2009

Por despacho de 18 de Dezembro de 2008, do Administrador dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa:

João Paulo Macedo de Camões, Especialista de Informática do Grau 2 — Nível 1, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa — nomeado, após procedimento interno de selecção, para a categoria de Especialista de Informática do Grau 2 — Nível 2.

18 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Eduardo Lopes Rodrigues*.

Despacho n.º 1376/2009

Por despacho de 22 de Dezembro de 2008 do reitor da Universidade Técnica de Lisboa, e ao abrigo do artigo 29.º e do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e depois de obtida a confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria Geral do MCTES, foi o técnico superior de 1.ª classe da área de Estudo, Concepção e Investigação, de natureza científico-técnica, na área das Ciências Sociais e Políticas, José Jerónimo Fernandes Marques, a exercer em regime de Comissão de Serviço do cargo de coordenador do Departamento de Logística e Arquivo Geral (cargo de direcção intermédia de 1.º grau), promovido na categoria de assessor principal, da mesma carreira no quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, com a antiguidade na categoria reportada a 1 de Dezembro de 2007.

26 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Eduardo Lopes Rodrigues.*

Instituto Superior de Agronomia

Despacho (extracto) n.º 1377/2009

Por meu despacho de 20/10/08 Teresa do Céu Vieira da Luz Gonçalves, Assessora da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Agronomia, nomeada, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com as alterações da Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, Assessora Principal do mesmo quadro e carreira com efeitos a 20/06/2007, por aplicação do disposto na al. *a*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004 de 22 de Março.

20 de Outubro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Noéme.*

Despacho (extracto) n.º 1378/2009

Por meu despacho de 15 de Dezembro de 2008, Graça Maria Pissarra Fernandes, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Agronomia, nomeada, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, assessora do mesmo quadro e carreira com efeitos a 1 de Setembro de 2007.

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Noéme*.

Despacho (extracto) n.º 1379/2009

Por meu despacho de 19 de Dezembro de 2008, proferido por delegação:

Justino Maria de Oliveira da Silva, operário altamente qualificado, escalão 5, índice 244, do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Agronomia — colocado por opção voluntária, em situação de mobilidade especial, ao abrigo do n.º 1 alínea *a*) do Despacho n.º 27266 — A/2008 publicado no *Diário da República* 2.ª Série n.º 207 em 24 de Outubro de 2008, com efeitos a 19 de Dezembro de 2008.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Noéme*.

Instituto Superior Técnico

Despacho (extracto) n.º 1380/2009

Por despacho do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, datado de 17 de Dezembro de 2008:

João Carlos Moura Bordado — Professor Catedrático Convidado de nomeação provisória, do Instituto Superior Técnico — nomeado a título provisório, após aprovação em concurso, Professor Catedrático do quadro do Instituto Superior Técnico, com efeitos a partir da data de aceitação de nomeação, considerando-se exonerado ao anterior lugar na mesma data.

(Não carece de fiscalização prévia do T.C.)

23 de Dezembro 2008. — Pelo Presidente, *Jorge Morgado.*

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 1381/2009

Por despacho de 4 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, foi autorizado o contrato administrativo de provimento como Professora Auxiliar da Doutora Capitolina Patrícia de Brito António, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2008, e vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

22 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1382/2009

Por despacho reitoral n.º 25/2008, de 19 de Dezembro, e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 29.º e n.º 1 e n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que aprovou o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, procede-se ao provimento na categoria de assessor principal da carreira técnica superior, do licenciado Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos, com efeitos retroactivos a 6 de Janeiro de 2008, por nessa data já existirem os pressupostos justificativos da retroactividade.

26 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1383/2009

Por despacho de 5 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi autorizada a rescisão do contrato administrativo de provimento como Assistente Convidado do Dr. Manuel Falcão dos Santos, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2009.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas

27 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1384/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi a Dra. Cristina Maria Rodrigues dos Santos, Técnica de 1.ª Classe do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400, da carreira técnico superior, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1385/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Teresa Maria Aires dos Santos, Auxiliar Técnico do quadro da mesma Universidade, nomeado, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Assistente Administrativa, escalão 2, índice 209, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1386/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi a Dra. Maria José da Glória Mota, Técnica de 1.ª Classe do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400, da carreira técnico superior, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1387/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi a Dra. Helena Maria Fernandes Ferreira, Técnica Profissional Principal do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400, da carreira técnico superior, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1388/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi a Dra. Maria Ermelinda Aguiar Ribeiro, Técnica Profissional Principal do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400, da carreira técnico superior, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1389/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Eduardo Manuel Carvalho Montes, Auxiliar Técnico do quadro da mesma Universidade, nomeado, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico Profissional de 2.ª Classe, escalão 2, índice 209, da carreira de técnico profissional, do mesmo quadro de pessoal.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1390/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Isabel Maria da Silva Dias Ledo, Auxiliar Técnico do quadro da mesma Universidade, nomeado, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Assistente Administrativa, escalão 2, índice 209, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1391/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi a Dra. Fernanda Maria

Moura Moreira, Assistente Administrativa Especialista do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400, da carreira técnico superior, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1392/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Paulo Ricardo de Sousa Ventura, Auxiliar Técnico do quadro da mesma Universidade, nomeado, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Assistente Administrativo, escalão 1, índice 199, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1393/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi a Eng.ª Maria da Conceição Carvalho Rodrigues, Técnica Profissional Principal do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnica de 2.ª Classe, escalão 1, índice 295, da carreira técnica, do mesmo quadro de pessoal.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1394/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi a Dra. Paula Cristina Amaral Dias, Técnica de 1.ª Classe do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, escalão 1, índice 400, da carreira técnico superior, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1395/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Ricardo Miguel da Costa Martins, Assistente Administrativo Principal do quadro da mesma Universidade, nomeado, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico de Informática-Adjunto de nível 1, escalão 2, índice 222, da carreira técnico de informática, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1396/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Abel José Castelhano Coelho, Operário Altamente Qualificado do quadro da mesma Universidade, nomeado, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Técnico de Informática-Adjunto de nível 1, escalão 3, índice 238, da carreira técnico de informática, do mesmo quadro de pessoal.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1397/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Maria Leonor Batista de Magalhães, auxiliar administrativa do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29 de Dezembro de 2008), na categoria de auxiliar técnica, escalão 1, índice 199, da carreira de auxiliar, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1398/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Maria da Conceição Luís Fernandes Linares, auxiliar administrativa do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29 de Dezembro de 2008), na categoria de auxiliar técnica, escalão 1, índice 199, da carreira de auxiliar, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1399/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Fernanda Maria Seixas Faria Magalhães, auxiliar administrativa do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29 de Dezembro de 2008), na categoria de auxiliar técnica, escalão 1, índice 199, da carreira de auxiliar, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 1400/2009

Por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao abrigo dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi Carolina Gomes do Nascimento, Auxiliar Administrativa do quadro da mesma Universidade, nomeada, na sequência de reclassificação profissional, com efeitos a partir do despacho autorizador (29.12.2008), na categoria de Auxiliar Técnica, escalão 1, índice 199, da carreira de auxiliar, do mesmo quadro de pessoal.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

30 de Dezembro de 2008. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Serviços de Acção Social

Despacho n.º 1401/2009

Por Despacho de 15 de Dezembro de 2008 do Administrador dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Bragança:

Maria Teresa Pires Esteves — nomeada, precedendo concurso, Chefe de Secção do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Bragança, aprovado pela Portaria n.º 211/97, de 29 de Março. A Nomeação é feita por urgente conveniência de Serviço a partir de 15 de Dezembro 2008, ficando exonerado o lugar anteriormente ocupado.

22 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Osvaldo Adérito Régua.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho (extracto) n.º 1402/2009

Por despacho da Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, de 26 de Dezembro de 2008, o Master João Manuel Nunes Ventura, provido com nomeação definitiva, precedendo concurso de provas públicas,

como Professor Adjunto para a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, deste Instituto, posicionado no escalão 1, do índice 185, para a respectiva categoria, com efeitos à data da aceitação da nomeação.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora**,** *Maria Eduarda S. M. Pereira N. Rodrigues.*

Despacho (extracto) n.º 1403/2009

Por despacho da Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, de 26 de Dezembro de 2008, o Licenciado José Augusto Domingues Alvito, provido com nomeação definitiva, precedendo concurso de provas públicas, como Professor Adjunto para a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, deste Instituto, posicionado no escalão1, do índice 185, para a respectiva categoria, com efeitos à data da aceitação da nomeação.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria Eduarda S. M. Pereira N. Rodrigues.*

Despacho (extracto) n.º 1404/2009

Por despacho da Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, de 26 de Dezembro de 2008, a Licenciada Maria do Céu Martins do Vale Ferrão Monteiro, provida com nomeação definitiva, precedendo concurso de provas públicas, como Professor Adjunto para a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, deste Instituto, posicionado no escalão1, do índice 185, para a respectiva categoria, com efeitos à data da aceitação da nomeação.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Maria Eduarda S. M. Pereira N. Rodrigues.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Serviços Centrais

Despacho (extracto) n.º 1405/2009

No âmbito da autonomia conferida às instituições do Ensino Superior, e por força do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e por Despacho do Exmo. Presidente deste Instituto de 22 de Dezembro de 2008, se publicita que foi autorizada, após bom cabimento, a nomeação, em regime de contrato administrativo de provimento, na categoria de Técnico Profissional Especialista Principal, da Carreira Técnica Profissional, do Instituto Politécnico de Coimbra, nos Serviços Centrais deste Instituto, o seriado no concurso interno de acesso limitado Fernando Jorge Morgado Félix, ficando a ser remunerado pelo valor correspondente ao escalão 1, índice 316, com efeitos à data da aceitação considerando-se rescindida, a partir da mesma data, a situação contratual anterior.

23 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado.*

Despacho (extracto) n.º 1406/2009

No âmbito da autonomia conferida às instituições do Ensino Superior, e por força do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por Despacho do Exmo. Presidente deste Instituto, Professor Doutor José Manuel Torres Farinha de 29 de Dezembro de 2008, se publicita que foi autorizada, após bom cabimento, a nomeação, na categoria de Assessora Principal — área de Organização e Planeamento, da carreira Técnica Superior, do Quadro dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Coimbra ao abrigo do artigo 43 do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11.07 nos Serviços de Acção Social deste Instituto, a seriada no concurso interno de acesso limitado — Licenciada Fátima Isabel Marreca Correia de Oliveira, ficando a ser remunerada pelo escalão 1, índice 710, com efeitos à data da aceitação, considerando-se rescindida, a partir da mesma data, a situação contratual anterior.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado.*

Despacho (extracto) n.º 1407/2009

No âmbito da autonomia conferida às instituições do ensino superior e por despacho de 29 de Dezembro de 2008, do presidente deste Instituto foi autorizada — após bom cabimento e por conformidade com o artigo 9.º, n.º 4.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho — a prorrogação de contrato, em regime de contrato administrativo de provimento, como assistente, para o Departamento de Engenharia Civil, em regime de tempo integral, da carreira docente do ensino superior politécnico, no Instituto Superior de Engenharia, deste Instituto, do mestre Hugo Sérgio Sousa Costa, pelo período com início a 1 de Janeiro de 2009 e término a 31 de Dezembro de 2009 ficando, mensalmente, a ser remunerado pelo valor do escalão 1, índice 140.

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Deliberação n.º 82/2009

Delegação de competências

Considerando:

a) A ausência do Presidente, Professor Luciano Rodrigues de Almeida, nos dias 29 a 31 de Dezembro de 2008, por motivo de férias;
b) A ausência do Vice-Presidente, Professor Nuno André Oliveira Mangas Pereira, nos dias 29 e 31 de Dezembro de 2008, por motivo de férias;
c) A necessidade de assegurar a gestão corrente do Instituto Politécnico de Leiria durante esse período; assim como,
d) O disposto no artigo 22.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria, na redacção dada pelo Despacho Normativo n.º 6/2006, publicado na 1.ª série do *Diário da República,* n.º 25, de 3 de Fevereiro de 2006, e no artigo 25.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro;
e) A previsão do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
f) A previsão do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
g) O disposto pelo artigo 23.º, n.os 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
h) As normas constantes dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo;

O Conselho Administrativo do Instituto Politécnico de Leiria, reunido em 23 de Dezembro de 2008, deliberou delegar no Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Professor João Paulo dos Santos Marques, no período de 29 a 31 de Dezembro de 2008, a competência para autorizar despesas e pagamentos até ao limite legalmente atribuído ao Conselho Administrativo. A presente deliberação produz efeitos desde a data da sua assinatura.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*. — O Vice-Presidente, *João Paulo dos Santos Marques*. — O Vice-Presidente, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*. — A Administradora, *Eugénia Maria Lucas Ribeiro.*

Despacho n.º 1408/2009

Verificando-se a desconformidade do Regulamento de Acumulação de Funções do Instituto Politécnico de Leiria [(1)] com a Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro e com a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, revogo o referido regulamento, devendo os pedidos de acumulação de funções serem apreciados de acordo com as disposições legais vigentes, até à aprovação de novo regulamento.
Dê-se conhecimento às Escolas e publique-se no *Diário da República*.

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida.*

[(1)] Regulamento n.º 62/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 167, de 31 de Agosto de 2005.

Despacho n.º 1409/2009

Nomeação de subdirector da ESAD.CR

A Doutora Maria Alexandra Abreu Henriques Seco, Professora Coordenadora do quadro de pessoal docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, exerce, em regime de comissão de serviço, o cargo de Subdirector da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (ESAD.CR), igualmente integrada neste Instituto, tendo solicitado a cessação do referido cargo.
Considerando a necessidade e interesse em permitir a adequada prossecução do projecto educativo da ESAD.CR, atento o regime de funcionamento da referida Escola, previsto no Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 114/2006, de 12 de Junho, no uso das competências delegadas pelo n.º 3 do Despacho n.º 9 783/2006 (2.ª série), de 8 de Março, de SS. Ex.ª o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2006, alterado pelo Despacho n.º 23 632/2006,

publicado no *Diário da República,* n.º 223, 2.ª Série, de 20 de Novembro de 2006, e em conjugação com a Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior:

1 — Exonero, a seu pedido, a Doutora Maria Alexandra Abreu Henriques Seco do cargo de subdirector da referida Escola, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008.

2 — Nomeio para o cargo de subdirector da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha, a Dra. Ana Cristina Pereira Sacramento, docente da referida Escola, em comissão de serviço e por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Despacho (extracto) n.º 1410/2009

Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 7.º, 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e na sequência do provimento concursal aberto nos termos legalmente estabelecidos, foi nomeada, por despacho do Presidente do IPL de 12.12.2008, a técnica superior principal Maria Feliciana Marques Gomes Cardoso como Chefe de Divisão na área de assessoria jurídica deste Instituto (cargo de direcção intermédia) em regime de Comissão de Serviço, cuja nota curricular se anexa.

A presente nomeação acolhe a proposta do júri na acta n.º 3, que conclui que se trata de uma personalidade que, dado o seu percurso profissional e pela elevada motivação para o cargo a que se candidata, assegurará ao IPL a qualidade necessária para que o Gabinete de Assessoria Jurídica tenha um desempenho relevante, contribuindo assim para a melhoria contínua que se pretende imprimir aos Serviços Centrais do IPL.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data do início de funções.

17 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *António José Carvalho Marques.*

Nota curricular de Maria Feliciana Marques Gomes Cardoso

Habilitações Literárias:

Pós-Graduação em Ciências Jurídico/Administrativas pela Universidade de Lisboa com classificação de Bom

Formação Profissional:

Participou na seguinte formação:

- "Direitos e Garantias, Deveres e Responsabilidade Disciplinar
- "Sistemas e Políticas de Ensino nos Estados Membros da União Europeia"
- "Introdução ao Regime Jurídico"
- "Gestão de Pessoal: Quadros e carreiras na Administração Pública
- "Concursos de Pessoal e CPA
- IV Colóquio Luso-Espanhol de Direito Administrativo: "Os caminhos da Privatização da Administração Pública"
- "Curso de Acess 2000 — Nível 1
- "O Novo Contencioso Administrativo"
- "FORGEP"
- "O Novo SIADAP — Avaliação de Desempenho
- "Avaliação de Desempenho — interpretação, aplicação do novo regime"
- "Ética, Administração e Gestão Pública"
- "Liderança e Gestão de Pessoas"
- "Gestão Orçamental e de Recursos Materiais"
- "Gestão Tecnológica"
- "Inovação e Qualidade"
- "Internacionalização e Perspectiva"

Experiência Profissional:

- De 1995 a 1997 — Advogada na Comarca de Castelo Branco
- De 15.05.1997 a 18.06.1998 — Estagiária no domínio registral na Conservatória de Registo Civil, Predial e Comercial
- De 15.07.1998 a 30.09.2000 — Técnica Superior de 2.ª classe na Direcção-Geral do Ensino Superior, onde integrou o seu Gabinete Jurídico
- De 01.10.2000 a 18.06.2003 — Técnica Superior de 1.ª classe na Reitoria da Universidade de Lisboa onde prestou apoio jurídico à Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros, Administradora e Equipa Reitoral
- De 19.06.2003 a 30.04.2007 — Chefe de Divisão do Pessoal Docente e não Docente
- De 01.07.2007 até à presente data — Técnica Superior Principal na Reitoria da Universidade de Lisboa

Escola Superior de Dança

Despacho (extracto) n.º 1411/2009

Por despacho do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 22 de Outubro de 2008:

Autorizada a Renovação do Contrato Administrativo de Provimento de Ana Isabel Pereira e Silva Marques como Equiparada a Professora Adjunta para a Escola Superior de Dança, em regime de exclusividade, com início em 16 de Novembro de 2008 e termo em 15 de Novembro de 2010, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice e escalão fixados pelo Estatuto Remuneratório dos Docentes do Ensino Superior Politécnico.

31 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Crespo.*

Escola Superior de Música

Despacho (extracto) n.º 1412/2009

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, de 12 de Dezembro de 2008, foi autorizada a Equiparação a Bolseiro, fora do País, no período de 9 a 16 de Novembro de 2008, a Cristina Isabel Capello Brito da Cruz, Professora-Adjunta da Escola Superior de Música de Lisboa.

23 de Dezembro de 2008. — O Director, *José João Gomes dos Santos.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Despacho (extracto) n.º 1413/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Micaela da Silva Marques Moura -renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

19 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos*.

Despacho (extracto) n.º 1414/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Paula de Fátima Peres Teixeira de Almeida -renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

19 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos*.

Despacho (extracto) n.º 1415/2009

Por despacho de 2008/12/22 do Presidente do Instituto Politécnico:

Patrícia Alexandra Pereira Alves da Silva, foi reclassificada profissionalmente, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, do mapa de pessoal do Instituto Politécnico do Porto, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 400, com efeitos a partir da publicação no *Diário da República*.

23 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1416/2009

Por despacho de 2008/12/22 do Presidente do Instituto Politécnico:

Marco António da Rocha Ascenção, foi reclassificado profissionalmente, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, do mapa de pessoal do Instituto Politécnico

do Porto, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 400, com efeitos a partir da publicação no *Diário da República*.

23 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1417/2009

Por despacho de 2008.06.06 do Vice-Presidente do Instituto Politécnico Porto, proferido por delegação:

Jorge Manuel Gouveia Almeida — nomeado em comissão de serviço extraordinária, assistente administrativo especialista, precedendo concurso, com efeitos a partir de 2008.06.01.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José de Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1418/2009

Por despacho de 6 de Junho de 2008 do Vice — Presidente, proferido por delegação:

José Manuel Santos Leite — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente administrativo especialista, da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, precedendo concurso, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, válido por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, com efeitos a partir de 2008-06-01.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1419/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Sandrina Francisca Teixeira — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1420/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Pedro Manuel da Costa Liberato — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1421/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Sandra Patrícia Marques Ribeiro — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1422/2009

Por despacho de 2008.06.06 do Vice-Presidente do Instituto Politécnico Porto:

Artur António Carvalho Teixeira de Oliveira — nomeado em comissão de serviço extraordinária, assistente administrativo especialista, precedendo concurso, com efeitos a partir de 2008.06.01.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José de Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1423/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Susana Adelina Moreira Carvalho Bastos Soares — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1424/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Rosa Engrácia Duarte e Silva — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1425/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Sónia Marisa da Silva Rodrigues — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1426/2009

Por despacho do Vice -Presidente, proferido por delegação de competências:

Octávio José Patrício Fernandes Inácio — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor Adjunto, em regime de tempo parcial 20%, da Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo, com efeitos a partir de 2008-10-01 e validade até 2010-09-30.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos*.

Despacho (extracto) n.º 1427/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Sebastião Domingues Oliveira — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, com efeitos a partir de 2008-09-01 e validade até 2010-08-31.

26 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1428/2009

Por despacho de 06 de Outubro de 2008 do Vice-Presidente do Instituto Politécnico, proferido por delegação:

José Fernando Gomes Martins — rescindido o contrato administrativo de provimento, como encarregado de trabalhos, em regime de tempo parcial (60%), da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras, com efeitos a partir de 2008.08.01.

7 de Outubro de 2008. — O Vice-Presidente, *José de Freitas Santos*.

Despacho (extracto) n.º 1429/2009

Por despacho de 2008.12.19 do Vice-Presidente do Instituto Politécnico do Porto, proferido por delegação:

Alexandre Gonçalves Santos Santiago Sottomayor — nomeado provisoriamente Professor Adjunto, do Instituto Superior de Engenharia, precedendo concurso, pelo período probatório de três anos, com efeitos a partir da data da posse.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1430/2009

Por despacho de 2008.12.19 do Vice-Presidente do Instituto Politécnico do Porto, proferido por delegação:

João Francisco Machado Gomes da Silva — nomeado provisoriamente Professor Adjunto, do Instituto Superior de Engenharia, precedendo concurso, pelo período probatório de três anos, com efeitos a partir da data da posse.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1431/2009

Por despacho de 2008.12.19 do Vice-Presidente do Instituto Politécnico do Porto, proferido por delegação:

Armando José Vilaça de Campos — nomeado provisoriamente Professor Adjunto, do Instituto Superior de Engenharia, precedendo concurso, pelo período probatório de três anos, com efeitos a partir da data da posse.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1432/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Maria da Luz do Vale Garcia — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor Adjunto, do Instituto Superior de Engenharia, com efeitos a partir de 2008/12/01 e validade até 2010/11/30.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos*.

Despacho (extracto) n.º 1433/2009

Por despacho de 2008.11.25 do Vice-Presidente do Instituto Politécnico do Porto, proferido por delegação:

Paula Maria de Sá Oliveira Escudeiro — nomeada provisoriamente Professor Adjunto, do Instituto Superior de Engenharia, pelo período de três anos, com efeitos a partir da data da posse.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1434/2009

Por despacho do Vice -Presidente, proferido por delegação de competências:

Frederico Lázaro Jacob — renovado o contrato administrativo de provimento como Encarregado de Trabalhos, do Instituto Superior de Engenharia, com efeitos a partir de 2008/11/18 e validade até 2010/11/17.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1435/2009

Por despacho do Vice -Presidente, proferido por delegação de competências:

Sónia Alexandra Madureira Nóbrega Pizarro Bernardino — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor Adjunto, do Instituto Superior de Engenharia, com efeitos a partir de 2008/11/23 e validade até 2010/11/22.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1436/2009

Por despacho do Vice -Presidente, proferido por delegação de competências:

Maria Arnaldina Dias Moreira — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, em regime de tempo parcial 50 %, do Instituto Superior de Engenharia, com efeitos a partir de 2008/11/30 e validade até 2010/11/29.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1437/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

António José Almeida de Sousa Ribeiro — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, em regime de tempo parcial 50 %, do Instituto Superior de Engenharia, com efeitos a partir de 2008/11/30 e validade até 2010/11/29.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1438/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

Anabela Maria de Azevedo Oliveira Lopes — renovado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, do Instituto Superior de Engenharia, com efeitos a partir de 2008/11/21 e validade até 2010/11/20.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Despacho (extracto) n.º 1439/2009

Por despacho do Vice-Presidente, proferido por delegação de competências:

António Nuno Matias de Melo e Castro — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente, do Instituto Superior de Engenharia, com efeitos a partir de 2008/12/02 e validade até 2010/12/01.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José Freitas Santos.*

Edital n.º 42/2009

José de Freitas Santos, vice-presidente do Instituto Politécnico do Porto, por delegação, faz saber, nos termos dos artigos 5.º, 7.º, 15.º, 16.º, 17.º, 20.º, 21.º e 24.º, do Decreto-lei 185/81 de 1/7 que:

1 — Está aberto, pelo prazo de 30 dias consecutivos, concurso documental para provimento de uma vaga de professor adjunto do quadro da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na área científica de Estudos Portugueses, especialidade de Linguística Descritiva Portuguesa / Sintaxe e Morfologia do Português e de Língua Gestual Portuguesa, a que poderão concorrer:

a) Os assistentes com, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço na categoria, que tenham obtido um diploma de estudos graduados ou estejam habilitados com o grau de mestre ou equivalente na área científica em que é aberto concurso;

b) Os professores-adjuntos da mesma ou de outra escola e de disciplina ou área científica considerada pelo conselho científico como afim daquela para que é aberto concurso;

c) Os candidatos que, dispondo de currículo científico, técnico ou profissional relevante, estejam habilitados com o grau de mestre ou equivalente ou que tenham obtido um diploma de estudos graduados na área científica em que é aberto o concurso;

d) Os equiparados a professor-adjunto ou a assistente, da mesma ou de outra escola, da disciplina ou área científica em que é aberto o concurso ou de área afim, que satisfaçam os requisitos de habilitações e tempo de docência indicados na alínea *a*);

e) Os professores-adjuntos de outra escola superior de ensino politécnico e da disciplina (ou área científica) em que é aberto o concurso.

2 — Do requerimento de admissão a concurso, dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação, deverão constar os seguintes elementos: nome completo, naturalidade, filiação, data e local de nascimento, residência actual, número de telefone, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, grau académico e respectiva classificação final, categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.

3 — O requerimento deverá ser acompanhado de:

Cópia autenticada do diploma ou da certidão de atribuição do grau académico, com a respectiva classificação;

Cópia autenticada do diploma ou certidão de habilitação profissional;

Fotocópia do bilhete de identidade;

Documento que comprove estar o candidato nas condições legais a que se refere o n.º 1 deste edital;

Quatro exemplares do *curriculum vitae,* e um exemplar de cada um dos trabalhos de natureza científico-pedagógica mencionados no currículo, dactilografados ou impressos em formato A4 ou A5;

Lista completa da documentação apresentada.

3.1 — Na análise do currículo só serão considerados os trabalhos de que seja enviada cópia no processo de candidatura.

3.2 — As cópias dos trabalhos recebidos, ficarão a pertencer à Biblioteca do Instituto Politécnico do Porto / Escola Superior de Educação do Porto, uma vez encerrado o concurso.

3.3 — Os cursos, seminários e outras acções de formação, bem como as funções inerentes às actividades profissionais dos candidatos, deverão ser devidamente comprovados.

3.4 — Os candidatos que sejam docentes do Instituto Politécnico do Porto ficam dispensados de apresentar a documentação comprovativa desde que a mesma conste já do seu processo individual.

4 — A selecção e ordenação dos candidatos terá como base a relevância do seu currículo pedagógico, científico e profissional, a sua relevância para a área em que é aberto concurso e a entrevista individual, quando realizada, tendo em conta os seguintes aspectos:

a) Adequação do candidato ao departamento e ao departamento de Ciências Humanas e Sociais e à área científica de Estudos Portugueses;

b) Adequação do candidato à especialidade de Linguística Descritiva Portuguesa, com relevância para o domínio da Sintaxe e da Morfologia da Língua Portuguesa e da Língua Gestual Portuguesa;

c) Adequação do perfil do candidato à docência numa escola de Educação do Ensino Superior Politécnico e ao exercício da actividade no domínio da formação em que a escola se insere;

d) Trabalho desenvolvido, sua qualidade, actualidade, reconhecimento, especificidade e complexidade;

e) Experiência profissional no domínio do grupo de disciplinas em que é aberto o concurso e duração das actividades desenvolvidas;
f) Profissionalização no quadro de um modelo de formação com prática pedagógica observada;
g) Capacidade de empreendimento, de organização e de estruturação de actividades de formação;

5 — Serão excluídos os candidatos cujo currículo revele a não adequação dos mesmos à área científica e ao grupo de disciplinas para o qual o concurso é aberto.
6 — Se o júri entender oportuno, os candidatos poderão ser convocados para uma entrevista.
7 — Do *curriculum vitae,* deverão constar:
7.1 — Habilitações académicas e formação complementar, incluindo:

a) Graus académicos, indicando as classificações, datas e instituições em que foram obtidos;
b) Outros cursos formais, a nível de graduação ou pós-graduação, com indicação da classificação, data e instituições em que foram obtidos;
c) Frequência de acções de formação — deverão ser especificados a duração, data, local, orientadores dos cursos, a forma e o resultado da avaliação quando existir, bem como todos os elementos que permitam avaliar o grau de participação e ou repercussão das acções de formação na prática docente do candidato.

7.2 — Actividade pedagógica:

a) Experiência no ensino superior em elaboração de programas, docência, regência de disciplinas, responsabilidade por aulas teóricas e práticas, acompanhamento de alunos e de trabalhos científicos e / ou pedagógicos;
b) Experiência docente nos Cursos de Formação de Professores do Ensino Básico;
c) Intervenção, como docente ou especialista, em outros cursos relevantes para a instituição onde decorre o curso. Os elementos fornecidos deverão permitir avaliar o grau de intervenção e responsabilidade do candidato, bem como os resultados finais da experiência;
d) Experiência na organização curricular e gestão científico-pedagógica de cursos de Formação Contínua Especializada na área em que é aberto o presente concurso;
e) Experiência docente em ensino do Português no Ensino Básico, nomeadamente nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e no Ensino Secundário;
f) Outras funções exercidas no domínio da educação, de preferência no ensino superior politécnico — indicando as funções, o período de tempo, a data e o local em que foram exercidas, devendo ser incluídos os elementos julgados pertinentes para poder ser avaliado o desempenho do candidato.

7.3 — Actividade científica:

a) Participação em actividades e projectos, publicações, comunicações, participação em congressos e em reuniões científicas, devendo ser especificados a data, o local e o tipo de participação (com ou sem apresentação de comunicações).
b) Trabalhos de investigação, técnicos ou didácticos realizados — os elementos fornecidos deverão permitir avaliar as competências adquiridas neste domínio, através da análise da qualidade dos trabalhos produzidos.

7.4 — Actividade profissional:

a) Actividade desenvolvida, com indicação das instituições em que exercem ou exerceram actividade profissional e duração dessas actividades, nível de responsabilidade, projectos realizados, publicações e relatórios técnicos, participação em encontros de cariz profissional;

7.5 — Actividades de apoio à gestão no ensino superior:

a) Responsabilidade por órgãos, departamentos, cursos, grupos de disciplinas, unidades, laboratórios, apoio à actividade de gestão, apoio à gestão de infra-estruturas, participação em actividades de extensão, divulgação das actividades desenvolvidas e capacidade de angariação de benefícios para a escola.

8 — Na análise dos dados curriculares mencionados em 8.2, 8.3 e 8.4 serão especialmente valorizados os itens considerados adequados à especialidade para o qual o concurso é aberto.
9 — A valoração relativa dos elementos constantes dos n.º s 8.1 a 8.5 será feita de acordo com a ponderação aprovada pelo conselho científico.
10 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a eliminação liminar dos candidatos.
11 — A este concurso é atribuído carácter de urgência, com todas as legais consequências.
12 — Das decisões finais proferidas pelo júri não cabe recurso, excepto quando arguidas de vício de forma.
13 — A apresentação das candidaturas pode ser feita directamente na Escola Superior de Educação ou enviadas, por correio registado, para o seguinte endereço:

Escola Superior de Educação do Porto
Concurso ESE/D/25/2008
Rua Dr. Roberto Frias, 602
4200-465 Porto

11 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José de Freitas Santos.*

Edital n.º 43/2009

1 — José de Freitas Santos, vice-presidente do Instituto Politécnico do Porto, faz saber, nos termos dos artigos. 7.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 20.º, 22.º, 24.º, 25.º, 27.º, 28.º e 29.º do Decreto-lei 185/81, de 1/7, que está aberto, pelo prazo de 30 dias consecutivos, concurso de provas públicas para provimento de uma vaga de Professor-Adjunto do quadro da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na área científica de Linguística, grupo de disciplinas de Linguística Diacrónica/História da Língua.
2 — Ao referido concurso são admitidos os candidatos que se encontrem nas condições referidas no artigo 18.º do Decreto-Lei 185/81, de 1/7.
3 — Do requerimento de admissão a concurso, dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação, deverão constar os seguintes elementos: nome completo, filiação, naturalidade, data e local de nascimento, residência actual, número de telefone, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, grau académico e respectiva classificação final, categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.
4 — O requerimento deverá ser acompanhado de:

Cópia do diploma ou da certidão de atribuição do grau académico;
Fotocópia do bilhete de identidade;
Documento que comprove estar o candidato nas condições legais a que se refere o n.º 2 deste edital;
Comprovativo da contabilização do tempo de serviço na carreira docente; 4 exemplares do estudo de actualização de conhecimentos técnicos ou análise crítica original, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei 185/81, de 1/7;
4 exemplares do Curriculum Vitae detalhado;
1 exemplar de cada um dos trabalhos referidos no Curriculum Vitae;
Lista completa da documentação apresentada.

5 — O *curriculum vitae,* deverá pôr em evidência o equilíbrio entre as competências científicas e a experiência pedagógica dos candidatos, a forma como a sua formação especializada pode contribuir para a evolução curricular dos cursos de formação de professores ministrados no ensino superior, em particular no ensino politécnico, a adequação do perfil do candidato à docência numa Escola Superior de Educação do Ensino Politécnico, a adequação do seu currículo ao desempenho polivalente de funções na área da especialidade para o qual é aberto o concurso e no grupo de disciplinas da área científica de Linguística.
6 — As provas do concurso compreendem:

a) A discussão de dois temas estritamente relacionados com a área de Linguística Diacrónica / História da Língua, sorteados pelo júri, de um conjunto de cinco temas, por candidato, que serão afixados até 40 dias antes da realização das provas 30 dias antes do início das provas, o júri sorteará, na presença de todos os candidatos admitidos ao concurso, de entre a totalidade dos temas propostos, cinco por cada candidato; quarenta e oito horas antes do início da discussão, o júri procederá ao sorteio de dois temas a discutir por cada candidato;
b) Discussão do estudo, proposto pelo candidato, que constitua uma actualização de conhecimentos técnicos ou análise crítica original sobre um tema inserido na área em que é aberto o concurso;
c) Apreciação e discussão do *curriculum vitae,* do candidato (de todas as afirmações constantes do *curriculum vitae,* deverá ser feita prova documental);
d) As provas públicas para professor adjunto devem satisfazer os padrões de referência determinados pela resolução do Conselho Geral do Instituto n.º CG1/97, de 19 de Junho (a cópia da referida resolução pode ser obtida junto nos Serviços de Pessoal da Escola Superior de Educação, ou enviada por correio aos candidatos que o solicitem).

7 — As cópias dos trabalhos recebidos ficarão a pertencer à Biblioteca do Instituto Politécnico do Porto / Escola Superior de Educação, uma vez encerrado o concurso.

8 — O júri que apreciará as candidaturas será designado após o encerramento do prazo de apresentação das candidaturas ao concurso a que se refere o presente edital e a sua constituição tornada pública no *Diário da República*.

9 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a eliminação liminar dos candidatos.

10 — Das decisões finais proferidas pelo júri não cabe recurso, excepto quando arguidas de vício de forma.

11 — A este concurso é atribuído carácter de urgência, com todas as consequências legais.

12 — A apresentação das candidaturas pode ser feita directamente na Escola Superior de Educação ou enviadas, por correio registado, para o seguinte endereço:

Escola Superior de Educação do Porto
Concurso ESE/D/24/2008
Rua Dr. Roberto Frias, 602
4200- 465 Porto

11 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José de Freitas Santos.*

Edital n.º 44/2009

José de Freitas Santos, vice-presidente do Instituto Politécnico do Porto, por delegação, faz saber, nos termos dos artigos 5.º, 7.º, 15.º, 16.º, 17.º, 20.º, 21.º e 24.º, do Decreto-Lei n.º 185/81 de 1/7 que:

1 — Está aberto, pelo prazo de 30 dias consecutivos, concurso documental para provimento de uma vaga de professor adjunto do quadro da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na área científica de Área Científica de Psicologia, na especialidade de Psicologia Clínica, Social e Comunitária, a que poderão concorrer:

a) Os assistentes com, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço na categoria, que tenham obtido um diploma de estudos graduados ou estejam habilitados com o grau de mestre ou equivalente na área científica em que é aberto concurso;

b) Os professores-adjuntos da mesma ou de outra escola e de disciplina ou área científica considerada pelo conselho científico como afim daquela para que é aberto concurso;

c) Os candidatos que, dispondo de currículo científico, técnico ou profissional relevante, estejam habilitados com o grau de mestre ou equivalente ou que tenham obtido um diploma de estudos graduados na área científica em que é aberto o concurso;

d) Os equiparados a professor-adjunto ou a assistente, da mesma ou de outra escola, da disciplina ou área científica em que é aberto o concurso ou de área afim, que satisfaçam os requisitos de habilitações e tempo de docência indicados na alínea *a*);

e) Os professores-adjuntos de outra escola superior de ensino politécnico e da disciplina (ou área científica) em que é aberto o concurso.

2 — O presente concurso decorrerá em duas fases: avaliação curricular e uma eventual entrevista, cuja realização terá lugar se o Júri a entender como necessária.

3 — A não comparência à entrevista convocada pelo Júri terá como efeito a eliminação liminar do candidato.

4 — Do requerimento de admissão a concurso, dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação, deverão constar os seguintes elementos: nome completo, naturalidade, filiação, data e local de nascimento, residência actual, número de telefone, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, grau académico e respectiva classificação final, categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.

5 — O requerimento deverá ser acompanhado de:

Certidão de atribuição dos graus académicos, indicando as classificações, datas e instituições em que foram obtidos;

Fotocópia do bilhete de identidade;

Documento que comprove estar o candidato nas condições legais a que se refere o n.º 1 deste edital;

Dois exemplares do *Curriculum Vitae* detalhado e assinado, acompanhados de um exemplar dos documentos comprovativos, bem como quaisquer outros documentos que facilitem a formação de um juízo sobre as aptidões do candidato para o exercício do lugar a concurso;

Lista completa da documentação apresentada.

5.1 — Na análise do currículo só serão considerados os trabalhos de que seja enviada cópia no processo de candidatura.

5.2 — As cópias dos trabalhos recebidos, ficarão a pertencer à Biblioteca do Instituto Politécnico do Porto/Escola Superior de Educação do Porto, uma vez encerrado o concurso.

5.3 — Os cursos, seminários e outras acções de formação, bem como as funções inerentes às actividades profissionais dos candidatos, deverão ser devidamente comprovados.

5.4 — Os candidatos que sejam docentes do Instituto Politécnico do Porto ficam dispensados de apresentar a documentação comprovativa desde que a mesma conste já do seu processo individual.

6 — A selecção e ordenação dos candidatos terão como base:

6.1 — A relevância do seu currículo pedagógico, científico e profissional para a docência na especialidade em que é aberto o concurso;

6.2 — O resultado de uma entrevista, caso o Júri a entenda necessária, em que serão apreciados o perfil, as motivações, a disponibilidade para o trabalho no âmbito da especialidade e para integrar centros ou grupos de investigação da Escola Superior de Educação.

6.3 — A adequação do candidato ao Departamento de Ciências da Educação e à Área científica de Psicologia.

6.4 — A adequação do candidato à especialidade de Psicologia Clínica, Social e Comunitária.

6.5 — A adequação do candidato à docência numa Escola Superior de Educação.

6.6 — O trabalho desenvolvido, sua qualidade, actualidade, reconhecimento, especificidade e complexidade;

6.7 — A experiência profissional no domínio das disciplinas ligadas à especialidade em que é aberto o concurso;

6.8 — A capacidade de empreendimento em disciplinas no âmbito em que é aberto o concurso.

7 — Serão excluídos os candidatos cujo currículo revele a não adequação dos mesmos à área científica e ao grupo de disciplinas para o qual o concurso foi aberto.

8 — Do *curriculum vitae* deverão constar:

8.1 — Habilitações académicas e formação complementar, incluindo:

a) Graus académicos, indicando as classificações, datas e instituições em que foram obtidos;

b) Outros cursos formais, a nível de graduação ou pós-graduação, com indicação da classificação, data e instituições em que foram obtidos;

c) Frequência de acções de formação – deverão ser especificados a duração, data, local, orientadores dos cursos, a forma e o resultado da avaliação, bem como outros elementos que permitam avaliar o grau de participação e/ou repercussão das acções de formação na prática docente do candidato.

8.2 — Actividade pedagógica:

a) Experiência no ensino superior em elaboração de programas, docência, regência de disciplinas, responsabilidade por aulas teóricas e práticas, acompanhamento de alunos e de trabalhos científicos e ou pedagógicos;

b) Participação, como docente ou especialista em outras actividades pedagógicas relevantes, incluindo experiências de inovação. Os elementos fornecidos deverão permitir avaliar o grau de intervenção e responsabilidade do candidato, bem como os resultados finais da experiência.

c) Outras funções exercidas no domínio da educação, indicando as funções, o período de tempo, a data e o local em que foram realizadas, devendo ser incluídos os elementos julgados pertinentes para poder ser avaliado o desempenho do candidato.

8.3 — Actividade científica:

a) Participação em actividades e projectos, publicações, comunicações, participação em congressos e em reuniões científicas, devendo ser especificados a data, o local e o tipo de participação;

b) Trabalhos de investigação realizados no âmbito da especialidade em que é aberto o concurso ou considerados relevantes, devendo os elementos fornecidos permitir avaliar as competências adquiridas neste domínio, através da análise da qualidade dos trabalhos produzidos.

8.4 — Actividade profissional:

a) A actividade exercida com indicação das instituições em que exerce/exerceu actividade profissional e duração dessas actividades, nível de responsabilidade, projectos realizados, publicações, relatórios técnicos e participações em encontros de cariz profissional.

9 — Na análise dos dados curriculares mencionados em 8.2, 8.3 e 8.4 serão especialmente valorizados os itens considerados adequados ao grupo de disciplinas para o qual o concurso é aberto.

10 — A valoração relativa dos elementos constantes do n.º 8 será feita de acordo com a ponderação aprovada pelo conselho científico.

11 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a eliminação dos candidatos.
12 — As candidaturas serão apreciadas por um Júri nomeado por Despacho do Presidente do Instituto Politécnico do Porto mediante proposta do conselho científico da Escola Superior de Educação.
13 — A decisão do Júri será tornada pública através de Edital afixado no Instituto Politécnico do Porto e na Escola Superior de Educação.
14 — Para todos os efeitos, a notificação considera-se realizada através da afixação do Edital referido em
15 — A este concurso é atribuído carácter de urgência, com todas as legais consequências;
16 — Das decisões finais proferidas pelo júri não cabe recurso, excepto quando arguidas de vício de forma.
17 — A apresentação das candidaturas pode ser feita directamente na Escola Superior de Educação ou enviadas, por correio registado, para o seguinte endereço:

Escola Superior de Educação do Porto
Concurso ESE/D/26/2008
Rua Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto.

15 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *José de Freitas Santos.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 1440/2009

Por despacho de 24 de Novembro de 2008, da Presidente deste Instituto foi a Maria Margarida da Costa Ferreira Correia de Oliveira, autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como Equiparada a Assistente do 2.º Triénio, em regime de tempo integral e exclusividade, para exercer funções na ESAS, deste Instituto, por urgente conveniência de serviço, com efeitos reportados a 01/11/2008 e até 31/10/2009, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 140, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas)

30 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho.*

Despacho (extracto) n.º 1441/2009

Por despacho de 24 de Novembro de 2008, da Presidente deste Instituto foi a Irene Filipa d'Almeida Ferreira Pó Rosário Marneca, autorizada a renovação do provimento como Encarregada de Trabalhos, para exercer funções na ESGS, deste Instituto, por urgente conveniência de serviço, pelo período de 2 anos com efeitos reportados a 31 de Outubro de 2008, com a remuneração correspondente ao escalão 4, índice 337, da respectiva carreira.
(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas)

30 de Dezembro de 2008. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 1442/2009

Por despacho de 24 de Novembro de 2008, da Presidente deste Instituto foi a Carlos Eduardo de Jesus Almeida, autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor Coordenador, em regime de tempo parcial e acumulação, para exercer funções na ESGS, deste Instituto, por urgente conveniência de serviço, pelo período de 2 anos com efeitos reportados a 10 de Novembro de 2008, com a remuneração correspondente a 30 % do escalão 1, índice 220 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.
(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas)

30 de Dezembro de 2008 — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Despacho (extracto) n.º 1443/2009

Por despacho de 29-12-2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Silvina da Silva Cabrita, técnico superior de 2.ª classe, na Escola Superior de Saúde deste Instituto Politécnico — autorizado, precedido de concurso, o contrato administrativo de provimento, como técnico superior de 1.ª classe, por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, para a mesma Escola, com a remuneração mensal de € 1.534,61, com efeitos à data da publicação no *Diário da República,* considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1444/2009

Por despacho de 29-12-2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Dilar Mendes Rosado, assistente administrativo, na Escola Superior de Saúde deste Instituto — autorizado, precedido de concurso, o contrato administrativo de provimento, como assistente administrativo principal, por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, para a mesma Escola, com a remuneração mensal ilíquida de € 740,61, com efeitos à data da publicação no *Diário da República,* considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1445/2009

Por despacho de 29-12-2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Andreia Lopes Bernardino Godinho Lopes, técnico superior de 2.ª classe, na Escola Superior de Saúde deste Instituto Politécnico — autorizado, precedido de concurso, o contrato administrativo de provimento, como técnico superior de 1.ª classe, por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, para a mesma Escola, com a remuneração mensal de € 1.534,61, com efeitos à data da publicação no *Diário da República,* considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*

Despacho (extracto) n.º 1446/2009

Por despacho de 29-12-2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Sílvia Cristina Gomes Ameixa, assistente administrativo, na Escola Superior de Saúde deste Instituto — autorizado, precedido de concurso, o contrato administrativo de provimento, como assistente administrativo principal, por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, para a mesma Escola, com a remuneração mensal ilíquida de € 740,61, com efeitos à data da publicação no *Diário da República,* considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1447/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Carlos Jorge de Almeida Pinho, técnico profissional de 1.ª classe de nomeação definitiva do quadro provisório de pessoal não docente da Escola Superior de Tecnologia deste Instituto Politécnico — autorizada a nomeação definitiva, no mesmo quadro, como técnico profissional principal, precedendo concurso interno de acesso misto, com a remuneração mensal de € 793,99, correspondente ao escalão 1, índice 238, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1448/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Paula Cristina de Jesus Moura Alexandre Maria, técnica profissional de 1.ª classe do Instituto Turismo de Portugal, I. P. — autorizada a nomeação definitiva, como técnica profissional principal, do quadro provisório de pessoal não docente da Escola Superior de Tecnologia deste Instituto Politécnico, precedendo concurso interno de acesso misto, com a remuneração mensal de € 793,99, correspondente ao escalão 1, Índice 238, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves.*

Despacho (extracto) n.º 1449/2009

Por despacho de 23 de Dezembro de 2008 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Cláudia Alexandra Salvado Cardoso, técnica profissional de 1.ª classe de nomeação definitiva do quadro provisório de pessoal não docente da Escola Superior de Tecnologia deste Instituto Politécnico — autorizada a nomeação definitiva, no mesmo quadro, como técnico profissional principal, precedendo concurso interno de acesso misto, com a remuneração mensal de € 793,99, correspondente ao escalão 1, índice 238, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data.

29 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1450/2009

Por despacho de 18 de Setembro de 2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

António Manuel Martins de Freitas — autorizada por dois anos, a renovação da nomeação em comissão de serviço extraordinária como equiparado a assistente, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, para exercer funções na Escola Superior de Saúde deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 2008.

30 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1451/2009

Por despacho de 17 de Novembro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Rita Noélia Silva Fernandes — autorizada por dois anos, a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, em regime de tempo integral, para exercer funções na Escola Superior de Saúde deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 22 de Novembro de 2008.

30 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1452/2009

Por despacho de 22 de Setembro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Telma Andreia da Costa Pereira — autorizada por dois anos, a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, em regime de tempo integral, para exercer funções na Escola Superior de Saúde deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2008.

30 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1453/2009

Por despacho de 12 de Dezembro de 2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Isabel Maria de Barros Ferreira Ribeiro, equiparada a assistente, da Escola Superior de Saúde deste Instituto — autorizada a rescisão do contrato, por comum acordo, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008.

30 de Dezembro de 2008. — A Administradora, *Ângela Noiva Gonçalves*.

Regulamento n.º 16/2009

Tendo em conta o elevado número de estudantes trabalhadores do IPS, nomeadamente os que ingressam através das condições especiais de acesso e ingresso no ensino superior dos maiores de 23 anos, e tendo em conta o disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho, houve necessidade de estabelecer procedimentos para o reconhecimento e validação de competências desenvolvidas em contexto profissional, com vista à sua creditação.

Assim, ouvidas as Escolas, sob proposta da Unidade para o Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências do IPS (UDRVC-IPS), é aprovado o Regulamento do Processo de Reconhecimento e Validação de Competências, em anexo.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Armando Pires*.

ANEXO

Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)

Regulamento do processo de Reconhecimento e Validação de Competências

Artigo 1.º

(Âmbito e Objectivo)

O presente regulamento define o processo de reconhecimento e validação de competências adquiridas em contextos não formais e informais, de estudantes matriculados no IPS, de acordo com a alínea *c*) do n.º 1 do artigo 45.º, Capítulo VII, do Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 Junho.

Artigo 2.º

(Conceitos)

Para efeitos deste regulamento, consideram-se competências adquiridas em contextos não formais e informais as aprendizagens/competências de que os candidatos podem fazer prova possuir e que não estão certificadas no âmbito do Ensino Superior nem de outros ciclos de estudos do sistema de educação e formação profissional.

Artigo 3.º

(Condições para a candidatura)

Podem candidatar-se ao reconhecimento e validação de competências os estudantes com experiência profissional, experiência de voluntariado ou outras actividades consideradas relevantes, por um período mínimo de três anos e desde que devidamente comprovadas.

Artigo 4.º

(Prazos e periodicidade)

As candidaturas são apresentadas anualmente até ao dia 30 de Novembro de cada ano lectivo, no Serviço competente do IPS.

Artigo 5.º

(Emolumentos)

Pela candidatura são devidos os emolumentos constantes da tabela de emolumentos em vigor no IPS.

Artigo 6.º

(Limites)

1 — Os estudantes podem apresentar até ao máximo de duas candidaturas em cada ciclo de estudos.

2 — Os estudantes podem requerer o reconhecimento e validação de competências para uma ou mais Unidades Curriculares (UC) constantes dos planos de estudos dos cursos do IPS, até ao limite de 1/3 do número total de créditos de cada ciclo de estudos.

2 — Em função da especificidade da(s) UC(s), o conselho científico de cada Escola Superior do IPS poderá definir as UC em que não é possível obter o reconhecimento.

Artigo 7.º

(Instrução das Candidaturas)

1 — A candidatura é efectuada mediante requerimento dirigido ao Presidente do IPS e entrega dos documentos exigidos (Dossier/Portfolio de competências e comprovativos).

2. A candidatura é instruída mediante apresentação de um Dossier / Portfolio (modelo do IPS) que deverá conter: uma apresentação pessoal, carta de motivações, *curriculum vitae,* descrição de funções / actividades realizadas, explicitação das aprendizagens e competências

adquiridas e a sua correspondência com a(s) UC(s) em que se pretende o reconhecimento.

3 — O Dossier deverá incluir os comprovativos, declarações ou certificados que comprovem a realização das actividades e a sua duração, emitidas pela(s) entidade(s) empregadora(s) ou de voluntariado.

4 — O Dossier poderá incluir outros elementos considerados pertinentes para a apreciação.

5 — A preparação do Dossier é da responsabilidade do candidato.

Artigo 8.º

(Avaliação das candidaturas)

1 — O conselho científico de cada Escola Superior nomeia um Júri que avalia a candidatura.

2 — O Júri é constituído por um Presidente e dois Vogais de acordo com a natureza da(s) UC(s) à(s) qual(is) se requer a candidatura.

3 — O presidente do Júri, em função do número de candidatos e da especificidade das UC, poderá propor ao conselho científico a cooptação dos vogais considerados necessários.

Artigo 9.º

(Competências do Júri)

1 — Ao Júri compete analisar o Dossier / portfolio do candidato, realizar a entrevista com o candidato, propor a realização de provas complementares (caso necessário), assistir / acompanhar / avaliar as provas complementares, elaborar um parecer fundamentado com base na apreciação dos elementos do dossier, entrevista e provas complementares. Pode ainda propor, caso considere necessário, um plano individual de formação para o candidato.

2 — Ao Júri compete a tomada de decisão sobre a aprovação ou não aprovação do candidato e a atribuição dos créditos correspondentes.

3 — A decisão final do Júri é ratificada pelo conselho científico da Escola Superior

Artigo 10.º

(Tipo de validação)

A validação é feita com base no referencial de competências da(s) UC(s), podendo ser atribuída a validação total ou parcial e a correspondente atribuição total ou parcial do número de créditos correspondente à UC.

Artigo 11.º

(Resultado final)

1.O resultado final do processo traduz-se em aprovado ou não aprovado na(s) UC(s), sem classificação.

2.O resultado é transmitido ao candidato através de uma informação do Serviço competente do IPS.

Artigo 12.º

(Dúvidas de interpretação e casos omissos)

As dúvidas de interpretação e os casos omissos são resolvidos por despacho do Presidente do IPS.

Artigo 13.º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação no *Diário da República*.

Serviços de Acção Social

Despacho (extracto) n.º 1454/2009

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal de 19 de Dezembro de 2008:

Ana Sofia Aguiar Carvalho Batista — autorizada, precedendo concurso, a nomeação definitiva como assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Setúbal, escalão 1, índice 222, vencimento ilíquido de 740,61€, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da data de aceitação.

22 de Dezembro de 2008. — A Administradora para a Acção Social, *Andreia Godinho Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 1455/2009

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal de 19 de Dezembro de 2008:

Susana Maria Gomes Ferrão de Melo — autorizada, precedendo concurso, a nomeação definitiva como assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Setúbal, escalão 1, índice 222, vencimento ilíquido de 740,61€, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da data de aceitação.

22 de Dezembro de 2008. — A Administradora para a Acção Social, *Andreia Godinho Lopes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Despacho (extracto) n.º 1456/2009

Por despacho de 02 de Setembro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Tomar:

Laurent Dominique Vincent Caron — renovado o contrato administrativo de provimento como Encarregado de Trabalhos, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Outubro de 2008 e com término a 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 2, índice 305, constante do estatuto remuneratório da Administração Pública.

(Contrato isento de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas.)

2 de Setembro de 2008. — O Presidente, *António Pires da Silva.*

Despacho (extracto) n.º 1457/2009

Por despacho de 26 de Setembro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Tomar:

Cláudio César Ramalho de Melo — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente do 2.º Triénio, em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Outubro de 2008 e com término em 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 135, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

João Diogo Seiça Pereira Seguro — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente do 1.º Triénio, em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Outubro de 2008 e com término em 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

(Contratos isentos de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas).

26 de Setembro de 2008. — O Presidente, *António Pires da Silva*.

Despacho (extracto) n.º 1458/2009

Por despacho de 29 de Setembro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Tomar:

Joaquim Pombo da Silva Dias — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor Adjunto em regime de acumulação e a tempo parcial (50 %), por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Outubro de 2008 e com término a 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração cor-

respondente a 50 % do escalão 1, índice 185, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

Rute Andreia Lourenço Gomes — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparada a Assistente do 1.º Triénio em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Outubro de 2008 e com término a 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

(Contratos isentos de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas).

29 de Setembro de 2008. — O Presidente, *António Pires da Silva*.

Despacho (extracto) n.º 1459/2009

Por despacho de 29 de Setembro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Tomar:

Francisco Manuel Ferreira Lopes — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor Adjunto em regime de acumulação e a tempo parcial (50 %), por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Outubro de 2008 e com término a 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração correspondente a 50 % do escalão 1, índice 185, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

Fernando Sérgio Hortas Rodrigues — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Assistente do 1.º Triénio em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Outubro de 2008 e com término a 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

(Contratos isentos de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas).

29 de Setembro de 2008. — O Presidente, *António Pires da Silva*.

Despacho (extracto) n.º 1460/2009

Por despacho de 29 de Setembro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Tomar:

António João de Carvalho da Cruz — renovado o contrato administrativo de provimento como Equiparado a Professor Adjunto em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Outubro de 2008 e com término a 30 de Setembro de 2009, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 185, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

(Contrato isento de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas).

29 de Setembro de 2008. — O Presidente, *António Pires da Silva.*

Despacho (extracto) n.º 1461/2009

Por despacho de 07 de Novembro de 2008 do Presidente do Instituto Politécnico de Tomar:

Paula Cristina Dias Lourenço — contrato administrativo de provimento como Assistente do 1.º Triénio, em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 01 de Dezembro de 2008 e pelo período de três anos, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria. (Contrato isento de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2008. — O Presidente, *António Pires da Silva*.

Serviços de Acção Social

Despacho (extracto) n.º 1462/2009

Por despacho de 30 de Dezembro de 2008, do senhor presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Dr. António Pires da Silva:

Autorizada a nomeação, de Isabel Maria da Cruz Henriques Ângelo Vieira da Costa, Técnica Superior Estagiária de Recursos Humanos, como Técnico Superior de 2.ª classe de Recursos Humanos dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Tomar, com dispensa de estágio, em Regime de Comissão de Serviço Extraordinária.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

30 de Dezembro de 2008 — O Administrador, *José Júlio Filipe.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho (extracto) n.º 1463/2009

Por despacho de 22-12-2008 do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu.

Pedro Miguel Engenheiro Silva, Assistente Administrativo Principal do quadro da Escola Superior de Saúde no Instituto Politécnico de Viseu, nomeado, precedendo concurso, assistente administrativo especialista, da mesma Instituição, com início após a publicação do extracto no *Diário da República*.

23 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *Pedro Rodrigues.*

Despacho (extracto) n.º 1464/2009

Por despacho de 26-12-2008, do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu.

Licenciado Paulo Barracosa Correia da Silva, nomeado, professor adjunto, de nomeação provisória, para a Escola Superior Agrária, do Instituto Politécnico de Viseu, na sequência de concurso — Provas Públicas — com efeitos à data da aceitação do lugar, após a publicação do extracto no *Diário da República*.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *Pedro Rodrigues.*

Despacho (extracto) n.º 1465/2009

Por despacho de 26-12-2008, do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu.

Licenciada Helena Maria de Paiva Martins Esteves Correia, nomeada, professora adjunta, de nomeação provisória, para a Escola Superior Agrária, do Instituto Politécnico de Viseu, na sequência de concurso — Provas Públicas — com efeitos à data da aceitação do lugar, após a publicação do extracto no *Diário da República*.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *Pedro Rodrigues.*

Despacho (extracto) n.º 1466/2009

Por despacho de 29-12-2008, do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu.

Dr.ª Carla Sofia Arede dos Santos, nomeada, precedendo concurso, professora adjunta, de nomeação provisória, para a Escola Superior Agrária, do Instituto Politécnico de Viseu, com efeitos à data da aceitação do lugar, após a publicação do extracto no *Diário da República*.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *Pedro Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 1467/2009

Por despacho de 26-12-2008, do Presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Mestre José Manuel Moreira da Costa**,** nomeado, precedendo concurso, professor adjunto, de nomeação provisória, para a Escola Superior Agrária, do Instituto Politécnico de Viseu, com efeitos à data da aceitação do lugar, após a publicação do extracto no *Diário da República*.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *Pedro Rodrigues.*

Despacho (extracto) n.º 1468/2009

Por despacho de 26-12-2008, do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Viseu.

Prof. Doutora Maria João da Cunha e Silva Reis Lima**,** nomeada, precedendo concurso, professora adjunta, de nomeação provisória, para a Escola Superior Agrária, do Instituto Politécnico de Viseu, com efeitos à data da aceitação do lugar, após a publicação do extracto no *Diário da República*.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente, *Pedro Rodrigues.*

Edital n.º 45/2009

O prof. coordenador Fernando Lopes Rodrigues Sebastião, presidente do Instituto Politécnico de Viseu, faz saber que:

1 — Pelo prazo de 30 dias úteis a contar da publicação do presente edital, encontra-se aberto concurso documental, nos termos e ao abrigo dos artigos 5.º, 15.º e 17.º do Decreto-Lei 185/81, de 1 de Julho, para recrutamento de um Professor — Adjunto para a Área Científica de Educação Visual, na especialidade de Design e Marketing, para a Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV), unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viseu (IPV).

2 — Ao referido concurso serão admitidos candidatos que estejam nas condições previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho e no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81 de 1 de Julho.

3 — Os candidatos deverão instruir os seus requerimentos com os seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento;
b) Bilhete de Identidade ou cartão do cidadão
c) Certificado do registo criminal;
d) Documento comprovativo da posse de robustez física e do perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e de ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;
e) Documento comprovativo de terem sido cumpridas as leis de recrutamento militar, se for o caso;
f) Cópia do diploma ou certidão de atribuição de grau académico;
g) Três exemplares do *curriculum vitae,* detalhado e quaisquer outros documentos que facilitem a formação de um juízo sobre as aptidões dos candidatos para o exercício do cargo a concurso.

4 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*), *c*), *d*) e *e*) aos candidatos que declararem, nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma das alíneas.

5 — Dos requerimentos, em papel branco, de formato A4, dirigidos ao Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, deverão constar ainda os seguintes elementos: nome completo, filiação, data e local de nascimento, estado civil, residência actual, grau académico e respectiva classificação, categoria profissional e cargo que actualmente ocupa.

6 — Na ponderação e análise do currículo só serão considerados os trabalhos dos quais sejam enviadas cópias.

7 — As cópias dos trabalhos recebidos ficarão a pertencer à Biblioteca da Escola Superior de Educação de Viseu, quando encerrado o concurso.

8 — Os critérios de ordenação terão em conta o mérito científico, a capacidade e a experiência pedagógica e profissional dos candidatos, a respectiva relevância para a área a que concorrem, aferidos nos factores abaixo discriminados, bem como o resultado da entrevista profissional, onde se apreciarão as suas motivações e a adequação dos seus perfis profissionais aos objectivos e necessidades da Escola Superior de Educação de Viseu.

a) Habilitações Académicas (HA):

a.1.) Nota de Licenciatura (constitui condição preferencial a licenciatura em Design de Comunicação ou Design Gráfico) (NL);
a.2.) Pós-Graduação (PG);
a.2.1.) mestrado em áreas afins à especialidade para que é aberto o concurso;
a.2.2.) mestrado em Design e Marketing;
a.2.3.) doutoramento em áreas afins à especialidade para que é aberto o concurso com investigação em Design e Marketing.

b) Mérito Científico (MC):

b. 1.) Comunicações em encontros/jornadas:
b.1.1.) sem publicação em acta;
b.1.2.) com publicação em acta.

b.2.) Publicações:

b.2.1.) artigos;
b.2.2.) capítulos/ participação em livro;
b.2.3.) livros.

c) Currículo Profissional (CP):

c.1.) Experiência profissional comprovada no domínio específico do design de comunicação ou design gráfico;
c.2.) Experiência profissional como docente no ensino superior e na área disciplinar em que é aberto o concurso;
c.3.) Cargos/funções académicas relevantes desempenhadas:

c.3.1.) Conselho Pedagógico;
c.3.2.) coordenações de carácter institucional;
c.3.3.) participação em comissões de trabalho;
c.3.4.) outros (considerados relevantes ao propósito do concurso).

c.4.) Habilitações Pedagógicas:

c.4.1) Outras formações de carácter pedagógico;
c.4.2) Profissionalização em Serviço ou Estágio Pedagógico.

d) Entrevista profissional de selecção (E) de forma a aferir a adequação do perfil profissional do candidato para a especialidade em que é aberto o concurso, tendo em conta a capacidade de expressão e fluência verbal, as motivações, a capacidade de argumentação, entre outras.

e) A Classificação final decorrerá da aplicação da seguinte fórmula (onde cada um dos factores atrás referidos é classificado numa escala de 0 a 20 valores, arredondando-se a classificação final, quando necessário, para desempate de situações de igualdade entre candidatos.

$$\text{Classificação Final} = \frac{30 \times HA + 25 \times MC + 30 \times CP + 15 \times E}{100}$$

Sendo:

HA — Habilitações Académicas, HA = (NL + PG) / 2
NL — Nota de Licenciatura
PG — Pós-Graduação
MC — Mérito Científico, média do somatório dos itens constantes no Currículo Científico
CP — Currículo Profissional, média do somatório dos itens relativos ao Currículo Profissional
E — Entrevista

9 — O não cumprimento do estipulado no presente edital, nomeadamente, a apresentação em sede de candidatura, dos documentos e respectivos comprovativos exigidos neste edital, implica a eliminação do candidato.

10 — As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente, contra recibo, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para o Instituto Politécnico de Viseu, Av. Cor. José Maria Vale de Andrade, Campus Politécnico, 3504-510 Viseu.

Júri do concurso:

Presidente:

Professor Doutor Francisco José Lucas Moutinho Rúbio, Professor -Adjunto da Escola Superior de Educação de Coimbra

Vogais efectivos:

Mestre Dulce Ricardina Mendes de Barros, Professora — Adjunta da Escola Superior de Educação de Viseu

Especialista com Provas Públicas Luís Filipe Ferreira da Bandeira Calheiros, Professor — Adjunto da Escola Superior de Educação de Viseu

Vogal suplente:

Jorge Manuel Fraga de Mendonça, Professor — Adjunto da Escola Superior de Educação de Viseu

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Fernando Lopes Rodrigues Sebastião.*

Edital n.º 46/2009

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro e da Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março, faz-se público que se encontra aberto concurso para candidatura à matrícula e inscrição ao curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria, criado pela Portaria n.º 303/2005 de 23 de Março, curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Reabilitação, criado pela Portaria n.º 302/2005 de 23 de Março, e ao curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, criado pela Portaria n.º 333/2003 de 24 de Abril, a ministrar na Escola Superior de Saúde de Viseu, no ano lectivo 2008/2009.

1 — Vagas — O número é de 25 vagas para cada um dos cursos, de acordo com a Portaria n.º 1377/2008 de 2 de Dezembro.

2 — Contingentes — Ao abrigo do artigo 14.º da Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março, das 25 vagas aprovadas para cada um dos cursos, são criados os seguintes contingentes:

2.1 — Até 25 % das vagas — Serão afectadas prioritariamente a enfermeiros provenientes de Instituições de Saúde que tenham protocolos de formação com a Escola Superior de Saúde de Viseu.

2.2 — Até 25 % das vagas — Serão afectadas prioritariamente a enfermeiros que desenvolvam a sua actividade profissional principal e com carácter de permanência em Instituições de Saúde sedeadas na área de influência da Escola Superior de Saúde de Viseu.

3 — Candidatura

3.1 — Condições de candidatura — De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro, e com o artigo 12.º da Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março, podem concorrer os candidatos que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições**:**

a) Ser titular do grau de licenciado em enfermagem ou equivalente legal;

b) Ser detentor do título profissional de enfermeiro;

c) Ter pelo menos dois anos de experiência profissional como enfermeiro.

3.2 — As candidaturas são formuladas através de requerimento a apresentar dentro dos prazos previstos, elaborado em impresso próprio a fornecer pela Escola (também disponível no site da Escola Superior de Saúde de Viseu, na internet).

3.3 — O requerimento terá de ser acompanhado pelos seguintes documentos:

a) Fotocópia do Bilhete de Identidade;

b) Fotocópia do cartão de Identificação Fiscal;

c) Cédula profissional ou certificado de inscrição na Ordem dos Enfermeiros válidos;

d) Certidão comprovativa da titularidade do grau de licenciado em Enfermagem ou equivalente legal, indicando a respectiva classificação final;

e) Certidão comprovativa da categoria profissional que possui e do tempo de serviço contado em anos, meses e dias, passada pela instituição com assinatura autenticada com selo branco;

f) Currículo académico e profissional do requerente elaborado em impresso a fornecer pela Escola (também disponível no site da Escola Superior de Saúde de Viseu, na internet);

g) Documentos comprovativos das declarações constantes no currículo académico e profissional;

h) Os candidatos poderão ainda juntar ao currículo académico e profissional outros documentos que entendam relevantes para apreciação do mesmo.

3.4 — Nos casos em que o requerente apresente a sua candidatura a mais de um dos cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem, abertos nesta Escola para o ano lectivo 2008/2009, só é necessário apresentar um exemplar da documentação referida no número anterior.

4 — Selecção e seriação — De acordo com o artigo 22.º da Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março, a seriação dos candidatos aos cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem é da competência do júri e será feita através da análise do currículo académico e profissional, que se traduz na apreciação e valoração dos aspectos relacionados com a formação anterior e com a experiência profissional dos candidatos.

4.1 — A classificação final é a resultante do somatório dos itens que constituem o currículo académico e profissional.

4.2 — O modelo de análise e os critérios de valoração curricular, serão afixados em *placard* na Escola.

5 — Termos e prazos — De acordo com o artigo n.º 17 da Portaria n.º 268/2002 de 13 de Março, os termos e prazos em que decorre a candidatura, seriação, reclamações e matrícula nos cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem, a iniciar no 2.º semestre do ano lectivo de 2008/2009, são os seguintes:

Apresentação de candidatura: 15 de Janeiro a 16 de Fevereiro de 2009;

Afixação da lista dos candidatos admitidos e rejeitados: 19 de Fevereiro de 2009;

Afixação dos resultados do processo de seriação: 26 de Fevereiro de 2009;

Apresentação de reclamações: até 2 de Março de 2009;

Afixação da decisão de reclamações: até 5 de Março de 2009;

Matrícula e inscrição: 6 a 13 de Março de 2009;

Início do curso: 2.º semestre do ano lectivo 2008/2009.

6 — Caso algum candidato admitido desista expressamente da matrícula e inscrição ou não compareça a realizar as mesmas, os serviços académicos, no dia útil imediato ao do fim do prazo da matrícula e inscrição, através de carta registada com aviso de recepção, convocará para a matrícula e inscrição o candidato seguinte na lista ordenada, até esgotar as vagas ou os candidatos. Os candidatos convocados terão um prazo improrrogável de três dias úteis após a recepção da notificação para procederem à sua matrícula e inscrição.

7 — Reclamações — As reclamações a apresentar devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Saúde de Viseu.

8 — Nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, é fixado para os Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria e Enfermagem de Reabilitação a propina de 250,00€ por mês durante 15 meses e, para o curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia a propina de 250,00€ por mês durante 20 meses.

9 — O início do curso fica condicionado à matrícula e inscrição de 15 estudantes em cada um dos cursos.

10 — Os documentos apresentados pelos candidatos não admitidos serão eliminados caso não sejam solicitados até 90 dias após o início do Curso.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Carvalho Duarte.*

Serviços de Acção Social

Despacho (extracto) n.º 1469/2009

Por despacho do Senhor Presidente do Instituto Superior Politécnico de Viseu, de 25 de Novembro de 2008:

Por Adenda ao Contrato Individual de Trabalho celebrado com os trabalhadores José Lapa Pessoa Paiva e Fernanda Maria Pais Silva Rodrigues Almeida, alterada a respectiva categoria para Técnico Superior de 2.ª classe e Auxiliar Técnico respectivamente, a partir de 2 de Dezembro de 2008.

4 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Fernando Lopes Rodrigues Sebastião*.

Despacho (extracto) n.º 1470/2009

Por despacho do Senhor Presidente do Instituto Superior Politécnico de Viseu, de 13 de Novembro de 2008:

Por Adenda ao Contrato Individual de Trabalho celebrado com as trabalhadoras Isabel dos Santos Barata Cardoso Monteiro, Cláudia Manuela Pinto Gomes Calais Romano e Rosa de La Salete de Almeida Ferreira, alterada a respectiva categoria para Técnico Superior de 2.ª classe a partir de 2 de Dezembro de 2008.

4 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Fernando Lopes Rodrigues Sebastião.*

PARTE F

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Direcção Regional de Saúde

Unidade de Saúde de Ilha do Pico

Deliberação n.º 16/2009/A

Nomeação de Comissão de Avaliação Curricular

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha do Pico de 15 de Novembro de 2007, foi constituída da seguinte forma, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho, a Comissão de Avaliação Curricular para a progressão a Assistente Graduado (área de medicina geral e familiar), requerida pela Dra. Teresa Alexandra da Costa Garcia de Lima Ponte, Assistente de Clínica Geral do Quadro Regional de Ilha do Pico, afecta à Unidade de Saúde de Ilha do Pico:

Presidente: Dra. Mercês Maria de Mendonça Maciel, Chefe de Serviço do Quadro Regional de Ilha do Pico, afecta à Unidade de Saúde de Ilha do Pico;
Vogais efectivos: Dra. Maria Paula Duarte Rodrigues Casals, Chefe de Serviço do Quadro Regional de Ilha do Pico, afecta à Unidade de Saúde de Ilha do Pico e Dr. Jorge Lourenço Saraiva Pereira, Chefe de Serviço do Quadro Regional de Ilha do Pico, afecto à Unidade de Saúde de Ilha do Pico.

17 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Ivo Moniz Soares.*

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Instituto da Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I. P. — RAM

Aviso n.º 2/2009/M

1 — Na sequencia do Concurso Externo de admissão ao estágio da especialidade da Carreira Técnica Superior de Saúde, ramo de Nutrição, aberto por aviso n.º 19/2005/M, publicado no DR n.º 198, 2.ª série de 14/10/2005 e no JORAM n.º 198, 2.ª série de 14/10/2005, e em cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 39.º da Portaria n.º 796/94, de 7 de Setembro, conjugado com os artigos 2.º e 4.º da Portaria n.º 226/2004, da Vice-Presidência do Governo Regional e Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e do Plano e Finanças, de 30 de Dezembro, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, n.º 148, 2.ª série, publica-se a classificação final do estágio, homologada por SS. Ex.ª o Secretário Regional dos Assuntos Sociais a 12/12/2008, referente aos candidatos abaixo mencionados, que ocuparam as 3 vagas do Ramo de Nutrição no Serviço Regional de Saúde, E.P.E.

Dr. Bruno Lisandro França Sousa — 20 Valores
Dra. Sandra Maria Caldas Anjos — 17.27 Valores
Dr. Jorge Miguel Rodrigues Andrade — 15,53 valores

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Maurício Melim.*

HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, E. P. E.

Deliberação n.º 17/2009/A

Por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, de 29 de Agosto de 2008, foi autorizada a licença sem vencimentos por um ano ao Enfermeiro Graduado, Paulo José Moniz Ponte, com efeitos a 22 de Setembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Arlindo Gomes Martins Mano.*

Deliberação n.º 18/2009/A

Por deliberação do conselho de Administração de 15 de Outubro de 2008 do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada E.P.E., foi deliberado a cessação do horário acrescido ao Enfermeiro João Agostinho Silva Mendonça, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Arlindo Gomes Martins Mano.*

Deliberação n.º 19/2009/A

Por deliberação do conselho de Administração de 01 de Outubro de 2008 do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada E.P.E., foi deliberado a cessação do horário acrescido à Enfermeira Célia Maria Arruda Machado, com efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Arlindo Gomes Martins Mano.*

Deliberação n.º 20/2009/A

Por deliberação do conselho de Administração de 05 de Novembro de 2008 do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada E.P.E., foi autoriza a licença parental por 15 dias ao Enfermeiro Pedro Miguel Gonçalves Janeiro, a partir de 07 de Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Arlindo Gomes Martins Mano.*

Deliberação n.º 21/2009/A

Por deliberação do conselho de Administração de 01 de Outubro do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada E.P.E., foi autoriza a licença parental por 15 dias ao Dr. Miguel Eduardo Marí Beltrán, a partir de 11 de Outubro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Arlindo Gomes Martins Mano.*

Deliberação n.º 22/2009/A

Por deliberação do conselho de Administração do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E. P. E., de 01 de Outubro de 2008, autoriza a dispensa de prestação de serviço de urgência nocturna de José Luís da C. de Medeiros Melo.

29 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Arlindo Gomes Martins Mano.*

Deliberação n.º 23/2009/A

Por deliberação do conselho de Administração de 05 de Novembro do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada E.P.E., foi autorizada a licença parental por 15 dias ao Enfermeiro Carlos Alberto Neves Antão, a partir do dia 06 de Novembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Arlindo Gomes Martins Mano.*

Despacho n.º 1/2009/A

Por deliberação do conselho de Administração de 17 de Dezembro do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E. P. E., foi autorizada a licença parental por 15 dias ao Dr. André Pereira da Silva Forjaz Sampaio, a partir de 18 de Dezembro de 2008.

29 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Arlindo Gomes Martins Mano.*

SERVIÇO DE SAÚDE DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 3/2009/M

Por deliberação do Conselho de Administração, de 18 de Dezembro de 2008:

Ana Luísa Faria Pestana Silva, nomeada, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho, assistente graduada de medicina física e reabilitação, da carreira médica hospitalar, do mapa de pessoal do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., com efeitos a 2 de Setembro de 2008, ficando exonerada da categoria anterior a partir da data da aceitação da nova categoria.

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora Hospitalar, *Eva Sousa.*

Aviso (extracto) n.º 4/2009/M

Por deliberação do Conselho de Administração de 18 de Dezembro de 2008:

Anabela Maria Olim Perestrelo Fernandes Faria e Jorge Luís Furtado Mendonça Olim Marote, nomeados, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho, para os lugares de chefes de serviço de dermatologia, da carreira médica hospitalar, do Mapa de Pessoal do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E. P. E., ficando exonerados da categoria anterior a partir da data da aceitação na nova categoria.

23 de Dezembro de 2008. — A Administradora Hospitalar, *Eva Sousa.*

PARTE G

CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 83/2009

Por deliberação do Conselho de Administração, deste Cento Hospitalar, de 17 de Dezembro de 2008:

Carlos Manuel Carvalho Santos, Chefe de Serviço de Cirurgia do quadro residual de pessoal deste Centro Hospitalar, em regime de exclusividade, há mais de cinco anos, concedida a redução de horário para trinta e nove horas semanais, nos termos do n.º 10 do art. 31.º do Decreto-Lei 73/90, de 6 de Março, com efeitos 1 de Janeiro de 2009.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Joaquim Ferreira Silva Pinheiro*.

CENTRO HOSPITALAR DO BARLAVENTO ALGARVIO, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 1190/2009

Por deliberação do conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., de 23 de Dezembro de 2008, foi autorizada a nomeação de Custódia de Fátima Correia Lopes e Paula Virgínia Viegas de Cintra Duarte, na sequência de concurso interno de acesso limitado, para provimento de dois lugares de técnico profissional principal da carreira de secretário-recepcionista do quadro residual de pessoal do Hospital Distrital de Lagos, considerando-se exoneradas da anterior categoria à data da aceitação de nomeação do novo lugar.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva, *Conceição Saúde.*

Aviso (extracto) n.º 1191/2009

Por deliberação do conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., de 23 de Dezembro de 2008, foi autorizada a nomeação de Carla Maria Cachão Luz, David Manuel Maria Marreiros, Graça Maria Gonçalves Guerreiro, Maria de Deus Rochato da Silva Leandro, Maria de Fátima Furtado Serafim, Maria do Rosário Varela Caetano Guerreiro Martins, Maria Ventura Mariano e Zélia Maria Barata da Costa Barros, na sequência de concurso interno de acesso limitado, para provimento de oito lugares de assistente administrativo especialista do quadro residual de pessoal do Hospital Distrital de Lagos, considerando-se exoneradas da anterior categoria à data da aceitação de nomeação do novo lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — A Vogal Executiva, *Conceição Saúde.*

Deliberação n.º 84/2009

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., datada de 12 de Dezembro de 2008, foram nomeados na categoria de Enfermeiro Especialista, área de enfermagem de médico-cirúrgico da carreira de Enfermagem, precedente concurso n.º 03/08, Interno de Acesso Limitado para provimento de quatro lugares na categoria de Enfermeiro Especialista, área de enfermagem de médico-cirúrgico da carreira de Enfermagem, do quadro residual de pessoal do Hospital do Barlavento Algarvio, aprovado por Portaria n.º 375/03, publicada no *Diário da República* n.º 77, 2.ª série de 1 de Abril, com efeitos à data da publicação do *Diário da República*:

Suzel Maria da Conceição Costa Poucochinho, posicionada no escalão 3, índice 175.

Maria Leonor Sousa Figueiredo Marques Luís, posicionada no escalão 4, índice 190.

Liliana Manuela Fonseca Duarte Beato, posicionada no escalão 1, índice 153.

Filipe Miguel Bento Beato, posicionado no escalão 1, índice 153.

(Isento de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2008. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria da Conceição Chagas Saúde.*

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 85/2009

Em 03/12/2008, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E. deliberou, na sequência de concurso interno de acesso circunscrito, nomear os Enfermeiros Graduados infra indicados, do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar na categoria de Enfermeiros Especialistas em Saúde Infantil e Pediatria:

Carla Alexandra Batista Infante, Sandra Cristina Magalhães de Seixas Faleiro, Sara Romão da Fonseca e Sílvia Cristina Marques de Sá Ribeiro, com a remuneração correspondente ao Escalão 1 — Índice 153 da respectiva escala salarial;

Alexandra Maria do Couto Correia, Anabela Lobo da Glória, Clotilde da Conceição Pires Bento, Maria da Natividade Simão Rafael Silvestre e Pedro Miguel da Silva Jácome de Sousa, com a remuneração correspondente ao Escalão 2 — Índice 160 da respectiva escala salarial;

Ana Margarida de Matos Branco, Didiério Moreira Patrício Valente, Fernando José Dias Mateus e Margarida Alexandra Lucas Brito, com a remuneração correspondente ao Escalão 3 — Índice 175 da respectiva escala salarial;

Cristina Maria Ribeiro Joaquim Friaças, com a remuneração correspondente ao Escalão 4 — Índice 190 da respectiva escala salarial;

Maria da Conceição Tavares Alves, com a remuneração correspondente ao Escalão 5 — Índice 205 da respectiva escala salarial.

23 de Dezembro de 2008. — O Director da Área Administrativa de Recursos Humanos, *J. Matos Mota.*

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA NORTE, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 1192/2009

José Fernando Gonçalves Ruivo, técnico principal de Anatomia Patológica da carreira de técnicos de diagnóstico e terapêutica do Hospital de Santa Maria, exonerado a seu pedido nos termos do artigo 29.º do Dereto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 9 de Janeiro de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Jorge Alves*.

Aviso (extracto) n.º 1193/2009

Ricardo Jorge Martins da Luz, assistente hospitalar graduado de Oncologia do Hospital de Santa Maria, exonerado a seu pedido nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Jorge Alves*.

CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.

Aviso n.º 1194/2009

Para conhecimento dos interessados torna-se público que, em execução do acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte, de 6 de Abril de 2008, se procede à alteração da composição do Júri do Concurso Interno Geral de Acesso, aberto por aviso publicado no D. R, 2.ª série, n.º 107 de 09-05-2003, para provimento de 2 vagas para Chefe de Serviço de Pediatria da Maternidade Júlio Dinis, presentemente integrada no Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., composição essa que conforme deliberação deste Conselho de Administração de 09-10-2008, passará a ser a seguinte:

Presidente — Luís Manuel Lacerda Ferreira Vale, Director do Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.
1.º Vogal Efectivo e Substituto do Presidente — Carlos António Lourenço Duarte, Chefe de Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.
2.º Vogal Efectivo — Fernanda Manuela Pereira Costa, Chefe de Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.
3.º Vogal Efectivo — Virgílio de Oliveira Senra, Chefe de Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.
4.º Vogal Efectivo — José Manuel Carvalho Tojal Monteiro, Chefe de Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.
1.º Vogal Suplente — Manuel Herculano Castro Rocha, Chefe de Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.
2.º Vogal Suplente — Maria Conceição Amorim Casanova Moreira, Chefe de Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E. P. E.

12 de Dezembro de 2008. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte.*

Deliberação n.º 86/2009

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. de 25-09-2008, autorizada a prorrogação da Licença Sem Vencimento por mais um ano ao Chefe de Serviço de Obstetrícia José Manuel Gomes Lopes Cabral, com efeitos a 2 de Novembro de 2008.

19 de Dezembro de 2008. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

Despacho (extracto) n.º 1471/2009

Por despacho de subdelegação de competências da Directora da Unidade Operacional de Coordenação e Regulação da Formação Profissional da Administração Central do Sistema de Saúde de 24-10-2008, foi autorizado o pedido de transferência da Interna da formação específica de Cirurgia Pediátrica Joana Filipe Santos Pereira, do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E. P. E., Hospital de Santa Maria para o Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., com efeitos a 17 de Novembro de 2008.

19 de Dezembro de 2008. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte.*

Despacho (extracto) n.º 1472/2009

Por despachos do Administrador Executivo de 1 de Outubro de 2008 para produzirem efeitos à mesma data, nomeados precedendo concurso, José Manuel Leite Lopes Lima, Chefe de Serviço de Neurologia, escalão 3, índice 195, em regime de tempo completo (35 horas semanais) e Luís Augusto Santos Meneses Monteiro, Chefe de Serviço de Neurologia, escalão 3, índice 195, em regime de dedicação exclusiva (42 horas semanais).

19 de Dezembro de 2008. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte.*

Despacho (extracto) n.º 1473/2009

Por despacho do Administrador Executivo de 22 de Setembro de 2008, António Dias da Silva, nomeado precedendo concurso Assistente Administrativo Principal, escalão 1, índice 222.

19 de Dezembro de 2008. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

Despacho (extracto) n.º 1474/2009

Por despacho de subdelegação de competências da Directora da Unidade Operacional de Coordenação e Regulação da Formação Profissional da Administração Central do Sistema de Saúde de 03-10-2008, foi autorizado o pedido de transferência da Drª Vânia Cristina Castro Oliveira, do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E. para o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. com efeitos a 15 de Outubro de 2008.

19 de Dezembro de 2008. — A Directora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte*.

CENTRO HOSPITALAR DA PÓVOA DE VARZIM/ VILA DO CONDE, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 1195/2009

Por deliberação do conselho de administração de 10 de Dezembro de 2008, foi aceite o pedido de exoneração apresentado pelo Chefe de Serviço de Ginecologia/Obstetrícia do quadro de pessoal deste Centro Hospitalar, Joaquim Alexandre Guerra Rodrigo, a partir de 12 de Dezembro de 2008.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Gaspar Pinto de Andrade Pais*.

Deliberação n.º 87/2009

Por deliberação do conselho de administração de 10 de Dezembro de 2008, Fernanda Gilberta Silva Dourado foi nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnica principal de radiologia da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, escalão 1, Índice 155, com efeitos à data da nomeação.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Gaspar Pinto de Andrade Pais.*

Deliberação (extracto) n.º 88/2009

Por deliberação do conselho de administração de 9 de Dezembro de 2008 e no uso das competências que lhe são atribuídas pelo disposto na alínea *f*) do n.º 1 do artigo n.º 7.º do Anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, foi nomeado, José Eduardo Seixas Osório Mesquita Montes, assistente de Ortopedia, director do Serviço de Ortopedia deste Centro Hospitalar, com efeitos à data da deliberação.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Gaspar Pinto de Andrade Pais.*

Deliberação (extracto) n.º 89/2009

Por deliberação do Conselho de Administração de 9 de Dezembro de 2008 e no uso das competências que lhe são atribuídas pelo disposto na alínea *f*) do n.º 1 do artigo n.º 7.º do Anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29/12, foi nomeada, Ana Maria de Oliveira Aroso Monteiro, especialista de Ginecologia/Obstetrícia, Directora do Serviço de Ginecologia/Obstetrícia deste Centro Hospitalar, com efeitos à data da deliberação.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Gaspar Pinto de Andrade Pais.*

HOSPITAL DE FARO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 90/2009

Por deliberação do Conselho de Administração do Hospital de Faro, E.P.E. de 10.12.2008, não prorrogado o regime de horário acrescido a partir de 31.12.2008, aos Enfermeiros Graduados abaixo mencionados:

Serviço de UCI Polivalente:

Ana Clara Machado Bernardes.
Cíntia Dulce de Sousa.
Lina Maria Godinho Cristina.
Sílvia Guerreiro Martins Nascimento.

Serviço de Urgência Geral:

Aníbal Marcelo Patrício Silveira.
Ana Paula Murtinheira Saraiva Antunes.
Graça Maria Duarte Monteiro da Cunha Nabais.

12 de Dezembro de 2008. — A Técnica Superior de Recursos Humanos, *Jacinta Charneca.*

HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 91/2009

Por deliberação de 26 de Novembro de 2008 do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.:

João Mário Escoval de Vasconcelos, assistente graduado de cardiologia do quadro de pessoal, residual, deste Hospital — autorizado a renovar o regime de trabalho de vinte e duas horas semanais, para vinte e sete horas semanais, com início a 1 de Dezembro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador Hospitalar, *José Hermano Bravo Cosinha.*

Deliberação (extracto) n.º 92/2009

Por deliberação de 23 de Outubro de 2008 do Conselho de Administração do Hospital Espírito Santo de Évora, E. P. E:

Vasco Andresen Guimarães de Herédia, Assistente Eventual de Radiologia em Regime de Contrato Administrativo de Provimento —autorizada a passagem do regime de trabalho de dedicação exclusiva com 42 horas semanais para o regime de trabalho de tempo completo, com o horário de 35 horas semanais, com efeitos a 1 de Novembro de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

29 de Dezembro de 2008. — O Administrador Hospitalar, *José Hermano Bravo Cosinha.*

HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.

Deliberação n.º 93/2009

Por deliberação de 19 de Dezembro de 2008 do Conselho de Administração deste Hospital:

Maria Benedita Excelente Nunes, Maria Luísa de Freitas Teixeira e Soares, Filomena Maria Santos Almeida, Céu dos Ramos Fernandes — nomeadas definitivamente, com efeito à data de 18 de Dezembro de 2008, em lugar de acesso na categoria de assessoras, área de serviço social, da carreira técnica superior do regime geral, do quadro de pessoal do Hospital de Garcia de Orta, E. P. E., aprovado pela Portaria n.º 754/94, de 17 de Agosto, alterado pela Portaria n.º 674/95, de 28 de Junho, pela Portaria n.º 988/2000, de 14 de Outubro e pela Portaria n.º 1374/2002, de 22 de Outubro."

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Álvaro Eiras Carvalho.*

Deliberação n.º 94/2009

Por deliberação de 19 de Dezembro de 2008 do Conselho de Administração deste Hospital:

Maria da Conceição Casaca Costa Crispim, Célia da Conceição Torres Barca — nomeadas definitivamente, com efeito à data de 18 de Dezembro de 2008, em lugar de acesso na categoria de técnico superior principal, área de serviço Social, da carreira técnica superior do regime geral, do quadro de pessoal do Hospital de Garcia de Orta E.P.E., aprovado pela Portaria n.º 754/94, de 17 de Agosto, alterado pela Portaria n.º 674/95, de 28 de Junho, pela Portaria n.º 988/2000, de 14 de Outubro e pela Portaria n.º 1374/2002, de 22 de Outubro."

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Álvaro Eiras Carvalho.*

Deliberação n.º 95/2009

Por deliberação de 19.12.2008 do Conselho de Administração deste Hospital:

David de Sousa Gervásio — nomeado definitivamente, com efeito à data de 18 de Dezembro de 2008, em lugar de acesso na categoria de Técnico Principal, da carreira Engenheiro Técnico do regime geral, do quadro de pessoal do Hospital de Garcia de Orta E.P.E., aprovado pela Portaria n.º 754/94, de 17 de Agosto, alterado pela Portaria n.º 674/95, de 28 de Junho, pela Portaria n.º 988/2000, de 14 de Outubro e pela Portaria n.º 1374/2002, de 22 de Outubro."

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Álvaro Eiras Carvalho.*

Deliberação n.º 96/2009

Por deliberação de 19.12.2008 do Conselho de Administração deste Hospital:

Isabel Cristina Candeias Pereirinha — nomeada definitivamente, com efeito à data de 18 de Dezembro de 2008, em lugar de acesso na categoria de Técnica Superior Principal, da carreira Técnica Superior do regime geral, do quadro de pessoal do Hospital de Garcia de Orta, E. P. E., aprovado pela Portaria n.º 754/94, de 17 de Agosto, alterado pela Portaria n.º 674/95, de 28 de Junho, pela Portaria n.º 988/2000, de 14 de Outubro e pela Portaria n.º 1374/2002, de 22 de Outubro.

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Álvaro Eiras Carvalho.*

Deliberação n.º 97/2009

Por deliberação de 19.12.2008 do Conselho de Administração deste Hospital:

José Pedro Carvalho Ferreira — nomeado definitivamente, com efeito à data de 18 de Dezembro de 2008, em lugar de acesso na categoria de Técnico Especialista Principal, da carreira Engenheiro Técnico do regime geral, do quadro de pessoal do Hospital de Garcia de Orta E.P.E., aprovado pela Portaria n.º 754/94, de 17 de Agosto, alterado pela Portaria n.º 674/95, de 28 de Junho, pela Portaria n.º 988/2000, de 14 de Outubro e pela Portaria n.º 1374/2002, de 22 de Outubro."

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Álvaro Eiras Carvalho.*

Despacho (extracto) n.º 1475/2009

Por despacho de 18/12/08 do Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, E. P. E. foi aceite o pedido de exoneração de, Ana Paula dos Santos Fernandes Lopes da Costa, assistente hospitalar de pediatria, com efeitos a 01/01/2009.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Álvaro Eiras Carvalho.*

HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 98/2009

Por deliberação do Conselho de administração do Hospital Nossa Senhora do Rosário, E.P.E., de 17/12/2008, Dr. João Manuel Oliveira Neves Granadeiro, Assistente Graduado de Radiologia, do quadro deste Hospital, foi autorizado a acumular funções privadas, com horário de 12 horas semanais, na Clínica de Santo António e 4,5 horas na na Clínica DIMASUL.

23 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho de Administração, *Izabel Pinto Monteiro.*

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE COIMBRA FRANCISCO GENTIL, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 99/2009

Por deliberação de 13/11/2008, do Conselho de Administração deste Instituto:

Filomena Maria Parreira Lopes, assistente graduada de radiologia, da carreira médica hospitalar, do quadro deste Instituto, autorizada a acumulação de funções privadas nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, com a Cedile em Leiria.

22 de Dezembro de 2008. — O Administrador Hospitalar, *José Miguel Perpétuo.*

Deliberação (extracto) n.º 100/2009

Por deliberação de 13/11/2008, do Conselho de Administração deste Instituto:

Idílio Filipe de Mendonça Gomes, assistente graduado de radiologia, da carreira médica hospitalar, do quadro deste Instituto, autorizada a acumulação de funções privadas nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, com as seguintes entidades: Sonomédicos em Aveiro, Briosa e Gala em Aveiro, Cliria em Aveiro e Manuel Macário em Estarreja.

22 de Dezembro de 2008. — O Administrador Hospitalar, *José Miguel Perpétuo.*

Deliberação (extracto) n.º 101/2009

Por deliberação de 13/11/2008, do Conselho de Administração deste Instituto:

Maria Isonda Pereira Pires, assistente graduada de radiologia, da carreira médica hospitalar, do quadro deste Instituto, autorizada a acumulação de funções privadas nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, com as seguintes entidades: Briosa e Gala em Aveiro e Cedile em Leiria.

22 de Dezembro de 2008. — O Administrador Hospitalar, *José Miguel Perpétuo.*

Deliberação (extracto) n.º 102/2009

Por deliberação de 09/12/2008, do Conselho de Administração deste Instituto:

José Luís Esteves de Sá, assistente graduado de ginecologia, da carreira médica hospitalar, do quadro deste Instituto, autorizada a acumulação de funções públicas com a Universidade de Aveiro, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02.

22 de Dezembro de 2008. — O Administrador Hospitalar, *José Miguel Perpétuo*.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DO PORTO FRANCISCO GENTIL, E. P. E.

Despacho n.º 1476/2009

Por despacho do presidente do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E., de 18 de Novembro de 2008, no uso das competências delegadas:

Isabel Maria Abreu Silva Gomes Ferreira, promovida, precedida de concurso, no lugar de chefe de serviço de Medicina Interna área de Clínica Oncológica, da Carreira de Medica Hospitalar, com dedicação exclusiva — quarenta e duas horas semanais, do quadro de pessoal deste Instituto, ficando exonerado do lugar anterior à data de aceitação do novo lugar. (Isenta de declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Maria Laranja Pontes.*

Despacho n.º 1477/2009

Por despacho do Presidente do Conselho de administração do Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil E.P.E., de 18 de Dezembro de 2008, no uso das competências delegadas:

Isabel Maria Abreu Silva Gomes Ferreira, promovida, precedida de concurso, no lugar de Chefe de Serviço de Medicina Interna área de Clínica Oncológica, da Carreira de Medica Hospitalar, com dedicação exclusiva — 42 horas semanais, do quadro de pessoal deste Instituto, ficando exonerado do lugar anterior à data de aceitação do novo lugar.

(Isenta de declaração de conformidade do Tribunal de Contas).

18 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Maria Laranja Pontes.*

Despacho n.º 1478/2009

Por despacho do Presidente do Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E., de 18 de Dezembro de 2008, no uso das competências delegadas:

Maria Armanda Coutinho Pinto Babo, promovida, precedida de concurso, no lugar de Técnica Principal de Anatomia Patológica e Tanatológica, da Carreira de Técnica de Diagnostico e Terapêutica, 35 horas semanais, do quadro de pessoal deste Instituto, ficando exonerado do lugar anterior à data de aceitação do novo lugar.

(Isenta de declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Maria Laranja Pontes.*

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 103/2009

Por deliberação do conselho de administração desta Unidade Local de Saúde de 19 de Dezembro de 2008, José António da Mota Freitas, assistente graduado de Patologia Clínica, foi nomeado chefe de Serviço de Patologia Clínica, precedido de concurso, nos termos do disposto na Portaria n.º 177/97 de 11 de Março, ficando exonerado da anterior categoria na data de aceitação da presente nomeação.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Manuel António Martins Alves.*

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO , E. P. E.

Deliberação n.º 104/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 2 de Dezembro de 2008:

Eugénia Suzana Ramos Tareco, enfermeira graduada do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, foi autorizada a acumulação de funções públicas na Unidade de Cuidados Paliativos do Hospital do Litoral Alentejano, Santiago do Cacém. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 105/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 18 de Novembro de 2008:

Inácia Calatroia Prazeres e Maria Antónia Pereira Gomes Silva Revez, enfermeiras graduadas do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, foi autorizada a acumulação de funções públicas na Junta de Freguesia de Santiago Maior, Beja. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 106/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E., de 17 de Dezembro de 2008.

Paula Alexandra Antunes Calado, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica principal de radiologia, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital de São Paulo — Serpa, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 107/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Maria Dolores Borrero Martins Morgado Loureiro da Silva, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica principal de administração, da carreira técnica, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 108/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E., de 17 de Dezembro de 2008.

João Paulo da Conceição Rodrigues Anastácio, foi nomeado definitivamente na categoria de técnico especialista de radiologia, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital de São Paulo — Serpa, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerado da anterior categoria à data da tomada de posse.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 109/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Maria Adelaide Figueira de Carvalho e Carvalho Soares, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica especialista de 1.ª classe de farmácia, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital de São Paulo — Serpa, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos*.

Deliberação n.º 110/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Carla Sofia Farinha Pinheiro, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica de 1.ª classe de dietética, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital de São Paulo — Serpa, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos*.

Deliberação n.º 111/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E., de 17 de Dezembro de 2008.

Margarida Alexandra Gameiro Oliveira Lebre Fonseca, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica principal de fisioterapia, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital de São Paulo — Serpa, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 112/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E., de 17 de Dezembro de 2008.

Teresa Maria Santos Rosalina Rosa foi nomeada definitivamente na categoria de assessor de serviço social, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 113/2009

Por deliberação do Conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Filipe Coelho Florêncio, foi nomeado definitivamente na categoria de técnico de 1ª. classe de análises clínicas e de saúde pública, do quadro de pessoal residual do ex- Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerado da anterior categoria à data da tomada de posse. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos*.

Deliberação n.º 114/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008:

Maria Dulce Gonçalves Carrasco Palma, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica especialista de 1.ª classe de fisioterapia, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital de São Paulo — Serpa, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 115/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E., de 17 de Dezembro de 2008:

António Manuel Ataíde Carrasco, Maria Gertrudes Bracieira Barrocas Cuiça e Maria de Fátima Carvoeiro Velhinho Charraz, foram nomeados definitivamente na categoria de assistente administrativo especialista, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital de São Paulo — Serpa, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerados da anterior categoria à data da tomada de posse. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

Deliberação n.º 116/2009

Por deliberação do Conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Alexandra Sofia Roxo Ferreira, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica principal de análises clínicas e de saúde pública, do quadro de pessoal residual do ex- Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos*.

Deliberação n.º 117/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Ana Cristina Colaço Nobre, foi nomeada definitivamente na categoria de assessor principal de serviço social, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos*.

Deliberação n.º 118/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Maria Matilde Fonseca Vasques Veríssimo, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica superior principal de serviço social, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos*.

Deliberação n.º 119/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Josefa Cristina Reis Coelho, foi nomeada definitivamente na categoria de técnica superior de 1.ª classe de serviço social, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerada da anterior categoria à data da tomada de posse.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos*.

Deliberação n.º 120/2009

Por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008.

Luís Filipe dos Santos Rodrigues, foi nomeado definitivamente na categoria de técnico especialista de 1.ª classe de radiologia, do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, tendo precedido concurso interno de acesso limitado, ficando exonerado da anterior categoria à data da tomada de posse.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos*.

Deliberação n.º 121/2009

Por deliberação do Conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E., de 17 de Dezembro de 2008:

Ana Maria Neves Martins Luís, Anabela Carmo Soudo Canudo Severo, Graça Maria Alves Lopes Santinho e Maria José Raposo Espanhol de Brito, enfermeiras especialistas do quadro de pessoal residual do ex-Hospital José Joaquim Fernandes, Beja, foi autorizada a acumulação de funções públicas na Escola Superior de Saúde de Beja.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Sousa Santos.*

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 122/2009

Por deliberação, de 01 de Outubro de 2008, do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, foi autorizada a nomeação por tempo indeterminado, por avaliação curricular, para a categoria de Assistente Graduada de Patologia Clínica, da carreira médica Hospitalar, à funcionária a seguir indicada, para o local de trabalho onde a mesma se encontra colocada, do quadro residual, do Hospital de Santa Luzia de Elvas, conforme n.º 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 50-B/2007, de 28 de Fevereiro:

Gema Maria Hernández Mira

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

17 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Joaquim Filomeno Duarte Araújo.*

Deliberação (extracto) n.º 123/2009

Por deliberação, de 19 de Dezembro de 2008, do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., foi autorizada a nomeação por tempo indeterminado, precedendo concurso interno condicionado, para a categoria de Técnico de 1.ª classe, na área de Fisioterapia à funcionária a seguir indicada, para o local de trabalho onde o mesmo se encontra colocado, do quadro residual, do Hospital de Santa Luzia de Elvas, conforme n.º 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 50-B/2007, de 28 de Fevereiro:

Joana Dores Mendes.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

26 de Dezembro de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, *Joaquim Filomeno Duarte Araújo.*

PARTE H

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARMAMAR

Aviso n.º 1196/2009

Torna-se público que, para os efeitos previstos no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, por deliberação da assembleia municipal de Armamar de 29 de Dezembro de 2008 se dá início, pelo prazo de 30 dias úteis contados da data desta publicação, à discussão pública do projecto de regulamento da biblioteca municipal de Armamar. O respectivo projecto de regulamento poderá ser consultado no edifício da câmara municipal de Armamar, sito na Praça da República, todos os dias úteis, durante o horário normal de expediente, entre às 9,00 horas e às 16,00 horas.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Assembleia, *Carlos Cruz Campos.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Aviso n.º 1197/2009

Concurso interno para admissão de um estagiário para ingresso na carreira técnica superior de educação e intervenção comunitária

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008, proferido no uso de competência delegada, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária para lugar da categoria de técnico superior estagiário — educação e intervenção comunitária, do mapa de pessoal do Município de Albufeira, a candidata Telma Filipa Pinheiro e Sousa, aprovada no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 225, de 19 de Novembro de 2008, a qual deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

23 de Dezembro de 2008. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, *José Carlos Martins Rolo.*

301152519

Aviso n.º 1198/2009

Concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar da categoria de técnico profissional especialista — Biblioteca e documentação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008, foi nomeada definitivamente para lugar da categoria de técnico profissional especialista — biblioteca e documentação, do mapa de pessoal do Município de Albufeira, a candidata Guilhermina Carlota Bento Coelho, aprovada no concurso em epígrafe, aberto por aviso afixado a 7 de Novembro de 2008 em Ordem de Serviço, a qual deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

23 de Dezembro de 2008. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, *José Carlos Martins Rolo.*

301152421

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Aviso n.º 1199/2009

Alteração parcial do PDM

Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes, Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal:

Torna público, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, que a Câmara Municipal, na sua reunião de 20/11/2008, determinou a alteração parcial do Plano Director Municipal de Alcácer do Sal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/94, de 29 de Abril de 1994, a qual se consubstancia na correcção dos limites da área destinada a equipamento constante da Planta do Aglomerado de Alcácer do Sal, integrando a parcela de terreno propriedade dos Bombeiros Voluntários de Alcácer do Sal.

A deliberação que determinou a alteração parcial do Plano Director Municipal está disponível para consulta no edifício dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, na Secretaria da Divisão de Urbanismo, Equipamento e Habitação, no horário normal de expediente, ou seja, das 9 às 16 horas.

Assim, no prazo de 15 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, podem ser formuladas sugestões e apresentadas informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANENA

Aviso n.º 1200/2009

Luís Manuel da Silva Azevedo, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, faz público que por seu despacho datado de 23 de Dezembro de 2008, proferido no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal ao abrigo da alínea *a*), do n.º 2, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeou, tendo em conta o n.º 1 e 2, do art. 29.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, Horácio Neto Frade da Silva, ex-titular do cargo de Director do Departamento Técnico, na categoria de assessor principal, da carreira e grupo de pessoal técnico superior, com efeitos à data de 22 de Dezembro de 2008, escalão 4, índice 900, tendo sido dada por finda a comissão de serviço, nos termos das alíneas *i*), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

A presente publicação obedece aos termos do disposto no art. 37.º, n.º 1, al. *a*), da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel da Silva Azevedo.*

301170574

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA

Regulamento n.º 17/2009

Nota justificativa

Na actual conjuntura económica torna-se necessário proteger e estimular o tecido empresarial local, em especial no que diz respeito às pequenas e microempresas, uma vez que são estas as que se encontram numa situação mais vulnerável perante um cenário, cada vez mais pronunciado, de crise financeira. Tal crise resulta num cada vez mais difícil acesso a financiamento, no agravamento dos custos de produção e numa diminuição do consumo de bens e serviços por parte das famílias.

É neste contexto que o Município de Alcobaça procede à alteração do seu regulamento da urbanização e da edificação no sentido de consagrar um conjunto de isenções que irão beneficiar, até ao final do ano de 2010, as pequenas empresas e microempresas que se encontrem instaladas ou se pretendam instalar na área do Concelho de Alcobaça.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com o disposto na alínea ***a***) do n.º 2 do artigo 53.º e na alínea ***a***) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, a Assembleia Municipal de Alcobaça, na sua sessão ordinária de 12 de Dezembro de 2008, sob proposta da Câmara Municipal de Alcobaça, deliberou aprovar a seguinte alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Concelho de Alcobaça:

Artigo 1.º

Ao artigo 9.º do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação do Concelho de Alcobaça publicado na Segunda Série do *Diário da República* através do Aviso n.º 5473/2003, de 16 de Julho e alterado pelos Regulamentos n.os 5/2004, de 1 de Junho, 7/2005, de 8 de Abril, 19/2005, de 30 de Agosto, 256/2008, de 15 de Maio e 636/2008, de 10 de Dezembro, e pela Declaração n.º 19/2005, de 2 de Dezembro, são aditados os n.os 8, 9 e 10, com a seguinte redacção:

«Artigo 9.º

[...]

1 — […]

a) […]
b) […]
c) […]
d) […]
e) […]

2 — […]
3 — […]

a) […]
b) […]

4 — […]
5 — […]
6 — […]

a) […]
b) […]
c) […]

7 — […]

8 — Até ao final do ano de 2010 as pequenas empresas e microempresas estão isentas do pagamento das taxas decorrentes do controlo prévio municipal:

a) De utilização das respectivas instalações e de realização, nas mesmas, de obras de construção, reconstrução, alteração e ampliação;
b) De instalação e exploração da actividade, no caso de estabelecimentos industriais.

9 — No caso das empresas que se dediquem ao comércio, a isenção prevista no número anterior abrange apenas as que disponham de instalações com uma área de implantação até 250m^2.

10 — A qualificação como pequena empresa e microempresa para efeitos do n.º 8 é comprovada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro.

22 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Bonifácio.*

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Edital n.º 47/2009

Álvaro Joaquim Gomes Pedro, presidente da Câmara Municipal de Alenquer:

Em representação do município de Alenquer, torna público que, nos termos dos n.º 5 do artigo 6.º — A e n.º s 1 e 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 16 de Setembro, a Câmara Municipal de Alenquer determinou, em reunião ordinária realizada a 24 de Novembro de 2008, a elaboração do Plano de Pormenor do Núcleo Desenvolvimento Turístico da Quinta da Puceteira, deliberando por maioria aprovar os Termos de Referência que fundamentam a sua oportunidade e fixam os respectivos objectivos, sujeitar o plano a Avaliação Ambiental Estratégica e aprovar a Proposta de Contrato para planeamento a celebrar entre o município de Alenquer e o Promotor do plano de pormenor — BESTSKY, S. A.

Nos termos do mesmo diploma legal, decorrerá por um período de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação deste aviso no *Diário da República,* 2.ª série, um processo de audição ao público, durante o qual os interessados poderão proceder à formulação de sugestões, bem como à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração do plano, bem como, acerca da proposta de contrato.

Durante aquele período, os interessados poderão consultar — a Proposta de Contrato nos Termos de Referência aprovados pela Câmara Municipal de Alenquer, a Deliberação Camarária da Reunião Ordinária de 24 de Novembro, respectiva fundamentação e demais elementos do processo — , na DPGU/PDM (Departamento Planeamento e Gestão Urbanística/Plano Director Municipal), durante as horas de expediente de todos os dias úteis, e na página de Internet desta Edilidade. Deverão os interessados apresentar as suas observações ou sugestões por escrito, mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Alenquer, DPGU/PDM — Departamento Planeamento e Gestão Urbanística/Plano Director Municipal, Praça Luís de Camões, 2580-318 Alenquer.

ANEXO 1

Minuta de contrato para planeamento entre o Município de Alenquer, pessoa colectiva de direito público n.º 501 305 734, com sede na Praça Luís de Camões em Alenquer, adiante designado de município, neste acto representado por Álvaro Joaquim Gomes Pedro, na qualidade de respectivo Presidente da Câmara Municipal, e BESTSKY, S. A., pessoa colectiva n.º 507 946 570, com sede na Rua Infante D. Henrique, n.º 12, em Gualtar, Braga, neste acto representada por Manuel Pires Pereira, na qualidade de Administrador, adiante designada por "promotora" é celebrado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes, as quais sem reservas declaram aceitar e integralmente cumprir:

Cláusula 1.ª

a) O município pretende elaborar o Plano de Pormenor Quinta da Puceteira, de acordo com os Termos de Referência aprovados pela Câmara Municipal de Alenquer, na sua reunião de 24 de Novembro de 2008, para a área identificada na planta de localização em anexo ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

b) A área referida na alínea anterior é constituída pelo prédio rústico denominado Quinta da Puceteira, sito na freguesia de Abrigada, concelho de Alenquer, com a área de 127,416 hectares, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alenquer sob o número 1076/Abrigada e inscrito na matriz sob Artigo 2, Secção A-A1-A2, dos quais a promotora é dona e legítima proprietária.

Cláusula 2.ª

a) O município comete à promotora a elaboração do Projecto de Plano de Pormenor Quinta da Puceteira, adiante designado por PPP, para a área definida no n.º 1 da cláusula primeira, que deverá ser desenvolvido segundo os Termos de Referência respectivos.

b) O município comete à promotora a elaboração dos restantes estudos complementares ao Plano, exigíveis por Lei, necessários à sua aprovação e, entre estes, o Relatório Ambiental enquadrado no procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica.

Cláusula 3.ª

O processo de elaboração do PPP, com vista à obtenção da aprovação pela Assembleia Municipal e consequente publicação no *Diário da República,* decorrerá nos termos das disposições legais contidas no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção actual, e demais legislação complementar aplicável ao mesmo.

Cláusula 4.ª

a) A promotora obriga-se a executar todos os trabalhos, estudos e projectos, que constituem o objecto deste Contrato.

b) Para o cumprimento do objecto do presente contrato, a promotora terá o apoio técnico de uma empresa especializada, cuja identificação deverá ser atempadamente comunicada ao município.

c) Para a elaboração do PPP ou dos demais trabalhos, estudos e projectos que se revelem necessários à aprovação final do Plano de Pormenor pelas diversas entidades competentes, a firma mencionada na alínea *b*)da presente cláusula poderá subcontratar empresas terceiras.

d) A elaboração, pela promotora, do PPP ficará sujeita a um acompanhamento técnico por parte do município, na pessoa do Dr. Raul Simão, o qual assegurará uma correcta articulação entre todas as partes envolvidas.

Cláusula 5.ª

Todas as Partes no presente Contrato reconhecem que a titularidade dos Direitos de Autor, no que diz respeito ao PPP e respectivo Plano de Pormenor é pertença do município, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Cláusula 6.ª

O município, com vista à elaboração, aprovação e publicação no *Diário da República* do Plano de Pormenor, obriga-se a:

a) Assegurar a necessária articulação entre a elaboração do referido Plano de Pormenor e os trabalhos de revisão do Plano Director Municipal;

b) Desenvolver todos os esforços no sentido da possível articulação entre a elaboração do mencionado Plano de Pormenor e do Plano Regional de Ordenamento do Território da região em que o Concelho de Alenquer se insere;

c) Assegurar os contactos, no âmbito da inerente responsabilidade, com as demais entidades da Administração;

d) Cumprir todas as medidas e procedimentos legalmente exigíveis, ou que sejam consideradas como as mais adequadas, para a elaboração, aprovação e publicação no *Diário da República* do Plano de Pormenor;

e) Apresentar o PPP à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) territorialmente competente no prazo máximo de 30 dias e para efeito do artigo 75.º-C do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção actual, após a conclusão do PPP pelos Segundos outorgantes;

f) Levar a Proposta de Plano de Pormenor, objecto do presente contrato, à Assembleia Municipal, com vista à sua aprovação, no prazo máximo de sessenta dias após o parecer emitido pela CCDR, nos termos da alínea anterior.

Cláusula 7.ª

Todos os custos inerentes relativos ao objecto do presente Contrato constituem encargo exclusivo da promotora.

Cláusula 8.ª

Para a elaboração do PPP e nos termos do disposto no número 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção actual, as partes outorgantes estabelecem o prazo de dezoito meses contados da data da assinatura deste contrato.

Cláusula 9.ª

As cláusulas do presente contrato podem ser objecto de reformulação, em função da regulamentação prevista para o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, ou demais legislação que venha a ser publicada e que incida sobre o mesmo.

ANEXO 2

Deliberação da Câmara Municipal de Alenquer, datada de 24 de Novembro de 2008

Nos termos do previsto no Decreto-Lei número 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei número 316/2007, de 19 de Setembro, com base e fundamento na informação técnica atrás transcrita e, atendendo a:

1 — Que a proposta de Plano de Pormenor encontra enquadramento no preceituado no artigo 48.º do Plano Director Municipal de Alenquer, nos termos do qual, é possibilitada a instalação de Núcleos de Desenvolvimento Turístico em solo rural do Concelho, desde que previamente antecedido de Plano de Pormenor, desde que a área mínima seja superior a 50 hectares e no respeito das condicionantes legais que impendem sobre a área de intervenção.

2 — Que a proposta de Plano de Pormenor se conforma com as linhas estratégicas definidas pelo município, tal como dispostas no documento designado "Programa de Acção Territorial da Porta Norte de Lisboa — Orientações", com data de Agosto de 2008, nos termos do qual a proposta se inscreve numa Área de Vocação Turística.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do vereador José Catarino:

a) Aprovar os termos de referência propostos para o plano de pormenor de Puceteira;

b) Sujeitar o Plano de Pormenor a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica;

c) — Aprovar a minuta do contrato para planeamento a celebrar entre o Município de Alenquer e o promotor do plano de pormenor — BESTSKY, S. A.

Para constar se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

E eu, Maria Paula Coelho Soares, Directora do Departamento de Administração Financeira da Câmara Municipal o subscrevi.

19 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Álvaro Joaquim Gomes Pedro.*

Certidão

Certifico que afixei, hoje, no átrio dos Paços do Concelho, um Edital de igual teor.

19 de Dezembro de 2008. — O Fiscal Municipal, *(Assinatura ilegível.)*

CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Aviso n.º 1201/2009

Para os devidos efeitos torna-se público que de acordo com o meu despacho de 22 de Dezembro de 2008, exarado no uso da competência que me foi delegada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal a 3 de Janeiro de 2007, em gestão e direcção dos recursos humanos afectos aos serviços municipais, conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do art.68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, Dina Lúcia Batista Gregório, foi nomeada definitivamente, mediante procedimento de reclassificação profissional, para a categoria de Técnico Superior 2.ª Classe — Área de Gestão de Recursos Humanos, findo o período de nomeação em Comissão de Serviço Extraordinária, com posicionamento no Escalão 1, Índice 400, ao abrigo e nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 6.º e n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro e do artigo 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

(Não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, alínea *b*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto)

29 de Dezembro de 2008. — Por delegação de competências, o Vice-Presidente da Câmara, *José Manuel Velhinho Amarelinho.*

301159826

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Aviso n.º 1202/2009

Alteração ao artigo 34.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim

José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, torna público que foi aprovada por maioria, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Almeirim de 21 de Novembro de 2008, sob proposta da Câmara Municipal de 21 de Outubro de 2008, a alteração do artigo 34.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim.

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/03 de 10 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, manda publicar em anexo a este aviso a certidão da deliberação da Assembleia Municipal bem como a nova redacção do artigo 34.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim.

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

CERTIDÃO

--------- **Carlos Manuel Russo Mota**, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim. ----------

--------- Certifica que, a Assembleia Municipal reunida em sessão extraordinária de vinte e um de Novembro do ano dois mil e oito, deliberou aprovar por maioria a alteração do artigo trinta e quatro (Altura máxima) do Plano de Urbanização de Almeirim, após a realização do inquérito público de acordo com o previsto na alínea **a)** do número dois e alínea **b**) do número três do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro. ----------

E por ser verdade e pedida, mandei passar a presente certidão que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta edilidade. ----------

--------- Almeirim, aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito. ----------

O Primeiro Secretário,

Carlos Manuel Russo Mota

Artigo 34.º

Altura máxima

1 — O número máximo de pisos permitido é de quatro e a cércea máxima permitida é de 12.50 m.

2 — Exceptuam-se do número anterior:

a) O previsto no artigo 37 do presente regulamento, para os casos de aproveitamento do vão do telhado;

b) Em outras situações de coberturas, desde que respeitam integralmente as seguintes condições:

i) Não ocupem percentagem superior a 60 % em relação à área do piso inferior;

ii) A respectiva volumetria esteja integralmente contida na linha virtual da cobertura definida nos termos do artigo 37.º

3 — A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos, com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45.º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento do plano de fachadas das edificações fronteiras, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior. Nas edificações construídas sobre terrenos em declive consentir-se-á, na parte descendente a partir do referido plano médio, uma tolerância de altura até ao máximo de 1,50 metros.

4 — Em arruamentos de traçado irregular a cércea máxima é a permitida no seu ponto mais estreito.

5 — Nos edifícios de gaveto formado por dois arruamentos de largura ou de níveis diferentes, desde que se não imponham soluções especiais, a fachada sobre o arruamento mais estreito ou mais baixo poderá elevar-se até à altura permitida para o outro arruamento, na extensão máxima de 15 metros.

6 — Nas Praças, Largos, Gavetos, Jardins Públicos, ou outros espaços públicos não definidos por dois planos de fachadas paralelas, tipo arruamento, a altura máxima permitida é a do arruamento mais largo que lhe dá acesso.

7 — Na renovação ou reconstrução de edifícios será autorizada a manutenção das cérceas existentes

8 — No Largo da República e no troço de renovação urbana da rua do Paço assinalado na Planta de Zonamento poder-se-á admitir uma cércea máxima de 12,5 metros desde que se trate de um projecto de reconhecida qualidade e integração no local, referenciando a memória do edifício existente.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTER DO CHÃO

Aviso n.º 1203/2009

Nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, submete-se à opinião pública, para recolha de sugestões o Projecto de Regulamento da Oficina Domiciliária.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Joviano Martins Vitorino.*

Projecto de Regulamento "Oficina Domiciliária"

Preâmbulo

O município de Alter do Chão, no âmbito da prossecução de uma política social com responsabilidade, tem tido a preocupação de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, em especial dos grupos sociais mais vulneráveis como são os casos dos idosos, dos dependentes e dos portadores de deficiência.

Considerando que existem situações de dificuldade de ordem funcional que prejudicam a qualidade de vida dos idosos, dos dependentes e dos portadores de deficiência, designadamente devido a problemas relacionados com a substituição e ou reparação de aparelhos, equipamentos ou outros objectos domésticos que acabam por não ser resolvidos, muitas vezes, por falta da oferta de mão-de-obra qualificada nas diversas áreas;

Considerando que a qualidade de vida das populações é um propósito que o município de Alter do Chão tem vindo a promover, sendo sua firme intenção dar continuidade e profundidade a uma política social eficaz;

Assim, e no domínio da acção social, considera-se necessário criar uma resposta que proporcione, de forma gratuita, rápida e eficiente um conjunto diversificado de pequenos serviços domésticos, designadamente, nas seguintes áreas: construção civil, águas e saneamento, carpintaria e electricidade. Essa resposta consubstancia-se na criação de uma Oficina Domiciliária.

Neste contexto, o presente regulamento foi elaborado, com fundamento no disposto no n.º 8 do artigo 112.º e no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa e alínea *c*) *in fine* do n.º 4 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.

Artigo 1.º

Objecto

1 — A Oficina Domiciliária tem como principal objectivo contribuir para a promoção da qualidade de vida das pessoas idosas e das pessoas portadoras de deficiência e ou dependentes.

2 — O presente regulamento institui a Oficina Domiciliária e define a prestação gratuita dos respectivos serviços.

Artigo 2.º

Noção

1 — A Oficina Domiciliária é um serviço móvel de âmbito municipal, prestado gratuitamente, que visa a realização de pequenos arranjos e ou reparações domésticas.

2 — Os beneficiários deverão adquirir os materiais a serem utilizados nos arranjos e ou reparações no seu domicílio, sendo a mão-de-obra disponibilizada pelo Município.

3 — Estes arranjos e ou reparações, a aprovar pelo Presidente da Câmara, incidem, designadamente, nas seguintes áreas:

a) Carpintaria;
b) Electricidade;
c) Construção civil;
d) Águas e saneamento;
e) Outros pequenos arranjos e ou reparações.

Artigo 3.º

Beneficiários

Podem ser beneficiários dos serviços da Oficina Domiciliária os munícipes que residam permanentemente no concelho de Alter do Chão e que satisfaçam uma das seguintes condições:

a) Ser titular do Cartão Municipal do Idoso;
b) Ter idade igual ou superior a 65 anos, e ou ser portador de deficiência, e ou encontrar-se em situação de dependência, e pertencer a um agregado familiar cujo rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior ao Salário Mínimo Nacional.

Artigo 4.º

Requerimento

1 — Os serviços prestados pela Oficina Domiciliária deverão ser requeridos na Câmara Municipal de Alter do Chão ou nas Juntas de Freguesia da área da residência, nos respectivos Serviços de Atendimento, através do preenchimento de formulário próprio para o efeito, que será reencaminhado para a Câmara Municipal.

2 — No caso do requerente não ser titular do Cartão Municipal do Idoso, deverá juntar ao formulário referido no número anterior, fotocópia do último recibo da pensão de reforma ou comprovativo do seu valor, assim como comprovativos dos rendimentos dos demais elementos do respectivo agregado familiar.

3 — A situação de deficiência e ou dependência deverá ser comprovada através de documento fidedigno.

4 — A Câmara Municipal reserva-se no direito de solicitar os elementos adicionais entendidos como pertinentes para uma correcta apreciação do pedido, nomeadamente quando existam sinais exteriores de riqueza não coadunáveis com os rendimentos declarados.

5 — Sempre que o beneficiário não informe a Câmara Municipal de quaisquer das circunstâncias previstas no artigo 8.º, considera-se elegível nos pedidos subsequentes.

6 — O facto da apresentação de um pedido não confere ao requerente o direito à atribuição do serviço.

7 — O serviço prestado no âmbito da Oficina Domiciliária poderá ser suspenso, sempre que se justifique, após notificação do munícipe.

Artigo 5.º

Competência

A atribuição dos serviços da Oficina Domiciliária compete ao presidente da Câmara Municipal, após análise da informação prestada pelo Sector de Acção Social e Saúde e pela Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos.

Artigo 6.º

Benefícios da Oficina Domiciliária

Os serviços da Oficina Domiciliária constituem-se nos seguintes benefícios:

a) Mão-de-obra gratuita em todos os trabalhos prestados;
b) Serviço prestado por pessoal técnico competente, que garanta a qualidade na execução dos trabalhos.

Artigo 7.º

Uso indevido dos serviços da Oficina Domiciliária

O uso indevido ou abusivo dos serviços da Oficina Domiciliária, ou a comunicação de dados falsos para a obtenção dos mesmos, fazem incorrer o beneficiário em responsabilidade civil ou criminal, para além de conceder à Câmara Municipal, ouvido aquele, o direito de não prestação do respectivo serviço.

Artigo 8.º

Obrigações dos beneficiários dos serviços da Oficina Domiciliária

São obrigações do beneficiário da Oficina Domiciliária, não permitir ou facilitar a utilização do serviço por terceiros e informar atempadamente a Câmara Municipal de Alter do Chão de:

a) Quaisquer circunstâncias que altere a sua situação económica;
b) Alteração da residência para outro concelho;
c) Transferência do recenseamento eleitoral para outro concelho.

Artigo 9.º

Cessação do direito de utilização do serviço da Oficina Domiciliária

Constituem causa de cessação do direito de utilização da Oficina Domiciliária, nomeadamente:

a) As falsas declarações para obtenção do serviço que terão como consequência imediata a sua anulação, o pagamento dos serviços prestados e a interdição por um período de três anos de qualquer apoio da autarquia, sem prejuízo do competente procedimento judicial, se aplicável;
b) A não apresentação da documentação solicitada.

Artigo 10.º

Penalizações

1 — O beneficiário que pratique fraudes das quais tenham resultado a atribuição de apoio no âmbito da Oficina Domiciliária, ficará impedido de aceder a qualquer programa municipal pelo período de três anos consecutivos.

2 — A penalidade prevista no número anterior será decidida em reunião pública de Câmara mediante parecer dos serviços, devidamente fundamentado e comprovado.

3 — A aplicação da penalidade prevista será sempre nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 11.º

Delegação e subdelegação de competências

1 — Sem prejuízo do disposto na lei geral sobre a matéria, as competências conferidas no presente regulamento à Câmara Municipal de Alter do Chão podem ser delegadas no presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação nos vereadores e nos dirigentes dos serviços municipais.

2 — Sem prejuízo do disposto na lei geral sobre a matéria, as competências cometidas ao presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão podem ser delegadas nos vereadores, com faculdade de subdelegação nos dirigentes dos serviços municipais.

Artigo 12.º

Revisão e revogação do Regulamento

A Câmara Municipal de Alter do Chão reserva-se do direito de propor, quando for caso disso, a revisão ou revogação do presente regulamento, desde que se verifique a adulteração dos fins para os quais o mesmo foi criado, devendo, de tal facto, dar a devida publicidade.

Artigo 13.º

Disposições finais

1 — Os encargos resultantes da aplicação deste regulamento serão assumidos por verbas a inscrever anualmente no orçamento da Câmara Municipal de Alter do Chão.

2 — Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e nos termos legais, as alterações consideradas indispensáveis.

Artigo 14.º

Dúvidas e omissões

Todas as dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal de Alter do Chão.

Artigo 15.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARRONCHES

Aviso n.º 1204/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por despachos de 31 de Dezembro de 2008, proferidos na sequência da realização de concursos internos de acesso limitado, nomeei os seguintes candidatos:

Analide Mimoso Crespo — operário qualificado principal (jardineiro), ficando posicionado no escalão 1, índice 204;
Deolindo Francisco Calado Pinto — operário principal altamente qualificado (mecânico), ficando posicionado no escalão 3, índice 254;
Francisco António Picado Flores — operário qualificado principal (cantoneiro de arruamentos), ficando posicionado no escalão 1, índice 204;
José Manuel Velez Marques — operário qualificado principal (jardineiro), ficando posicionado no escalão 1, índice 204;
Manuel António Castanho Carrilho — operário qualificado principal (serralheiro civil), ficando posicionado no escalão 1, índice 204;
Manuel Francisco Martins Fragoso — operário principal altamente qualificado (operador de estações elevatórias, de tratamento e depuradoras), ficando posicionado no escalão 1, índice 233;
Manuel Francisco Ribeiro Pereira — operário qualificado principal (asfaltador), ficando posicionado no escalão 1, índice 204;
Maria Dulce dos Reis Bigares — técnica superior principal (engenheira civil), ficando posicionada no escalão 1, índice 510;
Maria José Trindade Monteiro dos Santos — tesoureiro especialista, ficando posicionada no escalão1, índice 337;
Paulo Jorge Cardoso Aranha — operário principal altamente qualificado (mecânico), ficando posicionado no escalão 1, índice 233;
Tito Barreira Venâncio — operário principal altamente qualificado (montador electricista), ficando posicionado no escalão 3, índice 254.

Mais se torna público que os referidos candidatos deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

31 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Gil Romão.*
301181185

CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO

Regulamento n.º 18/2009

Projecto de Regulamento do Fundo de Solidariedade Social do Município de Baião

Doutor José Luís Pereira Carneiro, presidente da Câmara Municipal de Baião:

Faz público, que no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 68.º, n.º 1, alínea *v*), da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em execução do que dispõe o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, e do que foi deliberado pela Câmara Municipal em sua Reunião Ordinária de 12 de Novembro de 2008, se encontra em apreciação pública, por um período de 30 dias, o "Projecto de Regulamento do Fundo de Solidariedade Social do Município de Baião".

Durante os 30 dias seguintes à publicação deste Projecto de Regulamento no *Diário da República,* 2.ª série, podem quaisquer interessados, devidamente identificados, dirigir, por escrito, as suas sugestões fundamentadas para, Câmara Municipal de Baião, Rua Heróis do Ultramar, Campelo, 4640-158 Baião.

O referido Projecto de Regulamento encontra-se ainda patente, durante o prazo indicado, para consulta, na Secretaria dos Paços do Município, no horário de funcionamento ao público.

Preâmbulo

(artigo 116.º do Código de Processo Administrativo)

Considerando que:

Cada vez mais é imprescindível a intervenção do Município no âmbito da Acção Social, com vista à progressiva inserção das famílias carenciadas e dependentes, com a consequente melhoria das condições de vida, numa sociedade cada vez mais exigente a nível social;

Existem no Concelho de Baião agregados familiares a viver em condições Sociais desfavoráveis, num quadro de vida degradado e problemático;

Por via de regra, as condições habitacionais da maior parte destes agregados são muito precárias;

A inexistência de resposta de realojamento para estas situações em habitação Social ou outra, agrava a situação;

Deste modo, a realidade do Concelho de Baião e as carências reais das suas populações mais desfavorecidas impõem que a Câmara Municipal, seu órgão representativo democraticamente eleito, tome medidas de carácter urgente no que concerne à resolução das inúmeras situações que as atingem e para as quais as instituições Estatais e particulares não encontram resposta imediata, quer pela sua ineficaz capacidade de resposta pronta, quer pela sobrecarga dos respectivos serviços;

Na verdade, afigura-se-nos, assim, pertinente e necessária a criação de um Fundo de Solidariedade Social (F. S. S), dada a realidade Concelhia, a escassez de resposta por parte dos Organismos Institucionais, a própria e natural morosidade e delonga na resolução de situações urgentes e as inúmeras solicitações feitas nos serviços Sociais da Câmara Municipal de Baião;

Atendendo a que o Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 Setembro, transferiu para as autarquias locais atribuições relativas à acção social, passando para a competência destas a participação, em cooperação com Instituições de Solidariedade Social e em parceria com a administração central, em programas e projectos de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão Social.

Atendendo ainda também a que para a efectiva transferência de tais atribuições e competências, a Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, consagra na alínea *c*) do n.º 4.º do seu artigo 64.º, competir à Câmara Municipal estabelecer em regulamento Municipal as condições relativas à prestação de serviços e apoios a estratos sociais desfavorecidos.

Desta forma, no uso das competências e atribuições previstas pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pela alínea *h*) do n.º 1 do artigo 13 e artigo 23.º da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, na alínea *c*) do n.º 4, alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64 e alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, serão as seguintes Normas enviadas à Câmara Municipal para aprovação, constituindo-se, assim, O Projecto de Regulamento de funcionamento do «F. S. S.».

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente projecto de Regulamento estabelece os princípios gerais e as condições de acesso aos apoios concedidos através do F. S. S, no Concelho de Baião.

Artigo 3.º

Objecto

O F. S. S. tem por objectivo contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e a promoção do desenvolvimento social do Concelho.

Artigo 4.º

Titularidade

a) São titulares do direito à atribuição da prestação de serviços e outros apoios os agregados familiares beneficiários do Rendimento de Reinserção Social e os que não o sendo, se encontrem em situação económica considerada precária.

Artigo 5.º

Definição de agregado familiar

Considera-se agregado familiar o conjunto de indivíduos que vivam habitualmente em comunhão de mesa e habitação.

Artigo 6.º

Tipologia de apoio

O fundo de solidariedade social contempla, entre outras, as seguintes situações:

1.º Apoios económicos:

a) Aquisição e comparticipação de material médico, como sejam cadeira de rodas, canadianas, camas especiais entre outros; a mesma será atribuída consoante a existência, ou não, de outros apoios.

b) Apoio nas despesas de participação em eventos sócio-culturais e desportivos, destinados a deficientes que não estejam integrados em nenhuma instituição de cariz social, a realizar fora dos limites do concelho;

c) Apoio e comparticipação nas deslocações dos deficientes a consultas e exames complementares de diagnóstico do foro médico a realizar fora dos limites do Concelho;

d) Apoio nos custos dos passes sociais e refeições dos alunos do Ensino Básico e secundário quando se comprove que a situação económica do agregado familiar não lhe permite suportar o pagamento dos mesmos, seja total, seja parcialmente;

e) Apoio ao arrendamento de habitação até ao limite de seis meses — quando, pela degradação ou precariedade da situação habitacional, não seja possível garantir resposta imediata de realojamento em habitação social, por parte da Câmara Municipal;

f) Apoio à reabilitação habitacional, quer na realização de obras de restauro e manutenção, quer na disponibilização de materiais de construção civil;

g) Apoio orientado noutros domínios, em situações excepcionais, devidamente caracterizadas e justificadas, como seja, ao nível das condições de acessibilidades, de abastecimento de água, saneamento básico e electrificação, entre outros.

h) Comparticipação da medicação crónica,

i) Apoio nos custos de ligação de água, incluindo a ligação de contador e a ligação de saneamento, quando a melhoria habitacional passe por dotar a habitação destas infra- estruturas;

j) Apoio nos custos de pedidos de prolongamento de conduta quando a ligação de água exija este tipo de acção;

l) Apoio nos custos de pagamento de taxas em processos de obras, cujos projectos tenham sido elaborados pelos serviços da C. M. e tenham por objectivo facilitar a auto construção e ou melhorias habitacionais a famílias economicamente carenciadas;

2.º Prestação de serviços;

a) Elaboração de projectos de obras pelos serviços competentes;
b) Comparticipação na instalação de electricidade ao domicílio

3.º Os beneficiários da comparticipação referida na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º, ficam obrigadas à sua restituição assim que cesse a sua utilidade.

Artigo 7.º

Montante dos apoios

a) Os apoios previstos nas alíneas a, b, c, d, e, f, g, i, j, l do n.º 1 do artigo n.º 6.º do presente projecto de Regulamento, são prestados através da concessão de subsídios monetários ou através do fornecimento de materiais de construção, uns e outros até ao montante de 25.000 Euros (vinte cinco mil euros).

b) O apoio previsto na alínea *h*) do n.º 1.º do artigo 6.º, é atribuído mensalmente em função dos recibos das despesas do mês anterior, ou excepcionalmente mediante a apresentação da receita médica, quando se verifique que não é possível adquirir previamente os medicamentos até metade do montante fixado em cada ano civil para a pensão social.

Artigo 8.º

Comparticipação

1 — Estão abrangidas pelo regime previsto no presente projecto de Regulamento, as obras relacionadas, nomeadamente, com:

a) Construção de habitação;
b) Construção de casa de banho;
c) Outras dependências consideradas fundamentais ao agregado familiar que estejam em mau estado de conservação;
d) Comparticipação nas reconstruções de habitações destruídas, ou parcialmente destruídas por circunstâncias imprevisíveis;
e) Beneficiação em casa de deficientes;
f) Reparação de estragos provocados por incêndios ou cheias;
g) Construção ou reconstrução de muros, desde que, após verificação da Comissão de Segurança e Salubridade, ameace ruir e coloque em causa a segurança da habitação.

Artigo 9.º

Exclusões

Estão excluídas dos apoios previstos as seguintes situações:

a) Construção ou reconstrução de muros em situações normais;
b) Construção ou reconstrução de anexos e ou garagens.

Artigo 10.º

Condições de atribuição

A atribuição dos apoios e prestações de serviços previstos no presente projecto de regulamento depende da verificação das seguintes condições:

a) Ter residência na área do Município de Baião;

b) No apoio previsto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo n.º 6 ter o requerente idade igual ou superior a 65 anos ou a famílias economicamente carenciadas e socialmente fragilizadas com menores de 18 anos ou portadores de deficiência a seu cargo, que possuam despesas mensais fixas com medicação crónica.

c) A habitação tem de ser propriedade de um ou mais elementos do agregado familiar requerente;

d) Nenhum membro do agregado familiar pode ser proprietário de outra habitação ou possuidor de outra residência, ou receber rendimentos de outros imóveis;

e) A cada interessado apenas é permitida a apresentação de uma candidatura de 2 em 2 anos, com excepção das referentes às comparticipações referidas nas alíneas a, b, c, d, do n.º 1 do artigo 6;

f) Situação de comprovada carência económica e que não haja lugar a resposta imediata por parte dos serviços públicos e privados já existentes e que, concomitantemente, possa ser agravada pela delonga na resolução das mesmas.

g) A atribuição dos apoios e/ ou comparticipação depende da verificação da situação de carência, a qual implica a realização de um estudo sócio-económico prévio, composto de entrevista, visita domiciliária e relatório social, realizado pelos serviços de acção social da Câmara de Baião.

h) Após verificação das condições existentes, compete aos serviços técnicos da Câmara, elaborar um mapa de medições e orçamento respeitante às obras necessárias.

Artigo 11.º

Procedimentos Complementares

1 — A Câmara Municipal de Baião, em caso de dúvidas sobre a situação de carência invocada pelo requerente, poderá desenvolver diligências complementares, consideradas adequadas ao apuramento da situação sócio-económico do agregado familiar, nomeadamente nos seguintes casos presuntivos:

a) Quando os rendimentos do agregado familiar do requerente tenham carácter incerto, temporário ou variável e não sejam apresentadas declarações que provem claramente as regenerações decorrentes daquelas actividades, presume-se que o agregado familiar aufere um rendimento superior ao declarado, sempre que um dos seus membros exerça uma actividade que notoriamente produza rendimentos superiores ou seja possuidor de bens compatíveis com os rendimentos declarados;

b) Quando os elementos do agregado familiar, que sejam maiores de idade, não apresentem declaração de rendimentos ou declarem rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional, sem que haja prova de que se encontram em situação de incapacidade para o trabalho ou pensionistas, presumindo-se que auferem um rendimento mensal correspondente ao salário mínimo nacional.

Artigo 12.º

Requerimento

As candidaturas aos apoios previstos no artigo 6.º deste projecto de regulamento serão feitas mediante requerimento próprio (anexo), a fornecer pelo pelouro dos assuntos sociais da Câmara.

Artigo 13.º

Documentação Exigida

O Requerimento de candidatura deverá conter os seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade ou cédula de todos os membros do agregado;

b) Atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia, que contenha a composição e situação económica do agregado familiar;

c) Fotocópia do cartão de contribuinte de todos os membros do agregado;

d) Fotocópia do cartão de beneficiário de todos os membros do agregado;

e) Fotocópia do documento comparativo dos rendimentos auferidos pelos elementos do agregado e última declaração do IRS, ou, se for o caso, certidão de isenção emitida pelo serviço de Finanças;

f) Certidão de Teor a emitir pelo serviço de finanças,

g) A titulo excepcional poder-se-á admitir escritura de habilitação de herdeiros onde conste o nome do proprietário do imóvel, atestado da Junta de Freguesia, onde conste que o requerente habita aquele imóvel à mais de quinze anos e não se conhece outro proprietário e outros documentos onde conste o nome do proprietário do Imóvel;

h) Planta de localização do prédio;

i) Recibo de despesas de medicação crónica, ou receita médica quando se verifique não ser possível a aquisição prévia dos medicamentos;

i) Declaração, sob compromisso de honra do requerente, da veracidade de todas as declarações prestadas no requerimento de candidatura.

Artigo 14.º

Decisão

A apreciação das candidaturas aos apoios previstos no presente projecto de Regulamento será feita por uma comissão designada pela Câmara Municipal que será composta pelo Presidente da Câmara e por dois Vereadores para o efeito nomeados pelo Executivo Camarário.

Artigo 15.º

Comunicação da decisão

1 — A deliberação da Comissão, referida no artigo anterior, será comunicada por escrito, via postal, fax, telefone ou pessoalmente ao requerente, sendo que estas duas últimas formas de comunicação apenas se utilizarão quando não for possível a notificação escrita, atenta a urgência da decisão.

2 — Quando realizada pessoal ou telefonicamente, a notificação terá de ser feita, posteriormente, e por escrito.

3 — Após a comunicação a que alude o artigo anterior, o requerente dispõe de noventa dias para proceder ao levantamento dos apoios concedidos.

Artigo 16.º

Obrigações dos requerentes

Todos os requerentes ficam obrigados a prestar à Autarquia, com exactidão, todas as informações que lhe forem solicitadas, bem como informar a mesma de todas as alterações das condições sócio-económicas do agregado familiar que ocorram no decorrer do processo de atribuição de apoios, mudança de residência para outro Concelho ou morte.

Artigo 17.º

Prazo

Após a entrega dos subsídios ou dos materiais, os beneficiários dispõem de noventa dias para o início da execução das obras, sob pena de retirada dos materiais e ou de reembolso das importâncias eventualmente abonadas.

Artigo 18.º

Acompanhamento

A execução das obras será acompanhada pelo técnico da Câmara Municipal designado para o efeito, que elaborará mapa de medição, para efeitos de pagamento do subsídio e ou de controlo dos materiais disponibilizados.

Artigo 19.º

Suspensão dos apoios

A prestação de falsas declarações por parte dos candidatos aos apoios, seja na instrução do requerimento de candidatura ou no processo de acompanhamento e controlo, implicam a imediata suspensão dos apoios e a reposição das importâncias dispensadas pela Câmara no atendimento dos pedidos efectuados, bem como as consequências legais inerentes ao crime de falsas declarações.

Artigo 20.º

Reunião

1 — A Comissão de Gestão do F. S. S. reunirá sempre que assim o imponham os casos concretos sujeitos à sua análise, devendo ser lavrada a acta de cada reunião.

2 — Em situações de manifesta urgência, a decisão relativa à solicitação poderá ser tomada pelo Presidente da Comissão de Gestão do fundo de Solidariedade social.

3 — As decisões assim tomadas deverão ser ratificadas em reunião posterior.

Artigo 21.º

Relatório Anual

Anualmente, a comissão apresentará à Câmara e posteriormente, à Assembleia, o relatório de gestão do F.S.S.

Artigo 22.º

Actualização

A Câmara Municipal poderá, sempre que entender necessário e conveniente, e caso seja solicitado pela comissão de Gestão do Fundo, proceder à actualização dos montantes previstos no presente projecto de regulamento.

Artigo 23.º

Disposições finais

Todas as situações não previstas no presente projecto de regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal sob proposta, devidamente fundamentada, da Comissão de Gestão do Fundo.

Artigo 24.º

Entrada em vigor

O presente projecto de Regulamento entra em vigor no prazo de 15 dias após a data da sua publicação no *Diário da República*.

12 de Novembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Luís Pereira Carneiro.*

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Aviso n.º 1205/2009

Nomeação de técnico superior de 2.ª classe/médico veterinário

Para os devidos efeitos se torna público que, em cumprimento do despacho de 30 de Dezembro de 2008, e na sequência do período de estágio e respectiva aprovação, foi nomeada para o lugar de técnico superior de 2.ª classe/médio veterinário — a estagiária, Vanda Cristina de Jesus Teixeira Rico Farto Lobato, aprovada com a classificação de 16 valores.

Mais se torna público que a técnica superior de 2.ª classe/médica veterinária, deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas — art. 46.º, n.º 1, conjugado com o art. 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto)

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão.*

301167731

Aviso n.º 1206/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, em cumprimento do despacho de 30 de Dezembro de 2008, se procedeu, nos termos das disposições conjugadas dos n.º s 2,4 e 5 do artigo 29.º e do n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à Administração Local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, à efectivação do direito à carreira do funcionário que vem desempenhando cargo dirigente, em regime de comissão de serviço, nomeando o técnico superior assessor, Administração Pública e autárquica, Hermínio Nunes da Fonseca, para a categoria de técnico superior assessor principal, Administração Pública e autárquica, escalão 1, índice 710, com efeitos reportados a 3 de Dezembro de 2008.

Mais se torna público que o funcionário deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão.*

301176203

Aviso n.º 1207/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, em cumprimento do despacho de 31 de Dezembro de 2008, e na sequência do concurso aberto por aviso datado de 25 de Novembro de 2008, foi nomeado para o lugar de chefe de secção, o candidato:

António Paulo Ramos dos Reis — 15,39 Valores

Mais se torna público que o candidato nomeado deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de fiscalização prévia)

31 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão.*

301176471

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Aviso n.º 1208/2009

Nos termos do prescrito no artigo 37.º da Lei 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que, o Presidente da Câmara Municipal de Braga procedeu às seguintes nomeações e reclassificações:

Laura Sofia Lopes Costa Vieira foi nomeada definitivamente, por despacho de 26 de Dezembro de 2008, para a categoria de técnico superior assessor principal da carreira de engenheiro civil, ficando posicionada no escalão 1, índice 710, precedido que foi concurso interno de acesso geral.

José Augusto Monteiro Amorim foi nomeado definitivamente, por despacho de 22 de Dezembro de 2008, para a categoria de técnico superior principal da carreira de engenheiro civil, ficando posicionado no escalão 1, índice 510, precedido que foi concurso interno de acesso geral.

Bruno Miguel Meira Rodrigues foi nomeado definitivamente, por despacho de 22 de Dezembro de 2008, para a categoria de técnico profissional de 1.ª classe da carreira de desenhador, ficando posicionado no escalão 1, índice 222, precedido que foi concurso interno de acesso geral.

Maria Celeste Silva Gomes foi nomeada definitivamente, por despacho de 30 de Dezembro de 2008, para a categoria de técnico superior assessor da carreira de recursos humanos, ficando posicionada no escalão 1, índice 610, precedido que foi concurso interno de acesso limitado.

Vítor Alejandro Machado Carvalho foi contratado na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, por despacho de 23 de Dezembro de 2008, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de arquitecto, com remuneração correspondente à posição remuneratória do escalão 1, índice 400 do actual sistema retributivo, precedido que foi concurso externo de ingresso e aprovação em estágio.

João Manuel Fernandes Azevedo foi nomeado em comissão de serviço, por despacho de 31 de Dezembro de 2008, para a categoria de encarregado de parques de máquinas, parques de viaturas automóveis ou de transportes, ficando posicionado no escalão 1, índice 244, precedido que foi concurso interno de ingresso.

Maria de Fátima Dias Gonçalves Ferreira, auxiliar de acção educativa, foi nomeada definitivamente para a categoria de assistente administrativa da carreira de assistente administrativo, ficando posicionada no escalão 1, índice 199, precedido que foi procedimento de reclassificação.

António Peixoto Ferreira, operário principal/impressor de artes gráficas, foi nomeado definitivamente para a categoria de assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo, ficando posicionado no escalão 1, índice 269, precedido que foi procedimento de reclassificação.

6 de Janeiro de 2009. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado.*

301193351

CÂMARA MUNICIPAL DO CADAVAL

Aviso n.º 1209/2009

Para os devidos efeitos, se torna público que por meu despacho datado de 26 de Dezembro de 2008, no uso da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reclassifiquei nos termos da alínea *e*) do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 09 de Setembro, que aplica o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro à Administração Local, cumpridos os requisitos constantes no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei 218/2000, a funcionária Mara Joana Miranda da Silva, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, escalão 1, índice 128, para a categoria de Auxiliar de Acção Educativa, escalão 1, índice 142, com efeitos a partir do dia 1 Janeiro de 2009.

26 de Dezembro de 2008. — O Vereador do Pelouro, *Vítor Pinto Lemos.*

301170152

Aviso n.º 1210/2009

Para os devidos efeitos, se torna público que por meu despacho datado de 26 de Dezembro de 2008, no uso da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reclassifiquei nos termos da alínea *e*) do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 09 de Setembro, que aplica o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro à Administração Local, cumpridos os requisitos constantes no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei 218/2000, a funcionária Maria Emília Lavareda Santos Correia, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, escalão 1, índice 155, para a categoria de Auxiliar de Acção Educativa, escalão 1, índice 160, com efeitos a partir do dia 1 Janeiro de 2009.

26 de Dezembro de 2008. — O Vereador do Pelouro, *Vítor Pinto Lemos.*

301168217

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR

Aviso n.º 1211/2009

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Presidente do Município de Campo Maior, de 12 de Dezembro de 2008, e no seguimento do concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar de Operário Qualificado — Serralheiro Civil, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 194, de 07 de Outubro de 2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, em período experimental de 90 dias, com efeitos a partir de 12 de Janeiro de 2009, nos termos previstos na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por força das disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 2, n.º 3 e n.º 6 do artigo 117.º e do n.º 3 do artigo 118.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com António Alberto Rosinha Mé, categoria de Operário Qualificado — Serralheiro Civil, com a posição remuneratória referente ao escalão 1, índice 142, da tabela do regime geral da Função Pública.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

301095228

Aviso n.º 1212/2009

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Presidente do Município de Campo Maior, de 10 de Julho de 2008, e no seguimento do concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar de Operário Qualificado — Electricista, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 251 de 31 de Dezembro de 2007, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, em período experimental de 90 dias, com efeitos a 01 de Setembro de 2008, nos termos previstos na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por força das disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 2, n.º 3 e n.º 6 do artigo 117.º e do n.º 3 do artigo 118.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com Valter de Jesus Carrapato Trindade, categoria de Operário Qualificado — Electricista, com a posição remuneratória referente ao escalão 1, índice 142, da tabela do regime geral da Função Pública.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

301094961

Aviso n.º 1213/2009

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Presidente do Município de Campo Maior, de 04 de Novembro de 2008, e no seguimento do concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar de Auxiliar de Serviços Gerais, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 139 de 21 de Julho de 2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, em período experimental de 90 dias, com efeitos a partir de 12 de Janeiro de 2009, nos termos previstos na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por força das disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 2, n.º 3 e n.º 6 do artigo 117.º e do n.º 3 do artigo 118.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com Cristina João Paixão Miranda Carralo, categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, com a posição remuneratória referente ao escalão 1, índice 128, da tabela do regime geral da Função Pública.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

301094718

Aviso n.º 1214/2009

Para os devidos efeitos, torna-se público que por deliberação de Câmara datada de 19 de Novembro de 2008, foram renovados os seguintes contratos de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos do n.º 1 do

artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Clara Maria Cabaço de Carvalho, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 12 meses a partir de 04/12/2008.

Luzia de Fátima Silveira Cidades, com a categoria de Auxiliar de Acção Educativa por um período de 12 meses a partir de 10/12/2008.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

301094337

Aviso n.º 1215/2009

Para os devidos efeitos, torna-se público que por deliberação de Câmara datada de 19 de Novembro de 2008, foram renovados os seguintes contratos de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

João Filipe Tomé Esteves, com a categoria de Fiel de Mercados e Feiras, por um período de 12 meses a partir de 10/12/2008.

Maria João Mourato Grilo, com a categoria de Jardineira por um período de 12 meses a partir de 10/12/2008.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

301094183

Aviso n.º 1216/2009

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Presidente do Município de Campo Maior, de 15 de Julho de 2008, e no seguimento do concurso externo de ingresso para admissão a estágio de um Técnico Superior de 2.ª Classe — Engenharia Agrícola, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 12 de 17 de Janeiro de 2008, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, em período experimental de 240 dias, com efeitos a 01 de Setembro de 2008, nos termos previstos na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por força das disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 2, n.º 3 e n.º 6 do artigo 117.º e do n.º 3 do artigo 118.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com João Luís Reis Galveia, categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe — Engenharia Agrícola, com a posição remuneratória referente ao escalão 1, índice 400, da tabela do regime geral da Função Pública.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

301083434

Aviso n.º 1217/2009

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 Fevereiro, torna-se público que, por despacho da Vice-Presidente do Município de Campo Maior, de 16 de Julho de 2008, e no seguimento do concurso externo de ingresso para admissão a estágio de um Técnico Superior de 2.ª Classe — Desporto, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 251, de 31 de Dezembro de 2007, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, em período experimental de 240 dias, com efeitos a 01 de Setembro de 2008, nos termos previstos na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por força das disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 2, n.º 3 e n.º 6 do artigo 117.º e do n.º 3 do artigo 118.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com Raul Manuel Semedo Borrega, categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe — Desporto, com a posição remuneratória referente ao escalão 1, índice 400, da tabela do regime geral da Função Pública.

12 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

301095511

Aviso n.º 1218/2009

João Manuel Borrega Burrica, Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior.

Avisa, que de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal do dia três de Dezembro do ano dois mil e oito, deliberou, por unanimidade, dar inicio à Elaboração do Plano Pormenor de Expansão da Zona Industrial.

Assim face ao disposto dos artigos 74.º e 77.º do Decreto-lei número 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei 316/2007, de 16 de Setembro, podem os interessados formular sugestões e apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento, as sugestões deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal no prazo de 15 dias contados da data da publicação no *Diário da República*.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente Aviso que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal.

15 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

301095074

Aviso n.º 1219/2009

João Manuel Borrega Burrica, Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior:

Avisa que de harmonia com a deliberação da Assembleia Municipal realizada aos 16 dias do mês de Dezembro sob proposta da Câmara Municipal do dia dezanove de Novembro do ano dois mil e oito, deliberou, aprovar definitivamente o Regulamento Conselho de Coordenação de Avaliação.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente Aviso que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica.*

Projecto do Regulamento do Conselho de Coordenação da Avaliação

I — Objectivos do Regulamento

1.º — Objectivos e lei habilitante

O presente regulamento, tem como objectivo primordial operacionalizar o disposto nos decretos regulamentares n.º 19-A/2004 de 14 de Maio e n.º 6/2006 de 20 de Junho, mais especificamente os termos expostos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 13.º e no n.º 5 do mesmo decreto regulamentar n.º 19-A/2004 de 14 de Maio. Assim sendo, os artigos que se seguem no presente regulamento, estabelecem directrizes para o funcionamento do Conselho de Coordenação da Avaliação (CCA) que auxilia a efectiva aplicação do SIADAP no Município de Campo Maior.

II — Funcionamento do Conselho de Coordenação da Avaliação

2.º — Competências

Compete ao Conselho de Coordenação da Avaliação:

a) Estabelecer directrizes para uma aplicação objectiva e harmónica do sistema de avaliação do desempenho;

b) Validar as avaliações finais iguais ou superiores a Muito Bom;

c) Emitir parecer sobre as reclamações dos avaliados;

d) Proceder à avaliação de desempenho nos casos de ausência de superior hierárquico;

e) Propor a adopção de sistemas específicos de avaliação nos termos previstos na Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

3.º — Composição do Conselho de Coordenação da Avaliação

No Município de Campo Maior o Conselho de Coordenação da Avaliação previsto no artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2006 de 20 de Junho, será constituído pelos titulares dos seguintes cargos:

a) Presidente da Câmara, que presidirá;

b) Vereadores que exercem funções a tempo inteiro;

c) Chefe de Divisão Administrativa e Financeira;

d) Chefe de Secção de Pessoal;

e) Chefe de Secção da Contabilidade e Aprovisionamento;

f) Chefe de Secção do Expediente e do Serviço de Taxas e Licenças;

g) Encarregado de Parque de Máquinas e Viaturas Automóveis;

h) Encarregado de Pessoal Operário Qualificado;

i) Encarregado de Brigada dos Serviços de Limpeza;

j) Técnico Superior de 1.ª Classe — Engenheiro Civil.

l) Professor José Emílio Faleira Pernas

Esta composição só pode ser alterada por despacho fundamentado do Presidente do Conselho de Coordenação da Avaliação.

4.º — Funções do Presidente do CCA

O Presidente do Conselho de Coordenação da Avaliação tem as seguintes funções:

a) Representar o Conselho;

b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho;

c) Promover o cumprimento das deliberações tomadas pelo mesmo órgão.

5.º — Nomeação do Secretariado

1 — Na primeira reunião, deverá o Conselho eleger o vogal que exercerá as funções de Secretário.

2 — Ao Secretário do CCA cabe-lhe designadamente, secretariar as reuniões, apoiar o Presidente na preparação das ordens de trabalho e elaborar as respectivas actas.

6.º — Periodicidade das Reuniões

1 — O CCA reúne ordinariamente, na última semana de Janeiro, entre 21 e 31 de Janeiro, de cada ano civil para harmonização das avaliações e a validação das propostas de avaliação final correspondentes às percentagens máximas de mérito e excelência.

2 — O Conselho reúne, ainda, extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convocar.

7.º — Convocação das Reuniões

1 — Cabe ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a convocação das reuniões, no qual deve constar os assuntos a tratar, a data, hora e local da reunião, sendo as mesmas acompanhadas de toda a respectiva documentação;

2 — As convocatórias devem ser feitas com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas;

3 — Qualquer alteração de data e hora, que poderá ocorrer por motivos especiais, deve ser comunicada a todos os membros, de forma a garantir o seu conhecimento seguro e oportuno.

8.º — Deliberações

1 — As deliberações do Conselho são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes à reunião;

2 — Em caso de empate na votação o Presidente tem voto de qualidade;

3 — Quando um dos membros do CCA for simultaneamente avaliador, fica o mesmo impedido de votar nas situações previstas na alínea *g*) do n.º 1 do artigo 44.º do Código de Procedimento Administrativo.

4 — As faltas às reuniões deverão ser comunicadas ao Presidente, por escrito e com a indicação do motivo, com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas.

9.º — Actas

1 — De cada reunião será lavrada uma acta, que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, nomeadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações;

2 — As actas são lavradas pelo secretário e postas à aprovação de todos os membros no final da respectiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após a aprovação, pelo presidente e pelo secretário;

3 — Caso o CCA assim o delibere, a acta será aprovada, em minuta, logo na reunião a que disser respeito;

4 — As deliberações só podem adquirir eficácia depois de aprovadas as respectivas actas ou depois de assinadas as minutas, nos termos do número anterior.

10.º — Validação das classificações iguais ou superiores a Muito Bom

A validação das propostas de avaliação final correspondentes às percentagens de mérito e excelência implica declaração formal, assinada por todos os membros presentes do CCA, do cumprimento daquelas percentagens.

11.º — Arredondamento das Classificações

A avaliação final quantitativa dos avaliados será expressa de forma simples, sem quaisquer arredondamentos, sendo apresentada com três casas decimais:

Exemplo:

a) Avaliação final de 2,944 equivalerá à menção qualitativa de "Necessita de Desenvolvimento";

b) A avaliação final de 3,976 equivalerá à menção qualitativa de "Bom", etc.

12.º — Igualdade de classificação final

Sempre que, após a aplicação da regra referida no artigo anterior, exista igualdade de classificação final entre dois ou mais avaliados do mesmo grupo profissional, e por via da aplicação do sistema de percentagens máximas, uma classificação de Muito Bom ou de Excelente só possa ser atribuída a uma parte dos avaliados com classificações iguais, caberá ao CCA designar quem terá prioridade na obtenção da melhor classificação tendo em conta designadamente os seguintes critérios:

1 — Será privilegiado o avaliado que mais beneficiar com a atribuição da classificação de Muito Bom ou de Excelente, conforme o estabelecido no artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março;

2 — Maior antiguidade na categoria;

3 — Maior antiguidade nos serviços da Câmara;

4 — Outras situações que o CCA considere relevantes.

13.º — Agregação dos grupos profissionais

Dada a dimensão do Município de Campo Maior, atendendo ao facto de não existir um número de elementos em número superior a 20 em vários dos grupos profissionais para efeitos de aplicação das percentagens máximas de mérito e de excelência, os diferentes grupos profissionais serão agrupados da seguinte forma:

a) Carreira Técnico Superior, Técnico, Técnico Profissional e funcionários da carreira informática;

b) Chefias administrativas e funcionários da carreira administrativa

c) Carreira Auxiliar;

d) Funcionários da carreira operária.

14.º — Reclamações

Da homologação da avaliação cabe a reclamação, a apresentar por escrito, no prazo de 5 dias úteis, a contar da data do seu conhecimento de acordo com o disposto no artigo n.º 28.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

15.º — Irrelevância da classificação de Muito Bom ou Excelente para efeitos de carreira

De forma a evitar a desmotivação e o desinteresse dos funcionários, sempre que a obtenção de uma classificação final igual ou superior a Muito Bom não tenha qualquer relevo para efeitos de carreira do avaliado após a aplicação dos n.º s. 3.º e 4.º do Artigo 15.º da Lei n.º 10/2004 (caso por exemplo das chefias de secção e de pessoal operário que se encontre no topo da carreira) será adoptado o seguinte critério:

a) Atribuição de 3 dias de dispensa aos avaliados que obtenham a classificação final de Muito Bom;

b) Atribuição de 5 dias de dispensa aos avaliados que obtenham a classificação final de Excelente;

c) Os dias de dispensa deverão ser gozados no ano civil da homologação da classificação, após autorização do respectivo dirigente, e não poderão ser utilizados em dias úteis imediatamente anteriores ou posteriores aos dias de férias.

16.º — Absentismo

Uma vez que o absentismo poderá ser incluído em alguns objectivos, quando tal acontecer, para efeitos de contabilização da respectiva taxa, devem levar-se em consideração os seguintes aspectos:

a) Os dias de férias e outras faltas dadas por conta das férias não contam como falta, não entrando por isso nas contas de cálculo da taxa de absentismo;

b) Por motivos de justiça e equidade na avaliação, também não devem ser levadas em consideração nas contas de cálculo da taxa de absentismo as seguintes faltas:

Falta por maternidade;
Falta por paternidade;
Falta ao abrigo do estatuto de Trabalhador Estudante;
Falta por acidente em serviço (não imputável ao funcionário);
Falta por assistência a familiares menores de 10 anos;
Falta por Falecimento de Familiar;
Falta ao abrigo de atestados médicos;
Falta por doação de sangue;
Falta por cumprimento de obrigações legais;
Formação profissional.

17.º — Regime supletivo

Em tudo o que não estiver prescrito neste regulamento aplicam-se as disposições do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro e a legislação relativa ao SIADAP.

18.º — Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

301147213

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Aviso n.º 1220/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 30 de Novembro de 2008, dei provimento aos pedidos de transferência para o quadro de pessoal desta Câmara Municipal, com efeitos a 1 de Dezembro de 2008, nos termos do n.º 9 do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, dos seguintes funcionários pertencentes ao quadro de pessoal da Comissão de Coordenação de Região Centro/Gabinete de Apoio Técnico de Figueiró dos Vinhos:

Aguinaldo Manuel Feitor Simões Silva, com a categoria de técnico profissional Especialista Principal — Desenho;

Elsa Maria da Silva Vaz, com a categoria de técnico profissional Especialista — Desenho.

11 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Fernando José Pires Lopes.*

301188451

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Declaração de rectificação n.º 93/2009

Dr. José Correia da Luz, Presidente da Câmara Municipal do Crato, em obediência ao disposto na alínea *u*) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na sua actual redacção:

Torna Público, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que durante o período de 30 dias úteis, contados da data da sua publicação no *Diário da República,* é submetido a apreciação pública a Proposta de Alteração ao Regulamento do Transporte Publico de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transportes em Táxis, podendo as sugestões serem apresentadas na Divisão Administrativa e Financeira do Município do Crato, durante as horas normais de expediente (das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos), no edifício dos Paços do Concelho situado na Praça do Município, 7430 — 999 Crato.

Para constar mandou lavrar o presente edital que, juntamente com o Proposta de Alteração do Regulamento, vai ser publicado no *Diário da República,* afixado no átrio dos Paços do Concelho, nas sedes de Juntas de Freguesia e publicitado através de edital em jornal local.

20 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Correia da Luz*.

Regulamento n.º 19/2009

Proposta de Alteração ao Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transportes em Táxis

Dr. José Correia da Luz, Presidente da Câmara Municipal do Crato, em obediência ao disposto na alínea *u*) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na sua actual redacção:

Torna Público, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que durante o período de 30 dias úteis, contados da data da sua publicação no *Diário da República,* é submetido a apreciação pública a Proposta de Alteração ao Regulamento do Transporte Publico de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transportes em Táxis, podendo as sugestões serem apresentadas na Divisão Administrativa e Financeira do Município do Crato, durante as horas normais de expediente (das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos), no edifício dos Paços do Concelho situado na Praça do Município, 7430-999 Crato.

Para constar mandou lavrar o presente edital que, juntamente com o Proposta de Alteração do Regulamento, vai ser publicado no *Diário da República,* afixado no átrio dos Paços do Concelho, nas sedes de Juntas de Freguesia e publicitado através de edital em jornal local.

20 de Outubro de 2008. — O Presidente da Câmara*, José Correia da Luz.*

Proposta de Alteração ao Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transportes em Táxis

O Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto, transferiu para os municípios competências em matéria de acesso e organização do mercado da actividade de transportes em táxi.

O Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março revogou vários artigos de Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto, com a redacção dada pelas Leis n.º 156/99 de 14 de Setembro e 106/2001 de 31 de Agosto.

Neste contexto, há a necessidade de adequar ao novo regime legal as normas constantes do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transportes de Táxis.

Artigo 1.º

Alteração ao Regulamento do transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros — transportes de táxis

São alterados os artigos 2.º; 4.º; 5.º; 7.º; 9.º; 11.º; 19.º; 20.º; 21.º; 22.º e 40.º, que passam a ter as seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

[...] pelas leis n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março e legislação complementar e adiante designados por transportes em táxi.

Artigo 4.º

[...]

1 — [...] pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres ou por empresários em nome individual no caso de pretenderem explorar uma única licença, e que sejam titulares do alvará previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.

2 — A actividade de transporte em táxi pode, também, ser exercida pelos trabalhadores por conta de outrem, bem como pelos membros de cooperativas licenciadas pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres, que obtenham em concurso a licença para o transporte em táxi e que, após o mesmo, obtenham o licenciamento para o exercício da actividade nos termos do Decreto-Lei 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis 156/99, de 14 de Setembro, 106/2001, de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.

3 — *(Anterior n.º 2)* [...] nos termos do Decreto-Lei 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 156/99, de 14 de Setembro, 106/2001, de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.

Artigo 5.º

[...]

1 — . . . . . .

2 — As normas de identificação, o tipo de veículo, as condições de afixação de publicidade e outras características a que devem obedecer os táxis são estabelecidas por portaria do membro do Governo responsável pela área dos transportes.

Artigo 7.º

[...]

. . . . . .

a) . . . . . .
b) . . . . . .
c) . . . . . .
d) Ao quilometro, quando em função da quilometragem a percorrer.

Artigo 9.º

[...]

1 — . . . . . .

a) . . . . . .
b) . . . . . .
c) . . . . . .
d) . . . . . .

2 — [...] e das Juntas de Freguesia.
3 — . . . . . .
4 — Os contingentes e respectivos reajustamentos serão comunicados à Direcção-Geral de Transportes Terrestres aquando da sua fixação.

Artigo 11.º

[...]

1 — [...] com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

Artigo 19.º

[...]

1 — . . . . . .

a) Localização da sede social ou do domicilio na freguesia para que é aberto o concurso;
b) . . . . . .
c) . . . . . .
d) . . . . . .
e) . . . . . .

2 — . . . . . .

Artigo 20.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .

a) . . . . . .
b) . . . . . .
c) . . . . . .
d) . . . . . .
e) . . . . . .
f) . . . . . .

4 — No caso de uma ou mais das licenças em concurso serem atribuídas às pessoas singulares, estas dispõem de um prazo de 180 dias para efeitos de licenciamento para o exercício da actividade, findo o qual caduca o respectivo direito à licença.

Artigo 21.º

[...]

1 — . . . . . .
2 — . . . . . .

a) . . . . . .
b) [...] ou por declaração emitida por entidade respectiva do sector ou pela Segurança Social, que à data de publicação do Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto, exploravam a industria de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, titulares de uma única licença emitida ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóveis;
c) . . . . . .
d) . . . . . .
e) . . . . . .

3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

Artigo 22.º

[...]

1 — . . . . . .

a) . . . . . .
b) [...] ou caducado nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/01 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.
c) . . . . . .
d) Quando houver abando do exercício da actividade.

2 — . . . . . .
3 — . . . . . .
4 — . . . . . .
5 — . . . . . .

Artigo 40.º

[...]

1 — A instalação de taxímetros prevista no n.º 1 do artigo 32.º deste Regulamento, de acordo com o estabelecido no artigo 42.º de Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, e no artigo 6.º da Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril, deve ser efectuada dentro do prazo de três anos contados da data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com a redacção introduzida pelas Leis 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.
2 — . . . . . .
3 — . . . . . .»

Artigo 2.º

Republicação

É republicado em anexo, e faz parte integrante do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transportes de Táxis.

Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transportes em Táxis

Preâmbulo

Em 28 de Novembro de 1995, foi publicado o Decreto-Lei n.º 319/95, diploma que procedeu à transferência para os municípios de diversas competências em matéria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros.

O referido diploma emanou do Governo, no uso da autorização legislativa concedida pela Assembleia da República, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 1995.

O Decreto-Lei n.º 319/95, mereceu críticas e foi alvo de contestação de diversas entidades e organismos, tendo por base as seguintes razões:

Atribuição de poderes aos municípios para, através de regulamentos municipais, fixarem o regime de atribuição e exploração de licenças de táxis, situação que poderia levar, no limite e por absurdo, a serem criados tantos regimes quantos os municípios existentes, tomando impossível uma adequada fiscalização pelas entidades policiais;

Omissão de um regime sancionatório das infracções relativas ao exercício da actividade de táxis, designadamente a sua exploração por entidades não titulares de licenças, a alteração de locais de estacionamento e as infracções às regras tarifárias convencionadas para o sector;

Duvidosa constitucionalidade de determinadas normas, nomeadamente do n.º 2 do artigo 15.º, na medida em que condicionava a eficácia dos regulamentos municipais ao seu depósito na Direcção-Geral de Transportes Terrestres, contrariando desta forma o princípio constitucional da publicidade dos normas, bem como o artigo 16.º, que permitia que um regulamento municipal pudesse revogar diversos Decretos-Lei.

Estas razões fundamentaram um pedido de autorização legislativa do Governo à Assembleia da República, que lhe foi concedida ao abrigo da Lei n.º 18/97, de 11 de Junho.

Com efeito, este diploma revogou o Decreto-Lei n.º 319/95 e repristinou toda a legislação anterior sobre a matéria, concedendo, ao mesmo tempo, ao Governo, autorização para legislar no sentido de transferir para os municípios competências relativas à actividade de aluguer em veículos ligeiros de passageiros.

Na sequência desta autorização legislativa, foi publicado o Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, que regulamenta o acesso à actividade e ao mercado dos transportes em táxi. Aos municípios foram cometidas responsabilidades ao nível do acesso e organização do mercado, continuando na administração central, nomeadamente, as competências relacionadas com o acesso à actividade e ao mercado dos transportes em táxi. Aos municípios foram cometidas responsabilidades ao nível do acesso e organização do mercado, continuando na administração central, nomeadamente, as competências relacionadas com o acesso à actividade.

No que concerne ao acesso ao mercado, as Câmaras Municipais são competentes para:

Licenciamento dos veículos — os veículos afectos ao transporte em táxis estão sujeitos a licença a emitir pelas Câmaras Municipais;

Fixação dos contingentes — o número de táxis consta de contingente fixado, com uma periodicidade não superior a dois anos, pela Câmara Municipal;

Atribuição de licenças — as Câmaras Municipais atribuem as licenças por meio de concurso público limitado às empresas habilitadas no licenciamento da actividade. Os termos gerais dos programas de concurso, incluindo os critérios aplicáveis à hierarquização dos concorrentes, são definidos em regulamento municipal;

Atribuição de licenças de táxis para pessoas com mobilidade reduzida — as Câmaras Municipais atribuem licenças, fora do contingente e de acordo com critérios fixados por regulamento municipal, para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

Relativamente à organização do mercado, as Câmaras Municipais são competentes para:

Definição dos tipos de serviço;
Fixação dos regimes de estacionamento.

Por fim, foram-lhes atribuídos importantes poderes ao nível da fiscalização e em matéria contra-ordenacional.

Verifica-se, pois, que foram de monta as alterações consignadas pelo Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 156/99 de 14 de Setembro e Lei n.º 106/2001 de 31 de Agosto. Por isso, as normas jurídicas constantes dos regulamentos sobre a actividade de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros actualmente em vigor, terão que se adequar ao preceituado no novo

regime legal, não obstante se manterem válidas muitas das soluções e mecanismos adoptados nos regulamentos emanados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 319/95, de 28 de Novembro.

Assim, no uso da competência prevista pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º e pela alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e em cumprimento do disposto nos artigos 10.º a 20.º, 22.º, 25.º a 27.º do Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 156/99 de 14 de Setembro, e pela Lei n.º 106/2001 de 31 de Agosto a Assembleia Municipal, sob proposta Câmara Municipal de Crato aprova o seguinte Regulamento.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de Aplicação

O presente Regulamento aplica-se a toda a área do Município do Crato.

Artigo 2.º

Objecto

O presente Regulamento aplica-se aos transportes públicos de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, como tal definidos pelo Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março e legislação complementar e adiante designados por transportes em táxi.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento considera-se:

a) Táxi — o veículo automóvel ligeiro de passageiros afecto ao transporte público, equipado com aparelho de medição de tempo e distância (taxímetro) e com distintivos próprios, titular de licença emitida pela Câmara Municipal;

b) Transporte em táxi — o transporte efectuado por meio de veículo a que se refere a alínea anterior, ao serviço de uma só entidade, segundo itinerário da sua escolha e mediante retribuição;

c) Transportador em táxi — a empresa habilitada com alvará para o exercício da actividade de transportes em táxi.

CAPÍTULO II

Acesso à actividade

Artigo 4.º

Licenciamento da actividade

1 — Sem prejuízo do número seguinte, a actividade de transporte em táxi só pode ser exercida por sociedades comerciais ou cooperativas licenciadas pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres ou por empresários em nome individual no caso de pretenderem explorar uma única licença, e que sejam titulares do alvará previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.

2 — A actividade de transporte em táxi pode, também, ser exercida pelos trabalhadores por conta de outrem, bem como pelos membros de cooperativas licenciadas pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres, que obtenham em concurso a licença para o transporte em táxi e que, após o mesmo, obtenham o licenciamento para o exercício da actividade nos termos do Decreto-Lei 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis 156/99, de 14 de Setembro, 106/2001, de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.

3 — A actividade de transporte em táxis poderá ainda ser exercida pelas pessoas singulares que, à data da publicação do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, exploravam a indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, titulares de uma única licença emitida ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóveis, desde que tenham obtido o alvará para o exercício da actividade de transportador em táxi, nos termos do Decreto-Lei 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 156/99, de 14 de Setembro, 106/2001, de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.

CAPÍTULO III

Acesso e Organização do Mercado

SECÇÃO I

Licenciamento de veículos

Artigo 5.º

Veículos

1 — No transporte em táxi só podem ser utilizados veículos automóveis ligeiros de passageiros de matrícula nacional, com lotação não superior a nove lugares, incluindo o do condutor, equipados com taxímetro e conduzidos por motoristas habilitados com certificado de aptidão profissional.

2 — As normas de identificação, o tipo de veículo, as condições de afixação de publicidade e outras características a que devem obedecer os táxis são estabelecidas em legislação produzida pelo membro do Governo responsável pela área dos transportes.

Artigo 6.º

Licenciamento dos veículos

1 — Os veículos afectos ao transporte em táxi estão sujeitos a uma licença a emitir pela Câmara Municipal, nos termos do Capítulo IV do presente Regulamento.

2 — A licença emitida pela Câmara Municipal é comunicada pelo interessado, à Direcção-Geral de Transportes Terrestres, para efeitos de averbamento no alvará respectivo.

3 — A licença do táxi e o alvará ou sua cópia certificada devem estar a bordo do veículo.

SECÇÃO II

Tipos de Serviço e Locais de Estacionamento

Artigo 7.º

Tipos de serviço

Os serviços de transporte em táxi são prestados em função da distância percorrida e dos tempos de espera, ou:

a) À hora, em função da duração do serviço;

b) A percurso, em função dos preços estabelecidos para determinados itinerários;

c) A contrato, em função de acordo reduzido a escrito por prazo não inferior a 30 dias, onde constam obrigatoriamente o respectivo prazo, a identificação das partes e o preço acordado.

d) Ao quilometro, quando em função da quilometragem a percorrer.

Artigo 8.º

Locais de estacionamento

1 — Na área do Município de Crato são permitidos os seguintes regimes de estacionamento:

a) Estacionamento livre — Nas freguesias de Aldeia da Mata, Flor da Rosa, Monte da Pedra e Vale do Peso;

b) Estacionamento fixo — nas freguesias de Crato e Mártires e Gáfete e nos seguintes locais marcados no mapa anexo e de acordo com os Alvarás de licença e delimitação definida pela Câmara.

2 — Pode a Câmara Municipal, no uso das suas competências próprias em matéria de ordenação do trânsito, alterar, dentro da área para que os contingentes são fixados, os locais onde os veículos podem estacionar.

3 — Excepcionalmente, por ocasião de eventos que determinam um acréscimo excepcional de procura, a Câmara Municipal poderá criar locais de estacionamento temporário dos táxis, em local diferente do fixado e definir as condições em que o estacionamento é autorizado nesses locais.

4 — Os locais destinados ao estacionamento de táxis serão devidamente assinalados através de sinalização horizontal e vertical.

Artigo 9.º

Fixação de Contingentes

1 — São fixados os seguintes contingentes de táxis:

a) Na freguesia de Aldeia da Mata — 1;
b) Na freguesia de Crato e Mártires — 3;
c) Na freguesia de Gáfete — 2;
d) Na freguesia de Monte da Pedra — 1.

2 — A fixação do contingente será feita com uma periodicidade de dois anos e será sempre precedida da audição das entidades representativas do sector e das Juntas de Freguesia.

3 — Na fixação do contingente, serão tomadas em consideração as necessidades globais de transporte em táxi na área municipal.

4 — Os contingentes e respectivos reajustamentos serão comunicados à Direcção-Geral de Transportes Terrestres aquando da sua fixação.

Artigo 10.º

Táxis para pessoas com mobilidade reduzida

1 — A Câmara Municipal atribuirá licenças de táxis para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida, desde que devidamente adaptados, de acordo com as regras definidas por despacho do Director-Geral dos Transportes Terrestres.

2 — As licenças a que se refere o número anterior são atribuídas pela Câmara Municipal fora do contingente e sempre que a necessidade deste tipo de veículos não possa ser assegurada pela adaptação dos táxis existentes no município.

3 — A atribuição de licenças de táxis para transporte de pessoas com mobilidade reduzida fora do contingente, será feita por concurso, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO IV

Atribuição de licenças

Artigo 11.º

Atribuição de licenças

1 — A atribuição de licenças para o transporte em táxi é feita por concurso público limitado a titulares de alvará emitido pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres e a trabalhadores por conta de outrem e a membros de cooperativas licenciadas por aquela mesma Direcção-Geral que preencham as condições de acesso e exercício da profissão definidas no Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.

2 — O concurso público é aberto por deliberação da Câmara Municipal, de onde constará também a aprovação do programa de concurso.

3 — Ao concurso para atribuição das licenças são aplicáveis, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, as normas dos concursos para aquisição de bens e serviços.

Artigo 12.º

Abertura de Concursos

1 — Será aberto um concurso público por cada freguesia ou grupos de freguesias tendo em vista a atribuição da totalidade das licenças do contingente dessa freguesia ou grupos de freguesias ou apenas de parte delas.

2 — Quando se verifique o aumento do contingente ou a libertação de alguma licença poderá ser aberto concurso para a atribuição das licenças correspondentes. As licenças podem ser atribuídas a pessoas colectivas ou individuais, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto licenciadas para o exercício da actividade por alvará emitido pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres.

Artigo 13.º

Publicitação do concurso

1 — O concurso público inicia-se com a publicitação de um anúncio na 3.ª série do *Diário da República*.

2 — O concurso será publicitado, em simultâneo com aquela publicitação, num jornal de circulação nacional ou num de circulação local ou regional, bem como por edital a afixar nos locais de estilo e obrigatoriamente na sede ou sedes de Junta de Freguesia para cuja área é aberto o concurso.

3 — O período para apresentação de candidaturas será, no mínimo, de 15 dias contados da publicação no *Diário da República*.

4 — No período referido no número anterior o programa de concurso estará exposto para consulta do público nas instalações da Câmara Municipal.

Artigo 14.º

Programa de concurso

1 — O programa de concurso define os termos a que obedece o concurso e especificará, nomeadamente, o seguinte:

a) Identificação do concurso;
b) Identificação da entidade que preside ao concurso;
c) O endereço do Município, com menção do horário de funcionamento;
d) A data limite para a apresentação das candidaturas;
e) Os requisitos mínimos de admissão ao concurso;
f) A forma que deve revestir a apresentação das candidaturas, nomeadamente modelos de requerimentos e declarações;
g) Os documentos que acompanham obrigatoriamente as candidaturas;
h) Os critérios que presidirão à ordenação dos candidatos e consequente atribuição de licenças.

2 — Da identificação do concurso constará expressamente: a área e o tipo de serviço para que é aberto e o regime de estacionamento.

Artigo 15.º

Requisitos de Admissão a Concurso

1 — Só podem apresentar-se a concurso as empresas titulares de alvará emitido pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres, bem como os trabalhadores por conta de outrem e os membros de cooperativas licenciadas por aquela mesma Direcção-Geral, que reúnam as condições de acesso definidos no Decreto Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto.

2 — Deverá fazer-se prova de se encontrarem em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado e por contribuições para a segurança social.

3 — Para efeitos do número anterior, considera-se que têm a situação regularizada os contribuintes que preencham os seguintes requisitos:

a) Não sejam devedores perante a Fazenda Nacional de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respectivos juros;
b) Estejam a proceder ao pagamento da dívida em prestações nas condições e termos autorizados;
c) Tenham reclamado, recorrido, ou impugnado judicialmente aquelas dívidas, salvo se, pelo facto de não ter sido prestada garantia nos termos do Código do Procedimento de Processo Tributário, não tiver sido suspensa a respectiva execução.

Artigo 16.º

Apresentação da candidatura

1 — As candidaturas serão apresentadas por mão própria ou pelo correio até ao termo do prazo fixado no anúncio do concurso, no serviço municipal por onde corra o processo.

2 — Quando entregues por mão própria, será passado ao apresentante recibo de todos os requerimentos, documentos e declarações entregues.

3 — As candidaturas que não sejam apresentadas até ao dia limite do prazo fixado, por forma a nesse dia darem entrada nos serviços municipais, serão consideradas excluídas.

4 — As candidaturas enviadas pelo correio registado consideram-se apresentadas na data do registo.

5 — A não apresentação de quaisquer documentos a entregar no acto de candidatura, que devam ser obtidos perante qualquer entidade pública, pode não originar a imediata exclusão do concurso, desde que seja apresentado recibo passado pela entidade em como os mesmos documentos foram requeridos em tempo útil.

6 — No caso previsto no número anterior, será a candidatura admitida condicionalmente, devendo aqueles ser apresentados nos dois dias úteis seguintes ao do limite do prazo para apresentação das candidaturas, findos os quais será aquela excluída.

Artigo 17.º

Da candidatura

1 — A candidatura é feita mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, de acordo com modelo a aprovar pela Câmara Municipal e deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) Documentação comprovativo de que é titular do alvará emitido pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres;

b) Documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação relativamente às contribuições para a segurança social;
c) Documento comprovativo de que se encontra em situação regularizada relativamente a impostos ao Estado;
d) Documento comprovativo da localização da sede social da empresa;
e) Documento relativo ao número de postos de trabalho com carácter de permanência, afectos à actividade e com a categoria de motoristas.

2 — Para demonstração da localização da sede social da empresa é exigível a apresentação de uma certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial.
3 — Nos casos das candidaturas a apresentar por trabalhadores por conta de outrem ou por membros de cooperativas, deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Certificado de registo criminal;
b) Certificado de capacidade profissional para o transporte em táxi;
c) Documento comprovativo de que se encontra em situação regularizada relativamente a impostos ao Estado;
d) Garantia bancária no valor equivalente ao valor exigido para a constituição de uma sociedade.

Artigo 18.º

Análise das candidaturas

Findo o prazo a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º, o serviço por onde corre o processo de concurso, apresentará à Câmara Municipal, no prazo de 10 dias, um relatório fundamentado com a classificação ordenada dos candidatos para efeitos de atribuição da licença, de acordo com o critério de classificação fixado.

Artigo 19.º

Critérios de atribuição de licenças

1 — Na classificação dos concorrentes e na atribuição de licenças serão tidos em consideração os seguintes critérios de preferência, por ordem decrescente:

a) Localização da sede social ou do domicílio na freguesia para que é aberto o concurso;
b) Localização da sede social em freguesia da área do município;
c) Número de postos de trabalho com carácter de permanência afectos a cada viatura, referente aos dois anos anteriores ao do concurso;
d) Localização da sede social em município contíguo;
e) Número de anos de actividade no sector.

2 — A cada candidato será concedida apenas um licença em cada concurso, pelo que deverão os candidatos, na apresentação da candidatura, indicar as preferências das freguesias a que concorrem.

Artigo 20.º

Atribuição de licença

1 — A Câmara Municipal, tendo presente o relatório apresentado, dará cumprimento ao artigo 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, dando aos candidatos o prazo de 15 dias para se pronunciarem sobre a proposta de classificação.
2 — Recebidas as respostas relativas à audiência prévia, serão as mesmas analisadas pelo serviço que elaborou o relatório de classificação inicial, e que apresentará à Câmara Municipal um relatório final, devidamente fundamentado, para decisão definitiva sobre a atribuição de licença.
3 — Da deliberação que decida a atribuição de licença deve constar obrigatoriamente:

a) Identificação, do titular da licença;
b) A freguesia, ou área do Município, em cujo contingente se inclui a licença atribuída;
c) O tipo de serviço que está autorizado a praticar;
d) O regime de estacionamento e o local de estacionamento, se for caso disso;
e) O número dentro do contingente;
f) O prazo para o futuro titular da licença proceder ao licenciamento do veículo, nos termos dos artigos 6.º e 21.º deste Regulamento.

4 — No caso de uma ou mais das licenças em concurso serem atribuídas às pessoas singulares estas dispõem de um prazo de 180 dias para efeitos de licenciamento para o exercício da actividade, findo o qual caduca o respectivo direito à licença.

Artigo 21.º

Emissão da licença

1 — Dentro do prazo estabelecimento na alínea *f*) do artigo anterior, o futuro titular da licença apresentará o veículo para verificação das condições constantes da Portaria n.º 227-A/99, de 15 de Abril.
2 — Após a vistoria ao veículo nos termos do número anterior, e nada havendo a assinalar, a licença é emitida pelo Presidente da Câmara Municipal, a pedido do interessado, devendo o requerimento ser feito em impresso próprio fornecido pela Câmara Municipal, e ser acompanhado dos seguintes documentos, os quais serão devolvidos ao requerente após conferência:

a) Alvará de acesso à actividade pela Direcção-Geral de transportes Terrestres;
b) Certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial ou por declaração emitida por entidade respectiva do sector ou pela Segurança Social, que à data de publicação do Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto, exploravam a industria de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, titulares de uma única licença emitida ao abrigo do regulamento de Transportes em Automóveis.
c) Livrete do veículo e título de registo de propriedade;
d) Declaração do anterior titular da licença, com assinatura reconhecida presencialmente, nos casos em que ocorra a transmissão da licença prevista no artigo 25.º do presente Regulamento;
e) Licença emitida pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres no caso de substituição das licenças prevista no artigo 24.º deste Regulamento.

3 — Pela emissão da licença é devida uma taxa de 100 euros, a actualizar nos termos do Regulamento de Taxas e Licenças.
4 — Por cada averbamento que não seja da responsabilidade do município, é devida uma taxa de 50 euros, a actualizar nos termos do Regulamento de Taxas e Licenças.
5 — A Câmara Municipal devolverá ao requerente um duplicado do requerimento devidamente autenticado, o qual substitui a licença por um período máximo de 30 dias.
6 — A licença obedece ao modelo e condicionalismo previsto no Despacho n.º 8894/99 (2.ª série) da Direcção-Geral de Transportes Terrestres (*Diário da República,* n.º 104, de 5 de Maio de 1999).

Artigo 22.º

Caducidade da licença

1 — A licença do táxi caduca nos seguintes casos:

a) Quando não for iniciada a exploração no prazo fixado pela câmara municipal, ou, na falta deste, nos 90 dias posteriores à emissão da licença;
b) Quando o alvará emitido pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres não for renovado, ou caducado nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 251/98 de 11 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/01 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.
c) Quando houver substituição do veículo.
d) Quando houver abando do exercício da actividade.

2 — As licenças para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros, emitidas ao abrigo do Regulamento em Transportes Automóveis (RTA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, e suas posteriores alterações, caducam no prazo de três anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto.
3 — Em caso de morte do titular da licença dentro do referido prazo, o prazo de caducidade será contado a partir da data do óbito.
4 — No caso previsto na alínea *c*) do número 1 deverá proceder-se a novo licenciamento de veículo, observando para o efeito a tramitação prevista no artigo 21.º do presente regulamento, com as necessárias adaptações.
5 — Caducará, igualmente o direito à licença, quando ela tiver sido atribuída a trabalhadores por conta de outrem ou a membros de cooperativas e estes não tiverem, no prazo de 180 dias, constituído a sociedade e não tiverem obtido um necessário licenciamento para o exercício da actividade.

Artigo 23.º

Prova de emissão e renovação do alvará

1 — Os titulares das licenças a que se refere o n.º 2 do artigo anterior devem fazer prova da emissão do alvará no prazo máximo de 30 dias após o decurso do prazo ali referido, sob pena da caducidade das licenças.

2 — Os titulares de licenças emitidas pela Câmara Municipal devem fazer prova da renovação do alvará no prazo máximo de 10 dias, sob pena da caducidade das licenças.

3 — Caducada a licença, a Câmara Municipal determina a sua apreensão, a qual tem lugar na sequência de notificação ao respectivo titular.

Artigo 24.º

Substituição das licenças

1 — As licenças a que se refere o n.º 2 do artigo 37.º, do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelas Leis n.º 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001, de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março, serão substituídas pelas licenças previstas no presente regulamento, dentro dos três anos ali referidos, a requerimento dos interessados e desde que estes tenham obtido o alvará para o exercício da actividade de transportar em táxi.

2 — Nas situações previstas no número anterior, e em caso de morte do titular da licença a actividade pode continuar a ser exercida pelo cabeça-de-casal, provisoriamente, mediante substituição da licença pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres e ou Câmara Municipal.

3 — O processo de licenciamento obedece ao estabelecido nos artigos 6.º e 21.º do presente regulamento, com as necessárias adaptações.

Artigo 25.º

Transmissão das licenças

1 — Durante o período de três anos a que se refere o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, os titulares de licenças para exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros podem proceder à sua transmissão, exclusivamente para sociedades comerciais ou cooperativas com alvará para o exercício da actividade de transportador em táxi.

2 — Num prazo de 15 dias após a transmissão da licença tem o interessado de proceder à substituição da licença, nos termos deste Regulamento.

Artigo 26.º

Publicidade e Divulgação da Concessão da Licença

1 — A Câmara Municipal dará imediata publicidade à concessão da licença através de:

a) Publicação de aviso em Boletim Municipal, quando existia, e através de Edital a afixar nos Paços do Município e nas sedes das Juntas de Freguesia abrangidos;

b) Publicação de Aviso num dos jornais mais lidos na área do Município.

2 — A Câmara Municipal comunicará a concessão da licença e o teor desta a:

a) Presidente da Junta de Freguesia respectiva;

b) Comandante da força policial existente no concelho;

c) Direcção-Geral de Transportes Terrestres;

d) Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária ex. Direcção-Geral de Viação;

e) Organizações sócio-profissionais do sector.

Artigo 27.º

Obrigações fiscais

No âmbito do dever de cooperação com a administração fiscal que impende sobre as autarquias locais, a Câmara Municipal comunicará à Direcção de Finanças respectiva a emissão de licenças para exploração da actividade de transporte em táxi.

CAPÍTULO V

Condições de exploração do serviço

Artigo 28.º

Prestação obrigatória de serviços

1 — Os táxis devem estar à disposição do público de acordo com o regime de estacionamento que lhes for fixado, não podendo ser recusados os serviços solicitados em conformidade com a tipologia prevista no presente regulamento, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Podem ser recusados os seguintes serviços:

a) Os que impliquem a circulação em vias manifestamente intransitáveis pelo difícil acesso ou em locais que ofereçam notório perigo para a segurança do veículo, dos passageiros ou do motorista;

b) Os que sejam solicitados por pessoas com comportamento suspeito de perigosidade.

Artigo 29.º

Abandono do exercício da actividade

Salvo caso fortuito ou de força maior, considera-se que há abandono do exercício da actividade sempre que os táxis não estejam à disposição do público durante 30 dias consecutivos ou 60 interpolados dentro do período de um ano.

Artigo 30.º

Transporte de bagagens e de animais

1 — O transporte de bagagens só pode ser recusado nos casos em que as suas características prejudiquem a conservação do veículo.

2 — É obrigatório o transporte de cães-guia de passageiros invisuais e de cadeiras de rodas ou outros meios de marcha de pessoas com mobilidade reduzida, bem como de carrinhos e acessórios para o transporte de crianças.

3 — Não pode ser recusado o transporte de animais de companhia, desde que devidamente acompanhados e acondicionados, salvo motivo atendível, designadamente a perigosidade, o estado de saúde ou de higiene.

Artigo 31.º

Regime de preços

Os transportes em táxi estão sujeitos ao regime de preços fixado em legislação.

Artigo 32.º

Taxímetros

1 — Os táxis devem estar equipados com taxímetros homologados e aferidos por entidade reconhecida para efeitos de controlo metrológico dos aparelhos de medição de tempo e de distância.

2 — Os taxímetros devem estar colocados na metade superior do tablier ou em cima deste, em local bem visível pelos passageiros, não podendo ser aferidos os que não cumpram esta condição.

Artigo 33.º

Motoristas de táxi

1 — No exercício da sua actividade os táxis apenas poderão ser conduzidos por motoristas titulares de certificado de aptidão profissional.

2 — O certificado de aptidão profissional para o exercício da profissão de motorista de táxi deve ser colocado no lado direito do tablier, de forma visível para os passageiros.

Artigo 34.º

Deveres do motorista de táxi

1 — Os deveres do motorista de táxi são os estabelecidos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto.

2 — A violação dos deveres do motorista de táxi constitui contra-ordenação punível com coima, podendo ainda ser determinada a aplicação de sanções acessórias, nos termos do estabelecido nos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 263/98, de 19 de Agosto.

CAPÍTULO VI

Fiscalização e regime sancionatório

Artigo 35.º

Entidades fiscalizadoras

São competentes para a fiscalização das normas constantes do presente Regulamento, a Direcção-Geral de Transportes Terrestres, a Câmara Municipal, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública.

Artigo 36.º

Contra-ordenações

1 — O processo de contra-ordenação inicia-se oficiosamente mediante denúncia das autoridades fiscalizadoras ou de particular.

2 — A tentativa e a negligência são puníveis.

Artigo 37.º

Competência para a aplicação das coimas

1 — Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades fiscalizadoras pelos artigos 27.º, 28.º, 29.º, no n.º 1 do artigo 30.º e no artigo 31.º bem como das sanções acessórias previstas no artigo 33.º, do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com a redacção que lhe foi conferida pelas Leis 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001, de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março, constitui contra-ordenação a violação das seguintes normas do presente Regulamento, puníveis com coima de 149,64 euros a 448,92 euros:

a) O incumprimento de qualquer dos regimes de estacionamento previstos no artigo 8.º;
b) A inobservância das normas de identificação e características dos táxis referidas no artigo 5.º:
c) A inexistência dos documentos a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º;
d) O abandono da exploração do táxi nos termos do artigo 29.º;
e) O incumprimento do disposto no artigo 7.º

2 — O processamento das contra-ordenações previstas nas alíneas anteriores compete à Câmara Municipal e a aplicação das coimas é da competência do Presidente da Câmara Municipal.
3 — A Câmara Municipal comunica à Direcção-Geral de Transportes Terrestres as infracções cometidas e respectivas sanções.

Artigo 38.º

Falta de apresentação de documentos

A não apresentação da licença do táxi, do alvará ou da sua cópia certificada no acto de fiscalização constitui contra-ordenação e é punível com a coima prevista para alínea *c*) do n.º 2 do artigo anterior, salvo se o documento em falta for apresentado no prazo de oito dias à autoridade indicada pelo agente de fiscalização, caso em que a coima é de 49,88 euros a 249,40 euros.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 39.º

Regime supletivo

Aos procedimentos do concurso para atribuição das licenças são aplicáveis subsidiariamente e com as necessárias adaptações, as normas dos concursos para aquisição de bens e serviços.

Artigo 40.º

Regime transitório

1 — A instalação de taxímetros prevista no n.º 1 do artigo 32.º deste Regulamento, de acordo com o estabelecido no artigo 42.º de Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, e no artigo 6.º da Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril, deve ser efectuada dentro do prazo de três anos contados da data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com a redacção introduzida pelas Leis 156/99 de 14 de Setembro, 106/2001 de 31 de Agosto e Decreto-Lei n.º 41/2003 de 11 de Março.
2 — O início da contagem de preços através de taxímetro terá início simultaneamente em todas as localidades do município, dentro do prazo referido no número anterior e de acordo com a calendarização a fixar por despacho do Director-Geral de transportes Terrestres.
3 — O serviço a quilómetro, previsto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, mantém-se em vigor até que seja cumprido o estabelecido nos números anteriores.

Artigo 41.º

Norma revogatória

São revogadas todas as disposições regulamentares aplicáveis ao transporte em táxi que contrariem o estabelecido no presente regulamento.

Artigo 42.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE FARO

Aviso n.º 1221/2009

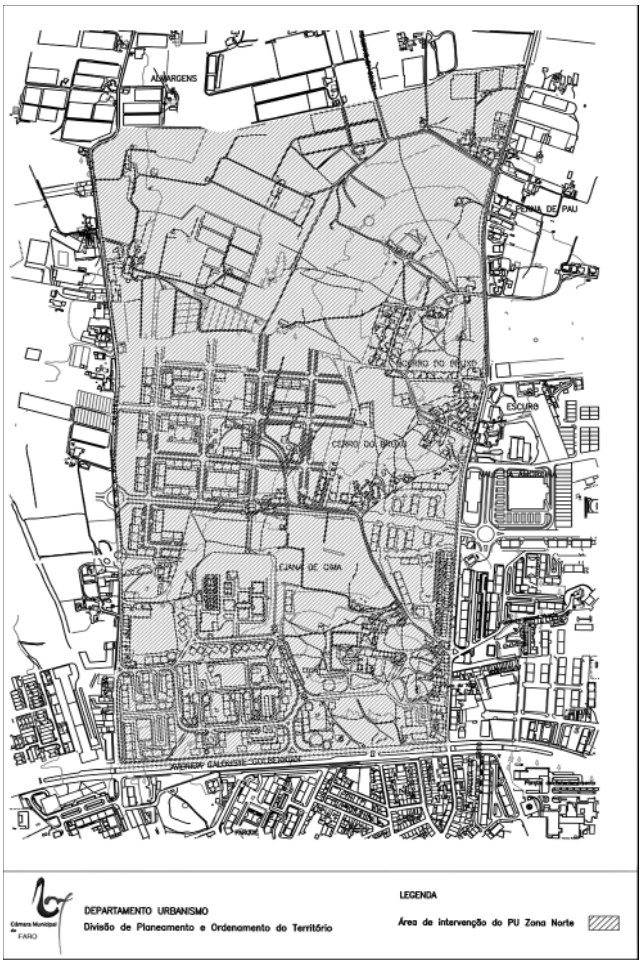
Elaboração de Plano de Urbanização da Zona Norte (PU ZN)

Dr. José Apolinário Nunes Portada, Presidente da Câmara Municipal de Faro, torna público que foi deliberado por maioria, na reunião de câmara ordinária pública de 13 de Novembro de 2008, alterar a deliberação de câmara de 30/03/1999, referente à "*Elaboração de Plano de Urbanização de determinada zona da cidade de Faro*", no que se refere à oportunidade de intervenção a norte da cidade de Faro, à ampliação da área de intervenção e à adaptação deste plano à actual moldura legal em termos de ordenamento do território e urbanismo, bem como a sua denominação de Plano de Urbanização da Zona Norte, mais foi deliberado nos termos do artigo 74.º do Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, aprovar os termos de referência do PU ZN que fundamentam a oportunidade de elaboração deste plano e fixam os respectivos objectivos e estabelecer um prazo global de 18 meses para a sua elaboração.

Foi ainda deliberado, sujeitar o PU ZN a Avaliação Ambiental, estabelecer, para efeitos da elaboração deste plano o procedimento de concurso público, ou caso existam interessados a modalidade de contratualização nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro alterado pelo Decreto - Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, estabelecer um período de 15 dias úteis para efeitos de participação preventiva, contados a partir do 8º dia da publicação do presente aviso em Diário da República.

Os termos de referência do PU ZN podem ser consultados no Departamento de Urbanismo, durante a hora de expediente todos os dias úteis e na página da Internet www.cm-faro.pt. As participações deverão ser apresentadas por escrito e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Faro entregues na Secretaria Central desta Câmara Municipal, remetidas por correio ou correio electrónico dpu.du@cm-faro.pt.

2 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Apolinário.*



CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Aviso n.º 1222/2009

Para os devidos efeitos se pública que por meu despacho de 21 de Novembro de 2008 e a seu pedido, foi exonerado do lugar que ocupava no mapa de pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz, o funcionário Carlos Alberto Pereira Fernandes, com a categoria de Motorista de Pesados, com efeitos à data de 18 de Dezembro de 2008.

Isento de visto do Tribunal de Contas.

Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

2 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Duarte Silva*.

301080931

Aviso n.º 1223/2009

Para os devidos efeitos se pública que por meu despacho de 07 de Novembro de 2008, em face da extinção dos GAT's e nos termos do n.º 9, do artigo 12.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei 11/2008, de 20 de Fevereiro, por meu despacho de 7 de Novembro último, autorizei a integração no mapa de pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em lugar a aditar e a extinguir quando vagar, do Sr. Carlos Manuel Nogueira da Costa, com a categoria de Técnico Profissional Principal — Escalão 5/índice 295, com efeitos à data de 1 de Dezembro de 2008.

Isento de visto do Tribunal de Contas.

Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

2 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Duarte Silva*.

301078478

Aviso n.º 1224/2009

Para os devidos efeitos torna-se público que, no uso da competência conferida pela alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, na sequência dos concursos internos de acesso geral, e por meus despachos datados de 23 de Dezembro do ano em curso, nomeei, os candidatos a seguir indicados, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008:

Para quatro lugares de assistente administrativo especialista: Ângela Catarina Gonçalves Simões; Eduardo Jorge dos Santos Bento da Cruz; Cláudia Sofia de Oliveira Ferreira e Teresa Leonor Fernandes Lucas Vinhais.

Para nove lugares de Assistente Administrativo Principal: Ana Cristina Alves dos Santos, Célia Maria Cavaleiro da Silva, Gisela Maria Vaz Parreiral, José Luís de Matos Almeida, Ana Isabel Martins Moreira Pina, Cristina Alexandra Teixeira de Jesus dos Santos Ventura Pequeno, Luís Miguel Gomes Lopes, Carla Isabel de Oliveira Fragão e Mónica Alexandra Ribeiro dos Reis.

As presentes nomeações não carecem de visto do Tribunal de Contas, devendo os candidatos aceitar os lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Duarte Silva.*

301158432

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Aviso n.º 1225/2009

Plano de Pormenor Vila Giorgi

Miguel Filipe Machado de Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal do Funchal torna público, que a Câmara Municipal deliberou, na sua reunião pública de 18 de Dezembro de 2008, dar início à elaboração do Plano de Pormenor da Vila Giorgi.

A área de intervenção, com cerca de 4.3 Hectares, vem indicada na planta em anexo, cujos limites propostos são:

Norte — Rua das Cruzes;
Sul — Rua da Carreira/Rua da Mouraria;
Este — Calçada de Santa Clara;
Oeste — Rua do Quebra Costas.

Participação

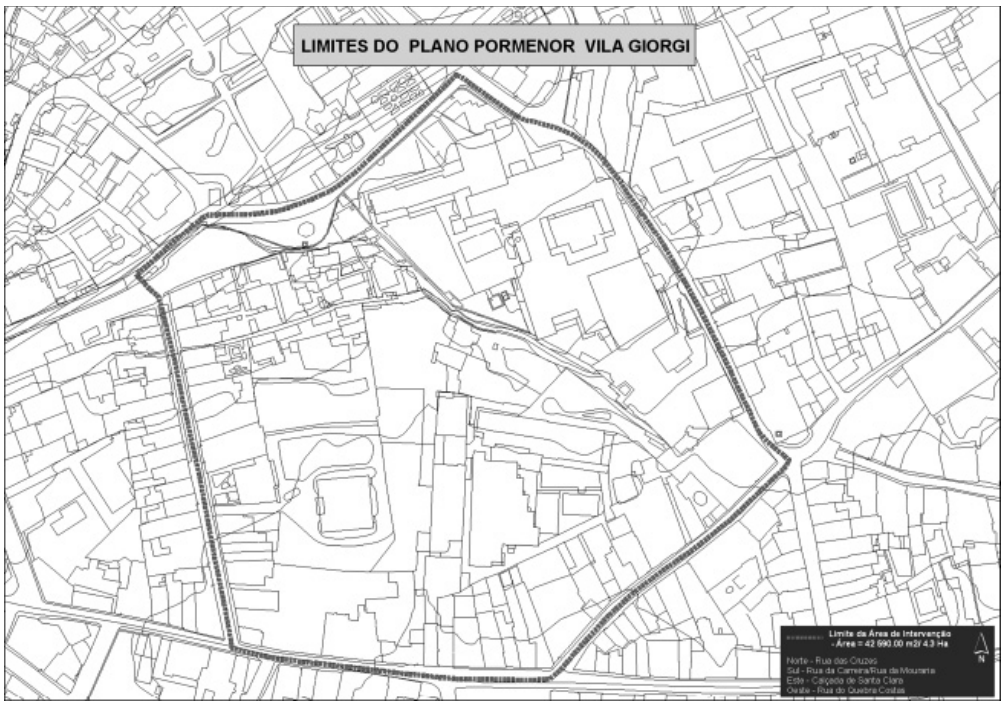
Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, que decorrerá por um período de 15 dias úteis, após a Publicação do presente aviso no *Diário da República,* um processo de audição do público, durante o qual os interessados poderão formular sugestões e pedidos de esclarecimento, bem como solicitarem informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração.

Os documentos que fazem parte do início da elaboração do projecto de plano estarão patentes no Departamento de Planeamento Estratégico, da Câmara Municipal do Funchal, telefone 291211062, onde os interessados o poderão consultar e esclarecer quaisquer dúvidas que surjam.

Os interessados deverão apresentar as suas observações ou sugestões em impresso próprio que pode ser obtido no Departamento de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal do Funchal, 1.º andar do Edifício da Câmara Municipal do Funchal, Praça do Município 9004-512 Funchal.

Com o sentido de incentivar a participação neste processo, é criada uma página específica no site da Câmara Municipal do Funchal, www.cm-funchal.pt.

18 de Dezembro de 2008. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *João José Nascimento Rodrigues*.



CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 1226/2009

Carlos Vicente Morais Beato, Presidente da Câmara Municipal de Grândola:

Torno público, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que a Câmara Municipal de Grândola, em reunião realizada a 04 de Dezembro de 2008, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de minuta do Contrato para Planeamento, a celebrar com a Sociedade "Lagoa de Melides — Empreendimentos Turísticos, S. A." para a elaboração do Plano de Pormenor da Lagoa de Melides, ADT5.

Este procedimento decorre do estabelecido n.º 5 do artigo 6.ºA, bem como do n.º 2 do artigo 77.º do RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), tendo em conta a necessidade de participação dos interessados e proprietários da área abrangida pelo presente Plano.

Estabelece-se o prazo de 22 dias úteis após a data de publicação do presente aviso, para qualquer interessado formular sugestões e apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do presente Contrato para Planeamento.

O respectivo processo poderá ser consultado na Direcção de Projecto para o Planeamento e Gestão das Áreas de Desenvolvimento Turístico, todos os dias úteis, durante o horário normal de expediente entre as 9h e as 17h.

Todos os elementos podem ser apresentados por escrito, indicando claramente que se enquadram no âmbito do presente aviso e que dizem respeito ao Contrato para Planeamento referente ao Plano de Pormenor da Lagoa de Melides, ADT5, devendo ser enviados por correio e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Grândola, ou ainda entregues em mão nas instalações da Direcção de Projecto para o Planeamento e Gestão das Áreas de Desenvolvimento Turístico.

17 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.

Aviso n.º 1227/2009

Carlos Vicente Morais Beato, Presidente da Câmara Municipal de Grândola, torno público, nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que a Câmara Municipal de Grândola, em reunião realizada a 04 de Dezembro de 2008, deliberou por unanimidade dar inicio à elaboração do Plano de Pormenor da Lagoa de Melides, ADT5, tendo como termos de referência o documento anexo, aprovado na referida Reunião de Câmara, estabelecendo-se um prazo de 22 dias úteis após a data de publicação do presente aviso, para qualquer interessado formular sugestões e apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração.

O prazo de elaboração do referido plano é de doze meses.

O respectivo processo poderá ser consultado na Direcção de Projecto para o Planeamento e Gestão das Áreas de Desenvolvimento Turístico, todos os dias úteis, durante o horário normal de expediente entre as 9h e as 17h.

Todos os elementos podem ser apresentados por escrito, indicando claramente que se enquadram no âmbito do presente aviso e que dizem respeito ao Plano de Pormenor da Lagoa de Melides, ADT5, devendo ser enviados por correio e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Grândola, ou ainda entregues em mão nas instalações da Direcção de Projecto para o Planeamento e Gestão das Áreas de Desenvolvimento Turístico.

17 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato.*

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (AÇORES)

Regulamento n.º 20/2009

João António Ferreira Ponte, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Açores):

Torna público, em conformidade com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada a 28 de Novembro do corrente ano, e nos termos do preceituado no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, que se encontra à apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* 2.ª Série, a proposta do Regulamento Municipal de Atribuição de Computadores Portáteis.

Mais se faz saber que os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, na Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, sendo as mesmas dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.

Regulamento Municipal de Atribuição de Computadores Portáteis

A melhoria do sistema educativo no Concelho, quer por via de uma maior qualidade do ensino, quer em termos de motivação por parte dos alunos é uma forte preocupação da Câmara Municipal de Lagoa, que encara a formação e a educação como aspectos determinantes para o progresso e para a modernidade do Concelho de Lagoa.

Paralelamente à melhoria das infra-estruturas dos estabelecimentos escolares e aos investimentos que têm sido efectuados nesse âmbito, outras medidas têm sido tomadas com vista a uma maior motivação, eficácia e empenho por parte dos alunos.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Lagoa pretende atribuir computadores portáteis com o respectivo dispositivo portátil de ligação à Internet aos alunos residentes no Concelho de Lagoa que ingressarem e se matricularem no ensino superior, no ano lectivo 2009/2010 e seguintes.

Esta atribuição está sujeita às seguintes condições gerais de acesso:

Cláusula 1.ª

Objecto

A Câmara Municipal pretende, no âmbito da sua política de desenvolvimento educacional, atribuir um computador portátil acompanhado do respectivo dispositivo portátil de acesso à Internet a cada aluno que ingresse no ensino universitário em cada ano lectivo, e que preencha as respectivas condições de acesso.

Cláusula 2.ª

Condições de Acesso

Podem-se candidatar à atribuição dos computadores e acesso à Internet todos os estudantes que, cumulativamente, reúnam as seguintes condições:

Tenham tido um percurso escolar, sem interrupções, transitado do 12.º ano para o ensino superior no ano lectivo da candidatura;

Tenham completado o ensino secundário no Concelho de Lagoa;

Tenham ingressado e se matriculado em qualquer Estabelecimento de Ensino Superior público ou politécnico público e em qualquer curso no ano lectivo da candidatura;

Residam no Concelho de Lagoa há mais de 2 (dois) anos;

Cláusula 3.ª

Candidatura

Para obtenção do computador portátil e acesso à Internet, os alunos deverão preencher um formulário de candidatura, requerido nos serviços camarários, e apresentar os seguintes documentos:

Fotocópia do Bilhete de Identidade;

Certificado de Habilitações do Ensino Secundário;

Comprovativo como ingressou e matriculou no ensino superior no corrente ano lectivo (certificado de matrícula);

Atestado de residência, atribuído pela respectiva Junta de Freguesia.

Cláusula 4.ª

Exclusão

Ficam excluídos da atribuição dos computadores portáteis e acesso à Internet todos os alunos que se encontram nas seguintes situações:

Quem tiver concluído o ensino secundário em anos lectivos anteriores ao da candidatura ou fora do Município;

Quem tenha concluído o ensino secundário em ano lectivos anteriores e não tenha ingressado em Estabelecimento do Ensino Superior no respectivo ano, só agora o fazendo;

Quem tenha estado matriculado somente algumas disciplinas e não na totalidade das previstas, para cada opção, no último ano do ensino secundário, independentemente de o ter terminado com sucesso no ano lectivo da candidatura;

Quem tiver ingressado na Universidade no regime de sub-23;

Quem residir no Concelho de Lagoa há menos de 2 (dois) anos;

Quem não apresente todos os documentos previstos na cláusula anterior;

Cláusula 5.ª

Prazo para Candidatura

Todos os candidatos deverão apresentar a sua candidatura, conforme os casos, até 15 (quinze) dias úteis após a divulgação, pelo Ministério da Educação, dos resultados das colocações da 1.ª Fase e da 2.ª fase de candidaturas ao Ensino Superior.

Cláusula 6.ª

Avaliação das Candidaturas e Atribuição dos Computadores

A avaliação das candidaturas será realizada durante os 5 (cinco) dias seguintes ao término do prazo referido na cláusula anterior e será feita por uma comissão, composta pelo Presidente da Câmara Municipal, pelo Vereador da Câmara Municipal com competência na área e pelo Jurista em exercício de funções na Câmara Municipal.

Será elaborada uma lista com todos candidatos que tenham preenchidos os requisitos de atribuição do computador que será publicada no portal da Internet da Câmara Municipal, afixada no Edifício Sede da Câmara Municipal e na Escola Secundária de Lagoa.

A entrega dos computadores será realizada, em cerimónia pública, sensivelmente 30 (trinta) dias após o término do prazo mencionado na cláusula 5.ª, em data e hora a definir pelo Presidente da Câmara da qual será dado conhecimento a todos os candidatos nos termos do número anterior.

Cláusula 7.ª

Manutenção e Mensalidade

A manutenção dos aparelhos bem como o pagamento da mensalidade da Internet estará a cabo de cada um dos beneficiários.

Cláusula 8.ª

Casos Omissos

Todos os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, prevista no n.º 1 da Cláusula 6.ª, com recurso para o Presidente da Câmara Municipal.

Cláusula 9.ª

O Presente Regulamento entrará em vigor, no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João António Ferreira Ponte*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 1228/2009

Concurso interno de acesso geral para três lugares de técnico de informática, grau 2, nível 1

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho datado de hoje, foram nomeadas definitivamente, ao abrigo do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Julho, aplicável à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, Cristina Maria dos Santos Lopes, Maria Margarida da Conceição Escala de Almeida Santana e Maria Teresa do Carmo Nascimento Baptista Ventura, para três lugares vagos de Técnico de Informática, Grau 2, Nível 1, existentes no quadro de pessoal, auferindo pelo índice 470, escalão 1, os candidatas aprovadas no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2008.

As candidatas deverão aceitar o cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas).

31 de Dezembro de 2008. — Na ausência do Presidente da Câmara, a Vice-Presidente, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.

301178261

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 1229/2009

Faz-se público que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, através da deliberação n.º 107/AML/2008, na sua reunião de 16 de Dezembro de 2008, com alterações, ratificadas na reunião de Câmara de 22 de Dezembro de 2008, através da deliberação n.º 1381/CM/2008, o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa, e respectivos anexos, e que em cumprimento do estatuído no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho e pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, agora se publica:

Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa

Nota Justificativa

O n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, diploma que estabeleceu o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, de ora em adiante designado por RJUE, na sua redacção original, previa já que, no exercício do seu poder regulamentar próprio, os municípios aprovassem regulamentos municipais de urbanização e ou de edificação, bem como regulamentos relativos ao lançamento e liquidação das taxas e prestação de caução que, nos termos da lei, fossem devidas pela realização de operações urbanísticas. Através da Lei n.º 13/2000, de 20 de Julho, a vigência daquele diploma foi suspensa, vindo o RJUE alterado a entrar em vigor através do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que o alterou e republicou. A mencionada competência manteve-se, bem como na actual redacção do RJUE, conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.

Contudo, o Município de Lisboa não aprovou, ainda, até hoje o regulamento municipal de urbanização e edificação.

Para o efeito, através do Despacho n.º 186/2006, de 3 de Maio, publicado no Boletim Municipal de 1 de Junho de 2006, foi designada uma Equipa de Trabalho, que em Outubro de 2007 apresentou um ante-projecto de regulamento municipal da urbanização e edificação. Por orientação do Senhor Vereador do pelouro do Urbanismo este ante-projecto veio a ser objecto de reformulação nos meses seguintes, dando origem a várias versões preliminares de trabalho, tendo para o efeito sido aproveitado o conhecimento e experiência sedimentados nos serviços municipais, entre os quais as Direcções Municipais da Gestão Urbanística, Conservação e Reabilitação Urbana, Planeamento Urbano, Projectos e Obras, Ambiente Urbano e Protecção Civil, Segurança e Tráfego. Foram igualmente recebidos inúmeros contributos de associações profissionais, de autores com larga experiência como projectistas na cidade de Lisboa e de juristas com ampla experiência na área do Direito do Urbanismo, dando origem ao projecto de Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa, de ora em diante designado por RMUEL.

Por outro lado, pode ler-se no Relatório da Sindicância aos Serviços do Urbanismo, a qual decorreu entre Março e Dezembro de 2007, que a antiguidade ou a ausência dos instrumentos regulamentares têm conduzido à não realização de receita para o Município, para além de serem geradoras de responsabilidade ao abrigo do Código do Procedimento nos Tribunais Administrativos. Na sequência deste Relatório, foi aprovado um conjunto de medidas, entre as quais, em matéria regulamentar, a submissão à Câmara Municipal, até ao final do primeiro trimestre de 2008, do projecto de regulamento municipal de urbanização e edificação. A adopção desta medida assume particular relevo no que respeita à matéria de realização de receita para o Município de Lisboa.

Visa-se, pois, com a presente proposta de regulamento, concretizar e executar as matérias que os artigos 3.º, 6.º-A, 22.º, 24.º, 27.º, 44.º, 55.º, 57.º e 58.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção actual conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, remetem para regulamento municipal, bem como exercer o poder regulamentar que ao Município cabe nas matérias da urbanização e da edificação.

As matérias das taxas, outras receitas e compensações urbanísticas serão objecto de regulamento ou regulamentos autónomos.

São grandes objectivos do presente regulamento:

i) Melhorar a qualidade das decisões através do respeito pelos condicionamentos patrimoniais, ambientais e arqueológicos, pela adequada inserção urbanística, pelos sistemas de vistas e pelo regime das cedências e compensações, em complemento e sem prejuízo dos planos municipais de ordenamento do território em vigor no Município;

ii) Promover a melhoria da qualidade estética e funcional dos edifícios, em especial das fachadas, e dos espaços públicos;

iii) Desencorajar a demolição e substituição dos edifícios existentes e incentivar a respectiva conservação e reabilitação e a implementação de soluções de reciclagem, reutilização, racionalização de recursos e aproveitamento de energias alternativas;

iv) Criar condições para uma resposta previsível, rápida e eficaz às necessidades dos cidadãos e das empresas;

v) Reforçar os limites previstos na Lei à discricionariedade na instrução e na apreciação dos pedidos de realização de operações urbanísticas

e aumentar a confiança dos cidadãos nos serviços e nos funcionários municipais;

vi) Reforçar a responsabilidade dos intervenientes no processo;

vii) Incentivar a participação pública efectiva no processo de construção e alteração da cidade, a transparência nos procedimentos e implementar regras de simplificação e aproximação aos cidadãos.

Assim, podemos afirmar que, relativamente a certas matérias, o regulamento vem dar continuidade à prática dos serviços, em particular no que diz respeito à consolidação de exigências de natureza técnica quanto aos projectos e às licenças e quanto à segurança na execução e acompanhamento da obra e, em outras matérias, o regulamento visa alterar a prática, ao reforçar os limites à instrução dos pedidos e à apreciação dos projectos, conforme previsto na Lei, clarificar a respectiva fundamentação, compilar, harmonizar e divulgar procedimentos e requisitos, induzir a uma maior responsabilização e ao aumentar os mecanismos de informação e participação pública.

No tocante à sistematização, o presente projecto de Regulamento é organizado em cinco capítulos, seguindo-se a orientação de que as normas substantivas precedem as normas adjectivas.

Assim, no Capítulo I, "Das disposições gerais", inserem-se a lei habilitante, o objecto, o âmbito territorial, as normas definitórias dos conceitos e, ainda, as siglas utilizadas no regulamento. Pretende-se incentivar a uniformidade no uso de vocábulos pelos serviços municipais e pelos demais intervenientes nos processos de urbanização e edificação, não existindo contradição entre os conceitos constantes deste regulamento e os conceitos constantes do RJUE e do regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa. Deste Capítulo salienta-se, atentas as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se traduzem, designadamente, na simplificação dos procedimentos, a previsão no RMUEL de obras de escassa relevância urbanística para além das previstas no RJUE, por via da qual se isenta tais operações de qualquer procedimento de controlo municipal (artigo 5.º). A qualificação de tais obras tem como fundamento quer a sua natureza, características e fim a que se destinam, quer o escasso impacte urbanístico que provocam, visando-se ainda incentivar as obras de conservação, alteração e renovação para melhoria das condições de habitabilidade e conforto dos edifícios e para eliminação de barreiras arquitectónicas, com pequeno impacte urbanístico.

Ainda neste capítulo, em matéria de geração de receita para o município, necessária a uma gestão urbanística sustentada, assume particular relevância a regulamentação do disposto no n.º 5 do artigo 44.º e no n.º 5 do artigo 57.º, ambos do RJUE, ao definirem-se no presente regulamento as operações urbanísticas consideradas de impacte relevante e ou que determinam, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento (artigo 6.º), possibilitando a sujeição de tais operações ao regime de cedências e compensações previsto para as operações de loteamento. Para este efeito consideram-se, em área não abrangida por operação de loteamento, onde o referido regime já é cumprido, apenas as obras de construção nova ou as obras de ampliação em edificações existentes de que resulte acréscimo de superfície de pavimento, e que se enquadrem em situações que justificam, pela carga humana que implicam, a necessidade de novos equipamentos, espaços verdes e infra-estruturas viárias, ou o seu reforço, ou, na ausência de área dentro da operação urbanística, a quantia correspondente ou outros terrenos para a necessária qualificação da cidade. Dentro dessas situações destaca-se a relativa a uma edificação nova com superfície de pavimento igual ou superior a 1800 m^2 (correspondente a um edifício com oito pisos, com 15 m de profundidade e com 15 m de largura), que, para efeitos de sobrecarga das infra-estruturas e equipamentos existentes, tem o mesmo impacte de uma operação de loteamento.

Destaca-se, ainda, no mesmo capítulo, a previsão da consulta pública que acolhe a deliberação n.º 110/CM/2008, aprovada por unanimidade, em 27 de Fevereiro de 2008, no sentido de submeter a tal fase procedimental todas as operações de loteamento não abrangidas por plano de pormenor ou plano de urbanização em vigor (artigo 7.º).

No Capítulo II, "Das operações urbanísticas", na Secção I sobre Princípios regulamentam-se as matérias de condições gerais de edificabilidade e de condicionamentos patrimoniais, ambientais, arqueológicos e à demolição e estabelecem-se orientações para os serviços municipais em matéria de cedências e compensações. Em matéria de Urbanização, tratada na Secção II do Capítulo II, desenvolvem-se regras, ou articulam-se normativos municipais já existentes, sobre integração urbanística, desenho urbano, acessibilidades e mobilidade, obras de urbanização e infra-estruturas. Salienta-se, em matéria de infra-estruturas, a concretização da obrigatoriedade nos pedidos de realização de obras de urbanização de inclusão de infra-estruturas fixas necessárias ao acesso às redes de banda larga, que se enquadra nas medidas do objectivo estratégico 5 do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro. Em matéria de Edificação, tratada na Secção III do Capítulo II, definem-se regras sobre edifícios, fachadas, utilização dos edifícios e suas fracções e estacionamento e foi inserida uma SubSecção V sobre eficiência energética e integração de energias renováveis, cujas normas visam a redução do consumo de energia no sector dos edifícios e das emissões de gases com efeito de estufa associadas, sem contudo pôr em causa a obtenção dos níveis de conforto térmico adequados.

Está prevista a possibilidade de redução das taxas urbanísticas, a estabelecer em regulamento municipal sobre a matéria, nos seguintes casos, conforme a sua inserção sistemática:

i) Como incentivo às acções de conservação, as obras de aproveitamento do sótão e as obras que visam a reposição da feição original, em detrimento de construção nova (artigo 9.º);

ii) Como incentivo à implementação de sistema de reciclagem de águas cinzentas para reutilização em usos não potáveis nas áreas comuns dos edifícios (artigo 28.º);

iii) Como incentivo às soluções que conduzam à retenção e aproveitamento de águas pluviais para regas, lavagens e outras utilizações que não exijam água potável (artigo 53.º);

iv) Como incentivo à utilização de mecanismos de aproveitamento de energias alternativas e de soluções que racionalizem e promovam o aproveitamento de recursos renováveis para a água e energia eléctrica (artigo 59.º).

O Capítulo III diz respeito a normas técnicas quanto aos procedimentos de acompanhamento e execução da obra.

O reforço do direito à informação, da participação pelos cidadãos, da aproximação da informação aos cidadãos e da transparência nos procedimentos administrativos, visando-se um urbanismo participado e contrariando a opacidade que tende a caracterizar estes procedimentos, concretiza-se, para além da consulta pública, nos termos em que é definida no Capítulo I (artigo 7.º) e das regras gerais previstas no Código do Procedimento Administrativo:

Neste Capítulo III, nas normas que prevêem que sejam afixados no local da obra, para além dos demais elementos previstos na Lei, fotomontagem dos projectos das operações de loteamento sujeitas a consulta pública e das operações urbanísticas consideradas de impacte relevante, ou que determinam, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento. Visa-se informar as Juntas de Freguesia quanto às operações urbanísticas a realizar nas respectivas áreas e facilitar a compreensão, por todos os cidadãos, dos novos grandes projectos para a cidade (artigo 70.º);

E ainda na previsão de afixação no local da obra de cópias das licenças de ocupação da via pública e das licenças especiais de ruído, quando estas existam, para informação de todos os interessados (artigo 70.º);

No Capítulo IV, "Do Procedimento", através da previsão da disponibilização pela Câmara Municipal, procurando parcerias com as Juntas de Freguesia, das imagens (alçados) dos projectos atrás mencionados, nas sedes das Juntas de Freguesia, após o deferimento dos pedidos e até à conclusão das obras, para conhecimento de todos os interessados (artigo 82.º).

No Capítulo IV, "Do procedimento", optou-se por tratar com detalhe a matéria da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas, pelo facto de o pedido dar origem ao início do procedimento, pretendendo-se simplificar e incentivar o acesso pelos cidadãos aos procedimentos conducentes à realização de operações urbanísticas. Assim, decidiu-se inserir as normas constantes da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, na SubSecção II da Secção I do Capítulo IV, adaptadas às particularidades do Município de Lisboa e clarificadas com contributos prestados pelos serviços municipais. Inseriram-se também neste Capítulo normas conducentes à actualização da cartografia digital de Lisboa. Neste Capítulo destacam-se na Secção II a regra sobre âmbito da apreciação pelos técnicos da Câmara Municipal dos projectos sujeitos a licença (artigo 107.º) e a Secção III sobre qualificação e responsabilidade técnica, que, mais do que serem encarados como um conjunto de deveres para os funcionários e agentes da Câmara Municipal, para os autores dos projectos, directores técnicos de obras e outros intervenientes na execução da obra, devem ser considerados como um conjunto de limites à discricionariedade da actividade da Câmara Municipal e reforço das garantias dos particulares no que diz respeito à qualidade dos projectos e das obras.

O Capítulo V versa sobre as disposições finais e transitórias, contendo uma remissão para regulamentos municipais em vigor em matérias complementares e não repetidas, regimes transitórios (para os pedidos de operações urbanísticas que dêem entrada na Câmara Municipal antes da entrada em vigor do presente Regulamento; para as operações de impacte relevante ou semelhante a uma operação de loteamento, em matéria de compensações urbanísticas; quanto ao pedido e às fichas técnicas de habitação, até à implementação do sistema informático previsto no RJUE, que permitirá a tramitação desmaterializada de todo o processo na Câmara Municipal e quanto aos percursos cicláveis, até à

entrada em vigor do Regulamento da Rede Ciclável) e ainda uma norma revogatória de todos os regulamentos, posturas, editais e despachos internos anteriores ao presente regulamento que com ele estejam em contradição.

O projecto de Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa foi submetido a discussão pública entre 4 de Agosto e 30 de Setembro, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 3.º do RJUE e no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo ainda sido promovidos, durante o período de discussão pública, a audição directa de entidades e, após o período de discussão pública, o apuramento e a ponderação dos respectivos resultados.

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

SECÇÃO I

Do objecto, âmbito e definições

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento é aprovado nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugada com a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, e nos artigos 116.º a 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro.

Artigo 2.º

Objecto e âmbito territorial

1 — O presente regulamento estabelece as regras aplicáveis à urbanização e edificação, designadamente em matéria de definições, enquadramento arquitectónico, condicionamentos patrimoniais, ambientais, arqueológicos e de segurança, valorização patrimonial e ambiental, regras relativas às edificações, à execução de obras e aos procedimentos, normas técnicas e de funcionamento e normas sobre cartografia digital, em complemento do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) e em desenvolvimento do previsto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro.

2 — O presente Regulamento aplica-se em toda a área do território do município de Lisboa, sem prejuízo da legislação em vigor nesta matéria, do disposto nos planos municipais de ordenamento do território em vigor e de outros regulamentos de âmbito especial aplicáveis.

Artigo 3.º

Definições

1 — Para efeitos deste regulamento e com vista à uniformização do vocabulário urbanístico utilizado em todos os documentos no âmbito da actividade urbanística do município, aplicam-se as definições constantes do Anexo I ao presente Regulamento.

2 — Todo o restante vocabulário urbanístico constante no presente Regulamento tem o significado que lhe é atribuído na restante legislação aplicável e, ainda, na publicação da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) intitulada Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território.

Artigo 4.º

Siglas

Para efeitos deste regulamento, utilizam-se as seguintes siglas:

a) AVAC: aquecimento, ventilação e ar condicionado;
b) AQS: água quentes sanitárias;
c) CAD: Computer-Aided Design ou projecto assistido por computador (software);
d) CEDE: Caderno Energético do Edifício;
e) ICP — ANACOM: Instituto das Comunicações de Portugal — Autoridade Nacional de Comunicações;
f) IMP: Inventário municipal do património;
g) InCI, I. P.: Instituto da Construção e do Imobiliário;
h) PMOT: Plano municipal de ordenamento do território;
i) RCCTE: Regulamento da Características de Comportamento Térmico dos Edifícios;
j) RGEU: Regulamento Geral de Edificações Urbanas;
k) RJUE: Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;
l) RPDML: Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa;
m) RSECE: Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização de Edifícios;
n) SCE: Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios;
o) SIG: Sistema de informação geográfica;
p) SNGN: Sistema Nacional de Gás Natural;
q) SP: superfície de pavimento.

SECÇÃO II

Das situações especiais

Artigo 5.º

Obras de escassa relevância urbanística

Para efeitos do disposto na alínea *g*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 6.º-A do RJUE, são obras de escassa relevância urbanística as seguintes:

a) Obras de edificação, contíguas ou não, ao edifício principal com altura não superior a 2,2 m ou, em alternativa, à cércea do rés-do-chão do edifício principal com área igual ou inferior a 10 m^2, desde que não excedam 20 % da área do logradouro, incluindo para efeitos de cálculo deste as construções pré-existentes e que não confinem com a via pública;
b) Obras de edificação de estufas de jardim com altura inferior a 3 m e a área igual ou inferior a 20 m^2, desde que não excedam 20 % do logradouro, incluindo para efeitos de cálculo deste as construções pré-existentes;
c) Obras de conservação, em qualquer categoria de edifício;
d) Obras de alteração do interior de edifícios a que se refere a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, salvo se tiverem por objecto imóveis classificados ou em vias de classificação;
e) Obras de introdução de instalações sanitárias e ou alterações de cozinhas no interior de edifícios existentes;
f) Obras de alteração de material em vãos, por desenho e perfil idênticos, em edifícios existentes;
g) Obras para eliminação de barreiras arquitectónicas, quando localizadas dentro de logradouros ou edifícios, desde que cumpram a legislação em matéria de mobilidade, designadamente rampas de acesso para deficientes motores;
h) Obras complementares dos logradouros das edificações, designadamente arruamentos internos para acesso a estacionamento, desde que sejam executados em material permeável e não prejudiquem as condições de mobilidade na via pública;
i) Reconstrução de coberturas, quando não haja alteração do tipo de telhado, da sua forma, nomeadamente no que se refere ao alteamento ou inclinação das águas, e o material de revestimento seja do mesmo tipo e forma;
j) Instalação ou renovação das redes de abastecimento de água, gás, electricidade, saneamento e telecomunicações nos edifícios, sem prejuízo das regras de certificação e segurança em vigor sobre a matéria;
k) Estruturas para grelhadores, desde que a altura relativamente ao solo não exceda 2 m, a área de implantação não exceda 3 m^2 e se localizem no logradouro posterior de edifícios.

Artigo 6.º

Impacte relevante e ou semelhante a uma operação de loteamento

Consideram-se operações urbanísticas com impacte relevante ou que determinem, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento, para efeitos do n.º 5 do artigo 44.º e do n.º 5 do artigo 57.º, ambos do RJUE, as obras de construção nova ou as obras de ampliação em edificações existentes de que resulte acréscimo de superfície de pavimento, em área não abrangida por operação de loteamento, em que se verifique uma das seguintes situações:

a) A superfície de pavimento resultante seja igual ou superior a 1800 m^2;
b) Disponham de mais do que uma caixa de escadas de acesso comum a fracções ou unidades independentes, excluindo as escadas de emergência e as unidades independentes de estacionamento;
c) Disponham de cinco ou mais fracções, ou unidades independentes, com acesso directo a partir do espaço exterior à edificação;
d) Exijam a construção de novos arruamentos locais ou quaisquer outras infra-estruturas locais.

Artigo 7.º

Consulta pública

1 — Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 27.º do RJUE e para além das mencionadas no n.º 2 do mesmo artigo, consideram-se operações de loteamento com significativa relevância urbanística e, por isso, sujeitas a prévia discussão pública, as operações de loteamento não abrangidas por plano de pormenor ou plano de urbanização em vigor.

2 — A consulta pública é promovida no prazo de 15 dias a contar da data de recepção do último dos pareceres, autorizações ou aprovações, emitidos pelas entidades exteriores ao município, quando a eles houver lugar, ou após o termo do prazo para a sua emissão.

3 — A consulta pública é anunciada através de edital a afixar nos locais de estilo e divulgada através de dois dos jornais mais lidos na região e no sítio da internet da autarquia.

4 — A consulta pública é publicitada com uma antecedência de 8 dias úteis e decorre num prazo não inferior a 15 dias úteis.

5 — No prazo previsto no número anterior, os interessados podem consultar o processo, entregar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no local indicado no respectivo edital ou site da autarquia.

6 — A promoção de consulta pública determina a suspensão do prazo para decisão.

7 — Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 27.º do RJUE, os proprietários dos lotes, são notificados pelo gestor do procedimento por aviso postal, para se pronunciarem sobre a alteração da licença da operação de loteamento, no prazo de 10 dias úteis.

8 — A notificação referida no número anterior será efectuada por edital a afixar nos locais de estilo se os interessados forem desconhecidos ou em tal número que tornem inconveniente outra forma de notificação.

CAPÍTULO II

Das operações urbanísticas

SECÇÃO I

Dos princípios

Artigo 8.º

Condições gerais de edificabilidade

É condição necessária para que um prédio seja considerado apto para a edificação urbana, que satisfaça, cumulativamente, as seguintes exigências mínimas:

a) Tenha edificabilidade de acordo com o estipulado em plano municipal de ordenamento do território e reúna as condições da legislação aplicável;

b) A sua dimensão e configuração topográfica sejam adaptadas ao aproveitamento previsto, em boas condições de funcionalidade, salubridade e acessos;

c) Seja servido por via pública pavimentada e infra-estruturada.

Artigo 9.º

Conservação e reposição da feição original dos edifícios

1 — São incentivadas pelo Município as obras de reparação, conservação e de alteração interior dos edifícios, as obras de aproveitamento do sótão e as obras que visam a reposição da feição original e as obras de beneficiação das instalações eléctricas, de água ou gás.

2 — O incentivo referido no número anterior assume a forma de redução das taxas urbanísticas a estabelecer em regulamento municipal sobre a matéria.

Artigo 10.º

Cedências e compensações

1 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 44.º do RJUE, e sem prejuízo de regulamento das compensações urbanísticas, as operações de loteamento e as outras operações urbanísticas às quais, nos termos do RJUE e deste regulamento, sejam aplicáveis as disposições relativas a cedências e compensações, incluindo as operações urbanísticas de iniciativa municipal, devem obedecer às seguintes regras, no tocante a cedências e compensações:

a) Na apreciação dos projectos das operações urbanísticas o princípio é a integral execução das cedências obrigatórias previstas no artigo 120.º do RPDML;

b) As excepções estabelecidas no n.º 4 do artigo 120.º do RPDML devem ser devidamente justificadas, com suporte no contexto urbano, e objecto de parecer favorável dos serviços municipais competentes.

2 — O técnico autor do projecto é responsável, nos termos da lei e do presente regulamento, pelo quadro de áreas a partir do qual são calculadas as cedências, as compensações, quando a estas houver lugar, e a taxa sobre a realização de infra-estruturas urbanísticas.

Artigo 11.º

Áreas de cedência para domínio municipal

Os promotores das operações de loteamento e das outras operações urbanísticas às quais, nos termos do RJUE e deste regulamento, sejam aplicáveis as disposições relativas a cedências, cedem gratuitamente ao Município parcelas para espaços verdes e de utilização colectiva e para equipamentos de utilização colectiva, para além dos espaços de circulação e das infra-estruturas urbanísticas que, de acordo com a lei, licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal.

Artigo 12.º

Compatibilidade de usos e actividades

São condições de emissão de informação prévia desfavorável, indeferimento de licenciamento ou rejeição de comunicação prévia, as utilizações, ocupações ou actividades a instalar que:

a) Originem a produção de fumos, cheiros ou resíduos que afectem as condições de salubridade do edificado ou dificultem a sua melhoria;

b) Perturbem de forma permanente as condições de trânsito e estacionamento, bem como as condições de utilização e segurança na via pública;

c) Acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão do edificado;

d) Prejudiquem a salvaguarda e valorização do património classificado ou em vias de classificação, dos bens constantes do IMP/ Carta do Património ou de reconhecido valor cultural, arquitectónico, urbanístico, paisagístico ou ambiental;

e) Correspondam a outras situações de incompatibilidade que a lei geral considere como tal, designadamente as constantes do Regime Jurídico do Exercício da Actividade Industrial e do Regulamento Geral do Ruído, bem como de regulamentos e posturas municipais.

Artigo 13.º

Condicionamentos patrimoniais, ambientais e arqueológicos

1 — A implantação e a volumetria das edificações, a impermeabilização dos solos e a alteração do coberto vegetal devem prosseguir os princípios de preservação e promoção dos valores arqueológicos, patrimoniais e ambientais dessa área e do município de Lisboa no seu conjunto.

2 — As alterações topográficas propostas não podem pôr em causa a continuidade planimétrica e altimétrica com as áreas envolventes e não podem comprometer os princípios de continuidade, unidade e articulação da Estrutura Ecológica Municipal, designadamente o bom funcionamento do sistema húmido, a estrutura vegetal existente e a drenagem atmosférica.

3 — Antes da aprovação do projecto de arquitectura e de acordo com o disposto no RPDML, nas Áreas de Potencial Valor Arqueológico de Nível 1, devem ser, em casos justificados, realizadas sondagens de diagnóstico ou escavações por equipa técnica credenciada pela entidade da tutela, devendo o respectivo relatório e a eventual adopção de medidas de minimização ter a aprovação daquela entidade.

4 — Antes da aprovação do projecto de arquitectura, nas Áreas Históricas Habitacionais, e nos casos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 32.º do RPDML, é realizada vistoria municipal de valores patrimoniais e estado de conservação.

5 — A vistoria mencionada no número anterior é realizada pelo serviço municipal competente, através de uma comissão de vistoria composta por um arquitecto, um engenheiro técnico ou civil, um historiador e, quando for caso disso, um arqueólogo e ou um arquitecto paisagista.

6 — Qualquer interessado pode requerer a realização da vistoria a que diz respeito o n.º 4 previamente à formalização do pedido.

7 — A Câmara Municipal pode impedir, por condicionamentos de ordem ambiental, a edificação ou a realização de outra operação urbanística, passível de afectar negativamente os valores ambientais presentes nas áreas abrangidas pelo Sistema Húmido, previstas no RPDML.

8 — A Câmara Municipal pode, igualmente, impedir qualquer operação urbanística que comprometa os sistemas de vistas, a respectiva valorização e não obedeça aos seus condicionamentos, nos termos definidos em plano municipal de ordenamento do território.

9 — Os bens do IMP/Carta do Património constante do RPDML estão sujeitos às seguintes regras:

a) As intervenções em bens constantes do IMP devem garantir a sua identidade arquitectónica, decorativa e construtiva e, no caso dos conjuntos, também a sua identidade arquitectónica e urbanística;
b) As transformações destes bens devem ter como objectivo defender e potenciar os seus valores arquitectónicos e urbanísticos, bem como potenciar os usos a que se destinam;
c) Nos pedidos de informação prévia e licenciamento, a apreciação dos projectos é obrigatoriamente precedida de vistoria de valor histórico-patrimonial e estrutural ao edifício, a realizar pela Estrutura Consultiva criada ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do RPDML, com o objectivo de avaliar se a intervenção proposta salvaguarda os elementos construtivos, arquitectónicos, decorativos e ambientais que determinaram a inclusão do bem no IMP.

10 — As normas estabelecidas nos números anteriores aplicam-se também às operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do RJUE.

Artigo 14.º

Condicionamentos à demolição

1 — A Câmara Municipal pode impedir, por condicionamentos patrimoniais e ambientais existentes devidamente justificados, com relação aos objectivos urbanísticos e caracterização das categorias de espaço previstos nos planos municipais de ordenamento do território aplicáveis, a demolição total ou parcial de qualquer edificação, bem como de espécies arbóreas ou arbustivas de inegável valor botânico ou paisagístico para a cidade.
2 — Qualquer demolição, total ou parcial, só é deferida depois de aprovado o projecto de arquitectura para o local ou, nos termos da legislação aplicável, uma ocupação de natureza diferente para o mesmo espaço, salvo em caso contrário admitido em plano municipal de ordenamento do território em vigor aplicável, ou nos casos que ofereçam manifesto perigo para a segurança de pessoas e bens, ou para a saúde pública.
3 — Os materiais construtivos e decorativos com valor arquitectónico ou histórico, designadamente elementos cerâmicos de revestimento ou decoração, cantarias, elementos em ferro ou outros, existentes em edifícios a demolir e cuja reutilização não esteja prevista, devem ser arrolados e preservados, com vista à sua entrega à Câmara Municipal.
4 — Quando os azulejos assumam um valor especial ou formem uma composição singular, a Câmara Municipal pode proceder à sua aquisição ou assegurar a sua recolocação em local público apropriado antes da emissão da licença requerida.

Artigo 15.º

Áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública

1 — Para efeitos de aplicação do disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, as áreas correspondentes a imóveis classificados ou em vias de classificação, ou localizados nas respectivas zonas de protecção, ou a imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados, ou sujeitas a servidão administrativa ou restrição e utilidade pública estão identificadas na planta constante do Anexo II ao presente regulamento, sem prejuízo da actualização desta planta, disponível no sítio da internet www.cm-lisboa.pt.
2 — O disposto no número anterior não desvincula o requerente do conhecimento e cumprimento das servidões administrativas e restrições de utilidade pública que não estejam reflectidas na referida planta.

SECÇÃO II

Da urbanização

SUBSECÇÃO I

Da integração urbanística

Artigo 16.º

Justificação da adequação às redes e da valorização das acessibilidades nas operações de loteamento

1 — Os pedidos de operações de loteamento devem descrever e justificar:

a) A acessibilidade ao local, contemplando todos os modos de transporte;
b) O esquema de circulação pedonal, ciclável e viária na área de influência directa da operação;
c) A acessibilidade aos lotes a constituir;
d) A acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida;
e) A hierarquia e capacidade das vias envolventes e cruzamentos;
f) A capacidade de estacionamento nos lotes em causa, bem como nas vias que constituem a sua envolvente imediata;
g) O funcionamento das operações de carga e descarga, quando aplicável.

2 — Os pedidos de operações de loteamento devem, ainda, justificar e definir:

a) O impacte gerado pelos níveis de serviço previsíveis da operação urbanística na envolvente;
b) As infra-estruturas viárias gerais ou de ligação de suporte à operação urbanística e as respectivas ligações às unidades territoriais envolventes;
c) O limite da área de intervenção para execução das infra-estruturas referidas na alínea anterior, ainda que as mesmas ultrapassem os limites dos prédios alvo da operação urbanística.

3 — Os pedidos de operações de loteamento devem avaliar o impacto previsível no ambiente sonoro exterior, devendo ser acompanhados por uma descrição das medidas de mitigação do ruído exterior a adoptar, caso sejam necessárias.
4 — Nos projectos onde se preveja a instalação de equipamentos de utilização colectiva, deve ser devidamente avaliado o impacte dessa infra-estrutura na circulação pedonal, ciclável e viária da zona em causa e contempladas as medidas de acalmia de tráfego adequadas.
5 — Os pedidos de operações de loteamento devem ainda justificar e definir todas as infra-estruturas de suporte à operação urbanística e as respectivas ligações às unidades territoriais envolventes, bem como simular o impacto da urbanização sobre as mesmas.

Artigo 17.º

Critérios aplicáveis à edificação

Para além dos elementos descritivos e justificativos das soluções propostas nos pedidos, visando assegurar que as operações de loteamento venham a proporcionar espaços urbanos homogéneos e que os edifícios a construir de forma fraccionada tenham uma unidade compositiva, a memória descritiva a apresentar deve ainda contemplar os critérios aplicáveis à edificação e de ordem arquitectónica expressos nas alíneas seguintes:

a) Adequada inserção urbanística através da relação com os espaços livres envolventes e com o edificado confinante, nomeadamente afastamentos e alinhamentos;
b) Elementos definidores do carácter volumétrico dos conjuntos edificados, nomeadamente do alinhamento de pisos e vãos, relação de cotas altimétricas e de soleira, galerias, espaços vazados de atravessamento, pisos recuados, corpos balançados e coberturas;
c) Vedações e construções auxiliares;
d) Índices urbanísticos, cérceas e limites volumétricos referenciados à parcela, ao lote e ao loteamento, consoante o caso.

SUBSECÇÃO II

Do desenho urbano

Artigo 18.º

Concepção dos espaços públicos

1 — Na construção do carácter da cidade, a configuração e o tratamento do espaço público, bem como a sua capacidade de representação, são acções estruturantes das operações de desenho urbano, e como tal, devem ser objecto de detalhada atenção.
2 — Os projectos de espaços públicos, devem ser concebidos e executados de modo a corresponder às expectativas, necessidades e liberdade de fruição dos mesmos pelos utilizadores devendo ser dada particular atenção às seguintes vertentes:

a) Adequação à hierarquia do espaço público, conforme o seu uso e a sua utilização pela população, caracterizando e tornando legível e significante a estrutura urbana;
b) Promoção e integração na realidade local, nomeadamente ao nível urbano, social, cultural e da memória histórica;
c) Adequação ao fim para que é concebido, garantindo a atractividade, o estímulo visual, a fácil utilização por todos, a manutenção e durabilidade, assim como a versatilidade na adaptação a uso público diverso do proposto;
d) Equilíbrio entre o espaço urbano construído e os sistemas naturais, promovendo a sua valorização ambiental, e a sua interligação numa

estrutura contínua de protecção, regulação climática, lazer e recreio integrada no tecido edificado.

3 — Os projectos de espaços públicos, de iniciativa pública ou privada, devem obedecer ao Plano Estratégico do Espaço Público de Lisboa, após a respectiva entrada em vigor.

Artigo 19.º

Afixação e suportes de publicidade em espaços públicos

1 — A instalação de qualquer tipo de suporte para publicidade em espaços públicos está sujeita a licenciamento municipal, devendo para o efeito garantir de forma rigorosa a salvaguarda dos valores arquitectónicos e urbanísticos do local, preservando a visibilidade de fachadas, bem como a funcionalidade dos espaços afectados, assim como a sua adequada integração urbanística e arquitectónica.

2 — Os suportes de anúncios publicitários não podem constituir perigo ou obstáculo para a circulação pedonal, ciclável e rodoviária, devendo ser mantidos em bom estado de conservação.

SUBSECÇÃO III

Da gestão de recursos

Artigo 20.º

Manutenção da capacidade de infiltração e retenção dos solos

1 — Por forma a compensar a área impermeabilizada resultante da construção das novas edificações, arruamentos ou zonas pavimentadas com materiais impermeáveis, deve ser prevista a recolha, drenagem e subsequente infiltração ou retenção de águas pluviais.

2 — A solução escolhida deve ser dimensionada em função das características do local de modo a permitir a recolha e infiltração ou retenção de um volume de água que corresponda a uma precipitação de projecto de um período de retorno inferior a 1 ano, tipicamente 100,0 m3/ha/dia, calculado com base na totalidade da área impermeável.

3 — Nas situações que ultrapassem as condições indicadas no número anterior, deve ser assegurada uma drenagem das águas pluviais recolhidas para a rede municipal de drenagem de águas pluviais.

4 — Não devem ser recolhidas águas provenientes de superfícies susceptíveis de acumular poluentes, designadamente arruamentos e estacionamentos, se o sistema não contemplar a remoção prévia destes poluentes.

5 — No caso de a solução adoptada contemplar uma bacia de retenção, esta deve estar devidamente integrada em projecto de espaços exteriores.

6 — A recolha e infiltração das águas pluviais devem ser realizadas de modo a evitar:

a) A erosão dos solos e pavimentos;
b) O alagamento de terrenos, excepto se o sistema previr uma bacia de retenção especificamente concebida para o armazenamento de água;
c) Os danos em infra-estruturas enterradas preexistentes ou a construir.

7 — Excepcionam-se da aplicação do constante no presente artigo as operações urbanísticas que ocorram em locais em que estes sistemas se revelem justificadamente inadequados.

Artigo 21.º

Gestão de água

1 — O sistema de drenagem pluvial deve adoptar soluções técnicas que promovam a infiltração da água no subsolo, nomeadamente através de bacias de retenção e poços de infiltração e soluções técnicas que promovam o armazenamento das águas pluviais no interior da área de intervenção, para reutilização.

2 — O sistema de pavimentos utilizado nas áreas exteriores e o sistema de rega das áreas verdes devem adoptar soluções técnicas que possibilitem o disposto no número anterior e promover o consumo reduzido da água.

SUBSECÇÃO IV

Da acessibilidade e mobilidade

Artigo 22.º

Acessibilidade nos espaços públicos

1 — Os espaços públicos a criar ou a renovar devem ser concebidos de forma a permitir a circulação e mobilidade universais, nomeadamente a pessoas com mobilidade condicionada de forma temporária ou permanente, através da eliminação das barreiras físicas que constituam obstáculo à mobilidade e implementação de meios mecânicos que assegurem o conforto e a segurança de pessoas e bens.

2 — Por forma a garantir a acessibilidade e mobilidade universais deve ser assegurada nas operações de loteamento a interligação e a compatibilização dos espaços públicos com as áreas urbanas adjacentes, promovendo a criação de percursos contínuos com informação específica e adequada.

3 — As soluções adoptadas em matéria de acessibilidade devem obedecer ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, e ao Regulamento para a Promoção da Acessibilidade Pedonal.

Artigo 23.º

Percursos cicláveis

1 — Visando a introdução progressiva do uso da bicicleta, em alternativa ao transporte motorizado individual, os projectos das operações de loteamento devem prever a implementação de tipologias de espaço público que proporcionem a circulação de bicicleta, em compatibilidade com a circulação viária e com o tráfego pedonal.

2 — Na ausência de regulamentação específica para a área abrangida, deve privilegiar-se a circulação da bicicleta em espaço viário, em detrimento da rede viária, devendo encontrar-se espaços segregados sempre que o fluxo automóvel o justifique.

3 — Deve evitar-se a coexistência com peões sendo que, a existir, deve ser devidamente sinalizada.

4 — Os percursos cicláveis devem respeitar os seguintes critérios:

a) A salvaguarda da continuidade, de modo a possibilitar a deslocação de bicicleta entre os locais servidos sem interrupção;
b) A funcionalidade dos percursos, devendo os declives ser inferiores a 3 % ou, no limite, atingir os 5 %, sendo apenas permitidos declives até 8 % em espaços cicláveis de ligação em distâncias até 125 m;
c) A segurança e o conforto dos utilizadores, nomeadamente no que respeita à adequação da pavimentação, ausência de obstáculos à fluidez de circulação, correcta abordagem aos cruzamentos e utilização de vegetação para criação de ensombramento.

5 — Para cumprimento do disposto no número anterior, aplicam-se aos percursos cicláveis as seguintes dimensões mínimas de Secção transversal:

a) 1,50 m em percursos cicláveis unidireccionais;
b) 2,20 m em percursos cicláveis bidireccionais.

Artigo 24.º

Rede viária

O conceito, traçado e características das vias devem promover a integração e articulação entre os espaços urbanos existentes e as zonas de expansão urbana, bem como responder aos seguintes objectivos urbanísticos:

a) Assegurar uma correcta articulação com os nós que pretendem ligar e uma clara hierarquização e continuidade entre as diversas tipologias de vias e os padrões de deslocação existentes ou definidos pela Câmara Municipal;
b) Garantir a segurança e funcionalidade da circulação de peões, bicicletas e veículos motorizados, considerando o efeito do desenho das vias na velocidade do tráfego;
c) Gerar fluxos de tráfego rodoviário que minimizem a poluição atmosférica e o ruído, em níveis adequados aos usos e dentro dos valores legais admissíveis;
d) Promover a interligação da rede de espaços públicos e percursos pedonais, cicláveis e rodoviários, dando particular atenção à eliminação de obstáculos à circulação de pessoas com necessidades especiais de mobilidade;
e) Promover o uso do transporte público e de modos suaves de deslocação como parte fundamental na estratégia de acessibilidade associada à implementação dos projectos;
f) Assegurar a sua durabilidade e facilidade de manutenção.

SUBSECÇÃO V

Das obras de urbanização

Artigo 25.º

Modelação de terrenos

1 — As movimentações de terras a efectuar no âmbito das obras de urbanização devem limitar-se às modelações de terrenos referenciadas

na planta de síntese da operação de loteamento e em planta de modelação geral, nelas se incluindo, com excepção das escavações respeitantes aos pisos em cave, a configuração, modelação e topografia finais dos lotes.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as operações de modelação de terrenos devem ser sempre minimizadas no que respeita a volumes de aterro e escavação, procurando respeitar a modelação natural e estabelecer uma relação com as cotas da envolvente directa.

3 — A modelação de taludes deve assegurar todas as normas estipuladas no que respeita a inclinações, tendo em atenção, em particular, os requisitos necessários ao adequado escoamento superficial das águas pluviais e as condições e características de estabilidade dos solos.

4 — Os taludes devem ser revestidos, sempre que tecnicamente possível, com vegetação de sequeiro.

5 — As soluções técnicas a adoptar devem garantir a sua estabilidade e permitir o seu revestimento com vegetação.

6 — Os taludes não podem ter uma inclinação igual ou superior a um para três.

Artigo 26.º

Contrato de urbanização

1 — Quando a execução das obras de urbanização assuma uma especial complexidade da determinação da responsabilidade de todos os intervenientes, a realização das mesmas deve ser objecto de contrato de urbanização.

2 — O contrato de urbanização deve conter as seguintes menções:

a) Identificação das partes;

b) Designação e descrição da operação urbanística;

c) Discriminação das obras de urbanização a executar, com referência aos eventuais trabalhos preparatórios ou complementares incluídos e ao tipo de rectificações admitidas;

d) Condições a que fica sujeito o início da execução das obras de urbanização;

e) Prazo de conclusão e de garantia das obras de urbanização;

f) Fixação das obrigações das partes;

g) Necessidade ou não de prestação de caução e condições da eventual redução do seu montante;

h) Consequências, para as partes, do incumprimento do contrato;

i) Condições a que fica sujeito o licenciamento ou a admissão da comunicação prévia das obras de urbanização;

j) Regulamentação da cedência de posição das partes no contrato;

l) Designação da entidade competente para a resolução de qualquer litígio emergente da sua interpretação ou aplicação.

m) Forma de gestão e encargos de manutenção das infra-estruturas e espaços públicos a ceder ao município;

n) Condições em que se faz a recepção definitiva dos trabalhos.

SUBSECÇÃO VI

Das infra-estruturas

Artigo 27.º

Infra-estruturas do subsolo

1 — A instalação de novas infra-estruturas, nomeadamente as correspondentes às redes de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e pluviais, de electricidade e telecomunicações e de combustíveis, deve garantir a minimização de abertura de novas valas e criação de novas condutas, procurando a rentabilização e aproveitamento de valas e condutas já existentes.

2 — A realização de novas infra-estruturas deve incluir as infra-estruturas fixas necessárias ao acesso às redes de banda larga.

3 — A rede de infra-estruturas de subsolo deve promover a partilha de espaços que evite a disseminação de infra-estruturas, assegurando a instalação de valas ou galerias técnicas que garantam o adequado tratamento e disponibilidade de acessos de superfície e que permitam, sem constrangimentos ou interferências, a realização das operações de manutenção de cada infra-estrutura, assim como a preservação das faixas de terreno natural afectas ao enraizamento de espécies arbóreas ou arbustivas existentes ou a plantar.

4 — Os equipamentos das infra-estruturas que, pela sua natureza, se destinem a montagem acima do solo, devem ser implantados fora dos espaços de circulação previstos em projecto, devendo ainda ser objecto de tratamento equiparável ao de mobiliário urbano.

5 — A Câmara Municipal, em parceria com as entidades utilizadoras do subsolo, desenvolverá uma base de dados informática do cadastro das infra-estruturas de subsolo de Lisboa, a qual visa assegurar a programação, coordenação e calendarização das intervenções na via pública de uma forma uniforme, expedita e transparente.

6 — Na instrução do pedido de informação prévia, da comunicação prévia e do licenciamento de obras no subsolo, as operadoras das redes de abastecimento de água, electricidade e gás canalizado devem ser consultadas sobre a existência ou planeamento das respectivas infra-estruturas nos locais a intervencionar.

7 — No caso previsto no número anterior, as operadoras, a pedido dos interessados, facultam a informação cadastral relevante.

Artigo 28.º

Eficiência, reutilização e reciclagem de águas

1 — Os fluxos de água devem ser condicionados de acordo com o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de Junho, de modo a optimizar a utilização deste recurso, designadamente através da utilização de torneiras, chuveiros e autoclismos eficientes.

2 — Deve ser incentivada a implementação de reciclagem das águas cinzentas para reutilização em usos não potáveis nas áreas comuns do edifício, designadamente áreas verdes, ou numa segunda rede de utilização individual em cada fogo, sendo a manutenção deste sistema da responsabilidade de entidade tecnicamente competente.

3 — O excedente das águas recicladas produzidas em propriedade privada pode ser colocado à disposição da Câmara Municipal de Lisboa, para a lavagem de ruas e na rega de espaços verdes.

4 — O incentivo referido no n.º 2 pode assumir a forma de redução das taxas urbanísticas a estabelecer em regulamento municipal sobre a matéria.

Artigo 29.º

Armários e quadros técnicos

1 — Nas operações de loteamento e obras de edificação, os armários e quadros técnicos devem localizar-se no interior dos edifícios, em salas técnicas ou nichos técnicos, acessíveis pelo exterior, que permitam a instalação dos equipamentos técnicos de distribuição.

2 — Em casos excepcionais, quando seja necessária a localização de armários ou quadros técnicos na via pública, estes devem cumprir a legislação aplicável sobre mobilidade e ser embutidos nos muros ou paredes adjacentes, com um adequado enquadramento estético e paisagístico e em relação com a envolvente.

Artigo 30.º

Postos de transformação

1 — Os novos postos de transformação devem ser integrados nos edifícios, ou em muros de suporte ou através de outras soluções que os absorvam e que acautelem a necessária integração no desenho do espaço público e a minimização de impactes e os riscos decorrentes da probabilidade de explosão, devendo ser sempre garantido o acesso permanente e directo à cota da via pública.

2 — O compartimento em questão deve estar devidamente insonorizado e isolado de forma a minimizar os impactos negativos da integração no edifício.

3 — A instalação de espaços (compartimentos) para cogeração/produção de calor e de electricidade, a instalar e explorar por produtores devidamente licenciados para o efeito, deve, por razões de segurança e da respectiva exploração, ser autónoma dos espaços para postos de transformação, mesmo se contígua para facilitar a eventual ligação física que permita a entrega da energia produzida à rede pública de distribuição.

4 — Nos casos de postos de transformação de serviço público integrados em edifícios, o espaço afecto deve integrar-se nas partes comuns do edifício.

Artigo 31.º

Iluminação pública

1 — O projecto de iluminação pública deve contemplar um sistema de regulação de fluxo luminoso conforme as necessidades ao longo do período nocturno;

2 — A iluminação pública deve, sempre que possível, efectuar-se com luminárias de alta potência e baixo consumo e sem ser intrusiva para o espaço privado.

SECÇÃO III

Da edificação

SUBSECÇÃO I

Dos edifícios em geral

Artigo 32.º

Caves

1 — Nos pisos situados a uma cota inferior à do passeio adjacente e de modo a não comprometer a existência das infra-estruturas de subsolo, existentes ou a instalar, não é permitido ultrapassar o plano marginal, salvo em situações devidamente fundamentadas.

2 — Nas situações excepcionais referidas anteriormente, quando admitidas, estão sujeitas às seguintes regras:

a) A distância vertical entre a face superior da laje de cobertura da primeira cave e a cota média do passeio não pode ser inferior a 2,5 metros e, quando tal acontecer, devido a preexistência, a erro de projecto ou a erro em obra, cabe ao promotor assegurar ou repor as referidas cota e distância;

b) Não pode ser ultrapassado o plano vertical adjacente à construção, paralelo ao bordo do passeio existente distante dele 1,40 m;

c) Recai, sobre o promotor do edifício, o ónus dos custos inerentes aos eventuais desvios das infra-estruturas de subsolo existentes, bem como a reparação e a manutenção de lajes e pavimentos à superfície.

Artigo 33.º

Áreas para fins não habitáveis em sótão

1 — Em sótãos, águas-furtadas e mansardas, as áreas habitacionais, a que se refere o artigo 79.º do RGEU, podem ser complementadas por espaços contínuos imediatamente adjacentes, com pé-direito inferior a 2 m, para fins não habitáveis.

2 — A área útil habitacional é definida pelos planos virtuais no cumprimento do artigo 79.º do RGEU.

Artigo 34.º

Mezzaninos

É permitida a construção de um piso intermédio ou "mezzanino", devendo, no caso dos pisos térreos dos edifícios destinados a comércio ou serviços, o piso intermédio ou "mezzanino" ser recuado, no mínimo 3 m do plano marginal.

Artigo 35.º

Kitchenette

1 — É permitida a instalação de módulo compacto de cocção e de outro equipamento de cozinha vulgarmente designado por «Kitchenette», montado em espaço único e não autónomo.

2 — Os autores dos projectos com este tipo de solução devem demonstrar que são garantidos, no espaço único, adequados padrões de habitabilidade e conforto em matéria de iluminação e ventilação naturais.

3 — Por forma a garantir a qualidade no ar, no que refere à evacuação de efluentes gasosos nocivos, não é admitida a instalação de aparelhos de combustão.

Artigo 36.º

Guardas

Com o objectivo de reduzir o risco de ocorrência de acidentes, devem respeitar-se as seguintes regras de construção:

a) As guardas de desníveis e de zonas de espera, nomeadamente em escadas, varandas, terraços e rampas, devem respeitar as seguintes proporções entre espessura e altura de guarda:

Espessura (cm)	Guardas estreitas	Guardas espessas							
	≤ 20	25	30	35	40	45	50	55	≥ 60
Altura (medida entre a face superior do corrimão e o focinho do degrau ou cota do pavimento, em cm.)	100	97.0	95.0	92.5	90.0	85.0	80.0	75.0	70.0

b) Em desníveis superiores a 25 m, as guardas devem ter no mínimo 1,10 m.

c) Os espaços vazios entre elementos das guardas a que se referem as alíneas anteriores não devem permitir a sua escalada, nem a passagem de um volume correspondente a uma esfera com 12 cm de diâmetro.

Artigo 37.º

Instalações de apoio ao condomínio

1 — Os novos edifícios passíveis de constituição em regime de propriedade horizontal devem ser, de forma proporcionada à dimensão do objecto condominial, dotados de espaço que seja construtiva, dimensional e funcionalmente vocacionado para possibilitar a realização de assembleias de condomínio, da gestão corrente e da manutenção das coisas comuns, dotado de condições regulamentares de habitabilidade.

2 — Sempre que o número de fracções autónomas seja superior a doze, as instalações do condomínio devem ser dotadas de instalação sanitária própria proporcionada ao número de utilizadores previsíveis.

Artigo 38.º

Altura útil e áreas técnicas de pisos destinados a serviços

1 — Em edifícios ou fracções destinados a serviços admite-se, sem prejuízo do cumprimento do pé-direito mínimo estabelecido na legislação específica, a redução da altura útil dos pisos, em virtude da colocação de tectos falsos e ou pavimentos técnicos, nas seguintes condições cumulativas:

a) A altura livre entre lajes preparadas para revestimento final não pode ser inferior a 3,50 m;

b) A altura útil livre entre pavimentos acabados e tectos falsos não pode ser inferior a 3,00 m, admitindo-se, nos edifícios adaptados, uma tolerância até 2,70 m, excepto em instalações sanitárias, corredores, vestíbulos e arrecadações, onde é admissível o pé-direito livre mínimo de 2,20 m;

c) Sempre que a introdução de tectos falsos ou pavimentos técnicos conduza a uma altura útil livre inferior a 3,00 m, tem de ser instalado sistema de ventilação mecânica e climatização, de acordo com o respectivo projecto da especialidade.

2 — Exceptuam-se das condições a que se refere o número anterior os edifícios ou fracções aos quais foi conferido o uso de serviços, numa das seguintes situações:

a) Não careciam para celebração de escritura pública de documento municipal certificando o uso;

b) A aprovação do uso ocorreu antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de Agosto;

c) A aprovação do uso ocorreu em data posterior à referida na alínea anterior, mas sem observância dos condicionamentos fixados no diploma;

d) O uso foi legalizado por via do Decreto-Lei n.º 329/81, de 4 de Dezembro.

3 — Nos casos a que se refere o número anterior, a aceitação do uso tem carácter excepcional, só ocorrendo, em condições idênticas às referidas na alínea *c*) do n.º 1 do presente artigo, quando se reconheça estarem garantidas as condições mínimas de conforto, salubridade e segurança.

Artigo 39.º

Instalações técnicas

1 — Na concepção dos edifícios, devem ser consideradas parte integrante dos projectos de arquitectura os seguintes elementos:

a) Instalações técnicas;

b) Antenas, chaminés, colectores solares térmicos;

c) Sistemas de micro geração de energia eléctrica, com base em fontes de energia renovável, designadamente painéis fotovoltaicos;

d) Estendais para secagem de roupa;

e) Equipamentos técnicos, designadamente sistemas de AVAC e depósitos dos colectores solares.

2 — No caso de os elementos referidos no número anterior serem implantados na cobertura, devem adoptar-se soluções que garantam a sua integração paisagística e adequado tratamento acústico.

Artigo 40.º

Logradouros

1 — Os logradouros devem ser preferencialmente ocupados com áreas verdes permeáveis, de forma a contribuírem para a valorização do ambiente urbano.

2 — Em Áreas Consolidadas classificadas de acordo com o RPDML, a ocupação em cave sob o logradouro só é admitida desde que seja assegurado o adequado tratamento do logradouro, nomeadamente com coberto vegetal e árvores.

3 — Nos casos em que o logradouro seja parcialmente em terraço ajardinado, a altura entre a camada drenante e a superfície de terra viva não pode ser inferior a 0,80 m.

4 — Na comunicação prévia ou no pedido de licenciamento é obrigatória a explicitação técnica da forma como é assegurada a infiltração das águas pluviais no subsolo.

Artigo 41.º

Muros e vedações de logradouros

1 — Os muros de vedação do interior dos quarteirões não podem exceder 2,00 m de altura opaca, a contar da cota do terreno, admitindo-se um máximo de 3,00 m se forem enquadrados eventuais anexos, sendo, em casos devidamente justificados e avaliados, permitidas vedações com altura superior em sebes vivas, rede de arame ou material que se considere adequado, na apreciação.

2 — Nos casos em que o muro de vedação separe terrenos com cotas diferentes, as alturas máximas admitidas no número anterior serão contadas a partir da cota mais elevada.

3 — À face da via pública, os muros de vedação não podem ter altura superior a 1,20 m, extensiva aos muros laterais na parte correspondente ao recuo da edificação, quando este existir, sendo permitidas vedações até à altura de 2,0 m, quando completadas com sebes vivas ou sistemas de resguardo visual.

4 — Exceptua-se do disposto no número anterior situações pontuais para integração de quadros técnicos e contadores nos muros de vedação, bem como os muros em Áreas Históricas Habitacionais e Quintas Integradas nas Áreas Históricas, classificadas de acordo com o RPDML, cuja determinação da altura deve ter em conta as características arquitectónicas da envolvente.

5 — Nas Áreas Consolidadas de Moradias, classificadas de acordo com o RPDML, as vedações fronteiras dos lotes não podem exceder 1,60 m de altura, podendo adaptar-se ao declive da rua até à altura máxima de 2,00 m, sendo constituídas por um muro de alvenaria rebocada de altura não superior a 0,90 m, ou a 1,10 m quando o declive o exigir, completado por sebe viva, rede ou gradeamento e não sendo admitida a aplicação de elementos opacos acima do muro de alvenaria.

6 — Sem prejuízo do disposto em plano de pormenor, podem ser admitidas ou exigidas outras dimensões ou outros tipos de vedação diferentes dos indicados neste artigo, de modo a evitar soluções dissonantes relativamente à envolvente existente, designadamente no caso das azinhagas, áreas históricas e projectos de conjunto.

Artigo 42.º

Compartimentos para deposição de resíduos sólidos urbanos

1 — Nos novos edifícios ou em obras de ampliação de edifícios existentes, deve ser prevista a existência de um compartimento para a deposição de resíduos sólidos urbanos, considerado parte integrante do projecto de arquitectura, assegurando-se a sua compatibilização e integração nas opções formais e estéticas do edifício.

2 — Em Áreas Históricas, assim classificadas de acordo com o RPDML, excepciona-se o disposto no número anterior em situações devidamente justificadas pelo projectista, designadamente nos casos em que o lote seja muito reduzido ou a solução seja tecnicamente inviável.

3 — O compartimento referido no n.º 1 deve assegurar o acesso interior e exterior, de modo a permitir a sua correcta utilização e a manutenção das boas condições de salubridade e segurança.

SUBSECÇÃO II

Da composição das fachadas

Artigo 43.º

Desenho das fachadas em frente edificada

1 — Em edificações novas ou na ampliação de construções existentes em Áreas Histórica e Consolidada, assim classificadas de acordo com o RPDML, deve, sempre que possível, ser assegurada a harmonização dos pisos, varandas, platibandas e frisos decorativos, de forma a garantir a melhor integração da nova construção na envolvente edificada.

2 — São admitidas, a título excepcional, situações que não observem o disposto nos números anteriores, devidamente contextualizadas na envolvente urbana, mediante prévio parecer da Estrutura Consultiva criada ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do RPDML.

3 — Em arruamentos inclinados, no caso de se tratar de uma parcela com frente igual ou superior a duas vezes a média das frentes das parcelas adjacentes que formam a frente de quarteirão edificadas adjacentes e no sentido de acompanhar o respectivo declive, a cércea deve ser repartida por secções de métrica igual à média das frentes das parcelas do quarteirão, cumprindo-se em cada Secção as regras para o cálculo da respectiva cércea.

Artigo 44.º

Acessos a estacionamento

Nos acessos aos estacionamentos privativos dos edifícios deve ser garantida a continuidade do passeio sem obstáculos e o boleamento do respectivo lancil.

Artigo 45.º

Piso térreo e remate com a rua

1 — A altura máxima entre a face inferior da laje do primeiro piso e a cota de soleira não pode ser inferior a 3,5 m.

2 — Nos pisos térreos dos edifícios são admitidas galerias desde que com o mínimo de 3,0 m de profundidade e 4,5 m de altura livre.

3 — No caso de galerias em edifícios implantados em ruas inclinadas, devem ser previstos tantos acessos de nível com a rua quanto os necessários para garantir a fácil e directa acessibilidade da rua ao piso térreo.

Artigo 46.º

Corpos balançados

Os corpos balançados estão sujeitos às seguintes regras:

a) Não podem ficar a distância vertical inferior a 3,50 m do ponto da cota média do passeio adjacente e os seus balanços não podem exceder o limite máximo de 2,00 m, nem 5 % da largura do arruamento, medido entre planos marginais opostos e sobre o qual se projectam, sem prejuízo do disposto em plano municipal de ordenamento do território;

b) Não pode ser ultrapassado o plano vertical paralelo ao bordo do passeio distante dele 0,80 m, a contar para o interior;

c) Qualquer elemento pertencente a corpos balançados deve ficar, no mínimo, 3,00 m acima do ponto de cota mais elevada do passeio adjacente;

d) As projecções dos corpos balançados sobre o arruamento e ou sobre o logradouro devem ficar contidas num diedro de 45 graus com origem no plano da respectiva fachada, a partir da linha de separação dos lotes;

e) Fixada a área bruta virtual de pavimento, dos corpos balançados, de acordo com o estabelecido nas alíneas anteriores, aquela área não pode ser superior a 50 % da área bruta virtual determinada;

f) As áreas resultantes dos corpos balançados encerrados devem ser um suplemento da área mínima regulamentar dos respectivos compartimentos, não podendo ser contabilizadas para suprir qualquer deficiência nesse domínio.

Artigo 47.º

Fecho de varandas em edifícios existentes

1 — O fecho ou o envidraçamento de varandas em edifícios existentes obedece ao disposto no RGEU, dependendo de licenciamento municipal, e apenas podem ser admitidos se preencherem cumulativamente as seguintes condições:

a) Se garantir de forma comprovada a sua integração urbana e arquitectónica e que não afecta a linha arquitectónica do prédio e o arranjo estético do mesmo;

b) Se garantir de forma comprovada a sua adequação a um bom desempenho térmico do edifício, garantindo que a obra não conduz à necessidade subsequente de utilização de equipamentos de climatização;

c) Se garantir de forma comprovada a boa ventilação do fogo;

d) Mais de metade das varandas do edifício estejam fechadas;

e) Apresentação de uma solução global para a fachada onde se pretende realizar a instalação, tanto em termos de desenho arquitectónico, como dos materiais aplicados, ou a aplicar, que devem ser de características gerais idênticas;

f) Apresentação de acta do condomínio, da qual conste deliberação relativa ao conhecimento e concordância com a solução proposta e compromisso quanto à execução integral da mesma, nos termos legais.

2 — Em edifícios ou conjuntos pertencentes ao IMP/Carta Municipal do Património, o fecho ou envidraçamento de varandas é interdito.

3 — Nos casos de fecho ou envidraçamento permitidos ao abrigo do n.º 1 do presente artigo, a demolição de troço da fachada é proibida, salvo em situações de demolição integral e simultânea da fachada.

Artigo 48.º

Elementos adicionais fixos

1 — A projecção das saliências decorativas situadas abaixo da cota de 3,50 m, medida a partir do ponto de cota média do passeio adjacente, fica limitada por um plano paralelo ao plano marginal e distante deste 0,20 m.

2 — Acima da cota mencionada no número anterior as saliências regem-se pelos princípios gerais sobre corpos balançados.

3 — As palas e os alpendres não podem, pelo seu balanço, ultrapassar o limite máximo de 3,00 m, nem a superfície vertical paralela ao bordo do passeio, distando dele 0,80 m.

4 — Qualquer elemento pertencente a palas ou alpendres deve ficar, no mínimo, 3,00 m acima do ponto de cota mais elevada do passeio adjacente.

5 — Acima da cota de 4,50 m, medida a partir do ponto de cota média do arruamento, as palas devem reger-se pelos princípios gerais sobre corpos salientes.

6 — Abaixo da cota de 4,50 m, as palas e os alpendres só podem encostar aos limites laterais do lote quando se verifique que desse facto não resulta má integração arquitectónica com as fachadas dos edifícios confinantes e não ocorram inconvenientes em matéria de segurança e de fruição de vistas para os utilizadores desses edifícios, com excepção dos projecto de conjunto de mais de um edifício.

7 — As palas e os alpendres devem ser concebidos e construídos para que não ocultem as placas toponímicas e não prejudiquem a arborização, a iluminação pública e a sinalização de trânsito, não escamoteiem elementos decorativos ou descaracterizem a arquitectura.

8 — O disposto nos números anteriores não se aplica às palas dos hotéis, terminais de transporte público, hospitais, centros comerciais e outros edifícios de uso público, as quais são analisadas caso a caso, tendo em conta a localização específica e a possibilidade de protecção a veículos de passageiros.

Artigo 49.º

Elementos adicionais amovíveis

1 — É interdita a colocação de aparelhos de ar condicionado no exterior das fachadas principais dos edifícios.

2 — Os aparelhos de ar condicionado de pequena dimensão devem ser colocados no interior dos edifícios ou das varandas, sem visibilidade do exterior, nas coberturas ou no exterior das fachadas de tardoz e laterais dos edifícios, cobertos por grelhas adequadas, sem prejuízo do disposto em plano municipal de ordenamento do território, devendo ser adoptadas soluções que reduzam o ruído e que assegurem o lançamento do esgoto dos condensados na rede de águas residuais pluviais.

3 — Os toldos amovíveis em materiais não rígidos podem projectar-se fora do plano de fachada até um máximo de 3 m, não podendo ultrapassar a superfície vertical paralela ao bordo do passeio, distando dele 0,80 m, sendo que qualquer elemento projectado não pode ser colocado a uma cota inferior a 2,70 m.

4 — É interdita a instalação à vista de ductos, cabelagens, caixas, equipamentos e maquinarias no exterior das fachadas e nas coberturas dos edifícios.

Artigo 50.º

Estendais

1 — Os projectos de novos edifícios para uso habitacional devem prever, na organização dos fogos, um espaço para lavagem de roupa e estendal ou apresentar soluções comuns para todo o edifício.

2 — Não são admitidas alterações de fachada que diminuam as condições adequadas de localização dos estendais.

3 — Não é permitida a colocação de estendais no exterior das fachadas principais dos edifícios, admitindo-se contudo que se localizem no interior das varandas e nos terraços resguardados da visibilidade exterior.

4 — O disposto no número anterior não se aplica às Áreas Históricas, assim classificadas de acordo com o RPDML.

5 — Nas Áreas Históricas, assim classificadas de acordo com o RPDML, são admitidos estendais fixos, instalados à altura mínima de 3,00 m acima do ponto de cota mais elevada do passeio adjacente à fachada à qual estão apensos.

Artigo 51.º

Chaminés e exaustão de fumos

1 — Em edifícios e ou fracções existentes destinados a uso de comércio ou serviços, a instalação de actividade de restauração está condicionada à existência ou à possibilidade de criação dos necessários sistemas de evacuação de fumos a que se refere o Capítulo VI do Título III do RGEU.

2 — É interdita a eliminação do sistema de evacuação passiva de fumos nas pré-existências.

3 — A instalação dos sistemas de evacuação de fumos referidos no n.º 1 do presente artigo, sem prejuízo do disposto no RGEU, só é autorizada em fachada tardoz não confinante com a via pública.

4 — Caso não existam, ou não seja possível a criação dos sistemas de evacuação de fumos a que se referem os números anteriores, deve inscrever-se no alvará de licença de utilização a correspondente restrição de utilização, ou, em alternativa, a instalação ou a continuação da actividade de restauração em edifícios e ou fracções existentes pode ser autorizada mediante a instalação de um sistema alternativo de exaustão de fumos, desde que cumpridas as seguintes condições cumulativas:

a) O sistema alternativo referido deve ser apresentado o respectivo Documento de Homologação e Contrato de Manutenção;

b) O sistema alternativo de exaustão de fumos não pode constituir causa de insalubridade ou de outras incomodidades para edificações vizinhas.

5 — Não é aprovado o projecto de arquitectura, nem admitida comunicação prévia, de qualquer estabelecimento comercial que necessite de um sistema de exaustão de fumos, sem que do mesmo conste a indicação clara da forma como tal sistema é implantado.

6 — Em edifícios novos todas as fracções destinadas à restauração, com mais de 20 m^2, devem ser dotadas de sistemas de exaustão de fumos autónomos das restantes fracções, ou prever espaços interiores próprios para a sua instalação.

Artigo 52.º

Afixação e suportes de publicidade em edifícios

1 — Os suportes de anúncios publicitários em edifícios não podem cobrir nenhum dos vãos da edificação, prejudicar o nível de serviço das vias onde se inserem ou restringir, ou dificultar a mobilidade pedonal e a acessibilidade e intervenção dos serviços de emergência.

2 — Os suportes de anúncios publicitários em edifícios devem respeitar os aspectos característicos da zona da cidade onde se inserem, nomeadamente a sua identidade histórica sócio-cultural e arquitectónica.

3 — Nos paramentos das empenas laterais não colmatáveis por encostos de construções, existentes ou futuras, é admitida a afixação de publicidade, ouvida a Estrutura Consultiva criada ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do RPDML.

Artigo 53.º

Elementos de drenagem de águas pluviais

1 — Nas fachadas confinantes com a via pública são proibidos tubos, caleiras ou orifícios para drenagem de águas pluviais ou de quaisquer outros efluentes para além dos destinados à descarga de algerozes ou à saída de sacadas ou parapeitos de janelas ou varandas.

2 — A colocação de algerozes e tubos de queda deve harmonizar-se com os restantes elementos, cores e materiais aplicados no revestimento de fachadas e coberturas.

3 — São privilegiadas, através da redução de taxas a estabelecer em regulamento sobre a matéria, as soluções técnicas que conduzam à retenção e aproveitamento de águas pluviais para regas, lavagens e outras utilizações que não exijam água potável.

SUBSECÇÃO III

Da utilização de edifícios e suas fracções

Artigo 54.º

Instalação de creches, jardins de infância e equipamentos de apoio a idosos

A instalação de creches, jardins de infância e equipamentos de apoio a idosos é permitida na categoria de espaço designada por Áreas Consolidadas de Moradias no RPDML, em arruamentos com largura inferior a 20 m, desde que os interessados instruam o pedido com um estudo de

tráfego que demonstre a existência de condições de segurança e que a actividade é consentânea com a circulação viária do local e, ainda, que sejam adoptadas soluções de desenho de via e dos passeios que garantam a segurança dos peões e não provoquem o congestionamento da via.

Artigo 55.º

Propriedade horizontal

1 — Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE, a requerimento do interessado, pode ser certificado pela Câmara Municipal o cumprimento dos requisitos para constituição do edifício em propriedade horizontal, ou respectiva alteração, em conformidade com a memória descritiva do projecto de arquitectura relativo ao edifício, apresentada pelo requerente.

2 — O cumprimento dos requisitos para constituição de edifício já construído em propriedade horizontal, ou respectiva alteração, pode ainda ser verificado mediante vistoria ao mesmo.

3 — Para além dos requisitos previstos no regime da propriedade horizontal, consideram-se ainda, para efeitos da constituição ou alteração da propriedade horizontal, os seguintes aspectos:

a) Os lugares de estacionamento privados, abertos ou fechados, devem ficar integrados nas fracções de que dependem;

b) As garagens e os lugares de estacionamento privado em número para além do exigido em plano municipal de ordenamento do território aplicável, podem constituir fracções autónomas;

c) Os lugares de estacionamento devem ser devidamente identificados e diferenciados com colocação de marcas nos vértices do polígono que os delimitam, através de marcações metálicas, ou outras em relevo;

d) As arrecadações podem constituir fracções autónomas quando excedam o número de unidades funcionais do edifício e se destinem a servir fracções do mesmo edifício ou de edifícios confinantes, desde que o imóvel em que se insiram partilhe uma servidão de passagem com aqueles.

Artigo 56.º

Fichas técnicas de habitação

1 — Nos termos do previsto do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, a Câmara Municipal é depositária de um exemplar da ficha técnica de habitação de cada edifício ou fracção, em formato digital, mediante o pagamento da respectiva taxa.

2 — Até à total desmaterialização do processo de recepção da ficha técnica de habitação, vigora o regime transitório constante do n.º 4 do artigo 121.º do presente Regulamento.

3 — A Câmara Municipal valida e devolve um exemplar.

SUBSECÇÃO IV

Do estacionamento

Artigo 57.º

Parques de estacionamento

1 — As áreas ou lugares de estacionamento no interior dos lotes, previstas no RPDML, podem ser concretizadas à superfície ou em edificação.

2 — Os parques de estacionamento edificados, em edifícios ou em parte de edifícios — subterrâneos, semi-enterrados e em silo — destinam-se exclusivamente ao estacionamento de veículos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 — Podem ser admitidas arrecadações nas caves e actividades totalmente compatíveis com o uso de estacionamento, desde que esteja assegurado o cumprimento de regras aplicáveis ao uso e actividades concretos e o cumprimento da dotação de estacionamento exigida no plano municipal de ordenamento do território em vigor para a área.

4 — Em fase de projecto devem ser apresentados pormenores dos acessos viários e pedonais, nomeadamente referentes aos passeios, ao reforço do pavimento dos passeios no acesso viário, ao boleamento do lancil e à introdução de dispositivos de segurança.

5 — Os lugares de estacionamento e os sentidos de circulação devem ser independentes e estar devidamente identificados e assinalados com marcas rodoviárias perfeitamente visíveis, devendo permitir a entrada e saída de qualquer veículo sem interferência com os restantes.

6 — Nas novas operações urbanísticas, assim como naquelas que pressuponham a alteração da estrutura fundiária ou urbana, deve ser assegurado sempre que possível um espaço de estacionamento comum a vários prédios, de modo a reduzir os acessos rodoviários de superfície e a assegurar o eficaz aproveitamento do espaço disponível tendo em vista a maximização e funcionalidade dos espaços afectos ao estacionamento.

7 — Não é admissível a compartimentação física dos lugares de estacionamento, excepto no caso em que tal se verifique necessário para o cumprimento estrito das exigências regulamentares.

8 — As áreas de circulação de veículos no interior das edificações devem observar as seguintes condições:

a) Os percursos pedonais, faixas de circulação dos veículos, sentido de rodagem e lugares de estacionamento devem estar assinalados no pavimento;

b) A circulação de veículos deve ser garantida com um mínimo de manobras;

c) O raio de curvatura exterior mínimo é de 6,00 m;

d) Devem evitar-se os impasses, optando-se por percursos contínuos de circulação;

e) Os pilares ou outros obstáculos à circulação devem estar assinalados e protegidos contra o choque de veículos;

f) A altura livre de circulação deve ser no mínimo de 2,20 m à face inferior de vigas ou de quaisquer instalações técnicas ou tubagens;

g) Deve existir percurso pedonal livre de obstáculos e devidamente demarcado desde os lugares de parqueamento até às zonas pedonais da via pública e espaços comuns, bem como, quando existam, aos postos de atendimento ou pagamento integrados no espaço de estacionamento.

9 — Para os parques de estacionamento público deve ser apresentado projecto de sinalização com a indicação da sinalização vertical (nomeadamente sinais de direcção, sinais de reserva de espaço para deficientes, informação de saída), horizontal (nomeadamente marcação de lugares, sentidos de circulação, indicação dos caminhos de evacuação), luminosa, e dispositivos de segurança (nomeadamente balizamento de obstáculos).

10 — Nas unidades comerciais, de serviços, de indústria, e de equipamentos colectivos com superfície de pavimento superior, no seu conjunto, a 2.500 m^2, e nas edificações e conjuntos edificados de impacto significativo na via pública, deve ser previsto no interior do lote espaço ou espaços exclusivamente destinados a cargas e descargas.

11 — Aos projectos dos parques de estacionamento aplicam-se as disposições técnicas constantes do Regulamento de Construção dos Parques de Estacionamento do Município de Lisboa, do regulamento contra incêndio, dos regulamentos sobre mobilidade, dos regulamentos relativos à actividade de estacionamento público e da legislação em vigor aplicável.

Artigo 58.º

Parqueamento de bicicletas

1 — As obras de edificação nova, com área de implantação superior a 225 m^2, devem prever a existência de espaços cobertos para parqueamento de bicicletas, de fácil acesso, de modo a promover a utilização eficaz da bicicleta e evitar o seu furto e deterioração, de acordo com as seguintes regras:

a) Cada edifício de habitação deve dispor de um lugar coberto de estacionamento para bicicletas no interior da parcela por cada fogo até 100 m^2 de área bruta de construção, e dois lugares para fogos com área superior;

b) Os estabelecimentos escolares do 3.º ciclo ou superior devem dispor de 1 lugar de estacionamento para bicicletas no interior da escola por cada 20 alunos e funcionários;

c) Os edifícios de serviços, de comércio e outros usos devem dispor de 1 lugar coberto de estacionamento para bicicletas no interior do lote por cada 20 utentes do edifício, contabilizados a partir da média da sua utilização instantânea ou de valor estimado equivalente.

2 — Em situações onde o declive não permita a construção de uma rampa e seja necessário ultrapassar um lance de escadas para aceder ao estacionamento, deve ser colocada uma calha de deslizamento ao longo das escadas, que possibilite a colocação e o deslize das rodas da bicicleta quando transportada à mão.

3 — Os parqueamentos de bicicletas devem garantir um estacionamento apropriado, atendendo às seguintes condições:

a) Garantir um espaço equivalente a um paralelepípedo com 2,00 m de comprimento × 1,50 m de altura × 0,65 m de largura por bicicleta, e dispor de um sistema de amarração segura que permita a fixação simultânea da roda e do quadro ao mesmo ponto fixo;

b) Localizar-se no piso de soleira e preferencialmente no interior do edifício, em compartimentos de acesso restrito e evitando a ultrapassagem de obstáculos;

c) Estar devidamente sinalizados se situados no exterior dos edifícios, localizando-se próximo da entrada principal ou em lugar de passagem frequente e com boa visibilidade, dispor de iluminação nocturna e oferecer protecção relativa às condições climatéricas.

4 — Exceptuam -se do disposto no presente artigo as situações em que as condições existentes, justificadamente, não permitam a materialização das normas constantes nos números anteriores.

SUBSECÇÃO V

Da eficiência energética e integração de energias renováveis

Artigo 59.º

Melhoria do desempenho energético dos edifícios e racionalização de recursos naturais e energéticos

1 — Os projectos de arquitectura de edifícios devem obedecer à legislação em vigor sobre desempenho energético e da qualidade do ar interior dos edifícios, sistemas energéticos de climatização em edifícios e características de comportamento térmico dos mesmos, devendo ser seguidas a regulamentação nacional, as boas práticas e as recomendações nacionais e internacionais sobre a matéria.

2 — Na elaboração de projectos de arquitectura de edifícios deve prevalecer a preocupação técnica de racionalização da utilização de recursos de qualquer natureza, designadamente água, energia e materiais.

3 — A Câmara Municipal, mediante regulamento sobre a matéria, pode prever a redução das taxas urbanísticas aos requerentes cujos projectos de edifícios contemplem a utilização de mecanismos de aproveitamento de energias alternativas e de soluções que racionalizem e promovam o aproveitamento de recursos renováveis para a água, a água quente e a energia eléctrica, tais como colectores de águas pluviais, colectores solares térmicos e painéis fotovoltaicos.

Artigo 60.º

Eficiência energética

1 — As operações urbanísticas devem ser concebidas de modo a potenciarem a localização e a orientação do edifício nas suas vertentes urbana e arquitectónica e a promoverem o conforto térmico, através de soluções que permitam o aquecimento e o arrefecimento passivos, que maximizem os ganhos solares no período de Inverno e os controlem no período de Verão.

2 — Os princípios subjacentes ao número anterior devem ser aplicados à promoção da iluminação e da ventilação naturais, concorrendo para a minimização dos consumos energéticos e redução das emissões de gases com efeito de estufa.

3 — As operações urbanísticas devem promover o aproveitamento de energias renováveis com o objectivo de maximizar a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, designadamente do sol para aquecimento de águas sanitárias e do vento para secagem de roupa, com recurso a estendais exteriores.

4 — Nas novas edificações deve ser privilegiada a instalação de equipamentos de produção de energia eléctrica, calor e frio, e das respectivas infra-estruturas, comuns a todo o edifício em detrimento de equipamentos individuais, por fracção, por forma a maximizar a sua eficiência energética.

5 — O disposto no número anterior deve ser aplicado às intervenções de escala urbana ou em conjuntos de edifícios onde, sempre que possível e economicamente viável, se devem favorecer sistemas centralizados recorrendo nomeadamente a redes urbanas de calor e frio ou sistemas de co-geração, entre outros, de acordo com o definido no RSECE.

6 — O projecto de novos edifícios ou de alteração profunda de edifícios existentes deve prever a instalação de um sistema central de climatização e utilizar sistemas ou técnicas construtivas de climatização passiva de modo a promover o seu bom desempenho energético.

7 — As novas edificações devem ter um CEdE ou Manual de Utilização, que inclua uma cópia do Certificado de Desempenho Energético do edifício, nos termos do estabelecido no SCE, e que o caracterize energeticamente, descrevendo as soluções utilizadas, nomeadamente:

a) As soluções construtivas adoptadas nos elementos da envolvente e respectivo desempenho térmico;

b) As soluções passivas de aquecimento, arrefecimento, iluminação e ventilação;

c) Os sistemas de climatização, de iluminação, de produção de electricidade, de produção de AQS, com referência às fontes de energia utilizadas, à previsão do consumo mensal de energia e às emissões de CO2 decorrentes do seu funcionamento.

8 — Com um intuito de sensibilizar os utilizadores do edifício, o CEdE ou manual de utilização deve igualmente incluir recomendações de boas práticas no domínio ambiental e energético, que concorram para a eliminação de gastos supérfluos de energia e água e para a redução e reciclagem de resíduos sólidos, devendo ser destinada uma cópia do mesmo a cada fracção.

Artigo 61.º

Controlo de ganhos solares

1 — As novas edificações devem maximizar o potencial de aquecimento, arrefecimento, ventilação e iluminação natural, optimizando a exposição solar do edifício e dos espaços contíguos públicos ou privados, assim como das edificações confinantes e envolventes.

2 — As intervenções nas pré-existências, designadamente as obras de ampliação, não devem comprometer, nem agravar as condições de insolação e ventilação naturais do próprio edifico e dos edifícios confinantes e envolventes.

3 — Devem ser favorecidas as orientações que optimizem a captação de luz solar e a redução dos consumos energéticos e das emissões de gases com efeito de estufa.

4 — Os revestimentos e os vãos das novas edificações devem ser estudados por forma a promover os ganhos de radiação no Inverno e a restringi-los no Verão, garantindo a redução dos consumos energéticos, segundo os seguintes critérios:

a) Optimizar a forma do edifício e das obstruções à incidência de radiação;

b) Maximizar os ganhos solares no quadrante Sul na estação de Inverno, incluindo ganhos solares indirectos;

c) Reduzir os ganhos solares na estação de Verão, principalmente nos quadrantes Este e Oeste, através da utilização de dispositivos sombreadores exteriores eficazes;

d) Garantir o sombreamento, de Junho a Setembro, dos vãos orientados para os quadrantes Este, Sul e Oeste, privilegiando a utilização de arborização na protecção solar, em especial de espécies autóctones e de folha caduca;

e) Privilegiar protecções solares horizontais, designadamente palas e varandas, urbanisticamente interessantes quando a protecção à incidência da radiação solar nos envidraçados orientados a Sul, por arborização de folha caduca ou por outro obstáculo, não for possível ou conveniente;

f) Privilegiar protecções solares verticais, urbanisticamente interessantes, quando a protecção à incidência da radiação solar nos envidraçados orientados a Oeste, por arborização ou por outro obstáculo, não for possível ou conveniente.

5 — Os princípios subjacentes aos números anteriores devem ser aplicados à organização interior dos fogos do edifício, de modo a alcançar os mesmos objectivos do n.º 1 deste artigo.

Artigo 62.º

Aproveitamento da ventilação natural

1 — Na concepção de edifícios devem ser previstos sistemas de ventilação natural que utilizem apenas o vento ou a variação de temperatura, como forma de prevenir o sobreaquecimento e sobrearrefecimento do interior das edificações e de assegurar uma boa qualidade do ar interior.

2 — Para efeitos do número anterior, as soluções construtivas adoptadas nos novos edifícios devem permitir renovações de ar por hora, de acordo com o estabelecido no RCCTE.

Artigo 63.º

Utilização de energias renováveis

1 — Nas novas edificações, deve ser prevista a utilização de sistemas de aproveitamento de energias renováveis, salvo em situações devidamente justificadas.

2 — Nas situações abrangidas pelo número anterior, é obrigatória a utilização de sistemas centralizados de aproveitamento de energias renováveis para produção de AQS, com colectores solares térmicos ou tecnologia equivalente, sempre que essa possibilidade se revele adequada, nos termos do estabelecido do RCCTE.

3 — Na instalação de colectores solares térmicos, deve garantir-se:

a) Uma orientação a Sul, com uma tolerância que não inviabilize a sua eficiência funcional;

b) Em coberturas horizontais a optimização da sua inclinação em função da eficiência do sistema, garantindo a sua integração arquitectónica;

c) Em coberturas inclinadas os colectores devem ser integrados na cobertura, respeitando a inclinação da mesma e a integração arquitectónica;

d) O depósito de armazenamento de água quente deve ser ocultado.

4 — Estes sistemas devem garantir uma contribuição solar anual mínima para a produção de AQS de acordo com o RSECE, podendo o restante calor ser fornecido por sistemas complementares convencionais.

5 — É obrigatória a apresentação no CEdE ou Manual de Utilização de cópia do certificado de homologação dos colectores, incluindo a sua curva característica e o rendimento do sistema.

6 — Nos casos em que não seja possível utilizar colectores solares térmicos ou garantir o disposto no n.º 4, é obrigatória a apresentação de justificação explícita na memória descritiva do projecto de arquitectura, sendo que o carácter de excepção se resume exclusivamente a situações de:

a) Exposição solar insuficiente e apenas quando se tornar evidente que a alteração desta situação é tecnicamente impossível;

b) Existência de obstáculos que justifiquem desvios ao estabelecido nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 3 ou quando esses desvios sejam justificáveis por uma correcta integração no edifício;

c) Factor de forma do edifício que impossibilite satisfazer os requisitos da contribuição solar definidos no n.º 4;

d) Inserção do edifício em zonas de importância patrimonial;

e) Existência de outros sistemas de aproveitamento de energias renováveis.

7 — Em novas piscinas com capacidade superior a 150 m^3 e necessidade de aquecimento de águas, deve ser prevista a instalação de sistemas de colectores solares, ou tecnologia equivalente.

8 — A utilização de fontes de energia renováveis na geração de energia eléctrica, para consumo das próprias edificações ou venda à rede nacional, nomeadamente através de painéis fotovoltaicos ou sistemas de captação de energia eólica, deve ser considerada sempre que for tecnicamente viável e esteticamente adequada.

CAPÍTULO III

Do acompanhamento e execução da obra

Artigo 64.º

Execução de obras

1 — A execução de obras e trabalhos deve observar o Regulamento sobre Ocupação de Via Pública com Tapumes, Andaimes, Depósitos de materiais, Equipamentos e Contentores para Realização de Obras e o Regulamento Geral do Ruído.

2 — Atentas as características próprias de cada obra, pode ser exigida, com a aprovação do projecto de arquitectura, ou com a admissão da comunicação prévia, a demonstração da articulação dos trabalhos de execução de obras de demolição, escavação, contenção periférica, fundações e estrutura.

3 — O disposto no número anterior pode condicionar, fundamentadamente, a autorização prevista no artigo 81.º do RJUE.

Artigo 65.º

Execução antecipada de trabalhos de demolição, escavação e ou contenção periférica

1 — Sem prejuízo da observância do disposto no artigo 13.º do presente regulamento, o pedido de execução antecipada de trabalhos de demolição, escavação e ou contenção periférica nos termos do disposto no artigo 81.º do RJUE é instruído, consoante os casos, com o plano de demolições, o projecto de estabilidade e o projecto de escavação e/ou contenção periférica, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — Caso se trate de obra de escavação e/ou contenção periférica, o início dos trabalhos de execução fica também condicionado à apresentação de caução no valor correspondente ao valor de reposição do terreno.

3 — Caso se trate de obra de demolição, o início dos trabalhos fica condicionado à entrega de declaração atestando que o prédio se encontra devoluto.

4 — Para além dos elementos mencionados nos números anteriores, podem ainda ser solicitados os seguintes elementos:

a) Termo de responsabilidade do técnico ou técnicos responsáveis pela direcção técnica dos trabalhos;

b) Livro de obra;

c) Estimativa de custo da obra;

d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade;

e) Medidas cautelares de protecção do solo e ou da vegetação existente;

f) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;

g) Plano de segurança e saúde.

5 — Sempre que para o desenvolvimento dos trabalhos a que se refere o n.º 1 se justifique a ocupação da via pública, deve a mesma ser objecto de licenciamento.

Artigo 66.º

Mobilidade em espaços públicos durante a execução da obra

1 — A colocação de obstáculos e a abertura de valas na via pública é condicionada, sobretudo em passadeiras e passagens de peões, devendo ser rigorosamente controlada a duração da mesma e as condições de sinalização e de protecção contra quedas, sem prejuízo da aplicação das normas em vigor para a ocupação da via pública, designadamente as constantes do Regulamento sobre Ocupação de Via Pública com Tapumes, Andaimes, Depósitos de Materiais, Equipamentos e Contentores para Realização de Obras e da legislação em matéria de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada e eliminação de barreiras arquitectónicas.

2 — Nos novos arruamentos e espaços públicos a construir, ou a remodelar, deve ser colocado um sumidouro a montante das passagens de peões a fim de evitar a circulação das águas pluviais na zona da passadeira.

Artigo 67.º

Empenas dos prédios confinantes com demolição

1 — Sempre que a operação urbanística de demolição torne aparentes, total ou parcialmente, as paredes das empenas dos prédios confinantes, o dono da obra fica obrigado a manter satisfeitas as condições de habitabilidade das construções contíguas, do ponto de vista da estanqueidade à água e dos isolamentos térmico e acústico.

2 — As soluções devem atender aos seguintes aspectos:

a) As situações preexistentes de exposição dos edifícios adjacentes ao edifício a demolir;

b) O facto de as paredes em questão poderem ficar, no futuro, parcial ou totalmente protegidas pelo novo edifício.

3 — Nos casos em que à operação de demolição não suceda de imediato a construção do edifício de protecção da ou das empenas adjacentes, ou sempre que o faseamento das obras preveja a realização prévia de outros trabalhos, nomeadamente, de escavação e ou contenção periférica, o dono da obra, em cumprimento do n.º 1 do presente artigo, deve conferir à empena características de estanqueidade e de isolamento idênticas à de uma parede exterior.

Artigo 68.º

Prazos de execução das obras sujeitas a comunicação prévia

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º do RJUE, o prazo de execução das obras sujeitas a comunicação prévia é fixado pelos interessados, não podendo, no entanto, ultrapassar os seguintes limites:

a) Trinta meses, no caso de obras de reconstrução com preservação das fachadas;

b) Seis meses, no caso de obras de urbanização e de trabalhos de remodelação de terrenos em área abrangida por operação de loteamento, com menos de um ha;

c) Vinte e quatro meses, no caso de obras de urbanização e de trabalhos de remodelação de terrenos em área abrangida por operação de loteamento, com mais de um ha;

d) Trinta meses, no caso de obras de construção, de alteração ou de ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas *c*), *d*) e *f*) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro;

e) Trinta meses, no caso de obras de construção, de alteração ou de ampliação em zona urbana consolidada que respeitem os planos municipais e das quais não resulte edificação com cércea superior à moda das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra a nova edificação, no troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e para outro lado;

f) Seis meses, no caso de edificação de piscinas associadas a edificação principal.

Artigo 69.º

Elementos a disponibilizar no local da obra

No local da obra devem estar disponíveis e facultados aos funcionários municipais responsáveis pela fiscalização de obras, sempre que sejam solicitados, os seguintes elementos:

a) O livro de obra;

b) A cópia do projecto aprovado pela Câmara Municipal ou objecto de comunicação prévia;

c) O alvará de licença ou o recibo da apresentação de comunicação prévia acompanhado do comprovativo da sua admissão;
d) Nos casos previstos nas alíneas *c*) a *e*) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, a cópia do projecto de execução de arquitectura e de engenharia das especialidades apresentado na Câmara Municipal;
e) A informação cadastral fornecida pelas operadoras das redes de abastecimento de água, electricidade e gás canalizado;
f) Os avisos publicitários previstos no artigo seguinte do presente regulamento.

Artigo 70.º

Avisos publicitários e outras informações a afixar no local da obra

1 — Os avisos publicitários obrigatórios devem obedecer às seguintes condições:

a) Preenchidos com letra legível;
b) Recobertos com material impermeável e transparente;
c) Colocados a uma altura não superior a 4 m, preferencialmente no plano limite de confrontação com o espaço público, ou, em alternativa, em local com boas condições de visibilidade a partir do espaço público.

2 — Os modelos de avisos dos pedidos de licenciamento, comunicação prévia ou autorização de operações urbanísticas, a publicitar pelo requerente, obedecem ao disposto na Portaria n.º 216-C/2008, de 3 de Março, sem prejuízo do disposto no n.º 4.
3 — Os modelos de avisos de publicitação da emissão de alvarás de licenciamento, de admissão de comunicação prévia e de autorização de operações urbanísticas, a publicitar pelo titular do alvará, obedecem ao disposto na Portaria n.º 216-F/2008, de 3 de Março, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
4 — Nas operações de loteamento a que diz respeito o artigo 7.º, e nas operações urbanísticas a que diz respeito o artigo 6.º, ambos do presente regulamento, os avisos previstos nos números anteriores devem incluir fotomontagem do projecto a realizar e devem ser de forma rectangular, com a dimensão de 4 m × 2 m.
5 — Devem ainda ser afixadas cópias, recobertas com material impermeável e transparente, da licença de ocupação da via pública e da licença especial de ruído, quando existam, em local com boas condições de visibilidade a partir do espaço público.

Artigo 71.º

Condições gerais e especiais da licença

1 — A licença pode conter, mediante fundamentação adequada, as seguintes condições gerais:

a) A apresentação de termo de responsabilidade pela direcção técnica e execução da obra;
b) A manutenção no local da obra, em bom estado de conservação, do livro de obra, do alvará da licença, do projecto de arquitectura aprovado, dos respectivos projectos de engenharia das especialidades e dos projectos de execução;
c) No caso de ocupação da via pública, a manutenção no local da obra da respectiva licença;
d) Em caso de ocupação da via pública para obras de conservação, a manutenção no local da obra da folha de fiscalização e do boletim de responsabilidade;
e) A comunicação aos serviços, por escrito, com antecedência de cinco dias, do início de quaisquer trabalhos;
f) A comunicação, por escrito, aos serviços, com 48 horas de antecedência, a execução dos trabalhos de betonagem de estruturas metálicas e de tapamento das canalizações de esgoto;
g) A solicitação aos serviços municipais competentes da demarcação, do alinhamento e do nivelamento (cota de soleira) da edificação;
h) A verificação se o trainel de rua corresponde ao previsto no projecto de arquitectura aprovado, comunicando de imediato aos serviços qualquer desconformidade encontrada;
i) A submissão à prévia aprovação dos serviços das rectificações às medidas do logradouro previstas no projecto de arquitectura;
j) Antes da apresentação do pedido de alvará de utilização ou da comunicação da conclusão de obras, a solicitação de vistoria da obra aos serviços municipais com competências nas áreas da segurança e risco contra incêndios, de ligação à rede de saneamento, e de gestão do espaço público, quando for o caso;
l) A submissão à prévia aceitação dos serviços municipais da cor e tonalidade a aplicar nos paramentos exteriores;
m) A afixação em local visível do número de obra atribuído pelos serviços municipais e a requisição aos serviços da numeração de polícia para os novos vãos de porta abertos para a via pública, após a sua definição em obra e até ao pedido do alvará de utilização;
n) Com a conclusão das obras, a entrega nos serviços dos elementos mencionados na notificação de aceitação ou deferimento e constantes no alvará de licença;
o) A requisição aos serviços de saneamento da autorização para a construção dos ramais de ligação predial aos colectores públicos (doméstico e pluvial);
p) A solicitação aos serviços municipais competentes da licença para a realização de obras na via pública;
q) O pagamento de todos os alvarás de licença e suas prorrogações até ao pedido do alvará de utilização ou comunicação da conclusão das obras;
r) A proibição de lavagem de betoneiras ou camiões betoneiras para a rede pública de colectores e a criação de câmaras de decantação dimensionadas em conformidade com os volumes de betão a aplicar;
s) A existência de condições de lavagem de lamas para viaturas de transporte de materiais para o exterior da obra, por forma a evitar-se a acumulação de poeiras e lamas na via pública;
t) A solicitação da execução dos ramais de ligação às redes de infra-estruturas gerais, designadamente redes de abastecimento de água, electricidade e gás canalizado, antecedendo o cumprimento da condição seguinte, e após a certificação de exploração das instalações, pelas respectivas concessionárias;
u) A reparação de todos os estragos causados em passeios, lancis, sarjetas e pavimentos;
v) A reparação e reposição da sinalização e o mobiliário urbano, bem como o coberto arbóreo;
x) A reposição das marcas de nivelamento e respectiva actualização das coordenadas geográficas, quando tenham sido removidas.

2 — Sem prejuízo da legislação em vigor, e nos termos do conteúdo específico da decisão de deferimento, podem ainda considerar-se parte integrante da licença condições especiais impostas em cada caso.

Artigo 72.º

Alvarás

Os modelos de alvarás de licenciamento de operações urbanísticas obedecem ao disposto na Portaria n.º 216-D/2008, de 3 de Março.

Artigo 73.º

Placas toponímicas

1 — A execução e afixação de placas de toponímia é da competência exclusiva da Câmara Municipal, sendo expressamente vedada a sua afixação, deslocação, alteração ou substituição.
2 — Sem prejuízo do disposto na Postura Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, sempre que haja demolição de edifícios ou alterações de fachadas que impliquem a retirada das placas toponímicas afixadas, devem os requerentes das operações urbanísticas depositar aquelas nos armazéns da Câmara Municipal.
3 — Aquando do licenciamento ou da admissão da comunicação prévia devem manter-se as indicações toponímicas existentes, ainda que as respectivas placas tenham de ser temporariamente retiradas.

Artigo 74.º

Alterações durante a execução da obra

1 — Às alterações em obra ao projecto, inicialmente aprovado ou apresentado, que envolvam a realização de obras de ampliação ou de alterações à implantação das edificações aplicam-se as regras do RJUE e do presente regulamento, não podendo a obra prosseguir sem a correspondente licença ou admissão da comunicação prévia.
2 — Nestas situações, deve o dono da obra apresentar apenas os elementos instrutórios que sofreram alterações.

Artigo 75.º

Procedimentos e regras relativos à vistoria, recepção e prazos de manutenção para espaços verdes

1 — A execução de obras de espaços verdes privados de uso público, ou de espaços verdes públicos cedidos ao domínio municipal no âmbito de operação urbanística, é acompanhada pelos serviços municipais.
2 — O requerente deve informar, por escrito, a Câmara Municipal do início da obra e solicitar o respectivo acompanhamento e fiscalização.
3 — Após a conclusão dos trabalhos, deve ser solicitada a vistoria e respectiva recepção provisória, que deve ser formalizada em simultâneo com as restantes especialidades, designadamente saneamento, infra-estruturas e iluminação.
4 — Na recepção provisória de obras de espaços verdes públicos, são entregues pelo requerente as telas finais e é celebrado protocolo de

manutenção com a Câmara Municipal, por um período não inferior a 24 meses, para verificação do cumprimento dos parâmetros de qualidade e de sustentabilidade da obra, durante o qual o requerente é responsável pelos trabalhos inerentes à manutenção, incluindo o fornecimento de água para rega.

5 — Findo o período de manutenção a que diz respeito o artigo anterior, e com antecedência de 60 dias úteis, o requerente solicita à Câmara Municipal a recepção e transferência da manutenção para o município.

CAPÍTULO IV

Do procedimento

SECÇÃO I

Da instrução

SUBSECÇÃO I

Das disposições gerais

Artigo 76.º

Formalização do pedido

1 — Os procedimentos relativos à realização de uma operação urbanística iniciam-se através de requerimento escrito, apresentado com recurso a meios electrónicos, e através do sistema informático previsto no artigo 8.º-A do RJUE, dirigido ao presidente da Câmara Municipal, acompanhado dos respectivos elementos instrutórios.

2 — Os elementos instrutórios em formato digital devem ser apresentados em formato.pdf, ou, caso contenham peças desenhadas, em formato.dwf, e formato.dwg para a implantação dos lotes, dos edifícios e das áreas para espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos, no sistema de coordenadas em utilização pela Câmara Municipal, sendo as especificações para apresentação e organização dos referidos documentos digitais e o sistema de coordenadas publicitados pela Câmara Municipal no seu sítio de Internet.

3 — Até à implementação do sistema informático a que se faz referência no n.º 1, permitindo a tramitação desmaterializada de todo o processo na Câmara Municipal, vigora o regime transitório constante do n.º 5 e seguintes do artigo 121.º do presente regulamento.

Artigo 77.º

Regularização patrimonial, titularidade e compatibilidade entre elementos instrutórios do pedido e da comunicação prévia

1 — Para efeitos de formalização do pedido ou comunicação prévia de realização de operação urbanística, o requerente ou comunicante deve, para além dos demais requisitos estabelecidos na lei e no presente regulamento:

a) Comprovar que a descrição do prédio ou prédios objecto da operação urbanística coincide com a respectiva certidão da descrição emitida pela Conservatória do Registo Predial, devendo eventuais discrepâncias que forem detectadas entre ambas ser sanadas antes da formalização do pedido de realização da operação urbanística e com a área constante de levantamento topográfico georeferenciado;

b) Comprovar a titularidade de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realizar, na totalidade da área do prédio ou prédios, a operação urbanística, sem prejuízo do disposto do n.º 3 do presente artigo.

2 — Nas situações de discrepância a que faz referência a alínea *a*) do número anterior, o requerente pode solicitar à Câmara Municipal uma certidão de confirmação de áreas, devendo, para o efeito, apresentar um levantamento topográfico cotado e geo-referenciado, com vista a poder certificar junto da Conservatória do Registo Predial para efeitos de ser efectuada a actualização da sua descrição predial.

3 — Nos casos em que o prédio estiver omisso no registo predial, o requerente deve instruir o processo com os elementos necessários para fazer prova da situação que invoca e ainda entregar a respectiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio.

4 — A não verificação do disposto nos números anteriores é fundamento para convite ao requerente ou comunicante para corrigir ou completar o pedido ou comunicação.

5 — No pedido de informação prévia, qualquer interessado pode pedir à Câmara Municipal, a título prévio, informação sobre a viabilidade de realizar determinada operação, ou conjunto de operações urbanísticas directamente relacionadas, bem como sobre os respectivos condicionamentos legais ou regulamentares, não podendo, nestes casos, o projecto de obra de edificação ser aprovado, ou o pedido de licenciamento ser deferido, até o requerente ser titular do direito que lhe confira a faculdade de realizar, na totalidade da área do prédio ou prédios, a operação urbanística pretendida.

6 — A ficha estatística tem de estar compatibilizada com todas as peças desenhadas, a memória descritiva e o quadro sinóptico, quando este exista.

Artigo 78.º

Instrução do pedido e da comunicação prévia

1 — Os pedidos de informação prévia, de licença e de autorização de utilização e a comunicação prévia relativos a operações urbanísticas são instruídos com os elementos previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, mencionados nos artigos da subSecção II da presente secção, sem prejuízo do disposto nos números seguintes e em legislação específica.

2 — A Câmara Municipal pode, ainda, excepcional e fundamentadamente, nomeadamente nos casos previstos no artigo 7.º do presente regulamento, condicionar a apreciação do pedido à entrega de elementos adicionais considerados necessários à sua correcta compreensão, em função, nomeadamente, da natureza e localização da operação urbanística pretendida, tais como maquetas de estudo e simulação virtual tridimensional.

3 — Nos casos em que seja possível, o requerente pode ainda instruir o pedido ou a comunicação prévia com fotografia aérea oblíqua.

4 — O requerente deve ordenar e numerar sequencialmente o requerimento e respectivos elementos instrutórios e incluir um índice que refira o número de páginas e documentos apresentados.

5 — Sempre que a operação urbanística implicar relação com a via pública, o requerente deve instruir o pedido ou comunicação prévia com levantamento topográfico, no mínimo à escala de 1:200, coordenado ao sistema adoptado pela Câmara Municipal de Lisboa, indicado no seu sítio de Internet, cotado, em formato digital, com identificação do espaço público na envolvente, designadamente identificando faixas de rodagem, passeios, espaços de estacionamento, postes, árvores, tampas das infra-estruturas de subsolo, bocas de incêndio, infra-estruturas de sinalização (vertical, horizontal, luminosa e informativa), postes de iluminação e mobiliário urbano.

6 — Nas situações abrangidas pelo número anterior, quando necessário, deve ser apresentada planta de alterações na via pública, com indicação das cotas do passeio e da soleira no acesso ao parque de estacionamento e, ainda, corte pelas rampas, com indicação da cota de soleira.

7 — No pedido ou na comunicação prévia o requerente deve identificar as servidões de natureza civil existentes na área objecto da operação urbanística, bem como as propostas.

8 — Nos pedidos de informação prévia, de licenciamento e comunicação prévia de operações urbanísticas a realizar em área abrangida pelo Sistema Húmido pode ser exigido, nas situações mencionadas no n.º 4 do artigo 13.º do presente regulamento, um estudo hidrogeológico, que deve ser elaborado de acordo com as regras constantes do Anexo III.

9 — O membro do executivo com o pelouro do urbanismo pode determinar que a memória descritiva do projecto seja apresentada em formulário total ou parcialmente normalizado, disponível no sítio de Internet do Município, que individualize os índices, coeficientes ou outros elementos com relevância para a apreciação do pedido ou da comunicação prévia.

Artigo 79.º

Normas de apresentação do projecto

1 — As peças escritas, incluindo quadros, devem ter formato A4, com margem esquerda e superior mínima de 3,5 cm.

2 — As peças desenhadas devem ser elaboradas segundo as normas portuguesas e dobradas em formato A4.

3 — As peças desenhadas são ainda apresentadas com legendas no canto inferior direito, contendo todos os elementos necessários à identificação da peça: o nome do requerente, a localização, o número do desenho, a escala, a especificação da peça desenhada, o nome do autor do projecto e a identificação da sociedade de profissionais com actividade no domínio da arquitectura, se existir.

4 — Todas as peças escritas e desenhadas dos projectos devem ser datadas e assinadas pelo autor ou autores do projecto.

5 — Sempre que a operação urbanística a apreciar compreenda alterações ou demolições parciais e/ou afectar a via pública, devem ser utilizadas para a sua representação as seguintes cores convencionais:

a) A vermelha para os elementos a construir;

b) A amarela para os elementos a demolir;

c) A preta para os elementos a manter;

d) A azul para elementos a legalizar.

6 — As escalas indicadas nos desenhos não dispensam a cotagem, quer nos desenhos com as cores convencionais, quer nos desenhos com a proposta final.

Artigo 80.º

Normas para formatação de ficheiros CAD para levantamentos topográficos e cartografia

As normas para formatação de ficheiros CAD para levantamentos topográficos e cartografia a utilizar nos projectos de loteamento e de obras de urbanização para posterior implementação em ambiente SIG constam do Anexo IV ao presente regulamento.

Artigo 81.º

Novo pedido ou nova comunicação prévia

1 — Em obediência ao princípio da celeridade, da economia e da eficiência das decisões administrativas, consagrado no artigo 10.º do Código de Procedimento Administrativo, podem ser utilizados no âmbito de um novo pedido ou nova comunicação prévia os elementos constantes de processos, em que tenha ocorrido desistência dos interessados, caducados e arquivados, designadamente por motivo de rejeição do pedido ou comunicação.

2 — O disposto no número anterior é aplicável aos elementos que se mantenham válidos e adequados, desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data da caducidade, do arquivamento ou da desistência, sem prejuízo do disposto nos artigos 13.º-B e 72.º do RJUE.

3 — O requerente deve indicar expressamente no requerimento inicial os elementos dos quais pretende beneficiar de economia processual, sem prejuízo do pedido ou comunicação prévia estar sujeito a apreciação municipal, podendo ser solicitados novos elementos sempre que tal se justifique.

4 — Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os termos de responsabilidade dos autores dos projectos, bem como outros elementos que, nos termos de diploma especial, não possam ser aproveitados.

5 — A economia processual prevista no presente artigo implica a desagregação dos elementos do anterior processo, mantendo a integridade física do mesmo mediante o ingresso de folha que de forma expressa indique o responsável pela desagregação do processo e os elementos retirados e respectivas folhas.

Artigo 82.º

Exercício do direito à informação

1 — Os particulares têm direito de receber informações e esclarecimentos de que careçam sobre a actividade administrativa do Município em geral, bem como têm o direito de ser informados pela Câmara Municipal, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam directamente interessados, ou provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam, e de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Têm ainda direito de acesso à informação, os particulares dotados de legitimidade para a protecção de interesses difusos nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

3 — O direito à informação sobre os instrumentos de desenvolvimento e planeamento territorial, bem como sobre outras condições gerais a que devem obedecer as operações urbanísticas, previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 110.º do RJUE, quando exercido por escrito, deve conter os seguintes elementos:

a) Requerimento com a indicação concreta das intenções e aspectos específicos que devam ser objecto de informação;
b) Planta de situação devidamente assinalada.

4 — A título facultativo, o interessado pode juntar outros elementos escritos ou gráficos para melhor esclarecimento do pedido de informação.

5 — A Câmara Municipal, em parceria com as Juntas de Freguesia, disponibiliza aos cidadãos as imagens (alçados) dos projectos de operações de loteamento, a que diz respeito o artigo 7.º e das operações urbanísticas, a que diz respeito o artigo 6.º, ambos do presente regulamento, nas sedes das Juntas de Freguesia.

6 — A Câmara Municipal deve proceder à divulgação pública das peças desenhadas dos projectos que tenham impacte relevante em relação à envolvente urbana.

Artigo 83.º

Procedimentos conjuntos

1 — Para os efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 9.º do RJUE, nos casos em que o pedido respeite a mais de um tipo de operação urbanística relacionadas entre si, o requerente pode optar por instruir um procedimento conjunto.

2 — O procedimento conjunto a que se refere o presente artigo respeita, designadamente, às seguintes operações urbanísticas relacionadas entre si:

a) Obras de demolição, total ou parcial, e obras de construção ou reconstrução;
b) Obras de demolição parcial e obras de alteração e ou de ampliação;
c) Operação de loteamento e obras de urbanização;
d) Obras de edificação e obras de urbanização.

3 — Quando o pedido respeite a mais de um dos tipos de operações urbanísticas, deve ser instruído com os elementos previstos para cada uma das operações constantes da pretensão.

SUBSECÇÃO II

Da instrução dos pedidos

Artigo 84.º

Informação prévia referente a operações de loteamento

1 — O pedido de informação prévia para a realização de operações de loteamento em área abrangida por plano de pormenor deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objecto do pedido;
b) Extractos das plantas de implantação e de condicionantes do plano de pormenor, quando exista, assinalando a área objecto da operação;

2 — Quando se trate de área abrangida por plano de urbanização ou plano director municipal, o pedido deve ser acompanhado com os seguintes elementos:

a) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área abrangida, a descrição dos elementos essenciais das redes de infra-estruturas, designadamente das redes existentes e da sobrecarga que a pretensão poderá implicar, a área total de construção acima da cota de soleira e respectivos usos pretendidos, as cérceas, o número de pisos acima e abaixo da cota da soleira e a área total de implantação;
b) Extractos das plantas de zonamento e de ordenamento dos planos municipais vigentes e das respectivas plantas de condicionantes assinalando a área objecto da operação;
c) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;
d) Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento;
e) Na ausência de classificação acústica da zona em plano municipal em vigor, apresentação de elementos previstos no n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento Geral de Ruído aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro;
f) Planta da situação existente, à escala de 1:1000, correspondente ao estado e uso actual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, no mínimo de 100 m de largura, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo as infra-estruturas existentes;
g) Planta à escala de 1:1000 em formato digital, georeferenciada e de acordo com o disposto no artigo 76.º do presente regulamento contendo os elementos técnicos definidores da modelação do terreno, da volumetria, alinhamento, cércea e implantação da edificação e dos muros de vedação, com os vértices de todas as construções existentes e previstas, bem como o traçado de rede viária;
h) Condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente;
i) Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção e superfície de pavimento a afectar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização;
j) Infra-estruturas locais e ligação às infra-estruturas gerais, designadamente redes de abastecimento de água, electricidade e gás canalizado, com inclusão dos espaços previstos para a colocação de postos de transformação e armários de distribuição, com garantia de acesso

permanente e directo à cota da via pública e, eventualmente, de espaços para subestações;

l) Estimativa de encargos urbanísticos devidos, incluindo da taxa municipal pela realização de infra-estruturas urbanísticas e da compensação, caso haja lugar ao pagamento das mesmas;

m) Planta definindo claramente as áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização colectiva e infra-estruturas viárias, acompanhada de quadros com as medições das áreas respectivas;

n) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;

o) Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adoptadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto;

p) Outros elementos que o requerente queira apresentar.

3 — No pedido de informação prévia para a realização de operações de loteamento a em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos nas alíneas *b*) do n.º 1 e *b*) do número anterior.

4 — No caso de a área não estar abrangida por plano municipal de ordenamento do território, designadamente em caso de suspensão, o pedido deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área abrangida, a descrição dos elementos essenciais das redes de infra-estruturas, designadamente de redes existentes e da sobrecarga que a pretensão poderá implicar, a área total de construção acima da cota de soleira e respectivos usos pretendidos, o número de fogos habitacionais, as cérceas, o número de pisos acima e abaixo da cota de soleira e a área total de implantação;

b) Planta de localização e enquadramento, à escala de 1:1000, assinalando devidamente a área de terreno em causa;

c) Planta da situação existente, à escala de 1:1000, correspondente ao estado e uso do terreno e de uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com a indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como a delimitação do terreno objecto da pretensão;

d) Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento;

e) Os elementos referidos nas alíneas *e*) a *n*) no n.º 2.

Artigo 85.º

Informação prévia relativa a obras de urbanização

1 — O pedido de informação prévia para a realização de obras de urbanização deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Memória descritiva explicitando as obras, designadamente arruamentos, redes de abastecimento de águas, de saneamento, de gás, e sempre que aplicável as respectivas ligações à rede de distribuição do SNGN, de electricidade e de telecomunicações e espaços exteriores;

b) Extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, com a área objecto da pretensão devidamente assinalada;

c) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;

d) Planta da situação existente, à escala de 1:1000, correspondente ao estado e uso do terreno, e de uma faixa envolvente com a dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, no mínimo com 100 m de largura, com a indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, bem como a delimitação do terreno objecto da pretensão;

e) Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução das obras de urbanização.

2 — No pedido de informação prévia para a realização de obras de urbanização em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *b*) do número anterior.

3 — Quando se trate de obras de urbanização em área não abrangida por plano municipal de ordenamento do território, designadamente em caso de suspensão, o pedido deve ser instruído com os elementos mencionados nas alíneas *a*), *c*), *d*) e *e*) do n.º 1.

Artigo 86.º

Informação prévia sobre obras de edificação

1 — O pedido de informação prévia referente à execução de obras de edificação em área abrangida por plano municipal de ordenamento do território deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão;

b) Extracto das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação dos planos municipais vigentes, das respectivas plantas de condicionantes, da planta de síntese do loteamento quando exista e planta à escala de 1:1000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;

c) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;

d) Quando o pedido diga respeito a novas edificações ou a obras que impliquem aumento da área construída, devem constar do pedido de informação prévia os seguintes elementos:

i) Planta de implantação no mínimo à escala de 1:1000, em formato digital e georeferenciada, definindo a volumetria, alinhamento, cércea e implantação da edificação e dos muros de vedação, que deve integrar a planta da cobertura das edificações com os respectivos vértices coordenados;

ii) Fotografias do local, incluindo fotografia aérea oblíqua que permita conhecer a ocupação do logradouro;

iii) Localização e dimensionamento das construções anexas, incluindo alçados no mínimo a uma escala de 1:500 do troço de rua compreendido entre as duas transversais mais próximas, para um e para outro lado, quando se trate de situação enquadrável na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE;

iv) Caso inclua receptores sensíveis, apresentação de extracto de mapa de ruído ou de plano municipal de ordenamento do território com classificação acústica da zona ou, na sua ausência, apresentação de elementos previstos no n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento Geral de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro;

v) Condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente;

vi) Programa de utilização das edificações, incluindo a área bruta de construção a afectar aos diversos usos e o número de fogos e outras unidades de utilização;

vii) Infra-estruturas locais e ligação às infra-estruturas gerais, designadamente redes de abastecimento de água, electricidade e gás canalizado, com inclusão dos espaços previstos para a colocação de postos de transformação e armários de distribuição e com garantia de acesso permanente e directo à cota da via pública;

viii) Estimativa de encargos urbanísticos devidos, designadamente taxa sobre a realização de infra-estruturas urbanísticas, cedências e compensações se a elas houver lugar;

ix) Áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização colectiva e infra-estruturas viárias;

x) Caso se trate de obras de construção, alteração, reconstrução, ampliação ou de urbanização, de promoção privada, referentes a edifícios, estabelecimentos ou equipamentos abrangidos pelos n.º s 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adoptadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do artigo 3.º do mesmo decreto-lei;

e) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser juntos fotografias do imóvel e levantamento rigoroso das fachadas, incluindo platibandas, varandas, guarnecimentos de vãos e todos os elementos decorativos do imóvel pré-existente;

f) Quando existirem edificações adjacentes, o requerente deve, ainda, indicar os elementos mencionados nas subalíneas *i*), *ii*) e *v*) da alínea *d*).

g) Quando para as infra-estruturas de energia eléctrica estiverem previstas potências iguais ou superiores a 50 kVA deve ser assegurado um espaço para instalação embutida no edifício de um armário de distribuição (AD) de energia eléctrica; para potências previstas iguais ou superiores a 100 kVA deve ser assegurado um espaço para instalação de um posto de transformação.

2 — No pedido de informação prévia referente à execução de obras de edificação em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal

previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *b*) do número anterior.

3 — Quando se trate de obras de edificação em área não abrangida por plano municipal de ordenamento do território, designadamente em caso de suspensão, nem operação de loteamento, o pedido deve ser instruído com os elementos referidos no n.º 1.

Artigo 87.º

Informação prévia sobre obras de demolição

1 — O pedido de informação prévia referente à execução de obras de demolição deve ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão, nomeadamente o seu enquadramento legal, e indicando a área objecto do pedido, bem como o estado de conservação do imóvel, o respectivo levantamento, acompanhada, no caso o imóvel integrar o IMP, a respectiva ficha;

b) Quando exista plano municipal de ordenamento do território ou operação de loteamento, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento, de implantação do plano com maior detalhe existente para o local e das respectivas plantas de condicionantes e da planta de síntese do loteamento, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objecto do pedido de demolição;

c) Planta de localização e enquadramento à escala de 1:1000, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;

d) Descrição sumária da utilização futura do terreno;

e) Fotografias do imóvel, incluindo fotografia aérea oblíqua.

2 — No pedido de informação prévia referente à execução de obras de demolição em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *b*) do número anterior.

Artigo 88.º

Informação prévia sobre alteração da utilização

1 — O pedido de informação prévia referente à alteração da utilização de edifícios ou suas fracções é instruído com os seguintes elementos:

a) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objecto do pedido;

b) Quando exista plano municipal de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação do plano com maior detalhe existente para o local e das respectivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local onde se situa o edifício objecto do pedido;

c) Planta de localização e enquadramento à escala de 1:1000, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;

d) Planta do edifício ou da fracção com identificação do respectivo prédio.

2 — No pedido de informação prévia referente à alteração da utilização de edifícios ou suas fracções a realizar em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *b*) do número anterior.

Artigo 89.º

Informação prévia sobre outras operações urbanísticas

1 — O pedido de informação prévia referente à realização das restantes operações urbanísticas deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão e indicando a área objecto do pedido;

b) Quando exista plano municipal de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, bem como da planta síntese do loteamento quando exista, com a indicação precisa do local onde se situa o edifício objecto do pedido;

c) Planta de localização e enquadramento à escala de 1:1000, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;

d) Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação urbanística.

2 — No pedido de informação prévia referente à realização das restantes operações urbanísticas em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *b*) do número anterior.

3 — Quando se trate de trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por plano municipal de ordenamento do território, designadamente em caso de suspensão, o pedido deve ser instruído com os elementos referidos no n.º 1.

Artigo 90.º

Licenciamento das operações de loteamento

1 — O pedido de licenciamento para a realização de operações de loteamento deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;

c) Extractos das plantas de implantação e de condicionantes do plano de pormenor, assinalando a área objecto da operação, quando exista;

d) Memória descritiva e justificativa;

e) Planta da situação existente, à escala de 1:1000, correspondente ao estado e uso actual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, no mínimo de 100 m, com indicação dos elementos ou valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, incluindo as infra-estruturas existentes;

f) Planta de síntese, à escala de 1:1000, indicando em formato digital e de acordo com o disposto no artigo 76.º do presente regulamento, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, incluindo passeios, vias de circulação e estacionamento, as redes de abastecimento de água e de saneamento, de energia eléctrica, incluindo localização dos postos de transformação e sua integração arquitectónica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infra-estruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, polígono de base de implantação dos edifícios devidamente cotado e georeferenciado, áreas de construção, número de pisos acima e abaixo da cota de soleira e número de fogos, com especificação dos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos;

g) Planta com áreas de cedência para o domínio municipal;

h) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador do projecto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;

i) Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor;

j) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;

l) Planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita descrevendo e justificando as soluções adoptadas;

m) Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento;

n) Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adoptadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

o) Estimativa de encargos urbanísticos devidos, incluindo da taxa municipal pela realização de infra-estruturas urbanísticas e da compensação, caso haja lugar ao pagamento das mesmas.

2 — A memória descritiva e justificativa referida na alínea *d*) do número anterior deve ser instruída com os seguintes elementos:

a) Descrição e justificação da solução proposta para a operação de loteamento;

b) Enquadramento da pretensão nos planos municipais de ordenamento do território existentes;

c) Integração urbana e paisagística da operação;

d) Superfície total do terreno objecto da operação;

e) Número de lotes e respectivas áreas, bem como as áreas destinadas à implantação dos edifícios e polígonos de implantação;

f) Área de construção e volumetria dos edifícios com indicação dos índices urbanísticos adoptados, nomeadamente a distribuição percentual das diferentes ocupações propostas para o solo, os índices de implantação e de construção e a densidade populacional, quando for o caso;

g) Cércea e número de pisos acima e abaixo da cota de soleira para cada um dos edifícios;

h) Áreas destinadas a espaços de utilização colectiva, incluindo espaços verdes e respectivos arranjos;

i) Natureza e dimensionamento dos equipamentos;

j) Natureza das actividades não habitacionais e dimensionamento das áreas a elas destinadas;
l) Utilização dos edifícios e número de fogos e respectiva tipologia, quando for o caso;
m) Condicionamentos relativos à implantação dos edifícios e construções anexas, se for o caso;
n) Solução adoptada para o funcionamento das redes de abastecimento de água, de energia eléctrica, com indicação dos espaços previstos para a colocação de subestações, postos de transformação e armários de distribuição, de saneamento, de gás, e sempre que aplicável as respectivas ligações à rede de distribuição do SNGN, e de telecomunicações e suas ligações às redes gerais, quando for o caso;
o) Estrutura viária adoptada, especificando as áreas destinadas às vias, acessos e estacionamentos de veículos, incluindo as previstas em cave, quando for o caso;
p) Identificação dos técnicos autores e coordenador dos projectos.

3 — O pedido de licenciamento de operações de loteamento em área abrangida por plano de urbanização ou plano de pormenor deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Os referidos nas alíneas *a*), *b*), *d*), *e*) e *g*) a *o*) do n.º 1;
b) Extractos das plantas de zonamento e de implantação do plano municipal de ordenamento do território vigente com maior detalhe e das respectivas plantas de condicionantes, assinalando a área objecto da pretensão;
c) Planta de síntese, à escala de 1:1000 em formato digital georeferenciada e de acordo com o disposto no artigo 76.º do presente regulamento, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água, de saneamento, de energia eléctrica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infra-estruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e de construção, número de fogos com especificação dos fogos e áreas para actividade económicas e destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, o polígono de base para a implantação das edificações, devidamente cotado e referenciado, com indicação das cérceas e do número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, e a localização dos equipamentos e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização colectiva.

4 — Quando se trate de operações de loteamento em área abrangida por plano director municipal, o pedido deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Os referidos nas alíneas *a*), *b*), *d*), *e*), *g*) a *m*) e *o*) do n.º 1 e na alínea *c*) do número anterior;
b) Extractos das plantas de ordenamento e de condicionantes do plano director municipal, assinalando a área objecto da pretensão;
c) A memória descritiva e justificativa deve ainda referir a adequabilidade da proposta de loteamento às normas e princípios de ordenamento contidos no plano director municipal;
d) Planta de localização e enquadramento à escala de 1:1000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação.

5 — No pedido de licenciamento para a realização de operações de loteamento em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos nas alíneas *c*) do n.º 1, *b*) do n.º 3 e *b*) do número anterior.
6 — Caso o pedido de licenciamento se localize em área não abrangida por plano municipal de ordenamento do território, designadamente em caso de suspensão, deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Os referidos nas alíneas *a*), *b*), *d*), *e*) e *g*) a *o*) do n.º 1 e na alínea *c*) do n.º 3;
b) Planta de localização à escala de 1:10 000, indicando o local da situação do terreno abrangido pela operação;
c) A memória descritiva e justificativa deve ainda referir a adequabilidade da proposta com particular incidência sobre a relação das tendências dominantes em termos de transformação do uso do solo e dos respectivos ritmos de crescimento.

Artigo 91.º

Comunicação prévia de operação de loteamento

1 — A comunicação prévia de operações de loteamento deve ser instruída com os elementos referidos nas alíneas *a*), *b*), *d*) e *e*) a *o*) do n.º 1 do artigo anterior.
2 — A comunicação prévia de operações de loteamento deve, ainda, ser instruída com os seguintes elementos:

a) Planta de síntese da operação de loteamento em papel e base digital;
b) Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;
c) Actualização da certidão da conservatória do registo predial anteriormente entregue.
d) Levantamento georeferenciado coordenado do terreno a lotear com indicação da respectiva área.

Artigo 92.º

Licenciamento de obras de urbanização

1 — O pedido de licenciamento e a comunicação prévia de obras de urbanização deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
c) Extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação do plano com maior detalhe existente para o local e das respectivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objecto do pedido;
d) Planta de localização e enquadramento à escala de 1:1000, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;
e) Projectos de engenharia das especialidade que integram a obra, designadamente das infra-estruturas viárias e respectivo projecto de sinalização (vertical, horizontal, luminosa e informativa) e dispositivos de segurança, redes de abastecimento de águas, esgotos e drenagem, de gás (com respectiva ligação à rede de distribuição do SNGN), de electricidade, de telecomunicações, de espaços exteriores, devendo cada projecto conter memória descritiva e justificativa, bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada, com os respectivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projectos;
f) Orçamento da obra, por especialidades e global, baseado em valores unitários de custos de obras de urbanização a publicar anualmente pela Câmara Municipal de Lisboa e em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo neles ser adoptadas as normas europeias e as portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
g) Condições técnicas gerais e especiais do caderno de encargos, incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos;
h) Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor;
i) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
j) Contrato de urbanização, caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;
l) Plano de acessibilidades, desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto;
m) Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, 17 de Janeiro, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento.

2 — No pedido de licenciamento e a comunicação prévia de obras de urbanização em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *c*) do número anterior.
3 — Quando se trate de obras de urbanização em área não abrangida por plano municipal de ordenamento do território, designadamente em caso de suspensão, o pedido deve ser instruído com os elementos referidos no n.º 1, com excepção da alínea *c*).

Artigo 93.º

Comunicação prévia de obras de urbanização

1 — A comunicação prévia de obras de urbanização deve ser instruído com os elementos constantes das alíneas *a*), *b*) e *e*) a *m*) do n.º 1 do artigo anterior e com a cópia da notificação do deferimento do pedido de licenciamento da operação de loteamento.
2 — A comunicação prévia de obras de urbanização deve, ainda, ser instruída com os seguintes elementos:

a) Documento comprovativo da prestação de caução;
b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;
c) Termo de responsabilidade assinado pelo director de fiscalização de obra;

d) Declaração de titularidade de alvará emitido InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P, pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia;
e) Livro de obra, com menção do termo de abertura;
f) Plano de segurança e saúde;
g) Minuta do contrato de urbanização aprovada, quando exista.

Artigo 94.º

Licenciamento de obras de edificação

1 — O pedido de licenciamento de obras de edificação deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação do plano municipal de ordenamento do território vigente com maior detalhe existente para o local e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:1000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;
d) Projecto de arquitectura, com representação dos alçados num troço de 5 m dos edifícios contíguos;
e) Memória descritiva e justificativa;
f) Estimativa do custo total da obra;
g) Calendarização da execução da obra;
h) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel pré-existente;
i) Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;
j) Projectos de engenharia das especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;
l) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
m) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;
n) Plano de acessibilidades, desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006.

2 — No pedido de licenciamento de obras de edificação em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *c*) do número anterior.
3 — O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território, designadamente em caso de suspensão, deve ser instruído com os elementos referidos nas alíneas *a*), *b*), *d*) a *h*) e *j*) a *n*) do n.º 1, planta à escala de 1:1000 e planta de síntese do loteamento, quando exista, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra.
4 — O projecto de arquitectura referido na alínea *d*) do n.º 1 deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) Planta de implantação em formato digital desenhada sobre levantamento topográfico georeferenciado, de acordo com o disposto no artigo 76.º do presente regulamento, no mínimo à escala de 1:200, abrangendo a zona de implantação do edifício acrescida de pelo menos 10 m a montante e a jusante, que:

i) reproduza a planta de cobertura e os vértices de construção coordenados,
ii) inclua o arruamento de acesso, bem como o pormenor relativo ao reforço de passeio e boleamento do respectivo lancil na entrada/ saída de parque de estacionamento;
iii) indique os arruamentos e passeios que limitam o terreno, com a sinalização rigorosa das árvores, postos, órgãos das redes de infra-estruturas
iv) indique as dimensões e área do terreno, áreas impermeabilizadas e respectivo material;

b) Plantas à escala de 1:50 ou de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário;
c) Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam;
d) Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos, com indicação das lajes de betão, dos pavimentos e tectos falsos, caso existam, e a implantação dos edifícios contíguos com a indicação da linha dos 45.º;
e) Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo: a solução construtiva adoptada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura; os vãos de iluminação/ventilação e de acesso, indicando a cota do passeio de acesso ao parque de estacionamento e na soleira correspondente; os pavimentos exteriores envolventes e, quando forem projectadas coberturas em terraços ajardinados, pormenor indicando as várias camadas entre a laje de betão e a superfície final de terra viva;
f) Discriminação das partes do edifício correspondentes às várias fracções e partes comuns, valor relativo de cada fracção, expressa em percentagem ou permilagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal.

5 — No caso das obras mencionadas no artigo 6.º do RJUE, em imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados, que por força de aplicação do disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, não estejam isentas de licença, é dispensável a apresentação dos alçados e cortes previstos nas alíneas *c*) e *d*) do número anterior.
6 — A memória descritiva e justificativa referida na alínea *e*) do n.º 1 deve ser instruída com os seguintes elementos:

a) Descrição e justificação da proposta para a edificação;
b) Enquadramento da pretensão nos planos municipais de ordenamento do território vigentes e operação de loteamento, se existir;
c) Adequação da edificação à utilização pretendida;
d) Inserção urbana e paisagística da edificação referindo em especial a sua articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente, nomeadamente ao nível do piso térreo, devendo, para tanto, ser apresentada a referência à rede viária existente passeios, espaços de estacionamento e arruamentos, com indicação dos respectivos sentidos de circulação, arborização e mobiliário urbano e ao material de sinalização vertical e horizontal, designadamente marcas rodoviárias;
e) Indicação da natureza e condições do terreno;
f) Adequação às infra-estruturas e redes existentes;
g) Uso a que se destinam as fracções;
h) Área de construção, volumetria, área de implantação, cércea e número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, número de fogos e respectiva tipologia;
i) Quando se trate de pedido inserido em área unicamente abrangida por plano director municipal, deve também referir-se a adequabilidade do projecto com a política de ordenamento do território contida naquele plano.

7 — Os projectos de engenharia das especialidades a que se refere a alínea *j*) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes:

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica;
b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás natural, quando exigível, nos termos da lei;
c) Projecto de redes prediais de água e esgotos;
d) Projecto de águas pluviais;
e) Projecto de arranjos exteriores, quando existam;
f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações;
g) Estudo de comportamento térmico;
h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias;
i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios;
j) Projecto acústico;
l) Projecto de recolha de resíduos sólidos.

Artigo 95.º

Comunicação prévia de obras de edificação

1 — A comunicação prévia referente à realização de obras de edificação deve ser instruída com os elementos constantes das alíneas *a*) a *i*), *l*) e *n*) do n.º 1 do artigo anterior e com os projectos de engenharia das especialidades, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior.
2 — A comunicação prévia de obras de edificação deve, ainda, ser instruída com os seguintes elementos:

a) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;
b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;

c) Termos de responsabilidade assinados pelo director de fiscalização de obra e pelo director de obra;
d) Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia;
e) Livro de obra, com menção do termo de abertura;
f) Plano de segurança e saúde.

Artigo 96.º

Licenciamento de obras de demolição

1 — O pedido de licenciamento de obras de demolição deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
c) Termos de responsabilidade assinados pelo director de fiscalização de obra e pelo director de obra;
d) Existindo plano director municipal, plano de urbanização ou de pormenor, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação do plano de maior detalhe em vigor para o local, e das respectivas plantas de condicionantes, planta de síntese da operação de loteamento, quando exista, com a indicação precisa do referido local;
e) Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão, descrevendo sumariamente o estado de conservação do imóvel com junção de elementos fotográficos, indicando os prazos em que se propõe iniciar e concluir a obra, as técnicas de demolição a utilizar, as quais são acompanhadas de peças escritas e desenhadas justificativas das mesmas, bem como o local de depósito dos entulhos;
f) Descrição da utilização futura do terreno, com junção do projecto de arquitectura da nova edificação, se existir;
g) Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;
h) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;
i) Plantas à escala de 1:1000, com a indicação precisa do local onde se situa a obra objecto do pedido de demolição, dos elementos e valores naturais e construídos, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, e, quando exista plano director municipal, plano de urbanização ou de pormenor, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes e da planta de síntese da operação de loteamento, quando exista, com a indicação precisa do local;
j) Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão, descrevendo sumariamente o estado de conservação do imóvel com junção de elementos fotográficos, enunciando as razões demonstradoras da impossibilidade de recurso a outra solução, indicando os prazos em que se propõe iniciar e concluir a obra, as técnicas de demolição a utilizar, as quais são acompanhadas de peças escritas e desenhadas justificativas das mesmas, bem como o local de depósito dos entulhos;
l) Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a decisão.

2 — No pedido de licenciamento de obras de demolição em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *d*) do número anterior.

Artigo 97.º

Comunicação prévia de obras de demolição

A comunicação prévia de obras de demolição é instruída com os elementos referidos nas alíneas *a*), *b*), *c*), *e*), *h*), *i*) e *l*) do artigo anterior.

Artigo 98.º

Autorização de utilização e alteração de utilização

1 — O pedido de autorização de utilização de edifícios ou suas fracções é instruído com os seguintes elementos:

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
c) Termo de responsabilidade subscrito pelo director de fiscalização de obra, quando aplicável, e termo de responsabilidade subscrito conforme o disposto no n.º 2 do artigo 63.º do RJUE;
d) Planta e corte do edifício ou da fracção com identificação do respectivo prédio;
e) Telas finais, quando aplicável;
f) Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista;
g) Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;
h) Livro de obra, quando tenham sido realizadas obras;
i) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística realizada;
j) Avaliação acústica, mediante a apresentação de um projecto de acústica ou certidão comprovativos da adequação do edifício ou fracção ao uso pretendido, excepto quando a mesma já constar da instrução do pedido de licença.

2 — O pedido de autorização da alteração da utilização e a comunicação prévia a que se refere a alínea *h*) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE são, ainda, instruídos com planta à escala de 1:1000 e, quando existam planos municipais de ordenamento do território, extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação do plano de maior detalhe em vigor para o local, e das respectivas plantas de condicionantes, com a indicação precisa do local objecto da pretensão.
3 — No pedido de autorização de utilização de edifícios ou suas fracções em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos no número anterior.

Artigo 99.º

Licenciamento de trabalhos de remodelação de terrenos

1 — O pedido de licenciamento referente à realização dos trabalhos de remodelação de terrenos deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
c) Extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, do plano municipal de ordenamento do território vigente com maior detalhe existente, e respectivas plantas de condicionantes e planta à escala de 1:1000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar os trabalhos;
d) Projecto de execução dos trabalhos;
e) Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão, com levantamento do terreno, incluindo uma faixa de 100 m na envolvente assinalando, designadamente muros, fontes, poços e árvores;
f) Estimativa do custo total dos trabalhos;
g) Calendarização da execução dos trabalhos;
h) Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;
i) Projectos de engenharia das especialidades necessários à execução dos trabalhos;
j) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador do projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
l) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

2 — No pedido de licenciamento referente à realização dos trabalhos de remodelação de terrenos em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *c*) do número anterior.
3 — Quando se trate de trabalhos em áreas não abrangidas por plano municipal de ordenamento do território, designadamente em caso de suspensão, o pedido deve ser instruído com os elementos referidos no n.º 1.

Artigo 100.º

Comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos

1 — A comunicação prévia referente à realização dos trabalhos de remodelação de terrenos deve ser instruído com os elementos constantes das alíneas *a*), *b*) e *d*) a *l*) do n.º 1 do artigo anterior e com o extracto da planta de síntese do loteamento.

2 — A comunicação prévia de obras de edificação deve, ainda, ser instruída com os seguintes elementos:

a) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;

b) Termos de responsabilidade assinados pelo director de fiscalização de obra e pelo director de obra;

c) Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia;

d) Livro de obra, com menção do termo de abertura;

e) Plano de segurança e saúde.

Artigo 101.º

Comunicação prévia de operações urbanísticas

1 — A comunicação prévia referente à realização das operações urbanísticas a que se refere a alínea *g*) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, deve ser instruída com os seguintes elementos:

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;

c) Extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação do plano municipal de ordenamento do território vigente e das respectivas plantas de condicionantes e planta de síntese da operação de loteamento, quando exista, bem como planta à escala de 1:1000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a operação;

d) Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão;

e) Projecto da operação;

f) Estimativa do custo total da operação, incluindo encargos urbanísticos devidos, designadamente taxa municipal pela realização de infra-estruturas urbanísticas e da compensação, caso haja lugar ao pagamento das mesmas;

g) Calendarização da execução da operação;

h) Cópia da notificação da Câmara Municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;

i) Projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da operação, quando aplicável;

j) Termo de responsabilidade subscrito pelos autores dos projectos e coordenador do projecto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2 — Na comunicação prévia referente à realização das operações urbanísticas a que se refere a alínea *g*) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE em Áreas Históricas e Áreas Consolidadas, como tal previstas em RPDML, é dispensável a apresentação dos extractos das plantas previstos na alínea *c*) do número anterior.

Artigo 102.º

Pedido de emissão de alvará

Os pedidos de emissão de alvarás de licença ou autorização de utilização de operações urbanísticas obedecem ao disposto na Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março.

SUBSECÇÃO III

Das disposições especiais

Artigo 103.º

Especificações geológicas do projecto

1 — Sem prejuízo dos elementos instrutórios previstos em diploma regulamentar, o projecto de arquitectura da edificação ou o projecto de loteamento é acompanhado de memória descritiva e justificativa da solução, contemplando os aspectos geológicos, hidrogeológicos e geotécnicos do local e área envolvente, em particular nas suas componentes geomecânicas e de estabilidade.

2 — No caso de a operação urbanística se localizar em zonas sensíveis do ponto de vista geológico-geotécnico, e não sendo possível a extrapolação fiável de dados geológicos a partir de informações ou sondagens vizinhas, deve ser apresentada análise geológica do local, baseada em reconhecimento geotécnico específico.

3 — No caso de no projecto de arquitectura da edificação ou projecto de loteamento ser prevista a execução de pisos em cave, ou a alteração da morfologia do terreno de implantação, a memória descritiva deve referir a respectiva exequibilidade e implicações ambientais.

Artigo 104.º

Projecto de escavação e de contenção periférica

1 — O projecto de especialidade de escavação e de contenção periférica deve ser instruído com elementos que contemplem os seguintes aspectos:

a) Descrição geológica do local com o pormenor que os trabalhos justificarem face às condições da zona;

b) Relatório de reconhecimento geotécnico incluindo gráficos de sondagens ou outros elementos de ordem geológico-geotécnica disponíveis ou especificamente realizados, conforme se refere nos n.os 3 e 4 do artigo seguinte;

c) Indicação de estudos geológico-geotécnicos complementares a efectuar em fase posterior, referenciando-os no tempo;

d) Escavabilidade e método de escavação e de contenção a utilizar;

e) Referência a níveis de água, profundidade e indicação dos caudais e coeficiente de permeabilidade do maciço geológico;

f) Indicação, quando for o caso, da necessidade de rebaixamento do nível freático, com referência aos métodos e às eventuais implicações com as áreas envolventes.

2 — Relativamente às condições de vizinhança, o projecto de especialidade de escavação e de contenção periférica deve atender, nomeadamente, aos seguintes aspectos:

a) Tipo de construção e fundações existentes nas estruturas vizinhas com indicação, sempre que possível, das suas cotas de apoio, ocupação e número de pisos acima e abaixo do solo, e estado geral de conservação;

b) Referência ao tipo de tráfego nos arruamentos confinantes;

c) Indicação da existência de galerias, túneis e instalações no subsolo, na vizinhança imediata, com especial referência à Rede do Metropolitano de Lisboa;

d) Localização de infra-estruturas de água, saneamento, electricidade, gás, telecomunicações e descrição de obras de reforço de fundações se necessárias para garantir a segurança das construções vizinhas.

3 — Quanto às fases de trabalho e sua execução, o projecto de especialidade de escavação e de contenção periférica deve atender aos seguintes aspectos:

a) O faseamento dos trabalhos a realizar deverá ser suficientemente detalhado para permitir o seu acompanhamento em obra por parte da fiscalização técnica municipal;

b) No caso de contenção periférica específica, devem ser pormenorizadas as fases de trabalho e os modos de execução quer das escavações, quer dos elementos estruturais de suporte e contenção;

c) O estudo dos elementos de contenção a que se refere a alínea anterior deve ter em atenção a estrutura geral do edifício, designadamente os pilares periféricos e, se for o caso, as respectivas sapatas de fundação, suas secções e armaduras.

4 — O projecto de especialidade de escavação e de contenção periférica deve atender ao dimensionamento dos elementos do projecto, nomeadamente:

a) Dos taludes, tendo em consideração a sua natureza temporária ou definitiva, indicando as acções tidas em consideração, os parâmetros de caracterização mecânica e o coeficiente de segurança adoptados;

b) Das estruturas de contenção, tendo em atenção a estabilidade da estrutura geral da edificação, indicando as acções e as características mecânicas dos terrenos suportados bem como os coeficientes de segurança adoptados e definindo as características gerais dos elementos de suporte, isto é, paredes, escoras, ancoragens e pregagens, se usadas na contenção, tendo em atenção o seu carácter temporário ou permanente;

c) Dos sistemas e dispositivos de bombagem, filtragem e drenagem na fase de escavação, quando previstos;

d) Do sistema de monitorização de estruturas ou área envolvente, no sentido de detectar eventuais deslocamentos.

5 — Em matéria de especificações complementares de elementos de contenção, o projecto de especialidade de escavação e de contenção periférica deve atender aos seguintes aspectos:

a) Diagrama dos impulsos que se exercem sobre a contenção tendo em conta o processo construtivo;
b) Forças nas ancoragens, escoras ou pregagens;
c) Pré-dimensionamento das ancoragens;
d) Dimensionamento das escoras e respectivos sistemas de apoio e travamento;
e) Período de garantia do funcionamento de ancoragens e escoras;
f) Tensão admissível para os elementos de fundação da contenção.

6 — Sempre que a construção se situe a menos de 25 m do plano exterior das estruturas enterradas afectas ao serviço do Metropolitano de Lisboa, o projecto de especialidade de escavação e contenção periférica deve observar as condicionantes definidas pelo Metropolitano de Lisboa e o respectivo projecto ser remetido para apreciação a esta entidade.

7 — Todos os elementos de ordem geológica, geotécnica e hidrogeológica que sejam incluídos nos projectos a que se refere esta secção, devem ser disponibilizados ao município para inclusão em Bases de Dados.

Artigo 105.º

Destaque de parcela

O pedido de emissão de certidão, a que diz respeito o n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, relativa ao pedido de destaque de parcela, é instruído com os seguintes elementos, sem prejuízo de outros que se mostrem necessários:

a) Requerimento escrito dirigido ao presidente da Câmara Municipal, que contenha a identificação do requerente;
b) Certidão da Conservatória do Registo Predial com a descrição do prédio;
c) Caderneta predial;
d) Plantas de condicionantes e de ordenamento, a extrair das cartas do plano municipal de ordenamento do território em vigor;
e) Planta de localização georeferenciada, à escala de 1:2000, em formato A3, que permita a identificação da parcela;
f) Planta topográfica em formato digital georeferenciada de localização à escala 1:100 ou 1:200, consoante a dimensão do prédio, a qual deve delimitar a área total do prédio originário e a área da parcela a destacar da seguinte forma: limite da área do prédio de origem a vermelho, e respectivas confrontações; limite da área da parcela a destacar a azul; implantação das edificações existentes e previstas, com indicação do uso;
g) Quadro de áreas, onde conste a área total do prédio originário, com valor coincidente com a respectiva certidão da descrição emitida pela Conservatória do Registo Predial, a área da parcela a destacar e a área da parcela restante.

Artigo 106.º

Autorização municipal para instalação de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações

1 — O pedido de autorização da instalação de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios consta de requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal, que deve ser instruído com os seguintes elementos:

a) Identificação do titular;
b) Identificação do título emitido pelo ICP — ANACOM, quando existente, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho;
c) Memória descritiva da instalação (com indicação dos critérios adoptados condicionantes, materiais empregues e métodos construtivos e de fixação) e peças desenhadas (planta de localização à escala de 1:1000, planta de implantação à escala de 1:200 ou de 1:500 e plantas, alçados e cortes à escala de 1:100);
d) Termo de responsabilidade dos técnicos responsáveis pela instalação, quer a nível civil, quer a nível das instalações eléctricas;
e) Declaração emitida pelo operador que garanta a conformidade da instalação em causa com os níveis de referência de radiação aplicáveis, de acordo com normativos nacionais ou internacionais em vigor;
f) Cópia do documento de que conste a autorização expressa dos proprietários dos terrenos para a instalação das infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios.

2 — Tratando-se da instalação de estações em edificações, além dos elementos referidos nas alíneas *a*) a *e*) do número anterior, devem ainda ser juntos:

a) Estudo justificativo da estabilidade das edificações sob o ponto de vista estrutural e da fixação das infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações ao edifício;
b) Cópia do documento de que conste a autorização expressa para a instalação do proprietário ou dos condóminos, nos termos da lei aplicável.

3 — Sempre que o titular da licença radioeléctrica não pretenda a sua renovação nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, deve proceder ao desmantelamento da instalação.

SECÇÃO II

Da apreciação

Artigo 107.º

Âmbito da apreciação pelos técnicos da Câmara Municipal dos projectos sujeitos a licença

1 — A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas *c*), *d*), *e*), *f*) e *g*) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, pelos técnicos da Câmara Municipal, incide sobre a respectiva conformidade com planos municipais de ordenamento do território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e à inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto.

2 — Para os efeitos do número anterior, a apreciação da inserção urbana das edificações é efectuada na perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o edificado existente, bem como o espaço público envolvente e as infra-estruturas existentes e previstas.

3 — A conformidade dos projectos com as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, no que respeita aos aspectos interiores das edificações, é da responsabilidade dos respectivos autores, de acordo com o termo de responsabilidade apresentado, nos termos do artigo 10.º do RJUE.

4 — A apreciação dos projectos de loteamento, de obras de urbanização e de trabalhos de remodelação de terrenos pelos técnicos da Câmara Municipal incide sobre a respectiva conformidade com planos municipais de ordenamento do território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como sobre o uso e a integração urbana e paisagística.

5 — Sempre que previsto no RPDML, o gestor do procedimento solicita o parecer da Estrutura Consultiva criada ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do RPDML.

6 — Sempre que a pretensão se localize em área de intervenção de plano municipal de ordenamento do território em elaboração, de acordo com o artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, o gestor do procedimento informa a respectiva equipa de planeamento dessa pretensão.

7 — No caso de indeferimento do pedido, são indicados ao requerente os precisos termos em que o mesmo, sempre que possível, pode ser revisto de forma a serem cumpridas as prescrições urbanísticas aplicáveis.

Artigo 108.º

Informação prévia desfavorável

1 — O pedido de informação prévia é objecto de decisão desfavorável quando se verifique um dos fundamentos de indeferimento de pedido de licenciamento ou rejeição da comunicação prévia, previstos nos artigos 24.º e 36.º do RJUE, respectivamente.

2 — No caso de a informação prévia ser desfavorável, o requerente é informado dos termos em que, sempre que possível, o seu pedido pode ser revisto de forma a serem cumpridas as prescrições urbanísticas aplicáveis.

Artigo 109.º

Apresentação dos projectos de engenharia das especialidades

1 — Todos os projectos de engenharia das especialidades ou das infra-estruturas referentes a licenciamento ou comunicação prévia de qualquer operação urbanística devem ser entregues nos prazos fixados no RJUE e, sempre que possível, entregues simultaneamente.

2 — Nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE os projectos de engenharia das especialidades podem ser apresentados com o requerimento inicial do pedido, ou após a notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura.

3 — Os projectos de engenharia das especialidades de alimentação e distribuição de energia eléctrica, de instalação de gás, de redes de abastecimento e de redes prediais de água, e de instalação das infra-estruturas de telecomunicações, podem ser entregues pelo interessado nas respectivas entidades competentes para a sua apreciação.

4 — Aos projectos de engenharia das especialidades é aplicável o n.º 3 do artigo 107.º do presente regulamento.

Artigo 110.º

Informação sobre obras de escavação com contenção periférica

1 — O pedido de licenciamento de obras de escavação que determinem a execução de obras de contenção periférica é acompanhado, para além dos elementos técnicos, de documento comprovativo de que pelos titulares dos prédios limítrofes foi recebida comunicação subscrita pelo interessado naquelas obras, dando conta da natureza das mesmas.

2 — Quando no prédio limítrofe existirem infra-estruturas, à superfície ou enterradas, afectas ao serviço de metropolitano, o pedido de licenciamento referido no número anterior é ainda acompanhado de declaração do Metropolitano de Lisboa de que não existem impedimentos técnicos para o início da obra.

3 — No processo de licenciamento a que se refere o n.º 1, do acto decisório deve constar a menção de que constitui exclusiva incumbência da entidade requerente a obtenção de autorização do titular ou titulares de quaisquer direitos reais sobre os prédios limítrofes, ou contíguos, que possam vir a ser afectados.

4 — A licença ou a execução de trabalhos de escavação fica condicionada à protecção das empenas dos prédios confinantes a que se refere o artigo 67.º do presente regulamento e ao acompanhamento arqueológico nos casos previstos no RPDML.

SECÇÃO III

Da qualificação e responsabilidade técnica

Artigo 111.º

Qualificação para a elaboração de projectos

1 — Os projectos que integram as operações urbanísticas a realizar no município de Lisboa devem ser elaborados por técnicos que, nos termos da legislação em vigor, e em função da dimensão e complexidade das mesmas, tenham a necessária qualificação para o efeito.

2 — Os projectos de operações de loteamento são elaborados por equipas multidisciplinares, que devem incluir pelo menos um arquitecto, um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil e um arquitecto paisagista, dispondo de um coordenador técnico designado de entre os seus membros.

Artigo 112.º

Deveres dos autores dos projectos e directores técnicos de obras

Sem prejuízo de qualquer outra competência ou obrigação definida na lei, os autores dos projectos e directores técnicos de obras devem:

a) Cumprir a legislação em vigor e os regulamentos municipais aplicáveis aos projectos, apresentando os processos devidamente instruídos e sem erros ou omissões;

b) Cumprir e fazer cumprir nas obras sob a sua direcção e responsabilidade, todos os projectos aprovados, normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como todas as determinações que lhes sejam feitas pela Câmara Municipal;

c) Cumprir as disposições legais sobre construção, incluindo as que respeitem à estabilidade do edifício;

d) Dirigir as obras sob a sua responsabilidade, visitando-as, sempre que necessário, controlando a execução e os materiais aplicados e efectuando os devidos registos no livro de obra;

e) Registar no livro de obra as datas de início e conclusão das obras, o estado de execução das mesmas, bem como todos os factos que impliquem a sua paragem ou suspensão e ainda as alterações feitas aos projectos, a comunicar à Câmara Municipal;

f) Dar cumprimento às indicações que, no decorrer da obra, lhes sejam dadas pela fiscalização, ainda que as conteste por escrito, devendo neste caso aguardar decisão superior da Câmara Municipal sobre o assunto;

g) Indicar expressamente no livro de obra que a obra concluída está executada de acordo com o projecto licenciado ou cuja comunicação prévia tenha sido admitida, com as condições de licenciamento ou de admissão de comunicação prévia e com o uso previsto no alvará, e ainda que todas as alterações efectuadas por si ou pelos autores dos projectos estão em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor.

Artigo 113.º

Deveres dos intervenientes na execução da obra

1 — O titular da licença de construção ou da admissão da comunicação prévia e o técnico responsável pela direcção técnica da obra são obrigados a facultar aos funcionários municipais responsáveis pela fiscalização de obras o acesso à obra, todas as informações que lhes forem solicitadas e respectiva documentação.

2 — O titular da licença de construção ou da admissão da comunicação prévia e o técnico responsável pela direcção técnica da obra devem comunicar aos serviços municipais, no prazo de quarenta e oito horas, a detecção, no decorrer da obra, de quaisquer elementos que possam ser considerados com valor arqueológico.

3 — O titular da licença de construção ou da admissão da comunicação prévia deve afixar os avisos de obras a que se referem os artigos 12.º e 78.º do RJUE, nas condições previstas no artigo 70.º do presente regulamento.

Artigo 114.º

Termos de responsabilidade

1 — Os termos de responsabilidade dos autores de projectos, do coordenador de projecto, do director técnico da obra ou do director de fiscalização da obra obedecem ao disposto na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março.

2 — As declarações de responsabilidade dos autores dos projectos de engenharia das especialidades que estejam inscritos em associação pública constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos projectos, afastando a sua apreciação prévia, salvo quando as declarações sejam formuladas nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do RJUE.

3 — Só podem subscrever projectos os técnicos legalmente habilitados que se encontrem inscritos em associação pública de natureza profissional e que façam prova da validade da sua inscrição aquando da apresentação do requerimento inicial, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 — Os técnicos cuja actividade não esteja abrangida por associação pública podem subscrever os projectos para os quais possuam habilitação adequada, nos termos do disposto no regime da qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos ou em legislação especial relativa a organismo público legalmente reconhecido.

5 — Nos casos previstos no número anterior, a prova da detenção de habilitação adequada é feita por meio de junção de documento autêntico (ou fotocópia) emitido por entidade legalmente reconhecida.

6 — Sempre que forem detectadas irregularidades nos termos de responsabilidade, no que respeita às normas legais e regulamentares aplicáveis e à conformidade do projecto com os planos municipais de ordenamento do território ou licença de loteamento, quando exista, a Câmara Municipal comunica à associação pública de natureza profissional onde o técnico está inscrito, ou ao organismo público legalmente reconhecido no caso dos técnicos cuja actividade não esteja abrangida por associação pública.

7 — As falsas declarações ou informações prestadas pelos autores e coordenador de projectos, pelo director técnico da obra e pelo director de fiscalização de obra, ou por outros técnicos, nos termos de responsabilidade ou no livro de obra integram o crime de falsificação de documentos, previsto no artigo 256.º do Código Penal, sem prejuízo das normas constantes do RJUE e de demais legislação aplicável.

Artigo 115.º

Responsabilidade dos funcionários e agentes da Câmara Municipal

1 — O apuramento da responsabilidade disciplinar e civil dos funcionários e agentes da Câmara Municipal rege-se pelo RJUE e, em geral, pelo Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e, ainda, pelo Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas.

2 — Sem prejuízo do exercício das funções inerentes ao seu conteúdo funcional, e excepcionadas as situações devidamente autorizadas, incorrem em responsabilidade disciplinar os funcionários e agentes da Câmara Municipal que, por forma oculta ou pública, elaborem projecto ou se encarreguem de quaisquer trabalhos ou de procedimentos, directa ou indirectamente, relacionados com operações urbanísticas de iniciativa privada a executar na área do Município, ou pública quando exercida fora das suas funções.

Artigo 116.º

Cessação de responsabilidade do técnico responsável pela direcção técnica da obra

1 — Sempre que o técnico responsável pela direcção técnica de uma obra, por qualquer circunstância devidamente justificada, deixe de a dirigir, deve comunicar esse facto no prazo de quarenta e oito horas, por escrito, à Câmara Municipal, através do gestor de procedimento, registando o facto no livro de obra.

2 — Na falta da comunicação referida no número anterior, considera-se, para todos os efeitos, que a obra continua a ser dirigida por aquele técnico.

3 — No caso previsto no n.º 1, suspendem-se de imediato todos os trabalhos até à apresentação de requerimento de pedido de averbamento de novo técnico responsável pela direcção técnica da obra.

4 — O requerimento referido no número anterior deve ser apresentado no prazo máximo de 15 dias a contar da data da cessação da responsabilidade pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra.

SECÇÃO IV

Das disposições complementares

Artigo 117.º

Estimativa orçamental das obras

A estimativa orçamental das obras de edificação sujeitas a licenciamento ou comunicação prévia deve obedecer, na falta de fixação pela Câmara Municipal, aos valores mínimos unitários por metro quadrado de construção indexados à Portaria que estabelece anualmente os valores do preço da habitação para efeitos de cálculo da renda condicionada a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 329-A/2000, de 22 de Dezembro.

Artigo 118.º

Suspensão dos procedimentos

1 — Nas áreas a abranger por novos planos municipais de ordenamento do território, ou sua alteração ou revisão, os procedimentos de informação prévia, de licença ou de comunicação prévia ficam suspensos a partir da data fixada para o início do período de discussão pública até à data da entrada em vigor daqueles planos, até ao limite máximo de 150 dias desde o início da discussão pública, com excepção:

a) Dos pedidos que tenham por objecto obras de reconstrução ou de alteração em edificações existentes, desde que tais obras não originem ou agravem desconformidade com as normas em vigor, ou tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e de salubridade da edificação;

b) Dos pedidos apresentados com suporte em informação prévia, no prazo de um ano após a notificação ao requerente da decisão favorável do pedido da mesma, nos exactos termos em que foi apreciada.

2 — As regras urbanísticas aplicáveis após a cessação da suspensão, caso o novo plano municipal de ordenamento do território entre em vigor, ou não, encontram-se definidas no artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

CAPÍTULO V

Das disposições finais e transitórias

Artigo 119.º

Outros regulamentos municipais em vigor

O regulamento não afasta a aplicação dos regulamentos municipais em vigor, disponíveis no sítio da internet www.cm-lisboa.pt, nas matérias que sejam complementares e necessárias à sua execução, designadamente dos seguintes, sem prejuízo das alterações aos mesmos por legislação superveniente, do disposto no artigo 122.º e dos demais regulamentos municipais em vigor:

a) Regulamento de Mobiliário Urbano, Ocupação de Via Pública e Publicidade dos Bairros Históricos;

b) Regulamento de Obras na Via Pública;

c) Regulamento sobre Ocupação de Via Pública com Tapumes, Andaimes, Depósitos de Materiais, Equipamentos e Contentores para Realização de Obras;

d) Regulamento para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade Pedonal;

e) Regulamento de Construção dos Parques de Estacionamento do Município de Lisboa;

f) Regulamento dos Resíduos Sólidos da Cidade de Lisboa;

g) Regulamento Geral das Canalizações de Esgoto da Cidade de Lisboa;

h) Regulamento da Taxa Municipal pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas;

i) Regulamento de Cobrança da Compensação Urbanística;

j) Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;

k) Regulamento dos Ascensores, Monta-cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes;

l) Postura Municipal Sobre Toponímia e Numeração de Polícia;

m) Postura Municipal Sobre Ruídos;

n) Regulamento Municipal de Instalação, Exploração e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem;

o) Regulamento Municipal para o Registo de Quartos Particulares para Uso Turístico do Município de Lisboa;

p) Regulamento de Abastecimento de Combustíveis Líquidos na Área do Domínio Público do Concelho;

q) Regulamento Municipal de Cargas e Descargas e das Bolsas de Estacionamento para Comerciantes.

Artigo 120.º

Relação da legislação aplicável

A relação dos planos de urbanização e planos de pormenor eficazes para o Município, a legislação e os regulamentos municipais estão coligidos em suporte informático, disponível aos munícipes através do sítio da internet da Câmara Municipal.

Artigo 121.º

Regimes transitórios

1 — O presente regulamento não é aplicável aos pedidos relativos a obras de urbanização, a obras de edificação, a operações de loteamento, a utilização de edifícios e a trabalhos de remodelação de terrenos que dêem entrada na Câmara Municipal antes da data de entrada em vigor do presente regulamento.

2 — A requerimento do interessado, o Presidente da Câmara Municipal pode autorizar que aos procedimentos em curso à data de entrada em vigor do presente regulamento se aplique o regime constante do mesmo.

3 — Até à entrada em vigor do regulamento municipal sobre compensações urbanísticas, aplica-se às operações de impacte relevante ou semelhante a uma operação de loteamento, como tal definidas no artigo 6.º do presente regulamento, o Regulamento de Cobrança da Compensação Urbanística em vigor.

4 — Até à total desmaterialização do processo de recepção da ficha técnica de habitação prevista no artigo 56.º do presente Regulamento, o requerente entrega um exemplar integral em formato papel, o qual declara, sob compromisso de honra, corresponder ao depositado em formato digital.

5 — Até à implementação do sistema informático a que se faz referência no artigo 76.º do presente regulamento, os procedimentos relativos à realização de uma operação urbanística iniciam-se através de requerimento escrito, apresentando para o efeito o requerente uma colecção em formato digital, uma colecção completa em papel e uma colecção das peças desenhadas em papel, sendo esta última devolvida ao requerente no momento da emissão do alvará.

6 — A colecção em formato digital obedece ao disposto no n.º 2 do artigo 76.º do presente regulamento.

7 — A colecção em papel referida no n.º 5 deve ser preferencialmente entregue em capas, obtidas nos serviços sitos no edifício central da Câmara Municipal.

8 — As capas referidas no número anterior respeitam os modelos oficiais aprovados pela Câmara Municipal, existindo uma correspondência entre a cor das mesmas e as tipologias dos processos:

a) Cor castanha — "URB" — Pedidos de licenciamento, comunicação prévia ou informação prévia de operações de loteamento e ou obras de urbanização;

b) Cor azul — "EDI" — Pedidos de licenciamento, comunicação prévia ou informação prévia de obras de construção ou de reconstrução;

c) Cor verde — "EDI" — Pedidos de licenciamento, comunicação prévia ou informação prévia de obras de alteração, ampliação ou demolição;

d) Cor amarela — "POL" — Pedidos de autorização de utilização ou de alteração de utilização, pedidos de vistorias e licenças de recinto;

e) Cor branca — "ESP" — Projectos de engenharia das especialidades;

f) Cor branca — "OTR" — Pedidos de ocupação de via pública para obras de conservação, pedidos de averbamentos, pedidos de prorrogação, pedidos de início de trabalho, pedidos de licenças parciais de estrutura e entrega de elementos;

g) Cor cinzenta — "DOC" — Pedidos de certidão ou certificação, pedidos de consulta de processos e reprodução de documentos, direito à informação e exposições.

9 — O disposto no artigo 23.º do presente regulamento relativo aos percursos cicláveis aplica-se até à entrada em vigor do Regulamento sobre a Rede Ciclável.

Artigo 122.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento consideram-se revogados todos os regulamentos, posturas e editais aprovados pelo município de Lisboa, em data anterior à data de entrada em vigor do presente regulamento, bem como despachos internos de orientação, que com ele estejam em contradição.

Artigo 123.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Janeiro de 2009.

23 de Dezembro de 2008. — O Director do Departamento de Apoio aos Órgãos do Município, *José Bastos.*

ANEXO I

Vocabulário Urbanístico

«Afastamento» a menor distância entre o limite do lote ou espaço público e a linha de intercepção no solo dos planos de fachada do edifício;

«Águas-furtadas» o modo tradicional de aproveitamento da área de sótão para habitação, também por vezes designadas por "janelas de trapeiras". Esta solução consiste no levantamento a meio de uma das águas principais do telhado de uma janela vertical e respectivo aro, paralela e geralmente um pouco recuada em relação ao plano da fachada, coberta por um pequeno telhado de duas águas, ou um meio cilindro, com a cumeada ou o eixo perpendiculares à orientação do telhado principal, e rematado aos lados por dois pequenos panos de parede triangulares e verticais.

«Alinhamento» a linha que em planta separa uma via ou espaço público dos edifícios existentes ou previstos ou dos terrenos contíguos, e que é definida pela intersecção dos planos verticais das fachadas ou vedações com o plano horizontal dos arruamentos ou espaços públicos adjacentes;

«Alpendre» o coberto executado em material duradouro de construção, não encerrado entre paredes;

«Altura total» a dimensão vertical da construção contada a partir do ponto da cota média do terreno no alinhamento da fachada até ao ponto mais alto da construção, à excepção de chaminés, antenas de televisão, pára-raios e similares;

«Andar ou piso recuado» volume habitável do edifício, em que pelo menos uma das fachadas é recuada em relação às fachadas dos pisos inferiores;

«Anexo» a dependência coberta não incorporada no edifício principal e considerada como complemento funcional deste;

«Área de intervenção de plano» a área que é objecto de plano de urbanização ou de plano de pormenor, que pode abranger uma ou mais categorias de espaços;

«Área impermeável» valor expresso em m^2, resultante do somatório da área de implantação das construções de qualquer tipo e das áreas de solos pavimentados com materiais impermeáveis ou que resultem no mesmo efeito;

«Área líquida de loteamento (ALL)» é a superfície de solo destinada ao uso privado, susceptível de construção após uma operação de loteamento. Não inclui, portanto, as áreas destinadas a infra-estruturas viárias, a espaços verdes e de utilização pública nem a equipamentos públicos que sejam cedidas para o domínio público municipal;

«Áreas comuns do edifício» as áreas de pavimento coberto de uso comum com estatuto de parte comum em condomínio ou aptas para esse estatuto, expressas em metros quadrados, tais como átrios, espaços de circulação horizontal e vertical de edifícios, delimitadas pelo perímetro que passa pela meação de paredes meeiras e pelo limite exterior de paredes exteriores;

«Armazenagem» compreende os locais destinados a depósito de mercadorias e ou venda por grosso;

«Arruamento» é qualquer via de circulação no espaço urbano, podendo ser qualificada como rodoviária, ciclável, pedonal ou mista, conforme o tipo de utilização;

«Balanço» a projecção de qualquer saliência para fora do plano da fachada medida a partir dos alinhamentos definidos para o local;

«Carta municipal do património» o documento que desenvolve a identificação e classificação de edificações, conjuntos edificados e áreas urbanas com interesse histórico, urbanístico e arquitectónico constantes do inventário municipal do património e dos estudos preliminares da carta do património que integram o PDM;

«Cave» piso cujo pavimento se encontra a uma cota de pelo menos 2,00 m inferior à da soleira da porta da entrada principal do lote ou do edifício; havendo mais do que um arruamento a servir o lote é considerada a soleira que se encontrar à cota superior;

«Cércea» a dimensão vertical da construção contada a partir do ponto da cota média do terreno marginal no alinhamento da fachada até à linha superior do beirado ou platibanda ou guarda do terraço;

«Comércio» compreende os locais abertos ao público destinados à venda e armazenagem a retalho, à prestação de serviços pessoais e à restauração;

«Corpo balançado» toda a saliência que se projecta para além do plano de fachada, designadamente varandas, marquises e estruturas de ensombramento e partes de compartimentos que ultrapassem o plano de fachada;

«Cota de soleira» a cota de nível da soleira da porta da entrada principal do edifício ou do corpo de edifício ou parte distinta do edifício, quando dotados de acesso independente a partir do exterior;

«Edificabilidade do prédio» o direito de edificar reconhecido a cada prédio, nos termos previstos em plano municipal de ordenamento do território em vigor;

«Edificação» a actividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência;

«Edifício» a construção autónoma coberta que compreende uma ou várias unidades e destinada a uma ou várias utilizações específicas;

«Edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si» aqueles que, pela existência de partes comuns, afectadas ao uso de todos ou alguns edifícios, unidades ou fracções que o compõem, são funcionalmente ligados entre si;

«Elementos de ensombramento» a protecção fixa ou móvel exterior aos vãos envidraçados, que impede ou reduz a entrada de radiação solar no interior do edifício;

«Empena» parede exterior lateral de um edifício, geralmente desprovida de vãos de iluminação ou de ventilação de compartimentos habitáveis, adjacente a outra construção ou espaço privado;

«Envolvente» malha urbana em que o edifício se insere;

«Equipamentos colectivos» os equipamentos de promoção e propriedade pública ou classificados de interesse público que compreendem as instalações e locais destinados a actividades de formação, ensino e investigação e, nomeadamente, a saúde e higiene, segurança social e pública, cultura, lazer, educação física, desporto e abastecimento público;

«Espaço de colmatação» prédio ou conjunto de prédios contíguos, confinante com uma frente urbana consolidada, implantado entre edifícios existentes e também confinantes com a referida frente, passível de ser preenchido por novas edificações de acordo com as regras definidas no RPDML;

«Espaço e via privados equiparados a via pública» as áreas do domínio privado destinadas à circulação pública de pessoas e veículos;

«Espaço e via públicos» as áreas do domínio público destinadas à utilização e circulação de pessoas e veículos;

«Fachadas» frentes de construção de um edifício que confrontam com arruamentos ou espaços públicos e privados;

«Factor de forma» o quociente entre o somatório das áreas com exigências térmicas da envolvente exterior e interior do edifício, ou da área da fracção autónoma, e o respectivo volume interior;

«Faixa de rodagem» parte da via pública especialmente destinada à circulação, paragem ou estacionamento de veículos;

«Fogo» lugar distinto e independente constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício que se destina a servir de habitação;

«Frente do prédio» a dimensão do prédio confinante com a via pública;

«Frente urbana» a superfície, em projecção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública ou compreendida entre duas vias públicas sucessivas que nela concorrem;

«Frente urbana consolidada» a frente urbana em que o alinhamento do plano marginal e a moda ou média da cércea, consoante a categoria de espaço prevista no Plano Director Municipal de Lisboa, estão estabilizadas;

«Galeria» o espaço coberto exterior para circulação pedonal;

«Ganhos solares» a energia captada pelos vãos envidraçados, que depende da intensidade da radiação solar incidente, da área destes e dos

seus factores solares (quociente entre a energia solar transmitida através de um vão envidraçado e a energia de radiação solar que nele incide);

«Índice de ocupação (IO)» é igual ao quociente da superfície de implantação pela área total do prédio, da parcela ou do lote, considerando para o efeito a projecção horizontal dos edifícios delimitada pelo perímetro dos pisos mais salientes, excluindo varandas e platibandas;

«Índice de utilização bruto (IUB)» é a relação estabelecida no presente RPDML entre a superfície máxima de pavimento permitida e a superfície total do solo. O IUB é dado, assim, pelo quociente entre a superfície de pavimento, excluída a dos equipamentos colectivos, e a superfície de solo a que se aplica de acordo com a respectiva categoria de espaço. Os planos de urbanização e ou de pormenor podem estabelecer IUB menores que os definidos no RPDML, para a totalidade ou parte das áreas por eles abrangidas. Quando as áreas de intervenção do plano sejam delimitadas por arruamentos não integrados em áreas-canais, o seu limite para efeitos de aplicação do IUB é o eixo dessas vias. O IUB aplica-se às áreas de equipamentos colectivos, espaços verdes e públicos, e rede viária incluídas nas áreas de intervenção de plano, desde que não constituam categorias de espaços específicas definidas na planta de síntese.

«Índice de utilização líquido (IUL)» é a relação estabelecida entre a superfície máxima de pavimento e a área líquida do loteamento ou a superfície de uma parcela ou lote;

«Infra-estruturas primárias» infra-estruturas que sirvam de complemento directo ao funcionamento correcto do habitat humano, compreendendo nomeadamente a rede viária (espaço construído destinado à circulação de pessoas e viaturas) e o estacionamento, o abastecimento de água, as redes eléctrica e telefónica, a rede de gás, quando existente, e ainda o saneamento e o escoamento das águas pluviais;

«Infra-estruturas secundárias» infra-estruturas que sirvam de complemento indirecto ao funcionamento correcto do habitat humano, compreendendo nomeadamente os equipamentos de utilização colectiva, os cemitérios e os espaços verdes de utilização colectiva;

«Infra-estruturas gerais» infra-estruturas de carácter estruturante e que visam servir mais que uma operação urbanística em diversos locais;

«Infra-estruturas locais» infra-estruturas que se inserem dentro da área objecto da operação urbanística e decorrem directamente desta, e ainda as de ligação às infra-estruturas gerais, da responsabilidade do promotor da operação urbanística;

«Interior de quarteirão» o logradouro ou conjunto de logradouros localizados a tardoz dos edifícios que formam o quarteirão;

«Kitchenette» o módulo compacto de cocção não autonomizado em fogos;

«Logradouro» a área do prédio correspondente à diferença entre a sua área total e a área de implantação da construção principal;

«Lote» área de terreno, marginada por arruamento, destinada à construção, resultante de uma operação de loteamento licenciada nos termos da legislação em vigor;

«Lugar de estacionamento» a área destinada exclusivamente ao estacionamento de um veículo;

«Malha urbana» conjunto de linhas ordenadas segundo uma regra geométrica pré-estabelecida que serve de guia ou suporte para a urbanização do solo urbano;

«Mansarda» forma de telhado em que cada água é decomposta em vários planos ou superfícies, com diferentes pendentes, sendo a maior nos mais próximos das fachadas como forma de melhorar o pé-direito médio do sótão;

«Marquise» o espaço envidraçado normalmente em varanda da fachada do edifício, fechado, na totalidade ou em parte, por estrutura fixa ou amovível, com exclusão da cobertura de terraços;

«Mezzanino» piso intercalar não autónomo;

«Mobiliário urbano» todos os artefactos integrados no espaço público que se destinem a satisfazer as necessidades de funcionamento e fruição da vida urbana;

«Número de pisos» número de pavimentos sobrepostos de uma edificação;

«Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cércea;

«Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cércea ou do volume de uma edificação existente;

«Obras de beneficiação» as obras que têm por fim a melhoria do desempenho de uma construção, sem alterarem o desenho existente;

«Obras de conservação» as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza;

«Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;

«Obras de demolição» as obras de destruição, total ou parcial, de uma edificação existente;

«Obras de reabilitação» as obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos actuais níveis de exigência;

«Obras de reconstrução com preservação das fachadas» as obras de construção subsequentes à demolição de parte de uma edificação existente, preservando as fachadas principais com todos os seus elementos não dissonantes e das quais não resulte edificação com cércea superior à das edificações confinantes mais elevadas;

«Obras de reconstrução sem preservação das fachadas» as obras de construção subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a reconstituição da estrutura das fachadas, da cércea e do número de pisos;

«Obras de remodelação» as obras que têm por fim a alteração funcional de um edifício ou de parte dele sem alterar as suas características estruturais;

«Obras de restauro» as obras especializadas que têm por fim a conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história;

«Obras de urbanização» as obras de criação e remodelação de infra-estruturas destinadas a servir directamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva;

«Operações de loteamento» as acções que tenham por objecto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados, imediata ou subsequentemente, à edificação urbana e que resulte da divisão de um ou vários prédios ou do seu reparcelamento;

«Operações urbanísticas» as operações materiais de urbanização, de edificação, utilização dos edifícios ou do solo desde que, neste último caso, para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água;

«Parqueamento de bicicletas» área especificamente apetrechada para estacionamento de bicicletas;

«Pala» coberto constituído por uma superfície contínua, não visitável e projectado em relação ao plano da fachada;

«Parque de estacionamento» espaço exclusivamente destinado ao estacionamento de veículos;

«Parcela» a área de terreno, não resultante de operação de loteamento, marginada por via pública e susceptível de construção;

«Passeio» superfície da via pública, em geral sobrelevada, especialmente destinada ao trânsito de peões e que ladeia a faixa de rodagem;

«Percurso ciclável» itinerário contínuo adequado à circulação de bicicletas, com sinalização própria e apresentando declives e pavimentação adequados a este fim, podendo assumir diferentes tipologias;

«Plano marginal» plano que separa os domínios público e privado;

«Prédio» parte delimitada do solo juridicamente autónoma, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela existentes ou assentes com carácter de permanência, bem como cada fracção autónoma no regime de propriedade horizontal;

«Profundidade de empena» a distância medida em metros entre o plano da fachada principal e o plano da fachada de tardoz;

«Projecto de execução» conjunto dos projectos de arquitectura e de engenharia das especialidades com todas as pormenorizações de construção necessárias para a boa execução da obra, incluindo a descrição das normas técnicas aplicáveis a cada um dos trabalhos a realizar, a descrição técnica de todos os materiais a aplicar, com referência aos correspondentes certificados de qualidade quando exigíveis;

«Quarteirão» conjunto de edifícios implantados em espaço urbano delimitado por arruamentos;

«Rés-do-chão» piso de um edifício que se localiza à cota da soleira ou ligeiramente acima desta;

«Serviços públicos» compreendem as instalações e edifícios para os serviços do Estado e da Administração Pública;

«Sobreloja» piso autónomo com acesso independente implantado sobre um espaço em piso térreo;

«Sótão» espaço correspondente ao desvão do telhado, entre o tecto do último andar e a cobertura;

«Superfície impermeabilizada» é a soma das superfícies de terreno ocupadas por edifícios, vias, passeios, estacionamentos, piscinas e demais obras que impermeabilizam o terreno;

«Superfície de pavimento (SP)» para os edifícios construídos ou a construir, quaisquer que sejam os fins a que se destinem, é a soma das superfícies brutas de todos os pisos (incluindo escadas e caixas de elevadores), acima e abaixo do solo, com exclusão de: terraços descobertos, garagens em cave, galerias exteriores públicas, arruamentos ou espaços livres de uso público cobertos pela edificação, zonas de sótão não habitáveis, arrecadações em cave afectas às diversas unidades de utilização do edifício e áreas técnicas acima ou abaixo do solo;

«Toldo» coberto provisório não rígido;
«Trabalhos de remodelação dos terrenos» as obras não compreendidas nas demais operações urbanísticas e que implicam a destruição do revestimento vegetal, a alteração do relevo natural e das camadas de solo arável ou o derrube de árvores de alto porte ou em maciço para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais ou mineiros;
«Trapeira» volume sobre plano oblíquo do telhado para a instalação de vãos;
«Uso habitacional» engloba a habitação unifamiliar e plurifamiliar, as instalações residenciais especiais (albergues, residências de estudantes, religiosas e militares) e as instalações hoteleiras;
«Uso industrial» inclui indústria, armazéns associados a unidades fabris ou isolados, serviços complementares e infra-estruturas de apoio;
«Uso terciário» inclui serviços públicos e privados, comércio retalhista e equipamentos colectivos de promoção privada e cooperativa;
«Varanda» o corpo, balançado ou recuado, total ou parcialmente aberto, com acesso pelo interior do edifício;
«Ventilação natural» a renovação do ar conseguida por diferença de pressão criada entre a envolvente e o interior do edificio.

ANEXO III

Normas de elaboração de estudos hidrogeológicos

O estudo hidrogeológico visa a avaliação das condições de percolação da água subterrânea, assim como das propriedades exibidas pelas formações geológicas por onde a mesma circula.
Deste modo, para uma correcta avaliação destas condições, os estudos devem incidir na obtenção de informação de cariz litológico/litostratigráfico referente às formações geológicas em causa, assim como uma avaliação de âmbito hidrodinâmico (determinação da posição do nível freático e piezométrico, quando ocorra, caudais e rebaixamentos e avaliação do coeficiente de permeabilidade) e hidroquímico, com a determinação dos principais parâmetros físico-químicos (temperatura, pH, condutividade eléctrica, elementos maiores e menores) e microbiológicos desse recurso.
Deste modo, o estudo hidrogeológico deve ser elaborado de acordo com as seguintes regras:

1) O Estudo Hidrogeológico deve ser executado por uma empresa da especialidade.
2) A área em estudo deve ser representativa das características físicas da zona.
3) Devem ser executados furos georreferenciados destinados à implementação de uma rede de piezómetros. O n.º de furos a realizar deverá ser representativo da área em análise.
4) Fornecimento dos dados relativos à execução do furo e estabelecimento do respectivo gráfico com indicações de ordem litológica/litostratigráfica, espessura das camadas e sua denominação. Relativamente aos piezómetros deve ser indicado o seu comprimento, diâmetro e posicionamento das câmaras piezométricas;
5) Fornecimento dos resultados relativos às leituras dos níveis freático e piezométrico, caso ocorra. A periodicidade das leituras e a sua duração deve ser definida em projecto, podendo eventualmente ser alterada em fase de execução, em função dos resultados obtidos;
6) O estudo deve igualmente incluir medições de parâmetros físico-químicos das águas, nomeadamente a sua temperatura, pH e condutividade eléctrica. Deve igualmente ser efectuada colheita de amostragem representativa, visando a análise química (elementos maiores e menores) e microbiológica;
7) Nas zonas mais vulneráveis, devem ser realizados ensaios de carácter dinâmico, nomeadamente ensaios de determinação de caudais e rebaixamentos, assim como ensaios de permeabilidade, visando a determinação do coeficiente de permeabilidade do maciço;
8) Nas zonas marginais, influenciadas pelas marés, as medições do nível da água nos piezómetros devem ser efectuadas tendo em atenção a periodicidade do ciclo das marés.

ANEXO IV

Normas para formatação de ficheiros CAD para levantamentos topográficos e cartografia a utilizar nos projectos de loteamento e de obras de urbanização para posterior implementação em ambiente SIG

1 — Considerações gerais
Os ficheiros a entregar e a respectiva estrutura para os levantamentos topográficos e a cartografia a utilizar nos projectos de loteamento e /ou obras de urbanização, e nas respectivas plantas de síntese, devem obedecer às seguintes regras:

1.1 — A cartografia deve respeitar as tolerâncias mínimas de erro posicional estabelecidas pelo IGP para as diferentes escalas;

1.2 — Todos os dados constantes dos levantamentos topográficos e da cartografia devem estar georeferenciados e ligados à rede geodésica, com orientação a norte e com a indicação da escala e com a data de execução;
1.3 — As coordenadas a utilizar nos levantamentos topográficos ou na cartografia devem ter como referência o Elipsóide Internacional de Hayford e a projecção de Gauss, Datum 73 (ou outro que venha a ser adoptado pelo IGP);
1.4 — Os levantamentos topográficos e a cartografia devem ainda incluir:

a) A indicação expressa das coordenadas nos 4 cantos do desenho;
b) A planimetria numa envolvente mínima de 100m, incluindo as edificações;
c) As coordenadas x,y e z dos pontos;
d) A indicação expressa da entidade responsável pelo levantamento topográfico e ou pela elaboração da cartografia;
e) A indicação do nome e do contacto do técnico responsável pelo levantamento.

2 — Normas de apresentação dos ficheiros a entregar em formato digital

2.1 — O ficheiro CAD relativo à planta síntese do loteamento, ou obra de urbanização, deve conter a informação necessária para exprimir a forma e o conteúdo da operação urbanística, contemplando os elementos referidos nos quadros 1 e 2.
2.2 — No ficheiro CAD, os dados devem ser separados por níveis (layers), com a designação conforme os quadros 1 e 2 e elaborados de acordo com as propriedades geométricas descritas no ponto 2.3.
2.3 — Nomenclatura dos ficheiros para a cartografia:

P_implantacao.dwg — Planta de Implantação ou do r/c com área envolvente;
P_cobertura.dwg — Planta da Cobertura;
corte.dwf — Corte demonstrativo da volumetria.

2.4 — Normas geométricas dos ficheiros para a cartografia e levantamentos topográficos:

a) Os ficheiros devem ser entregues em formato DWG do Autocad com indicação da respectiva versão;
b) Os desenhos devem ter uma estrutura de layers individualizados de acordo com os quadros 1 e 2. Em caso de necessidade, admite-se a criação de novos layers para complemento dos já existentes, com a respectiva descrição;
c) Os polígonos devem ser definidos por Polilynes Fechadas e sem linhas repetidas ou sobrepostas;
d) Todos os elementos de desenho devem estar com tipo de Linha e Cor Bylayer;
e) A espessura das linhas deve ser 0;
f) Não deve ser utilizado o tipo de objecto Spline;
g) A unidade de desenho a ser utilizada deve ser o metro (1 m = 1 unidade);
h) As fontes utilizadas em todos os ficheiros devem, de preferência, corresponder às fontes originais da versão Autocad. Caso seja utilizada uma nova fonte, esta deve ser fornecida em conjunto com os ficheiros;
i) O ponto de inserção do texto para o caso dos polígonos deve estar sempre no interior do polígono; no caso de pontos, o ponto de inserção deve corresponder à localização exacta do elemento gráfico e no caso de linhas, o ponto de inserção deve coincidir com a linha (não podem ser utilizadas caixas de texto — "Mtext");
j) Caso sejam utilizados blocos, estes devem ser produzidos no layer 0 e inseridos no layer apropriado à sua categoria, devendo ser acompanhados por uma listagem para a sua fácil identificação;

QUADRO 1

Ficheiro CAD síntese do levantamento topográfico e ou cartografia

Layer	Designação	Tipo de Elemento
	1 — Edificações	
101	Edifício construído	Polilyne fechada.
105	Edifício subterrâneo	Polilyne fechada.
106	Anexo	Polilyne fechada.
190	Toponímia	Text.

Layer	Designação	Tipo de Elemento
	2 — Detalhes das Edificações	
201	Escadas de casa	Polilyne.
207	Cobertura	Polilyne.
	3 — Outras Construções	
308	Piscina	Polilyne fechada.
311	Silo	Polilyne fechada.
312	Tanque	Polilyne fechada.
316	Telheiro	Polilyne fechada.
317	Chaminé	Block.
390	Toponímia	Text.
	5 — Muros e Vedações	
501	Muros simples	Polilyne.
502	Muro de suporte	Polilyne.
507	Vedações diversas	Polilyne.
	6 — Orografia	
601	Combro	Polilyne.
603	Talude	Polilyne.
	7 — Hidrografia	
703	Ribeira	Polilyne.
704	Lago, lagoa	Polilyne fechada.
707	Linha de água	Polilyne.
708	Canal	Polilyne.
709	Vala	Polilyne
790	Toponímia	Text.
	8 — Construções Relativas Hidrografia	
807	Poço	Polilyne.
808	Poço	Block.
	20 — Cultura e Recreio	
2000	Polígono envolvente	Polilyne fechada.
2002	Parque de diversão	Polilyne.
2003	Ciclovias	Polilyne.
2090	Toponímia	Text.
	21 — Desporto	
2103	Recinto desportivo	Polilyne fechada.
2102	Estádio	Polilyne fechada.
2105	Marcações de campo	Polilyne.
2190	Toponímia	Text.
	23 — Mobiliário Urbano	
2301	Esplanada	Polilyne fechada.
2302	Quiosque	Polilyne fechada.
2304	Coreto	Polilyne fechada.
2305	Chafariz	Polilyne fechada.
2306	Fonte	Polilyne fechada.
2390	Toponímia	Text.
	25 — Espaços Verdes Urbanos	
2501	Árvore isolada	Block.
2502	Caldeira	Block.
2503	Jardim	Polilyne fechada.
2505	Zona ajardinada	Polilyne fechada.
2590	Toponímia	Text.
	27 — Rede Eléctrica	
2707	Poste de iluminação	Block.
2708	Poste de iluminação múltiplo	Block.
	34 — Rede Rodoviária	
3401	Auto-estrada ou via rápida	Polilyne.
3402	Estrada asfaltada	Polilyne.
3406	Caminho de carreteiro	Polilyne.
3407	Auto-estrada ou via rápida desnivelada	Polilyne.
3408	Estrada asfaltada desnivelada	Polilyne.
	39 — Eixos de Via	
3901	Eixo de via	Polilyne.
3902	Topónimo de via	Text.
	41 — Equipamento Viário	
4102	Guarda de via	Polilyne.
4103	Separador de via	Polilyne.
	42 — Obras de Arte	
4201	Ponte	Polilyne.
4202	Túnel	Polilyne.
4204	Viaduto	Polilyne.
4290	Toponímia	Text.
	43 — Estacionamentos	
4301	Estacionamento a céu aberto	Polilyne fechada.
4302	Acesso a estacionamento subterrâneo	Polilyne.
4390	Toponímia	Text.
	44 — Circulação de Peões	
4401	Passagem inferior	Polilyne.
4402	Passagem superior	Polilyne.
4403	Escadas na via pública	Polilyne.
4404	Passeio, lancil	Polilyne.
	49 — Numeração de Policia	
4901	Número de policia	Text.
	50 — Geodesia	
5007	Vértice de triangulação	Block, 3D.
5008	Cota de vértice de triangulação	Text.
5009	Vértice de poligonação	Block, 3D.
5010	Cota de vértice de poligonação	Text.
5011	Marca de nivelamento	Block, 3D.
5012	Cota de marca de nivelamento	Text.
5093	Toponímia de vértice de triangulação	Text.
5094	Toponímia de vértice de poligonação	Text.
5095	Toponímia de marca de nivelamento	Text.
	51 — Altimetria	
5101	Curva de nível mestra	Polilyne, 3D.
5102	Cota de curva de nível mestra	Text.
5103	Curva de nível intermédia	Polilyne, 3D.
5104	Ponto de cota	Point, 3D.
5105	Cota de ponto	Text.
5106	Ponto de cota em edifício	Point, 3D.
5107	Cota de ponto em edifício	Text.

QUADRO 2

Ficheiro CAD síntese do loteamento

Layer	Designação	Tipo de Elemento
Limcadastro	Polígono com limite do cadastro.	Polilyne fechada.
Limloteam	Polígono com limite do loteamento.	Polilyne fechada.
Limlote	Polígono com limite do lote.	Polilyne fechada.
Limconexist	Polígono com limite da construção existente.	Polilyne fechada.
Limconprev	Polígono com limite da construção prevista.	Polilyne fechada.
Limanexpre	Polígono com limite de anexos previstos.	Polilyne fechada.
Limareaver	Polígono com limite de área verde.	Polilyne fechada.
Limareaequi	Polígono com limite de área de equipamento.	Polilyne fechada.
Eixovia	Eixos de via	Polilyne.

Layer	Designação	Tipo de Elemento
Limpasseio	Linha com limite de passeios.	Polilyne.
Limestacion	Linha com limite de estacionamento.	Polilyne.
Limarruam	Linha com limite dos arruamentos.	Polilyne.
Txtregmatr	Indicação do número do registo matricial.	Text.
Txtregpred	Indicação do registo do número predial.	Text.
Txtconfront	Indicação do nome dos proprietários das confrontações.	Text.
Txtloteam	Designação do loteamento.	Text.
Txtpromot	Designação do promotor.	Text.
Txtrequer	Designação do requerente.	Text.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 1230/2009

Reclassificação profissional de Carla Alexandra Esteves Ferreira

Para os devidos efeitos, torna-se público que por despacho superior de 12 de Dezembro de 2008, a funcionária Carla Alexandra Esteves Ferreira, com a categoria de Técnico de Turismo de 1.ª classe, é reclassificada ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000 de 9 de Setembro, para a categoria de Técnico Superior de Turismo de 2.ª classe escalão 1, índice 400.

16 de Dezembro de 2008. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva.*

301192485

Aviso n.º 1231/2009

Nomeação em comissão de serviço extraordinária de Ana Sofia Alonso Batalha

Para os devidos efeitos, torna-se público que por despacho superior de 10 de Dezembro de 2008, a funcionária Ana Sofia Alonso Batalha, com a categoria de Assistente Administrativo, é nomeada em comissão de serviço extraordinária ao abrigo do disposto nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99 de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000 de 9 de Setembro, para a categoria de Técnico Superior de 2.ª classe.

16 de Dezembro de 2008. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva.*

301192469

Aviso n.º 1232/2009

Concurso interno de acesso geral para provimento de 30 lugares para assistente administrativo principal

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 19 de Dezembro de 2008, foram nomeados como Assistente Administrativo Principal, Ana Cristina Ferreira Gonçalves Antunes, Ana Margarida Milheiro Ventura Soares Dias, Ana Sofia Alonso Batalha, Ana Sofia Silva Horta, Andreia Cristina Carvalho Sousa Assunção, Cândido Miguel Nascimento Esteves, Carla Cristina Pratas Semedo, Carla Maria Nunes Peneda Arede Silva, Cipriana Rosário Militão Santos Paulino, Dora Sofia Oliveira Sequeira Marques, Edson Sosthenes Costa Alegre Vera Cruz Jordão, Emília Vicência Grilo Carreiras Pacheco, Eugénia

Maria Mateus Borges Longo, Guilhermina Dias Esteves da Silva, João Filipe Cleto Tojal Parreira, Júlio Neves Silva Roldão, Luís Miguel da Conceição Alexandre, Mafalda Maria Farinha Oliveira, Maria Zulmira Silva Farinha Ferro, Marisa Alexandra Silva Fernandes, Mauro Jorge Diniz Rafael, Paula Alexandra Pereira Martins Silva, Paulo Jorge Paulino Pereira Brito, Sofia Alexandra Simões Major, Sofia Isabel Jesus Pereira Sousa, Sónia Isabel Bento Silva, Sónia Maria Florêncio Filipe, Susana Maria Marques Prates Texugo, Tânia Sofia Gonçalves Fidalgo e Teresa João Bernardes Jesus Marques, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 43 de 29 de Fevereiro de 2008.

19 de Dezembro de 2008. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador do Departamento de Recursos Humanos, *António Pereira*.

301140571

Aviso n.º 1233/2009

Concurso interno de acesso geral para provimento de sete lugares para arquitecto de 1.ª classe

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 22 de Dezembro de 2008, foram nomeados como Arquitecto de 1.ª Classe, Bárbara Gonçalves Delgado Martins, José António Silva Alves Costa, Luís Filipe Teixeira Dias, Maria João Costa Almeida Cordeiro, Raquel Gomes Vaz, Sandra Isabel Nunes Rego Correia Bagulho e Sónia Cristina Cinza Baixinho, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 52 de 13 de Março de 2008.

22 de Dezembro de 2008. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador do Departamento de Recursos Humanos, *António Pereira.*

301149636

Aviso n.º 1234/2009

Concurso interno de acesso limitado para provimento de dois lugares para técnico superior de gestão principal

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 23 de Dezembro de 2008, foram nomeadas como Técnico Superior de Gestão Principal, Carla Cristina Moura Fonseca e Maria do Carmo Lucinda Martins da Silva, na sequência do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 43, de 29 de Fevereiro de 2008.

23 de Dezembro de 2008. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador do Departamento de Recursos Humanos, *António Pereira*.

301149936

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

Aviso (extracto) n.º 1235/2009

Reclassificação Profissional

Para os devidos efeitos, e em cumprimento da alínea *a*), do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008, procedi à reclassificação profissional dos funcionários abaixo mencionados, nos termos da alínea *e*) do artigo 2.º do Dec. Lei n.º 218/2000, no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000:

Sónia da Purificação Ramos de Magalhães Teixeira — auxiliar dos serviços gerais, posicionado no escalão 1, índice 128, passa para assistente administrativa, escalão 1, índice 199;

Mauro Sérgio Teixeira Macedo Moura — auxiliar administrativo, posicionado no escalão 2, índice 137, passa para assistente administrativo, escalão 1, índice 199;

Sandra Raquel de Jesus Queirós — auxiliar administrativo, posicionado no escalão 2, índice 137, passa para assistente administrativo, escalão 1, índice 199.

Os referidos funcionários deverão aceitar os lugares, acima mencionados, nos termos, do n.º 2, do artigo 5.º da referida Lei n.º 218/2000, no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Manuel Moreira.*

301173352

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Aviso n.º 1236/2009

Concurso interno de acesso geral para provimento de uma vaga de operário principal/jardineiro

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, de 29 de Dezembro de 2008 se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* nos termos dos artigos 8.º, n.º 2 e 28.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o concurso interno de acesso geral e seguir indicado:

Operário Principal / Jardineiro, para provimento de um lugar;

2 — Foram efectuadas diligências para publicitação da presente oferta de emprego no Sistema Integrado de Gestão a Apoio à Mobilidade Especial, não tendo sido possível a obtenção de resultados compatíveis com a solicitação formulada.

3 — O presente concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99 de 25 de Junho, n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro aplicável à Administração Local pelo Decreto n.º 412-A/98 de 30 de Dezembro, 353-A789, de 16 de Outubro, e n.º 87/2001 de 26 de Março.

4 — Validade do Concurso — O concurso será válido apenas para a vaga indicada esgotando-se com o seu preenchimento.

5 — Conteúdo funcional:

O constante do despacho n.º 38/88 *Diário da República,* 2.ª série de 26/01/1989.

6 — O local de trabalho será na área geográfica do Município de Montemor-o-Novo.

7 — Remuneração — a que resultar do novo posicionamento da escala indiciária, em função do posicionamento actual do candidato, nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89 de 16 de Outubro, e demais remunerações acessórias e regalias sociais vigentes para a função pública.

8 — São condições de admissão:

a) Requisitos gerais — Possuir os requisitos definidos no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho;

b) Requisitos especiais — Reunir as condições previstas no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98 de 30 de Dezembro.

9 — Formalização de candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar poderá ser entregue pessoalmente nesta Câmara Municipal ou remetido pelo correio, com aviso de recepção expedido até ao termo do prazo fixado, requerimento no qual deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número, data e validade do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu, número de contribuinte e residência);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Identificação da categoria, natureza do vínculo, bem como menção ao lugar a que se concorre.

d) Classificação de serviço de Bom obtida nos últimos seis anos.

10 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, assinado e actualizado, donde constem nomeadamente as funções que tem exercido e respectivos períodos de duração, bem como a formação profissional que possui;

b) Certidão passada pelo serviço onde o candidato desempenha funções comprovativas dos requisitos exigidos para o concurso, da qual conste inequivocamente a natureza do vínculo, a categoria que detém, o escalão e o índice, o tempo de serviço na categoria e respectiva classificação de serviço, bem como o tempo de serviço na carreira e função pública.

11 — Os candidatos que sejam funcionários da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo ficam dispensados da apresentação da certidão

exigida na alínea *b*) do n.º 9 e da comprovação da formação profissional, devendo contudo, mencioná-la no *curriculum vitae*.

12 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 — Selecção de candidatos:

A selecção dos candidatos ao concurso será feita através da aplicação dos seguintes métodos de selecção:

Prova prática de conhecimentos (*PC*) e avaliação curricular (*AC*) na seguinte proporção:

$$2PC + AC/3$$

14 — Critérios de classificação:

a) A avaliação curricular (*AC*) será pontuada de 0 a 20 valores e destina-se a avaliar as aptidões profissionais dos candidatos para o exercício da função, sendo efectuada de acordo com as seguintes regras:

a) Classificação de serviço (*CS*) — na determinação deste factor será considerada a media das classificações obtidas nos anos relevantes para o efeito de admissão a concurso;

b) Habilitações académicas de base (*HL*), sendo ponderado o nível académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

c) Experiência profissional (*EP*) — na experiência profissional será ponderada o desempenho efectivo de funções;

d) Formação profissional complementar (*FPC*) — na formação profissional serão ponderadas as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso.

b) As provas práticas constarão de: Preparação a plantação de um canteiro e corte de relvado com recurso a equipamento mecânico.

15 — A relação dos candidatos admitidos a concurso, bem como a lista de classificação final dos concorrentes, serão afixadas, para consulta no Edifício dos Paços do Concelho ou enviadas para publicação no *Diário da República,* 2.ª série, de acordo com as situações previstas nos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho.

16 — Composição do júri do concurso:

Presidente: Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Vereadora.

1.º Vogal efectivo: António Jorge Tavares Pacheco Viana, Chefe da D.A.S.U.

2.º Vogal efectivo: José Joaquim Lopes de Olivença, Encarregado de Pessoal Operário.

1.º Vogal suplente: António Joaquim da Silva Danado, Vereador.

2.º Vogal suplente: Fernando Manuel Mira Mestrinho, Operário Principal/Jardineiro.

O Presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

17 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Carlos Pinto de Sá.*

301172697

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Edital n.º 48/2009

Isaltino Morais, Licenciado em Direito, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, faz público que, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, se encontrará a partir do dia 19 de Janeiro de 2009 e pelo prazo de 15 dias, a discussão pública referente ao Pedido de Alteração do Projecto de Loteamento (P.º 10/2007) — A.U.G.I. de Leceia, titulado por CELSOL — Construções e Comércio Imobiliário, Lda. nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do referido Decreto-Lei, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro.

A consulta do processo, para efeito de eventuais observações ou sugestões por parte do público em geral, poderá naquele prazo ser efectivada, todos os dias, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre as 8:30 — 17:30 horas, na Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo desta Câmara Municipal.

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

2 de Janeiro de 2009. — O Presidente da Câmara, *Isaltino Morais.*

301182968

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

Aviso n.º 1237/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008, nomeei para a categoria de assistente administrativo especialista do Grupo de Pessoal Administrativo, os candidatos Filipe Manuel Simões Costa, Carla Jesus Moreira Silva Teixeira, Joaquim Vitorino Garcês Santos, Marisa Daniela Teixeira Moreira, Iolanda Georgina Santos Soares, José Alberto Gonçalves da Silva, Maria de Lurdes Moreira da Silva Maria de Fátima Nunes dos Santos e Emília José Nunes dos Santos, posicionados em 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, lugares, respectivamente, no Concurso Interno de Acesso Limitado para provimento de Nove Lugares de assistente administrativo especialista do Grupo de Pessoal Administrativo, cuja acta classificação final foi homologada e afixada em 23 de Dezembro de 2008, aberto pela Ordem de Serviço afixada em 04 de Dezembro de 2008.

Os nomeados deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — O Vereador, em regime de substituição do Presidente da Câmara, *Pedro Dinis Silva Mendes.*

301174973

Aviso n.º 1238/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 29 de Dezembro de 2008, nomeei para a categoria de Nadador Salvador, Álvaro Cristiano Coelho Moreira, classificado em primeiro lugar conforme acta classificação final, do Concurso Externo de Ingresso Para Provimento de Um Lugar de Nadador Salvador do Grupo de Pessoal Auxiliar — em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 23023/2008, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 172, de 05 de Setembro de 2008.

O nomeado após a publicação do presente aviso deverá assinar o contrato de trabalho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de Dezembro de 2008. — O Vereador, em regime de substituição do Presidente da Câmara, *Pedro Dinis Silva Mendes*.

301173085

Aviso n.º 1239/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 31 de Dezembro de 2008, nomeei para a categoria de Técnico Superior Assessor (Arquitecto) do Grupo de Pessoal Técnico Superior, o candidato Nuno Pedro Jesus da Silva Monteiro, posicionado em 1.º, lugar, no Concurso Interno de Acesso Limitado para provimento de Um Lugar de Técnico Superior Assessor (Arquitecto) do Grupo de Pessoal Técnico Superior, cuja acta classificação final foi homologada e afixada em 30 de Dezembro de 2008, aberto pela Ordem de Serviço afixada em 16 de Dezembro de 2008.

O nomeado deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

31 de Dezembro de 2008. — O Vereador, em regime de substituição do Presidente da Câmara, *Pedro Dinis Silva Mendes.*

301175061

Aviso n.º 1240/2009

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 31 de Dezembro de 2008, nomeei para a categoria de Assistente Administrativo Principal do grupo de pessoal administrativo, a candidata Armandina Maria Vieira Rocha Moreira, posicionada em 1.ºlugar, na lista de classificação final homologada em 30 de Dezembro de 2008 e afixada em 31 de Dezembro de 2008, do Concurso Interno de Acesso Limitado para provimento de Um lugar de Assistente Administrativo Principal do grupo de pessoal administrativo, aberto pela Ordem de Serviço afixada em 16 de Dezembro de 2008.

A nomeada deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

31 de Dezembro de 2008. — O Vereador, em substituição do Presidente da Câmara, *Pedro Dinis da Silva Mendes.*

301176763

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE SOR

Aviso n.º 1241/2009

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, torna-se público que, por proposta da Câmara, conforme deliberação tomada na reunião 10 de Dezembro de 2008, foi aprovada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 20 de Dezembro de 2008, a alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, do qual faz parte integrante o organograma constante do anexo I.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *João José de Carvalho Taveira Pinto.*

Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

Introdução

A presente reestruturação dos serviços tem por objectivo um melhor ajustamento na estrutura anteriormente aprovada.

Assim, foi elaborada uma nova estrutura funcional, que tem em conta os seguintes aspectos:

a) Dotar os serviços municipais de uma estrutura adaptada às necessidades actuais e futuras de forma a permitir uma maior eficiência e funcionalidade;
b) O quadro de transferência de novas atribuições e competências para as autarquias locais;
c) Melhor adequação à gestão por objectivos e à avaliação do desempenho;
d) A divisão de áreas funcionais que permita uma rigorosa segregação de funções e consequente controlo interno;
e) A motivação e mudança de mentalidades no sentido do empenho de todos os funcionários e respectivos serviços, na prestação de um melhor serviço público.

CAPÍTULO I

Objectivos e Princípios de Actuação dos Serviços Municipais

Artigo 1.º

Objectivos Gerais

No desempenho das suas atribuições, os serviços municipais prosseguem os seguintes objectivos:

a) A gestão integrada e interdisciplinar dos serviços municipais, assenta na responsabilização, formação e qualificação profissional dos funcionários municipais;
b) Realização eficiente e eficaz das tarefas e acções definidas pelos órgãos municipais no sentido do desenvolvimento social económico e cultural do concelho, designadamente os constantes dos planos plurianuais de investimento;
c) Obtenção de índices quantitativos e qualitativos, sempre crescentes, de prestação de serviço às populações;
d) Maximização dos recursos disponíveis, no quadro de uma gestão racional e moderna;
e) Promoção da participação organizada, sistemática e responsável dos agentes sociais e económicos e dos cidadãos em geral nas decisões e na actividade municipal;
f) Desburocratizar e modernizar os serviços, por forma a tornar céleres as decisões e deliberações dos órgãos municipais, com vista a uma maior capacidade de resposta às necessidades e aspirações da população;
g) Proceder ao planeamento integrado do município, no âmbito do desenvolvimento sustentado, perspectivando o seu crescimento.

Artigo 2.º

Superintendência

1 — A superintendência e coordenação geral dos serviços competem ao Presidente da Câmara nos termos da legislação em vigor, que promoverá um constante controlo e avaliação de desempenho e melhoria das estruturas e métodos de trabalho de molde a aproximar a administração dos cidadãos em geral e dos munícipes em particular.

2 — Os vereadores terão nesta matéria os poderes que lhe forem delegados pelo Presidente da Câmara.

Artigo 3.º

Princípios Gerais de Actuação

Os Serviços Municipais regem-se pelos seguintes princípios gerais de actuação:

a) Sentido de serviço à população e aos cidadãos, consubstanciado no absoluto respeito pelas decisões dos órgãos autárquicos democraticamente eleitos e na consideração dos interesses legítimos dos munícipes como referência fundamental para a decisão e acção;
b) Respeito absoluto pela legalidade, igualdade de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses legalmente protegidos destes;
c) Transparência, diálogo e participação, consubstanciados ao nível da gestão e dos procedimentos, em relação ao munícipes e aos trabalhadores municipais, por uma permanente atitude de aproximação e interacção com as populações e por uma comunicação permanente, informativa, pedagógica e de convergência entre o município e a comunidade;
d) Racionalidade de gestão e sensibilidade social, pela associação permanente e equilibrada de critérios técnicos, económicos e financeiros exigentes e modernos com critérios sociais inultrapassáveis, como a justiça, a equidade e a solidariedade;
e) Qualidade e inovação, correspondendo à necessidade da contínua introdução de soluções inovadoras sob os pontos de vista técnico, organizacional e metodológico que permitam a racionalização, a desburocratização e o aumento da produtividade e conduzam à sucessiva elevação da qualidade dos serviços prestados à população e aos cidadãos.

Artigo 4.º

Princípios deontológicos

Os trabalhadores municipais reger-se-ão, na sua actividade profissional, pelos princípios enunciados na Carta Deontológica do Serviço Público, aprovada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97, de 22 de Março.

Artigo 5.º

Macroestrutura

Ao nível da macroestrutura, os Serviços Municipais organizam-se em unidades orgânicas estruturais:

a) Departamentos e Divisões: unidades orgânicas de carácter permanente aglutinando atribuições de âmbito operativo e instrumental. integradas numa mesma área funcional.

Os departamentos constituem-se essencialmente como unidades de coordenação e de gestão de recursos e actividades.

As divisões constituem-se, essencialmente como unidades técnicas de execução.

b) Secções e sectores: unidades orgânicas de carácter técnico-administrativo e logístico que agregam actividades instrumentais nas áreas do sistema de gestão municipal (plano e orçamento) de secretariado, tratamento de documentos, administração financeira, do pessoal, do património, de apoio logístico nas áreas do aprovisionamento, transportes, conservação e manutenção de instalações e outros serviços de apoio.

c) Gabinetes Municipais: unidades de apoio aos Órgãos Municipais, de natureza Administrativa, Técnica e Política.

A macroestrutura dos Serviços Municipais é a seguinte:

1 — Serviços de Apoio à Presidência e Vereação
1.1 — Gabinete de Apoio à Presidência;
1.2 — Gabinete de Atendimento e Relações Públicas;
1.3 — Gabinete de Protecção Civil;
1.4 — Gabinete Médico-Veterinário;
1.5 — Gabinete de Planeamento Estratégico;
1.6 — Gabinete de Actos Eleitorais, Referendários e Recenseamento Eleitoral;
1.7 — Gabinete de Gestão de Fundos Estruturais Europeus e Nacionais;
1.8 — Conselho Municipal de Segurança;
1.9 — Gabinete de Auditoria Interna
2 — Departamento Jurídico Administrativo
2.1 — Divisão de Assuntos Jurídicos
2.1 — Secção de Apoio aos Assuntos Jurídicos
2.1.1 — Sector de Contencioso
2.1.2 — Secção de Contra-Ordenações
2.1.3 — Secção de Contratos, Notariado e Actas
2.2 — Divisão Administrativa
2.2.1 — Secção de Recrutamento
2.2.2 — Secção de Gestão de Carreiras e Formação
2.2.3 — Secção de Processamento de Vencimentos
2.2.4 — Secção de Expediente e Arquivo
2.2.5 — Sector de Actividades auxiliares

3 — Departamento Financeiro
3.1 — Divisão Gestão Financeira
3.1.1 — Secção de Compras
3.1.2 — Secção de Mercados Públicos
3.1.3 — Secção de Património
3.1.4 — Secção de Contabilidade Patrimonial
3.1.5 — Secção de Contabilidade Orçamental
3.1.6 — Secção de Contabilidade de Custos
3.1.7 — Secção de Fundos Estruturais Europeus e Nacionais
3.1.8 — Tesouraria
3.1.9 — Sector de Execuções Fiscais
3.1.10 — Sector de Informática
3.1.11 — Secção de Taxas e Licenças
3.2.6.1 — Sector de Cemitérios
3.2.6.2 — Sector de Feiras e Mercados
3.2.6.3 — Sector de Metrologia
3.2.6.4 — Sector de Fiscalização
3.2.7 — Secção de águas e saneamento
3.2.7.1 — Sector Comercial
3.2.7.2 — Fiscalização
3.2.7.3 — Posto de Tesouraria
4 — Departamento Urbanístico e Obras Particulares
4.1 — Divisão de Obras Particulares
4.1.1 — Secção de Urbanização e Edificação
4.1.2 — Secção de Fiscalização
4.2 — Divisão Obras Municipais
4.2.1 — Secção de Obras por Empreitada e Apoio Técnico
4.2.2 — Secção de Obras e Serviços por Administração Directa
4.2.2.1 — Sector de Cemitérios, Mercados, Parques, Jardins e Zonas Verdes
4.2.2.2 — Sector de Rede Viária e Obras Complementares
4.2.2.3 — Sector de Edifícios Municipais e Apoio a Eventos
4.2.2.4 — Sector de Oficinas, Estaleiro, Armazém, Máquinas e Viaturas
4.2.2.5 — Sector de Gestão de Redes de Drenagem e Distribuição e Infraestruturas Complementares;
4.2.2.6 — Sector de Higiene Urbana e Ambiente.
4.3 — Divisão de Arquitectura e Planeamento Urbanístico
4.3.1 — Secção de Projectos e Planeamento
4.3.2 — Secção de Sistemas de Informação Geográfica e Topografia
5 — Departamento de Acção Social, Educação, Cultura e Desporto
5.1 — Divisão de Acção Social
5.1.1 — Secção de Acção Social
5.1.1 — Sector de Acção Social e Acompanhamento de Famílias
5.1.2 — Sector de Habitação Social
5.1.3 — Sector de Planeamento, Projectos e Parcerias
5.2 — Divisão de Educação, Cultura e Desporto
5.2.1 — Secção de Educação
5.2.1.1 — Sector de Equipamentos Escolares
5.2.1.2 — Sector de Estudos e Planeamento
5.2.1.3 — Sector de Acção Social Escolar
5.2.1.4 — Sector de Projectos Socioeducativos
5.2.1.5 — Sector de Monitorização Interna dos Serviços
5.2.1.6 — Sector de Psicologia
5.2.2 — Secção de Cultura e desporto
5.2.2.1 — Sector da Cultura
5.2.2.2 — Sector de Turismo
5.2.2.3 — Sector do Desporto

CAPÍTULO II

Princípios e Métodos de Gestão e Planeamento

Artigo 6.º

Princípios Gerais de Gestão

A gestão municipal desenvolve-se num quadro jurídico-legal aplicável à administração local, no qual são adoptados critérios e procedimentos de uma gestão global, moderna e flexível, no sentido da racionalização de recursos e potenciação do desenvolvimento do concelho.

Neste sentido a base da gestão municipal reside nos seguintes princípios:

a) No princípio da gestão por objectivos;
b) No princípio da liderança pelo planeamento e consequente subordinação da gestão económico-financeira aos objectivos municipais reflectidos nos planos plurianuais de investimentos;
c) No controlo de execução das actividades e a continua avaliação no desempenho;
d) Flexibilização estrutural de tarefas e a coordenação intra e inter-departamental;
e) Princípio da descentralização de serviços e delegação de competências;

Artigo 7.º

Planeamento

1 — Os objectivos municipais serão prosseguidos com base em planos globais e sectoriais definidos pelos órgãos municipais.
2 — Entre outros instrumentos de planeamento e programação serão considerados:

a) Carta Estratégica – que define a estratégia de desenvolvimento do município;
b) O Plano Director Municipal — que define as bases para a elaboração dos planos e programas de actividades;
c) Os Planos Plurianuais e programas anuais — que sistematizarão objectivos, programas e projectos e acções da actividade municipal a realizar durante um determinado período; e
d) O Orçamento anual — que representa os recursos financeiros e a sua vinculação aos objectivos e metas a atingir e serão distribuídas de acordo com a classificação orçamental previamente aprovada pelos órgãos municipais;

Artigo 8.º

Critérios Organizacionais e de Funcionamento

1 — A organização estrutural dos serviços deve ser flexível e adequada às necessidades dos serviços, determinadas pelos objectivos municipais;
2 — A organização deve assentar numa efectiva, descentralização e delegação de competências de serviços, de procedimentos de funcionamento, do equipamento e da decisão;
3 — Os serviços devem adoptar sistemas informáticos modernos e seguros no tratamento da informação a par de uma actividade eficiente e moderna que contribuam para a transparência e a celeridade necessária ao serviço prestados aos munícipes;

Artigo 9.º

Gestão Financeira

1 — A gestão financeira deverá ser rigorosamente centralizada e subordinada à necessidade da plena e coerente realização das actividades planeadas;
2 — O reforço da capacidade financeira constitui um dever de todos os serviços, tanto na perspectiva da redução de despesas de estrutura e funcionamento como no aumento das receitas. Neste sentido os dirigentes são responsáveis pela apresentação de tabelas de taxas municipais aos custos reais dos serviços prestados.
3 — Os serviços deverão promover ainda com vista ao reforço financeiro:

a) Aproveitar ao máximo as fontes de financiamento disponíveis no âmbito de programas centrais, regionais e comunitários;
b) A responsabilização de terceiros por danos causados em infra-estruturas e equipamentos municipais;
c) Desenvolvimento de formas de financiamento social de actividades, designadamente nas áreas da animação cultural e da acção social.

Artigo 10.º

Gestão de Recursos Humanos

1 — Os recursos humanos são um factor crítico para o sucesso, eficiência e eficácia da acção municipal;
2 — A formação e valorização profissional dos trabalhadores municipais constituem a chave para o sucesso do processo e inovação;
3 — A criação de um ambiente de motivação, de espírito de disciplina e de avaliação de desempenho e progressão de carreiras.

Artigo 11.º

Diálogo, Participação e Informação

1 — A participação da comunidade na vida municipal será assegurada através do diálogo entre o município e as populações e os agentes sociais e económicos que operam nas diversas áreas de actividade;
2 — A participação dos funcionários municipais, na concepção, coordenação e execução das decisões municipais;
3 — A promoção de melhor informação ao público sobre a actividade municipal e a valorização social da actuação dos serviços e do município.

CAPÍTULO III

Atribuições das Unidades Orgânicas Estruturais

SECÇÃO I

Unidades de Assessoria e Apoio Técnico-Administrativo

Serviços de Apoio à Presidência e Vereação

Artigo 12.º

Gabinete de Apoio à Presidência

São atribuições do Gabinete de Apoio à Presidência, assegurar o apoio administrativo necessário ao desempenho da actividade do Presidente da Câmara, nomeadamente:

a) Secretariar o Presidente da Câmara, nomeadamente no que se refere ao atendimento do público e marcação de contactos com entidades externas;
b) Preparar contactos exteriores do Presidente, fornecendo os elementos que permitam a sua documentação prévia;
c) Elaborar, encaminhar o expediente e organizar o arquivo sectorial da presidência;
d) Registar e promover a divulgação dos despachos, ordens de serviço e outras decisões do Presidente da Câmara;
e) Apoiar e secretariar as reuniões interdepartamentais e outras em que participe o Presidente da Câmara;
f) Assegurar as demais tarefas que lhe sejam cometidas pelo Presidente da Câmara.

Artigo 13.º

Gabinete de Atendimento e Relações Públicas

1 — Promover junto da população, especialmente a do concelho, e demais instituições, a imagem do município enquanto instituição aberta e ao serviço exclusivo da comunidade;
2 — Promover a melhor informação aos munícipes sobre posições e as actividades do município face às necessidades do desenvolvimento harmonioso do concelho e aos problemas concretos da população;
3 — Assegurar as funções do protocolo nas cerimónias e actos oficiais do Município;
4 — Promover e colaborar no Boletim Municipal;

Artigo 14.º

Gabinete de Protecção Civil

1 — Assegurar a articulação e colaboração com o Serviço Nacional de Protecção civil;
2 — Secretariar as reuniões da Comissão Municipal de Protecção Civil e dar adequado encaminhamento às correspondentes decisões;
3 — Promover a elaboração do Plano de Actividades de Protecção Civil, bem como a elaboração e revisão de planos de emergência específicos, cobrindo as situações de maior risco no concelho;
4 — Coordenar o sistema operacional de intervenção de protecção civil, assegurando a comunicação com os órgãos municipais e outras entidades públicas e privadas;
5 — Promover a informação e sensibilização dos cidadãos relativamente às questões da protecção civil;

Artigo 15.º

Gabinete Médico Veterinário

1 — Apoiar os munícipes no seu relacionamento com o município ao nível do atendimento e informação geral quanto ao tratamento de assuntos do seu interesse;
2 — O Gabinete Médico Veterinário é dirigido pelo médico veterinário municipal, que no âmbito da sua acção lhe compete prestar toda a colaboração, assegurar toda a informação que lhe seja solicitada, coordenar e promover todas as acções necessárias nas áreas da sua competência — higiene pública veterinária, sanidade animal, inspecção, controlo e fiscalização higieno-sanitária, profilaxia e vigilância epidemiológica e na colaboração e coordenação inter e intra-institucional;
3 — Fazer a fiscalização sanitária de mercados e feiras, exposições ou concursos de animais;
4 — Fazer cumprir as disposições legais constantes do Decreto-Lei n.º 116/ 98, de 5 de Maio, nomeadamente as competências e deveres do Médico veterinário municipal;
5 — Entregar mensalmente ao Presidente da Câmara um relatório das actividades desenvolvidas no âmbito do concelho onde constem as situações irregulares detectadas e diligências tomadas para a resolução e ou proposta de procedimento a adoptar nessas situações;
6 — Promover a vistoria aos veículos para verificação das condições higio-sanitárias, em cumprimento das disposições legais ou regulamentares

Artigo 16.º

Gabinete de Planeamento Estratégico

São atribuições gerais do gabinete:

1 — Recolher e tratar informações (demográficas, sociológicas, económicas e culturais) e proceder aos estudos necessários ao suporte de decisões municipais em relação ao desenvolvimento social, económico e cultural do concelho;
2 — Elaborar e promover a incrementação de planos e projectos de desenvolvimento com base num conhecimento aprofundado da situação, nas orientações políticas definidas e nos interesses e dinâmica social e económica da sociedade civil;
3 — Colaborar, monitorizar e assegurar a revisão do PDM quando necessário;
4 — Promover, em cooperação com estruturas públicas centrais ou regionais, agentes económicos do concelho e associações empresariais, iniciativas promocionais e programas de incentivo e apoio ao desenvolvimento de iniciativas empresariais de fomento ao emprego e à dinamização da economia local;
5 — Promover e apoiar o artesanato regional com a criação de centros de aprendizagem, realização de certames e promoção do mesmo ao nível local e nacional;
6 — Promover e dinamizar as potencialidades turísticas do concelho.

Artigo 17.º

Gabinete de Actos Eleitorais, Referendários e Recenseamento Eleitoral

Compete ao Gabinete assegurar a organização, a coordenação, a execução e o acompanhamento de tarefas, acções e procedimentos administrativos, referentes a todos os processos de actos eleitorais, referendários e de recenseamento eleitoral, nomeadamente funções legalmente atribuídas a Câmara Municipal.
Actos Eleitorais e Referendários:

a) Efectuar o esclarecimento de dúvidas aos intervenientes nas operações relativas ao processo eleitoral;
b) Assegurar a distribuição de espaços especialmente destinados à afixação de propaganda eleitoral e de recintos para a realização de campanha eleitoral, de forma equitativa por todas as listas concorrentes;
c) Promover a publicação das listas e a desistência das mesmas;
d) Promover a publicação dos desdobramentos das assembleias de voto;
e) Promover a publicação dos locais de funcionamento das assembleias ou secções de voto e o número de inscrição no recenseamento eleitoral dos cidadãos eleitores que nelas votam;
f) Efectuar o processo de designação de delegados/suplentes das listas;
g) Assegurar o processo relativo à nomeação/designação dos membros das mesas de voto e substituição dos mesmos;
h) Lavrar e publicitar os alvarás de nomeação dos membros das mesas de voto e comunicar aos mesmos a respectiva nomeação;
i) Promover a impressão e empacotamento dos boletins de voto, no caso em que a legislação o determine e assegurar a sua distribuição e entrega de acordo com a legislação em vigor;
j) Assegurar o voto antecipado em todas as suas modalidades e lavrar as respectivas actas das operações efectuadas;
k) Assegurar a preparação, distribuição e entrega de documentos, impressos e material de apoio à condução do acto eleitoral ou referendário;
l) Recolha e encaminhamento do material eleitoral proveniente das mesas de voto;
m) Apuramento local com base nos resultados provenientes das mesas de voto;
n) Assegurar a publicação da composição da assembleia de apuramento geral, tratando-se da eleição dos órgãos das Autarquias Locais;
o) Colaborar com os trabalhos da assembleia de apuramento geral;
p) Identificação e registo dos eleitos locais;
q) Colaborar na instalação dos Órgãos Autárquicos;
r) Promover a transferência de verbas para as freguesias de acordo com o estabelecido na legislação eleitoral;
s) Desenvolver o processo de compensação dos membros das mesas das assembleias/secções de voto;
t) Promover o processo de constituição de bolsas de agentes eleitorais.

u) Assegurar a manutenção, distribuição, colocação, montagem e recolha do equipamento eleitoral – urnas e câmaras de voto.

Recenseamento Eleitoral:

a) Coordenação e apoio local das operações do recenseamento eleitoral;
b) Distribuição de impressos;
c) Promover a transferência de verbas para as freguesias de acordo com o estabelecido na Lei do recenseamento eleitoral.

Artigo 18.º

Gabinete de Gestão de Fundos Estruturais Europeus e Nacionais

Compete ao Gabinete de Fundos Estruturais Europeus e Nacionais:

a) Informar sobre a legislação aplicável aos Fundos Estruturais Europeus e Nacionais;
b) Informar sobre os procedimentos a adoptar no âmbito de processos de candidatura;
c) Informar sobre o tipo de programas, modalidades de formalização de candidatura bem como da proposta de utilização de fundos;
d) Coordenar e gerir programas de aplicação de fundos estruturais, europeus e nacionais;
e) Programar a apresentação de candidaturas de projectos municipais, dentro do quadro vigente;
f) Arquivo e sistematização de toda a legislação, nomeadamente directivas e normativas nacionais;
g) Elaborar e formalizar processos de candidaturas de projectos municipais a fundos comunitários de acordo com os programas e planos plurianuais de actividades;
h) Acompanhamento da execução da obra e elaboração de Pedidos de Pagamento às entidades respectivas;
i) Colaborar na execução do Plano de Actividades, fornecendo os elementos necessários para a execução deste;

Artigo 19.º

Conselho Municipal de Segurança

Compete ao Conselho Municipal de Segurança dar parecer sobre:

a) A evolução dos níveis de criminalidade da área do município;
b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança do município;
c) Os resultados da actividade municipal de protecção civil e de combate aos incêndios;
d) As condições materiais e os níveis humanos empregues nas actividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;
e) A situação sócio-económica municipal;
f) O acompanhamento e apoio das acções dirigidas em particular, à prevenção da toxicodependência e a análise da incidência social do tráfico de droga;
g) O levantamento de situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelam de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção;

Artigo 20.º

Gabinete de Auditoria Interna

Compete ao Gabinete de Auditoria Interna:

a) Proceder a avaliações sectoriais ou de âmbito geral da actividade dos Serviços, com vista à detecção de disfuncionalidades ou de anomalias geradoras de ineficiências;
b) Com propósitos de natureza pedagógica, proceder à avaliação crítica de situações concretas suscitadas na actividade dos serviços, de forma a aferir a maior ou menor adequação das soluções encontradas;
c) Apresentar recomendações com o objectivo de corrigir as situações negativas encontradas;

SECÇÃO II

Unidades instrumentais

Artigo 21.º

Departamento Jurídico Administrativo

1 — O Departamento Jurídico Administrativo é dirigido pelo director de departamento municipal, directamente dependente do presidente da Câmara.
2 — Do Departamento Jurídico Administrativo fazem parte:
2.1 — Divisão de Assuntos Jurídicos;
2.2 — Divisão Administrativa

Artigo 22.º

Competências do Director de Departamento Jurídico Administrativo

1 — Supervisionar as divisões Administrativa e de Assuntos Jurídicos, chamando a si os assuntos de maior complexidade;
2 — Dar parecer final sobre as informações prestadas pelos técnicos inseridos no departamento, em ordem a submetê-las à apreciação do órgão decidente.

Artigo 23.º

Divisão de Assuntos Jurídicos

1 — A Divisão de Assuntos Jurídicos é dirigida por um chefe de Divisão, a quem cabe dirigir e coordenar os respectivos serviços.
2 — A Divisão de Assuntos Jurídicos compreende:
2.1 — Secção de Apoio aos Assuntos Jurídicos
2.1.1 — Sector de Contencioso
2.2 — Secção de Contra-Ordenações
2.3 — Secção de Contractos, Notariado e Actas
3 — À Divisão de Assuntos Jurídicos compete:

a) Participar na elaboração de propostas de novas normas, regulamentos e posturas, bem como nas propostas de alterações das vigentes, por forma a manter actualizado o ordenamento jurídico municipal em face dos planos aprovados, nas deliberações tomadas e dos diplomas legais de hierarquia superior, para o que consultará se for caso disso, os serviços municipais a que o assunto respeite;
b) Apoiar a Câmara Municipal na análise e interpretação das normas, posturas e regulamentos municipais em vigor;
c) Assegurar a elaboração da colectânea de posturas municipais;
d) Apoiar juridicamente o Presidente da Câmara quando este represente o município em juízo;
e) Coordenar, sempre que necessário, as informações dos diferentes serviços por forma a permitir ao Presidente da Câmara o exercício da competência própria ou delegada;
f) Apoiar juridicamente os Serviços administrativos no aceite de doações e legados de heranças e benefícios de inventário;
g) Emitir pareceres jurídicos que lhe sejam solicitados pelos restantes serviços municipais;
h) Assegurar e concorrer para o aperfeiçoamento técnico-jurídico dos actos administrativos municipais.

Artigo 24.º

Secção de Apoio aos Assuntos Jurídicos

À secção de apoio aos assuntos jurídicos compete colaborar com a respectiva divisão no acompanhamento dos processos respeitantes às matérias dirigidas e coordenadas por esta.
A Secção de Apoio aos Assuntos Jurídicos contempla o Sector de Contencioso

Artigo 25.º

Sector de Contencioso

Compete ao sector de contencioso:

a) Promover a defesa contenciosa dos interesses do município, obtendo em tempo útil, todos os elementos necessários existentes nos serviços e propondo, em conjugação com os mandatários judiciais, nomeadamente, as medidas necessárias ao cumprimento das decisões judiciais transitadas em julgado;
b) Assegurar a representação forense do município e dos seus órgãos, bem como dos titulares destes órgãos, por actos legitimamente praticados no exercício das respectivas funções e por força destas, e em que se prove que não tenha havido actuação dolosa ou negligente;
c) Acompanhar e manter a Câmara informada sobre as acções e recursos em que o município seja parte, divulgando informação periódica sobre a situação pontual em que se encontram;
d) Praticar em juízo, através de advogado constituído ou, se for caso disso, através de solicitador, mediante despacho do Presidente da Câmara, todos os actos que se tornem necessários à defesa judicial dos interesses do município;

Artigo 26.º

Secção de Contra-Ordenações

Compete à secção de Contra-Ordenações:

a) Instruir os processos de contra-ordenação;
b) Assegurar as ligações funcionais com outros serviços intervenientes na orientação, condução e execução de processos, assuntos e tarefas comuns, de um modo especial com os serviços de origem dos processos;

c) Organizar e acompanhar, em todos os seus tramites, os processos de contra-ordenação em que a aplicação de coimas caiba à Câmara Municipal, procedendo à respectiva instrução sempre que esta, nos termos legais, lhe seja superiormente cometida;
d) Efectuar as diligências necessárias e solicitadas por outras entidades competentes.

Artigo 27.º

Secção de Contratos, Notariado e Actas

Compete à secção de Contratos, Notariado e Actas:

a) Analisar, instruir e propor minutas de todos os contratos em que o município seja parte ou tenha interesse;
b) Enviar todos os contratos à contabilidade, para cabimento dos mesmos;
c) Recolha de documentos, informações e parecer solicitados pelos membros dos órgãos municipais;
d) Preparar e distribuir as ordens de trabalho e documentação anexa para as reuniões dos vários órgão municipais;
e) Elaborar todo o expediente externo e interno referente às reuniões de Câmara e Assembleia Municipal;
f) Assistir às reuniões da Câmara e subscrever e assinar as respectivas actas;
g) Apoiar os órgãos do município e organizar o sumário das actas das reuniões;
h) Lavrar as actas da Câmara Municipal e promover a sua agregação em volumes encadernados dotados da necessária segurança e guarda em arquivo;
i) Passar certidões e fotocópias, mediante despacho superior;
j) Elaborar o registo e relação de escrituras, bem como promover o seu envio às entidades competentes;
k) Elaborar a relação dos actos sujeitos a sisa, ou dela isentos e promover o seu envio à Repartição de Finanças do Concelho;
l) Assegurar o expediente relativo às adjudicações sujeitas a contratos;
m) Organizar e remeter os processos que se destinam ao Tribunal de Contas;
n) Expedir fotocópias e passar certidões notariais;

Artigo 28.º

Divisão Administrativa

1 — A Divisão Administrativa é dirigida por um chefe de Divisão, a quem cabe dirigir e coordenar os respectivos serviços.
2 — A Divisão Administrativa compreende:
2.1 — Secção de Recrutamento
2.2 — Secção de Gestão de Carreiras e Formação
2.3 — Secção de Processamento de vencimentos
2.4 — Secção de Expediente e Arquivo
2.5 — Sector de Actividades Auxiliares
Compete à Divisão Administrativa:

a) Programar, coordenar e controlar as actividades da Divisão Administrativa, submetendo à Câmara propostas devidamente fundamentadas;
b) Propor a adopção de medidas técnico-administrativas tendentes a simplificar e racionalizar métodos e processos de trabalho;
c) Realizar as acções aprovadas pela Câmara nos domínios da sua intervenção;
d) Coordenar a actividade das secções de Recursos Humanos e Expediente e Arquivo;
e) Programar e coordenar os processos de recrutamento, selecção, formação profissional, saúde, higiene e segurança no trabalho;
f) Assegurar a organização do arquivo de documentação da Câmara;
g) Certificar os factos e actos que constem dos arquivos municipais, sem prejuízo da competência nesta matéria confiada a outros serviços;
h) Coordenar a recepção, classificação, distribuição e expedição de documentos, nos prazos previstos;
i) Exercer as funções de delegado da Direcção Geral dos Espectáculos;

Artigo 29.º

Secção de Recrutamento

Compete à secção de Recrutamento:

a) Promover o desenvolvimento dos processos de recrutamento, selecção, provimento, mobilidade, aposentação e cessação de funções do pessoal;
b) Prestar o apoio administrativo necessário aos júris dos concursos e dos processos de contratação;
c) Colaborar na definição de perfis, métodos e critérios de selecção;
d) Preparar a elaboração de contratos de pessoal, qualquer que seja a sua natureza;
e) Preparar o acolhimento dos novos trabalhadores;
f) Manter actualizado o quadro de pessoal;
g) Exercer as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou despacho superior.

Artigo 30.º

Secção de Gestão de Carreiras e Formação

Compete à secção de Gestão de Carreiras e Formação:

a) Fazer executar as deliberações camarárias ou decisões do Presidente da Câmara, relativas aos recursos humanos;
b) Promover a elaboração das listas de antiguidade e proceder à sua afixação;
c) Promover os procedimentos relativos à organização e alteração do quadro de pessoal dos diferentes serviços municipais e respectivas carreiras;
d) Organizar e manter actualizados os processos individuais dos trabalhadores;
e) Elaborar o mapa de férias do pessoal, bem como informar os serviços do número de férias que cada um tem direito a gozar em cada ano;
f) Promover a verificação de faltas e licenças por doença, e assegurar o expediente relativo a Juntas Médicas;
g) Assegurar a formação profissional dos trabalhadores do município;
h) Organizar e apoiar as actividades de formação planeadas e assegurar todos os procedimentos administrativos para a sua concretização;
i) Divulgar a realização de eventos de formação externa (colóquios, seminários, cursos, conferências) emitidos pelos diversos serviços e promover adequado procedimento administrativo;
j) Assegurar o atendimento e esclarecimento dos funcionários;
k) Apoiar a instrução de processos de inquérito, disciplinares e outros;
l) Assegurar e manter actualizado o cadastro do pessoal;
m) Organizar o registo e controlo de pontualidade e assiduidade;
n) Promover as acções necessárias ao processo de avaliação do desempenho do pessoal da Câmara Municipal;
o) Colaborar com os serviços de saúde, higiene e segurança no trabalho;
p) Executar todo o expediente relativo aos acidentes de trabalho;
q) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas por lei ou despacho superior;

Artigo 31.º

Secção de Processamento de Vencimentos

Compete à secção de Processamento de Vencimentos:

a) Organizar os dados e promover o processamento de vencimentos, abonos, prestações suplementares e de outras remunerações de igual cariz devidas por serviços prestados ao município;
b) Elaborar os mapas e relações de descontos enviando-os às entidades destinatárias dentro dos prazos legais;
c) Instruir todos os processos referentes às prestações sociais dos funcionários, nomeadamente, relativos a abono de família, prestações complementares, ADSE, e Caixa Geral de Aposentações;
d) Fazer cumprir as obrigações fiscais a que os trabalhadores estão sujeitos, de acordo a lei e directamente relacionadas com o município;
e) Controlar os processos de seguro do pessoal e dos autarcas;
f) Fornecer os elementos necessários à previsão orçamental das despesas com pessoal;
g) Recolher e tratar dados para fins estatísticos de gestão, relativos a encargos salariais, designadamente, trabalho extraordinário e nocturno, ajudas de custo, comparticipações na doença, acidentes de trabalho e abonos complementares;
h) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas por lei ou despacho superior;

Artigo 32.º

Secção de Expediente e Arquivo

1 — Ao Expediente compete:

a) Executar tarefas inerentes à recepção, classificação e expedição da correspondência e outros documentos nos prazos previstos e posteriormente proceder ao seu arquivo nos respectivos processos;

b) Registar as exposições, recursos, requerimentos, reclamações, autos de notícia, autos de transgressão e informações;
c) Recolha de documentos, informações e parecer solicitados pelos membros dos órgãos municipais;
d) Preparar e distribuir as ordens de trabalho e documentação anexa para as reuniões dos vários órgão municipais;
e) Remeter ao arquivo geral no fim de cada ano os processos que tenham sido objecto de decisão final;
2 — Ao Arquivo compete:

a) Superintender no arquivo geral do município e propor a adopção de plano adequado de arquivo;
b) Estabelecer, mediante acordo com os responsáveis pelos restantes serviços municipais, a periodicidade e formas de entrega dos documentos no arquivo;
c) Arquivar, depois de catalogados, todos os documentos, livros e processos que lhe sejam remetidos pelos diversos serviços do município;
d) Promover e organizar as encadernações do Diário da Republica;
e) Propor, logo que decorridos os prazos estipulados por lei, a inutilização de documentos.

Artigo 33.º

Sector de Actividades Auxiliares

Ao sector de Actividades Auxiliares compete:

a) Assegurar a recepção do público e encaminhá-lo ao serviço adequado;
b) Afixar editais, anúncios, avisos e outros documentos, nos locais a esse fim destinados;
c) Fotocopiar os documentos solicitados pelos diferentes serviços do município;
d) Promover o funcionamento das comunicações telefónicas e gerir a central telefónica;
e) Hastear as bandeiras nos locais próprios aos domingos, feriados e outros dias assinalados;
f) Promover a limpeza e o arranjo das instalações, mobiliário e equipamento;

Artigo 34.º

Competências do Departamento Financeiro

Compete ao Departamento superintender no desempenho das tarefas ligadas ao planeamento anual das actividades do município, à gestão financeira, patrimonial e ao aprovisionamento, e em geral coordenar e dirigir as unidades orgânicas que o constituem.

Artigo 35.º

Competências do Director de Departamento Financeiro

1 — Compete ao Director de Departamento:

a) Colaborar no planeamento municipal, designadamente na elaboração dos planos plurianuais, dos orçamentos e outros instrumentos de gestão financeira;
b) Proceder a estudos prévios, propor e proceder a operações financeiras ao nível da aplicação de disponibilidades e da gestão da carteira de empréstimos, visando a optimização dos recursos;
c) Elaborar estudos de natureza económico-financeira que fundamentem as operações de crédito;
d) Elaborar análises económico-financeiras no âmbito dos concursos de empreitadas e aquisição de bens e serviços promovidos pela autarquia;
e) Assegurar o conhecimento dos mecanismos de Financiamento de Fundos Europeus e Nacionais, elaborando as propostas de candidatura e garantindo os procedimentos necessários à sua concretização;

2 — No âmbito do departamento funcionará o sector de Execuções Fiscais, sob a responsabilidade do funcionário designado para o efeito nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do Dec-Lei 247/87, de 17 de Junho.

Artigo 36.º

Divisão Gestão Financeira

1 — A Divisão Gestão Financeira é dirigida por um chefe de Divisão, a quem cabe dirigir e coordenar os respectivos serviços.
2 — A Divisão Financeira compreende:
2.1 — Secção de Compras
2.2 — Secção de Mercados Públicos
2.3 — Secção de Património
2.4 — Secção de Contabilidade Patrimonial
2.5 — Secção de Contabilidade Orçamental
2.6 — Secção de Contabilidade de Custos
2.7 — Secção de Fundos Estruturais Europeus e Nacionais
2.8 — Tesouraria
2.9 — Sector de Execuções Fiscais
2.10 — Sector de Informática
2.11 — Secção de Taxas e Licenças
2.11.1 — Sector de Cemitérios
2.11.2 — Sector de Feiras e Mercados
2.11.3 — Sector de Metrologia
2.11.4 — Sector de Fiscalização
2.12 — Secção de águas e saneamento
2.12.1 — Sector Comercial
2.12.2 — Fiscalização
2.12.3 — Posto de Tesouraria

Compete à Divisão de Gestão Financeira:

a) Organizar e promover o controlo de execução das actividades da Divisão de Gestão Financeira;
b) Assegurar a gestão das finanças e contabilidade do município;
c) Garantir a organização da conta de Gerência e o relatório de Actividades do Município;
d) Gerir os aprovisionamentos e o Património municipal;
e) Gerir a carteira de seguros;
f) Acompanhar e fiscalizar o funcionamento da tesouraria;
g) Garantir a cabimentação prévia de documentos representativos de compromisso por parte do município, designadamente os sujeitos a visto do Tribunal de Contas;
h) Assegurar a realização de estudos técnicos previsionais sobre meios financeiros e avaliação da situação económica;
i) Organizar os processos para obtenção de crédito e garantias junto das instituições financeiras e proceder ao respectivo acompanhamento contabilístico;
j) Garantir a remessa dos documentos de gestão aos órgãos municipais e a outras entidades, para efeitos de aprovação;
k) Elaborar e manter actualizados estudos sobre as actividades desenvolvidas pela divisão que possibilitem a tomada de decisão fundamentada sobre acções a empreender e prioridades a considerar na elaboração do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento;
l) Assegurar a elaboração de estudos de carácter económico-financeiro.

Artigo 37.º

Secção de Compras

Compete à secção Compras:

a) Proceder à emissão de requisições, mediante autorização, e o envio das mesmas aos fornecedores;
b) Recepcionar as facturas e efectuar o registo das mesmas;
c) Promover a conferência das facturas, e entregar as mesmas na contabilidade;
d) Efectuar os procedimentos, de forma a que os fornecimentos sejam efectuados de forma atempada.

Artigo 38.º

Secção de Mercados Públicos

Compete à secção de Mercados Públicos:

a) Assegurar as actividades de aprovisionamento de bens e serviços necessários à actividade municipal, de acordo com critérios de gestão económica racional;
b) Proceder às acções prévias necessárias às consultas e ou concursos para aquisição de materiais, nas modalidades e procedimentos legalmente impostos, e acompanhar o processo nas diferentes fases;
c) Proceder, mediante prévia autorização, ao lançamento dos concursos para fornecimento de bens e serviços;
d) Recepção e acolhimento de oferta de bens e serviços;
e) Registar os contratos elaborados pelos diferentes serviços municipais, para fornecimento de bens e serviços.

Artigo 39.º

Secção de Património

Compete à secção do Património:

a) Organizar e manter actualizado o inventário de bens móveis e imóveis pertencentes ao município, mantendo sempre actualizados os respectivos ficheiros;
b) Promover a inscrição nas matrizes prediais e na conservatória do registo predial de todos os bens imobiliários do município;

c) Controlar os processos de seguros de edifícios e viaturas bem como o seu processamento;
d) Emitir guias de cobrança de rendas de propriedade
e) Proceder às operações de abate e alienação de bens patrimoniais, quando se encontrem deteriorados.

Artigo 40.º

Secção de Contabilidade Patrimonial

É da competência da secção de contabilidade Patrimonial:

a) Efectuar todo o movimento e escrituração da contabilidade municipal, de acordo com as normas legais;
b) Colaborar no controlo de execução das actividades do Departamento de Administração Geral e da Divisão de Gestão Financeira;
c) Garantir a contabilização e entrega do IVA e das demais receitas cobradas por operações de tesouraria;
d) Remeter ao Tribunal de Contas, à Contabilidade Pública e aos departamentos centrais ou regionais os elementos obrigatórios por lei;
e) Manter devidamente organizado o arquivo e toda a documentação das gerências findas;
f) Colaborar em estreita colaboração com o Património e registar neste de acordo com a lei, todas os movimentos na classe de Imobilizados;

Artigo 41.º

Secção de Contabilidade Orçamental

É da competência da secção de contabilidade Orçamental:

a) Colaborar no controlo de execução das actividades do Departamento de Administração Geral e da Divisão de Gestão Financeira;
b) Promover a elaboração da conta de Gerência e relatório de actividades, proceder às respectivas conferências e assegurar a sua remessa às entidades competentes;
c) Colaborar na concretização dos procedimentos relativos à derrama, IMI, empréstimos, subsídios ou outras receitas fiscais que eventualmente venham a ser cometidos ao município e que, pela sua natureza, não digam directamente respeito a outro serviço municipal;
d) Proceder ao controlo do cumprimento dos contractos de empréstimo, locação financeira ou outros de idêntica natureza;
e) Promover a cabimentação das despesas consequentes de empreitadas e de fornecimentos de bens ou serviços, incluindo pessoal, cativando as respectivas verbas logo que haja despacho ou deliberação para o efeito;
f) Promover a regularização das despesas, superiormente autorizadas, e das receitas legalmente devidas e manter actualizados os registos contabilísticos;
g) Conferir o diário e o resumo diário de tesouraria e proceder à correspondente escrituração;
h) Conferir e promover a regularização das anulações e dos fundos permanentes, nos prazos legais;
i) Controlar os documentos de receita virtual e demais existências em tesouraria;
j) Processar a liquidação e controlo das receitas provenientes de outras entidades, designadamente, Transferências Correntes e de Capital, Participação e receitas do Estado, rendimento de bens de propriedade e de bens e serviços e outras receitas;
f) Colaborar nos balanços à Tesouraria;
g) Remeter ao Tribunal de Contas, à Contabilidade Pública e aos departamentos centrais ou regionais os elementos obrigatórios por lei;
h) Emitir certidões das importâncias entregues pela Câmara municipal a outras entidades;
i) Cabimentar as requisições devidamente autorizadas ou quaisquer outros documentos ou acções geradoras de despesa;
j) Efectuar o processamento, a liquidação e o pagamento de todas as despesas depois de devidamente autorizadas;
k) Proceder ao controlo de prazos e valores das prestações a efectuar, em tempo pagamento das despesas creditadas em conta e relativo a empréstimos, locações financeiras ou outros;
l) Fornecer os elementos necessários à preparação dos Planos Plurianuais e orçamentos municipais, respectivas alterações e revisões, coligindo todos os elementos necessários;
m) Manter devidamente organizado o arquivo e toda a documentação das gerências findas;
n) Colaborar em estreita colaboração com o Património e registar neste de acordo com a lei, todas os movimentos na classe de Imobilizados;
o) Remeter aos fornecedores e outras entidades os cheques relativos a pagamentos efectuados, exigindo e controlando a remessa dos respectivos recibos.

Artigo 42.º

Secção de Contabilidade de Custos

É da competência da secção de contabilidade Custos:

a) Identificar os centros de custo conforme a sua natureza;
b) Imputar todos os custos do Município;
c) Efectuar mapas mensais que permitam o apuramento de custo por centro de custo;
d) Efectuar todo o movimento e escrituração da contabilidade municipal, de acordo com as normas legais;
e) Colaborar na elaboração da conta de Gerência e relatório de actividades, proceder às respectivas conferências.

Artigo 43.º

Secção de Fundos Estruturais Europeus e Nacionais

Compete à Secção de Fundos Estruturais Europeus e Nacionais:

a) Elaborar e formalizar processos de candidatura de projectos municipais a fundos comunitários e nacionais de acordo com os regulamentos específicos;
b) Organizar e efectuar os pedidos de pagamento para os projectos aprovados;
c) Controlar a recepção de verbas conforme os pedidos de pagamento efectuados;
d) Manter os dossiês de candidatura actualizados, de acordo com os regulamentos;
e) Efectuar o encerramento dos projectos financiados, junto das entidades competentes.

Artigo 44.º

Tesouraria

1 — A tesouraria é dirigida pelo Coordenador Técnico designado para o efeito.
2 — Compete à Tesouraria:

a) Arrecadar todas as receitas virtuais e eventuais, incluindo juros de mora e outras taxas suplementares;
b) Manter, devidamente escriturados, os livros de tesouraria e cumprir as disposições legais e regulamentares sobre contabilidade municipal;
c) Controlar as cobranças decorrentes da actividade da autarquia, efectuando aquelas cuja cobrança lhe seja especialmente atribuída;
d) Efectuar o pagamento de todas as despesas, depois de devidamente autorizadas;
e) Transferir para a fazenda pública ou outras entidades, as importâncias devidas, uma vez recebida a necessária ordem de pagamento;
f) Entregar diariamente, na secção de Contabilidade o resumo diário de tesouraria, folha de caixa, os documentos de despesa, de receita, e caso existam os títulos de anulação e guias de reposição;
g) Colaborar nos termos da lei, na elaboração dos balanços trimestrais, anuais e de transição;
h) Manter devidamente informado o chefe de divisão financeira sobre qualquer anomalia dos serviços de Tesouraria;

3 — Da tesouraria faz parte o posto de Tesouraria das Águas (ver artigo 54.º)

Artigo 45.º

Sector de Execuções Fiscais

Compete ao sector de Execuções Fiscais:

a) Instaurar e promover o andamento de processos de execução fiscal;
b) Instaurar e promover o andamento dos processos de reclamação sobre a liquidação de impostos, taxas e mais valias;
c) Promover a cobrança coerciva das dívida ao município, provenientes de impostos, taxas e mais valias;
d) Organizar e manter à sua guarda o arquivo de processos pendentes;
e) Elaborar verbetes sobre o movimento dos processos e promover a sua ordenação e actualização;

Artigo 46.º

Sector de Informática

Compete ao sector de informática:

a) Participar na definição e assegurar a coordenação técnica dos sistemas de informação existentes no município;

b) Promover formação aos funcionários no sentido de poderem utilizar com a máxima eficiência as aplicações informáticas com que trabalham;
c) Assegurar a gestão da rede interna exercendo funções de administração de sistemas e de dados e a definição da sua arquitectura;
d) Contemplar projectos de expansão e adequação às necessidades funcionais de cada serviço;
e) Planear, apoiar e controlar os projectos informáticos nas fases de concepção geral, análise, desenvolvimento e arranque;
f) Proceder à manutenção e tratamento regular de informação existente de forma a mantê-la normalizada e consistente.

Artigo 47.º

Secção de Taxas e Licenças

1 — A chefia da Secção de Taxas e Licenças é assegurada por um chefe de secção a quem cabe coordenar os respectivo serviços.
2 — À secção de Taxas e Licenças compete:

a) Emitir e escriturar as respectivas licenças;
b) Liquidar impostos, taxas, licenças e demais rendimentos do município e passar a registar as respectivas licenças e guias de receita;
c) Fiscalizar o cumprimento das posturas e regulamentos, respeitantes à cobrança de impostos e rendimentos municipais, dirigindo os trabalhos dos agentes de fiscalização;
d) Promover a execução do recenseamento militar e todo o expediente com ele relacionado;
e) Organizar todos os processos relacionados com licenças de uso e porte de arma de caça e recreio;
f) Proceder os processos de transferência de armas;
g) Emitir licenças de caça;
h) Proceder à recepção e encaminhar para as entidades oficiais competentes os processos de uso e porte de arma de defesa;
i) Promover a análise, emissão de pareceres publicidade e respectivo licenciamento;
j) Organizar os processos relativos à concessão de licenças de condução de ciclomotores, veículos agrícolas e registo de matrícula dos mesmos;
k) Manter actualizados os ficheiros do sector, nomeadamente no que toca a anúncios luminosos, ciclomotores e veículos agrícolas e uso e porte de arma;
l) Orientar o trabalho dos aferidores, conferir os talões de cobrança e passar as respectivas guias de receita.

A secção de Taxas e Licenças compreende ainda:

Sector de Cemitérios
Sector de Feiras e Mercados
Sector de Metrologia
Sector de Fiscalização

Artigo 48.º

Sector de Cemitérios

Compete ao sector de cemitérios:

a) Assegurar os procedimentos relativos às inumações, exumações e trasladações;
b) Promover a manutenção e conservação dos Cemitérios Municipais;
c) Promover estudos tendentes a assegurar a viabilidade de ampliação de cemitérios;
d) Assegurar o cumprimento do Regulamento dos Cemitérios e demais legislação em vigor;
e) Informar sobre os pedidos para aquisição de terrenos para sepulturas perpétuas e jazigos;

Artigo 49.º

Sector de Feiras e Mercados e Venda Ambulante

Compete ao sector de Feiras e Mercados e Venda Ambulante:

a) Promover a gestão e organização dos mercados municipais e feiras, bem como os mercados de levante;
b) Registar e conferir as senhas das taxas de mercados e feiras;
c) Organizar o registo dos vendedores ambulantes e feirantes;
d) Organizar o registo e identificação de mercados fixos;
e) Promover a atribuição do direito de ocupação de lugares de terrado nos mercados e feiras de levante bem como nas lojas do mercado municipal;
f) Estudar e propor medidas de racionalização ou alteração dos espaços dos recintos dos mercados e feiras, bem como a criação de novos espaços ou a extinção dos existentes;

Artigo 50.º

Sector de Metrologia

Compete ao sector de Metrologia:

a) Aferir e conferir nos locais e datas previstas na lei, designadamente autos de entrada em funcionamento, todos os pesos, medidas e instrumentos de pesar e medir, excluindo taxímetros e bombas de gasolina utilizados no concelho;
b) Atender os munícipes que se dirijam ao serviço, para efeitos de aferição de instrumentos, pesos e medidas;
c) Levantar autos de transgressão pela não observância das normas relativas às aferições;
d) Entregar à secção de Taxas e Licenças a relação das aferições efectuadas, para efeitos de cobrança das respectivas taxas;
e) Estudar, propor e coordenar medidas e acções dentro da área de actuação e no âmbito da defesa do consumidor.

Artigo 51.º

Sector de Fiscalização

Compete ao sector de fiscalização:

a) Fiscalizar, nas áreas em que a divisão intervém, a observância das posturas e regulamentos municipais, bem como da legislação vigente aplicável no Âmbito da intervenção do município e de quaisquer outras normas, desde que lhe tenham sido conferidas competências para tal;
b) Remeter ao responsável pela divisão financeira os autos e informações respeitantes às infracções das normas legais, posturas e regulamentos;
c) Proceder à fiscalização do cumprimento das obrigações de pagamento de taxas e licenças pelos vendedores;
d) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais referentes ao cemitério.

Artigo 52.º

Secção de Aguas e Saneamento — Sector Comercial

Compete ao sector comercial:

a) Elaborar contratos de fornecimento de água e proceder ou supervisionar às instalações consequentes;
b) Controlar o incumprimento dos contratos, por falta de pagamento e remeter essa informação ao Sector de Gestão de Distribuição de Água e ETA para que este proceda ao corte de água, nos termos legais aplicáveis;
c) Analisar e corrigir as anomalias nas leituras registadas e na facturação;
d) Assegurar a leitura e cobrança de consumo de água;
e) Fazer o processamento automático dos recibos de água;
f) Elaborar as estatísticas e remetê-las aos organismos oficiais;
g) Cooperar com o atendimento ao público e com outros serviços, nomeadamente através do esclarecimento sobre os processos em instrução;
h) Promover a organização e o controlo de tramitação dos processos no âmbito das actividades do Sector de Águas.

Artigo 53.º

Sector de Fiscalização

Compete ao sector de Fiscalização:

a) Fiscalizar as obras de sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais de loteamentos e urbanizações particulares;
b) Fiscalizar os sistemas prediais de água de abastecimento e de águas residuais;
c) Proceder à fiscalização do cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre abastecimento de águas, sistemas de águas residuais e pluviais;
d) Exercer as necessárias acções pedagógicas e esclarecedoras junto das populações, no âmbito das suas competências de fiscalização.

Artigo 54.º

Posto da Tesouraria

O posto da tesouraria depende directamente da Tesouraria.
Ao Posto da Tesouraria compete:

a) Arrecadar as receitas provenientes do período até ao dia 5 de cada mês;
b) Entregar na tesouraria diariamente as receitas cobradas pelos cobradores e no posto;

c) Entregar ao Tesoureiro, o débito global referente ao período de cobrança, no dia 1 de cada mês ou no dia útil imediatamente a seguir, com os respectivos mapas;

d) Entregar no dia 6, ou no dia útil imediatamente a seguir, os conhecimentos que ficaram em débito referentes à cobrança do período e, respectivos mapas.

SECÇÃO III

Unidades Operativas

Artigo 55.º

Departamento de Urbanismo e Obras Municipais

1 — O Departamento de Urbanismo e Obras Municipais é dirigido pelo director de departamento municipal, directamente dependente do presidente da Câmara.

2 — Do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais fazem parte:

2.1 — Divisão de Obras Particulares;

2.2 — Divisão de Obras Municipais;

2.2 — Divisão de Arquitectura e Planeamento Urbanístico.

Artigo 56.º

Competências do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais

1 — Ao Departamento de Urbanismo e Obras Municipais cabe praticar os actos e executar as tarefas de concepção e promoção dos planos de urbanização, garantindo a qualidade urbanística no concelho, definindo critérios de gestão e coordenação do património imobiliário do município e definindo atribuições em matéria de planeamento, construção e conservação de equipamentos, infra-estruturas, rede viária e edifícios municipais e habitação.

2 — O Departamento de Urbanismo e Obras Municipais é dirigido por um director de departamento, directamente dependente do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 57.º

Competências do Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais

1 — Compete ao Director de Departamento:

a) Dirigir e coordenar os serviços desenvolvidos nas várias divisões, propondo e definindo estratégias e metodologias que garantam a eficaz implementação de soluções e eficiente execução dos trabalhos;

b) Participar de forma activa nas actividades de planeamento urbanístico municipal, zelando pela sua constante manutenção e actualização;

c) Promover e realizar estudos e assegurar o correcto conhecimento dos mecanismos, elaborando propostas e garantindo os procedimentos necessários à sua concretização;

Artigo 58.º

Divisão de Obras Particulares

1 — A Divisão de Obras Particulares é dirigida por um chefe de divisão, a quem compete dirigir e coordenar os serviços.

2 — A Divisão de Obras Particulares compreende:

2.1 — Secção de Urbanização e Edificação;

2.2 — Secção de Fiscalização

Compete à Divisão de Obras Particulares:

a) Promover a análise e emitir pareceres sobre, de informação prévia, processos de licenciamento ou autorização de obras de urbanização e edificação, bem como de tudo o mais que se relacione com a matéria nos termos legais e regulamentares;

b) Elaborar e submeter à aprovação os regulamentos e normas que forem necessárias ao correcto exercício da actividade da divisão;

c) Propor e acompanhar os planos de ordenamento do território do município, designadamente na revisão do Plano Director Municipal, Planos Gerais de Urbanização, Planos de Pormenor e Arranjos Urbanísticos;

d) Coordenar e dirigir as acções integradas no ordenamento do território, da habitação, e da defesa e protecção do meio ambiente;

e) Propor planos de curto e médio prazos de aquisição de solos necessários à implementação da política urbanística municipal;

f) Organizar e manter actualizados ficheiros e arquivos de estudos e planos de urbanização;

g) Propor, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança ou salubridade públicas;

h) Assegurar o atendimento ao público designadamente através do esclarecimento sobre os processos a decorrer pelos serviços da divisão.

Artigo 59.º

Secção de Urbanização e Edificação

Compete à Secção de Urbanização e Edificação:

a) Proceder à análise e emissão de pareceres a todos os processos de loteamento e urbanização, que os particulares submetam à Câmara Municipal, com base na legislação em vigor e Planos existentes;

b) Proceder à análise e emissão de pareceres aos projectos de obras ou de alterações, no tocante ao aspecto exterior dos edifícios, em conformidade com os loteamentos aprovados e com os regulamentos ou posturas municipais;

c) Proceder à análise e emissão de pareceres dos pedidos de obras diversas de conservação e ou reparação dos imóveis, requeridos pelos seus proprietários, com base na legislação em vigor aplicável;

d) Dar parecer técnico sobre os pedidos de licenças de construção, reconstrução, ampliação, alteração e conservação de edifícios;

e) Proceder à análise e emissão de pareceres aos pedidos reapreciação de processos de obras particulares que hajam caducado;

f) Proceder à análise e emissão de pareceres aos pedidos de mudança de finalidade de utilização de edifícios;

g) Verificar se os edifícios satisfazem os requisitos legais para a constituição em regime de propriedade horizontal;

h) Proceder à análise e emissão de pareceres aos pedidos e reclamações referentes a construções urbanas;

i) Proceder à análise e emissão de pareceres aos pedidos e pretensões de ocupação da via pública;

j) Assegurar a execução das medições dos processos de obras e do cálculo das taxas em vigor e indicação dos documentos necessários para o licenciamento de obras e loteamentos urbanos;

k) Proceder à análise e emissão de pareceres aos pedidos de certidões de laboração de estabelecimentos de carácter industrial;

l) Promover a execução do registo cartográfico das pretensões mantendo actualizadas as plantas cadastrais;

m) Preparar todos os elementos necessários a anexar aos processos e a complementarem as informações, nomeadamente plantas/extractos dos planos gerais de urbanização, plantas de alinhamento e ou estudos existentes;

n) Promover a elaboração gráfica das peças complementares das informações técnicas;

o) Promover a análise e emissão de pareceres sobres as pretensões destinadas a estabelecimentos de restauração e bebidas, em conformidade com os projectos aprovados;

p) Promover a análise e emissão de pareceres sobres as pretensões de implementação de mobiliário urbano de publicidade e informação às suas implicações urbanísticas;

q) Assegurar o acompanhamento e controlo de execução das obras de infra-estruturas nas urbanizações particulares, assim como fiscalizar o cumprimento dos projectos aprovados,

r) Registar as inscrições dos técnicos;

s) Elaborar as estatísticas referentes à construção e habitação solicitadas pelo INE;

t) Emitir e escriturar as respectivas licenças;

u) Organizar e gerir o arquivo à sua guarda.

Artigo 60.º

Secção de Fiscalização

Compete à Secção de Fiscalização:

a) Proceder à fiscalização das obras de construção civil e de urbanização por forma a garantir que as mesmas decorram de acordo com os projectos aprovados, com respeito pelos condicionamentos fixados no licenciamento e dentro dos prazos concedidos;

b) Elaborar autos de notícia sempre que seja detectada a execução de obras de construção civil em desacordo com os projectos aprovados e condições fixadas no licenciamento;

c) Elaborar autos de notícia sempre que seja detectada a utilização de edificações sem licenças de utilização;

d) Elaborar autos de notícia sempre que seja detectada a execução de obras de urbanização em desconformidade com os projectos aprovados e condições fixadas no licenciamento;

e) Integrar as comissões de vistorias e elaborar os respectivos autos destinados à de emissão de alvarás de licenças de utilização;

f) Integrar a comissão de vistorias e elaborara autos destinados a verificar as condições de salubridade, solidez ou segurança contra o risco de incêndio das edificações;

Artigo 61.º

Divisão de Obras Municipais

1 — Compete à Divisão de Obras Municipais elaborar, executar e acompanhar, através de meios técnicos do município ou aquisição de serviços, os processos relativos a obras, equipamentos e infra-estruturas municipais, nomeadamente a construção, beneficiação, recuperação e manutenção de:

a) Edifícios do património municipal ou a cargo do município, incluindo os edifícios escolares, os cemitérios e os mercados;
b) Estradas, arruamentos e caminhos públicos, incluindo a sinalização e o mobiliário urbano;
c) Parques, jardins, zonas verdes e equipamentos urbanos;
d) Imóveis de particulares que, nos termos da lei, possam ou devam ser efectuados pelo município.

2 — Compete ainda à Divisão administrar os meios e prestar os serviços necessários ao funcionamento de estruturas, equipamentos e instalações do município ou a seu cargo, designadamente pela gestão das oficinas, armazém e estaleiro municipais e a gestão e manutenção do parque de viaturas e máquinas.
3 — É da competência desta divisão assegurar o permanente estado de higiene dos espaços públicos e assegurar ou promover serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos.
4 — Garantir a gestão das redes públicas de drenagem de águas residuais e pluviais e de abastecimento e distribuição de água, assim como as respectivas infra-estruturas complementares, nomeadamente Estações de Tratamento e Bombagem.
5 — Garantir a gestão da rede viária municipal;
6 — Assegurar o exercício das competências municipais no domínio de ordenamento de trânsito dentro e fora das localidades.
7 — A Divisão de Obras Municipais compreende:
7.1 — Secção de Obras por Empreitadas e Apoio Técnico
7.2 — Secção de Obras e Serviços por Administração Directa
7.3 — Sector de Cemitérios, Mercados, Parques, Jardins e Zonas Verdes;
7.4 — Sector de Rede Viária e Obras Complementares;
7.5 — Sector de Edifícios Municipais e Apoio a Eventos;
7.6 — Sector de Oficinas, Estaleiro, Armazém, Máquinas e Viaturas;
7.7 — Sector de Gestão de Redes de Drenagem e Distribuição e Infra-estruturas Complementares;
7.8 — Sector de Higiene Urbana e Ambiente.

Artigo 62.º

Secção de Obras por Empreitada e Apoio Técnico

Compete à Secção de Obras por Empreitada e Apoio Técnico:

a) Analisar e pronunciar-se relativamente aos procedimentos dos concursos por empreitadas de obras públicas;
b) Coordenar de forma integrada as medidas de carácter Administrativo relacionadas com as contratações Públicas, nomeadamente através da preparação e acompanhamento dos processos de lançamento de obras a concurso, zelando pelo respeito das normas legais em vigor;
c) Assegurar a correcta execução e gestão das obras executadas por empreitada, exercendo permanente controlo Técnico-financeiro, intervindo ao nível da sua coordenação, acompanhamento e fiscalização, garantindo o cumprimento do caderno de encargos;
d) Articular com a Divisão de Arquitectura e Planeamento Urbanístico todos os procedimentos com vista à realização ou contratação de projectos de especialidades requeridos por aquela divisão;
e) Execução e análise de projectos de rede viária, circulação e sinalização de âmbito e iniciativa municipal;
f) Planificação da execução de obras viárias, procedendo ao controlo físico e financeiro das mesmas;
g) Apreciar consultas prévias de loteamento (viabilidade*s*) e os estudos de loteamento, emitindo recomendações técnicas quanto às soluções a apresentar nos projectos de execução da rede viária que condicionem as opções urbanísticas;
h) Apreciar projectos de arruamento com vista à fundamentação das decisões municipais, tendo em conta a integração dessas infra-estruturas na rede municipal;
i) Execução e análise de projectos de redes de abastecimento e distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais e pluviais e infra-estruturas complementares de âmbito e iniciativa municipal;
j) Planificação da execução de intervenções nas redes de abastecimento e distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais e pluviais e infra-estruturas complementares, procedendo ao controlo físico e financeiro das mesmas;
k) Apreciar consultas prévias de loteamento (viabilidade*s*) e os estudos de loteamento, emitindo recomendações técnicas quanto às soluções a apresentar nos projectos de execução das redes de abastecimento e distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais e pluviais e infra-estruturas complementares;
l) Apreciar projectos de redes de abastecimento e distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais e pluviais e infra-estruturas complementares com vista à fundamentação das decisões municipais, tendo em conta a sua integração na rede municipal;
m) Articular com a Divisão de Obras Particulares a apreciação dos projectos de especialidades de edificações sujeitas a licenciamento ou autorização municipal;
n) Apoio técnico à Secção de Obras por Administração Directa;
o) Apoio técnico nas áreas de competência da Divisão.

Artigo 63.º

Secção de Obras e Serviços por Administração Directa

Compete à Secção de Obras Municipais na área das obras e serviços por administração directa:

a) Coordenar e dirigir as obras e serviços municipais realizados por administração directa;
b) Reparar e conservar os imóveis que sejam propriedade ou estejam sob a responsabilidade do Município;
c) Programar a reparação e conservação de arruamentos, estradas e caminhos municipais e dos espaços públicos, parques, jardins e zonas verdes municipais;

Artigo 64.º

Sector de Cemitérios, Mercados, Parques, Jardins e Zonas Verdes

São atribuições do Sector de Cemitérios, Mercados, Parques, Jardins e Zonas Verdes:

a) Promover a conservação e manutenção dos cemitérios, mercados, parques, jardins e zonas verdes do município;
b) Promover a arborização dos espaços públicos, providenciando o plantio e selecção das espécies que melhor se adaptem às condições locais;
c) Organizar e manter viveiros onde se preparem as mudas para os serviços de arborização dos parques, jardins e zonas verdes públicas;
d) Providenciar a organização e manutenção actualizada do cadastro de arborização das áreas urbanas;
e) Promover o combate às pragas e doenças vegetais nos espaços verdes sob a sua administração;
f) Promover a conservação e protecção dos monumentos e estátuas, jardins e praças públicas;
g) Intervir e colaborar com as entidades competentes na preservação e defesa de espécies animais e vegetais em vias de extinção;
h) Zelar pela correcta utilização dos espaços verdes, exercendo uma acção pedagógica no sentido de uma fruição completa dos mesmos;

Artigo 65.º

Sector de Rede Viária e Obras Complementares

Ao sector de Rede Viária e Obras Complementares compete:

a) Executar as obras na rede viária, por Administração directa, no âmbito das atribuições do município;
b) Assegurar a correcta gestão da rede viária, zelando pelo seu bom funcionamento, nomeadamente no que respeita à detecção e eventual reparação de anomalias;
c) Contabilizar os materiais e horas despendidas nos trabalhos executados, por folha de obra, de forma a permitir a aferição pelos serviços competentes dos custos envolvidos;
d) Promover a implementação de projectos, sinalização e circulação de âmbito e iniciativa municipais;
e) Assegurar o bom funcionamento das instalações semafóricas;
f) Colaborar e prestar a informação necessária para a actualização do cadastro e proceder a levantamentos periódicos do estado de conservação das redes, contribuindo para a correcta planificação de trabalhos e intervenção na rede;

Artigo 66.º

Sector de Edifícios Municipais e Apoio a Eventos

Ao sector de Edifícios Municipais compete:

a) Promover a reparação e conservação dos edifícios municipais, previstas em Plano de Actividades;

b) Proceder a levantamentos periódicos do estado de conservação dos edifícios;
c) Assegurar as funções relativas à planificação, execução, controlo de custos, autos de medição de trabalhos, contas finais dos empreendimentos previstos em plano de actividades e que a Câmara delibere levar a efeito por administração directa;
d) Contabilizar os custos dos trabalhos executados;
e) Prestar o apoio operacional e material necessário em eventos que a Câmara delibere essa colaboração ou patrocínio;

Artigo 67.º

Sector de Oficinas, Estaleiro, Armazém, Máquinas e Viaturas

1 — Ao Armazém compete:

a) Assegurar uma gestão de stocks eficiente e eficaz de forma a fornecer os materiais necessários à execução das obras por administração directa e ao funcionamento dos serviços;
b) Informar a Secção de Aprovisionamento das suas faltas e necessidades de forma a garantir a satisfação das requisições internas devidamente autorizadas;
c) Recepcionar as guias de remessa enviadas pelos fornecedores, procedendo à sua conferência, no que diz respeito à qualidade e quantidade do material ou equipamento;
d) Prestar a necessária colaboração ao Serviço de Património de forma a manter actualizadas as fichas de existências em regime de inventário permanente e a elaboração dos inventários qualitativos e quantitativos em conformidade com as normas estabelecidas;
e) Elaborar previsões de quantidades de materiais de forma a permitir a realização pelos serviços competentes de estimativas orçamentais que permitam a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento.
2 — Fazem parte dos serviços municipais as seguintes oficinas:

a) Oficina de Serralharia;
b) Oficina de Mecânica;
c) Oficina de Carpintaria.

2.1 — À oficina de serralharia compete:

a) Zelar para que a maquinaria, o equipamento e as instalações se mantenham em condições de operacionalidade, conservação, higiene, limpeza e arrumação;
b) Proceder à execução de estruturas e à pré-fabricação de elementos destinados à aplicação em obras municipais;
c) Contabilizar os materiais e horas despendidas nos trabalhos executados, por folha de obra, de forma a permitir a aferição pelos serviços competentes dos custos envolvidos;
d) Assegurar as reparações solicitadas pelos serviços municipais.

2.2 — À oficina de mecânica compete:

a) Manter em condições de operacionalidade todo o equipamento adstrito à oficina;
b) Contabilizar os materiais e horas despendidas nos trabalhos executados, por folha de obra, de forma a permitir a aferição pelos serviços competentes dos custos envolvidos;
c) Assegurar a elaboração regular de lista de equipamentos e matérias dadas como incapazes, para que possam ser abatidos;
d) Assegurar as reparações solicitadas pelos serviços municipais.

2.3 — À oficina de carpintaria compete:

a) Manter em condições de operacionalidade todo o equipamento adstrito à oficina;
b) Contabilizar os materiais e horas despendidas nos trabalhos executados, por folha de obra, de forma a permitir a aferição pelos serviços competentes dos custos envolvidos;
c) Assegurar a elaboração regular de lista de equipamentos e matérias, dadas como incapazes, para que possam ser abatidos;
d) Assegurar a execução de trabalhos de carpintaria solicitados pelos serviços municipais.

3 — Ao Estaleiro, Parque de Máquinas e Viaturas compete:

a) Assegurar e executar a distribuição das entidades mecânicas de acordo com as orientações definidas superiormente;
b) Assegurar o processamento dos documentos de recolha de dados, tendentes ao apuramento de gastos, pelos serviços competentes, com a utilização de equipamentos, máquinas e viaturas;
c) Gerir o parque de máquinas e viaturas e garantir a sua permanente operacionalidade, articulando os períodos de manutenção e reparação com épocas de utilização menos intensas;
d) Promover a gestão do abastecimento de combustíveis e lubrificantes, indispensáveis ao funcionamento deste sector;
e) Proceder ao registo de acidentes, elaborando os relatórios com os custos daí resultantes e apurar eventuais causas;
f) Controlar a situação dos documentos necessários à circulação das viaturas Solicitar as reparações necessárias à oficina mecânica ou ao exterior;
g) Velar pelo bom estado de conservação das unidades mecânicas à sua guarda;
h) Zelar para que todos os equipamentos e as instalações se mantenham em condições de operacionalidade, conservação, limpeza e arrumação.

Artigo 68.º

Sector de Gestão de Redes de Drenagem e Distribuição e Infra-estruturas Complementares

Compete ao Sector de Gestão de Redes de Drenagem e Distribuição e Infra-estruturas Complementares:

a) Executar as obras dos sistemas públicos de distribuição de água, por Administração directa, no âmbito das atribuições do município;
b) Assegurar a gestão das redes de abastecimento de água, zelando pelo seu bom funcionamento, nomeadamente no que respeita à detecção e reparação de rupturas e avarias;
c) Assegurar o funcionamento e manutenção das captações, reservatórios, estações elevatórias e estação de tratamento de águas;
d) Colocar os contadores e proceder aos cortes de água;
e) Executar os ramais de ligação de água;
f) Assegurar o funcionamento e manutenção dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais e pluviais;
g) Assegurar o funcionamento e manutenção das estações elevatórias de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais;
h) Executar os ramais de ligação de águas residuais e pluviais à rede pública;
i) Executar as obras dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais e pluviais, por administração directa, no âmbito das atribuições;
j) Assegurar a coordenação dos meios afectos à execução de obras do sistema público de drenagem de águas residuais e pluviais;
k) Contabilizar os materiais e horas despendidas nos trabalhos executados, por folha de obra, de forma a permitir a aferição pelos serviços competentes dos custos envolvidos;
l) Colaborar e prestar a informação necessária para a actualização do cadastro e proceder a levantamentos periódicos do estado de conservação das redes, contribuindo para a correcta planificação de trabalhos e intervenções nas redes;

Artigo 69.º

Sector de Higiene Urbana e Ambiente

Compete à Secção de Higiene Urbana e Ambiente:

a) Assegurar as operações de recolha, transporte e deposição dos resíduos sólidos;
b) Assegurar a limpeza urbana e dos caminhos rurais;
c) Assegurar a varredura e a lavagem dos arruamentos;
d) Proceder à distribuição de contentores, baldes, contentores para recolha selectiva de lixo, papeleiras e outros na via pública;
e) Proceder à limpeza, desinfecção e substituição de contentores;
f) Colaborar com outros serviços em acções de sensibilização da população no âmbito da recolha de resíduos sólidos ou da limpeza pública;
g) Promover actividades relacionadas com as medidas de defesa e protecção do meio ambiente e protecção da qualidade de vida das populações no âmbito das atribuições legais do Município;

Artigo 70.º

Divisão de Arquitectura e Planeamento Urbanístico

1 — A Divisão de Arquitectura e Planeamento Urbanístico é dirigida por um chefe de divisão, a quem compete dirigir e coordenar os serviços.
2 — A Divisão de Arquitectura e Planeamento Urbanístico compreende:
2.1 — Secção de Projectos e Planeamento;
2.2 — Secção de Sistemas de Informação Geográfica e Topografia;

Artigo 71.º

Secção de Projectos e Planeamento

À Secção de Projectos e Planeamento compete:

a) Contribuir para a definição de estratégias de desenvolvimento, a curto, médio e longo prazos;

b) Participar na elaboração dos documentos previsionais;
c) Elaborar estudos prévios, anteprojectos e projectos de arquitectura e projectos de execução de obras;
d) Projectar infra-estruturas urbanas do município;
e) Assegurar o estudo e a elaboração de projectos, particularmente ao nível de edifícios, arranjos exteriores, vias e arruamentos;
f) Promover estudos de salvaguarda do património natural e arquitectónico do concelho, assim como de reabilitação urbana das áreas que necessitem
g) Elaborar e actualizar planos, estudos, projectos;
h) Elaborar ou promover a elaboração de Condições Técnicas de Cadernos de Encargos, Medições e Orçamentos;
i) Acompanhar e dar apoio à fiscalização da execução de obras municipais por empreitada, zelando pelo cumprimento dos projectos de execução;
j) Prestar apoio aos serviços do Departamento Técnico;

Artigo 72.º

Secção de Sistemas de Informação Geográfica e Topografia

À Secção de Sistemas de Informação Geográfica e Topografia compete:

a) Promover a criação e desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfico Municipal, estabelecendo em articulação com outros serviços utilizadores do sistema as áreas temáticas prioritárias de aplicação do SIG;
b) Promover a obtenção de cartografia e respectiva actualização;
c) Proceder com regularidade à actualização das cartas topográficas e cadastro;
d) Promover a constituição e manutenção das bases.
e) Organizar o levantamento topográfico e cadastral do município e mantê-lo actualizado;
f) Fornecer alinhamentos, cotas de soleira e implantações a pedido de particulares, de acordo com os planos existentes e projectos aprovados;
g) Prestar apoio ao Sector de Património, através da identificação de parcelas, elaboração de plantas e determinação de áreas;

Artigo 73.º

Departamento de Acção Social, Educação, Cultura e Desporto

1 — O Departamento de Acção Social, Educação, Cultura e Desporto é dirigido pelo Vereador deste pelouro.
2 — O Departamento é constituído por duas divisões:

— Divisão de Acção Social;
— Divisão de Educação, Cultura e Desporto.

3 — As divisões são dirigidas por um chefe de divisão, a quem compete organizar e coordenar os serviços.
Compete ao Departamento de Acção Social, Educação, Cultura e Desporto:

a) A criação de um ambiente social saudável, moralmente elevado, caracterizado pela cooperação e solidariedade entre os cidadãos;
b) Promover o desenvolvimento qualitativo do sistema de educação do concelho, em conformidade com as necessidades do desenvolvimento, não só nas áreas e níveis de responsabilidade municipal como no plano do ensino não formal, profissional, técnico e universitário;
c) Estimular o gosto pela participação e interacção social e cultural;
d) Promover o concelho turisticamente, e providenciar acções de dinamização e promoção do concelho, em termos do seu património histórico, cultural e da Barragem de Montargil.

4 — A Divisão de Acção Social compreende:
4.1 — Secção de Acção Social;
4.1.1 — Sector de Acção Social e Acompanhamento de Famílias;
4.1.2 — Sector de Habitação Social;
4.1.3 — Sector de Planeamento, Projectos e Parcerias.
5 — A Divisão de Educação, Cultura e Desporto compreende:
5.1 — Secção de Educação:
5.1.1 — Sector dos Equipamentos Escolares:
5.1. 2 — Sector de Estudos e Planeamento;
5.1.3 — Sector de Acção Social Escolar;
5.1.4 — Sector de Projectos Socioeducativos;
5.1.5 — Sector de Monitorização Interna dos Serviços.
5.1.6 — Sector de Psicologia
5.2 — Secção de Cultura e Desporto:
5.2.1 — Sector da Cultura;
5.2.2 — Sector de Turismo
5.2.3 — Sector de Desporto

Artigo 74.º

Secção de Acção Social

1 — A secção de Acção Social compreende os seguintes sectores:

a) Sector de Acção Social e Acompanhamento de Famílias;
b) Sector de Habitação Social;
c) Sector de Planeamento, Projectos e Parcerias.

Artigo 75.º

Sector de Acção Social e Acompanhamento de Famílias

1 — O serviço de Acção social é coordenado por um técnico superior nesta área.
2 — Compete á Acção Social:

a) Contribuir para a minimização dos problemas dos grupos sociais mais carentes, vulneráveis ou em risco;
b) Contribuir para uma dinâmica de autopromoção social da população e para uma mais rápida resolução de alguns dos seus problemas mais prementes;
c) Colaborar com as instituições de intervenção social e com os serviços de saúde em acções de prevenção e profilaxia;
d) Cooperar com outras entidades com vista à promoção do emprego em todas as áreas que possam interessar ao município;
e) Organizar a participação em colónias de férias para crianças, terceira idade, população deficiente ou outros grupos populacionais específicos;
f) Estudar e coordenar acções tendentes à fixação da juventude no concelho, promovendo o seu empenho nas áreas que mais possam interessar os jovens e ligá-los às suas origens;
g) Atribuir bolsas de Estudo para os estudantes do ensino superior público;
h) Colaborar com o sector da educação na atribuição dos subsídios referentes à acção social escolar;
i) Propor, promover e apoiar programas de ocupação de tempos livres e actividades destinadas à infância e idosos;
j) Colaborar na implementação e dinamização dos Centros Comunitários do concelho;
k) Proceder a acções de informação e divulgação na área da prevenção e profilaxia da saúde das populações, nomeadamente através de campanhas especificas;
l) Promover a recuperação e beneficiação de habitações a famílias carenciadas;

Artigo 76.º

Sector de Habitação Social

Compete ao sector de habitação social:

a) Efectuar o levantamento das carências habitacionais do concelho;
b) Recolher os dados necessários para a elaboração de candidaturas a programas habitacionais e elaborar as mesmas;
c) Proceder aos realojamentos das famílias e fazer o acompanhamento das mesmas.

Artigo 77.º

Sector de Planeamento, Projectos e Parcerias

Compete ao sector de Planeamento, Projectos e Parcerias:

a) Elaborar em conjunto com outros técnicos do departamento, candidaturas a projectos que visem a inserção social de grupos desfavorecidos;
b) Coordenar e executar os projectos em causa;
c) Desenvolver projectos de apoio às famílias, no âmbito da saúde, educação e bem-estar social;
d) Coordenar o programa Rede Social de acordo com o Dec. Lei 115/2006, de 14 de Julho;
e) Representar do ponto de vista técnico o município no Programa Rendimento Social de Inserção;
f) Assegurar as competências do município na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ponte de Sor de acordo com a Lei 147/99, de 1 de Setembro.

Artigo 78.º

Divisão de Educação, Cultura e Desporto

A divisão de educação, cultura e desporto é composta por duas secções e oito sectores:

1 — Secção de Educação:

a) Sector dos Equipamentos Escolares:
b) Sector de Estudos e Planeamento;

c) Sector de Acção social Escolar;
d) Sector de Projectos Socioeducativos;
e) Sector de Monitorização Interna dos Serviços.
f) Sector de Psicologia

A secção de educação para além das competências já desenvolvidas passará a integrar as competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho.

Artigo 79.º

Sector de Equipamentos Escolares

Compete ao sector de equipamentos escolares:

a) Desenvolver esforços no sentido de apoiar e dinamizar as escolas;
b) No âmbito do Serviço de Gestão do Parque Escolar e dos Recursos Educativos:

— A gestão do Parque escolar do Ensino Básico e Pré-escolar, a qual implica a construção, manutenção e apetrechamento dos equipamentos escolares;
— A gestão e manutenção do parque informático;
— A gestão e manutenção dos refeitórios escolares;
— A gestão da rede de bibliotecas escolares;
— A gestão do pessoal não docente das Escolas Básicas e da Educação Pré-escolar.

Artigo 80.º

Sector de Estudos e Planeamento

a) Compete ao sector de estudos e planeamento:
b) Elaborar e garantir a monitorização da Carta Educativa do Concelho;
c) Garantir a actualização permanente da Plataforma – Portal da Educação;
d) Desenvolver outros estudos de planeamento da rede escolar e formativa;
e) Apoiar a dinamização do Conselho Municipal da Educação e a construção do Projecto Educativo Concelhio.
f) Planear o desenvolvimento de Projectos de Promoção do Sucesso Educativo.

Artigo 81.º

Sector de Acção Social Escolar

Compete ao sector de acção social escolar:

a) Colaborar na atribuição de auxílios económicos;
b) Fornecer as refeições ás crianças do pré-escolar e alunos do Ensino Básico;
c) Organizar, e garantir o bom funcionamento da rede de transportes escolares até ao 3.º Ciclo do Ensino Básico;
d) Promover o estudo e a optimização dos transportes escolares;

Artigo 82.º

Sector de Projectos Socioeducativos

Compete ao sector de projectos socioeducativos:

a) Promover uma educação pré-escolar de qualidade, através da implementação de projectos que incidam no ensino do Inglês, da Música e de Actividades de Expressão Física e Motora;
b) Promover um Projecto de Animação Socioeducativa no âmbito dos prolongamentos escolares na Componente de Apoio à Família no pré-escolar e 1.º CEB;
c) Promover a dinamização de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico;
d) Promover Projectos de Prevenção e de Promoção de Estilos de Vida Saudável;
e) Promover Projectos de Treino de Competências Pessoais e Sociais;
f) Promover projectos de promoção das TIC;
g) Promover acções de sensibilização para a preservação do meio ambiente;
h) Apoiar acções de educação formal e não formal de adultos;

Artigo 83.º

Sector de Monitorização Interna dos Serviços

Compete ao sector de monitorização interna dos serviços:

a) A coordenação dos vários serviços da divisão de educação;
b) O desenvolvimento de um sistema Integrado de recolha de informação interna;
c) A monitorização financeira da divisão de educação através do Fundo Social Municipal e outros instrumentos de monitorização.

Artigo 84.º

Sector de Psicologia

Compete ao sector de psicologia:

a) Assegurar a avaliação psicopatológica e psicopedagógica quando necessário e consequente acompanhamento;
b) Despiste de dificuldades específicas de aprendizagem e seu equacionamento;
c) Assegurar nos casos que se julgue necessário e conveniente acompanhamento psicoterapêutico regular, de modo a conseguir-se um melhor equilíbrio psico-afectivo;
d) Estabelecer um adequado aconselhamento / encaminhamento educacional junto dos utentes;
e) Participar em reuniões de avaliação bio-psico-socio-educativa com outros técnicos;
f) Participar na elaboração de planos de intervenção reeducativa;
g) Participar na elaboração de actividades / planos / projectos que visam a promoção da saúde mental.

Artigo 85.º

Secção de Cultura e Desporto

A secção de Cultura e Desporto compreende os seguintes sectores:

a) Sector da Cultura
b) Sector de Turismo
c) Sector do Desporto

Artigo 86.º

Sector da Cultura

Compete ao sector de equipamentos cultuais:

a) Assegurar a gestão e manutenção das instalações e dos equipamentos culturais, de lazer e de educação da responsabilidade do município, promovendo o seu melhor aproveitamento;
b) Planear as actividades que irão decorrer nas respectivas instalações ou equipamentos, acompanhar a execução das mesmas;
c) Colaborar no desenvolvimento dos projectos de âmbito escolar;
d) Promover as actividades culturais patrocinadas pela autarquia ou por outras instituições publicas ou privadas;
e) Promover e apoiar estudos destinados a recolher e divulgar a cultura popular tradicional;
f) Promover a Orquestra Juvenil de Ponte de Sor;
g) Proceder à dinamização do Teatro-Cinema Municipal com a elaboração de um plano anual de actividades culturais;
h) Promover exposições permanentes de pintura, escultura ou outros tipos de Arte;
i) Colaborar na organização de feiras, festas e Certames e actividades culturais, sob o patrocínio do município;
j) Colaborar na dinamização dos Centros de Dia;
k) Publicitar as actividades de acordo com os interesses da autarquia;

Este sector compreende os seguintes equipamentos:

1 — Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal é coordenada por um funcionário da carreira de técnico adjunto de biblioteca Arquivo e Documentação — BAD.

2 — Compete à Biblioteca Municipal:

a) Fomentar a utilização da biblioteca municipal como agente educativo, promovendo e fornecendo meios para o desenvolvimento do indivíduo/ grupo;
b) O atendimento dos leitores e o auxílio na consulta de livros e documentos, nos termos dos regulamentos que para tal sejam aprovados;
c) Estimular o hábito da leitura através de acções várias, designadamente por meio de acções de sensibilização junto dos alunos dos vários graus de ensino;
d) Gerir o arquivo de documentos históricos;
e) Proceder ao tratamento, arrumação e difusão de obras e outros suportes informativos;
f) Realizar as tarefas relacionadas com a aquisição, registo, catalogação, cotação e armazenamento de espécies documentais;
g) Efectuar a gestão de catálogos, utilizando suporte informático;
h) Propor e analisar a divulgação e publicação de documentos inéditos, importantes para a história do município, bem como de anais e factos históricos da vida do município;

i) Controlo do empréstimo domiciliário dos livros à responsabilidade da Biblioteca Municipal;
j) Efectuar a gestão de catálogos, utilizando suporte informático;
k) Assegurar o bom estado de conservação das obras de arte e livros à sua guarda;
l) Propor a aquisição de livros e outros documentos;
m) Emissão de recibos pelas vendas realizadas.

2 — Escola de Música

À Escola de Música compete:

a) Promover o ensino de música aos jovens do concelho;
b) Representar o concelho em eventos culturais, nos termos a definir pela Câmara Municipal;
c) Zelar pela manutenção e conservação dos instrumentos musicais e de todas as instalações e equipamentos que lhe estejam afectos.

3 – Teatro-Cinema
4 – Anfiteatro

Artigo 87.º

Sector do Turismo

Ao sector do turismo compete:

a) Dinamizar acções que promovam o concelho turisticamente, bem como o património histórico e cultural;
b) Orientar e coordenar toda a actividade turística;
c) Inventariar as potencialidades turísticas do concelho;
d) Propor e acompanhar acções tendentes ao florescimento de infra-estruturas turísticas a nível concelhio bem como da actividade turística;
e) Elaborar e distribuir folhetos e publicações descritivas de locais e actividades de interesse turístico.

Artigo 88.º

Sector de Desporto

Compete ao Sector de equipamentos desportivos:

a) Assegurar a gestão, conservação e manutenção das instalações e dos equipamentos desportivos e recreativos da responsabilidade do município, promovendo o seu melhor aproveitamento;
b) Desenvolver e fomentar o desporto através do aproveitamento de espaços naturais e incrementar a sua prática como actividade cultural física, visando a interligação do desporto com a actividade cultural;
c) Gerir e dinamizar os espaços desportivos do concelho e propor a aquisição de material para a prática desportiva;
d) Promover a articulação das actividades desportivas na área do município, fomentando a participação das associações, organizações e colectividades;
e) Estimular e apoiar o associativismo desportivo;
f) Promover a utilização de equipamentos desportivos no âmbito de protocolos de cooperação;
g) Promover e colaborar nas actividades ligadas à ocupação dos tempos livres, do desporto e cultura, com vista a integrar os jovens na vida do município
h) Propor a execução de planos de actividades anuais, no sentido de melhorar o nível de modalidades já indicadas e de um modo geral alargar a prática desportiva do concelho;
i) Colaborar com os departamentos oficiais e instituições vocacionadas para a promoção de actividades de carácter recreativo;
j) Promover a utilização das instalações desportivas municipais;
k) Propor o estabelecimento de protocolos de cooperação com colectividades, escolas, empresas e outros organismos, para a utilização pública dos equipamentos desportivos existentes no concelho;
l) Desempenhar as demais funções respeitantes ao bom funcionamento, de segurança, higiene e limpeza nas instalações;
m) Este sector é coordenado por um técnico superior nesta área.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 89.º

Certidões

1 — As certidões a que alude o artigo 63.º do Código do Procedimento Administrativo são emitidas pelo funcionário que tenha à sua guarda os documentos em causa, entendendo-se como tal o chefe de divisão nas divisões, o chefe de secção, nas secções, e os responsáveis pelos gabinetes ou sectores, nos restantes casos.
2 — As competências dos superiores hierárquicos abrangem as dos funcionários sob a sua dependência, pelo que é reconhecido igualmente aos primeiros a competência para certificar.
3 — Nas situações previstas no artigo 64.º do referido Código a emissão de certidão depende de prévio despacho do dirigente da unidade orgânica respectiva.

Artigo 90.º

Interpretação e alterações

Constituindo a referência fundamental para a organização e funcionamento dos Serviços Municipais, o presente Regulamento não esgota todas as situações com que os Serviços se hão-de deparar, tanto no âmbito das respostas às necessidades das populações como das relações de coordenação e interdependência entre si.
Em conformidade:

a) Competirá ao Presidente da Câmara decidir sobre eventuais dúvidas de interpretação ou omissões do presente Regulamento;
b) A Câmara Municipal decidirá, em qualquer momento, sobre ajustamentos e alterações pontuais do presente Regulamento que se mostrarem necessários para uma maior eficiência dos Serviços, submetendo tais ajustamentos e alterações à ratificação da Assembleia Municipal.

Artigo 91.º

Mobilidade do pessoal

1 — A afectação do pessoal constante no Quadro de Pessoal é da competência do Presidente da Câmara.
2 — A distribuição e mobilidade do pessoal, dentro de cada unidade orgânica do serviço, é da competência da respectiva chefia.

Artigo 92.º

Criação e Implementação das Unidades Orgânicas

1 — Ficam criadas todos os órgãos e serviços que integram o presente Regulamento.
2 — A estrutura adoptada e o preenchimento do correspondente quadro de pessoal serão implementados por fases, de acordo com as necessidades e conveniências da Câmara e por deliberação expressa desta, sendo respeitados, em cada ano os limites de despesas de pessoal previstos nos n.os 2 e 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro.

Artigo 93.º

Entrada em vigor

O presente regulamento e organograma entram em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 94.º

Norma Revogatória

A partir da entrada em vigor do presente regulamento orgânico e estrutura dos serviços municipais, ficam revogadas todas as disposições anteriores sobre estas matérias.

CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA

Aviso n.º 1242/2009

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos, se torna público que por meu despacho de 23 de Dezembro de 2008, no uso da competência delegadas que me é conferida pela alínea *a*), do n.º 2, do artigo 68.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e nos termos da alínea *e*) do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 09 de Setembro, procedeu-se à reclassificação do seguinte funcionário:

Alexandre Miguel Ferreira da Silva — Técnico de 2.ª Classe (escalão 1, índice 295) para a categoria de Técnico Superior de 2.ª classe (escalão 1, índice 400).

O candidato reclassificado deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da*

República. (Isento do Visto do Tribunal de Contas, conforme previsto na alínea *c*), do n.º 3, do artigo 104, da Lei n.º 98/97, de 28 de Agosto).

23 de Dezembro de 2008. — O Vereador, com competências delegadas, *Carlos Filipe Camelo Miranda Figueiredo*.

301178148

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

Aviso n.º 1243/2009

Concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares de técnico profissional especialista — fiscal municipal

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Silves datado de sete de Novembro de dois mil e oito, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República,* parte H, concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares de Operário Principal da carreira de Serralheiro Civil do Grupo de Pessoal Operário Qualificado do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Silves.

2 — Em cumprimento com a alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promover activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciado escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação conforme despacho publicado no *Diário da República* n.º 77 2.ª série, de 31 de Março de 2000.

3 — Legislação aplicável — Ao presente concurso são aplicáveis as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 427/89 de 07 de Dezembro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 12 de Outubro, Decreto-Lei n.º 29/2001 de 03 de Julho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, Lei n.º 53/2007, de 07 de Dezembro, legislação complementar e Código do Procedimento Administrativo.

4 — No cumprimento da Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro, foi publicitado na BEP sob o código de oferta P20087449, datado de vinte e quatro de Novembro de dois mil e oito, o procedimento de selecção em situação de mobilidade especial, para reinicio de funções, tendo o mesmo ficado deserto.

5 — Prazo de validade — O presente concurso é válido por três meses, a contar da data de publicação da lista de classificação final, de harmonia com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

6 — Serviço a que se destina — Serviços de Fiscalização Municipal.

7 — Área funcional: Execução de tarefas no âmbito da categoria.

8 — Local de Trabalho — A área do Município de Silves

9 — Formalização de candidaturas:

9.1 — Os candidatos deverão formalizar a sua candidatura mediante requerimento, dirigido à Presidente da Câmara Municipal de Silves, o qual, bem como a documentação que o deve acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente nesta Câmara Municipal, Divisão de Recursos Humanos ou remetido pelo correio, mediante carta registada com aviso de recepção, expedida até ao prazo fixado para o seguinte endereço: Câmara Municipal de Silves, Praça de Município, 8300 — 117 Silves, devendo do requerimento constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, número de contribuinte, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu, residência completa, código postal e número de telefone);

b) Habilitações Literárias;

c) Referência ao concurso a que se candidata, com expressa menção do número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado este aviso;

d) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito, ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta se devidamente comprovados.

e) Caso os candidatos não possuam avaliação de desempenho, deverão mencioná-lo no requerimento e solicitar ao Júri do concurso o suprimento dessa avaliação, nos termos dos artigos 18.º e 19.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

9.2 — Juntamente com o requerimento de candidatura deverão os candidatos apresentar:

a) Curriculum vitae devidamente detalhado;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Documentos comprovativos de formação profissional
d) Declaração comprovativa do vínculo ao quadro de origem se não forem funcionários da Câmara Municipal de Silves, a qual deverá especificar a categoria de que o candidato é titular, natureza do vínculo, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço ou/e avaliações do desempenho, com indicação das respectivas expressões qualitativas e menções quantitativas;

10 — Quota de emprego para pessoas com deficiência — Poderão concorrer pessoas com deficiência, cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60%, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de Fevereiro. No presente concurso o candidato portador de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal, de acordo com o n.º 3, do artigo 3.º da citada legislação.

10.1 — Para cumprimento do estipulado nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de Fevereiro, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata do documento comprovativo.

Deverão ainda os mesmos candidatos mencionar no requerimento todos os elementos necessários ao processo de selecção, nomeadamente as suas capacidades de comunicação/expressão.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — Métodos de selecção e factores de ponderação

12.1 — Métodos de Selecção: Avaliação Curricular, Prova Escrita de Conhecimentos, com carácter eliminatório e Entrevista Profissional de Selecção.

12.2 — Avaliação curricular — Em cujo âmbito serão considerados e ponderados os factores a seguir enunciados:

$$AC = \frac{HL+FPC+EP+CS}{4}$$

Sendo que:

AC = Avaliação Curricular;
HL = Habilitações Literárias;
FPC = Formação Profissional complementar onde se pondera as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso;
EP = Experiência Profissional;
CS= Classificação de Serviço.

12.2 — 1. Cada um destes parâmetros ser valorizado de acordo com a seguinte tabela:

Habilitações Literárias

Habilitação exigida — 18 valores
Habilitação superior à exigida — 20 valores
Formação Profissional Complementar
Acções de formação até uma semana — 1 valor cada
Acções de formação de mais de uma semana e até um mês — 2 valores cada
Acções de formação superiores a um mês — 3 valores cada
Seminários, colóquios e congressos — 0,50 valores cada

Só serão contabilizadas as acções de formação, seminários, colóquios e congressos adequados às funções inerentes ao lugar colocado a concurso, não podendo a pontuação total a atribuir neste factor ser superior a 20 valores.

Experiência Profissional

Entre três e quatro anos — 18 valores
Entre cinco e seis anos — 19 valores
Mais de seis anos — 20 valores

Classificação de Serviço

Resultante da média aritmética das classificações obtidas nos últimos três anos, face à seguinte ponderação:

Muito Bom com pontuação de 10 — 20 valores;
Muito Bom com pontuação de 9 — 18 valores;
Bom com a pontuação de 8 — 16 valores;
Bom com a pontuação de 7 — 14 valores;
Bom com a pontuação de 6 — 12 valores.

Ou:

Excelente — de 4,4 a 5 valores — 20 valores;
Muito Bom — de 4 a 4,4 valores — 18 valores
Bom — de 3 a 3,9 valores — 16 valores
Necessita de desenvolvimento — de 2 a 2,9 valores — 14 valores
Insuficiente — de 1 a 1,9 valores — 12 valores

12.3 — A Prova Escrita de Conhecimentos, com carácter eliminatório terá a duração de duas horas, versando sobre as seguintes matérias:

Decreto-Lei n.º 24/84 de 16 de Janeiro — Estatuto Disciplinar da Função Pública;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001 de 11 de Maio — Regime de Férias, faltas e licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 — A/2002; de 11 de Janeiro — Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias;
Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Regulamento Municipal de Taxas e Licenças, Aviso 9969/2002, *Diário da República,* 2.ª série, de 3 Dezembro e respectivas alterações;
Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, *Diário da República* 2.ª série, de 3 de Dezembro de 2002;
Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Abandonados, Aviso 4194/2003, *Diário da República* 2.ª série, de 3 de Junho;
Regulamento Municipal de Licenciamento e Ocupação da Via Pública, Aviso 2479/98, *Diário da República* 2.ª série, de 24 de Abril.

12.4 — Entrevista Profissional de Selecção:
Será classificada de 0 a 20 valores, terá a duração aproximada de 30 minutos e terá em vista avaliar numa relação interpessoal e por forma objectiva e sistemática, as aptidões pessoais e profissionais dos candidatos, mediante a ponderação de parâmetros adequados, será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$EPS = \frac{a + b + c + d}{4}$$

Em que:

a) Conhecimento do conteúdo funcional do lugar a prover;
b) Capacidade de comunicação;
c) Atitude profissional — interesse, motivação e dinamismo;
d) Segurança demonstrada na procura de soluções a problemas hipoteticamente colocados.

12.4 — 1 — Estes aspectos serão pontuados de acordo com os parâmetros abaixo indicados, sendo o resultado final deste método de selecção obtido pelo somatório das pontuações resultantes da média aritmética dos valores dados por cada membro do júri relativamente a cada factor em apreciação, numa escala de 0 a 20 valores.

Favorável Preferencialmente — 20 valores
Bastante Favorável — 16 a 19 valores
Favorável — 12 a 15 valores
Favorável com reservas — 8 a 11 valores
Não Favorável — até 7 valores

13 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AC+PEC+EPS}{3}$$

em que:

CF= Classificação final;
AC= Avaliação Curricular;
PEC= Prova Escrita de Conhecimentos;
EPS= Entrevista Profissional de selecção.

14 — A falta de comparência dos candidatos à prova escrita de conhecimentos ou à entrevista profissional de selecção determina a sua exclusão.
15 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, da prova escrita de conhecimentos e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.
16 — Publicitação — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final dos candidatos serão afixadas na Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Silves de acordo com o previsto no artigo 33.º e alínea *c*) do n.º 1, do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.
17 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. Rogério Santos Pinto, Vice — Presidente da Câmara;
1.º Vogal Efectivo — Sr. José Manuel da Silva Alves, Vereador a tempo inteiro que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal Efectivo — Arq. João Manuel Mendonça Cavaco Matias, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística;
1.º Vogal Suplente — Dra. Isabel Alexandra Lopes Cavaco Cabrita, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos;
2.º Vogal Suplente — Dra. Dina Paula Correia Baiona, Directora de Departamento de Administração Geral.

18 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rogério Santos Pinto*.

301123318

CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS

Aviso n.º 1244/2009

Dr. Carlos Manuel Simões das Neves, vice-presidente da Câmara Municipal de Vagos:
Para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, torna-se público que a Assembleia Municipal de Vagos, em sessões realizadas nos dias 26 de Setembro e 19 de Dezembro de 2008, deliberou aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, a Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, depois de ter sido aprovada em reuniões do executivo realizadas nos dias 12 de Setembro e 28 de Novembro de 2008, consubstanciada nos documentos anexos.

23 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Simões das Neves.*

Regulamento interno

Nota justificativa

A reestruturação organizacional dos serviços municipais resulta, objectivamente, das implicações da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. Contudo, a reestruturação que se pretende realizar justifica-se pela necessidade de implementar um conjunto de medidas, essenciais para suportar o desenvolvimento da autarquia local, de forma a possibilitar uma melhor desempenho da sua missão.
O actual modelo de organização, os recursos existentes e a forma de coordenação interna são factores que contribuem para o atraso na implementação das medidas de política e interferem na qualidade do serviço público.
Com base nas reclamações e nas solicitações dirigidas aos serviços municipais, facilmente se encontram disfunções — ao nível das condições, gestão e da organização de trabalho, comunicação/coordenação das actividades e da estratégia adoptada — , motivadoras de comportamentos individuais e de grupo, que acarretam, muitas vezes, custos elevados — em termos de imagem, desmotivação, produtividade e absentismo.
A imagem externa do Município de Vagos pode-se traduzir num contexto de mau funcionamento, devido ao elevado tempo de espera e à qualidade do serviço; aos encargos suportados, em consequência da necessidade de um elevado número de pagamentos e da necessidade de várias deslocações aos serviços e de uma certa indiferença pelos cidadãos, motivada pelas condições de atendimento, e ainda pelo desempenho das mesmas.
Uma análise mais profunda a este panorama, revela-nos a existência de uma disfunção organizacional com reflexos negativos na qualidade actual dos serviços, o que condiciona a assunção de novos desafios. Partindo desta premissa, torna-se imperioso implementar um novo modelo de gestão, que tenha em conta os desafios e as exigências externas, e que garanta, ainda, níveis elevados de motivação interna, por parte dos trabalhadores.
Desta forma, propõe-se atingir os seguintes objectivos:

a) A melhoria da qualidade de desempenho, onde se verifique uma resposta rápida aos cidadãos e se ajustem os serviços e os procedimentos às suas necessidades;

b) A redução de custos, através da diminuição de formalidades, facilitando o acesso aos serviços disponíveis;
c) Melhorar o atendimento, personalizando-o, e potenciar as condições físicas do mesmo.

A organização dos serviços municipais tem-se baseado na cultura da função — característica comum a vários sectores da Administração Pública local — tendo por base uma estrutura hierárquico-funcional demasiado rígida. Com este modelo de reestruturação não se deseja adoptar nenhuma cultura organizacional em particular. Pretende-se, sim, valorizar o objectivo, a complementaridade, a cooperação, a competência e a capacidade, em detrimento da respectiva norma, da hierarquia, da auto-suficiência e da antiguidade. Um aspecto fundamental do modelo agora proposto está na implementação de um novo formato de organização do trabalho.

A última reestruturação dos serviços municipais ocorrida em 2002 e publicada no apêndice n.º 170, 2.ª série, n.º 264, de 14 de Novembro de 2003 teve como finalidade principal "corrigir alguns desajustamentos detectados na estrutura precedente". Ou seja, os objectivos de organização foram fixados em função da estrutura orgânica, então existente, segundo uma lógica de continuidade.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a publicação dos diplomas legais conexos e os novos desafios que se colocam à administração local, verifica-se a necessidade de uma adaptação contínua da estrutura orgânica.

O sucesso desta nova organização depende dos trabalhadores, nomeadamente no que respeita a lideranças, competências e apetência para o desempenho dos vários postos de trabalho. É necessário reforçar as competências horizontais, identificando as necessidades de formação, com incidência no uso das tecnologias da informação e da comunicação, para atingir os objectivos da autarquia local e as expectativas individuais, de cada trabalhador.

É com base em tais necessidades e que decorre da Lei n.º 12-A/2007, de 27 de Fevereiro, em termos de gestão de recursos humanos, que é elaborada a presente proposta de regulamento, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em vista da sua aprovação.

CAPÍTULO I

Objectivos, princípios e normas de actuação dos serviços municipais

Artigo 1.º

Âmbito e objectivos

1 — O presente regulamento aplica-se a todos os serviços municipais, define os objectivos, a organização e os níveis de actuação dos mesmos, bem como os princípios que os regem, nos termos da legislação em vigor.

2 — No âmbito das suas actividades todos os serviços municipais devem prosseguir, nos termos e nas formas previstas na lei, os seguintes objectivos:

a) Obtenção de crescentes índices de melhoria na prestação de serviços às populações;
b) Prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos dos cidadãos, observando-se todos os princípios de actuação previstos no Código do Procedimento Administrativo e demais normas aplicáveis;
c) Promoção da participação dos cidadãos no andamento dos assuntos municipais;
d) Promoção do progresso económico, social e cultural do concelho;
e) Máximo aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis;
f) Dignificação e valorização profissional dos trabalhadores municipais;
g) Resolução atempada dos problemas das populações;
h) Prestígio e dignificação do Poder Local.

Artigo 2.º

Princípios orientadores

1 — No desempenho das suas actividades, os serviços e os trabalhadores municipais actuarão sempre em concordância com os princípios deontológicos da Administração Pública, e com os seguintes princípios:

a) Sentido de missão e serviço público, consubstanciados pela consideração dos interesses legítimos dos cidadãos e pelo respeito das decisões dos órgãos autárquicos;
b) Aproximação aos cidadãos, através da realização dos princípios da informação, colaboração, legalidade, participação e da administração aberta;
c) Desburocratização, eficiência e eficácia, devendo ser concretizadas por métodos e técnicas de gestão, que permitam conciliar os preceitos económico-financeiros, os critérios sociais e humanos;
d) Coordenação dos serviços e racionalização dos circuitos administrativos, com vista à articulação entre as diversas unidades orgânicas, e à execução das deliberações dos órgãos autárquicos;
e) Autonomia técnica dos dirigentes e trabalhadores.

CAPÍTULO II

Estrutura dos serviços municipais

SECÇÃO I

Tipos de unidades orgânicas

Artigo 3.º

Unidades orgânicas permanentes

1 — Para a prossecução das suas atribuições legais, o Município de Vagos dispõe de serviços organizados ao nível das seguintes unidades orgânicas estruturais:

a) Divisões — unidades orgânicas, de carácter permanente, com atribuições de âmbito operativo e instrumental;
b) Gabinetes de apoio técnico — unidades orgânicas de assessoria e apoio directo aos órgãos municipais e ou integradas em divisões, em matérias de carácter técnico;
c) Sectores/Secções — unidades orgânicas, de carácter técnico-administrativo e logístico, que agregam actividades instrumentais e operativas nos vários serviços de apoio;
d) Gabinetes de apoio administrativo — unidades orgânicas de apoio aos eleitos locais e dirigentes nas tarefas de carácter administrativo.
e) Núcleos — subunidades orgânicas reveladoras da divisão de trabalho daquela em que estão integradas.

Artigo 4.º

Unidades orgânicas temporárias

Poderão ser criadas, nos casos em que as necessidades de serviço o exijam, estruturas de projecto.

SECÇÃO II

Macroestrutura

Artigo 5.º

Unidades de assessoria e apoio técnico

a) Gabinete de Apoio à Câmara Municipal;
b) Gabinete de Comunicação e Relações Públicas;
c) Gabinete de Apoio ao Cidadão;
d) Gabinete de Auditoria e Controlo Interno;
e) Serviço de Informática e Telecomunicações;
f) Serviço Municipal de Protecção Civil.

Artigo 6.º

Unidades instrumentais e operativas

a) Divisão Administrativa;
b) Divisão Jurídica;
c) Divisão Económica e Financeira;
d) Divisão de Obras Particulares;
e) Divisão de Planeamento e Urbanismo;
f) Divisão de Obras Municipais;
g) Divisão de Serviços Operacionais;
h) Divisão de Ambiente, Água e Saneamento;
i) Divisão de Educação, Cultura e Assuntos Sociais;
j) Divisão de Desporto.

CAPÍTULO III

Microestrutura

SECÇÃO I

Funções

Artigo 7.º

Funções comuns

1 — São funções comuns aos diversos serviços municipais:

a) Elaborar estudos e propostas necessárias à definição das políticas municipais, no âmbito das suas atribuições, e assegurar a sua execução;

b) Elaborar, e submeter à aprovação superior, as instruções, regulamentos e normas que forem julgadas necessárias ao exercício da sua actividade, bem como propor medidas para a melhoria do funcionamento dos serviços e para a execução correcta das competências municipais;

c) Preparar, quando solicitadas, as minutas dos assuntos a submeter a deliberação da Câmara Municipal ou a despacho dos respectivos membros;

d) Colaborar na elaboração dos diferentes instrumentos de planeamento, programação e gestão da actividade municipal;

e) Promover, e coordenar, a recolha de elementos estatísticos, e de outra natureza, de interesse para a gestão municipal;

f) Informar e dar pareceres sobre os assuntos da sua área de responsabilidade;

g) Assegurar a comunicação necessária com os demais serviços, de forma a permitir uma actuação integrada, no desempenho das respectivas actividades;

h) Coordenar a actividade das unidades dependentes de cada um dos serviços, em consonância com o plano de actividades, e assegurar a correcta execução das tarefas, dentro dos prazos determinados;

i) Gerir os recursos humanos, técnicos e materiais afectos ao serviço, tendo sempre em vista o correcto atendimento das populações locais;

j) Executar as deliberações de Câmara Municipal e os despachos do seu Presidente e dos vereadores com competências delegadas, nas áreas dos respectivos serviços;

k) Participar, sempre que for determinado, nas reuniões dos órgãos municipais, comissões ou órgãos consultivos da autarquia local;

l) Assegurar a cooperação técnica e ou a representação da Câmara Municipal, sempre que for determinado;

m) Receber, e divulgar, a informação necessária entre os diversos serviços, tendo em vista o seu bom funcionamento e interdependência;

n) Remeter ao arquivo geral, no final de cada ano, os documentos e processos que hajam sido objecto de decisão final, e que se mostrem desnecessários ao normal funcionamento dos serviços;

o) Zelar pelo cumprimento dos deveres gerais dos trabalhadores do município, com especial relevo para os de pontualidade e assiduidade, e participar as respectivas ausências ao Sector de Recursos Humanos, pela forma e nos prazos que se encontrem determinados;

p) Exercer as demais atribuições, que lhe sejam cometidas por lei, regulamento, deliberação ou despacho.

SECÇÃO II

Competências

Artigo 8.º

Competências dos titulares de cargos dirigentes

1 — Aos chefes de divisão compete:

a) Submeter a despacho do Presidente da Câmara Municipal, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua decisão;

b) Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica, a correspondência e eles referente;

c) Propor ao Presidente da Câmara Municipal tudo o que seja do interesse para a autarquia local;

d) Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas;

e) Estudar os problemas de que sejam incumbidos pelo Presidente da Câmara Municipal e propor as soluções adequadas;

f) Promover a execução das decisões do Presidente da Câmara Municipal e das deliberações do órgão a que pertence, nas matérias que interessam à respectiva unidade orgânica;

g) Definir os objectivos de actuação da sua unidade orgânica, tendo em conta os objectivos gerais estabelecidos;

h) Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de actividades, e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;

i) Garantir a coordenação das actividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;

j) Gerir, com rigor e eficiência, os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afectos à sua unidade orgânica, optimizando os meios e adoptando medidas, que permitam simplificar e acelerar procedimentos, e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;

k) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;

l) Efectuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores, e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e as competências necessárias ao exercício do respectivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;

m) Divulgar, junto dos trabalhadores, os documentos internos e as normas de procedimento a adoptar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as acções a desenvolver para o cumprimento dos objectivos daquele, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte de cada um deles;

n) Proceder, de forma objectiva, à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo, e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objectivos e promove o espírito de equipa;

o) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da sua unidade orgânica, e propor a frequência das acções consideradas adequadas ao suprimento das mesmas, sem prejuízo do direito à autoformação;

p) Proceder ao controlo efectivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho, por parte dos trabalhadores da sua unidade orgânica;

q) Autorizar a emissão das certidões de documentos arquivados na respectiva unidade orgânica, excepto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição daqueles aos interessados.

Artigo 9.º

Competências dos titulares de cargos de chefia

1 — Aos coordenadores técnicos compete:

a) Coordenar, orientar e supervisionar as actividades desenvolvidas na secção respectiva;

b) Distribuir o trabalho pelos trabalhadores, emitir directivas e orientar a execução das tarefas;

c) Equacionar a problemática do pessoal (carências, objectivos de formação, gestão de carreiras), e aferir as necessidades dos meios materiais indispensáveis ao funcionamento da secção;

d) Organizar os processos referentes à secção;

e) Informar, e atender, os trabalhadores e cidadãos em geral;

f) Emitir pareceres, informações e gerir o expediente.

Artigo 10.º

Delegação de competências

1 — Os titulares de cargos de direcção:

a) Exercem as competências, que neles forem delegadas ou subdelegadas, nos termos da lei;

b) Podem delegar ou subdelegar, nos titulares de cargos de direcção de nível e grau inferior, as competências que neles tenham sido delegadas ou subdelegadas, com faculdade de subdelegação, e desde que exista a correspondente autorização do delegante ou subdelegante.

SECÇÃO III

Unidades de assessoria e apoio técnico

Artigo 11.º

Gabinete de Apoio à Câmara Municipal

1 — Ao Gabinete de Apoio à Câmara Municipal competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assessorar o Presidente da Câmara Municipal e os vereadores com competências delegadas, nos domínios da preparação da sua actuação, colhendo e tratando os elementos necessários para a eficaz elaboração

das propostas por si subscritas, a submeter aos outros órgãos da autarquia local, ou para a tomada de decisão, no âmbito dos seus poderes próprios ou delegados;

b) Promover os contactos com os serviços municipais, órgãos da Administração Local ou outros, sempre que necessários e convenientes ao correcto funcionamento daqueles e ao desenvolvimento das actividades a implementar;

c) Prestar o apoio necessário à Assembleia Municipal e aos eleitos locais;

d) Secretariar o Presidente da Câmara Municipal e os vereadores com competências delegadas, nomeadamente, no que se refere ao atendimento ao público, e à marcação de contactos com entidades externas;

e) Recolher, e organizar, os elementos necessários à realização das reuniões do Presidente da Câmara Municipal e dos vereadores com competências delegadas, e de outras no âmbito da Administração Local;

f) Assegurar o atendimento aos cidadãos ou a outras entidades que tenham sido encaminhadas para o Presidente da Câmara Municipal ou para os vereadores com competências delegadas, coordenando entrevistas, sempre que se julgue necessário;

g) Preparar os contactos exteriores do Presidente da Câmara Municipal e dos vereadores com competências delegadas, fornecendo os documentos que permitam a sua análise prévia;

h) Assegurar a preparação, organização e andamento de todo o expediente do Presidente da Câmara Municipal;

i) Arquivar, e manter devidamente organizada, a documentação, assim como a correspondência do Presidente da Câmara Municipal e dos vereadores com competências delegadas;

j) Promover a organização e manutenção do arquivo do Presidente da Câmara Municipal e dos vereadores com competências delegadas;

k) Assegurar outras atribuições que lhe sejam cometidas, em matéria de assessoria técnica e administrativa, e de secretariado.

Artigo 12.º

Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

1 — Ao Gabinete de Comunicação e Relações Públicas competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Manter a população informada sobre as actividades dos órgãos da autarquia local;

b) Proceder à elaboração e ou gestão dos meios de comunicação adoptados pela autarquia local, nomeadamente, SMS, infomail`s, linha azul, e-mail, Boletim Municipal e outros que venham a ser implementados;

c) Colaborar na preparação, organização e acompanhamento de reuniões, cerimónias solenes ou outros eventos, debates, colóquios promovidos pela autarquia local, bem como das entidades públicas, ou outras, de visita ao concelho;

d) Recolher, e analisar, toda a informação divulgada pelos órgãos de comunicação social referentes ou de interesse para o concelho e para a acção autárquica;

e) Promover a recolha de informação, organização e elaboração do Boletim Municipal;

f) Assegurar a concepção, impressão e distribuição do Boletim Municipal;

g) Elaborar, e editar, comunicados, brochuras e outra documentação informativa destinada a manter a população local informada sobre as actividades dos órgãos da autarquia;

h) Manter organizado o arquivo de documentação de notícias com interesse para o concelho;

i) Acompanhar a Câmara Municipal, as iniciativas da autarquia local e as realizadas no concelho, procedendo à elaboração de reportagens e notícias, bem como ao registo fotográfico das mesmas;

j) Organizar dossiers temáticos;

k) Garantir a promoção pública das iniciativas da autarquia local e das realizadas no concelho, nomeadamente, através do recurso ao website, à newsletter, ao Boletim Municipal ou outros meios a adoptar;

l) Acompanhar, e apoiar, com recurso a meios fotográficos, audiovisuais e outros, as iniciativas organizadas pela autarquia local e promover a sua divulgação;

m) Coordenar a publicidade da autarquia local nos órgãos de comunicação social, conceber e uniformizar a imagem gráfica, desenvolver e implementar campanhas, produtos e meios de divulgação necessários aos vários sectores de actividade a prosseguir, competindo-lhe, ainda, catalogar, registar e manter actualizada a base de dados de materiais e produtos, de forma a garantir a sua racionalização e a reutilização;

n) Pesquisar, e elaborar, notícias e comunicados de imprensa, com relevo para a autarquia local;

o) Assegurar a aquisição de jornais, revistas e outras publicações de interesse para a autarquia local, de acordo com as orientações definidas pelos responsáveis;

p) Organizar, diariamente, a análise da imprensa, com relevo para a autarquia local;

q) Promover, e realizar, conferências de imprensa e outros eventos;

r) Conceber campanhas institucionais nos diferentes órgãos de comunicação social;

s) Criar e gerir campanhas publicitárias (cartazes, mailing`s, infomail`s, desdobráveis, flyer`s, convites, publicações, etc.);

t) Catalogar e manter actualizada a base de trabalho executado;

u) Apoiar o Gabinete de Apoio à Câmara Municipal.

Artigo 13.º

Gabinete de Apoio ao Cidadão

1 — Ao Gabinete de Apoio ao Cidadão compete:

a) Facilitar as relações dos cidadãos com a autarquia local;

b) Prestar aos cidadãos todo o apoio, fornecendo-lhes todas as informações sobre o funcionamento dos órgãos e serviços municipais e as formas mais práticas de aceder aos mesmos;

c) Facultar os necessários esclarecimentos, nos aspectos que aos cidadãos digam respeito, designadamente, no que se refere à sua protecção no âmbito dos serviços públicos essenciais;

d) Recolher dos cidadãos as opiniões e sugestões respeitantes ao funcionamento dos serviços, com vista ao seu aperfeiçoamento e obtenção de melhores níveis de qualidade;

e) Auxiliar o cidadão na formulação de reclamações;

f) Fornecer aos cidadãos o resultado das reclamações por estes formuladas;

g) Propor a adopção das medidas julgadas pertinentes para melhorar as relações com a autarquia local;

h) Desenvolver quaisquer outras acções, que lhe sejam determinadas, dentro do respectivo âmbito de actuação.

Artigo 14.º

Gabinete de Auditoria e Controlo Interno

1 — Ao Gabinete de Auditoria e Controlo Interno compete:

a) Desenvolver procedimentos de auditoria interna (administrativa, financeira, jurídica, tecnológica e de gestão), tendo em vista a maior racionalidade, operacionalidade e eficácia no desempenho dos serviços municipais;

b) Salvaguardar a legalidade e regularidade, no que respeita à preparação, execução e modificação dos documentos previsionais, à elaboração das demonstrações financeiras e ao sistema contabilístico;

c) Avaliar o grau de realização do plano de actividades, comparando-o com o nível de execução orçamental;

d) Apreciar o nível de gestão orçamental, detectando desvios e propondo as necessárias medidas de correcção;

e) Analisar o cumprimento das normas e procedimentos constantes da norma de controlo interno, tendo em vista o respeito e integral observância dos princípios gerais da acção administrativa, propondo medidas de correcção;

f) Verificar a exactidão e integridade dos registos contabilísticos, garantindo a fiabilidade da informação produzida;

g) Promover a adequada utilização dos fundos e o cumprimento dos limites legais de assunção de encargos;

h) Assegurar a salvaguarda do património;

i) Controlar as aplicações e o ambiente informático, no que diz respeito aos níveis de acesso, e respeitando o princípio da segregação de funções;

j) Reunir e fornecer aos organismos de tutela todos os elementos e informações solicitados;

k) Averiguar os fundamentos de queixas, reclamações ou exposições de cidadãos sobre o funcionamento dos serviços municipais, propondo, se for caso disso, medidas destinadas a corrigir procedimentos julgados incorrectos, ineficazes, ilegais ou ofensivos de direitos ou interesses legalmente protegidos;

l) Desenvolver quaisquer outros procedimentos relacionados com auditorias.

Artigo 15.º

Serviço de Informática e Telecomunicações

1 — O Serviço de Informática e Telecomunicações (SIT) engloba:

a) Sector de Informática;

b) Sector de Telecomunicações.

2 — Ao Sector de Informática (SI) compete:

a) Prestar apoio a todos os serviços e órgãos municipais, mediante a implementação e introdução de meios e processos electrónicos de tratamento da informação;

b) Elaborar estudos no âmbito do serviço;
c) Executar as tarefas de recolha automática da informação, das aplicações e rotinas que devam ser implementadas nos equipamentos atribuídos;
d) Promover, programar, organizar e apoiar a informatização dos serviços, em conformidade com as exigências de cada um deles;
e) Planear e controlar os circuitos da informação destinada a tratamento informático, no âmbito dos serviços e nas suas relações com os cidadãos, em ordem a serem executadas todas as tarefas, de acordo com as condições e prazos estipulados;
f) Assegurar a execução dos procedimentos destinados a permitir a adequada manutenção e protecção dos arquivos e ficheiros, qualquer que seja o seu suporte, através das necessárias cópias de segurança e, quando caso disso, recuperações da informação neles contida;
g) Executar todas as aplicações de gestão, indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços municipais;
h) Manter todo o equipamento e o software de exploração, em condições operacionais;
i) Executar todas as demais tarefas relacionadas com a informática.

3 — Ao Sector de Telecomunicações (ST) compete:

a) Assegurar todas as comunicações dos serviços da autarquia local com o exterior e o inverso, ou entre aqueles, através da utilização de quaisquer meios, com excepção da correspondência postal;
b) Superintender no funcionamento dos serviços de telefone, telecópia, correio electrónico e outros tipos de comunicação avançadas;
c) Garantir as comunicações entre os serviços e com o exterior, nas melhores condições possíveis, com sigilo, celeridade e eficácia;
d) Elaborar a documentação e os manuais de orientação e apoio dos utilizadores;
e) Providenciar pela conservação dos equipamentos que lhe estão afectos, propondo a sua actualização e substituição, sempre que necessárias.

Artigo 16.º

Serviço Municipal de Protecção Civil

1 — O Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC), responsável pela prossecução das actividades de protecção civil, no âmbito municipal, engloba:

a) Gabinete Técnico Florestal (GTF);
b) Núcleo de Apoio Administrativo, com a composição que, pontualmente, for definida.

2 — Ao SMPC compete assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de protecção civil, assim como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à que é da responsabilidade municipal.
3 — Ao SMPC compete, no âmbito dos seus poderes de planeamento e operações:

a) Acompanhar a elaboração e actualizar o plano municipal de emergência e os especiais, quando estes existam;
b) Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
c) Inventariar e actualizar, em permanência, os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC;
d) Realizar estudos técnicos, com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afectar o concelho, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação, e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
e) Manter informação actualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no concelho, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adoptadas para fazer face às respectivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das acções realizadas em cada caso;
f) Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro, em situação de emergência;
g) Instalar, organizar e gerir os centros de alojamento, a accionar em situação de emergência;
h) Elaborar planos prévios de intervenção, assim como preparar e propor a execução de exercícios e simulacros, que contribuam para uma actuação eficaz de todas as entidades intervenientes, nas acções de protecção civil;
i) Estudar as questões, de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.

4 — Ao SMPC compete, nos domínios da prevenção e segurança:

a) Propor medidas de segurança, face aos riscos inventariados;
b) Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
c) Elaborar projectos de regulamentação, de prevenção e segurança;
d) Realizar acções de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações locais, face aos riscos e cenários previsíveis;
e) Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos, em cenários prováveis previamente definidos;
f) Fomentar o voluntariado em protecção civil;
g) Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

5 — O SMPC, no que se refere à matéria da informação pública, dispõe dos seguintes poderes:

a) Assegurar a pesquisa, análise, selecção e difusão da documentação, com importância para a protecção civil;
b) Divulgar a missão e estrutura do SMPC;
c) Recolher a informação emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC, destinada à divulgação pública, e relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;
d) Promover e incentivar acções de divulgação sobre protecção civil, junto dos cidadãos, com vista à adopção de medidas de auto-protecção;
e) Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a observar pela população local, para fazer face à situação;
f) Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do Presidente da Câmara Municipal ou vereador com competências delegadas.

6 — No âmbito florestal, as competências do SMPC podem ser exercidas pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF).
7 — Ao Gabinete Técnico Florestal compete:

a) Elaborar bases de dados cartográficas, identificando as infra-estruturas florestais, delimitando as zonas de risco de incêndio e as áreas de abandono;
b) Dar apoio técnico à elaboração dos planos municipais de emergência e outros.

8 — Ao Núcleo de Apoio Administrativo compete dar assistência ao SMPC.

SECÇÃO IV

Unidades instrumentais

Artigo 17.º

Divisão Administrativa

1 — A Divisão Administrativa (DA) é dirigida por um chefe de divisão, directamente dependente do Presidente da Câmara Municipal ou do vereador com competências delegadas.
2 — O chefe de divisão exerce, por inerência, as funções de notariado privativo, nos actos e contratos em que a autarquia local for outorgante, salvo deliberação da Câmara Municipal em sentido diverso.
3 — A DA engloba as seguintes secções e sectores:

a) Secção de Recursos Humanos;
b) Secção de Expediente Geral e Actas;
c) Secção de Atendimento ao Cidadão;
d) Sector de Património e Notariado;
e) Sector de Arquivo.

4 — À DA competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Prestar apoio técnico e administrativo às actividades por si desenvolvidas, bem como pelos órgãos e restantes serviços municipais que não disponham de apoio próprio;
b) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
c) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
d) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
e) Certificar os factos e os actos, que constem dos arquivos da Câmara Municipal;
f) Assegurar, de forma centralizada, o recrutamento, selecção e contratação de pessoal;
g) Preparar a documentação orientadora ou regulamentar de actuações em matérias relacionadas com o pessoal;

h) Coordenar e controlar o atendimento público dos serviços da unidade orgânica;
i) Assegurar o expediente geral da Câmara Municipal;
j) Promover a organização do sistema de registo e controlo da correspondência, assim como a actualização do plano de classificação de expediente e arquivo;
k) Garantir o normal desenvolvimento e respectivo controlo, de todos os processos de expediente geral;
l) Assegurar a gestão da actividade de emissão de licenças e a cobrança das taxas regulamentares, afectas à unidade orgânica;
m) Coordenar a gestão do Arquivo Municipal;
n) Assegurar a administração dos serviços auxiliares;
o) Zelar pela limpeza do edifício dos Paços do Concelho e respectivos mobiliários e equipamentos;
p) Assegurar outras atribuições que lhe sejam cometidas no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 18.º

Secção de Recursos Humanos

1 — À Secção de Recursos Humanos competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Colaborar na elaboração dos diferentes instrumentos de planeamento, programação e orçamentação na actividade da Divisão Administrativa;
b) Propor e colaborar na execução de medidas tendentes ao aperfeiçoamento organizacional e à racionalização dos recursos humanos;
c) Proceder à análise, estudo e proposta de normas, regulamentos e políticas de pessoal;
d) Assegurar as acções necessárias à abertura e tramitação dos processos de recrutamento e selecção de pessoal;
e) Promover as acções necessárias ao recrutamento de pessoal, definindo perfis, métodos e critérios de selecção;
f) Executar os procedimentos administrativos relacionados com a gestão de pessoal, designadamente, com a contratação, alteração do posicionamento remuneratório, acesso nas carreiras pluricategoriais;
g) Promover acções de acolhimento e integração dos trabalhadores, assegurando a sua identificação com a natureza, os objectivos, as finalidades e a cultura da autarquia local;
h) Assegurar e manter organizado o cadastro individual dos trabalhadores;
i) Instruir todos os processos de inscrição e dos trabalhadores na ADSE, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, bem como os processos de abono de família e outras prestações complementares;
j) Processar os vencimentos e outros abonos e assegurar o respectivo pagamento, através das instituições bancárias, nos prazos estipulados;
k) Recolher e tratar dados, para fins estatísticos e de gestão, relativos a encargos salariais, trabalho extraordinário e nocturno, ajudas de custo, comparticipações na doença, acidentes de trabalho, abonos complementares, subsídios e outros;
l) Elaborar o balanço social;
m) Elaborar o mapa de férias, de acordo com os planos fornecidos pelos vários serviços;
n) Elaborar as listas de antiguidade;
o) Registar os elementos relativos a férias, faltas e licenças dos trabalhadores;
p) Organizar, e acompanhar, o processo de avaliação do desempenho dos trabalhadores da autarquia local;
q) Prestar informações e pareceres, sobre as matérias inerentes à sua actividade;
r) Organizar, e manter actualizados, os processos relativos aos seguros de acidentes de trabalho e de acidentes pessoais;
s) Executar o expediente relativo aos seguros de pessoal;
t) Proceder ao controlo da assiduidade, e promover os procedimentos necessários, junto dos serviços respectivos;
u) Apoiar as actividades desenvolvidas no âmbito da higiene e segurança no trabalho;
v) Assegurar a execução de exames médicos periódicos aos trabalhadores;
w) Organizar os processos e efectuar os exames médicos de aptidão para o trabalho na altura da contratação ou mudança de posto de trabalho;
x) Preparar e manter actualizados os ficheiros médicos dos trabalhadores;
y) Assegurar a execução de exames de aptidão, após doença prolongada ou acidente de trabalho;
z) Assegurar outras funções na área da medicina de trabalho;
aa) Executar outras tarefas que lhe forem cometidas.

Artigo 19.º

Secção de Expediente Geral e Actas

1 — À Secção de Expediente Geral e Actas competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Executar as tarefas inerentes à recepção, classificação, distribuição e expedição de correspondência, assim como de outros documentos;
b) Apoiar os órgãos da autarquia local, organizar a ordem do dia e elaborar as actas das reuniões e sessões;
c) Promover a divulgação pelos serviços das normas internas e demais directivas, de carácter genérico;
d) Colaborar, sempre que solicitado, com as juntas de freguesia, na elaboração dos recenseamentos e em todos os serviços complementares;
e) Assegurar, e acompanhar, todos os processos eleitorais, incluindo os referendos;
f) Promover a afixação e arquivar os avisos, editais e anúncios, nos locais e suportes para esse fim destinados;
g) Registar e ou arquivar posturas, regulamentos, ordens de serviço, requerimentos, correspondência e demais documentos;
h) Executar outras tarefas que lhe forem cometidas.

Artigo 20.º

Secção de Atendimento ao Cidadão

1 — À Secção de Atendimento ao Cidadão competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar o atendimento ao cidadão, designadamente, nas áreas de obras particulares, águas e saneamento, taxas e licenças, passes escolares, rendas, recenseamento militar, espectáculos;
b) Manter a área de atendimento devidamente organizada, tanto ao nível administrativo, como em termos logísticos;
c) Conservar os requerimentos para uso dos cidadãos actualizados, e conforme as disposições legais em vigor;
d) Registar, e organizar, os processos, direccionando-os para os respectivos sectores para o efeito de tratamento e posterior decisão;
e) Analisar, esclarecer, apoiar e dar andamento a todas as reclamações, críticas e sugestões apresentadas pelos cidadãos, sobre assuntos de interesse para a autarquia local;
f) Efectuar a marcação de audiências;
g) Recolher, junto dos vários serviços, os esclarecimentos necessários, a fim de prestar a informação aos cidadãos, com maior clareza e fundamento;
h) Garantir o apoio aos cidadãos, no que respeita à defesa dos seus legítimos interesses e direitos;
i) Prestar ajuda aos cidadãos na organização e instrução das suas pretensões, relativas às matérias da competência da autarquia local;
j) Elaborar, e submeter à aprovação superior, as propostas que visem melhorar o relacionamento entre os cidadãos e os serviços municipais;
k) Assegurar a elaboração da informação estatística sobre o atendimento ao público;
l) Garantir o funcionamento do balcão virtual da Câmara Municipal, dando seguimento aos requerimentos e demais solicitações, que deram entrada por esta via, de acordo com as competências da unidade orgânica;
m) Executar outras tarefas que lhe forem cometidas.

Artigo 21.º

Sector de Património e Notariado

1 — Ao Sector de Património competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Organizar, e manter actualizado, o inventário e cadastro de todos os bens da autarquia local, designadamente, os do domínio público e privado, sob sua jurisdição;
b) Promover, e coordenar, o levantamento e sistematização da informação, que assegure o conhecimento de todos os bens da autarquia local e a respectiva localização;
c) Assegurar a gestão e controlo do património, incluindo a coordenação do processamento das folhas de carga, em conformidade com o estipulado no Sistema de Controlo Interno;
d) Desenvolver, e acompanhar, todos os processos de inventariação, transferência, abate, permuta e alienação de bens móveis e imóveis da autarquia local, de acordo com as regras estabelecidas pelo POCAL e demais legislação aplicável;
e) Organizar, e manter actualizados, os processos e ficheiros relativos aos seguros de todos os bens, de acidentes de trabalho e acidentes pessoais, e outros que a autarquia local subscreva;

f) Proceder a conferências físicas — coordenar as verificações periódicas e parciais, de acordo com as necessidades do serviço, e em cumprimento do plano anual de acompanhamento e controlo, que deve propor à Câmara Municipal;
g) Elaborar mapas finais, de fecho de ano;
h) Assegurar o funcionamento do notariado privativo da Câmara Municipal, nos seus vários aspectos, especialmente na preparação da documentação necessária, e organização dos respectivos processos para a celebração de escrituras;
i) Organizar, e manter, um ficheiro das escrituras celebradas;
j) Promover o registo dos imóveis, propriedade da autarquia local;
k) Executar outras tarefas que lhe forem cometidas.

Artigo 22.º

Sector de Arquivo

1 — Ao Sector de Arquivo competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Organizar, e controlar, o arquivo da Câmara Municipal;
b) Assegurar, e fiscalizar, o empréstimo dos documentos do arquivo;
c) Colaborar na actualização sistemática do plano de classificação de arquivo;
d) Promover a conservação dos documentos em arquivo;
e) Fomentar a existência de condições de segurança das instalações do arquivo;
f) Organizar, e assegurar, o funcionamento do arquivo, conservando-o, e propondo, logo que decorridos os prazos estipulados por lei, a inutilização dos documentos;
g) Executar outras tarefas que lhe forem cometidas.

Artigo 23.º

Divisão Jurídica

1 — A Divisão Jurídica (DJ) é dirigida por um chefe de divisão, directamente dependente do Presidente da Câmara Municipal, ou do vereador com competências delegadas.
2 — O chefe de divisão exerce, por inerência, as funções do juiz de execuções fiscais.
3 — A DJ engloba os seguintes sectores:

a) Sector de Assessoria e Contencioso;
b) Sector de Contra-Ordenações e Execuções Fiscais;
c) Sector de Fiscalização;
d) Sector de Taxas e Licenças.

4 — À Divisão Jurídica competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
c) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
d) Assegurar a fiscalização das posturas e regulamentos municipais;
e) Acompanhar a acção da fiscalização municipal, na dependência da unidade orgânica;
f) Assegurar outras atribuições que lhe sejam cometidas no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 24.º

Sector de Assessoria e Contencioso

1 — Ao Sector de Assessoria e Contencioso competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Prestar apoio técnico de consulta jurídica ao Presidente da Câmara Municipal, bem como aos restantes serviços municipais;
b) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

Artigo 25.º

Sector de Contra-Ordenações e Execuções Fiscais

1 — Ao Sector de Contra-Ordenações e Execuções Fiscais competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Organizar, e instruir, os processos de contra-ordenação e de execuções fiscais;
b) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

Artigo 26.º

Sector de Fiscalização

1 — Ao Sector de Fiscalização competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Fiscalizar o cumprimento da legislação em vigor, dos regulamentos e posturas municipais;
b) Elaborar auto de notícia, sempre que seja detectada a execução de obras de construção, em desconformidade com os projectos aprovados e as condições fixadas no licenciamento;
c) Promover as acções necessárias, após a verificação do não cumprimento da legislação em vigor, dos regulamentos e posturas municipais, com vista à elaboração dos autos de notícia;
d) Realizar as intimações, notificações e citações;
e) Informar sobre actividades insalubres, incómodas, tóxicas ou perigosas, que possam colocar em causa a saúde pública;
f) Participar em acções de fiscalização e em vistorias de protecção e defesa da salubridade pública;
g) Fiscalizar a ocupação da via pública e a afixação dos anúncios e reclames;
h) Detectar, e participar, as fraudes do consumo de água;
i) Elaborar autos de notícia, de contra-ordenação, de contravenção e de embargo;
j) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

Artigo 27.º

Sector de Taxas e Licenças

1 — Ao Sector de Taxas e Licenças competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Proceder à organização e manutenção dos processos ligados às taxas municipais;
b) Manter actualizados os diversos ficheiros de informação, relacionados com as diversas taxas e licenças;
c) Assegurar o expediente e arquivo do sector;
d) Estabelecer as relações funcionais com os serviços necessários ao desenvolvimento das suas tarefas;
e) Expedir avisos e publicar editais para pagamento de taxas e licenças;
f) Zelar pelo cumprimento das posturas e regulamentos respeitantes à cobrança de taxas e licenças;
g) Executar outras tarefas que lhe sejam cometidas.

Artigo 28.º

Divisão Económica e Financeira

1 — A Divisão Económica e Financeira (DEF) é dirigida por um chefe de divisão, directamente dependente do Presidente da Câmara Municipal ou do vereador com competências delegadas.
2 — A DEF engloba os seguintes secções/sectores:

a) Secção de Contabilidade;
b) Tesouraria;
c) Secção de Aprovisionamento e de Gestão Administrativa de Fornecimentos;
d) Sector de Compras e Concursos;
e) Sector de Armazéns e Economato;
f) Sector de Desenvolvimento Económico, Planeamento e Controlo Financeiro.

3 — À Divisão Económica e Financeira competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
c) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
d) Assegurar a preparação do projecto das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, a submeter à apreciação da Câmara Municipal, procedendo à necessária coordenação e análise dos elementos de informação, de previsão e classificação de receitas e despesas;
e) Promover a execução do orçamento, procedendo às respectivas revisões e alterações;
f) Garantir o controlo financeiro dos instrumentos previsionais de planeamento e orçamentação aprovados;
g) Assegurar a organização, para aprovação superior, dentro dos prazos estabelecidos, dos documentos de prestação de contas obrigatórios e do relatório de actividades, devidamente instruídos;

h) Garantir o envio, depois de aprovados, dos documentos previsionais e de prestação de contas obrigatórios às entidades competentes, de acordo com a legislação em vigor;
i) Elaborar os estudos para a obtenção de créditos e garantias, junto de instituições financeiras;
j) Zelar pela arrecadação de receitas, e planear as acções inerentes aos pagamentos;
k) Apresentar estudos, assim como propor formas e fontes de financiamento da autarquia local;
l) Elaborar o planeamento financeiro, e manter os responsáveis informados sobre a situação económico-financeira da autarquia local;
m) Organizar, e apresentar à Câmara Municipal, os indicadores de gestão, dados estatísticos, gráficos e outros elementos de estudo gerados pelas unidades orgânicas responsáveis, que permitam avaliar e comparar os resultados das actividades, e outros dados indispensáveis à apreciação do desempenho dos serviços;
n) Acompanhar a evolução das contas correntes bancárias, propondo medidas para a sua boa gestão;
o) Visar balancetes de tesouraria, subscrever e visar os documentos de despesa;
p) Assegurar outras atribuições que lhe sejam cometidas no âmbito da Divisão.

Artigo 29.º

Secção de Contabilidade

1 — À Secção de Contabilidade competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Colaborar na elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, reunindo todos os elementos necessários para esse fim;
b) Acompanhar a execução dos documentos referidos na alínea anterior, introduzindo as modificações que se imponham, ou sejam recomendadas;
c) Promover os registos inerentes à execução orçamental, do plano plurianual e do plano de actividade municipal;
d) Fornecer dados para a elaboração de estudos económico-financeiros, que fundamentem decisões respeitantes a receitas e despesas, bem como o recurso a operações de crédito;
e) Proceder à cabimentação e ao compromisso de verbas disponíveis, em matéria de realização de despesas;
f) Realizar o débito de documentos ao tesoureiro, para a cobrança de receitas virtuais;
g) Executar a actualização sistemática de todos os registos contabilísticos e a correcta classificação dos justificativos, de acordo com as disposições legais e o regulamento interno em vigor;
h) Emitir as ordens de pagamento, depois de devidamente autorizadas, referentes a liquidações a terceiros;
i) Proceder, diariamente, à recepção e conferência das guias de receita, bem como ao seu registo, nas respectivas contas correntes e no diário correspondente;
j) Elaborar o resumo diário de despesa;
k) Proceder à conferência dos diários de tesouraria com os de receita e despesa;
l) Realizar a verificação e registo das guias de anulação de receita, nas respectivas contas correntes e no diário de tesouraria;
m) Conferir, e promover, a regularização dos fundos de maneio, nos prazos legais;
n) Organizar, controlar e arquivar todos os documentos de receita e despesa;
o) Receber as requisições externas, para respectivo compromisso de dotação orçamental;
p) Registar, e manter actualizadas, as contas correntes de terceiros;
q) Elaborar, e verificar, os mapas de contabilidade de custos, definidos no POCAL;
r) Emitir cheques ou ordens de transferência, para pagamentos devidamente autorizados;
s) Processar, e liquidar, juros e empréstimos;
t) Realizar a liquidação e controlo das receitas provenientes de outras entidades, designadamente, os fundos transferidos do Orçamento do Estado (FBM, FGM e FCM), impostos locais e imposto municipal sobre imóveis;
u) Proceder ao registo, nas respectivas contas correntes, dos documentos de receita e de despesa, nomeadamente, de guias de receita virtual, de ordens de pagamento a fornecedores, de remunerações e operações de tesouraria;
v) Reunir os elementos necessários, e elaborar guias de pagamento das obrigações fiscais e demais operações de tesouraria;
w) Proceder à conferência diária dos balancetes da tesouraria, e dos documentos de despesa remetidos pela mesma;
x) Colaborar na preparação e organização dos documentos finais de prestação de contas obrigatórios, nomeadamente, o balanço, a demonstração de resultados, mapas de execução orçamental, anexos às demonstrações financeiras, fluxos de caixa e o relatório de gestão, reunindo todos os elementos necessários para esse fim, observando o disposto no n.º 2 e n.º 3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e submetê-los à aprovação da Câmara Municipal;
y) Enviar ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, devidamente aprovados, bem como cópias destes e dos documentos previsionais, a outras entidades;
z) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

Artigo 30.º

Tesouraria

1 — À Tesouraria competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Promover a arrecadação de receitas virtuais e o pagamento de despesas, nos termos legais e regulamentares, e no respeito das instruções de serviço;
b) Efectuar os recebimentos, e emitir o respectivo documento de quitação;
c) Liquidar juros de mora;
d) Promover e guardar todos os valores e documentos, que lhe forem confiados;
e) Efectuar os pagamentos e despesas, devidamente autorizadas;
f) Proceder à guarda, conferência e controlo sistemático do numerário, e dos valores em caixa e bancos;
g) Movimentar, em conjunto com o Presidente da Câmara Municipal ou vereador com competência delegada para o efeito, os fundos depositados em instituições bancárias;
h) Enviar, para procedimento criminal ou outro, os cheques devolvidos, após o cumprimento do que a lei determina;
i) Manter devidamente escriturados os livros de tesouraria, e os impressos obrigatórios de controlo e gestão financeira, mantendo-os em dia, e cumprir as disposições legais e regulamentares sobre a contabilidade que lhes respeitem;
j) Emitir certidões de dívida;
k) Elaborar os diários de tesouraria e os resumos, remetendo-os à Secção de Contabilidade, com os respectivos documentos de receita e despesa;
l) Executar os balancetes diários e mensais de tesouraria;
m) Zelar pela segurança das existências em cofre;
n) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

Artigo 31.º

Secção de Aprovisionamento e de Gestão Administrativa de Fornecimentos

1 — À Secção de Aprovisionamento e Gestão Administrativa de Fornecimentos competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Programar as necessidades de aquisição anual, em conjugação com os outros serviços;
b) Colaborar no estudo e implementação de medidas e técnicas de controlo de stocks, na área do aprovisionamento;
c) Cooperar nos estudos sobre avaliação de existências;
d) Assegurar a manutenção da base de dados sobre fornecedores, de forma a deter informação actualizada sobre as condições de fornecimento, preços e outras, mais vantajosas para as aquisições;
e) Participar na preparação dos programas e dos cadernos de encargos para procedimentos de aquisição de bens e serviços;
f) Integrar, sempre que determinado, as comissões de abertura e de análise de propostas, bem como participar nos actos públicos;
g) Proceder às aquisições necessárias para todos os serviços, após adequada instrução dos processos;
h) Gerir o aprovisionamento dos bens e serviços, e controlar a sua utilização e inventariação;
i) Colaborar na elaboração e actualização do plano de catalogação e codificação dos artigos;
j) Assegurar a gestão de stocks e dos armazéns;
k) Estabelecer stocks de segurança e pontos de encomenda;
l) Promover, e controlar, a realização dos inventários periódicos dos artigos em armazém;
m) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas;

Artigo 32.º

Sector de Compras e Concursos

1 — Ao Sector de Compras e Concursos competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Proceder às aquisições necessárias, após adequada instrução dos processos, incluindo a abertura de concursos, com a participação dos

serviços, para tal indicados em cada caso, para a definição das especificações técnicas necessárias;

b) Realizar pesquisas de mercado, com vista a localizar os fornecedores e os artigos necessários à actividade municipal;

c) Efectuar análises sobre os fornecedores, designadamente, no que respeita às suas capacidades e condições de fornecimento, procedendo à actualização do respectivo registo;

d) Organizar, e controlar, os processos para aquisição de bens e serviços;

e) Receber informações internas, de propostas de aquisição, com o parecer do responsável da unidade orgânica, para emissão da requisição de compra, em conformidade com o estipulado no Sistema de Controlo Interno, promovendo, em colaboração com a Secção de Contabilidade, a sua cabimentação;

f) Desencadear os procedimento adequados às aquisições, respeitando a legislação em vigor;

g) Promover a consulta, recepção e análise das propostas apresentadas pelos fornecedores e prestadores de serviços, em vista da elaboração do relatório de apreciação, com o mapa comparativo dos preços propostos;

h) Elaborar as notas de encomenda, procedendo, em colaboração com a Secção de Contabilidade, ao seu compromisso;

i) Proceder ao controlo das compras ou contratos, nomeadamente, através da vigilância de prazos, e verificação de quantidades e qualidades, com base na consulta aos dados disponíveis no Sector de Armazéns;

j) Controlar os prazos de entrega dos bens, avisando os fornecedores, em caso de atraso;

k) Assegurar a recepção e registo das propostas relativas aos procedimentos;

l) Colaborar na apreciação das propostas de fornecimento;

m) Participar, sempre que determinado, nos actos públicos de abertura de propostas;

n) Receber as facturas relativas aos fornecimentos executados, e promover a sua conferência, com o processo de despesa, junto dos serviços que os solicitaram;

o) Recepção das facturas conferidas pelos serviços requisitantes e posterior o envio do processo de despesa (informação de cabimento, requisição externa), para a Secção de Contabilidade, em vista da sua liquidação.

Artigo 33.º

Sector de Armazéns e Economato

Ao Sector de Armazéns e Economato competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Promover uma eficiente gestão de stocks, evitando a sua ruptura;

b) Zelar pela correcta arrumação e conservação dos artigos armazenados;

c) Velar pela arrumação física dos armazéns;

d) Assegurar as acções prévias necessárias à satisfação das requisições internas, através de materiais existentes em armazém, e que sejam arrecadáveis;

e) Conferir, e acompanhar, pelos meios adequados, todas as requisições internas, de forma a desenvolver medidas de racionalização e de imputação de custos, bem como manter actualizadas as fichas de existências, e o controlo de materiais em armazém;

f) Recepcionar os bens e materiais enviados pelos fornecedores, procedendo à conferência de guias de remessa, e confirmar, após verificação, a sua quantidade e qualidade;

g) Registar, correcta e atempadamente, as entradas e saídas de cada bem ou material existente em armazém;

h) Promover a definição de materiais de stock e a fixação da quantidade económica de encomenda;

i) Estudar soluções para o tratamento dos artigos obsoletos, defeituosos ou de morosa rotação;

j) Colaborar na realização de inventários periódicos dos artigos em armazém e no economato;

k) Elaborar o inventário anual, em termos quantitativos e qualitativos, em conformidade com as normas legais e as orientações estabelecidas;

l) Implementar medidas, que facilitem a recepção, conferência e arrumação de bens, assim como a sua referenciação, visando os acessos e movimentação.

Artigo 34.º

Sector de Desenvolvimento Económico, Planeamento e Controlo Financeiro

1 — Ao Sector de Desenvolvimento Económico, Planeamento e Controlo Financeiro competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Colaborar na definição de estratégias de desenvolvimento sustentável, e respectiva implementação;

b) Elaborar e dar parecer sobre projectos de interesse municipal, bem como acompanhar a sua execução, e proceder à respectiva avaliação;

c) Coordenar e participar na elaboração das propostas relativas às Grandes Opções do Plano, Orçamento e Relatório de Actividades;

d) Controlar a execução das Grandes Opções do Plano, propondo medidas de reajustamento, quando tal se mostre necessário;

e) Colaborar nos processos de revisão e alteração dos instrumentos previsionais aprovados;

f) Cooperar na preparação dos documentos de prestação de contas;

g) Colaborar com a gestão de projectos, programas e candidaturas relacionadas com o desenvolvimento da autarquia local e da região;

h) Elaborar propostas de projectos de candidatura a financiamentos atribuídos por entidades nacionais ou comunitárias;

i) Dar apoio técnico e administrativo ao acompanhamento das comparticipações financeiras, e dos respectivos projectos municipais;

j) Promover, e monitorizar, o expediente relativo aos projectos e iniciativas enquadradas por instrumentos de apoio ao desenvolvimento;

k) Efectuar a recolha de dados estatísticos sobre a autarquia local;

l) Realizar estudos em áreas de maior incidência na actividade económica da autarquia local;

m) Implementar medidas, que visem o incremento das actividades económicas fundamentais ao desenvolvimento da autarquia local;

n) Estudar, e propor, em colaboração com os restantes serviços, formas e métodos de aperfeiçoamento das suas funções de gestão;

o) Determinar os elementos dos custos, que fundamentem o valor das taxas e tarifas, e permitam a análise das condições de exploração;

p) Elaborar estudos, de natureza económico-financeira, que sejam necessários no âmbito das actividades desenvolvidas pela autarquia local;

q) Conceber, e implementar, um sistema de indicadores de gestão, que permita conhecer e avaliar os resultados da actividade desenvolvida pelos serviços;

r) Estudar a legislação e o conjunto das normas disciplinadoras das finanças locais, e assegurar o suporte financeiro necessário à sua aplicação pelos serviços;

s) Assegurar o controlo físico e financeiro da execução dos instrumentos previsionais de planeamento e orçamentação aprovados, acompanhando, de forma dinâmica, a sua implementação, apresentando propostas de medidas correctivas, sempre que se verifique a ocorrência de desajustes entre o programado e o executado, ou de alterações das condições que fundamentaram as acções programadas;

t) Elaborar relatórios de controlo dos planos e programas de actuação aprovados, e submetê-los à apreciação superior;

u) Promover a implementação de um sistema de contabilidade analítica que permita o apuramento dos custos de funcionamento da Câmara Municipal;

v) Apurar e analisar os custos dos projectos e ou acções comparticipadas por outras entidades nacionais ou comunitárias;

w) Desenvolver acções de auditoria administrativo-financeira, com vista a analisar e avaliar a eficiência e eficácia da actividade prosseguida pelos serviços municipais;

x) Promover e participar nas conferências físicas da Tesouraria e do Armazém;

y) Colaborar na elaboração, alteração e gestão da aplicação do manual de procedimentos e sistema de controlo interno;

z) Emitir relatórios sobre a actividade da Câmara Municipal, sempre que solicitado.

Artigo 35.º

Divisão de Obras Particulares

1 — A Divisão de Obras Particulares (OP) é dirigida por um chefe de divisão, directamente dependente do Presidente da Câmara Municipal ou do vereador com competências delegadas.

2 — A Divisão de Obras Particulares compreende os seguintes serviços:

a) Secção Administrativa;

b) Sector de Análise Técnica e Acompanhamento de Obras.

3 — À Divisão de Obras Particulares competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;

b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;

c) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;

d) Acompanhar a execução das obras de edificação, de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos, em cumprimento dos respectivos projectos aprovados;

e) Analisar e dar parecer sobre:

1 — Projectos de obras de urbanização, trabalhos de remodelação dos terrenos, projectos de especialidades, quer de iniciativa particular, quer de acção municipal;
2 — Pedidos dos particulares, relativos a obras de edificação isentas ou dispensadas de autorização ou licenciamento;
3 — Pedidos de prorrogação de autorizações, e de licenças de obras de edificação;
4 — Pedidos de ocupação do espaço público municipal.

f) Dar cumprimento às orientações estabelecidas no Plano Director Municipal e em outros planos;
g) Propor matérias, a serem incluídas em posturas e regulamentos de urbanização e de edificação, bem como a revisão dos mesmos;
h) Acompanhar e informar sobre a evolução das construções clandestinas;
i) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 36.º

Secção Administrativa

1 — À Secção Administrativa competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar o apoio administrativo dos serviços da unidade orgânica;
b) Controlar a movimentação técnica e administrativa dos processos, dos pedidos dos particulares, de modo a garantir o cumprimento dos prazos legais, e as normas vigentes;
c) Preparar todos os processos, para que possam ser emitidos, interna e externamente, os pareceres técnicos necessários, e enviá-los, em vista da decisão final;
d) Dar cumprimento, e sequência, a todos os actos administrativos, designadamente, ofícios, notificações, vistorias, certidões, alvarás de licença e outros;
e) Assegurar o licenciamento da instalação e do funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos.

Artigo 37.º

Sector de Análise Técnica e Acompanhamento de Obras

1 — Ao Sector de Análise Técnica e Acompanhamento de Obras competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Analisar e dar parecer sobre a realização de operações urbanísticas:

1 — Que careçam de licença ou autorização administrativa;
2 — Isentas ou dispensadas de autorização ou licenciamento;
3 — Promovidas pela Administração Pública.

b) Apreciar a conformidade das operações urbanísticas a realizar, com planos municipais e especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e à inserção urbana e paisagística das edificações, assim como sobre o uso proposto;
c) Analisar e dar parecer sobre os pedidos de ocupação do espaço público municipal;
d) Garantir o cumprimento dos prazos relativos aos pedidos dos particulares;
e) Assegurar o atendimento e esclarecimento técnico aos cidadãos, a respeito de operações urbanísticas;
f) Participar nas vistorias necessárias à concessão de licença, ou autorização de utilização de edifícios ou suas fracções;
g) Prestar esclarecimentos e divulgar, junto dos cidadãos, as normas e regulamentos em vigor, em matéria de urbanização e edificação;
h) Acompanhar a execução das obras de edificação, de urbanização e os trabalhos de remodelação dos terrenos, em cumprimento dos respectivos projectos aprovados, quando solicitada para o efeito;
i) Apoiar, em termos técnicos, o cálculo das taxas e compensações previstas em regulamento municipal;
j) Verificar alinhamentos e implantações das edificações, bem como de vedações confinantes com a via pública;
k) Efectuar medições e delimitações das áreas de parcelas de terreno a alienar, a permutar, a ceder e a adquirir pela autarquia local;
l) Assegurar outras funções, que lhe sejam eometidas, em matéria de urbanização e edificação.

Artigo 38.º

Divisão de Planeamento e Urbanismo

1 — A Divisão de Planeamento e Urbanismo (DPU) é dirigida por um chefe de divisão, directamente dependente do Presidente da Câmara Municipal ou de vereador com competências delegadas.
2 — A Divisão de Planeamento e Urbanismo compreende os seguintes serviços:

a) Sector de Planeamento Urbanístico;
b) Sector de Inventariação e Gestão da Informação Geográfica.

3 — À Divisão de Planeamento e Urbanismo competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
c) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
d) Dar parecer e submeter à apreciação superior os planos municipais de ordenamento do território;
e) Propor e proceder à elaboração, revisão e alteração dos instrumentos de gestão territorial;
f) Dar cumprimento às orientações estabelecidas nos planos municipais de ordenamento do território em vigor no concelho;
g) Analisar e dar parecer sobre os estudos e projectos na área do ordenamento do território, ambiente e urbanismo;
h) Efectuar o controlo e arquivo dos processos de intervenção na área do ordenamento do território e do urbanismo, de iniciativa municipal;
i) Propor matérias, a serem incluídas em posturas e em regulamentos de urbanização e edificação, bem como a revisão dos existentes;
j) Assegurar a organização topográfica e cadastral do território, nomeadamente, no âmbito do Sistema de Informação Geográfica (SIG);
k) Promover o atendimento dos cidadãos e de outros interessados, no âmbito das actividades da unidade orgânica;
l) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 39.º

Sector de Planeamento Urbanístico

1 — Ao Sector de Planeamento Urbanístico competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Acompanhar, e promover, a elaboração e revisão de planos municipais de ordenamento do território;
b) Verificar, e avaliar, a implementação do plano director municipal, e de outros planos municipais de ordenamento do território, propondo a sua actualização, se achar necessário;
c) Acompanhar, e promover, a elaboração de planos de pormenor de modalidade simplificada;
d) Colaborar na elaboração de posturas e regulamentos, em matéria de urbanização e edificação;
e) Acompanhamento, coordenação e organização dos processos relativos aos instrumentos de planeamento, quando sejam de elaboração externa;
f) Elaboração de estudos relativos a loteamentos urbanos e industriais;
g) Emissão e coordenação de estudos de desenho urbano;
h) Elaboração de análises técnicas e informações de apoio à gestão urbanística;
i) Atender, e informar, os cidadãos e outros interessados, em matéria de planeamento, do ordenamento do território e das condicionantes do uso do solo;
j) Participação na organização de candidaturas;
k) Instrução de processos de classificação de imóveis, de interesse municipal, público e monumento nacional.

Artigo 40.º

Sector de Inventariação e Gestão da Informação Geográfica

1 — Ao Sector de Inventariação e Gestão Geográfica competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Planear, implementar, gerir e manter actualizado o sistema de informação geográfica da autarquia local;
b) Coordenar, planificar e desenvolver, de forma integrada, as actividades relacionadas com a informação geográfica municipal;
c) Recolher, tratar e caracterizar a informação geográfica e alfanumérica relacionada;

d) Divulgar, e recolher, a informação geográfica, entre todas as unidades orgânicas, do nível de divisão;
e) Promover, e regular, a divulgação externa da informação geográfica;
f) Implementar, e gerir, o portal geográfico municipal, apoiado nas tecnologias da informação e comunicação;
g) Participar, como órgão consultor, na área da informação geográfica, na elaboração e gestão de todos os projectos e actividades a promover pela autarquia local;
h) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, em matéria de informação geográfica.

Artigo 41.º

Divisão de Obras Municipais

1 — A Divisão de Obras Municipais (DOM) é dirigida por um chefe de divisão, directamente dependente do Presidente da Câmara Municipal ou de vereador com competências delegadas.
2 — A DOM engloba os seguintes serviços:

a) Secção de Apoio Administrativo;
b) Sector de Estudos e Projectos;
c) Sector de Vias;
d) Sector de Obras por Empreitada;
e) Sector de Topografia;
f) Sector de Reprografia.

3 — À DOM competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
c) Preparar o Plano Plurianual de Investimentos;
d) Assegurar a preparação e organização das propostas de cadernos de encargos e dos programas de concurso;
e) Dar parecer técnico sobre propostas apresentadas;
f) Assegurar o acompanhamento e a realização de obras municipais, por empreitada ou concessão, assegurando o cumprimento dos contratos, regulamentos e demais normas aplicáveis;
g) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
h) Promover a elaboração dos estudos de situação e planos de desenvolvimento rodoviário do concelho;
i) Assegurar a organização e gestão da rede viária municipal;
j) Promover o ordenamento do trânsito, do estacionamento e da sinalização;
k) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 42.º

Secção de Apoio Administrativo

1 — Ao Sector de Apoio Administrativo competem as seguintes funções:

a) Assegurar todas as tarefas inerentes ao expediente e à correspondência da unidade orgânica;
b) Arquivar, e manter devidamente organizada, a documentação e a correspondência da unidade orgânica;
c) Proceder à recepção, registo e andamento dos requerimentos, cujo expediente deva processar-se pela unidade orgânica;
d) Recolher, e preparar, toda a documentação relativa aos concursos de projectos e empreitadas, e organizar os respectivos processos;
e) Desenvolver toda a tramitação dos procedimentos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas, desde a decisão que ordena a abertura do mesmo, até à celebração do respectivo contrato;
f) Organizar os processos de abertura de concursos de obras públicas, com observância dos respectivos preceitos legais;
g) Garantir o desenvolvimento e respectivo controlo, de todos os aspectos de expediente relativo a projectos e a empreitada, de forma a manter os processos organizados e actualizados;
h) Prestar todo o apoio administrativo, aos serviços municipais, no controlo da execução, nas condições contratadas, dos projectos e empreitadas;
i) Assegurar o controlo e movimentação interna da correspondência, e dos processos, bem como a verificação dos prazos, quando for o caso;
j) Promover o atendimento ao público, no âmbito da sua competência;
k) Organizar, e assegurar, a manutenção e conservação do arquivo de todos os processos relativos a projectos e empreitadas;
l) Assegurar, e controlar, o empréstimo dos processos sobre a sua responsabilidade;
m) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

Artigo 43.º

Sector de Estudos e Projectos

1 — Ao Sector de Estudos e Projectos competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Executar projectos de construção, reconstrução, ampliação, conservação ou demolição de edifícios municipais;
b) Proceder à especificação dos materiais a serem aplicados na execução das obras municipais projectadas pela respectiva unidade orgânica;
c) Colaborar, quando solicitado, com o Sector de Obras por Administração Directa, na especificação dos materiais a serem aplicados nas obras a executar;
d) Cooperar na direcção e controlo das obras que a Câmara Municipal entenda efectuar por empreitada;
e) Elaborar pareceres técnicos, com vista à recepção das obras realizadas por empreitada, quando solicitados;
f) Executar tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 44.º

Sector de Vias

1 — Ao Sector de Vias competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Organizar, e manter actualizado, o cadastro das rodovias municipais, para fins de comunicação, estatística e informação;
b) Assegurar os trâmites processuais à atribuição das designações toponímicas;
c) Promover o ordenamento do trânsito, do estacionamento e da sinalização;
d) Dar execução ao plano de desenvolvimento rodoviário do concelho, constante do plano de actividades anual ou plurianual;
e) Promover a conservação e pavimentação das estradas municipais, bem como das suas obras de arte e sinalização;
f) Inspeccionar, com periodicidade, as estradas e caminhos municipais, promovendo as medidas necessárias à sua conservação;
g) Assegurar a gestão dos parques públicos de estacionamento;
h) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

Artigo 45.º

Sector de Obras por Empreitada

1 — Ao Sector de Obras por Empreitada competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar as funções relativas à planificação, execução, fiscalização e controlo dos empreendimentos previstos no plano de actividades que a Câmara Municipal entenda efectuar, por empreitada;
b) Colaborar na preparação da regulamentação para concurso e cadernos de encargos;
c) Cooperar na análise das propostas dos concorrentes à execução de obras por empreitada;
d) Elaborar pareceres técnicos sobre as propostas apresentadas a concurso;
e) Instruir processos de obras, a executar por empreitada, de acordo com o regime legal em vigor;
f) Proceder à especificação dos materiais, a serem aplicados na execução das obras municipais;
g) Dirigir e controlar as obras que a Câmara Municipal delibere levar a efeito, por empreitada ou concessão;
h) Informar as pretensões de revisão de preços e de pagamento de trabalhos a mais;
i) Controlar os custos, e os prazos de execução, das obras realizadas por empreitada;
j) Proceder à demarcação dos terrenos, a incluir no domínio privado municipal, na sequência da realização de empreitadas;
k) Elaborar pareceres técnicos, com vista à recepção das obras realizadas por empreitada;
l) Executar tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 46.º

Sector de Topografia

1 — Ao Sector de Topografia competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Efectuar o levantamento cadastral dos terrenos necessários à execução das empreitadas;
b) Proceder aos levantamentos topográficos solicitados pelos serviços municipais;
c) Executar tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 47.º

Sector de Reprografia

1 — Ao Sector de Reprografia competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Proceder à reprodução de documentos, operando máquinas heliográficas, fotocopiadoras e outras;
b) Executar os acabamentos relativos à reprodução dos documentos, designadamente, alçar, agrafar e encadernar;
c) Exercer as demais funções, que lhe forem cometidas.

Artigo 48.º

Divisão de Serviços Operacionais

1 — A Divisão de Serviços Operacionais será dirigida por um chefe de divisão, que depende directamente do Presidente da Câmara Municipal ou do vereador com competência delegada.
2 — A DSO engloba os seguintes serviços:

a) Sector de Manutenção e Equipamentos;
b) Sector de Obras por Administração Directa;
c) Sector de Higiene e Limpeza Pública;
d) Sector de Espaços Verdes.

3 — À Divisão de Serviços Operacionais competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
c) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
d) Dirigir, e controlar, as obras que a Câmara Municipal entenda efectuar, por administração directa;
e) Promover, e coordenar, a recolha de resíduos sólidos urbanos;
f) Dirigir o sistema de higiene e limpeza pública, garantindo eficiência e eficácia no trabalho desempenhado;
g) Propor medidas sobre normas regulamentares, em matéria de saúde, higiene e limpeza públicas e de recolha de resíduos sólidos urbanos;
h) Dirigir os trabalhos de construção, conservação e manutenção dos espaços verdes, parques e jardins, propondo medidas tendentes à sua manutenção e à sua fruição pelos cidadãos;
i) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 49.º

Sector de Manutenção e Equipamentos

1 — Ao Sector de Manutenção e Equipamentos competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Proceder à programação da actividade da frota, de acordo com as rotinas estabelecidas, e as solicitações dos serviços municipais;
b) Assegurar a organização e gestão das oficinas municipais e a sua correcta utilização;
c) Exercer, de forma permanente, o controlo físico e financeiro dos serviços e trabalhos oficinais realizados;
d) Proceder à elaboração do cadastro dos motoristas;
e) Zelar pelo bom estado de conservação das viaturas, na sua dependência;
f) Proceder à gestão do abastecimento de combustíveis e lubrificantes, indispensáveis ao funcionamento do parque de máquinas e viaturas;
g) Manter, em condições de operacionalidade, as viaturas e os equipamentos mecânicos da autarquia local e, assegurar a elaboração de listagens de viaturas e máquinas, dados como obsoletos, para que possam ser abatidos;
h) Proceder ao registo dos acidentes, elaborando os relatórios respectivos, contendo a informação dos custos resultantes da indemnização dos danos próprios e de terceiros, bem como apurar as eventuais causas;
i) Efectuar estudos de rentabilidade de máquinas e viaturas, e propor as medidas adequadas no âmbito da gestão de frota;
j) Informar sobre as necessidades de aquisição de viaturas e equipamentos mecânicos;
k) Executar tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 50.º

Sector de Obras por Administração Directa

1 — Ao Sector de Obras por Administração Directa competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Promover a realização de obras, por administração directa, especificando os materiais a serem aplicados;
b) Submeter a decisão superior, todas as informações e sugestões, que contribuam para o bom desempenho da actividade do sector;
c) Apreciar pedidos de construção e ampliação da rede pública de electricidade, postos de iluminação e outros, coordenando e controlando a sua execução;
d) Colaborar em vistorias de estabilidade das edificações;
e) Exercer, de forma permanente, o controlo físico e financeiro das obras;
f) Colaborar na análise dos projectos das obras municipais, a executar por administração directa;
g) Realizar as obras de conservação, reparação e manutenção do património edificado da autarquia local;
h) Orientar, e fiscalizar, os trabalhos das brigadas de conservação das estradas e caminhos municipais;
i) Assegurar a manutenção das indicações toponímicas;
j) Coordenar a colocação, substituição e manutenção dos sinais de trânsito;
k) Dirigir, e organizar, a actividade do sector, na distribuição de brigadas de trabalho e apoio técnico;
l) Contabilizar os custos dos trabalhos executados, por administração directa;
m) Manter, em condições de operacionalidade, todo o material e equipamento adstrito ao sector;
n) Assegurar o fornecimento atempado de materiais, a utilizar nas obras, e promover a sua utilização racional;
o) Executar tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 51.º

Sector de Higiene e Limpeza Pública

1 — Ao Sector de Higiene e Limpeza Pública competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a recolha, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos;
b) Propor itinerários e horários de recolha;
c) Distribuir, e controlar, os veículos utilizados na limpeza pública;
d) Promover a distribuição e colocação, nas vias públicas, de contentores, recipientes de recolha selectiva, etc.
e) Orientar a actividade dos varredores, e as acções de lavagem dos arruamentos;
f) Comunicar, a nível superior, as situações detectadas, que contrariem normas regulamentares, em matéria de higiene e limpeza pública;
g) Manter, em condições de operacionalidade, todo o material e equipamento adstrito ao sector;
h) Promover o combate às pragas, em todas as instalações municipais;
i) Executar as tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 52.º

Sector de Espaços Verdes

1 — Ao Sector de Espaços Verdes competem, entre outras, as seguintes funções:
a) Assegurar a manutenção e conservação dos jardins e espaços verdes públicos;
b) Fomentar a arborização, o arranjo e as utilizações das áreas de cedência, incluindo espaços envolventes das urbanizações;
c) Promover a execução de projectos de construção de zonas verdes, parques e jardins, em praças e logradouros públicos;

d) Colaborar na especificação das espécies, a serem utilizadas na execução da arborização das praças, jardins e demais logradouros públicos;
e) Providenciar a organização e manutenção actualizada do cadastro de arborização das áreas urbanas;
f) Promover o combate às pragas e doenças vegetais, nos espaços verdes sob a sua administração;
g) Realizar os serviços de poda das árvores e da relva, existentes nos parques, jardins e praças públicas;
h) Manter, em condições de operacionalidade, todo o material e equipamento adstrito ao sector;
i) Executar as tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 53.º

Divisão de Ambiente, Água e Saneamento

1 — A Divisão de Ambiente, Água e Saneamento (DAAS) será dirigida por um chefe de divisão, que depende directamente do Presidente da Câmara Municipal ou dos vereadores com competência delegada.
2 — A DAAS compreende os seguintes serviços:

a) Sector de Águas e Saneamento Básico;
b) Sector de Ambiente;
c) Serviço de Fiscalização Sanitária.

3 — À Divisão de Ambiente, Água e Saneamento competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
c) Garantir execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
d) Dirigir, e controlar, as obras relativas às redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais que a Câmara Municipal entenda efectuar, por administração directa ou empreitada;
e) Promover acções de educação ambiental e campanhas públicas de sensibilização;
f) Assegurar as funções relativas à planificação, execução, fiscalização e controlo dos empreendimentos previstos no plano de actividades, e que a Câmara Municipal delibere levar a efeito;
g) Garantir o cumprimento dos regulamentos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais;
h) Propor a elaboração de estudos, que permitam identificar e responder eficazmente às necessidades de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais do concelho;
i) Assegurar a gestão e o bom funcionamento e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, garantindo a sua manutenção, conservação e limpeza;
j) Analisar e dar parecer técnico, na sua área de competência, sobre os pedidos de particulares, referentes a construções e loteamentos;
k) Coordenar os serviços municipais de ambiente e qualidade de vida;
l) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 54.º

Sector de Águas e Saneamento Básico

1 — Ao Sector de Águas e Saneamento Básico competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Fazer a gestão dos órgãos e sistemas de abastecimento de água e esgotos do concelho;
b) Desenvolver os trâmites burocráticos e legais relativos à organização e registo do fornecimento de água, águas residuais e pluviais;
c) Assegurar as obras de construção e reabilitação das redes de drenagem de águas residuais e de abastecimento público de água;
d) Executar as obras de reparação e conservação das redes de abastecimento de águas e de saneamento;
e) Coordenar, e controlar, as equipas de conservação, reparação e limpeza das redes de distribuição de água e de saneamento;
f) Manter, em condições de operacionalidade, todo o material e equipamento adstrito ao sector;
g) Assegurar, em tempo útil, o fornecimento de material a utilizar nas obras, e promover a sua utilização racional;
h) Promover a construção e ligação dos ramais domiciliários de abastecimento público de água e de drenagem de águas residuais;
i) Executar tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 55.º

Sector de Ambiente

1 — Ao Sector de Ambiente competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Acompanhar, e controlar, a qualidade ambiental, através de fiscalização preventiva e de vistorias;
b) Promover a realização de estudos e ou acções específicas, que visem a protecção e defesa da qualidade ambiental e do património natural;
c) Emitir pareceres sobre actividades insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas, que possam colocar em causa a saúde pública ou a qualidade ambiental;
d) Promover e colaborar em campanhas de informação e esclarecimento, junto da população e agentes económicos, com vista à preservação e melhoria da qualidade de vida e do património cultural ambiental;
e) Contactar e interagir com as entidades da Administração Pública Central, com vista ao estabelecimento de princípios correctos sobre a manutenção da qualidade do ambiente;
f) Desenvolver contactos com entidades públicas e privadas relacionadas com a defesa e qualidade ambiental, com vista à resolução de problemas detectados e ao estabelecimento de acções e princípios adequados à manutenção da qualidade ambiental;
g) Promover o controlo periódico das águas — de consumo, residuais e das piscinas municipais — , providenciando pela realização das análises físico-químicas, bacteriológicas e biológicas;
h) Manter, em condições de operacionalidade, todo o material e equipamento adstrito ao sector;
i) Emitir pareceres sobre a instalação de unidades industriais e de pecuária;
j) Executar tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhes sejam solicitadas.

Artigo 56.º

Serviço de Fiscalização Sanitária

1 — Ao Serviço de Fiscalização Sanitária competem, entre outras, o desempenho das seguintes funções:

a) Organizar um serviço de fiscalização sanitária, coordenado por um médico veterinário;
b) Assegurar toda a informação, que lhe seja solicitada;
c) Coordenar, e promover, todas as acções necessárias, nas áreas da sua competência, nomeadamente, higiene pública veterinária, sanidade animal, inspecção, controlo e fiscalização higiéno-sanitária, profilaxia e vigilância epidemiológica;
d) Proceder à fiscalização sanitária de mercados e feiras, exposições e concursos de animais;
e) Fazer cumprir as disposições legais constantes do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio.

Artigo 57.º

Divisão de Educação, Cultura e Assuntos Sociais

1 — A Divisão de Educação, Cultura e Assuntos Sociais (DECAS) será dirigida por um chefe de divisão, que depende directamente do Presidente da Câmara Municipal ou do vereador com competências delegadas.
2 — A DECAS compreende os seguintes serviços:

a) Sector de Educação;
b) Sector de Património Cultural e Museologia;
c) Sector de Bibliotecas;
d) Sector de Animação Cultural;
e) Sector de Turismo;
f) Sector de Acção Social e Habitação.

3 — À Divisão de Educação, Cultura e Assuntos Sociais competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
c) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
d) Apresentar propostas para o desenvolvimento dos equipamentos desportivos e escolares do concelho;

e) Elaborar estudos de desenvolvimento sobre a situação educativa e social do concelho;
f) Assegurar a gestão das instalações e equipamentos escolares do concelho;
g) Apresentar propostas de normas de funcionamento e utilização das instalações e equipamentos a seu cargo;
h) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 58.º

Sector de Educação

1 — Ao Sector de Educação competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Garantir a representação da autarquia local em comissões, delegações e outros grupos constituídos para apreciar matérias, na área da sua competência;
b) Desenvolver contactos, e propor a celebração de acordos e protocolos de cooperação, com instituições educativas;
c) Elaborar estudos de planeamento da rede escolar, e da sua instalação, de acordo com as necessidades locais, tendo em vista a optimização da utilização e a economia de recursos, sempre em articulação com os outros serviços municipais;
d) Cooperar com a comunidade educativa municipal em projectos e iniciativas que potenciem a função social da escola;
e) Colaborar e executar actividades complementares, de acção educativa pré-escolar e de ensino básico, designadamente, nos domínios da ocupação de tempos livres e acção escolar;
f) Cooperar na detecção de carências educativas, na área do ensino pré-escolar e básico;
g) Organizar os circuitos dos transportes escolares;
h) Estabelecer contactos com empresas de transporte de passageiros;
i) Gerir os circuitos;
j) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, nesta matéria.

Artigo 59.º

Sector de Património Cultural e Museologia

1 — Ao Sector de Património Cultural e Museologia competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Inventariar, e propor, acções de recuperação, conservação e promoção do património cultural e histórico do concelho;
b) Estabelecer ligações com as entidades da Administração Pública Central, com competências nas áreas da defesa e da conservação do património histórico-cultural, com vista ao estabelecimento de políticas para o seu desenvolvimento;
c) Promover, e realizar, acções que permitam aprofundar e divulgar, sob diversas formas, aspectos socioculturais e históricos do concelho, nomeadamente, através da animação dos museus e incentivo à sua utilização;
d) Conservar o espólio museológico;
e) Propor normas de organização e funcionamento dos museus;
f) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, nesta matéria.

Artigo 60.º

Sector de Bibliotecas

1 — Ao Sector de Bibliotecas competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Elaborar propostas sobre o desenvolvimento da Biblioteca Municipal e respectivos pólos;
b) Fomentar a sua actividade;
c) Elaborar propostas de aquisição de novas publicações;
d) Promover acções de animação e divulgação do livro e da leitura;
e) Estabelecer contactos, com organismos oficiais, privados e associativos, em vista do estabelecimento de políticas de desenvolvimento da biblioteca;
f) Controlar o sistema de empréstimo domiciliário, de leitura local e de fundos bibliotecários especiais;
g) Apoiar a difusão da leitura infantil;
h) Proceder ao registo dos fundos documentais adquiridos, usando as técnicas adequadas;
i) Gerir, com eficiência, os meios audiovisuais ao seu dispor;
j) Assegurar o armazenamento e a inventariação do fundo bibliotecário;
k) Promover a existência de condições de segurança das instalações;
l) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, nesta matéria.

Artigo 61.º

Sector de Animação Cultural

1 — Ao Sector de Animação Cultural competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a gestão dos equipamentos culturais da autarquia local;
b) Propor e colaborar na elaboração do plano de actividades anual das acções de animação cultural a desenvolver, motivando a participação das associações;
c) Assegurar a articulação das actividades de acção cultural, com outras iniciativas desenvolvidas na unidade orgânica e por outros serviços municipais;
d) Dar apoio e fomentar as artes tradicionais da região, e promover estudos e edições de recolha e divulgação da cultura popular e tradicional;
e) Organizar, e manter actualizado, o ficheiro das associações, salas de espectáculo e outros espaços culturais, para fins de conservação, estatística e informação;
f) Apoiar o desenvolvimento do associativismo;
g) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, nesta matéria.

Artigo 62.º

Sector de Turismo

1 — Ao Sector de Turismo competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Inventariar as potencialidades turísticas do concelho, e promover a sua divulgação;
b) Estudar a viabilidade, utilidade e localização de unidades e equipamentos municipais, de apoio ao turismo;
c) Propor e colaborar na definição das estratégias de desenvolvimento turístico da autarquia local;
d) Assegurar a gestão dos postos de informação turística na área do concelho;
e) Propor, e promover, a criação e desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao turismo;
f) Colaborar com os organismos nacionais e regionais no fomento do turismo;
g) Efectuar, desenvolver e implementar quaisquer outras acções relacionadas com o incremento turístico.

Artigo 63.º

Sector de Acção Social e Habitação

1 — Ao Sector de Acção Social e Habitação competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Efectuar estudos, que detectem as carências sociais da comunidade e de grupos específicos;
b) Propor as medidas adequadas, a incluir nos planos de actividade anuais e plurianuais;
c) Colaborar com as instituições vocacionadas em intervir na área de acção social;
d) Elaborar propostas para o desenvolvimento do equipamento social do concelho;
e) Colaborar no estudo de detecção das carências da população local, e nas acções de formação complementar de base;
f) Propor diligências da autarquia local, junto de entidades da Administração Pública Central, com vista à resolução dos problemas sociais;
g) Assegurar o levantamento da situação socioeconómica referente à habitação de renda social, nomeadamente, em articulação com outras entidades;
h) Acompanhar, e divulgar, as medidas e ou programas, no âmbito da habitação social;
i) Promover a organização e a apreciação dos processos de concurso de habitação social;
j) Assegurar os trâmites processuais relativos à atribuição de habitação;
k) Promover a gestão do parque habitacional da autarquia local, recorrendo, para o efeito, à colaboração de outros serviços municipais;

l) Elaborar estudos, que detectem as carências de habitação, identifiquem as áreas de parques habitacionais degradados, e fornecer dados sociais e económicos, que determinem as prioridades de actuação;
m) Propor, e desenvolver, os serviços de apoio a grupos de indivíduos específicos, a famílias e à comunidade, no sentido de desenvolver o bem-estar social;
n) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, nesta matéria.

Artigo 64.º

Divisão de Desporto

1 — A Divisão de Desporto (DD) será dirigida por um chefe de divisão, que depende directamente do Presidente da Câmara Municipal ou do vereador com competências delegadas.
2 — A DD compreende os seguintes serviços:

a) Sector de Gestão de Instalações Desportivas;
b) Sector de Fomento Desportivo.

3 — À Divisão de Desporto competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Assegurar a direcção do pessoal da unidade orgânica;
b) Promover a execução e o controlo do plano de actividades, assim como do orçamento da unidade orgânica;
c) Garantir a execução das deliberações da Câmara Municipal e dos despachos do respectivo Presidente ou dos vereadores com competências delegadas, nas áreas que lhe competem;
d) Apresentar propostas para o desenvolvimento dos equipamentos desportivos;
e) Elaborar estudos e propostas de desenvolvimento sobre a situação desportiva do concelho;
f) Assegurar a gestão das instalações e equipamentos desportivos e recreativos do concelho;
g) Apresentar propostas de normas de funcionamento e utilização das instalações e equipamentos a seu cargo;
h) Fomentar, e incentivar, iniciativas, com vista a incrementar o desenvolvimento desportivo na área do concelho;
i) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, no âmbito da unidade orgânica.

Artigo 65.º

Sector de Gestão de Instalações Desportivas

1 — Ao Sector de Gestão de Instalações Desportivas competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Elaborar propostas sobre o desenvolvimento das instalações e equipamentos desportivos e recreativos;
b) Assegurar a gestão da utilização das instalações e equipamentos desportivos municipais;
c) Promover o bom funcionamento e as condições de utilização das instalações e equipamentos desportivos e recreativos municipais;
d) Assegurar a limpeza e higiene das instalações e equipamentos desportivos da autarquia local;
e) Colaborar na elaboração de propostas de normas de funcionamento e utilização das instalações e equipamentos desportivos municipais;
f) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, nesta matéria.

2 — As instalações e equipamentos desportivos municipais compreendem:

a) Piscinas municipais;
b) Pavilhões polidesportivos;
c) Pavilhões gimnodesportivos;
d) Estádio Municipal;
e) Parques infantis.

Artigo 66.º

Sector de Fomento Desportivo

1 — Ao Sector de Fomento Desportivo competem, entre outras, as seguintes funções:

a) Promover, e coordenar, as acções, que conduzam ao desenvolvimento desportivo do concelho;
b) Assegurar a realização de iniciativas desportivas, promovendo a articulação com as colectividades ou grupos desportivos e recreativos;
c) Garantir apoio material e logístico às estruturas desportivas do concelho, de acordo com as disponibilidades, e com as orientações superiores;
d) Fomentar, e apoiar, o desporto escolar;
e) Desenvolver e ajudar a prática desportiva em outras camadas da população local;
f) Elaborar e ou colaborar, com o responsável hierárquico, na elaboração do relatório anual de actividades de acção desportiva;
g) Providenciar, de acordo com os regulamentos municipais, pela cedência de transportes da autarquia local a entidades ou grupos que solicitem, para a realização de quaisquer manifestações, de carácter desportivo ou recreativo;
h) Assegurar outras funções, que lhe sejam cometidas, nesta matéria.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 67.º

Organograma

O organograma, que representa a estrutura orgânica dos serviços municipais, consta do anexo I, o qual faz parte integrante deste regulamento.

Artigo 68.º

Mapa de pessoal

O mapa de pessoal da autarquia local é o que consta do anexo II, que integra este regulamento.

Artigo 69.º

Afectação e gestão de pessoal

1 — A afectação, mobilidade e distribuição do pessoal, pelas diversas unidades orgânicas, compete ao Presidente da Câmara Municipal, no âmbito dos seus poderes de superintendência e de gestão legalmente previstos, ou ao vereador no uso de competência delegada.
2 — A utilização do pessoal e a atribuição de tarefas, dentro de cada unidade orgânica, compete ao respectivo responsável.

Artigo 70.º

Gestão por projectos e coordenação

1 — Quando a realização de missões, de carácter interdisciplinar integrado, não se conforme com o recurso às estruturas verticais permanentes, pode a Câmara Municipal, sob proposta do respectivo Presidente, determinar a constituição de equipas de projecto ou a coordenação de várias divisões e nomear o respectivo coordenador.
2 — Ao coordenador designado poderão ser atribuídos suplementos remuneratórios.

Artigo 71.º

Implementação da estrutura

1 — Ficam criados todos os serviços e unidades orgânicas constantes da actual estrutura.
2 — A sua implementação e instalação poderão verificar-se, de modo faseado, de acordo com as necessidades e o desenvolvimento dos serviços municipais.
3 — O preenchimento dos lugares do mapa de pessoal fica condicionado ao desenvolvimento e implementação da estrutura dos serviços municipais.

Artigo 72.º

Revogação

São revogadas todas as disposições em vigor, que contrariem o presente regulamento.

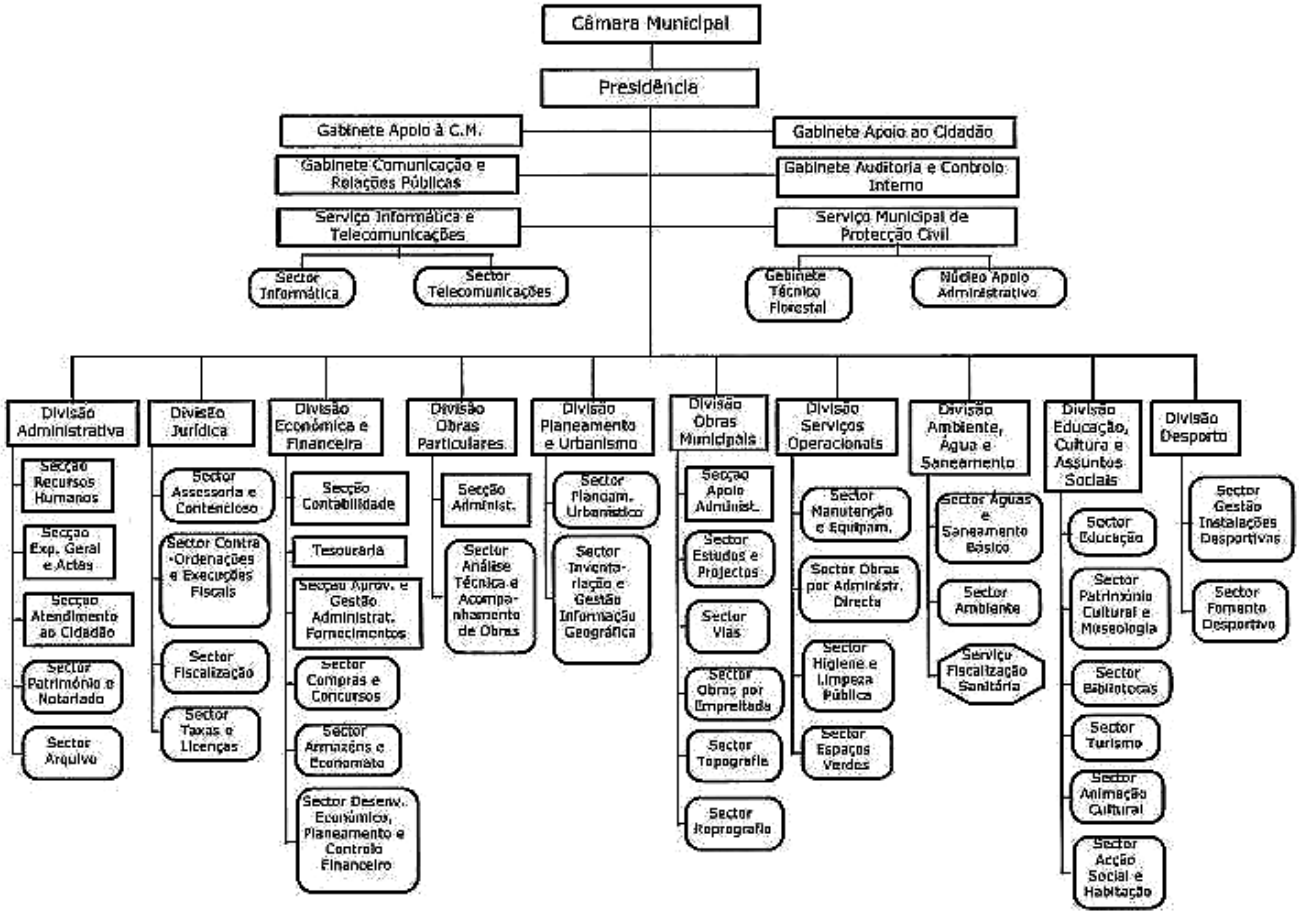
Artigo 73.º

Dúvidas e omissões

1 — As dúvidas e omissões, decorrentes da aplicação deste regulamento, serão resolvidas, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal.
2 — Sempre que as circunstâncias o justifiquem, nomeadamente, por razões de eficiência e eficácia, pode a Câmara Municipal, sob proposta do respectivo Presidente, proceder à alteração das funções cometidas aos serviços, mediante deliberação fundamentada.

ANEXO I

Organograma



ANEXO II

Mapa de pessoal

A partir de 1 de Janeiro de 2009

Cargo/Carreira/Categoria		N.º de Lugares		
		Ocup.	Necess.	Total
Coordenador		*0*	*5*	*5*
	Coordenador de Projecto	0	2	2
	Coordenador de Divisões	0	3	3
Chefe de Divisão		7	3	10
Técnico Superior		36	2	38
Assistente Técnico		*35*	*2*	*37*
	Coordenador Técnico	8	0	8
	Assistente Técnico	27	2	29
Assistente Operacional		*149*	*10*	*159*
	Encarregado Operacional	1	5	6
	Assistente Operacional	148	5	153
Informática		*4*	*0*	*4*
	Coordenador Técnico	1	0	4
	Técnico de Informática	2		
	Técnico de Informática Adjunto	1		
Total		**231**	**22**	**253**

CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

Aviso (extracto) n.º 1245/2009

Torna-se público que por meus despachos de 11, 18 e 29 de Dezembro do corrente ano, proferido ao abrigo das competências delegadas por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 23.07.2007 e ao abrigo do disposto na alínea *e*) do artigo 2.º e artigo 5.ºdo Decreto-Lei n.º 218/2000 de 9 de Setembro, que aplica à Administração Local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Dezembro, reclassifiquei definitivamente, os seguintes funcionários:

A partir de 15 de Dezembro de 2008:

Fernando Gomes Andrade, Auxiliar — Motorista de Pesados, escalão 2, índice 160 na categoria de Auxiliar — Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, escalão 2, índice 165;

José Guerreiro Agostinho, Operário semiqualificado — Operário (Cantoneiro), escalão 4, índice 165, na categoria de Operário Qualificado -Operário (Jardineiro), escalão 4, índice 170.

A partir de 18 de Dezembro de 2008:

Rui Filipe Fernandes Silva — Auxiliar — Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, escalão 1, índice 155 na categoria de Auxiliar — Motorista de Transportes Colectivos, escalão 1, índice 175;

Sílvio Soares de Almeida, Operário semiqualificado — Operário (Cantoneiro), escalão 3, índice 155, na categoria de Auxiliar — Guarda Nocturno, escalão 4, índice 160.

A partir de 29 de Dezembro de 2008:

Vítor Manuel Almeida Soares, Engenheiro Técnico de 1.ª classe, escalão 1, índice 340, na categoria de Técnico Superior — Engenheiro Civil de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro é dispensado o exercício de funções em comissão de serviço extraordinária.

(Isento do Visto do Tribunal de Contas).

30 de Dezembro de 2008. — O Vereador, com competências delegadas, *Manuel Augusto de Bastos Carvalho.*

301174202

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 1246/2009

Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva, Vereadora da Área de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Viana do Castelo:

Para os devidos efeitos, se torna público que, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, precedendo concurso, por meu despacho de 22 de Dezembro de 2008, decidi proceder à contratação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos do artigo 9.º, conjugado com o artigo 20.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para a categoria de Cozinheiro Principal, as candidatas graduadas em 1.º, 2.º e 3.º lugares no referido concurso, aberto conforme aviso afixado através da Ordem de Serviço n.º 24/SAP/2008, de 15 de Abril de 2008, cuja lista de classificação final foi publicitada nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho: Maria Ângela da Costa Alves Lopes, Cristina Maria Costa Araújo da Rocha Lima e Ana Maria Lima de Sousa, respectivamente.

Os lugares agora ocupados, foram criados no Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal em 29 de Fevereiro de 2008, mediante proposta da Câmara Municipal de 18 de Fevereiro de 2008, conforme publicação no "*Diário da República*", n.º 70, de 09 de Fevereiro de 2008.

A nível remuneratório ficam posicionadas, no escalão 1, índice 194, a que corresponde o montante de €647,20 (seiscentos e quarenta e sete euros e vinte cêntimos) de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro e com a Portaria n.º 30-A/2008, de 10 de Janeiro. A efectivação do contrato de trabalho por tempo indeterminado deverá ocorrer no prazo de 20 dias a contar da publicação no "*Diário da República*".

Determino que a nomeação seja feita por urgente conveniência de serviço, com efeitos ao dia 29 de Dezembro de 2008, nos termos do n.º 3 do artigo 45.º, da lei 98/97, de 26 de Agosto.

Não carece de visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

22 de Dezembro de 2008. — A Vereadora da Área de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva.*

301149125

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Regulamento n.º 21/2009

Nos termos da alínea *d*) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e para efeitos de eficácia, publica-se em anexo a deliberação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, datada de 26 de Novembro de 2008, que aprovou a Alteração do Regulamento do Plano Director Municipal, nos artigos 33.º e 34.º do Subcapítulo IV — Zona de Concentração Industrial.

A elaboração da referida alteração do Regulamento ocorreu de acordo com o citado diploma, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, designadamente quanto à discussão pública, a qual ocorreu nos termos do artigo 77.º do citado diploma legal, no período compreendido entre 2 de Julho a 12 de Agosto de 2008.

A elaboração da Alteração do Regulamento do Plano Director Municipal teve ainda o acompanhamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, com parecer final favorável (datado de 12-09-2008) nos termos do artigo 78.º do supracitado diploma.

A alteração do Regulamento aprovada altera os artigos 33.º e 34.º do Subcapítulo IV — Zona de Concentração Industrial do Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia, ratificado pela Resolução de Concelho de Ministros n.º 28/94 de 6 de Maio e publicado no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 105, os quais passam a ter a seguinte redacção:

CAPÍTULO II

Áreas urbanas e urbanizáveis

.....

SUBCAPÍTULO IV

Zona de concentração industrial

Artigo 33.º

Designação

Estão incluídas neste subcapítulo as áreas urbanas e urbanizáveis delimitadas na planta de ordenamento e designadas por zonas de concentração industrial, que se caracterizam por uma ocupação de construções de uso industrial, de armazenagem, de comércio ou de serviços, com exclusão de habitação.

Artigo 34.º

Disposições gerais

1 — Nesta zona não são permitidos outros usos para além dos industriais, de armazenagem, de comércio ou de serviços.

2 — Nestas zonas aplica-se o disposto nos artigos 6.º a 16.º deste Regulamento, mas apenas naquilo que é adaptável à ocupação em causa, sendo contudo aplicáveis os afastamentos previstos no n.º 2 do artigo 14.º a todas as situações, salvo nos casos em que exista alinhamento dominante dentro desta categoria de espaço, constituído por edifícios das tipologias permitidas para a mesma, prevalecendo nesses casos o alinhamento dominante sobre aqueles afastamentos.

3 — Não se aplica o disposto no n.º 2 do artigo 14.º deste Regulamento quando as novas unidades a licenciar se localizem em loteamentos industriais ou de armazéns com regulamento próprio aprovado, devendo a elaboração dos novos loteamentos ter como referência as exigências expressas nesse artigo.

4 — A Câmara Municipal reserva-se o direito de, antes e após o licenciamento da construção, recusar a instalação de unidades que considere prejudiciais às características da zona de concentração industrial em causa, recusa que deverá ser tecnicamente fundamentada.

5 — Nesta zona deverão ser exigidas todas as infra-estruturas, colectivas ou individuais, necessárias à especificidade de cada tipo de actividade, assim como a sua preparação para a futura ligação às redes públicas.

26 de Novembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Menezes.*

CERTIDÃO

JOSÉ FLORES MORIM, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia.

Certifica que da Minuta de Acta da Reunião Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia 26 de Novembro de 2008, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

Foi aprovada por unanimidade, a Proposta da Câmara Municipal quanto à Alteração dos Artigos 33º e 34ºdo SubCapítulo IV – Zona de Concentração Industrial do Regulamento do Plano Director Municipal.

Esta certidão é isenta por se destinar à Câmara Municipal.

Por ser verdade, fiz passar a presente certidão que assino.

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, 27 de Novembro de 2008

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

(José Flores Morim, Dr.)

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHAIS

Aviso n.º 1247/2009

Contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, nos termos da alínea *h*) do n.º 1, artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os seguintes trabalhadores:

Jorge Alberto Fernandes Gama, Guarda-nocturno, com início a 15 de Dezembro de 2008, com o vencimento de 443,70 €;

Bruno Patrício Araújo Alves, técnico de informática, com início a 22 de Dezembro de 2008, com o vencimento de 623,85 €;

Foi ainda celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo, nos termos da alínea *i*) da legislação acima indicada, com Márcio Miguel Martins Doreta, professor de Educação Física, com inicio a 7 de Novembro de 2008, até ao fim do ano lectivo, com o vencimento de 14,00€/hora.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Américo Jaime Afonso Pereira.*

301142434

JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE

Aviso n.º 1248/2009

De acordo com o disposto na alínea *a*), do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por Despacho do Presidente da Junta, foi nomeada, para ocupar um lugar de Assistente Administrativo, a funcionária Vitorina Adelaide Pimenta Martins da Silva, na sequência de Reclassificação Profissional, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008.

Foi consultada BEP/SigaMe, nos termos da legislação em vigor.

31 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Fernando Costa Teixeira Lopes.*

301180164

JUNTA DE FREGUESIA DE ALCÔRREGO

Aviso n.º 1249/2009

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar da carreira do grupo de pessoal auxiliar (coveiro)

Para os devidos efeitos, torna-se público, que a Junta de Freguesia de Alcôrrego na sua reunião de 31 de Dezembro de 2008, deliberou por unanimidade, homologar a acta de classificação final e nomear o candidato António Joaquim Salvaterra Madeira, classificado em primeiro lugar, na sequência do concurso em titulo aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série n.º 230 de 26 de Novembro de 2008. O candidato terá o prazo 20 dias úteis para tomar posse, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

31 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *António Luís Marques.*

301181128

JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA

Aviso n.º 1250/2009

Torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo, pelo prazo de um ano, com Mário Rui de Oliveira Coelho da Fonseca e António Joaquim Rodrigues Nave, para exercer as funções incluídas na categoria de auxiliar de serviços gerais, escalão 1 índice 128.

Os referidos contratos foram celebrados com início em 16 de Outubro de 2008, ao abrigo da alínea *f*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 23/2004 de 22 de 22 de Junho.

5 de Janeiro de 2009. — O Presidente, *Domingos Alves Pires.*

301186378

JUNTA DE FREGUESIA DE CANEÇAS

Aviso n.º 1251/2009

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação do Executivo, datada de 25 de Novembro de 2008, foi reclassificado o funcionário Manuel Eduardo de Jesus, Coveiro, Escalão 1, Índice 155, na categoria de Cantoneiro de Limpeza, Escalão 1, Índice 155.

A referida reclassificação foi efectuada ao abrigo do disposto na alínea *c*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000.

O candidato deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

(Processo não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

4 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Armindo Pires Fernandes.*

301113363

JUNTA DE FREGUESIA DE GRIJÓ

Aviso (extracto) n.º 1252/2009

A Junta Freguesia de Grijó torna público que a Assembleia de Freguesia de Grijó, em sessão ordinária de 19 de Dezembro de 2008, sob proposta da Junta de Freguesia, aprovada em reunião de 6 de Dezembro de 2008, deliberou aprovar a alteração do quadro de pessoal desta Junta de Freguesia, que a seguir se indica, com efeitos imediatos.

Grupo de Pessoal	Carreira	Categorias	Escalões								Número de Lugares		
			1	2	3	4	5	6	7	8	Providos	Vagos	Total
Tecnico Superior	Tec. Sup. S. Social	Tec. Sup. Principal	510	560	590	650	–	–	–	–	0	0	0
		Tec. Sup. 1.ª Classe	460	475	500	545	–	–	–	–	0	0	0
		Tec. Sup. 2.ª Classe	400	415	435	455	–	–	–	–	0	0	0
		Estagiário	321	–	–	–	–	–	–	–	1	0	1
Administrativo	Assistente Administrativo	A. Administrativo Especialista	269	280	295	316	337	–	–	–	0	1	1
		A. Administrativo Principal	222	233	244	254	269	290	–	–	0	1	1
		A. Administrativo	199	209	218	228	238	249	–	–	1	1	2
Operário	Operário Qualificado	Operário Principal	204	214	222	238	254	–	–	–	0	0	0
		Operário	142	151	160	170	184	199	214	233	2	2	4
Auxiliar	Cantoneiro de Limpeza	Cantoneiro de Limpeza	155	165	181	194	214	228	–	–	2	3	5
		Coveiro	155	165	181	194	214	228	–	–	2	0	2
		Motorista Pesados	151	160	175	189	204	218	233	249	0	1	1
		Mororista Ligeiros	142	151	160	175	189	204	218	233	0	1	1
		Auxiliar Administrativo	128	137	146	155	170	184	199	214	2	0	2
		Auxiliar Serviços Gerais	128	137	146	155	170	184	199	214	1	0	1
		Vigilante Parques e Jardins	128	137	146	155	170	184	199	214	0	1	1

23 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Rogério dos Santos Tavares.*

JUNTA DE FREGUESIA DE MOITA DOS FERREIROS

Aviso n.º 1253/2009

Concurso para contratação um Auxiliar Administrativo regime contrato por tempo Indeterminado

Para os devidos efeitos, e em cumprimento do disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna -se público que, por deliberação da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros, de 30 de Dezembro de 2008, foram homologadas as actas do Júri do Concurso para contratação um Auxiliar Administrativo regime contrato por tempo Indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 29145 de 9 de Dezembro. Em cumprimento do disposto no do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foi contratada a senhora Estela Maria dos Santos Gomes Baptista.

5 de Janeiro de 2009. — O Presidente, *António José Sarreira Onofre.*
301188784

JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE MARGARIDA

Edital n.º 49/2009

Ordenação Heráldica Brasão, Bandeira e Selo

Américo António Borges, presidente da Junta de Freguesia de Monte Margarida, do município da Guarda:

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Monte Margarida, do município da Guarda, tendo em conta o parecer emitido em 30 de Abril de 2008, pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea *q*), do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão do Plenário de Freguesia de 28 de Junho de 2008.

Brasão: escudo de negro, dois manguais de prata passados em aspa; em chefe, pomba de prata, raiada de ouro e, em campanha, cacho de uvas de prata sustido de ouro e. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: «Monte Margarida».

Bandeira: branca. Cordão e borlas de prata e negro. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos da Lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de Monte Margarida — Guarda».

2 de Janeiro de 2009. — O Presidente, *Américo António Borges.*
301182732

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ANGRA DO HEROÍSMO

Regulamento n.º 22/2009

Alteração do Regulamento Interno e Mapa de Pessoal

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, na redacção da Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, torna-se público que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua sessão de 15 de Dezembro de 2008, aprovou a alteração do Regulamento Interno destes Serviços Municipalizados bem como do Mapa de Pessoal.

22 de Dezembro de 2008. — A Presidente do Conselho de Administração, *Sofia Machado do Couto Gonçalves.*

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento estabelece a estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, adiante abreviadamente designados por SMAH, definindo competências e a organização dos seus serviços.

Artigo 2.º

Natureza

Os SMAH são um serviço público de interesse local, dotado de autonomia administrativa, financeira e técnica e explorados sob a forma industrial, no quadro da organização municipal, que visa satisfazer as necessidades colectivas da população do concelho no âmbito do seu objecto, definido nos termos do artigo seguinte.

Artigo 3.º

Âmbito de actuação

Constituem objecto principal e essencial da actividade dos SMAH:

a) A captação, adução, tratamento e distribuição de água para consumo humano, no concelho;
b) A recepção, drenagem e tratamento de águas residuais domésticas;
c) A recolha, transporte, deposição e tratamento de resíduos sólidos;
d) A limpeza e higiene de espaços urbanos;
e) A construção, ampliação, operação e manutenção dos sistemas de água, águas residuais e tratamento de resíduos sólidos;
f) Quaisquer outras funções que lhes sejam atribuídas pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ou por lei.

CAPÍTULO II

Administração

SECÇÃO I

Conselho de Administração

Artigo 4.º

Definição

O Conselho de Administração é o órgão colegial de gestão e direcção, ao qual compete, essencialmente, promover e executar as actividades dos SMAH com vista à prossecução das suas atribuições.

Artigo 5.º

Composição

Compete à Câmara Municipal nomear o Conselho de Administração, sendo as nomeações feitas de entre membros da Câmara Municipal ou de entre cidadãos que não sejam membros dos órgãos municipais.

Artigo 6.º

Mandato

1 — O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de um ano, podendo tais membros ser sucessivamente reconduzidos por iguais períodos ou substituídos, total ou parcialmente, pela Câmara Municipal.
2 — Dentro da vigência do mandato dos órgãos autárquicos e findo cada período referido no número anterior, presume-se a recondução do Conselho de Administração, não havendo deliberação da Câmara Municipal em contrário.
3 — Fora dos casos previsto no n.º 2, havendo cessação do mandato sem substituição imediata de administradores, a gestão dos SMAH fica a cargo do Presidente da Câmara até à designação dos novos membros, a qual deverá realizar-se nos 30 dias subsequentes ao facto que originou a vacatura.

Artigo 7.º

Competências

Ao Conselho de Administração compete:

a) Superintender na gestão e direcção dos SMAH, estabelecer a sua missão e a política de gestão, visando a prestação de um serviço de excelência;
b) Fixar os objectivos dos SMAH, tendo em conta a sua missão, as suas atribuições e os objectivos estratégicos plurianuais, devidamente enquadrados na política de gestão definida;
c) Superintender na gestão e direcção do pessoal, no que respeita a, nomeadamente, autorizar o exercício de funções a tempo parcial recrutamento, renovação e rescisão de contratos de trabalho a termo, acumulação de funções e licenças sem vencimento;
d) Apresentar à Câmara Municipal os Regulamentos do Serviço para aprovação da Assembleia Municipal, sempre que legalmente exigido;
e) Assegurar a execução das acções previstas para o cumprimento dos planos, promovendo todos os reajustamentos que se verifiquem necessários;
f) Aprovar os documentos de prestação de contas e apresentá-los à Câmara Municipal para serem submetidos à apreciação da Assembleia Municipal;
g) Aprovar e manter em funcionamento o sistema de controlo interno adequado às actividades dos SMAH, assegurando o seu acompanhamento e avaliação permanente;
h) Nomear um elemento para secretariar as reuniões do Conselho de Administração;
i) Apresentar à Câmara Municipal as alterações ao mapa de pessoal para serem submetidas à aprovação da Assembleia Municipal;
j) Elaborar e apresentar à Câmara Municipal os documentos previsionais, e respectivas revisões, para posterior aprovação da Assembleia Municipal;
k) Propor à Câmara Municipal a fixação das tarifas e dos preços da prestação de serviços;
l) Deliberar sobre a constituição de fundos permanentes para despesas urgentes, inadiáveis e de mero expediente;
m) Autorizar despesas necessárias ao bom funcionamento dos SMAH de valor superior ao da competência delegada no Presidente do Conselho de Administração até ao limite permitido por lei;
n) Autorizar o pagamento em prestações de qualquer importância devida aos SMAH;
o) Exercer todas as demais competências que lhe venham a ser atribuídas por lei ou conferidas por deliberação da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal.

Artigo 8.º

Reuniões

1 — O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente de 15 em 15 dias e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.
2 — A ordem dos trabalhos será remetida aos membros do Conselho de Administração com pelo menos 48 horas de antecedência, podendo a mesma ser alterada pelo voto maioritário dos seus membros, no início da reunião.
3 — Sempre que se considere útil ou conveniente para os trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração pode convocar para as reuniões funcionários dos SMAH por sua iniciativa ou de qualquer administrador.
4 — De tudo o que ocorrer nas reuniões será lavrada acta, a qual deverá ser assinada por todos os administradores presentes e pelo secretário, nomeado para o efeito.

Artigo 9.º

Impugnação das deliberações

1 — Dos actos do órgão dos SMAH cabe recurso hierárquico para a Câmara Municipal, sem prejuízo do recurso contencioso que, da deliberação desta, se possa interpor nos termos legais.
2 — A petição do recurso é entregue ao Conselho de Administração ou à Câmara Municipal no prazo de 30 dias a contar do conhecimento do acto, salvo quando a lei preveja prazo diferente.
3 — No caso de as deliberações recaírem sobre matéria disciplinar ou afectarem direitos ou interesses legalmente protegidos, o conhecimento do acto faz-se, obrigatoriamente, através de notificação.

SECÇÃO II

Presidente do Conselho de Administração

Artigo 10.º

Competências

1 — Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

a) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração;
b) Propor ao Conselho de Administração a definição das políticas globais de actuação;
c) Coordenar as actividades dos SMAH, promovendo todas as iniciativas que visem uma adequada execução dos planos e orçamentos;
d) Promover e assegurar a execução das deliberações do Conselho de Administração e o cumprimento da legislação em vigor;
e) Representar os SMAH em actos oficiais;
f) Outorgar em nome dos SMAH os contratos necessários ao funcionamento dos serviços;

g) Apresentar ao Conselho de Administração os documentos de prestação de contas obrigatórios;
h) Autorizar a despesa até ao limite da verba que lhe seja conferida por deliberação do Conselho de Administração e visar os respectivos documentos;
i) Aprovar o plano de formação anual e autorizar todas as acções de formação não inscritas no mesmo;
j) Delegar competências executivas no Director-Delegado;
k) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei ou por deliberação do Conselho de Administração ou da Câmara Municipal.

2 — O Presidente do Conselho de Administração pode praticar quaisquer actos da competência do Conselho sempre que em circunstâncias excepcionais não seja possível reuni-lo extraordinariamente, ficando, porém, os actos praticados sujeitos a subsequente ratificação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO III

Da organização dos Serviços Municipalizados

Artigo 11.º

Estrutura dos Serviços

1 — Para desenvolvimento das suas actividades os SMAH são organizados de acordo com a seguinte estrutura:

Direcção;
Divisão Administrativa;
Divisão Financeira e Comercial;
Divisão de Águas e Águas Residuais;
Divisão de Resíduos Sólidos;
Divisão de Tratamento e Controlo da Qualidade
Serviço de Logística.

2 — O Serviço de Logística depende da orientação directa do Director Delegado.
3 — O organograma que representa a estrutura orgânica dos SMAH consta do anexo I ao presente Regulamento.

SECÇÃO I

Director Delegado

Artigo 12.º

Natureza e âmbito das funções

1 — O Director Delegado orienta e coordena as funções técnicas, administrativas e financeiras dos SMAH, em tudo o que não seja da exclusiva competência do Conselho de Administração ou do seu Presidente.
2 — O Director Delegado é responsável perante o Conselho de Administração, a cujas reuniões assiste para efeitos de informação e consulta, por tudo o que diga respeito à disciplina e ao regular funcionamento dos serviços.

Artigo 13.º

Competências

Ao Director Delegado compete, designadamente:

a) A chefia superior, a orientação técnica e a direcção administrativa de todos os serviços, respondendo perante o Conselho de Administração por tudo o que diz respeito à disciplina e ao regular funcionamento dos SMAH;
b) A direcção e gestão dos recursos humanos, nomeadamente:

i) Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o mapa anual;
ii) Autorizar o pagamento dos abonos e prestação de regalias a que os colaboradores tenham direito, cumpridos os requisitos legais;
iii) Autorizar a prestação de trabalho em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados;
iv) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais;
v) Autorizar a transferência interna dos colaboradores por conveniência do serviço;
vi) Considerar as faltas justificadas ou injustificadas.

c) Despachar e assinar a correspondência dos SMAH, respeitante a todo o expediente que resulte do normal funcionamento dos SMAH.
d) Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, os despachos e deliberações da Administração;
e) Preparar as informações e os pareceres necessários à tomada das decisões da Administração;
f) Prestar informação sobre o grau de execução dos planos de actividade, a situação financeira dos SMAH, bem como colaborar na preparação de planos e orçamentos e respectivas alterações e revisões;
g) Autorizar os pedidos de aquisição até ao limite da verba que lhe seja conferida por deliberação do Conselho de Administração ou despacho do Presidente do Conselho de Administração;
h) Emitir ordens de serviço, despachos, instruções ou normas de serviço que assegurem o bom andamento e funcionamento dos SMAH, no âmbito das suas competências;
i) Zelar pelo cumprimento das normas de higiene e segurança no trabalho, de acordo com a legislação em vigor;
j) Acompanhar a monitorização dos objectivos e indicadores de desempenho;
k) Promover e orientar as reuniões de coordenação entre os diversos serviços;
l) Desempenhar as demais funções que as leis e os regulamentos lhe impuserem.

Artigo 14.º

Substituição

O Director Delegado é substituído, nas suas faltas e ou impedimentos, pelo dirigente que o Conselho de Administração designar, sob proposta do seu Presidente.

SECÇÃO II

Competências comuns às Chefias de Divisão

Artigo 15.º

Competências comuns às Chefias de Divisão

Constituem competências comuns às diversas Chefias de Divisão:

a) Propor e implementar o Plano da Divisão, que incluirá o Plano de Actividades e Orçamento Sectoriais, apurando eventuais desvios e tomando as medidas de gestão apropriadas;
b) Dirigir os serviços da Divisão, definindo os seus objectivos de actuação, tendo em conta os planos gerais estabelecidos, as atribuições da Divisão e a regulamentação interna;
c) Gerir os recursos humanos afectos à Divisão, promovendo a motivação e envolvimento de todos os colaboradores;
d) Planear, programar, coordenar e controlar todas as actividades da Divisão;
e) Estudar e propor medidas que assegurem a racionalização dos processos e métodos de trabalho e a normalização e simplificação do funcionamento da Divisão e dos SMAH;
f) Criar e implementar indicadores de gestão da Divisão, assegurando a sua análise, bem como a realização de acções correctivas ou preventivas de acordo com os resultados obtidos;
g) Assegurar a avaliação das necessidades de formação dos colaboradores da Divisão;
h) Implementar e acompanhar a monitorização dos objectivos e indicadores de desempenho, bem como a avaliação do desempenho dos colaboradores;
i) Elaborar relatórios periódicos de actividade e de desempenho da Divisão;
j) Assegurar a articulação dos diversos processos com as outras Divisões;
k) Zelar pelo cumprimento dos deveres de pontualidade e assiduidade e participar as ausências ao Serviço de Recursos Humanos;
l) Executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas no âmbito da Divisão ou que resultarem do normal desempenho das suas tarefas.

SECÇÃO III

Divisão Administrativa

Artigo 16.º

Competências

À Divisão Administrativa compete, designadamente:

a) Assegurar o serviço de expediente, nomeadamente a recepção, o registo, a classificação, a distribuição, a expedição e o arquivo da documentação;

b) Assegurar a uniformização da documentação interna;
c) Executar as tarefas administrativas de carácter geral que não estejam cometidas a outros serviços, designadamente a emissão de declarações, certidões, autenticações e notificações;
d) Assegurar a prestação dos serviços auxiliares de limpeza e vigilância das instalações;
e) Gerir a reprografia;
f) Secretariar e dar apoio administrativo directo às reuniões do Conselho de Administração, bem como registar e minutar as actas das respectivas reuniões;
g) Promover a divulgação das deliberações, ordens de serviço, bem como de toda a informação necessária ao regular funcionamento dos serviços;
h) Propor, dinamizar e coordenar os procedimentos destinados à organização dos arquivos;
i) Facultar a documentação necessária aos serviços;
j) Elaborar, após consulta aos serviços interessados, a proposta de eliminação da documentação produzida, de acordo com a legislação em vigor;
k) Dirigir e coordenar as operações de recrutamento, selecção e acolhimento de pessoal;
l) Assegurar os procedimentos necessários à formação do pessoal;
m) Apoiar o exercício do poder disciplinar;
n) Preparar o mapa de pessoal e suas alterações;
o) Gerir os procedimentos administrativos necessários para a contratação de bens, serviços e empreitadas;
p) Prestar o necessário apoio jurídico aos SMAH;
q) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 17.º

Estrutura

Para o desempenho das suas funções, a Divisão Administrativa tem a seguinte estrutura:

a) Secção Administrativa Geral;
b) Secção de Contratação Pública;
c) Gabinete Jurídico.

Artigo 18.º

Estrutura e competências da Secção Administrativa Geral

1 — Para o desempenho das suas funções, a Secção Administrativa Geral tem a seguinte estrutura:

a) Secretaria;
b) Serviço de Recursos Humanos;
c) Serviços Auxiliares.

1.1 — À Secretaria compete, designadamente:

a) Executar todos os trabalhos de recepção, registo, classificação, expediente e arquivo da documentação e correspondência entrada ou emitida pelos SMAH e garantir a sua distribuição;
b) Apoiar administrativamente, sempre que necessário, todas as unidades orgânicas dos SMAH;
c) Elaborar as agendas e actas das reuniões do Conselho de Administração e dar o devido andamento às mesmas;
d) Promover a afixação de anúncios, avisos e outros documentos a publicitar nos locais e suportes a esse fim destinados;
e) Executar as tarefas respeitantes ao arquivo de todos os documentos e processos para esse fim remetidos pelos diversos serviços, promovendo a adopção de planos adequados;
f) Manter em boa ordem e fácil consulta, livros de trabalho e interesse consultivo, bem como revistas de instrução técnica e científica e outras espécies bibliográficas, relativas a matérias de interesse para os SMAH, bem como as relativas a toda a Administração Local em particular;
g) Prestar toda a informação solicitada pelos diversos serviços respeitantes a todas as espécies arquivadas;
h) Propor, logo que decorridos os prazos estipulados por lei, a inutilização de documentos que se encontrem no arquivo inactivo;
i) Assegurar a actividade de empréstimo de documentos do arquivo bem como de livros ou revistas de instrução técnica/científica e outras;
j) Promover a existência de condições de segurança nas instalações dos arquivos;
k) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2 — Ao Serviço de Recursos Humanos compete, designadamente:

a) Executar todo o processo de tramitação relativo ao recrutamento, provimento, transferência, promoção e cessação de funções de pessoal;
b) Organizar, manter actualizados e em boas condições os processos individuais;
c) Instruir todos os processos referentes a prestações sociais do pessoal, bem como os respectivos descontos;
d) Prestar o apoio necessário à instrução de processos e inquéritos disciplinares;
e) Assegurar todo o expediente relativo a formação profissional;
f) Elaborar listas de antiguidade e mapas de férias;
g) Assegurar o registo e controlo de assiduidade e promover a verificação de faltas e licenças;
h) Promover o processo de avaliação do desempenho;
i) Promover o processamento de vencimentos e abonos;
j) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.3 — Aos Serviços Auxiliares compete, designadamente:

a) Superintender e assegurar os serviços de reprografia, telefone, portaria, segurança e limpeza das instalações;
b) Zelar pela boa conservação e manutenção de todo o equipamento afecto aos Serviços Auxiliares;
c) Afixar anúncios, avisos e outros documentos a publicitar nos locais e suportes a esse fim destinados;
d) Distribuir o correio;
e) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 19.º

Competências da Secção de Contratação Pública

À Secção de Contratação Pública compete, designadamente:

a) Proceder à elaboração das peças dos procedimentos necessários à contratação pública, as quais serão remetidas aos serviços requerentes para a respectiva validação;
b) Elaborar e assegurar a publicação nos jornais exigidos e a publicitação no portal electrónico de todos os procedimentos prévios de contratação pública;
c) Secretariar e apoiar os júris dos procedimentos prévios de contratação pública, elaborando actas, relatórios e demais expediente necessário, coordenando o cumprimento dos prazos legalmente previstos para cada uma das fases do procedimento;
d) Preparar e promover a remessa dos processos de contratação pública para efeitos de visto, nos termos da lei;
e) Promover a libertação das garantias prestadas quando se mostrem preenchidos os respectivos requisitos legais, após prévia informação do respectivo serviço requisitante em como houve cumprimento integral dos contratos;
f) Manter uma base de dados actualizada sobre empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços;
g) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 20.º

Competências do Gabinete Jurídico

Ao Gabinete Jurídico compete, sempre que solicitado:

a) Dar parecer sobre os recursos hierárquicos ou contenciosos, bem como reclamações que envolvam os SMAH;
b) Intervir e instruir em matéria jurídica, os processos graciosos respeitantes aos SMAH, após a preparação dos mesmos pelos serviços competentes;
c) Dar parecer jurídico sobre todas as matérias de interesse para os SMAH;
d) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

SECÇÃO IV

Divisão Financeira e Comercial

Artigo 21.º

Competências

À Divisão Financeira e Comercial compete, designadamente:

a) Executar a gestão económico-financeira dos SMAH de acordo com os objectivos e directrizes do Conselho de Administração;

b) Fornecer ao Director Delegado e ao Conselho de Administração, em tempo oportuno, os elementos de gestão que os habilite a uma correcta tomada de decisões;
c) Coordenar a elaboração do plano plurianual de investimentos e orçamento dos SMAH, suas alterações e revisões, nos termos da lei aplicável;
d) Garantir a execução e o controlo financeiro dos instrumentos previsionais de planeamento e orçamentação aprovados;
e) Coordenar a elaboração dos documentos finais de prestação de contas obrigatórios para aprovação superior, dentro dos prazos estabelecidos;
f) Cooperar na elaboração de estudos de carácter económico-financeiro que permitam a apresentação de propostas de preços de tarifas;
g) Garantir e fiscalizar o funcionamento da tesouraria;
h) Coordenar todo o processo de aquisição de bens e serviços de uso corrente necessários à execução eficiente e oportuna das actividades planeadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade;
i) Assegurar uma gestão racional de stocks, em consonância com critérios definidos e em articulação com os diversos serviços utilizadores;
j) Assegurar a gestão patrimonial dos SMAH, executando e mantendo actualizado o cadastro e inventário dos bens de acordo com as normas legais e regulamentos em vigor;
k) Zelar pelo atendimento do público e pela organização e andamento dos processos de interesse dos utentes;
l) Coordenar o serviço de leituras, facturas e cobranças no sentido de optimização do sistema e na prossecução de uma melhoria do serviço prestado;
m) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 22.º

Estrutura

Para o desempenho das suas funções a Divisão Financeira e Comercial tem a seguinte estrutura:

a) Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património;
b) Secção Comercial;
c) Tesouraria.

Artigo 23.º

Estrutura e Competências da Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património

1 — Para o desempenho das suas funções, a Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património tem a seguinte estrutura:

a) Serviço de Contabilidade;
b) Serviço de Aprovisionamento;
c) Serviço de Armazém;
d) Serviço de Património.

1.1 — Ao Serviço de Contabilidade compete, designadamente:

a) Proceder aos registos contabilísticos dos factos patrimoniais e das operações de natureza orçamental, verificando o cumprimento das normas e legislação em vigor;
b) Colaborar na elaboração dos diferentes instrumentos de planeamento, programação, orçamentação e de gestão da actividade da Divisão;
c) Preparar a execução das revisões e alterações dos documentos previsionais aprovados;
d) Formar dados para a elaboração de estudos económico-financeiros que fundamentem decisões respeitantes ao valor de tarifas e à análise das condições internas de exploração;
e) Assegurar o acompanhamento e execução do Plano Anual de Investimentos e Orçamento;
f) Organizar, controlar e arquivar todos os documentos de receita e despesa;
g) Promover a implementação de um sistema de contabilidade analítica que permita o apuramento de custos de funcionamento dos SMAH;
h) Controlar as contas correntes bancárias;
i) Colaborar na preparação e organização dos documentos finais de prestação de contas obrigatórias;
j) Assegurar a recolha de receitas e o processamento das despesas devidamente autorizadas;
k) Conferir e promover a regularização dos fundos permanentes nos prazos legais;
l) Elaborar as estatísticas e os relatórios da Secção;
m) Conferir diariamente os movimentos de Tesouraria com os movimentos de receitas e despesas;
n) Elaborar balanços à Tesouraria;
o) Determinar preços de custo de materiais e serviços;
p) Colaborar na realização de conferências periódicas de matérias, de acordo com o que for determinado;
q) Emitir e registar cheques;
r) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2 — Ao Serviço de Aprovisionamento compete, designadamente:

a) Centralizar as requisições dos diversos serviços para aquisições de uso corrente;
b) Proceder ao registo de cabimentos e respectivos compromissos;
c) Proceder ao estudo do mercado de bens e serviços, sempre que para tal seja solicitado;
d) Organizar e actualizar o ficheiro de fornecedores;
e) Elaborar estudos de previsibilidade das necessidades e estruturar um plano anual de compras;
f) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.3 — Ao Serviço de Armazém compete, designadamente:

a) Manter os stocks em níveis adequados às necessidades através da determinação de quantidades económicas de encomendas;
b) Zelar pela correcta organização, conservação e segurança dos artigos armazenados;
c) Proceder à inventariação permanente das existências em armazém e assegurar a realização de inventários;
d) Registar todo o movimento de entradas e saídas de existências e garantir a actualização constante do ficheiro por artigo;
e) Remeter mensalmente ao Serviço de Contabilidade uma relação respeitante ao movimento de entradas e saídas de existências;
f) Manter à sua guarda as ferramentas dos SMAH, controlar a sua distribuição e zelar pelo seu bom estado de conservação, comunicando a necessidade de renovação, sempre que necessário;
g) Satisfazer os pedidos de material e de ferramentas, sempre mediante requisição;
h) Proceder à substituição de ferramentas, mediante o retorno das inutilizadas;
i) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.4 — Ao Serviço de Património compete, designadamente:

a) Proceder à identificação, codificação, registo, movimentação, inventariação e controlo de todos os bens dos SMAH;
b) Verificar o estado de conservação e a localização dos bens;
c) Organizar e manter actualizado o inventário e cadastro dos bens móveis e imóveis;
d) Executar todo o expediente relacionado com a alienação de bens;
e) Conferir periodicamente as existências e manter a fidelidade das mesmas;
f) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 24.º

Estrutura e Competências da Secção Comercial

1 — Para o desempenho das suas funções, a Secção de Comercial tem a seguinte estrutura:

a) Serviço de Atendimento ao Público;
b) Serviço de Leituras e Fiscalização de Consumos;
c) Serviço de Assistência a Utentes;
d) Serviço de Facturação.

1.1 — Ao Serviço de Atendimento ao Público compete, designadamente:

a) Coordenar de forma integrada as actividades de Atendimento ao Público;
b) Proceder ao tratamento, recepção, conferência e registo das solicitações apresentadas pelos utentes e posterior comunicação das decisões tomadas;
c) Informar os utentes, prestando-lhes todo o apoio necessário à resolução dos seus problemas;
d) Elaborar contratos no âmbito das suas competências;
e) Cobrar a receita dos SMAH e elaborar as guias de receita respeitantes aos diversos serviços prestados a consumidores/utilizadores;

f) Atender as reclamações dos utilizadores e dar-lhes o encaminhamento devido, com vista à sua rápida resolução;
g) Elaborar e promover a actualização dos ficheiros dos utilizadores de serviços de fornecimento de água, águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos;
h) Organizar e controlar os processos de interrupção de fornecimento de água, por dívida, de acordo com os regulamentos e legislação em vigor;
i) Emitir notas de serviço para execução de todos os serviços técnicos tendentes à satisfação das necessidades dos utilizadores e confirmar a sua execução;
j) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2 — Ao Serviço de Leituras e Fiscalização de Consumos compete, designadamente:

a) Realizar e coordenar as tarefas inerentes à leitura e verificação dos consumos de águas;
b) Proceder à verificação de contadores, consumos fraudulentos ou outras anomalias;
c) Fornecer toda a informação necessária ao cabal planeamento de áreas e zonas de leituras;
d) Verificar as reclamações de consumidores relacionadas com leituras e cobranças que não possam ser solucionadas pelo atendimento ao público e propor as respectivas soluções;
e) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.3 — Ao Serviço de Assistência a Utentes compete, designadamente:

a) Proceder aos cortes de abastecimento de água por dívidas aos SMAH;
b) Proceder ao restabelecimento do abastecimento de água após regularização das dívidas;
c) Proceder à montagem, selagem, substituição e levantamento de contadores;
d) Assegurar a manutenção periódica dos contadores, bem como as que decorram de reclamações e ocorrências detectadas pelos Leitores;
e) Acompanhar e verificar, no local, reclamações, ou ocorrências associadas a contadores, instalações ou leituras;
f) Assegurar a assistência aos utentes no âmbito da sua competência;
g) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.4 — Ao Serviço de Facturação compete, designadamente:

a) Recolher todos os dados técnicos necessários à actualização dos dados constantes do sistema informático de facturação;
b) Processar tarifas;
c) Resolver as anomalias detectadas pelo sistema informático;
d) Proceder ao controlo da classificação dos utilizadores relativamente ao consumo de água e aos sistemas de saneamento e resíduos sólidos;
e) Elaborar as estatísticas relativas a consumidores e utilizadores de saneamento e do sistema de gestão de resíduos;
f) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 25.º

Competências da Tesouraria

À Tesouraria compete, designadamente:

a) Arrecadar todas as receitas e liquidar os juros de mora devidos nos termos legais;
b) Efectuar o pagamento de todas as despesas depois de devidamente autorizadas;
c) Efectuar, nas instituições bancárias, os levantamentos, os depósitos e as transferências de fundos;
d) Zelar pela segurança das existências em cofre;
e) Elaborar balancetes diários de tesouraria, acompanhados dos documentos justificativos dos movimentos, para efeitos de conferência;
f) Manter actualizadas as contas correntes com as instituições bancárias;
g) Exercer as demais funções que lhe sejam confiadas.

2 — O Tesoureiro nas suas faltas e ou impedimentos é substituído pela Chefe de Secção Comercial.

SECÇÃO V

Divisão de Águas e Águas Residuais

Artigo 26.º

Competências

À Divisão de Águas e Águas Residuais compete, designadamente:

a) Assegurar a gestão e o funcionamento dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de água e águas residuais;
b) Assegurar todos os trabalhos de controlo, manutenção, reparação e renovação das redes públicas de abastecimento de água e de águas residuais;
c) Assegurar a execução e fiscalização das obras previstas no Plano Plurianual de Investimentos, programar e controlar as actividades e apurar eventuais desvios;
d) Proceder ao controlo de qualidade da água distribuída, dentro dos critérios legalmente estabelecidos;
e) Assegurar a renovação, conservação e reparação dos equipamentos e instalações de apoio afectos à Divisão;
f) Assegurar o fornecimento de materiais a utilizar nas diferentes intervenções;
g) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 27.º

Estrutura

1 — Para o desempenho das suas funções, a Divisão de Águas e Águas Residuais tem a seguinte estrutura:

a) Serviço de Gestão de Redes;
b) Serviço de Tratamento de Água;
c) Serviço de Monitorização e Controlo de Caudais;
d) Gabinete Técnico.

1.1 — Ao Serviço de Gestão de Redes compete, designadamente:

a) Assegurar a execução, reparação e substituição de redes e ramais;
b) Manter e conservar o equipamento electromecânico;
c) Manter e operar equipamentos de inspecção e controlo;
d) Detectar e reparar fugas na rede de água e águas residuais;
e) Detectar e reparar obstruções nos colectores de águas residuais;
f) Garantir o bom funcionamento das redes e de todos os seus órgãos;
g) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2 — Ao Serviço de Tratamento de Água compete, designadamente:

a) Controlar a qualidade da água;
b) Inspeccionar e informar sobre o estado de funcionamento das captações e estações de tratamento;
c) Recolher periodicamente dados sobre a qualidade da água distribuída e estabelecer as medidas de correcção que se imponham;
d) Elaborar relatórios de ocorrências mais significativas;
e) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.3 — Ao Serviço de Tratamento de Monitorização e Controlo de Caudais compete, designadamente:

a) Controlar os níveis das origens exploradas e caudais de adução e distribuição;
b) Gerir o sistema de telegestão;
c) Elaborar relatórios de ocorrências mais significativas;
d) Elaborar relatórios periódicos de actividade;
e) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.4 — Ao Gabinete Técnico compete, designadamente:

a) Emitir pareceres sobre projectos de redes prediais de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, em conformidade com as leis e Regulamento em vigor, acompanhando e fiscalizando a sua execução;
b) Assegurar a execução e fiscalização das obras previstas no Plano Plurianual de Investimento, programar e controlar as actividades, e apurar eventuais desvios;
c) Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentos em vigor sobre a água e águas residuais;

d) Promover e colaborar em acções de sensibilização no âmbito da utilização racional da água e da protecção das suas origens;
e) Elaborar relatórios periódicos de actividade;
f) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

SECÇÃO VI

Divisão de Resíduos Sólidos

Artigo 28.º

Competências

À Divisão de Resíduos Sólidos compete, designadamente:

a) Planificar e assegurar as operações de recolha, transporte e deposição final dos resíduos sólidos urbanos;
b) Promover e assegurar a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos ou outro tipo de resíduos;
c) Promover e assegurar acções de limpeza de espaços públicos atribuídos aos SMAH em todo o Concelho;
d) Executar e colaborar com outras entidades em acções de sensibilização que visem melhorar a higiene urbana e a saúde pública do Concelho;
e) Promover a colocação nas vias públicas de contentores para uso colectivo, sua manutenção e limpeza;
f) Manter em condições de operacionalidade todo o material e equipamento afecto à Divisão;
g) Promover a manutenção, funcionamento e coordenação do Aterro Sanitário Intermunicipal;
h) Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentos em vigor sobre resíduos sólidos urbanos;
i) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 29.º

Estrutura

1 — Para o desempenho das suas funções, a Divisão de Resíduos Sólidos tem a seguinte estrutura:

a) Serviço de Recolha de Resíduos;
b) Serviço de Limpeza Urbana;
c) Serviço de Tratamento de Resíduos;
d) Gabinete Técnico.

1.1 — Ao Serviço de Recolha de Resíduos compete, designadamente:

a) Proceder à recolha, transporte e deposição final dos resíduos sólidos urbanos;
b) Assegurar o cumprimento dos itinerários definidos;
c) Proceder à recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos;
d) Distribuir contentores de uso colectivo;
e) Elaborar informações sobre o estado e necessidade de conservação ou substituição dos recipientes de recolha de uso colectivo e das alterações necessárias face a novos condicionalismos;
f) Manter em condições de operacionalidade todo o material e equipamento utilizado;
g) Garantir mecanismos de valorização de resíduos;
h) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2 — Ao Serviço de Limpeza Urbana compete, designadamente:

a) Proceder à limpeza e manutenção das vias públicas nas zonas definidas pela Câmara Municipal;
b) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.3 — Ao Serviço de Tratamento de Resíduos compete, designadamente:

a) Controlar e registar as entradas e saídas de viaturas e pessoas dentro do Aterro Intermunicipal da Ilha Terceira, adiante abreviadamente designado por Aterro;
b) Controlar e registar o tipo de resíduos que dão entrada no Aterro e garantir o seu correcto destino;
c) Assegurar a manutenção e conservação de edifícios e equipamentos afectos ao Aterro;
d) Assegurar o bom funcionamento do Canil;
e) Assegurar uma correcta deposição de resíduos sólidos urbanos nas células;
f) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.4 — Ao Gabinete Técnico compete, designadamente:

a) Desenvolver, executar e participar em acções de sensibilização e educação no âmbito da gestão de resíduos;
b) Executar serviço de estatística;
c) Emitir pareceres sobre projectos de edificações urbanas no que respeita ao cumprimento da legislação e regulamentação existente sobre resíduos;
d) Promover acções de fiscalização e controlo de deposição de resíduos nas zonas atribuídas aos SMAH;
e) Colaborar nos procedimentos necessários ao bom funcionamento do Aterro Intermunicipal da Ilha Terceira;
f) Colaborar nos procedimentos necessários ao bom funcionamento do serviço de recolha e limpeza urbana;
g) Garantir o cumprimento do Regulamento de Resíduos Sólidos e demais legislação aplicável;
h) Verificar as reclamações e ocorrências da Divisão;
i) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

SECÇÃO VII

Divisão de Tratamento e Controlo da Qualidade

Artigo 30.º

Competências

À Divisão de Tratamento e Controlo da Qualidade compete, designadamente:

a) Propor e colaborar na definição de estratégias de desenvolvimento técnico-económico dos sistemas de tratamento de águas residuais e lixiviantes, controlo da qualidade e de consumo energético;
b) Assegurar a gestão e o funcionamento dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de elevação e tratamento de águas residuais e lixiviantes;
c) Assegurar a gestão e o funcionamento do sector de controlo da qualidade, garantindo a qualidade das operações técnicas realizadas;
d) Assegurar a gestão e o funcionamento dos serviços de Higiene e Segurança no Trabalho de acordo com a legislação em vigor;
e) Assegurar a gestão e o funcionamento do núcleo de estudo e implementação de energias de renováveis;
f) Assegurar a execução e fiscalização das obras previstas no Plano Plurianual de Investimento, programar e controlar as actividades, e apurar eventuais desvios;
g) Superintender em todos os trabalhos de controlo, manutenção e exploração das infra-estruturas afectas à Divisão;
h) Controlar os diversos processos de tratamento, garantindo a sua optimização, e o cumprimento dos diversos requisitos constantes das diversas licenças;
i) Elaborar e dar pareceres, sempre que solicitado, sobre projectos de interesse para os SMAH, no âmbito das áreas de actuação definidas;
j) Colaborar em campanhas de sensibilização pública e de educação ambiental;
k) Elaborar relatórios solicitados no âmbito do cumprimento dos requisitos das diversas licenças;
l) Fiscalizar o cumprimento da legislação e regulamentos em vigor sobre águas, águas residuais, energias e higiene e segurança;
m) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

Artigo 31.º

Estrutura

1 — Para o desempenho das suas funções, a Divisão de Tratamento e Qualidade tem a seguinte estrutura:

a) Serviço de Apoio às Estações de Tratamento;
b) Serviço de Controlo da Qualidade;
c) Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho;
d) Gabinete de Energias Renováveis.

1.1 — Ao Serviço de Apoio às Estações de Tratamento compete, designadamente:

1.1.1 — No âmbito da Elevação de Águas Residuais e Lixiviantes:

a) Garantir o correcto funcionamento das Estações Elevatórias;

b) Recolher mensalmente os dados dos sistemas para análises e estabelecer medidas de correcção que se imponham;
c) Preencher os mapas de controlo;
d) Manter, vigiar e conservar, o equipamento electromecânico;
e) Proceder a pequenas reparações mecânicas e eléctricas do diverso equipamento electromecânico e dispositivos de utilização;
f) Cumprir com os diversos Programas de Exploração, Operação e Manutenção estabelecidos;
g) Recolher amostras de águas residuais;
h) Garantir a limpeza e higiene das diversas instalações;
i) Controlar a qualidade da água residual drenada;
j) Detectar obstruções no sistema elevatório;
k) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.1.2 — No âmbito do Tratamento de Águas Residuais e Lixiviantes:

a) Garantir o correcto funcionamento das instalações de tratamento para que cumpram com os requisitos exigidos nas diversas licenças;
b) Recolher mensalmente os dados dos sistemas para análises e estabelecer medidas de correcção que se imponham;
c) Preencher os diversos mapas de controlo;
d) Manter, vigiar e conservar o equipamento electromecânico;
e) Proceder a pequenas reparações mecânicas e eléctricas do diverso equipamento electromecânico e dispositivos de utilização;
f) Proceder a pequenos ensaios de controlo do processo;
g) Cumprir com os diversos Programas de Exploração, Operação e Manutenção estabelecidos;
h) Recolher amostras de águas residuais e lamas;
i) Garantir a limpeza das diversas instalações, recintos e órgãos de tratamento;
j) Manter e conservar as edificações, vedações e respectivos recintos das diversas instalações;
k) Elaborar registos de ocorrência diários e manter o arquivo actualizado;
l) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2 — Ao Serviço de Controlo da Qualidade compete, designadamente:

1.2.1 — No âmbito do Laboratório de Análises de Águas Residuais e Amostragem:

a) Avaliar a qualidade dos afluentes e efluentes recebidos e produzidos nas diversas instalações de tratamento, de acordo com os respectivos Programas de Monitorização;
b) Avaliar e controlar os processos de tratamento das diversas instalações de tratamento de acordo com os respectivos Programas de exploração;
c) Proceder às diversas amostragens de acordo com os diversos Planos de Controlo de Qualidade de acordo com as normas de qualidade;
d) Garantir o cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão de Qualidade;
e) Promover melhorias organizacionais inerentes ao Sistema de Gestão de Qualidade;
f) Promover auditorias internas;
g) Implementar acções correctivas na sequência das auditorias externas, auditorias internas e ensaios de comparação inter-laboratorial;
h) Elaborar os boletins de análises e relatórios de desempenho;
i) Validar e interpretar os resultados estatísticos obtidos nos ensaios analíticos;
j) Assegurar a implementação do Programa de Controlo de Qualidade;
k) Colaborar com outras entidades em programas de controlo;
l) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2.2 — No âmbito do Controlo de Qualidade de Águas:

a) Avaliar os pedidos de ligação à rede pública de drenagem e tratamento de águas residuais de unidades industriais ou equiparadas;
b) Colaborar na execução e implementação dos diversos Planos de Controlo de Qualidade dos diversos tipos de Água;
c) Verificar, interpretar e analisar os dados de monitorização;
d) Tratar estatisticamente os dados relativos ao Sistema de Gestão da Qualidade;
e) Avaliar os resultados obtidos e comunicar às diversas entidades de controlo e regulamentação;
f) Elaborar pareceres e informações no domínio da sua actividade;
g) Colaborar no preenchimento de inquéritos estatísticos solicitados no domínio da sua actividade;
h) Organizar e difundir informação de interesse para as populações no domínio da sua actividade;
i) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.3 — Ao Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho compete, designadamente:

a) Planear e implementar um Sistema de Gestão de Prevenção de Riscos Profissionais nos SMAH que englobe plano de actividades;
b) Identificar e avaliar factores de risco que podem afectar o ambiente de trabalho;
c) Planear, adoptar, implementar e controlar a eficácia das medidas de prevenção e minimização adequadas à natureza dos riscos detectados;
d) Garantir e actualizar toda a informação documental referente ao Sistema de Gestão de Prevenção de Riscos Profissionais;
e) Manter os registos actualizados;
f) Garantir a vigilância da saúde dos trabalhadores;
g) Realizar o tratamento estatístico aplicado à interpretação dos dados e no âmbito do Sistema de Gestão de Prevenção de Riscos Profissionais;
h) Promover auditorias internas;
i) Assegurar a divulgação e a formação interna dos trabalhadores no âmbito de medidas preventivas;
j) Organizar e difundir informação de interesse para os trabalhadores dos SMAH no domínio da sua actividade;
k) Divulgar e manter actualizada informação sobre legislação, regulamentos e normas;
l) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.4 — Ao Gabinete de Energias Renováveis compete, designadamente:

a) Auscultar necessidades locais e regionais;
b) Elaborar estudos de viabilidade técnico-económica;
c) Implementar medidas no âmbito da utilização racional e conservação de energia;
d) Implementar medidas que visem o aproveitamento dos recursos energéticos nos sistemas de produção, transporte, distribuição e consumos;
e) Organizar e difundir informação de interesse para as populações no domínio da sua actividade;
f) Divulgar informação sobre legislação, regulamentos e normas, aproveitamento de recursos naturais e projectos de sucesso já implementados;
g) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

SECÇÃO VIII

Serviço de Logística

Artigo 32.º

Estrutura e Competências do Serviço de Logística

1 — Para o desempenho das suas funções, o Serviço de Logística tem a seguinte estrutura:

a) Serviço de Manutenção;
b) Serviço de Apoio Técnico.

1.1 — Ao Serviço de Manutenção compete, designadamente:

1.1.1 — No âmbito do Serviço de Gestão do Parque de Máquinas e Viaturas:

a) Distribuir e gerir as viaturas pelos diversos Serviços de acordo com instruções superiores;
b) Providenciar a manutenção de máquinas e viaturas;
c) Providenciar o funcionamento das respectivas oficinas;
d) Manter em condições de operacionalidade todo o material e equipamento afecto ao serviço e propor superiormente as reparações que o mesmo necessite, ou a sua substituição;
e) Assegurar que todas as máquinas e viaturas circulam com toda a documentação exigida por lei;
f) Manter em ordem e actualizada a documentação relativa aos seguros de veículos e promover o seguro de novas aquisições;

g) Acompanhar e verificar a realização de reparações efectuadas no exterior, incluindo as garantias;
h) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.1.2 — No âmbito das Manutenção das Infra-estruturas:

a) Manter, reparar e conservar edificações, vedações e respectivos recintos dos SMAH;
b) Manter todos os espaços verdes pertencentes aos SMAH devidamente roçados;
c) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2 — Ao Serviço de Apoio Técnico compete, designadamente:

1.2.1 — No âmbito do Serviço Cartografia, Topografia e Desenho:

a) Proceder aos levantamentos topográficos necessários a estudos e projectos das diversas Divisões;
b) Proceder à actualização permanente dos cadastros das redes dos sistemas de distribuição de água e de drenagem de águas residuais;
c) Assegurar o acompanhamento topográfico da execução das obras previstas no plano plurianual de investimentos;
d) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2.2 — No âmbito do Serviço de Informática e Telecomunicações:

a) Desenvolver, coordenar e controlar o planeamento da actividade informática e de telecomunicações dos SMAH;
b) Colaborar na melhoria dos sistemas de informação, garantindo a sua integração, normalização e coerência;
c) Colaborar na optimização da utilização dos recursos informáticos existentes, promovendo a tramitação electrónica da informação;
d) Elaborar informações e coordenar todas as propostas de aquisição de novas soluções de equipamentos e programas informáticos;
e) Proceder à manutenção dos sistemas a nível de equipamentos e redes;
f) Prestar apoio técnico aos diversos serviços;
g) Formar e apoiar os utilizadores ao nível das aplicações instaladas;
h) Actualizar as aplicações informáticas instaladas e solucionar os problemas existentes ao nível da utilização das mesmas, nomeadamente no contacto com os fornecedores;
i) Proceder às cópias de segurança necessárias;
j) Proceder à gestão de contratos ao nível de equipamentos, programas informáticos e telecomunicações;
k) Cooperar na racionalização, simplificação e modernização de sistemas de trabalho;
l) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

1.2.3 — No âmbito do Gabinete de Comunicação e Imagem:

a) Promover de forma adequada, interna e externamente, a comunicação e imagem institucional dos SMAH;
b) Recolher e analisar a informação veiculada e manter organizado o respectivo arquivo;
c) Realizar o apoio audiovisual das iniciativas realizadas pelos SMAH;
d) Manter actualizado o site dos SMAH;
e) Exercer as demais funções que lhe forem confiadas ou resultarem do normal desempenho das sua tarefas.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 33.º

Lacunas e Omissões

No exercício dos poderes de superintendência e coordenação dos SMAH, o Presidente do Conselho de Administração poderá, mediante despacho, integrar as lacunas ou omissões resultantes de aplicação do presente regulamento.

Artigo 34.º

Ajustamento de Competências

As competências dos diversos serviços definidos no presente regulamento poderão ser objecto de ajustamento de pormenor, mediante deliberação do Conselho de Administração, sempre que razões de eficácia e eficiência o determinem.

Artigo 35.º

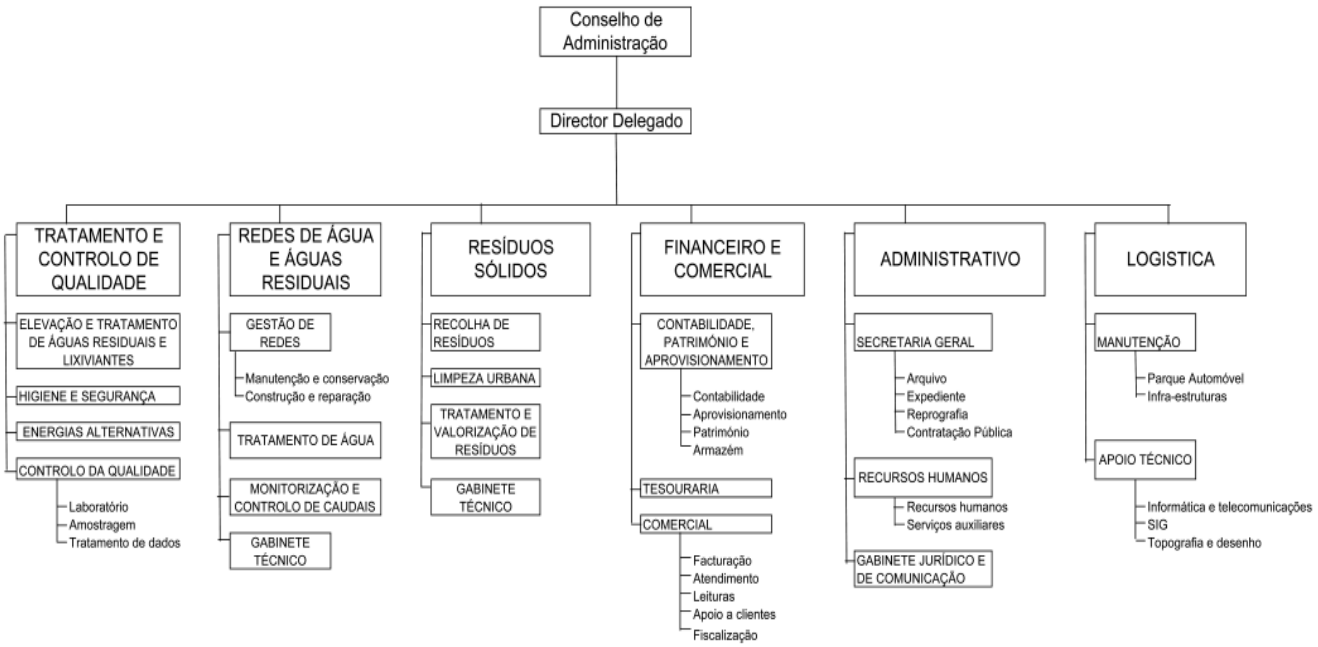
Entrada em Vigor

O presente Regulamento Interno dos SMAH entra em vigor após aprovação pela Assembleia Municipal e posterior publicação no *Diário da República*.

Artigo 36.º

Revogação

Fica revogado o anterior Regulamento Interno dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.



PARTE I

AGORASYS — DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO, L.DA

Anúncio n.º 248/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Identificação de pessoa colectiva n.º 504678094.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

5 de Novembro de 2007. — A Segunda-Ajudante, *Maria Cristina Pacheco Santos.*

3000229337

ALIAMODA — PRONTO-A-VESTIR E CONFECÇÕES, L.DA

Anúncio n.º 249/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 4921/980807; identificação de pessoa colectiva n.º 504239309.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1998.

24 de Outubro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Doutel Parada de Carvalho e Coelho.*

3000229352

ANTÓNIO RODRIGUES MELO, L.DA

Anúncio n.º 250/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 1039/780317; identificação de pessoa colectiva n.º 500748497.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

15 de Outubro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Doutel Parada de Carvalho e Coelho.*

3000229390

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JEAN PIAGET DE ALMADA

Regulamento n.º 23/2009

Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada

Nos termos da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril que publicita o "Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior", a Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada, através do seu órgão legal e estatutariamente competente, aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso, nos termos e de acordo com o artigo 10.º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

O presente Regulamento passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento disciplina os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso na instituição, com base no disposto na Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

Artigo 2.º

Âmbito

O disposto no presente Regulamento aplica-se aos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado e aos ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, adiante designados por cursos, em funcionamento nesta instituição.

Artigo 3.º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, entende-se por:

a) «Mudança de curso» o acto pelo qual um estudante se inscreve em curso diferente daquele em que praticou a última inscrição, no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino superior, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior;

b) «Transferência» o acto pelo qual um estudante se inscreve e matricula no mesmo curso em estabelecimento de ensino superior diferente daquele em que está ou esteve matriculado, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior;

c) «Reingresso» o acto pelo qual um estudante, após uma interrupção dos estudos num determinado curso e estabelecimento de ensino superior, se matricula no mesmo estabelecimento e se inscreve no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido;

d) «Mesmo curso» os cursos com idêntica designação e conduzindo à atribuição do mesmo grau ou os cursos com designações diferentes mas situados na mesma área científica, tendo objectivos semelhantes, ministrando uma formação científica similar e conduzindo:

i) À atribuição do mesmo grau;

ii) À atribuição de grau diferente, quando tal resulte de um processo de modificação ou adequação entre um ciclo de estudos conducente ao grau de bacharel e um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado ou entre um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado e um ciclo de estudos integrado de mestrado;

e) «Créditos» os créditos segundo o ECTS — European Credit Transfer and Accumulation System (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos);

f) «Escala de classificação portuguesa» aquela a que se refere o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Artigo 4.º

Requerimento

1 — A mudança de curso, transferência e reingresso são requeridos à Direcção deste Estabelecimento de Ensino onde o estudante se pretende matricular e ou inscrever.

2 — Podem requerer a mudança de curso ou a transferência:

a) Os estudantes que tenham estado inscritos e matriculados num curso superior num estabelecimento de ensino superior nacional e não o tenham concluído;

b) Os estudantes que tenham estado matriculados e inscritos em estabelecimento de ensino superior estrangeiro em curso definido como superior pela legislação do país em causa, quer o tenham concluído ou não.

3 — Podem requerer o reingresso os estudantes que tenham estado matriculados e inscritos no mesmo estabelecimento de ensino superior nacional no mesmo curso ou em curso que o tenha antecedido.

Artigo 5.º

Documentos necessários para a candidatura

1 — Para a mudança de curso o processo de candidatura deve ser instruído com:

a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
d) Procuração, quando for caso disso;
e) Boletim de vacinas;
f) 2 Fotografias;
g) Documento comprovativo da realização dos pré-requisitos exigíveis para o curso a que se pretende candidatar, se tal for exigido;
h) Taxa de candidatura;
i) Certificado do último estabelecimento de ensino superior onde esteve matriculado, referindo o curso em que esteve inscrito e ano lectivo da última inscrição;

j) Certificado de todas as disciplinas com aprovação e respectiva nota;
l) Programas e cargas horárias de todas as disciplinas com aprovação, devidamente autenticados (para o caso de o candidato pretender requerer a respectiva creditação).

2 — Para a transferência o processo de candidatura deve ser instruído com:

a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
d) Procuração, quando for caso disso;
e) Boletim de vacinas;
f) 2 Fotografias;
g) Documento comprovativo da realização dos pré-requisitos exigíveis para o curso a que se pretende candidatar, se tal for exigido;
h) Taxa de candidatura;
i) Certificado do último estabelecimento de ensino superior onde esteve matriculado;
j) Certificado de todas as disciplinas com aprovação e respectiva nota;
l) Programas e cargas horárias de todas as disciplinas com aprovação, devidamente autenticados (para o caso de o candidato pretender requerer a respectiva creditação).

3 — Para o reingresso o processo de candidatura deve ser instruído com:

a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
d) Procuração, quando for caso disso;
e) Boletim de vacinas;
f) 2 Fotografias;
g) Taxa de candidatura.

Artigo 6.º

Limitações quantitativas

1 — O reingresso, nos termos da lei, não está sujeito a limitações quantitativas.
2 — A mudança de curso e a transferência estão sujeitas a limitações quantitativas.
3 — O número de vagas para os regimes de mudança de curso e de transferência é fixado pelo órgão legal e estatutariamente competente desta instituição.
4 — O número de vagas destinado à inscrição no 1.º ano dos ciclos de estudos de licenciatura e dos ciclos de estudos integrados de mestrado no 1.º semestre lectivo está sujeito às limitações quantitativas fixadas nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 64/2006, de 21 de Março, e 88/2006, de 23 de Maio.
5 — As vagas aprovadas:

a) São divulgadas através de edital a afixar nesta instituição e a publicar no seu sítio da Internet;
b) São comunicadas à Direcção-Geral do Ensino Superior e ao Observatório da Ciência e do Ensino Superior.

6 — As vagas de um par estabelecimento/curso eventualmente sobrantes no regime de mudança de curso (ou de transferência) podem ser utilizadas no outro regime, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente desta Instituição.
7 — As vagas de um par estabelecimento/curso eventualmente sobrantes do regime geral de acesso que não sejam utilizadas nos termos do n.º 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, podem ser utilizadas para os regimes de mudança de curso e transferência, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente desta Instituição.

Artigo 7.º

Critérios de Seriação

1 — A seriação dos candidatos é realizada pela ordem decrescente das classificações obtidas considerando:
1.1 — Situação de mudança de curso:
1.1.1 — Candidatos oriundos de um curso da mesma área científica do curso a que se pretendem candidatar:

a) Número de disciplinas concluídas;
b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior;
e) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior na área científica de referência do Curso a que concorre;
f) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;
g) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

1.1.2 — Candidatos oriundos de um curso de outra área científica:

a) Número de disciplinas concluídas;
b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior;
e) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;
f) Entrevista;
g) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

1.2 — Situação de transferência:

a) Número de disciplinas concluídas;
b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior na área científica de referência do Curso a que concorre;
e) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;
f) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

2 — As pontuações correspondentes a cada um destes critérios, para cada curso, serão divulgadas em edital próprio a afixar nos serviços académicos.

Artigo 8.º

Prazos de Candidatura

1 — O prazo de candidatura para os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso é fixado anualmente pela Direcção desta Instituição, constando de edital a afixar em local próprio e através da página *web* do Instituto Piaget.
2 — Decorridos os prazos previstos no Edital referido no número anterior, o órgão legal e estatutariamente competente desta instituição pode aceitar requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso em qualquer momento do ano lectivo sempre que entenda existirem ou poder criar condições de integração dos requerentes nos cursos em causa.
3 — Nas situações a que se refere o número anterior, não implica qualquer processo de seriação, admitindo-se os candidatos por ordem de candidatura.

Artigo 9.º

Cursos com pré-requisitos ou que exijam aptidões vocacionais específicas

A mudança de curso ou a transferência para cursos para os quais sejam exigidos pré-requisitos ou aptidões vocacionais específicas, nos termos do regime jurídico do acesso ao ensino superior, estão condicionadas à satisfação dos mesmos.

Artigo 10.º

Casos de indeferimento liminar

São liminarmente indeferidos os requerimentos que se encontrem numa das seguintes condições:

a) Pedidos referentes a cursos em que o número de vagas fixado tenha sido zero;
b) Pedidos realizados fora de prazo, devendo o candidato apresentar um novo requerimento nos termos do disposto no número 2, do artigo 8.º;
c) Pedidos não acompanhados da documentação necessária à completa instrução do processo.

Artigo 11.º

Exclusão do processo de candidatura

Serão excluídos do processo de candidatura em qualquer momento do mesmo os requerentes que prestem falsas declarações.

Artigo 12.º

Decisão

1 — As decisões sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso são da competência da Direcção da Instituição e válidas apenas para a matrícula no ano lectivo a que respeitam.

2 — As decisões serão divulgadas através de lista seriada 2 dias úteis após a conclusão de cada fase de candidatura referidas no número 1 do artigo anterior, sendo afixadas por edital nos Serviços Académicos.

3 — As decisões finais sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso exprimem-se através das seguintes situações:

a) Colocado (curso);
b) Não colocado;
c) Excluído da candidatura (por indeferimento liminar ou exclusão).

4 — Das listas com as decisões finais constam relativamente a cada candidato:

a) Nome;
b) Número e local de emissão do bilhete de identidade;
c) Resultado final, com indicação das alíneas do número anterior.

Artigo 13.º

Reclamação da decisão final

1 — Do resultado final podem os candidatos apresentar reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 3 dias úteis após a fixação da lista de colocações, mediante exposição dirigida ao Presidente da Direcção da Instituição.

2 — A reclamação poderá ser entregue em mão nos Serviços Administrativos da Instituição ou por via postal registada com aviso de recepção.

3 — A decisão sobre a reclamação é proferida no prazo de 2 dias úteis e comunicada ao interessado por escrito com a respectiva fundamentação.

4 — É legalmente proibida a matrícula simultânea em dois ou mais estabelecimentos de ensino superior públicos ou privados.

5 — No caso de o estudante ter realizado a matrícula simultaneamente em dois ou mais estabelecimentos de ensino superior, considera-se válida a primeira matrícula efectuada.

6 — Os estudantes que tenham realizado matrícula na presente Instituição e pretendam matricular-se noutro estabelecimento de ensino superior, devem proceder, por escrito, à anulação da matrícula nesta Instituição.

7 — No caso de anulação de matrícula, não serão devolvidas quaisquer importâncias pagas pelo candidato, seja a que título for.

Artigo 14.º

Erro dos Serviços

1 — O candidato não colocado por erro exclusivamente imputável aos serviços, terá direito à colocação, mesmo que para tal se torne necessário criar uma vaga adicional.

2 — A rectificação poderá ser desencadeada por iniciativa do candidato, no âmbito do processo de reclamação, ou por iniciativa da instituição.

3 — A rectificação abrange o candidato a respeito do qual o erro se verificou e não afecta os restantes candidatos, colocados ou não.

Artigo 15.º

Matrícula e inscrição

O candidato colocado num determinado curso deverá proceder à respectiva matrícula nos 5 dias úteis subsequentes à publicação dos resultados das decisões finais sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso, sob pena de caducidade da candidatura.

Artigo 16.º

Creditação

1 — Os alunos integram-se nos programas e organização de estudos em vigor na Instituição onde se matriculam e no ano lectivo em que o fazem.

2 — A integração é assegurada através do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos (ECTS), com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação realizada e das competências adquiridas.

3 — Nos termos do disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho:

a) A presente Instituição:

i) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha quer a obtida anteriormente;

ii) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica nos termos fixados pelo respectivo diploma;

iii) Reconhece, através da atribuição de créditos, a experiência profissional e outra formação não abrangida pelas alíneas anteriores;

b) A creditação tem em consideração o nível dos créditos e a área científica onde foram obtidos;

c) Os procedimentos a adoptar para a creditação são fixados pela Direcção, ouvido sempre o órgão pedagógico competente.

4 — No caso do reingresso e de acordo com o disposto no número 4, do artigo 8.º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril:

a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu;

b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado.

5 — No caso da transferência e de acordo com o disposto no número 5, do artigo 8.º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril:

a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso;

b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado;

c) Em casos devidamente fundamentados, em que, face ao nível ou conteúdo de algumas unidades curriculares, não seja possível considerar, na aplicação da regra da alínea anterior, todo o valor creditado, o número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e 90 % do valor creditado.

6 — O conselho científico procede à expressão em créditos das formações de que o estudante é titular, recorrendo, se necessário, à colaboração do estabelecimento de ensino superior de origem.

7 — O procedimento de creditação deve ser realizado em prazo compatível com a inscrição do estudante e a frequência do curso no ano ou semestre lectivo para que aquela é requerida.

Artigo 17.º

Classificação

1 — As unidades curriculares creditadas nos termos do artigo anterior conservam as classificações obtidas nos estabelecimentos de ensino superior onde foram realizadas.

2 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior portugueses, a classificação das unidades curriculares creditadas é a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior onde foram realizadas.

3 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a classificação das unidades curriculares creditadas:

a) É a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro, quando este adopte a escala de classificação portuguesa;

b) É a classificação resultante da conversão proporcional da classificação obtida para a escala de classificação portuguesa, quando o estabelecimento de ensino superior estrangeiro adopte uma escala diferente desta.

4 — No âmbito do cálculo da classificação final do grau académico, que é realizada nos termos do disposto nos artigos 12.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, a adopção de ponderações específicas para as classificações das unidades curriculares creditadas deve ser fundamentada.

5 — No caso a que se refere o n.º 3 e com fundamento em manifestas diferenças de distribuição estatística entre as classificações atribuídas pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro e o estabelecimento de ensino superior português, o estudante pode requerer fundamentadamente ao Presidente do conselho científico a atribuição de uma classificação superior à resultante das regras indicadas.

Artigo 18.º

Alunos não colocados com matrícula válida no ano lectivo anterior

Os estudantes que tenham tido uma matrícula e inscrição válidas em estabelecimento de ensino superior no ano lectivo imediatamente

anterior e cujo requerimento seja indeferido podem, no prazo de sete dias sobre a publicação da decisão, proceder à inscrição no curso onde haviam estado inscritos no ano lectivo anterior.

Artigo 19.º

Regulamento

1 — O presente Regulamento para os Regimes de Mudança de curso, Transferência e Reingresso é aprovado pela Direcção da Instituição.
2 — O presente Regulamento é publicado no *Diário da República,* 2.ª série, e divulgado através do sítio na Internet desta Instituição.

Aprovado em Reunião de Direcção em 11/11/2008 e homologado em 05/12/2008 pelo Conselho Pedagógico.

19 de Dezembro de 2008. — Pela Direcção, a Presidente, *Clementina Nogueira.*

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE JEAN PIAGET — NORDESTE

Regulamento n.º 24/2009

Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior

Nos termos da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril que publicita o "Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior", a Escola Superior de Saúde Jean Piaget/Nordeste, através do seu órgão legal e estatutariamente competente, aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso, nos termos e de acordo com o artigo 10.º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.
O presente Regulamento passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento disciplina os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso na instituição, com base no disposto na Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril.

Artigo 2.º

Âmbito

O disposto no presente Regulamento aplica-se aos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado e aos ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, adiante designados por cursos, em funcionamento nesta instituição.

Artigo 3.º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, entende-se por:

a) «Mudança de curso» o acto pelo qual um estudante se inscreve em curso diferente daquele em que praticou a última inscrição, no mesmo ou noutro estabelecimento de ensino superior, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior;
b) «Transferência» o acto pelo qual um estudante se inscreve e matricula no mesmo curso em estabelecimento de ensino superior diferente daquele em que está ou esteve matriculado, tendo havido ou não interrupção de inscrição num curso superior;
c) «Reingresso» o acto pelo qual um estudante, após uma interrupção dos estudos num determinado curso e estabelecimento de ensino superior, se matricula no mesmo estabelecimento e se inscreve no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido;
d) «Mesmo curso» os cursos com idêntica designação e conduzindo à atribuição do mesmo grau ou os cursos com designações diferentes mas situados na mesma área científica, tendo objectivos semelhantes, ministrando uma formação científica similar e conduzindo:

i) À atribuição do mesmo grau;
ii) À atribuição de grau diferente, quando tal resulte de um processo de modificação ou adequação entre um ciclo de estudos conducente ao grau de bacharel e um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado ou entre um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado e um ciclo de estudos integrado de mestrado;

e) «Créditos» os créditos segundo o ECTS — European Credit Transfer and Accumulation System (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos);
f) «Escala de classificação portuguesa» aquela a que se refere o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Artigo 4.º

Requerimento

1 — A mudança de curso, transferência e reingresso são requeridos à Direcção deste Estabelecimento de Ensino onde o estudante se pretende matricular e ou inscrever.
2 — Podem requerer a mudança de curso ou a transferência:

a) Os estudantes que tenham estado inscritos e matriculados num curso superior num estabelecimento de ensino superior nacional e não o tenham concluído;
b) Os estudantes que tenham estado matriculados e inscritos em estabelecimento de ensino superior estrangeiro em curso definido como superior pela legislação do país em causa, quer o tenham concluído ou não.

3 — Podem requerer o reingresso os estudantes que tenham estado matriculados e inscritos no mesmo estabelecimento de ensino superior nacional no mesmo curso ou em curso que o tenha antecedido.

Artigo 5.º

Documentos necessários para a candidatura

1 — Para a mudança de curso o processo de candidatura deve ser instruído com:

a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
d) Procuração, quando for caso disso;
e) Boletim de vacinas;
f) 2 Fotografias;
g) Documento comprovativo da realização dos pré-requisitos exigíveis para o curso a que se pretende candidatar, se tal for exigido;
h) *Curriculum Vitae;*
i) Taxa de candidatura;
j) Certificado comprovativo da realização dos exames nacionais (Ficha ENES) definidos para o curso (caso fosse exigência do curso no ano de ingresso e ao regime de acesso do candidato) e certificado comprovativo de acesso ao ensino superior;
l) Certificado do último estabelecimento de ensino superior onde esteve matriculado, referindo o curso em que esteve inscrito e ano lectivo da última inscrição;
m) Certificado de todas as disciplinas com aprovação e respectiva nota;
n) Programas e cargas horárias de todas as disciplinas com aprovação, devidamente autenticados (para o caso de o candidato pretender requerer a respectiva creditação).

2 — Para a transferência o processo de candidatura deve ser instruído com:

a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
d) Procuração, quando for caso disso;
e) Boletim de vacinas;
f) 2 Fotografias;
g) Documento comprovativo da realização dos pré-requisitos exigíveis para o curso a que se pretende candidatar, se tal for exigido;
h) Taxa de candidatura;
i) Certificado do último estabelecimento de ensino superior onde esteve matriculado;
j) Certificado de todas as disciplinas com aprovação e respectiva nota;
l) Programas e cargas horárias de todas as disciplinas com aprovação, devidamente autenticados (para o caso de o candidato pretender requerer a respectiva creditação).

3 — Para o reingresso o processo de candidatura deve ser instruído com:

a) Boletim de candidatura devidamente preenchido;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Fotocópia do número de identificação fiscal;
d) Procuração, quando for caso disso;
e) Boletim de vacinas;

f) 2 Fotografias;
g) Taxa de candidatura.

Artigo 6.º

Limitações quantitativas

1 — O reingresso, nos termos da lei, não está sujeito a limitações quantitativas.
2 — A mudança de curso e a transferência estão sujeitas a limitações quantitativas.
3 — O número de vagas para os regimes de mudança de curso e de transferência é fixado pelo órgão legal e estatutariamente competente desta instituição.
4 — O número de vagas destinado à inscrição no 1.º ano dos ciclos de estudos de licenciatura e dos ciclos de estudos integrados de mestrado no 1.º semestre lectivo está sujeito às limitações quantitativas fixadas nos termos dos n.º s 2 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 64/2006, de 21 de Março, e 88/2006, de 23 de Maio.
5 — As vagas aprovadas:

a) São divulgadas através de edital a afixar nesta instituição e a publicar no seu sítio da Internet;
b) São comunicadas à Direcção-Geral do Ensino Superior e ao Observatório da Ciência e do Ensino Superior.

6 — As vagas de um par estabelecimento/curso eventualmente sobrantes no regime de mudança de curso (ou de transferência) podem ser utilizadas no outro regime, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente desta Instituição.
7 — As vagas de um par estabelecimento/curso eventualmente sobrantes do regime geral de acesso que não sejam utilizadas nos termos do n.º 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, podem ser utilizadas para os regimes de mudança de curso e transferência, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente desta Instituição.

Artigo 7.º

Critérios de Seriação

1 — A seriação dos candidatos é realizada pela ordem decrescente das classificações obtidas considerando:
1.1 — Situação de mudança de curso:
1.1.1 — Candidatos oriundos de um curso da mesma área científica do curso a que se pretendem candidatar:

a) Número de disciplinas concluídas;
b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior;
e) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior na área científica de referência do Curso a que concorre;
f) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;
g) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

1.1.2 — Candidatos oriundos de um curso de outra área científica:

a) Número de disciplinas concluídas;
b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior;
e) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;
f) Entrevista;
g) Análise do *Curriculum Vitae;*
h) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

1.2 — Situação de transferência:

a) Número de disciplinas concluídas;
b) Créditos obtidos nas disciplinas da área de formação do curso;
c) Créditos obtidos nas restantes disciplinas do curso;
d) Média das classificações das disciplinas feitas no ensino superior na área científica de referência do Curso a que concorre;
e) Classificação das provas de pré-requisitos, se tal for exigido;
f) Ano em que se encontra matriculado no ensino superior.

2 — As pontuações correspondentes a cada um destes critérios, para cada curso, serão divulgadas em edital próprio a afixar nos serviços académicos.

Artigo 8.º

Prazos de Candidatura

1 — O prazo de candidatura para os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso é fixado anualmente pela Direcção desta Instituição, constando de edital a afixar em local próprio e através da página *web* do Instituto Piaget.
2 — Decorridos os prazos previstos no número anterior, o órgão legal e estatutariamente competente desta instituição pode aceitar requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso em qualquer momento do ano lectivo sempre que entenda existirem ou poder criar condições de integração dos requerentes nos cursos em causa.
3 — Nas situações a que se refere o número anterior, não implica qualquer processo de seriação, admitindo-se os candidatos por ordem de candidatura.

Artigo 9.º

Cursos com pré-requisitos ou que exijam aptidões vocacionais específicas

A mudança de curso ou a transferência para cursos para os quais sejam exigidos pré-requisitos ou aptidões vocacionais específicas, nos termos do regime jurídico do acesso ao ensino superior, estão condicionadas à satisfação dos mesmos.

Artigo 10.º

Casos de indeferimento liminar

São liminarmente indeferidos os requerimentos que se encontrem numa das seguintes condições:

a) Pedidos referentes a cursos em que o número de vagas fixado tenha sido zero;
b) Pedidos realizados fora de prazo, devendo o candidato apresentar um novo requerimento nos termos do disposto no número 2, do artigo 8.º;
c) Pedidos não acompanhados da documentação necessária à completa instrução do processo.

Artigo 11.º

Exclusão do processo de candidatura

Serão excluídos do processo de candidatura em qualquer momento do mesmo os requerentes que prestem falsas declarações.

Artigo 12.º

Decisão

1 — As decisões sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso são da competência da Direcção da Instituição e válidas apenas para a matrícula no ano lectivo a que respeitam.
2 — As decisões serão divulgadas através de lista seriada 2 dias úteis após a conclusão de cada fase de candidatura referidas no número 1 do artigo anterior, sendo afixadas por edital nos Serviços Académicos.
3 — As decisões finais sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso exprimem-se através das seguintes situações:

a) Colocado (curso);
b) Não colocado;
c) Excluído da candidatura (por indeferimento liminar ou exclusão).

4 — Das listas com as decisões finais constam relativamente a cada candidato:

a) Nome;
b) Número e local de emissão do bilhete de identidade;
c) Resultado final, com indicação das alíneas do número anterior.

Artigo 13.º

Reclamação da decisão final

1 — Do resultado final podem os candidatos apresentar reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 3 dias úteis após a fixação da lista de colocações, mediante exposição dirigida ao Presidente da Direcção da Instituição.
2 — A reclamação poderá ser entregue em mão nos Serviços Administrativos da Instituição ou por via postal registada com aviso de recepção.
3 — A decisão sobre a reclamação é proferida no prazo de 2 dias úteis e comunicada ao interessado por escrito com a respectiva fundamentação.

4 — É legalmente proibida a matrícula simultânea em dois ou mais estabelecimentos de ensino superior públicos ou privados.

5 — No caso de o estudante ter realizado a matrícula simultaneamente em dois ou mais estabelecimentos de ensino superior, considera-se válida a primeira matrícula efectuada.

6 — Os estudantes que tenham realizado matrícula na presente Instituição e pretendam matricular-se noutro estabelecimento de ensino superior, devem proceder, por escrito, à anulação da matrícula nesta Instituição.

7 — No caso de anulação de matrícula, não serão devolvidas quaisquer importâncias pagas pelo candidato, seja a que título for.

Artigo 14.º

Erro dos Serviços

1 — O candidato não colocado por erro exclusivamente imputável aos serviços, terá direito à colocação, mesmo que para tal se torne necessário criar uma vaga adicional.

2 — A rectificação poderá ser desencadeada por iniciativa do candidato, no âmbito do processo de reclamação, ou por iniciativa da instituição.

3 — A rectificação abrange o candidato a respeito do qual o erro se verificou e não afecta os restantes candidatos, colocados ou não.

Artigo 15.º

Matrícula e inscrição

O candidato colocado num determinado curso deverá proceder à respectiva matrícula nos 5 dias úteis subsequentes à publicação dos resultados das decisões finais sobre os requerimentos de mudança de curso, transferência e reingresso, sob pena de caducidade da candidatura.

Artigo 16.º

Creditação

1 — Os alunos integram-se nos programas e organização de estudos em vigor na Instituição onde se matriculam e no ano lectivo em que o fazem.

2 — A integração é assegurada através do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos (ECTS), com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação realizada e das competências adquiridas.

3 — Nos termos do disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março:

a) A presente Instituição:

i) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha quer a obtida anteriormente;

ii) Credita nos seus ciclos de estudos a formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica nos termos fixados pelo respectivo diploma;

iii) Reconhece, através da atribuição de créditos, a experiência profissional e a formação pós-secundária;

b) A creditação tem em consideração o nível dos créditos e a área científica onde foram obtidos;

c) Os procedimentos a adoptar para a creditação são fixados pela Direcção, ouvido sempre o órgão pedagógico competente.

4 — No caso do reingresso e de acordo com o disposto no número 4, do artigo 8.º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril:

a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu;

b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado.

5 — No caso da transferência e de acordo com o disposto no número 5, do artigo 8.º, da Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril:

a) É creditada a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso;

b) O número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e o valor creditado;

c) Em casos devidamente fundamentados, em que, face ao nível ou conteúdo de algumas unidades curriculares, não seja possível considerar, na aplicação da regra da alínea anterior, todo o valor creditado, o número de créditos a realizar para a obtenção do grau académico não pode ser superior à diferença entre o número de créditos necessário para a obtenção do grau e 90 % do valor creditado.

6 — O conselho científico procede à expressão em créditos das formações de que o estudante é titular, recorrendo, se necessário, à colaboração do estabelecimento de ensino superior de origem.

7 — O procedimento de creditação deve ser realizado em prazo compatível com a inscrição do estudante e a frequência do curso no ano ou semestre lectivo para que aquela é requerida.

Artigo 17.º

Classificação

1 — As unidades curriculares creditadas nos termos do artigo anterior conservam as classificações obtidas nos estabelecimentos de ensino superior onde foram realizadas.

2 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior portugueses, a classificação das unidades curriculares creditadas é a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior onde foram realizadas.

3 — Quando se trate de unidades curriculares realizadas em estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a classificação das unidades curriculares creditadas:

a) É a classificação atribuída pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro, quando este adopte a escala de classificação portuguesa;

b) É a classificação resultante da conversão proporcional da classificação obtida para a escala de classificação portuguesa, quando o estabelecimento de ensino superior estrangeiro adopte uma escala diferente desta.

4 — No âmbito do cálculo da classificação final do grau académico, que é realizada nos termos do disposto nos artigos 12.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, a adopção de ponderações específicas para as classificações das unidades curriculares creditadas deve ser fundamentada.

5 — No caso a que se refere o n.º 3 e com fundamento em manifestas diferenças de distribuição estatística entre as classificações atribuídas pelo estabelecimento de ensino superior estrangeiro e o estabelecimento de ensino superior português, o estudante pode requerer fundamentadamente ao Presidente do conselho científico a atribuição de uma classificação superior à resultante das regras indicadas.

Artigo 18.º

Alunos não colocados com matrícula válida no ano lectivo anterior

Os estudantes que tenham tido uma matrícula e inscrição válidas em estabelecimento de ensino superior no ano lectivo imediatamente anterior e cujo requerimento seja indeferido podem, no prazo de sete dias sobre a publicação da decisão, proceder à inscrição no curso onde haviam estado inscritos no ano lectivo anterior.

Artigo 19.º

Regulamento

1 — O presente Regulamento para os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso é aprovado pela Direcção da Instituição.

2 — O presente Regulamento é publicado no *Diário da República,* 2.ª série, e divulgado através do sítio na Internet desta Instituição.

Aprovado em Reunião de Direcção em 20/11/2008 e homologado em 22/11/2008 pelo Conselho Pedagógico.

24 de Novembro de 2008. — A Presidente da Direcção, *Elisa do Rosário Fernandes Dias.*

MARISQUEIRA VISTA TRÓIA, L.DA

Anúncio n.º 251/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5406/991026; identificação de pessoa colectiva n.º 504677446; número e data da apresentação: 05/20001130.

Certifica que foram efectuados os seguintes actos de registo:

Aumento do capital e alteração parcial do contrato:

Montante do reforço e como foi subscrito: 195 000 euros, em dinheiro, quanto a 97 500 euros, por Paula Alexandra de Pinho Bemposta Iltchenko; e 48 750 euros, por cada um dos José António Figueiredo Damas e João Gonçalo de Campos Mascarenhas de Lemos.

Artigos alterados: 4.º
Termos de alteração:

«Artigo 4.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro é de duzentos mil euros dividido em três quotas:

Uma do valor nominal de cem mil euros pertencente à sócia, Paula Alexandra de Pinho Bemposta Iltchenko;
Uma do valor nominal de cinquenta mil euros pertencente ao sócio José António Figueiredo Damas; e
Uma do valor nominal de cinquenta mil euros pertencente ao sócio, João Gonçalo de Campos Mascarenhas de Lemos.»

O texto actualizado encontra-se depositado na pasta.

Está conforme o original.

7 de Novembro de 2007. — A Segunda-Ajudante, *Maria Cristina Pacheco Santos.*

3000229335

OLÍMPIO FONSECA & CRISTINA, L.DA

Anúncio n.º 252/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 1688/850911; identificação de pessoa colectiva n.º 501539530.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1998.

15 de Outubro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Doutel Parada de Carvalho e Coelho.*

3000229389

Anúncio n.º 253/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 1688/850911; identificação de pessoa colectiva n.º 501539530.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

15 de Outubro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Doutel Parada de Carvalho e Coelho.*

3000229388

RESTAURANTE PÉROLA DO SADO, L.DA

Anúncio n.º 254/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 1462/19830202; identificação de pessoa colectiva n.º 500682097.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

16 de Outubro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Doutel Parada de Carvalho e Coelho.*

3000229380

SETUCASA — MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, L.DA

Anúncio n.º 255/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 1737/860121; identificação de pessoa colectiva n.º 501625712; número e data da apresentação: 09/980728.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1997.

19 de Novembro de 2007. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Feijão Varela.*

3000229297

SETUMARINHO — COMÉRCIO DE PESCADO, L.DA

Anúncio n.º 256/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5247/990527; identificação de pessoa colectiva n.º 504391003.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

8 de Novembro de 2007. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Feijão Varela.*

3000229328

TROIALARME — SISTEMAS DE SEGURANÇA ELECTRÓNICA, L.DA

Anúncio n.º 257/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5685/20000621; identificação de pessoa colectiva n.º 504977687; averbamento n.º 01 à inscrição n.º 01; inscrição n.º 02; números e data das apresentações: 05 e 06/20010619.

Certifica que foram efectuados os seguintes actos de registo:

Cessação de funções de gerência de Fernando Jorge Santos Gonçalves Caria, em 14 de Março de 2001, por renúncia.
Designação de gerente, efectuada em 14 de Março de 2001: Óscar Manuel Morais Bravo, casado, Rua de Condessa Donas Toda, 7, Braga; José Alves Fernandes Machado, casado, Rua de Condessa Dona Toda, 48, Braga; e Carlos Alberto Caldas Simões, casado, Rua da Ilha Terceira, lote 77, 2.º, direito, Sassoeiros, Carcavelos.

Está conforme o original.

14 de Novembro de 2007. — A Escriturária Superior, *Isabel da Trindade Santos.*

3000229367

VAZ & LEONARDO, L.DA

Anúncio n.º 258/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 2158/881028; identificação de pessoa colectiva n.º 502064749.

Certifica que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

16 de Outubro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Sónia Cristina Doutel Parada de Carvalho e Coelho.*

3000229379

VINICAN — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, L.DA

Anúncio n.º 259/2009

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5686/20000623; identificação de pessoa colectiva n.º 505050226; inscrição n.º 02; número e data da apresentação: 06/20010803.

Certifica que foram efectuados os seguintes actos de registo:

Designação de gerente, efectuada em 31 de Março de 2201: Vítor Manuel das Neves Lopes Santos Caldas, casado, Rua de Alfredo Lima, 37, 2.º, A, Setúbal.

Está conforme o original.

14 de Dezembro de 2007. — A Escriturária Superior, *Isabel da Trindade Santos*.

3000229368

PARTE J

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 1254/2009

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, por despacho de 27.11.2008 do Secretário-Geral deste Ministério, se pretende proceder à abertura de procedimento concursal de selecção para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Programação e Avaliação, da Direcção de Serviços de Planeamento, Orçamento e Conta, do Departamento Geral de Administração, nos seguintes termos:

2 — Requisitos legais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — Área de actuação do lugar a prover — a prevista nas alíneas *b*), *c*), *d*) e *e*) do artigo 11.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril, pelo que os requisitos específicos para o provimento e respectivo perfil pretendido obrigatoriamente são os seguintes:

a) Ser detentor da licenciatura em Economia ou Gestão;
b) Encontrar-se integrado na Carreira Técnica Superior há pelo menos 4 anos;
c) Possuir experiência profissional não inferior a 4 anos, em cargos inseridos em carreiras do grupo de pessoal técnico superior;
d) Possuir experiência em gestão orçamental pública e em apoio, acompanhamento e avaliação da gestão e execução de programas e planos de serviços públicos nas vertentes financeira, de pessoal e patrimonial; e, preferencialmente, possuir igualmente experiência na elaboração de estudos e na análise de informação estatística e de indicadores financeiros com vista a apoiar a tomada de decisão em matéria de gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos.

4 — Métodos de selecção — avaliação curricular com carácter eliminatório e entrevista pública.

Na avaliação curricular é ponderada:

A licenciatura pela nota final, com 20 %;
A experiência profissional pelo número de anos entre 4 (pontuação 10) e 8 (pontuação 20) anos, com 25 %;
Na entrevista é atribuída a nota entre 10 e 20, com ponderação de 55 %, que avalia a capacidade técnica actualizada de reflexão sobre o percurso curricular.

A nota final do candidato correspondente à soma dos quatro valores apurados.

5 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Paula Crispim, Directora de serviços de Planeamento, Orçamento e Conta do DGA, designado pelo Secretário-Geral, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2000, de 30 de Agosto.

1.º Vogal efectivo — Dr.ª Maria do Rosário Costa e Silva da Veiga, designada pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, nos termos da alínea *c*) do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/200, de 30 de Agosto.

2.º Vogal efectivo — Dr.ª Elsa Francisco, Directora de Serviços da Administração Financeira, designada nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/200, de 30 de Agosto.

6 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, nos termos legais, dirigido ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicitação do procedimento concursal na bolsa de emprego público, dele constando os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, naturalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, telefone, morada da residência e código postal);
b) Habilitações literárias e profissionais (especializações na área);
c) Indicação da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence e tempo de serviço efectivo na função pública;
d) Experiência profissional, com especificação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, tanto executivas como de chefia.

7 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
b) Cópia de documento comprovativo das habilitações literárias;
c) Cópia de documento comprovativo das habilitações profissionais;
d) Declaração, devidamente autenticada, emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem, inequivocamente, a existência do vínculo à função pública, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, e o tempo de serviço em cargos de chefia;
e) Outros elementos instrutórios constantes do *curriculum vitae,* devidamente autenticados, considerados adequados pelo candidato para comprovar os requisitos enunciados nas alíneas *c*) e *d*) do n.º 3 deste aviso.

8 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — O requerimento de admissão ao concurso e demais documentação deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, dentro do prazo indicado no n.º 6 do presente aviso, ao Serviço do Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rilvas, 1399-030 Lisboa.

10 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — O concurso é válido para o preenchimento do cargo acima mencionado, sendo o prazo de validade fixado em seis meses contado a partir da data da publicação da lista de classificação final.

12 — Nos termos do disposto do despacho conjunto n.º 273/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 77, de 31 de Maço de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.»

15 de Dezembro de 2008. — O Director do Departamento Geral de Administração, *Francisco Guerra Tavares.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Aviso n.º 1255/2009

Anúncio de Procedimento concursal para Provimento do Cargo de Direcção Intermédia de 1.º Grau — Director da Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão Estratégica

1 — Nos termos do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, torna-se público que, por despacho de 27 de Novembro de 2008 da Directora-Geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República* e da publicitação na Bolsa de Emprego Público, procedimento concursal para o provimento do cargo de Director da Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão Estratégica do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril.

2 — Áreas de actuação — Competências atribuídas à Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão Estratégica, previstas no artigo 5.º da Portaria n.º 524/2007, de 30 de Abril.

3 — Requisitos legais — Os requisitos são os previstos na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro — artigo 20.º, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — Perfil exigido:

Licenciatura em Direito, Economia, Gestão ou Sociologia;
Possuir competências técnicas e aptidão para o exercício das funções do cargo a prover, sustentadas em formação complementar e experiência profissional anterior em:

Planeamento e gestão estratégica;
Avaliação de desempenho dos serviços;
Monitorização de políticas públicas, nomeadamente ao nível da articulação de prioridades estratégicas ministeriais, instrumentos de planeamento e orçamento; e
Coordenação, chefia ou direcção nas áreas das funções a desempenhar.

5 — Composição do júri Presidente — Licenciado António Natalino de Jesus Alcântara Martins — Subdirector-Geral do Departamento de Prospectiva e Relações Internacionais Prof. Doutor Manuel Francisco Pacheco Coelho designado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
Dr.ª Manuela Viana, Directora de Serviços de Planeamento do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Cultura Suplente — Licenciada Ana Maria Dias, Directora de Serviços e Competitividade e Desenvolvimento Sustentável do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais
5 — Métodos de selecção: avaliação curricular e entrevista profissional pública.
6 — Local — local de trabalho situa-se na Av. D. Carlos I, n.º 126, 1249-073, Lisboa, onde funciona o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.
7 — Formalização da candidatura -As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director-Geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Av. D. Carlos I, 126, 3.º, 1249-073 Lisboa, podendo ser entregues pessoalmente ou remetidas pelo correio, sob registo, com aviso de recepção.
O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos períodos de duração e actividades relevantes, bem como a formação profissional detida;
b) Documento das habilitações literárias exigidas;
c) Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo e o tempo de serviço, contado até ao termo do prazo de admissão ao concurso, na categoria, na carreira e na função pública;
d) Fotocópia do bilhete de identidade;
e) Outros documentos considerados relevantes para o exercício do cargo a prover.

22 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, *Manuela Proença.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Aviso n.º 1256/2009

Por ter sido publicado com inexactidão, o presente aviso, no *Diário da República* n.º 241, 2.ª série, de 15 de Dezembro, com o n.º 29487/2008, na parte E — Entidades Administrativas Independentes e Administração Autónoma, segue para republicação no presente Diário, na parte J — Concursos para cargos dirigentes. Esta publicação anulará a anteriormente mencionada.
1 — Nos termos do artigo 21.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis após a publicação do presente aviso, se encontra aberto processo de selecção com vista ao provimento, em comissão de serviço, do cargo de Director de Serviços Recursos Humanos, do Instituto Politécnico de Leiria (IPL).
2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
3 — Conteúdo funcional — Competem ao Director dos Serviços Recursos Humanos do Instituto Politécnico de Leiria, as funções descritas no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugadas com o disposto no n.º 10, do artigo 106.º dos Estatutos do IPL, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 35/2008, publicado no *Diário da República* n.º 139, 2.ª série, de 21 de Julho de 2008. e Rectificação n.º 1826/2008, de 4/8, publicada no *Diário da República* n.º 156, 2.ª série, de 13/8.
4 — São requisitos legais de admissão:

a) Ser funcionário ou agente administrativo, desde que reúna as condições fixadas pelo n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Possuir seis anos de experiência profissional, em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a licenciatura;

5 — Perfil pretendido — competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

6 — São condições preferenciais:
a) Possuir licenciatura em Gestão de Recursos Humanos ou Direito;
b) Experiência profissional na área de actividade do cargo a preencher, desenvolvida em estabelecimentos de ensino superior politécnico.

7 — Local e condições de trabalho — o local de trabalho é nos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Leiria, sitos na Rua General Norton de Matos, em Leiria. As condições de trabalho e as regalias sociais são as vigentes para o cargo posto a concurso.
8 — Os métodos de selecção a utilizar serão:

a) Avaliação curricular;
b) Entrevista pública.

9 — Candidatura:
9.1 — Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas através de requerimento dirigido ao Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para o Instituto Politécnico de Leiria, Rua General Norton de Matos, apartado 4133, 2411-901 Leiria, dele constando os seguintes elementos:

Nome;
Data de nascimento;
Estado civil;
Bilhete de Identidade (número, data e serviço de identificação que o emitiu);
Residência (morada completa, com código postal e número de telefone);
Habilitações literárias;
Categoria, serviço e local onde desempenha funções;
Identificação do procedimento concursal a que se candidata, bem como o *Diário da República* em que foi publicado o respectivo aviso.

9.2 — Os requerimentos de admissão ao procedimento concursal deverão ser acompanhados da seguinte documentação;

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
c) Documentos comprovativos das acções de formação profissional em que participaram, se for o caso;
d) Documentos comprovativos da experiência profissional específica e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo;
e) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos legais de admissão, indicando expressamente e de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública, a designação funcional e a antiguidade na categoria que possuem, na carreira e na função pública.

9.3 — Fica dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do número anterior, aos funcionários do Instituto Politécnico de Leiria em que se verifique a existência de dados nos respectivos processos individuais.
10 — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente — Professor João Paulo dos Santos Marques, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Leiria.
Vogais efectivos:

Dr. Pedro Maria Nogueira Carvalho, Administrador do Instituto Politécnico de Santarém;
Doutor Eugénio Pereira Lucas, Director do INDEA — Instituto de Investigação e Desenvolvimento e Estudos Avançados, do Instituto Politécnico de Leiria.

Vogais suplentes:

Professor Júlio Alberto Silva Coelho, Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria;

Dr.ª Eugénia Maria Lucas Ribeiro, Administradora do Instituto Politécnico de Leiria.

11 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreva, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 — O júri poderá considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado.

13 — Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência de interessados, conforme estabelece o n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

14 — Publicação do aviso — este aviso, encontra-se igualmente publicitado em órgão de imprensa de expansão nacional e será disponibilizado na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), durante 10 dias, a contar da presente publicação.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 1257/2009

Recrutamento de cargos de direcção intermédia de 1.º grau (m/f)

Defensor Oliveira Moura, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo:

Nos termos do n.º 1, do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz-se público que, na sequência do meu despacho de 1 de Setembro de 2008, se encontram abertos, conforme publicitado em www.bep.gov.pt a partir do 2.º dia da data de publicação do presente aviso e pelo prazo de 10 dias úteis, procedimentos concursais para provimento de cargos de direcção intermédia de 1.º Grau:

1) Director de Departamento de Dinamização Cultural
2) Director de Departamento de Conservação e Valorização do Património
3) Director de Departamento de Educação e Qualidade de Vida
4) Director de Departamento de Ordenamento do Território e Ambiente
5) Director de Departamento de Obras Públicas
6) Director de Departamento de Administração Geral

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura.*

301183331

Aviso n.º 1258/2009

Recrutamento de cargos de direcção intermédia de 2.º grau (m/f)

Defensor Oliveira Moura, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo:

Nos termos do n.º 1, do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz-se público que, na sequência do meu despacho de 29 de Maio de 2008, se encontram abertos, conforme publicitado em www.bep.gov.pt a partir do 2.º dia da data de publicação do presente aviso e pelo prazo de 10 dias úteis, procedimentos concursais para provimento de cargos de direcção intermédia de 2.º Grau:

1 — Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos
2 — Chefe de Divisão de Obras Públicas
3 — Chefe da Divisão da Rede Viária
4 — Chefe da Divisão de Gestão Urbanística
5 — Chefe da Divisão de Mobilidade e Serviços Urbanos
6 — Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras
7 — Chefe da Divisão de Arquivo
8 — Chefe da Divisão de Biblioteca e Documentação
9 — Chefe da Divisão de Acção Cultural
10 — Chefe da Divisão de Educação
11 — Chefe da Divisão de Desporto e Lazer
12 — Chefe da Divisão Financeira e de Desenvolvimento Económico
13 — Chefe da Divisão Jurídica
14 — Chefe da Divisão de Planeamento e Informação Territorial

16 de Dezembro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura.*

301183315

II SÉRIE
DIÁRIO DA REPÚBLICA
Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:
Endereço Internet: http://dre.pt

Contactos:
Correio electrónico: dre@incm.pt
Tel.: 21 781 0870
Fax: 21 394 5750